



Ecotécnica - Tecnologia e Consultoria Ltda.  
CNPJ: 02.610.553/0001-91  
Rua Maria Rita da Chagas Lima, 317, Bairro São Braz, CEP: 82.300-330, Curitiba-PR  
Telefone (41) 3026-8639  
E-mail: licitacao@ecotecnica.com.br

938<sup>A</sup>

## ENVELOPE C PROPOSTA TÉCNICA



*[Handwritten signatures and initials]*



Ecotécnica - Tecnologia e Consultoria Ltda.  
CNPJ: 02.610.553/0001-91  
Rua Maria Rita da Chagas Lima, 317, Bairro São Braz, CEP: 82.300-330. Curitiba-PR  
Telefone (41) 3026-8639  
E-mail: licitacao@ecotecnica.com.br

939<sup>H</sup>

## TERMO DE ABERTURA

Este volume faz parte do envelope C – PROPOSTA TÉCNICA, referente ao certame da Tomada de Preço nº 003/2019, contém 618 páginas, numeradas de 001 a 613.

*d*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*



Ecotécnica - Tecnologia e Consultoria Ltda.  
CNPJ: 02.610.553/0001-91  
Rua Maria Rita da Chagas Lima, 317, Bairro São Braz, CEP: 82.300-330. Curitiba-PR  
Telefone (41) 3026-8639  
E-mail: licitacao@ecotecnica.com.br

940<sup>R</sup>

## ECOTÉCNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA

✓ Comprovação de experiência

Especificação dos Atestados	Total de pontos por documento	Pontuação Ecotécnica	Trabalhos apresentados
<i>Certidão(ões) de Acervo(s) Técnico(s) registrada(s) no respectivo Conselho de Classe e/ou Atestados de Capacidade Técnica expedidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem a experiência específica de consultoria relacionada a áreas e temáticas compatíveis com o objeto licitado (tais como Plano de Mobilidade Urbana, etc).</i>	0,5	3	Mobilidade Palmeira; PERS Tocantins; Lei de Mobilidade de Campina Grande do Sul; PGIRS Apucarana; PRS Região Metropolitana de Recife; PLHIS Colombo.
<i>Certidão(ões) de Acervo(s) Técnico(s) registrada(s) no respectivo Conselho de Classe e/ou Atestados de Capacidade Técnica expedidos por pessoa jurídica de direito público, que atestem a execução anterior de revisão e/ou elaboração de Plano Diretor Municipal já concluído.</i>	1	15	PDMs de 32 municípios do Estado de Santa Catarina; PDM Cruzmaltina; PDM Rio Branco do Sul; PDM Agudos do Sul; PDM Borrazópolis; PDM Catanduvas; PDM Colorado; PDM Coronel Vivida; PDM Ouro Verde do Oeste; PDM Rio Negro; PDM Pinhão; PDM Campina Grande do Sul.
<i>Máxima de pontos</i>	18	18	



Conselho de Arquitetura e Urbanismo  
**CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO COM ATESTADO**  
 Lei Nº 12378 de 31 de Dezembro de 2010

**CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO COM ATESTADO**  
**Nº 000000461886**



Validade: Indeterminada

CERTIFICAMOS, para os devidos fins, que consta em nossos arquivos o registro de Acervo referente ao(s) Registro(s) de Responsabilidade Técnica - RRTs abaixo discriminado(s):

**DADOS DO PROFISSIONAL**

Profissional: SANDRA MAYUMI NAKAMURA

Título do Profissional: Arquiteto e Urbanista

Data de obtenção do título: 03/02/1999

Registro Nacional: 000A285471

Data de Registro: 04/02/1999

Validade: Indefinida

**DADOS DOS REGISTROS DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA-RRT**

Número do RRT: 7346682

Tipo do RRT: SIMPLES

Registrado em: 22/08/2018

Forma de Registro: RETIFICADOR a 5799281

Participação Técnica: INDIVIDUAL

Descrição: ELABORAÇÃO DO PLANO DE MOBILIDADE URBANA - PMU E O PLANO DE TRANSPORTE COLETIVO URBANO E RURAL, COM O DESENVOLVIMENTO DO PROJETO BÁSICO PARA O NOVO SISTEMA DE TRANSPORTE COLETIVO PARA O MUNICÍPIO DE PALMEIRA - PR. PROFISSIONAL RESPONSÁVEL PELA COORDENAÇÃO GERAL.

Empresa contratada: ECOTECNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA  
 CNPJ: 02.610.553/0001-91

**DADOS DO CONTRATO**

Contratante: Prefeitura Municipal de Palmeira  
 CPF/CNPJ: 76179829000165

PRAÇA Marechal Floriano Peixoto

Nº 11

Complemento:

Cidade: PALMEIRA

Bairro: CENTRO

UF: PR

CEP: 84130000

Contrato:

Celebrado em: 20/11/2015

Valor do Contrato: R\$ 0,00

Tipo do Contratante: Pessoa jurídica de direito privado

Data de Início: 20/11/2015

Data de término da atividade: 26/05/2017

**ATIVIDADE TÉCNICA REALIZADA**

3.1 - COORDENAÇÃO E COMPATIBILIZAÇÃO DE PROJETOS , 1.00 un - unidade ;

**ENDEREÇO DA OBRA/SERVIÇO**

PRAÇA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO

Nº 11

Complemento:

Bairro: CENTRO

Cidade: PALMEIRA

UF: PR

CEP: 84130000

Coordenadas Geográficas: 0 0

**DESCRIÇÃO**

CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO COM ATESTADO

**INFORMAÇÕES IMPORTANTES**

- Esta certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos





**Conselho de Arquitetura e Urbanismo**  
**CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO COM ATESTADO**  
Lei Nº 12378 de 31 de Dezembro de 2010

**CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO COM ATESTADO**  
**Nº 0000000461886**

- Certificamos que se encontra vinculado à presente CAT o atestado apresentado em cumprimento à Lei nº 8.666/93, expedido pela pessoa jurídica contratante, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes. É de responsabilidade deste Conselho a verificação da atividade profissional em conformidade com a Lei nº 12.378/2010 e Resoluções do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR)
- A Certidão de Acervo Técnico (CAT) à qual o atestado está vinculado constituirá prova da capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver ou venha a ser integrado ao seu quadro técnico por meio de declaração entregue no momento da habilitação ou da entrega das propostas
- Certificamos, ainda, que nos termos do artigo 2º da Lei nº 12.378/2010 e artigos 2º e 3º da Resolução nº 21/2012-CAU/BR, esta Certidão é válida somente para os serviços condizentes com as atribuições profissionais acima discriminadas
- Em conformidade com o que determina o Art. 45 da Lei 12.378, toda realização de trabalho de competência privativa ou de atuação compartilhadas com outras profissões regulamentadas será objeto de Registro de Responsabilidade Técnica - RRT
- Válida em todo o território nacional.

Certidão nº 461886/2018

Expedida em 14/09/2018, 12:24, Curitiba/PR, CAU/PR

Chave de Impressão: CA9AD72912B3Y54Z02Y0

0004

943<sup>9</sup>

Certidão nº 461886/2018 - 14/09/2018, 12:24 - Chave de Impressão: CA9AD7291283Y54Z02YU  
O sistema neste ato registrado foi emitido em 14/09/2018, e contém 6 folhas



**ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA**

Atestamos para os devidos fins, que a empresa **ECOTÉCNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA**, com sede à Maria Rita das Chagas Lima, 317 - Curitiba/PR, Bairro: São Braz - CEP 82.300-330, inscrita no CNPJ 02.610.553/0001-91 tendo como responsáveis técnicos a Arquiteta e Urbanista **SANDRA MAYUMI NAKAMURA**, carteira profissional CAU-PR A28547-1 e o Engenheiro **NILO AIHARA**, carteira profissional CREA-PR 8040/D, prestou para a **PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA**, inscrita no CNPJ 76.179.829/0001-65, representada pelo Prefeito Edir Hayrechaki, os serviços referentes à **Elaboração do Plano de Mobilidade Urbana - PMU e o Plano de Transporte Coletivo Urbano e Rural, com o Desenvolvimento do Projeto Básico para o Novo Sistema de Transporte Coletivo** para o município de Palmeira - PR, tendo demonstrado Capacidade Técnica no fornecimento dos mesmos, nada constando em nossos arquivos que a desabone.

**CARACTERÍSTICAS DOS SERVIÇOS**

Início dos serviços:	20/11/2015
Conclusão dos serviços:	26/05/2017
Objeto do contrato:	Elaboração do Plano de Mobilidade Urbana - PMU e o Plano de Transporte Coletivo Urbano e Rural, com o Desenvolvimento do Projeto Básico para o Novo Sistema de Transporte Coletivo para o município de Palmeira - PR.
Local da obra:	Praça Marechal Floriano Peixoto, 11 Bairro Centro. CEP: 84.130-000, Palmeira - PR

**EQUIPE TÉCNICA**

**Coordenação**

Engenheira Civil Esp.	Vanessa F. Kerecz Godoi	CREA-PR 95.580/D
Engenheiro Civil	Tiago Ditto Martins	CREA-PR 89.680-D
Arquiteta e Urbanista Esp	Sandra Mayumi Nakamura	CAU-PR A28547-1

**Equipe técnica**

Arquiteto e Urbanista	Gustavo Domingues Gaspari	CAU-PR 159214-9
Engenheiro Civil Esp	Nilo Aihara	CREA-PR 8.040/D
Engenheiro Ambiental	Lídia Sayoko Tanaka	CREA-PR 87.131/D
Engenheira Ambiental	Carolina Hirafuji S. Pedroni	CREA-PR 87.020/D
Téc. Processos Ambientais	Conrado Folle Weber	-
Advogada Esp.	Márcia Valéria Santos Barbosa	OAB-PR 61291

0005

Este documento encontra-se registrado no Conselho de Arquitetura e Urbanismo, vinculado à Certidão De Aproveitamento Técnico Com Atestado nº 461886, emitida em 14/09/2018



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA  
ESTADO DO PARANÁ  
CABINETE DO PREFEITO

**Equipe de Apoio**

Acadêmica em Arquitetura e Urbanismo  
Acadêmica em Arquitetura e Urbanismo  
Acadêmica em Arquitetura e Urbanismo  
Acadêmica em Engenharia Civil

Amanda Carolina Santos Motta  
Ana Julia Madalozo Molinari Gonçalves  
Fernanda Maria Capitão Vigário Marchi  
Luisa Raquel Santos Motta

**DESCRIÇÃO DO PROJETO**

Elaboração do Plano de Mobilidade Urbana - PMU e o Plano de Transporte Coletivo Urbano e Rural, com o Desenvolvimento do Projeto Básico para o Novo Sistema de Transporte Coletivo para o município de Palmeira - PR., considerando diretrizes preconizadas pela Política Nacional de Mobilidade Urbana (Lei Federal nº 12.587/12), Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257 de 10 de julho de 2001), Programa 2048 - Mobilidade Urbana e Trânsito e PAC - Programa de Aceleração do Crescimento.

Em 2010, conforme dados do IBGE, o município de Palmeira possuía um adensamento populacional de 22,04 hab./km<sup>2</sup> (32.123 habitantes/ área territorial de 1.470 km<sup>2</sup> aprox.).

**DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS**

Foram realizadas as seguintes etapas:

**ETAPA 01 - MOBILIZAÇÃO INICIAL**

Envolveu as atividades de preparação e organização do Plano de Mobilidade Urbana e Plano de Transporte Coletivo Urbano e Rural. A análise prévia teve como objetivo caracterizar uma expectativa do que poderá vir a ser o plano e organizar previamente as fontes de informação e de consulta, envolvendo os técnicos locais, dirigentes públicos e demais membros da equipe envolvida, obtendo uma apreciação geral da característica e dos problemas de mobilidade do município de Palmeira. Para realizar esta análise, foram solicitados alguns dados de fontes secundárias, obtidos através da coleta, leitura, análise e sistematização de informações colhidas em documentos existentes no Município, como é o caso de Leis, decretos, planos existentes, dados estatísticos, dados e informações do Transporte coletivo, projetos e outros tipos de informação documental.

**ETAPA 02 - DIAGNÓSTICO E PROGNÓSTICO**

Esta etapa consistiu no levantamento de dados físicos e operacionais em campo e nas atividades de elaboração, execução e análise crítica dos dados resultantes das pesquisas de campo e simulações computacionais.

**1.1 Diagnóstico**

Esta etapa consistiu nas atividades de elaboração, execução e análise crítica dos dados resultantes das pesquisas de campo e simulações computacionais.

- ✓ Análise Das Pesquisas Realizadas
- ✓ Construção Do Modelo Computacional
- ✓ Modelagem da demanda



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA  
ESTADO DO PARANÁ  
GABINETE DO PREFEITO

- ✓ Simulação do Sistema Atual de Transporte Coletivo

### 2.1 Prognóstico

A etapa de prognóstico consistiu na caracterização da evolução populacional do Município, identificando sua magnitude e espacialização, bem como a interação com os sistemas de transporte propostos para o Município. Esta etapa é requerida para se antever situações que poderão advir do crescimento urbano em relação à mobilidade urbana, por meio de projeções do crescimento espontâneo, isto é, caso não haja nenhuma intervenção sobre eles, das demandas por deslocamentos nos vários modos e seu impacto.

- ✓ Identificação dos Vetores de Crescimento Populacional Urbano
- ✓ Identificação dos Vetores de Crescimento Transporte Coletivo e Privado
- ✓ Projeções dos Indicadores para 15 Anos
- ✓ Análise da malha viária
- ✓ Análise da regulamentação do transporte coletivo, táxi e escolar
- ✓ Análise da organização da gestão pública dos transportes

### ETAPA 03 - DIRETRIZES E PROPOSTAS

Esta etapa envolveu o desenvolvimento das propostas a partir da identificação dos problemas existentes com base nos levantamentos realizados em campo bem como reuniões de discussão com o corpo técnico do Município, onde a partir da identificação dos conflitos de tráfego, dos problemas apontados no transporte coletivo e de outros modais se formulam medidas para solução ou mitigação destes conflitos.

### ETAPA 04 - CONSOLIDAÇÃO DO PLANO DE MOBILIDADE E PROJETO BÁSICO DO TRANSPORTE COLETIVO

Nesta etapa foram concebidas soluções, propostas, diretrizes, ações, enfim, um conjunto de medidas partindo da análise da situação atual e do prognóstico realizadas anteriormente e debatidos com a sociedade.

No que tange o Projeto de Transporte Coletivo é elabora o Projeto Básico, documento que defini as regras de operação para o sistema após o processo de regularização de concessão do serviço de transporte coletivo.

- ✓ Apresentação e Discussão das Propostas
- ✓ Ajustes e Detalhamento das Propostas
- ✓ Consolidação do Plano
- ✓ Audiências Públicas

### ETAPA 05 - INSTITUCIONALIZAÇÃO DO PLANO DE MOBILIDADE E APOIO PARA A CONCEPÇÃO DO MODELO DE CONCESSÃO DE TRANSPORTE COLETIVO

Nesta etapa foi elaborada a minuta de projeto de lei dispondo sobre as diretrizes da mobilidade no município e as gestões políticas e legislativas associadas ao trâmite da matéria.

946<sup>9</sup>

Certidão nº 461886/2018 - 14/09/2018, 12:24 - Chave de Impressão: CA9ADZ7912B3Y54Z02Y0  
O atestado neste ato registrado foi emitido em 14/09/2018, e contém 6 folhas



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA**  
ESTADO DO PARANÁ  
GABINETE DO PREFEITO

Para tanto, foram realizadas avaliações e triagens no conteúdo do plano, identificando os aspectos que devem ser tratados pelo Legislativo Municipal (normas e diretrizes) e os que são exclusiva iniciativa do Executivo Municipal (desenvolvimento de projetos e investimentos).

Curitiba, 04 de setembro de 2018.

Prefeitura Municipal de Palmeira  
Prefeito Edir Havrechaki  
CPF: 028.032.159-77



Este documento encontra-se registrado no Conselho de Arquitetura e Urbanismo, vinculado à Certidão De Aprove Técnico Com Atestado nº 461886, emitida em 14/09/2018

0008



Conselho de Arquitetura e Urbanismo  
**CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO COM ATESTADO**  
 Lei Nº 12378 de 31 de Dezembro de 2010

**CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO COM ATESTADO**  
**Nº 000000461887**



CERTIFICAMOS, para os devidos fins, que consta em nossos arquivos o registro de Acervo referente ao(s) Registro(s) de Responsabilidade Técnica - RRTs abaixo discriminado(s):

#### DADOS DO PROFISSIONAL

Título do Profissional: Arquiteto e Urbanista  
 Data de obtenção de Títulos: 03/02/1999  
 Registro Nacional: 000A285471  
 Data de Registro nacional profissional: 04/02/1999

Validade: Indefinida

#### DADOS DOS REGISTROS DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA-RRT

Número do RRT: 5913904 Tipo do RRT: SIMPLES Registrado em: 27/06/2017  
 Forma de Registro: RETIFICADOR à 3090479 Participação Técnica: EQUIPE  
 Descrição: ELABORAÇÃO DO PLANO ESTADUAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS (PERS) DO TOCANTINS.

Empresa contratada: ECOTECNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA  
 CNPJ: 02.610.553/0001-91

#### DADOS DO CONTRATO

Contratante: SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL  
 CPF/CNPJ: 05016202000145  
 PRAÇA GIRASSÓIS Nº S/N  
 Complemento:  
 Cidade: PALMAS Bairro: PLANO DIRETOR NORTE UF: TO CEP: 77001002  
 Contrato: 025/2014  
 Celebrado em: 10/10/2014  
 Valor do Contrato: R\$ 1.728.844,77 Tipo do Contratante: Pessoa jurídica de direito público  
 Data de Início: 02/12/2014 Data de término da atividade: 31/10/2017

#### ATIVIDADE TÉCNICA REALIZADA

3.1 - COORDENAÇÃO E COMPATIBILIZAÇÃO DE PROJETOS, 1,00 un - unidade ;

#### ENDEREÇO DA OBRA/SERVIÇO

PRAÇA GIRASSÓIS Nº S/N  
 Complemento: Bairro: PLANO DIRETOR NORTE  
 Cidade: PALMAS UF: TO CEP: 77001002  
 Coordenadas Geográficas: 0 0

#### DESCRIÇÃO

CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO COM ATESTADO

#### INFORMAÇÕES IMPORTANTES

- Esta certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos
- Certificamos que se encontra vinculado à presente CAT o atestado apresentado em cumprimento à Lei nº 8.666/93, expedido pela pessoa jurídica contratante, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes. É de responsabilidade deste Conselho a verificação da atividade profissional em conformidade com a Lei nº 12.378/2010 e Resoluções do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR)



**Conselho de Arquitetura e Urbanismo**  
**CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO COM ATESTADO**  
Lei Nº 12378 de 31 de Dezembro de 2010

**CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO COM ATESTADO**  
**Nº 0000000461887**

- A Certidão de Acervo Técnico (CAT) à qual o atestado está vinculado constituirá prova da capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver ou venha a ser integrado ao seu quadro técnico por meio de declaração entregue no momento da habilitação ou da entrega das propostas
- Certificamos, ainda, que nos termos do artigo 2º da Lei nº 12.378/2010 e artigos 2º e 3º da Resolução nº 21/2012-CAU/BR, esta Certidão é válida somente para os serviços condizentes com as atribuições profissionais acima discriminadas
- Em conformidade com o que determina o Art. 45 da Lei 12.378, toda realização de trabalho de competência privativa ou de atuação compartilhadas com outras profissões regulamentadas será objeto de Registro de Responsabilidade Técnica - RRT
- Válida em todo o território nacional.

Certidão nº PR  
29/08/2018, 13:04  
Chave de Impressão: Curitiba/PR



**ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA**

Atestamos para os devidos fins, que a empresa ECOTÉCNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA, com sede à Rua Maria Rita das Chagas Lima, 317, bairro São Braz, CEP: 82.300-330, Curitiba-PR, inscrita no CNPJ 20.610.553/0001-91, tendo como responsável técnica a Arquiteta e Urbanista SANDRA MAYUMI NAKAMURA, com registro no Conselho de Arquitetura e Urbanismo sob o nº CAU/PR A 28547-1, prestou para Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMARH, CNPJ 05.016.202/0001-45, estabelecida na Esplanada das Secretarias – Praça dos Girassóis, s/nº, bairro Plano Diretor Norte, CEP: 77.001-002, Palmas-TO, os serviços referentes à **Elaboração do Plano Estadual de Resíduos Sólidos do Tocantins - PERS/TO**, tendo demonstrado capacidade técnica no fornecimento dos mesmos, nada constando em nossos arquivos que a desabone.

**Características dos Serviços**

Contrato	025/2014
Celebrado	10/10/2014
Valor do Contrato	R\$ 1.728.844,77
Início dos serviços	02/12/2014
Conclusão dos Serviços	31/10/2017
Objeto do contrato	Elaboração do Plano Estadual de Resíduos Sólidos do Tocantins - PERS/TO
Local da Obra	Praça dos Girassóis, s/nº, bairro Plano Diretor Norte, CEP: 77.001-002, Palmas-TO

**Equipe Técnica**

**Coordenação**

- Coordenação Geral - Sandra Mayumi Nakamura | CAU A 28.547-1
- Coordenação Adjunta - Maria Alice Simões Cordeiro Soares | CREA-PR 53.016/D
- Coordenação Adjunta - Nilo Alhara | CREA-PR 8.040/D

**Equipe Principal**

- Esp. em Engenharia Sanitária - Nilo Alhara | CREA-PR 8.040/D
- Esp. em Engenharia Ambiental - Maria Alice S. C. Soares | CREA-PR 53.016/D
- Esp. em Ciências Sociais - Ana Maria Lorici Santin
- Esp. em Economia - Elisabete Tieme Arazaki | CGRECUN-PR 4.963

*(Handwritten signatures)*

Certidão nº 461887/2018 - 29/08/2018 - 13:04 - Chave de Impressão: 3B145C982Y24Y95A1D1A  
 O atestado neste ato registrado foi emitido em 29/08/2018, e contém 7 folhas



Este documento encontra-se registrado no Conselho de Arquitetura e Urbanismo, vinculado à Certidão De Acervo Técnico Com Atestado nº 461887, emitida em 29/08/2018







Esp. em Aspectos Jurídicos - Lucia Benefita de C. Bicharski | OAB-PR 37.951.

#### Equipe Complementar

Dr. em Hidráulica e Saneamento – Eng. Sanitarista Aurélio Passôa Picanço | CREA TO 150.406.518-2

Arquiteto e Urbanista - Gustavo Domingues Gaspari | CAU A118.245-5

Arquiteta e Urbanista - Letícia Schmitt Cardon de Oliveira | CAU A46.913-0

Arquiteta e Urbanista - Mayra Mayumi Aihara | CAU 138.434-1

Arquiteta e Urbanista - Vanessa Boscaro Fernandes | CAU A 37.721-0

Arquiteta e Urbanista - Verena Giraldi Costa | CAU A107.694-9

Biólogo - Luiz Gustavo Andreguetto | CRBio-PR 50.593/07-D

Contador - Anderson José Amâncio | CRC-PR 036.685/0-4

Engenheira Ambiental - Carolina H. S. Pedroni | CREA-PR 87.020/C

Engenheira Ambiental - Cristina Solange Hendges | CREA-TO 113.221/D

Engenheira Ambiental - Lidia Sayoko Tanaka | CREA-PR 87.137/D

Engenheira Cartógrafa - Amanda Pereira Antunes | CREA-PR 142.852/D

Engenheiro Florestal - Valmir Detzel | CREA-PR 17.516/D

Geoprocessamento - Sandy Plassmann Lamberli

Jurídico - Rosamaria Miliú Costa | OAB- 70.026

MSc. em Biologia - Cassio Kiyonori Nakamura

Tec. Processos Ambientais - Conrado Follé Weber

Zootecnista - Milton Kentaro Nakamura | CRMV-PR 0568/Z

Zootecnista - Gisele Leopoldino | CRMV-PR 1094/Z

#### Equipe de Apoio

Acadêmica em Arquitetura e Urbanismo - Amanda Carolina Santos Motta

Acadêmica em Arquitetura e Urbanismo - Ana Julia Madalozo Molinari Gonçalves

Acadêmica em Arquitetura e Urbanismo - Caroline Nayara Rech

Acadêmica em Arquitetura e Urbanismo - Maria Beatriz Maurer Ravaglio

Economista - Ernani Augusto Brescianini Filho | CORECON-PR 6877

Administradora Juliana Mitsue Sato | CRA 14856

#### Descrição dos serviços

#### Escopo e metodologia





A seguir, apresentam-se a metodologia e as técnicas utilizadas na execução das atividades, originando 09 produtos das 05 metas estipuladas, conforme Termo de Referência da elaboração do Plano Estadual de Resíduos Sólidos do estado do Tocantins, elencadas a seguir e assim atingindo os objetivos.

As metas estipuladas pelo Termo de Referência e os seus respectivos produtos, foram:

**Meta 1 – Projeto de Mobilização Social e Divulgação**

Teve como objetivo divulgar e mobilizar a sociedade civil para mostrar a importância da elaboração de Plano Estadual de Resíduos Sólidos. Esta meta resultou em 02 produtos, que foram:

- ✓ Produto 1 – Projeto de Mobilização Social e Divulgação do PERS, incluindo o Plano de Trabalho Operacional; e
- ✓ Produto 2 – Relatórios das 13 oficinas regionais

**Meta 2 – Panorama dos Resíduos Sólidos no Estado.**

Esta meta consistiu na realização do diagnóstico da situação da gestão de resíduos sólidos no estado. Os aspectos avaliados no diagnóstico foram: a caracterização socioeconômica e ambiental da gestão dos resíduos sólidos; Mapeamento das áreas degradadas em razão de disposição inadequada de resíduos sólidos ou rejeitos e áreas órfãs; Sistematização das informações em banco de dados. Esta meta resultou no seguinte produto:

- ✓ Produto 3 – Panorama dos Resíduos Sólidos no Estado

**Meta 3 – Estudo de Regionalização da Prestação dos Serviços de Manejo de Resíduos Sólidos no Estado do Tocantins.**

Teve como objetivo identificar os arranjos territoriais entre os municípios, a fim de compartilhar serviços ou atividades de interesse comum, maximizando os recursos humanos, infraestruturais e financeiros. Os aspectos considerados nessa meta foram: áreas potencialmente favoráveis para destinação ambientalmente adequada de resíduos sólidos e critérios de agregação de municípios para identificação de arranjos. Resultou o seguinte produto:

- ✓ Produto 4 – Estudo de Regionalização da Prestação dos Serviços de Manejo de Resíduos Sólidos no Estado do Tocantins.

**Meta 4 – Estudo de prospecção e escolha do Cenário de referência.**





O objetivo nesta meta foi promover uma discussão dos cenários futuros, com a descrição das hipóteses de situações possíveis, imagináveis ou desejáveis quanto a gestão dos resíduos sólidos no estado do Tocantins. Estes cenários irão disponibilizar um referencial para a proposição das ações a serem implementadas ao longo do horizonte de planejamento, ou seja, para os próximos 20 anos.

Dentre os aspectos considerados para a construção dos cenários destacou-se: caracterização quanto aos aspectos socioeconômicos, crescimento populacional, indicadores quanto a geração de resíduos, entre outros. Resultou o seguinte produto:

- ✓ Produto 5 – Estudo de prospecção e escolha do cenário de referência.

#### Meta 5 – Planejamento para a Implantação do Plano Estadual de Resíduos Sólidos do Tocantins.

Nesta meta apresentou-se as diretrizes e estratégias para o planejamento da gestão dos resíduos sólidos do estado; as metas, programas, projetos e ações para a gestão dos resíduos sólidos do estado, investimentos necessários e fontes de recursos financeiros e indicadores para acompanhamento, controle e avaliação da implementação do PERS. Resultado nos 04 produtos a seguir:

- ✓ Produto 6 – Plano Estadual de Resíduos Sólidos Preliminar;
- ✓ Produto 7 – Relatório das 3 Audiências Públicas;
- ✓ Produto 8 – Plano Estadual de Resíduos Sólidos Final;
- ✓ Produto 9 – Relatório de 1 Seminário Estadual.

Ao longo do trabalho foram realizadas 18 oficinas regionais, 3 audiências públicas regionais e um Seminário Estadual de lançamento do Plano Estadual.

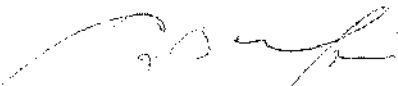
#### Fiscalização dos serviços

Este atestado foi emitido por solicitação da empresa Fontônica Tecnologia e Consultoria Ltda. A emissão desse atestado substitui todos os demais documentos correlatos já emitidos ou fornecidos.

Palmas, 31 de outubro de 2017.

  
LUZIMEIRE CARREIRA  
Secretária do Meio Ambiente e Recursos Hídricos  
CNPJ: 05.016.202/0001-45

**Luzimeire Carreira**  
Secretária  
Secretaria do Meio Ambiente  
e Recursos Hídricos

  
ADÃO TEODORO MAIA  
Engenheiro Ambiental – CREA-TO 50244/D-TO  
Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos  
CNPJ: 05.016.202/0001-45  
*Adão Mauro*  
Diretor de Políticas Ambientais  
Nº Funcional 11461095-1 SEMARH





CAU/BR

Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil

Registro de Responsabilidade Técnica - RRT

RRT SIMPLES  
Nº 0000005913904  
RETIFICADOR à 3030470  
EQUIPE - RRT PRINCIPAL



953<sup>A</sup>

Certidão nº 461887/2018 - 29/08/2018 13:04 - Chave de Impressão: 3E145CC882424196A1D1A  
O atestado neste ato registrado foi emitido em 29/08/2018, e contém 7 folhas.

1. RESPONSÁVEL TÉCNICO

Nome: SANDRA MAYUMI NAKAMURA  
Registro Nacional: A28547-1 Título do Profissional: Arquiteto e Urbanista  
Empresa Contratada: ECOTECNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA  
CNPJ: 02.610.553/0001-91 Registro Nacional: 18209-5

2. DADOS DO CONTRATO

Contratante: SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL  
CNPJ: 06.016.202/0001-45  
Contrato: 025/2014 Valor Contrato/Honorários: R\$ 1.726.844,77  
Tipo de Contratante: Pessoa jurídica de direito público  
Celebrado em: 10/10/2014 Data de Início: 02/12/2014 Previsão de término: 31/10/2017

Declaro, sob as penas da Lei, que na(s) atividade(s) registrada(s) neste RRT não se exige a observância das regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas de acessibilidade da ABNT, na legislação específica e no Decreto Federal nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004.

3. LOCAL DA OBRA/SERVIÇO

PRACA GIRASSÓIS Nº: S/N  
Complemento: Bairro: PLANO DIRETOR NORTE  
UF: TO CEP: 77001602 Cidade: PALMAS  
Coordenadas Geográficas: Latitude: 0 Longitude: 0

4. ATIVIDADE TÉCNICA

Atividade: 3.1 - COORDENAÇÃO E COMPATIBILIZAÇÃO DE PROJETOS  
Quantidade: 1,00 Unidade: un

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder o baixa deste RRT

5. DESCRIÇÃO

ELABORAÇÃO DO PLANO ESTADUAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS (PERS) DO TOCANTINS.

6. VALOR

Este RRT é isento de taxa

Atenção: Este item 6 será preenchido automaticamente pelo SICCAU após a identificação do pagamento pela compensação bancária. Para comprovação deste documento é necessária a apresentação do respectivo comprovante de pagamento

7. DECLARAÇÕES

Declaro serem verdadeiras as informações acima.

\_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_  
Local Dia Mês Ano

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL  
CNPJ: 05.016.202/0001-45

Luzimeire Carneira  
Secretária  
Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos

SANDRA MAYUMI NAKAMURA  
CPF: 030.228.409-50

A autenticidade deste RRT pode ser verificada em: <http://siccau.cau.br.gov.br/app/view/sgt/externo?form=Servicos>, com a chave: bA25DW Impresso em: 27/06/2017 às 15:39:57 por: ip: 139.32.02.129

Este documento encontra-se registrado no Conselho de Arquitetura e Urbanismo, vinculado à Certidão De Acervo Técnico Com Atestado nº 461887, emitida em 29/08/2018

0015



Conselho de Arquitetura e Urbanismo  
CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO COM ATESTADO  
Lei Nº 12378 de 31 de Dezembro de 2010

CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO COM ATESTADO  
Nº 0000000171032



CERTIFICAMOS, para os devidos fins, que consta em nossos arquivos o registro de Acervo referente ao(s) Registro(s) de Responsabilidade Técnica - RRTs abaixo discriminada(s):

#### DADOS DO PROFISSIONAL

Título do Profissional: Arquiteto o Urbanista  
Data de obtenção de Títulos: 03/02/1999  
Registro Nacional: 000A285471  
Data de Registro nacional profissional: 04/02/1999

Validade: Indefinida

#### DADOS DOS REGISTROS DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA-RRT

Número do RRT: 2002902                      Tipo do RRT: SIMPLES - EXTEMPORÂNEO                      Registrado em: 17/04/2014  
Forma de Registro: INICIAL                      Participação Técnica: EQUIPE  
Descrição: DIAGNÓSTICO E ALTERAÇÃO DA LEI DE MOBILIDADE URBANA E SISTEMA VIÁRIO DO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE DO SUL.

Empresa contratada: ECOTÉCNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA  
GNPJ: 02.610.553/0001-91

#### DADOS DO CONTRATO

Contratante: Prefeitura Municipal de Campina Grande do Sul  
CPF/CNPJ: 7610560000186  
PRAÇA Bento Munhoz da Rocha Neto                      Nº 30  
Complemento:  
Cidade: CAMPINA GRANDE DO SUL                      Bairro: CENTRO                      UF: PR                      CEP: 83430000  
Contrato: 81/2012  
Celebrado em: 20/07/2012  
Valor do Contrato: R\$ 9.500,00                      Tipo do Contratante: Pessoa jurídica de direito privado  
Data de Início: 01/08/2012                      Data de término da atividade:

#### ATIVIDADE TÉCNICA REALIZADA

4.4.8 - Plano diretor de mobilidade e transporte, 540.60 km² - quilômetro quadrado;

#### ENDEREÇO DA OBRA/SERVIÇO

PRAÇA BENTO MUNHOZ DA ROCHA NETO                      Nº 30  
Complemento:                      Bairro: CENTRO  
Cidade: CAMPINA GRANDE DO SUL                      UF: PR                      CEP: 83430000  
Coordenadas Geográficas: 0 0

#### DESCRIÇÃO

CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO COM ATESTADO

#### INFORMAÇÕES IMPORTANTES

- Esta certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos
- Certificamos que se encontra vinculado à presente CAT o atestado apresentado em cumprimento à Lei nº 8.666/93, expedido pela pessoa jurídica contratante, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes. É de responsabilidade deste Conselho a verificação da atividade profissional em conformidade com a Lei nº 12.378/2010 e Resoluções do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR)



**Conselho de Arquitetura e Urbanismo**  
**CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO COM ATESTADO**  
Lei Nº 12378 de 31 de Dezembro de 2010

**CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO COM ATESTADO**  
**Nº 0000000171032**

- A Certidão de Acervo Técnico (CAT) à qual o atestado está vinculado constituirá prova da capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver ou venha a ser integrado ao seu quadro técnico por meio de declaração entregue no momento da habilitação ou da entrega das propostas

- Certificamos, ainda, que nos termos do artigo 2º da Lei nº 12.378/2010 e artigos 2º e 3º da Resolução nº 21/2012-CAU/BR, esta Certidão é válida somente para os serviços condizentes com as atribuições profissionais acima discriminadas

- Em conformidade com o que determina o Art. 45 da Lei 12.378, toda realização de trabalho de competência privativa ou de atuação compartilhadas com outras profissões regulamentadas será objeto de Registro de Responsabilidade Técnica - RRT

- Válida em todo o território nacional.

Certidão nº PR  
06/09/2018, 12:10  
Chave de Impressão: Curitiba/PR

0017



956<sup>A</sup>

Certidão nº 171032/2014 - 06/09/2018 - 12-10 - Chave de Impressão: 78610D76132C55074866Z

O atestado neste ato registrado foi emitido em 06/09/2018, e contém 4 folhas

### ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins, que a empresa ECOTECNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA, com sede à Maria Rita das Chagas Lima, 317 - Curitiba/PR, Bairro: São Eraz - CEP 82.300-330, inscrita no CNPJ 02.610.553/0001-91 tendo como responsável técnica a Arquiteta e Urbanista SANDRA MAYUMI NAKAMURA, carteira profissional CAU-PR A28547-1, prestou para a PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE DO SUL, inscrita no CNPJ 78.105.600/0001-88, os serviços referentes à **Elaboração de Diagnóstico e Lei de Mobilidade Urbana e Sistema Viário (urbano e rural)** para o município de Campina Grande do Sul - PR, tendo demonstrado Capacidade Técnica no fornecimento dos mesmos, nada constando em nossos arquivos que a desabone.

### CARACTERÍSTICAS DOS SERVIÇOS

Início dos serviços:	01/08/2012
Conclusão dos serviços:	24/04/2013
Objeto do contrato:	Elaboração de Diagnóstico e Lei de Mobilidade Urbana e Sistema Viário (urbano e rural) para o município de Campina Grande do Sul
Local da obra:	Praça Benito Melloz da Rocha Neto, 30 Bairro Centro, CEP: 83.430-000, Campina Grande do Sul - PR

### EQUIPE TÉCNICA

Arquiteta e Urbanista Esp.	Sandra Mayumi Nakamura	CAU-PR A28547-1
Arquiteta e Urbanista Esp.	Vanessa Boscolo Fernandes	CAU-PR A37721-0
Arquiteta e Urbanista	Leticia Carden S. de Oliveira	CAU-PR A46013-0
Arquiteta e Urbanista	Nara Yumi Fujii	CAU-PR A58828-8
Engenheiro Civil	Nilo Amora	CREA-PR 8040-D
Engenheira Civil	Araucária L. Timóteo	CREA-PR 74457-D
Engenheira Ambiental	Lidia Sayoko Tanaka	CREA-PR 5713-RD

### Equipe de Apoio

Acadêmica em Arquitetura e Urbanismo	Inis D'Angelo
Acadêmica em Engenharia Ambiental	Ferni L. Rodrigues

### DESCRIÇÃO DO PROJETO

Elaboração do **Diagnóstico de Mobilidade e Sistema Viário Municipal**, com a posterior **Proposição de Hierarquia das vias municipais e urbanas** do município de Campina Grande do Sul, que resultou por fim na elaboração da **Lei de Mobilidade e Sistema Viário** para o município, considerando algumas das diretrizes preconizadas pela Política Nacional de Mobilidade Urbana (Lei Federal nº 12.587/12). Campina Grande do Sul é um município integrante da Região Metropolitana de Curitiba, com superfície territorial de 540,60km² e população de aproximadamente 38.000 habitantes (IBGE, 2010).

Atestado emitido em 06/09/2018, às 14:55:13, pelo Tabelião Público de Curitiba, Dr. Carlos Roberto de Moraes, para o registro em nome do Tabelião Público de Curitiba, Dr. Carlos Roberto de Moraes.

Atestado emitido em 06/09/2018, às 14:55:13, pelo Tabelião Público de Curitiba, Dr. Carlos Roberto de Moraes, para o registro em nome do Tabelião Público de Curitiba, Dr. Carlos Roberto de Moraes.

Este documento encontra-se registrado no Conselho de Arquitetura e Urbanismo, vinculado à Certidão De Aprove Técnico Com Atestado nº 171032, emitida em 06/09/2018.

0018



**DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS**

Foram realizadas as seguintes etapas:

**1. Levantamento de Campo**

Foram realizadas visitas a campo para o reconhecimento espacial, levantamento fotográfico e reuniões junto as secretarias e órgãos competentes para a compilação de informações que contribuíssem para a elaboração da caracterização da mobilidade e sistema viário urbano e rural do município

**2. Diagnóstico de Mobilidade e Sistema Viário**

Foi apresentada a descrição da circulação dentro do sistema metropolitano, caracterização do sistema viário municipal e urbano, condições de pavimentação, infraestrutura do sistema de mobilidade, acessibilidade, regulamentações existente nos municípios

**3. Proposições e minuta de Lei de Mobilidade e Sistema Viário**

A partir dos levantamentos de informações realizadas na etapa de diagnóstico, foram estabelecidas prioridades de áreas viárias, hierarquizada e pavimentação de vias urbanas e rurais de acordo as necessidades constatadas e em conformidade com o plano de ocupação do solo do município

Posteriormente, foi elaborada uma Minuta de Anteprojeto de Lei de Mobilidade e Sistema Viário, que apresenta a definição da hierarquia viária, sinalização e talismãs, respectivas dimensões e padrões, parâmetros para a implantação de ciclovias, estacionamento sobre as áreas do estacionamento, sinalização urbana, sanções e penalidades.

Cunha, Fevereiro de 2014

João Luiz Simão  
Diretor do Setor de Engenharia  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE DO SUL  
CNPJ 76.135.600/0001-06

Este documento encontra-se registrado no Conselho de Arquitetura e Urbanismo, vinculado à Certidão De Aprove Técnico Com Atestado nº 171032, emitida em 06/09/2018

*(Handwritten signatures and marks)*

*(Handwritten mark)*





**Conselho de Arquitetura e Urbanismo**  
**CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO COM ATESTADO**  
 Lei Nº 12378 de 31 de Dezembro de 2010

**CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO COM**  
**ATESTADO**

**Nº 0000000170706**



CERTIFICAMOS, para os devidos fins, que consta em nossos arquivos o registro de Acervo referente ao(s) Registro(s) do Responsabilidade Técnica - RRTs abaixo discriminada(s):

Profissional: SANDRA MAYUMI NAKAMURA  
 Título do Profissional: Arquiteto e Urbanista  
 Registro Nacional: Registro CAU nº 000A285471

Validade: Indefinida

Número do RRT: 2200217

Tipo do RRT: SIMPLES

Registrado em:

Forma de Registro: RETIFICADOR à 111563

Participação Técnica: EQUIPE

Descrição: ELABORAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO INTEGRADA DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DO MUNICÍPIO DE APUCARANA/PARANÁ. População estimada de 121.000 habitantes (IBGE, 2010). Participação do profissional: Coordenação do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos.

Empresa contratada: ECOTECNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA  
 CNPJ: 02.610.553/0001-91

Contratante: Prefeitura Municipal de Apucarana  
 CPF/CNPJ: 75771253000168

RUA JOSÉ DE OLIVEIRA ROSA

Nº 25

Complemento:

Bairro: CENTRO CÍVICO

Cidade: APUCARANA

UF: PR

CEP: 86800235

Contrato: 036/2012

Celebrado em 16/02/2012

Valor do Contrato: R\$ 64.850,00

Tipo do Contratante: Contratante

Data de Início: 12/03/2012

Data de Fim: 16/12/2012

**Atividade Técnica**

2.2 - ESTUDO , 1,00 un - unidade ; 4.3 - CONSULTORIA , 1,00 un - unidade ;

**Endereço da obra/serviço**

RUA JOSÉ DE OLIVEIRA ROSA

Nº 25

Complemento:

Bairro: CENTRO CÍVICO

Cidade: APUCARANA

UF: PR

CEP: 86800235

Coordenadas Geográficas: 0 0

1. Descrição

CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO COM ATESTADO

2. Informações

- A Certidão de Acervo Técnico (CAT) à qual o atestado está vinculado constituirá prova da capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver ou venha a ser integrado ao seu quadro técnico por meio de declaração entregue no momento da habilitação ou da entrega das propostas



**Conselho de Arquitetura e Urbanismo**  
CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO COM ATESTADO  
Lei Nº 12378 de 31 de Dezembro de 2010

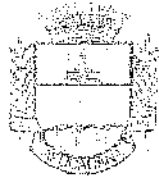
**CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO COM  
ATESTADO**  
Nº 0000000170706

- Certificamos, ainda, que nos termos do artigo 2º da Lei nº 12.378/2010 e artigos 2º e 3º da Resolução nº 21/2012-CAU/BR, esta Certidão é válida somente para os serviços condizentes com as atribuições profissionais acima discriminadas
- Certificamos que se encontra vinculado à presente CAT o atestado apresentado em cumprimento à Lei nº 8.666/93, expedido pela pessoa jurídica contratante, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes. É de responsabilidade deste Conselho a verificação da atividade profissional em conformidade com a Lei nº 12.378/2010 e Resoluções do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR)
- Em conformidade com o que determina o Art. 45 da Lei 12.378, toda realização de trabalho de competência privativa ou de atuação compartilhadas com outras profissões regulamentadas será objeto de Registro de Responsabilidade Técnica - RRT
- Esta certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos

Certidão nº 170706/2014

22/04/2014, 14:32

Chave de Impressão: 088A4983Z307Y24585D2



Prefeitura do Município de Apucarana  
Centro Cívico - Rua da Fátima Rosa, nº 25 - Jd. J. J. -  
Apucarana - PR - [www.apucarana.pr.gov.br](http://www.apucarana.pr.gov.br)

### ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins, que a empresa **ECOTÉCNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA**, com sede à Maria Rita das Chagas Lima, 317 – Curitiba-PR Bairro São Braz CEP 82300-330, inscrita no CNPJ 02.510.553/0001-91 tendo como responsável técnica a Arquiteta e Urbanista **SANDRA MAYUMI NAKAMURA**, carteira profissional CAUPR-5.5029-9, prestou para a **PREFEITURA MUNICIPAL DE APUCARANA**, CNPJ 75.771.253/0001-68, estabelecida à Rua José de Oliveira Rosa, 25 - Centro - Apucarana - Paraná, os serviços referentes à **Elaboração do Plano de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos do município de Apucarana/PR**, tendo demonstrado Capacidade Técnica no fornecimento dos mesmos, nada constando em nossos arquivos que a desabone.

#### CARACTERÍSTICAS DOS SERVIÇOS

Início dos serviços: 12/03/2012  
Conclusão dos serviços: 16/12/2012  
Objeto do contrato: ELABORAÇÃO DO PLANO DE GERENCIAMENTO INTEGRADO DE RESÍDUOS SÓLIDOS DO MUNICÍPIO DE APUCARANA/PR.

#### EQUIPE TÉCNICA

Coordenação Geral	Engenheiro Civil Esp. Nilo Aihara	CREA-PR 8.040/D
Coordenação Geral	Arquiteta e Urbanista Esp. Sandra Mayumi Nakamura	CAUPR-5.5029-9
Coordenação Técnica	Arquiteta e Urbanista Leticia Schmitt Cardon de Oliveira	CAUPR - 86 292-4
Arquiteta e Urbanista	Vanessa Boscaro Fernandes	CAUPR 71.074-1
Biólogo	Luiz Gustavo Andreguetto	CRBio-PR 50.593/7D
Economista	Elisabete Tieme Arazaki	CORECON-PR 4983-8
Advogado	Lúcia B. de Camargo Blicharski	OAB-PR 37.951
Oceanógrafo	Cássio Kiyonori	AOCEANO 2028
Acadêmica em Arquitetura e Urbanismo		Tais D'Angelis
Acadêmico em Engenharia Ambiental		Hironi Umezawa
Acadêmico em Engenharia Ambiental		Renan Ulri Andreguetto

#### DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

Dados do município de Apucarana:

População Atual (Censo Demográfico IBGE 2010)	120.919 habitantes
População urbana projetada (ano de 2027)	142.115 habitantes
Geração atual de resíduo doméstico e comercial	2.300 ton/mês

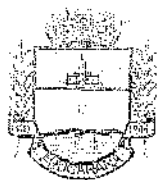
#### LEVANTAMENTO DE DADOS E DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO ATUAL

Inicialmente ocorreu uma caracterização geral do município, mediante levantamento de informações bibliográficas (IBGE, IPARDES, AGUASPARANÁ, IAP, Prefeitura e outros), documentais municipais e *in loco*, acerca dos aspectos físicos ambientais, socioeconômicos, estrutura urbana e infraestrutura.

*[Handwritten signatures and initials]*

Este documento encontra-se registrado no Conselho de Arquitetura e Urbanismo, vinculado à Certidão de Acervo Técnico Com Atestado nº 170706, emitida em 22/04/2014

Certidão nº 170706/2014  
22/04/2014, 14:32  
Chave de Impressão: 068A4983Z307Y24565D2  
O atestado neste ato registrado foi emitido em 22/04/2014, e contém 6 folhas



Prefeitura do Município de Apucarana  
 Centro Cívico José de Oliveira Rosa nº 15 - CEP 84000-000  
 Apucarana - PR - www.apucarana.pr.gov.br

Foram levantadas, para posterior análise, as condições atuais de limpeza do município, por meio de visitas técnicas, entrevistas, ensaios de campo e informações da equipe responsável por este tipo de serviço.

Iguamente foi identificado o sistema de coleta de resíduos do município, bem como o transporte, características dos resíduos sólidos coletados, sistema de tratamento utilizado e disposição final, custos, receitas e avaliação dos serviços prestados, detalhando, para cada tipo de resíduo gerado, o manejo existente, e quando possível, conferindo com as regulamentações/normas existentes nas esferas do governo (federal, estadual e municipal). Após esta identificação foram obtidos a produção *per capita* de Resíduo Doméstico (relaciona a quantidade de resíduos urbanos gerada diariamente e o número de habitantes do município) e a estimativa da quantidade de resíduos gerados utilizando taxas de projeção populacional.

Ainda, foram identificados os aspectos legais (leis e normas ambientais necessárias para o processo da gestão de resíduos sólidos e saneamento) e as estruturas municipais: administrativa organizacional, estrutura orçamentária e financeira; e a previsão orçamentária de receitas e despesas municipais.

Também foram avaliados o diagnóstico, as prioridades dos programas e ações existentes em relação à gestão dos resíduos e meio ambiente (educação ambiental), além de identificar os aspectos sociais através do contato informal (vizinhos) e identificação da existência de grupos organizados que possam contribuir para a melhoria das ações.

#### Caracterização Física dos Resíduos Sólidos Domésticos

As características físicas foram determinadas através de sua composição qualitativa. A partir desta constituição foi possível aferir os valores essenciais para o estudo e a destinação final, da recuperação de resíduos, do dimensionamento de usinas de tratamento, reaproveitamento e entre outros. E para um correto prognóstico de cenários futuros foi indispensável determinar principalmente a composição gravimétrica, o peso específico e a produção diária *per capita* dos resíduos sólidos urbanos gerados no município de Apucarana. Esta composição gravimétrica permitiu traçar estudos de caracterização do município de potencial de reciclagem e compostagem, dentre outras análises.

Para tal, utilizou-se de metodologia definida pelo corpo técnico da SANEPAR com base em diretrizes da NBR 10007:2004 – Amostragem de Resíduos Sólidos e de outras bibliografias relacionadas.

Por fim, com base nos dados obtidos nos levantamentos foi realizada a análise e identificação do perfil do município que serviu de base para a elaboração do Plano de Gerenciamento Integrado de Resíduos a partir de diretrizes específicas.

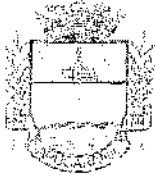
#### PLANO DE GERENCIAMENTO INTEGRADO DE RESÍDUOS – PROPOSIÇÕES

O Plano de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos do município de Apucarana foi elaborado visando a administração/gerenciamento dos resíduos por meio de um conjunto integrado de ações normativas, operacionais, financeiras e de planejamento que levou em consideração os aspectos referentes à sua geração, segregação, acondicionamento, coleta, armazenamento, transporte, tratamento e disposição final, de forma a atender aos requisitos ambientais e de saúde pública.

O PGIRS também foi elaborado de acordo com os critérios estabelecidos pelos órgãos de meio ambiente e sanitários federal, estadual e municipal e com base nas análises dos levantamentos realizados no diagnóstico, elaborando um cenário antecipado que visa a tendência da configuração do sistema de limpeza pública de Apucarana.

O PGIRS do município de Apucarana teve como objetivos principais:

- Minimizar a geração de resíduos
- Manter o município limpo por um sistema de coleta seletiva e transporte adequado, tratando o resíduo sólido com tecnologias compatíveis com a realidade local;
- Interligar todas as ações e operações do gerenciamento, influenciando umas as outras. Assim, uma coleta mal planejada encarece o transporte; um transporte mal dimensionado gera prejuízos e reclamações e prejudica o tratamento e a disposição final do resíduo; tratamento mal dimensionado não atinge os objetivos propostos e disposições inadequadas causam sérios impactos ambientais;
- Garantir o destino ambiental correto e seguro para o resíduo sólido.



Prefeitura do Município de Apucarana  
 Rua Cláudio de Fátima, 100 - Fone: (41) 324-9811  
 Curitiba - PR - www.apucarana.pr.gov.br

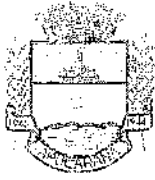
- Conceber o modelo de gerenciamento do município, levando em conta que a quantidade e a qualidade do resíduo gerado em uma dada localidade decorrem do tamanho da população e de suas características socioeconômicas e culturais, do grau de urbanização e dos hábitos de consumo vigentes;
- Manter a conscientização da população para separar materiais recicláveis;
- Organizar os catadores de materiais recicláveis em associação/cooperativa adequada a atender à coleta do material oferecido pela população e comercializá-lo junto às fontes de beneficiamento.

Baseado nos objetivos teve-se as seguintes proposições:

- Definição de alguns ajustes em traçados, direções e sentidos nas rotas de coleta domiciliar e comercial, procurando otimizá-las, bem como a sua ampliação em virtude da implantação de novos parcelamentos na sede urbana do município, sendo apresentado através de mapeamento georreferenciado
- Medidas e cuidados que devem ser tomados pelo gerador que compreende a coleta interna, acondicionamento e armazenamento adequados com vistas a facilitar, otimizar e proporcionar maior segurança no processo de acondicionamento e coleta dos resíduos
- Determinação da frequência e turnos das coletas domiciliar e comercial;
- Determinação da frota de veículos baseado na projeção populacional e projeção da produção de resíduos sólidos no município (quantitativo e modelos de veículos);
- Determinação da equipe de trabalho através dos setores de coleta, turnos e frota de veículos;
- Definição dos procedimentos de Controle, Monitoramento e Fiscalização;
- Definição de ações para aperfeiçoar, ampliar os mecanismos de disposição final dos resíduos sólidos no município (infraestrutura do aterro sanitário, mecanismos de desenvolvimento limpo - MDL, aproveitamento energético do biogás);
- Alternativas eficientes para minimizar a geração de resíduos e maximizar a vida útil de aterros sanitários - tais como Usinas de Triagem e Compostagem, contemplando diretrizes de local de implantação, instalações e infraestrutura, bem como estimativas de investimentos;
- Procedimentos que deverão ser adotados pela Prefeitura Municipal e pelos Pequenos e Grandes Geradores;
- Da mesma forma, seguem as proposições para a coleta seletiva (setores e rotas de coleta, frequência e turnos, frota de veículos e equipe de trabalho, destinação final, estabelecimentos de triagem e comércio de resíduos recicláveis);
- Campanhas para os coletores informais (catadores) visando a melhoria no modo de produção de sua renda e inclusão social, realização de cadastramento desses coletores informais, e medidas de orientação, capacitação e inclusão;
- Medidas e ações para melhoria e ampliação no sistema de Limpeza de logradouros públicos (Varrição, Poda e Capina);
- Aperfeiçoamento e adequações no manejo de resíduos da construção civil, serviços de saúde, serviços funerários, resíduos perigosos, eletroeletrônicos e industriais, de acordo com as normas legais vigentes;
- Determinação de Programas de Educação Ambiental visando a conscientização e, conseqüentemente, a integração da população na gestão dos resíduos sólidos, por meio da sensibilização e da difusão de conhecimentos;
- Definição de um Plano Social compreendendo questões de Higiene e Segurança do Trabalho na Limpeza Pública;
- Adequação e aperfeiçoamento da estrutura administrativa e legislativa.

#### PROCESSO PARTICIPATIVO – REUNIÕES E OFICINAS TÉCNICAS

Para definição e aprovação de todas as questões propostas para o Plano de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos foram realizadas reuniões e oficinas técnicas durante todo o processo de sua elaboração.



Prefeitura do Município de Apucarana  
 Centro Cívico São de Oliveira Rosa nº 25 - CEP 86900-000  
 Apucarana - PR - www.apucarana.pr.gov.br

963<sup>A</sup>

FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

Este atestado foi emitido por solicitação da empresa **ECOTÉCNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA**. A emissão desse atestado substitui todos os demais documentos correlatos já emitidos ou fornecidos.

Apucarana 29 de outubro de 2012

*[Handwritten signature]*  
 \_\_\_\_\_  
 Herivelto Moreno  
 Supervisor Geral do PGIRS de Apucarana  
 Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos  
 Prefeitura Municipal de Apucarana

Certidão nº 170706/2014

22/04/2014, 14:32

Chave de Impressão: 088A4983207724586D2

O atestado neste ato registrado foi emitido em 22/04/2014, e contém 6 folhas

Este documento encontra-se registrado no **Cad. Ilho de Arquitetura e Urbanismo**, vinculado à Certidão De Arquivo Técnico Com Atestado nº 170706, emitida em 22/04/2014



*[Handwritten mark]*

*[Handwritten signature]*

0025

*[Handwritten mark]*



**Conselho de Arquitetura e Urbanismo**  
**CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO COM ATESTADO**  
Lei Nº 12378 de 31 de Dezembro de 2010

**CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO COM ATESTADO**  
**Nº 000000462512**

  
20180000462512

CERTIFICAMOS, para os devidos fins, que consta em nossos arquivos o registro de Acervo referente ao(s) Registro(s) de Responsabilidade Técnica - RRTs abaixo discriminado(s):

**DADOS DO PROFISSIONAL**

Título do Profissional: Arquiteto e Urbanista  
Data de obtenção de Títulos: 03/02/1999  
Registro Nacional: 000A285471  
Data de Registro nacional profissional: 04/02/1999

Validade: Indefinida

**DADOS DOS REGISTROS DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA-RRT**

Número do RRT: 7352859    Tipo do RRT: SIMPLES    Registrado em: 24/08/2018  
Forma de Registro: INICIAL    Participação Técnica: EQUIPE  
Descrição: Plano de Resíduos Sólidos da Região de Desenvolvimento Metropolitana de Pernambuco, incluindo Programa de Coleta Seletiva.

Empresa contratada: ECOTECNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA  
CNPJ: 02.610.553/0001-91

**DADOS DO CONTRATO**

Contratante: Caruso Jr. Estudos Ambientais & Engenharia LTDA  
CPF/CNPJ: 02550302000169  
RUA DOM JAIME CÂMARA    Nº 170  
Complemento: Sala 1101  
Cidade: FLORIANÓPOLIS    Bairro: CENTRO    UF: SC    CEP: 88015120  
Contrato:  
Celebrado em: 06/04/2015  
Valor do Contrato: R\$ 0,00    Tipo do Contratante: Pessoa jurídica de direito privado  
Data de Início: 06/04/2015    Data de término da atividade: 27/08/2018

**ATIVIDADE TÉCNICA REALIZADA**

3.1 - COORDENAÇÃO E COMPATIBILIZAÇÃO DE PROJETOS , 1.00 un - unidade ;

**ENDEREÇO DA OBRA/SERVIÇO**

ESTRAÇA DO BARBALHO    Nº 889-A  
Complemento:    Bairro: IPUTINGA  
Cidade: RECIFE    UF: PE    CEP: 50690900  
Coordenadas Geográficas: 0 0

**DESCRIÇÃO**

CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO COM ATESTADO

**INFORMAÇÕES IMPORTANTES**

- Esta certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos
- Certificamos que se encontra vinculado à presente CAT o atestado apresentado em cumprimento à Lei nº 8.666/93, expedido pela pessoa jurídica contratante, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes. É de responsabilidade deste Conselho a verificação da atividade profissional em conformidade com a Lei nº 12.378/2010 e Resoluções do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR)



**Conselho de Arquitetura e Urbanismo**  
**CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO COM ATESTADO**  
Lei Nº 12378 de 31 de Dezembro de 2010

**CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO COM ATESTADO**  
**Nº 0000000462512**

- A Certidão de Acervo Técnico (CAT) à qual o atestado está vinculado constituirá prova da capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver ou venha a ser integrado ao seu quadro técnico por meio de declaração entregue no momento da habilitação ou da entrega das propostas

- Certificamos, ainda, que nos termos do artigo 2º da Lei nº 12.378/2010 e artigos 2º e 3º da Resolução nº 21/2012-CAU/BR, esta Certidão é válida somente para os serviços condizentes com as atribuições profissionais acima discriminadas

- Em conformidade com o que determina o Art. 45 da Lei 12.378, toda realização de trabalho de competência privativa ou de atuação compartilhadas com outras profissões regulamentadas será objeto de Registro de Responsabilidade Técnica - RRT

- Válida em todo o território nacional.

Certidão nº PR  
06/09/2018, 10:43  
Chave de Impressão: Curitiba/PR

*[Handwritten signatures and initials]*





### ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins, que a **ECOTÉCNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA**, com sede à Maria Rita das Chagas Lima, 317, Bairro São Braz CEP 82.300-330 - Curitiba - PR, inscrita no CNPJ 02.610.553/0001-91 tendo como responsáveis técnicos a Arquiteta e Urbanista **SANDRA MAYUMI NAKAMURA**, carteira profissional CAU-A28547-1 e o Engenheiro Civil **NILO AIHARA**, carteira profissional CREA-PR 8.040/D, prestaram para a **CARUSO JR. Estudos Ambientais & Engenharia Ltda**, inscrita no CNPJ 02.550.302/0001-69, estabelecida na Rua Dom Jaime Câmara, 170, sala 1101, Centro, Florianópolis, CEP 88.015-120, os serviços referentes à elaboração do **PLANO DE RESÍDUOS SÓLIDOS DA REGIÃO DE DESENVOLVIMENTO METROPOLITANA DE PERNAMBUCO, INCLUINDO PROGRAMA DE COLETA SELETIVA**, tendo demonstrado Capacidade Técnica no fornecimento dos mesmos, nada constando em nossos arquivos que a desabone.

Florianópolis, 27 de Agosto de 2018.

Início dos serviços:	06/04/2015
Conclusão dos serviços:	27/08/2018
Objeto do contrato:	Plano de Resíduos Sólidos da Região de Desenvolvimento Metropolitana de Pernambuco, incluindo Programa de Coleta Seletiva.
Local da Obra:	Estrada do Barbalho, 889-A, Ipubinga – Recife-PE, CEP: 50.690-900

Coordenação Geral	Arquiteta e Urbanista Esp. Sandra Mayumi Nakamura	CAU- A28547-1
Engenheira Ambiental	Lidia Sayoko Tanaka	CREA-PR 87.131/D
Engenheiro Civil / Sanitarista Esp.	Nilo Aihara	CREA-PR 8.040/D
Engenheira Civil Esp.	Maria Alice Simões Cordeiro Soares	CREA-PR 53.016/D
Advogada	Rosamaria Milléo Costa	OAB-PR 20.026
Advogada	Márcia Valéria Santos Barbosa	OAB-PR 61.291
Socióloga	Ana Maria Lorici Santin	
Zootecnista	Gisele Leopoldino	CRMV-PR 1064/Z

CARUSO JR. Estudos Ambientais & Engenharia Ltda.  
 Florianópolis: Rua Dom Jaime Câmara, 170, sala 1101 – Centro – Fone/Fax (48) 3223-1620.  
 E-mail: contato@carusojrea.com.br www.carusojrea.com.br

Certidão nº 462512/2018 - 06/09/2018, 10:43 - Chave de Impressão: 072D53WV4Z5YZW4CQ209  
 O atestado neste ato registrado foi emitido em 06/09/2018, e contém 5 folhas

Este documento encontra-se registrado no Conselho de Arquitetura e Urbanismo, vinculado à  
 Certidão De Aproveitamento Técnico Com Atestado nº 462512, emitida em 06/09/2018



Relatório Técnico

Cartão nº 462512/2018 - 06/09/2018 - 10:43 - Chave de Impressão: 0720E3WVAZ5VZW4CCZ09  
O atestado neste ato registrado foi emitido em 06/09/2018, e contém 5 folhas

Este trabalho correspondeu ao Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos para a Região de Desenvolvimento Metropolitano de Pernambuco – RDM/PE, que inclui os 14 municípios da Região Metropolitana do Recife – RMR (Abreu e Lima, Araçoiaba, Cabo de Santo Agostinho, Camaragibe, Igarassu, Ipojuca, Ilha de Itamaracá, Itapissuma, Jaboatão dos Guararapes, Moreno, Olinda, Paulista, Recife e São Lourenço da Mata) e o Distrito Estadual de Fernando de Noronha, teve o objetivo de apresentar metas a fim de obter resultados compatíveis com as premissas e orientações da Política Nacional de Resíduos Sólidos.

As ações apontadas e discutidas, indicaram a necessidade de melhoria para uma plena gestão dos resíduos sólidos, a ser implementada por meio de diretrizes estabelecidas ao longo do horizonte de planejamento de 20 anos.

As metas e ações foram embasadas nas diretrizes e estratégias determinadas pelos instrumentos já existentes na esfera regional, estadual e nacional, no que tange ao arcabouço legal relacionado à temática de resíduos sólidos, a saber: Plano Nacional de Resíduos Sólidos, Plano Estadual de Resíduos Sólidos de Pernambuco e Plano de Resíduos Sólidos da Região Metropolitana do Recife – RMR.

As diretrizes, estratégias, programas e ações foram validados em discussão com representantes dos diversos órgãos e instituições das prefeituras e do Estado, das associações e cooperativas de catadores, bem como dos demais atores envolvidos na gestão dos resíduos sólidos.

Foi apresentada uma proposição de instrumentos de gestão e rede de áreas de manejo local e regional para os resíduos sólidos, considerando as premissas apontadas pelo Ministério do Meio Ambiente, no âmbito do Manual de Orientação para Plano de Gestão de Resíduos Sólidos, bem como discutindo uma espacialização apropriada de ecopontos, possibilitando ao cidadão uma opção de disposição de resíduos alternativa e complementar a coleta seletiva.

Visando a difusão e implementação de práticas socioambientais nas instituições públicas, o presente estudo abordou o programa desenvolvido pelo Ministério do Meio Ambiente relacionado à agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), apresentando os objetivos, as instituições que já aderiram a esse projeto e um descritivo das etapas de implantação para aquelas que desejarem aderir.

O arranjo operacional proposto para o Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos representa a situação atual e uma perspectiva em curto prazo para implementações de ações relacionadas à gestão dos resíduos na RDM/PE.

Resalta-se que as proposições foram embasadas nos seguintes referenciais:

- Diretrizes da alternativa 06 do Estudo de Concepção de Coleta Seletiva, Tratamento e Disposição em Aterro Sanitário (CARUSO, 2013);



Este documento encontra-se registrado no Conselho de Arquitetura e Urbanismo, vinculado à Certidão De Ato Técnico Com Atestado nº 462512, emitida em 06/09/2018

*[Handwritten signatures and initials]*

968<sup>A</sup>

CONSELHO DE ENGENHARIA E ARQUITETURA DE FLORIANÓPOLIS

- Análise das diretrizes, metas, programas, projetos e ações descritas no Plano Nacional de Resíduos Sólidos, no Plano Estadual e no Plano Metropolitano;
- Diagnóstico Situacional quanto à gestão dos resíduos sólidos dos municípios integrantes da RDM/PE, inclusive nas informações disponibilizadas pelos municípios quanto aos recursos disponíveis, demanda, receitas e despesas;
- Resultados coletados nas oficinas setoriais, onde foi possível identificar a expectativa da população, dos representantes das prefeituras e de diversos setores representativos quanto à gestão dos resíduos sólidos;
- Atendimento aos diversos instrumentos legais e normativos relativos aos resíduos sólidos atualmente vigentes.

Florianópolis, 27 de agosto de 2018.

Esse atestado foi emitido por solicitação da empresa ECOTÉCNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA., a emissão deste substitui todos os demais documentos correlatos já emitidos ou fornecidos.

Florianópolis, 27 de agosto de 2018.

*(Assinatura manuscrita)*

---

**Dr., GEÓLOGO FRANCISCO CARUSO GOMES JUNIOR**  
 CREA/5C 026715-0  
 CARUSO JR ESTUDOS AMBIENTAIS & ENGENHARIA LTDA.

CARUSO JR Estudos Ambientais & Engenharia Ltda  
 Rua Dom Jaime Câmara, 170 - Centro - Florianópolis - SC  
 CEP: 01301-900 - Fone/Fax: (48) 3223-4620  
 E-mail: caruso@carusojrea.com.br

CARUSO JR. Estudos Ambientais & Engenharia Ltda.  
 Florianópolis: Rua Dom Jaime Câmara, 170, sala 1101 – Centro – Fone/Fax (48) 3223-4620.  
 E-mail: caruso@carusojrea.com.br      www.carusojrea.com.br

Certidão nº 4625/2018 - 06/09/2018, 10:43 - Chave de Impressão: 022D53WYAZ5Y2W4CC706  
O atestado neste ato registrado foi emitido em 06/09/2018, e contém 5 folhas

Este documento encontra-se registrado no Conselho de Arquitetura e Urbanismo, vinculado à Certidão De Aprove Técnico Com Atestado nº 462512, emitida em 06/09/2018

0030



**Conselho de Arquitetura e Urbanismo**  
**CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO COM ATESTADO**  
 Lei Nº 12378 de 31 de Dezembro de 2010

**CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO COM ATESTADO**  
**Nº 0000000461889**



Validade: Indeterminada

CERTIFICAMOS, para os devidos fins, que consta em nossos arquivos o registro de Acervo referente ao(s) Registro(s) de Responsabilidade Técnica - RRTs abaixo discriminado(s):

**DADOS DO PROFISSIONAL**

Profissional: SANDRA MAYUMI NAKAMURA  
 Título do Profissional: Arquiteto e Urbanista  
 Data de obtenção do título: 03/02/1999  
 Registro Nacional: 000A285471  
 Data de Registro: 04/02/1999

Validade: Indefinida

**DADOS DOS REGISTROS DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA-RRT**

Número do RRT: 7346759 Tipo do RRT: DERIVADO Registrado em: 22/08/2018  
 Forma de Registro: RETIFICADOR à 266938 Participação Técnica: EQUIPE  
 Descrição: ELABORAÇÃO DO PLANO LOCAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL (PLHS) DO MUNICÍPIO DE COLOMBO - PR.  
 PARTICIPAÇÃO DO PROFISSIONAL: COORDENAÇÃO GERAL.  
 Empresa contratada: ECOTECNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA  
 CNPJ: 02.610.553/0001-91

**DADOS DO CONTRATO**

Contratante: Prefeitura do Município de Colombo  
 CPF/CNPJ: 76105634000170 Nº 105  
 RUA QUINZE DE NOVENBRO  
 Complemento: Bairro: CENTRO UF: PR CEP: 83414000  
 Cidade: COLOMBO  
 Contrato: 052/2011  
 Celebrado em: 17/03/2011  
 Valor do Contrato: R\$ 39.000,00 Tipo do Contratante: Pessoa jurídica de direito público  
 Data de Início: 13/06/2011 Data de término da atividade: 05/01/2015

**ATIVIDADE TÉCNICA REALIZADA**

3.1 - COORDENAÇÃO E COMPATIBILIZAÇÃO DE PROJETOS, 1.00 un - unidade;

**ENDEREÇO DA OBRA/SERVIÇO**

RUA QUINZE DE NOVENBRO Nº 105  
 Complemento: Bairro: CENTRO  
 Cidade: COLOMBO UF: PR CEP: 83414000  
 Coordenadas Geográficas: 0 0

**DESCRIÇÃO**

CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO COM ATESTADO

**INFORMAÇÕES IMPORTANTES**

- Esta certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos



**Conselho de Arquitetura e Urbanismo**  
**CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO COM ATESTADO**  
Lei Nº 12378 de 31 de Dezembro de 2010

**CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO COM ATESTADO**  
**Nº 0000000461889**

- Certificamos que se encontra vinculado à presente CAT o atestado apresentado em cumprimento à Lei nº 8.666/93, expedido pela pessoa jurídica contratante, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes. É de responsabilidade deste Conselho a verificação da atividade profissional em conformidade com a Lei nº 12.378/2010 e Resoluções do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR)

- A Certidão de Acervo Técnico (CAT) à qual o atestado está vinculado constituirá prova da capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver ou venha a ser integrado ao seu quadro técnico por meio de declaração entregue no momento da habilitação ou da entrega das propostas

- Certificamos, ainda, que nos termos do artigo 2º da Lei nº 12.378/2010 e artigos 2º e 3º da Resolução nº 21/2012-CAU/BR, esta Certidão é válida somente para os serviços condizentes com as atribuições profissionais acima discriminadas

- Em conformidade com o que determina o Art. 45 da Lei 12.378, toda realização de trabalho de competência privativa ou de atuação compartilhadas com outras profissões regulamentadas será objeto de Registro de Responsabilidade Técnica - RRT

- Válida em todo o território nacional.

Certidão nº 461889/2018

Expedida em 14/09/2018, 12:23, Curitiba/PR, CAU/PR

Chave de Impressão: 2Z55WZAZ00Y17W5CWYW4



**ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA**

Atestamos para os devidos fins, que a **ECOTÉCNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA**, com sede à Rua Maria Rita das Chagas Lima 317 – Curitiba-PR Bairro São Braz CEP 82.300-330, inscrita no CNPJ 02.813.553/0001-91 tendo como responsável técnica a Arquiteta e Urbanista **SANDRA MAYUMI NAKAMURA**, carteira profissional CAU A28547-1, prestou para a **Prefeitura Municipal de Colombo**, inscrita no CNPJ 76.105.634/0001-70, estabelecida na Rua XV de Novembro 105. Colombo - PR, os serviços referentes à elaboração do **PLANO LOCAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL (PLHIS) do município de Colombo PR**, conforme Pregão Presencial 001/2011 e a Ata de Registro de Preços/contrato 052/2011, tendo demonstrado Capacidade Técnica no fornecimento dos mesmos, nada constando em nossos arquivos que a desanone.

**CARACTERÍSTICAS DOS SERVIÇOS**

Contrato: 052/2011  
 Celebrado: 17/03/2011  
 Valor do contrato: R\$ 39.000,00  
 Início dos serviços: 13/06/2011  
 Conclusão dos serviços: 05/01/2015  
 Objeto do contrato: Elaboração de **PLANO LOCAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL (PLHIS) de Colombo/ PR** em conformidade com o contrato Pregão Presencial 001/2011 e a Ata de Registro de Preços/contrato 052/2011, firmada entre a empresa Ecotécnica e a Prefeitura Municipal.  
 Local dos serviços: Rua XV de Novembro 105 – Colombo - Paraná.

**EQUIPE TÉCNICA**

<b>Coordenação</b>		
Coordenação Geral	Arquiteta e Urbanista Esp. Sandra Mayumi Nakamura	CAU A28547-1
Coordenação Adjunta	Arquiteta e Urbanista Esp. Vanessa Bosnar Fernandes	CAU A37721-0
Coordenação Técnica	Arquiteta e Urbanista Maria Yumi Fuji	CAU A106756-7
<b>Equipe complementar</b>		
Arquiteta e Urbanista	Leucia Schmidt Cordes de Oliveira	CAU A46913-9
Arquiteto e Urbanista	Léris Carlos Guesse	CAU A3191-7
Engenheiro Civil / Sanitarista	Nia Ainaia	CRFA-PR 9.040-D
Sol. Ufopa	Ana Maria Santos	SINDSOC / PR 199/96
<b>Equipe de Apoio</b>		
Arquitetura e Urbanismo	Gustavo Domingues Gaspari	

**DESCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS**

**PROPOSTA METODOLÓGICA**

Acordem sucinta das etapas do Plano Local de Habitação de Interesse Social de Colombo, incluindo as estratégias participativas, as formas de dar publicidade, o cronograma físico-financeiro e os produtos entregues no processo de elaboração do Plano.

**DIAGNOSTICO MUNICIPAL**

Inicialmente foi elaborada a coleta de dados e posteriormente o diagnóstico propriamente dito do município de Colombo/ PR compreendendo a leitura técnica e comunitária e contemplando a caracterização dos aspectos físicos, biológicos e antrópicos.

**Contextualização da Questão Habitacional**

Certidão nº 461889/2018 - 14/09/2018, 12:23 - Chave de Impressão: 2255WZAZ00V17M5CQWYWA  
 O Atestado neste ato registrado foi emitido em 14/09/2018, e contém 4 folhas

Este documento encontra-se registrado no Conselho de Arquitetura e Urbanismo, vinculado à Certidão De Averno Técnico Com Atestado nº 461889, emitida em 14/09/2018



No diagnóstico citado acima, foi elaborado um capítulo específico sobre o tema habitação, apresentando um panorama geral da questão habitacional no Estado do Paraná e confrontada com a realidade de Colombo, com ênfase para a habitação de interesse social, isto é, população de baixa renda e com destaque para os seguintes elementos: necessidades habitacionais compreendendo déficit habitacional quantitativo e qualitativo, domicílios vagos, questão fundiária do município, atores sociais e suas capacidades, planejamento territorial, mobilidade, saneamento básico, infraestrutura básica, a caracterização dos assentamentos precários e ocupações irregulares (moradias em áreas de preservação permanente e áreas de risco), bem como as condições normativas e institucionais existentes nas esferas de governo.

**ESTRATÉGIAS DE AÇÃO PARA O PLANO LOCAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL (PLHIS)**

Com base na Política Nacional de Habitação foram definidos para o município de Colombo os Princípios, Diretrizes e Objetivos do Plano Local de Habitação de Interesse Social.

Foram determinadas as ações predecessoras para a implementação do PLHIS e da Política Habitacional Municipal, além dos critérios para hierarquização e priorização das intervenções no município como um todo. Foram contemplados também alguns dos instrumentos da Política Urbana previstos no Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257/01), análise dos Vazios Urbanos municipais e potenciais para formação do Banco de Terras como uma das estratégias para redução do déficit habitacional. Ainda foram propostos Programas e Ações com respectivos prazos (metas) e orçamentos, com o intuito de minimizar ou mitigar as necessidades habitacionais de interesse social do município. Por fim, foram explicitados o Monitoramento e Avaliação (indicadores de desempenho do setor habitacional e indicadores de resultado dos programas habitacionais) e as fontes de financiamento existentes nas esferas de governo para angariar recursos para o setor habitacional.

Fazem parte do Plano Local de Habitação de Interesse Social do município de Colombo os seguintes programas:

- Programa de Realocação de Famílias em Áreas de Risco e de Preservação Permanente;
- Programa de Produção de Moradias Urbanas;
- Programa de Melhorias Habitacionais;
- Programa de Urbanização e Regularização Fundiária de Assentamentos Precários;
- Programa de Regularização Fundiária;
- Programa de Assistência Técnica;
- Programa de Desenvolvimento Institucional;
- Programa de Moradia Rural:
  - Subprograma de Produção de Moradias Rurais;
  - Subprograma de Melhorias Habitacionais Rurais;
  - Subprograma de Regularização Fundiária e Melhoria na Infraestrutura Rural.

Todo o conteúdo e propostas do PLHIS foram compatibilizados com o planejamento municipal, planos e projetos setoriais e demais estudos pertinentes.

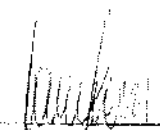
**REALIZAÇÃO DE REUNIÕES, OFICINAS TÉCNICAS E AUDIÊNCIAS PÚBLICAS.**

Para definição e aprovação de todas as questões elaboradas para o Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS) de Colombo-PR foram realizadas reuniões técnicas e oficinas de capacitação com a Equipe de Coordenação e Apoio Municipal, além do Núcleo de Acompanhamento de elaboração do PLHIS (formado por representantes da sociedade civil organizada), audiências públicas com a participação da população em geral, da sociedade civil e instituições relacionadas ao assunto. Todos estes eventos foram registrados em relatórios para comprovação da realização dos mesmos, contendo material relativo a divulgação (cartazes e folders), apresentação ilustrativa de apoio, fotos, lista de presença, ata, impressões e resultados do mesmo, conforme documento contratual do município de Colombo.

**FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS**

Este atestado foi emitido por solicitação da empresa ECOTECNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA.

Colombo, 05 de janeiro de 2015.

  
 Tânia Mara Tosin  
 Secretária Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação  
 Prefeitura Municipal de Colombo - PR  
 CPF: 544.793.479-68


Este documento encontra-se registrado no Conselho de Arquitetura e Urbanismo, vinculado a Certidão De Acervo Técnico Com Atestado nº 461889, emitida em 14/09/2018



**Conselho de Arquitetura e Urbanismo**  
**CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO COM ATESTADO**  
 Lei Nº 12378 de 31 de Dezembro de 2010

**CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO COM ATESTADO**

Nº 0000000359109



CERTIFICAMOS, para os devidos fins, que consta em nossos arquivos o registro de Acervo referente ao(s) Registro(s) de Responsabilidade Técnica - RRTs abaixo discriminado(s):

Profissional: SANDRA MAYUMI NAKAMURA  
 Título do Profissional: Arquiteto e Urbanista  
 Registro Nacional: Registro CAU nº 000A285471

Validade: Indefinida

Número do RRT: 5444737

Tipo do RRT: SIMPLES - EXTEMPORÂNEO

Registrado em: 14/02/2017

Forma de Registro: INICIAL

Participação Técnica: EQUIPE

Descrição: Elaboração do Planejamento Macro da Faixa Linceira da BR-101 e revisão ou elaboração dos Planos Diretores dos municípios de Antônio Carlos, Biguaçu, São José, Paihoca, Santo Amaro da Imperatriz, São Pedro de Alcântara, Garopaba, Imaruí, Imbituba, Laguna, Paulo Lopes, Capivari de Baixo, Gravatal, Pedras Grandes, Sangão, Tubarão, Criciúma, Forquilha, Içara, Morro da Fumaça, Araranguá, Balneário Arroio do Silva, Balneário Gaivota, Ermo, Jacinto Machado, Maracajá, Meleiro, Passo de Torres, Santa Rosa do Sul, São João do Sul, Sombrio e Turvo, estado de Santa Catarina. Profissional responsável pela coordenação técnica geral dos coordenadores.

Empresa contratada: ECOTECNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA  
 CNPJ: 02.810.553/0001-91

Contratante: Hardt Planejamento S/S LTDA  
 CPF/CNPJ: 81911794000147

RUA CAMÕES

Nº 1560

Complemento:

Bairro: HUGO LANGE

Cidade: CURITIBA

UF: PR

CEP: 80040180

Contrato:

Celebrado em 14/10/2008

Valor do Contrato: R\$ 0,00

Tipo do Contratante: Pessoa jurídica de direito privado

Data de Início: 14/10/2008

Data de Fim: 20/12/2011

**Atividade Técnica**

3.1 - COORDENAÇÃO E COMPATIBILIZAÇÃO DE PROJETOS , 32.00 un - unidade ;

**Endereço da obra/serviço**

RUA CAMÕES

Nº 1560

Complemento:

Bairro: HUGO LANGE

Cidade: CURITIBA

UF: PR

CEP: 80040180

Coordenadas Geográficas: 0 0

**1. Descrição**

CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO COM ATESTADO

**2. Informações**

- A Certidão de Acervo Técnico (CAT) à qual o atestado está vinculado constituirá prova da capacidade





**Conselho de Arquitetura e Urbanismo**  
**CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO COM ATESTADO**  
Lei Nº 12378 de 31 de Dezembro de 2010

**CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO COM**  
**ATESTADO**

**Nº 000000359109**

técnico-profissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver ou venha a ser integrado ao seu quadro técnico por meio de declaração entregue no momento da habilitação ou da entrega das propostas

- Certificamos, ainda, que nos termos do artigo 2º da Lei nº 12.378/2010 e artigos 2º e 3º da Resolução nº 21/2012-CAU/BR, esta Certidão é válida somente para os serviços condizentes com as atribuições profissionais acima discriminadas

- Certificamos que se encontra vinculado à presente CAT o atestado apresentado em cumprimento à Lei nº 8.666/93, expedido pela pessoa jurídica contratante, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes. É de responsabilidade deste Conselho a verificação da atividade profissional em conformidade com a Lei nº 12.378/2010 e Resoluções do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR)

- Em conformidade com o que determina o Art. 45 da Lei 12.378, toda realização de trabalho de competência privativa ou de atuação compartilhadas com outras profissões regulamentadas será objeto de Registro de Responsabilidade Técnica - RRT

- Esta certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos

Certidão nº 359109/2017

16/02/2017, 11:12

Chave de Impressão: AYGDWD765AAB168110CZ

0036

**ATESTADO DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS**

A **HARDT PLANEJAMENTO S/S LTDA**, com sede a Rua Comões, nº 1560, bairro Hugo Lange, CEP 80040-180, inscrita no CNPJ 81.911.794/0001-47, atesta, para os devidos fins, que a empresa **ECOTÉCNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA**, com sede à Maria Rita das Chagas Lima, 317 - Curitiba-PR Bairro São Braz CEP 82300-330, inscrita no CNPJ 02.610.553/0001-91, tendo como responsável técnica a Arquiteta e Urbanista **SANDRA MAYUMI NAKAMURA**, carteira profissional CAU A28547-1, prestou serviços de Coordenação Técnica Geral, referentes à realização dos estudos e projetos abaixo citados, tendo demonstrado capacidade técnica no fornecimento dos mesmos, nada constando em nossos arquivos que a descabone.

Início dos serviços: 14/10/2008  
 Conclusão dos serviços: 20/12/2011  
 Endereço da obra: Vários municípios  
 Objeto do contrato: **LOTE 1:**

- Elaboração do Planejamento Macro da Faixa Linceira da BR-101 e revisão ou elaboração dos Planos Diretores dos Municípios de Antônio Carlos, Biguaçu, São José, Faltioça, Santa Amara da Imperatriz e São Pedro de Alcântara, sendo:
- Antônio Carlos (área municipal 229.119 km², população 7.455 hab. - IBGE, 2010): elaboração do Planejamento Macro da Faixa Linceira da BR-101 e revisão do Plano Diretor Municipal;
  - Biguaçu (área municipal 324.521 km², população 58.238 hab. - IBGE, 2010): elaboração do Planejamento Macro da Faixa Linceira da BR-101;
  - São José (área municipal 113.717 km², população 209.804 hab. - IBGE, 2010): elaboração do Planejamento Macro da Faixa Linceira da BR-101;
  - Faltioça (área municipal 394.662 km², população 137.334 hab. - IBGE, 2010): elaboração do Planejamento Macro da Faixa Linceira da BR-101 e revisão do Plano Diretor Municipal;
  - Santa Amara da Imperatriz (área municipal 310.735 km², população 19.830 hab. - IBGE, 2010): elaboração do Planejamento Macro da Faixa Linceira da BR-101 e revisão do Plano Diretor Municipal;
  - São Pedro de Alcântara (área municipal 139.635 km², população 4.710 hab. - IBGE, 2010): elaboração do Planejamento Macro da Faixa Linceira da BR-101 e do Plano Diretor Municipal;

- LOTE 2:**  
 Elaboração do Planejamento Macro da Faixa Linceira da BR-101 e revisão ou elaboração dos Planos Diretores dos municípios de Garopaba, Imaruí, Imbituba, Laguna e Paulo Lopes, sendo:
- Garopaba (área municipal 114.670 km², população 38.144 hab. - IBGE, 2010): elaboração do Planejamento Macro da Faixa Linceira da BR-101 e revisão do Plano Diretor Municipal;
  - Imaruí (área municipal 542.236 km², população 11.672 hab. - IBGE, 2010): elaboração do Plano Diretor Municipal;
  - Imbituba (área municipal 184.787 km², população 40.200 hab. - IBGE, 2010): elaboração do Planejamento Macro da Faixa Linceira da BR-101 e revisão do Plano Diretor Municipal;
  - Laguna (área municipal 440.525 km², população 51.554 hab. - IBGE, 2010): elaboração do Planejamento Macro da Faixa Linceira da BR-101 e revisão do Plano Diretor Municipal;
  - Paulo Lopes (área municipal 450.372 km², população 6.692 hab. - IBGE, 2010): elaboração do Planejamento Macro da Faixa Linceira da BR-101 e do Plano Diretor Municipal;

- LOTE 3:**  
 Elaboração do Planejamento Macro da Faixa Linceira da BR-101 e revisão ou elaboração dos Planos Diretores dos municípios de Capivari de Baixo, Gravatal, Pedras Grandes, Sangão e Tuborão, sendo:
- Capivari de Baixo (área municipal 53.165 km², população 21.689 hab. - IBGE, 2010): elaboração do Planejamento Macro da Faixa Linceira da BR-101;
  - Gravatal (área municipal 168.473 km², população 10.636 hab. - IBGE, 2010): revisão do Plano Diretor Municipal;
  - Pedras Grandes (área municipal 171.021 km², população 4.107 hab. - IBGE, 2010): elaboração Plano Diretor Municipal;
  - Sangão (área municipal 83.058 km², população 10.402 hab. - IBGE, 2010):

Certidão nº 359109/2017  
 16/02/2017, 11:42

Chave de impressão: AY6DWD765AAB188110CZ

O atestado neste ato registrado foi emitido em 16/02/2017, e contém 8 folhas

Este documento encontra-se registrado no Conselho de Arquitetura e Urbanismo, vinculado à Certidão de Acervo Técnico Com Atestado nº 359109, emitida em 16/02/2017



Handwritten signatures and initials on the right side of the page.

elaboração do Planejamento Macro da Faixa Linceira da BR-101 e do Plano Diretor Municipal;

<sup>1</sup>Tubarão (área municipal 360.273 km<sup>2</sup>, população 97.281 hab. - IBGE, 2010): elaboração do Planejamento Macro da Faixa Linceira da BR-101 e revisão do Plano Diretor Municipal.

**LOTE 4:**

Elaboração do Planejamento Macro da Faixa Linceira da BR-101 e revisão ou elaboração dos Planos Diretores dos municípios de Criciúma, Forquilha, Içara e Mário da Fumaça, sendo:

<sup>1</sup>Criciúma (área municipal 235.628 km<sup>2</sup>, população 172.308 hab. - IBGE, 2010): elaboração do Planejamento Macro da Faixa Linceira da BR-101 e revisão do Plano Diretor Municipal;

<sup>2</sup>Forquilha (área municipal 181.915 km<sup>2</sup>, população 22.548 hab. - IBGE, 2010): elaboração do Plano Diretor Municipal;

<sup>3</sup>Içara (área municipal 292.779 km<sup>2</sup>, população 59.859 hab. - IBGE, 2010): elaboração do Planejamento Macro da Faixa Linceira da BR-101 e revisão do Plano Diretor Municipal;

<sup>4</sup>Mário da Fumaça (área municipal 82.935 km<sup>2</sup>, população 16.126 hab. - IBGE, 2010): revisão do Plano Diretor Municipal.

**LOTE 5:**

Elaboração do Planejamento Macro da Faixa Linceira da BR-101 e revisão ou elaboração dos Planos Diretores dos municípios de Araranguá, Balneário Arroio do Silva, Balneário Gaivota, Ima, Jacinta Machado, Maracajó, Meliara, Fossa de Torres, Santa Rosa do Sul, São João do Sul, Sombrio e Turvo, sendo:

<sup>1</sup>Araranguá (área municipal 303.799 km<sup>2</sup>, população 61.339 hab. - IBGE, 2010): elaboração do Planejamento Macro da Faixa Linceira da BR-101 e revisão do Plano Diretor Municipal;

<sup>2</sup>Balneário Arroio do Silva (área municipal 93.819 km<sup>2</sup>, população 9.590 hab. - IBGE, 2010): revisão do Plano Diretor Municipal;

<sup>3</sup>Balneário Gaivota (área municipal 147.710 km<sup>2</sup>, população 8.244 hab. - IBGE, 2010): elaboração do Plano Diretor Municipal;

<sup>4</sup>Ima (área municipal 63.869 km<sup>2</sup>, população 2.050 hab. - IBGE, 2010): elaboração do Plano Diretor Municipal;

<sup>5</sup>Jacinta Machado (área municipal 428.650 km<sup>2</sup>, população 12.606 hab. - IBGE, 2010): elaboração do Plano Diretor Municipal;

<sup>6</sup>Maracajó (área municipal 68.401 km<sup>2</sup>, população 6.409 hab. - IBGE, 2010): elaboração do Planejamento Macro da Faixa Linceira da BR-101 e do Plano Diretor Municipal;

<sup>7</sup>Meliara (área municipal 186.618 km<sup>2</sup>, população 7.002 hab. - IBGE, 2010): elaboração do Plano Diretor Municipal;

<sup>8</sup>Fossa de Torres (área municipal 95.054 km<sup>2</sup>, população 6.433 hab. - IBGE, 2010): elaboração do Planejamento Macro da Faixa Linceira da BR-101 e revisão do Plano Diretor Municipal;

<sup>9</sup>Santa Rosa do Sul (área municipal 151.440 km<sup>2</sup>, população 8.054 hab. - IBGE, 2010): elaboração do Planejamento Macro da Faixa Linceira da BR-101 e do Plano Diretor Municipal;

<sup>10</sup>São João do Sul (área municipal 182.70 km<sup>2</sup>, população 7.002 hab. - IBGE, 2010): elaboração do Planejamento Macro da Faixa Linceira da BR-101 e do Plano Diretor Municipal;

<sup>11</sup>Sombrio (área municipal 142.745 km<sup>2</sup>, população 26.626 hab. - IBGE, 2010): elaboração do Planejamento Macro da Faixa Linceira da BR-101 e do Plano Diretor Municipal;

<sup>12</sup>Turvo (área municipal 233.941 km<sup>2</sup>, população 11.854 hab. - IBGE, 2010): elaboração do Plano Diretor Municipal.

**Equipe**

Formação	Profissional	Função na equipe	Número do Conselho
Arquiteta e Urbanista	Sandra Mayumi Nakamura	Coordenação Técnica Geral	CAU A28547-1
Eng. Civil	Nilo Aihara	Aspectos Infraestrutura	CREA-PR 8.040/D
Arquiteta e Urbanista	Leiticia Schmitt Gordon de Oliveira	Aspectos Socioeconômicos	CAU A46913-0

Rua Comães, 1560 - Hugo Lange - CEP 89040-142 - Curitiba/PR - Fone: (041) 3363-1213  
e-mail: administrativo@hardtplanjamento.com.br

0038

Certidão nº 359109/2017

16/02/2017, 11:12

Chave de Impressão: AY6DWD765AAB189119CZ

O atestado neste ato registrado foi emitido em 16/02/2017, e contém 8 folhas

Este documento encontra-se registrado no Conselho de Arquitetura e Urbanismo, vinculado à Certidão de Arquivo Técnico Com Atestado nº 359109, emitida em 16/02/2017



Arquiteta e Urbanista	Vanessa Bascara Fernandes	Aspectos Socioeconômicos	CAU A37721-0
Advogada Esp.	Lucia B. de Camargo Blicharski	Aspectos legais	OAB-PR 37.951
Biólogo	Luiz Gustavo Andrequeffa	Aspectos biológicos	CRBio-PR 50.593-7/17

## DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS

### LEVANTAMENTO DE INFORMAÇÕES

Esta fase compreendeu a sistematização de um conjunto de informações que servirão como base para o desenvolvimento das demais fases do processo. Nesta fase foram identificadas:

- a situação e a evolução física, econômica e social do município e as disposições legais que atingem a área com a finalidade de determinar as condicionantes para o desenvolvimento e o planejamento;
- a situação atual relativa às deficiências e problemas no atendimento da população e as potencialidades para o desenvolvimento das comunidades;
- os objetivos e metas estabelecidas por planos e leis vigentes e pelos programas setoriais, aprovados ou em execução;
- a demanda futura em relação às necessidades básicas da comunidade, bem como a demanda projetada ideal, relacionada com normas, parâmetros e objetivos estabelecidos brevemente, como meta dos poderes públicos ou das comunidades.

Nesta fase, também foram elaboradas as bases cartográficas nas escalas regional, municipal e da faixa litorânea da rodovia BR-101 e estudo detalhado do uso e ocupação do solo das áreas da faixa litorânea da PR-101.

Visando o envolvimento da população no processo de planejamento foi elaborada uma cartilha, contendo os principais aspectos a serem abordados pelo Planejamento Macro da Faixa Litorânea e pela Plano Diretor, assim como as etapas do processo e as audiências públicas previstas.

### ANÁLISE, DIAGNOSE E PROGNÓSE

Consistiu na avaliação dos problemas identificados, considerando um horizonte de projeto de 10 anos, compreendendo a hierarquização das potencialidades e deficiências, a compatibilização das soluções ou diretrizes propostas, a avaliação da solução mais eficaz. Nesta fase foram analisados os seguintes aspectos:

- CONDIÇÕES REGIONAIS
  - aspectos físico-espaciais;
  - equipamentos do espaço;
  - população e economia;
- USO E OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO
  - aspectos históricos;
  - uso e ocupação atual do solo urbano e rural;
  - interesse e proteção especial;
- CONDIÇÕES FÍSICO-NATURAIS DO MUNICÍPIO
  - hidrografia;
  - feições litorâneas;
  - geomorfologia e geologia;
  - solo e cobertura vegetal;
  - clima e condições meteorológicas;
  - áreas de proteção especial e zonas de reserva ambiental
- CONDIÇÕES SOCIOECONÔMICAS DO MUNICÍPIO
  - população;
  - emprego e renda;
  - base econômica;
- INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS
  - circulação, transporte e mobilidade urbana;
  - saneamento básico;
  - energia;
  - comunicações;



- serviço funerário;
- segurança pública;
- abastecimento alimentar.

**PROPOSTAS**

Com base nas avaliações efetuadas, foram apresentadas:

- **DIRETRIZES E AÇÕES ESTRATÉGICAS** – formulação de objetivos, diretrizes e ações estratégicas (prioridades) relativas aos setores principais das áreas econômica, social, administrativa e legal, propostas para todo espaço municipal;
- **COMPATIBILIZAÇÃO DAS MEDIDAS PROPOSTAS** – ponderação das medidas propostas considerando as relações intergovernamentais, inter-institucionais e a realidade de cada município, por meio da análise do Plano Plurianual, diretrizes orçamentárias e orçamento anual;
- **ELABORAÇÃO DAS DIRETRIZES FÍSICO-TERRITORIAIS** – definição de diretrizes para o desenvolvimento físico-territorial, indicando principais tendências de crescimento e as áreas propícias e prioritárias à intervenção do poder público, compreendendo a definição de:
  - áreas e elementos que por sua característica física ou natural apresentam restrições para o desenvolvimento urbano;
  - áreas e elementos que por seu valor ecológico, paisagístico ou histórico/cultural devam ser preservados;
  - áreas urbanas;
  - áreas de expansão urbana;
  - áreas da Faixa Lideira de BR-101;
  - áreas prioritárias para implantação de equipamentos de infraestrutura e serviços públicos;
  - áreas de Interesse Especial;
  - áreas de Urbanização Específica;
  - área ou Zona Especial de Interesse Social.
- **ELABORAÇÃO DO PRÉ-PLANO** – considerando as atividades anteriores, esta atividade engloba:
  - macrozoneamento municipal – foram previstas as seguintes zonas: Área ou Zona de Preservação Permanente – ZPP, Área ou Zona de Uso Restrito – ZUR, Área ou Zona de Uso Especial – ZUE (Unidades de conservação – áreas de uso restrito e áreas de uso sustentável); Área ou Zona de Uso Rural – ZR;
  - macrozoneamento urbano – área ou zona de uso urbano, compreendendo: áreas urbanizadas (sede, vilas, povoados, distritos) áreas de expansão urbana (áreas urbanizáveis). No macrozoneamento urbano foram definidas as grandes áreas de interesse quanto ao incentivo ou restrição à ocupação, a partir da compatibilidade entre a capacidade da infra-estrutura instalada, as condições de suporte ambiental, as necessidades de proteção e preservação ambiental e de patrimônio histórico e as características de uso e ocupação existentes;
  - macrozoneamento da faixa lideira do BR-101 – planejamento macro (faixa de domínio e faixa lideira à rodovia – 200 metros de para cada lado das faixas): visa estabelecer normas de ação territorial, de forma adequar ou disciplinar o uso e ocupação do solo, considerando as alterações e potencialidades introduzidas pela duplicação do BR-101, as atividades compatíveis e o desenvolvimento socioeconômico da região e município;
  - zoneamento urbano – consiste na proposição de zonas com diferentes usos e padrões de ocupação do solo, visando ordenar o crescimento da cidade e proteger os interesses da coletividade, assegurar condições mínimas de habitabilidade e uso racional do solo;
  - instrumentos urbanísticos – aplicação dos instrumentos de política urbana previstos pelo Estatuto da Cidade, suas áreas de incidência e critérios para aplicação, de forma a nortear a política urbana municipal, compreendendo:
    - parcelamento, de uso e ocupação do solo;
    - zoneamento ambiental;
    - plano plurianual;
    - diretrizes orçamentárias e orçamento anual;
    - gestão orçamentária participativa;
    - planos, programas e projetos setoriais;
    - planos de desenvolvimento econômico e social;
    - institutos tributários e financeiros:
      - Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU;
      - contribuição de melhoria;
      - incentivos e benefícios fiscais e financeiros;

Certidão nº 359/109/2017  
 16/02/2017, 11:12  
 Chave de Impressão: AY6DWD765AAB188110CZ  
 O atestado neste ato registrado foi emitido em 16/02/2017, e contém 8 folhas

Este documento encontra-se registrado no Conselho de Arquitetura e Urbanismo, vinculado à Certidão de Arquivo Técnico Com Atestado nº 359/109, emitida em 16/02/2017



Certidão nº 359109/2017

16/02/2017, 11:12

Chave de Impressão: AY6DWD766AAB186110CZ

O atestado neste ato registrado foi emitido em 16/02/2017, e contém 8 folhas

Este documento encontra-se registrado no Conselho de Arquitetura e Urbanismo, vinculado à Certidão De Arquivo Técnico Com Atestado nº 359109, emitida em 16/02/2017



- institutos jurídicos e políticos;
  - desapropriação;
  - limitações administrativas;
  - tombamento de imóveis ou de mobiliário urbano;
  - instituição de unidades de conservação;
  - instituição de zonas especiais de interesse social;
  - concessão de direito real de uso;
  - concessão de uso especial para fins de moradia;
  - parcelamento, edificação ou utilização compulsórias;
  - usucapião especial de imóvel urbano;
  - direito de superfície;
  - direito de preempção;
  - outorga onerosa do direito de construir e de alteração de uso;
  - transferência do direito de construir;
  - operações urbanas consorciadas;
  - regularização fundiária;
  - assistência técnica e jurídica gratuita para as comunidades e grupos sociais menos favorecidos;
  - referenda popular e plebiscito;
- circulação e transporte / mobilidade urbana - análise do sistema de circulação e transporte, considerando os aspectos: estático, referente à infraestrutura (rodas e suas instalações); e dinâmico, referente a estruturas operacionais (circulação e transporte) visando garantir e melhorar a circulação e o transporte urbano e proporcionar deslocamentos intra e interurbanos que atendam às necessidades da população.
- gestão democrática do sistema de planejamento urbano - com objeto de assegurar participação direta da população no processo de planejamento, foram previstas as seguintes instâncias: Conferência de Política Urbana ou do Plano Diretor, precedida de conferências, seminários ou fóruns de debates temáticos e regionais; Conselho de Política Urbana ou do Plano Diretor; Assembléias Regionais de Política Urbana; audiências públicas; iniciativa popular de projetos de lei, de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano; assembléias e reuniões de elaboração do Orçamento Municipal, programas e projetos com gestão popular.

**ELABORAÇÃO DAS LEIS DO PLANO**

As diretrizes, políticas, programas, projetos e ações definidos no etapa anterior, foram apresentadas, neste fase, sob a forma de minuta de anteprojeto de lei, incompanhadas, quando cabível, de mapas em escalas apropriadas, abrangendo:

- Anteprojeto de Lei do Plano Diretor Municipal, onde foram estabelecidas as diretrizes e proposições de desenvolvimento municipal, incluindo:
  - macrozoneamento (organização espacial rural e urbana), articulada à inserção ambiental e relacionado ao uso, parcelamento e ocupação do território, a infraestrutura e equipamentos sociais;
  - planejamento e gestão do desenvolvimento municipal, definindo as instrumentos que auxiliarão o poder público na tarefa de planejar e gerenciar o desenvolvimento do município;
  - sistema de acompanhamento e controle do plano;
- Anteprojeto de Lei do Perímetro Urbano e de Expansão Urbana, que delimitou as áreas onde o Município proverá equipamentos e serviços, bem como exercerá seu poder de polícia e de tributação municipal. O perímetro foi apresentado de forma delimitada, com base em memorial descritivo da sua poligonal, bem como informações de localização e coordenadas dos vértices, acompanhada de mapa em escala apropriada.
- Anteprojeto de Lei de Parcelamento do Solo Urbano, consistindo em regulamentação da Lei Federal nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979 (BRASIL, 1979), alterada pela Lei Federal nº 9.785, de 29 de janeiro de 1999 (BRASIL, 1999), a qual define os procedimentos relacionados a loteamentos, desmembramentos e remembramentos de lotes urbanos e demais requisitos urbanísticos (tamanho mínimo dos lotes, infraestrutura a ser implantada pelo loteador e respectivo prazo, assim como parcela a ser doada ao poder público com a definição de seu uso, assegurando ao Município a escolha das áreas mais adequadas); o estabelecimento das áreas prioritárias e impróprias ao parcelamento; a proposição de locais para loteamentos populares (Zonas Especiais de Interesse Social - ZEIS), faixas de serviços, de proteção e de domínio, áreas ou pontos de interesse paisagístico e outros requisitos em função da peculiaridade local;

- Anteprojeto da Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano e Rural, a qual dividiu o território do município em zonas e áreas e definir a distribuição da população nestes espaços em função da infraestrutura existente e das condicionantes ambientais; para as zonas urbanas, foram utilizados parâmetros urbanísticos mínimos (para fazer cumprir a função social da propriedade), básicos (em função da capacidade de suporte da infraestrutura) e máximos (atrigidos com a utilização da outorga onerosa ou com a transferência do direito de construir). Os parâmetros urbanísticos foram definidos, em compatibilidade com a infraestrutura, compreendendo: coeficiente de aproveitamento; taxa de ocupação; gabarito (número máxima de pavimentos e altura máxima); recuo e afastamento mínimos; taxa mínima de permeabilidade; classificação dos usos (permitidos, permissíveis e proibidos), visando garantir a qualidade ambiental e paisagística do espaço urbano. A definição dos parâmetros urbanísticos mínimos, básicos e máximos foi embasada na capacidade de suporte das infraestruturas urbanas, existentes ou projetadas. Para as áreas rurais, os parâmetros utilizados foram embasados nos condicionantes ambientais (marginais, florestas, declividades acidentadas etc.) e de proteção de infraestrutura (faixas de proteção de rodovias, ferrovias, dutos e linhas de alta tensão, cones de aproximação e faixas de proteção de aeródromos etc.), assim como em parâmetros de potencialidade da exploração econômica (extrativismo vegetal e mineral, agricultura, pecuária, silvicultura etc.);
- Anteprojeto de Lei do Sistema Viário, hierarquizando e dimensionando as vias públicas, bem como estabelecendo sua definição para novos parcelamentos;
- Anteprojeto de Lei do Código de Edificações e Obras, regulamentando os normas edilícias no município;
- Anteprojeto de Lei do Código de Posturas, regulamentando o poder de polícia do município sobre fêmeicas referências às posturas municipais;
- Anteprojeto de leis específicas para utilização dos instrumentos previstos pelo Estatuto da Cidade e outros que se mostrarem necessários para implementação dos projetos previstos no Plano Diretor.

### TREINAMENTO DA EQUIPE TÉCNICA MUNICIPAL

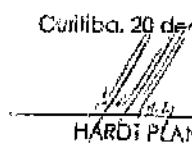
A Equipe Técnica Municipal foi treinada pela Equipe Técnica Contratada para que seus membros participem etapa a etapa da elaboração do Plano Diretor visando sua efetiva implementação. O treinamento foi realizado por meio das oficinas de planejamento, onde foram discutidos o andamento dos trabalhos e a aplicabilidade das propostas à realidade municipal, dentre outros aspectos, dos quais participaram a Equipe Técnica Municipal e a Comissão de Acompanhamento do Plano Diretor, Conselhos do Plano Diretor e vereadores. Anteriormente a cada audiência pública, houve a explanação da pauta tratada, para que, posteriormente, na ausência da Equipe Técnica Contratada, a Equipe Técnica Municipal pudesse atender a comunidade, respondendo a eventuais dúvidas após a realização das audiências. Também foram realizados dois assessoramentos à Câmara Municipal visando acompanhar as discussões e sanar eventuais dúvidas dos vereadores.

### REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

Foram realizadas com objetivo de promover a efetiva participação da população do município no processo de planejamento, sendo:

- Audiência 1 - tema: apresentação da proposta para implementação do processo de planejamento local e estratégias para elaboração do Plano Diretor, mobilização e importância para participação popular, criação da Comissão de Acompanhamento da elaboração do Plano Diretor;
- Audiência 2 - tema: leitura participativa da cidade;
- Audiência 3 - tema: apresentação da Análise Diagnóstica e Prognose;
- Audiência 4 - consolidação das diretrizes e proposições do Plano Diretor Municipal (Pré-Plano);
- Audiência 5 - tema: apresentação da atas minutas dos projetos de lei;
- Audiência 6 - tema: audiência pública promovida pela Câmara de Vereadores para aprovação da legislação relativa ao Plano Diretor;

Marlos Hardt  
Arquiteto e Urbanista  
CAU/PR: A40181-1

Cuilíba, 20 de março de 2014  
  
HARDT PLANEJAMENTO



9810



CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA  
ESTADO DO PARANÁ

### Certidão de Acervo Técnico

**SANDRA MAYUMI NAKAMURA**

Carteira Profissional: PR-33072/D

Acervo Técnico Nº.: **15021/2009**

RNP Nº.: 1703770706

Protocolo Nº.: **2009/00269198**

ART Nº.: 3048968129 0..... Registrada: 18/02/2008.....  
 ART Co-Respons.: ..... ART Vinculada: .....  
 Empresa Executora.: ECOTECNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA.....  
 Contratante(s): PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZMALTINA.....  
 Tipo de Contrato.: OUTROS.....  
 Atividade Técnica.: SUPERVISÃO, COORDENAÇÃO, ORIENTAÇÃO TÉCNICA.....  
 Área de Competência.: PLANEJAMENTO URBANO.....  
 Tipo de Obra/Serviço.: PLANEJAMENTO FISICO DO TERRENO URBANO, RURAL E REGIONAL.....  
 Serviço Contratado.: PROJETO.....  
 OUTROS.....  
 Dimensão.: 1,00 UNID..... Área Existente: 0,00 UNID.....  
 Área Ampliada.: 0,00 UNID..... Área de Reforma: 0,00 UNID.....  
 Local da Obra.: AVENIDA PADRE GUALTER F. NEGRÃO, 40 CENTRO.....  
 Município/Estado.: CRUZMALTINA/PR.....  
 Data de Início.: 14/11/2007..... Data de Conclusão: 14/08/2008.....  
 Docto de Conclusão.: DECLARAÇÃO PROFISSIONAL.....  
 Descr. Compl. Serv.: ELABORAÇÃO DE PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE CRUZMALTINA-PR CONFORME CONTRATO Nº51/2007-PMC FIRMADO ENTRE AS PARTES E DE ACORDO COM A LEI FEDERAL Nº10.257/01 - ESTATUTO DA CIDADE PARTICIPAÇÃO DO PROFISSIONAL: COORDENAÇÃO GERAL.....  
 Observação: .....

**AUTENTICAÇÃO**  
 Certifico que a presente cópia é reprodução fiel do documento original que me foi apresentado.  
 Dou fé.  
 CRUZMALTINA, 28 JUN 2019.  
 SERVICIO DISTITAL DO CAJURU  
 FONE/FAX 3262-3553  
 Av. Pres. Castelo Branco, 1000 - Curitiba

*Eduardo Geronimo Alves de Moraes*  
 Escrevente

Exclusivo para Autenticação de Cópia  
**FQJ10418**





# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CRUZMALTINA

## ESTADO DO PARANÁ

**CNPJ 01 615 393/0001-00**

**AVENIDA PADRE GUALTER F. NEGRÃO, 40 - FONE (43) 3454-1103**

**CEP 86 855-000 - CRUZMALTINA - PARANÁ**

### ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins, que a empresa ECOTÉCNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA, com sede à Maria Rita das Chagas Lima, 317 - Curitiba-PR Bairro São Braz CEP 82300-330, inscrita no CNPJ 02.610.553/0001-91 tendo como responsável técnica a Arquiteta e Urbanista SANDRA MAYUMI NAKAMURA, carteira profissional CREAPR-33072/D, prestou para a PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZMALTINA, estabelecida à Avenida Padre Gualter F. Negrão, 40 - Cruzmaltina/PR, os serviços referentes à Elaboração do Plano Diretor Municipal (PDM) para o município de CRUZMALTINA/PR, tendo demonstrado Capacidade Técnica no fornecimento dos mesmos, nada constando em nossos arquivos que a desabone.

### CARACTERÍSTICAS DOS SERVIÇOS

Início dos serviços: 14/11/2007  
 Conclusão dos serviços: 14/08/2008  
 Objeto do contrato: Elaboração do Plano Diretor Municipal (PDM) para o município de Cruzmaltina/PR, em conformidade com o Termo de Referência da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano - SEDU/PARANACIDADE.

### EQUIPE TÉCNICA ECOTÉCNICA

Arquiteta e Urbanista Esp.	Sandra Mayumi Nakamura	CREA - PR 33.072/D
Arquiteta e Urbanista Esp.	Vanessa Boscaro Fernandes	CREA - PR 70.332/D
Arquiteto e Urbanista Msc.	Walter Gustavo Linzmayer	CREA-PR 73.015/D
Arquiteta e Urbanista	Ana Valéria B. dos Santos	CREA - PR 33.022/D
Economista	Elisabete Tiemi Arazaki	CORECON-PR 4963-8
Engenheiro Civil/Sanitarista	Niilo Aihara	CREA - PR 8.040/D
Eng. Florestal Dr.	André E.B. de Lacerda	CREA-PR 29.983/D
Engenheira Agrônoma Msc.	Juliana V. Biffencourt	CREA - PR 64.253/D
Engenheira Ambiental	Lídia Sayoko Tanaka	CREA-PR 87.131/D
Geólogo	Marcelus V.K. Borges	CREA - PR 32.742/D
Advogada	Lucia Benedita de C. Blicharski	OAB - PR 37.951
Acadêmica em Arq. e Urbanismo	Nara Yumi Fujii	<b>AUTENTICAÇÃO</b> <small>Certifico que a presente fotocópia representa fiel e fielmente o documento original que me foi apresentado. Curitiba, 08 de Junho de 2019.</small>  <b>28 JUN. 2019</b> <small>SEMPRE COM O CARRÃO        FAX: 3282-3553</small>
Acadêmica em Arq. e Urbanismo	Thalita Sayumi Miura	
Acadêmico em Eng. Ambiental	André Luiz da Silva Melo	
Acadêmica em Comunicação Social- Publicidade e Propaganda	Fernanda Simão	

**DESCRIMINAÇÃO DE SERVIÇOS**

JOÃO GERALDO LAUMANN  
 ANGELENE FERREIRA  
 CRISTINA RODRIGUEZ FONSECA  
 AV. PIES. AUFONSO CAMARGO, 763 - CURITIBA - PR

O selo de autenticação de atos, etc., não tem validade sem este documento.

**1. ESCOPO E METODOLOGIA**  
 A seguir, apresenta-se a metodologia e as técnicas utilizadas na execução das atividades, originando os produtos de cada uma das 05 fases do Plano, elencadas abaixo e assim, atingindo os objetivos traçados para o Plano Diretor Municipal - PDM de Cruzmaltina-PR.  
 Ainda, foram definidas, a partir das informações coletadas, a estruturação e instrumentação administrativa que foi necessária à adaptação da estrutura do Poder Público Municipal para a implementação do PDM e Leis Complementares.

**CREA-PR**  
 O SELO DE AUTENTICIDADE FOI AFIXADO NA ÚLTIMA FOLHA

*“O Senhor é meu Pastor, nada me faltará.”*



# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CRUZMALTINA

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 01 615 393/0001-00

AVENIDA PADRE GUALTER F. NEGRÃO, 40 - FONE (43) 3454-1103

CEP 86 855-000

CRUZMALTINA

PARANÁ

## 1.1. FASE 1 - PLANO DE TRABALHO

Corresponde ao documento que descreve o conteúdo e o processo de elaboração do PDM. Enfoca, principalmente, a metodologia estratégica, traçada pela equipe da ECOTÉCNICA Tecnologia e Consultoria Ltda.

## 1.2. FASE 2 - AVALIAÇÃO TEMÁTICA INTEGRADA

O processo de Avaliação Temática Integrada se realizou a partir da compilação, discussão e análise da equipe técnica multidisciplinar, dos dados disponibilizados pela Prefeitura Municipal de Cruzmaltina, IAP (Instituto Ambiental do Paraná), IPARDES (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social), IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), EMATER (Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural), PARANACIDADE e outras instituições pertinentes, com vistas a subsidiar o trabalho dos técnicos de cada uma das especialidades envolvidas; para posterior discussão e elaboração de um quadro síntese contendo as principais **Condicionantes, Deficiências e Potencialidades**, assim como *confeção de mapas temáticos pertinentes a cada tema*. Foram avaliados os seguintes temas:

### 1.2.1. CONTEXTUALIZAÇÃO REGIONAL

A contextualização regional sob os aspectos naturais e antrópicos, contemplou a vocação e o potencial estratégico do município de Cruzmaltina dentro da região, e focalizou os principais fatores que concorreram para o seu desenvolvimento. Foram imprescindíveis as espacializações das informações, configuradas por meio de mapas temáticos georreferenciados. As informações coletadas nos levantamentos de dados em campo, assim como as informações contidas nos mapas confeccionados foram entregues em formato "dwg" (AUTOCAD 2007).

### 1.2.2. CARACTERIZAÇÃO MUNICIPAL

A caracterização municipal foi mediante a abordagem dos seguintes temas principais, subdivididos em:

#### 1.2.2.1. ASPECTOS NATURAIS

##### a) Meio Físico

Foram identificadas as condições do clima, do ar, água, solo e subsolo. Através de análises das informações obtidas na SANEPAR, IAP e SUDERHSA e Prefeitura sobre a rede hídrica de superfícies e das análises existentes das águas dos poços existentes, foi possível avaliar qualitativamente a água, determinando, assim, possíveis problemas no uso do solo que pudessem comprometer a conservação da qualidade da água, além de prever a conservação ambiental, respeitando-se a legislação pertinente.

##### b) Meio Biológico

Foram enfocadas questões referentes à flora e fauna. Com base nos dados levantados, foram caracterizados os espaços para áreas de expansão urbana, conservação e preservação permanente, **áreas públicas de lazer e arborização pública**.

#### 1.2.2.2. SISTEMA ANTRÓPICO

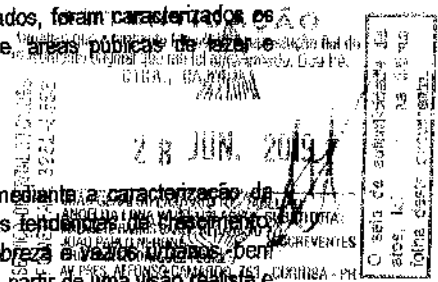
##### a) Componente Espacial

Foi realizada uma abordagem geral do uso e ocupação do solo urbano e rural mediante a caracterização da evolução da urbanização e do uso do solo, análise do parcelamento do solo e suas tendências, **questões fundiárias e aspectos atuais dos loteamentos do município, bolsões de pobreza e áreas urbanas**, bem como determinação de parâmetros para monitoramento do uso e ocupação do solo. A partir de uma visão realista e sustentável, foram identificados e analisados os usos atuais, sua dependência econômica ou cultural e sua demanda (urbana e rural) para os próximos 10 anos, identificando os principais entraves espaciais existentes. Ocorreu igualmente, uma caracterização da infra-estrutura e serviços urbanos e regionais enfocando aspectos relevantes à **circulação, sistema viário, saneamento, energia e comunicações**. Assim, foi possível a identificação das áreas com infra-estrutura ociosa e as áreas ocupadas com precariedade de infra-estrutura, bem como um prognóstico para os próximos 10 anos. E uma avaliação da qualidade da paisagem. Ressalta-se que foram tomados por base os dados e estudos existentes no município referentes a este tema.

##### b) Componente Sócio-econômico

Para a Caracterização sócio-cultural foram analisados os sistemas de saúde, educação, ação social, além da questão populacional e demográfica. A caracterização econômica do município contemplou a análise dos setores produtivos, com especial enfoque às atividades rurais e do potencial de turismo rural.

##### c) Aspectos Institucionais



CREA-PR

O SELO DE AUTENTICIDADE FOI  
AFIXADO NA ÚLTIMA FOLHA

“O Senhor é meu Pastor, nada me faltará.”



# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CRUZMALTINA

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 01 615 393/0001-00

AVENIDA PADRE GUALTER F. NEGRÃO, 40 - FONE (43) 3454-1103

CEP 86 855-000

CRUZMALTINA

PARANÁ

Foram caracterizadas as unidades administrativas da estrutura da Prefeitura Municipal e, o sistema de gestão relacionado ao planejamento e desenvolvimento do município, que se relacionam com a gestão do PDM Municipal. Igualmente, foi identificada a capacidade de investimento do município, situação atual de arrecadação, evolução anual e projeção para os próximos dez anos, considerando também possíveis fontes alternativas de recursos financeiros e possibilidade de realização de operações de crédito (capacidade de endividamento), além de impostos cobrados, taxas, contribuição de melhoria e demais tributos.

Procedeu-se a uma análise da estrutura organizacional da administração municipal e dos agentes intervenientes ao plano diretor (secretarias, sociedade civil organizada e outros considerados relevantes). Esta análise teve o intuito de detectar a atuação das secretarias e sua influência na área, de forma a propor no desenvolvimento deste trabalho as possibilidades de atuação e inter-relação entre estes agentes, bem como, análises no sistema de informações municipais disponíveis para a gestão do desenvolvimento local (dados do Cadastro Técnico Imobiliário e Econômico e demais bancos de dados municipais, identificando-os).

Da legislação vigente identificou-se a adequação ou inadequação de cada um dos instrumentos, em relação a: (i) questões constitucionais, Lei Orgânica Municipal e demais leis federais, estaduais e municipais; (ii) questões físico-ambientais e (iii) adequação à realidade do uso e ocupação do solo existente.

As normas jurídicas (leis, decretos e outros atos administrativos) do Estado e Município pertinentes a este Plano foram coletadas em órgãos do Poder Executivo, Poder Legislativo, e em outros pertinentes.

### 1.2.2.3. CONDICIONANTES DEFICIÊNCIAS E POTENCIALIDADES

A análise de cada informação foi realizada individualmente, com suas inter-relações mencionadas e elencadas em um quadro síntese, permitindo uma visão ampla das condicionantes, deficiências e potencialidades locais, correspondentes. Possibilitando, assim, alcançar proposições preliminares de diretrizes para correção, minimização, prevenção ou compensação de deficiências e para valorização das potencialidades.

### 1.3. FASE 3 - DEFINIÇÃO DAS DIRETRIZES E PROPOSTAS

Inicialmente foram elaborados Eixos de desenvolvimento estratégico com suas respectivas diretrizes.

As diretrizes contemplaram os aspectos físico-espaciais, de infra-estrutura e serviços público, socioeconômicas, ambientais e institucionais, que deram origem a ações, propostas para curto, médio e longo prazos. Incluiu-se também diretrizes para o estabelecimento de:

- a) política de desenvolvimento urbano e municipal;
- b) sistemática permanente de planejamento;
- c) propostas de projetos estruturais dos diversos setores estratégicos considerando a estimativa de custos e projeções orçamentárias municipais;
- d) dinamização e ampliação das atividades econômicas a fim de estruturar o fortalecimento da economia do município (emprego, renda e receitas);
- e) propostas, instrumentos e mecanismos referentes a:
  - i. ocupação do espaço, e expansão urbana
  - ii. distribuição equitativa dos usos
  - iii. hierarquização do sistema viário e articulação da mobilidade urbana
  - iv. controle do meio ambiente, saneamento e proteção aos elementos que caracterizam e fortalecem a identidade do município
  - v. arborização pública
  - vi. sistema de informações para o planejamento e gestão municipal
  - vii. diretrizes para a coleta e disposição final de resíduos sólidos, industriais e saúde
  - viii. instrumentos a serem adotados nos projetos de parcelamento, edificações, consultas prévias, alvarás, laudo de conclusão de obras e habite-se
  - ix. processos e recursos para a atualização permanente de instrumentos de política e planejamento territorial
  - x. parâmetros, ações e instrumentos para a regularização da situação fundiária ou diretrizes de uso das áreas que necessitam de desocupação
  - xi. diretrizes e proposições decorrentes das recomendações de órgãos e instituições

26 JUN 2019

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E FINANÇAS

JOÃO GERALDO TAVANZINI

ANGELINA GUAZUOLARI

ELIABETE VIANI

CRISTINA HOLMQUIST PEREIRA

AV. DR. JOSÉ DE FREITAS CASARÃO, 763 - CURUMBA - PR

C solo de arborização de áreas, etc. para o planejamento urbano.

CREA-PR

O SELO DE AUTENTICIDADE FOI AFIXADO NA ÚLTIMA FOLHA

“O Senhor é meu Pastor, nada me faltará.”



# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CRUZMALTINA

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 01 615 393/0001-00

AVENIDA PADRE GUALTER F. NEGRÃO, 40 - FONE (43) 3454-1103

CEP 86 855-000

CRUZMALTINA

PARANÁ

## 1.4. FASE 4 - PROPOSIÇÕES PARA A LEGISLAÇÃO BÁSICA E PROCESSO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO MUNICIPAL

### 1.5. ANTE PROJETO DE LEI

Minutas de Anteprojeto de Lei acompanhadas de mapas em escala apropriada, destacando-se:

- a) Anteprojeto de Lei do Plano Diretor Municipal;
- b) Anteprojeto de Lei dos Perímetros Urbanos;
- c) Anteprojeto de Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano e Municipal;
- d) Anteprojeto de Lei de Parcelamento Urbano e Regularização Fundiária;
- e) Anteprojeto de Lei de Mobilidade;
- f) Anteprojeto de Lei do Código de Obras;
- g) Anteprojeto de Lei do Código de Posturas e Meio Ambiente;
- h) Anteprojeto de Lei da Compulsoriedade do Aproveitamento do Solo Urbano;
- i) Anteprojeto de Lei do Consórcio Imobiliário;
- j) Anteprojeto de Lei do Direito de Preempção.

### 1.5.1. PROCESSO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO MUNICIPAL

- a) Adequação da estrutura organizacional da Prefeitura;
- b) Organização do sistema de informações;
- c) Construção de indicadores para avaliação anual do processo de planejamento e gestão municipal.

## 1.6. FASE 5 - PLANO DE AÇÃO E INVESTIMENTOS

O Plano de Ações e Investimentos refere-se à análise sistêmica e à avaliação das estratégias de intervenção anteriormente formuladas, aglutinando as discussões que se desenvolveram no âmbito das reuniões com a Comissão de Acompanhamento e, também, nos eventos (oficinas e seminários) realizados, junto às entidades estaduais e do município para a discussão das referidas estratégias, e dos critérios e diretrizes para o ordenamento territorial, mediante a definição das ações e projetos prioritários, para os próximos 05 (cinco) anos, em compatibilidade com a projeção orçamentária. Apresentando a hierarquização de investimentos em infra-estrutura, equipamentos comunitários e ações institucionais, com a estimativa de custos aproximados.

E seguirá de elemento balizador para o município de Cruzmaltina atender à Lei Estadual nº 15.229 de 25 de julho de 2006, como também, à Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001.

10 JUN 2008  
 JUAN GERALDO CASANOVA DE SOUZA  
 ANUELLA ERINA WYSS DE SOUZA  
 REGINALDO RAMOS OLIVEIRA  
 JAPY FLORES DE LIMA  
 CRISTINA RODRIGUES FERREZ  
 AV. PÉREZ, 40 - CRUZMALTINA, 86.855-000 - PR

## 1.7. AUDIÊNCIAS PÚBLICAS E OFICINAS DE CAPACITAÇÃO TÉCNICA

O Plano Diretor, que por intervir diretamente na cidade e na vida dos cidadãos, abre espaço para a participação da população, podendo haver interesses divergentes e até conflitantes, entretanto, com um objetivo comum, a distribuição mais justa dos pontos positivos e negativos existentes na vida da cidade. Assim sendo, foram realizadas audiências com a comunidade, a qual foi inserida no processo participativo de desenvolvimento do Plano Diretor e também oficinas de capacitação técnica com a equipe da Prefeitura e Comissão de Acompanhamento de Elaboração do Plano Diretor. A realização da Audiência e Oficina ficou sob responsabilidade da Prefeitura, com o apoio da equipe da Consultora.

O Município divulgou amplamente e com antecedência e, realizou 03 (três) audiências públicas e 04 (quatro) oficinas de capacitação, além de outras reuniões e consultas com a equipe da Prefeitura. Para as audiências foram convidados representantes da sociedade organizada, da população em geral, dos segmentos econômicos, além de representantes do governo e técnicos dos setores correlatos ao planejamento da prefeitura. A forma de divulgação das audiências foi feita por meio de ampla divulgação dos meios de comunicação, como rádio, jornal, panfletos, entre outros tipos de mídia. Os volumes correspondentes ao assunto a ser tratado nas audiências foram disponibilizados na Prefeitura Municipal para que a população pudesse se interar sobre o seu conteúdo e se preparar para a Audiência Pública, sendo livre o seu acesso a qualquer interessado.

As Audiências Públicas foram realizadas:

- 1ª Audiência Pública, ocorreu em 14 de dezembro de 2007 na Câmara Municipal de Vereadores, às 20h;
- 2ª Audiência Pública, ocorreu em 22 de abril de 2008 na Câmara Municipal de Vereadores, às 19h;
- 3ª Audiência Pública, ocorreu em 25 de junho de 2008 na Câmara Municipal de Vereadores, às 19h15min;
- Conferência da Cidade, ocorreu em 25 de junho de 2008 na Câmara Municipal de Vereadores, às 20h30min.

Handwritten signature or mark.

**CREA-PR**  
 O SELO DE AUTENTICIDADE É  
 AFIXADO NA ÚLTIMA FOLHA

“O Senhor é meu Pastor, nada me faltará.”



# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CRUZMALTINA

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 01 615 393/0001-00

AVENIDA PADRE GUALTER F. NEGRÃO, 40 - FONE (43) 3454-1103

CEP 86 855-000

CRUZMALTINA

PARANÁ

## 1.8. TREINAMENTO DA EQUIPE TÉCNICA MUNICIPAL E COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO

Os treinamentos tanto da Equipe Técnica Municipal quanto da Comissão de Acompanhamento de Elaboração do Plano Diretor se deram por meio de oficinas de capacitação. Ao todos foram realizadas 03 oficinas, sempre para discussão dos conteúdos que culminaram nos 05 produtos componentes do PDM.

A Equipe Técnica do Município de Cruzmaltina (Decreto nº 771/2007), foi composta por representantes dos setores correlatos na prefeitura. O treinamento foi feito de acordo com os seguintes aspectos: Embasamento Técnico-Administrativo-Legal do Plano Diretor Municipal, Avaliação Temática Integrada, Definição de Diretrizes e Proposições, Legislação Básica, Processo de Planejamento e Gestão Municipal, Plano de Ação, Indicadores e Implementação do Plano Diretor Municipal, de acordo com o Termo de Referência da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano - SEDU/PARANACIDADE.

A Comissão de Acompanhamento da Elaboração do Plano Diretor (Decreto nº 781/2008), foi composta por representantes da administração municipal e dos segmentos organizados da sociedade civil local. O treinamento da Comissão foi realizado referente aos aspectos de embasamento técnico-administrativo-legal do Plano Diretor; competências, organização e funcionamento da Comissão de Acompanhamento; e criação do Conselho de Desenvolvimento Municipal, assim como de suas atribuições, composição e funcionamento.

CRUZMALTINA, 12 de dezembro de 2008.

MAURICIO B. DE CAMARGO  
Prefeito Municipal de Cruzmaltina



**CREA-PR**

Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Paraná

011756

Me A. R. Oleinik  
Escritora Autorizada  
364.032.709-82

SELO  
FUNARPEN  
TABELIONAT  
DE  
NOTAS  
CST36429

Reconheço por semelhança  
a(s) firma(s) Maurício B. de Camargo  
Em testº da verdade  
13 MAR 2009  
ANILDO VIEIRA - Tabelião  
AYDNE A. R. OLEINIK - Esc. Autorizada

AUTENTICAÇÃO  
Certifico que a presente fotocópia foi produzida fiel e  
integralmente ao original que me foi apresentado, sob o  
crédito de CIDA, em 24 JUN 2009  
SERV. JOSÉ CARLOS VIEIRA  
FONE/FAX: 328 443361

Tabelionato de Notas  
Exclusivo para  
Autenticação de Cópias  
FQJ10417

Eduardo Geronimo Alves de Moraes  
Escritora

“O Senhor é meu Pastor, nada me faltará.”



**Conselho de Arquitetura e Urbanismo**  
**CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO COM ATESTADO**  
 Lei Nº 12378 de 31 de Dezembro de 2010

**CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO COM ATESTADO**  
**Nº 0000000438463**



CERTIFICAMOS, para os devidos fins, que consta em nossos arquivos o registro de Acervo referente ao(s) Registro(s) de Responsabilidade Técnica - RRTs abaixo discriminado(s):

**DADOS DO PROFISSIONAL**

Título do Profissional: Arquiteto e Urbanista  
 Data de obtenção de Títulos: 03/02/1999  
 Registro Nacional: 000A285471  
 Data do Registro nacional profissional: 04/02/1999

Validade: Indefinida

**DADOS DOS REGISTROS DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA-RRT**

Número do RRT: 6880806 Tipo do RRT: DERIVADO Registrado em: 19/04/2018  
 Forma de Registro: RETIFICADOR à 213348 Participação Técnica: EQUIPE  
 Descrição: Elaboração do Plano Diretor Municipal (PDM)do Município de Rio Branco do Sul - PR.  
 Empresa contratada: ECOTECNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA  
 CNPJ: 02.610.553/0001-91

**DADOS DO CONTRATO**

Contratante: Prefeitura Municipal de Rio Branco do Sul  
 CPF/CNPJ: 76105576000185  
 RUA Horacy Santos Nº 222  
 Complemento:  
 Cidade: Rio Branco do Sul Bairro: centro UF: PR CEP: 83540000  
 Contrato: 06/2010  
 Celebrado em: 05/03/2010  
 Valor do Contrato: R\$ 50.250,00 Tipo do Contratante: Pessoa jurídica de direito público  
 Data de Início: 05/03/2010 Data de término da atividade: 05/01/2011

**ATIVIDADE TÉCNICA REALIZADA**

4.4.5 - Planos diretores , 1,00 un - unidade ;

**ENDEREÇO DA OBRA/SERVIÇO**

RUA Horacy Santos Nº 222  
 Complemento: Bairro: Centro  
 Cidade: RIO BRANCO DO SUL UF: PR CEP: 83540000  
 Coordenadas Geográficas: 0 0

**DESCRIÇÃO**

CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO COM ATESTADO

**INFORMAÇÕES IMPORTANTES**

- Esta certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos
- Certificamos que se encontra vinculado à presente CAT o atestado apresentado em cumprimento à Lei nº 8.666/93, expedido pela pessoa jurídica contratante, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes. É de responsabilidade deste Conselho a verificação da atividade profissional em conformidade com a Lei nº 12.378/2010 e Resoluções do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR)



**Conselho de Arquitetura e Urbanismo**  
**CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO COM ATESTADO**  
Lei Nº 12378 de 31 de Dezembro de 2010

**CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO COM ATESTADO**  
**Nº 0000000438463**

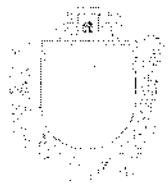
- A Certidão de Acervo Técnico (CAT) à qual o atestado está vinculado constituirá prova da capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver ou venha a ser integrado ao seu quadro técnico por meio de declaração entregue no momento da habilitação ou da entrega das propostas
- Certificamos, ainda, que nos termos do artigo 2º da Lei nº 12.378/2010 e artigos 2º e 3º da Resolução nº 21/2012-CAU/BR, esta Certidão é válida somente para os serviços condizentes com as atribuições profissionais acima discriminadas
- Em conformidade com o que determina o Art. 45 da Lei 12.378, toda realização de trabalho de competência privativa ou de atuação compartilhadas com outras profissões regulamentadas será objeto de Registro de Responsabilidade Técnica - RRT
- Válida em todo o território nacional.

Certidão nº PR  
27/08/2018, 09:50  
Chave de Impressão: Curitiba/PR

9

0050

8



**Prefeitura Municipal**  
CARTÃO ADMINISTRATIVO

Cartão nº 438463/2018 - 27/08/2018 - 09:50 - Chave de Impressão: B1W0E218852Y5444B987  
O atestado neste ato registrado foi emitido em 27/08/2018, e contém 8 folhas

**ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA**

Atestamos para os devidos fins, que a empresa **ECOTÉCNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA** com sede à Rua Maria Rita das Cruzes Lima, 217 - Curitiba-PR Bairro São Braz CEP 82300-330 inscrita no CNPJ 02.610.853/0001-91 tendo como responsável técnica a Arquiteta e Urbanista **SANDRA MAYUMI NAKAMURA** inscrita profissional CREA/PR-33072/D, prestou para a **PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO SUL** localizada à Rua Horacy Santos nº 222 - Rio Branco do Sul-PR - CNPJ 76.105.870/0001-84, os serviços referentes a **Elaboração do Plano Diretor Municipal (PDM)** para o município de **RIO BRANCO DO SUL (PR)** tendo como responsável técnico o profissional dos mesmos, então inscrito em nosso rol de profissionais habilitados.



**PERÍODO DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

Início dos serviços:	05/03/2010
Conclusão dos serviços:	05/01/2011
Objeto do contrato:	Elaboração do Plano Diretor Municipal (PDM) para o município de Rio Branco do Sul, em conformidade com o Plano de Referência do Plano de Desenvolvimento Urbano (PDU) do Município.
Local de obra:	Rua Horacy Santos nº 222 - Rio Branco do Sul-PR - 82410-000

**FORMA TÉCNICA (PROFESSORES)**

Arquiteta - Urbanista Dan	Sandra Mayumi Nakamura	CREA - PR 33072/D
Arquiteta - Urbanista Esp	Vanessa Rosendo Camargo	CREA - PR 33072/D
Arquiteta - Urbanista	Marcos Vinicius	CREA/PR-33072/D
Arquiteta - Urbanista	Walter Gustavo Lanzetta	CREA-PR-33072/D
Arquiteto	Luiz Gustavo Amador	CREA-PR-33072/D
Arquiteta	Renata Rose Amador	CREA/PR-33072/D
Arquiteta - Urbanista	Luciana Pereira	CREA-PR-33072/D
Arquiteta - Urbanista	Elcio Antonio	CREA-PR-33072/D
Arquiteta	Mirabela Milene de Almeida	CREA/PR-33072/D
Arquiteta	Lucia Aparecida de Souza	CREA-PR-33072/D
Arquiteta - Urbanista	Cláudia Regina	
Arquiteta - Urbanista	Elke Marli Cavallari	
Arquiteta - Urbanista	Murilo Santiago Vargas	

Prefeitura Municipal de Rio Branco do Sul - PR  
Rua: Horacy Santos - 222

Este documento encontra-se registrado no Conselho de Arquitetura e Urbanismo, vinculado à  
Cartão De Aprovechamento Técnico Com Atestado nº 438463, emitida em 27/08/2018

*(Handwritten signatures and marks)*





Prefeitura Municipal  
PARTIDO ARQUITETO URBANISTA

DESCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS

O município de Rio Branco do Sul localiza-se na porção leste do Estado do Paraná, integrante da Região Metropolitana de Curitiba (RMC), com extensão territorial de 816,7km². Possui população de 31.486 habitantes (IBGE - Censo demográfico 2007).

O município apresenta diversas condicionantes e restrições ambientais decorrentes do perfil. Existe, com estes aspectos quanto as características geológico-geomórficas e hidrogeológicas e também por estar totalmente inscrito em Área de Interesse de Proteção de Mananciais - Decreto Estadual nº 3.481/2008.

1. OBJETIVO GERAL DO PROJETO

A seguir, apresenta-se a metodologia e as técnicas utilizadas no planejamento das atividades, magnitude do período de cada uma das 05 fases do Plano, elencadas, análise e os resultados alcançados em relação aos objetivos traçados para o Plano Diretor Municipal - PDM de Rio Branco do Sul-PR.



Esta etapa define, a partir das informações coletadas, a distribuição e investigação, com o propósito de garantir a adequação da estrutura do Poder Público Municipal para a implementação do PDM e seus compromissos.

1.1. OBJETIVO ESPECÍFICO DO PROJETO

Corresponde ao planejamento que descreve o conteúdo e o processo de elaboração do PDM. Entende-se, neste contexto, a metodologia utilizada, traçada pela equipe da SCOP - CENIC, tendo como Consultoria Externa.

1.2. OBJETIVO ESPECÍFICO DO PROJETO

A pesquisa de Avaliação Técnica Integrada foi realizada a partir de uma abordagem multidisciplinar, envolvendo as seguintes disciplinas: dos dados disponibilizados pela Prefeitura Municipal de Rio Branco do Sul, IAP Instituto Ambiental do Paraná, FAPDES Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social, COMEC (Comissão de Região Metropolitana de Curitiba) - IGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), SUDERHSA (Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental), EMA/PR (Ministério Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural), MAPA/ANAD/ANDE e outras instituições pertinentes. O objetivo é subsidiar o trabalho com formação de parte com as responsabilidades envolvidas para posterior discussão e elaboração de um plano síntese contendo os principais Condicionantes, Deficiências e Potencialidades, assim como a definição de mapas temáticos contínuos e contínuos, a serem utilizados nos estudos futuros.

1.3. OBJETIVO ESPECÍFICO DO PROJETO

A caracterização regional sob os aspectos naturais e culturais, incluiu a pesquisa e a análise estatística de dados e informações disponíveis no Sistema de Informação Geográfica (SIG) do município para a sua caracterização. Foram analisadas as espacializações das informações contidas nos mapas de análise de dados georreferenciados. As informações coletadas nos levantamentos de campo foram organizadas como as informações contidas nos mapas confeccionados (mapa anexo em formato .dwg) (ANEXO A) (IBGE) e (ANEXO B) (IBGE).

1.4. OBJETIVO ESPECÍFICO DO PROJETO

A caracterização municipal foi mediante a abordagem dos seguintes temas principais, subdivididos em:

1.4.1. Meio Físico

Foram analisadas as condições do clima, do ar, água, solo e subsolo. Através de análises, as informações obtidas em SANEPAR, IAP, MINEROPAR e SUDERHSA e Prefeitura sobre a rede hídrica de superfícies e das análises existentes das águas dos poços existentes, foi possível avaliar qualitativamente a água, determinando assim possíveis problemas no uso do solo que pudessem comprometer a conservação da qualidade da água, além de prever a conservação ambiental, respeitando-se a legislação pertinente.

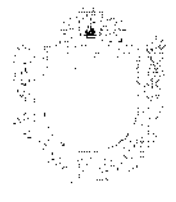
Prefeitura Municipal de Rio Branco do Sul - PR  
Rua: Horacy Santos - 323

Certidão nº 438463/2018 - 27/08/2018, 09:50 - Chave de Impressão: B1WDB218852V54448B67  
O atestado neste ato registrado foi emitido em 27/08/2018, e contém 8 folhas



Este documento encontra-se registrado no Conselho de Arquitetura e Urbanismo, vinculado à Certidão De Acervo Técnico Corr. Atestado nº 438463, emitida em 27/08/2018





# Prefeitura Municipal

TRABALHO ACORDADO

Certidão nº 438463/2018 - 27/08/2018 - 09:50 - Chave de Impressão: B-WDB218652Y544AB67  
O atestado neste ato registrado foi emitido em 27/08/2018, e contém 8 folhas

### 10.1.1.3.3 - DEFINIÇÃO DAS DIRETRIZES E PROPOSTAS

Inicialmente foram elaborados Eixos de desenvolvimento estratégico com suas respectivas diretrizes

As diretrizes contemplaram os aspectos físico-espaciais, de infra-estrutura e serviços público, socioeconômicas ambientais e institucionais, que deram origem a ações propostas para curto, médio e longo prazos. Incluiu-se também diretrizes para o estabelecimento de:

- a) política de desenvolvimento urbano e municipal;
- b) sistematização permanente de planejamento;
- c) prioridades de projetos estruturais dos diversos setores estratégicos considerando a estimativa de custos e prioridades orçamentárias municipais;
- d) diversificação e ampliação das atividades econômicas a fim de estimular o fortalecimento da economia do município (emprego, renda e receitas);
- e) prioridades institucionais, que compreendem:
  - i) ocupação do espaço e expansão urbana;
  - ii) distribuição equitativa dos usos;
  - iii) hierarquização do sistema viário e ampliação da mobilidade urbana;
  - iv) controle do meio ambiente, especialmente a proteção aos elementos que caracterizam a identidade do município;
  - v) arborização pública;
  - vi) sistema de informações para o planejamento e gestão municipal;
  - vii) medidas para a coleta, suspensão e fiscalização de resíduos sólidos, de forma a garantir o cumprimento e serem adotados nos projetos de planejamento, edificações, obras das áreas, áreas de intervenção pública e habitacional;
  - viii) processos e recursos para a atualização permanente de instrumentos de planejamento e planejamento territorial;
  - ix) parâmetros, ações e instrumentos para a regularização e criação (uma área de regularização) das áreas que necessitam de desapropriação;
  - xii) diretrizes e propostas decorrentes das recomendações de órgãos e instituições.

### 10.1.1.4 - Proposições para a Legislação Básica e Propostas de Regulamentação e Gestão Municipal

#### 10.1.1.4.1 - Legislação Municipal

Os atos do Anteprojeto de Lei acompanhados de estudos, pareceres, pareceres e justificativas são:

- a) Anteprojeto de Lei do Plano Diretor Municipal;
- b) Anteprojeto de Lei do Zonamento Urbano;
- c) Anteprojeto de Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano Municipal complementar;
- d) Anteprojeto de Lei de Parcelamento Urbano;
- e) Anteprojeto de Lei de Mobilidade e Sistema Viário;
- f) Anteprojeto de Lei do Código de Obras;
- g) Anteprojeto de Lei do Código do Posturas;
- h) Anteprojeto de Lei do Consórcio Imobiliário;
- i) Anteprojeto de Lei do Direito de Preempção;

#### 10.1.1.4.2 - PROCESSO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO MUNICIPAL

- a) Adequação da estrutura organizacional da Prefeitura;
- b) Organização do sistema de informações;
- c) Construção de indicadores para avaliação anual do processo de planejamento e gestão municipal;

Prefeitura Municipal de Rio Branco do Sul - PR  
Rua Henry Santos - 127

Este documento encontra-se registrado no Conselho de Arquitetura e Urbanismo, vinculado à Certidão De Acervo Técnico Com Atestado nº 438463, emitida em 27/08/2018



# Prefeitura Municipal

(Cidade de Rio Branco do Sul)

## 1.3. FASE 6 - PLANO DE AÇÃO E INVESTIMENTOS

O Plano de Ações e Investimentos refere-se à análise sistêmica e à avaliação das estratégias de intervenção anteriormente formuladas, apurando as discussões que se desenvolveram no âmbito das reuniões com a Comissão de Acompanhamento e, também, nos eventos (oficinas e seminários) realizados junto às entidades e atores municipais para a discussão das referidas estratégias e suas condições e meios para a orientação técnica mediante a definição das ações e projetos prioritários para as próximas 05 (cinco) anos em compatibilidade com a projeção orçamentária. Apresentando a hierarquização de investimentos em infraestrutura, equipamentos comunitários e ações institucionais com a estimativa de custos aproximados.

e requerá do elemento balizador para o município do Rio Branco do Sul atender à Lei Estadual nº 16.128 de 25 de julho de 2006, como também à Lei Federal nº 10.267, de 10 de julho de 2001.

### 1.3.1. DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DE PARTICIPAÇÃO CIDADÃ

O Plano Diretor, que por atuar de elemento na cidade e na vida das cidadãos, abre espaço para a participação da população, podendo haver interesses divergentes e até conflitantes, entretanto, com um objetivo comum - a melhoria mais justa dos pontos possíveis e negativos existentes na vida da cidade. Assim sendo, foram realizadas reuniões com a comunidade e qual foi realizada no processo participativo de desenvolvimento do Plano Diretor e também oficinas de capacitação técnica com a equipe da Prefeitura e Comissão de Acompanhamento de Elaboração do Plano Diretor. A realização de Audiência e Oficina foram sob a responsabilidade da Prefeitura, com o apoio da Comissão de Consultoria.

O município vem desenvolvendo ações de capacitação e treinamento para os servidores públicos e equipes técnicas de capacitação e treinamento além de outras reuniões e consultas com a equipe da Prefeitura. Para as audiências foram convidados representantes da sociedade organizadas da população em que, dos segmentos econômico, além de representantes do governo e técnicos dos setores correlatos no planejamento da prefeitura. A forma de participação dos cidadãos foi feita por meio de oficina de avaliação dos meios de planejamento, como (oficina) oficinas, entre outros após de muita. Os volumes correspondentes foram assinados e encaminhados para a Prefeitura Municipal para que a população possa se familiarizar com seu conteúdo e ao mesmo tempo para a Audiência Pública, sendo que a assinatura e entrega foi realizada.

### Atividades Públicas foram realizadas:

- 01 Audiência Pública ocorreu no dia 09 de abril de 2010, no Centro de Eventos da Prefeitura.
- 02 Audiência Pública ocorreu em 10 de setembro de 2010, no Clube do Brinquente do 19m.
- 03 Audiência Pública ocorreu em 18 de agosto de 2011, na Igreja Batista da Restauração, no 19m.
- 04 Conferência da Cidade ocorreu em 10 de setembro de 2011, na Igreja Batista da Restauração, no 19m.

### 1.3.2. TREINAMENTO DA EQUIPE TÉCNICA MUNICIPAL E COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO

Um treinamento junto à Equipe Técnica Municipal, sob a coordenação de Acompanhamento de Elaboração do Plano Diretor, se deu em forma de oficinas de capacitação, as quais foram realizadas em oficinas, sempre para abordagem dos conteúdos que foram tratados nos 05 (cinco) componentes do PDI.

A equipe técnica do município do Rio Branco do Sul (Fica no Município de Rio Branco do Sul) de empresas por representantes dos setores correlatos na prefeitura. O treinamento foi feito de acordo com as seguintes aspectos: Planejamento Técnico-Administrativo Legal do Plano Diretor, Avaliação Técnica, Formação, Formação de Destacados, Proposições, Legislação Básica, Processo de Planejamento e Gestão Municipal, Plano de Ação e Meio aos o Implementação do Plano Diretor, Avaliação de impacto, e Plano de Priorização da Seleção de Projetos de Investimento Urbano. (SEMPARACADANT)

A Comissão de Acompanhamento de Elaboração do Plano Diretor (Decreto Municipal nº 3.864/2010) foi composta por representantes da administração municipal e dos segmentos organizados da sociedade civil local. O treinamento da Comissão foi realizado referente aos aspectos de planejamento técnico-administrativo-legal do Plano Diretor;

Prefeitura Municipal de Rio Branco do Sul - PR  
Rua: Huracy Santos - 322

*[Handwritten signatures and initials]*

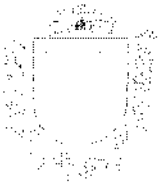
Certidão nº 438463/2018 - 27/08/2018, 09:50 - Chave de Impressão: B1W0B218832765444B867  
O atestado neste ato registrado foi emitido em 27/08/2018, e contém 8 folhas



Este documento encontra-se registrado no Conselho de Arquitetura e Urbanismo, vinculado à Certidão De Aterno Técnico Com Atestado nº 438463, emitida em 27/08/2018

994<sup>o</sup>

Certidão nº 438463/2018 - 27/08/2018, 09:50 - Chave de Impressão 81W0B2189E2Y5444BB67  
O atestado neste ato registrado foi emitido em 27/08/2018, e contém 8 folhas



# Prefeitura Municipal

(RUA MARCELO GOMES DE CARVALHO, 222 - RIO BRANCO DO SUL - PR)

compõem a organização e funcionamento da Comissão de Acompanhamento e criação do Conselho de Desenvolvimento Municipal, assim como de suas atribuições, composição e funcionamento.

12 de dezembro de 2018

Emerson Santa Steiner

Prefeito Municipal de Rio Branco do Sul

*[Faint, illegible text, likely a list or table of contents]*

Este documento encontra-se registrado no Conselho de Arquitetura e Urbanismo, vinculado à Certidão De Aprove Técnico Com Atestado nº 438463, emitida em 27/08/2018

Prefeitura Municipal de Rio Branco do Sul - PR  
Rua Marcelino Garcia - 222

0053

995<sup>R</sup>



CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA  
ESTADO DO PARANÁ

# Certidão de Acervo Técnico

**ARQUITETA E URBANISTA**  
**SANDRA MAYUMI NAKAMURA**  
Carteira Profissional: PR-33072/D

Acervo Técnico Nº.: **340/2008**  
Protocolo Nº.: **2007/00309851**

ART Nº.....:3040671046 0..... Registrada:01/08/2006.....  
 ART Co-Respons..... ART Vinculada:.....  
 Empresa Executora...:ECOTECNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA.....  
 Contratante(s).....:PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUDOS DO SUL.....  
 Tipo de Contrato.....:OUTROS.....  
 Atividade Técnica...:SUPERVISÃO, COORDENAÇÃO, ORIENTAÇÃO TÉCNICA.....  
 Área de Competência.:PLANEJAMENTO URBANO.....  
 Tipo de Obra/Serviço:PLANEJAMENTO FISICO DO TERRENO URBANO, RURAL E REGIONAL.....  
 Serviço Contratado...:PROJETO.....  
 OUTROS.....  
 Dimensão.....:1,00 UNID..... Área Existente:.....  
 Área Ampliada..... Área de Reforma:.....  
 Local da Obra.....:AVENIDA BRASIL, 277 CENTRO.....  
 Município/Estado...:AGUDOS DO SUL/PR.....  
 Data de Início.....:15/12/2005..... Data de Conclusão:01/08/2006.....  
 Docto de Conclusão.:DECLARAÇÃO PROFISSIONAL.....  
 Descr. Compl. Serv.:ELABORAÇÃO DE PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE AGUDOS DO SUL-PR CONFORME CONTRATO Nº185/2005 FIRMADO ENTRE AS PARTES E DE ACORDO COM A LEI FEDERAL Nº10.257/01 - ESTATUTO DA CIDADE PARTICIPAÇÃO DO PROFISSIONAL: COORDENAÇÃO GERAL.....  
 Observação.....:

**AUTENTICAÇÃO**  
Certifico que a presente fotocópia é reprodução fiel do documento original que me foi apresentado.  
Dou fé.

JOÃO GILBERTO  
ARQUITETO  
CRA/PR  
28 JUN 2019

SERVIÇO DISTRIAL DO CAJURU  
FONE/FAX 3262-3553

Av. Pr. ... 763  
Curitiba  
Exclusivo para  
Autenticação de Cópia  
FOJ10497



Ednardo Geronimo Alves de Moraes  
Escrivente

0057



# Prefeitura Municipal de Agudos do Sul

## ESTADO DO PARANÁ

996<sup>o</sup>

Av. Brasil, 277, Centro, CEP: 83850-000 Fone/Fax: 41-3624-1244

Agudos do Sul - PR

### ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins, que a empresa **ECOTÉCNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA**, com sede à Maria Rita das Chagas Lima, 317 – Curitiba-PR Bairro São Braz CEP 82.300-330, inscrita no CNPJ 02.610.553/0001-91 tendo como responsável técnica a Arquiteta e Urbanista **SANDRA MAYUMI NAKAMURA**, carteira profissional CREAPR-33072/D, prestou para a **PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUDOS DO SUL**, estabelecida à Avenida Brasil, nº 277 – Centro – Agudos do Sul/PR, os serviços referentes à **Elaboração do Plano Diretor Municipal (PDM)** para o município de Agudos do Sul/PR, tendo demonstrado Capacidade Técnica no fornecimento dos mesmos, nada constando em nossos arquivos que a desabone.

### CARACTERÍSTICAS DOS SERVIÇOS

Início dos serviços: 15/12/2005  
Conclusão dos serviços: 01/08/2006  
Objeto do contrato: Elaboração do Plano Diretor Municipal (PDM) para o município de Agudos do Sul/PR, em conformidade com o Termo de Referência da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano – SEDU/PARANACIDADE.

### EQUIPE TÉCNICA ECOTÉCNICA

Especialista em Gestão em Engenharia Ambiental	Sandra Mayumi Nakamura	CREA – PR 33.072/D
Arquiteta urbanista Esp.	Melissa da Silva Belló	CREA – PR 61.919/D
Arquiteta urbanista Msc.	Vanessa Boscaro Fernandes	CREA – PR 70.332/D
Arquiteto e Urbanista	Lôris Carlos Guesse	CREA – PR 3.640/D
Arquiteta e Urbanista	Ana Valéria B. dos Santos	CREA – PR 33.022/D
Engenheira Agrônoma	Yumi Kajihara Hirono	CREA – SP 5060576216/D
Economista	Elisabete Tieme Arazaki	CORECON – PR 4963-8
Economista	Vera Lúcia R. Pedroso	CORECON 6.886
Engenheiro Civil	Marcio Rivabem Winheski	CREA – PR 25940-D
Advogada	Lucia Benedita de C. Blicharski	OAB – PR 37.951
Contador	Anderson José Amâncio	CRC – PR 036.685/O-4
Geólogo	Marcelus V.K. Borges	CREA – PR 32.742/D
Engenheiro Florestal Dr.	André E.B. de Lacerda	CREA – PR 29.983/D
Engenheira Agrônoma Dr.	Juliana V. Bittencourt	CREA – PR 64.253/D
Zootecnista	Mari Kajihara	CRMV – SP 1.913/D

**AUTENTICAÇÃO**  
Certifico que a presente fotocópia é reprodução fiel do documento original que me foi apresentado.  
Dou fé.  
C. B. RAJURU

### DESCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS

SERV. DIST. DE CURITIBA  
FONE/FAX: 3262-3353

28 de Maio de 2005



Tabellionato de Notas  
Exclusivo para  
Autenticação de Cópia  
FQJ10498

Eduardo Geronimo Alves de Moraes  
Escritor

0058



# Prefeitura Municipal de Agudos do Sul

## ESTADO DO PARANÁ

997<sup>R</sup>

Av. Brasil, 277, Centro, CEP: 83850-000 Fone/Fax: 41-3624-1244

Agudos do Sul - PR

### Escopo e metodologia

A seguir, apresenta-se a metodologia e as técnicas utilizadas na execução das atividades, originando os produtos de cada uma das 05 fases do Plano, elencadas abaixo e assim, atingindo os objetivos traçados para o Plano Diretor Municipal - PDM, de acordo com o Termo de Referência do PARANACIDADE.

Ainda, foram definidas, a partir das informações coletadas, a estruturação e instrumentação administrativa que foi necessária à adaptação da estrutura do Poder Público Municipal para a implementação do PDM e Leis Complementares.

### Fase 1 - Plano de Trabalho

Corresponde ao documento que descreve o conteúdo e o processo de elaboração do PDM. Enfoca, principalmente, a metodologia estratégica, traçada pela equipe da Ecotécnica Tecnologia e Consultoria Ltda.

### Fase 2 - Avaliação temática Integrada

O processo de Avaliação Temática Integrada se realizou a partir da compilação, discussão e análise da equipe técnica multidisciplinar, dos dados disponibilizados pela Prefeitura Municipal de Agudos do Sul, IAP (Instituto Ambiental do Paraná), IPARDES (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social), IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), EMATER (Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural), COMEC (Coordenação da Região Metropolitana), PARANACIDADE e outras instituições pertinentes, com vistas a subsidiar o trabalho dos técnicos de cada uma das especialidades envolvidas, para posterior discussão e elaboração de um quadro síntese contendo as principais Condicionantes, Deficiências e Potencialidades. Foram avaliados os seguintes temas:

### Contextualização Regional

A contextualização regional sob os aspectos naturais e antrópicos, contemplou a vocação e o potencial estratégico do município de Agudos do Sul dentro da região, e focalizou os principais fatores que concorreram para o seu desenvolvimento. Foram imprescindíveis as espacializações das informações, configuradas por meio de mapas temáticos georeferenciados. As informações coletadas nos levantamentos de dados em campo, assim como as informações contidas nos mapas confeccionados foram entregues em formato "dwg" (AUTOCAD 2002).

### Caracterização Municipal

A caracterização municipal foi mediante a abordagem dos seguintes temas principais, subdivididos em:

#### Aspectos Naturais

##### a) Meio Físico

Foram identificados as condições do clima, do ar, água, solo e subsolo. Através de análises das informações obtidas na SANEPAR, IAP e SUDERHSA e Prefeitura sobre a rede hídrica de superfícies e das análises existentes das águas dos poços existentes, foi possível avaliar qualitativamente a água, determinando, assim, possíveis problemas no uso do solo que possam comprometer a conservação da qualidade da água, além de prever a conservação ambiental, respeitando-se a legislação pertinente.

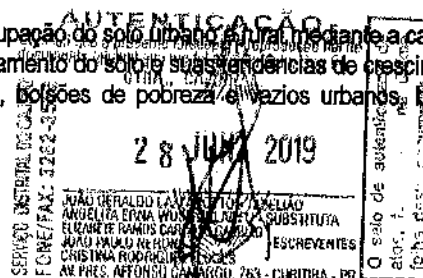
##### b) Meio Biológico

Foram enfocadas questões referentes à flora e fauna. Com base nos dados levantados, foram caracterizados os espaços para áreas de expansão urbana, conservação e preservação permanente, áreas públicas de lazer e arborização pública.

#### Sistema Antrópico

##### a) Componente Espacial

Foi realizada uma abordagem geral do uso e ocupação do solo urbano rural, mediante a caracterização da evolução da urbanização e do uso do solo, análise do parcelamento do solo e suas tendências de crescimento, questões fundiárias e aspectos atuais dos loteamentos do município, condições de pobreza e vazios urbanos, bem como determinação de



0059





# Prefeitura Municipal de Agudos do Sul

## ESTADO DO PARANÁ

998<sup>A</sup>

Av. Brasil, 277, Centro, CEP: 83850-000 Fone/Fax: 41-3624-1244

### Agudos do Sul - PR

parâmetros para monitoramento do uso e ocupação do solo. A partir de uma visão realista e sustentável, foram identificados e analisados os usos atuais, sua dependência econômica ou cultural e sua demanda (urbana e rural) para os próximos 10 anos, identificando os principais entraves espaciais existentes. Ocorreu igualmente, uma caracterização da infra-estrutura e serviços urbanos e regionais enfocando aspectos relevantes à circulação; sistema viário; saneamento; energia e comunicações. Assim, foi possível a identificação das áreas com infra-estrutura ociosa e as áreas ocupadas com precariedade de infra-estrutura, bem como um prognóstico para os próximos 10 anos. E uma avaliação da qualidade da paisagem. Ressalta-se que foram tomados por base os dados e estudos existentes no município referentes a este tema.

#### b) Componente Sócio-econômico

Para a Caracterização sócio-cultural foram analisados os sistemas de saúde, educação, ação social, além da questão populacional e demográfica. A caracterização econômica do município contemplou a análise dos setores produtivos, com especial enfoque às atividades rurais e do potencial de turismo rural.

#### c) Aspectos Institucionais

Foram caracterizadas as unidades administrativas da estrutura da Prefeitura Municipal e, o sistema de gestão relacionado ao planejamento e desenvolvimento do município, que se relacionam com a gestão do PDM. Igualmente, foi identificada a capacidade de investimento do município, situação atual de arrecadação, evolução anual e projeção para os próximos dez anos, considerando também possíveis fontes alternativas de recursos financeiros e possibilidade de realização de operações de crédito (capacidade de endividamento), além de impostos cobrados, taxas, contribuição de melhoria e demais tributos.

Procederam a uma análise da estrutura organizacional da administração municipal e dos agentes intervenientes ao plano diretor (secretarias, sociedade civil organizada e outros considerados relevantes). Esta análise foi o intuito de detectar a atuação das secretarias e sua influência na área, de forma a propor no desenvolvimento deste trabalho as possibilidades de atuação e inter-relação entre estes agentes, bem como, análises no sistema de informações municipais disponíveis para a gestão do desenvolvimento local (dados do Cadastro Técnico Imobiliário e Econômico e demais bancos de dados municipais, identificando-os).

Da legislação vigente foi a adequação ou inadequação de cada um dos instrumentos, em relação a: (i) questões constitucionais, Lei Orgânica Municipal e demais leis federais, estaduais e municipais; (ii) questões físico-ambientais e (iii) adequação à realidade do uso e ocupação do solo existente.

As normas jurídicas (leis, decretos e outros atos administrativos) do Estado e Município pertinentes a este Plano foram coletadas em órgãos do Poder Executivo, Poder Legislativo, e em outros pertinentes.

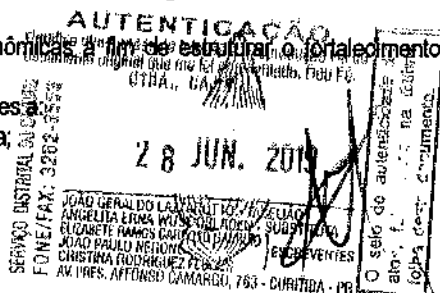
### Condicionantes Deficiências e Potencialidades

A análise de cada informação foi realizada individualmente, com suas inter-relações mencionadas e elencadas em um quadro síntese, permitindo uma visão ampla das condicionantes, deficiências e potencialidades locais, correspondentes. Possibilitando, assim, alcançar proposições preliminares de diretrizes para correção, minimização, prevenção ou compensação de deficiências e para valorização das potencialidades.

### FASE 3 - Definição das Diretrizes e Propostas

Foram elaboradas diretrizes para as ações institucionais, socioeconômicas e ambientais como também para os aspectos físico-espaciais, de infra-estrutura e serviços públicos, contemplando especificamente propostas para curto, médio e longo prazos, incluindo diretrizes para o estabelecimento de:

- a) política de desenvolvimento urbano e municipal;
- b) sistemática permanente de planejamento;
- c) propostas de projetos estruturais dos diversos setores estratégicos considerando a estimativa de custos e projeções orçamentárias municipais;
- d) dinamização e ampliação das atividades econômicas e do setor de estrutura, o fortalecimento da economia do município (emprego, renda e receitas);
- e) propostas, instrumentos e mecanismos referentes a:
  - i. ocupação do espaço, e expansão urbana;



0060



# Prefeitura Municipal de Agudos do Sul

ESTADO DO PARANÁ

999<sup>A</sup>

Av. Brasil, 277, Centro, CEP: 83850-000 Fone/Fax: 41-3624-1244

Agudos do Sul - PR

- ii. distribuição eqüitativa dos usos;
- iii. hierarquização do sistema viário e articulação da mobilidade urbana;
- iv. controle do meio ambiente, saneamento e proteção aos elementos que caracterizem a identidade do município;
- v. arborização pública;
- vi. sistema de informações para o planejamento e gestão municipal;
- vii. diretrizes para a coleta e disposição final de resíduos sólidos, industriais e de saúde;
- viii. instrumentos a serem adotados nos projetos de parcelamento, edificações, consultas prévias, alvarás, laudo de conclusão de obras e habite-se;
- ix. processos e recursos para a atualização permanente de instrumentos de política e planejamento territorial;
- x. parâmetros, ações e instrumentos para a regularização da situação fundiária ou diretrizes de uso das áreas que necessitam de desocupação;
- xi. diretrizes e proposições decorrentes das recomendações de órgãos e instituições.

## **Fase 4 - Proposições para a Legislação Básica e Processo de Planejamento e Gestão Municipal**

### **Ante Projeto de lei**

Minutas de Anteprojeto de Lei acompanhadas de mapas em escala apropriada, destacando-se:

- a) Anteprojeto de Lei do Plano Diretor Municipal;
- b) Anteprojeto de Lei do Perímetro urbano e expansão urbana;
- c) Anteprojeto de Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano e Rural;
- d) Anteprojeto de Lei de Parcelamento do solo;
- e) Anteprojeto de Lei de Mobilidade;
- f) Anteprojeto de Lei do Código de Obras;
- g) Anteprojeto de Lei do Código de Posturas;
- h) Anteprojeto de Lei do Consórcio Imobiliário;
- i) Anteprojeto de Lei do Direito de Preempção.

### **Processo de Planejamento e Gestão Municipal**

- a) Adequação da estrutura organizacional da Prefeitura;
- b) Organização do sistema de informações;
- c) Construção de indicadores para avaliação anual do processo de planejamento e gestão municipal.

## **FASE 5 - Plano de Ação e Investimentos**

Os Planos de Ações referem-se à análise sistêmica e à avaliação das estratégias de intervenção anteriormente formuladas, aglutinando as discussões que se desenvolveram no âmbito das reuniões com a Comissão de Acompanhamento e, também, nos eventos (oficinas e seminários) realizados junto às entidades estaduais e do município para a discussão das referidas estratégias, e dos critérios e diretrizes para o ordenamento territorial, mediante a definição das ações e projetos prioritários, para os próximos 05 (cinco) anos em compatibilidade com a projeção orçamentária. Apresentando a hierarquização de investimentos em infra-estrutura, equipamentos comunitários e ações institucionais, com a estimativa de custos aproximados.

E seguirá de elemento balizador para o município de Agudos do Sul atender ao Decreto Estadual nº 2581 de 17 de fevereiro de 2004.

Carilhos que a presença fotográfica e identificação Ag. de documento original. Livro nº 001 de 1998

**RECEBIMOS**

28 JUN. 2019

SERVIÇO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO  
FONE/FAX: 3268-4550

ADÃO GERALDO LARANJEIRO / TACILAD  
ANGÉLICA BARRA VILAS BOAS / BARRA  
ELIZABETE RAMOS CARVALHO / BARRA  
JOÃO PAULO NEVES / BARRA  
CRISTINA ROCHA RIBEIRO / BARRA  
ESCRIVENTES

O selo de autenticidade deve ser colado aqui.  
Data: 28/06/2019  
Hora: 10h15min  
Folha: 001 de 01

0061



# Prefeitura Municipal de Agudos do Sul

## ESTADO DO PARANÁ

1000 #

Av. Brasil, 277, Centro, CEP: 83850-000 Fone/Fax: 41-3624-1244

Agudos do Sul - PR

### Audiências Públicas

O Plano Diretor, que por intervir diretamente na cidade e na vida dos cidadãos, abre espaço para a participação da população, podendo haver interesses divergentes e até conflitantes, entretanto, com um objetivo comum, a distribuição mais justa dos pontos positivos e negativos existentes na vida da cidade. Assim sendo, foram realizadas audiências com a comunidade, a qual foi inserida no processo de desenvolvimento do Plano Diretor. A realização da Audiência ficou sob responsabilidade da Prefeitura, com o apoio da equipe da Consultora.

O Município divulgou amplamente e com antecedência e realizou 03 (três) audiências públicas. Foram convidados representantes da sociedade organizada, da população em geral, dos segmentos econômicos, além de representantes do governo e técnicos dos setores correlatos ao planejamento da prefeitura. A forma de divulgação desta audiência foi feita por meio de ampla divulgação dos meios de comunicação, como rádio, jornal, panfletos, entre outros tipos de mídia. O documento foi disponibilizado na Prefeitura Municipal para que a população pudesse se interar sobre o seu conteúdo e se preparar para a Audiência Pública, sendo livre o seu acesso a qualquer interessado.

As Audiências Públicas foram realizadas no Salão Paroquial da Igreja Matriz. A 1ª Audiência Pública aconteceu no dia 20 de fevereiro de 2006, às 19h, a 2ª Audiência Pública aconteceu no dia 10 de abril de 2006 às 19h e a 3ª Audiência Pública ocorreu no dia 31 de julho de 2006 às 19h.

### Treinamento da Equipe Técnica Municipal e Comissão de Acompanhamento

Os treinamentos tanto da Equipe Técnica Municipal quanto da Comissão de Acompanhamento de Elaboração do Plano Diretor se deram por meio de oficinas de capacitação. Ao todos foram realizadas 05 oficinas, sempre para discussão dos conteúdos que culminaram nos 05 produtos componentes do PDM.

A Equipe Técnica do Município de Agudos do Sul (Portaria nº 004/2006), foi composta por representantes dos setores correlatos na prefeitura. O treinamento foi feito de acordo com os seguintes aspectos: Embasamento Técnico-Administrativo-Legal do Plano Diretor, Avaliação Temática Integrada, Definição de Diretrizes e Proposições, Legislação Básica, Processo de Planejamento e Gestão Municipal, Plano de Ação, Indicadores e Implementação do Plano Diretor, de acordo com o Termo de Referência da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano - SEDU/PARANACIDADE.

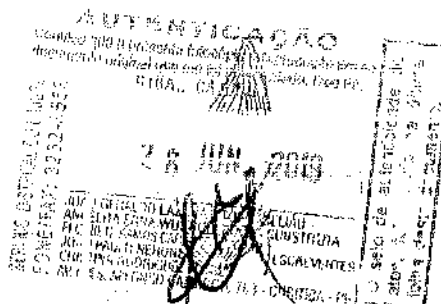
A Comissão de Acompanhamento da Elaboração do Plano Diretor (Decreto nº 012/2006), foi composta por representantes da administração municipal e dos segmentos organizados da sociedade civil local. O treinamento da Comissão foi realizado referentes aos aspectos de embasamento técnico-administrativo-legal do Plano Diretor, competências, organização e funcionamento da Comissão de Acompanhamento; e criação do Conselho de Desenvolvimento Municipal, assim como de suas atribuições, composição e funcionamento.

Agudos do Sul, 01 de agosto de 2006.



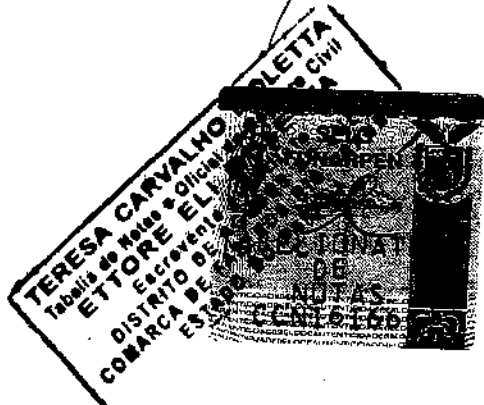
*[Handwritten Signature]*

José Pires de Oliveira  
Prefeito Municipal de Agudos do Sul



Tabellionato de Notas  
Exclusivo para  
Autenticação de Cópia  
FQJ10499

Eduardo Geronimo Alves de Moraes  
Escrivente



Reconheço por semelhança a letra e firma face a impossibilidade de comparecimento, e dou fé *Jose Pires de Oliveira*  
Em test. .... da verdade, Agudos do Sul  
Com. - Fazenda Rio Grande - PR/151003

ETTORE ELI MOLETTA  
Escrivente Substituto

0062

1001<sup>A</sup>



CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA  
ESTADO DO PARANÁ

### Certidão de Acervo Técnico

**SANDRA MAYUMI NAKAMURA**  
Carteira Profissional: PR-33072/D  
Acervo Técnico Nº.: **14913/2010**

RNP Nº.: 1703770706  
Protocolo Nº.: **2010/00317203**

ART Nº.....	20092254251 0.....	Registrada:03/07/2009.....
ART Co-Respons.....	.....	ART Vinculada:.....
Empresa Executora.....	ECOTECNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA.....	
Contratante(s).....	PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS - CNPJ/CPF: 75.740.829/0001-20.....	
Tipo de Contrato.....	OUTROS.....	
Atividade Técnica.....	SUPERVISÃO, COORDENAÇÃO, ORIENTAÇÃO TÉCNICA.....	
Área de Competência.....	PLANEJAMENTO REGIONAL.....	
Tipo de Obra/Serviço.....	OUTRAS OBRAS/SERVIÇOS.....	
Serviço Contratado.....	OUTROS.....	
Dimensão.....	1,00 UNID.....	Área Existente:.....
Área Ampliada.....	.....	Área de Reforma:.....
Local da Obra.....	PRAÇA DA REPÚBLICA, 28 CENTRO.....	
Município/Estado.....	BORRAZOPOLIS/PR.....	
Data de Início.....	19/05/2009.....	Data de Conclusão:20/03/2010.....
Docto de Conclusão.....	DECLARAÇÃO PROFISSIONAL.....	
Descr. Compl. Serv.....	ELABORAÇÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE BORRAZÓPOLIS-PR. PARTICIPAÇÃO DO PROFISSIONAL: COORDENAÇÃO GERAL.....	
Observação.....	.....	

#### AUTENTICAÇÃO

Certifico que a presente fotocópia é reprodução  
fidel do documento original que me foi apresentado.  
Dou fé.

**CRISTINA REIS**

28 JUN. 2010

SERVÍCIO DISTRIÇAL DE CALIBRE  
FONE/FAX 3262-3543

1940 GIBR...  
ABRIL...  
FERNANDES...  
JOÃO PAULO...  
CRISTINA REIS...  
Av. Pres. Juscelino Kubitschek, 1500 - Centro  
Curitiba

Autenticação de Cópia  
FQJ10308

*Eduardo Gerônimo Alves de Moraes*  
Escrivente

0063



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

1002<sup>A</sup>

## ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO CRIADO PELA LEI ESTADUAL Nº790 DE 11-11-1951 - CNPJ 75.740.829/0001-20

### ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins, que a empresa **ECOTÉCNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA**, com sede à Maria Rita das Chagas Lima, 317 - Curitiba-PR Bairro São Braz CEP 82300-330, inscrita no CNPJ 02.610.553/0001-91 tendo como responsável técnica a Arquiteta e Urbanista **SANDRA MAYUMI NAKAMURA**, carteira profissional CREA/PR-33072/D, prestou para a **PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS**, estabelecida à Praça da República, 28 - Borrazópolis/PR - CNPJ: 75.740.829/0001-20, os serviços referentes à **Elaboração do Plano Diretor Municipal (PDM) para o município de BORRAZÓPOLIS/PR**, tendo demonstrado Capacidade Técnica no fornecimento dos mesmos, nada constando em nossos arquivos que a desabone.

### CARACTERÍSTICAS DOS SERVIÇOS

Início dos serviços: 19/05/2009  
Conclusão dos serviços: 20/03/2010  
Objeto do contrato: Elaboração do Plano Diretor Municipal (PDM) para o município de Borrazópolis/PR, em conformidade com o Termo de Referência da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano - SEDU/PARANACIDADE.

### EQUIPE TÉCNICA ECOTÉCNICA

Arquiteta e Urbanista Esp.	Sandra Mayumi Nakamura	CREA - PR 33.072/D
Arquiteta e Urbanista Esp.	Vanessa Boscaro Fernandes	CREA - PR 70.332/D
Arquiteta e Urbanista	Débora Rocha Faria Jorge	CREA-PR 89.820/D
Arquiteta e Urbanista	Nara Yumi Fujii	CREA-PR 103.063/D
Economista	Elisabete Tiemi Arazaki	CORECON-PR 4963-8
Engenheiro Civil/Sanitarista	Nilo Aihara	CREA - PR 8.040/D
Engenheiro Civil	Camila Milleke Scucato	CREA-PR 96.342/D
Engenheira Sanitarista Ambiental	Mariana Lago Marques	CREA-SC 87.211-6
Advogada	Lucia Benedita de C. Blicharski	OAB - PR 37.951
Acadêmica em Arq. e Urbanismo	Angelita Feitosa Rodrigues	
Acadêmica em Arq. e Urbanismo	Vivian Eliese Hoeflich Brune	
Acadêmico em Eng. Ambiental	André Luiz da Silva Melo	
Acadêmica em Eng. Ambiental	Leana Carolina Ferreira	

**AUTENTICAÇÃO**  
 Certifico que a presente fotocópia é reprodução fiel do documento original que me foi apresentado.  
 Dou fé.  
 25 JUN 2010  
 SERVIÇO DISTRIAL DO CALHARU  
 FONE/FAX 3262-3553  
 CURITIBA

*Gerente*  
 Gerente Albes de Moraes  
 Escrevente

0064



DESCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS

Escopo e metodologia

A seguir, apresenta-se a metodologia e as técnicas utilizadas na execução das atividades, originando os produtos de cada uma das 05 fases do Plano, elencadas abaixo e assim, atingindo os objetivos traçados para o Plano Diretor Municipal – PDM de Borrazópolis-PR.

Ainda, foram definidas, a partir das informações coletadas, a estruturação e instrumentação administrativa que foi necessária à adaptação da estrutura do Poder Público Municipal para a implementação do PDM e Leis Complementares.

Fase 1 - Plano de Trabalho

Corresponde ao documento que descreve o conteúdo e o processo de elaboração do PDM. Enfoca, principalmente, a metodologia estratégica, traçada pela equipe da ECOTÉCNICA Tecnologia e Consultoria Ltda.

Fase 2 - Avaliação temática Integrada

O processo de Avaliação Temática Integrada se realizou a partir da compilação, discussão e análise da equipe técnica multidisciplinar, dos dados disponibilizados pela Prefeitura Municipal de Borrazópolis, IAP (Instituto Ambiental do Paraná), IPARDES (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social), IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), SUDERHSA (Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental), EMATER (Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural), PARANACIDADE e outras instituições pertinentes, com vistas a subsidiar o trabalho dos técnicos de cada uma das especialidades envolvidas, para posterior discussão e elaboração de um quadro síntese contendo as principais Condicionantes, Deficiências e Potencialidades, assim como confecção de mapas temáticos pertinentes a cada tema. Foram avaliados os seguintes temas:

Contextualização Regional

A contextualização regional sob os aspectos naturais e antrópicos, contemplou a vocação e o potencial estratégico do município de Borrazópolis dentro da região, e focalizou os principais fatores que concorreram para o seu desenvolvimento. Foram imprescindíveis as espacializações das informações, configuradas por meio de mapas temáticos georreferenciados. As informações coletadas nos levantamentos de dados em campo, assim como as informações contidas nos mapas confeccionados foram entregues em formato "dwg" (AUTOCAD 2007) e "cdr" (COREL DRAW).

Caracterização Municipal

A caracterização municipal foi mediante a abordagem dos seguintes temas principais, subdivididos em:

Aspectos Naturais

a) Meio Físico

Foram identificadas as condições do clima, do ar, água, solo e subsolo. A partir das informações obtidas na SANEPAR, IAP e SUDERHSA e Prefeitura sobre a rede hídrica de superfícies e das análises existentes das águas dos poços existentes, foi possível avaliar qualitativamente a água, determinando, assim, possíveis problemas no uso do solo que pudessem comprometer a conservação da qualidade da água, além de prever a conservação ambiental, respeitando-se a legislação pertinente.

Stamp: 28 JUN. 2019, with names of council members and a signature.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

1004<sup>A</sup>

## ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO CRIADO PELA LEI ESTADUAL Nº790 DE 11-11-1951 - CNPJ 75.740.829/0001-20

### b) Meio Biológico

Foram enfocadas questões referentes à flora e fauna. Com base nos dados levantados, foram caracterizados os espaços para áreas de expansão urbana, conservação e preservação permanente, áreas públicas de lazer e arborização pública.

### Sistema Antrópico

#### a) Componente Espacial

Foi realizada uma abordagem geral do uso e ocupação do solo urbano e rural mediante a caracterização da evolução da urbanização e do uso do solo, análise do parcelamento do solo e suas tendências de crescimento, questões fundiárias e aspectos atuais dos loteamentos do município, bolsões de pobreza e vazios urbanos, bem como determinação de parâmetros para monitoramento do uso e ocupação do solo. A partir de uma visão realista e sustentável, foram identificados e analisados os usos atuais, sua dependência econômica ou cultural e sua demanda (urbana e rural) para os próximos 10 anos, identificando os principais entraves espaciais existentes. Ocorreu igualmente, uma caracterização da infra-estrutura e serviços urbanos e regionais enfocando aspectos relevantes à circulação; sistema viário; saneamento; energia e comunicações. Assim, foi possível a identificação das áreas com infra-estrutura ociosa e as áreas ocupadas com precariedade de infra-estrutura, bem como um prognóstico para os próximos 10 anos. E uma avaliação da qualidade da paisagem. Ressalta-se que foram tomados por base os dados e estudos existentes no município referentes a este tema.

#### b) Componente Sócio-econômico

Para a Caracterização sócio-cultural foram analisados os sistemas de saúde, educação, ação social, além da questão populacional e demográfica. A caracterização econômica do município contemplou a análise dos setores produtivos, com especial enfoque às atividades rurais e do potencial de turismo rural.

#### c) Aspectos Institucionais

Foram caracterizadas as unidades administrativas da estrutura da Prefeitura Municipal e, o sistema de gestão relacionado ao planejamento e desenvolvimento do município, que se relacionam com a gestão do PDM Municipal. Igualmente, foi identificada a capacidade de investimento do município, situação atual de arrecadação, evolução anual e projeção para os próximos dez anos, considerando também possíveis fontes alternativas de recursos financeiros e possibilidade de realização de operações de crédito (capacidade de endividamento), além de impostos cobrados, taxas, contribuição de melhoria e demais tributos.

Procedeu-se a uma análise da estrutura organizacional da administração municipal e dos agentes intervenientes ao plano diretor (secretarias, sociedade civil organizada e outros considerados relevantes). Esta análise teve o intuito de detectar a atuação das secretarias e sua influência na área, de forma a propor no desenvolvimento deste trabalho as possibilidades de atuação e inter-relação entre estes agentes, bem como, análises no sistema de informações municipais disponíveis para a gestão do desenvolvimento local (dados do Cadastro Técnico Imobiliário e Econômico e demais bancos de dados municipais, identificando-os).

Da legislação vigente identificou-se a adequação ou inadequação de cada um dos instrumentos, em relação a: (i) questões constitucionais, Lei Orgânica Municipal e demais leis federais, estaduais e municipais; (ii) questões físico-ambientais e (iii) adequação à realidade do uso e ocupação do solo existente.

As normas jurídicas (leis, decretos e outros atos administrativos) do Estado e Município pertinentes a este Plano foram coletadas em órgãos do Poder Executivo, Poder Legislativo, e em outros pertinentes.

### Condicionantes Deficiências e Potencialidades

A análise de cada informação foi realizada individualmente, com suas inter-relações mencionadas e elencadas em um quadro síntese, permitindo uma visão ampla das condicionantes, deficiências e potencialidades locais, correspondentes. Possibilitando, assim, alcançar proposições preliminares de diretrizes para correção, minimização, prevenção ou compensação de deficiências e para valorização das potencialidades.

CREA-PR

O SELO DE AUTENTICIDADE FOI AFIXADO NA ÚLTIMA FOLHA

00623



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

1005<sup>A</sup>

## ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO CRIADO PELA LEI ESTADUAL Nº790 DE 11-11-1951 - CNPJ 75.740.829/0001-20

### **FASE 3 - Definição das Diretrizes e Propostas**

Inicialmente foram elaborados **Eixos** de desenvolvimento estratégico com suas respectivas diretrizes.

As diretrizes contemplaram os aspectos físico-espaciais, de infra-estrutura e serviços público, socioeconômicas, ambientais e institucionais, que deram origem a ações, propostas para curto, médio e longo prazos. Incluiu-se também diretrizes para o estabelecimento de:

- a) política de desenvolvimento urbano e municipal;
- b) sistemática permanente de planejamento;
- c) propostas de projetos estruturais dos diversos setores estratégicos considerando a estimativa de custos e projeções orçamentárias municipais;
- d) dinamização e ampliação das atividades econômicas a fim de estruturar o fortalecimento da economia do município (emprego, renda e receitas);
- e) propostas, instrumentos e mecanismos referentes a:
  - i. ocupação do espaço, e expansão urbana
  - ii. distribuição eqüitativa dos usos
  - iii. hierarquização do sistema viário e articulação da mobilidade urbana
  - iv. controle do meio ambiente, saneamento e proteção aos elementos que caracterizem a identidade do município
  - v. arborização pública
  - vi. sistema de informações para o planejamento e gestão municipal
  - vii. diretrizes para a coleta e disposição final de resíduos sólidos, industriais e saúde
  - viii. instrumentos a serem adotados nos projetos de parcelamento, edificações, consultas prévias, alvarás, laudo de conclusão de obras e habite-se
  - ix. processos e recursos para a atualização permanente de instrumentos de política e planejamento territorial
  - x. parâmetros, ações e instrumentos para a regularização da situação fundiária ou diretrizes de uso das áreas que necessitam de desocupação
  - xi. diretrizes e proposições decorrentes das recomendações de órgãos e instituições

### **Fase 4 - Proposições para a Legislação Básica e Processo de Planejamento e Gestão Municipal**

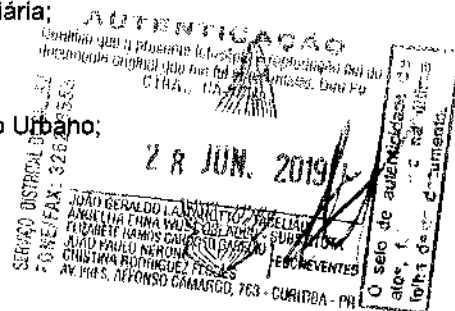
#### **Ante Projeto de lei**

Minutas de Anteprojeto de Lei acompanhadas de mapas em escala apropriada, destacando-se:

- a) Anteprojeto de Lei do Plano Diretor Municipal;
- b) Anteprojeto de Lei do Perímetro Urbano;
- c) Anteprojeto de Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano e Municipal (zoneamento);
- d) Anteprojeto de Lei de Parcelamento Urbano e Regularização Fundiária;
- e) Anteprojeto de Lei de Mobilidade;
- f) Anteprojeto de Lei do Código de Obras;
- g) Anteprojeto de Lei do Código de Posturas e Meio Ambiente;
- h) Anteprojeto de Lei da Compulsoriedade do Aproveitamento do Solo Urbano;
- i) Anteprojeto de Lei do Consórcio Imobiliário;
- j) Anteprojeto de Lei do Direito de Preempção.

#### **Processo de Planejamento e Gestão Municipal**

- a) Adequação da estrutura organizacional da Prefeitura;
- b) Organização do sistema de informações;
- c) Construção de indicadores para avaliação anual do processo de planejamento e gestão municipal.







# PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

1006<sup>A</sup>

## ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO CRIADO PELA LEI ESTADUAL Nº790 DE 11-11-1951 - CNPJ 75.740.829/0001-20

### **FASE 5 -Plano de Ação e Investimentos**

O Plano de Ações e Investimentos refere-se à análise sistêmica e à avaliação das estratégias de intervenção anteriormente formuladas, aglutinando as discussões que se desenvolveram no âmbito das reuniões com a Comissão de Acompanhamento e, também, nos eventos (oficinas e seminários) realizados junto às entidades estaduais e do município para a discussão das referidas estratégias, e dos critérios e diretrizes para o ordenamento territorial, mediante a definição das ações e projetos prioritários, para os próximos 05 (cinco) anos em compatibilidade com a projeção orçamentária. Apresentando a hierarquização de investimentos em infra-estrutura, equipamentos comunitários e ações institucionais, com a estimativa de custos aproximados.

É seguirá de elemento balizador para o município de Borrazópolis atender à Lei Estadual nº 15.229 de 25 de julho de 2006, como também, à Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001.

### **Audiências Públicas e Oficinas de Capacitação Técnica**

O Plano Diretor, que por intervir diretamente na cidade e na vida dos cidadãos, abre espaço para a participação da população, podendo haver interesses divergentes e até conflitantes, entretanto, com um objetivo comum, a distribuição mais justa dos pontos positivos e negativos existentes na vida da cidade. Assim sendo, foram realizadas audiências com a comunidade, a qual foi inserida no processo participativo de desenvolvimento do Plano Diretor e também oficinas de capacitação técnica com a equipe da Prefeitura e Comissão de Acompanhamento de Elaboração do Plano Diretor. A realização da Audiência e Oficina ficou sob responsabilidade da Prefeitura, com o apoio da equipe da Consultora.

O Município divulgou amplamente e com antecedência e, realizou 03 (três) audiências públicas e 05 (cinco) oficinas técnicas de capacitação e treinamento, além de outras reuniões e consultas com a equipe da Prefeitura. Para as audiências foram convidados representantes da sociedade organizada, da população em geral, dos segmentos econômicos, além de representantes do governo e técnicos dos setores correlatos ao planejamento da prefeitura. A forma de divulgação das audiências foi feita por meio de ampla divulgação dos meios de comunicação, como rádio, jornal, panfletos, entre outros tipos de mídia. Os volumes correspondentes ao assunto a ser tratado nas audiências foram disponibilizados na Prefeitura Municipal para que a população pudesse se interar sobre o seu conteúdo e se preparar para a Audiência Pública, sendo livre o seu acesso a qualquer interessado.

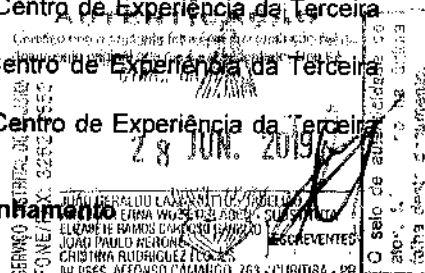
As Audiências Públicas foram realizadas:

- 1ª Audiência Pública, ocorreu em 02 de julho de 2009 no Centro de Experiência da Terceira Idade, às 19h;
- 2ª Audiência Pública, ocorreu em 20 de outubro de 2009 no Centro de Experiência da Terceira Idade, às 19h;
- 3ª Audiência Pública, ocorreu em 28 de maio de 2010 no Centro de Experiência da Terceira Idade, às 19h;
- Conferência da Cidade, ocorreu em 28 de maio de 2010 no Centro de Experiência da Terceira Idade, às 20h30min.

### **Treinamento da Equipe Técnica Municipal e Comissão de Acompanhamento**

Os treinamentos tanto da Equipe Técnica Municipal quanto da Comissão de Acompanhamento de Elaboração do Plano Diretor se deram por meio de oficinas de capacitação. Ao todos foram realizadas 05 oficinas, sempre para discussão dos conteúdos que culminaram nos 05 produtos componentes do PDM.

A Equipe Técnica do Município de Borrazópolis (Decreto Municipal nº 111/2009), foi composta por representantes dos setores correlatos na prefeitura. O treinamento foi feito de acordo com os seguintes aspectos: Embasamento Técnico-Administrativo-Legal do Plano Diretor Municipal, Avaliação Temática



08



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

1007<sup>A</sup>

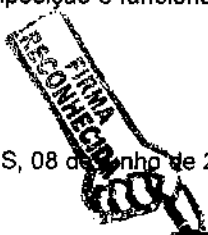
## ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO CRIADO PELA LEI ESTADUAL Nº790 DE 11-11-1951 - CNPJ 75.740.829/0001-20

Integrada, Definição de Diretrizes e Proposições, Legislação Básica, Processo de Planejamento e Gestão Municipal, Plano de Ação, Indicadores e Implementação do Plano Diretor Municipal, de acordo com o Termo de Referência da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano – SEDU/PARANACIDADE.

A Comissão de Acompanhamento da Elaboração do Plano Diretor (Decreto Municipal nº 119/2009), foi composta por representantes da administração municipal e dos segmentos organizados da sociedade civil local. O treinamento da Comissão foi realizado referente aos aspectos de embasamento técnico-administrativo-legal do Plano Diretor; competências, organização e funcionamento da Comissão de Acompanhamento; e criação do Conselho de Desenvolvimento Municipal, assim como de suas atribuições, composição e funcionamento.

BORRAZÓPOLIS, 08 de Junho de 2010.



Oivaldo Campos de Almeida  
Prefeito Municipal de Borrazópolis

Reconheço por Semelhança a assinatura de MUNICÍPIO DE BORRAZÓPOLIS representado por OSVALDO CAMPOS DE ALMEIDA. \*0004\* 1147984\*. Dou fé em Borrazópolis - Paraná, 18 de Junho de 2010. Em Teste da Verdade.  
Aleg. Souza Reis - Escrivão de Elementar  
Art. Civil e Jul. Borrazópolis



AUTENTICAÇÃO  
Certifico que a presente fotocópia reproduz fielmente o documento original que me foi apresentado. Dou Fé.  
28 JUN. 2013  
JUIZ DE RAI DO L. ANGELITA ESTIVA V. ELIZABETE IANINA JOAO PAULO NERY CRISTINA RODRIGUEZ AV. PRES. AFFONSO AMARAL, 150 - BORRAZÓPOLIS - PARANÁ - CEP 86825-000 - FONE/FAX: 3262-2553



**CREA-PR**  
Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura & Agronomia do Paraná  
018361

Tabelficatório de Notas  
Exclusivo para  
Autenticação de Cópia  
FQJ10492

Eduardo Geronimo Alves de Moraes  
Escrivão

0063

1008<sup>A</sup>



CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA  
ESTADO DO PARANÁ

# Certidão de Acervo Técnico

**ARQUITETA E URBANISTA**  
**SANDRA MAYUMI NAKAMURA**  
Carteira Profissional: PR-33072/D

Acervo Técnico Nº.: **340/2008**  
Protocolo Nº.: **2007/00309851**

ART Nº.....:3040671224 0..... Registrada:08/06/2007.....

ART Co-Respons.....:..... ART Vinculada:.....

Empresa Executora...:ECOTECNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA.....

Contratante(s).....:PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS.....

Tipo de Contrato.....:OUTROS.....

Atividade Técnica...:SUPERVISÃO, COORDENAÇÃO, ORIENTAÇÃO TÉCNICA.....

Área de Competência.:PLANEJAMENTO URBANO.....

Tipo de Obra/Serviço:PLANEJAMENTO FISICO DO TERRENO URBANO, RURAL E REGIONAL.....

Serviço Contratado...:PROJETO.....

OUTROS.....

Dimensão.....:1,00 UNID..... Área Existente:.....

Área Ampliada.....:..... Área de Reforma:.....

Local da Obra.....:AVENIDA DOS PIONEIROS, 900 CENTRO.....

Município/Estado....:CATANDUVAS/PR.....

Data de Início.....:08/11/2006..... Data de Conclusão:08/06/2007.....

Docto de Conclusão.:DECLARAÇÃO PROFISSIONAL.....

Descr. Compl. Serv.:ELABORAÇÃO DE PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE CATANDUVAS-PR CONFORME CONTRATO Nº004/2006 FIRMADO ENTRE AS PARTES E DE ACORDO COM A LEI FEDERAL Nº10.257/01 - ESTATUTO DA CIDADE PARTICIPAÇÃO DO PROFISSIONAL: COORDENAÇÃO GERAL.....

Observação.....:.....

**AUTENTICAÇÃO**  
Certifico que a presente cópia é reprodução fiel do documento original que me foi apresentado.  
Dov fe.  
CRA MAJURU  
28 JUN. 2019

SERVIÇO DISTRITAL DO CAMJURU  
FONE/FAX: 3262-3553

Av. Piratininga, 763  
Curitiba - PR.

**AUTENTICAÇÃO**  
Certifico que a presente fotocópia é reprodução fiel do documento original que me foi apresentado.  
Data: 28 JUN. 2019

SERVIÇO DISTRITAL DE CASQUEL  
FONE/FAX: 3262-3553

JOÃO GERALDO ALVES ATTO  
ANGELITA ERMA MULLER DE LIMA  
ELIACETE FARIAS CARVALHO  
JOÃO PAULO NEUNING  
CRISTINA RODRIGUES  
AV. PHS. AFFONSO CAMARGO, 763 - CURITIBA

FQJ10407



Eduardo Gerontimo Alves de Moraes  
Escritor

0070



# Município de Catanduvas

Gestão 2005/2008

1009<sup>A</sup>

## ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins, que a empresa **ECOTÉCNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA**, com sede à Maria Rita das Chagas Lima, 317 – Curitiba-PR Bairro São Braz CEP 82300-330, inscrita no CNPJ 02.610.553/0001-91 tendo como responsável técnica a Arquiteta e Urbanista **SANDRA MAYUMI NAKAMURA**, carteira profissional CREA-PR-33072/D, prestou para a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS**, estabelecida à Avenida dos Pioneiros, nº 900 – Centro – Catanduvas/PR, os serviços referentes à **Elaboração do Plano Diretor Municipal (PDM)** para o município de **CATANDUVAS/PR**, tendo demonstrado Capacidade Técnica no fornecimento dos mesmos, nada constando em nossos arquivos que a desabone.

### CARACTERÍSTICAS DOS SERVIÇOS

Início dos serviços: 08/11/2006  
 Conclusão dos serviços: 08/06/2007  
 Objeto do contrato: Elaboração do Plano Diretor Municipal (PDM) para o município de Catanduvas/PR, em conformidade com o Termo de Referência da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano – SEDU/PARANACIDADE.

### EQUIPE TÉCNICA ECOTÉCNICA

Arquiteta e Urbanista Esp.	Vanessa Boscaro Fernandes	CREA – PR 70.332/D
Arquiteta e Urbanista Msc.	Patrícia Costa Pellizzaro	CREA-PR 33.061-D
Arquiteta e Urbanista Msc.	Letícia Peret Antunes Hardt	CREA-PR 6.193-D
Especialista em Gestão em Engenharia Ambiental	Sandra Mayumi Nakamura	CREA – PR 33.072/D
Arquiteto e Urbanista	Martos Hardt	CREA-PR 74.601/D
Arquiteta e Urbanista	Ana Valéria B. dos Santos	CREA – PR 33.022/D
Contador	Anderson José Amâncio	CRC – PR 036.685/D
Economista	Elisabete Tiemi Arazaki	CORECON-PR 4963-8
Engenheiro Civil	Artur T. Magalhães Neto	CREA – PR 20.511/D
Engenheiro Civil/Sanitarista	Niño Aihara	CREA – PR 8.040/D
Engenheira Agrônoma	Yumi Kajihara Hirono	CREA – SP 5068576216/D
Engenheira Agrônoma	Juliana V. Bittencourt	CREA – PR 64.253/D
Engenheira Ambiental	Lidia Sayoko Tanaka	CREA-PR 87.131/D
Engenheiro Ambiental	Juliano Zamauskas Amaral	CREA-PR 87.132/D
Geólogo	Marcelus V.K. Borges	CREA – PR 32.742/D
Advogada	Lucia Benedita de C. Blicharski	OAB – PR 37.951
Acadêmica em Arq. e Urbanismo	Soraya Midori Bansho	
Acadêmica em Eng. Ambiental	Thalita Sayuri Miura	

### DESCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS

#### 1. ESCOPO E METODOLOGIA

A seguir, apresenta-se a metodologia e as técnicas utilizadas na execução das atividades, originando os produtos de cada uma das 05 fases do Plano, elencadas abaixo e assim, atingindo os objetivos traçados para o Plano Diretor Municipal – PDM de Catanduvas-PR.

Ainda, foram definidas, a partir das informações coletadas, a estruturação e instrumentação administrativa que foi necessária à adaptação da estrutura do Poder Público Municipal para a implementação do PDM e Leis Complementares.

#### 1.1. FASE 1 - PLANO DE TRABALHO

Corresponde ao documento que descreve o conteúdo e o processo de elaboração do PDM. Enfoca, principalmente, a metodologia estratégica, traçada pela equipe da ECOTÉCNICA Tecnologia e Consultoria Ltda.

300710



# Município de Catanduvas

## Gestão 2005/2008

1010<sup>A</sup>

### 1.2. FASE 2 - AVALIAÇÃO TEMÁTICA INTEGRADA

O processo de Avaliação Temática Integrada se realizou a partir da compilação, discussão e análise da equipe técnica multidisciplinar, dos dados disponibilizados pela Prefeitura Municipal de Catanduvas, IAP (Instituto Ambiental do Paraná), IPARDES (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social), IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), EMATER (Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural), PARANACIDADE e outras instituições pertinentes, com vistas a subsidiar o trabalho dos técnicos de cada uma das especialidades envolvidas, para posterior discussão e elaboração de um quadro síntese contendo as principais **Condições, Deficiências e Potencialidades**, assim como confecção de mapas temáticos pertinentes a cada tema. Foram avaliados os seguintes temas:

#### 1.2.1. CONTEXTUALIZAÇÃO REGIONAL

A contextualização regional sob os aspectos naturais e antrópicos, contemplou a vocação e o potencial estratégico do município de Catanduvas dentro da região, e focalizou os principais fatores que concorreram para o seu desenvolvimento. Foram imprescindíveis as espacializações das informações, configuradas por meio de mapas temáticos georreferenciados foram entregues em formato "dwg" (AUTOCAD 2006).

#### 1.2.2. CARACTERIZAÇÃO MUNICIPAL

A caracterização municipal foi mediante a abordagem dos seguintes temas principais, subdivididos em:

##### 1.2.2.1. ASPECTOS NATURAIS

###### a) Meio Físico

Foram identificadas as condições do clima, do ar, água, solo e subsolo. Através de análises das informações obtidas na SANEPAR, IAP e SUDERHSA e Prefeitura sobre a rede hídrica de superfícies e das análises existentes das águas dos poços existentes, foi possível avaliar qualitativamente a água, determinando, assim, possíveis problemas no uso do solo que pudessem comprometer a conservação da qualidade da água, além de prever a conservação ambiental, respeitando-se a legislação pertinente.

###### b) Meio Biológico

Foram enfocadas questões referentes à flora e fauna. Com base nos dados levantados, foram caracterizados os espaços para áreas de expansão urbana, conservação e preservação permanente, áreas públicas de lazer e arborização pública.

##### 1.2.2.2. SISTEMA ANTRÓPICO

###### a) Componente Espacial

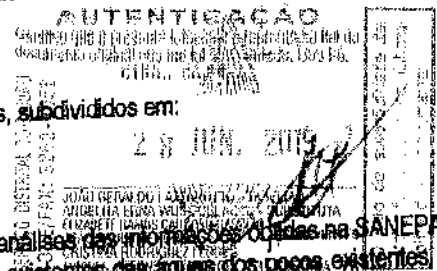
Foi realizada uma abordagem geral do uso e ocupação do solo urbano e rural mediante a caracterização da evolução da urbanização e do uso do solo, análise do parcelamento do solo e suas tendências de crescimento, questões fundiárias e aspectos atuais dos loteamentos do município, bolsões de pobreza e vazios urbanos, bem como determinação de parâmetros para monitoramento do uso e ocupação do solo. A partir de uma visão realista e sustentável, foram identificados e analisados os usos atuais, sua dependência econômica ou cultural e sua demanda (urbana e rural) para os próximos 10 anos, identificando os principais entraves espaciais existentes. Ocorreu igualmente, uma caracterização da infra-estrutura e serviços urbanos e regionais enfocando aspectos relevantes à circulação; sistema viário; saneamento; energia e comunicações. Assim, foi possível a identificação das áreas com infra-estrutura ociosa e as áreas ocupadas com precariedade de infra-estrutura, bem como um prognóstico para os próximos 10 anos. E uma avaliação da qualidade da paisagem. Ressalta-se que foram tomados por base os dados e estudos existentes no município referentes a este tema.

###### b) Componente Sócio-econômico

Para a Caracterização sócio-cultural foram analisados os sistemas de saúde, educação, ação social, além da questão populacional e demográfica. A caracterização econômica do município contemplou a análise dos setores produtivos, com especial enfoque às atividades rurais e do potencial de turismo rural.

###### c) Aspectos Institucionais

Foram caracterizadas as unidades administrativas da estrutura da Prefeitura Municipal e, o sistema de gestão relacionado ao planejamento e desenvolvimento do município, que se relacionem com a gestão do PDM Municipal. Igualmente, foi identificada a capacidade de investimento do município, situação atual de arrecadação, evolução anual e projeção para os próximos dez anos, considerando também possíveis fontes alternativas de recursos financeiros e possibilidade de realização de operações de crédito (capacidade de endividamento), além de impostos cobrados, taxas, contribuição de melhoria e demais tributos. Procedeu-se a uma análise da estrutura organizacional da administração municipal e dos agentes intervenientes ao plano diretor (secretarias, sociedade civil organizada e outros considerados relevantes). Esta análise teve o intuito de detectar a atuação das secretarias e sua influência na área, de forma a propor no desenvolvimento deste trabalho as possibilidades de atuação e inter-relação entre estes agentes, bem como, análises no sistema de informações municipais disponíveis para a gestão do desenvolvimento local (dados do Cadastro Técnico Imobiliário e Econômico e demais bancos de dados municipais, identificando-os).





# Município de Catanduvas

Gestão 2005/2008

1011<sup>A</sup>

Da legislação vigente identificou-se a adequação ou inadequação de cada um dos instrumentos, em relação a: (i) questões constitucionais, Lei Orgânica Municipal e demais leis federais, estaduais e municipais; (ii) questões físico-ambientais e (iii) adequação à realidade do uso e ocupação do solo existente. As normas jurídicas (leis, decretos e outros atos administrativos) do Estado e Município pertinentes a este Plano foram coletadas em órgãos do Poder Executivo, Poder Legislativo, e em outros pertinentes.

### 1.2.2.3. CONDICIONANTES DEFICIÊNCIAS E POTENCIALIDADES

A análise de cada informação foi realizada individualmente, com suas inter-relações mencionadas e elencadas em um quadro síntese, permitindo uma visão ampla das condicionantes, deficiências e potencialidades locais, correspondentes. Possibilitando, assim, alcançar proposições preliminares de diretrizes para correção, minimização, prevenção ou compensação de deficiências e para valorização das potencialidades.

### 1.3. FASE 3 - DEFINIÇÃO DAS DIRETRIZES E PROPOSTAS

Inicialmente foram elaborados Eixos de desenvolvimento estratégico com suas respectivas diretrizes.

As diretrizes contemplaram os aspectos físico-espaciais, de infra-estrutura e serviços público, socioeconômicas, ambientais e institucionais, que deram origem a ações, propostas para curto, médio e longo prazos. Incluiu-se também diretrizes para o estabelecimento de:

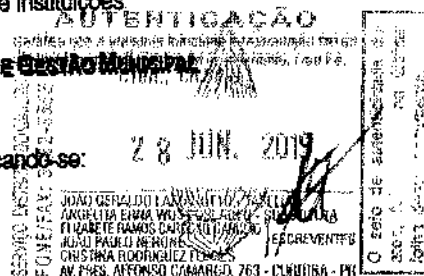
- política de desenvolvimento urbano e municipal;
- sistemática permanente de planejamento;
- propostas de projetos estruturais dos diversos setores estratégicos considerando a estimativa de custos e projeções orçamentárias municipais;
- dinamização e ampliação das atividades econômicas a fim de estruturar o fortalecimento da economia do município (emprego, renda e receitas);
- propostas, instrumentos e mecanismos referentes a:
  - ocupação do espaço, e expansão urbana
  - distribuição equitativa dos usos
  - hierarquização do sistema viário e articulação da mobilidade urbana
  - controle do meio ambiente, saneamento e proteção aos elementos que caracterizam a identidade do município
  - arborização pública
  - sistema de informações para o planejamento e gestão municipal
  - diretrizes para a coleta e disposição final de resíduos sólidos, industriais e saúde
  - instrumentos a serem adotados nos projetos de parcelamento, edificações, consultas prévias, alvarás, laudo de conclusão de obras e habite-se
  - processos e recursos para a atualização permanente de instrumentos de política e planejamento territorial
  - parâmetros, ações e instrumentos para a regularização da situação fundiária ou diretrizes de uso das áreas que necessitam de desocupação
  - diretrizes e proposições decorrentes das recomendações de órgãos e instituições

### 1.4. FASE 4 - PROPOSIÇÕES PARA A LEGISLAÇÃO BÁSICA E PROCESSO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO MUNICIPAL

#### 1.4.1. ANTE PROJETO DE LEI

Minutas de Anteprojeto de Lei acompanhadas de mapas em escala apropriada, destacando-se:

- Anteprojeto de Lei do Plano Diretor Municipal;
- Anteprojeto de Lei dos Perímetros Urbanos;
- Anteprojeto de Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano e Municipal;
- Anteprojeto de Lei de Parcelamento Urbano e Regularização Fundiária;
- Anteprojeto de Lei de Mobilidade;
- Anteprojeto de Lei do Código de Obras;
- Anteprojeto de Lei do Código de Posturas e Meio Ambiente;
- Anteprojeto de Lei da Compulsoriedade do Aproveitamento do Solo Urbano;
- Anteprojeto de Lei do Consórcio Imobiliário.



#### 1.4.1.1. PROCESSO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO MUNICIPAL

- Adequação da estrutura organizacional da Prefeitura;
- Organização do sistema de informações;
- Construção de indicadores para avaliação anual do processo de planejamento e gestão municipal.

00738



# Município de Catanduvas

## Gestão 2005/2008

1012

### 1.6. FASE 5-PLANO DE AÇÃO E INVESTIMENTOS

O Plano de Ações e Investimentos refere-se à análise sistêmica e à avaliação das estratégias de intervenção anteriormente formuladas, aglutinando as discussões que se desenvolveram no âmbito das reuniões com a Comissão de Acompanhamento e, também, nos eventos (oficinas e seminários) realizados junto às entidades estaduais e do município para a discussão das referidas estratégias, e dos critérios e diretrizes para o ordenamento territorial, mediante a definição das ações e projetos prioritários, para os próximos 05 (cinco) anos em compatibilidade com a projeção orçamentária. Apresentando a hierarquização de investimentos em infra-estrutura, equipamentos comunitários e ações institucionais, com a estimativa de custos aproximados. E seguirá de elemento balizador para o município de Catanduvas atender à Lei Estadual nº 15.229 de 25 de julho de 2006, como também, à Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001.

### 1.7. AUDIÊNCIAS PÚBLICAS E OFICINAS DE CAPACITAÇÃO TÉCNICA

O Plano Diretor, que por intervir diretamente na cidade e na vida dos cidadãos, abre espaço para a participação da população, podendo haver interesses divergentes e até conflitantes, entretanto, com um objetivo comum, a distribuição mais justa dos pontos positivos e negativos existentes na vida da cidade. Assim sendo, foram realizadas audiências com a comunidade, a qual foi inserida no processo participativo de desenvolvimento do Plano Diretor e também oficinas de capacitação técnica com a equipe da Prefeitura e Comissão de Acompanhamento de Elaboração do Plano Diretor. A realização da Audiência e Oficina ficou sob responsabilidade da Prefeitura, com o apoio da equipe da Consultora.

O Município divulgou amplamente e com antecedência e, realizou 03 (três) audiências públicas e 04 (quatro) oficinas de capacitação, além de outras reuniões e consultas com a equipe da Prefeitura. Para as audiências foram convidados representantes da sociedade organizada, da população em geral, dos segmentos econômicos, além de representantes do governo e técnicos dos setores correlatos ao planejamento da prefeitura. A forma de divulgação das audiências foi feita por meio de ampla divulgação dos meios de comunicação, como rádio, jornal, panfletos, entre outros tipos de mídia. Os volumes correspondentes ao assunto a ser tratado nas audiências foram disponibilizados na Prefeitura Municipal para que a população pudesse se interessar sobre o seu conteúdo e se preparar para a Audiência Pública, sendo livre o seu acesso a qualquer interessado.

As Audiências Públicas foram realizadas:

- 1ª Audiência Pública, ocorreu em 01 de dezembro de 2006 no Centro Cultural, às 19h;
- 2ª Audiência Pública, ocorreu em 23 de março de 2007 no Centro Cultural, às 19h;
- 3ª Audiência Pública, ocorreu em 18 de junho de 2006 no Salão Paroquial de Catanduvas, às 20h.

### 1.8. TREINAMENTO DA EQUIPE TÉCNICA MUNICIPAL E COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO

Os treinamentos tanto da Equipe Técnica Municipal quanto da Comissão de Acompanhamento de Elaboração do Plano Diretor se deram por meio de oficinas de capacitação. Ao todo foram realizadas 03 oficinas, sempre para discussão dos conteúdos que culminaram nos 05 produtos componentes do PDM.

A Equipe Técnica do Município de Catanduvas (Decreto nº 123/2006), foi composta por representantes dos setores correlatos na prefeitura. O treinamento foi feito de acordo com os seguintes aspectos: Embasamento Técnico-Administrativo-Legal do Plano Diretor Municipal, Avaliação Temática Integrada, Definição de Diretrizes e Proposições, Legislação Básica, Processo de Planejamento e Gestão Municipal, Plano de Ação, Indicadores e Implementação do Plano Diretor Municipal, de acordo com o Termo de Referência da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano - SEDU/PARANACIDADE.

A Comissão de Acompanhamento da Elaboração do Plano Diretor (Decreto nº 028/2007), foi composta por representantes da administração municipal e dos segmentos organizados da sociedade civil local. O treinamento da Comissão foi realizado referente aos aspectos de embasamento técnico-administrativo-legal do Plano Diretor, competências, organização e funcionamento da Comissão de Acompanhamento; e criação do Conselho de Desenvolvimento Municipal, assim como de suas atribuições, composição e funcionamento.

CATANDUVAS, 27 de setembro de 2007.

  
ALDOIR BERNART  
Prefeito Municipal de Catanduvas

Eduardo Geronimo Alves de Moraes

**AUTENTICAÇÃO**

Certifico que o presente documento foi produzido em do documento original que me foi apresentado, UTM, CA.

SERVIÇO INSTRUMENTAL DO CADÚR  
TEL/FAX: 323-8553

**TABELONATO BERNART**  
2019

JGAD REAC DO LA...  
ANGELA ERMA WILSON...  
CABETE AMOS CARLOS...  
JOAO PAULO PERONE...  
CRISTINA RODRIGUEZ...  
AV. PRES. AFFONSO CARVALHO, 701 - CENTRO

0074

Exclusivo para Autenticação de Cópia

FQJ10383

1019<sup>A</sup>



CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA  
ESTADO DO PARANÁ

### Certidão de Acervo Técnico

**SANDRA MAYUMI NAKAMURA**

Carteira Profissional: PR-33072/D  
Acervo Técnico Nº.: **3397/2010**

RNP Nº.: 1703770706

Protocolo Nº.: **2010/00080171**

ART Nº.: 3040671127 0..... Registrada: 14/11/2006.....

ART Co-Respons.: ..... ART Vinculada: .....

Empresa Executora.: ECOTECNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA.....

Contratante(s).....: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLORADO.....

Tipo de Contrato.....: OUTROS.....

Atividade Técnica.....: SUPERVISÃO, COORDENAÇÃO, ORIENTAÇÃO TÉCNICA.....

Área de Competência.: PLANEJAMENTO URBANO.....

Tipo de Obra/Serviço.: PLANEJAMENTO FÍSICO DO TERRENO URBANO, RURAL E REGIONAL.....

Serviço Contratado.: PROJETO.....

OUTROS.....

Dimensão.....: 1,00 UNID..... Área Existente: .....

Área Ampliada.....: ..... Área de Reforma: .....

Local da Obra.....: AVENIDA BRASIL, 1250 CENTRO.....

Município/Estado.....: COLORADO/PR.....

Data de Início.....: 01/09/2006..... Data de Conclusão: 20/11/2006.....

Docto de Conclusão.: DECLARAÇÃO PROFISSIONAL.....

Descr. Compl. Serv.: ELABORAÇÃO DE PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE COLORADO-PR CONFORME CONTRATO FIRMADO ENTRE AS PARTES E DE ACORDO COM A LEI FEDERAL Nº10.257/01 - ESTATUTO DA CIDADE PARTICIPAÇÃO DO PROFISSIONAL: COORDENAÇÃO GERAL.....

Observação.....

ATENTIFICAÇÃO  
Certifico que a presente cópia é reprodução fiel do documento original que me foi apresentado.  
Dout. **OTÁVIO CAJURU**

23 JUN. 2013

SERVIÇO DISTRICTAL DO CAJURU  
FONE/FAX 3262-3553

AV. PRES. JUSCELINO KUBITSCHEK, 763  
CURITIBA

Tabellionato de Notas  
Exclusivo para  
Autenticação de Cópia  
**FQJ10431**

*Edmundo G. Romão Alves de Moraes*  
Escritor

0075



1014<sup>A</sup>

**ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA**

Atestamos para os devidos fins, que a empresa **ECOTÉCNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA**, com sede à Maria Rita das Chagas Lima, 317 – Curitiba-PR Bairro São Braz CEP 82300-330, inscrita no CNPJ 02.610.553/0001-91 tendo como responsável técnica a Arquiteta e Urbanista **SANDRA MAYUMI NAKAMURA**, carteira profissional CREA-PR-33072/D, prestou para a **PREFEITURA MUNICIPAL DE COLORADO**, estabelecida à Avenida Brasil, 1250 – Centro, Colorado-PR, os serviços referentes à **Elaboração do Plano Diretor Municipal (PDM) para o município de Colorado/PR**, tendo demonstrado Capacidade Técnica no fornecimento dos mesmos, nada constando em nossos arquivos que a desabone.

**CARACTERÍSTICAS DOS SERVIÇOS**

Início dos serviços: 01/09/2006  
 Conclusão dos serviços: 10/12/2006  
 Objeto do contrato: Elaboração do Plano Diretor Municipal (PDM) para o município de Colorado /PR, em conformidade com o Termo de Referência da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano – SEDU/PARANACIDADE.

**EQUIPE TÉCNICA ECOTÉCNICA**

Arquiteta e Urbanista Msc.	Sandra Mayumi Nakamura	CREA – PR 33.072/D
Engenheiro Civil/Sanitarista	Nilo Aihara	CREA – PR 8.040/D
Engenheira Ambiental	Lidia Sayoko Tanaka	CREA-PR-87131/D
Engenheiro Florestal Dr.	André E.B. de Lacerda	CREA – PR 29.983/D
Geólogo	Marcelus V.K. Borges	CREA – PR 32.742/D
Advogada	Lucia Benedita de C. Blicharski	OAB – PR 37.951

**DESCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS**

**1. DEFINIÇÃO DAS DIRETRIZES E PROPOSTAS**

A partir do diagnóstico foram elaborados Eixos de desenvolvimento estratégico com suas respectivas diretrizes. As diretrizes contemplaram os aspectos físico-espaciais, de infra-estrutura e serviços público, socioeconômicas, ambientais e institucionais, que deram origem a ações, propostas com prazo: imediato, curto, médio ou longo. A definição dos eixos, diretrizes e ações buscaram estabelecer:

- a) política de desenvolvimento urbano e municipal;
- b) sistemática permanente de planejamento;
- c) propostas de projetos estruturais dos diversos setores estratégicos considerando a estimativa de custos e projeções orçamentárias municipais;
- d) dinamização e ampliação das atividades econômicas a fim de estruturar o fortalecimento da economia do município (emprego, renda e receitas);
- e) propostas, instrumentos e mecanismos referentes a:
  - i. ocupação do espaço, e expansão urbana
  - ii. distribuição equitativa dos usos
  - iii. hierarquização do sistema viário e articulação da mobilidade urbana
  - iv. controle do meio ambiente, saneamento e proteção aos elementos que caracterizam o município
  - v. arborização pública
  - vi. sistema de informações para o planejamento e gestão municipal
  - vii. diretrizes para a coleta e disposição final de resíduos sólidos, industriais e saúde
  - viii. instrumentos a serem adotados nos projetos de parcelamento, edificações, consultas prévias, alvarás, laudo de conclusão de obras e habite-se
  - ix. processos e recursos para a atualização permanente de instrumentos de política e planejamento territorial
  - x. parâmetros, ações e instrumentos para a regularização da situação fundiária ou diretrizes de uso das áreas que necessitam de desocupação
  - xi. diretrizes e proposições decorrentes das recomendações de órgãos e instituições

**2. PROCESSO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO MUNICIPAL**

- a) Adequação da estrutura organizacional da Prefeitura;
- b) Organização do sistema de informações;
- c) Construção de indicadores para avaliação anual do processo de planejamento e gestão municipal.

28 JUN. 2019  
 SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO MUNICIPAL  
 FONE/FAX: 3263.3533  
 AV. PRES. AFFONSO CAMARGO, 763 - CURITIBA - PR

1015<sup>A</sup>

**3. PROPOSIÇÕES PARA A LEGISLAÇÃO BÁSICA E PROCESSO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO MUNICIPAL**

Minutas de Anteprojeto de Lei acompanhadas de mapas em escala apropriada, destacando-se:

- d) Anteprojeto de Lei do Plano Diretor Municipal;
- e) Anteprojeto de Lei do Perímetro Urbano;
- f) Anteprojeto de Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano e Rural;
- g) Anteprojeto de Lei de Mobilidade;
- h) Anteprojeto de Lei da Outorga Onerosa;
- i) Anteprojeto de Lei do Consórcio Imobiliário;
- j) Anteprojeto de Lei do Direito de Preempção.

**4. PLANO DE AÇÕES E INVESTIMENTOS**

O Plano de Ações e Investimentos refere-se à análise sistêmica e à avaliação das estratégias de intervenção anteriormente formuladas, aglutinando as discussões que se desenvolveram no âmbito das reuniões com a Comissão de Acompanhamento e, também, nos eventos (oficinas e seminários) realizados junto às entidades estaduais e do município para a discussão das referidas estratégias, e dos critérios e diretrizes para o ordenamento territorial, mediante a definição das ações e projetos prioritários, para os próximos 05 (cinco) anos em compatibilidade com a projeção orçamentária. Apresentando a hierarquização de investimentos em infra-estrutura, equipamentos comunitários e ações institucionais, com a estimativa de custos aproximados.

E seguirá de elemento balizador para o município de Colorado atender à Lei Estadual nº 15.229 de 25 de julho de 2006, como também, à Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001.

**5. AUDIÊNCIAS PÚBLICAS, OFICINAS DE CAPACITAÇÃO E REUNIÕES TÉCNICAS**

O Plano Diretor, que por intervir diretamente na cidade e na vida dos cidadãos, abre espaço para a participação da população, podendo haver interesses divergentes e até conflitantes, entretanto, com um objetivo comum, a distribuição mais justa dos pontos positivos e negativos existentes na vida da cidade. Assim sendo, foram realizadas audiências com a comunidade, a qual foi inserida no processo participativo de desenvolvimento do Plano Diretor e também oficinas de capacitação técnica com a equipe da Prefeitura e Comissão de Acompanhamento. A realização da Audiência e Oficina ficou sob responsabilidade da Prefeitura, com o apoio da equipe da Consultora.

Foram realizadas 02 (duas) audiências públicas, 03 (três) oficinas de capacitação e 04 (quatro) reuniões técnicas. Para as audiências foram convidados representantes da sociedade organizada, da população em geral, dos segmentos econômicos, além de representantes do governo e técnicos dos setores correlatos ao planejamento da prefeitura. O material correspondente ao assunto a ser tratado nas audiências foram disponibilizados na Prefeitura Municipal para que a população pudesse se interar sobre o seu conteúdo e se preparar para a Audiência Pública, sendo livre o seu acesso a qualquer interessado.

Os treinamentos tanto da Equipe Técnica Municipal quanto da Comissão de Acompanhamento de Elaboração do Plano Diretor se deram por meio de oficinas de capacitação para discussão dos conteúdos que culminaram nos produtos componentes do PDM.

Colorado 02 de Outubro de 2007.

FIRMA  
 CONHECIDA

*[Assinatura]*

MARGOS JOSÉ CONSALTER DE MELLO  
 Prefeito Municipal



**CREA-PR**  
 Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Paraná  
 012858

**AUTENTICAÇÃO**  
 28 JUN. 2009  
 O selo de autenticação é obrigatório para a validade jurídica dos atos, e a falta dele acarreta a nulidade do ato.

**AUTENTICAÇÃO**  
 28 JUN. 2009  
 TABELIONATO LOPES  
 Av. Brasil 1249 - Centro - CEP: 86690-000 - CP 59 - TEL: (41) 3323-1442 - FAX: (41) 3323-1615 - Colorado/PR

**TABELIONATO LOPES**  
 Otavio Trindade Lopes  
 NOTÁRIO  
 Av. Brasil 1249 - Centro - CEP: 86690-000 - CP 59 - TEL: (41) 3323-1442 - FAX: (41) 3323-1615 - Colorado/PR  
 Reconheço por assinatura e assinatura indicada de MARGOS JOSÉ CONSALTER DE MELLO, \*\*\*\*\*  
 Dou fé em Colorado, 02 de outubro de 2007.  
 Em Teste da Verdade  
 CECILIA PAROLO MARTINS SOARES 2513

**SELO**  
 TABELIONATO LOPES  
 NOTARIAS  
 CDG68867

OTONIMO Alves de Moraes  
 Escrivão

1016<sup>A</sup>



CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA  
ESTADO DO PARANÁ

### Certidão de Acervo Técnico

**SANDRA MAYUMI NAKAMURA**  
Carteira Profissional: PR-33072/D  
Acervo Técnico Nº.: **14913/2010**

RNP Nº.: 1703770706  
Protocolo Nº.: **2010/00317203**

ART Nº.: 20100770713 0..... Registrada: 11/03/2010.....

ART Co-Respons.: ..... ART Vinculada: .....

Empresa Executora.: ECOTECNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA.....

Contratante(s).....: PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL VIVIDA - CNPJ/CPF:  
76.995.455/0001-56.....

Tipo de Contrato.....: OUTROS.....

Atividade Técnica.....: SUPERVISÃO, COORDENAÇÃO, ORIENTAÇÃO TÉCNICA.....

Área de Competência.: PLANEJAMENTO URBANO.....

Tipo de Obra/Serviço: PLANEJAMENTO FISICO DO TERRENO URBANO, RURAL E  
REGIONAL.....

Serviço Contratado.: PROJETO.....  
OUTROS.....

Dimensão.....: 1,00 UNID..... Área Existente: .....

Área Ampliada.....: ..... Área de Reforma: .....

Local da Obra.....: PRAÇA TRES PODERES, S/N CENTRO.....

Município/Estado....: CORONEL VIVIDA/PR.....

Data de Início.....: 10/11/2009..... Data de Conclusão: 10/05/2010.....

Docto de Conclusão.: DECLARAÇÃO PROFISSIONAL.....

Descr. Compl. Serv.: ELABORAÇÃO DE ALTERAÇÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE  
CORONEL VIVIDA - PR CONFORME CONTRATO Nº 198/2009  
FIRMADO ENTRE AS PARTES DE ACORDO COM A LEI FEDERAL  
Nº 10.257/2001 - ESTATUTO DAS CIDADES. PARTICIPAÇÃO  
DO PROFISSIONAL: COORDENAÇÃO GERAL.....

Observação.....: .....

**AUTENTICAÇÃO**  
Cuius titulus que a presentia telecopia é reprodução  
fiel do documento original que me foi apresentado.  
Dout. Ulf. **GERAL CAJURU**  
28 JUN. 2019  
SERVIÇO DISTRIAL DO CAJURU  
FONE/FAX 3262-3553  
Avenida ...  
Cajuru, PR.

Tabelfonário de Notas  
Exclusivo para  
Autenticação de Cópia  
**FQJ10421**

**Eduardo Gerônimo Alves de Moraes**  
Escritório



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL VIVIDA  
Praça Três Poderes, s/nº - Centro  
CEP: 85.550-000 Coronel Vivida - PR  
CNPJ: 76.995.455-0001/56

1017<sup>A</sup>

### ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins, que a empresa **ECOTÉCNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA**, com sede à Maria Rita das Chagas Lima, 317 – Curitiba-PR Bairro São Braz CEP 82300-330, inscrita no CNPJ 02.610.553/0001-91 tendo como responsável técnica a Arquiteta e Urbanista **SANDRA MAYUMI NAKAMURA**, carteira profissional CREA-PR-33072/D, prestou para a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL VIVIDA**, estabelecida à Praça Três Poderes, s/nº - Centro – Coronel Vivida/PR, os serviços referentes à **Alteração do Plano Diretor Municipal (PDM) para o município de CORONEL VIVIDA/PR**, tendo demonstrado Capacidade Técnica no fornecimento dos mesmos, nada constando em nossos arquivos que a desabone.

### CARACTERÍSTICAS DOS SERVIÇOS

Início dos serviços: 10/11/2009  
Conclusão dos serviços: 10/05/2010  
Objeto do contrato: Alteração do Plano Diretor Municipal (PDM) de Coronel Vivida/PR.

### EQUIPE TÉCNICA ECOTÉCNICA

Arquiteta e Urbanista Esp. - Coordenação Técnica	Sandra Mayumi Nakamura	CREA-PR 33.072/D
Arquiteto e Urbanista - Coordenação Técnica	Leticia S. Cardon de Oliveira	CREA-PR 83.417/D
Arquiteta e Urbanista - Coordenação Adjunta	Walter Gustavo Linzmayer	CREA-PR 73.015/D
Arquiteta e Urbanista	Arquiteta e Urbanista Esp. Vanessa Boscaro Fernandes	CREA-PR 70.332/D
Engenheiro Civil	Nilo Aihara	CREA-PR 8040/D
Advogada Esp. em Direito Socioambiental e Gestão Municipal de Rec. Hídricos	Lucia B. de Camargo Blicharski	OAB PR 37951

### DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

Este trabalho teve como principal objetivo a alteração de temas pertinentes ao Plano Diretor Municipal (PDM) de Coronel Vivida/PR, aprovado em 2008, resultando na alteração e/ou complementação da legislação básica que compõe o arcabouço do PDM, a saber: Lei do Plano Diretor Municipal; Lei dos Perímetros Urbanos; Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano e Municipal; Lei De Mobilidade e Sistema Viário; Lei do Código de Posturas e Meio Ambiente; Lei do Direito de Preempção; e Lei da Compulsoriedade do Solo Urbano.

Ressalta-se que as alterações na legislação do PDM foram tomadas como referência e base de princípios, legislações federais, estaduais e municipais, principalmente a Lei Federal n.º 10.257/01 – Estatuto da Cidade, Lei Federal n.º 6.766/79 e alterações, regulamentações e normativas do Ministério das Cidades, CONAMA, e Associação Brasileira de Normas Técnicas, bem como, dentro das atuais possibilidades legais.

Ainda, as alterações foram definidas, a partir das informações coletadas, repassadas pela equipe técnica da Prefeitura e discutidas em reuniões técnicas durante o processo de alteração do documento.

Certifico que a presente fotocópia é reprodução fiel do documento original, me foi apresentado.

Daí 16.

C/BA MAJURU

CORONEL VIVIDA, 24 de fevereiro de 2010.

28/02/2010

SECRETARIA DO MUNICÍPIO  
CORONEL VIVIDA - PR  
FONE/FAX 3262-3553

AV. 1712 - Centro - Coronel Vivida, 763 - PR

Exclusivo para Autenticação de Cópia

FQJ10422

Eduardo Gerônimo Alves de Moraes

Esc. C. 00000

MAKRONATO KESSLER

*Leandro Aldrin Tasca Signor*  
LEANDRO ALDRIN TASCA SIGNOR  
Coordenador do Plano Diretor Municipal



079

**CREA-PR**  
Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Paraná

018367

1018<sup>A</sup>



CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA  
ESTADO DO PARANÁ

### Certidão de Acervo Técnico

**SANDRA MAYUMI NAKAMURA**

Carteira Profissional: PR-33072/D

Acervo Técnico Nº: **5097/2011**

RNP Nº.: 1703770706

Protocolo Nº.: **2011/00124561**

ART Nº.: 3048968137 0. Registrada: 06/03/2008.

ART Co-Respons.: ART Vinculada:

Empresa Executora.: ECOTECNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA.

Contratante(s): PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO VERDE DO OESTE -  
CNPJ/CPF: 80.880.107/000100.

Tipo de Contrato.: OUTROS.

Atividade Técnica.: SUPERVISÃO, COORDENAÇÃO, ORIENTAÇÃO TÉCNICA.

Área de Competência.: PLANEJAMENTO URBANO.

Tipo de Obra/Serviço.: PLANEJAMENTO FÍSICO DO TERRENO URBANO, RURAL E REGIONAL.

Serviço Contratado.: PROJETO.  
OUTROS.

Dimensão.: 1,00 UNID. Área Existente:

Área Ampliada.: Área de Reforma:

Local da Obra.: RUA CURITIBA, 657 CENTRO.

Município/Estado.: OURO VERDE DO OESTE/PR.

Data de Início.: 25/10/2007. Data de Conclusão: 25/07/2008.

Docto de Conclusão.: DECLARAÇÃO PROFISSIONAL.

Descr. Compl. Serv.: ELABORAÇÃO DE PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE OURO VERDE DO OESTE-PR CONFORME CONTRATO Nº171/2007-PM-OVO FIRMADO ENTRE AS PARTES E DE ACORDO COM A LEI FEDERAL Nº10.257/01 - ESTATUTO DA CIDADE PARTICIPAÇÃO DO PROFISSIONAL: COORDENAÇÃO GERAL.

Observação.:

**AUTENTICAÇÃO**  
 Certifico que a presente cópia é reprodução fiel do documento original que foi apresentado.  
 Dou fé.  
 O/A JUIZ(A) JURADO  
 28 JUN 2019  
 SERVIÇO DISTRIAL DO CAJURU  
 FONE/FAX 3262-3553  
 FQJ10435  
 Av. Pres. N. do Carmo, 783  
 Curitiba PR.

Eduardo Geronimo Alves de Moraes  
Escrevente

0080



**ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA**

Atestamos para os devidos fins, que a empresa **ECOTÉCNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA**, com sede à Maria Rita das Chagas Lima, 317 - Curitiba-PR Bairro São Braz CEP 82300-330, inscrita no CNPJ 02.610.553/0001-91 tendo como responsável técnica a Arquiteta e Urbanista **SANDRA MAYUMI NAKAMURA**, carteira profissional CREAPR-33072/D, prestou para a **PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO VERDE DO OESTE**, estabelecida à Rua Curitiba, nº 657 - Centro - Ouro Verde do Oeste/PR, os serviços referentes à **Elaboração do Plano Diretor Municipal (PDM) para o município de OURO VERDE DO OESTE/PR**, tendo demonstrado Capacidade Técnica no fornecimento dos mesmos, nada constando em nossos arquivos que a desabone.

**CARACTERÍSTICAS DOS SERVIÇOS**

Início dos serviços: 25/10/2007  
 Conclusão dos serviços: 25/07/2008  
 Objeto do contrato: Elaboração do Plano Diretor Municipal (PDM) para o município de Ouro Verde do Oeste/PR, em conformidade com o Termo de Referência da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano - SEDU/PARANACIDADE.

Local da Obra: Rua Curitiba 657 Centro CEP 85933-000 Ouro Verde do Oeste

**EQUIPE TÉCNICA ECOTÉCNICA**

Arquiteta e Urbanista Esp. - Coordenação Técnica	Vanessa Boscaro Fernandes	CREA - PR 70.332/D
Arquiteta e Urbanista - Coordenação Adjunta	Leticia S. Cardon de Oliveira	CREA-PR 83.417/D
Arquiteto e Urbanista - Coordenação Adjunta	Loris Carlos Guesse	CREA-PR 3640/D
Especialista em Gestão em Engenharia Ambiental	Sandra Mayumi Nakamura	CREA - PR 33.072/D
Contador	Anderson José Amâncio	CRC-PR 036.685/O-4
Economista	Elisabete Tiemi Arazaki	CORECON-PR 4963-8
Eng. Civil/Sanitarista	Nilo Aihara	CREA-PR 8.040/D
Eng. Florestal Dr.	André E.B. de Lacerda	CREA-PR 29.983/D
Eng. Agrônoma Dr.	Juliana V. Bittencourt	CREA-PR 64.253/D
Engenheira Ambiental	Lídia Sayoko Tanaka	CREA-PR 87.131/D
Geólogo	Marcelus V. K. Borges	CREA-PR 32.742/D
Advogada Esp.	Lúcia B. de Camargo Blicharski	OAB-PR 37951
Acadêmica em Arq. e Urbanismo	Nara Yumi Fujii	
Acadêmica em Arq. e Urbanismo	Thalita Sayuri Miura	
Acadêmica em Eng. Ambiental	André Luiz da Silva Melo	

**AUTENTICAÇÃO**  
 Certifico que a presente fotocópia é reprodução fiel do documento original que me foi apresentado.  
 Dou fé.  
 29 JUN 2008  
 SERVIÇO DISTRITAL DO CADURU  
 FONE/FAX 3262-3558  
 Curitiba - PR  
 Tabelionato de Notas  
 Exclusivo para  
 Autenticação de Cópia  
**FQJ10436**

**CREA-PR**  
 O SELO DE AUTENTICIDADE FOI AFIXADO NA ÚLTIMA FOLHA

Eduardo Geronlmo Alves de Moraes  
 Escrevente

81  
 81



DESCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS

**1. ESCOPO E METODOLOGIA**

A seguir, apresenta-se a metodologia e as técnicas utilizadas na execução das atividades, originando os produtos de cada uma das 05 fases do Plano, elencadas abaixo e assim, atingindo os objetivos traçados para o Plano Diretor Municipal – PDM de Ouro Verde do Oeste-PR.

Ainda, foram definidas, a partir das informações coletadas, a estruturação e instrumentação administrativa que foi necessária à adaptação da estrutura do Poder Público Municipal para a implementação do PDM e Leis Complementares.

**1.1. FASE 1- PLANO DE TRABALHO**

Corresponde ao documento que descreve o conteúdo e o processo de elaboração do PDM. Enfoca, principalmente, a metodologia estratégica, traçada pela equipe da ECOTÉCNICA Tecnologia e Consultoria Ltda.

**1.2. FASE 2- AVALIAÇÃO TEMÁTICA INTEGRADA**

O processo de Avaliação Temática Integrada se realizou a partir da compilação, discussão e análise da equipe técnica multidisciplinar, dos dados disponibilizados pela Prefeitura Municipal de Ouro Verde do Oeste, IAP (Instituto Ambiental do Paraná), IPARDES (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social), IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), EMATER (Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural), PARANACIDADE e outras instituições pertinentes, com vistas a subsidiar o trabalho dos técnicos de cada uma das especialidades envolvidas, para posterior discussão e elaboração de um quadro síntese contendo as principais **Condicionantes, Deficiências e Potencialidades**, assim como confecção de mapas temáticos pertinentes a cada tema. Foram avaliados os seguintes temas:

**1.2.1. CONTEXTUALIZAÇÃO REGIONAL**

A contextualização regional sob os aspectos naturais e antrópicos, contemplou a vocação e o potencial estratégico do município de Ouro Verde do Oeste dentro da região, e focalizou os principais fatores que concorreram para o seu desenvolvimento. Foram imprescindíveis as espacializações das informações, configuradas por meio de mapas temáticos georreferenciados. As informações coletadas nos levantamentos de dados em campo, assim como as informações contidas nos mapas confeccionados foram entregues em formato "dwg" (AUTOCAD 2006).

**1.2.2. CARACTERIZAÇÃO MUNICIPAL**

A caracterização municipal foi mediante a abordagem dos seguintes temas principais, subdivididos em:

**1.2.2.1. ASPECTOS NATURAIS**

a) Meio Físico

Foram identificadas as condições do clima, do ar, água, solo e subsolo. Através de análises das informações obtidas na SANEPAR, IAP e SUDERHSA e Prefeitura sobre a rede hídrica de superfícies e das análises existentes das águas dos poços existentes, foi possível avaliar qualitativamente a água, determinando, assim, possíveis problemas no uso do solo que pudessem comprometer a conservação da qualidade da água, além de prever a conservação ambiental, respeitando-se a legislação pertinente.

b) Meio Biológico

Foram enfocadas questões referentes à flora e fauna. Com base nos dados levantados, foram caracterizados os espaços para áreas de expansão urbana, conservação e preservação permanente, áreas públicas de lazer e arborização pública.

**1.2.2.2. SISTEMA ANTRÓPICO**

a) Componente Espacial

Foi realizada uma abordagem geral do uso e ocupação do solo urbano e rural mediante a caracterização da evolução da urbanização e do uso do solo, análise do parcelamento do solo e suas tendências de crescimento, questões fundiárias e aspectos atuais dos loteamentos do município, bolsões de pobreza e vazios urbanos, bem como determinação de parâmetros para monitoramento do uso e ocupação do solo. A partir de uma visão realista e sustentável, foram identificados e analisados os usos atuais, sua dependência econômica ou cultural e sua demanda (urbana e rural) para os próximos 10 anos, identificando os principais entraves espaciais existentes. Ocorreu igualmente, uma caracterização da infra-estrutura e serviços urbanos e regionais enfocando aspectos

Handwritten signature and stamp of the Secretariat of the Municipality of Ouro Verde do Oeste, Paraná. The stamp includes the text: 'SECRETARIA DO MUNICÍPIO DE OURO VERDE DO OESTE - PR', 'SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO', and 'SECRETARIA DE OBRAS, URBANISMO E SANEAMENTO'. There is also a date stamp '2019'.

**CREA-PR**  
 O SELO DE AUTENTICIDADE FOI  
 AFIXADO NA ÚLTIMA FOLHA



relevantes à circulação; sistema viário; saneamento; energia e comunicações. Assim, foi possível a identificação das áreas com infra-estrutura ociosa e as áreas ocupadas com precariedade de infra-estrutura, bem como um prognóstico para os próximos 10 anos. E uma avaliação da qualidade da paisagem. Ressalta-se que foram tomados por base os dados e estudos existentes no município referentes a este tema.

b) Componente Sócio-econômico

Para a Caracterização sócio-cultural foram analisados os sistemas de saúde, educação, ação social, além da questão populacional e demográfica. A caracterização econômica do município contemplou a análise dos setores produtivos, com especial enfoque às atividades rurais e do potencial de turismo rural.

c) Aspectos Institucionais

Foram caracterizadas as unidades administrativas da estrutura da Prefeitura Municipal e, o sistema de gestão relacionado ao planejamento e desenvolvimento do município, que se relacionam com a gestão do PDM Municipal. Igualmente, foi identificada a capacidade de investimento do município, situação atual de arrecadação, evolução anual e projeção para os próximos dez anos, considerando também possíveis fontes alternativas de recursos financeiros e possibilidade de realização de operações de crédito (capacidade de endividamento), além de impostos cobrados, taxas, contribuição de melhoria e demais tributos.

Procedeu-se a uma análise da estrutura organizacional da administração municipal e dos agentes intervenientes ao plano diretor (secretarias, sociedade civil organizada e outros considerados relevantes). Esta análise teve o intuito de detectar a atuação das secretarias e sua influência na área, de forma a propor no desenvolvimento deste trabalho as possibilidades de atuação e inter-relação entre estes agentes, bem como, análises no sistema de informações municipais disponíveis para a gestão do desenvolvimento local (dados do Cadastro Técnico Imobiliário e Econômico e demais bancos de dados municipais, identificando-os).

Da legislação vigente identificou-se a adequação ou inadequação de cada um dos instrumentos, em relação a: (i) questões constitucionais, Lei Orgânica Municipal e demais leis federais, estaduais e municipais; (ii) questões físico-ambientais e (iii) adequação à realidade do uso e ocupação do solo existente.

As normas jurídicas (leis, decretos e outros atos administrativos) do Estado e Município pertinentes a este Plano foram coletadas em órgãos do Poder Executivo, Poder Legislativo, e em outros pertinentes.

*Handwritten mark*

**1.2.2.3. CONDICIONANTES DEFICIÊNCIAS E POTENCIALIDADES**

A análise de cada informação foi realizada individualmente, com suas inter-relações mencionadas e elencadas em um quadro síntese, permitindo uma visão ampla das condicionantes, deficiências e potencialidades locais, correspondentes. Possibilitando, assim, alcançar proposições preliminares de diretrizes para correção, minimização, prevenção ou compensação de deficiências e para valorização das potencialidades.

**1.3. FASE 3 - DEFINIÇÃO DAS DIRETRIZES E PROPOSTAS**

Inicialmente foram elaborados Eixos de desenvolvimento estratégico com suas respectivas diretrizes.

As diretrizes contemplaram os aspectos físico-espaciais, de infra-estrutura e serviços público, socioeconômicas, ambientais e institucionais, que deram origem a ações, propostas para curto, médio e longo prazos. Incluiu-se também diretrizes para o estabelecimento de:

- a) política de desenvolvimento urbano e municipal;
- b) sistemática permanente de planejamento;
- c) propostas de projetos estruturais dos diversos setores estratégicos considerando as estimativas de custos e projeções orçamentárias municipais;
- d) dinamização e ampliação das atividades econômicas a fim de estruturar o fortalecimento da economia do município (emprego, renda e receitas);
- e) propostas, instrumentos e mecanismos referentes a:
  - i. ocupação do espaço, e expansão urbana
  - ii. distribuição equitativa dos usos
  - iii. hierarquização do sistema viário e articulação da mobilidade urbana
  - iv. controle do meio ambiente, saneamento e proteção aos elementos que condicionam a identidade do município
  - v. arborização pública
  - vi. sistema de informações para o planejamento e gestão municipal
  - vii. diretrizes para a coleta e disposição final de resíduos sólidos, industriais e saúde
  - viii. instrumentos a serem adotados nos projetos de parcelamento, edificações, consultas prévias, alvarás, laudo de conclusão de obras e habite-se
  - ix. processos e recursos para a atualização permanente de instrumentos de política e planejamento territorial

28 JUN. 2019

JOÃO GERALDO LARANJEIRO, PRESIDENTE  
 ANGELITA FRANA WUNSCHEL AGUIAR, SUBSTITUTA  
 ANA CARLETE RAMOS CARRETO DE VIZZO  
 COELHO DA ROCHA, SECRETÁRIA

Distrito de Ouro Verde do Oeste - Paraná  
 CEP: 85933-000  
 Fone/Fax: 3262-3555

Seio de autenticação de atos, fechos e documentos

**CREA-PR**  
 O SELO DE AUTENTICIDADE FOI AFIXADO NA ÚLTIMA FOLHA

0083





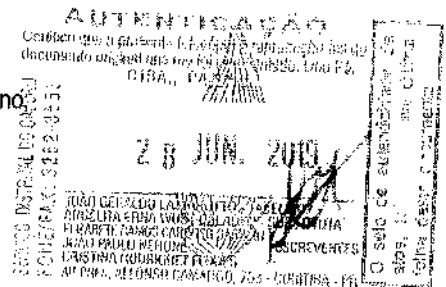
- x. parâmetros, ações e instrumentos para a regularização da situação fundiária ou diretrizes de uso das áreas que necessitam de desocupação
- xi. diretrizes e proposições decorrentes das recomendações de órgãos e instituições

**1.4. FASE 4- PROPOSIÇÕES PARA A LEGISLAÇÃO BÁSICA E PROCESSO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO MUNICIPAL.**

**1.5. ANTE PROJETO DE LEI**

Minutas de Anteprojeto de Lei acompanhadas de mapas em escala apropriada, destacando-se:

- a) Anteprojeto de Lei do Plano Diretor Municipal;
- b) Anteprojeto de Lei dos Perímetros Urbanos;
- c) Anteprojeto de Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano e Municipal;
- d) Anteprojeto de Lei de Parcelamento e Remembramento do Solo Urbano e Regularização Fundiária;
- e) Anteprojeto de Lei de Mobilidade e Sistema Viário;
- f) Anteprojeto de Lei do Código de Obras;
- g) Anteprojeto de Lei do Código de Posturas e Meio Ambiente;
- h) Anteprojeto de Lei da Compulsoriedade do Aproveitamento do Solo Urbano;
- i) Anteprojeto de Lei do Consórcio Imobiliário;
- j) Anteprojeto de Lei da Transferência do Direito de Construir.



**1.5.1. PROCESSO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO MUNICIPAL.**

- a) Adequação da estrutura organizacional da Prefeitura;
- b) Organização do sistema de informações;
- c) Construção de indicadores para avaliação anual do processo de planejamento e gestão municipal.

**1.6. FASES- PLANO DE AÇÃO E INVESTIMENTOS**

O Plano de Ações e Investimentos refere-se à análise sistêmica e à avaliação das estratégias de intervenção anteriormente formuladas, aglutinando as discussões que se desenvolveram no âmbito das reuniões com a Equipe Técnica Municipal e Comissão de Acompanhamento e, também, nos eventos (oficinas e seminários) realizados junto às entidades estaduais e do município para a discussão das referidas estratégias, e dos critérios e diretrizes para o ordenamento territorial, mediante a definição das ações e projetos prioritários, para os próximos 05 (cinco) anos em compatibilidade com a projeção orçamentária. Apresentando a hierarquização de investimentos em infraestrutura, equipamentos comunitários e ações institucionais, com a estimativa de custos aproximados.

E seguirá de elemento balizador para o município de Ouro Verde do Oeste atender à Lei Estadual nº 15.229 de 25 de julho de 2006, como também, à Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001.

**1.7. AUDIÊNCIAS PÚBLICAS E OFICINAS DE CAPACITAÇÃO TÉCNICA**

O Plano Diretor, que por intervir diretamente na cidade e na vida dos cidadãos, abre espaço para a participação da população, podendo haver interesses divergentes e até conflitantes, entretanto, com um objetivo comum, a distribuição mais justa dos pontos positivos e negativos existentes na vida da cidade. Assim sendo, foram realizadas audiências com a comunidade, a qual foi inserida no processo participativo de desenvolvimento do Plano Diretor e também oficinas de capacitação técnica com a equipe da Prefeitura e Comissão de Acompanhamento de Elaboração do Plano Diretor. A realização da Audiência e Oficina ficou sob responsabilidade da Prefeitura, com o apoio da equipe da Consultora.

O Município divulgou amplamente e com antecedência e, realizou 03 (três) audiências públicas e 03 (três) oficinas de capacitação, além de outras reuniões e consultas com a equipe da Prefeitura. Para as audiências foram convidados representantes da sociedade organizada, da população em geral, dos segmentos econômicos, além de representantes do governo e técnicos dos setores correlatos ao planejamento da prefeitura. A forma de divulgação das audiências foi feita por meio de ampla divulgação dos meios de comunicação, como rádio, jornal, panfletos, entre outros tipos de mídia. Os volumes correspondentes ao assunto a ser tratado nas audiências foram disponibilizados na Prefeitura Municipal para que a população pudesse se interar sobre o seu conteúdo e se preparar para a Audiência Pública, sendo livre o seu acesso a qualquer interessado.

As Audiências Públicas foram realizadas:

- 1ª Audiência Pública, ocorreu em 10 de dezembro de 2007 na Câmara Municipal de Ouro Verde do Oeste, às 20h30m;
- 2ª Audiência Pública, ocorreu em 11 de abril de 2008 na Câmara Municipal de Ouro Verde do Oeste, às 19h;

**CREA-PR**  
 O SELO DE AUTENTICIDADE FOI  
 AFIXADO NA ÚLTIMA FOLHA



- 3ª Audiência Pública, ocorreu em 24 de junho de 2008 na Câmara Municipal de Ouro Verde do Oeste, às 18h30m.

**1.8. TREINAMENTO DA EQUIPE TÉCNICA MUNICIPAL E COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO**

Os treinamentos tanto da Equipe Técnica Municipal quanto da Comissão de Acompanhamento de Elaboração do Plano Diretor se deram por meio de oficinas de capacitação. Ao todo foram realizadas 03 oficinas, sempre para discussão dos conteúdos que culminaram nos 05 produtos componentes do PDM.

A Equipe Técnica do Município de Ouro Verde do Oeste (Decreto Municipal nº 053/2007), foi composta por representantes dos setores correlatos na prefeitura. O treinamento foi feito de acordo com os seguintes aspectos: Embasamento Técnico-Administrativo-Legal do Plano Diretor Municipal, Avaliação Temática Integrada, Definição de Diretrizes e Proposições, Legislação Básica, Processo de Planejamento e Gestão Municipal, Plano de Ação e Investimentos, Indicadores e Implementação do Plano Diretor Municipal, de acordo com o Termo de Referência da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano - SEDU/PARANACIDADE.

A Comissão de Acompanhamento da Elaboração do Plano Diretor (Decreto Municipal nº 001/2008), foi composta por representantes da administração municipal e dos segmentos organizados da sociedade civil local. O treinamento da Comissão foi realizado referente aos aspectos de embasamento técnico-administrativo-legal do Plano Diretor; competências, organização e funcionamento da Comissão de Acompanhamento; e criação do Conselho de Desenvolvimento Municipal, assim como de suas atribuições, composição e funcionamento.

**1.9. CONFERÊNCIA DA CIDADE**

Sob a coordenação do Município, e tendo apoio da Empresa Consultora, após a conclusão das fases de Elaboração do PDM e da realização da última audiência pública, foi realizada a Conferência Municipal da Cidade, em conformidade com o disposto na Resolução Normativa nº04 de 06/12/2006, do Conselho das Cidades e de acordo com o Termo de Referência do PARANACIDADE. Esta Conferência teve como principais objetivos:

- Garantir a implementação de um processo permanente de planejamento visando obter o comprometimento do poder público municipal com a implementação do PDM construído coletivamente e na sua atualização permanente;
- Criar o Conselho de Desenvolvimento Municipal, a partir da experiência da Comissão de Acompanhamento de elaboração do PDM e dos demais conselhos Municipais existentes, definindo assim, a sua composição e suas atribuições. Tem a finalidade de integrar o processo permanente de planejamento e gestão decorrente da implementação do Plano Diretor Municipal;
- Obter o comprometimento da Câmara de Vereadores com a aprovação do PDM construído.

A Primeira Conferência Municipal da Cidade foi realizada no dia 24 de junho de 2008 às 20 h, elegendo os membros do Conselho de Desenvolvimento Municipal de acordo com a Lei do Plano Diretor.

**AUTENTICAÇÃO**  
 24 JUN 2008  
 JOÃO GERALDO LAURINDO  
 ANCELIA FRANK WALKER  
 ELIZABETH JAMES CARVALHO  
 ADRIANO PAULINO FERREIRA  
 CRISTINA RODRIGUES  
 AV. PRES. JOÃO GOMES DE OLIVEIRA, 100 - CURITIBA - PR

OURO VERDE DO OESTE, 29 de agosto de 2008.

*[Handwritten signature]*

**CLEUNICE ALVES CARDOSO**  
 Prefeita Municipal de Ouro Verde do Oeste

**3º TABELIONATO**  
**3º TABELIONATO**

Tabelionato de **Morres**  
 Exclusivo de  
 Autenticação de Cópia  
 Eduardo Gerônimo  
 Escrivão 455

Atestado registrado mediante vinculação a respectivo AT  
 CREA - PR  
 A 000.598

3º TABELIONATO DE NOTARIAS  
 Reconhecido por  
**ALVES CARDOSO**  
 Toledo 08 de setembro de 2008  
 Em Teste da Verdade  
 Sérgio Pazotti Laurindo  
 Tabelião

3º TABELIONATO  
 1177  
 PARANÁ  
 NETAS  
 CMT 95344

1024<sup>A</sup>



CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA  
ESTADO DO PARANÁ

### Certidão de Acervo Técnico

**ARQUITETA E URBANISTA**  
**SANDRA MAYUMI NAKAMURA**  
Carteira Profissional:PR-33072/D

Acervo Técnico Nº.:**340/2008**  
Protocolo Nº.:**2007/00309851**

ART Nº.....:3040671054 0..... Registrada:19/12/2006.....

ART Co-Respons..... ART Vinculada:.....

Empresa Executora...:ECOTECNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA.....

Contratante(s).....:PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRO.....

Tipo de Contrato.....:OUTROS.....

Atividade Técnica...:SUPERVISÃO, COORDENAÇÃO, ORIENTAÇÃO TÉCNICA.....

Área de Competência.:PLANEJAMENTO URBANO.....

Tipo de Obra/Serviço:PLANEJAMENTO FISICO DO TERRENO URBANO, RURAL E REGIONAL.....

Serviço Contratado.:PROJETO.....  
OUTROS.....

Dimensão.....:1,00 UNID..... Área Existente:.....

Área Ampliada..... Área de Reforma:.....

Local da Obra.....:RUA JUVENAL FERREIRA PINTO, 2070 SEMINÁRIO.....

Município/Estado....:RIO NEGRO/PR.....

Data de Início.....:01/06/2006..... Data de Conclusão:20/12/2006.....

Docto de Conclusão.:DECLARAÇÃO PROFISSIONAL.....

Descr. Compl. Serv.:ELABORAÇÃO DE PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE RIO NEGRO-PR CONFORME CONTRATO Nº073/2006 FIRMADO ENTRE AS PARTES E DE ACORDO COM A LEI FEDERAL Nº10.257/01 - ESTATUTO DA CIDADE PARTICIPAÇÃO DO PROFISSIONAL: COORDENAÇÃO GERAL.....

Observação.....:.....

*Eduardo Geronimo Alves de Moraes*  
Escritor



**AUTENTICAÇÃO**  
Certifico que a presente cópia é reprodução fiel do original que me foi apresentado.  
Fls. 01 de 01  
FQJ10598  
28 JUN. 2019  
SERVIÇO DISTRIÇAL DO CADASTRO  
FONE/FAX 3262-3553  
Av. Pres. Nereu Camargo, 763 Curitiba PR.

0086



# PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRO

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ N.º 02.610.553/0001-91

Certificado que a presente fotocópia é reprodução  
fidelidade do documento original em seu original.

28 JUN. 2019

SERVIÇO DE REGISTRO DO CALHURU  
FONE/FAX 3282-3553

28 JUN. 2019  
FQJ10390  
Av. Prof. Nelson Carmo, 763  
Curitiba

Eduardo Gerônimo Alves de Moraes  
Secretaria

## ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins, que a empresa **ECOTÉCNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA**, com sede à Maria Rita das Chagas Lima, 317 – Curitiba-PR Bairro São Braz CEP 82300-330, inscrita no CNPJ 02.610.553/0001-91 tendo como responsável técnica a Arquiteta e Urbanista **SANDRA MAYUMI NAKAMURA**, carteira profissional CREA-PR-33072/D, prestou para a **PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRO**, estabelecida à Rua Juvenal Ferreira Pinto, 2070 Rio Negro-PR, os serviços referentes à **Elaboração do Plano Diretor Municipal (PDM) para o município de Rio Negro/PR**, tendo demonstrado Capacidade Técnica no fornecimento dos mesmos, nada constando em nossos arquivos que a desabone.

### CARACTERÍSTICAS DOS SERVIÇOS

Início dos serviços: 01/06/2006  
 Conclusão dos serviços: 10/08/2007  
 Objeto do contrato: Elaboração do Plano Diretor Municipal (PDM) para o município de Rio Negro /PR, em conformidade com o Termo de Referência da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano – SEDU/PARANACIDADE.

### EQUIPE TÉCNICA ECOTÉCNICA

Arquiteta e Urbanista Msc.	Sandra Mayumi Nakamura	CREA – PR 33.072/D
Arquiteto e Urbanista Msc.	Ana Valéria B. dos Santos	CREA – PR 33.022/D
Arquiteta e Urbanista	Lóris Carlos Guesse	CREA - PR 3.640/D
Arquiteta e Urbanista Esp.	Vanessa Boscaro Fernandes	CREA – PR 70.332/D
Engenheiro Civil/Sanitarista	Nilo Aihara	CREA – PR 8.040/D
Engenheira Ambiental	Lídia Sayoko Tanaka	CREA-PR-87131/D
Engenheiro Ambiental	Juliano Zarnauskas Amaral	CREA-PR-87132/D
Engenheira Agrônoma	Yumi Kajihara Hirono	CREA – SP 5060576216/D
Engenheira Agrônoma Msc.	Juliana V. Bittencourt	CREA – PR 64.253/D
Engenheiro Florestal Dr.	André E.B. de Lacerda	CREA – PR 29.983/D
Geólogo	Marcelus V.K. Borges	CREA – PR 32.742/D
Advogada	Lucia Benedita de C. Blicharski	OAB – PR 37.951
Turismóloga	Giovana Gohr Serenato	Cadastro Min. Turismo n.º 1688208
Economista	Elisabete Tieme Arazaki	CORECON – PR 4963-8
Economista	Vera Lúcia R. Pedroso	CORECON 6.886
Contador	Anderson José Amâncio	CRC – PR 036.685/O-4
Acadêmica em Arq. e Urbanismo	Soraya Midori Bansho	
Acadêmica em Arq. e Urbanismo	Thalita Sayuri Miura	
Acadêmica em Arq. e Urbanismo	Cheila Juliane Miquelasso	

R: Juvenal Ferreira Pinto, n.º 2070, Bairro Seminário - Caixa Postal n.º 63 - Fone / Fax: (047) - 642-3280 - CEP 83.880-000 - Email: [secobras@pmrn.com.br](mailto:secobras@pmrn.com.br)

1023<sup>A</sup>

# PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRO

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ N.º 76.002.641/0001-17

ANTENLIFICAÇÃO  
Certifico que a presente cópia é reprodução  
fidel do documento original que me foi apresentado.  
Dou fé.  
28 JUN. 2011

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO  
C/DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO  
RUA DO COMÉRCIO, 100 - JARDIM SÃO CARLOS  
CEP 83.880-000 - RIO NEGRO - PARANÁ  
FONE: (41) 3622-3553

Edição: Gerônimo Alves de Moraes  
Especialista

## DESCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS

### PRODUTO 1: PLANO DE TRABALHO

Documento entregue onde estão descritos o conteúdo e o processo de elaboração do PDM, bem como o cronograma das atividades a serem desenvolvidas.

### PRODUTO 02: ATI - AVALIAÇÃO TEMÁTICA INTEGRADA

Realização do levantamento de informações junto à Prefeitura Municipal de Rio Negro, IAP (Instituto Ambiental do Paraná), IPARDES (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social), IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), EMATER (Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural), PARANACIDADE e outras instituições pertinentes, com vistas a subsidiar o trabalho dos técnicos de cada uma das especialidades envolvidas. Elaboração do diagnóstico através da compilação, discussão e análise da equipe técnica multidisciplinar juntamente com a Equipe técnica da prefeitura e comissão de acompanhamento do PDM. Que culminou na elaboração de um quadro síntese contendo as principais **Condicionantes, Deficiências e Potencialidades** do município e região, assim como confecção de mapas temáticos pertinentes a cada tema. Temas avaliados:

❖ **Contextualização Regional:** A contextualização regional sob os aspectos naturais e antrópicos, contemplou a vocação e o potencial estratégico do município de Rio Negro dentro da região, e os principais fatores que concorreram para o seu desenvolvimento.

❖ **Caracterização Municipal:** A caracterização municipal subdividiu-se em:

o **Aspectos Naturais**

a) **Meio Físico:** Foram identificadas as condições do clima, do ar, água, solo e subsolo através de análises das informações obtidas na SANEPAR, IAP e SUDERHSA determinando, assim, possíveis problemas no uso do solo que pudessem comprometer a conservação da qualidade da água, além de prever a conservação ambiental, respeitando-se a legislação pertinente.

b) **Meio Biológico:** Foram enfocadas questões referentes à flora e fauna. Com base nos dados levantados, foram caracterizados os espaços para áreas de expansão urbana, conservação e preservação permanente, áreas públicas de lazer e arborização pública.

o **Sistema Antrópico**

a) **Componente Espacial:** Foi realizada uma abordagem geral do uso e ocupação do solo urbano e rural mediante a caracterização da evolução da urbanização e do uso do solo, análise do parcelamento do solo e suas tendências de crescimento, questões fundiárias e aspectos atuais dos loteamentos do município, bolsões de pobreza e vazios urbanos e avaliação da qualidade da paisagem. Ocorreu igualmente, uma caracterização da infra-estrutura e serviços urbanos enfocando aspectos relevantes à circulação, sistema viário, saneamento, energia e comunicações. Assim, foi possível a identificação das áreas com infra-estrutura ociosa e as áreas ocupadas com precariedade de infra-estrutura. Ressalta-se que foram tomados por base os dados e estudos existentes no município referentes a este tema.

b) **Componente Sócio-econômico:** Para a Caracterização sócio-cultural foram analisados os sistemas de saúde, educação, ação social, além da questão populacional e demográfica. A caracterização econômica do município contemplou a análise dos setores produtivos, com especial enfoque às atividades rurais e do potencial de turismo rural.

c) **Aspectos Institucionais:** Foram caracterizadas as unidades administrativas da estrutura da Prefeitura Municipal e, o sistema de gestão relacionado ao planejamento e desenvolvimento do município, que se relacionam com a gestão do PDM. Igualmente, foi identificada a capacidade de investimento do município, situação atual de arrecadação, evolução anual e projeção para os próximos dez anos, considerando também possíveis fontes alternativas de recursos financeiros e possibilidade de realização de operações de crédito (capacidade de endividamento), além de impostos cobrados, taxas, contribuição de melhoria e demais tributos. Procedeu-se a uma análise

0088



# PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRO

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ N.º 76.002.641/0001-47

da estrutura organizacional da administração municipal e dos agentes intervenientes ao plano diretor (secretarias, sociedade civil organizada e outros considerados relevantes). Esta análise teve o intuito de detectar a atuação das secretarias e sua influência na área, de forma a propor no desenvolvimento deste trabalho as possibilidades de atuação e inter-relação entre estes agentes, bem como, análises no sistema de informações municipais disponíveis para a gestão do desenvolvimento local (dados do Cadastro Técnico Imobiliário e Econômico e demais bancos de dados municipais, identificando-os). Da legislação vigente identificou-se a adequação ou inadequação de cada um dos instrumentos, em relação a: (i) questões constitucionais, Lei Orgânica Municipal e demais leis federais, estaduais e municipais; (ii) questões físico-ambientais e (iii) adequação à realidade do uso e ocupação do solo existente. As normas jurídicas (leis, decretos e outros atos administrativos) do Estado e Município pertinentes a este Plano foram coletadas em órgãos do Poder Executivo, Poder Legislativo, e em outros pertinentes.

❖ **Condicionantes, Deficiências e Potencialidades:** A análise de cada informação foi realizada individualmente, com suas inter-relações mencionadas e elencadas em um quadro síntese, permitindo uma visão ampla das condicionantes, deficiências e potencialidades locais, possibilitando, assim, alcançar proposições preliminares de diretrizes para correção, minimização, prevenção ou compensação de deficiências e para valorização das potencialidades.

### **PRODUTO 3: DEFINIÇÃO DAS DIRETRIZES E PROPOSTAS**

Inicialmente foram elaborados Eixos de desenvolvimento estratégico com suas respectivas diretrizes. As diretrizes contemplaram os aspectos físico-espaciais, de infra-estrutura e serviços público, socioeconômicas, ambientais e institucionais, que deram origem a ações, propostas com prazo: imediato, curto, médio ou longo. A definição dos eixos, diretrizes e ações buscaram estabelecer:

- a) política de desenvolvimento urbano e municipal;
- b) sistemática permanente de planejamento;
- c) propostas de projetos estruturais dos diversos setores estratégicos considerando a estimativa de custos e projeções orçamentárias municipais;
- d) dinamização e ampliação das atividades econômicas a fim de estruturar o fortalecimento da economia do município (emprego, renda e receitas);
- e) propostas, instrumentos e mecanismos referentes a:
  - i. ocupação do espaço, e expansão urbana
  - ii. distribuição eqüitativa dos usos
  - iii. hierarquização do sistema viário e articulação da mobilidade urbana
  - iv. controle do meio ambiente, saneamento e proteção aos elementos que caracterizem a identidade do município
  - v. arborização pública
  - vi. sistema de informações para o planejamento e gestão municipal
  - vii. diretrizes para a coleta e disposição final de resíduos sólidos, industriais e saúde
  - viii. instrumentos a serem adotados nos projetos de parcelamento, edificações, consultas prévias, alvarás, laudo de conclusão de obras e habite-se
  - ix. processos e recursos para a atualização permanente de instrumentos de política e planejamento territorial
  - x. parâmetros, ações e instrumentos para a regularização da situação fundiária ou diretrizes de uso das áreas que necessitam de desocupação

diretrizes e proposições decorrentes das recomendações de órgãos e instituições

### **AUTENTICAÇÃO**

Certifico que a presente fotocópia é fiel do documento original, e me foi apresentado.  
Doa fé.

CYRILIA JAJURU

PREFEITURA MUNICIPAL DO CAJURU  
RUA XV DE ABRIL, 3262-3553

28 JUN 2013

Ferreira Pinto, n.º 2070, Bairro Seminário - Caixa Postal n.º 63 - Fone / Fax: (047) - 642-3280 - CEP 83.880-000 - Email: [secobras@pmrn.com.br](mailto:secobras@pmrn.com.br)

Guarido Gerônimo Alves de Moraes  
Escrivão

0089



# PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRO

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ N.º 76.002.641/0001-47

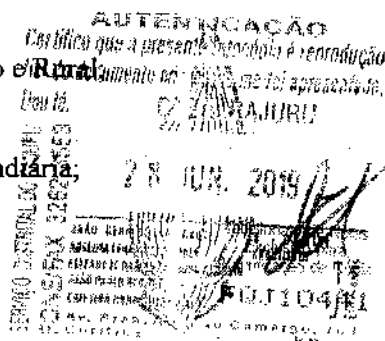
## **PRODUTO 4A - PROCESSO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO MUNICIPAL**

- a) Adequação da estrutura organizacional da Prefeitura;
- b) Organização do sistema de informações;
- c) Construção de indicadores para avaliação anual do processo de planejamento e gestão municipal.

## **PRODUTO 4B - PROPOSIÇÕES PARA A LEGISLAÇÃO BÁSICA E PROCESSO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO MUNICIPAL**

Minutas de Anteprojeto de Lei acompanhadas de mapas em escala apropriada, destacando-se:

- d) Anteprojeto de Lei do Plano Diretor Municipal;
- e) Anteprojeto de Lei do Perímetro Urbano;
- f) Anteprojeto de Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano e Rural;
- g) Anteprojeto de Lei de Mobilidade;
- h) Anteprojeto de Lei de Parcelamento do solo;
- i) Anteprojeto de Lei de da Política de Regularização Fundiária;
- j) Anteprojeto de Lei do Código de Obras;
- k) Anteprojeto de Lei do Código de Posturas;
- l) Anteprojeto de Lei da Outorga Onerosa;
- m) Anteprojeto de Lei do Consórcio Imobiliário;
- n) Anteprojeto de Lei do Direito de Preempção.



## **PRODUTO 5 - PLANO DE AÇÕES E INVESTIMENTOS**

O Plano de Ações e Investimentos refere-se à análise sistêmica e à avaliação das estratégias de intervenção anteriormente formuladas, aglutinando as discussões que se desenvolveram no âmbito das reuniões com a Comissão de Acompanhamento e, também, nos eventos (oficinas e seminários) realizados junto às entidades estaduais e do município para a discussão das referidas estratégias, e dos critérios e diretrizes para o ordenamento territorial, mediante a definição das ações e projetos prioritários, para os próximos 05 (cinco) anos em compatibilidade com a projeção orçamentária. Apresentando a hierarquização de investimentos em infra-estrutura, equipamentos comunitários e ações institucionais, com a estimativa de custos aproximados.

E seguirá de elemento balizador para o município de Rio Negro atender à Lei Estadual n.º 15.229 de 25 de julho de 2006, como também, à Lei Federal n.º 10.257, de 10 de julho de 2001.

## **AUDIÊNCIAS PÚBLICAS, OFICINAS DE CAPACITAÇÃO E REUNIÕES TÉCNICAS**

O Plano Diretor, que por intervir diretamente na cidade e na vida dos cidadãos, abre espaço para a participação da população, podendo haver interesses divergentes e até conflitantes, entretanto, com um objetivo comum, a distribuição mais justa dos pontos positivos e negativos existentes na vida da cidade. Assim sendo, foram realizadas audiências com a comunidade, a qual foi inserida no processo participativo de desenvolvimento do Plano Diretor e também oficinas de capacitação técnica com a equipe da Prefeitura e Comissão de Acompanhamento. A realização da Audiência e Oficina ficou sob responsabilidade da Prefeitura, com o apoio da equipe da Consultora.

Foram realizadas 03 (três) audiências públicas, 04 (quatro) oficinas de capacitação e 04 (quatro) reuniões técnicas. Para as audiências foram convidados representantes da sociedade organizada, da população em geral, dos segmentos econômicos, além de representantes do governo e técnicos dos setores correlatos ao planejamento da prefeitura. O material correspondente ao assunto a ser tratado nas audiências foram disponibilizados na Prefeitura Municipal para que a população pudesse se interar sobre o seu conteúdo e se preparar para a Audiência Pública, sendo livre o seu acesso a qualquer interessado.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRO

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ N.º 76.002.641/0001-47

Os treinamentos tanto da Equipe Técnica Municipal quanto da Comissão de Acompanhamento de Elaboração do Plano Diretor se deram por meio de oficinas de capacitação para discussão dos conteúdos que culminaram nos 05 produtos componentes do PDM.

O treinamento foi feito de acordo com os seguintes aspectos: Embasamento Técnico-Administrativo-Legal do Plano Diretor, Avaliação Temática Integrada, Definição de Diretrizes e Proposições, Legislação Básica, Processo de Planejamento e Gestão Municipal, Plano de Ações, Indicadores e Implementação do Plano Diretor, de acordo com o Termo de Referência da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano – SEDU/PARANACIDADE.

Rio Negro 03 de outubro de 2007

TABELIAO  
AÉRCIO PEREIRA

*[Handwritten signature]*  
Alceu Ricardo Swarowski  
Prefeito Municipal

AUTENTICAÇÃO  
Certifico que a presente cópia é reprodução  
fidel de documento original e autenticado  
em 03 de outubro de 2007  
28 JUN 2009  
60J1045E

Cartório Governador Aluísio de Moraes  
Executivo

1. TABELIAO - AÉRCIO PEREIRA  
Fone: (47) 642-0594 - Rio Negro - Paraná  
RECONHECO e dou fe a(s) seguinte(s)  
assinatura(s):  
CHRLY 19611-ALCEU RICARDO SWAROWSKI...  
por SEMELHANÇA.  
Em testemunha da verdade  
Rio Negro, 03 de Outubro de 2007

Tabellionato  
Aércio P.  
AÉRCIO PEREIRA  
TABELIAO



1030<sup>A</sup>



CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA  
ESTADO DO PARANÁ

### Certidão de Acervo Técnico

**ARQUITETA E URBANISTA**  
**SANDRA MAYUMI NAKAMURA**  
Carteira Profissional:PR-33072/D

Acervo Técnico Nº.:**340/2008**  
Protocolo Nº.:**2007/00309851**

ART Nº.....:3040671135 0..... Registrada:27/11/2006.....  
 ART Co-Respons.....:..... ART Vinculada:.....  
 Empresa Executora...:ECOTECNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA.....  
 Contratante(s).....:PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHÃO.....  
 Tipo de Contrato....:OUTROS.....  
 Atividade Técnica...:SUPERVISÃO, COORDENAÇÃO, ORIENTAÇÃO TÉCNICA.....  
 Área de Competência.:PLANEJAMENTO URBANO.....  
 Tipo de Obra/Serviço:PLANEJAMENTO FISICO DO TERRENO URBANO, RURAL E REGIONAL.....  
 Serviço Contratado...:PROJETO.....  
 OUTROS.....  
 Dimensão.....:1,00 UNID..... Área Existente:.....  
 Área Ampliada.....:..... Área de Reforma:.....  
 Local da Obra.....:AVENIDA TRIFON HANYSZ, 220 CENTRO.....  
 Município/Estado...:PINHÃO/PR.....  
 Data de Início.....:17/04/2006..... Data de Conclusão:27/11/2006.....  
 Docto de Conclusão..:DECLARAÇÃO PROFISSIONAL.....  
 Descr. Compl. Serv.:ELABORAÇÃO DE PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE PINHÃO-PR CONFORME CONTRATO Nº109/2006 FIRMADO ENTRE AS PARTES E DE ACORDO COM A LEI FEDERAL Nº10.257/01 - ESTATUTO DA CIDADE PARTICIPAÇÃO DO PROFISSIONAL: COORDENAÇÃO GERAL.....  
 Observação.....:.....

**AUTENTICAÇÃO**  
 Certifico que a presente cópia é reprodução fiel do documento original que me foi apresentado.  
 Dou fé.  
 C. A. MAJURU  
 28 JUN 2010  
 SERVIÇO DISTRIAL DO CARIJURU  
 FONE/FAX 3262-3553  
 João Berra  
 Angelo Faria  
 Eliziane de Moraes  
 João Paulo Mendes  
 Cristiane Afonso  
 Av. Pedro de Toledo, 752  
 Curitiba - PR

Tabelfonario de Notas  
 Exclusivo para  
 Autenticação de Cópia  
**FQJ10440**

Eduardo Gerônimo Alves de Moraes  
 Escrivente

CREA PR

0092



1031<sup>A</sup>

**Município de Pinhão**  
Estado do Paraná

**ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA**

Atestamos para os devidos fins, que a empresa **ECOTÉCNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA**, com sede à Maria Rita das Chagas Lima, 317 - Curitiba-PR Bairro São Braz CEP 82300-330, inscrita no CNPJ 02.610.553/0001-91 tendo como responsável técnica a Arquiteta e Urbanista **SANDRA MAYUMI NAKAMURA**, carteira profissional CREAPR-33072/D, prestou para a **PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHÃO**, estabelecida à Avenida Trifon Hanysz, nº 220 - Centro - Pinhão/PR, os serviços referentes à **Elaboração do Plano Diretor Municipal (PDM) para o município de Pinhão/PR**, tendo demonstrado Capacidade Técnica no fornecimento dos mesmos, nada constando em nossos arquivos que a desabone.

**CARACTERÍSTICAS DOS SERVIÇOS**

Início dos serviços: 17/04/2006  
Conclusão dos serviços: 27/11/2006  
Objeto do contrato: *Elaboração do Plano Diretor Municipal (PDM) para o município de Pinhão/PR, em conformidade com o Termo de Referência da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano - SEDU/PARANACIDADE.*

**EQUIPE TÉCNICA ECOTÉCNICA**

Arquiteta e Urbanista Esp.	Vanessa Boscaro Fernandes	CREA - PR 70.332/D
Arquiteto e Urbanista Msc.	Loris Carlos Guesse	CREA - PR 3.640/D
Especialista em Gestão em Engenharia Ambiental	Sandra Mayumi Nakamura	CREA - PR 33.072/D
Arquiteta e Urbanista	Ana Valéria B. dos Santos	CREA - PR 33.022/D
Arquiteta e Urbanista Esp.	Eliane Harumi sakamoto	CREA - PR 61.910/D
Engenheiro Civil	Artur T. Magalhães Neto	CREA - PR 20.511/D
Engenheira Agrônoma	Yumi Kajihara Hirano	CREA - SP 5060576216/D
Engenheira Agrônoma	Juliana V. Bittencourt	CREA - PR 64.253/D
Economista	Vera Lúcia R. Pedroso	CORECON 6.886
Engenheiro Civil/Sanitarista	Nilo Aihara	CREA - PR 8.040/D
Advogada	Lucia Benedita de C. Blicharski	OAB - PR 37.951
Contador	Anderson José Amâncio	CRC - PR 036.685/0-4
Geólogo	Marcelus V.K. Borges	CREA - PR 32.748/D
Engenheiro Florestal Dr.	André E.B. de Lacerda	CREA - PR 29.983/D
Zootecnista	Mari Kajihara	CRMV - SP 1.913/D
Acadêmica em Arq. e Urbanismo	Soraya Midori Bansho	
Acadêmica em Eng. Ambiental	Lidia Sayoko Tanaka	
Acadêmico em Eng. Ambiental	Juliano Zarnauskas Amaral	

SERVIÇO DISTRITAL DE CARTEIRAS  
FONE/FAX: 33952-3333  
28 JUN 2019  
JOÃO GERALDO LARANJEIRA  
ANGÉLICA CORREA VIEIRA  
ELZABETE IVAMAS CARVALHO  
JOÃO PAULO HERONIMA  
CRISTINA ROBARHEZ  
AV. PILES, AFRONSO GALARZO, 763 - PINHÃO - PR

O selo de autenticidade de  
este documento.  
ms. fe. na digite

**DESCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS**

**1. ESCOPO E METODOLOGIA**

A seguir, apresenta-se a metodologia e as técnicas utilizadas na execução das atividades, originando os produtos de cada uma das 05 fases do Plano, elencadas abaixo e assim, atingindo os objetivos traçados para o Plano Diretor Municipal - PDM de Pinhão-PR. Ainda, foram definidas, a partir das informações coletadas, a estruturação e instrumentação administrativa que foi necessária à adaptação da estrutura do Poder Público Municipal para a implementação do PDM e Leis Complementares.



Handwritten signatures and stamps, including a date stamp '01/93'.

**Município de Pinhão**  
Estado do Paraná

**1.1. FASE 1 - PLANO DE TRABALHO**

Corresponde ao documento que descreve o conteúdo e o processo de elaboração do PDM. Enfoca, principalmente, a metodologia estratégica, traçada pela equipe da ECOTÉCNICA Tecnologia e Consultoria Ltda.

**1.2. FASE 2 - AVALIAÇÃO TEMÁTICA INTEGRADA**

O processo de Avaliação Temática Integrada se realizou a partir da compilação, discussão e análise da equipe técnica multidisciplinar, dos dados disponibilizados pela Prefeitura Municipal de Pinhão, IAP (Instituto Ambiental do Paraná), IPARDES (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social), IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), EMATER (Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural), PARANACIDADE e outras instituições pertinentes, com vistas a subsidiar o trabalho dos técnicos de cada uma das especialidades envolvidas, para posterior discussão e elaboração de um quadro síntese contendo as principais **Condicionantes, Deficiências e Potencialidades**, assim como confecção de mapas temáticos pertinentes a cada tema. Foram avaliados os seguintes temas:

**1.2.1. CONTEXTUALIZAÇÃO REGIONAL**

A contextualização regional sob os aspectos naturais e antrópicos, contemplou a vocação e o potencial estratégico do município de Pinhão dentro da região, e focalizou os principais fatores que concorreram para o seu desenvolvimento. Foram imprescindíveis as espacializações das informações, configuradas por meio de mapas temáticos georreferenciados. As informações coletadas nos levantamentos de dados em campo, assim como as informações contidas nos mapas confeccionados foram entregues em formato "dwg" (AUTOCAD/2006).

**1.2.2. CARACTERIZAÇÃO MUNICIPAL**

A caracterização municipal foi mediante a abordagem dos seguintes temas principais, subdivididos em:

**1.2.2.1. ASPECTOS NATURAIS**

a) Meio Físico

Foram identificadas as condições do clima, do ar, água, solo e subsolo. Através de análises das informações obtidas na SANEPAR, IAP e SUDERHSA e Prefeitura sobre a rede hídrica de superfícies e das análises existentes das águas dos poços existentes, foi possível avaliar qualitativamente a água, determinando, assim, possíveis problemas no uso do solo que pudessem comprometer a conservação da qualidade da água, além de prever a conservação ambiental, respeitando-se a legislação pertinente.

b) Meio Biológico

Foram enfocadas questões referentes à flora e fauna. Com base nos dados levantados, foram caracterizados os espaços para áreas de expansão urbana, conservação e preservação permanente, áreas públicas de lazer e arborização pública.

**1.2.2.2. SISTEMA ANTRÓPICO**

a) Componente Espacial

Foi realizada uma abordagem geral do uso e ocupação do solo urbano e rural mediante a caracterização da evolução da urbanização e do uso do solo, análise do parcelamento do solo e suas tendências de crescimento, questões fundiárias e aspectos atuais dos loteamentos do município, bolsões de pobreza e vazios urbanos, bem como determinação de parâmetros para monitoramento do uso e ocupação do solo. A partir de uma visão realista e sustentável, foram identificados e analisados os usos atuais, sua dependência econômica ou cultural e sua demanda (urbana e rural) para os próximos 10 anos, identificando os principais entraves espaciais existentes. Ocorreu igualmente, uma caracterização da infra-estrutura e serviços urbanos e regionais enfocando aspectos relevantes à circulação; sistema viário; saneamento; energia e comunicações. Assim, foi possível a identificação das áreas com infra-estrutura ociosa e as áreas ocupadas com precariedade de infra-estrutura, bem como um prognóstico para os próximos 10 anos. E uma avaliação da qualidade da paisagem. Ressalta-se que foram tomados por base os dados e estudos existentes no município referentes a este tema.

b) Componente Sócio-econômico

Para a Caracterização sócio-cultural foram analisados os sistemas de saúde, educação, ação social, além da questão populacional e demográfica. A caracterização econômica do município contemplou a análise dos setores produtivos, com especial enfoque às atividades rurais e do potencial de turismo rural.

c) Aspectos Institucionais

Stamp: 28 JAN 2019  
Stamp: O selo de autenticidade é obrigatório para a validade desta certidão.



Handwritten signature and stamp with number 0094

**Município de Pinhão**  
Estado do Paraná

Foram caracterizadas as unidades administrativas da estrutura da Prefeitura Municipal e, o sistema de gestão relacionado ao planejamento e desenvolvimento do município, que se relacionam com a gestão do PDM Municipal. Igualmente, foi identificada a capacidade de investimento do município, situação atual de arrecadação, evolução anual e projeção para os próximos dez anos, considerando também possíveis fontes alternativas de recursos financeiros e possibilidade de realização de operações de crédito (capacidade de endividamento), além de impostos cobrados, taxas, contribuição de melhoria e demais tributos.

Procedeu-se a uma análise da estrutura organizacional da administração municipal e dos agentes intervenientes ao plano diretor (secretarias, sociedade civil organizada e outros considerados relevantes). Esta análise teve o intuito de detectar a atuação das secretarias e sua influência na área, de forma a propor no desenvolvimento deste trabalho as possibilidades de atuação e inter-relação entre estas agentes, bem como, análises no sistema de informações municipais disponíveis para a gestão do desenvolvimento local (dados do Cadastro Técnico Imobiliário e Econômico e demais bancos de dados municipais, identificando-os).

Da legislação vigente identificou-se a adequação ou inadequação de cada um dos instrumentos, em relação a: (i) questões constitucionais, Lei Orgânica Municipal e demais leis federais, estaduais e municipais; (ii) questões físico-ambientais e (iii) adequação à realidade do uso e ocupação do solo existente.

As normas jurídicas (leis, decretos e outros atos administrativos) do Estado e Município pertinentes a este Plano foram coletadas em órgãos do Poder Executivo, Poder Legislativo, e em outros pertinentes.

#### 1.2.2.3. CONDICIONANTES DEFICIÊNCIAS E POTENCIALIDADES

A análise de cada informação foi realizada individualmente, com suas inter-relações mencionadas e elencadas em um quadro síntese, permitindo uma visão ampla das condicionantes, deficiências e potencialidades locais correspondentes. Possibilitando, assim, alcançar proposições preliminares de diretrizes para correção, minimização, prevenção ou compensação de deficiências e para valorização das potencialidades.

#### 1.3. FASE 3 - DEFINIÇÃO DAS DIRETRIZES E PROPOSTAS

Inicialmente foram elaborados Eixos de desenvolvimento estratégico com suas respectivas diretrizes. As diretrizes contemplaram os aspectos físico-espaciais, de infra-estrutura e serviços públicos e econômicos, ambientais e institucionais, que deram origem a ações, propostas para curto, médio e longo prazos. Incluiu-se também diretrizes para o estabelecimento de:

- a) política de desenvolvimento urbano e municipal;
- b) sistemática permanente de planejamento;
- c) propostas de projetos estruturais dos diversos setores estratégicos considerando a estimativa de custos e projeções orçamentárias municipais;
- d) dinamização e ampliação das atividades econômicas a fim de estruturar o fortalecimento da economia do município (emprego, renda e receitas);
- e) propostas, instrumentos e mecanismos referentes a:
  - i. ocupação do espaço, e expansão urbana
  - ii. distribuição equitativa dos usos
  - iii. hierarquização do sistema viário e articulação da mobilidade urbana
  - iv. controle do meio ambiente, saneamento e proteção aos elementos que caracterizam a identidade do município
  - v. arborização pública
  - vi. sistema de informações para o planejamento e gestão municipal
  - vii. diretrizes para a coleta e disposição final de resíduos sólidos, industriais e saúde
  - viii. instrumentos a serem adotados nos projetos de parcelamento, edificações, consultas prévias, alvarás, laudo de conclusão de obras e habite-se
  - ix. processos e recursos para a atualização permanente de instrumentos de política e planejamento territorial
  - x. parâmetros, ações e instrumentos para a regularização da situação fundiária ou diretrizes de uso das áreas que necessitam de desocupação
  - xi. diretrizes e proposições decorrentes das recomendações de órgãos e instituições

#### 1.4. FASE 4 - PROPOSIÇÕES PARA A LEGISLAÇÃO BÁSICA E PROCESSO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO MUNICIPAL

#### 1.5. ANTE PROJETO DE LEI

Minutas de Anteprojeto de Lei acompanhadas de mapas em escala apropriada, destacando-se:

**Município de Pinhão**  
Estado do Paraná

- a) Anteprojeto de Lei do Plano Diretor Municipal;
- b) Anteprojeto de Lei do Perímetro urbano e expansão urbana;
- c) Anteprojeto de Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano e Rural;
- d) Anteprojeto de Lei de Parcelamento do solo;
- e) Anteprojeto de Lei de Mobilidade;
- f) Anteprojeto de Lei do Código de Obras;
- g) Anteprojeto de Lei do Código de Posturas;
- h) Anteprojeto de Lei do Fundo de Desenvolvimento Municipal;
- i) Anteprojeto de Lei da Compulsoriedade do Aproveitamento do Solo Urbano;
- j) Anteprojeto de Lei do Consórcio Imobiliário;
- k) Anteprojeto de Lei do Direito de Preempção;
- l) Anteprojeto de Lei da Outorga Onerosa do Direito de Construir;
- m) Anteprojeto de Lei da Transferência do Direito de Construir.

**1.5.1. PROCESSO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO MUNICIPAL**

- a) Adequação da estrutura organizacional da Prefeitura;
- b) Organização do sistema de informações;
- c) Construção de indicadores para avaliação anual do processo de planejamento e gestão municipal.

**1.6. FASE 5 - PLANO DE AÇÃO E INVESTIMENTOS**

O Plano de Ações e Investimentos refere-se à análise sistêmica e à avaliação das estratégias de intervenção anteriormente formuladas, aglutinando as discussões que se desenvolveram no âmbito das reuniões com a Comissão de Acompanhamento e, também, nos eventos (oficinas e seminários) realizados junto às entidades estaduais e do município para a discussão das referidas estratégias, e dos critérios e diretrizes para o ordenamento territorial, mediante a definição das ações e projetos prioritários, para os próximos 03 (três) anos em compatibilidade com a projeção orçamentária. Apresentando a hierarquização de investimentos em infra-estrutura, equipamentos comunitários e ações institucionais, com a estimativa de custos aproximados.

E seguirá de elemento balizador para o município de Pinhão atender à Lei Estadual nº 15.229 de 25 de junho de 2006, como também, à Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001.

**1.7. AUDIÊNCIAS PÚBLICAS E OFICINAS DE CAPACITAÇÃO TÉCNICA**

O Plano Diretor, que por intervir diretamente na cidade e na vida dos cidadãos, abre espaço para a participação da população, podendo haver interesses divergentes e até conflitantes, entretanto, com um objetivo comum, a distribuição mais justa dos pontos positivos e negativos existentes na vida da cidade. Assim sendo, foram realizadas audiências com a comunidade, a qual foi inserida no processo participativo de desenvolvimento do Plano Diretor e também oficinas de capacitação técnica com a equipe da Prefeitura e Comissão de Acompanhamento de Elaboração do Plano Diretor. A realização da Audiência e Oficina ficou sob responsabilidade da Prefeitura, com o apoio da equipe da Consultora.

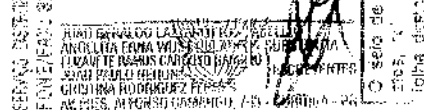
O Município divulgou amplamente e com antecedência e, realizou 03 (três) audiências públicas e 04 (quatro) oficinas de capacitação, além de outras reuniões e consultas com a equipe da Prefeitura. Para as audiências foram convidados representantes da sociedade organizada, da população em geral, dos segmentos econômicos, além de representantes do governo e técnicos dos setores correlatos ao planejamento da prefeitura. A forma de divulgação das audiências foi feita por meio de ampla divulgação dos meios de comunicação, como rádio, jornal, panfletos, entre outros tipos de mídia. Os volumes correspondentes ao assunto a ser tratado nas audiências foram disponibilizados na Prefeitura Municipal para que a população pudesse se interar sobre o seu conteúdo e se preparar para a Audiência Pública, sendo livre o seu acesso a qualquer interessado.

As Audiências Públicas foram realizadas:

- 1ª Audiência Pública, ocorreu em 29 de junho de 2006 no Salão Paroquial de Pinhão, às 19h;
- 2ª Audiência Pública, ocorreu em 03 de agosto de 2006 no Sindicato Rural de Pinhão, às 19h;
- 3ª Audiência Pública, ocorreu em 03 de outubro de 2006 no Salão Paroquial de Pinhão, às 9h.

**1.8. TREINAMENTO DA EQUIPE TÉCNICA MUNICIPAL E COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO**

Os treinamentos tanto da Equipe Técnica Municipal quanto da Comissão de Acompanhamento de Elaboração do Plano Diretor se deram por meio de oficinas de capacitação. Ao todos foram realizadas 04 oficinas, sempre para discussão dos conteúdos que culminaram nos 05 produtos componentes do PDM.





1035<sup>A</sup>

Município de Pinhão  
Estado do Paraná

A Equipe Técnica do Município de Pinhão (Decreto nº 076/2006), foi composta por representantes dos setores correlatos na prefeitura. O treinamento foi feito de acordo com os seguintes aspectos: Embasamento Técnico-Administrativo-Legal do Plano Diretor, Avaliação Temática Integrada, Definição de Diretrizes e Proposições, Legislação Básica, Processo de Planejamento e Gestão Municipal, Plano de Ação, Indicadores e Implementação do Plano Diretor, de acordo com o Termo de Referência da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano - SEDU/PARANACIDADE.

A Comissão de Acompanhamento da Elaboração do Plano Diretor (Decreto nº 176/2006), foi composta por representantes da administração municipal e dos segmentos organizados da sociedade civil local. O treinamento da Comissão foi realizado referente aos aspectos de embasamento técnico-administrativo-legal do Plano Diretor, competências, organização e funcionamento da Comissão de Acompanhamento; e criação do Conselho de Desenvolvimento Municipal, assim como de suas atribuições, composição e funcionamento.

Pinhão, 27 de novembro de 2006.

FIRMA RECONHECIDA

José Vitorino Prestes  
Prefeito Municipal de Pinhão

**AUTENTICAÇÃO**  
 Este documento foi autenticado eletronicamente pelo sistema de autenticação digital em 27/11/2006 às 17:08:00.  
 O valor da autenticação é de R\$ 0,00.  
 28 JUN 2007  
 SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO  
 AV. PÉREIRA DE FARIAS, 260 - CURITIBA - PR

**TABELIONATO ALMEIDA**

Reconheço a(s) Firma(s) de José Vitorino Prestes

Em test. da verdade  
 Pinhão, 19 de 04 de 2007

de A. H. R. Soares



Telefone de Hora Exclusivo para autenticação de Cópia  
FQJ10430

Eduardo Gerônimo Alves de Moraes  
Escriturante

Evandro  
 Mariana de A. B. Rocha Lauer  
 ESCRIVENTE SUBSTITUTA  
 PORTARIA Nº 0010004





**Conselho de Arquitetura e Urbanismo**  
**CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO COM ATESTADO**  
Lei Nº 12378 de 31 de Dezembro de 2010

**CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO COM ATESTADO**  
**Nº 0000000461145**



20180000461145

CERTIFICAMOS, para os devidos fins, que consta em nossos arquivos o registro de Acervo referente ao(s) Registro(s) de Responsabilidade Técnica - RRTs abaixo discriminado(s):

**DADOS DO PROFISSIONAL**

Título do Profissional: Arquiteto e Urbanista  
Data de obtenção de Títulos: 03/02/1999  
Registro Nacional: 000A285471  
Data de Registro nacional profissional: 04/02/1999

Validade: Indefinida

**DADOS DOS REGISTROS DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA-RRT**

Número do RRT: 6872278      Tipo do RRT: SIMPLES - EXTEMPORÂNEO      Registrado em: 25/04/2018  
Forma de Registro: INICIAL      Participação Técnica: EQUIPE  
Descrição: Elaboração do Plano Diretor de Campina Grande do Sul - PR. A profissional participou como coordenadora e integrante da equipe técnica.

Empresa contratada: ECOTECNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA  
CNPJ: 02.610.553/0001-91

**DADOS DO CONTRATO**

Contratante: Prefeitura Municipal de Campina Grande do Sul  
CPF/CNPJ: 76105600000186  
PRAÇA Bento Munhoz da Rocha Neto      Nº 30  
Complemento:  
Cidade: CAMPINA GRANDE DO SUL      Bairro: CENTRO      UF: PR      CEP: 83430000  
Contrato:  
Celebrado em: 02/10/2013  
Valor do Contrato: R\$ 0,00      Tipo do Contratante: Pessoa jurídica de direito privado  
Data de Início: 02/10/2013      Data de término da atividade: 02/06/2014

**ATIVIDADE TÉCNICA REALIZADA**

4.4.5 - Planos diretores , 1.00 un - unidade ;

**ENDEREÇO DA OBRA/SERVIÇO**

PRACA BENTO MUNHOZ DA ROCHA NETO      Nº 30  
Complemento:      Bairro: CENTRO  
Cidade: CAMPINA GRANDE DO SUL      UF: PR      CEP: 83430000  
Coordenadas Geográficas: 0 0

**DESCRIÇÃO**

CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO COM ATESTADO

**INFORMAÇÕES IMPORTANTES**

- Esta certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos
- Certificamos que se encontra vinculado à presente CAT o atestado apresentado em cumprimento à Lei nº 8.666/93, expedido pela pessoa jurídica contratante, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes. É de responsabilidade deste Conselho a verificação da atividade profissional em conformidade com a Lei nº 12.378/2010 e Resoluções do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR)



**Conselho de Arquitetura e Urbanismo**  
**CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO COM ATESTADO**  
Lei Nº 12378 de 31 de Dezembro de 2010

**CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO COM ATESTADO**  
**Nº 0000000461145**

- A Certidão de Acervo Técnico (CAT) à qual o atestado está vinculado constituirá prova da capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver ou venha a ser integrado ao seu quadro técnico por meio de declaração entregue no momento da habilitação ou da entrega das propostas

- Certificamos, ainda, que nos termos do artigo 2º da Lei nº 12.378/2010 e artigos 2º e 3º da Resolução nº 21/2012-CAU/BR, esta Certidão é válida somente para os serviços condizentes com as atribuições profissionais acima discriminadas

- Em conformidade com o que determina o Art. 45 da Lei 12.378, toda realização de trabalho de competência privativa ou de atuação compartilhadas com outras profissões regulamentadas será objeto de Registro de Responsabilidade Técnica - RRT

- Válida em todo o território nacional.

Certidão nº PR  
29/08/2018, 13:05

Chave de Impressão: Curitiba/PR

0099





Estado do Paraná - Curitiba

1038<sup>H</sup>

Certidão nº 461145/2018 - 29/08/2018, 13:05 - Chave de Impressão: 2-36W0C5YZD675BZ019Z  
 O atestado neste ato registrado foi emitido em 29/08/2018 e contém 9 folhas

**ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA**

Atestamos para os devidos fins, que a **ECOTÉCNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA**, com sede - Rua Rita das Chagas Lima, 317 - Bairro São Braz - CEP 81700-300 - Curitiba - PR - inscrita no CNPJ 02.410.653/0001-81 tendo como inscricionados técnicos a Arquiteta e Urbanista **SANDRA MAYUMI YAKAMURA** - carteira profissional CAL-A22547-1 e o Engenheiro Civil **NILO AIHARA** - carteira profissional CREA-PR 81040-0 prestaram para a Prefeitura Municipal de Campina Grande do Sul, inscrita no CNPJ 76.105.930/0001-86 estabelecida na Praça Bento Mueloz da Rocha, nº 130 - Centro, Campina Grande do Sul - Paraná, os serviços referentes a elaboração do **PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE DO SUL - PR**, tendo demonstrado Capacidade Técnica no cumprimento dos mesmos, desde constando em nossa Atividade que a desabone

**CARACTERÍSTICAS DOS SERVIÇOS**

Início dos serviços: 02/10/2018  
 Conclusão dos serviços: 02/10/2018  
 Objeto do Atestado: Elaboração do Plano Diretor Municipal de Campina Grande do Sul - PR  
 Local da Obra: Praça Bento Mueloz da Rocha nº 130 - Centro - Campina Grande do Sul - PR

**EQUIPE TÉCNICA**

Coordenador Geral	Arquiteta e Urbanista Esp. Sandra Mayumi Yakamura	CAL-A22547-1
Coordenador Técnico	Arquiteta e Urbanista Esp. Sandra Mayumi	CAL-A22547-1
Elaboração do Projeto	Engenheiro Civil Esp. Nilo Aihara	CREA-PR 81040-0
Arquiteto Urbanista	Arquiteta e Urbanista Esp. Sandra Mayumi	CAL-A22547-1
Desenho Civil	Arquiteta e Urbanista Esp. Sandra Mayumi	CAL-A22547-1
Engenheiro Civil - Urbanista Esp.	Engenheiro Civil Esp. Nilo Aihara	CREA-PR 81040-0
Engenheiro Civil Esp.	Arquiteta e Urbanista Esp. Sandra Mayumi	CREA-PR 81040-0
Arquiteta Urbanista	Arquiteta e Urbanista Esp. Sandra Mayumi	CREA-PR 81040-0
Elaboração do Projeto	Engenheiro Civil Esp. Nilo Aihara	CREA-PR 81040-0
Arquiteta Urbanista	Arquiteta e Urbanista Esp. Sandra Mayumi	CREA-PR 81040-0
Elaboração do Projeto	Engenheiro Civil Esp. Nilo Aihara	CREA-PR 81040-0
Arquiteta Urbanista	Arquiteta e Urbanista Esp. Sandra Mayumi	CREA-PR 81040-0
Elaboração do Projeto	Engenheiro Civil Esp. Nilo Aihara	CREA-PR 81040-0
Arquiteta Urbanista	Arquiteta e Urbanista Esp. Sandra Mayumi	CREA-PR 81040-0
Elaboração do Projeto	Engenheiro Civil Esp. Nilo Aihara	CREA-PR 81040-0
Arquiteta Urbanista	Arquiteta e Urbanista Esp. Sandra Mayumi	CREA-PR 81040-0
Elaboração do Projeto	Engenheiro Civil Esp. Nilo Aihara	CREA-PR 81040-0
Arquiteta Urbanista	Arquiteta e Urbanista Esp. Sandra Mayumi	CREA-PR 81040-0
Elaboração do Projeto	Engenheiro Civil Esp. Nilo Aihara	CREA-PR 81040-0
Arquiteta Urbanista	Arquiteta e Urbanista Esp. Sandra Mayumi	CREA-PR 81040-0
Elaboração do Projeto	Engenheiro Civil Esp. Nilo Aihara	CREA-PR 81040-0
Arquiteta Urbanista	Arquiteta e Urbanista Esp. Sandra Mayumi	CREA-PR 81040-0
Elaboração do Projeto	Engenheiro Civil Esp. Nilo Aihara	CREA-PR 81040-0
Arquiteta Urbanista	Arquiteta e Urbanista Esp. Sandra Mayumi	CREA-PR 81040-0

Prefeitura Municipal de Campina Grande do Sul - Paraná  
 Rua: João Manoel de Almeida, 111 - Centro - Campina Grande do Sul - PR  
 www.campinagrandepr.paraná.gov.br

Este documento encontra-se registrado no Conselho de Arquitetura e Urbanismo, vinculado à  
 Certidão De Aprovechamento Técnico Com Atestado nº 461145, emitida em 29/08/2018

0100



**DESCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS**

O município de Campina Grande do Sul é um dos 29 municípios pertencentes à Região Metropolitana de Curitiba(RMIC), na porção leste do Estado do Paraná, sob gestão da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba(OMEC). Essa instituição foi criada a partir da Lei Estadual nº 6.317, de 02 de janeiro de 1975, devido aos interesses comuns entre os municípios integrantes.

Campina Grande do Sul tem superfície territorial de 540,60km<sup>2</sup>, sendo 50,30km<sup>2</sup> referente ao perímetro urbano.Localiza-se na latitude 25°16'29" S e longitude 49°03'10" W e possui altitude de 218 metros e distância 22,28km docapitalparanaense - Curitiba.

**ESCOPO E METODOLOGIA**

A seguir apresenta-se a metodologia e as técnicas utilizadas na execução das atividades, originando os produtos de cada uma das 05 fases do Plano, de forma sistêmica e integrada, visando ao cumprimento das metas do Plano Diretor Municipal - PDM de Campina Grande do Sul-PR.

Assim, foram obtidas, a partir das informações coletadas, a consolidação e instrumentação administrativa que foi necessária à adaptação da estrutura do Poder Executivo Municipal para a implementação do PDM e Leis Complementares.

**Fase 1 - Plano de Trabalho**

Consistiu na elaboração que se teve em vista, a metodologia de elaboração do PDM, tendo em parâmetro a metodologia estrutural, imposta pela Lei da LICITAÇÃO Tendo em vista a Constituição da

**Fase 2 - Avaliação temática integrada**

O processo de Avaliação Temática Integrada se deu em 1ª parte da realização discussões e análises da situação técnica municipal em diversos departamentos para Prefeitura Municipal de Campina Grande do Sul, IAP (Instituto Ambiental do Paraná), IPRONG (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social), COMECO (Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba), IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), CUDURBSA (Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental), EMATER (Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural), DEPARAQUADE e outras instituições relevantes, com vistas a subsidiar o trabalho realizado de cada uma das especialidades envolvidas, para posterior discussão e elaboração de um quadro síntese contendo as situações Condições, Deficiências e Potencialidades, assim como cartões e mapas temáticos referentes a cada tema. Foram avaliados os seguintes temas:

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO  
RUA JOÃO DE DEUS, 100 - JARDIM SÃO CARLOS - CAMPINA GRANDE DO SUL - PR  
FONE: (41) 3222-1000 FAX: (41) 3222-1001  
WWW.CAMPINAGRANDEDO.SUL.PR

Este documento encontra-se registrado no Conselho de Arquitetura e Urbanismo, vinculado à Certidão De Aprove Técnico Com Atestado nº 461145, emitida em 29/08/2018



**Contextualização Regional**

A contextualização regional sob os aspectos naturais e antrópicos, contemplou a vocação e o potencial estratégico do município de Camba Grande do Sul dentro da região e focalizou os principais fatores que interferiram para o seu desenvolvimento. Foram interpretadas as especializações das informações, configuradas por meio de mapas temáticos georreferenciados. As informações coletadas nos levantamentos de dados em campo, assim como as informações contidas nos mapas confeccionados foram entregues em formato dwg (AUTOCAD 2007) e dxf (COREL DRAW X3).

**Caracterização Municipal**

A caracterização municipal fundamenta a identificação dos seguintes tipos principais subdivididos em:

**Aspectos Naturais**

a) Meio Físico

Foram analisadas as condições do clima, topografia, solo e vegetação. Através de análises das informações obtidas na SANEPAR (AR, MINEROPAR e SUTERPAR) a Profibra obtém a rede hídrica de superfície e suas análises físicas das águas dos pontos existentes. Foi possível verificar que relativamente à água, determinam-se assim, possíveis problemas no uso do solo, que possam comprometer a conservação da quantidade de água, além de promover a conservação ambiental, respeitando-se a legislação. Perfil este.

b) Meio Biológico

Foram elencadas questões referentes a flora e fauna. Com base nos dados levantados, foram caracterizadas as áreas para ações de expansão urbana, conservação e proteção do patrimônio, áreas públicas de lazer e arborização pública.

**Sistema Antrópico**

a) Competência Especial

Foi realizada uma abordagem geral de uso e ocupação do solo urbano rural mediante a identificação de situações de inadequação e do uso do solo, visando a identificação, análise e suas tendências em relação aos aspectos técnicos e aspectos legais das legislações de zoneamento, normas de postura e outros tributos, bem como determinação de parâmetros para dimensionamento de uso e ocupação do solo. A partir de uma visão realista e sustentável, foram identificadas as necessidades e suas áreas em dependência existências de cultura e sua demanda urbana e rural para os próximos. Foi possível identificar os principais problemas espaciais existentes. O plano quadriculário, a rede de abastecimento e serviços urbanos e regionais abrangendo aspectos relevantes a ocupação, saneamento básico, habitação, estudo de rede de saneamento básico e intervenções. Assim, foi possível a identificação de áreas com potencial construtivo e as áreas de preservação.



atualização de infra-estruturas, bem como, em progressão para os próximos 10 anos. E uma avaliação da qualidade de moradia. Ressalta-se que foram tomadas por base os dados e estudos existentes no município referentes a este tema.

**b) Componente Socio-econômico**

Para a caracterização socio-cultural foram analisados os sistemas de saúde, educação, ação social, além da questão populacional e demográfica. A caracterização econômica do município contemplou a análise dos setores produtivos, com especial enfoque de atividades, noise e do potencial de turismo rural.

**c) Aspectos Institucionais**

Foram caracterizadas as unidades administrativas da estrutura da Prefeitura Municipal e o sistema de gestão municipal de planejamento e desenvolvimento municipal, que se relacionam com a gestão do PDM Municipal, visando, principalmente, a capacitação do município e do município, situação atual de arrecadação, evolução anual e projeção para os próximos dez anos, considerando também outros fatores alternativos de recursos financeiros e possibilidades de realização de operações de crédito (capacidade de endividamento), além de impostos municipais, taxas, contribuição de melhoria e demais tributos.

Precedeu-se a uma análise da estrutura organizacional da administração municipal e dos órgãos integrantes do Poder Executivo (Secretarias, sociedade civil organizada e outras entidades relevantes). Esta análise teve o intuito de detectar a atuação das secretarias e sua influência na área, de forma a propor no desenvolvimento deste plano as possibilidades de atuação e interação com outros agentes, bem como, análises no sistema de trabalho, dos municípios de referência, visando a identificação de boas práticas do Conselho Técnico Técnico e Fomentar e Fomentar de desenvolvimento de técnicas municipais (institucionais).

De acordo com a análise identificou-se a adequação de recursos humanos, materiais e financeiros, bem como, a identificação de necessidades, da Prefeitura Municipal e demais entidades, estruturas e municipais, em questões ambientais e em adequação à realidade do município e do município existente.

As normas jurídicas (constituições e leis) dos municípios do Estado e Município pertencentes a este Plano foram coletadas em órgãos do Poder Executivo, Poder Legislativo e Entidades pertencentes.

**Condições Culturais e Potencialidades**

A análise de cada informação foi realizada inicialmente, com suas respectivas fontes, e elencadas em um quadro síntese, permitindo uma visão ampla dos documentos, das condições e potencialidades locais, correspondentes. Posteriormente, analisou-se as condições preliminares da diagnose, para concepção, implementação, prevenção e manutenção do plano, em função das condições, potencialidades.

**FASE 3 - Definição das Diretrizes e Propostas**

Inicialmente foram elaborados Eixos de desenvolvimento estruturais com bases respectivas diretrizes:

Plano Diretor Municipal - 2018  
Elaborado por: [nome] - [cargo]  
[data]



As diretrizes contemplaram os aspectos físico-espaciais, de infra-estrutura e serviços públicos, socioeconômicos, ambientais e institucionais, que deram origem a ações propostas para curto, médio e longo prazos. Incluem-se também diretrizes para o estabelecimento de:

- a) política de desenvolvimento urbano e municipal;
- b) assistência permanente ao planejamento;
- c) propostas de projetos estruturais dos diversos setores estratégicos considerando a estimativa de custos e projeções orçamentárias municipais;
- d) dinamização e ampliação das atividades culturais, a fim de gerar estrutura e fortalecimento da economia do município (emprego, renda e mobilidade);
- e) propostas, instrumentos e mecanismos referentes a:
  - i) ocupação do espaço e expansão urbana;
  - ii) distribuição equitativa dos usos;
  - iii) hierarquização do sistema viário e melhorias de mobilidade urbana;
  - iv) controle do meio ambiente construído e promoção de alternativas que favoreçam a sustentabilidade da ocupação;
  - v) arrecadação pública;
  - vi) sistema de informações para o planejamento e gestão municipal;
  - vii) diretrizes para a coleta e disposição final de resíduos sólidos, indústrias e saúde;
  - viii) instrumentos e ações adotados nos projetos de planejamento: política, planos, consórcios parciais, estudos, laudo de condicão de urbanização ou;
  - ix) diretrizes e mecanismos para a mobilização permanente de instrumentos de política e planejamento territorial;
  - x) parâmetros, ações e instrumentos para a regularização da situação fundiária ou direitos de uso em áreas que necessitam de regularização;
  - xi) diretrizes e propostas de desenvolvimento urbano e infraestrutura e instituições.

Fase 4 - Proposições para a Legislação Básica e Processo de Planejamento e Gestão Municipal

Ante Projeto de Lei

Materiais de Anteprojeto de Lei acompanhados de mapa e memoriais justificativos, contendo:

- a) Anteprojeto de Lei do Plano Diretor (jurídico)
- b) Anteprojeto de Lei do Plano Diretor (urbanístico)
- c) Anteprojeto de Lei da Lei de Ocupação do Solo Urbano e Municipal (zoneamento)
- d) Anteprojeto de Lei de Parcelamento Urbana

Secretaria Municipal de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente  
Rua do Carmo, 151 - Centro - São Paulo - SP  
www.sampa.sp.gov.br

Este documento encontra-se registrado no Conselho de Arquitetura e Urbanismo, vinculado à Certidão De Acervo Técnico Com Atestado nº 461145, emitida em 29/08/2018



- ii) Anteprojeto de Lei de Menoridade e Curatela Judicial;
- iii) Anteprojeto de Lei do Código de Obras;
- iv) Anteprojeto de Lei do Código de Posturas;
- v) Anteprojeto de Lei do Conselho Imobiliário;
- vi) Anteprojeto de Lei do Direito de Preferência;

**Processo de Planejamento e Gestão Municipal**

- a) Adequação da estrutura organizacional da Prefeitura;
- b) Organização do sistema de informações;
- c) Construção de indicadores para a avaliação do processo de planejamento e gestão municipal;

**FASE 5 - Plano de Ação e Investimentos**

Plano de Ações e Investimentos orientado à análise econômica e à avaliação das alternativas de intervenção anteriormente formuladas, utilizando as ferramentas que se apresentarem no âmbito das reuniões com a Comissão de Acompanhamento e Liberação das Obras (município e Secretaria) realizadas para os interesses estaduais e do município para a discussão dos estudos, parâmetros, e dos critérios e diretrizes para o ordenamento territorial mediante a definição das ações e projetos prioritários para os próximos 05 (cinco) anos em compatibilidade com a projeção demográfica. Representando a concretização de investimentos em infraestrutura, equipamentos comunitários e ações necessárias para a melhoria de qualidade de vida.

Este plano de trabalho elaborador para o plano municipal de desenvolvimento econômico, social e ambiental, de acordo com o Decreto Estadual nº 18.126, de 25 de julho de 2006, e com também a Lei Estadual nº 14.000, de 10 de maio de 2011.

**Audiências Públicas e Oficinas de Capacitação Técnica**

O Plano Diretor que promoverá o desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida para a população, visando à distribuição mais justa dos pontos positivos e negativos existentes na vida da cidade. Assim sendo, foram realizadas audiências com a comunidade, a cada 90 dias, no processo participativo de desenvolvimento do Plano Diretor, e também oficinas de capacitação técnica para a equipe da Prefeitura e Comissão de Acompanhamento e Liberação do Plano Diretor. A realização de Audiências e Oficinas teve sob responsabilidade da Prefeitura, com o apoio do órgão de Planejamento.

A audiência decorreu ambientalmente e com o respeito às normas dos órgãos públicos e de leis. Alguns trabalhos de capacitação e treinamento em meio a oficinas e consultas com a equipe da Prefeitura. Para as audiências foram convocada equipe técnica da sociedade organizadora, na população em geral, das organizações econômicas, bem da representação do governo, a técnicos dos setores correlatos ao planejamento.

Atestado de veracidade e autenticidade do conteúdo deste documento, emitido em 29/08/2018, e contém 9 folhas.

Este documento encontra-se registrado no Conselho de Arquitetura e Urbanismo, vinculado à Cartão De Acervo Técnico Com Atestado nº 461145, emitida em 29/08/2018

*(Handwritten signatures and marks)*



da prefeitura. A forma de divulgação das reuniões foi feita por meio de ampla divulgação dos meios de comunicação, como rádio, jornal, panfletos, entre outros tipos de mídia. Os volumes correspondentes ao assunto a ser tratado nas audiências foram disponibilizados na Prefeitura Municipal para que a população pudesse se interessar sobre o seu conteúdo e se preparar para a Audiência Pública, sendo livre o seu acesso a qualquer interessado.

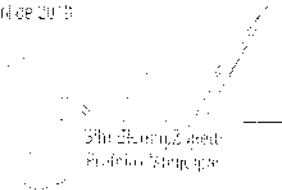
**Treinamento da Equipe Técnica Municipal e Comissão de Acompanhamento**

Os treinamentos tanto da Equipe Técnica Municipal quanto da Comissão de Acompanhamento da Elaboração do Plano Diretor se deram por meio de oficinas de capacitação. As mesmas foram realizadas em oficinas, sempre para discussão dos conteúdos que culminaram nos 05 produtos componentes do PDM.

A Equipe Técnica do Município de Cunha Grande do Sudoeste composta por representantes dos setores correlatos na prefeitura. O treinamento foi feito de acordo com os seguintes aspectos: Entendimento Técnico-Administrativo-Legal do Plano Diretor Municipal, Avaliação Técnica Integrada, Definição de Diretrizes e Proposições, Legislação Básica, Processo de Planejamento e Gestão Municipal, Plano de Ação, Monitoramento e Implementação do Plano Diretor Municipal, de modo a garantir a participação e a interação com o Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano - SEDURMUN (14.010.010).

A Comissão de Acompanhamento da Elaboração do Plano Diretor foi composta por representantes da administração municipal e das seguintes entidades da sociedade civil local. O treinamento na Comissão foi relacionado referente aos aspectos de interação com a comunidade municipal, da elaboração, implementação, organização e funcionamento da Comissão de Acompanhamento, atuação do Conselho Municipal de Gestão Territorial e Meio Ambiente, assessoria de consultorias, de pesquisas e acompanhamento.

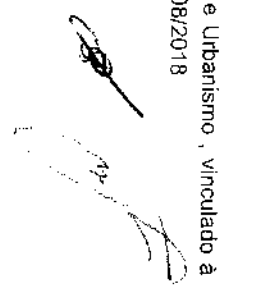
Cunha Grande, 11 de Setembro de 2018.

  
Sth. Elvany de  
Melo de Souza

Assessoria Técnica em Urbanismo e Arquitetura  
Rua da Constituição, 100 - Centro - Cunha Grande - SP - CEP: 13.200-000  
Telefone: (13) 3361-1000 - Fax: (13) 3361-1001



Este documento encontra-se registrado no Conselho de Arquitetura e Urbanismo, vinculado à Certidão De Aprove Técnico Com Atestado nº 461145, emitida em 29/08/2018





Ecotécnica - Tecnologia e Consultoria Ltda.  
CNPJ: 02.610.553/0001-91  
Rua Maria Rita da Chagas Lima, 317, Bairro São Braz, CEP: 82.300-330. Curitiba-PR  
Telefone (41) 3026-8639  
E-mail: licitacao@ecotecnica.com.br

1045<sup>A</sup>

7.1.2 Plano de Trabalho para o desenvolvimento dos serviços que atenda aos seguintes quesitos:

- Detalhamento das atividades e produtos, conforme o Termo de Referência;
- Plano de Trabalho informando quantitativo de profissionais e recursos físicos para o desenvolvimento das atividades previstas no Termo de Referência.

7.1.3 Metodologia proposta para a realização dos serviços:

- Diretrizes e estratégias metodológicas propostas conforme o Termo de Referência;
- Exequibilidade da metodologia proposta e compatibilidade com o Plano de Trabalho, além de adequação ao requerido no Termo de Referência.





## 1 EXPERIÊNCIA ESPECÍFICA DA CONSULTORIA RELATIVA A ELABORAÇÃO OU REVISÃO DE PLANO DIRETOR

---

A **ECOTÉCNICA Tecnologia e Consultoria Ltda** foram criada no ano de 1998, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, permanecendo até os dias atuais. Desde então tem atuado no segmento de planejamento ambiental e urbano, posicionando-se em uma opção de comprometimento, qualidade e ética a serviço do meio ambiente.

Trata-se de uma empresa composta por equipe multidisciplinar que agrega profissionais da área de meio ambiente e planejamento (engenheiros civis, engenheiros ambientais, engenheiros sanitaristas, engenheiros florestais, biólogos, geólogos, geógrafos, sociólogos, advogados, arquitetos e urbanistas, oceanógrafos, zootecnistas, entre outros), que busca soluções personalizadas e eficientes para empresas privadas e instituições públicas.

Dentre as áreas de atuação destacam-se: Planejamento Territorial; Planejamento Urbano; Planejamento Ambiental; Gestão Ambiental e Urbana; Projetos Urbanísticos e Projetos de Engenharia Sanitária.

A **ECOTÉCNICA** tem prestado serviço em diversos Estados do Brasil, como: Paraná, Santa Catarina, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Tocantins, Pernambuco e Rondônia, demonstrando vasta experiência no setor público em mais de 300 municípios, entre Projetos de Aterro Sanitário, Planos Municipais de Recursos Hídricos, Planos Municipais de Saneamento Ambiental, Planos de Manejo em Unidades de Conservação, Planos Diretores Municipais, Planos de Habitação, Estudos de Impacto Ambiental, entre outros.

Já participou em projetos em conjuntos com a **TEPSCO** (Tokyo) e organismos internacionais como a **JICA** (*Japan International Cooperation Agency*), Agência Japonesa de Cooperação Internacional para o desenvolvimento do Estudo de Viabilidade Ambiental da implantação do Sistema **SMART GRID**, (Governo do Estado do Paraná e **COPEL**) para a transmissão de energia em Curitiba e Região Metropolitana. Recentemente além de elaborar diversos planos de Gerenciamento de Recursos Hídricos no Estado do Paraná e em município de Minas Gerais - MG, participou do processo de discussão e construção do Plano de Bacias do Alto Iguaçu e Afluentes do Ribeira.

Atualmente está desenvolvendo em parceria com a **PUCPR**, através de um Termo de Cooperação o Plano Regional de Desenvolvimento dos municípios pertencentes ao Vale do



Itapocú em Santa Catarina, o Plano de Gerenciamento de Resíduos do Estado de Tocantins, além de estar participando em conjunto com a empresa CARUSO Jr. do Plano de Gerenciamento Integrado de Resíduos da Região Metropolitana de Recife - PE.

Nossa equipe primando pela qualidade e experiência ao longo de 18 anos de atuação e busca se tornar referência na prestação de serviços no Brasil e exterior, atendendo a qualidade e a satisfação dos seus clientes, aliada a responsabilidade socioambiental.

8

## 2 CONTEXTUALIZAÇÃO

---

### 2.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Segundo TR, estudos acerca da Legislação foi iniciada por equipe da própria prefeitura, no final do ano de 2015, sendo que até o final de 2017, analisou a legislação urbanística do Município e elaborou novas minutas para as principais Leis que compõe o Plano Diretor (Lei do PDM, Código de Posturas, Lei de Parcelamento do Solo, Lei do Ordenamento Territorial e Código de Obras), no que se refere aos aspectos técnicos a serem reformulados conforme a experiência administração na aplicação da legislação anterior. Foi realizado o recadastramento imobiliário, com validação da base cartográfica do Município no perímetro urbano, desta forma possui um cadastro multifinalitário atualizada, de agosto de 2018.

O trabalho consistirá na identificação dos principais pontos da situação do município de Marmeleiro a serem estudados para se chegar a soluções que levem ao desenvolvimento sustentável e o bem-estar dos cidadãos.

A revisão de Plano Diretor Municipal – PDM, visa definir objetivos, diretrizes e propostas de intervenção para o desenvolvimento municipal, observado o contido:

- na Agenda 21/Agenda 2030 e Nova Agenda Urbana, referências para inovação, inteligência e sustentabilidade de nossa cidade;
- no art. 2º do Estatuto da Cidade, especialmente:

a) do direito à cidade sustentável, que compreende os direitos à terra urbana, moradia, saneamento ambiental, infraestrutura urbana, transporte, serviços públicos, trabalho e lazer; e,

b) da gestão democrática, que compreende a participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano.

Entre premissas diretivas e pontos em destaque no contexto regional e local, a serem descritos na sequência, estão:

*α*

- a) O objetivo deste Plano Diretor e o que é necessário para atingi-lo, considerando a formação da equipe interdisciplinar adequada ao atendimento de todas as funções no projeto;
- b) Antecedentes legais;
- c) Contexto histórico;
- d) Contexto regional, rico em oportunidades para o município;
- e) Características físicas de uso e ocupação;
- f) Infraestrutura viária;
- g) Características Econômicas;
- h) Características sociais; e
- i) Características do Meio Biótico.

Segundo TR, para a revisão do Plano Diretor Municipal – PDM serão consideradas quatro fases:

- a) 1ª Fase – Mobilização;
- b) 2ª Fase – Análise Temática Integrada;
- c) 3ª Fase – Diretrizes e Propostas para uma Cidade Sustentável;
- d) 4ª Fase – Plano de Ação e Investimento e Institucionalização do PDM.

## 2.2 CONHECIMENTO GERAL

### 2.2.1 Introdução

A execução da revisão do Plano Diretor Municipal de Marmeleiro, objeto da presente Proposta Técnica de Prestação de Serviços, tem como objetivo principal a busca de soluções adequadas ao fortalecimento da gestão do município. Para isso, é fundamental o conhecimento da realidade local (condicionantes, potencialidades e problemas), bem como a análise do contexto em que se insere a presente licitação.

Na definição de objetivos, diretrizes e propostas de intervenção para o desenvolvimento municipal entra como base o Estatuto da Cidade, na garantia do direito à cidade sustentável, que compreende os direitos à terra urbana, moradia, saneamento ambiental, infraestrutura urbana, transporte, serviços públicos, trabalho e lazer. Na garantia também da gestão democrática, que compreende a participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade.

Outros instrumentos de planejamento como a Agenda 21, a Conferência das Cidades,

Planos de Bacias Hidrográficas, Planos de Preservação do Patrimônio Cultural e outros planos de desenvolvimento sustentável serão também articulados com este Plano Diretor.

## 2.2.2 Antecedentes Legais

Com a Constituição Federal de 1988, e mais recentemente, com o Estatuto da Cidade (Lei Federal N° 10.527 de 2001), que regulamenta as exigências constitucionais previstas no Artigo 182 (Parágrafo 4º) da Constituição, o desenvolvimento urbano sustentável entrou na pauta do planejamento municipal. Em ambos os instrumentos legais, é possível observar a busca da eliminação da pobreza, a redução das desigualdades sociais e a preocupação com a sustentabilidade ambiental.

O Estatuto da Cidade é a primeira lei federal destinada especificamente à regulamentação da Política Urbana. Além de regular o Plano Diretor (forma de realizá-lo e seu valor legal), o Estatuto da Cidade reúne normas relativas a ação do Poder Público na regulamentação do uso do solo municipal em prol da coletividade, do uso social da propriedade, da conservação de bens naturais com vistas a um ambiente saudável, de uma administração transparente, dentre outros.

O poder público municipal, por meio de diretrizes definidas no seu Plano Diretor, pode intervir no interesse coletivo servindo-se de instrumentos urbanísticos, administrativos e legais. Mecanismos semelhantes podem ser usados para a defesa do meio ambiente, para o fomento do desenvolvimento econômico e social, para parcerias diversas, dentre outros. Tais mecanismos, chamados de instrumentos de Política Urbana e relacionados no Artigo 4º do Estatuto da Cidade, deverão estar previstos no Plano Diretor e, posteriormente, detalhados em legislação específica.

Como forma de se estabelecer quais são as efetivas necessidades e anseios futuros da população, o Estatuto da Cidade impõe que nos processos de elaboração do Plano Diretor sejam promovidas Audiências Públicas que garantam a participação e manifestação ampla do cidadão, ao que, em seu artigo 43, denomina "Gestão Democrática da Cidade". A democratização no processo de elaboração do Plano é também garantida pela Constituição Federal, em seu Artigo 29, que torna obrigatória a participação das entidades representativas da sociedade no processo de planejamento municipal. Complementarmente a esse processo, a aprovação final do Plano Diretor é feita pela Câmara Municipal, permitindo novos debates e assegurando a versão de suas diretrizes em lei.

Quanto à sua abrangência, a revisão do Plano Diretor dirige-se à organização do espaço municipal como um todo, contemplando não só a porção urbanizada, mas também a

sua área rural (art. 40, § 3º do Estatuto da Cidade), totalizando a área de 387,381 km<sup>2</sup> (IBGE).

### 2.2.3 Contexto Histórico

A região foi primeiramente ocupada pelos gentios Caiagangues que subdividiam-se em diversas tribos dentre Votorões, Dorins e Camés. As expedições bandeirantes de reconhecimento de território passaram a circular pela região, posteriormente.

A região foi habitada até 1915 por índios e bugres quando alguns colonos se estabeleceram na região como Hormino Carneiro Lobo e sua família. Posteriormente novos colonos chegaram, mas em pouca quantidade. O fluxo de migrantes aumentou, sobretudo, a partir dos anos 40, vindos principalmente do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e redondezas motivados pela busca por terras vazias.

Com o crescimento da população na região e sua influência passou a ser construída a Rodovia Pato Branco, no fim dos anos 40, posteriormente denominada BR – 280.

Somente no ano de 1958 a população e líderes políticos regionais reúnem-se para debater a criação de um município denominado Marmeleiro, como referência ao rio que banha a cidade e à árvore encontrada nas várzeas do mesmo.

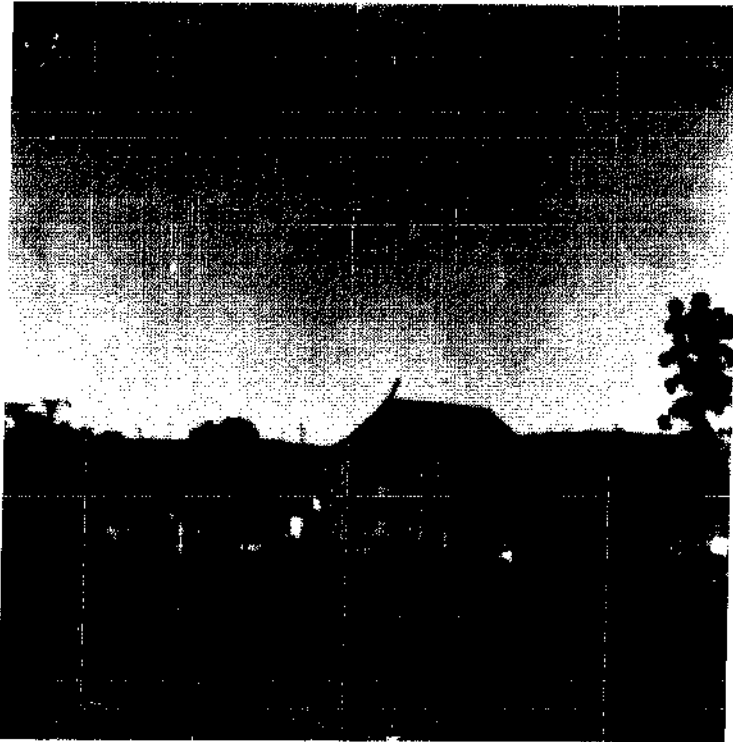
FIGURA 1: IGREJA MATRIZ DA FLÔR DA SERRA 1966



Fonte: IBGE, 2019.

Através da Lei Estadual número 4.245, sancionada pelo governador Moisés Lupion, na data de 25 de julho de 1960 nasce o município de Marmeleiro. A sede é estabelecida na localidade de mesmo nome e as divisas definidas ao norte com Francisco Beltrão, ao leste com Renascença, ao sul com o Estado de Santa Catarina e a oeste com o município de Barracão à época, pois atualmente delimita-se a oeste com o município de Flor da Serra do Sul, após a criação deste último.

FIGURA 2: CASA DE COLONO NO ANO DE 1966



Fonte: IBGE, 2019.

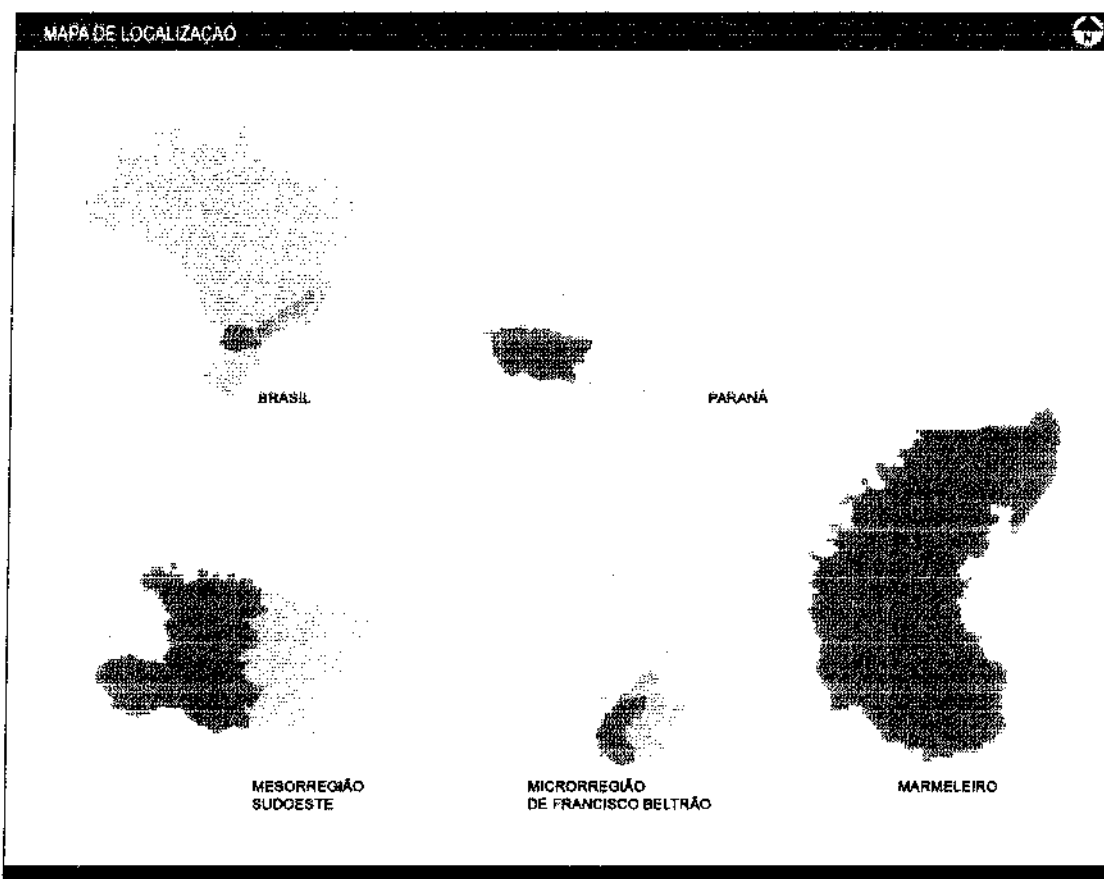
Ao longo dos anos o município também recebeu imigrantes de diversas descendências como italiana, polonesa e alemã e que hoje representam uma rica variedade cultural que formou a base de desenvolvimento local.

#### 2.2.4 Contexto Regional

Regionalmente Marmeleiro localiza-se geograficamente na mesorregião Sudoeste e no sul da microrregião de Francisco Beltrão na divisa com o Estado de Santa Catarina (Figura 3).

A Mesorregião Oeste se caracteriza pelo crescimento populacional e econômico, bem como o crescimento de suas cidades. O sistema de rodovias vem sendo ampliado para atender ao escoamento da produção agropecuária e industrial. Marmeleiro é conhecida regionalmente como Passarela do Sudoeste, pois sua localização geográfica privilegiada onde forma-se o entroncamento viário entre a PR-180 e a BR-280, sendo acesso da região de Santa Catarina a Francisco Beltrão, Paraná e Argentina. Essa mesorregião é formada por 37 municípios agrupados em três microrregiões: Capanema, Francisco Beltrão e Pato Branco. Marmeleiro está inserida na Microrregião de Francisco Beltrão.

FIGURA 3: LOCALIZAÇÃO DE MARMELEIRO



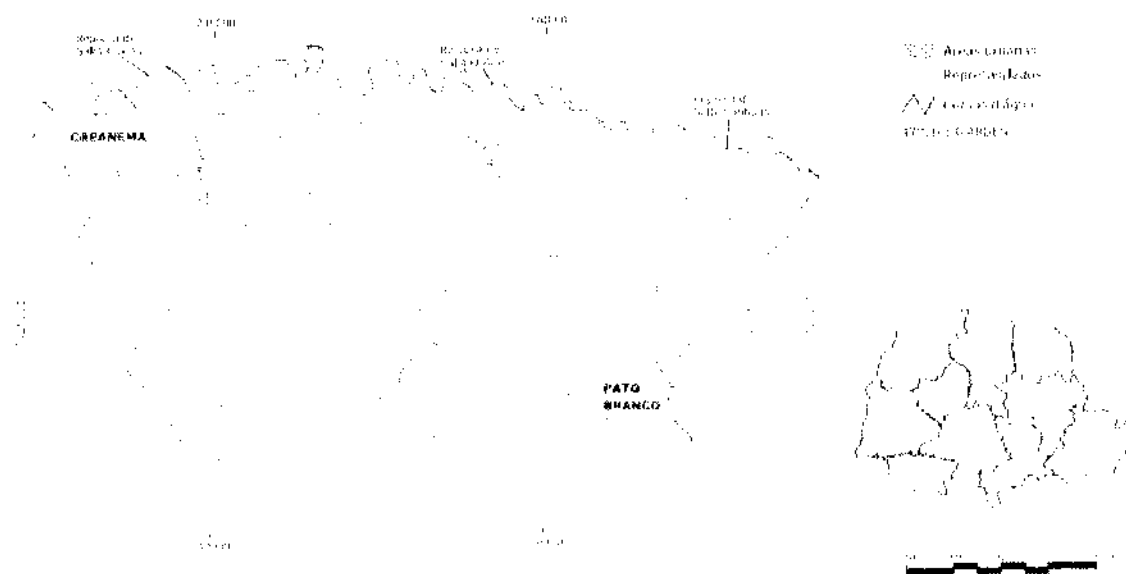
Fonte: IBGE, 2019.

A Mesorregião Sudoeste Paranaense está localizada no Terceiro Planalto Paranaense em uma área de 1.163.842,64 há (IPARDES, 2004). Ambientalmente a mesorregião é composta por 39 Unidades de Conservação que correspondem à 1,2% do território com um índice de desmatamento atingindo 94% da área total em uma região extremamente vulnerável em sua fauna e flora, na proteção dos ecossistemas.



Esta região está inserida na Bacia Hidrográfica do Baixo Iguaçu, a divisa norte da mesorregião é delimitada pelo Rio Iguaçu. Os demais arroios e afluentes da região desaguam no Rio Iguaçu, seguindo da região sul para o norte.

FIGURA 4: HIDROGRAFIA DA MESORREGIÃO SUDOESTE



Fonte: IPARDES, 2004.

Do ponto de vista geográfico, trata-se de uma região com solo fértil, potencial hidráulico, localizada numa região de fronteiras e que apresenta diversas belezas naturais. Sua ocupação e desenvolvimento econômico baseiam-se na agricultura e potencial elétrico. Apresentando índices socioeconômicos em média maiores que o restante do estado.

A região é a segunda menos populosa do Paraná, sendo 4,9% da população estadual. O Sudoeste é a segunda mesorregião menos urbanizada no Paraná. A região teve auge da ocupação urbana entre as décadas de 1950 e 1960, influenciada pelos imigrantes vindos de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, como aconteceu com a fundação e ocupação de Marreleiro.

O Sudoeste caracteriza-se fundamentalmente como reduto da produção da agricultura familiar, mesmo estando passando por uma mudança na sua base produtiva com novas práticas de cultivo, sobretudo da soja e a modernização da agricultura a partir dos anos 80.

Ainda assim, segundo o IPARDES, até 2004, apenas 2,7% das fazendas possuíam mais que 100 ha. Essa dinâmica se explica pela presença de terras férteis em regiões com terreno acidentado, que dificulta a mecanização da agricultura. Fatores que se somam à

própria base formativa da demografia regional, famílias de agricultores vindas do Sul que ali se instalaram.

FIGURA 5: MAPA COM OS PRINCIPAIS ACESSOS RODOVIÁRIOS DA REGIÃO E ENTORNO



Fonte: DER, 2010.

O recorte do Rio Iguaçu e a presença dos afluentes em terreno com alta declividade favorece a produção hidroelétrica através das usinas de Salto Caxias, Salto Osório e Salto Santiago.

Atualmente, a região passa por um estágio de transição demográfica com áreas sendo urbanizadas. O acesso rodoviário ao município se dá a partir de Renascença é feito pela BR-280.

O município abriga dois rios que conformam as divisas municipais longitudinalmente. O rio Marmeleiro a leste e o rio Marrecas a leste (Figura 6). Tanto o rio Marmeleiro, quanto o

rio Marrecas desaguam no rio Santana que segue norte e desagua no Rio Chopim, importante afluente do rio Iguaçu.

FIGURA 6: RIO MARMELEIRO E RIO MARRECAS



Fonte: OPENSTREETMAP, 2019.

### 2.2.5 Características gerais

Segundo a Prefeitura a economia do município é estritamente voltada para a agricultura e a pecuária e mesmo as indústrias e empresas são direcionadas, em sua maioria, ao agronegócio.

Os principais produtos industriais são integrados aos setores de: alumínio, metalúrgica, confecção vestuária, automotivo, plástico, madeira e fabricação moveleira.

No comércio os principais geradores de emprego são o varejo e os transportes, envolvendo atividades de: compra e venda de veículos, postos de combustíveis, oficinas mecânicas, assistência técnica especializada e representação comercial.

Segundo dados do IBGE a área total do Município é de 387,88 km<sup>2</sup> com a população

estimada para o ano de 2018 no município de Marmeleiro é de 14.346 pessoas que ocupam o território em uma densidade demográfica de 35,88 hab/km<sup>2</sup> (CENSO 2010) mas que se estima ter aumentado para 36,98 hab/km<sup>2</sup> segundo a nova projeção habitacional. Como é possível ver na figura abaixo a população rural do município é menor que a população urbana, segundo os setores censitários definidos.

TABELA 1: POPULAÇÃO TOTAL, POR GÊNERO E RURAL/URBANA

POPULAÇÃO	POPULAÇÃO (1991)	% DO TOTAL (1991)	POPULAÇÃO (2000)	% DO TOTAL (2000)	POPULAÇÃO (2010)	% DO TOTAL (2010)
POPULAÇÃO TOTAL	14.540	100,00	13.665	100,00	13.900	100,00
POPULAÇÃO RESIDENTE MASCULINA	7.448	51,22	6.870	50,27	6.909	49,71
POPULAÇÃO RESIDENTE FEMININA	7.092	48,78	6.795	49,73	6.991	50,29
POPULAÇÃO URBANA	5.763	39,64	7.168	52,46	8.824	63,48
POPULAÇÃO RURAL	8.777	60,36	6.497	47,54	5.076	36,52

Fonte: Atlas Brasil, 2013.

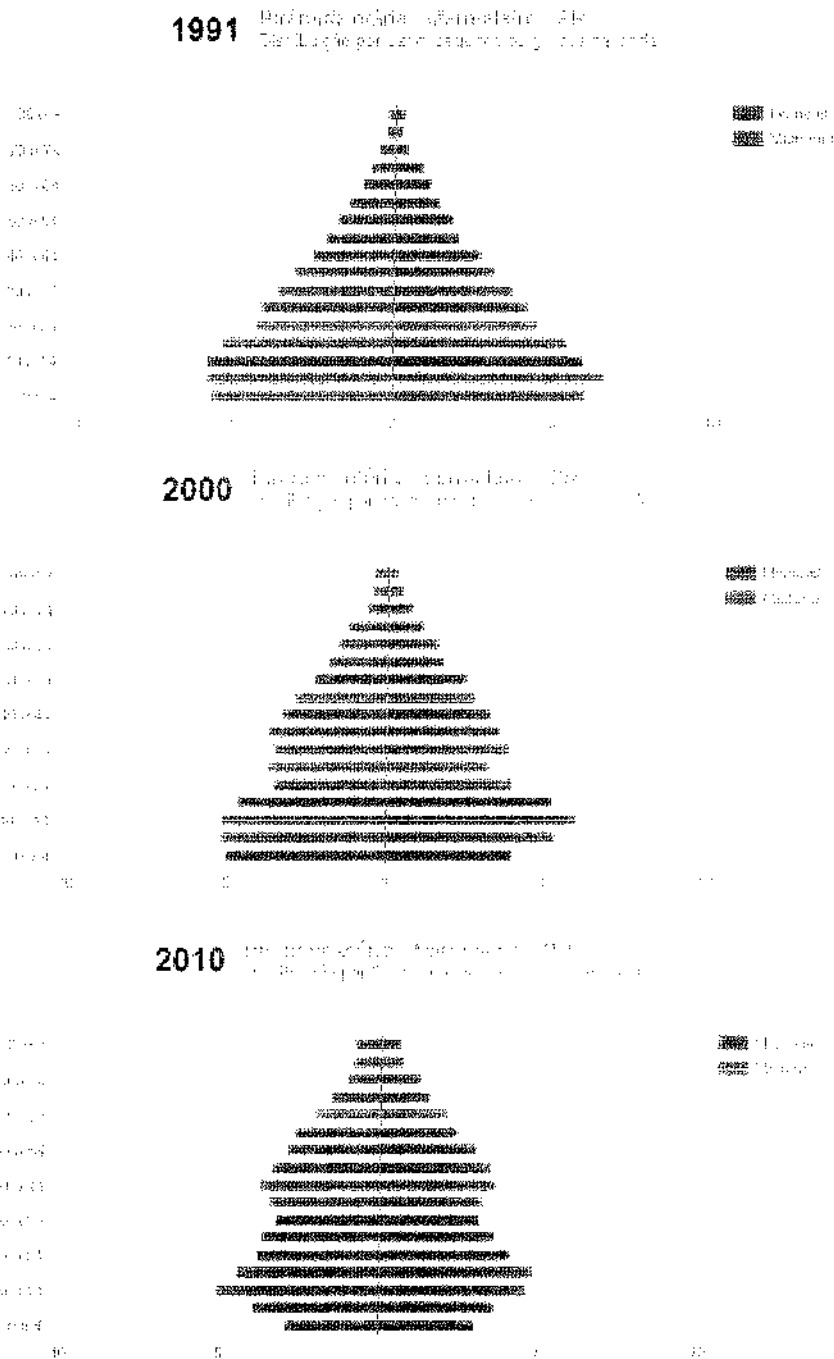
A pirâmide etária da população tem sido alterada ao longo dos últimos 20 anos, seguindo o padrão brasileiro e paranaense, como mostra a figura a seguir. A base da pirâmide está ficando mais estreita o que indica uma redução no número de crianças e jovens e o topo está se alargando, indicando o envelhecimento da população com aumento do número de idosos.

*Handwritten mark*

*Handwritten signature*

*Handwritten mark*

**FIGURA 7: EVOLUÇÃO DA PIRÂMIDE ETÁRIA NO MUNICÍPIO**

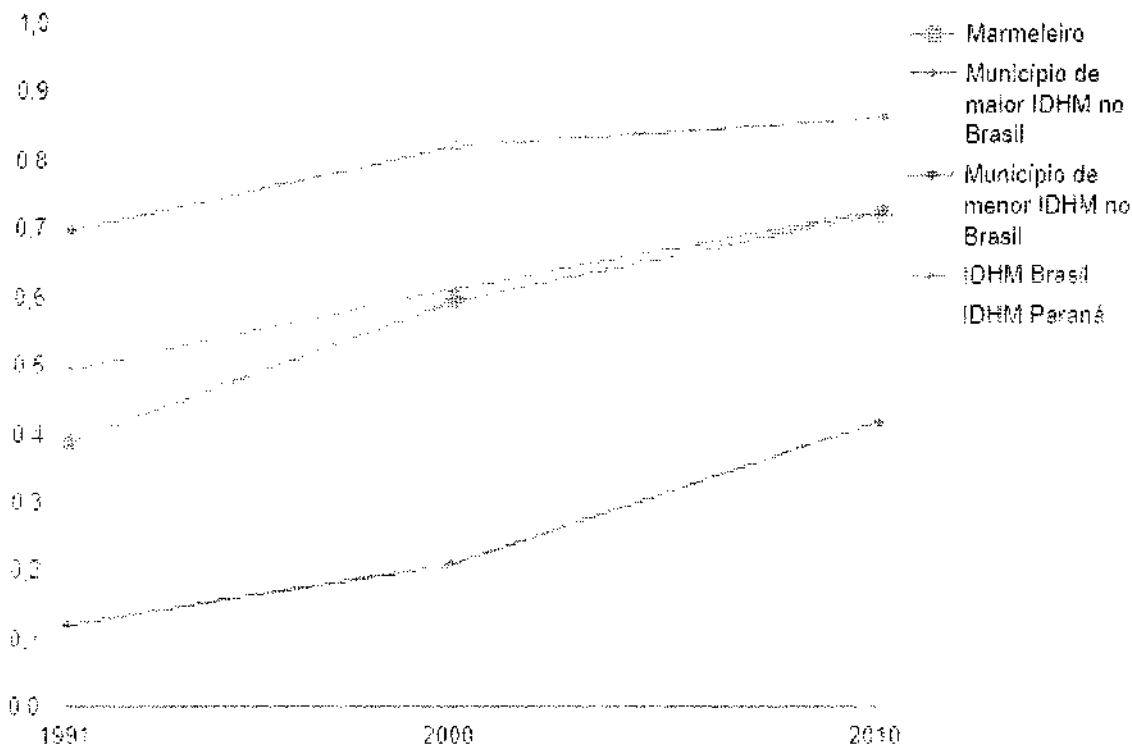


Fonte: Atlas Brasil, 2013.

Ainda segundo o Censo (2010) o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) da cidade tem apresentado crescimento positivo desde 1991, como aponta o gráfico abaixo e registrou no último levantamento uma marca de 0,722, sendo o de Curitiba de 0,823. No estado a média do IDH atinge o valor de 0,790. O crescimento, portanto, foi significativo nos

últimos 20 anos e mais que dobrou, já que o IDHM registrado para o ano de 1991 era 0,388 e nos anos 2000 0,594.

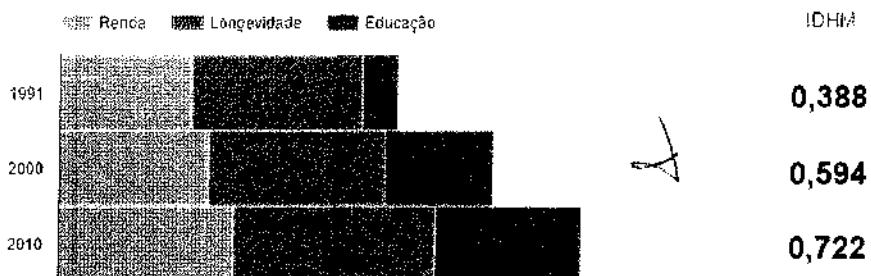
GRÁFICO 1: EVOLUÇÃO DO IDHM NO MUNICÍPIO



Fonte: Censo, 2010.

Segundo dados do Relatório Mundial de Desenvolvimento Humano de 2014 a média brasileira é de 0,755. Marmeleiro, foge da lógica regional dos municípios do interior e apresenta IDHM de valor alto, pois está acima de 0,700.

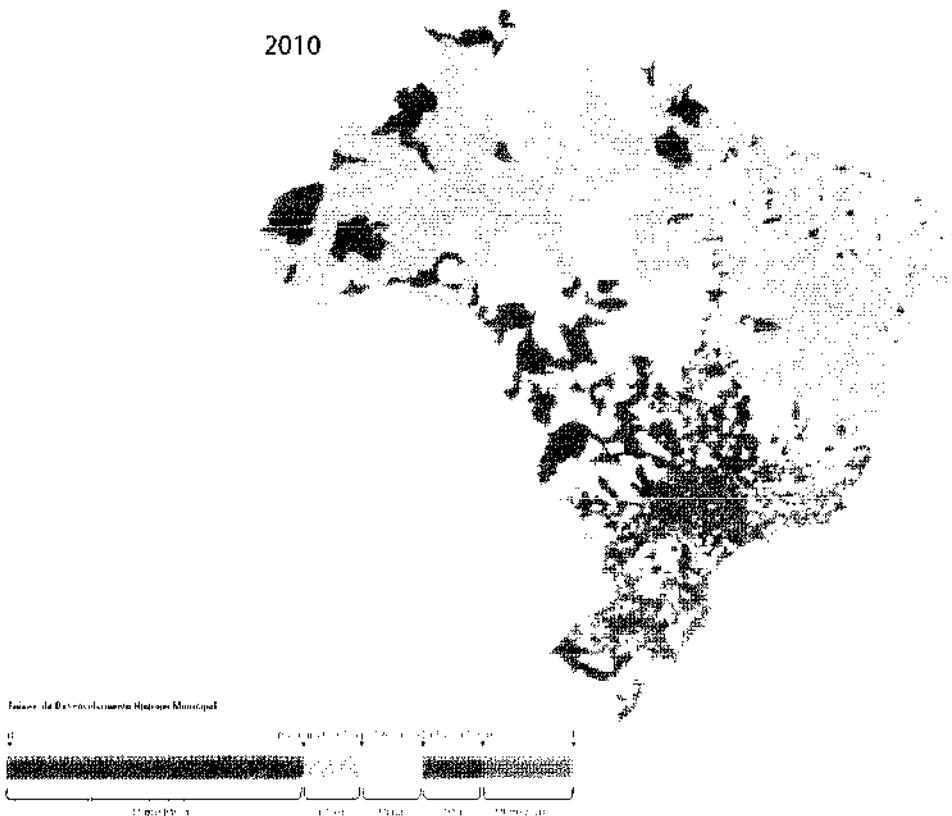
GRÁFICO 2: IDHM DE MARMELEIRO POR SETOR ANALISADO



Fonte: Censo, 2010.

Na análise do item por setor compositivo – renda, longevidade e educação – percebe-se que o item que teve maior acréscimo no índice influenciando positivamente seu crescimento é o item de educação. Como citado anteriormente o IDHM no município está acima de diversos municípios brasileiros e acompanha a média paranaense. De forma geral, no Paraná os municípios do centro-sul apresentam IDHM médio e os demais apresentam IDHM alto, é nesta parcela de municípios que se encontra Marmeleiro.

FIGURA 8: FAIXAS DO IDHM NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS



Fonte: Atlas IDHM, 2013.

A taxa de mortalidade infantil, outro importante indicador social, apresenta-se em queda relevante e reduziu quase em três vezes. A mortalidade até os 5 anos de idade também teve queda de 60%. A esperança de viver ao nascer, no mesmo período analisado, subiu mais de 7 anos. Enquanto a taxa de fecundidade total decaiu em 1.3.

O nível de escolaridade da população apresenta melhora (Gráfico 3), como indica o IDHM. No período de 1991 a 2010 a porcentagem de moradores com ensino superior completo mais que triplicou, enquanto o número de analfabetos apresentou queda. No

*[Handwritten mark]*

*[Handwritten signature]*

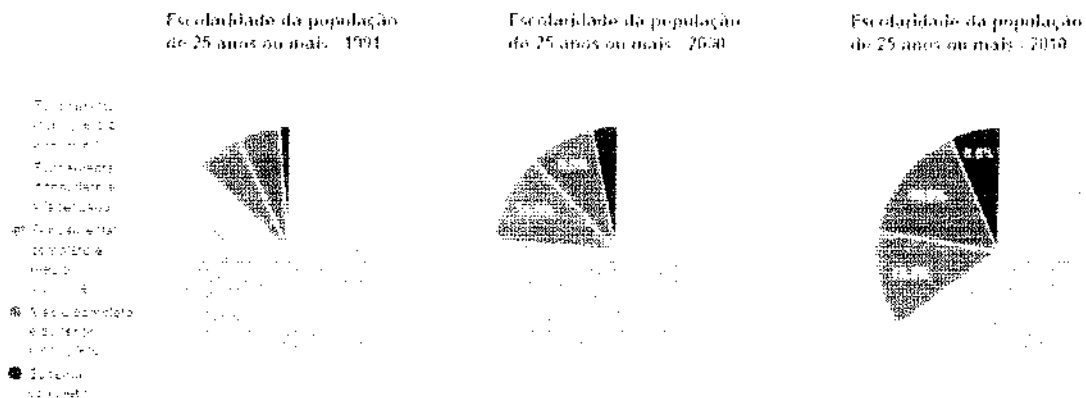
entanto, ainda chama atenção a grande parcela formada por habitantes com ensino fundamental incompleto, que, mesmo com a redução, chega à 54,3% da população.

TABELA 2: LONGEVIDADE, MORTALIDADE E FECUNDIDADE

	1991	2000	2010
Esperança de viver ao nascer	67,8	69,4	75,5
Mortalidade Infantil	30,9	28,3	12,0
Mortalidade até 5 anos de idade	35,6	32,9	14,1
Taxa de fecundidade total	3,1	3,0	1,8

Fonte: Atlas Brasil, 2013.

GRÁFICO 3: GRAU DE ESCOLARIDADE POR FAIXA ETÁRIA



Fonte: Censo, 2010.

No que tange a vulnerabilidade social da população os dados referentes à vulnerabilidade de crianças e jovens apresentam melhora. A taxa de crianças fora da escola teve decréscimo em todas as faixas etárias e a taxa de crianças e jovens que desempenham alguma atividade apesar de alta também apresentou queda.

No entanto, a porcentagem de mães adolescentes tem crescido substancialmente nos últimos 20 anos. No quesito família os dados seguem esta mesma linha; o número de mães sem ensino fundamental e que são chefes de família têm crescido de forma preocupante.

A porcentagem de crianças extremamente pobres decaiu mais que 30%, a porcentagem de vulneráveis e dependentes idosos também têm decaído e é quase nula. Os números relativos à vulnerabilidade dos habitantes em relação à pobreza tiveram um decréscimo de 67%, enquanto as condições de moradia apresentaram considerável melhora.



**TABELA 3: VULNERABILIDADE SOCIAL CRIANÇAS E JOVENS**

	1991	2000	2010
% de crianças de 0 a 5 anos fora da escola	-	86,14	60,00
% de crianças de 6 a 14 anos fora da escola	25,39	6,71	1,96
% de pessoas de 15 a 24 anos que não estudam, não trabalham e são vulneráveis, na população dessa faixa	-	9,79	5,55
% de mulheres de 10 a 17 anos que tiveram filhos	1,70	1,31	2,86
Taxa de atividade - 10 a 14 anos	-	31,95	30,05

**FAMÍLIA**

% de mães chefes de família sem fundamental e com filho menor, no total de mães chefes de família	6,44	11,08	16,19
% de vulneráveis e dependentes de idosos	4,87	2,23	0,31
% de crianças extremamente pobres	36,43	24,27	4,65

**TRABALHO E RENDA**

% de vulneráveis à pobreza	74,76	53,66	24,26
% de pessoas de 18 anos ou mais sem fundamental completo e em ocupação informal	-	52,34	42,98

**CONDIÇÃO DE MORADIA**

% da população em domicílios com banheiro e água encanada	58,52	75,81	95,34
---	-------	-------	-------

Fonte: Atlas Brasil, 2013.

A precariedade habitacional da população de Prudentópolis tem sofrido melhoras significativas ao longo dos últimos anos, entre 1991 e 2010 os itens coleta, energia elétrica e água encanada apresentam-se com mais de 90% dos da população residente em domicílios atendidos por estas infraestruturas.

**TABELA 4: INDICADORES DE PRECARIIDADE HABITACIONAL NO MUNICÍPIO**

	1991	2000	2010
% da população em domicílios com água encanada	62,48	87,05	92,57
% da população em domicílios com energia elétrica	79,14	94,46	98,13
% da população em domicílios com coleta de lixo	77,14	96,37	98,23

Fonte: Atlas Brasil, 2013.

### 3 PLANO DE TRABALHO

---

O Plano Diretor Municipal (PDM) do município de Marmeleiro será desenvolvido a partir de 4 (quadro) macro fases para abordagem e desenvolvimento do trabalho. Essas fases foram estabelecidas pelo próprio termo de referência do PDM, sendo assim, a consultoria as utilizará e complementarará com atividades, pesquisas, formulários entre outros meios para que alcancem o desenvolvimento da Revisão do Plano Diretor Municipal em sua totalidade.

Na Figura 9, estão descritas quais são as fases e a sequência a serem seguidas, mais abaixo consta a descrição do que será realizado em cada uma.

FIGURA 9: FIGURAS ESQUEMÁTICAS DAS PRINCIPAIS ETAPAS DE ELABORAÇÃO DO PLANO

**1ª FASES - MOBILIZAÇÃO**

**2ª FASES -- ANÁLISE TEMÁTICA INTEGRADA**

**3ª FASES -- DIRETRIZES E PROPOSTAS PARA UMA CIDADE SUSTENTÁVEL**

**4ª FASES -- PLANO DE AÇÃO E INVESTIMENTO (PAI) E INSTITUCIONALIZAÇÃO DO PDM**

Fonte: Elaborado por ECOTÉCNICA, 2019.

Vale ressaltar que em cada fase de cumprida a ECOTÉCNICA entregará um relatório, ou produto, contendo os itens estabelecidos no termo de referência deste PDM. Sendo que, os produtos preliminares de cada fase passam por uma supervisão dos próprios agentes fiscalizadores antes de serem aceitos os produtos definitivos.

Nos próximos subitens serão explicadas algumas configurações já estabelecidas pelo termo de referência (TR), apresenta-se a também a sequência de reuniões, oficinas e audiências a serem seguidas durante os percursos das fases.

A elaboração dos trabalhos contará com a participação **Equipe Técnica Municipal (ETM)**, **Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano (CMDU)**, **Grupo de Acompanhamento (GA)**, representantes do poder legislativo, população e associações representantes da comunidade.

Para este processo, a equipe de consultoria, sugere que durante o processo seja incluído nas discussões membros de entidades, instituições pertinentes ao tema e a sociedade civil organizada.

As fases estão bem abastecidas em quantidade e finalidade próprias, proporcionando

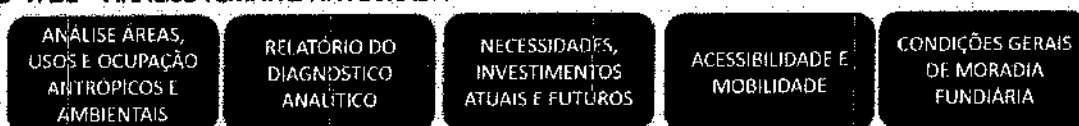
a qualidade dos assuntos discutidos entre os grupos participantes e a equipe técnica, com o adequado acompanhamento do trabalho e devidas discussões para a retirada das dúvidas e questionamentos. Na Figura 10, pode-se ter maior entendimento das fases e seus objetivos.

FIGURA 10: FIGURAS ESQUEMÁTICAS DAS ETAPAS E OBJETIVOS CONFORME AS FASES.

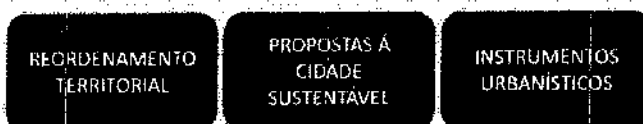
**1ª FASE - MOBILIZAÇÃO**



**2ª FASE – ANÁLISE TEMÁTICA INTEGRADA**



**3ª FASE – DIRETRIZES E PROPOSTAS PARA UMA CIDADE SUSTENTÁVEL**



**4ª FASE – PLANO DE AÇÃO E INVESTIMENTOS (PAI) E INSTITUCIONALIZAÇÃO DO PDM**



Fonte: Elaborado por ECOTECNICA, 2019.

### 3.1 DETALHAMENTO DAS FASES

#### 3.1.1 1º FASE - Mobilização

A primeira fase se resume a consultoria elaborar e apresentar o cronograma físico do decorrer do trabalho, em acordo com o termo de referência, com detalhes em relação a fases, itens, participantes, datas de entrega dos produtos, reuniões entre outras características. Apresentar os métodos que serão utilizados no desenvolvimento do trabalho assim como suas abordagens e objetivos. Avaliar o planejamento e a gestão urbana do município em relação as entidades representantes relacionadas ao tema citado assim como, suas leis urbanísticas.

A ECOTÉCNICA para dar início aos serviços também contempla as seguintes atividades internas:

- **Mobilização da equipe técnica** – atividade que se refere à comunicação, mobilização e preparo da equipe junto à coordenação geral e adjunta para a realização dos trabalhos, incluindo ajustes formais, administrativos, operacionais e logísticos. A estratégia de trabalho estará pautada no entrosamento de equipes multidisciplinares, interdisciplinares e transdisciplinares, compostas por profissionais de diversas especialidades e áreas do conhecimento, que apesar de terem funções, papéis e competências diferentes estarão alinhados a partir de uma coordenação geral e adjunta e sucessivamente pelas coordenações técnicas e setoriais do trabalho.
- **Preparo inicial** – atividade interna relacionada à coleta de dados secundários e informações gerais relativas ao município e região, alvo do estudo, para entendimentos mais amplos e estruturação dos trabalhos a serem desenvolvidos ao longo do Plano. Corresponde também ao preparo e comunicações a outras instituições e entidades intervenientes nos trabalhos (parceiros, instituições vinculadas, entre outros);
- **Nivelamento das informações** – atividade interna da equipe técnica de trabalho que compreende o estabelecimento de padrões de qualidade, dos requisitos mínimos, esclarecimentos detalhados sobre a abrangência do trabalho a ser desenvolvido; detalhamento de todos os procedimentos e métodos que serão adotados no decorrer dos serviços, para cada uma das áreas temáticas consideradas, bem como para os projetos específicos. Tal detalhamento será fundamental para as avaliações correspondentes ao tempo

necessário para a consecução das atividades de cada área, materiais, interações com outros profissionais, definição de necessidades logísticas, padrões de levantamentos, processamentos e análises. A partir deste detalhamento será obtida a base do plano de trabalho definitivo, bem como um *check-list* de necessidades para cada um dos e temas considerados.

- **Reunião técnica de início dos trabalhos** - Após a definição e criação da ETM a Equipe Técnica da ECOTECNICA fará uma reunião com a equipe as equipes do município (Conselho da Cidade e ETM) para nivelamento das formas de conduta e procedimentos gerais de atuação de ambas as equipes. Ainda deverá ser discutido e validado o Plano de Trabalho, contemplando a metodologia de execução das atividades; as estratégias do processo participativo e de legitimidade do Plano e estudos; cronograma físico e definições de elementos de apoio, no qual a ETM deverá apontar os ajustes necessários. Nesta reunião deverão ser definidas as estratégias para a criação ou complementação dos grupos de trabalho e dos Seminários e Audiências Públicas e a realização das oficinas e demais reuniões técnicas.
- **Criação dos Grupos de e-mail e Servidor Virtual** - O principal meio de troca de informações e conhecimento entre as equipes de trabalho será um canal virtual "grupos de e-mail" (<http://groups.google.com>), a ser criado especificamente para troca de informações e para facilitar e agilizar as discussões, tendo o papel fundamental de informar e sincronizar os entendimentos e trocas de dados. Será um importante mecanismo de monitoramento e acompanhamento da elaboração das etapas do Plano pelo coordenador geral/adjunto, o qual irá proceder à atualização constante da Agenda de Trabalho Detalhada a ser enviada aos técnicos quinzenalmente. Outra ferramenta de trabalho será o servidor virtual, que em um mecanismo para hospedar os arquivos das diversas especialidades técnicas, permitindo que em tempo real qualquer técnico possa acessar qualquer documento da especialidade desejada, possibilitando a visão sistêmica e integrada dos assuntos, tornando assim, as análises mais ricas. O servidor virtual definido será o 4Shared (espécie de HD virtual), com capacidade de 10 GB (suficiente para hospedagem de arquivos personalizados, incluindo todos os textos, planilhas, imagens, fotografias, mapas, vídeos e áudio). Será criada uma pasta para cada tema/especialidade e o profissional, a partir de uma senha

disponibilizada pelo coordenador, deverá salvar seus arquivos frequentemente, sempre que fizer alterações ou atualizações.

Também serão executadas atividades configurações já estabelecidas pelo Termo de Referência (TR), como a realização de reuniões, oficinas e audiências a serem seguidas durante o percurso desta fase.

- Uma Reunião técnica na assinatura do contrato de prestação de serviços. O responsável pela supervisão é do PARANACIDADE e são necessário os participantes da equipe da consultoria e ETM e CMDU/GA.
- Duas Reuniões técnicas de capacitação: necessário a consultoria apresentar o cronograma físico e transmitir os conhecimentos no que concerne a metodologia de trabalho, métodos e técnicas para avaliação do desempenho do planejamento e gestão urbana do município, métodos e técnicas para realização da Oficina "Leitura Técnica". Os responsáveis são a equipe da consultoria e os participantes são os representantes da ETM e CMDU/GA.
- Duas Reuniões preparatória. Definir formulários e amostra de pesquisa para avaliação do desempenho do planejamento e gestão urbana do município; organizar e complementar os dados e informações solicitados para a realização das atividades da 1ª Fase. Os responsáveis são a equipe da consultoria e os participantes são os representantes da ETM.
- Uma Oficina "Leitura Técnica" - "Avaliação do desempenho do planejamento e gestão urbana do município". Análise dos dados e informações de modo a avaliar o desempenho do planejamento e gestão urbana do município. Os responsáveis são a equipe da consultoria e os participantes são os representantes da ETM, representantes do poder executivo, membros do CMDU/GA, representantes do poder legislativo e representante do Ministério Público.
- Uma Audiência Pública - "Convocação da população, associações representativas dos vários segmentos da comunidade, CMDU/GA e poder

legislativo para participação do processo de revisão do Plano Diretor Municipal". Informar o início, motivos, cronograma, os métodos e técnicas previstas, e debater as questões relativas ao processo de revisão do PDM.

Os responsáveis são a equipe da consultoria e os participantes são os representantes da ETM, do poder executivo, membros do CMDU/GA, representantes do poder legislativo e representante do Ministério Público, população e associações representativas dos vários segmentos da comunidade;

- Uma Reunião técnica de capacitação. Capacitar o GA instituído na 1ª Audiência Pública de forma a garantir seu nivelamento de conhecimentos para as atividades desenvolvidas e produtos elaborados na 1ª Fase do presente Termo de Referência.

Os responsáveis são a equipe da consultoria e os participantes são os representantes da ETM e CMDU/GA.

- Uma Reunião técnica de consolidação. Ajustar as análises e respectivos documentos relativos às atividades em decorrência da Audiência Pública. Os responsáveis são a equipe da consultoria e os participantes são os representantes da ETM.

- Uma Reunião de coordenação. Avaliar o andamento das atividades e eventos realizados na 1ª Fase e definir, se necessário, ajustes nos procedimentos adotados para a 2ª Fase.

Os responsáveis são a equipe da consultoria e os participantes são os representantes da ETM.

*[Handwritten mark]*

*[Handwritten signatures]*

### 3.1.2 2º FASE – Análise temática

A segunda fase aborda a análise do diagnóstico do município, ênfase para as áreas aptas e inaptas para uso e ocupação antrópicas e principalmente a situação das áreas urbanas já consolidadas e as áreas de expansão urbana em acordo com as restrições ambientais e das infraestruturas e equipamentos e serviços públicos, bens necessários para a qualidade de vida. Adequação da capacidade de suporte, atendimentos e distribuição espacial atual e futuras e de soluções específicas e suas viabilidades de investimentos. Condições gerais de moradia e fundiárias, direito a terra urbana.

Outros pontos importantes são em relação a acessibilidade e a mobilidade, sua adequação atual e futura: do sistema viário básico, transporte coletivo, deslocamento de pedestre, cargas e serviços. Vale ressaltar que é necessário ter ciência da capacidade de investimentos que o município possa arcar para realizar essas melhorias. Os conselhos existentes relacionados de maneira direta ou indireta aos temas mencionados a cima são necessários verificar sua estrutura, funcionamento, atribuições, composição e possíveis oportunidades de unificação. Além de alcançar os objetivos expressos anteriormente, deve-se principalmente buscar alcançar um cidade sustentável definindo objetivos, diretrizes e propostas.

Uma das bases utilizadas para a elaboração dos diagnósticos analíticos será o ZEE-PR e PDM atual, o qual configura-se como um instrumento estratégico de planejamento regional e gestão territorial que compreende aspectos ambientais, e socioeconômicos e suas inter-relações. Esses estudos servem como subsídio para negociações democráticas entre os órgãos governamentais, o setor privado e a sociedade civil sobre um conjunto de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento sustentável.

Além dos dados em âmbito federal e estadual, serão igualmente analisadas informações em escala municipal como o Plano Diretor atual, o Plano de Habitação (mesmo que parcial), Saneamento (mesmo parcial) e outros, elaborados para o município, conforme legislações pertinentes.

De posse de todos os subsídios técnicos será elaborado o Diagnóstico Analítico, considerando cinco grandes eixos, quais sejam: **ambiental; social e cultural; urbanismo e infraestrutura; institucional e econômico**, conforme Quadro 1.



QUADRO 1: DESCRIÇÃO DOS TEMAS ABORDADOS POR EIXOS

EIXOS	DESCRIÇÃO DOS TEMAS
<b>AMBIENTAL</b>	<p><b>Climatologia:</b> ar, ventos e precipitações, temperatura.  <b>Fonte de Dados:</b> Base de Dados MINEROPAR, Águas Paraná, Zoneamento Ecológico Econômico do Estado, Plano Estadual de Recursos Hídricos, Instituto Nacional de Meteorologia entre outros;  <b>Geologia:</b> processos erosivos naturais; capacidade de armazenamento d'água; interpretação geotécnica (expansão de áreas urbanas, área de empréstimo, disposição de resíduos); correlações entre as unidades litoestratigráficas e os tipos de solos resultantes da alteração de suas rochas e outros.  <b>Fontes de informações:</b> Atlas da MINEROPAR; SANEPAR, Mapas do Estado do Paraná; Plano Estadual de Recursos Hídricos, Base de Dados Geográficos do Município, PDM de Marmeleiro, Zoneamento Ecológico Econômico do Estado e verificações de campo.  <b>Geomorfologia:</b> domínios morfoestruturais, regiões geomorfológicas, unidades geomorfológicas, grau de dissecação horizontal e vertical, amplitude altimétrica e declividades, avaliação da ação dos processos geomorfológicos vigentes (morfodinâmica), entre outros.  <b>Fontes de informações:</b> Atlas da MINEROPAR; SANEPAR, Mapas do Estado do Paraná; Plano Estadual de Recursos Hídricos, Zoneamento Ecológico Econômico do Estado, PDM de Marmeleiro, Base de Dados Geográficos do Município e verificações de campo.  <b>Solos:</b> classificação dos solos (nomenclatura Sistema Brasileiro de Classificação de Solo da EMBRAPA), entre outros.  <b>Fontes de informações:</b> Atlas da MINEROPAR; SANEPAR, Mapas do Estado do Paraná; Zoneamento Ecológico Econômico do Estado, PDM de Marmeleiro, Base de Dados Geográficos do Município e verificações de campo.  <b>Hidrografia e Recursos Hídricos:</b> bacias hidrográficas e sub-bacias, potencial hídrico, uso e qualidade da água para fins energéticos, transportes, irrigação, pastagens e abastecimento público.  <b>Fontes de informações:</b> Atlas da MINEROPAR; SANEPAR, Mapas do Estado do Paraná; Zoneamento Ecológico Econômico do Estado, Plano Estadual de Recursos Hídricos, Base de Dados Geográficos do Município e verificações de campo.  <b>Vegetação:</b> estágios de sucessão de formações vegetais; fitofisionomias; lista de espécies vegetais; status e endemismo; espécies notáveis (novas, raras, vulneráveis, em perigo e/ou ameaçadas de extinção) e espécies invasoras; áreas com expressiva diversidade florística; tipos de pressões exercidas sobre a flora; estado atual da proteção e conservação dos recursos ambientais; corredores ecológicos.  <b>Fontes de informações:</b> Atlas da MINEROPAR; SANEPAR, Mapas do Estado do Paraná; Base de Dados Geográficos do Município e verificações de campo; Estudos ambientais em Unidades de Conservação e áreas prioritárias; SEMA, IAP; Mapeamento das Regiões Fitoecológicas e Inventário Florestal do Estado; Programa Estadual de Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade, PDM de Marmeleiro, Zoneamento Ecológico Econômico do Estado, entre outros;  <b>Áreas prioritárias para Conservação:</b> seleção de ambientes segundo critérios de representatividade e vulnerabilidade ambiental.  <b>Fontes de informações:</b> MMA, Instituto Chico Mendes, Atlas da MINEROPAR; SANEPAR, Mapas do Estado do Paraná; Base de Dados Geográficos do Município e verificações de campo; Estudos ambientais em Unidades de Conservação e áreas prioritárias; SEMA, IAP; PDM de Marmeleiro, Mapeamento das Regiões Fitoecológicas e Inventário Florestal do Estado; Programa Estadual de Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade, Zoneamento Ecológico Econômico do Estado, Plano Estadual de Recursos Hídricos entre outros;  <b>Uso do Solo:</b> agricultura, pecuária, agropecuária, extrativismo mineral e vegetal, áreas especiais e áreas urbanizadas, áreas florestadas; com vegetação rasteira; solo exposto.  <b>Fontes de informações:</b> SANEPAR, PDM de Marmeleiro, Mapas do Estado do Paraná; Base Cartográfica Digital do Município; Base de Dados Geográficos, PDM de Marmeleiro, Zoneamento Ecológico Econômico do Estado, e verificações de campo, entre outros;  <b>Aptidão agrícola:</b> classificação das unidades de solo; características do solo (deficiência de fertilidade, deficiência de água, excesso de água ou deficiência de oxigênio, susceptibilidade à erosão e impedimentos à mecanização); potencial dos solos (para lavoura, para pastagem plantada, para silvicultura ou pastagem natural, para proteção e conservação e inaptas para os usos citados); cobertura e uso da terra e níveis de manejo.  <b>Fontes de informações:</b> EMATER, EMBRAPA, IAPAR, Atlas da MINEROPAR; SANEPAR, Mapas do Estado do Paraná; Base Cartográfica Municipal; Base de Dados Geográficos e verificações de campo; Estudos ambientais em Unidades de Conservação e áreas prioritárias; SEMA; Mapeamento das Regiões Fitoecológicas e Inventário Florestal do Estado; Programa Estadual de Conservação e</p>

Uso Sustentável da Biodiversidade, PDM de Marmeleiro, Zoneamento Ecológico Econômico do Estado, entre outros;

**Infraestrutura:** de transportes (rodoviária, ferroviária, hidroviária, portos e aeroportos); de energia (grandes empreendimentos energéticos, hidrelétricas, linhas de transmissão) e de saneamento (abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem e resíduos)

**Fontes de informações:** Plano Nacional de Logística de Transportes (PNLT), Zoneamento Ecológico Econômico do Estado, PDM de Marmeleiro, Zoneamento Ecológico Econômico do Estado, DNIT, DER, ANAC, ALL/RHUMO entre outros.

**Planos e Programas Ambientais existentes ou em andamento;**

MMA, Instituto Chico Mendes, Planos Metropolitanos, estratégicos regionais para Infra estrutura, Planos de Prevenção e Contingência contra desastres naturais existentes ou em andamento, entre outros;

**Fontes de informações:** Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado, Prefeitura Municipal, Ministério de Ciência e Tecnologia, PDM de Marmeleiro, Secretarias de Estado, SANEPAR, SEMA, entre outros;

**Potencial Turístico:** aspectos culturais, históricos e naturais

**Fontes de informações:** Plano Nacional de Turismo, Anuário Estatístico do Estado, Base de Dados Geográficos do Estado, PDM de Marmeleiro, Zoneamento Ecológico Econômico do Estado, Plano Estadual de Turismo, PRODETUR, ECOPARANÁ, PARANA TURISMO, entre outros.

**Equipamentos Públicos e seus sistemas:** sistema de saúde, estrutura de educação, sistema de assistência social;

**Fontes de informações:** Prefeitura Municipal e PDM de Marmeleiro

Densidade populacional

Renda per capita

Perfil da população e suas identidades locais

Processos históricos de formação das cidades e comunidades

Identificação e caracterização da população tradicional,

**Fontes de informações:** Anuário Estatístico do Estado; Censo Demográfico do IBGE; PDM de Marmeleiro, Zoneamento Ecológico Econômico do Estado.

**Rede Urbana e Áreas e Influência das Principais cidades:** hierarquia e grau de interdependência entre os municípios; fluxos de pessoas e mercadorias.

**Fontes de informações:** Anuário Estatístico do Estado, PDM de Marmeleiro, Zoneamento Ecológico Econômico do Estado, PDM de Marmeleiro, Zoneamento Ecológico Econômico do Estado e IBGE.

**Condições de vida:** indicadores de saúde; expectativa de vida; grau de escolaridade; mercado de trabalho (emprego e renda).

**Fontes de informações:** Anuário Estatístico do Estado; Censo Demográfico do IBGE; Atlas de Desenvolvimento Humano (PNUD), Prefeitura Municipal PDM de Marmeleiro, Zoneamento Ecológico Econômico do Estado.

**Uso e ocupação do solo;**

**Parcelamentos e suas interfaces com o meio ambiente;**

**Habitação (distribuição, principais características, acesso da população);**

**Imóveis subutilizados e vazios urbanos existentes,**

**Mobilidade e transporte,**

**Acessibilidade,**

**Equipamentos e serviços urbanos,**

**Elementos do patrimônio e áreas públicas,**

**Aspectos da infraestrutura (sistema de saneamento ambiental - rede de abastecimento de água, rede de coleta e tratamento de efluentes doméstico, drenagem urbana e destinação dos resíduos sólidos),**

**Distribuição de energia e iluminação pública, gás, etc.**

**Fontes de informações:** Anuário Estatístico do Estado; Censo Demográfico do IBGE; Atlas de Desenvolvimento Humano (PNUD), Prefeitura Municipal, PDM de Marmeleiro, Zoneamento Ecológico Econômico do Estado, IAP;

SOCIAL E  
CULTURAL

URBANISMO E  
INFRAESTRUTURA

NT  
ITI

MMA, Instituto Chico Mendes,

Plano Diretor, Zoneamentos e perímetros urbanos; Lei Orgânica;

Unidades de Conservação instituídas;

**ECONÔMICO**

Piano de Habitação de Interesse Social (leis e fundos);  
Plano Municipal de Saneamento Básico  
Reservas Legais (situações gerais)  
Terras Públicas e Devolutas  
Conselhos de Políticas Públicas (de Habitação de Interesse Social, Ambiental, Saneamento Básico, de Desenvolvimento Rural, da Cidade, entre outros)  
Consórcios Convênios, PPA, LDO e LOA municipal.  
Análise simplificada das capacidades de pagamento e endividamento de cada município;  
**Fontes de informações:** levantamentos de áreas já consolidadas ou em processo de consolidação (execução, previsão de elaboração). Prefeitura Municipal, Secretarias Estaduais; Ministério do Meio Ambiente; INCRA; FUNAI; Fundação Cultural Palmares; Anuário Estatístico do Estado; Base Cartográfica Digital Contínua do Estado entre outros.

**Setores produtivos:** atividades agropecuária, madeireira, minerária, siderúrgica, comércio, serviço e indústrias.

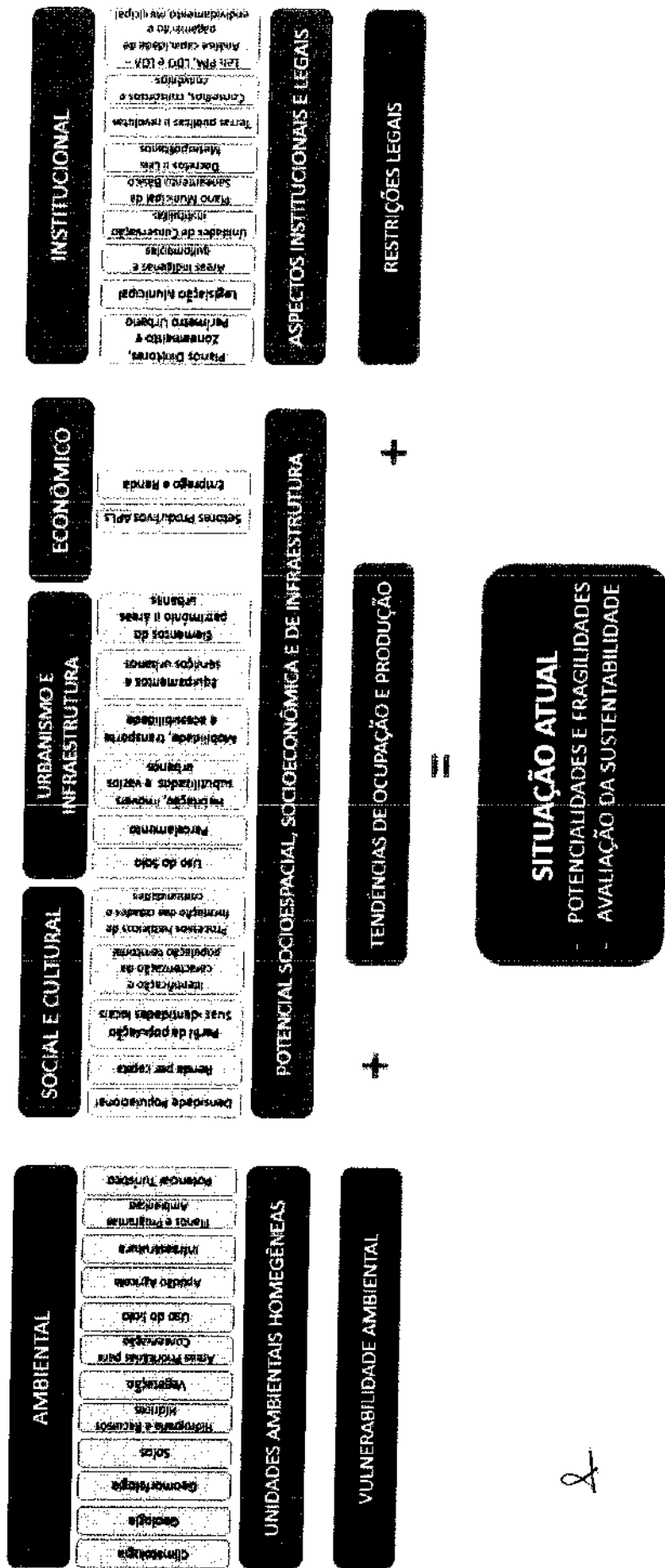
**Emprego e Desemprego.**

**Fontes de Recursos:** atuação das agencias de fomento e instituições voltadas ao desenvolvimento: Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Ministério da Agricultura e Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério de Indústria e Comércio, SEBRAE, FIEP, BNDS e BRDE, entre outros.

**Fontes de informações:** Anuário Estatístico do Estado; Censo Agropecuário; Zoneamento Ecológico Econômico do Estado, Prefeitura Municipal, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Ministério da Agricultura e Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério de Indústria e Comércio, SEBRAE, FIEP, IPARDES, BNDS e BRDE, entre outros;

Para o foco da revisão do Plano Diretor e de Desenvolvimento do Município, a análise integrada desses temas possibilitará a identificação de unidades ambientais homogêneas, potencialidades socioeconômicas e aspectos legais que demonstrarão a situação atual frente às vulnerabilidades ambientais, tendências socioeconômicas e restrições legais para a avaliação da sustentabilidade, conforme fluxograma da Figura 11.

FIGURA 11: FLUXOGRAMA DA ETAPA DE ELABORAÇÃO DOS DIAGNÓSTICOS ANALÍTICOS



Fonte: ECOTECNICA, 2019.

1073<sup>A</sup>

PROPOSTA TÉCNICA  
PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE MARMELEIRO (PDM)

0135

Também, como na fase 01, serão executadas atividades já estabelecidas pelo Termo de Referência (TR), como a realização de reuniões, oficinas e audiências a serem seguidas durante o percurso desta fase.

- Três Reuniões técnicas de capacitação. Apresentando métodos e técnicas para: mapear áreas aptas, aptas com restrição e inaptas ao uso e ocupação antrópicos, mapear o uso e ocupação atual do solo, avaliar a capacidade de atendimento e distribuição das infraestruturas, equipamentos e serviços públicos, avaliar o uso e ocupação do solo atual versus as capacidades de suporte ambiental e de infraestruturas, equipamentos e serviços públicos, avaliar a expansão urbana versus as capacidades de suporte ambiental e de infraestruturas, equipamentos e serviços públicos; avaliar as condições gerais de moradia e fundiárias; avaliar as condições gerais de acessibilidade e mobilidade, com ênfase na área urbana; avaliar a capacidade de investimento do município; avaliar a estrutura e funcionamento dos conselhos municipais existentes; avaliar a síntese da análise temática integrada; avaliar a definição de objetivos para o desenvolvimento municipal.

Os responsáveis são a equipe da consultoria e os participantes são os representantes da ETM, CMDU/GA.

- Três Reuniões Técnicas preparatórias. Organizar e complementar os dados e informações para as atividades da 2ª Fase.

Os responsáveis são a equipe da consultoria e os participantes são os representantes da ETM.

- Três Oficinas "Leitura Técnica" - "Análise Temática Integrada". Caracterizar as condições quali-quantitativas da cidade e do município considerando os conteúdos previstos na Análise Temática Integrada

Os responsáveis são a equipe da consultoria e os participantes são os representantes da ETM, representantes do poder executivo, membros do CMDU/GA (câmaras técnicas) e representantes do poder legislativo (comissões temáticas).

- Três Oficinas "Leitura Comunitária" - "Análise Temática Integrada". Caracterizar as condições quali-quantitativas da cidade e do município considerando os conteúdos previstos na Análise Temática Integrada. Os responsáveis são a equipe da consultoria e os participantes são a população e associações representativas dos vários segmentos da comunidade.
- Uma Audiência Pública - "Análise Temática Integrada". Submeter à apreciação dos participantes a caracterização das condições quali-quantitativas da cidade e do município conforme os conteúdos previstos na Análise Temática Integrada, considerando as Leituras Técnica e Comunitária; Os responsáveis são a equipe da consultoria e os participantes são os representantes da ETM, representantes poder executivo, CMDU/GA, representantes do poder legislativo, representante do Ministério Público, população e associações representativas dos vários segmentos da comunidade.
- Duas Reuniões técnicas de consolidação. Ajustar as análises e respectivos documentos relativos às atividades da 2ª Fase em decorrência da Audiência Pública. Os responsáveis são a equipe da consultoria e os participantes são os representantes da ETM.
- Uma Reunião de coordenação. Avaliar o andamento das atividades e eventos realizados em cada parte da 2ª Fase e definir, se necessário, ajustes nos procedimentos subsequentes; Os responsáveis são a equipe da consultoria e os participantes são os representantes da ETM.

Na etapa do Diagnóstico a ECOTÉCNICA realizará levantamentos, compilações e análises de todos os dados e estudos, planos e programas referentes ao Município e suas

---

PROPOSTA TÉCNICA  
PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE MARMELEIRO(PDM)

áreas de Abrangência, bem como incursões em campo para validação e complementação das informações.

Ressaltando que a realização do Diagnóstico envolverá equipes diferentes de trabalho, pois serão realizados levantamentos para subsidiar estudos específicos. A figura esquemática a seguir, descreve graficamente os principais temas dentro do estudo do PDM. Ressalva, para a qualidade dos documentos e de suas informações apresentadas, os dados serão atualizados em acordo com as novas informações disponíveis e pode ocorrer a situação de complementação de informações durante o decorrer do trabalho que a consultoria ache relevante.

### 3.1.3 3º FASE – Diretrizes e Propostas para uma Cidade Sustentável

A realidade levantada na 2ª fase, o diagnóstico, deve servir de base para a elaboração do reordenamento territorial do município e de uma cidade sustentável. Analise e reestruturação do macrozoneamento municipal e urbano, perímetros urbanos e áreas de expansão urbana, uso de ocupação do solo e o zoneamento, áreas de desenvolvimento econômico, sistema viário e parcelamento do solo urbano. As propostas para esses objetivos devem estar aptas com o conceito do direito a uma cidade sustentável, sendo necessários pontos específicos levando em conta suas características particulares. Deve buscar assegurar durante as propostas que aos moradores possuam direito a terra urbana, moradia, saneamento básico, infraestrutura urbana, transporte, serviços públicos, trabalho e lazer, e que estes, se desenvolvam com qualidade. Como medida de auxílio assegurado pelo Estatuto da Cidade, os instrumentos urbanísticos e outros como concessão especial para fins de moradia, direito real de uso, demarcação urbanística devem ser assegurados e demarcadas as áreas onde serão aplicados.

Também, como nas fases anteriores, serão executadas atividades já estabelecidas pelo Termo de Referência (TR), como a realização de reuniões, oficinas e audiências a serem seguidas durante o percurso desta fase.

- Uma Reunião técnica de capacitação. Apresentar métodos e técnicas para: definir diretrizes de (re)ordenamento territorial; definir propostas para garantir

os direitos à cidade sustentável; definir instrumentos urbanísticos.

Os responsáveis são a equipe da consultoria e os participantes são os representantes da ETM.

- Uma Reunião técnica preparatória. Organizar e complementar os dados e informações solicitados e definir os procedimentos necessários para realização das atividades da 3ª Fase.

Os responsáveis são a equipe da consultoria e os participantes são os representantes da ETM.

- Uma Oficina "Leitura Técnica" - "Diretrizes e Propostas para uma Cidade Sustentável". Definir diretrizes de (re)ordenamento territorial, instrumentos urbanísticos e propostas para garantir os direitos à cidade sustentável; Os responsáveis são a equipe da consultoria e os participantes são os representantes da ETM, representantes do poder executivo, membros do CMDU/GA (câmaras técnicas) e representantes do poder legislativo (comissões temáticas);

- Uma Oficina "Leitura Comunitária" - "Diretrizes e Propostas para uma Cidade Sustentável". Definir diretrizes de (re)ordenamento territorial, instrumentos urbanísticos e propostas para garantir os direitos à cidade sustentável; Os responsáveis são a equipe da consultoria e os participantes são a população e associações representativas dos vários segmentos da comunidade.

- Uma Audiência Pública - "Diretrizes e Propostas para uma Cidade Sustentável". Submeter à apreciação dos participantes a definição de diretrizes de (re)ordenamento territorial, instrumentos urbanísticos e soluções específicas para garantir os direitos à cidade sustentável, considerando as Leituras Técnica e Comunitária; Responsável: equipe da consultoria (incluindo facilitador);

Os responsáveis são a equipe da consultoria e os participantes são os



representantes da ETM, representantes poder executivo, CMDU/GA, representantes do poder legislativo, representante do Ministério Público, população e associações representativas dos vários segmentos da comunidade.

- Uma reunião técnica de consolidação. Ajustar as análises e respectivos documentos relativos às atividades da em decorrência da Audiência Pública. Os responsáveis são a equipe da consultoria e os participantes são os representantes da ETM.
- Uma reunião de coordenação. Avaliar o andamento das atividades e eventos realizados na 3ª Fase e definir, se necessário, ajustes nos procedimentos adotados para a 4ª Fase.  
Os participantes são os representantes da ETM e consultoria.

### 3.1.4 4º FASE – Plano de Ação e Investimento e Institucionalização do PDM

Esta fase é a apresentação do Plano de Ação e Investimentos (PAI), o qual define ações e determina onde os investimentos e seu grau de prioridade para serem aplicados dentro das ações propostas do PDM. Além disso, apresentam também os responsáveis, objetivos, localização, metas a serem alcançadas, custo, prazo de execução e demais características próprias de cada ação. A presença dessas informações é importante, não apenas com o objetivo de informar qual ação é necessária, mas a responsabilidade/credibilidade do órgão responsável por elas e do que é necessário para que elas sejam cumpridas.

Outra parte importante nessa fase é a institucionalização do PDM em toda a sua abrangência e da elaboração e apresentação das minutas de lei.

Como nas fases anteriores, serão executadas atividades estabelecidas pelo Termo de Referência (TR), como a realização de reuniões, oficinas e audiências a serem seguidas durante o percurso desta fase.

- Uma reunião técnica de capacitação. Apresentar métodos e técnicas para: definir o Plano de Ação e Investimentos; institucionalizar o PDM propor o sistema de planejamento e gestão do PDM; propor ajustes da estrutura organizacional.  
Os responsáveis são a equipe da consultoria e os participantes são os representantes da ETM e CMDU/GA
- Uma reunião técnica preparatória. Organizar e complementar os dados e informações solicitados e definir os procedimentos necessários para realização das: atividades da 4ª Fase.  
Os responsáveis são a equipe da consultoria e os participantes são os representantes da ETM.
- Uma Oficina "Leitura Técnica" - "Plano de Ação e Investimento e Institucionalização do PDM". Definir as ações e investimentos prioritários para a implementação do PDM; analisar as minutas de anteprojetos de lei do PDM e das leis urbanísticas; analisar proposta de sistema de planejamento e gestão do PDM e de ajustes da estrutura organizacional.  
Os responsáveis são a equipe da consultoria e os participantes são os representantes da ETM, representantes do poder executivo, membros do CMDU/GA (câmaras técnicas) e representantes do poder legislativo (comissões temáticas);
- Uma Oficina de "Leitura Comunitária" - "Plano de Ação e Investimento - PAI e Institucionalização do PDM". Definir as ações e investimentos prioritários para a implementação do PDM; analisar minutas de anteprojetos de lei do PDM e das leis urbanísticas; analisar proposta de sistema de planejamento e gestão do PDM e de ajustes da estrutura organizacional;  
Os responsáveis são a equipe da consultoria e os participantes são a população e associações representativas dos vários segmentos da comunidade;

- Uma Audiência Pública - "Plano de Ação e Investimento - PAI e Institucionalização do PDM". Submeter à apreciação dos participantes as ações e investimentos prioritários para a implementação do PDM, as minutas de anteprojetos de lei do PDM e das leis urbanísticas, o sistema de planejamento e gestão do PDM e os ajustes da estrutura organizacional, considerando as Leituras Técnica e Comunitária;  
Os responsáveis são a equipe da consultoria e os participantes são os representantes da ETM, representantes do poder executivo, membros do CMDU/GA, representantes do poder legislativo, representante do Ministério Público, população e associações representativas dos vários segmentos da comunidade;
- 1 Conferência da revisão do Plano Diretor Municipal – "Pactuação do Plano Diretor Municipal".  
Os responsáveis são a equipe da consultoria e os participantes são os representantes da ETM, representantes do poder executivo, CMDU/GA, representantes do poder legislativo, representante do Ministério Público, população e associações representativas dos vários segmentos da comunidade.
- Três Reuniões técnicas de consolidação. Ajustar as análises e respectivos documentos relativos às atividades da Audiência Pública e da Conferência da revisão do Plano Diretor Municipal.  
Os responsáveis são a equipe da consultoria e os participantes são os representantes da ETM.
- Três Reuniões de coordenação. Avaliar o andamento das atividades e eventos realizados na 4ª Fase e definir, se necessário, ajustes nos produtos finais;  
Será realizada depois da Conferência da revisão do PDM;  
Os participantes são os representantes da ETM.

Como revisão do PDM, a consultoria também abordará as revisões dos seguintes

instrumentos urbanísticos destacados abaixo:

- Adequação das diretrizes, objetivos e estratégias da Lei do Plano Diretor – em função da sua aplicabilidade, principalmente no que diz respeito a gestão do solo urbano;
- Reformulação da Lei de Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo de acordo com as discussões e Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável;
- Reformulação da Lei de Parcelamento do Solo Urbano;
- Reformulação do Código de Obras;
- Reformulação do Código de Posturas;
- Lei do Perímetro Urbano e da Área de Expansão Urbana;
- Lei do Sistema Viário;
- Regulamentação dos Instrumentos Urbanísticos do Estatuto da Cidade constantes no Plano Diretor;

A 4ª fase também se refere à elaboração pela ECOTECNICA de uma Carteira de Projetos e do Plano de ação e Investimento, em consonância com a SEDU-PARANACIDADE. Estes documentos deverão ser compatíveis com o PPA, LDO e LOA do Município. Além do padrão a ser proposta por esta equipe, para facilitar a gestão municipal, será desenvolvida o Quadro de Ações padrão PARANACIDADE.

O Plano de Ação e Investimento deverá contemplar a descrição dos projetos, a definição dos responsáveis, previsão de custos e estratégias de implantação. Ainda, deverá ser dotada de um modelo integrado de acompanhamento que possibilite o monitoramento da execução dos diferentes projetos previstos, por parte dos diferentes agentes. Cabe destacar que tal modelo deverá ser compatível com os sistemas de informações da SEDU visando permitir interação entre os diferentes agentes e os meios de produção de informação

### 3.2 DETALHAMENTO DOS PRODUTOS

A elaboração dos documentos constituintes das 04 (quatro) etapas será feita com a utilização de sistemas informatizados. A documentação dissertativa, em formato A4-ABNT

utilizará o processador de texto Word, e as planilhas eletrônicas serão confeccionadas com o programa Excel. Os mapas temáticos serão georreferenciados com software reconhecido no mercado e compatível com a plataforma utilizada pelo município. A apresentação gráfica dos desenhos obedecerá às determinações da ABNT e demais normas aplicáveis a cada disciplina, apresentando alto grau de contraste, transparência e nitidez, de forma a permitir cópias de boa resolução.

No quadro abaixo apresenta-se a forma como os relatórios e produtos serão entregues à Contratante, e no quadro na sequência tem-se um cronograma físico das respectivas entregas no decorrer das fases de elaboração do Plano. Alterações na forma de apresentação poderão ser feitas em acordo com o Contratante.

Os relatórios mensais de andamento constituem na descrição sucinta do que foi programado no Plano de Trabalho Revisado e o que foi efetivamente realizado, e demais informações pertinentes ao processo de acompanhamento do contrato por parte do Contratante.

Abaixo se apresenta os produtos apontados no TR.

PRODUTOS			DESCRIÇÃO	PRAZO
Produto da 1ª Etapa	Mobilização		<ul style="list-style-type: none"> <li>• Cronograma físico</li> <li>• Metodologia de trabalho</li> <li>• Planejamento e gestão urbana do município</li> <li>• Relatórios de atividades;</li> </ul>	30 dias
Produtos da 2ª Etapa	Análise Temática Integrada	Parte 1	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Áreas aptas, aptas com restrição e inaptas ao uso e ocupação antrópicos</li> <li>• Uso e ocupação atual do solo</li> <li>• Capacidade de atendimento e distribuição das infraestruturas, equipamentos e serviços públicos</li> <li>• Relatório de atividades</li> </ul>	60 dias
		Parte 2	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Uso e ocupação do solo atual versus as capacidades de suporte ambiental e de infraestruturas, equipamentos e serviços públicos</li> <li>• Expansão urbana versus as capacidades de suporte ambiental e de infraestruturas, equipamentos e serviços públicos</li> <li>• Condições gerais de moradia e fundiárias</li> <li>• Relatório de atividades</li> </ul>	90 dias
		Parte 3	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Condições gerais de acessibilidade e mobilidade, com ênfase na área urbana</li> <li>• Capacidade de investimento do município</li> <li>• Estrutura e funcionamento dos conselhos municipais existentes</li> <li>• Síntese da Análise Temática Integrada</li> <li>• Objetivos para o desenvolvimento municipal</li> <li>• Relatório de atividades</li> </ul>	120 dias

<b>Produtos da 3ª Etapa</b>	Diretrizes e Propostas para uma Cidade Sustentável	<ul style="list-style-type: none"> <li>• (Re)ordenamento territorial</li> <li>• Propostas para garantir os direitos à cidade sustentável</li> <li>• Instrumentos urbanísticos</li> <li>• Relatório de atividades</li> </ul>	180 dias
<b>Produtos da 4ª Etapa</b>	Plano de Ação e Investimento	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Plano de ação e investimentos</li> <li>• Institucionalização PDM</li> <li>• Sistema de planejamento e gestão do PDM</li> <li>• Relatório das atividades</li> </ul>	240 dias

Os produtos de todas as etapas de trabalho serão apresentados à prefeitura sob a forma de relatórios técnicos, em cadernos impressos, coloridos, em formato e escala compatíveis às características do produto e que permita a perfeita compreensão dos projetos.

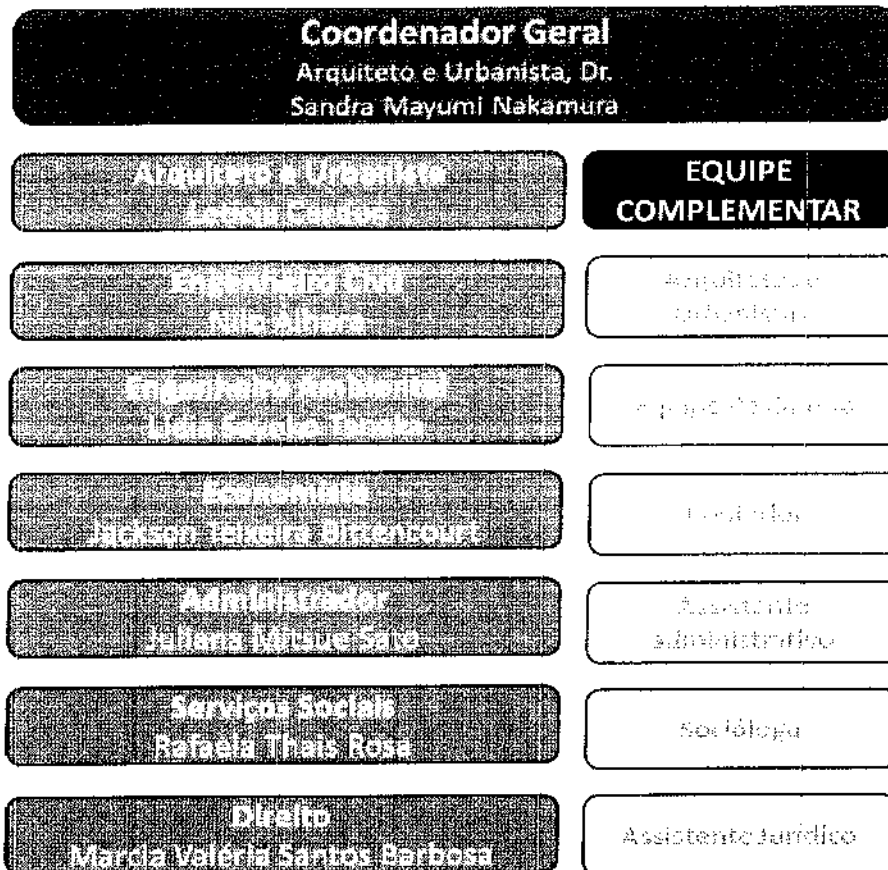
Todos os produtos impressos nos relatórios técnicos também deverão ser fornecidos à prefeitura em meio digital, através de CDs gravados nos formatos e ferramentas utilizadas para sua elaboração/edição – Word, Excel, Autocad e/ou outras soluções usuais e também em pdf.

### 3.3 QUANTITATIVO DE PROFISSIONAIS E RECURSOS FÍSICOS PARA O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES PREVISTAS

Para o desenvolvimento das etapas e atividades do PDM, além da sede da empresa, na cidade de Curitiba-Paraná, haverá uma base/apoio na cidade de Cascavel, que contará com a estrutura necessária, para apoiar o pessoal em campo.

Quanto à dotação de pessoal, a empresa contará com equipe técnica multidisciplinar com experiência em trabalhos de similar complexidade, a qual será agrupada para o cumprimento das tarefas de cada uma das etapas dos serviços a serem prestados, conforme organograma exposto na Figura 12.

FIGURA 12: ORGANOGRAMA GERAL DAS EQUIPES DE TRABALHO (PRINCIPAL E DE APOIO).



## 4 METODOLOGIA DOS TRABALHOS

---

### 4.1 DIRETRIZES E ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS

Como revisão do PDM, a consultoria também abordará as revisões dos seguintes instrumentos urbanísticos destacados abaixo:

- Adequação das diretrizes, objetivos e estratégias da Lei do Plano Diretor – em função da sua aplicabilidade, principalmente no que diz respeito a gestão do solo urbano;
- Reformulação da Lei de Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo de acordo com as discussões e Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável;
- Reformulação da Lei de Parcelamento do Solo Urbano;
- Reformulação do Código de Obras;
- Reformulação do Código de Posturas;
- Lei do Perímetro Urbano e da Área de Expansão Urbana;
- Lei do Sistema Viário;
- Regulamentação dos Instrumentos Urbanísticos do Estatuto da Cidade constantes no Plano Diretor;
- Criação do Conselho Municipal da Cidade

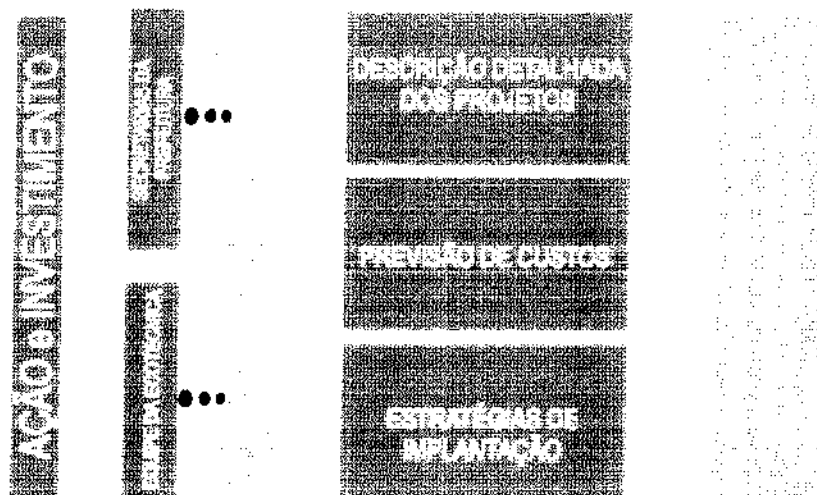
A 4ª fase também se refere à elaboração pela ECOTECNICA de uma Carteira de Projetos e do Plano de ação e Investimento, em consonância com a SEDU-PARANACIDADE. Estes documentos deverão ser compatíveis com o PPA, LDO e LOA do Município. Além do padrão a ser proposta por esta equipe, para facilitar a gestão municipal, será desenvolvida o Quadro de Ações padrão PARANACIDADE.

O Plano de Ação e Investimento, conforme fluxograma exposto na Figura 13 deverá contemplar a descrição dos projetos, a definição dos responsáveis, previsão de custos e estratégias de implantação. Ainda, deverá ser dotada de um modelo integrado de acompanhamento que possibilite o monitoramento da execução dos diferentes projetos previstos, por parte dos diferentes agentes. Cabe destacar que tal modelo deverá ser



compatível com os sistemas de informações da SEDU visando permitir interação entre os diferentes agentes e os meios de produção de informação

FIGURA 13: FLUXOGRAMA DA CARTEIRA DE PROGRAMAS E PROJETOS E PLANO DE AÇÃO E INVESTIMENTO

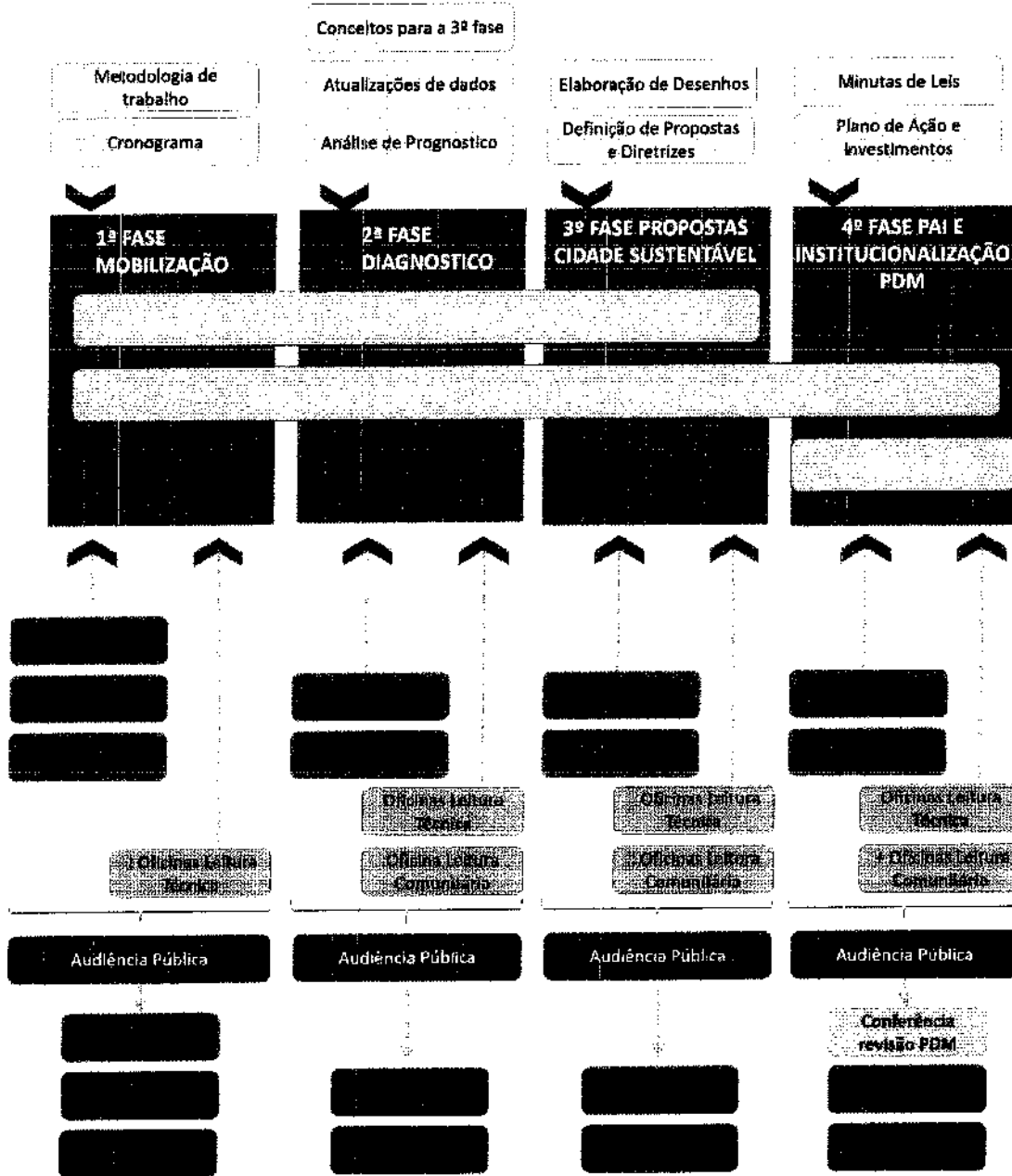


Fonte: ECOTECNICA, 2019.

Na sequência, estará diagramado de maneira gráfica e sintética, os momentos e as atividades relacionadas a participação que ocorrerão ao longo do processo.

*[Handwritten signatures and initials]*

FIGURA 14: FIGURAS ESQUEMÁTICAS DAS PRINCIPAIS ETAPAS E O PROCESSO PARTICIPATIVO.



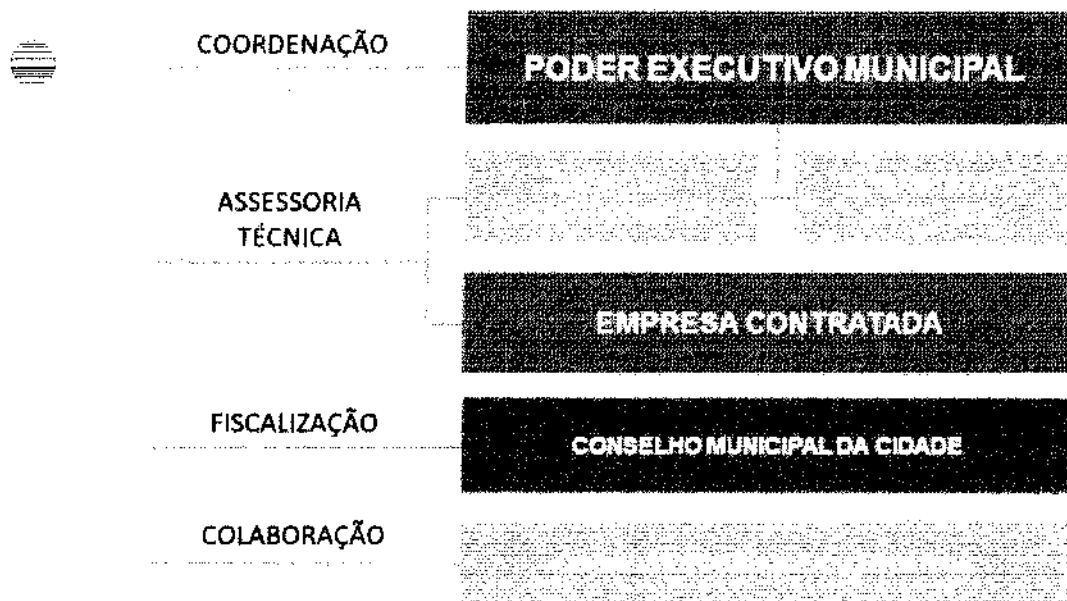
Fonte: Elaborado por ECOTECNICA, 2019.

#### 4.1.1 Formação dos grupos de trabalho

A Consultoria desenvolverá atividades nos produtos constantes do Item 2 do TR, respeitando:

- A participação da Equipe Técnica Municipal - ETM,
- Conselho Municipal
- Representantes do poder legislativo,
- População e associações representativas dos vários segmentos da comunidade;

FIGURA 15: FIGURAS ESQUEMÁTICAS DAS PRINCIPAIS ETAPAS E O PROCESSO PARTICIPATIVO.



FONTE: ELABORADO POR ECOTÉCNICA, 2019.

#### 4.2 ESTRATÉGIAS DE AÇÕES E DINÂMICAS

Abaixo estarão elencadas as ações para a realização da mobilização social e das atividades possíveis de ocorrer entre as reuniões técnica e das oficinas, e principalmente das oficinas comunitárias, já que são meios de incentivarem a população a participar de maneira interativa e dinâmica.

*(Assinaturas manuscritas)*

*(Assinatura manuscrita)*

#### 4.2.1 Mobilização por mídias digitais

Hoje em dia a comunicação através das mídias e redes sociais pertencem crescentemente a população mundial, sua influência e finalidades são carros chefes no que se diz respeito as atualizações de notícias. Com base nesse fato e na resolução da uma mudança mundial através da nova fase de socialização, as prefeituras e entidades utilizam da mesma para incentivar o maior contato entre os moradores ou atores interessados no bem-estar comum. Pode se citar os casos: Twitter da Prefeitura de São Paulo, Facebook da Prefeitura de Curitiba, Instagram da Prefeitura do Rio de Janeiro.

O site da Prefeitura, que formará parte da mobilização social digital, sugere-se que utilize de links de participação, notícias e podendo constar os relatórios aprovados depois de cada fase assim como, as leis aprovadas.

Como citado na introdução deste tópico, a ECOTÉCNICA, sugere como modo de mobilizar a população, de forma rápida e informal, complementando as aditividades do processo de desenvolvimento do PDM, que as mídia sociais sejam utilizadas de maneira a transmitir informações de maneira ágil e sintética da leitura da realidade e por meio de um espaço de consulta pública aberta. Além de consulta pública, também será utilizado como recebimento de outras demandas e informações com o objetivo de continuar a atualização do banco de dados, e disponibilizar informações e resultados parciais do processo de elaboração do PDM. Após a aprovação, se espera que esses fatores não sejam esquecidos, de maneira que os habitantes de Marmeleiro estejam inteirados sobre as soluções abordadas e possam analisar o seu desenvolvimento e execução.

**4.2.2 “Sistematização das Informações e Publicação”:** Sistematização de todo o conteúdo desta fase, elaboração do conteúdo da publicação completa, edição do conteúdo, produção e lançamento de divulgação para atores estratégicos, comunicação e publicidade.

Todo o conteúdo produzido durante a fase de mobilização será sistematizado e disponibilizado no portal do programa. Ao final desta etapa, será elaborado o relatório final que será disponibilizado para atores estratégicos em evento específico e publicado no portal, posteriormente.

**4.2.3 “Inteligência Colaborativa”:** fazer a coleta de dados, evidências e tendências sobre a cidade.

Esta atividade consiste na coleta de dados como análise situacional, levantando as principais iniciativas, programas, políticas e *stakeholders* envolvidos. A partir dessas informações é realizado o cruzamento com os dados.

Para a realização desta etapa, a ECOTECNICA irá preparar um formulário (recurso digital *GoogleForms*) para levantamento das informações e utilização de e-mail para recebimento dos arquivos solicitados. Após a sistematização dos dados, serão publicados relatórios e recomendações para o aprofundamento na próxima etapa de “Imersão na Realidade”.

#### **4.2.4 Investigação apreciativa**

A investigação apreciativa é uma ferramenta ideal para trabalhar em planejamentos estratégicos e resoluções de questões complicadas uma vez que, ao realizar um ato exploratório e de descoberta com perguntas abertas, é capaz de deixar emergir novos potenciais e possibilidades que só são possíveis através da interação com os sujeitos envolvidos.

Esta ferramenta pode ser utilizada para construção colaborativa, aprendizado com

experiências anteriores, envolvimento de toda uma organização ou comunidade num processo de mudança e construção de uma visão para o futuro que todos possam compartilhar e ajudar a colocar em prática.

Nesta estratégia de investigar e identificar o melhor do 'que é' para perseguir as possibilidades do que 'poderia ser' existem alguns pressupostos necessários para que a ferramenta seja bem aplicada, segundo AoH (2014), são:

- Em qualquer comunidade tem algo que funciona;
- Aquilo a que damos foco torna-se realidade;
- A realidade é criada no momento – existe mais de uma realidade;
- O ato de fazer perguntas influencia a comunidade de alguma forma;
- As pessoas têm mais confiança em seguir a jornada para o futuro quando elas integram experiências do passado;
- Ao integrar as partes do passado ao futuro, que sejam as melhores experiências;
- É importante valorizar as diferenças;
- A linguagem que usamos cria a nossa realidade.

A Figura 16 ilustra como esta ferramenta age no levantamento de soluções para problemas complexos, a partir do reconhecimento e valorização do que é existente no município:

FIGURA 16: ESQUEMA DE LEVANTAMENTO DE SOLUÇÕES PARA COMPLEXOS

<b>Solução do problema</b>	<b>Investigação apreciativa</b>
"Necessidade percebida"	Apreciar e dar valor ao que há de melhor "no que é".
Identificação do problema	Vislumbrar "O que pode ser"
Análise das causas	Dialogar "O que deveria ser"
Análise de possíveis soluções	Inovar "O que será"
Pressuposto básico: Uma organização é um problema a ser resolvido	Pressuposto básico: Uma organização é um mistério a ser abraçado

Fonte: AoH 2014

A ideia central é levantar dados, informações, projetos e possibilidades ao redor do que já funciona no município, ao invés de tentar arrumar o que não funciona. Nesta perspectiva, tem-se a otimização dos recursos materiais, humanos e subjetivos, uma vez que investir nas fortalezas é mais eficiente.

O resultado esperado é a indicação do que as pessoas pensam, sentem e desejam à respeito da cidade.

**4.2.5 “Mapa Sistêmico”:** reunião ou oficina para visualização das conexões e complementaridades dos atores, e identificação das oportunidades e desafios do município.

Parecida com a dinâmica anterior, está visa que a comunidade identifique algumas situações encontradas no município. A dinâmica é realizada de maneira a dividir a equipe participante em diferente grupos e com temas de discussão divergentes, sendo que a equipe técnica servirá de apoio e possivelmente retirar dúvidas, mas as discussões são para a comunidade se inteirar e entender um outro ponto de vista da realidade vivenciada.

Cada grupo participante possui um tema a discutir e dentro dele encontrará algumas situações de deficiência, potencialidade dentro do município e quais seriam as propostas para que ações futuras consigam reverter a deficiência ou beneficie mais as potencialidades. Sendo que cada participante possuirá votos e escolherá os temas e ações que acredita que sejam mais relativas para serem executadas dentro do PDM.

As Reuniões comunitárias e técnicas podem conter com essa dinâmica de interação e discussão dos assuntos, o Quadro 2, apresenta um resumo dos que corresponde a dinâmica.

QUADRO 2: EXEMPLOS DE MATRIZ DE ESTRUTURAÇÃO DO CENÁRIO PROPOSITIVO

TEMA DISCUSSÃO	DEFICIÊNCIAS	POTENCIALIDADES	PROPOSTAS	VOTOS
Tema da Discussão	Situações de deficiência encontradas no município.	Situações de que são satisfatórias para o bem comum, que estão prosperando ou encontram-se bem resolvidas.	Propostas, é o que pode ser feito para amenizar ou resolver a deficiência ou ressaltar mais a potencialidade	Relativos ao tema que os participantes escolhem como prioridades a serem resolvidos.

Fonte: Elaborado, conforme exemplo de dinâmica

### 4.3 PROCESSO PARTICIPATIVO PARA A CONSTRUÇÃO E LEGITIMAÇÃO DO PDM

O uso e ocupação de um território estão atrelados à ação coletiva dos atores locais. São os atores socioeconômicos que, a partir de uma representação compartilhada sobre a realidade identificam os limites do território, em geral por agregação de unidades administrativas (municípios) ou socioeconômicas (sindicatos, setores produtivos, assentamentos de agricultores, comunidades, etc.) e constroem uma estratégia de ação.

A participação dos diversos atores sociais será realizada com uma abordagem "centrada no ser humano" e no meio ambiente, e distribuída no sistema, por meio do diálogo, empatia e cocriação, promover resultados transformadores e que venham a contribuir para o planejamento e a promoção da ocupação para que integrem a malha urbana e gerem economia ao Município. Para isto, os espaços participativos contarão com representantes dos movimentos sociais da região; órgãos municipais e do Governo do Estado; organizações regionais; empresariado (incluindo microempresas e cooperativas), instituições de ensino e pesquisa e outros relevantes. Dessa forma, é imprescindível a adoção de mecanismos eficazes para a identificação desses atores sociais, por meio de levantamento em instituições públicas; entidades privadas e não governamentais; entidades que representam os setores econômicos e empresariais, bem como de gestão territorial.

#### 4.3.1 Metodologia de Mapeamento dos Atores Sociais

Para a elaboração dos diagnósticos analíticos, a ECOTECNICA contará com consultores (Grupo de Trabalho), composto especialistas adequados e com formações diferenciadas de modo a assegurar percepções e avaliação dos indicadores a serem construídos para o diagnóstico das instâncias de participação social nos municípios, a partir dos trabalhos de campo, facilitando o trabalho em equipe e o intercâmbio de pontos de vista.

Cabe destacar que as instâncias de participação popular podem ter alguns *stakeholders* (atores sociais, ou seja, pessoas ou organizações) que sejam específicos para a sua realidade, e os quais não se apliquem às outras instâncias, podendo ter influência direta ou indireta nos seus resultados.



Nesse contexto, durante as oficinas, serão realizadas **entrevistas** semi estruturadas a partir de matrizes que serão analisadas contendo as informações geradas a partir das motivações dos atores sociais, como exemplo, a matriz demonstrada na Tabela 5 e dos problemas que os mesmos verificam na região (Tabela 6) com os atores identificados no mapeamento, e considerados estratégicos, tendo em vista a necessidade de clareza e definição de papéis e de mecanismos de articulação entre todos os atores sociais jurídicos e participativos.

Tabela 5: Matriz de informação para identificação da motivação dos atores sociais

**Identificação do ator social:**

Instância da participação social:

Objetivos da instância de participação popular	Motivação para a Participação no Fórum	Observações
--	--	-------------

- 1)
- 2)

TABELA 6: MATRIZ DE LEVANTAMENTOS DOS PROBLEMAS LEVANTADOS PELOS ATORES SOCIAIS

**Identificação do ator social:**

Instância da participação social:

Problemas sociais, econômicos e ambientais	Problemas organizacionais	Problemas estruturais
--	---------------------------	-----------------------

- 1)
- 2)

**4.3.2 Estratégias Específicas de Mobilização e Comunicação**

Os meios de comunicação previstos serão: cartazes afixados e/ou distribuídos em locais de grande acesso de pessoas; canais de comunicação de massa como: rádios e jornais regionais e internet (site oficial da prefeitura e outras ferramentas descritas anteriormente). Cabe destacar que a parceria com a Prefeitura e envolvimento do Estado são importantes ferramentas não só durante o processo de elaboração do PDM, como também durante sua



implementação.

Os meios de comunicação, detalhados abaixo, garantirão aos atores sociais acompanhamento das atividades e dos eventos de forma a promover a efetiva participação do processo de elaboração do PDM, o qual está centrado no equilíbrio entre as vertentes institucional e social. Ressalta-se que esses meios de comunicação e divulgação são essenciais principal em relação a data da execução das Audiências Públicas.

#### 4.3.3 Distribuição de Cartazes

Para auxiliar na divulgação dos eventos de construção e legitimação do PDM, especialmente as oficinas (pois estas já servirão como divulgação dos Fóruns), a ECOTENICA irá elaborar a arte dos cartazes em linguagem acessível e ilustrativa, cujo conteúdo e quantidade ideal serão discutidos na primeira reunião técnica com a ETM e GEMAT, o qual irá se responsabilizar pelo processo de impressão e distribuição. Pretende-se contar com auxílio ainda das secretarias e departamentos municipais e entidades de ensino e pesquisa envolvidas no processo de divulgação.

Os locais prioritários para distribuição e afixação deverão ser de fácil visualização da comunidade, como terminais, pontos de ônibus, escolas, faculdades, unidades de saúde, pontos turísticos, entre outros.

#### 4.3.4 Publicação em Jornais Regionais e Sites oficiais

Será realizada a publicação em jornais de maior circulação regional e nos sites oficiais dos municípios objeto de estudo, de notas explicativas dos trabalhos e informativas acerca das realizações dos eventos, com o objetivo de divulgar.

A equipe da ECOTENICA ficará responsável pela elaboração do conteúdo/nota a ser publicada, nos jornais e sites oficiais, com apoio do ETM, GEMAT e Conselho Municipal da Cidade. O processo de inserção destes materiais será de responsabilidade do contratante.

#### 4.3.5 Chamadas em Rádio

As chamadas em rádio terão o objetivo principal de divulgar os eventos públicos, bem como prestar informação. A equipe de consultoria ficará responsável pela elaboração dos textos para os "spots", ou seja, conteúdo para as chamadas em rádio. O conteúdo passará para aprovação prévia do contratante e o encaminhamento às rádios é de responsabilidade do contratante.

#### 4.3.6 Distribuição dos Convites aos Eventos

Antes da realização eventos, o contratante deverá distribuir os convites aos segmentos sociais envolvidos de maior representatividade, com auxílio da ETM e GEMAT e participantes das oficinas, levando-se em conta a lista de entidades identificadas.

### 4.4 DEFINIÇÃO DE EIXOS ESTRUTURANTES E DIRETRIZES ESTRATÉGICAS PARA O DESENVOLVIMENTO

O Plano deverá tratar da construção coletiva de uma cidade socialmente justa e ambientalmente responsável. Alinhado com o objetivo do Plano, a proposta deverá considerar um conjunto de ações que visa dar sustentabilidade econômica e social para o Município de Marmeleiro.

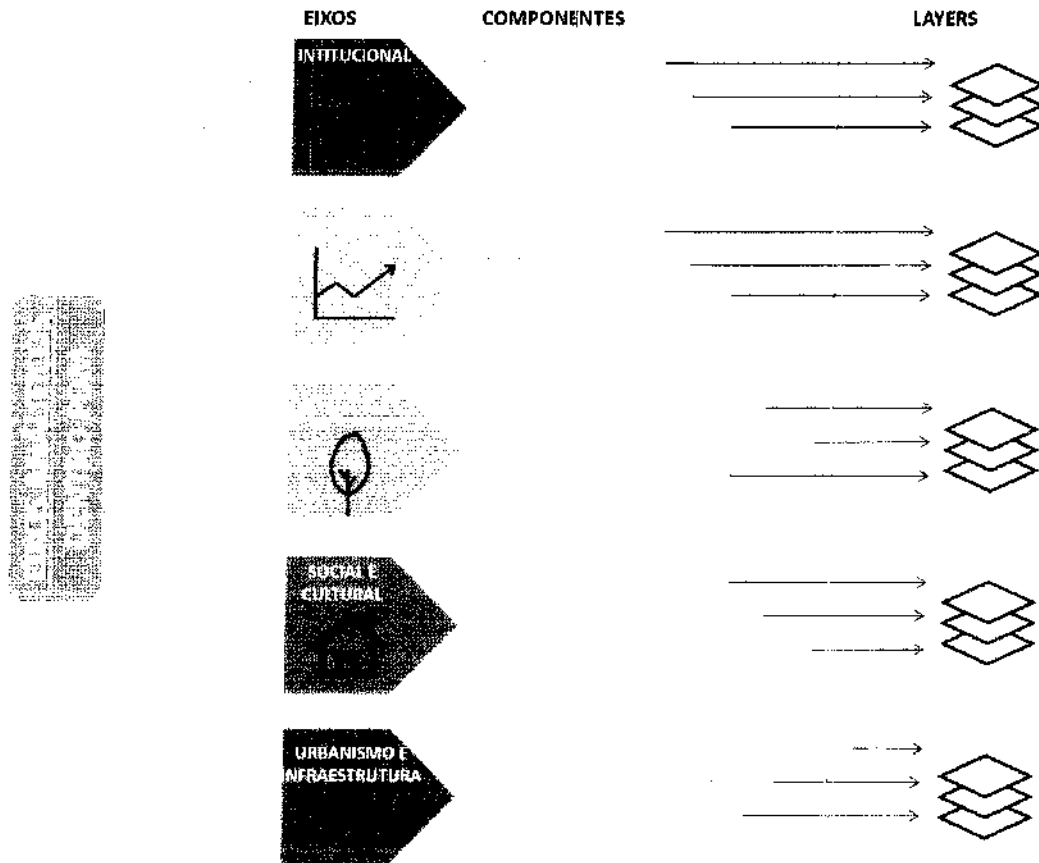
A fim de organizar o desenvolvimento do trabalho dentro dos objetivos do TR e das premissas advogadas pela ECOTECNICA, foram definidos cinco Eixos Estruturantes para referenciar a organização das informações e o desenvolvimento do Plano de Trabalho:

- **INSTITUCIONAL:** Governança, compreendendo os elementos fundamentais à uma gestão eficiente e eficaz em seus componentes institucionais e de participação social.
- **Fortalecimento ECONÔMICO,** compreendendo as questões de competitividade regional, qualificação de processos, renda, polos de atração e infraestruturas.
- **AMBIENTAL,** compreendendo as características do meio físico, a base

ecológica-ambiental, áreas protegidas, parques, praças entre outros componentes;

- Desenvolvimento SOCIAL e CULTURAL compreendendo os aspectos essenciais à qualidade de vida da população no atendimento às suas necessidades de moradia, saúde, educação, esporte e lazer, segurança. Além dos componentes histórico culturais, compreendendo os processos antrópicos com ênfase para a formação do município.
- URBANISMO e INFRAESTRUTURA, compreendendo a análise das estruturas e dos fluxos que se deslocam nos recortes territoriais de estudo, dentro da qual se incorporam questões de logística, em especial quanto ao transporte de cargas, no ordenamento territorial a legislação que molda a ocupação dos recortes territoriais estudados como histórico de ocupação, em seus aspectos qualitativos, e as questões de saneamento.

FIGURA 17: PRINCIPAIS TEMAS DENTRO DO PDM



Fonte: ECOTECNICA, 2017.

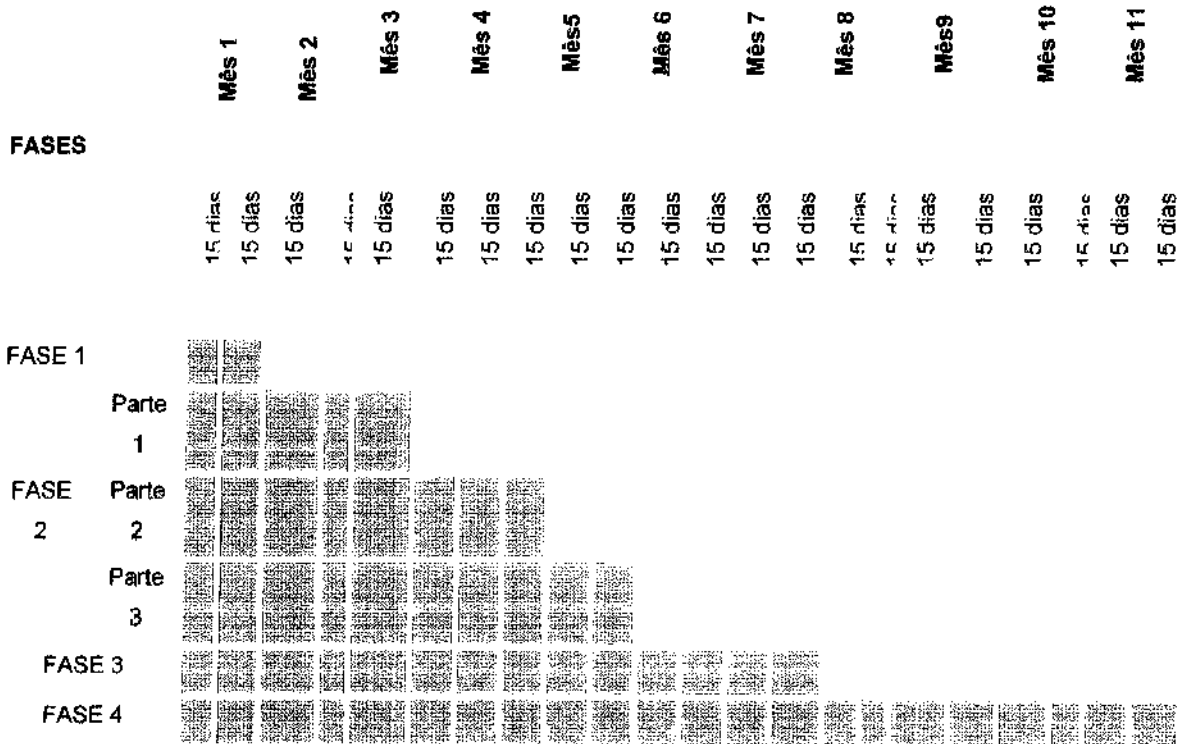
A estratégia aqui proposta, e que poderá ainda ser rediscutida na primeira fase do trabalho, entende que para preparar o município para os próximos anos, garantindo o desenvolvimento com foco na sustentabilidade e melhor qualidade de vida à população.

2

## 4.5 EXEQUIBILIDADE DA METODOLOGIA PROPOSTA E COMPATIBILIDADE COM O PLANO DE TRABALHO

O Plano deverá, em algumas fases, ocorrer concomitantemente. Pois existem partes de cada fase que não dependem muito das demais fases. Segue na sequência o Cronograma Geral e o detalhado.

TABELA 7: CRONOGRAMA MACRO ESTABELECIDO PARA REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE MARMELEIRO- PR.



*[Handwritten mark]*

*[Handwritten signature]*



NOME DA TAREFA	Mês 1	Mês 2	Mês 3	Mês 4	Mês 5	Mês 6	Mês 7	Mês 8	Mês 9	Mês 10	Mês 11
<b>FASE 1 – MOBILIZAÇÃO</b>											
Plano de Trabalho											
Reuniões Técnicas											
Oficina											
Audiência Pública (1ª rodada)											
Reunião técnica de consolidação											
Reunião de coordenação											
P1 - Plano de Trabalho e Relatório de atividades											
<b>FASE 2 – ANÁLISE TEMÁTICA INTEGRADA</b>											
<b>Parte 1</b>											
Áreas aptas, aptas com restrição e inaptas ao uso e ocupação											
Uso e ocupação atual do solo											
Capacidade de atendimento e distribuição das											
Reuniões técnicas											
Oficinas											
Reunião de coordenação											
<b>P2 - Análise Temática Integrada – Parte 1 e Relatório de</b>											
<b>Parte 2</b>											
Uso e ocupação do solo atual versus as capacidades de suporte ambiental e de infraestruturas, equipamentos e serviços públicos											
Expansão urbana versus as capacidades de suporte ambiental											
Condições gerais de moradia e fundiárias											
Condução do Seminário por Segmento 04											

PROPOSTA TÉCNICA  
 PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE MARMELEIRO (PDM)

01629

X

NOME DA TAREFA	Mês 1	Mês 2	Mês 3	Mês 4	Mês 5	Mês 6	Mês 7	Mês 8	Mês 9	Mês 10	Mês 11
Reunião técnica											
Oficina											
Reunião de coordenação											
<b>P3 - Análise Temática Integrada – Parte 2 e Relatório de Parte 3</b>											
Condições gerais de acessibilidade e mobilidade, com ênfase na											
Capacidade de investimento do município											
Estrutura e funcionamento dos conselhos municipais											
Síntese da Análise Temática Integrada											
Objetivos para o desenvolvimento municipal											
<b>P4 - Análise Temática Integrada – Parte 3 e Relatório de FASE 3 – DIRETRIZES E PROPOSTAS PARA UMA CIDADE</b>											
Reordenamento territorial.											
Propostas para garantir os direitos à cidade sustentável											
Instrumentos urbanísticos											
Reuniões técnicas											
Oficinas											
Audiência Pública											
Reunião técnica de consolidação											
<b>P5 - Diretrizes e Propostas para uma Cidade Sustentável e Relatório de atividades</b>											
<b>FASE 4 – PLANO DE AÇÃO E INVESTIMENTO – PAI E INSTITUCIONALIZAÇÃO DO PDM</b>											

8

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*



NOME DA TAREFA	Mês 1	Mês 2	Mês 3	Mês 4	Mês 5	Mês 6	Mês 7	Mês 8	Mês 9	Mês 10	Mês 11
	Apresentação										
Plano de Ação e Investimento - PAI.											
Institucionalização do PD											
Sistema de planejamento e gestão do PDM											
Estrutura organizacional											
Reuniões técnicas											
Oficinas											
AUDIÊNCIA PÚBLICA											
P6 - Plano de Ação e Investimentos - PAI e Institucionalização do PDM e Relatório de atividades											
Revisão											
Conferência da Revisão do PDM											
P7 - Plano Diretor: documento preliminar											
Final											
Reunião técnica de consolidação											
P8 - Plano Diretor: documento final											
Reunião de coordenação											

2

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

18

0164

*[Handwritten signatures and initials]*



Ecotécnica - Tecnologia e Consultoria Ltda.  
CNPJ: 02.610.553/0001-91  
Rua Maria Rita da Chagas Lima, 317, Bairro São Braz, CEP: 82.300-330. Curitiba-PR  
Telefone (41) 3026-8639  
E-mail: licitacao@ecotecnica.com.br

1104<sup>A</sup>

EQUIPE TÉCNICA

**SANDRA MAYUMI NAKAMURA - COORDENADORA**

- ✓ Diplomas
- ✓ Certidão de Registro Profissional
- ✓ Comprovação de experiência
- ✓ Comprovação de Vínculo com a empresa

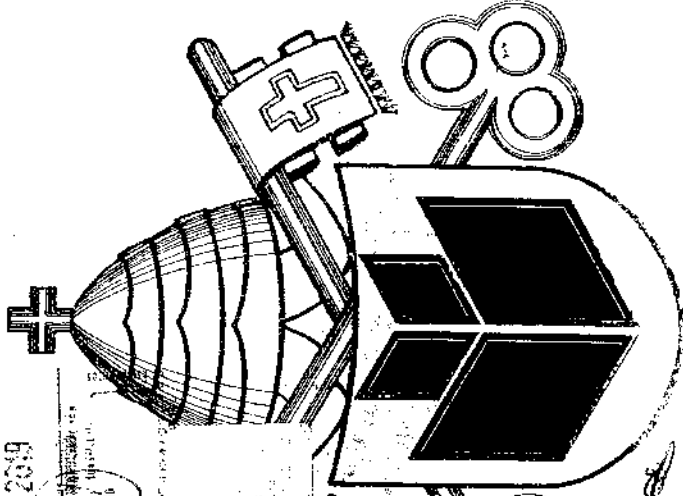
Especificação dos Títulos/Atestados	Total de Pontos por documento	Pontuação Ecotécnica	Trabalhos apresentados
Certidão(ões) de Acervo(s) Técnico(s) registrada(s) no respectivo Conselho de Classe e/ou Atestados de Capacidade Técnica expedidos por pessoa jurídica de direito público, que atestem a experiência em trabalhos de Coordenação de elaboração ou revisão de Planos Diretores em conformidade com a Lei nº 10257/2001, já concluídos e recebidos.	2	33	PDMs de 32 municípios do Estado de Santa Catarina; PDR e Macro Diretrizes Urbanísticas e de Inovação do Vale do Itapocu e PDMs Guaranyrim, Barra Velha e Schoroder PDM Campina Grande do Sul PDM Cruzmaltina; PDM Agudos do Sul; PDM Borrazópolis; PDM Catanduvas; PDM Colorado; PDM Coronel Vivida; PDM Ouro Verde do Oeste; PDM Rio Negro.
Certidão(ões) de Acervo(s) Técnico(s) registrada(s) no respectivo Conselho de Classe e/ou Atestados de Capacidade Técnica expedidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem a experiência específica de consultoria relacionada a áreas e temáticas compatíveis com o objeto licitado.	0,5	6	Mobilidade Palmeira; PLHIS Colombo; PERS Tocantins; Saneamento Guaranyrim; PGRS Apucarana; PGRS e PMSB de 6 municípios da Região Centro Sul do Paraná; Drenagem Cruzeiro do Oeste
Títulos de Especialização em área compatível e pertinente com o objeto contratado.	1	1	Especialização em Gestão e Engenharia Ambiental
Máximo de pontos	40	40	

Coordenador - Sandra Mayumi Nakamura

# Pontifícia Universidade Católica do Paraná

SERVIÇO DISTRIÇÃO DO CLAREO  
FONE/FAX 3192-3583  
Data: \_\_\_\_\_  
AUTENTICAÇÃO  
Certifico que a presença fotográfica e reprodução  
deste documento conferem a sua fidedignidade.  
CHAMANAJURU

03 JUN 2019



Telefone de Notas  
Exclusivo para  
Autenticação de Cópia  
FGD36128

Patricia Fornaza Ferreira  
Escrevente

O Reitor da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista a conclusão do Curso de ARQUITETURA E URBANISMO, em 3 de fevereiro de 1999, confere o título de ARQUITETO E URBANISTA a

*Sandra Mayumi Nakamura*

brasileira, natural do Estado do Paraná, nascida em 20 de dezembro de 1974, portadora da Carteira de Identidade n.º 1.449.396-4, expedida pelo Instituto de Identificação do Paraná, outorgando-lhe o presente diploma, a fim de que possa gozar de todos os direitos e prerrogativas legais.

Curitiba, 3 de fevereiro de 1999.

Reitor  
*Emunútilio*  
*RSchneider*  
Pró-Reitor Acadêmico



Diplomada

1106<sup>A</sup>

8910

19/02

Pontifícia Universidade Católica do Paraná  
 Pró-Reitoria Acadêmica  
 Diretoria de Admissão e Controle Acadêmico  
 Setor de Emissão e Registro de Diplomas

Registrado sob o n.º 77 às  
 folhas 06 do livro n.º 27

Curitiba, 3 de fevereiro de 1999.

*Shucio*  
 Chefe do S.E.R.D.


Curso de ARQUITETURA E URBANISMO,  
 reconhecido pela Portaria Ministerial Nº  
 202/1981, Publicada no D.O.U. de 29/02/1981.

CLEMENTE IVO JULIATTO  
 REITOR

SERGIO RICARDO SCHNEIDER  
 PRO-REITOR ACADÊMICO

O PRESENTE DIPLOMA FUI APRESENTADO  
 NESTE CONSÉLHO REGIONAL DE  
 ENGENHARIA, ARQUITETURA E URBANISMO -  
 ESTADO DO PARANÁ EM DATA PARA  
 REGISTRO.

Curitiba, 08 de FEVEREIRO de 1999  
 Função: *Assessor*

 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO  
 UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
 Gabinete do Reitor - Divisão de Registro Geral

Por delegação de competência do D.A.U., Portaria nº 71, de  
 21/10/77, Portaria da SESU, nº 80, de 23/05/79, e nos  
 termos da Portaria Ministerial nº 726, de 21/10/77.

Diploma registrado sob n.º 40326  
 livro W-88, Fols. 233, Proc. 938099-94

Curitiba, 31 de 02 de 19 99

*Erivaldo*  
 Erivaldo Ferreira Taveira  
 Diretor da Divisão de Registro Geral

Por subdelegação de competência, de acordo com o art. 6º  
 do Decreto nº 83.937/79 e nos termos da Portaria nº  
 2.972/98 da Vice-Reitora da UFPR.

SECRETARIA GERAL DO CAJURU  
 AV. TEN. CARLOS  
 FERREIRA MERSCH



# Certificado de Especialização

A Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Federal do Paraná, no uso de suas atribuições, tendo em vista a competência que lhe foi delegada pela Portaria n.º 579, de 16 de julho de 1990, confere a

## SANDRA MAYUMI NAKAMURA

nascida a 20 de dezembro de 1974, em Curitiba-PR, o Certificado de Curso de ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO E ENGENHARIA AMBIENTAL, por curso realizado no período de 18 de março de 1999 a 11 de dezembro de 1999, com uma carga horária de 360 horas, autorizado pelo Parecer n.º 558/99 do CEPE/UFPR.

Este Certificado, registrado na folha n.º 2.149 v, sob o n.º 10.885 do livro XII, não é válido para o Magistério do Ensino Superior, nos AMIENSABAS. Resolução 12/83-CFE de 06 de outubro de 1983.

Curitiba, 13 de agosto de 2002

Este documento original não foi apresentado.  
 Doc. de. S. MARINHO  
 28 JUN. 2013  
 SERVIÇO DISTITAL DO CARMU  
 FONE/FAX 3262-3553  
 CURITIBA, 13 de agosto de 2002  
 Ass. Profa. Jaisa Soares de Souza  
 Ass. Profa. Jaisa Soares de Souza

*Jaisa Soares de Souza*  
**Prof.ª Dr.ª Jaisa Soares de Souza**  
 Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação

*Eduardo Geronimo Alves de Moraes*  
 Escrevente



**Conselho de Arquitetura e Urbanismo  
do Brasil**

**CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO**  
Lei Nº 12378 de 31 de Dezembro de 2010

**CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO**  
Nº 000000508935



**CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO PESSOA FÍSICA**

Validade: 02/12/2019

CERTIFICAMOS que o Profissional SANDRA MAYUMI NAKAMURA encontra-se registrado neste Conselho, nos Termos da Lei 12.378/10, de 31/12/2010, conforme os dados impressos nesta certidão. CERTIFICAMOS, ainda, que o Profissional não se encontra em débito com o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil - CAU/BR

**INFORMAÇÕES DO REGISTRO**

Nome: SANDRA MAYUMI NAKAMURA CPF: 030.228.409-50

Título do Profissional: Arquiteto e Urbanista

Registro CAU : A28547-1

Data de obtenção de Títulos: 03/02/1999

Data de Registro nacional profissional: 04/02/1999

Tipo de registro: DEFINITIVO ( PROFISSIONAL DIPLOMADO NO PAÍS )

Situação de registro: ATIVO

Título(s):

- Arquiteto e Urbanista

País de Diplomação: Brasil

Cursos anotados no SICCAU:

- Nenhum curso anotado.

**ATRIBUIÇÕES**

As atividades, atribuições e campos de atuação profissional são especificados no art. 2º da Lei 12.378, de 31 de dezembro de 2010.

**OBSERVAÇÕES**

- A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a) autor(a) à respectiva ação penal.
- CERTIFICAMOS que caso ocorra(m) alteração(ões) no(s) elemento(s) contido(s) neste documento, esta Certidão perderá a sua validade para todos os efeitos.
- Esta certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos.
- Válida em todo o território nacional.

Certidão nº 508935/2019

Expedida em 05/06/2019, Curitiba/PR, CAU/PR

Chave de Impressão: 2A58WW





Ecotécnica - Tecnologia e Consultoria Ltda.  
CNPJ: 02.610.553/0001-91  
Rua Maria Rita da Chagas Lima, 317, Bairro São Braz, CEP: 82.300-330. Curitiba-PR  
Telefone (41) 3026-8639  
E-mail: licitacao@ecotecnica.com.br

1110<sup>A</sup>

### Notas explicativas de acervos técnicos

1. Acervo páginas 195 a 200, cópia autenticada nas páginas 43 a 48.
2. Acervo páginas 201 a 206, cópia autenticada nas páginas 57 a 62.
3. Acervo páginas 207 a 213, cópia autenticada nas páginas 63 a 69.
4. Acervo páginas 214 a 218, cópia autenticada nas páginas 70 a 74.
5. Acervo páginas 219 a 221, cópia autenticada nas páginas 75 a 77.
6. Acervo páginas 222 a 223, cópia autenticada nas páginas 78 a 79.
7. Acervo páginas 224 a 229, cópia autenticada nas páginas 80 a 85.
8. Acervo páginas 230 a 235, cópia autenticada nas páginas 86 a 91.

*[Handwritten signatures and initials]*


**Conselho de Arquitetura e Urbanismo  
do Brasil**
**CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO COM ATESTADO**

Lei Nº 12378 de 31 de Dezembro de 2010

**CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO COM ATESTADO**
**Nº 0000000359109**


20170000359109

Validade: Indeterminada

CERTIFICAMOS, para os devidos fins, que consta em nossos arquivos o registro de Acervo referente ao(s) Registro(s) de Responsabilidade Técnica - RRTs abaixo discriminado(s):

**DADOS DO PROFISSIONAL**

Profissional: SANDRA MAYUMI NAKAMURA

Título do Profissional: Arquiteto e Urbanista

Data de obtenção do título: 03/02/1999

Registro Nacional: 000A285471

Data de Registro: 04/02/1999

**DADOS DOS REGISTROS DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA-RRT**

Número do RRT: 5444737

Tipo do RRT: SIMPLES - EXTEMPORÂNEO

Registrado em: 14/02/2017

Forma de Registro: INICIAL

Participação Técnica: EQUIPE

Descrição: Elaboração do Planejamento Macro da Faixa Leste da BR-101 e revisão ou elaboração dos Planos Diretores dos municípios de Antônio Carlos, Biguaçu, São José, Palhoça, Santo Amaro da Imperatriz, São Pedro de Alcântara, Garopaba, Imauí, Imbituba, Laguna, Paulo Lopes, Capivari de Baixo, Gravatal, Pedras Grandes, Sangão, Tubarão, Criciúma, Forquilha, Içara, Morro da Fumaça, Araranguá, Balneário Arroio do Silva, Balneário Gaivota, Ermo, Jacinto Machado, Maracajá, Meleiro, Passo de Torres, Santa Rosa do Sul, São João do Sul, Sombrio e Turvo, estado de Santa Catarina. Profissional responsável pela coordenação técnica geral dos coordenadores.

 Empresa contratada: ECOTECNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA  
 CNPJ: 02.610.553/0001-91

**DADOS DO CONTRATO**

 Contratante: Hardt Planejamento S/S LTDA  
 CPF/CNPJ: 81911794000147

RUA CAMÕES

Nº 1560

Complemento:

Cidade: CURITIBA

Bairro: HUGO LANGE

UF: PR

CEP: 80040180

Contrato:

Celebrado em: 14/10/2008

Valor do Contrato: R\$ 0,00

Tipo do Contratante: Pessoa jurídica de direito privado

Data de Início: 14/10/2008

Data de término da atividade: 20/12/2011

**ATIVIDADE TÉCNICA REALIZADA**

3.1 - COORDENAÇÃO E COMPATIBILIZAÇÃO DE PROJETOS , 32.00 un - unidade ;

**ENDEREÇO DA OBRA/SERVIÇO**

RUA CAMÕES

Nº 1560

Complemento:

Cidade: CURITIBA

Bairro: HUGO LANGE

UF: PR

CEP: 80040180

Coordenadas Geográficas: 0 0

**DESCRIÇÃO**

CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO COM ATESTADO

**INFORMAÇÕES IMPORTANTES**

**Conselho de Arquitetura e Urbanismo  
do Brasil****CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO COM ATESTADO**

Lei Nº 12378 de 31 de Dezembro de 2010

**CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO COM ATESTADO****Nº 0000000359109**

20170000359109

- Esta certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos
- Certificamos que se encontra vinculado à presente CAT o atestado apresentado em cumprimento à Lei nº 8.666/93, expedido pela pessoa jurídica contratante, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes. É de responsabilidade deste Conselho a verificação da atividade profissional em conformidade com a Lei nº 12.378/2010 e Resoluções do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR)
- A Certidão de Acervo Técnico (CAT) à qual o atestado está vinculado constituirá prova da capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver ou venha a ser integrado ao seu quadro técnico por meio de declaração entregue no momento da habilitação ou da entrega das propostas
- Certificamos, ainda, que nos termos do artigo 2º da Lei nº 12.378/2010 e artigos 2º e 3º da Resolução nº 21/2012-CAU/BR, esta Certidão é válida somente para os serviços condizentes com as atribuições profissionais acima discriminadas
- Em conformidade com o que determina o Art. 45 da Lei 12.378, toda realização de trabalho de competência privativa ou de atuação compartilhadas com outras profissões regulamentadas será objeto de Registro de Responsabilidade Técnica - RRT

Certidão nº 359109/2017

Expedida em 15/02/2017 12:02:00, Curitiba/PR, CAU/PR

Chave de Impressão: 8A87ZZ3Y4475A33D33A8

**ATESTADO DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS**

A **HARDT PLANEJAMENTO S/S LTDA**, com sede à Rua Coimbra, nº 1560, bairro Hugo Lange, CEP 80.040-180, inscrita no CNPJ 04.911.794/0001-47, atesta, para os devidos fins, que a empresa **ECOTÉCNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA**, com sede à Maria Rita dos Chagas Lima, 317 - Curitiba-PR Bairro São Braz CEP 82300-320, inscrita no CNPJ 02.610.553/0001-91, tendo como responsável técnica a Arquiteta e Urbanista **SANDRA MAYUMI NAKAMURA**, carteira profissional CAU A28547-1, prestou serviços de Coordenação Técnica Geral, referentes à realização dos estudos e projetos abaixo citados, tendo demonstrado capacidade técnica no fornecimento dos mesmos, nada constando em nossos arquivos que o desabone.

data dos serviços: 14/10/2008

Conclusão dos serviços: 20/12/2011

Endereço dos serviços:

Vários municípios

Objeto do contrato:

**LOTE 1:**

Elaboração do Planejamento Macro da Faixa Linceira da BR-101 e revisão ou elaboração dos Planos Diretores dos Municípios de Antônio Carlos, Biguaçu, São José, Palhoça, Santo Amaro da Imperatriz e São Pedro de Alcântara, sendo:

\* Antônio Carlos (área municipal 229,118 km<sup>2</sup>, população 7.455 hab. - IBGE, 2010); elaboração do Planejamento Macro da Faixa Linceira da BR-101 e revisão do Plano Diretor Municipal;

\* Biguaçu (área municipal 324,521 km<sup>2</sup>, população 58.238 hab. - IBGE, 2010); elaboração do Planejamento Macro da Faixa Linceira da BR-101;

\* São José (área municipal 113,717 km<sup>2</sup>, população 209.804 hab. - IBGE, 2010); elaboração do Planejamento Macro da Faixa Linceira da BR-101;

\* Palhoça (área municipal 394,662 km<sup>2</sup>, população 137.334 hab. - IBGE, 2010); elaboração do Planejamento Macro da Faixa Linceira da BR-101 e revisão do Plano Diretor Municipal;

\* Santo Amaro da Imperatriz (área municipal 310,735 km<sup>2</sup>, população 19.830 hab. - IBGE, 2010); elaboração do Planejamento Macro da Faixa Linceira da BR-101 e revisão do Plano Diretor Municipal;

\* São Pedro de Alcântara (área municipal 139,635 km<sup>2</sup>, população 4.710 hab. - IBGE, 2010); elaboração do Planejamento Macro da Faixa Linceira da BR-101 e do Plano Diretor Municipal.

**LOTE 2:**

Elaboração do Planejamento Macro da Faixa Linceira da BR-101 e revisão ou elaboração dos Planos Diretores dos municípios de Garopaba, Imbituba, Imbituba e Paulo Lopes, sendo:

\* Garopaba (área municipal 114,470 km<sup>2</sup>, população 18.144 hab. - IBGE, 2010); elaboração do Planejamento Macro da Faixa Linceira da BR-101 e revisão do Plano Diretor Municipal;

\* Imbituba (área municipal 542,236 km<sup>2</sup>, população 11.672 hab. - IBGE, 2010); elaboração do Plano Diretor Municipal;

\* Imbituba (área municipal 184,767 km<sup>2</sup>, população 40.200 hab. - IBGE, 2010); elaboração do Planejamento Macro da Faixa Linceira da BR-101 e revisão do Plano Diretor Municipal;

\* Laguna (área municipal 440,525 km<sup>2</sup>, população 51.554 hab. - IBGE, 2010); elaboração do Planejamento Macro da Faixa Linceira da BR-101 e revisão do Plano Diretor Municipal;

\* Paulo Lopes (área municipal 430,572 km<sup>2</sup>, população 6.692 hab. - IBGE, 2010); elaboração do Planejamento Macro da Faixa Linceira da BR-101 e do Plano Diretor Municipal.

**LOTE 3:**

Elaboração do Planejamento Macro da Faixa Linceira da BR-101 e revisão ou elaboração dos Planos Diretores dos municípios de Capivari de Baixo, Gravatal, Pedras Grandes, Sangão e Tubarão, sendo:

\* Capivari de Baixo (área municipal 53,165 km<sup>2</sup>, população 21.689 hab. - IBGE, 2010); elaboração do Planejamento Macro da Faixa Linceira da BR-101;

\* Gravatal (área municipal 169,473 km<sup>2</sup>, população 10.636 hab. - IBGE, 2010); revisão do Plano Diretor Municipal;

\* Pedras Grandes (área municipal 171,821 km<sup>2</sup>, população 4.107 hab. - IBGE, 2010); elaboração Plano Diretor Municipal;

\* Sangão (área municipal 83,056 km<sup>2</sup>, população 10.402 hab. - IBGE, 2010);

elaboração do Planejamento Macro da Faixa Linceira da BR-101 e do Plano Diretor Municipal;

<sup>11</sup>Fusarão (área municipal 300.273 km², população 97.281 hab. - IBGE, 2010); elaboração do Planejamento Macro da Faixa Linceira da BR-101 e revisão do Plano Diretor Municipal;

**LOTE 4:**

Elaboração do Planejamento Macro da Faixa Linceira da BR-101 e revisão ou elaboração dos Planos Diretores dos municípios de Criciúma, Forquilha, Içara e Maro da Fumaça, sendo:

<sup>12</sup>Criciúma (área municipal 235.628 km², população 192.308 hab. - IBGE, 2010); elaboração do Planejamento Macro da Faixa Linceira da BR-101 e revisão do Plano Diretor Municipal;

<sup>13</sup>Forquilha (área municipal 181.915 km², população 22.548 hab. - IBGE, 2010); elaboração do Plano Diretor Municipal;

<sup>14</sup>Içara (área municipal 292.779 km², população 58.859 hab. - IBGE, 2010); elaboração do Planejamento Macro da Faixa Linceira da BR-101 e revisão do Plano Diretor Municipal;

<sup>15</sup>Maro da Fumaça (área municipal 82.936 km², população 15.126 hab. - IBGE, 2010); revisão do Plano Diretor Municipal;

**LOTE 5:**

Elaboração do Planejamento Macro da Faixa Linceira da BR-101 e revisão ou elaboração dos Planos Diretores dos municípios de Araranguá, Balneário Arroio do Silva, Balneário Gaivota, Ermo, Jacinto Machado, Maracajá, Meleiro, Passo de Torres, Santa Rosa do Sul, São João do Sul, Sombrio e Urubici, sendo:

<sup>16</sup>Araranguá (área municipal 383.799 km², população 61.339 hab. - IBGE, 2010); elaboração do Planejamento Macro da Faixa Linceira da BR-101 e revisão do Plano Diretor Municipal;

<sup>17</sup>Balneário Arroio do Silva (área municipal 93.819 km², população 7.590 hab. - IBGE, 2010); revisão do Plano Diretor Municipal;

<sup>18</sup>Balneário Gaivota (área municipal 147.710 km², população 8.244 hab. - IBGE, 2010); elaboração do Plano Diretor Municipal;

<sup>19</sup>Ermo (área municipal 63.865 km², população 2.056 hab. - IBGE, 2010); elaboração do Plano Diretor Municipal;

<sup>20</sup>Jacinto Machado (área municipal 426.850 km², população 10.908 hab. - IBGE, 2010); elaboração do Plano Diretor Municipal;

<sup>21</sup>Maracajá (área municipal 63.401 km², população 6.409 hab. - IBGE, 2010); elaboração do Planejamento Macro da Faixa Linceira da BR-101 e do Plano Diretor Municipal;

<sup>22</sup>Meleiro (área municipal 186.318 km², população 7.002 hab. - IBGE, 2010); elaboração do Plano Diretor Municipal;

<sup>23</sup>Passo de Torres (área municipal 95.054 km², população 6.431 hab. - IBGE, 2010); elaboração do Planejamento Macro da Faixa Linceira da BR-101 e revisão do Plano Diretor Municipal;

<sup>24</sup>Santa Rosa do Sul (área municipal 151.440 km², população 8.054 hab. - IBGE, 2010); elaboração do Planejamento Macro da Faixa Linceira da BR-101 e do Plano Diretor Municipal;

<sup>25</sup>São João do Sul (área municipal 182.70 km², população 7.002 hab. - IBGE, 2010); elaboração do Planejamento Macro da Faixa Linceira da BR-101 e do Plano Diretor Municipal;

<sup>26</sup>Sombrio (área municipal 142.745 km², população 26.626 hab. - IBGE, 2010); elaboração do Planejamento Macro da Faixa Linceira da BR-101 e do Plano Diretor Municipal;

<sup>27</sup>Urubici (área municipal 223.941 km², população 11.854 hab. - IBGE, 2010); elaboração do Plano Diretor Municipal;

**Equipe**

Formação	Profissional	Função na equipe	Número do Conselho
Arquiteta e Urbanista	Sandra Mayumi Nakamura	Coordenação Técnica Geral	CAU A28547-1
Eng. Civil	Nilo Alhara	Aspectos Infraestrutura	CREA-PR 8.040/70
Arquiteta e Urbanista	Leícia Schmitt Cardon de Oliveira	Aspectos Socioeconômicos	CAU A16913-0

Rua Canópis, 1560 - Hugo Lange - CEP 81640-180 - Curitiba/PR - Fone: (041) 3363-1213  
e-mail: administrativo@horddiplanejamento.com.br

Este documento encontra-se registrado no Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil, vinculado à Certidão De Aferço Técnico Com Atestado nº 359109, emitida em 26/06/2019

Arquiteta e Urbanista	Vanessa Barbara Fernandes	Aspectos Socioeconômicos	CAU A37721-0
Advogada Esp.	Lucia B. de Camargo Blichanski	Aspectos legais	OAB-PR 37.951
Biólogo	Luiz Gustavo Andrequeffa	Aspectos biológicos	CRBio-PR 50.593-7/0

**DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS**

**LEVANTAMENTO DE INFORMAÇÕES**

Esta fase compreendeu a sistematização de um conjunto de informações que servirão como base para o desenvolvimento das demais fases do processo. Nesta fase foram identificadas:

- a situação e a evolução física, econômica e social do município e as disposições legais que atingem a área com a finalidade de determinar as condicionantes para o desenvolvimento e o planejamento;
- a situação atual relativa às deficiências e problemas no atendimento da população e as potencialidades para o desenvolvimento das comunidades;
- os objetivos e metas estabelecidos por planos e leis vigentes e pelos programas setoriais, aprovados ou em execução;
- a demanda futura em relação às necessidades básicas da comunidade, bem como a demanda projetada ideal, relacionada com normas, parâmetros e objetivos estabelecidos previamente, como meta dos poderes públicos ou das comunidades.

Nesta fase, também foram elaboradas as bases cartográficas nas escalas regional, municipal e da faixa litorânea da rodovia BR-101 e estudo detalhado do uso e ocupação do solo das áreas da faixa litorânea da BR-101.

Visando o envolvimento da população no processo de planejamento foi elaborada uma cartilha, contendo os principais aspectos a serem abordados pelo Planejamento Macro da Faixa Litorânea e pelo Plano Diretor, assim como as etapas do processo e as audiências públicas previstas.

**ANÁLISE, DIAGNOSE E PROGNÓSE**

Consistiu na avaliação dos problemas identificados, considerando um horizonte de projeto de 10 anos, compreendendo a hierarquização das potencialidades e deficiências, a compatibilização das soluções ou alternativas propostas, a avaliação da solução mais eficaz. Nesta fase foram analisados os seguintes aspectos:

- CONDIÇÕES REGIONAIS
  - aspectos físico-espaciais;
  - equipamentos do espaço;
  - população e economia;
- USO E OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO
  - aspectos históricos;
  - uso e ocupação atual do solo urbano e rural;
  - interesse e proteção especial;
- CONDIÇÕES FÍSICO-NATURAIS DO MUNICÍPIO
  - hidrografia;
  - feições litológicas;
  - geomorfologia e geologia;
  - solo e cobertura vegetal;
  - clima e condições meteorológicas;
  - áreas de proteção especial e zonas de reserva ambiental;
- CONDIÇÕES SOCIOECONÔMICAS DO MUNICÍPIO
  - população;
  - emprego e renda;
  - base econômica;
- INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS
  - circulação, transporte e mobilidade urbana;
  - saneamento básico;
  - energia;
  - comunicações;

Certidão nº 359109/2017 - 26/06/2019, 17:04 - Chave de Inscrição: BAB7Z3Y4475A303033A8  
O atestado neste ato registrado foi emitido em 26/06/2019, e contém 8 folhas



Este documento encontra-se registrado no Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil, vinculado à Certidão De Acervo Técnico Com Atestado nº 359109, emitida em 26/06/2019

*[Handwritten signatures and initials]*

- serviço funerário;
- segurança pública;
- abastecimento alimentar.

**PROPOSTAS**

Com base nas avaliações efetuadas, foram apresentadas:

- 1. **DIRETRIZES E AÇÕES ESTRATÉGICAS** – formulação de objetivos, diretrizes e ações estratégicas (prioridades) relativas aos setores principais das áreas econômica, social, administrativa e legal, propostas para todo espaço municipal;
- 2. **COMPATIBILIZAÇÃO DAS MEDIDAS PROPOSTAS** – ponderação das medidas propostas considerando as relações intergovernamentais, inter-institucionais e a realidade de cada município, por meio da análise do Plano Plurianual, diretrizes orçamentárias e orçamento anual;
- 3. **ELABORAÇÃO DAS DIRETRIZES FÍSICO-TERRITORIAIS** – definição de diretrizes para o desenvolvimento físico-territorial, indicando principais tendências de crescimento e as áreas propícias e prioritárias à intervenção do poder público, compreendendo a definição de:
  - áreas e elementos que por sua característica física ou natural apresentem restrições para o desenvolvimento urbano;
  - áreas e elementos que por seu valor ecológico, paisagístico ou histórico/cultural devam ser preservados;
  - áreas urbanas;
  - áreas de expansão urbana;
  - áreas da Faixa Linceira de BR-101;
  - áreas prioritárias para implantação de equipamentos de infraestrutura e serviços públicos;
  - áreas de Interesse Especial;
  - áreas de Urbanização Específica;
  - área da Zona Especial de Interesse Social.
- 4. **ELABORAÇÃO DO PRÉ-PLANO** – considerando as atividades anteriores, esta atividade engloba:
  - macrozoneamento municipal – foram previstas as seguintes zonas: Área ou Zona de Preservação Permanente – ZPP, Área ou Zona de Uso Remido – ZUR, Área ou Zona de Uso Especial – ZUE (Unidades de conservação – áreas de uso restrito e áreas de uso sustentável); Área ou Zona de Uso Rural – ZR;
  - macrozoneamento urbano – área ou zona de uso urbano, compreendendo áreas urbanizadas (bairros, vilas, povoados, distritos); áreas de expansão urbana (áreas urbanizáveis). No macrozoneamento urbano foram definidas as grandes áreas de interesse quanto ao incentivo ou restrição à ocupação, a partir da compatibilidade entre a capacidade da infraestrutura instalada, as condições de suporte ambiental, as necessidades de proteção e preservação ambiental e de patrimônio histórico e as características de uso e ocupação existentes;
  - macrozoneamento da faixa linceira de BR-101 – planejamento macro (faixa de domínio e faixa linceira e rodovia – 200 metros de para cada lado das faixas); visou estabelecer normas de ação territorial, de forma adequar ou disciplinar o uso e ocupação do solo, considerando as alterações e potencialidades introduzidas pela aplicação do BR-101, as atividades compatíveis e o desenvolvimento socioeconômico da região e município;
  - zoneamento urbano – consistiu na proposição de zonas com diferentes usos e padrões de ocupação do solo, visando ordenar o crescimento da cidade e proteger os interesses da coletividade, assegurar condições mínimas de habitabilidade e uso racional do solo;
  - instrumentos urbanísticos – aplicação dos instrumentos de política urbana previstos pelo Estatuto da Cidade, suas áreas de incidência e critérios para aplicação, de forma a nortear a política urbana municipal, compreendendo:
    - parcelamento, do uso e ocupação do solo;
    - zoneamento ambiental;
    - plano plurianual;
    - diretrizes orçamentárias e orçamento anual;
    - gestão orçamentária participativa;
    - planos, programas e projetos setoriais;
    - planos de desenvolvimento econômico e social;
    - institutos tributários e financeiros:
      - Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU;
      - contribuição de melhoria;
      - incentivos e benefícios fiscais e financeiros;

- \* Institutos jurídicos e políticos:
  - desapropriação;
  - limitações administrativas;
  - tombamento de imóveis ou de mobiliário urbano;
  - instituição de unidades de conservação;
  - instituição de zonas especiais de interesse social;
  - concessão de direito real de uso;
  - concessão de uso especial para fins de moradia;
  - parcelamento, edificação ou utilização compulsórias;
  - usucapião especial do imóvel urbano;
  - direito de superfície;
  - direito de preempção;
  - outorga onerosa do direito de construir e de alteração de uso;
  - transferência do direito de construir;
  - operações urbanas consorciadas;
  - regularização fundiária;
  - assistência técnica e jurídica gratuita para as comunidades e grupos sociais menos favorecidos;
  - referendo popular e plebiscito;
- \* Circulação e transporte / mobilidade urbana - análise do sistema de circulação e transporte, considerando os aspectos: estático, referente à infraestrutura (rodas e suas infraestruturas); e dinâmico, referente à estruturas operacionais (circulação e transporte); visando garantir e melhorar a circulação e o transporte urbano e proporcionar deslocamentos intra e intermunicipais que atendam às necessidades da população.
- \* gestão democrática do sistema de planejamento urbano - com objeto de assegurar participação direta da população no processo de planejamento, foram previstas as seguintes instâncias: Conferência de Política Urbana ou do Plano Diretor, precedida de conferências, seminários ou fóruns de debates temáticos e regionais, Conselho de Política Urbana ou do Plano Diretor, Assembleias Regionais de Política Urbana, audiências públicas, iniciativa popular de projetos de lei, de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano, assembleias e reuniões de elaboração do Orçamento Municipal, programas e projetos com gestão participativa.

### ELABORAÇÃO DAS LEIS DO PLANO

As diretrizes, políticas, programas, projetos e ações definidos na etapa anterior, foram apresentadas, nesta fase, sob a forma de minuta de anteprojeto de lei, acompanhadas, quando cabível, de mapas em escalas apropriadas, abrangendo:

- Anteprojeto de Lei do Plano Diretor Municipal, onde foram estabelecidas as diretrizes e propostas de desenvolvimento municipal, incluindo:
  - macrozoneamento (organização espacial rural e urbano), articulado à inserção ambiental e relacionamento do uso, parcelamento e ocupação do território, a infraestrutura e equipamentos sociais;
  - planejamento e gestão do desenvolvimento municipal, definindo os instrumentos que qualifiquem o poder público na tarefa de planejar e gerenciar o desenvolvimento do município;
  - sistema de acompanhamento e controle do plano;
- Anteprojeto de Lei do Perímetro Urbano e de Expansão Urbana, que delimitou as áreas onde o Município proverá equipamentos e serviços, bem como exercerá seu poder de polícia e de tributação municipal. O perímetro foi representado de forma detalhada, com base em memorial descritivo da sua poligonal, bem como informações de localização e coordenadas dos vértices acompanhado de mapa em escala apropriada.
- Anteprojeto de Lei de Parcelamento do Solo Urbano, consistindo em regulamentação da Lei Federal Nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979 (BRASIL, 1979), alterada pela Lei Federal Nº 9.785, de 29 de janeiro de 1999 (BRASIL, 1999), a qual define os procedimentos relacionados a loteamentos, desmembramentos e remembramentos de lotes urbanos e demais requisitos urbanísticos (tamanho mínimo dos lotes, infraestrutura a ser implantada pelo loteador e respectivo prazo, assim como parcela a ser doada ao poder público com a definição de seu uso, assegurando ao Município a escolha das áreas mais adequadas); o estabelecimento das áreas prioritárias e impróprias ao parcelamento; a proposição de locais para loteamentos populares (Zonas Especiais de Interesse Social - ZEIS), faixas de serviços, de proteção e de domínio, áreas ou pontos de interesse paisagístico e outros requisitos em função da peculiaridade local;



Certidão nº 359109/2017 - 26/06/2019, 17:01 - Chave de Impressão: 9AB7ZZ3Y4475A33033A8  
O atestado neste ato registrado foi emitido em 26/06/2019, e contém 8 folhas

- Anteprojeto de Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano e Rural, a qual dividiu o território do município em zonas e áreas e definir a distribuição da população nestes espaços em função da infraestrutura existente e das condicionantes ambientais; para as zonas urbanas, foram utilizados parâmetros urbanísticos mínimos (para fazer cumprir a função social da propriedade), básicos (em função da capacidade de suporte da infraestrutura) e máximos (atingidos com a utilização da outorga onerosa ou com a transferência do direito de construir). Os parâmetros urbanísticos foram definidos, em compatibilidade com a infraestrutura, compreendendo: coeficiente de aproveitamento; taxa de ocupação; gabarito (número máximo de pavimentos e altura máxima); recuo e afastamento mínimos; taxa mínima de permeabilidade; classificação dos usos (permitidos, permissíveis e proibidos), visando garantir a qualidade ambiental e paisagística do espaço urbano. A definição dos parâmetros urbanísticos mínimos, básicos e máximos foi embasada na capacidade de suporte das infraestruturas urbanas, existentes ou projetadas. Para as áreas rurais, os parâmetros utilizados foram embasados nas condicionantes ambientais (morançiais, florestas, declividades acentuadas etc.) e de proteção de infraestrutura (faixas de proteção de rodovias, ferrovias, dutos e linhas de alta tensão, cones de aproximação e faixas de proteção de aeródromos etc.), assim como em parâmetros de potencialidade de exploração econômica (extraativismo vegetal e mineral, agricultura, pecuária, silvicultura etc.);
- Anteprojeto de Lei do Sistema Viário, hierarquizando e dimensionando as vias públicas, bem como estabelecendo sua definição para novos parcelamentos;
- Anteprojeto de Lei do Código de Edificações e Obras, regulamentando as normas edilícias no município;
- Anteprojeto de Lei do Código de Posturas, regulamentando o poder de polícia do município sobre temáticas referentes às posturas municipais;
- Anteprojeto de leis específicas para utilização dos instrumentos previstos pelo Estatuto da Cidade e outras que se mostrarem necessárias para implementação das propostas previstas no Plano Diretor.

**TREINAMENTO DA EQUIPE TÉCNICA MUNICIPAL**

A Equipe Técnica Municipal foi treinada pela Equipe Técnica Contratada para que seus membros participem etapa a etapa da elaboração do Plano Diretor visando sua efetiva implementação. O treinamento foi realizado por meio das oficinas de planejamento, onde foram discutidos o andamento dos trabalhos e a aplicabilidade das propostas à realidade municipal, dentre outros aspectos, dos quais participaram a Equipe Técnica Municipal e a Comissão de Acompanhamento do Plano Diretor, Conselhos do Plano Diretor e vereadores. Anteriormente a cada audiência pública, houve a explanação da pauta tratada, para que, posteriormente, na ausência da Equipe Técnica Contratada, a Equipe Técnica Municipal pudesse atender a comunidade, respondendo a eventuais dúvidas após a realização das audiências. Também foram realizados dois assessoramentos à Câmara Municipal visando acompanhar as discussões e sanar eventuais dúvidas dos vereadores.

**REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIAS PÚBLICAS**

Foram realizadas com objetivo de promover a efetiva participação da população do município no processo de planejamento, sendo:

- Audiência 1 - tema: apresentação da proposta para implementação do processo de planejamento local e estratégias para elaboração do Plano Diretor, mobilização e importância para participação popular, criação da Comissão de Acompanhamento da elaboração do Plano Diretor;
- Audiência 2 - tema: futuro participativo de cidade;
- Audiência 3 - tema: apresentação da Análise Diagnose e Prognose;
- Audiência 4 - consolidação das diretrizes e proposições do Plano Diretor Municipal (Pré-Plano);
- Audiência 5 - tema: apresentação da atas minutas dos projetos de lei;
- Audiência 6 - tema: audiência pública promovida pela Câmara de Vereadores para aprovação da legislação relativa ao Plano Diretor.

  
**Marlos Hardt**  
 Arquiteto e Urbanista  
 CAU/PR: A40181-1  
 HARDT PLANEJAMENTO

Rua Comêes, 1560 - Hugo Lange - CEP 80040-160 - Curitiba/PR - Fone: (041) 3362-1212  
e-mail: administrativ@hardtplanejamento.com.br

Este documento encontra-se registrado no Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil, vinculado à Certidão De Arquivo Técnico Com Atestado nº 359109, emitida em 26/06/2019.



**Conselho de Arquitetura e Urbanismo**  
**CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO COM ATESTADO**  
 Lei Nº 12378 de 31 de Dezembro de 2010

**CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO COM ATESTADO**  
**Nº 000000464385**



Validade: Indeterminada

CERTIFICAMOS, para os devidos fins, que consta em nossos arquivos o registro de Acervo referente ao(s) Registro(s) de Responsabilidade Técnica - RRTs abaixo discriminado(s):

**DADOS DO PROFISSIONAL**

Profissional: SANDRA MAYUMI NAKAMURA

Título do Profissional: Arquiteto e Urbanista

Data de obtenção do título: 03/02/1999

Registro Nacional: 000A285471

Data de Registro: 04/02/1999

Validade: Indefinida

**DADOS DOS REGISTROS DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA-RRT**

Número do RRT: 5491380

Tipo do RRT: SIMPLES

Registrado em: 14/02/2017

Forma de Registro: INICIAL

Participação Técnica: EQUIPE

Descrição: Plano de Desenvolvimento regional e Macro Diretrizes Urbanísticas e de Inovação do vale do Itapocu e Planos Diretores Participativos dos municípios: Guaramirim, Barra Velha e Schroder. Profissional responsável pela Coordenação Técnica Geral.

Empresa contratada: ECOTECNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA  
 CNPJ: 02.610.553/0001-91

**DADOS DO CONTRATO**

Contratante: Pontifícia Universidade Católica do Paraná  
 CPF/CNPJ: 76659820000313

RUA IMACULADA CONCEIÇÃO 1155

Nº 1155

Complemento:

Cidade: CURITIBA

Bairro: PRADO VELHO

UF: PR

CEP: 80215901

Contrato:

Celebrado em: 30/09/2013

Valor do Contrato: R\$ 0,00

Tipo do Contratante: Pessoa jurídica de direito privado

Data de Início: 30/09/2013

Data de término da atividade: 15/02/2017

**ATIVIDADE TÉCNICA REALIZADA**

3.1 - COORDENAÇÃO E COMPATIBILIZAÇÃO DE PROJETOS , 3.00 un - unidade ;

**ENDEREÇO DA OBRA/SERVIÇO**

RUA ARTHUR GUMZ

Nº 88

Complemento:

Cidade: JARAGUÁ DO SUL

Bairro: VILA NOVA

UF: SC

CEP: 89259340

Coordenadas Geográficas: 0 0

**DESCRIÇÃO**

CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO COM ATESTADO

**INFORMAÇÕES IMPORTANTES**

- Esta certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos



**Conselho de Arquitetura e Urbanismo**  
**CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO COM ATESTADO**  
Lei Nº 12378 de 31 de Dezembro de 2010

**CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO COM ATESTADO**  
**Nº 0000000464385**

- Certificamos que se encontra vinculado à presente CAT o atestado apresentado em cumprimento à Lei nº 8.666/93, expedido pela pessoa jurídica contratante, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes. É de responsabilidade deste Conselho a verificação da atividade profissional em conformidade com a Lei nº 12.378/2010 e Resoluções do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR)

- A Certidão de Acervo Técnico (CAT) à qual o atestado está vinculado constituirá prova da capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver ou venha a ser integrado ao seu quadro técnico por meio de declaração entregue no momento da habilitação ou da entrega das propostas

- Certificamos, ainda, que nos termos do artigo 2º da Lei nº 12.378/2010 e artigos 2º e 3º da Resolução nº 21/2012-CAU/BR, esta Certidão é válida somente para os serviços condizentes com as atribuições profissionais acima discriminadas

- Em conformidade com o que determina o Art. 45 da Lei 12.378, toda realização de trabalho de competência privativa ou de atuação compartilhadas com outras profissões regulamentadas será objeto de Registro de Responsabilidade Técnica - RRT

- Válida em todo o território nacional.

Certidão nº 464385/2018

Expedida em 05/09/2018 12:09:00, Curitiba/PR, CAU/PR

Chave de Impressão: 95B390Z775YDZZ0Z146C

0180



### ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins, que a empresa ECOTÉCNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA, com sede à Rua Maria Rita das Chagas Lima, 317 - Curitiba-PR, bairro São Braz CEP 82.300-330, com sua equipe técnica multidisciplinar, tendo como responsável técnica a Arquiteta e Urbanista SANDRA MAYUMI NAKAMURA, carteira profissional CAU/PR A28547-1, participou através da PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ - PUC-PR, CNPJ 76.659.820/0003-13, estabelecida na Rua Imaculada Conceição, nº 1155, Prado Velho, CEP 80.215-901, Curitiba - Paraná (mantida pela ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE CULTURA - APC), dos serviços abaixo relacionados referentes à elaboração conjunta entre a Associação dos Municípios de Vale do Itapocu - AMVALI, seus municípios, e coordenado por este Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana, do PLANO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE MACRO DIRETRIZES URBANÍSTICAS E DE INOVAÇÃO DO VALE DO ITAPOCU e PLANO DIRETORES PARTICIPATIVOS DOS MUNICÍPIOS GUARAMIRIM, BARRA VELHA e SCHROEDER. (Termo de Cooperação entre APC/PUCPR e AMVALI), tendo demonstrado Capacidade Técnica na execução dos serviços, nada constando em nossos arquivos que a desabone.

#### Características dos Serviços

Início do serviço: 30/09/2013  
 Conclusão dos serviços: 15/02/2017  
 Objeto: PLANO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE MACRO DIRETRIZES URBANÍSTICAS E DE INOVAÇÃO DO VALE DO ITAPOCU e PLANO DIRETORES PARTICIPATIVOS DOS MUNICÍPIOS GUARAMIRIM, BARRA VELHA e SCHROEDER.  
 Local da obra: R. Artur Gumz, 88 - Vila Nova, Jaraguá do Sul - SC, 89259-340

#### Produtos Desenvolvidos

- ✓ Roteiro Metodológico;
- ✓ Diagnóstico e Análise Integrada Preliminar e Final;
- ✓ Proposta de Diretrizes e Macro Zoneamento;
- ✓ Proposta de Plano de Ação e Investimento; e
- ✓ Realização de Oficinas Técnicas e Capacitação de representantes das Prefeituras e respectivos conselhos (formados pela sociedade civil), focando na sustentabilidade e desenvolvimento da região.

#### EQUIPE

##### Coordenação

Supervisão Geral	Dr. Carlos Hardt	CAU-A 3133-0
Coordenação Geral	Ms. Marlos Hardt	CAU-A 40181-1
Coordenação Ajunta	Dr. Patricia Pellizzaro	CAU-A 28564-1
Coordenação Adjunta	Dr. Leticia Peret Antunes Hardt	CAU-A 3137-2
Coordenação e inovação	Dr. Luiz Marcio Spinosa	-
Coordenação de Geoprocessamento	Ms Willan Carlos Siqueira Lima	CAU-A 49779-7
Coordenação Técnica Geral	Esp. Arquiteta e Urbanista Sandra Mayumi Nakamura	CAU-A 28547-1



Coordenação Técnica (plano de desenvolvimento regional de macro diretrizes urbanísticas e PD de AMAVALI e Guaramirim)	Arquiteta e Urbanista Yoná Lemos Ruthes	CAU-A 30490-5
Coordenação Técnica (PD de Barra Velha)	Esp. Arquiteta e Urbanista Vanessa Boscaro Fernandes	CAU-A 37721-0
Coordenação Técnica (PD de Schroeder)	Arquiteta e Urbanista Letícia S. Cardon de Oliveira	CAU-A 46913-0

**Equipe Técnica**

Aspectos Biológicos	Biólogo Luiz Gustavo Andreguetto	CRBio PR 50593-7/D
	MSc. Oceanógrafo Cássio K. Nakamura	AOCEANO 2.029
	Zootecnista Milton Kentaro Nakamura	CRMV-PR 0568/Z
Aspectos Físicos	Zootecnista Gisele Leopoldino	CRMV-PR 1094/Z
	Geólogo Gilliano Antonio Ribeiro	CREA-PR 69.098/D
	Geólogo Alessandro Carrano Cordova	CREA-PR 52.698/D
Aspectos de Infraestrutura	Eng. Civil / Sanitarista Nilo Aihara	CREA-PR 8.040/D
	Arquiteta e Urbanista Melina Matos	CAU A40877-8
	Gustavo Domingues Gaspari	CAU-A 118.245-5
Aspectos Econômicos	Arquiteta e Urbanista Mayra Mayumi Aihara	CAU 138.434-1
	Economista Jackson Teixeira Bittencourt	CORECON PR - 5954
	Eng. Ambiental Lidia Sayoko Tanaka	CREA-PR 87.131/D
Aspectos Jurídicos	Advogada Rosamaria Milléo Costa	OAB- 20.026
Aspectos Institucionais	Esp. Economia Elisabete Tieme Arazaki	CORECON-PR 4.963
Geoprocessamento	Engenheira Cartog. e Agr. Amanda Antunes	CREA-PR 142.852/D
Aspectos de Uso do Solo e Socioeconomia	Arquiteta e Urbanista Letícia S. Cardon de Oliveira	CAU-A 46913-0
	Arquiteta e Urbanista Yoná Lemos Ruthes	CAU-A 30490-5

**Equipe de Apoio**

Acadêmica em Arquitetura e Urbanismo	Amanda Carolina Santos Motta
Acadêmica em Arquitetura e Urbanismo	Ana Julia Madafozo Molinari
Acadêmica em Arquitetura e Urbanismo	Caroline Nayara Rech
Acadêmica em Arquitetura e Urbanismo	Maria Beatriz Maurer Ravaglio

**Descrição dos serviços**

**Escopo e metodologia**

A seguir, apresentam-se a metodologia e as técnicas utilizadas na execução das atividades, originando os produtos de cada uma das 03 fases elaboração do Plano Regional da AMVALI, englobando os municípios de Barra Velha, Corupá, Guaramirim, Jaraguá do Sul, Massaranduba, São João do Itaperiú e Schroeder e Planos Diretores Participativos (Guaramirim, Barra Velha e Schroeder), elencadas a seguir e assim atingindo os objetivos.



Ainda, foram definidas, a partir das informações coletadas, a estruturação e instrumentação administrativa que foi necessária à adaptação da estrutura do Poder Público para a implementação do Plano Regional e Planos Diretores.

**Fase 1 - Diagnóstico e Prognóstico - Produto 1**

O processo de Diagnóstico e Prognóstico se realizou a partir da compilação, discussão e análise da equipe técnica da consultoria, equipe técnica municipal e núcleo gestor de acompanhamento, dos dados disponibilizados pelas Prefeituras Municipais dos municípios envolvidos, FATMA (Fundação do Meio Ambiente), IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), EPAGRI (Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina), e outras instituições pertinentes, com vistas a subsidiar o trabalho dos técnicos de cada uma das especialidades envolvidas, para posterior discussão e elaboração de um quadro síntese contendo as principais **Condicionantes, Deficiências e Potencialidades**, assim como confecção de mapas temáticos pertinentes a cada tema. As informações coletadas nos levantamentos de dados em campo, assim como as informações contidas nos mapas temáticos confeccionados pela consultoria foram entregues em arquivos editáveis à AMVALI.

Foram avaliados os seguintes temas:

Contextualização Regional

A contextualização regional sob os aspectos naturais e antrópicos, contemplou a vocação e o potencial estratégico dos municípios integrantes da AMVALI, e focalizou os principais fatores que concorreram para o seu desenvolvimento. Foram imprescindíveis as espacializações das informações, configuradas por meio de figuras e mapas temáticos.

Caracterização Regional

A caracterização regional foi realizada mediante a abordagem dos seguintes temas principais, subdivididos em:

Aspectos Físico-ambientais

a) Meio Físico

Foram identificadas as condições do clima, geologia, geomorfologia, solos, recursos hídricos (superficiais e subterrâneos), recursos minerais e direitos minerários, riscos geoambientais associados às situações que alterem o meio físico provocando danos, tais como a erosão fluvial, erosão costeira e inundações; sítios geológicos e potencial geoturístico regional.

b) Meio Biótico

Foram enfocadas questões referentes à flora e fauna, caracterizando o enquadramento fitogeográfico regional, sua cobertura vegetal e o uso do solo do território regional. Com base nos dados levantados, foram caracterizados os espaços para áreas de expansão urbana, conservação e preservação permanente, áreas públicas de lazer e arborização urbana.

c) Aspectos Antrópicos

A análise territorial dos municípios da AMVALI foi desenvolvida com base em dados primários coletados através de levantamento *in loco* e de informações repassadas pelos diferentes setores das Prefeituras Municipais envolvidas, além de dados secundários de instituições brasileiras consagradas de pesquisa e estatística. Com a finalidade de se obter um panorama da condição territorial dos municípios da AMVALI, foram abordados aspectos de demografia, uso e ocupação do solo urbano e rural, instrumentos de planejamento utilizados, áreas verdes, habitação, patrimônio, preço da terra e potencial turístico.



Este documento encontra-se registrado no Conselho de Arquitetura e Urbanismo, vinculado à Certidão De Aproveitamento Técnico Com Atestado nº 464385, emitida em 18/10/2018

*[Handwritten signature]*

3

X  
*[Handwritten initials]*  
0183



✓ Componente Espacial

Primeiramente realizou-se uma análise demográfica dos municípios da AMVALI, permitindo identificar as dinâmicas e tendências populacionais que se apresentam como reflexo dos aspectos territoriais, econômicos e sociais, possibilitando o planejamento de diretrizes às políticas públicas para o atendimento das necessidades básicas da população. Assim, com a finalidade de se estabelecer o quadro populacional de região, foram considerados neste estudo os componentes demográficos de distribuição, crescimento e projeção da população, migração e urbanização.

Foi realizada uma abordagem geral do uso e ocupação do solo urbano e rural mediante a caracterização da evolução da urbanização e do uso do solo, análise do parcelamento do solo e suas tendências de crescimento, questões fundiárias e aspectos atuais dos parcelamentos no município e vazios urbanos, habitação e respectivo déficit habitacional, patrimônio histórico, cultural e paisagístico. E ainda, uma análise dos atrativos turísticos regionais.

Ocorreu igualmente, uma caracterização da infraestrutura e serviços públicos enfocando aspectos relevantes à circulação; sistema viário; saneamento básico (abastecimento de água, esgotamento sanitário, resíduos sólidos e manejo de águas pluviais); energia e comunicações. Além disso, diagnosticaram-se os aspectos socioculturais, abordando os índices de desenvolvimento humano dos municípios da AMVALI, assim como outros aspectos socioculturais como saúde, educação, assistência social, cultura, lazer e esporte e segurança pública. A distribuição dos equipamentos públicos também foi analisada por meio do mapeamento dos raios de abrangência, traçados de acordo com a tipologia das estruturas, como forma de verificar o atendimento da demanda atual.

Assim, foi possível a identificação das áreas com infraestrutura ociosa e as áreas ocupadas com precariedade de infraestrutura, além de uma avaliação da qualidade da paisagem.

Ressalta-se que foram tomados por base os dados e estudos existentes nos municípios da AMVALI referentes a este tema.

✓ Componente Socioeconômico

A caracterização econômica do município contemplou os principais aspectos econômicos dos municípios integrantes da AMVALI, dentre eles, o perfil da renda e ocupação da população e dos setores produtivos, subdivididos pelas atividades agrícolas e pecuárias, industriais e de serviços, designados como atividades ligadas ao setor primário, secundário e terciário. Além da análise específica realizada para subsídio da discussão entorno da viabilidade da implantação do "ecossistema de Inovação" para a região.

✓ Aspectos Institucionais

Foram caracterizadas as unidades administrativas que conformam o arranjo institucional regional e o sistema de gestão relacionado ao planejamento e desenvolvimento da AMVALI, que se relacionam com a gestão do Plano Regional. Igualmente, foi identificada a capacidade de investimento do município, situação atual de arrecadação, evolução anual e projeção para os próximos dez anos, considerando também possíveis fontes alternativas de recursos financeiros e possibilidade de realização de operações de crédito (capacidade de endividamento), além de impostos cobrados, taxas, contribuição de melhoria e demais tributos.

Procedeu-se a uma análise da estrutura organizacional da administração regional e dos agentes intervenientes ao Plano Regional (prefeituras, secretarias, sociedade civil organizada e outros considerados relevantes). Esta análise teve o intuito de detectar a atuação das prefeituras e sua influência na área, de forma a propor no desenvolvimento deste trabalho as possibilidades de atuação e inter-relação entre estes agentes, bem como, análises no sistema de informações municipais disponíveis para a gestão do desenvolvimento regional.

**Condicionantes, Deficiências e Potencialidades**

A análise de cada informação foi realizada individualmente, com suas inter-relações mencionadas e elencadas em um quadro síntese, permitindo uma visão ampla das



condicionantes, deficiências e potencialidades locais, correspondentes. Possibilitando, assim, alcançar proposições preliminares de diretrizes para correção, minimização, prevenção ou compensação de deficiências e para valorização das potencialidades.

**FASE 2 - Seleção de Temas Prioritários, Propostas e Instrumentos de Gestão - Produto 02A**

A síntese da leitura comunitária somada à leitura técnica resultou na identificação dos temas prioritários para a elaboração das propostas do plano. De acordo com as principais deficiências e potencialidades levantadas nos municípios integrantes da AMVALI foram elencados os principais aspectos que se reverteram em eixos de desenvolvimento, ou seja, propostas estratégicas com objetivo de impulsionar o desenvolvimento local. Para cada eixo de desenvolvimento definiram-se as diretrizes e respectivas ações propostas para curto, médio e longo prazo de implementação. Focando a estratégia da implementação do "ecossistema de inovação" para a região.

**FASE 3 - Plano de Ações e Investimentos - Produto 03**

O Plano de Ações e Investimentos refere-se à análise sistêmica e à avaliação das estratégias de intervenção anteriormente formuladas, aglutinando as discussões que se desenvolveram no âmbito das reuniões com a Equipe Técnica do Plano Regional, Núcleo Gestor de Acompanhamento e, também, nos eventos (oficinas técnicas e comunitárias e audiências públicas) realizados junto às entidades estaduais e do município para a discussão das referidas estratégias, e dos critérios e diretrizes para o ordenamento territorial, mediante a definição das ações e projetos prioritários, para os próximos 05 (cinco) anos em compatibilidade com a projeção orçamentária. Apresentando a hierarquização de investimentos em infraestrutura, proteção ambiental, equipamentos comunitários e ações institucionais, com a estimativa de custos aproximados.

Curitiba, 15 de fevereiro de 2017.

Arquiteto e Urbanista Dr. Carlos Hardt  
CAU - A 3133-0

Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUCPR  
Coordenador do Programa de Pós - Graduação em Gestão Urbana - PPGTU/PUCPR  
Coordenador Geral do Plano de Desenvolvimento Regional de Macro Diretrizes Urbanísticas e de Inovação do Vale do Itapocu





**Conselho de Arquitetura e Urbanismo**  
**CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO COM ATESTADO**  
 Lei Nº 12378 de 31 de Dezembro de 2010

**CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO COM ATESTADO**  
**Nº 0000000461145**



20180000461145

CERTIFICAMOS, para os devidos fins, que consta em nossos arquivos o registro de Acervo referente ao(s) Registro(s) de Responsabilidade Técnica - RRTs abaixo discriminado(s):

**DADOS DO PROFISSIONAL**

Título do Profissional: Arquiteto e Urbanista  
 Data de obtenção de Títulos: 03/02/1999  
 Registro Nacional: 000A285471  
 Data de Registro nacional profissional: 04/02/1999

Validade: Indefinida

**DADOS DOS REGISTROS DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA-RRT**

Número do RRT: 6872278                      Tipo do RRT: SIMPLES - EXTEMPORÂNEO                      Registrado em: 25/04/2018  
 Forma de Registro: INICIAL                      Participação Técnica: EQUIPE  
 Descrição: Elaboração do Plano Diretor de Campina Grande do Sul - PR. A profissional participou como coordenadora e integrante da equipe técnica.  
 Empresa contratada: ECOTECNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA  
 CNPJ: 02.610.553/0001-91

**DADOS DO CONTRATO**

Contratante: Prefeitura Municipal de Campina Grande do Sul  
 CPF/CNPJ: 7610560000186  
 PRAÇA Bento Munhoz da Rocha Neto                      Nº 30  
 Complemento:  
 Cidade: CAMPINA GRANDE DO SUL                      Bairro: CENTRO                      UF: PR                      CEP: 83430000  
 Contrato:  
 Celebrado em: 02/10/2013  
 Valor do Contrato: R\$ 0,00                      Tipo do Contratante: Pessoa jurídica de direito privado  
 Data de Início: 02/10/2013                      Data de término da atividade: 02/06/2014

**ATIVIDADE TÉCNICA REALIZADA**

4.4.5 - Planos diretores , 1,00 un - unidade ;

**ENDEREÇO DA OBRA/SERVIÇO**

PRAÇA BENTO MUNHOZ DA ROCHA NETO                      Nº 30  
 Complemento:                      Bairro: CENTRO  
 Cidade: CAMPINA GRANDE DO SUL                      UF: PR                      CEP: 83430000  
 Coordenadas Geográficas: 0 0

**DESCRIÇÃO**

CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO COM ATESTADO

**INFORMAÇÕES IMPORTANTES**

- Esta certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos
- Certificamos que se encontra vinculado à presente CAT o atestado apresentado em cumprimento à Lei nº 8.666/93, expedido pela pessoa jurídica contratante, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes. É de responsabilidade deste Conselho a verificação da atividade profissional em conformidade com a Lei nº 12.378/2010 e Resoluções do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR)



**Conselho de Arquitetura e Urbanismo**  
**CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO COM ATESTADO**  
Lei Nº 12378 de 31 de Dezembro de 2010

**CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO COM ATESTADO**  
**Nº 0000000461145**

- A Certidão de Acervo Técnico (CAT) à qual o atestado está vinculado constituirá prova da capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver ou venha a ser integrado ao seu quadro técnico por meio de declaração entregue no momento da habilitação ou da entrega das propostas

- Certificamos, ainda, que nos termos do artigo 2º da Lei nº 12.378/2010 e artigos 2º e 3º da Resolução nº 21/2012-CAU/BR, esta Certidão é válida somente para os serviços condizentes com as atribuições profissionais acima discriminadas

- Em conformidade com o que determina o Art. 45 da Lei 12.378, toda realização de trabalho de competência privativa ou de atuação compartilhadas com outras profissões regulamentadas será objeto de Registro de Responsabilidade Técnica - RRT

- Válida em todo o território nacional.

Certidão nº PR  
29/08/2018, 13:05  
Chave de Impressão: Curitiba/PR

0187



**ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA**

Atestamos para os devidos fins, que a **ECOTÉCNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA**, com sede a Avenida Rita das Chagas Lima, 37, Bairro São Braz (CNPJ 09.204.931) - Curitiba - PR, inscrita no CNPJ 02.819.953/0001-01, serão como responsáveis técnicos os engenheiros: Engenheira SANDRA MAYUMI NAKAMURA, categoria profissional CA-04A/2547 e o Engenheiro Civil NILO AIHARA, categoria profissional CREA-PR 8.040-D, prestaram para a Prefeitura Municipal de Campina Grande do Sul, inscrita no CNPJ 26.105.600-0001-85, estabelecida na Praça Bento Munhoz da Rocha Neto, nº 33 - Centro, Campina Grande do Sul - Paraná, os serviços referentes a elaboração: **PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE DO SUL - PR**, tendo demonstrado Capacidade Técnica no funcionamento dos mesmos, nada constando em nossos arquivos que a desabone.

**CARACTERÍSTICAS DOS SERVIÇOS**

Inicio dos serviços:	02/10/2018
Conclusão dos serviços:	02/10/2018
Objeto do contrato:	Elaboração do Plano Diretor Municipal de Campina Grande do Sul - PR
Local da Obra:	Praça Bento Munhoz da Rocha Neto, nº 33 - Centro - Campina Grande do Sul - PR

**EQUIPE TÉCNICA**

Coordenador Geral:	Adriano de Oliveira de Souza - Município de Curitiba	CAD-0284741
Coordenador Técnico:	Arquiteto Edilberto de Oliveira Pimenta	CAD-1443110
Coordenação Adjunta:	Arquiteta e Urbanista Esp. Juliana Souza de Farias	CAD-0377110
Engenheiro Responsável:	Engenheiro Civil de Categoria Especial	CAD-2204110
Engenheiro:	Engenheira Civil Esp. Sandra Mayumi Nakamura	URBEN-PR 8040-D
Engenheiro:	Engenheiro Civil Esp. Nilo AiHara	CREA-PR 07.1310
Engenheira:	Engenheira Civil Esp. Sandra Mayumi Nakamura	URBEN-PR 8040-D
Administradora:	Administradora Esp. Mariana Pimenta	CAD-PR 1443
Desenhista:	Engenheira Civil Esp. Felício Machado de Souza	-
Assistente:	Urbanista Esp. Constance Silveira	CAD-PR 27091
Coordenador:	Arquiteta Esp. Edilberto Pimenta	-
Assistente de Planejamento e Urbanismo:	Engenheira Civil Esp. Juliana Souza de Farias	-
Assistente de Execução e Cadastro:	Administradora Esp. Mariana Pimenta	-
Assistente de Sanitária Ambiental:	Administradora Esp. Mariana Pimenta	-

Este documento encontra-se registrado no Conselho de Arquitetura e Urbanismo, vinculado à Certidão De Aproveitamento Técnico Com Atestado nº 461145, emitida em 29/08/2018

Este documento encontra-se registrado no Conselho de Arquitetura e Urbanismo, vinculado à Certidão De Aproveitamento Técnico Com Atestado nº 461145, emitida em 29/08/2018



**DESCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS**

O município de Campina Grande do Sul é um dos 25 municípios pertencentes à Região Metropolitana de Curitiba(RMC), na porção oeste do Estado do Paraná, sob gestão da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba(COMEC). Essa instituição foi criada a partir da Lei Estadual nº 8.517, de 02 de janeiro de 1975, devido aos interesses comuns entre os municípios integrantes.  
Campina Grande do Sul tem superfície territorial de 540.600m<sup>2</sup>, sendo 50,30km<sup>2</sup>, referente ao perímetro urbano. Localiza-se na latitude 25°18'20" S e longitude 49°03'10" W e, possui altitude de 913 metros e distância 39,24km territorial para a sede Curitiba.

**ESCOPO E METODOLOGIA**

A seguir apresenta-se a metodologia e as técnicas utilizadas na execução das atividades, agrupando os pontos de cada uma das 05 fases do Plano, elencadas abaixo e assim atingindo os objetivos traçados para o Plano Diretor Municipal – PDM de Campina Grande do Sul PR.

Ademais, foram definidas a ordem das informações coletadas, a simulação e implementação, onde a mesma não foi necessária a participação da secretaria da Prefeitura Municipal para a implementação do PDM e seus Complementares.

**Fase 1 - Plano de Trabalho**

Corresponde ao documento que descreve o conteúdo e o processo de elaboração do PDM, bem como a metodologia estratégica, regida pelo seguinte: A ELABORAÇÃO, FUNDAMENTAÇÃO E CRIAÇÃO DA

**Fase 2 - Avaliação temática integrada**

O processo de avaliação temática integrada no município pode ser compreendido, discutido e analisado a partir técnica multidisciplinar dos dados essenciais pela Prefeitura Municipal de Campina Grande do Sul, IAP (Instituto Ambiental do Paraná), IPARDES (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social), COMEC (Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba), IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), CNDLRINA (Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Conservação Ambiental), EMATER (Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural) PARANÁQUALE e outras instituições pertinentes, nas vistas a realizar o trabalho das técnicas de cada uma das especialidades envolvidas para promover discussão e elaboração de um quadro técnico contendo as variáveis condicionantes, deficiências e potencialidades, assim como concepções e mapas temáticos pertinentes a cada tema. Foram avaliados os seguintes temas:

Município de Campina Grande do Sul  
Rua: José Antônio, nº 100 - Centro - Campina Grande do Sul, Paraná  
www.campinagrande.pr.gov.br

Este documento encontra-se registrado no Conselho de Arquitetura e Urbanismo, vinculado a Certidão De Acervo Técnico Com Atestado nº 461145, emitida em 29/08/2018



**Contextualização Regional**

A contextualização regional sob os aspectos naturais e socioeconômicos contemplou a vocação e o potencial estratégico do município de Campinas Grande do Sul dentro da região e focalizou os principais fatores que favoreceram para o seu desenvolvimento. Foram incorporadas as especializações das informações, configuradas por meio de mapas temáticos georreferenciados. As informações coletadas nos levantamentos de dados em campo, assim como as informações contidas nos mapas confeccionados foram enquadradas em formato "svg" (AUTOCAD 2007) e "dxf" (COREL DRAW X3).

**Caracterização Municipal**

A caracterização municipal foi realizada a partir de estudos dos seguintes temas principais, subdivididos em:

Aspectos Naturais

a) Meio Físico

Foram identificadas as condições do clima de Campinas Grande do Sul. Através de análises das informações obtidas na SANEPAR, IAR, MINTERPAR e do DEE, com a Prefeitura sobre o meio físico de superfície e suas análises existentes das áreas das áreas existentes, verificando-se a qualidade ambiental, determinando assim, possíveis problemas no uso do solo, não podendo comprometer a conservação da qualidade da água e o bem de viver a conservação ambiental, requerendo-se a seguinte ponderação:

b) Meio Biológico

Foram abordadas questões referentes a flora e fauna. Com base nos dados levantados, foram caracterizados os estudos para áreas de expansão urbana, conservação e preservação permanente, áreas públicas de lazer e arborização pública.

Qualidade Ambiental

a) Qualidade Espacial

Foi realizada uma abordagem geral do uso e ocupação do solo urbano e rural mediante a caracterização da demanda da arborização e do uso do solo, avaliando-se a situação atual, as tendências de crescimento, as condições fundiárias e aspectos atuais no município. Foram realizadas análises de uso e ocupação do solo, com a determinação de parâmetros para o planejamento do uso e ocupação do solo. A partir da análise espacial e socioeconômica foram identificadas as tendências atuais, suas dependências econômicas, culturais e sua demanda (urbana e rural) para os próximos anos, identificando os principais eixos e zonas espaciais existentes. Devido, quando não possível, ao alto grau de urbanização e expansão urbana regional, foram analisados aspectos relativos à qualidade ambiental, incluindo a qualidade do ar, o saneamento básico e a contaminação. Assim, foi observada a dificuldade de implantação de infraestrutura básica e de áreas de proteção ambiental.

Elaborado por: [Assinatura] - Engenheiro Civil - Prefeitura Municipal de Campinas  
Assinatura: [Assinatura] - Engenheiro Civil - Prefeitura Municipal de Campinas



Este documento encontra-se registrado no Conselho de Arquitetura e Urbanismo, vinculado à Certidão De Arquivo Técnico Com Atestado nº 461145, emitida em 29/08/2018

[Assinaturas manuscritas]



procurando de infra-estrutura, bem como um progresso para os próximos 10 anos. É uma realidade da qualidade de paisagem. Ressalta-se a e foram tomadas em base os dados e estudos existentes no município referentes a este tema.

ii) Componente Socio-econômico

Para a caracterização socio-cultural foram analisadas as variáveis de saúde, educação, ação social, além de questão populacional e demográfica. A caracterização econômica do município contemplou a análise dos setores produtivos, com especial enfoque às atividades rurais e do cotidiano do turismo rural.

iii) Aspectos Institucionais

Foram caracterizadas as unidades administrativas da Assessoria da Prefeitura Municipal e o sistema de gestão relacionado ao planejamento e desenvolvimento do município que se relacionam com a gestão do PDM (Plano Diretor Municipal), identificando a capacidade de atendimento do município, situação atual da arrecadação, evolução anual e projeção para os próximos dez anos, considerando também os custos (custos atuais) de recursos financeiros e possibilidades de realização de operações de crédito (capacidade de endividamento), além de impostos cobrados, taxas, contribuições de melhoria e demais tributos.

Procedeu-se a uma análise da estrutura organizacional do município municipal e dos órgãos (tribunais e comissões) ao plano diretor municipal, apontando as competências e atribuições conselheiros relevantes). Esta análise teve o intuito de detectar a atuação das secretarias e suas atuações na área, de forma a propor no desenvolvimento deste trabalho as possibilidades de atuação e interação com os órgãos, bem como analisar o sistema de informações atualmente disponíveis para a cidade, considerando também os sistemas de cadastro (Cadastro Ambiental Urbano e Funcional e demais sistemas de Loteamento) - (art. 15 do Plano Diretor Municipal).

Da legislação vigente identificou-se a adequação ou necessidade de atualização dos documentos em relação à legislação constitucional, Lei Orgânica Municipal, Leis Federais, estaduais e municipais, em questões Estaduais e Federais e a adequação à realidade da cidade em questão no seu presente.

As normas jurídicas (leis, decretos e outros atos administrativos) do Estado e Município pertinentes a este Plano foram coletadas em órgãos do Poder Executivo, Poder Legislativo e em outros pertinentes.

Condições Definições e Potencialidades:

A análise de cada informação foi realizada inicialmente com suas inter-relações mencionadas e elaboradas em um quadro síntese, permitindo uma visão ampla das condições, deficiências e potencialidades reais, correspondentes. Ressalta-se, ainda, a relevância estratégica preliminar do diagnóstico para a concepção, elaboração, prevenção ou correção de medidas para a melhoria das potencialidades.

FASE 3 - Definição das Diretrizes e Propostas

Entretanto foram elaborados Riscos de Desenvolvimento e estratégias para suas respectivas diretrizes.

Plano Diretor Municipal - Lei nº 10.123/2018  
São João do Rio Preto - 2018  
Elaborado por: [nome] e [nome]  
Assessoria de Planejamento e Desenvolvimento Municipal



Este documento encontra-se registrado no Conselho de Arquitetura e Urbanismo, vinculado a Certidão De Ato Técnico Com Atestado nº 461145, emitida em 29/08/2018



As diretrizes contemplaram os aspectos físico-espaciais de infraestrutura e serviços públicos, socioeconômicos ambientais e institucionais, que deram origem a ações, propostas para curto, médio e longo prazos. Incluiu-se também diretrizes para o estabelecimento de:

- a) política de desenvolvimento urbano e municipal;
- b) sistema de planejamento permanente;
- c) propostas de projetos estruturais dos diversos setores considerando a estimativa de custos e projeções orçamentárias municipais;
- d) dinamização e ampliação das atividades econômicas a fim de estruturar o fortalecimento da economia do município (emprego, renda e receitas);
- e) propostas, instrumentos e mecanismos referentes a:
  - i. ocupação do espaço, e expansão urbana;
  - ii. distribuição equitativa dos usos;
  - iii. hierarquização dos eixos viários, canalização de rios e ribeiras;
  - iv. controle do meio ambiente, saneamento e proteção dos recursos que compõem o patrimônio do município;
  - v. erradicação urbana;
  - vi. sistema de prioridades para o planejamento e gestão municipal;
  - vii. diretrizes para a coleta e disposição final dos resíduos sólidos, industriais e verde;
  - viii. instrumentos a serem adotados nos projetos de parcelamento, edificações, concursos públicos e licitações, tendo em consideração a eficiência e a qualidade;
  - ix. processos e recursos para a atualização permanente de instrumentos de política e planejamento territorial;
  - x. parâmetros, ações e instrumentos para a regularização da situação fundiária em distritos de uso-ocupação que permitam a densificação;
  - xi. diretrizes e propostas de intervenções de infraestrutura, transporte e instalações.

**Base de Proposições para a Legislação Básica e Processo de Planejamento e Gestão Municipal**

**Ante Projeto de Lei**

Matrizes do Ante projeto de Lei acompanhado de mapas entendido apropriado (destacados):

- a) Ante projeto de Lei do Plano Diretor Municipal;
- b) Ante projeto de Lei do Plano de Gestão;
- c) Ante projeto de Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano e Municipal (Zonamento);
- d) Ante projeto de Lei do Parcelamento Urbano;

Em 29/08/2018, às 13:05, foi emitida a seguinte certidão:  
Atestado nº 461145/2018, emitido em 29/08/2018, e contém 9 folhas.



Este documento encontra-se registrado no Conselho de Arquitetura e Urbanismo, vinculado à Certidão De Ato Técnico Com Atestado nº 461145, emitida em 29/08/2018

*[Handwritten signatures and initials]*



- a) Anteprojeto de Lei de Monitoria e Sistema Véico;
- b) Anteprojeto de Lei do Código de Obras;
- c) Anteprojeto de Lei do Código de Posturas;
- d) Anteprojeto de Lei do Código de Obras;
- e) Anteprojeto de Lei do Código de Preservação;

**Processo de Planejamento e Gestão Municipal**

- a) Adequação da estrutura organizacional da Prefeitura;
- b) Organização do sistema de informações;
- c) Construção de indicadores para avaliação do processo de planejamento e gestão municipal.

**FASE 5 - Plano de Ação e Investimentos**

O Plano de Ação e Investimentos refere-se à análise econômica e o desenvolvimento das estratégias de intervenção e intervenções formuladas, aprovação de decisões que se desenvolveram no âmbito das reuniões com a Comissão de Acompanhamento e, também, nos eventos públicos e seminários realizados junto ao executivo municipal para a discussão das atividades estratégicas, e dos projetos e decisões para o ordenamento territorial, incluindo a definição das ações prioritárias para os próximos (5 anos) anos em compatibilidade com a projeção econômica e a sustentabilidade, a organização do investimento, em infra-estrutura, equipamentos urbanos e serviços públicos, com o relatório de custos, aprovada.

Foi aprovado o Plano Balizador para o exercício de 2019, elaborado pelo Gabinete da Prefeitura Municipal nº 16.270, no dia 25 de julho de 2018, em conformidade com a Lei nº 11.107, de 05 de junho de 2011.

**Audiências Públicas e Oficinas de Capacitação Técnica**

O Plano Diretor que permeia integralmente o cidade, em vista dos conflitos, alto estresse e alta alienação da população, podendo haver interesses divergentes e até conflitantes, tratando, com um objetivo comum, a distribuição mais justa dos pontos positivos e negativos existentes na vida da cidade. Assim sendo, foram realizadas audiências com a comunidade, a qual foi assistida no processo participativo de desenvolvimento do Plano Diretor e também oficinas de capacitação técnica com a equipe da Prefeitura e Comissão de Acompanhamento de Planejamento do Plano Diretor. A realização da Audiência e Oficina tem a responsabilidade da Prefeitura, com o apoio da comunidade.

O Município realizou amplamente e com sucesso em 2018 (03 meses) audiências públicas e oficinas técnicas técnicas de capacitação e treinamento, além de outras reuniões em caráter de emergência, visando a participação pública em audiências foram convidados representantes da sociedade organizada, da população em geral, dos segmentos econômicos, além da representação do governo e técnicos dos setores públicos de planejamento.

Em 29/08/2018, às 13:05 horas, foi emitida a seguinte certidão:  
 O atestado neste ato registrado foi emitido em 29/08/2018, e contém 9 folhas.  
 O Município de São Paulo, SP.



Este documento encontra-se registrado no Conselho de Arquitetura e Urbanismo, vinculado a Certidão De Aterno Técnico Com Atestado nº 461145, emitida em 29/08/2018

*[Handwritten signatures and initials]*





da prefeitura. A forma de divulgação das audiências foi feita por meio de ampla divulgação dos meios de comunicação, como rádio, jornal, panfletos, entre outros tipos de mídia. Os volumes correspondentes ao assunto a ser tratado nas audiências foram disponibilizados na Prefeitura Municipal para que a população pudesse se interessar sobre o seu conteúdo e se preparar para a Audiência Pública, sendo livre o seu acesso a qualquer interessado.

**Treinamento da Equipe Técnica Municipal e Comissão de Acompanhamento**

Os treinamentos tanto da Equipe Técnica Municipal quanto da Comissão de Acompanhamento da Execução do Plano Diretor de foram por meio de oficinas de capacitação. As aulas foram realizadas, inicialmente, sempre para a maioria dos conteúdos que constam nos 15 eixos e componentes do PDM.

A Equipe Técnica do Município de Carapina Grande foi selecionada por representantes dos setores correlatos na prefeitura. O treinamento foi feito de acordo com os seguintes aspectos: Estruturação Técnico-Administrativo-Legal do Plano Diretor Municipal, Avaliação Territorial Integrada, Definição de Diretrizes e Proposições, Legislação Básica, Processo de Planejamento e Gestão Municipal, Plano de Ação Inovadores e Implementação do Plano Diretor Municipal de acordo com o Tema da Política da Comissão de Estado de Desenvolvimento Urbano - Cede, 2014/2015, 2017.

A Comissão de Acompanhamento da Execução do Plano Diretor foi composta por representantes da administração municipal e dos segmentos comunitários e sindicais do local. O treinamento da Comissão foi realizado referente aos aspectos de planejamento técnico e administrativo do Plano Diretor, organização, organização e funcionamento da Comissão de Acompanhamento, criação do Conselho Municipal de Gestão Territorial e Meio Ambiente, assim como de suas atribuições, composição e funcionamento.

Carapina Grande, dia 05 de agosto de 2018.

Silvana Zoratti  
Prefeita Municipal

Para fins de autenticação, disponibilizamos o seguinte código QR Code, que permite verificar a autenticidade do documento em: [www.carapinagrandeda.org.br](http://www.carapinagrandeda.org.br)

Este documento encontra-se registrado no Conselho de Arquitetura e Urbanismo, vinculado à Certidão De Aproveitamento Técnico Com Atestado nº 461145, emitida em 29/08/2018

1135<sup>A</sup>



CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA  
ESTADO DO PARANÁ

# Certidão de Acervo Técnico

**SANDRA MAYUMI NAKAMURA**

Carteira Profissional: PR-33072/D

Acervo Técnico Nº.: **15021/2009**

RNP Nº.: 1703770706

Protocolo Nº.: **2009/00269198**

ART Nº.: 3048968129 0..... Registrada: 18/02/2008.....

ART Co-Respons.: ..... ART Vinculada:.....

Empresa Executora.: ECOTECNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA.....

Contratante(s).....: PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZMALTINA.....

Tipo de Contrato.....: OUTROS.....

Atividade Técnica....: SUPERVISÃO, COORDENAÇÃO, ORIENTAÇÃO TÉCNICA.....

Área de Competência.: PLANEJAMENTO URBANO.....

Tipo de Obra/Serviço: PLANEJAMENTO FISICO DO TERRENO URBANO, RURAL E REGIONAL.....

Serviço Contratado...: PROJETO.....

OUTROS.....

Dimensão.....: 1,00 UNID..... Área Existente: 0,00 UNID.....

Área Ampliada.....: 0,00 UNID..... Área de Reforma: 0,00 UNID.....

Local da Obra.....: AVENIDA PADRE GUALTER F. NEGRÃO, 40 CENTRO.....

Município/Estado....: CRUZMALTINA/PR.....

Data de Início.....: 14/11/2007..... Data de Conclusão: 14/08/2008.....

Docto de Conclusão.: DECLARAÇÃO PROFISSIONAL.....

Descr. Compl. Serv.: ELABORAÇÃO DE PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE CRUZMALTINA-PR CONFORME CONTRATO Nº51/2007-PMC FIRMADO ENTRE AS PARTES E DE ACORDO COM A LEI FEDERAL Nº10.257/01 - ESTATUTO DA CIDADE PARTICIPAÇÃO DO PROFISSIONAL: COORDENAÇÃO GERAL.....

Observação.....

**AUTENTICAÇÃO**  
 Certifico que a presente cópia é reprodução fiel do documento original que me foi apresentado.  
 Dou fé.  
 GERAL AJURU

28 JUN. 2019

SERVIÇO INSTRUMENTAL DO CAJURU  
 FONE/FAX 3262-3553  
 Av. Profa. D. Curituba



Geronimo Alves de Moraes  
 Escrevente

0195



# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CRUZMALTINA

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 01 615 393/0001-00

1136<sup>A</sup>

AVENIDA PADRE GUALTER F. NEGRÃO, 40 - FONE (43) 3454-1103  
CEP 86 855-000 - CRUZMALTINA - PARANÁ

## ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins, que a empresa ECOTÉCNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA, com sede à Maria Rita das Chagas Lima, 317 - Curitiba-PR Bairro São Braz CEP 82300-330, inscrita no CNPJ 02.610.553/0001-91 tendo como responsável técnica a Arquiteta e Urbanista SANDRA MAYUMI NAKAMURA, carteira profissional CREAPR-33072/D, prestou para a PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZMALTINA, estabelecida à Avenida Padre Gualter F. Negrão, 40 - Cruzmaltina/PR, os serviços referentes à Elaboração do Plano Diretor Municipal (PDM) para o município de CRUZMALTINA/PR, tendo demonstrado Capacidade Técnica no fornecimento dos mesmos, nada constando em nossos arquivos que a desabone.

### CARACTERÍSTICAS DOS SERVIÇOS

Início dos serviços: 14/11/2007  
Conclusão dos serviços: 14/06/2008  
Objeto do contrato: Elaboração do Plano Diretor Municipal (PDM) para o município de Cruzmaltina/PR, em conformidade com o Termo de Referência da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano - SEDU/PARANACIDADE.

### EQUIPE TÉCNICA ECOTÉCNICA

Arquiteta e Urbanista Esp.	Sandra Mayumi Nakamura	CREA - PR 33.072/D
Arquiteta e Urbanista Esp.	Vanessa Boscaro Fernandes	CREA - PR 70.332/D
Arquiteto e Urbanista Msc.	Walter Gustavo Linzmayer	CREA-PR 73.015/D
Arquiteta e Urbanista	Ana Valéria B. dos Santos	CREA - PR 33.022/D
Economista	Elisabete Tierni Arazaki	CORECON-PR 4963-8
Engenheiro Civil/Sanitarista	Nilo Aihara	CREA - PR 8.040/D
Eng. Florestal Dr.	André E.B. de Lacerda	CREA-PR 29.983/D
Engenheira Agrônoma Msc.	Juliana V. Bittencourt	CREA - PR 64.253/D
Engenheira Ambiental	Lídia Sayoko Tanaka	CREA-PR 87.131/D
Geólogo	Marcelus V.K. Borges	CREA - PR 32.742/D
Advogada	Lucia Benedita de C. Blicharski	
Acadêmica em Arq. e Urbanismo	Nara Yumi Fujii	
Acadêmica em Arq. e Urbanismo	Thalita Sayuri Miura	
Acadêmico em Eng. Ambiental	André Luiz da Silva Melo	
Acadêmica em Comunicação Social- Publicidade e Propaganda	Fernanda Simão	

### AUTENTICAÇÃO

Garantida a presente fotocópia, reproduzida fiel do documento original que me foi apresentado. Dou Fé.  
CTBA - CA

28 JUN. 2019

SERVIÇO DISTRIÇÃO DO CALIBRE  
FONE/FAX: 3262-3553

JOÃO GERARDO LAURINDO / PRESIDENTE  
ANGELITA ERNA WISNIEWSKI / VICE-PRESIDENTE  
ELIZABETE AMARIS CARVALHO / SECRETÁRIA  
JOÃO PAULO NEGRÃO / TESOUREIRO  
CRISTINA RUIBENZ FERNES  
AV. PRES. AFFRISO CAMARGO, 763 - CURITIBA - PR

O selo de autenticação de atos, foi afixado na última folha deste documento.

### DESCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS

#### 1. ESCOPO E METODOLOGIA

A seguir, apresenta-se a metodologia e as técnicas utilizadas na execução das atividades, originando os produtos de cada uma das 05 fases do Plano, elencadas abaixo e assim, atingindo os objetivos traçados para o Plano Diretor Municipal - PDM de Cruzmaltina-PR.

Ainda, foram definidas, a partir das informações coletadas, a estruturação e instrumentação administrativa que foi necessária à adaptação da estrutura do Poder Público Municipal para a implementação do PDM e Leis Complementares.

CREA-PR

O SELO DE AUTENTICIDADE FOI AFIXADO NA ÚLTIMA FOLHA

“O Senhor é meu Pastor, nada me faltará.”



# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CRUZMALTINA

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 01 615 393/0001-00

1137A

AVENIDA PADRE GUALTER F. NEGRÃO, 40 - FONE (43) 3454-1103

CEP 86 855-000

CRUZMALTINA

PARANÁ

## 1.1. FASE 1 - PLANO DE TRABALHO

Corresponde ao documento que descreve o conteúdo e o processo de elaboração do PDM. Enfoca, principalmente, a metodologia estratégica, traçada pela equipe da ECOTÉCNICA Tecnologia e Consultoria Ltda.

## 1.2. FASE 2 - AVALIAÇÃO TEMÁTICA INTEGRADA

O processo de Avaliação Temática Integrada se realizou a partir da compilação, discussão e análise da equipe técnica multidisciplinar, dos dados disponibilizados pela Prefeitura Municipal de Cruzmaltina, IAP (Instituto Ambiental do Paraná), IPARDES (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social), IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), EMATER (Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural), PARANACIDADE e outras instituições pertinentes, com vistas a subsidiar o trabalho dos técnicos de cada uma das especialidades envolvidas, para posterior discussão e elaboração de um quadro síntese contendo as principais *Condiçõantes, Deficiências e Potencialidades*, assim como *confeção de mapas temáticos pertinentes a cada tema*. Foram avaliados os seguintes temas:

### 1.2.1. CONTEXTUALIZAÇÃO REGIONAL

A contextualização regional sob os aspectos naturais e antrópicos, contemplou a vocação e o potencial estratégico do município de Cruzmaltina dentro da região, e focalizou os principais fatores que concorreram para o seu desenvolvimento. Foram imprescindíveis as espacializações das informações, configuradas por meio de mapas temáticos georreferenciados. As informações coletadas nos levantamentos de dados em campo, assim como as informações contidas nos mapas confeccionados foram entregues em formato "dwg" (AUTOCAD 2007).

### 1.2.2. CARACTERIZAÇÃO MUNICIPAL

A caracterização municipal foi mediante a abordagem dos seguintes temas principais, subdivididos em:

#### 1.2.2.1. ASPECTOS NATURAIS

##### a) Meio Físico

Foram identificadas as condições do clima, do ar, água, solo e subsolo. Através de análises das informações obtidas na SANEPAR, IAP e SUDERHSA e Prefeitura sobre a rede hídrica de superfícies e das análises existentes das águas dos poços existentes, foi possível avaliar qualitativamente a água, determinando, assim, possíveis problemas no uso do solo que pudessem comprometer a conservação da qualidade da água, assim como a conservação ambiental, respeitando-se a legislação pertinente.

##### b) Meio Biológico

Foram enfocadas questões referentes à flora e fauna. Com base nos dados levantados, foram caracterizados os espaços para áreas de expansão urbana, conservação e preservação permanente e áreas públicas de lazer e arborização pública.

#### 1.2.2.2. SISTEMA ANTRÓPICO

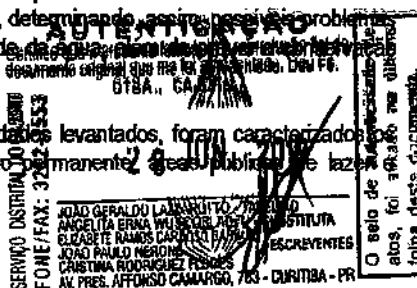
##### a) Componente Espacial

Foi realizada uma abordagem geral do uso e ocupação do solo urbano e rural mediante a caracterização da evolução da urbanização e do uso do solo, análise do parcelamento do solo e suas tendências de crescimento, questões fundiárias e aspectos atuais dos loteamentos do município, bolsões de pobreza e vazios urbanos, bem como determinação de parâmetros para monitoramento do uso e ocupação do solo. A partir de uma visão realista e sustentável, foram identificados e analisados os usos atuais, sua dependência econômica ou cultural e sua demanda (urbana e rural) para os próximos 10 anos, identificando os principais entraves espaciais existentes. Ocorreu igualmente, uma caracterização da infra-estrutura e serviços urbanos e regionais enfocando aspectos relevantes à circulação; sistema viário; saneamento; energia e comunicações. Assim, foi possível a identificação das áreas com infra-estrutura ociosa e as áreas ocupadas com precariedade de infra-estrutura, bem como um prognóstico para os próximos 10 anos. E uma avaliação da qualidade da paisagem. Ressalta-se que foram tomados por base os dados e estudos existentes no município referentes a este tema.

##### b) Componente Sócio-econômico

Para a Caracterização sócio-cultural foram analisados os sistemas de saúde, educação, ação social, além da questão populacional e demográfica. A caracterização econômica do município contemplou a análise dos setores produtivos, com especial enfoque às atividades rurais e do potencial de turismo rural.

##### c) Aspectos Institucionais



CREA-PR

O SELO DE AUTENTICIDADE FOI AFIIXADO NA ÚLTIMA FOLHA

“O Senhor é meu Pastor, nada me faltará.”

0197



# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CRUZMALTINA

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 01 615 393/0001-00

1138<sup>A</sup>

AVENIDA PADRE GUALTER F. NEGRÃO, 40 - FONE (43) 3454-1103

CEP 86 855-000

CRUZMALTINA

PARANÁ

Foram caracterizadas as unidades administrativas da estrutura da Prefeitura Municipal e, o sistema de gestão relacionado ao planejamento e desenvolvimento do município, que se relacionam com a gestão do PDM Municipal. Igualmente, foi identificada a capacidade de investimento do município, situação atual de arrecadação, evolução anual e projeção para os próximos dez anos, considerando também possíveis fontes alternativas de recursos financeiros e possibilidade de realização de operações de crédito (capacidade de endividamento), além de impostos cobrados, taxas, contribuição de melhoria e demais tributos.

Procedeu-se a uma análise da estrutura organizacional da administração municipal e dos agentes intervenientes ao plano diretor (secretarias, sociedade civil organizada e outros considerados relevantes). Esta análise teve o intuito de detectar a atuação das secretarias e sua influência na área, de forma a propor no desenvolvimento deste trabalho as possibilidades de atuação e inter-relação entre estes agentes, bem como, análises no sistema de informações municipais disponíveis para a gestão do desenvolvimento local (dados do Cadastro Técnico Imobiliário e Econômico e demais bancos de dados municipais, identificando-os).

Da legislação vigente identificou-se a adequação ou inadequação de cada um dos instrumentos, em relação a: (i) questões constitucionais, Lei Orgânica Municipal e demais leis federais, estaduais e municipais; (ii) questões físico-ambientais e (iii) adequação à realidade do uso e ocupação do solo existente.

As normas jurídicas (leis, decretos e outros atos administrativos) do Estado e Município pertinentes a este Plano foram coletadas em órgãos do Poder Executivo, Poder Legislativo, e em outros pertinentes.

### 1.2.2.3. CONDICIONANTES DEFICIÊNCIAS E POTENCIALIDADES

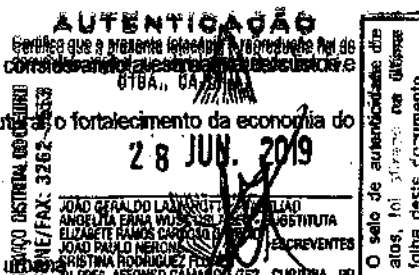
A análise de cada informação foi realizada individualmente, com suas inter-relações mencionadas e elencadas em um quadro síntese, permitindo uma visão ampla das condicionantes, deficiências e potencialidades locais, correspondentes. Possibilitando, assim, alcançar proposições preliminares de diretrizes para correção, minimização, prevenção ou compensação de deficiências e para valorização das potencialidades.

### 1.3. FASE 3 - DEFINIÇÃO DAS DIRETRIZES E PROPOSTAS

Inicialmente foram elaborados Eixos de desenvolvimento estratégico com suas respectivas diretrizes.

As diretrizes contemplaram os aspectos físico-espaciais, de infra-estrutura e serviços público, socioeconômicas, ambientais e institucionais, que deram origem a ações, propostas para curto, médio e longo prazos. Incluiu-se também diretrizes para o estabelecimento de:

- a) política de desenvolvimento urbano e municipal;
- b) sistemática permanente de planejamento;
- c) propostas de projetos estruturais dos diversos setores estratégicos e projeções orçamentárias municipais;
- d) dinamização e ampliação das atividades econômicas a fim de estruturar o fortalecimento da economia do município (emprego, renda e receitas);
- e) propostas, instrumentos e mecanismos referentes a:
  - i. ocupação do espaço, e expansão urbana
  - ii. distribuição equitativa dos usos
  - iii. hierarquização do sistema viário e articulação da mobilidade urbana
  - iv. controle do meio ambiente, saneamento e proteção aos elementos que caracterizam a identidade do município
  - v. arborização pública
  - vi. sistema de informações para o planejamento e gestão municipal
  - vii. diretrizes para a coleta e disposição final de resíduos sólidos, industriais e saúde
  - viii. instrumentos a serem adotados nos projetos de parcelamento, edificações, consultas prévias, alvarás, laudo de conclusão de obras e habite-se
  - ix. processos e recursos para a atualização permanente de instrumentos de política e planejamento territorial
  - x. parâmetros, ações e instrumentos para a regularização da situação fundiária ou diretrizes de uso das áreas que necessitam de desocupação
  - xi. diretrizes e proposições decorrentes das recomendações de órgãos e instituições



CREA-PR

O SELO DE AUTENTICIDADE FOI AFIKADO NA ÚLTIMA FOLHA

“O Senhor é meu Pastor, nada me faltará.”



# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CRUZMALTINA

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 01 615 393/0001-00

1139<sup>A</sup>

AVENIDA PADRE GUALTER F. NEGRÃO, 40 - FONE (43) 3454-1103  
CEP 86 855-000 - CRUZMALTINA - PARANÁ

## 1.4. FASE 4 - PROPOSIÇÕES PARA A LEGISLAÇÃO BÁSICA E PROCESSO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO MUNICIPAL

### 1.5. ANTE PROJETO DE LEI

Minutas de Anteprojeto de Lei acompanhadas de mapas em escala apropriada, destacando-se:

- Anteprojeto de Lei do Plano Diretor Municipal;
- Anteprojeto de Lei dos Perímetros Urbanos;
- Anteprojeto de Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano e Municipal;
- Anteprojeto de Lei de Parcelamento Urbano e Regularização Fundiária;
- Anteprojeto de Lei de Mobilidade;
- Anteprojeto de Lei do Código de Obras;
- Anteprojeto de Lei do Código de Posturas e Meio Ambiente;
- Anteprojeto de Lei da Compulsoriedade do Aproveitamento do Solo Urbano;
- Anteprojeto de Lei do Consórcio Imobiliário;
- Anteprojeto de Lei do Direito de Preempção.

### 1.5.1. PROCESSO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO MUNICIPAL

- Adequação da estrutura organizacional da Prefeitura;
- Organização do sistema de informações;
- Construção de indicadores para avaliação anual do processo de planejamento e gestão municipal.

## 1.6. FASE 5 - PLANO DE AÇÃO E INVESTIMENTOS

O Plano de Ações e Investimentos refere-se à análise sistêmica e à avaliação das estratégias de intervenção anteriormente formuladas, aglutinando as discussões que se desenvolveram no âmbito das reuniões com a Comissão de Acompanhamento e, também, nos eventos (oficinas e seminários) realizados junto às entidades estaduais e do município para a discussão das referidas estratégias, e dos critérios e diretrizes para o ordenamento territorial, mediante a definição das ações e projetos prioritários, para os próximos 05 (cinco) anos em compatibilidade com a projeção orçamentária. Apresentando a hierarquização de investimentos em equipamentos comunitários e ações institucionais, com a estimativa de custos aproximados. E seguirá de elemento balizador para o município de Cruzmaltina atender à Lei Estadual nº 15.229 de 29/01/2006, como também, à Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001.

## 1.7. AUDIÊNCIAS PÚBLICAS E OFICINAS DE CAPACITAÇÃO TÉCNICA

O Plano Diretor, que por intervir diretamente na cidade e na vida dos cidadãos, abre espaço para a participação da população, podendo haver interesses divergentes e até conflitantes, entretanto, com um objetivo comum, a distribuição mais justa dos pontos positivos e negativos existentes na vida da cidade. Assim sendo, foram realizadas audiências com a comunidade, a qual foi inserida no processo participativo de desenvolvimento do Plano Diretor e também oficinas de capacitação técnica com a equipe da Prefeitura e Comissão de Acompanhamento de Elaboração do Plano Diretor. A realização da Audiência e Oficina ficou sob responsabilidade da Prefeitura, com o apoio da equipe da Consultora.

O Município divulgou amplamente e com antecedência e, realizou 03 (três) audiências públicas e 04 (quatro) oficinas de capacitação, além de outras reuniões e consultas com a equipe da Prefeitura. Para as audiências foram convidados representantes da sociedade organizada, da população em geral, dos segmentos econômicos, além de representantes do governo e técnicos dos setores correlatos ao planejamento da prefeitura. A forma de divulgação das audiências foi feita por meio de ampla divulgação dos meios de comunicação, como rádio, jornal, panfletos, entre outros tipos de mídia. Os volumes correspondentes ao assunto a ser tratado nas audiências foram disponibilizados na Prefeitura Municipal para que a população pudesse se interar sobre o seu conteúdo e se preparar para a Audiência Pública, sendo livre o seu acesso a qualquer interessado.

As Audiências Públicas foram realizadas:

- 1ª Audiência Pública, ocorreu em 14 de dezembro de 2007 na Câmara Municipal de Vereadores, às 20h;
- 2ª Audiência Pública, ocorreu em 22 de abril de 2008 na Câmara Municipal de Vereadores, às 19h;
- 3ª Audiência Pública, ocorreu em 25 de junho de 2008 na Câmara Municipal de Vereadores, às 19h15min;
- Conferência da Cidade, ocorreu em 25 de junho de 2008 na Câmara Municipal de Vereadores, às 20h30min.

**28 JUN. 2019**  
JOÃO GERALDO LAMARCA  
ANGÉLICA ERINA WILSON  
RUBEN RAMOS CARVALHO  
DIRETOR MUNICIPAL  
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO MUNICIPAL  
SEMPRE COM O BEM DA CIDADANIA  
CIBR - DA  
SEMPRE COM O BEM DA CIDADANIA  
CIBR - DA

O selo de autenticação dos atos, feitos, no último folha deste documento.

**CREA-PR**  
O SELO DE AUTENTICIDADE F. AFIXADO NA ÚLTIMA FOLHA.

*“O Senhor é meu Pastor, nada me faltará.”*



# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CRUZMALTINA

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 01 615 393/0001-00

1140<sup>A</sup>

AVENIDA PADRE GUALTER F. NEGRÃO, 40 - FONE (43) 3454-1103

CEP 86 855-000

CRUZMALTINA

PARANÁ

### 1.8. TREINAMENTO DA EQUIPE TÉCNICA MUNICIPAL E COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO

Os treinamentos tanto da Equipe Técnica Municipal quanto da Comissão de Acompanhamento de Elaboração do Plano Diretor se deram por meio de oficinas de capacitação. Ao todos foram realizadas 03 oficinas, sempre para discussão dos conteúdos que culminaram nos 05 produtos componentes do PDM.

A Equipe Técnica do Município de Cruzmaltina (Decreto nº 771/2007), foi composta por representantes dos setores correlatos na prefeitura. O treinamento foi feito de acordo com os seguintes aspectos: Embasamento Técnico-Administrativo-Legal do Plano Diretor Municipal, Avaliação Temática Integrada, Definição de Diretrizes e Proposições, Legislação Básica, Processo de Planejamento e Gestão Municipal, Plano de Ação, Indicadores e Implementação do Plano Diretor Municipal, de acordo com o Termo de Referência da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano - SEDU/PARANACIDADE.

A Comissão de Acompanhamento da Elaboração do Plano Diretor (Decreto nº 781/2008), foi composta por representantes da administração municipal e dos segmentos organizados da sociedade civil local. O treinamento da Comissão foi realizado referente aos aspectos de embasamento técnico-administrativo-legal do Plano Diretor, competências, organização e funcionamento da Comissão de Acompanhamento; e criação do Conselho de Desenvolvimento Municipal, assim como de suas atribuições, composição e funcionamento.

CRUZMALTINA, 12 de dezembro de 2008

MAURICIO B. DE CAMARGO  
Prefeito Municipal de Cruzmaltina



**CREA-PR**  
Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agrimensura do Paraná  
011756

Me A. R. Oleinik  
Advogada Autorizada  
364.032.709-82

Reconheço por semelhança  
a(s) firma(s) Mauricio B. de Camargo  
Em test<sup>o</sup> da verdade  
13 MAR 2008  
ANTONIO VIEIRA - Tabelião  
AVONE A. R. OLEINIK - Esc. Autorizada

**AUTENTICAÇÃO**  
Certifico que a presente cópia é reprodução fiel do documento original que me foi apresentado, Dou Fé.  
CTBA., CA.  
28 JUN. 2019  
SERVIÇO DISTRITAL DO CAJURU  
FONE/FAX: 3262-3553  
JOAO GE...  
ANGELI...  
ELIZAB...  
JOAO PA...  
CRISTINA...  
ALZ. PRES. AFF...  
Tabela de Notas  
Exclusivo para  
Autenticação de Cópia  
6610425

Eduardo Geronimo Alves de Moraes  
Escrivão

“O Senhor é meu Pastor, nada me faltará.”

1141<sup>A</sup>



CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA  
ESTADO DO PARANÁ

# Certidão de Acervo Técnico

**ARQUITETA E URBANISTA**  
**SANDRA MAYUMI NAKAMURA**  
Carteira Profissional:PR-33072/D

Acervo Técnico Nº.:**340/2008**  
Protocolo Nº.:**2007/00309851**

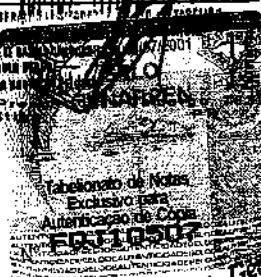
ART Nº.....:3040671046 0..... Registrada:01/08/2006.....  
 ART Co-Respons.....:..... ART Vinculada:.....  
 Empresa Executora...:ECOTECNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA.....  
 Contratante(s).....:PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUDOS DO SUL.....  
 Tipo de Contrato.....:OUTROS.....  
 Atividade Técnica...:SUPERVISÃO, COORDENAÇÃO, ORIENTAÇÃO TÉCNICA.....  
 Área de Competência.:PLANEJAMENTO URBANO.....  
 Tipo de Obra/Serviço:PLANEJAMENTO FISICO DO TERRENO URBANO, RURAL E REGIONAL.....  
 Serviço Contratado.:PROJETO.....  
 OUTROS.....  
 Dimensão.....:1,00 UNID..... Área Existente:.....  
 Área Ampliada.....:..... Área de Reforma:.....  
 Local da Obra.....:AVENIDA BRASIL, 277 CENTRO.....  
 Município/Estado...:AGUDOS DO SUL/PR.....  
 Data de Início.....:15/12/2005..... Data de Conclusão:01/08/2006.....  
 Docto de Conclusão.:DECLARAÇÃO PROFISSIONAL.....  
 Descr. Compl. Serv.:ELABORAÇÃO DE PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE AGUDOS DO SUL-PR CONFORME CONTRATO Nº185/2005 FIRMADO ENTRE AS PARTES E DE ACORDO COM A LEI FEDERAL Nº10.257/01 - ESTATUTO DA CIDADE PARTICIPAÇÃO DO PROFISSIONAL: COORDENAÇÃO GERAL.....

Observação.....:.....

**AUTENTICAÇÃO**  
Certifico que a presente cópia é reprodução fiel do documento original que me foi apresentado.  
Dou fé.  
C. A. CAJURU

SERVIÇO REGISTRAL DO CAJURU  
FONE/FAX 3262-3553

28 JUN. 2019



Eduardo Gerônimo Alves de Moraes  
Escritor

0201





# Prefeitura Municipal de Agudos do Sul

## ESTADO DO PARANÁ

1142<sup>A</sup>

Av. Brasil, 277, Centro, CEP: 83850-000 Fone/Fax: 41-3624-1244

Agudos do Sul - PR

### ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins, que a empresa **ECOTÉCNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA**, com sede à Maria Rita das Chagas Lima, 317 - Curitiba-PR Bairro São Braz CEP 82.300-330, inscrita no CNPJ 02.610.553/0001-91 tendo como responsável técnica a Arquiteta e Urbanista **SANDRA MAYUMI NAKAMURA**, carteira profissional CREAPR-33072/D, prestou para a **PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUDOS DO SUL**, estabelecida à Avenida Brasil, nº 277 - Centro - Agudos do Sul/PR, os serviços referentes à **Elaboração do Plano Diretor Municipal (PDM)** para o município de **Agudos do Sul/PR**, tendo demonstrado Capacidade Técnica no fornecimento dos mesmos, nada constando em nossos arquivos que a desabone.

### CARACTERÍSTICAS DOS SERVIÇOS

Início dos serviços: 15/12/2005  
Conclusão dos serviços: 01/08/2006  
Objeto do contrato: Elaboração do Plano Diretor Municipal (PDM) para o município de Agudos do Sul/PR, em conformidade com o Termo de Referência da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano - SEDU/PARANACIDADE.

### EQUIPE TÉCNICA ECOTÉCNICA

Especialista em Gestão em Engenharia Ambiental	Sandra Mayumi Nakamura	CREA - PR 33.072/D
Arquiteta urbanista Esp.	Melissa da Silva Belló	CREA - PR 61.919/D
Arquiteta urbanista Msc.	Vanessa Boscaro Fernandes	CREA - PR 70.332/D
Arquiteto e Urbanista	Lóris Carlos Guesse	CREA - PR 3.640/D
Arquiteta e Urbanista	Ana Valéria B. dos Santos	CREA - PR 33.022/D
Engenheira Agrônoma	Yumi Kajihara Hirano	CREA - SP 5060576216/D
Economista	Elisabete Tieme Arazaki	CORECON - PR 4963-8
Economista	Vera Lúcia R. Pedroso	CORECON 6.886
Engenheiro Civil	Marcio Rivabem Winheski	CREA - PR 25940-D
Advogada	Lucia Benedita de C. Blicharski	OAB - PR 37.951
Contador	Anderson José Amâncio	CRC - PR 036.685/O-4
Geólogo	Marcelus V.K. Borges	CREA - PR 32.742/D
Engenheiro Florestal Dr.	André E.B. de Lacerda	CREA - PR 29.983/D
Engenheira Agrônoma Dr.	Juliana V. Bittencourt	CREA - PR 64.253/D
Zootecnista	Mari Kajihara	CRMV - SP 1.913/D

**AUTENTICAÇÃO**  
Certifico que a presente cópia é reprodução fiel do documento original, que me foi apresentado.  
Deu fé. **CRISTINA AJURU**

### DESCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS

SERVIÇO DISTRITAL DO CALHARU  
FONE/FAX 3262-3553

28 JUN. 2019



**Eduardo Geronimo Alves de Moraes**  
Escritor

0202



# Prefeitura Municipal de Agudos do Sul

## ESTADO DO PARANÁ

1143<sup>9</sup>

Av. Brasil, 277, Centro, CEP: 83850-000 Fone/Fax: 41-3624-1244

Agudos do Sul - PR

### Escopo e metodologia

A seguir, apresenta-se a metodologia e as técnicas utilizadas na execução das atividades, originando os produtos de cada uma das 05 fases do Plano, elencadas abaixo e assim, atingindo os objetivos traçados para o Plano Diretor Municipal - PDM, de acordo com o Termo de Referência do PARANACIDADE.

Ainda, foram definidas, a partir das informações coletadas, a estruturação e instrumentação administrativa que foi necessária à adaptação da estrutura do Poder Público Municipal para a implementação do PDM e Leis Complementares.

### Fase 1 - Plano de Trabalho

Corresponde ao documento que descreve o conteúdo e o processo de elaboração do PDM. Enfoca, principalmente, a metodologia estratégica, traçada pela equipe da Ecotécnica Tecnologia e Consultoria Ltda.

### Fase 2 - Avaliação temática Integrada

O processo de Avaliação Temática Integrada se realizou a partir da compilação, discussão e análise da equipe técnica multidisciplinar, dos dados disponibilizados pela Prefeitura Municipal de Agudos do Sul, IAP (Instituto Ambiental do Paraná), IPARDES (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social), IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), EMATER (Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural), COMEC (Coordenação da Região Metropolitana), PARANACIDADE e outras instituições pertinentes, com vistas a subsidiar o trabalho dos técnicos de cada uma das especialidades envolvidas, para posterior discussão e elaboração de um quadro síntese contendo as principais Condicionantes, Deficiências e Potencialidades. Foram avaliados os seguintes temas:

### Contextualização Regional

A contextualização regional sob os aspectos naturais e antrópicos, contemplou a vocação e o potencial estratégico do município de Agudos do Sul dentro da região, e focalizou os principais fatores que concorreram para o seu desenvolvimento. Foram imprescindíveis as espacializações das informações, configuradas por meio de mapas temáticos georeferenciados. As informações coletadas nos levantamentos de dados em campo, assim como as informações contidas nos mapas confeccionados foram entregues em formato "dwg" (AUTOCAD 2002).

### Caracterização Municipal

A caracterização municipal foi mediante a abordagem dos seguintes temas principais, subdivididos em:

#### Aspectos Naturais

##### a) Meio Físico

Foram identificados as condições do clima, do ar, água, solo e subsolo. Através de análises das informações obtidas na SANEPAR, IAP e SUDERHSA e Prefeitura sobre a rede hídrica de superfícies e das análises existentes das águas dos poços existentes, foi possível avaliar qualitativamente a água, determinando, assim, possíveis problemas no uso do solo que possam comprometer a conservação da qualidade da água, além de prever a conservação ambiental, respeitando-se a legislação pertinente.

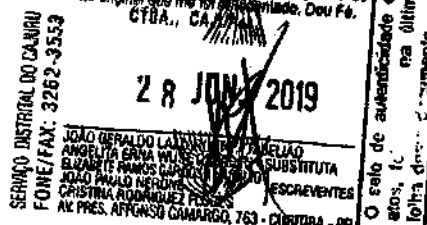
##### b) Meio Biológico

Foram enfocadas questões referentes à flora e fauna. Com base nos dados levantados, foram caracterizados os espaços para áreas de expansão urbana, conservação e preservação permanente, áreas públicas de lazer e arborização pública.

#### Sistema Antrópico

##### a) Componente Espacial

Foi realizada uma abordagem geral do uso e ocupação do solo urbano e rural mediante a caracterização da evolução da urbanização e do uso do solo, análise do parcelamento do solo e suas tendências de crescimento, questões fundiárias e aspectos atuais dos loteamentos do município, incluindo os vazios urbanos, bem como determinação de



0203



# Prefeitura Municipal de Agudos do Sul

## ESTADO DO PARANÁ

1144<sup>A</sup>

Av. Brasil, 277, Centro, CEP: 83850-000 Fone/Fax: 41-3624-1244

### Agudos do Sul - PR

parâmetros para monitoramento do uso e ocupação do solo. A partir de uma visão realista e sustentável, foram identificados e analisados os usos atuais, sua dependência econômica ou cultural e sua demanda (urbana e rural) para os próximos 10 anos, identificando os principais entraves espaciais existentes. Ocorreu igualmente, uma caracterização da infra-estrutura e serviços urbanos e regionais enfocando aspectos relevantes à circulação; sistema viário; saneamento; energia e comunicações. Assim, foi possível a identificação das áreas com infra-estrutura ociosa e as áreas ocupadas com precariedade de infra-estrutura, bem como um prognóstico para os próximos 10 anos. E uma avaliação da qualidade da paisagem. Ressalta-se que foram tomados por base os dados e estudos existentes no município referentes a este tema.

#### b) Componente Sócio-econômico

Para a Caracterização sócio-cultural foram analisados os sistemas de saúde, educação, ação social, além da questão populacional e demográfica. A caracterização econômica do município contemplou a análise dos setores produtivos, com especial enfoque às atividades rurais e do potencial de turismo rural.

#### c) Aspectos Institucionais

Foram caracterizadas as unidades administrativas da estrutura da Prefeitura Municipal e, o sistema de gestão relacionado ao planejamento e desenvolvimento do município, que se relacionam com a gestão do PDM. Igualmente, foi identificada a capacidade de investimento do município; situação atual de arrecadação, evolução anual e projeção para os próximos dez anos, considerando também possíveis fontes alternativas de recursos financeiros e possibilidade de realização de operações de crédito (capacidade de endividamento), além de impostos cobrados, taxas, contribuição de melhoria e demais tributos.

Procederam a uma análise da estrutura organizacional da administração municipal e dos agentes intervenientes ao plano diretor (secretarias, sociedade civil organizada e outros considerados relevantes). Esta análise foi o intuito de detectar a atuação das secretarias e sua influência na área, de forma a propor no desenvolvimento deste trabalho as possibilidades de atuação e inter-relação entre estes agentes, bem como, análises no sistema de informações municipais disponíveis para a gestão do desenvolvimento local (dados do Cadastro Técnico Imobiliário e Econômico e demais bancos de dados municipais, identificando-os).

Da legislação vigente foi a adequação ou inadequação de cada um dos instrumentos, em relação a: (i) questões constitucionais, Lei Orgânica Municipal e demais leis federais, estaduais e municipais; (ii) questões físico-ambientais e (iii) adequação à realidade do uso e ocupação do solo existente.

As normas jurídicas (leis, decretos e outros atos administrativos) do Estado e Município pertinentes a este Plano foram coletadas em órgãos do Poder Executivo, Poder Legislativo, e em outros pertinentes.

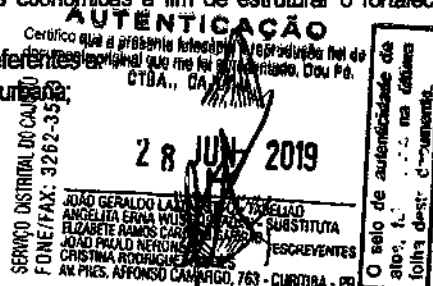
#### Condicionantes Deficiências e Potencialidades

A análise de cada informação foi realizada individualmente, com suas inter-relações mencionadas e elencadas em um quadro síntese, permitindo uma visão ampla das condicionantes, deficiências e potencialidades locais, correspondentes. Possibilitando, assim, alcançar proposições preliminares de diretrizes para correção, minimização, prevenção ou compensação de deficiências e para valorização das potencialidades.

#### FASE 3 - Definição das Diretrizes e Propostas

Foram elaboradas diretrizes para as ações institucionais, socioeconômicas e ambientais como também para os aspectos físico-espaciais, de infra-estrutura e serviços públicos, contemplando especificamente propostas para curto, médio e longo prazos, incluindo diretrizes para o estabelecimento de:

- a) política de desenvolvimento urbano e municipal;
- b) sistemática permanente de planejamento;
- c) propostas de projetos estruturais dos diversos setores estratégicos considerando a estimativa de custos e projeções orçamentárias municipais;
- d) dinamização e ampliação das atividades econômicas a fim de estruturar o fortalecimento da economia do município (emprego, renda e receitas);
- e) propostas, instrumentos e mecanismos referentes a:
  - i. ocupação do espaço, e expansão urbana;





# Prefeitura Municipal de Agudos do Sul

**ESTADO DO PARANÁ**

1145<sup>A</sup>

Av. Brasil, 277, Centro, CEP: 83850-000 Fone/Fax: 41-3624-1244

## **Agudos do Sul - PR**

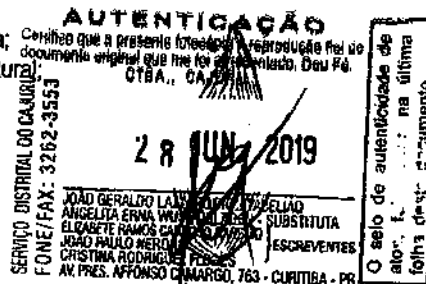
- ii. distribuição equitativa dos usos;
- iii. hierarquização do sistema viário e articulação da mobilidade urbana;
- iv. controle do meio ambiente, saneamento e proteção aos elementos que caracterizem a identidade do município;
- v. arborização pública;
- vi. sistema de informações para o planejamento e gestão municipal;
- vii. diretrizes para a coleta e disposição final de resíduos sólidos, industriais e de saúde;
- viii. instrumentos a serem adotados nos projetos de parcelamento, edificações, consultas prévias, alvarás, laudo de conclusão de obras e habite-se;
- ix. processos e recursos para a atualização permanente de instrumentos de política e planejamento territorial;
- x. parâmetros, ações e instrumentos para a regularização da situação fundiária ou diretrizes de uso das áreas que necessitam de desocupação;
- xi. diretrizes e proposições decorrentes das recomendações de órgãos e instituições.

### **Fase 4 - Proposições para a Legislação Básica e Processo de Planejamento e Gestão Municipal**

#### **Ante Projeto de lei**

Minutas de Anteprojeto de Lei acompanhadas de mapas em escala apropriada, destacando-se:

- a) Anteprojeto de Lei do Plano Diretor Municipal;
- b) Anteprojeto de Lei do Perímetro urbano e expansão urbana;
- c) Anteprojeto de Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano e Rural;
- d) Anteprojeto de Lei de Parcelamento do solo;
- e) Anteprojeto de Lei de Mobilidade;
- f) Anteprojeto de Lei do Código de Obras;
- g) Anteprojeto de Lei do Código de Posturas;
- h) Anteprojeto de Lei do Consórcio Imobiliário;
- i) Anteprojeto de Lei do Direito de Preempção.



#### **Processo de Planejamento e Gestão Municipal**

- a) Adequação da estrutura organizacional da Prefeitura;
- b) Organização do sistema de informações;
- c) Construção de indicadores para avaliação anual do processo de planejamento e gestão municipal.

#### **FASE 5 - Plano de Ação e Investimentos**

Os Planos de Ações referem-se à análise sistêmica e à avaliação das estratégias de intervenção anteriormente formuladas, aglutinando as discussões que se desenvolveram no âmbito das reuniões com a Comissão de Acompanhamento e, também, nos eventos (oficinas e seminários) realizados junto às entidades estaduais e do município para a discussão das referidas estratégias, e dos critérios e diretrizes para o ordenamento territorial, mediante a definição das ações e projetos prioritários, para os próximos 05 (cinco) anos em compatibilidade com a projeção orçamentária. Apresentando a hierarquização de investimentos em infra-estrutura, equipamentos comunitários e ações institucionais, com a estimativa de custos aproximados.

E seguirá de elemento balizador para o município de Agudos do Sul atender ao Decreto Estadual nº 2581 de 17 de fevereiro de 2004.

*[Handwritten signatures and initials]*

0205



# Prefeitura Municipal de Agudos do Sul

## ESTADO DO PARANÁ

1146<sup>A</sup>

Av. Brasil, 277, Centro, CEP: 83850-000 Fone/Fax: 41-3624-1244

Agudos do Sul - PR

### Audiências Públicas

O Plano Diretor, que por intervir diretamente na cidade e na vida dos cidadãos, abre espaço para a participação da população, podendo haver interesses divergentes e até conflitantes, entretanto, com um objetivo comum, a distribuição mais justa dos pontos positivos e negativos existentes na vida da cidade. Assim sendo, foram realizadas audiências com a comunidade, a qual foi inserida no processo de desenvolvimento do Plano Diretor. A realização da Audiência ficou sob responsabilidade da Prefeitura, com o apoio da equipe da Consultora.

O Município divulgou amplamente e com antecedência e realizou 03 (três) audiências públicas. Foram convidados representantes da sociedade organizada, da população em geral, dos segmentos econômicos, além de representantes do governo e técnicos dos setores correlatos ao planejamento da prefeitura. A forma de divulgação desta audiência foi feita por meio de ampla divulgação dos meios de comunicação, como rádio, jornal, panfletos, entre outros tipos de mídia. O documento foi disponibilizado na Prefeitura Municipal para que a população pudesse se interar sobre o seu conteúdo e se preparar para a Audiência Pública, sendo livre o seu acesso a qualquer interessado.

As Audiências Públicas foram realizadas no Salão Paroquial da Igreja Matriz. A 1ª Audiência Pública aconteceu no dia 20 de fevereiro de 2006, às 19h, a 2ª Audiência Pública aconteceu no dia 10 de abril de 2006 às 19h e a 3ª Audiência Pública ocorreu no dia 31 de julho de 2006 às 19h.

### Treinamento da Equipe Técnica Municipal e Comissão de Acompanhamento

Os treinamentos tanto da Equipe Técnica Municipal quanto da Comissão de Acompanhamento de Elaboração do Plano Diretor se deram por meio de oficinas de capacitação. Ao todos foram realizadas 05 oficinas, sempre para discussão dos conteúdos que culminaram nos 05 produtos componentes do PDM.

A Equipe Técnica do Município de Agudos do Sul (Portaria nº 004/2006), foi composta por representantes dos setores correlatos na prefeitura. O treinamento foi feito de acordo com os seguintes aspectos: Embasamento Técnico-Administrativo-Legal do Plano Diretor, Avaliação Temática Integrada, Definição de Diretrizes e Proposições, Legislação Básica, Processo de Planejamento e Gestão Municipal, Plano de Ação, Indicadores e Implementação do Plano Diretor, de acordo com o Termo de Referência da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano - SEDU/PARANACIDADE.

A Comissão de Acompanhamento da Elaboração do Plano Diretor (Decreto nº 012/2006), foi composta por representantes da administração municipal e dos segmentos organizados da sociedade civil local. O treinamento da Comissão foi realizado referentes aos aspectos de embasamento técnico-administrativo-legal do Plano Diretor; competências, organização e funcionamento da Comissão de Acompanhamento; e criação do Conselho de Desenvolvimento Municipal, assim como de suas atribuições, composição e funcionamento.

Agudos do Sul, 01 de agosto de 2006.

TABELIONATO  
AGUDOS DO SUL

  
José Pires de Oliveira  
Prefeita Municipal de Agudos do Sul

**AUTENTICAÇÃO**  
Certifico que a presente fotocópia foi autenticada em documento original que me foi apresentado. Dou Fé.  
CTBA., CA., 28 JUN 2006

SERV. INSTRUM. DO CAJURU  
FONE/FAX: 3262-3553

28 JUN 2006

JOÃO GERALDO LAY  
ANGÉLICA ERMA WILK  
ELIZABETE RANES GARD  
JOÃO PAULO NERONI  
CRISTINA RODRIGUES  
AR. PRES. AFFONSO CA...

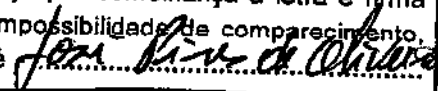
28 JUN 2006 10:57:20

TERESA CARVALHO  
ETTORE ELLI  
DISTRITO DE...  
COMARCA DE...

  
Eduardo Geronimo Alves de Moraes  
Escrivente

TERESA CARVALHO  
ETTORE ELLI  
DISTRITO DE...  
COMARCA DE...

MOLETTA  
Civil

Reconheço por semelhança a letra e firma face a impossibilidade de comparecimento, e dou fé 

Em test. .... da verdade, Agudos do Sul Com. - Fazenda Rio Grande - PR/15.100

ETTORE ELI MOLETTA  
Escrivente Substituto

0206



CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA  
ESTADO DO PARANÁ

## Certidão de Acervo Técnico

**SANDRA MAYUMI NAKAMURA**

Carteira Profissional: PR-33072/D

Acervo Técnico Nº.: 14913/2010

RNP Nº.: 1703770706

Protocolo Nº.: 2010/00317203

ART Nº.: 20092254251 0..... Registrada: 03/07/2009.....  
 ART Co-Respons.: ..... ART Vinculada:.....  
 Empresa Executora.: ECOTECNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA.....  
 Contratante(s): PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS - CNPJ/CPF:  
 75.740.829/0001-20.....  
 Tipo de Contrato.: OUTROS.....  
 Atividade Técnica.: SUPERVISÃO, COORDENAÇÃO, ORIENTAÇÃO TÉCNICA.....  
 Área de Competência.: PLANEJAMENTO REGIONAL.....  
 Tipo de Obra/Serviço.: OUTRAS OBRAS/SERVIÇOS.....  
 Serviço Contratado.: OUTROS.....  
 Dimensão.: 1,00 UNID..... Área Existente:.....  
 Área Ampliada.: ..... Área de Reforma:.....  
 Local da Obra.: PRAÇA DA REPÚBLICA, 28 CENTRO.....  
 Município/Estado.: BORRAZOPOLIS/PR.....  
 Data de Início.: 19/05/2009..... Data de Conclusão: 20/03/2010.....  
 Docto de Conclusão.: DECLARAÇÃO PROFISSIONAL.....  
 Descr. Compl. Serv.: ELABORAÇÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE  
 BORRAZÓPOLIS-PR. PARTICIPAÇÃO DO PROFISSIONAL:  
 COORDENAÇÃO GERAL.....  
 Observação:.....

### AUTENTICAÇÃO

Certifico que a presente fotocópia é reprodução  
fiel do documento original que me foi apresentado.

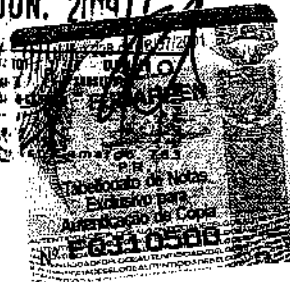
Deo fé.

CIA CAJURU

28 JUN. 2010

SERVIÇO DISTRITAL DO CAJURU  
FONE/FAX 3262-3553

Av. Pres.  
Curitiba





# PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

1148<sup>A</sup>

## ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO CRIADO PELA LEI ESTADUAL Nº790 DE 11-11-1951 - CNPJ 75.740.829/0001-20

### ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins, que a empresa **ECOTÉCNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA**, com sede à Maria Rita das Chagas Lima, 317 – Curitiba-PR Bairro São Braz CEP 82300-330, inscrita no CNPJ 02.610.553/0001-91 tendo como responsável técnica a Arquiteta e Urbanista **SANDRA MAYUMI NAKAMURA**, carteira profissional CREA/PR-33072/D, prestou para a **PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS**, estabelecida à Praça da República, 28 - Borrazópolis/PR – CNPJ: 75.740.829/0001-20, os serviços referentes à **Elaboração do Plano Diretor Municipal (PDM) para o município de BORRAZÓPOLIS/PR**, tendo demonstrado Capacidade Técnica no fornecimento dos mesmos, nada constando em nossos arquivos que a desabone.

### CARACTERÍSTICAS DOS SERVIÇOS

Início dos serviços: 19/05/2009

Conclusão dos serviços: 20/03/2010

Objeto do contrato: Elaboração do Plano Diretor Municipal (PDM) para o município de Borrazópolis/PR, em conformidade com o Termo de Referência da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano – SEDU/PARANACIDADE.

### EQUIPE TÉCNICA ECOTÉCNICA

Arquiteta e Urbanista Esp.	Sandra Mayumi Nakamura	CREA – PR 33.072/D
Arquiteta e Urbanista Esp.	Vanessa Boscaro Fernandes	CREA – PR 70.332/D
Arquiteta e Urbanista	Débora Rocha Faria Jorge	CREA-PR 89.820/D
Arquiteta e Urbanista	Nara Yumi Fujii	CREA-PR 103.063/D
Economista	Elisabete Tiemi Arazaki	CORECON-PR 4963-8
Engenheiro Civil/Sanitarista	Nilo Aihara	CREA – PR 8.040/D
Engenheiro Civil	Camila Mileke Scucato	CREA-PR 96.342/D
Engenheira Sanitarista Ambiental	Mariana Lago Marques	CREA-SC 87.211-6
Advogada	Lucia Benedita de C. Blicharski	OAB – PR 37.951
Acadêmica em Arq. e Urbanismo	Angelita Feitosa Rodrigues	<p><b>AUTENTICAÇÃO</b>  Certifico que a presente cópia é reprodução fiel do documento original que foi apresentado.  Dois fé.  28 JUN 2010  SERVIÇO DISTRICTAL DO CACUMBI  FONE/FAX 3282-3553  Av. Pres. Curitiba</p>
Acadêmica em Arq. e Urbanismo	Vivian Eliese Hoeflich Brune	
Acadêmico em Eng. Ambiental	André Luiz da Silva Melo	
Acadêmica em Eng. Ambiental	Leana Carolina Ferreira	

SERVIÇO DISTRICTAL DO CACUMBI  
FONE/FAX 3282-3553  
Av. Pres. Curitiba

28 JUN 2010



Edson Alves de Moraes  
Escrivão

**CREA-PR**

O SELO DE AUTENTICIDADE FOI AFIXADO NA ÚLTIMA FOLHA

0208



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

1149<sup>A</sup>

## ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO CRIADO PELA LEI ESTADUAL Nº790 DE 11-11-1951 - CNPJ 75.740.829/0001-20

### DESCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS

#### Escopo e metodologia

A seguir, apresenta-se a metodologia e as técnicas utilizadas na execução das atividades, originando os produtos de cada uma das 05 fases do Plano, elencadas abaixo e assim, atingindo os objetivos traçados para o Plano Diretor Municipal – PDM de Borrazópolis-PR.

Ainda, foram definidas, a partir das informações coletadas, a estruturação e instrumentação administrativa que foi necessária à adaptação da estrutura do Poder Público Municipal para a implementação do PDM e Leis Complementares.

#### Fase 1 - Plano de Trabalho

Corresponde ao documento que descreve o conteúdo e o processo de elaboração do PDM. Enfoca, principalmente, a metodologia estratégica, traçada pela equipe da ECOTÉCNICA Tecnologia e Consultoria Ltda.

#### Fase 2 - Avaliação temática Integrada

O processo de Avaliação Temática Integrada se realizou a partir da compilação, discussão e análise da equipe técnica multidisciplinar, dos dados disponibilizados pela Prefeitura Municipal de Borrazópolis, IAP (Instituto Ambiental do Paraná), IPARDES (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social), IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), SUDERHSA (Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental), EMATER (Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural), PARANACIDADE e outras instituições pertinentes, com vistas a subsidiar o trabalho dos técnicos de cada uma das especialidades envolvidas, para posterior discussão e elaboração de um quadro síntese contendo as principais **Condicionantes, Deficiências e Potencialidades**, assim como confecção de mapas temáticos pertinentes a cada tema. Foram avaliados os seguintes temas:

#### Contextualização Regional

A contextualização regional sob os aspectos naturais e antrópicos, contemplou a vocação e o potencial estratégico do município de Borrazópolis dentro da região, e focalizou os principais fatores que concorreram para o seu desenvolvimento. Foram imprescindíveis as especializações das informações, configuradas por meio de mapas temáticos georreferenciados. As informações coletadas nos levantamentos de dados em campo, assim como as informações contidas nos mapas temáticos, foram entregues em formato "dwg" (AUTOCAD 2007) e "cdr" (COREL DRAW X3).

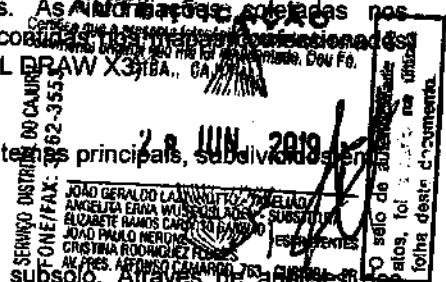
#### Caracterização Municipal

A caracterização municipal foi mediante a abordagem dos seguintes temas principais, subdivididos em:

#### Aspectos Naturais

##### a) Meio Físico

Foram identificadas as condições do clima, do ar, água, solo e subsolo. Através de análises e das informações obtidas na SANEPAR, IAP e SUDERHSA e Prefeitura sobre a rede hídrica de superfícies e das análises existentes das águas dos poços existentes, foi possível avaliar qualitativamente a água, determinando, assim, possíveis problemas no uso do solo que pudessem comprometer a conservação da qualidade da água, além de prever a conservação ambiental, respeitando-se a legislação pertinente.



0200





# PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

1150<sup>A</sup>

## ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO CRIADO PELA LEI ESTADUAL Nº790 DE 11-11-1951 - CNPJ 75.740.829/0001-20

### b) Meio Biológico

Foram enfocadas questões referentes à flora e fauna. Com base nos dados levantados, foram caracterizados os espaços para áreas de expansão urbana, conservação e preservação permanente, áreas públicas de lazer e arborização pública.

### Sistema Antrópico

#### a) Componente Espacial

Foi realizada uma abordagem geral do uso e ocupação do solo urbano e rural mediante a caracterização da evolução da urbanização e do uso do solo, análise do parcelamento do solo e suas tendências de crescimento, questões fundiárias e aspectos atuais dos loteamentos do município, bolsões de pobreza e vazios urbanos, bem como determinação de parâmetros para monitoramento do uso e ocupação do solo. A partir de uma visão realista e sustentável, foram identificados e analisados os usos atuais, sua dependência econômica ou cultural e sua demanda (urbana e rural) para os próximos 10 anos, identificando os principais entraves espaciais existentes. Ocorreu igualmente, uma caracterização da infra-estrutura e serviços urbanos e regionais enfocando aspectos relevantes à circulação; sistema viário; saneamento; energia e comunicações. Assim, foi possível a identificação das áreas com infra-estrutura ociosa e as áreas ocupadas com precariedade de infra-estrutura, bem como um prognóstico para os próximos 10 anos. E uma avaliação da qualidade da paisagem. Ressalta-se que foram tomados por base os dados e estudos existentes no município referentes a este tema.

#### b) Componente Sócio-econômico

Para a Caracterização sócio-cultural foram analisados os sistemas de saúde, educação, ação social, além da questão populacional e demográfica. A caracterização econômica do município contemplou a análise dos setores produtivos, com especial enfoque às atividades rurais e do potencial de turismo rural.

#### c) Aspectos Institucionais

Foram caracterizadas as unidades administrativas da estrutura da Prefeitura Municipal e, o sistema de gestão relacionado ao planejamento e desenvolvimento do município, que se relacionam com a gestão do PDM Municipal. Igualmente, foi identificada a capacidade de investimento do município, situação atual de arrecadação, evolução anual e projeção para os próximos dez anos, considerando também possíveis fontes alternativas de recursos financeiros e possibilidade de realização de operações de crédito (capacidade de endividamento), além de impostos cobrados, taxas, contribuição de melhoria e demais tributos.

Procedeu-se a uma análise da estrutura organizacional da administração municipal e dos agentes intervenientes ao plano diretor (secretarias, sociedade civil organizada e outros considerados relevantes). Esta análise teve o intuito de detectar a atuação das secretarias e sua influência na área, de forma a propor no desenvolvimento deste trabalho as possibilidades de atuação e inter-relação entre estes agentes, bem como, análises no sistema de informações municipais disponíveis para a gestão do desenvolvimento local (dados do Cadastro Técnico Imobiliário e Econômico e demais bancos de dados municipais, identificando-os).

Da legislação vigente identificou-se a adequação ou inadequação de cada um dos instrumentos, em relação a: (i) questões constitucionais, Lei Orgânica Municipal e demais leis municipais e municipais; (ii) questões físico-ambientais e (iii) adequação à realidade do uso e ocupação do solo existente.

As normas jurídicas (leis, decretos e outros atos administrativos) do Estado e do Município pertinentes a este Plano foram coletadas em órgãos do Poder Executivo, Poder Legislativo e Poder Judiciário em outubro de 2019.

### Condicionantes Deficiências e Potencialidades

A análise de cada informação foi realizada individualmente, com suas informações elencadas em um quadro síntese, permitindo uma visão ampla das condições locais, correspondentes. Possibilitando, assim, alcançar proposições preliminares de diretrizes para correção, minimização, prevenção ou compensação de deficiências e para valorização das potencialidades.

**AUTENTICAÇÃO**

Distrito de Borrazópolis - Paraná

CPF: 000.000.000-00

Telefone: (43) 3262-5533

Fax: 3262-5533

Assinatura: *[Assinatura]*

Carimbo: *[Carimbo]*

DATA: 10/10/2019

O selo de autenticidade de atos, feitos e documentos, feita desta forma.

**CREA-PR**

O SELO DE AUTENTICIDADE FOI APLICADO NA ÚLTIMA FOLHA

0280



**FASE 3 - Definição das Diretrizes e Propostas**

Inicialmente foram elaborados Eixos de desenvolvimento estratégico com suas respectivas diretrizes. As diretrizes contemplaram os aspectos físico-espaciais, de infra-estrutura e serviços público, socioeconômicas, ambientais e institucionais, que deram origem a ações, propostas para curto, médio e longo prazos. Incluiu-se também diretrizes para o estabelecimento de:

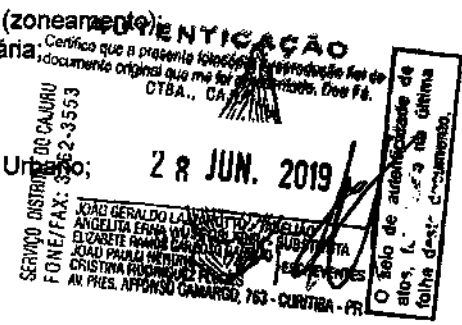
- a) política de desenvolvimento urbano e municipal;
- b) sistemática permanente de planejamento;
- c) propostas de projetos estruturais dos diversos setores estratégicos considerando a estimativa de custos e projeções orçamentárias municipais;
- d) dinamização e ampliação das atividades econômicas a fim de estruturar o fortalecimento da economia do município (emprego, renda e receitas);
- e) propostas, instrumentos e mecanismos referentes a:
  - i. ocupação do espaço, e expansão urbana
  - ii. distribuição equitativa dos usos
  - iii. hierarquização do sistema viário e articulação da mobilidade urbana
  - iv. controle do meio ambiente, saneamento e proteção aos elementos que caracterizam a identidade do município
  - v. arborização pública
  - vi. sistema de informações para o planejamento e gestão municipal
  - vii. diretrizes para a coleta e disposição final de resíduos sólidos, industriais e saúde
  - viii. instrumentos a serem adotados nos projetos de parcelamento, edificações, consultas prévias, alvarás, laudo de conclusão de obras e habite-se
  - ix. processos e recursos para a atualização permanente de instrumentos de política e planejamento territorial
  - x. parâmetros, ações e instrumentos para a regularização da situação fundiária ou diretrizes de uso das áreas que necessitam de desocupação
  - xi. diretrizes e proposições decorrentes das recomendações de órgãos e instituições

**Fase 4 - Proposições para a Legislação Básica e Processo de Planejamento e Gestão Municipal**

**Ante Projeto de lei**

Minutas de Anteprojeto de Lei acompanhadas de mapas em escala apropriada, destacando-se:

- a) Anteprojeto de Lei do Plano Diretor Municipal;
- b) Anteprojeto de Lei do Perímetro Urbano;
- c) Anteprojeto de Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano e Municipal (zoneamento);
- d) Anteprojeto de Lei de Parcelamento Urbano e Regularização Fundiária;
- e) Anteprojeto de Lei de Mobilidade;
- f) Anteprojeto de Lei do Código de Obras;
- g) Anteprojeto de Lei do Código de Posturas e Meio Ambiente;
- h) Anteprojeto de Lei da Compulsoriedade do Aproveitamento do Solo Urbano;
- i) Anteprojeto de Lei do Consórcio Imobiliário;
- j) Anteprojeto de Lei do Direito de Preempção;



**Processo de Planejamento e Gestão Municipal**

- a) Adequação da estrutura organizacional da Prefeitura;
- b) Organização do sistema de informações;
- c) Construção de indicadores para avaliação anual do processo de planejamento e gestão municipal.



**FASE 5 -Plano de Ação e Investimentos**

O Plano de Ações e Investimentos refere-se à análise sistêmica e à avaliação das estratégias de intervenção anteriormente formuladas, aglutinando as discussões que se desenvolveram no âmbito das reuniões com a Comissão de Acompanhamento e, também, nos eventos (oficinas e seminários) realizados junto às entidades estaduais e do município para a discussão das referidas estratégias, e dos critérios e diretrizes para o ordenamento territorial, mediante a definição das ações e projetos prioritários, para os próximos 05 (cinco) anos em compatibilidade com a projeção orçamentária. Apresentando a hierarquização de investimentos em infra-estrutura, equipamentos comunitários e ações institucionais, com a estimativa de custos aproximados.

É seguirá de elemento balizador para o município de Borrazópolis atender à Lei Estadual nº 15.229 de 25 de julho de 2006, como também, à Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001.

**Audiências Públicas e Oficinas de Capacitação Técnica**

O Plano Diretor, que por intervir diretamente na cidade e na vida dos cidadãos, abre espaço para a participação da população, podendo haver interesses divergentes e até conflitantes, entretanto, com um objetivo comum, a distribuição mais justa dos pontos positivos e negativos existentes na vida da cidade. Assim sendo, foram realizadas audiências com a comunidade, a qual foi inserida no processo participativo de desenvolvimento do Plano Diretor e também oficinas de capacitação técnica com a equipe da Prefeitura e Comissão de Acompanhamento de Elaboração do Plano Diretor. A realização da Audiência e Oficina ficou sob responsabilidade da Prefeitura, com o apoio da equipe da Consultora.

O Município divulgou amplamente e com antecedência e, realizou 03 (três) audiências públicas e 05 (cinco) oficinas técnicas de capacitação e treinamento, além de outras reuniões e consultas com a equipe da Prefeitura. Para as audiências foram convidados representantes da sociedade organizada, da população em geral, dos segmentos econômicos, além de representantes do governo e técnicos dos setores correlatos ao planejamento da prefeitura. A forma de divulgação das audiências foi feita por meio de ampla divulgação dos meios de comunicação, como rádio, jornal, panfletos, entre outros tipos de mídia. Os volumes correspondentes ao assunto a ser tratado nas audiências foram disponibilizados na Prefeitura Municipal para que a população pudesse se interar sobre o seu conteúdo e se preparar para a Audiência Pública, sendo livre o seu acesso a qualquer interessado.

As Audiências Públicas foram realizadas:

- 1ª Audiência Pública, ocorreu em 02 de julho de 2009 no Centro de Experiência da Terceira Idade, às 19h;
- 2ª Audiência Pública, ocorreu em 20 de outubro de 2009 no Centro de Experiência da Terceira Idade, às 19h;
- 3ª Audiência Pública, ocorreu em 28 de maio de 2010 no Centro de Experiência da Terceira Idade, às 19h;
- Conferência da Cidade, ocorreu em 28 de maio de 2010 no Centro de Experiência da Terceira Idade, às 20h30min.

28 JUN. 2015

SERVIÇO INDUSTRIAL DE GRAFICARTE  
FONE/FAX: 3266-3333

Certifico que a presente fotocópia é reprodução fiel do documento original que me foi apresentado. Des. Fg. 10/2009

JUÍZ GERALDO LAURITTO / JURELLA  
ANGELITA ERAS VILHARIN / SUBPROCURADORA  
DIEGUE RAMOS CARVALHO / BARREIRO  
JOÃO PAULO NEGRONI / PRESIDENTE  
CRISTINA RODRIGUES FERRAS / PRESIDENTES

AV. PRES. AFFONSO CAMARGO, 763 - CURITIBA - PR

O selo de autenticidade de atos, L. 11.333 na última folha deste documento.

**Treinamento da Equipe Técnica Municipal e Comissão de Acompanhamento de Elaboração do Plano Diretor**

Os treinamentos tanto da Equipe Técnica Municipal quanto da Comissão de Acompanhamento de Elaboração do Plano Diretor se deram por meio de oficinas de capacitação. Ao todos foram realizadas 05 oficinas, sempre para discussão dos conteúdos que culminaram nos 05 produtos componentes do PDM.

A Equipe Técnica do Município de Borrazópolis (Decreto Municipal nº 111/2009), foi composta por representantes dos setores correlatos na prefeitura. O treinamento foi feito de acordo com os seguintes aspectos: Embasamento Técnico-Administrativo-Legal do Plano Diretor Municipal, Avaliação Temática



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

1153<sup>A</sup>

MUNICÍPIO CRIADO PELA LEI ESTADUAL Nº790 DE 11-11-1951 - CNPJ 75.740.829/0001-20

Integrada, Definição de Diretrizes e Proposições, Legislação Básica, Processo de Planejamento e Gestão Municipal, Plano de Ação, Indicadores e Implementação do Plano Diretor Municipal, de acordo com o Termo de Referência da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano – SEDU/PARANACIDADE.

A Comissão de Acompanhamento da Elaboração do Plano Diretor (Decreto Municipal nº 119/2009), foi composta por representantes da administração municipal e dos segmentos organizados da sociedade civil local. O treinamento da Comissão foi realizado referente aos aspectos de embasamento técnico-administrativo-legal do Plano Diretor; competências, organização e funcionamento da Comissão de Acompanhamento; e criação do Conselho de Desenvolvimento Municipal, assim como de suas atribuições, composição e funcionamento.

BORRAZÓPOLIS, 08 de Junho de 2010.



Oswaldo Campos de Almeida  
Prefeito Municipal de Borrazópolis

Reconhecimento por Semelhança da assinatura de **MUNICÍPIO DE BORRAZÓPOLIS** representado por **OSVALDO CAMPOS DE ALMEIDA**, \*0004147984\*, Doutor, em Teste Público, Borrazópolis-Paraná, 18 de Junho de 2010, da Verdade.

**AUTENTICACÃO**  
Certifico que a presente fotocópia é reprodução fiel do documento original que me foi apresentado. Dou Fé.  
CYBA., CA.

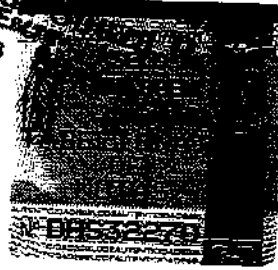
28 JUN. 2010



**CREA-PR**

Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agrimensura do Paraná

018361



Eduardo Geronimo Alves de Moraes  
Escrivente

1154<sup>A</sup>



CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA  
ESTADO DO PARANÁ

# Certidão de Acervo Técnico

**ARQUITETA E URBANISTA**  
**SANDRA MAYUMI NAKAMURA**  
Carteira Profissional: PR-33072/D

Acervo Técnico Nº.: **340/2008**  
Protocolo Nº.: **2007/00309851**

ART Nº.....:3040671224 0..... Registrada:08/06/2007.....

ART Co-Respons.....:..... ART Vinculada:.....

Empresa Executora...:ECOTECNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA.....

Contratante(s).....:PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS.....

Tipo de Contrato.....:OUTROS.....

Atividade Técnica...:SUPERVISÃO, COORDENAÇÃO, ORIENTAÇÃO TÉCNICA.....

Área de Competência.:PLANEJAMENTO URBANO.....

Tipo de Obra/Serviço:PLANEJAMENTO FISICO DO TERRENO URBANO, RURAL E REGIONAL.....

Serviço Contratado...:PROJETO.....

OUTROS.....

Dimensão.....:1,00 UNID..... Área Existente:.....

Área Ampliada.....:..... Área de Reforma:.....

Local da Obra.....:AVENIDA DOS PIONEIROS, 900 CENTRO.....

Município/Estado...:CATANDUVAS/PR.....

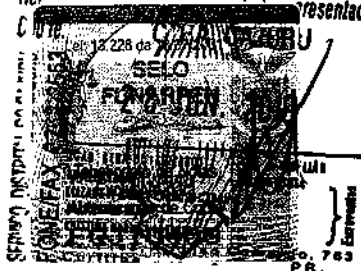
Data de Início.....:08/11/2006..... Data de Conclusão:08/06/2007.....

Docto de Conclusão.:DECLARAÇÃO PROFISSIONAL.....

Descr. Compl. Serv.:ELABORAÇÃO DE PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE CATANDUVAS-PR CONFORME CONTRATO Nº004/2006 FIRMADO ENTRE AS PARTES E DE ACORDO COM A LEI FEDERAL Nº10.257/01 - ESTATUTO DA CIDADE PARTICIPAÇÃO DO PROFISSIONAL: COORDENAÇÃO GERAL.....

Observação.....:.....

**AUTENTICAÇÃO**  
Certifico que a presente cópia é reprodução fiel do original apresentado.



*Eduardo Geronimo Alves de Moraes*  
Escrivão



# Município de Catanduvas

## Gestão 2005/2008

1155<sup>A</sup>

### ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins, que a empresa **ECOTÉCNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA**, com sede à Maria Rita das Chagas Lima, 317 - Curitiba-PR Bairro São Braz CEP 82300-330, inscrita no CNPJ 02.610.553/0001-91 tendo como responsável técnica a Arquiteta e Urbanista **SANDRA MAYUMI NAKAMURA**, carteira profissional CREAPR-33072/D, prestou para a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS**, estabelecida à Avenida dos Pioneiros, nº 900 - Centro - Catanduvas/PR, os serviços referentes à **Elaboração do Plano Diretor Municipal (PDM) para o município de CATANDUVAS/PR**, tendo demonstrado Capacidade Técnica no fornecimento dos mesmos, nada constando em nossos arquivos que a desabone.

### CARACTERÍSTICAS DOS SERVIÇOS

Início dos serviços: 08/11/2006  
 Conclusão dos serviços: 08/06/2007  
 Objeto do contrato: Elaboração do Plano Diretor Municipal (PDM) para o município de Catanduvas/PR, em conformidade com o Termo de Referência da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano - SEDU/PARANACIDADE.

### EQUIPE TÉCNICA ECOTÉCNICA

Arquiteta e Urbanista Esp.	Vanessa Boscaro Fernandes	CREA - PR 70.332/D
Arquiteta e Urbanista Msc.	Patrícia Costa Pallizzaro	CREA-PR 33.061-D
Arquiteta e Urbanista Msc.	Leticia Peret Antunes Hardt	CREA-PR 6.193-D
Especialista em Gestão em Engenharia Ambiental	Sandra Mayumi Nakamura	CREA - PR 33.072/D
Arquiteto e Urbanista	Marlos Hardt	CREA-PR 74.601/D
Arquiteta e Urbanista	Ana Valéria B. dos Santos	CREA - PR 33.022/D
Contador	Anderson José Amâncio	CRC - PR 036.411/D
Economista	Elisabete Tiemi Arazaki	CORECON-PR 4963-818A.. DA
Engenheiro Civil	Artur T. Magalhães Neto	CREA - PR 22.511/D
Engenheiro Civil/Sanitarista	Nito Aihara	CREA - PR 33.040/D
Engenheira Agrônoma	Yumi Kajihara Hirono	CREA - SP 5760576236/D
Engenheira Agrônoma	Juliana V. Bittencourt	CREA - PR 33.040/D
Engenheira Ambiental	Lidia Sayoko Tanaka	CREA-PR 33.040/D
Engenheiro Ambiental	Juliano Zamauskas Amaral	CREA-PR 87.132/D
Geólogo	Marcelus V.K. Borges	CREA - PR 32.742/D
Advogada	Lucia Benedita de C. Blicharski	OAB - PR 37.951
Acadêmica em Arq. e Urbanismo	Soraya Midori Bansho	
Acadêmica em Eng. Ambiental	Thalita Sayuri Miura	

### DESCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS

#### 1. ESCOPO E METODOLOGIA

A seguir, apresenta-se a metodologia e as técnicas utilizadas na execução das atividades, originando os produtos de cada uma das 05 fases do Plano, elencadas abaixo e assim, atingindo os objetivos traçados para o Plano Diretor Municipal - PDM de Catanduvas-PR.

Ainda, foram definidas, a partir das informações coletadas, a estruturação e instrumentação administrativa que foi necessária à adaptação da estrutura do Poder Público Municipal para a implementação do PDM e Leis Complementares.

#### 1.1. FASE 1 - PLANO DE TRABALHO

Corresponde ao documento que descreve o conteúdo e o processo de elaboração do PDM. Enfoca, principalmente, a metodologia estratégica, traçada pela equipe da ECOTÉCNICA Tecnologia e Consultoria Ltda.

**ATENTICAÇÃO**  
 documento original que foi autenticado em 28 JUN. 2019  
 ADRIANO GERALDO CALVETI / PRESIDENTE  
 ERNA WILSON DEL DUQUE / SUBSTITUTA  
 ADRIANO DE MOURA / SECRETARIO  
 ADRIANA RODRIGUEZ PEREIRA / SECRETARIA

O selo de autenticidade de atos, foi aplicado em atenção ao artigo 10º do Decreto nº 10.000/2019.

215



# Município de Catanduvas

## Gestão 2005/2008

1156<sup>A</sup>

### 1.2. FASE 2-AVALIAÇÃO TEMÁTICA INTEGRADA

O processo de Avaliação Temática Integrada se realizou a partir da compilação, discussão e análise da equipe técnica multidisciplinar, dos dados disponibilizados pela Prefeitura Municipal de Catanduvas, IAP (Instituto Ambiental do Paraná), IPARDES (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social), IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), EMATER (Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural), PARANACIDADE e outras instituições pertinentes, com vistas a subsidiar o trabalho dos técnicos de cada uma das especialidades envolvidas, para posterior discussão e elaboração de um quadro síntese contendo as principais **Condições, Deficiências e Potencialidades**, assim como confecção de mapas temáticos pertinentes a cada tema. Foram avaliados os seguintes temas:

#### 1.2.1. CONTEXTUALIZAÇÃO REGIONAL

A contextualização regional sob os aspectos naturais e antrópicos, contemplou a vocação e o potencial estratégico do município de Catanduvas dentro da região, e focalizou os principais fatores que concorrem para o seu desenvolvimento. Foram imprescindíveis as especializações das informações, configuradas por meio de mapas temáticos georreferenciados. As informações coletadas nos levantamentos de dados em campo, assim como as informações contidas nos mapas confeccionados foram entregues em formato "dwg" (AUTOCAD 2006).

#### 1.2.2. CARACTERIZAÇÃO MUNICIPAL

A caracterização municipal foi mediante a abordagem dos seguintes temas principais, subdivididos em:

##### 1.2.2.1. ASPECTOS NATURAIS

###### a) Meio Físico

Foram identificadas as condições do clima, do ar, água, solo e subsolo. Através de análises realizadas pelo IAP e SUDERHSA e Prefeitura sobre a rede hídrica de superfícies e das análises existentes no município, foi possível avaliar qualitativamente a água, determinando, assim, possíveis problemas no uso e conservação da qualidade da água, além de prever a conservação ambiental, respeitando-se a legislação pertinente.

###### b) Meio Biológico

Foram enfocadas questões referentes à flora e fauna. Com base nos dados levantados, foram caracterizados os espaços para áreas de expansão urbana, conservação e preservação permanente, áreas públicas de lazer e arborização pública.

##### 1.2.2.2. SISTEMA ANTRÓPICO

###### a) Componente Espacial

Foi realizada uma abordagem geral do uso e ocupação do solo urbano e rural mediante a caracterização da evolução da urbanização e do uso do solo, análise do parcelamento do solo e suas tendências de crescimento, questões fundiárias e aspectos atuais dos loteamentos do município, bolsões de pobreza e vazios urbanos, bem como delimitação de parâmetros para monitoramento do uso e ocupação do solo. A partir de uma visão realista e sustentável, foram identificados e analisados os usos atuais, sua dependência econômica ou cultural e sua demanda (urbana e rural) para os próximos 10 anos, identificando os principais entaves espaciais existentes. Ocorreu igualmente, uma caracterização da infra-estrutura e serviços urbanos e regionais enfocando aspectos relevantes à circulação, sistema viário, saneamento, energia e comunicações. Assim, foi possível a identificação das áreas com infra-estrutura ociosa e as áreas ocupadas com precariedade de infra-estrutura, bem como um prognóstico para os próximos 10 anos. E uma avaliação da qualidade da paisagem. Ressalta-se que foram tomados por base os dados e estudos existentes no município referentes a este tema.

###### b) Componente Sócio-econômico

Para a Caracterização sócio-cultural foram analisados os sistemas de saúde, educação, ação social, além da questão populacional e demográfica. A caracterização econômica do município contemplou a análise dos setores produtivos, com especial enfoque às atividades rurais e do potencial de turismo rural.

###### c) Aspectos Institucionais

Foram caracterizadas as unidades administrativas da estrutura da Prefeitura Municipal e, o sistema de gestão relacionado ao planejamento e desenvolvimento do município, que se relacionam com a gestão do PDM Municipal. Igualmente, foi identificada a capacidade de investimento do município, situação atual de arrecadação, evolução anual e projeção para os próximos dez anos, considerando também possíveis fontes alternativas de recursos financeiros e possibilidade de realização de operações de crédito (capacidade de endividamento), além de impostos cobrados, taxas, contribuição de melhoria e demais tributos. Procedeu-se a uma análise da estrutura organizacional da administração municipal e dos agentes intervenientes ao plano diretor (secretarias, sociedade civil organizada e outros considerados relevantes). Esta análise teve o intuito de detectar a atuação das secretarias e sua influência na área, de forma a propor no desenvolvimento deste trabalho as possibilidades de atuação e inter-relação entre estes agentes, bem como, análises no sistema de informações municipais disponíveis para a gestão do desenvolvimento local (dados do Cadastro Técnico Imobiliário e Econômico e demais bancos de dados municipais, identificando-os).

**AUTENTICAÇÃO**  
 Emitido em 28 JUN 2019  
 OBRIGADO  
 3262-3555  
 GABINETE



# Município de Catanduvas

## Gestão 2005/2008

1157A

Da legislação vigente identificou-se a adequação ou inadequação de cada um dos instrumentos, em relação a: (i) questões constitucionais, Lei Orgânica Municipal e demais leis federais, estaduais e municipais; (ii) questões físico-ambientais e (iii) adequação à realidade do uso e ocupação do solo existente.

As normas jurídicas (leis, decretos e outros atos administrativos) do Estado e Município pertinentes a este Plano foram coletadas em órgãos do Poder Executivo, Poder Legislativo, e em outros pertinentes.

### 1.2.2.3. CONDICIONANTES DEFICIÊNCIAS E POTENCIALIDADES

A análise de cada informação foi realizada individualmente, com suas inter-relações mencionadas e elencadas em um quadro síntese, permitindo uma visão ampla das condicionantes, deficiências e potencialidades locais, correspondentes. Possibilitando, assim, alcançar proposições preliminares de diretrizes para correção, minimização, prevenção ou compensação de deficiências e para valorização das potencialidades.

### 1.3. FASE 3 - DEFINIÇÃO DAS DIRETRIZES E PROPOSTAS

Inicialmente foram elaborados Eixos de desenvolvimento estratégico com suas respectivas diretrizes.

As diretrizes contemplaram os aspectos físico-espaciais, de infra-estrutura e serviços público, socioeconômicas, ambientais e institucionais, que deram origem a ações, propostas para curto, médio e longo prazos. Incluiu-se também diretrizes para o estabelecimento de:

- a) política de desenvolvimento urbano e municipal;
- b) sistemática permanente de planejamento;
- c) propostas de projetos estruturais dos diversos setores estratégicos considerando a estimativa de custos e projeções orçamentárias municipais;
- d) dinamização e ampliação das atividades econômicas a fim de estruturar o fortalecimento da economia do município (emprego, renda e receitas);
- e) propostas, instrumentos e mecanismos referentes a:
  - i. ocupação do espaço, e expansão urbana
  - ii. distribuição equitativa dos usos
  - iii. hierarquização do sistema viário e articulação da mobilidade urbana
  - iv. controle do meio ambiente, saneamento e proteção aos elementos que caracterizam a identidade do município
  - v. arborização pública
  - vi. sistema de informações para o planejamento e gestão municipal
  - vii. diretrizes para a coleta e disposição final de resíduos sólidos, industriais e saúde
  - viii. instrumentos a serem adotados nos projetos de parcelamento, edificações, consultas prévias, alvarás, laudo de conclusão de obras e habite-se
  - ix. processos e recursos para a atualização permanente de instrumentos de política e planejamento territorial
  - x. parâmetros, ações e instrumentos para a regularização da situação fundiária ou diretrizes de uso das áreas que necessitam de desocupação
  - xi. diretrizes e proposições decorrentes das recomendações de órgãos e instituições

### 1.4. FASE 4 - PROPOSIÇÕES PARA A LEGISLAÇÃO BÁSICA E PROCESSO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO MUNICIPAL

#### 1.5. ANTE-PROJETO DE LEI

Minutas de Anteprojeto de Lei acompanhadas de mapas em escala apropriada, destacando-se:

- a) Anteprojeto de Lei do Plano Diretor Municipal;
- b) Anteprojeto de Lei dos Perímetros Urbanos;
- c) Anteprojeto de Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano e Municipal;
- d) Anteprojeto de Lei de Parcelamento Urbano e Regularização Fundiária;
- e) Anteprojeto de Lei de Mobilidade;
- f) Anteprojeto de Lei do Código de Obras;
- g) Anteprojeto de Lei do Código de Posturas e Meio Ambiente;
- h) Anteprojeto de Lei da Compulsoriedade do Aproveitamento do Solo Urbano;
- i) Anteprojeto de Lei do Consórcio Imobiliário.

**AUTENTICAÇÃO**  
 Verifico que a presente fotocópia reproduzida fiel ao documento original que me foi apresentado. Deu fé.  
 CTBA., CA.

28 JUN. 2019

SERVIÇO DISTRIÇÃO DO CAUARI  
 FONE/FAX: 3262-3533

JOÃO GERALDO LAMARTINA DE LIMA  
 ANGELITA ERMA WOLFF DE LIMA  
 ELIZABETE RAMOS CARVALHO GOMES  
 JOÃO PAULO MERRILLI  
 CRISTINA RODRIGUES FERREIRA  
 AL. PRES. AFFONSO CAMARGO, 763 - CURITIBA - PR

O selo de autenticação dos atos, foi aplicado na última folha deste documento.

#### 1.5.1. PROCESSO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO MUNICIPAL

- a) Adequação da estrutura organizacional da Prefeitura;
- b) Organização do sistema de informações;
- c) Construção de indicadores para avaliação anual do processo de planejamento e gestão municipal.

B0217





# Município de Catanduvas

## Gestão 2005/2008

1158<sup>A</sup>

### 1.6. FASE 5- PLANO DE AÇÃO E INVESTIMENTOS

O Plano de Ações e Investimentos refere-se à análise sistêmica e à avaliação das estratégias de intervenção anteriormente formuladas, aglutinando as discussões que se desenvolveram no âmbito das reuniões com a Comissão de Acompanhamento e, também, nos eventos (oficinas e seminários) realizados junto às entidades estaduais e do município para a discussão das referidas estratégias, e dos critérios e diretrizes para o ordenamento territorial, mediante a definição das ações e projetos prioritários, para os próximos 05 (cinco) anos em compatibilidade com a projeção orçamentária. Apresentando a hierarquização de investimentos em infra-estrutura, equipamentos comunitários e ações institucionais, com a estimativa de custos aproximados.

E seguirá de elemento balizador para o município de Catanduvas atender à Lei Estadual nº 15.229 de 25 de julho de 2006, como também, à Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001.

### 1.7. AUDIÊNCIAS PÚBLICAS E OFICINAS DE CAPACITAÇÃO TÉCNICA

O Plano Diretor, que por intervir diretamente na cidade e na vida dos cidadãos, abre espaço para a participação da população, podendo haver interesses divergentes e até conflitantes, entretanto, com um objetivo comum, a distribuição mais justa dos pontos positivos e negativos existentes na vida da cidade. Assim sendo, foram realizadas audiências com a comunidade, a qual foi inserida no processo participativo de desenvolvimento do Plano Diretor e também oficinas de capacitação técnica com a equipe da Prefeitura e Comissão de Acompanhamento de Elaboração do Plano Diretor. A realização da Audiência e Oficina ficou sob responsabilidade da Prefeitura, com o apoio da equipe da Consultora.

O Município divulgou amplamente e com antecedência e, realizou 03 (três) audiências públicas e 04 (quatro) oficinas de capacitação, além de outras reuniões e consultas com a equipe da Prefeitura. Para as audiências foram convidados representantes da sociedade organizada, da população em geral, dos segmentos econômicos, além de representantes do governo e técnicos dos setores correlatos ao planejamento da prefeitura. A forma de divulgação das audiências foi feita por meio de ampla divulgação dos meios de comunicação, como rádio, jornal, panfletos, entre outros tipos de mídia. Os volumes correspondentes ao assunto a ser tratado nas audiências foram disponibilizados na Prefeitura Municipal para que a população pudesse se informar sobre o seu conteúdo e se preparar para a Audiência Pública, sendo livre o seu acesso a qualquer interessado.

As Audiências Públicas foram realizadas:

- 1ª Audiência Pública, ocorreu em 01 de dezembro de 2006 no Centro Cultural, às 19h;
- 2ª Audiência Pública, ocorreu em 23 de março de 2007 no Centro Cultural, às 19h;
- 3ª Audiência Pública, ocorreu em 18 de junho de 2006 no Salão Paroquial de Catanduvas, às 20h.

### 1.8. TREINAMENTO DA EQUIPE TÉCNICA MUNICIPAL E COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO

Os treinamentos tanto da Equipe Técnica Municipal quanto da Comissão de Acompanhamento de Elaboração do Plano Diretor se deram por meio de oficinas de capacitação. Ao todo foram realizadas 03 oficinas, sempre para discussão dos conteúdos que culminaram nos 05 produtos componentes do PDM.

A Equipe Técnica do Município de Catanduvas (Decreto nº 123/2006), foi composta por representantes dos setores correlatos na prefeitura. O treinamento foi feito de acordo com os seguintes aspectos: Embasamento Técnico-Administrativo-Legal do Plano Diretor Municipal, Avaliação Temática Integrada, Definição de Diretrizes e Proposições, Legislação Básica, Processo de Planejamento e Gestão Municipal, Plano de Ação, indicadores e implementação do Plano Diretor Municipal, de acordo com o Termo de Referência da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano – SEDU/PARANACIDADE.

A Comissão de Acompanhamento de Elaboração do Plano Diretor (Decreto nº 028/2007), foi composta por representantes da administração municipal e dos segmentos organizados da sociedade civil local. O treinamento da Comissão foi realizado referente aos aspectos de embasamento técnico-administrativo-legal do Plano Diretor, competências, organização e funcionamento da Comissão de Acompanhamento; e criação do Conselho de Desenvolvimento Municipal, sua composição e funcionamento.

CATANDUVAS, 27 de setembro de 2007.

  
ALDOIR BERNART  
Prefeito Municipal de Catanduvas

Serviço Registral do Cartório  
Fontes: 3262-3353

2007

18

Protocolo de Notas  
Exclusivo para  
Autenticação de Cópias

1039

Eduardo Gerontmo Alves de M.  
Escriturário

1159<sup>A</sup>



CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA  
ESTADO DO PARANÁ

## Certidão de Acervo Técnico

**SANDRA MAYUMI NAKAMURA**

Carteira Profissional: PR-33072/D

Acervo Técnico Nº.: **3397/2010**

RNP Nº.: 1703770706

Protocolo Nº.: **2010/00080171**

ART Nº.: 3040671127 0 ..... Registrada: 14/11/2006 .....  
 ART Co-Respons.: ..... ART Vinculada: .....  
 Empresa Executora.: ECOTECNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA .....  
 Contratante(s).....: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLORADO .....  
 Tipo de Contrato.....: OUTROS .....  
 Atividade Técnica.....: SUPERVISÃO, COORDENAÇÃO, ORIENTAÇÃO TÉCNICA .....  
 Área de Competência.: PLANEJAMENTO URBANO .....  
 Tipo de Obra/Serviço.: PLANEJAMENTO FISICO DO TERRENO URBANO, RURAL E REGIONAL .....  
 Serviço Contratado.: PROJETO .....  
 OUTROS .....  
 Dimensão.....: 1,00 UNID. .... Área Existente: .....  
 Área Ampliada.....: ..... Área de Reforma: .....  
 Local da Obra.....: AVENIDA BRASIL, 1250 CENTRO .....  
 Município/Estado....: COLORADO/PR .....  
 Data de Início.....: 01/09/2006 ..... Data de Conclusão: 20/11/2006 .....  
 Docto de Conclusão.: DECLARAÇÃO PROFISSIONAL .....  
 Descr. Compl. Serv.: ELABORAÇÃO DE PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE COLORADO-PR CONFORME CONTRATO FIRMADO ENTRE AS PARTES E DE ACORDO COM A LEI FEDERAL Nº10.257/01 - ESTATUTO DA CIDADE PARTICIPAÇÃO DO PROFISSIONAL: COORDENAÇÃO GERAL .....  
 Observação.....: .....

**AUTENTICAÇÃO**

Certifico que a presente cópia é reprodução fiel do documento original que me foi apresentado.  
 Dou fé.  
**C. B. CAJURU**

SERVIÇO DISTRITAL DO CAJURU  
 FONE/FAX 3262-3553



*Eduardo Geronimo Alves de Moraes*  
 Escrevente

0219

**ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA**

Atestamos para os devidos fins, que a empresa **ECOTÉCNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA**, com sede à Maria Rita das Chagas Lima, 317 – Curitiba-PR Bairro São Braz CEP 82300-330, inscrita no CNPJ 02.610.553/0001-91 tendo como responsável técnica a Arquiteta e Urbanista **SANDRA MAYUMI NAKAMURA**, carteira profissional CREA-PR-33072/D, prestou para a **PREFEITURA MUNICIPAL DE COLORADO**, estabelecida à Avenida Brasil, 1250 – Centro, Colorado-PR, os serviços referentes à **Elaboração do Plano Diretor Municipal (PDM) para o município de Colorado/PR**, tendo demonstrado Capacidade Técnica no fornecimento dos mesmos, nada constando em nossos arquivos que a desabone.

1160  
A

**CARACTERÍSTICAS DOS SERVIÇOS**

Início dos serviços:	01/09/2006
Conclusão dos serviços:	10/12/2006
Objeto do contrato:	Elaboração do Plano Diretor Municipal (PDM) para o município de Colorado /PR, em conformidade com o Termo de Referência da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano - SEDU/PARANACIDADE.

**EQUIPE TÉCNICA ECOTÉCNICA**

Arquiteta e Urbanista Msc.	Sandra Mayumi Nakamura	CREA – PR 33.072/D
Engenheiro Civil/Sanitarista	Nilo Aihara	CREA – PR 8.040/D
Engenheira Ambiental	Lidia Sayoko Tanaka	CREA-PR-87131/D
Engenheiro Florestal Dr.	André E.B. de Lacerda	CREA – PR 29.983/D
Geólogo	Marcelus V.K. Borges	CREA – PR 32.742/D
Advogada	Lucia Benedita de C. Blicharski	OAB – PR 37.951

**DESCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS**

**1. DEFINIÇÃO DAS DIRETRIZES E PROPOSTAS**

A partir do diagnóstico foram elaborados Eixos de desenvolvimento estratégico com suas respectivas diretrizes. As diretrizes contemplaram os aspectos físico-espaciais, de infra-estrutura e serviços público, socioeconômicas, ambientais e institucionais, que deram origem a ações, propostas com prazo: imediato, curto, médio ou longo. A definição dos eixos, diretrizes e ações buscaram estabelecer:

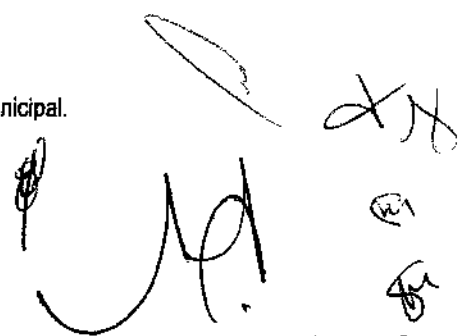
- a) política de desenvolvimento urbano e municipal;
- b) sistemática permanente de planejamento;
- c) propostas de projetos estruturais dos diversos setores estratégicos considerando a estimativa de custos e projeções orçamentárias municipais;
- d) dinamização e ampliação das atividades econômicas a fim de estruturar o município (emprego, renda e receitas);
- e) propostas, instrumentos e mecanismos referentes a:
  - i. ocupação do espaço, e expansão urbana
  - ii. distribuição equitativa dos usos
  - iii. hierarquização do sistema viário e articulação da mobilidade urbana
  - iv. controle do meio ambiente, saneamento e proteção aos elementos que compõem o município
  - v. arborização pública
  - vi. sistema de informações para o planejamento e gestão municipal
  - vii. diretrizes para a coleta e disposição final de resíduos sólidos, industriais e saúde
  - viii. instrumentos a serem adotados nos projetos de parcelamento, edificações, consultas prévias, alvarás, laudo de conclusão de obras e habite-se
  - ix. processos e recursos para a atualização permanente de instrumentos de política e planejamento territorial
  - x. parâmetros, ações e instrumentos para a regularização da situação fundiária ou diretrizes de uso das áreas que necessitam de desocupação
  - xi. diretrizes e proposições decorrentes das recomendações de órgãos e instituições

**SERVIÇO REGISTRAL DO CADASTRO**  
 FONE/FAX: 3262-3553  
 28 JUN 2019  
 GOVERNO MUNICIPAL DE COLORADO  
 SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO MUNICIPAL  
 ELIZABETE RAMOS CARVALHO PAZ  
 JOÃO PAULO MERRINO  
 CRISTINA RODRIGUES FONSECA  
 AN. PRES. AFFONSO CAMARGO - COLORADO - PR

O local de autenticação é o livro nº 13 na 51ª folha deste documento.

**2. PROCESSO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO MUNICIPAL**

- a) Adequação da estrutura organizacional da Prefeitura;
- b) Organização do sistema de informações;
- c) Construção de indicadores para avaliação anual do processo de planejamento e gestão municipal.



0220

**3. PROPOSIÇÕES PARA A LEGISLAÇÃO BÁSICA E PROCESSO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO MUNICIPAL**

Minutas de Anteprojeto de Lei acompanhadas de mapas em escala apropriada, destacando-se:

- d) Anteprojeto de Lei do Plano Diretor Municipal;
- e) Anteprojeto de Lei do Perímetro Urbano;
- f) Anteprojeto de Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano e Rural;
- g) Anteprojeto de Lei de Mobilidade;
- h) Anteprojeto de Lei da Outorga Onerosa;
- i) Anteprojeto de Lei do Consórcio Imobiliário;
- j) Anteprojeto de Lei do Direito de Preempção.

1161<sup>A</sup>

**4. PLANO DE AÇÕES E INVESTIMENTOS**

O Plano de Ações e Investimentos refere-se à análise sistêmica e à avaliação das estratégias de intervenção anteriormente formuladas, aglutinando as discussões que se desenvolveram no âmbito das reuniões com a Comissão de Acompanhamento e, também, nos eventos (oficinas e seminários) realizados junto às entidades estaduais e do município para a discussão das referidas estratégias, e dos critérios e diretrizes para o ordenamento territorial, mediante a definição das ações e projetos prioritários, para os próximos 05 (cinco) anos em compatibilidade com a projeção orçamentária. Apresentando a hierarquização de investimentos em infra-estrutura, equipamentos comunitários e ações institucionais, com a estimativa de custos aproximados.

E seguirá de elemento balizador para o município de Colorado atender à Lei Estadual nº 15.229 de 25 de julho de 2006, como também, à Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001.

**5. AUDIÊNCIAS PÚBLICAS, OFICINAS DE CAPACITAÇÃO E REUNIÕES TÉCNICAS**

O Plano Diretor, que por intervir diretamente na cidade e na vida dos cidadãos, abre espaço para a participação da população, podendo haver interesses divergentes e até conflitantes, entretanto, com um objetivo comum, a distribuição mais justa dos pontos positivos e negativos existentes na vida da cidade. Assim sendo, foram realizadas audiências com a comunidade, a qual foi inserida no processo participativo de desenvolvimento do Plano Diretor e também oficinas de capacitação técnica com a equipe da Prefeitura e Comissão de Acompanhamento. A realização da Audiência e Oficina ficou sob responsabilidade da Prefeitura, com o apoio da equipe da Consultora.

Foram realizadas 02 (duas) audiências públicas, 03 (três) oficinas de capacitação e 04 (quatro) reuniões técnicas. Para as audiências foram convidados representantes da sociedade organizada, da população em geral, dos segmentos econômicos, além de representantes do governo e técnicos dos setores correlatos ao planejamento da prefeitura. O material correspondente ao assunto a ser tratado nas audiências foram disponibilizados na Prefeitura Municipal para que a população pudesse se interar sobre o seu conteúdo e se preparar para a Audiência Pública, sendo livre o seu acesso a qualquer interessado.

Os treinamentos tanto da Equipe Técnica Municipal quanto da Comissão de Acompanhamento de Elaboração do Plano Diretor se deram por meio de oficinas de capacitação para discussão dos conteúdos que culminaram nos produtos componentes do PDM.

Colorado 02 de Outubro de 2007.

FIRMA  
 CONHECIDA

MARCOS JOSÉ CONSALTER DE MELLO  
 Prefeito Municipal

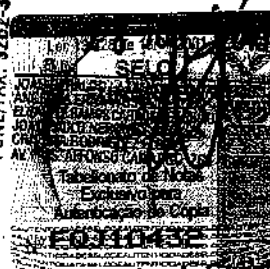


**CREA-PR**  
 Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura  
 e Agronomia do Paraná  
 012858

**AUTENTICAÇÃO**  
 Certifico que a presente fotocópia reproduz fiel do documento original que me foi apresentado. Dou Fé.  
 CTBA, CAV

SERVIÇO DISTRIÇÃO DOCAJURID  
 FONE/FAX: 3252-3553

O selo de autenticidade de atos, foi colado na última folha deste documento



Eduardo Gerônimo Alves de Moraes  
 Escrivão

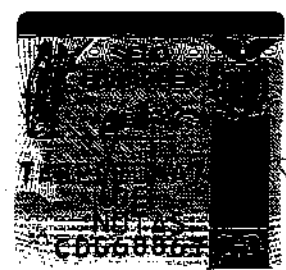
**TABELIONATO LOPES**  
 Otávio Trindade Lopes  
 NOTÁRIO

Av. Brasil 1249 - Centro - CEP: 86690-000 - CP 69 - TEL: (44) 3323-1442 - FAX: (44) 3323-1615 - Colorado/PR

Assinatura de Marcos José Consalter de Mello  
 indicada de Marcos José Consalter de Mello

Non fe Colorado, 02 de Outubro de 2007  
 Em Teste da Verdade

CECILIA PAROLO MARTINS SOARES 2513



Handwritten marks and signatures on the right side of the page.

1162<sup>A</sup>



CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA  
ESTADO DO PARANÁ

### Certidão de Acervo Técnico

**SANDRA MAYUMI NAKAMURA**

Carteira Profissional: PR-33072/D

Acervo Técnico Nº.: **14913/2010**

RNP Nº.: 1703770706

Protocolo Nº.: **2010/00317203**

ART Nº.: 20100770713 0..... Registrada: 11/03/2010.....  
 ART Co-Respons.: ..... ART Vinculada: .....  
 Empresa Executora.: ECOTECNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA.....  
 Contratante(s).....: PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL VIVIDA - CNPJ/CPF:  
 76.995.455/0001-56.....  
 Tipo de Contrato.....: OUTROS.....  
 Atividade Técnica...: SUPERVISÃO, COORDENAÇÃO, ORIENTAÇÃO TÉCNICA.....  
 Área de Competência.: PLANEJAMENTO URBANO.....  
 Tipo de Obra/Serviço.: PLANEJAMENTO FISICO DO TERRENO URBANO, RURAL E  
 REGIONAL.....  
 Serviço Contratado...: PROJETO.....  
 OUTROS.....  
 Dimensão.....: 1,00 UNID..... Área Existente:.....  
 Área Ampliada.....: Área de Reforma:.....  
 Local da Obra.....: PRAÇA TRES PODERES, S/N CENTRO.....  
 Município/Estado...: CORONEL VIVIDA/PR.....  
 Data de Início.....: 10/11/2009..... Data de Conclusão: 10/05/2010.....  
 Docto de Conclusão.: DECLARAÇÃO PROFISSIONAL.....  
 Descr. Compl. Serv.: ELABORAÇÃO DE ALTERAÇÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE  
 CORONEL VIVIDA - PR CONFORME CONTRATO Nº 198/2009  
 FIRMADO ENTRE AS PARTES DE ACORDO COM A LEI FEDERAL  
 Nº10.257/2001 - ESTATUTO DAS CIDADES. PARTICIPAÇÃO  
 DO PROFISSIONAL: COORDENAÇÃO GERAL.....  
 Observação.....: .....

**AUTENTICAÇÃO**

Certifico que a presente cópia é reprodução fiel do documento original que me foi apresentado.

Dou fé.

*Sandra Mayumi Nakamura*  
**SANDRA NAKAMURA**

SERVIÇO DISTRIAL DO CAJURU  
FONE/FAX 3262-3553



*Eduardo Geronimo Alves de Moraes*  
**Eduardo Geronimo Alves de Moraes**  
Escritor



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL VIVIDA  
Praça Três Poderes, s/nº - Centro  
CEP: 85.550-000 Coronel Vivida - PR  
CNPJ: 76.995.455-0001/56

1163<sup>A</sup>

### ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins, que a empresa ECOTÉCNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA, com sede à Maria Rita das Chagas Lima, 317 - Curitiba-PR Bairro São Braz CEP 82300-330, inscrita no CNPJ 02.610.553/0001-91 tendo como responsável técnica a Arquiteta e Urbanista SANDRA MAYUMI NAKAMURA, carteira profissional CREAPR-33072/D, prestou para a PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL VIVIDA, estabelecida à Praça Três Poderes, s/nº - Centro - Coronel Vivida/PR, os serviços referentes à Alteração do Plano Diretor Municipal (PDM) para o município de CORONEL VIVIDA/PR, tendo demonstrado Capacidade Técnica no fornecimento dos mesmos, nada constando em nossos arquivos que a desabone.

### CARACTERÍSTICAS DOS SERVIÇOS

Início dos serviços: 10/11/2009  
Conclusão dos serviços: 10/05/2010  
Objeto do contrato: Alteração do Plano Diretor Municipal (PDM) de Coronel Vivida/PR.

### EQUIPE TÉCNICA ECOTÉCNICA

Arquiteta e Urbanista Esp. - Coordenação Técnica	Sandra Mayumi Nakamura	CREA-PR 33.072/D
Arquiteto e Urbanista - Coordenação Técnica	Leticia S. Cardon de Oliveira	CREA-PR 83.417/D
Arquiteta e Urbanista - Coordenação Adjunta	Walter Gustavo Linzmayer	CREA-PR 73.015/D
Arquiteta e Urbanista	Arquiteta e Urbanista Esp. Vanessa Boscaro Fernandes	CREA-PR 70.332/D
Engenheiro Civil	Nilo Aihara	CREA-PR 8040/D
Advogada Esp. em Direito Socioambiental e Gestão Municipal de Rec. Hídricos	Lucia B. de Camargo Blicharski	OAB PR 37951

### DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

Este trabalho teve como principal objetivo a alteração de temas pertinentes ao Plano Diretor Municipal (PDM) de Coronel Vivida/PR, aprovado em 2008, resultando na alteração e/ou complementação da legislação básica que compõe o arcabouço do PDM, a saber: Lei do Plano Diretor Municipal; Lei dos Perímetros Urbanos; Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano e Municipal; Lei De Mobilidade e Sistema Viário; Lei do Código de Posturas e Meio Ambiente; Lei do Direito de Preempção; e Lei da Compulsoriedade do Solo Urbano.

Ressalta-se que as alterações na legislação do PDM foram tomadas como referência e base de princípios, legislações federais, estaduais e municipais, principalmente a Lei Federal n.º 10.257/01 - Estatuto da Cidade, Lei Federal n.º 6.766/79 e alterações, regulamentações e normativas do Ministério das Cidades, CONAMA, e Associação Brasileira de Normas Técnicas, bem como, dentro das atuais possibilidades legais.

Ainda, as alterações foram definidas, a partir das informações coletadas, repassadas pela equipe técnica da Prefeitura e das reuniões técnicas durante o processo de alteração do documento.

Certifico que a presente fotocópia é reprodução fiel do documento original que me foi apresentado.

Dou fé. **LEANDRO ALDRIN TASCA SIGNOR**  
CORONEL VIVIDA, 24 de fevereiro de 2010.

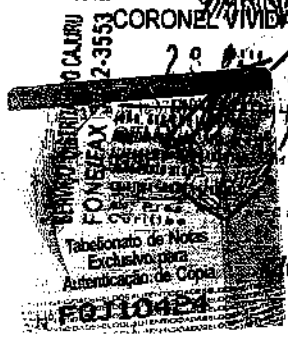
BETISSON OLIVEIRA

*Leandro Aldrin Tasca Signor*  
**LEANDRO ALDRIN TASCA SIGNOR**  
Coordenador do Plano Diretor Municipal



**CREA-PR**  
Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agrimensura do Paraná

018367



**Guardo Geronimo Alves de Moraes**  
Escrivão

11510



CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA  
ESTADO DO PARANÁ

### Certidão de Acervo Técnico

**SANDRA MAYUMI NAKAMURA**

Carteira Profissional: PR-33072/D

Acervo Técnico Nº.: 5097/2011

RNP Nº.: 1703770706

Protocolo Nº.: 2011/00124561

ART Nº.: 3048968137.0 Registrada: 06/03/2008

ART Co-Respons.: ART Vinculada:

Empresa Executora.: ECOTECNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA.

Contratante(s): PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO VERDE DO OESTE -  
CNPJ/CPF: 80.880.107/000100.

Tipo de Contrato.: OUTROS.

Atividade Técnica.: SUPERVISÃO, COORDENAÇÃO, ORIENTAÇÃO TÉCNICA.

Área de Competência.: PLANEJAMENTO URBANO.

Tipo de Obra/Serviço.: PLANEJAMENTO FISICO DO TERRENO URBANO, RURAL E REGIONAL.

Serviço Contratado.: PROJETO

OUTROS.

Dimensão.: 1,00 UNID. Área Existente:

Área Ampliada.: Área de Reforma:

Local da Obra.: RUA CURITIBA, 657 CENTRO.

Município/Estado.: OURO VERDE DO OESTE/PR.

Data de Início.: 25/10/2007. Data de Conclusão.: 25/07/2008.

Docto de Conclusão.: DECLARAÇÃO PROFISSIONAL.

Descr. Compl. Serv.: ELABORAÇÃO DE PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE OURO VERDE DO OESTE-PR CONFORME CONTRATO Nº171/2007-PM-OVO FIRMADO ENTRE AS PARTES E DE ACORDO COM A LEI FEDERAL Nº10.257/01 - ESTATUTO DA CIDADE PARTICIPAÇÃO DO PROFISSIONAL: COORDENAÇÃO GERAL.

Observação:

**AUTENTICAÇÃO**

Certifico que a presente cópia é reprodução fiel do documento original me foi apresentado.

Deu fé.

**CRISTINA CAJURU**

SERV. INST. DO CREA/PR  
FONE/FAX 3262-3553



**Eduardo Geronimo Alves de Moraes**  
Escriturante

Handwritten signatures and initials on the right side of the page.

0224



**ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA**

Atestamos para os devidos fins, que a empresa **ECOTÉCNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA**, com sede à Maria Rita das Chagas Lima, 317 - Curitiba-PR Bairro São Braz CEP 82300-330, inscrita no CNPJ 02.610.553/0001-91 tendo como responsável técnica a Arquiteta e Urbanista **SANDRA MAYUMI NAKAMURA**, carteira profissional CREAPR-33072/D, prestou para a **PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO VERDE DO OESTE**, estabelecida à Rua Curitiba, nº 657 - Centro - Ouro Verde do Oeste/PR, os serviços referentes à **Elaboração do Plano Diretor Municipal (PDM) para o município de OURO VERDE DO OESTE/PR**, tendo demonstrado Capacidade Técnica no fornecimento dos mesmos, nada constando em nossos arquivos que a desabone.

**CARACTERÍSTICAS DOS SERVIÇOS**

Início dos serviços: 25/10/2007  
 Conclusão dos serviços: 25/07/2008  
 Objeto do contrato: Elaboração do Plano Diretor Municipal (PDM) para o município de Ouro Verde do Oeste/PR, em conformidade com o Termo de Referência da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano - SEDU/PARANACIDADE.

Local da Obra: Rua Curitiba 657 Centro CEP 85933-000 Ouro Verde do Oeste

**EQUIPE TÉCNICA ECOTÉCNICA**

Arquiteta e Urbanista Esp. - Coordenação Técnica	Vanessa Boscaro Fernandes	CREA - PR 70.332/D
Arquiteta e Urbanista - Coordenação Adjunta	Leticia S. Cardon de Oliveira	CREA-PR 83.417/D
Arquiteto e Urbanista - Coordenação Adjunta	Loris Carlos Guesse	CREA-PR 3640/D
Especialista em Gestão em Engenharia Ambiental	Sandra Mayumi Nakamura	CREA - PR 33.072/D
Contador	Anderson José Amâncio	CRC-PR 036.685/O-4
Economista	Elisabete Tiemi Arazaki	CORECON-PR 4963-8
Eng. Civil/Sanitarista	Nilo Aihara	CREA-PR 8.040/D
Eng. Florestal Dr.	André E.B. de Lacerda	CREA-PR 29.983/D
Eng. Agrônoma Dr.	Juliana V. Bittencourt	CREA-PR 64.253/D
Engenheira Ambiental	Lídia Sayoko Tanaka	CREA-PR 87.131/D
Geólogo	Marcelus V. K. Borges	CREA-PR 32.742/D
Advogada Esp.	Lúcia B. de Camargo Blicharski	OAB-PR 37951
Acadêmica em Arq. e Urbanismo	Nara Yumi Fujii	
Acadêmica em Arq. e Urbanismo	Thalita Sayuri Miura	
Acadêmica em Eng. Ambiental	André Luiz da Silva Melo	

**AUTENTICAÇÃO**  
 Certifico que a presente cópia é reprodução fiel do documento original, que me foi apresentado. Dou fé.  
 CREA-PR JAJURU

SERVIÇO CENTRAL DO CREA-PR  
 FONE/FAX 3262-3553  
 Av. Pista  
 Curitiba



**CREA-PR**  
 O SELO DE AUTENTICIDADE FOI AFIXADO NA ÚLTIMA FOLHA

Eduardo Gerônimo Alves de Moraes  
 Escrevente

02/05





**DESCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS**

**1. ESCOPO E METODOLOGIA**

A seguir, apresenta-se a metodologia e as técnicas utilizadas na execução das atividades, originando os produtos de cada uma das 05 fases do Plano, elencadas abaixo e assim, atingindo os objetivos traçados para o Plano Diretor Municipal – PDM de Ouro Verde do Oeste-PR.

Ainda, foram definidas, a partir das informações coletadas, a estruturação e instrumentação administrativa que foi necessária à adaptação da estrutura do Poder Público Municipal para a implementação do PDM e Leis Complementares.

**1.1. FASE 1 - PLANO DE TRABALHO**

Corresponde ao documento que descreve o conteúdo e o processo de elaboração do PDM. Enfoca, principalmente, a metodologia estratégica, traçada pela equipe da ECOTÉCNICA Tecnologia e Consultoria Ltda.

**1.2. FASE 2 - AVALIAÇÃO TEMÁTICA INTEGRADA**

O processo de Avaliação Temática Integrada se realizou a partir da compilação, discussão e análise da equipe técnica multidisciplinar, dos dados disponibilizados pela Prefeitura Municipal de Ouro Verde do Oeste, IAP (Instituto Ambiental do Paraná), IPARDES (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social), IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), EMATER (Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural), PARANACIDADE e outras instituições pertinentes, com vistas a subsidiar o trabalho dos técnicos de cada uma das especialidades envolvidas, para posterior discussão e elaboração de um quadro síntese contendo as principais **Condicionantes, Deficiências e Potencialidades**, assim como confecção de mapas temáticos pertinentes a cada tema. Foram avaliados os seguintes temas:

**1.2.1. CONTEXTUALIZAÇÃO REGIONAL**

A contextualização regional sob os aspectos naturais e antrópicos, contemplou a vocação e o potencial estratégico do município de Ouro Verde do Oeste dentro da região, e focalizou os principais fatores que condicionam o desenvolvimento. Foram imprescindíveis as espacializações das informações, configuradas em mapas temáticos georreferenciados. As informações coletadas nos levantamentos de dados em campo, e as informações contidas nos mapas confeccionados foram entregues em formato "dwg" (AUTOCAD 2006).

**1.2.2. CARACTERIZAÇÃO MUNICIPAL**

A caracterização municipal foi mediante a abordagem dos seguintes temas principais, subdivididos em:

**1.2.2.1. ASPECTOS NATURAIS**

a) Meio Físico

Foram identificadas as condições do clima, do ar, água, solo e subsolo. Através de análises das informações obtidas na SANEPAR, IAP e SUDERHSA e Prefeitura sobre a rede hídrica de superfícies e das análises existentes das águas dos poços existentes, foi possível avaliar qualitativamente a água, determinando, assim, possíveis problemas no uso do solo que pudessem comprometer a conservação da qualidade da água, além de prever a conservação ambiental, respeitando-se a legislação pertinente.

b) Meio Biológico

Foram enfocadas questões referentes à flora e fauna. Com base nos dados levantados, foram caracterizados os espaços para áreas de expansão urbana, conservação e preservação permanente, áreas públicas de lazer e arborização pública.

**1.2.2.2. SISTEMA ANTRÓPICO**

a) Componente Espacial

Foi realizada uma abordagem geral do uso e ocupação do solo urbano e rural mediante a caracterização da evolução da urbanização e do uso do solo, análise do parcelamento do solo e suas tendências de crescimento, questões fundiárias e aspectos atuais dos loteamentos do município, bolsões de pobreza e vazios urbanos, bem como determinação de parâmetros para monitoramento do uso e ocupação do solo. A partir de uma visão realista e sustentável, foram identificados e analisados os usos atuais, sua dependência econômica ou cultural e sua demanda (urbana e rural) para os próximos 10 anos, identificando os principais entraves espaciais existentes. Ocorreu igualmente, uma caracterização da infra-estrutura e serviços urbanos e regionais enfocando aspectos

COPIA PARA ASSUA  
Cópia sobre impresso (reprodução fiel do documento original que me foi apresentado. Dou Fé.

SERVIÇO DE ARQUIVAMENTO DO CADASTRO FONE/FAX 3262-3333

28 JUN. 2019

ANGELITA ERMA WUENSCHE PEREIRA - SUBSTITUTA  
ELIZABETE RAMOS CASAROL PEREIRA - SUBSTITUTA  
JOÃO PAULO NEHRING - SUBSTITUTO  
CRISTINA RODRIGUEZ FLORES - SUBSTITUTA  
AN. PRES. AFFONSO CAMARGO, 763 - CURITIBA - PR

O selo de autenticidade de atos, fixado na última folha deste documento.

**CREA-PR**

O SELO DE AUTENTICIDADE FOI AFIXADO NA ÚLTIMA FOLHA

0226



relevantes à circulação; sistema viário; saneamento; energia e comunicações. Assim, foi possível a identificação das áreas com infra-estrutura ociosa e as áreas ocupadas com precariedade de infra-estrutura, bem como um prognóstico para os próximos 10 anos. E uma avaliação da qualidade da paisagem. Ressalta-se que foram tomados por base os dados e estudos existentes no município referentes a este tema.

b) Componente Sócio-econômico

Para a Caracterização sócio-cultural foram analisados os sistemas de saúde, educação, ação social, além da questão populacional e demográfica. A caracterização econômica do município contemplou a análise dos setores produtivos, com especial enfoque às atividades rurais e do potencial de turismo rural.

c) Aspectos Institucionais

Foram caracterizadas as unidades administrativas da estrutura da Prefeitura Municipal e, o sistema de gestão relacionado ao planejamento e desenvolvimento do município, que se relacionam com a gestão do PDM Municipal. Igualmente, foi identificada a capacidade de investimento do município, situação atual de arrecadação, evolução anual e projeção para os próximos dez anos, considerando também possíveis fontes alternativas de recursos financeiros e possibilidade de realização de operações de crédito (capacidade de endividamento), além de impostos cobrados, taxas, contribuição de melhoria e demais tributos.

Procedeu-se a uma análise da estrutura organizacional da administração municipal e dos agentes intervenientes ao plano diretor (secretarias, sociedade civil organizada e outros considerados relevantes). Esta análise teve o intuito de detectar a atuação das secretarias e sua influência na área, de forma a propor no desenvolvimento deste trabalho as possibilidades de atuação e inter-relação entre estes agentes, bem como, análises no sistema de informações municipais disponíveis para a gestão do desenvolvimento local (dados do Cadastro Técnico Imobiliário e Econômico e demais bancos de dados municipais, identificando-os).

Da legislação vigente identificou-se a adequação ou inadequação de cada um dos instrumentos, em relação a: (i) questões constitucionais, Lei Orgânica Municipal e demais leis federais, estaduais e municipais; (ii) questões físico-ambientais e (iii) adequação à realidade do uso e ocupação do solo existente.

As normas jurídicas (leis, decretos e outros atos administrativos) do Estado e Município pertinentes a este Plano foram coletadas em órgãos do Poder Executivo, Poder Legislativo, e em outros pertinentes.

**AUTENTICAÇÃO**  
 Certifico que a presente fotocópia é reprodução fiel do documento original que me foi apresentado. Dou Fé.  
 CTBA., CA, 053

SERVIÇO DISTRIÇÃO JURÍDICA  
 FONE/FAX: 81-3533-5333

JOÃO GERALDO LAMARCA  
 ANGELITA ERNA WULF  
 RIZABELE RAMOS CARVALHO  
 JOÃO PAULO NERON  
 CRISTINA RODRIGUES FLEISS  
 AV. PRES. AFFONSO GARRMAGO, 763 - CURITIBA - PR

28 JUN 2019

O selo de autenticação de última folha deste documento.

**1.2.2. CONDICIONANTES DEFICIÊNCIAS E POTENCIALIDADES**

A análise de cada informação foi realizada individualmente, com suas inter-relações mencionadas e elencadas em um quadro síntese, permitindo uma visão ampla das condicionantes, deficiências e potencialidades correspondentes. Possibilitando, assim, alcançar proposições preliminares de diretrizes para correção, minimização, prevenção ou compensação de deficiências e para valorização das potencialidades.

**1.3. FASE 3 - Definição das Oportunidades e Propostas**

Inicialmente foram elaborados Eixos de desenvolvimento estratégico com suas respectivas diretrizes.

As diretrizes contemplaram os aspectos físico-espaciais, de infra-estrutura e serviços público, socioeconômicas, ambientais e institucionais, que deram origem a ações, propostas para curto, médio e longo prazos. Incluiu-se também diretrizes para o estabelecimento de:

- a) política de desenvolvimento urbano e municipal;
- b) sistemática permanente de planejamento;
- c) propostas de projetos estruturais dos diversos setores estratégicos considerando a estimativa de custos e projeções orçamentárias municipais;
- d) dinamização e ampliação das atividades econômicas a fim de estruturar o fortalecimento da economia do município (emprego, renda e receitas);
- e) propostas, instrumentos e mecanismos referentes a:
  - i. ocupação do espaço, e expansão urbana
  - ii. distribuição equitativa dos usos
  - iii. hierarquização do sistema viário e articulação da mobilidade urbana
  - iv. controle do meio ambiente, saneamento e proteção aos elementos que caracterizam a identidade do município
  - v. arborização pública
  - vi. sistema de informações para o planejamento e gestão municipal
  - vii. diretrizes para a coleta e disposição final de resíduos sólidos, industriais e saúde
  - viii. instrumentos a serem adotados nos projetos de parcelamento, edificações, consultas prévias, alvarás, laudo de conclusão de obras e habite-se
  - ix. processos e recursos para a atualização permanente de instrumentos de política e planejamento territorial

**CREIA-PR**  
 O SELO DE AUTENTICAÇÃO FOI AFIXADO NA ÚLTIMA FOLHA

0227



- x. parâmetros, ações e instrumentos para a regularização da situação fundiária ou diretrizes de uso das áreas que necessitam de desocupação
- xi. diretrizes e proposições decorrentes das recomendações de órgãos e instituições

**1.4. FASE 4 - PROPOSIÇÕES PARA A LEGISLAÇÃO DÍCA E PROCESSO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO MUNICIPAL**

**1.5. ANTEPROJETO DE LEI**

Minutas de Anteprojeto de Lei acompanhadas de mapas em escala apropriada, destacando-se:

- a) Anteprojeto de Lei do Plano Diretor Municipal;
- b) Anteprojeto de Lei dos Perímetros Urbanos;
- c) Anteprojeto de Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano e Municipal;
- d) Anteprojeto de Lei de Parcelamento e Remembramento do Solo Urbano e Regularização Fundiária;
- e) Anteprojeto de Lei de Mobilidade e Sistema Viário;
- f) Anteprojeto de Lei do Código de Obras;
- g) Anteprojeto de Lei do Código de Posturas e Meio Ambiente;
- h) Anteprojeto de Lei da Compulsoriedade do Aproveitamento do Solo Urbano;
- i) Anteprojeto de Lei do Consórcio Imobiliário;
- j) Anteprojeto de Lei da Transferência do Direito de Construir.

**1.5.1. PROCESSO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO MUNICIPAL**

- a) Adequação da estrutura organizacional da Prefeitura;
- b) Organização do sistema de informações;
- c) Construção de indicadores para avaliação anual do processo de planejamento e gestão municipal.

**1.6. FASES PLANO DE AÇÃO E INVESTIMENTOS**

O Plano de Ações e Investimentos refere-se à análise sistêmica e à avaliação das estratégias de intervenção anteriormente formuladas, aglutinando as discussões que se desenvolveram no âmbito das reuniões com a Equipe Técnica Municipal e Comissão de Acompanhamento e, também, nos eventos (oficinas e seminários) realizados junto às entidades estaduais e do município para a discussão das referidas estratégias, e a elaboração de planos para o ordenamento territorial, mediante a definição das ações e projetos prioritários para os próximos anos em compatibilidade com a projeção orçamentária. Apresentando a hierarquização de investimentos em infraestrutura, equipamentos comunitários e ações institucionais, com a estimativa de custos aproximados. E seguirá de elemento balizador para o município de Ouro Verde do Oeste atender à Lei Estadual nº 1500, de 29 de julho de 2006, como também, à Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001.

**SERVIÇO DISTRIÇÃO**  
FONE/FAX: 32  
JOÃO GERALDO LAMARCA JUNIOR  
ANGELIA ERNA WILSON ROSSI  
ELIZABETE RAMOS CARVALHO FARIAS  
JOÃO PAULO NERDINI  
CRISTINA RODRIGUES FERREI  
AV. PRES. AFFONSO CAMARGO, 763 - CURITIBA - PR

**28 JUN 2009**

O selo de autenticidade de atos, formulado na última folha deste documento.

**1.7. AUDIÊNCIAS PÚBLICAS E OFICINAS DE CAPACITAÇÃO TÉCNICA**

O Plano Diretor, que por intervir diretamente na cidade e na vida dos cidadãos, abre espaço para a participação da população, podendo haver interesses divergentes e até conflitantes, entretanto, com um objetivo comum: a distribuição mais justa dos pontos positivos e negativos existentes na vida da cidade. Assim sendo, foram realizadas audiências com a comunidade, a qual foi inserida no processo participativo de desenvolvimento do Plano Diretor e também oficinas de capacitação técnica com a equipe da Prefeitura e Comissão de Acompanhamento de Elaboração do Plano Diretor. A realização da Audiência e Oficina ficou sob responsabilidade da Prefeitura, com o apoio da equipe da Consultora.

O Município divulgou amplamente e com antecedência e, realizou 03 (três) audiências públicas e 03 (três) oficinas de capacitação, além de outras reuniões e consultas com a equipe da Prefeitura. Para as audiências foram convidados representantes da sociedade organizada, da população em geral, dos segmentos econômicos, além de representantes do governo e técnicos dos setores correlatos ao planejamento da prefeitura. A forma de divulgação das audiências foi feita por meio de ampla divulgação dos meios de comunicação, como rádio, jornal, panfletos, entre outros tipos de mídia. Os volumes correspondentes ao assunto a ser tratado nas audiências foram disponibilizados na Prefeitura Municipal para que a população pudesse se interar sobre o seu conteúdo e se preparar para a Audiência Pública, sendo livre o seu acesso a qualquer interessado.

As Audiências Públicas foram realizadas:

- 1ª Audiência Pública, ocorreu em 10 de dezembro de 2007 na Câmara Municipal de Ouro Verde do Oeste, às 20h30m;
- 2ª Audiência Pública, ocorreu em 11 de abril de 2008 na Câmara Municipal de Ouro Verde do Oeste, às 19h;

**CREA-PR**  
O SELO DE AUTENTICIDADE FOI AFIXADO NA ÚLTIMA FOLHA

*(Handwritten initials)*



- 3ª Audiência Pública, ocorreu em 24 de junho de 2008 na Câmara Municipal de Ouro Verde do Oeste, às 18h30m.

**1.8. TREINAMENTO DA EQUIPE TÉCNICA MUNICIPAL E COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO**

Os treinamentos tanto da Equipe Técnica Municipal quanto da Comissão de Acompanhamento de Elaboração do Plano Diretor se deram por meio de oficinas de capacitação. Ao todo foram realizadas 03 oficinas, sempre para discussão dos conteúdos que culminaram nos 05 produtos componentes do PDM.

A Equipe Técnica do Município de Ouro Verde do Oeste (Decreto Municipal nº 053/2007), foi composta por representantes dos setores correlatos na prefeitura. O treinamento foi feito de acordo com os seguintes aspectos: Embasamento Técnico-Administrativo-Legal do Plano Diretor Municipal, Avaliação Temática Integrada, Definição de Diretrizes e Proposições, Legislação Básica, Processo de Planejamento e Gestão Municipal, Plano de Ação e Investimentos, Indicadores e Implementação do Plano Diretor Municipal, de acordo com o Termo de Referência da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano – SEDU/PARANACIDADE.

A Comissão de Acompanhamento da Elaboração do Plano Diretor (Decreto Municipal nº 001/2008), foi composta por representantes da administração municipal e dos segmentos organizados da sociedade civil local. O treinamento da Comissão foi realizado referente aos aspectos de embasamento técnico-administrativo-legal do Plano Diretor; competências, organização e funcionamento da Comissão de Acompanhamento; e criação do Conselho de Desenvolvimento Municipal, assim como de suas atribuições, composição e funcionamento.

**1.9. CONFERÊNCIA DA CIDADE**

Sob a coordenação do Município, e tendo apoio da Empresa Consultora, após a conclusão das fases de Elaboração do PDM e da realização da última audiência pública, foi realizada a Conferência Municipal da Cidade, em conformidade com o disposto na Resolução Normativa nº04 de 06/12/2006, do Conselho das Cidades e de acordo com o Termo de Referência do PARANACIDADE. Esta Conferência teve como principais objetivos:

- Garantir a implementação de um processo permanente de planejamento visando obter o comprometimento do poder público municipal com a implementação do PDM construído coletivamente e na sua atualização permanente;
- Criar o Conselho de Desenvolvimento Municipal, a partir da experiência da Comissão de Acompanhamento de elaboração do PDM e dos demais conselhos Municipais existentes, definindo assim, a sua composição e suas atribuições. Tem a finalidade de integrar o processo permanente de planejamento e gestão decorrente da implementação do Plano Diretor Municipal;
- Obter o comprometimento da Câmara de Vereadores com a aprovação do PDM construído.

A Primeira Conferência Municipal da Cidade foi realizada no dia 24 de junho de 2008 do Conselho de Desenvolvimento Municipal de acordo com a Lei do Plano Diretor.

OURO VERDE DO OESTE, 29 de agosto de 2008.

*[Handwritten signature]*

**CLEUNICE ALVES CARDOSO**

Prefeita Municipal de Ouro Verde do Oeste

**AUTENTICAÇÃO**  
 Verifica que o presente documento é reprodução fiel do documento original que foi autenticado, Dou Fé.  
 20 n, elegerdo em 2008

SERVIÇO DISTRITAL DO CALHARÉ  
 FONE/FAX: 3262-3559

28 JUN. 2019

de autenticidade de  
 em 28/06/2019  
 do documento

JUÍZ DE PAZ  
 JUD GERALDO LACERDA  
 ANGELITA ERMA VAUS  
 ELIZABETE RAMOS CAVALARI  
 JUD PAULO NEROTI  
 CRISTINA RODRIGUES  
 ANA LIES AFFONSO CAVALARI

**3º TABELIONATO CIVIL**

**Eduardo**  
 Tabelião de Notas  
 Tabelião de Notas  
 Nº 18.104/2008

Atestado registrado mediante vinculação a resposta CAT  
 CREA - PR  
 A 000.599

**3º TABELIONATO CIVIL**  
 Nº 1177  
 PARANÁ

ALVES CARDOSO  
 Cleunice Alves Cardoso  
 Prefeita Municipal de Ouro Verde do Oeste





# PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRO

ESTADO DO PARANÁ

AUTENTICAÇÃO

CNPJ N.º 76.002.641/0001-00

Certifico que a presente  
Ata de Licitação nº 001/2019  
do tipo Menor Preço  
Dota fê.

28 JUN 2019

SERVIÇO MUNICIPAL DO CAJURU  
CONEXAX 3262-3553

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÃO  
CANTINA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRO  
Av. Pres. Castelo Branco Camargo, 763  
Cajuru - PR.



## ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins, que a empresa **ECOTÉCNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA**, com sede à Maria Rita das Chagas Lima, 317 – Curitiba-PR Bairro São Braz CEP 82300-330, inscrita no CNPJ 02.610.553/0001-91 tendo como responsável técnica a Arquiteta e Urbanista **SANDRA MAYUMI NAKAMURA**, carteira profissional CREA-PR-33072/D, prestou para a **PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRO**, estabelecida à Rua Juvenal Ferreira Pinto, 2070 Rio Negro-PR, os serviços referentes à **Elaboração do Plano Diretor Municipal (PDM)** para o município de Rio Negro/PR, tendo demonstrado Capacidade Técnica no fornecimento dos mesmos, nada constando em nossos arquivos que a desabone.

### CARACTERÍSTICAS DOS SERVIÇOS

Início dos serviços: 01/06/2006  
Conclusão dos serviços: 10/08/2007  
Objeto do contrato: Elaboração do Plano Diretor Municipal (PDM) para o município de Rio Negro /PR, em conformidade com o Termo de Referência da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano – SEDU/PARANACIDADE.

### EQUIPE TÉCNICA ECOTÉCNICA

Arquiteta e Urbanista Msc.	Sandra Mayumi Nakamura	CREA – PR 33.072/D
Arquiteto e Urbanista Msc.	Ana Valéria B. dos Santos	CREA – PR 33.022/D
Arquiteta e Urbanista	Lóris Carlos Guesse	CREA - PR 3.640/D
Arquiteta e Urbanista Esp.	Vanessa Boscaro Fernandes	CREA – PR 70.332/D
Engenheiro Civil/Sanitarista	Nilo Aihara	CREA – PR 8.040/D
Engenheira Ambiental	Lídia Sayoko Tanaka	CREA-PR-87131/D
Engenheiro Ambiental	Juliano Zarnauskas Amaral	CREA-PR-87132/D
Engenheira Agrônoma	Yumi Kajihara Hirono	CREA – SP 5060576216/D
Engenheira Agrônoma Msc.	Juliana V. Bittencourt	CREA – PR 64.253/D
Engenheiro Florestal Dr.	André E.B. de Lacerda	CREA – PR 29.983/D
Geólogo	Marcelus V.K. Borges	CREA – PR 32.742/D
Advogada	Lucia Benedita de C. Blicharski	OAB – PR 37.951
Turismóloga	Giovana Gohr Serenato	Cadastro Min. Turismo n.º 1688208
Economista	Elisabete Tieme Arazaki	CORECON – PR 4963-8
Economista	Vera Lúcia R. Pedroso	CORECON 6.886
Contador	Anderson José Amâncio	CRC – PR 036.685/O-4
Acadêmica em Arq. e Urbanismo	Soraya Midori Bansho	
Acadêmica em Arq. e Urbanismo	Thalita Sayuri Miura	
Acadêmica em Arq. e Urbanismo	Cheila Juliane Miquelasso	

R: Juvenal Ferreira Pinto, n.º 2070, Bairro Seminário - Caixa Postal n.º 63 - Fone / Fax: (047) - 642-3280 - CEP 83.880-000 - Email: [secobras@pmrn.com.br](mailto:secobras@pmrn.com.br)

0231



# PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRO

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ N.º 76.002.641/0001-47

**AUTENTICAÇÃO**  
Certifico que a presente fotocópia é reprodução fiel do documento original, e me foi apresentado Dou. fe. CÍVIL CAJURU



## DESCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS

### PRODUTO 1: PLANO DE TRABALHO

Documento entregue onde estão descritos o conteúdo e o processo de elaboração do PDM, bem como o cronograma das atividades a serem desenvolvidas.

### PRODUTO 02: ATI - AVALIAÇÃO TEMÁTICA INTEGRADA

Realização do levantamento de informações junto à Prefeitura Municipal de Rio Negro, IAP (Instituto Ambiental do Paraná), IPARDES (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social), IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), EMATER (Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural), PARANACIDADE e outras instituições pertinentes, com vistas a subsidiar o trabalho dos técnicos de cada uma das especialidades envolvidas. Elaboração do diagnóstico através da compilação, discussão e análise da equipe técnica multidisciplinar juntamente com a Equipe técnica da prefeitura e comissão de acompanhamento do PDM. Que culminou na elaboração de um quadro síntese contendo as principais **Condicionantes, Deficiências e Potencialidades** do município e região, assim como confecção de mapas temáticos pertinentes a cada tema. Temas avaliados:

❖ **Contextualização Regional:** A contextualização regional sob os aspectos naturais e antrópicos, contemplou a vocação e o potencial estratégico do município de Rio Negro dentro da região, e os principais fatores que concorreram para o seu desenvolvimento.

❖ **Caracterização Municipal:** A caracterização municipal subdividiu-se em:

#### o Aspectos Naturais

a) **Meio Físico:** Foram identificadas as condições do clima, do ar, água, solo e subsolo através de análises das informações obtidas na SANEPAR, IAP e SUDERHSA determinando, assim, possíveis problemas no uso do solo que pudessem comprometer a conservação da qualidade da água, além de prever a conservação ambiental, respeitando-se a legislação pertinente.

b) **Meio Biológico:** Foram enfocadas questões referentes à flora e fauna. Com base nos dados levantados, foram caracterizados os espaços para áreas de expansão urbana, conservação e preservação permanente, áreas públicas de lazer e arborização pública.

#### o Sistema Antrópico

a) **Componente Espacial:** Foi realizada uma abordagem geral do uso e ocupação do solo urbano e rural mediante a caracterização da evolução da urbanização e do uso do solo, análise do parcelamento do solo e suas tendências de crescimento, questões fundiárias e aspectos atuais dos loteamentos do município, bolsões de pobreza e vazios urbanos e avaliação da qualidade da paisagem. Ocorreu igualmente, uma caracterização da infra-estrutura e serviços urbanos enfocando aspectos relevantes à circulação, sistema viário, saneamento, energia e comunicações. Assim, foi possível a identificação das áreas com infra-estrutura ociosa e as áreas ocupadas com precariedade de infra-estrutura. Ressalta-se que foram tomados por base os dados e estudos existentes no município referentes a este tema.

b) **Componente Sócio-econômico:** Para a Caracterização sócio-cultural foram analisados os sistemas de saúde, educação, ação social, além da questão populacional e demográfica. A caracterização econômica do município contemplou a análise dos setores produtivos, com especial enfoque às atividades rurais e do potencial de turismo rural.

c) **Aspectos Institucionais:** Foram caracterizadas as unidades administrativas da estrutura da Prefeitura Municipal e, o sistema de gestão relacionado ao planejamento e desenvolvimento do município, que se relacionam com a gestão do PDM. Igualmente, foi identificada a capacidade de investimento do município, situação atual de arrecadação, evolução anual e projeção para os próximos dez anos, considerando também possíveis fontes alternativas de recursos financeiros e possibilidade de realização de operações de crédito (capacidade de endividamento), além de impostos cobrados, taxas, contribuição de melhoria e demais tributos. Procedeu-se a uma análise



# PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRO

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ N.º 76.002.641/0001-47

da estrutura organizacional da administração municipal e dos agentes intervenientes ao plano diretor (secretarias, sociedade civil organizada e outros considerados relevantes). Esta análise teve o intuito de detectar a atuação das secretarias e sua influência na área, de forma a propor no desenvolvimento deste trabalho as possibilidades de atuação e inter-relação entre estes agentes, bem como, análises no sistema de informações municipais disponíveis para a gestão do desenvolvimento local (dados do Cadastro Técnico Imobiliário e Econômico e demais bancos de dados municipais, identificando-os). Da legislação vigente identificou-se a adequação ou inadequação de cada um dos instrumentos, em relação a: (i) questões constitucionais, Lei Orgânica Municipal e demais leis federais, estaduais e municipais; (ii) questões físico-ambientais e (iii) adequação à realidade do uso e ocupação do solo existente. As normas jurídicas (leis, decretos e outros atos administrativos) do Estado e Município pertinentes a este Plano foram coletadas em órgãos do Poder Executivo, Poder Legislativo, e em outros pertinentes.

❖ **Condicionantes, Deficiências e Potencialidades:** A análise de cada informação foi realizada individualmente, com suas inter-relações mencionadas e elencadas em um quadro síntese, permitindo uma visão ampla das condicionantes, deficiências e potencialidades locais, possibilitando, assim, alcançar proposições preliminares de diretrizes para correção, minimização, prevenção ou compensação de deficiências e para valorização das potencialidades.

### PRODUTO 3: DEFINIÇÃO DAS DIRETRIZES E PROPOSTAS

Inicialmente foram elaborados Eixos de desenvolvimento estratégico com suas respectivas diretrizes. As diretrizes contemplaram os aspectos físico-espaciais, de infra-estrutura e serviços público, socioeconômicas, ambientais e institucionais, que deram origem a ações, propostas com prazo: imediato, curto, médio ou longo. A definição dos eixos, diretrizes e ações buscaram estabelecer:

- a) política de desenvolvimento urbano e municipal;
- b) sistemática permanente de planejamento;
- c) propostas de projetos estruturais dos diversos setores estratégicos considerando a estimativa de custos e projeções orçamentárias municipais;
- d) dinamização e ampliação das atividades econômicas a fim de estruturar o fortalecimento da economia do município (emprego, renda e receitas);
- e) propostas, instrumentos e mecanismos referentes a:
  - i. ocupação do espaço, e expansão urbana
  - ii. distribuição equitativa dos usos
  - iii. hierarquização do sistema viário e articulação da mobilidade urbana
  - iv. controle do meio ambiente, saneamento e proteção aos elementos que caracterizem a identidade do município
  - v. arborização pública
  - vi. sistema de informações para o planejamento e gestão municipal
  - vii. diretrizes para a coleta e disposição final de resíduos sólidos, industriais e saúde
  - viii. instrumentos a serem adotados nos projetos de parcelamento, edificações, consultas prévias, alvarás, laudo de conclusão de obras e habite-se
  - ix. processos e recursos para a atualização permanente de instrumentos de política e planejamento territorial

### AUTENTICAÇÃO

Certifico que a presente cópia é verdadeira e fiel do documento original e foi produzida a partir do original autenticado.

Dou fé.

**CRISTINA LUIZ** Diretora de Planejamento Urbano e Territorial

28 JUN. 2019

JUSTIÇA DO CALJURU  
FAX 3282-3553

ESTADO DO PARANÁ  
MUNICÍPIO DE RIO NEGRO  
RUA CAMARGO, 763  
CEP 83.880-000

Endereço: Rua Camargo, n.º 2070, Bairro Seminário - Caixa Postal n.º 63 - Fone / Fax: (047) - 642-3280 - CEP 83.880-000 - Email: [secobras@pmrn.com.br](mailto:secobras@pmrn.com.br)

**Eduardo Geronimo Alves de Moraes**  
Escritor

0233





# PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRO

1174

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ N.º 76.002.641/0001-47

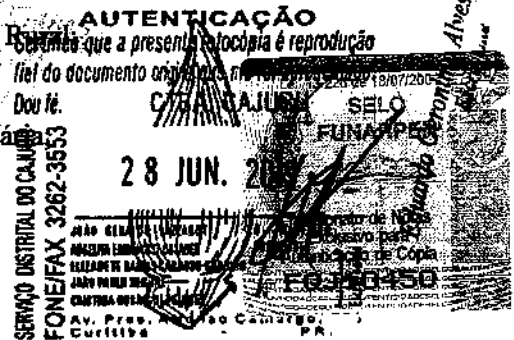
## PRODUTO 4A - PROCESSO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO MUNICIPAL

- Adequação da estrutura organizacional da Prefeitura;
- Organização do sistema de informações;
- Construção de indicadores para avaliação anual do processo de planejamento e gestão municipal.

## PRODUTO 4B - PROPOSIÇÕES PARA A LEGISLAÇÃO BÁSICA E PROCESSO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO MUNICIPAL

Minutas de Anteprojeto de Lei acompanhadas de mapas em escala apropriada, destacando-se:

- Anteprojeto de Lei do Plano Diretor Municipal;
- Anteprojeto de Lei do Perímetro Urbano;
- Anteprojeto de Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano e R
- Anteprojeto de Lei de Mobilidade;
- Anteprojeto de Lei de Parcelamento do solo;
- Anteprojeto de Lei de da Política de Regularização Fundiária;
- Anteprojeto de Lei do Código de Obras;
- Anteprojeto de Lei do Código de Posturas;
- Anteprojeto de Lei da Outorga Onerosa;
- Anteprojeto de Lei do Consórcio Imobiliário;
- Anteprojeto de Lei do Direito de Preempção.



## PRODUTO 5 - PLANO DE AÇÕES E INVESTIMENTOS

O Plano de Ações e Investimentos refere-se à análise sistêmica e à avaliação das estratégias de intervenção anteriormente formuladas, aglutinando as discussões que se desenvolveram no âmbito das reuniões com a Comissão de Acompanhamento e, também, nos eventos (oficinas e seminários) realizados junto às entidades estaduais e do município para a discussão das referidas estratégias, e dos critérios e diretrizes para o ordenamento territorial, mediante a definição das ações e projetos prioritários, para os próximos 05 (cinco) anos em compatibilidade com a projeção orçamentária. Apresentando a hierarquização de investimentos em infra-estrutura, equipamentos comunitários e ações institucionais, com a estimativa de custos aproximados.

E seguirá de elemento balizador para o município de Rio Negro atender à Lei Estadual n.º 15.229 de 25 de julho de 2006, como também, à Lei Federal n.º 10.257, de 10 de julho de 2001.

## AUDIÊNCIAS PÚBLICAS, OFICINAS DE CAPACITAÇÃO E REUNIÕES TÉCNICAS

O Plano Diretor, que por intervir diretamente na cidade e na vida dos cidadãos, abre espaço para a participação da população, podendo haver interesses divergentes e até conflitantes, entretanto, com um objetivo comum, a distribuição mais justa dos pontos positivos e negativos existentes na vida da cidade. Assim sendo, foram realizadas audiências com a comunidade, a qual foi inserida no processo participativo de desenvolvimento do Plano Diretor e também oficinas de capacitação técnica com a equipe da Prefeitura e Comissão de Acompanhamento. A realização da Audiência e Oficina ficou sob responsabilidade da Prefeitura, com o apoio da equipe da Consultora.

Foram realizadas 03 (três) audiências públicas, 04 (quatro) oficinas de capacitação e 04 (quatro) reuniões técnicas. Para as audiências foram convidados representantes da sociedade organizada, da população em geral, dos segmentos econômicos, além de representantes do governo e técnicos dos setores correlatos ao planejamento da prefeitura. O material correspondente ao assunto a ser tratado nas audiências foram disponibilizados na Prefeitura Municipal para que a população pudesse se interar sobre o seu conteúdo e se preparar para a Audiência Pública, sendo livre o seu acesso a qualquer interessado.

R: Juvenal Ferreira Pinto, n.º 2070, Bairro Seminário - Caixa Postal n.º 63 - Fone / Fax: (047) - 642-3280 - CEP 83.880-000 - Email: [secobras@pbrn.com.br](mailto:secobras@pbrn.com.br)

0234



# PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRO

1175

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ N.º 76.002.641/0001-47

Os treinamentos tanto da Equipe Técnica Municipal quanto da Comissão de Acompanhamento de Elaboração do Plano Diretor se deram por meio de oficinas de capacitação para discussão dos conteúdos que culminaram nos 05 produtos componentes do PDM.

O treinamento foi feito de acordo com os seguintes aspectos: Embasamento Técnico-Administrativo-Legal do Plano Diretor, Avaliação Temática Integrada, Definição de Diretrizes e Proposições, Legislação Básica, Processo de Planejamento e Gestão Municipal, Plano de Ações, Indicadores e Implementação do Plano Diretor, de acordo com o Termo de Referência da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano - SEDU/PARANACIDADE.

Rio Negro 03 de outubro de 2007.

TABELIAO  
AERCIO PEREIRA

*[Handwritten signature]*  
Alceu Ricardo Swarowski  
Prefeito Municipal

**AUTENTICAÇÃO**  
Certifico que a presente fotocópia é reprodução fiel do documento.

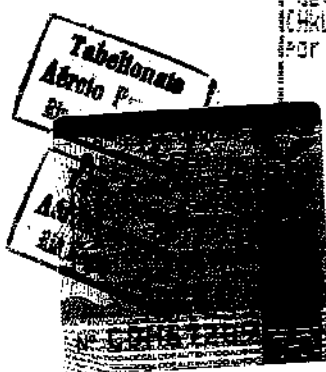
Dou fé.

SERVICO DISTRICTAL DO CAJURU  
FONE/FAX 3262-3553  
Av. Frei... Curitiba



Alceu Alves de Moraes  
Escrivão

1º TABELIAO - AERCIO PEREIRA  
Fone:(47)642-0594 - Rio Negro - Paraná  
RECONHECO e dou fé a(s) firma(s) de:  
(CHALV39611)-ALCEU RICARDO SWAROWSKI.....  
por SEMELHANÇA.  
Em testemunho da verdade  
Rio Negro, 03 de Outubro de 2007



*[Handwritten marks and scribbles]*



**Conselho de Arquitetura e Urbanismo**  
**CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO COM ATESTADO**  
 Lei Nº 12378 de 31 de Dezembro de 2010

**CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO COM ATESTADO**  
**Nº 0000000461886**



Validade: Indefinida

CERTIFICAMOS, para os devidos fins, que consta em nossos arquivos o registro de Acervo referente ao(s) Registro(s) de Responsabilidade Técnica - RRTs abaixo discriminado(s):

**DADOS DO PROFISSIONAL**

Profissional: SANDRA MAYUMI NAKAMURA

Título do Profissional: Arquiteto e Urbanista

Data de obtenção do título: 03/02/1999

Registro Nacional: 000A285471

Data de Registro: 04/02/1999

Validade: Indefinida

**DADOS DOS REGISTROS DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA-RRT**

Número do RRT: 7346682

Tipo do RRT: SIMPLES

Registrado em: 22/08/2018

Forma de Registro: RETIFICADOR à 5799281

Participação Técnica: INDIVIDUAL

Descrição: ELABORAÇÃO DO PLANO DE MOBILIDADE URBANA PMU E O PLANO DE TRANSPORTE COLETIVO URBANO E RURAL, COM O DESENVOLVIMENTO DO PROJETO BÁSICO PARA O NOVO SISTEMA DE TRANSPORTE COLETIVO PARA O MUNICÍPIO DE PALMEIRA - PR. PROFISSIONAL RESPONSÁVEL PELA COORDENAÇÃO GERAL.

Empresa contratada: ECOTECNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA  
 CNPJ: 02.610.553/0001-91

**DADOS DO CONTRATO**

Contratante: Prefeitura Municipal de Palmeira  
 CPF/CNPJ: 76179829000165

PRAÇA Marechal Floriano Peixoto

Nº 11

Complemento:

Cidade: PALMEIRA

Bairro: CENTRO

UF: PR

CEP: 84130000

Contrato:

Celebrado em: 20/11/2015

Valor do Contrato: R\$ 0,00

Tipo do Contratante: Pessoa jurídica de direito privado

Data de Início: 20/11/2015

Data de término da atividade: 26/05/2017

**ATIVIDADE TÉCNICA REALIZADA**

3.1 - COORDENAÇÃO E COMPATIBILIZAÇÃO DE PROJETOS, 1 00 un - unidade ;

**ENDEREÇO DA OBRA/SERVIÇO**

PRACA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO

Nº 11

Complemento:

Bairro: CENTRO

Cidade: PALMEIRA

UF: PR

CEP: 84130000

Coordenadas Geográficas: 0 0

**DESCRIÇÃO**

CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO COM ATESTADO

**INFORMAÇÕES IMPORTANTES**

- Esta certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos

A autenticidade desta Certidão pode ser verificada em: <https://sicc.cau.cau.br/app/view/sigh/externo?form=Servicos>, com a chave: CA9AD7Z912B3Y5420279  
 Impresso em: 14/09/2018 às 12:24:56 por: SANDRA MAYUMI NAKAMURA. ip: 191.177.187.138

0238



**Conselho de Arquitetura e Urbanismo**  
**CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO COM ATESTADO**  
Lei Nº 12378 de 31 de Dezembro de 2010

**CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO COM ATESTADO**  
**Nº 0000000461886**

- Certificamos que se encontra vinculado à presente CAT o atestado apresentado em cumprimento à Lei nº 8.666/93, expedido pela pessoa jurídica contratante, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes. É de responsabilidade deste Conselho a verificação da atividade profissional em conformidade com a Lei nº 12.378/2010 e Resoluções do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR)
- A Certidão de Acervo Técnico (CAT) à qual o atestado está vinculado constituirá prova da capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver ou venha a ser integrado ao seu quadro técnico por meio de declaração entregue no momento da habilitação ou da entrega das propostas
- Certificamos, ainda, que nos termos do artigo 2º da Lei nº 12.378/2010 e artigos 2º e 3º da Resolução nº 21/2012-CAU/BR, esta Certidão é válida somente para os serviços condizentes com as atribuições profissionais acima discriminadas
- Em conformidade com o que determina o Art. 45 da Lei 12.378, toda realização de trabalho de competência privativa ou de atuação compartilhadas com outras profissões regulamentadas será objeto de Registro de Responsabilidade Técnica - RRT
- Válida em todo o território nacional.

Certidão nº 461886/2018

Expedida em 14/09/2018, 12:24, Curitiba/PR, CAU/PR

Chave de Impressão: CA9AD7Z912B3Y54Z02Y0

*[Handwritten signatures and marks]*

0237

1178

Certidão nº 461886/2018 - 14/09/2018 12:24 - Chave de Impressão: CA9AD/2912B3V54Z02V0  
O atestado neste ato registrado foi emitido em 14/09/2018, e contém 6 folhas



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA**  
ESTADO DO PARANÁ  
GABINETE DO PREFEITO

**ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA**

Atestamos para os devidos fins, que a empresa **ECOTÉCNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA**, com sede à Maria Rita das Chagas Lima, 317 - Curitiba/PR, Bairro: São Braz - CEP 82.300-330, inscrita no CNPJ 02.610.553/0001-91 tendo como responsáveis técnicos a Arquiteta e Urbanista **SANDRA MAYUMI NAKAMURA**, carteira profissional CAU-PR A28547-1 e o Engenheiro **NILO AIHARA**, carteira profissional CREA-PR 8040/D, prestou para a **PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA**, inscrita no CNPJ 76.179.829/0001-65, representada pelo Prefeito Eilir Hayrechaki, os serviços referentes à **Elaboração do Plano de Mobilidade Urbana - PMU e o Plano de Transporte Coletivo Urbano e Rural, com o Desenvolvimento do Projeto Básico para o Novo Sistema de Transporte Coletivo** para o município de Palmeira - PR, tendo demonstrado Capacidade Técnica no fornecimento dos mesmos, nada constando em nossos arquivos que a desahone.

**CARACTERÍSTICAS DOS SERVIÇOS**

Início dos serviços:	20/11/2015
Conclusão dos serviços:	26/05/2017
Objeto do contrato:	Elaboração do Plano de Mobilidade Urbana - PMU e o Plano de Transporte Coletivo Urbano e Rural, com o Desenvolvimento do Projeto Básico para o Novo Sistema de Transporte Coletivo para o município de Palmeira - PR.
Local da obra:	Praça Marechal Floriano Peixoto, 11 Bairro Centro, CEP: 84.130-000, Palmeira - PR

**EQUIPE TÉCNICA**

<b>Coordenação</b>		
Engenheira Civil Esp.	Vanessa F. Keruecz Godoi	CREA-PR 95.580/D
Engenheiro Civil	Tiago Otto Martins	CREA-PR 89.680-D
Arquiteta e Urbanista Esp	Sandra Mayumi Nakamura	CAU-PR A28547-1
<b>Equipe técnica</b>		
Arquiteto e Urbanista	Gustavo Domingues Gaspari	CAU-PR 159214-9
Engenheiro Civil Esp	Niilo Aihara	CREA-PR 8.040/D
Engenheiro Ambiental	Lidia Sayoko Tanaka	CREA-PR 87.131/D
Engenheira Ambiental	Carolina Hiratiji S. Pedroni	CREA-PR 87.020/D
Tec. Processos Ambientais	Conrado Folle Weber	
Advogada Esp.	Márcia Valéria Santos Barbosa	OAB-PR 61291

Este documento encontra-se registrado no Conselho de Arquitetura e Urbanismo, vinculado à Certidão De Aprove Técnico Com Atestado nº 461886, emitida em 14/09/2018

0238



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA  
ESTADO DO PARANÁ  
GABINETE DO PREFEITO

**Equipe de Apoio**

Acadêmica em Arquitetura e Urbanismo  
Acadêmica em Arquitetura e Urbanismo  
Acadêmica em Arquitetura e Urbanismo  
Acadêmica em Engenharia Civil

Amanda Carolina Santos Motta  
Ana Julia Madalozo Molinari Gonçalves  
Fernanda Maria Capitão Vigário Marchi  
Luísa Raquel Santos Motta

**DESCRIÇÃO DO PROJETO**

Elaboração do Plano de Mobilidade Urbana - PMU e o Plano de Transporte Coletivo Urbano e Rural, com o Desenvolvimento do Projeto Básico para o Novo Sistema de Transporte Coletivo para o município de Palmeira - PR., considerando diretrizes preconizadas pela Política Nacional de Mobilidade Urbana (Lei Federal nº 12.587/12), Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257 de 10 de julho de 2001). Programa 2048 - Mobilidade Urbana e Trânsito e PAC - Programa de Aceleração do Crescimento.

Em 2010, conforme dados do IBGE, o município de Palmeira possuía um adensamento populacional de 22,04 hab./km<sup>2</sup> (32.123 habitantes/ área territorial de 1.470 km<sup>2</sup> aprox.).

**DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS**

Foram realizadas as seguintes etapas:

**ETAPA 01 - MOBILIZAÇÃO INICIAL**

Envolveu as atividades de preparação e organização do Plano de Mobilidade Urbana e Plano de Transporte Coletivo Urbano e Rural. A análise prévia teve como objetivo caracterizar uma expectativa do que poderá vir a ser o plano e organizar previamente as fontes de informação e de consulta, envolvendo os técnicos locais, dirigentes públicos e demais membros da equipe envolvida, obtendo uma apreciação geral da característica e dos problemas de mobilidade do município de Palmeira. Para realizar esta análise, foram solicitados alguns dados de fontes secundárias, obtidos através da coleta, leitura, análise e sistematização de informações colhidas em documentos existentes no Município, como é o caso de Leis, decretos, planos existentes, dados estatísticos, dados e informações do Transporte coletivo, projetos e outros tipos de informação documental.

**ETAPA 02 - DIAGNÓSTICO E PROGNÓSTICO**

Esta etapa consistiu no levantamento de dados físicos e operacionais em campo e nas atividades de elaboração, execução e análise crítica dos dados resultantes das pesquisas de campo e simulações computacionais.

**1.1 Diagnóstico**

Esta etapa consistiu nas atividades de elaboração, execução e análise crítica dos dados resultantes das pesquisas de campo e simulações computacionais.

- ✓ Análise Das Pesquisas Realizadas
- ✓ Construção Do Modelo Computacional
- ✓ Modelagem da demanda



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA  
ESTADO DO PARANÁ  
GABINETE DO PREFEITO

✓ Simulação do Sistema Atual de Transporte Coletivo

**2.1 Prognóstico**

A etapa de prognóstico consistiu na caracterização da evolução populacional do Município, identificando sua magnitude e espacialização, bem como a interação com os sistemas de transporte propostos para o Município. Esta etapa é requerida para se antever situações que poderão advir do crescimento urbano em relação à mobilidade urbana, por meio de projeções do crescimento espontâneo, isto é, caso não haja nenhuma intervenção sobre eles, das demandas por deslocamentos nos vários modos e seu impacto.

- ✓ Identificação dos Vetores de Crescimento Populacional Urbano
- ✓ Identificação dos Vetores de Crescimento Transporte Coletivo e Privado
- ✓ Projeções dos Indicadores para 15 Anos
- ✓ Análise da malha viária
- ✓ Análise da regulamentação do transporte coletivo, táxi e escolar
- ✓ Análise da organização da gestão pública dos transportes

**ETAPA 03 - DIRETRIZES E PROPOSTAS**

Esta etapa envolveu o desenvolvimento das propostas a partir da identificação dos problemas existentes com base nos levantamentos realizados em campo bem como reuniões de discussão com o corpo técnico do Município, onde a partir da identificação dos conflitos de tráfego, dos problemas apontados no transporte coletivo e de outros modais se formulam medidas para solução ou mitigação destes conflitos.

**ETAPA 04 - CONSOLIDAÇÃO DO PLANO DE MOBILIDADE E PROJETO BÁSICO DO TRANSPORTE COLETIVO**

Nesta etapa foram concebidas soluções, propostas, diretrizes, ações, enfim, um conjunto de medidas partindo da análise da situação atual e do prognóstico realizados anteriormente e debatidos com a sociedade.

No que tange o Projeto de Transporte Coletivo é elabora o Projeto Básico, documento que define as regras de operação para o sistema após o processo de regularização de concessão do serviço de transporte coletivo.

- ✓ Apresentação e Discussão das Propostas
- ✓ Ajustes e Detalhamento das Propostas
- ✓ Consolidação do Plano
- ✓ Audiências Públicas

**ETAPA 05 - INSTITUCIONALIZAÇÃO DO PLANO DE MOBILIDADE E APOIO PARA A CONCEPÇÃO DO MODELO DE CONCESSÃO DE TRANSPORTE COLETIVO**

Nesta etapa foi elaborada a minuta de projeto de lei dispendo sobre as diretrizes da mobilidade no município e as gestões políticas e legislativas associadas ao trâmite da matéria.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA**  
ESTADO DO PARANÁ  
GABINETE DO PREFEITO

Para tanto, foram realizadas avaliações e triagens no conteúdo do plano, identificando os aspectos que devem ser tratados pelo Legislativo Municipal (normas e diretrizes) e os que são exclusiva iniciativa do Executivo Municipal (desenvolvimento de projetos e investimentos).

Curitiba, 04 de setembro de 2018.

Prefeitura Municipal de Palmeira  
Prefeito Edir Havrechaki  
CPF: 028.032.159-77



Este documento encontra-se registrado no Conselho de Arquitetura e Urbanismo, vinculado a Certidão De Acervo Técnico Com Atestado nº 461886, emitida em 14/09/2018





**Conselho de Arquitetura e Urbanismo**  
**CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO COM ATESTADO**  
 Lei Nº 12378 de 31 de Dezembro de 2010

**CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO COM ATESTADO**  
**Nº 0000000461889**



Validade: Indeterminada

CERTIFICAMOS, para os devidos fins, que consta em nossos arquivos o registro de Acervo referente ao(s) Registro(s) de Responsabilidade Técnica - RRTs abaixo discriminado(s):

**DADOS DO PROFISSIONAL**

Profissional: SANDRA MAYUMI NAKAMURA

Título do Profissional: Arquiteto e Urbanista

Data de obtenção do título: 03/02/1999

Registro Nacional: 000A285471

Data de Registro: 04/02/1999

Validade: Indefinida

**DADOS DOS REGISTROS DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA-RRT**

Número do RRT: 7346759

Tipo do RRT: DERIVADO

Registrado em: 22/08/2018

Forma de Registro: RETIFICADOR à 266938

Participação Técnica: EQUIPE

Descrição: ELABORAÇÃO DO PLANO LOCAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL (PLHS) DO MUNICÍPIO DE COLOMBO - PR.  
 PARTICIPAÇÃO DO PROFISSIONAL: COORDENAÇÃO GERAL.

Empresa contratada: ECOTECNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA  
 CNPJ: 02.610.553/0001-91

**DADOS DO CONTRATO**

Contratante: Prefeitura do Município de Colombo  
 CPF/CNPJ: 76105634000170

RUA QUINZE DE NOVEMBRO

Nº 105

Complemento:

Cidade: COLOMBO

Bairro: CENTRO

UF: PR

CEP: 83414000

Contrato: 052/2011

Celebrado em: 17/03/2011

Valor do Contrato: R\$ 39.000,00

Tipo do Contratante: Pessoa Jurídica de direito público

Data de Início: 13/06/2011

Data de término da atividade: 05/01/2015

**ATIVIDADE TÉCNICA REALIZADA**

3.1 - COORDENAÇÃO E COMPATIBILIZAÇÃO DE PROJETOS, 1.00 un - unidade ;

**ENDEREÇO DA OBRA/SERVIÇO**

RUA QUINZE DE NOVEMBRO

Nº 105

Complemento:

Bairro: CENTRO

Cidade: COLOMBO

UF: PR

CEP: 83414000

Coordenadas Geográficas: 0 0

**DESCRIÇÃO**

CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO COM ATESTADO

**INFORMAÇÕES IMPORTANTES**

- Esta certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos





**Conselho de Arquitetura e Urbanismo**  
**CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO COM ATESTADO**  
Lei Nº 12378 de 31 de Dezembro de 2010

**CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO COM ATESTADO**  
**Nº 0000000461889**

- Certificamos que se encontra vinculado à presente CAT o atestado apresentado em cumprimento à Lei nº 8.666/93, expedido pela pessoa jurídica contratante, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes. É de responsabilidade deste Conselho a verificação da atividade profissional em conformidade com a Lei nº 12.378/2010 e Resoluções do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR)
- A Certidão de Acervo Técnico (CAT) à qual o atestado está vinculado constituirá prova da capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver ou venha a ser integrado ao seu quadro técnico por meio de declaração entregue no momento da habilitação ou da entrega das propostas
- Certificamos, ainda, que nos termos do artigo 2º da Lei nº 12.378/2010 e artigos 2º e 3º da Resolução nº 21/2012-CAU/BR, esta Certidão é válida somente para os serviços condizentes com as atribuições profissionais acima discriminadas
- Em conformidade com o que determina o Art. 45 da Lei 12.378, toda realização de trabalho de competência privativa ou de atuação compartilhadas com outras profissões regulamentadas será objeto de Registro de Responsabilidade Técnica - RRT
- Válida em todo o território nacional.

Certidão nº 461889/2018  
Expedida em 14/09/2018, 12:23. Curitiba/PR, CAU/PR  
Chave de Impressão: 2Z55WZAZ00Y17W5CWYW4

  
  
A 0243  
R  
W



**ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA**

Atestamos para os devidos fins, que a **ECOTÉCNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA**, com sede à Rua Maria Rita das Chagas Lima, 317 – Curitiba-PR Bairro São Braz CEP 82.300-330, inscrita no CNPJ 02.610.553/0001-91 tendo como responsável técnica a Arquiteta e Urbanista **SANDRA MAYUMI NAKAMURA**, inscrita profissional CAU A28547-1, prestou para a Prefeitura Municipal de Colombo, inscrita no CNPJ 76.105.634/0001-70, estabelecida na Rua XV de Novembro, 105, Colombo - PR, os serviços referentes à elaboração do **PLANO LOCAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL (PLHIS) do município de Colombo PR**, conforme Pregão Presencial 001/2011 e a Ata de Registro de Preços/contrato 052/2011 tendo demonstrado Capacidade Técnica no fornecimento dos mesmos, nada constando em nossos arquivos que a desabone.

**CARACTERÍSTICAS DOS SERVIÇOS**

Contrato: 052/2011  
 Celebrado: 17/03/2011  
 Valor do contrato: R\$ 39.000,00  
 Início dos serviços: 13/06/2011  
 Conclusão dos serviços: 05/01/2015  
 Objeto do contrato: Elaboração do **PLANO LOCAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL (PLHIS) de Colombo PR** em conformidade com o contrato Pregão Presencial 001/2011 e a Ata de Registro de Preços/contrato 052/2011, firmado entre a empresa Ecotécnica e a Prefeitura Municipal.  
 Local dos serviços: Rua XV de Novembro, 105 – Colombo - Paraná.

**EQUIPE TÉCNICA**

<b>Coordenação</b>		
Coordenação Geral	Arquiteta e Urbanista Esp. Sandra Mayumi Nakamura	CAU A28547-1
Coordenação Adjunta	Arquiteta e Urbanista Esp. Vanessa Biscaro Fernandes	CAU A31721-6
Coordenação Técnica	Arquiteta e Urbanista Nara Yumi Fuji	CAU A136756-7
<b>Equipe complementar</b>		
Arquiteta e Urbanista	Letícia Schmidt Cardozo Oliveira	CAU A46913-0
Arquiteta e Urbanista	Luís Carlos Gueeze	CAU A3181-7
Engenheiro Civil / Sanitarista	Nilo Anara	CREA-PR 8.040/0
Socióloga	Ana Maria Santos	SINDSOC / PR 189/96
<b>Equipe de Apoio</b>		
Arquiteta e Urbanista	Gustavo Domingos Caspary	

**DESCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS**

**PROPOSTA METODOLÓGICA**

Abordagem sucinta das etapas do Plano Local de Habitação de Interesse Social de Colombo, incluindo as estratégias participativas, as formas de dar publicidade, o cronograma físico-financeiro e os produtos entregues no processo de elaboração do Plano.

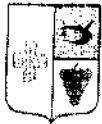
**DIAGNÓSTICO MUNICIPAL**

Inicialmente foi elaborada a coleta de dados e posteriormente o diagnóstico propriamente dito do município de Colombo PR compreendendo a leitura técnica e comunitária e contemplando a caracterização dos aspectos físicos, biológicos e antrópicos.

Contextualização da Questão Habitacional

Certidão nº 461889/2018 - 14/09/2018 - 12:23 - Chave de Impressão: 2255WZAZ00Y17W6CWWYWA  
 O atestado neste ato registrado foi emitido em 14/09/2018, e contém 4 folhas

Este documento encontra-se registrado no Conselho de Arquitetura e Urbanismo vinculado a Certidão De Acento Técnico Com Atestado nº 461889, emitida em 14/09/2018



# PREFEITURA DE COLOMBO

No diagnóstico citado acima, foi elaborado um capítulo específico sobre o tema habitação, apresentando um panorama geral da questão habitacional no Estado do Paraná e confrontada com a realidade de Colombo, com ênfase para a habitação de interesse social, isto é, população de baixa renda e com destaque para os seguintes elementos: necessidades habitacionais compreendendo déficit habitacional quantitativo e qualitativo, domicílios vagos, questão fundiária do município, atores sociais e suas capacidades, planejamento territorial, mobilidade, saneamento básico, infraestrutura básica, a caracterização dos assentamentos precários e ocupações irregulares (moradias em áreas de preservação permanente e áreas de risco), bem como as condições normativas e institucionais existentes nas esferas de governo.

## ESTRATÉGIAS DE AÇÃO PARA O PLANO LOCAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL (PLHIS)

Com base na Política Nacional de Habitação foram definidos para o município de Colombo os **Princípios, Diretrizes e Objetivos** do Plano Local de Habitação de Interesse Social.

Foram determinadas as ações precessoras para a implementação do PLHIS e da Política Habitacional Municipal, além dos critérios para hierarquização e priorização das intervenções no município como um todo. Foram contemplados também alguns dos instrumentos da Política Urbana previstos no Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257/01): análise dos Vazios Urbanos municipais e potenciais para formação do Banco de Terras como uma das estratégias para redução do déficit habitacional. Ainda foram propostos Programas e Ações com respectivos prazos (metas) e orçamentos, com o intuito de minimizar ou mitigar as necessidades habitacionais de interesse social do município. Por fim, foram explicitados o Monitoramento e Avaliação (indicadores de desempenho do setor habitacional e indicadores de resultados dos programas habitacionais) e as fontes de financiamento existentes nas esferas de governo para angariar recursos para o setor habitacional.

Fazem parte do Plano Local de Habitação de Interesse Social do município de Colombo os seguintes programas:

- Programa de Realocação de Famílias em Áreas de Risco e de Preservação Permanente;
- Programa de Produção de Moradias Urbanas;
- Programa de Melhorias Habitacionais;
- Programa de Urbanização e Regularização Fundiária de Assentamentos Precários;
- Programa de Regularização Fundiária;
- Programa de Assistência Técnica;
- Programa de Desenvolvimento Institucional;
- Programa de Moradia Rural:
  - Subprograma de Produção de Moradias Rurais;
  - Subprograma de Melhorias Habitacionais Rurais;
  - Subprograma de Regularização Fundiária e Melhoria na Infraestrutura Rural.

Todo o conteúdo e propostas do PLHIS foram compatibilizados com o planejamento municipal, planos e projetos setoriais e demais estudos pertinentes.

## REALIZAÇÃO DE REUNIÕES, OFICINAS TÉCNICAS E AUDIÊNCIAS PÚBLICAS.

Para definição e aprovação de todas as questões elaboradas para o Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS) de Colombo/PR foram realizadas reuniões técnicas e oficinas de capacitação com a Equipe de Coordenação e Apoio Municipal, além do Núcleo de Acompanhamento de elaboração do PLHIS (formado por representantes da sociedade civil organizada), audiências públicas com a participação da população em geral, da sociedade civil e instituições relacionadas ao assunto. Todos estes eventos foram registrados em relatório para comprovação da realização nos mesmos, contendo material relativo a divulgação (*cartazes e banners*), apresentação ilustrativa de apoio, fotos, lista de presença, ata, atas/resoluções e resultados do mesmo, conforme documento contratual do município de Colombo.

## FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

Este atestado foi emitido por solicitação da empresa ECOTÉCNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA.

Colombo, 05 de janeiro de 2015.

Tânia Mara Tosin

Secretária Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação  
Prefeitura Municipal de Colombo - PR  
CPF: 544.793.479-88

Certidão nº 461899/2018 - 14/09/2018, 12:25 - Chave de Impressão: 2255WZAZ00Y17W5C0WYWA  
O atestado neste ato registrado foi emitido em 14/09/2018, e contém 4 folhas

Este documento encontra-se registrado no Conselho de Arquitetura e Urbanismo, vinculado a Certidão De Arquivo Técnico Com Arquivo nº 461899, emitida em 14/09/2018








**Conselho de Arquitetura e Urbanismo**  
**CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO COM ATESTADO**  
Lei Nº 12378 de 31 de Dezembro de 2010

**CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO COM ATESTADO**  
**Nº 000000461887**

- A Certidão de Acervo Técnico (CAT) à qual o atestado está vinculado constituirá prova da capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver ou venha a ser integrado ao seu quadro técnico por meio de declaração entregue no momento da habilitação ou da entrega das propostas
- Certificamos, ainda, que nos termos do artigo 2º da Lei nº 12.378/2010 e artigos 2º e 3º da Resolução nº 21/2012-CAU/BR, esta Certidão é válida somente para os serviços condizentes com as atribuições profissionais acima discriminadas
- Em conformidade com o que determina o Art. 45 da Lei 12.378, toda realização de trabalho de competência privativa ou de atuação compartilhadas com outras profissões regulamentadas será objeto de Registro de Responsabilidade Técnica - RRT
- Válida em todo o território nacional.

Certidão nº PR  
29/08/2018, 13:04  
Chave de Impressão: Curitiba/PR

  
  
  
0247



**ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA**

Atestamos para os devidos fins, que a empresa ECOTÉCNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA, com sede à Rua Maria Rita das Chagas Lima, 317, bairro São Braz, CEP: 82.300-330, Curitiba-PR, inscrita no CNPJ 20.810.553/0001-91, tendo como responsável técnica a Arquiteta e Urbanista SANDRA MAYUMI NAKAMURA, com registro no Conselho de Arquitetura e Urbanismo sob o nº CAU/PR A 28547-1, prestou para Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMARH, CNPJ 05.016.202/0001-45, estabelecida na Esplanada das Secretarias - Praça dos Girassóis, s/nº, bairro Plano Diretor Norte, CEP: 77.001-002, Palmas-TO, os serviços referentes à **Elaboração do Plano Estadual de Resíduos Sólidos do Tocantins - PERS/TO**, tendo demonstrado capacidade técnica no fornecimento dos mesmos, nada constando em nossos arquivos que a desabone.

**Características dos Serviços**

Contrato	025/2014
Celebrado	10/10/2014
Valor do Contrato	RS 1.728.844,77
Início dos serviços	02/12/2014
Conclusão dos Serviços	31/10/2017
Objeto do contrato	Elaboração do Plano Estadual de Resíduos Sólidos do Tocantins - PERS/TO
Local da Obra	Praça dos Girassóis, s/nº, bairro Plano Diretor Norte, CEP: 77.001-002, Palmas-TO

**Equipe Técnica**

**Coordenação**

Coordenação Geral - Sandra Mayumi Nakamura | CAU A 28.547-1

Coordenação Adjunta - Maria Alice Simões Cordeiro Soares | CREA-PR 53.016/D

Coordenação Adjunta - Nilo Aihara | CREA-PR 8.040/D

**Equipe Principal**

Esp. em Engenharia Sanitária - Nilo Aihara | CREA-PR 8.040/D

Esp. em Engenharia Ambiental - Maria Alice S. C. Soares | CREA-PR 53.016/D

Esp. em Ciências Sociais - Ana Maria Lorici Santin

Esp. em Economia - Elisabete Tieme Arazaki | CORECON-PR 4.963



Handwritten signatures and the number 0248.



Esp. em Aspectos Jurídicos - Lucia Benedita de C. Riebarski | OAB-PR 37.951.

#### Equipe Complementar

Dr. em Hidráulica e Saneamento – Eng. Sanitarista Aurélio Pessoa Picanço | CREA TO 150.406.518-2

Arquiteto e Urbanista - Gustavo Domingues Gaspari | CAU A118.245-5

Arquiteta e Urbanista - Leticia Schmitt Cardon de Oliveira | CAU A46.913-0

Arquiteta e Urbanista - Mayra Mayumi Aihara | CAU 138.434-1

Arquiteta e Urbanista – Vanessa Boscaro Fernandes | CAU A 37.721-0

Arquiteta e Urbanista - Verana Giraldi Costa | CAU A197.694-0

Biólogo - Luiz Gustavo Andreguetto | CRBio-PR 50.593/07-D

Contador - Anderson José Amâncio | CRC-PR 036.585/04-4

Engenheira Ambiental - Carolina H. G. Pedroni | CREA-PR 87.020/D

Engenheira Ambiental - Cristina Solange Hondges | CREA-TO 113.221/D

Engenheira Ambiental - Lidia Sayoko Tanaka | CREA-PR 87.131/D

Engenheira Cartógrafa - Amanda Pereira Antunes | CREA-PR 142.852/D

Engenheiro Florestal - Valmir Detzei | CREA-PR 17.516/D

Geoprocessamento - Sandy Plasmann Lambert

Jurídico - Rosamaria Millão Costa | OAB- 20.026

MSc. em Biologia - Cassio Kiyonori Nakamura

Tec. Processos Ambientais - Conrado Foltz Weber

Zootecnista - Milton Kentaro Nakamura | CRMV-FR 0568/2

Zootecnista - Gisele Leopoldino | CRMV-PR 1094/2

#### Equipe de Apoio

Acadêmica em Arquitetura e Urbanismo - Amanda Carolina Santos Motta

Acadêmica em Arquitetura e Urbanismo - Ana Julia Madalozo Molinari Gonçalves

Acadêmica em Arquitetura e Urbanismo - Caroline Nayara Rech

Acadêmica em Arquitetura e Urbanismo - Maria Beatriz Mourer Ravaglio

Economista - Ernani Augusto Brescianici Filho | CORECON-PR 6877

Administradora Juliana Mitsue Sato | CRA 14856

### Descrição dos serviços

#### Escopo e metodologia







A seguir, apresentam-se a metodologia e as técnicas utilizadas na execução das atividades, originando 09 produtos das 05 metas estipuladas, conforme Termo de Referência da elaboração do Plano Estadual de Resíduos Sólidos do estado do Tocantins, elencadas a seguir e assim atingindo os objetivos.

As metas estipuladas pelo Termo de Referência e os seus respectivos produtos, foram:

#### Meta 1 – Projeto de Mobilização Social e Divulgação

Teve como objetivo divulgar e mobilizar a sociedade civil para mostrar a importância da elaboração de Plano Estadual de Resíduos Sólidos. Esta meta resultou em 02 produtos que foram:

- ✓ Produto 1 – Projeto de Mobilização Social e Divulgação do PERS, incluindo o Plano de Trabalho Operacional; e
- ✓ Produto 2 – Relatórios das 18 oficinas regionais.

#### Meta 2 – Panorama dos Resíduos Sólidos no Estado.

Esta meta consistiu na realização do diagnóstico da situação da gestão de resíduos sólidos no estado. Os aspectos avaliados no diagnóstico foram: a caracterização socioeconômica e ambiental da gestão dos resíduos sólidos; mapeamento das áreas degradadas em razão de disposição inadequada de resíduos sólidos ou rejeitos e áreas órfãs; Sistematização das informações em banco de dados. Esta meta resultou no seguinte produto:

- ✓ Produto 3 – Panorama dos Resíduos Sólidos no Estado

#### Meta 3 – Estudo de Regionalização da Prestação dos Serviços de Manejo de Resíduos Sólidos no Estado do Tocantins.

Teve como objetivo identificar os arranjos territoriais entre os municípios a fim de compartilhar serviços ou atividades de interesse comum, maximizando os recursos humanos, infraestruturais e financeiros. Os aspectos considerados nessa meta foram: áreas potencialmente favoráveis para destinação ambientalmente adequada de resíduos sólidos e critérios de agregação de municípios para identificação de arranjos. Resultou o seguinte produto:

- ✓ Produto 4 – Estudo de Regionalização da Prestação dos Serviços de Manejo de Resíduos Sólidos no Estado do Tocantins.

#### Meta 4 – Estudo de prospecção e escolha do Cenário de referência.

Handwritten signatures and initials at the bottom of the page.



O objetivo nesta meta foi promover uma discussão dos cenários futuros, com a descrição das hipóteses de situações possíveis, imagináveis ou desejáveis quanto a gestão dos resíduos sólidos no estado do Tocantins. Estes cenários irão disponibilizar um referencial para a proposição das ações a serem implementadas ao longo do horizonte de planejamento, ou seja, para os próximos 20 anos.

Dentre os aspectos considerados para a construção dos cenários destacou-se: caracterização quanto aos aspectos socioeconômicos, crescimento populacional, indicadores quanto a geração de resíduos, entre outros. Resultou o seguinte produto:

- ✓ Produto 5 – Estudo de prospecção e escolha do cenário de referência.

**Meta 5 - Planejamento para a Implantação do Plano Estadual de Resíduos Sólidos do Tocantins.**

Nesta meta apresentou-se as diretrizes e estratégias para o planejamento da gestão dos resíduos sólidos do estado; as metas, programas, projetos e ações para a gestão dos resíduos sólidos do estado, investimentos necessários e fontes de recursos financeiros e indicadores para acompanhamento, controle e avaliação da implementação do PERS. Resultado nos 04 produtos a seguir:

- ✓ Produto 6 – Plano Estadual de Resíduos Sólidos Preliminar;
- ✓ Produto 7 – Relatório das 3 Audiências Públicas;
- ✓ Produto 8 – Plano Estadual de Resíduos Sólidos final e
- ✓ Produto 9 – Relatório de 1 Seminário Estadual

Ao longo do trabalho foram realizadas 18 reuniões regionais, 3 audiências públicas regionais e um Seminário Estadual de lançamento do Plano Estadual

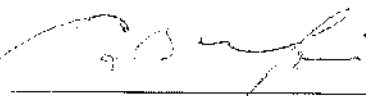
**Fiscalização dos serviços**

Este atestado foi emitido por solicitação da empresa Ecotécnica Tecnologia e Consultoria Ltda. A emissão desse atestado substitui todos os demais documentos correlatos já emitidos ou fornecidos.

Palmas 31 de outubro de 2017.

  
 LUZIMEIRE CARREIRA  
 Secretária do Meio Ambiente e Recursos Hídricos  
 CNPJ: 05.016.202/0001-45

**Luzimeire Carreira**  
 Secretária  
 Secretaria do Meio Ambiente  
 e Recursos Hídricos

  
 ADÃO TEODORO MAIA  
 Engenheiro Ambiental – CREA-TO 50244/D-TO  
 Secretária do Meio Ambiente e Recursos Hídricos  
 CNPJ: 05.016.202/0001-45

**Adão Maia**  
 Diretor de Políticas Ambientais  
 nº Fundação 11461066-1 SEMARH





CAU/BR

Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil

Registro de Responsabilidade Técnica - RRT

RRT SIMPLES  
Nº 0000005913904  
RETIFICADOR à 8090479  
EQUIPE - RRT PRINCIPAL



Certidão nº 461887/2018 - 29/08/2018, 13:04 - Chave de Impressão: 36145C882924Y96A1D1A  
O atestado neste ato registrado foi emitido em 29/08/2018, e contém 7 folhas

1. RESPONSÁVEL TÉCNICO

Nome: SANDRA MAYUMI NAKAMURA  
Registro Nacional: A28547-1 Título do Profissional: Arquiteto e Urbanista  
Empresa Contratada: ECOTECNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA  
CNPJ: 02.610.553/0001-91 Registro Nacional: 18209-5

2. DADOS DO CONTRATO

Contratante: SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL  
CNPJ: 05.016.202/0001-45  
Contrato: 025/2014 Valor Contratado (onorários): R\$ 1.728.844,77  
Tipo de Contratante: Pessoa jurídica de direito público  
Celebrado em: 10/10/2014 Data de Início: 02/12/2014 Prazo de término: 31/10/2017

Declaram, sob as penas da Lei, que na(s) atividade(s) registrada(s) neste RRT não se exige a observância das regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas de acessibilidade da ABNT, na legislação específica e no Decreto Federal nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004.

3. DADOS DA OBRA/SERVIÇO

PRAÇA GIRASSÓIS Nº S/N  
Complemento: Bairro: PLANO DIRETOR NORTE  
UF: TO CEP: 77001002 Cidade: PALMAS  
Coordenadas Geográficas: Latitude: 0 Longitude: 0

4. ATIVIDADE TÉCNICA

Atividade: 3.1 - COORDENAÇÃO E COMPATIBILIZAÇÃO DE PROJETOS  
Quantidade: 1,00 Unidade: un

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa deste RRT

5. DESCRIÇÃO

ELABORAÇÃO DO PLANO ESTADUAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS (PERS) DO TOCANTINS.

6. VALOR

Este RRT é isento de taxa

Atenção: Este item 6 será preenchido automaticamente pelo SICCAU após a identificação do pagamento pela compensação bancária. Para comprovação deste documento é necessária a apresentação do respectivo comprovante de pagamento

7. ASSINATURAS

Declaro serem verdadeiras as informações acima.

\_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_  
Local Dia Mês Ano

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL  
CNPJ: 05.016.202/0001-45

SANDRA MAYUMI NAKAMURA  
CPF: 030.228.409-50

Luzinete Carneira  
Secretária  
Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos

A autenticidade deste RRT pode ser verificada em: <http://siccau.caubr.gov.br/app/view/sight/externo?form=Servicos>, com a chave: bA265DW. Impresso em: 27/06/2017 às 15:39:57 por: ip: 188.12.62.129

Este documento encontra-se registrado no Conselho de Arquitetura e Urbanismo, vinculado a Certidão De Ato Técnico Com Atestado nº 461887, emitida em 29/08/2018



**Conselho de Arquitetura e Urbanismo**  
**CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO COM ATESTADO**  
 Lei Nº 12378 de 31 de Dezembro de 2010

**CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO COM ATESTADO**  
**Nº 000000167900**



CERTIFICAMOS, para os devidos fins, que consta em nossos arquivos o registro de Acervo referente ao(s) Registro(s) de Responsabilidade Técnica - RRTs abaixo discriminada(s):

**DADOS DO PROFISSIONAL**

Título do Profissional: Arquiteto e Urbanista

Data de obtenção de Títulos: 03/02/1999

Registro Nacional: 000A285471

Data de Registro nacional profissional: 04/02/1999

Validade: Indefinida

**DADOS DOS REGISTROS DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA-RRT**

Número do RRT: 1426630

Tipo do RRT: DERIVADO

Registrado em: 05/08/2013

Forma de Registro: RETIFICADOR à 1386214

Participação Técnica: EQUIPE

Descrição: ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM-SC, CONTEMPLANDO OS SISTEMAS E SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO, DE MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS E O MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS, VISANDO A MELHORIA DAS CONDIÇÕES AMBIENTAIS E DA QUALIDADE DE VIDA DA POPULAÇÃO, EM ATENDIMENTO ÀS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NA LEI 11.445/2007. PARTICIPAÇÃO DO PROFISSIONAL: ESTUDO DOS ASPECTOS TERRITORIAIS, SOCIOESPACIAIS E DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO. TRABALHO REALIZADO NO PERÍODO DE 26/07/2010 A 31/10/2010.

Empresa contratada: ECOTECNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA  
 CNPJ: 02.610.553/0001-91

**DADOS DO CONTRATO**

Contratante: FERMA ENGENHARIA LTDA  
 CPF/CNPJ: 76703404000103

AVENIDA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO

Nº 4859

Complemento:

Cidade: CURITIBA

Bairro: HAUER

UF: PR

CEP: 81610000

Contrato: 15/2010

Celebrado em: 26/07/2010

Valor do Contrato: R\$ 5.000,00

Tipo do Contratante: Pessoa jurídica de direito privado

Data de Início: 26/07/2010

Data de término da atividade:

**ATIVIDADE TÉCNICA REALIZADA**

4.3.2 - Diagnóstico socioeconômico e ambiental , 1,00 un - unidade ;

**ENDEREÇO DA OBRA/SERVIÇO**

RUA VINTE E OITO DE AGOSTO

Nº 2042

Complemento:

Bairro: CENTRO

Cidade: GUARAMIRIM

UF: SC

CEP: 89270000

Coordenadas Geográficas: 0 0

**DESCRIÇÃO**

CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO COM ATESTADO

**INFORMAÇÕES IMPORTANTES**

- Esta certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos
- Certificamos que se encontra vinculado à presente CAT o atestado apresentado em cumprimento à Lei nº 8.666/93,



**Conselho de Arquitetura e Urbanismo**  
**CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO COM ATESTADO**  
Lei Nº 12378 de 31 de Dezembro de 2010

**CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO COM ATESTADO**  
**Nº 0000000167900**

expedido pela pessoa jurídica contratante, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes. É de responsabilidade deste Conselho a verificação da atividade profissional em conformidade com a Lei nº 12.378/2010 e Resoluções do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR)


- A Certidão de Acervo Técnico (CAT) à qual o atestado está vinculado constituirá prova da capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver ou venha a ser integrado ao seu quadro técnico por meio de declaração entregue no momento da habilitação ou da entrega das propostas

- Certificamos, ainda, que nos termos do artigo 2º da Lei nº 12.378/2010 e artigos 2º e 3º da Resolução nº 21/2012-CAU/BR, esta Certidão é válida somente para os serviços condizentes com as atribuições profissionais acima discriminadas

- Em conformidade com o que determina o Art. 45 da Lei 12.378, toda realização de trabalho de competência privativa ou de atuação compartilhadas com outras profissões regulamentadas será objeto de Registro de Responsabilidade Técnica - RRT

- Válida em todo o território nacional.

Certidão nº PR  
06/09/2018, 12:15  
Chave de Impressão: Curitiba/PR

  
0254 S

**ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA**

**FERMA ENGENHARIA LTDA. EPP**, sediada à Avenida Marechal Floriano Peixoto, nº 4859, na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 76.703.404/0001-03, atesta para os devidos fins, que a Arquiteta e Urbanista **SANDRA MAYUMI NAKAMURA**, carteira profissional CREA-PR-33.072/D, participou dos serviços de **ELABORAÇÃO DE PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO, CONTEMPLANDO OS SISTEMAS E SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO, DE MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS E O MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS DO MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM, ESTADO DE SANTA CATARINA**, dentro das normas vigentes e apuradas e das condições estabelecidas na Tomada de Preço nº 71/2010 e no Contrato de Prestação de Serviços Termo nº 147/2010, conforme abaixo descritas:

Serviço	ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO - PMSB - DO MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM - SC
Contratante	PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
CNPJ LMF	83.102.475/0001-16
Local da Obra	Rua 28 de Agosto, Nº 2042, Guaramirim-SC - CEP: 88270-000
Contrato	147/2010
Vigência	90 (noventa) dias
Início dos Serviços	26/07/2010
Término dos Serviços	31/10/2010
Valor	R\$ 5.000,00

**PROJETOS, ESTUDOS E LEVANTAMENTOS REALIZADOS**

Os serviços executados consistiram de:

**1. Plano de Trabalho**

Os serviços atenderam o estipulado no artigo 19 da Lei Federal nº 11.445/07, que determina o que deve ser abordado pelos Planos de Saneamento, para permitir uma prestação adequada dos serviços públicos de saneamento básico, e abrangeu:



- I. diagnóstico da situação e de seus impactos nas condições de vida, utilizando sistema de indicadores sanitários, epidemiológicos, ambientais e socioeconômicos e apontando as causas das deficiências detectadas;
- II. objetivos e metas de curto, médio e longo prazos para a universalização, admitidas soluções graduais e progressivas, observando a compatibilidade com os demais planos setoriais;
- III. programas, projetos e ações necessárias para atingir os objetivos e as metas, de modo compatível com os respectivos planos plurianuais e com outros planos governamentais correlatos, identificando possíveis fontes de financiamento;
- IV. ações para emergências e contingências;
- V. mecanismos e procedimentos para a avaliação sistemática da eficiência e eficácia das ações programadas.

Dentro deste enfoque, o Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) Componentes Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário formulou uma estratégia robusta para a universalização dos serviços de água e esgoto no município, propondo um conjunto de ações integradas (intervenções, obras, serviços, etc.), estabelecendo prioridades e de acordo com metas progressivas.

O plano apresentou proposições sobre a forma de integração e inter-relação com os Planos Municipais de Resíduos Sólidos e Drenagem Urbana. O horizonte de planejamento do PMSB foi de 20 (vinte) anos, com previsão de revisões periódicas a cada 4 (quatro) anos.

### 3. Escopo do trabalho

Na sequência são apresentadas as etapas inerentes à elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico - PMSB:

- Diagnóstico físico, técnico-operacional e gerencial dos sistemas e serviços de saneamento;
- Concepção dos sistemas físicos de saneamento;
- Compatibilização de planos;
- Modelos de gestão dos sistemas físicos, técnico operacionais, administrativos e comerciais dos serviços de saneamento;
- Programas, projetos e ações;
- Sustentabilidade de receitas e modicidade tarifária;



- Modelo de avaliação da sustentabilidade econômico-financeira;
- Eficiência;
- Regulação;
- Condições da prestação dos serviços;
- Comunicação social com os usuários/ população através de Consultas ou Audiências Públicas

### 3. Produtos Resultantes

Os produtos resultantes foram:

#### ETAPA 01:

PTC: Plano de Trabalho Consolidado;

R-1: Definição da Área de Planejamento;

R-2: Diagnóstico do Meio Físico, Biótico, Econômico e Social;

R-3: Diagnóstico Setorial Abastecimento de Água;

R-4: Diagnóstico Setorial Esgotamento Sanitário.

#### ETAPA 02:

R-5: Estudos Prospectivos Gerais;

R-6: Plano de Ação;

R-7: Detalhamento das Principais Intervenções;

R-8: Programa de Ações para Emergências e Contingências.

#### ETAPA 03:

R-9: Estudo de Sustentabilidade e Equilíbrio Econômico-Financeiro da Prestação dos Serviços;

R-10: Metodologia e Critérios para Acompanhamento e Avaliação da Implantação e Eficiência do PMSB;

R-11: PMSB Versão Preliminar;

RF: PMSB Versão Final.



**4. Apoio Técnico**

A Consultora prestou ainda apoio técnico ao executivo municipal nas consultas e reuniões públicas com as organizações da sociedade civil em geral

**EQUIPE TÉCNICA**

NOME DO PROFISSIONAL	FORMAÇÃO	CREA/CRBio	CARGO/FUNÇÃO
Ivo Hauer Malschitzky	Geólogo	12.514/D-PR	Coordenador
Gilliano Antonio Ribeiro	Geólogo	69.098/D-PR	Coordenador Adjunto
Alfo Athora	Engenheiro Civil	59.098/D-PR	Coordenador Adjunto
Cassiana Galante	Arquiteta e Urbanista	72.222/D-PR	Consultor
Esp. Vanessa B. Fernandes	Arquiteta e Urbanista	70.332/D-PR	Consultor
Esp. Sandra Mayumi Nakamura	Arquiteta e Urbanista	33.072/D-PR	Consultor
Luiz Gustavo Andreguetto	Biólogo	50.593-7-D	Consultor
Leana Carolina Ferreira	Engenheiro Ambiental	108.577/D-PR	Consultor
André Luiz da Silva Melo	Engenheiro Ambiental	109.280/D-PR	Consultor
Murilo Santiago Vargas	Acadêmico em Engenharia Civil		Estagiário
Erika Naomi Fukunishi	Acadêmica em Arquitetura e Urbanismo		Estagiária
Fernanda Knopik	Acadêmica em Arquitetura e Urbanismo		Estagiária
Elton Rogério Boge	Acadêmica em Arquitetura e Urbanismo		Estagiário

Atestamos que os serviços foram executados com qualidade, atendendo aos prazos de entrega, e de acordo com os critérios estabelecidos por esta Prefeitura.

Curitiba, 19 de julho de 2013.

**FERMA ENGENHARIA LTDA. EPP**

**Ivo Hauer Malschitzky**  
Sócio-Diretor



**Conselho de Arquitetura e Urbanismo**  
**CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO COM ATESTADO**  
 Lei Nº 12378 de 31 de Dezembro de 2010

**CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO COM ATESTADO**

Nº 0000000170706



20140000170706

CERTIFICAMOS, para os devidos fins, que consta em nossos arquivos o registro de Acervo referente ao(s) Registro(s) de Responsabilidade Técnica - RRTs abaixo discriminada(s):

Profissional: SANDRA MAYUMI NAKAMURA  
 Título do Profissional: Arquiteto e Urbanista  
 Registro Nacional: Registro CAU nº 000A285471

Validade: Indefinida

Número do RRT: 2200217

Tipo do RRT: SIMPLES

Registrado em:

Forma de Registro: RETIFICADOR à 111563

Participação Técnica: EQUIPE

Descrição: ELABORAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO INTEGRADA DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DO MUNICÍPIO DE APUCARANA/PARANÁ. População estimada de 121.000 habitantes (IBGE, 2010). Participação do profissional: Coordenação do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos.

Empresa contratada: ECOTECNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA  
 CNPJ: 02.610.553/0001-91

Contratante: Prefeitura Municipal de Apucarana  
 CPF/CNPJ: 75771253000168

RUA JOSÉ DE OLIVEIRA ROSA

Nº 25

Complemento:

Bairro: CENTRO CÍVICO

Cidade: APUCARANA

UF: PR

CEP: 86800235

Contrato: 036/2012

Celebrado em 16/02/2012

Valor do Contrato: R\$ 64.850,00

Tipo do Contratante: Contratante

Data de Início: 12/03/2012

Data de Fim: 16/12/2012

**Atividade Técnica**

2.2 - ESTUDO , 1.00 un - unidade ; 4.3 - CONSULTORIA . 1.00 un - unidade ;

**Endereço da obra/serviço**

RUA JOSÉ DE OLIVEIRA ROSA

Nº 25

Complemento:

Bairro: CENTRO CÍVICO

Cidade: APUCARANA

UF: PR

CEP: 86800235

Coordenadas Geográficas: 0 0

**1. Descrição**

CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO COM ATESTADO

**2. Informações**

- A Certidão de Acervo Técnico (CAT) à qual o atestado está vinculado constituirá prova da capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver ou venha a ser integrado ao seu quadro técnico por meio de declaração entregue no momento da habilitação ou da entrega das propostas

12000



**Conselho de Arquitetura e Urbanismo**  
CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO COM ATESTADO  
Lei Nº 12378 da 31 de Dezembro de 2010

**CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO COM  
ATESTADO**  
Nº 0000000170706

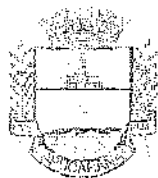
- Certificamos, ainda, que nos termos do artigo 2º da Lei nº 12.378/2010 e artigos 2º e 3º da Resolução nº 21/2012-CAU/BR, esta Certidão é válida somente para os serviços condizentes com as atribuições profissionais acima discriminadas
- Certificamos que se encontra vinculado à presente CAT o atestado apresentado em cumprimento à Lei nº 8.666/93, expedido pela pessoa jurídica contratante, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes. É de responsabilidade deste Conselho a verificação da atividade profissional em conformidade com a Lei nº 12.378/2010 e Resoluções do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR)
- Em conformidade com o que determina o Art. 45 da Lei 12.378, toda realização de trabalho de competência privativa ou de atuação compartilhadas com outras profissões regulamentadas será objeto de Registro de Responsabilidade Técnica - RRT
- Esta certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos

Certidão nº 170706/2014

22/04/2014, 14:32

Chave de Impressão: 088A4983Z307Y24585D2

*[Handwritten signatures]*  
0260  
*[Handwritten initials]*



Prefeitura do Município de Apucarana  
 Centro Cívico, Rua de Oliveira Rosa nº 25 - CEP 82300-000  
 Apucarana - PR - www.apucarana.pr.gov.br

### ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins, que a empresa **ECOTÉCNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA**, com sede à Maria Rita das Chagas Lima, 317 – Curitiba-PR Bairro São Braz CEP 82300-330, inscrita no CNPJ 02.510.553/0001-91 tendo como responsável técnica a Arquiteta e Urbanista **SANDRA MAYUMI NAKAMURA**, carteira profissional CAUPR-5.5029-9, prestou para a **PREFEITURA MUNICIPAL DE APUCARANA**, CNPJ 75.771.253/0001-68, estabelecida à Rua José de Oliveira Rosa, 25, Centro – Apucarana – Paraná, os serviços referentes à **Elaboração do Plano de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos do município de Apucarana/PR**, tendo demonstrado Capacidade Técnica no fornecimento dos mesmos, nada constando em nossos arquivos que a desabone.

### CARACTERÍSTICAS DOS SERVIÇOS

Início dos serviços: 12/03/2012  
 Conclusão dos serviços: 16/12/2012  
 Objeto do contrato: ELABORAÇÃO DO PLANO DE GERENCIAMENTO INTEGRADO DE RESÍDUOS SÓLIDOS EM MUNICÍPIO DE APUCARANA/PR.

### EQUIPE TÉCNICA

Coordenação Gera	Engenheiro Civil Esp. Nilo Alhara	CREA-PR 8.040/D
Coordenação Geral	Arquiteta e Urbanista Esp. Sandra Mayumi Nakamura	CAUPR-5.5029-9
Coordenação Técnica	Arquiteta e Urbanista Leírcia Schmitt Cardon de Oliveira	CAUPR - 88 292-4
Arquiteta e Urbanista	Vanessa Boscaro Fernandes	CAUPR 71.074-1
Biólogo	Luiz Gustavo Andreguetto	CRBio-PR 59.593-7D
Economista	Elisabete Tieme Arazaki	CORECON-PR 4963-8
Advogada	Lúcia B. de Camargo Blicharski	OAB-PR 37.951
Oceanógrafo	Cássio Kiyonori	AOCEANO 2029
Acadêmica em Arquitetura e Urbanismo		Tais D Angelis
Acadêmico em Engenharia Ambiental		Hironi Umezawa
Acadêmico em Engenharia Ambiental		Renan Utri Andreguetto

### DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

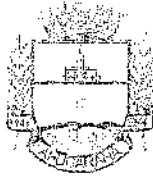
#### Dados do município de Apucarana:

População Atual (Censo Demográfico IBGE 2010)	120.919 habitantes
População urbana projetada (ano de 2027)	142.115 habitantes
Geração atual de resíduo doméstico e comercial	2.300 ton/mês

#### LEVANTAMENTO DE DADOS E DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO ATUAL

Inicialmente ocorreu uma caracterização geral do município, mediante levantamento de informações bibliográficas (IBGE, IPARDES, AGUASPARANÁ, IAP, Prefeitura e outros), documentais municipais e *in loco*, acerca dos aspectos físicos ambientais, socioeconômicos - estrutura urbana e infraestrutura.

0261 SA



Município de Apucarana  
Centro Cívico, Rua do Oliveira Rosa nº 130 - CEP: 83000-000  
Apucarana - PR - www.apucarana.pr.gov.br

Este documento encontra-se registrado no Conselho de Arquitetura e Urbanismo, vinculado à Certidão de Arquivo Técnico Com Atestado nº 170706, emitida em 22/04/2014.  
Certidão nº 170706/2014  
22/04/2014, 14:32  
Chave de Impressão: 088A486330/1724565D2  
O atestado neste ato registrado foi emitido em 22/04/2014, e contém 6 folhas

Foram levantadas, para posterior análise, as condições atuais de limpeza do município, por meio de visitas técnicas, entrevistas, ensaios de campo e informações da equipe responsável por este tipo de serviço.

Iguamente foi identificado o sistema de coleta de resíduos do município, bem como o transporte, características dos resíduos sólidos coletados, sistema de tratamento utilizado e disposição final, custos, receitas e avaliação dos serviços prestados, detalhando, para cada tipo de resíduo gerado, o manejo existente, e quando possível, conferindo com as regulamentações/normas existentes nas esferas de governo (federal, estadual e municipal). Após esta identificação foram obtidos a produção *per capita* de Resíduo Doméstico (relaciona a quantidade de resíduos urbanos gerada diariamente e o número de habitantes do município) e a estimativa da quantidade de resíduos gerados utilizando taxas de projeção populacional.

Ainda, foram identificados os aspectos legais (leis e normas ambientais necessárias para o processo da gestão de resíduos sólidos e saneamento) e as estruturas municipais, administrativa, organizacional, estrutura orçamentária e financeira; e a previsão orçamentária de receitas e despesas municipais.

Também foram realizados diagnósticos sobre condições de programas e ações existentes no município em que se insere as instituições e meio ambiente (incluindo a Rede Básica de Identificação dos aspectos ambientais, a nível interno (gestores) e identificação da existência de grupos organizados por nível de associações/cooperativas).

**Caracterização Física dos Resíduos Sólidos Domésticos**

As características físicas foram determinadas através de sua composição qualitativa. A partir desta constituição foi possível aferir os valores essenciais para o estudo e a destinação final, da recuperação de resíduos, do dimensionamento de usinas de tratamento, reaproveitamento e entre outros. E para um correto prognóstico de cenários futuros foi indispensável determinar principalmente a composição gravimétrica, o peso específico e a produção diária per capita dos resíduos sólidos urbanos gerados no município de Apucarana. Esta composição gravimétrica permitiu traçar estudos de caracterização do município, de potencial de reciclagem e compostagem, dentre outras análises.

Para tal, utilizou-se de metodologia definida pelo corpo técnico da SANEPAR com base em diretrizes da NBR 10007:2004 – Amostragem de Resíduos Sólidos e de outras bibliografias relacionadas.

Por fim, com base nos dados obtidos nos levantamentos foi realizada a análise e identificação do perfil do município que serviu de base para a elaboração do Plano de Gerenciamento Integrado de Resíduos a partir de diretrizes específicas.

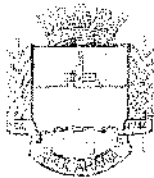
**PLANO DE GERENCIAMENTO INTEGRADO DE RESÍDUOS – PROPOSIÇÕES**

O Plano de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos do município de Apucarana foi elaborado visando à administração/gerenciamento dos resíduos por meio de um conjunto integrado de ações normativas, operacionais, financeiras e de planejamento que levou em consideração os aspectos referentes à sua geração, segregação, acondicionamento, coleta, armazenamento, transporte, tratamento e disposição final de forma a atender aos requisitos ambientais e de saúde pública.

O PGIRS também foi elaborado de acordo com os critérios estabelecidos pelos órgãos de meio ambiente e sanitários federal, estadual e municipal e com base nas análises dos levantamentos realizados no diagnóstico, elaborando um cenário antecipado que visa a tendência da configuração do sistema de limpeza pública de Apucarana.

O PGIRS do município de Apucarana teve como objetivos principais:

- Minimizar a geração de resíduos;
- Manter o município limpo por um sistema de coleta seletiva e transporte adequado, tratando o resíduo sólido com tecnologias compatíveis com a realidade local;
- Interligar todas as ações e operações do gerenciamento, influenciando umas as outras. Assim, uma coleta mal planejada encarece o transporte; um transporte mal dimensionado gera prejuízos e reclamações e prejudica o tratamento e a disposição final do resíduo; tratamento mal dimensionado não atinge os objetivos propostos, e disposições inadequadas causam sérios impactos ambientais;
- Garantir o destino ambiental correto e seguro para o resíduo sólido;



Prefeitura do Município de Apucarana  
Centro de Educação Ambiental - CEA - Rua São Pedro, 110  
Apucarana - PR - CEP 83.200-000

- Conceber o modelo de gerenciamento do município, levando em conta que a quantidade e a qualidade do resíduo gerado em uma dada localidade decorrem do tamanho da população e de suas características socioeconômicas e culturais, do grau de urbanização e dos hábitos de consumo vigentes
- Manter a conscientização da população para separar materiais recicláveis;
- Organizar os catadores de materiais recicláveis em associação/cooperativa adequada a atender à coleta do material oferecido pela população e comercializá-lo junto às fontes de beneficiamento.

Baseado nos objetivos teve-se as seguintes proposições.

- Definição de alguns ajustes em traçados, direções e sentidos nas rotas de coleta domiciliar e comercial, procurando otimizá-las, bem como a sua ampliação em virtude da implantação de novos parcelamentos na sede urbana do município, sendo apresentado através de mapeamento geo-referenciado;
- Medidas e cuidados que devem ser tomados pelo gerador que compreende a coleta interna, acondicionamento e armazenamento adequados com vistas a facilitar, otimizar e proporcionar maior segurança no processo de acondicionamento e coleta dos resíduos;
- Determinação da frequência e turnos nas coletas domiciliar e comercial;
- Determinação da frota de veículos baseado na projeção populacional e projeção da produção de resíduos sólidos no município (quantitativo e modelos de veículos);
- Determinação da equipe de trabalho através dos setores de coleta - turnos e frota de veículos;
- Definição dos procedimentos de Controle, Monitoramento e Fiscalização;
- Definição de ações para aperfeiçoar, ampliar os mecanismos de disposição final dos resíduos sólidos no município (infraestrutura do aterro sanitário, mecanismos de desenvolvimento limpo - MDL, aproveitamento energético do biogás);
- Alternativas eficientes para minimizar a geração de resíduos e maximizar a vida útil de aterros sanitários - tais como Usinas de Triagem e Compostagem, contemplando diretrizes de local de implantação, instalações e infraestrutura, bem como estimativas de investimentos;
- Procedimentos que deverão ser adotados pela Prefeitura Municipal e pelos Pequenos e Grandes Geradores;
- Da mesma forma, seguem as proposições para a coleta seletiva (setores e rotas de coleta, frequência e turnos, frota de veículos e equipe de trabalho, destinação final, estabelecimentos de triagem e comércio de resíduos recicláveis);
- Campanhas para os coletores informais (catadores) visando a melhoria no modo de produção de sua renda e inclusão social; realização de cadastramento desses coletores informais; e medidas de orientação, capacitação e inclusão;
- Medidas e ações para melhoria e ampliação no sistema de Limpeza de logradouros públicos (Varrição, Poda e Capina);
- Aperfeiçoamento e adequações no manejo de resíduos da construção civil, serviços de saúde, serviços funerários, resíduos perigosos, eletroeletrônicos e industriais, de acordo com as normas legais vigentes
- Determinação de Programas de Educação Ambiental visando a conscientização e, conseqüentemente, a integração da população na gestão dos resíduos sólidos, por meio da sensibilização e da difusão de conhecimentos;
- Definição de um Plano Social compreendendo questões de Higiene e Segurança do Trabalho na Limpeza Pública;
- Adequação e aperfeiçoamento da estrutura administrativa e legislativa.

**PROCESSO PARTICIPATIVO – REUNIÕES E OFICINAS TÉCNICAS**

Para definição e aprovação de todas as questões propostas para o Plano de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos foram realizadas reuniões e oficinas técnicas durante todo o processo de sua elaboração.

Certidão nº 170706/2014

22/04/2014, 14:32

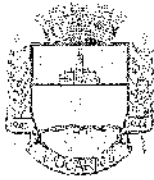
Chave de Impressão: 088A4983207Y24585D2

O atestado neste ato registrado foi emitido em 22/04/2014, e contém 6 folhas

Este documento encontra-se registrado no Conselho de Arquitetura e Urbanismo, vinculado à Certidão de Arquivo Técnico Com Atestado nº 170706, emitida em 22/04/2014



Handwritten signatures and the number 0263



Prefeitura do Município de Apucarana  
Centro Cívico José de Oliveira Rosa nº 25 - CEP 86600-000  
Apucarana - PR - www.apucarana.pr.gov.br

FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

Este atestado foi emitido por solicitação da empresa ECOTÉCNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA. A emissão desse atestado substitui todos os demais documentos correlatos já emitidos ou fornecidos.

Apucarana, 29 de outubro de 2012

Herivelto Morenc  
Supervisor Geral do PGJRS de Apucarana  
Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos  
Prefeitura Municipal de Apucarana

Certificação nº: 170706/2014

22/04/2014, 14:32

Chave de Impressão: 088449832307Y24585D2

O atestado neste ato registrado foi emitido em 22/04/2014, e contém 6 folhas

Este documento encontra-se registrado no Cadastro de Arquitetura e Urbanismo, vinculado à Certidão De Acervo Técnico Com Atestado nº 170706, emitida em 22/04/2014



Handwritten signatures and the number 0264







**Conselho de Arquitetura e Urbanismo**  
**CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO COM ATESTADO**  
Lei Nº 12378 de 31 de Dezembro de 2010

**CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO COM ATESTADO**  
**Nº 0000000461878**

- A Certidão de Acervo Técnico (CAT) à qual o atestado está vinculado constituirá prova da capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver ou venha a ser integrado ao seu quadro técnico por meio de declaração entregue no momento da habilitação ou da entrega das propostas

- Certificamos, ainda, que nos termos do artigo 2º da Lei nº 12.378/2010 e artigos 2º e 3º da Resolução nº 21/2012-CAU/BR, esta Certidão é válida somente para os serviços condizentes com as atribuições profissionais acima discriminadas

- Em conformidade com o que determina o Art. 45 da Lei 12.378, toda realização de trabalho de competência privativa ou de atuação compartilhadas com outras profissões regulamentadas será objeto de Registro de Responsabilidade Técnica - RRT

- Válida em todo o território nacional.

Certidão nº PR  
29/08/2018, 13:03  
Chave de Impressão: Curitiba/PR

*[Handwritten signatures and marks]*

0266 *[Handwritten mark]*



### ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins, que a **ECOTÉCNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA**, com sede à Maria Rita das Chagas Lima, 317, Bairro São Braz CEP 82.300-330 - Curitiba - PR, inscrita no CNPJ 02.610.553/0001-91 tendo como responsável técnica a Arquiteta e Urbanista **SANDRA MAYUMI NAKAMURA**, carteira profissional CAU-A28547-1, está prestando para o **CONDER - CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO CENTRO SUL/PR**, com sede à Rua Conselheiro Zacarias, 628, Centro, na cidade de Itaiti, Estado do Paraná CNPJ 07.051.788/0001-04, os serviços referentes à elaboração do **DIAGNÓSTICO E PROPOSTA DE REGIONALIZAÇÃO** e elaboração de **PLANOS SETORIAIS MUNICIPAIS**, dos municípios de Fernandes Pinheiro, Guairanga, Inácio Martins, Reunidas, Rio Azul e Teixeira Soares, tendo demonstrado Capacidade Técnica no fornecimento dos mesmos, nada constando em nossos arquivos que a desabone

### CARACTERÍSTICAS DOS SERVIÇOS

Início dos serviços:	15 de outubro de 2017
Conclusão dos serviços:	20 de janeiro de 2017
Objeto do contrato:	DIAGNÓSTICO E PROPOSTA DE REGIONALIZAÇÃO e elaboração de PLANOS SETORIAIS MUNICIPAIS, dos municípios de Fernandes Pinheiro, Guairanga, Inácio Martins, Itaipoguaçu, Rio Azul e Teixeira Soares.
Local da Obra:	Rua Conselheiro Zacarias, 628, Centro, na cidade de Itaiti, Estado do Paraná

### EQUIPE TÉCNICA

Coordenação Técnica		
Coordenação Geral	Arquiteta e Urbanista Esp. Sandra Mayumi Nakamura	CAU A28547-1
Coordenação Adjunta	Engenheiro Civil Esp. Nilo Aihara	CREA B.040/D
Equipe Técnica		
Advogada Esp.	Márcia Valério Santos Barbosa	OAB-PR 61291
Advogado Esp.	Rafael Gustavo Cavichio	OAB-PR 34617
Biólogo Esp.	Luiz Gustavo Andreoguello	CRBio-PR 50.55307/D
Contador	Walter José Brito de Moraes	CRC - PR 025.7515/D
Engenheiro Ambiental	Lidia Sayoko Tanaka	CREA 07.131/D
Arquiteta e Urbanista	Vanessa Boscaro Fernandes	CAU A37721-0
Arquiteta e Urbanista	Graciete da Silva Pedrosa	CAU A59419-9
Arquiteta e Urbanista	Mayra Mayumi Aihara	CAU A109164-6
Arquiteto e Urbanista	Gustavo Domingues Gaspari	CAU A119245-5
Zoetecnista	Gisele Leopoldino	CRMV/Z - PR 1094
Zoetecnista	Milton Kentaro Nakamura	CRMV/Z - PR 0568

Certidão nº 461878/2018 - 29/09/2018, 13:03 - Chave de Impressão: 89YZCB8Y9W6658ZC27C  
O atestado neste ato registrado foi emitido em 29/08/2018, o contém 7 folhas

Este documento encontra-se registrado no Conselho de Arquitetura e Urbanismo, vinculado a Certidão De Aprove Técnico Com Atestado nº 461878, emitida em 29/08/2018



#### Equipe de Apoio

Acadêmica em Arquitetura e Urbanismo

Amanda Carolina Santos Motta

Acadêmica em Arquitetura e Urbanismo

Ana Julia Matulzo Moíra Gonçalves

Acadêmica em Arquitetura e Urbanismo

Fernanda Maria Capitão Vigiário Marchi

Acadêmica em Engenharia Civil

Luísa Raquel Santos Motta

#### DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

Com base em uma leitura regional a ser realizada a partir do Diagnóstico Regional, será proposto um estudo de regionalização no âmbito da gestão dos resíduos sólidos. O Estudo tem como objetivo dotar os municípios dos instrumentos legais, técnicos e gerenciais necessários à implementação de um sistema de gestão regional e integrada dos resíduos sólidos, incluindo propostas de mecanismos e estratégias necessárias à implementação de uma política regional de gestão dos resíduos sólidos, levando em consideração as variáveis ambientais, sociais, culturais, abrangendo os aspectos técnicos, legais, organizacionais, de desenvolvimento institucional e mercadológico, considerando a participação da Prefeitura, do Governo Estadual e Federal, da iniciativa privada e das organizações da sociedade civil, com definição de atribuições e responsabilidades.

A metodologia e as técnicas utilizadas na execução das atividades, originando os produtos de cada uma das fases do Plano, estão em conformidade com o Termo de Referência emitido pelo CONDER.

Os serviços que foram realizados no desenvolvimento dos Planos Setoriais de Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS) e Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) dos municípios Fernandes Pinheiro, Guanabara, Inácio Martins, Itabouças, Itaí e Teófilo Soares, tem como objetivo:

Dotar os municípios dos instrumentos legais, técnicos e gerenciais necessários à implementação de um sistema integrado de gestão dos resíduos sólidos, abrangendo o planejamento, o licenciamento ambiental, a implantação e operação e o monitoramento do funcionamento das unidades componentes do sistema e que esses instrumentos atendam às necessidades locais, incluindo propostas de mecanismos e estratégias necessárias à implementação de uma política de gestão dos resíduos sólidos no âmbito local levando em consideração as variáveis ambientais, sociais, culturais, abrangendo os aspectos técnicos, legais, organizacionais, de desenvolvimento institucional e mercadológico, considerando a participação de Prefeitura, do Governo Estadual e Federal, da iniciativa privada e das organizações da sociedade civil, com definição de atribuições e responsabilidades.

Implantar a gestão de saneamento básico nos municípios citados, por intermédio da elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico - PMSB, diagnosticar o estado de salubridade ambiental da prestação dos serviços de saneamento básico e estabelecer a programação das ações e dos investimentos necessários para a universalização, com qualidade, destes serviços. Conseqüentemente, promover a saúde, a qualidade de vida e do meio ambiente, assim como organizar a gestão e estabelecer as condições para a prestação dos serviços de saneamento básico, de forma a que cheguem a toda cidadã, integralmente, sem interrupção e com qualidade.

#### 1. Escopo e Metodologia

Apresenta-se o escopo de execução das atividades, originando os produtos de cada uma das fases do Plano, em conformidade com o Termo de Referência emitido pelo CONDER. As fases e respectivos produtos produzidos são:





### PRODUTO 1 - Plano de Trabalho

**PGRS:** Pesquisa de campo no território de cada município, com o objetivo de identificar possíveis passivos ambientais georreferenciados, qualificar e quantificar os resíduos gerados, efetuar um levantamento das rotas de coleta, apanhar informações sobre o custo do sistema de manejo de resíduos e dos grandes geradores eventualmente situados no âmbito local.

**PMSB:** O Plano de Trabalho deverá conter todas as definições, especialmente aquelas previstas da reunião inicial a ocorrer entre a Equipe de Fiscalização da Contratante (Grupo de Acompanhamento do PMSB) e a Equipe da Contratada.

Nesta etapa foi realizada primeira Reunião Técnica, com intuito de explicar sobre o trabalho desenvolvido e levantar apontamentos dos técnicos representantes dos municípios envolvidos nos Planos Setoriais.

### PRODUTO 2 - Plano de Mobilização Social

**PGRS:** Construção de um diagnóstico compreendendo os aspectos físicos e bióticos, a geologia, a geografia e geomorfologia, a climatologia (temperatura, pluviométrico, umidade do ar), a hidrologia e hidrogeologia, os principais ecossistemas (vegetação e fauna), a aspectos sociais, econômicos e de infraestrutura local.

**PMSB:** Plano de Mobilização Social

- Definição do processo de mobilização e participação social que defina a cronologia das etapas subsequentes e as metodologias de implantação das atividades iniciando a Conferência Municipal de Saneamento;
- Comunicação social - divulgação do processo, formas e canais de comunicação, formas de estimular a participação da sociedade no processo de planejamento, fiscalização e regulação dos serviços de saneamento básico.

### PRODUTO 3 - Diagnóstico da Situação da Prestação de Serviços de Saneamento Básico

**PGRS:** Apresentação do diagnóstico do município com a versão preliminar do PMGIRS para a equipe técnica responsável em cada município.

**PMSB:** Diagnóstico da situação da prestação dos serviços de saneamento básico e seus impactos nas condições de vida e no ambiente natural, caracterização institucional da prestação dos serviços e capacidade econômico-financeira e de endividamento do município

- Caracterização geral do município;
- Situação Institucional;
- Situação econômico-financeira;
- Sistema de abastecimento de água;
- Sistema de esgotamento sanitário;
- Serviços de manejo de águas pluviais e drenagem urbana;
- Desenvolvimento urbano e habitação;
- Meio ambiente e recursos hídricos;
- Saúde.

### PRODUTO 4 - Prognóstico e alternativas para a Universalização dos Serviços de saneamento básico

**PGRS:** Apresentação do PMGIRS em Audiência Pública.

**PMSB:** Prognósticos e alternativas para universalização dos serviços de saneamento básico.



#### Objetivos e Metas:

- a) Modelo de gestão dos serviços de saneamento básico;
- b) Definição de premissas e critérios para os cenários futuros;
- c) Projeções de demanda de serviços públicos de saneamento básico para:
  1. Sistema de abastecimento de água;
  2. Sistema de esgotamento sanitário;
  3. Serviços de manejo de águas pluviais e drenagem urbana;
- d) Modelo de fiscalização e regulação dos serviços locais de saneamento básico;
- e) Estimativa das Demandas por serviços de saneamento básico para todo o período do PMSB;
- f) Definição de responsabilidades dos serviços de saneamento básico tratados no PMSB;
- g) Alternativas para o atendimento das demandas dos 4 (quatro) eixos dos serviços de saneamento básico para atendimento das carências existentes, de acordo com a Lei nº 11.445/07;
- h) Objetivos e metas pretendidas com a implantação do PMSB;
- i) Análise da viabilidade técnica e econômico-financeira da prestação dos serviços considerando os cenários dos objetivos, metas, programas, projetos e ações.

PRODUTO 5 – Concepção, para os 4 (quatro) eixos dos serviços de saneamento básico, dos programas, projetos e ações necessárias para atingir os objetivos e as metas do PMSB e definição das ações para emergência e contingência

PGRS: Revisão final do plano.

PMSB: Concepção, para os 4 (quatro) eixos dos serviços de saneamento básico, dos programas, projetos e ações necessárias para atingir os objetivos e as metas do PMSB e definição das ações para emergência e contingência.

- a) Ações imediatas;
- b) Ações prioritárias;
- c) Programação das ações do PMSB;
- d) Cronograma da implantação das ações estabelecidas para o PMSB;
- e) Mecanismos para a avaliação sistemática da eficácia, eficiência e efetividade das ações programadas;
- f) Atendimento de demandas temporárias;
- g) Atendimento e operação em situações críticas;
- h) Planejamento de planos de riscos para garantia da segurança da água.

PRODUTO 6 – Estabelecimento, para os 4 (quatro) eixos dos serviços de saneamento básico, mecanismos e procedimentos de controle social e dos instrumentos para o monitoramento e avaliação sistemática da eficiência, eficácia e efetividade das ações programadas

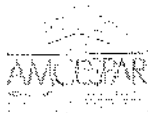
PGRS: Consolidação do plano.

PMSB: Estabelecimento, para os 4 (quatro) eixos dos serviços de saneamento básico, mecanismos e procedimentos de controle social e dos instrumentos para o monitoramento e avaliação sistemática da eficiência, eficácia e efetividade das ações programadas.

- a) Propostas de arranjos institucionais e gerenciais;
- b) Indicadores de interesse para acompanhamento das metas;
- c) Critérios para avaliação dos resultados do PMSB e suas ações;
- d) Estruturação local da fiscalização e da regulação no âmbito da Política de Saneamento Básico, bem como para acompanhamento das ações do PMSB.



*[Handwritten signature]*



Certidão nº 461878/2018 - 29/08/2018, 13:03 - Chave de Impressão: 89YZCB5Y9W6658ZCZ700  
O atestado neste ato registrado foi emitido em 29/08/2018, e contém 7 folhas

**PRODUTO 7 - Relatório do Plano Municipal de Saneamento Básico**

PGRS: Compatibilização com o Produto Final da PARTE II, referente ao Saneamento Básico.

PMSB: Relatório do Plano Municipal de Saneamento Básico.

- a) Relatório síntese do PMSB para distribuição aos participantes representantes de entidades não pertencentes à administração pública;
- b) Conferência Municipal de saneamento para apreciação do PMSB (deve incluir análise das propostas apresentadas pela sociedade civil para incorporação ou não ao texto do PMSB);
- c) Minuta do PMSB, para a apreciação da contratante;
- d) Relatório final consolidado do Plano Municipal de Saneamento Básico, contemplando todas as etapas e produtos desenvolvidos nos 04 (quatro) componentes do PMSB.
- e) Proposta de anteprojeto de lei ou de minuta de decreto para aprovação do Plano Municipal de Saneamento Básico

**Reuniões Técnicas, Oficinas Comunitárias e Conferência Municipal**

Ao longo de toda a elaboração do plano, a mobilização social e o processo participativo dos cidadãos foram fundamentais na construção dos Planos Setoriais. Foram realizadas audiências públicas, reuniões técnicas, oficinas comunitárias e a conferência municipal, para formação e apresentação dos produtos que contemplam os Planos. Nestes eventos também realizou-se a validação e aprovação dos produtos elaborados.

**Audiências Públicas**

Realização de Audiências Públicas para apresentar o diagnóstico da situação atual e os Programas, Projetos e Ações desenvolvidos nos Planos.


**Reuniões técnicas**


As reuniões técnicas foram realizadas ao longo do processo de elaboração dos Planos.


**FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS**

Este atestado foi emitido por solicitação da empresa ECOTÉCNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA. A emissão desse atestado substitui todos os demais documentos correlatos já emitidos ou fornecidos.

Curitiba, 20 de janeiro de 2017.

  
HELIO REGINA JULLIUS FENKER  
Presidente do CONDER

  
DIÓGENES DÍTRICH - Nº DO CAU A 86747 - 0  
Responsável Técnico da Intervenção Fiscal  
AMCESPAR/CONDER

  
Luiz Vanderlei Kawas  
Secretário Executivo  
AMCESPAR/CONDER

Este documento encontra-se registrado no Conselho de Arquitetura e Urbanismo, vinculado a Certidão De Aterno Técnico Com Atestado nº 461878, emitida em 29/08/2018



**Conselho de Arquitetura e Urbanismo**  
**CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO COM ATESTADO**  
 Lei Nº 12378 de 31 de Dezembro de 2010

**CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO COM ATESTADO**

**Nº 0000000465391**



20180000465391

Validade: Indeterminada

CERTIFICAMOS, para os devidos fins, que consta em nossos arquivos o registro de Acervo referente ao(s) Registro(s) de Responsabilidade Técnica - RRTs abaixo discriminado(s):

**DADOS DO PROFISSIONAL**

Profissional: SANDRA MAYUMI NAKAMURA

Título do Profissional: Arquiteto e Urbanista

Data de obtenção do título: 03/02/1999

Registro Nacional: 000A285471

Data de Registro: 04/02/1999

Validade: Indefinida

**DADOS DOS REGISTROS DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA-RRT**

Número do RRT: 7414186

Tipo do RRT: SIMPLES

Registrado em: 10/09/2018

Forma de Registro: RETIFICADOR à 2600339

Participação Técnica: EQUIPE

Descrição: ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE GERENCIAMENTO INTEGRADO DE RESÍDUOS SÓLIDOS E PLANO MUNICIPAL DE DRENAGEM URBANA PARA A COMPLEMENTAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE DRENAGEM URBANA PARA COMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE SANEAMENTO BÁSICO EXIGIDO PELA LEI Nº 11.445/2007 E LEI Nº 12.305/ DO MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO OESTE/PR.

Empresa contratada: ECOTECNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA  
 CNPJ: 02.610.553/0001-91

**DADOS DO CONTRATO**

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE  
 CPF/CNPJ: 76381854000127

RUA JOÃO ORMINDO DE RESENDE

Nº 686

Complemento:

Cidade: CRUZEIRO DO OESTE

Bairro: CENTRO

UF: PR

CEP: 87400000

Contrato:

Celebrado em: 26/01/2012

Valor do Contrato: R\$ 30.000,00

Tipo do Contratante: Pessoa jurídica de direito público

Data de Início: 26/01/2012

Data de término da atividade: 05/05/2012

**ATIVIDADE TÉCNICA REALIZADA**

3.1 - COORDENAÇÃO E COMPATIBILIZAÇÃO DE PROJETOS , 1,00 un - unidade ;

**ENDEREÇO DA OBRA/SERVIÇO**

RUA João Ormindo de Resende

Nº 686

Complemento:

Bairro: Centro

Cidade: Cruzeiro do Oeste

UF: PR

CEP: 87400000

Coordenadas Geográficas: 0 0

**DESCRIÇÃO**

CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO COM ATESTADO

**INFORMAÇÕES IMPORTANTES**



**Conselho de Arquitetura e Urbanismo**  
**CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO COM ATESTADO**  
Lei Nº 12378 de 31 de Dezembro de 2010

**CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO COM ATESTADO**  
**Nº 0000000465391**

- Esta certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos
- Certificamos que se encontra vinculado à presente CAT o atestado apresentado em cumprimento à Lei nº 8.666/93, expedido pela pessoa jurídica contratante, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes. É de responsabilidade deste Conselho a verificação da atividade profissional em conformidade com a Lei nº 12.378/2010 e Resoluções do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR)
- A Certidão de Acervo Técnico (CAT) à qual o atestado está vinculado constituirá prova da capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver ou venha a ser integrado ao seu quadro técnico por meio de declaração entregue no momento da habilitação ou da entrega das propostas
- Certificamos, ainda, que nos termos do artigo 2º da Lei nº 12.378/2010 e artigos 2º e 3º da Resolução nº 21/2012-CAU/BR, esta Certidão é válida somente para os serviços condizentes com as atribuições profissionais acima discriminadas
- Em conformidade com o que determina o Art. 45 da Lei 12.378, toda realização de trabalho de competência privativa ou de atuação compartilhadas com outras profissões regulamentadas será objeto de Registro de Responsabilidade Técnica - RRT
- Válida em todo o território nacional.

Certidão nº 465391/2018  
Expedida em 19/09/2018, 13:04, Curitiba/PR, CAU/PR  
Chave de Impressão: 7CA4753924211040D1B9

*[Handwritten signatures and initials]*

0273





### ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins, que a empresa **ECOTÉCNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA**, com sede à Maria Rita das Chagas Lima, 317 – Curitiba-PR Bairro São Braz CEP 82300-330, inscrita no CNPJ 02.610.553/0001-91 tendo como responsável técnica a Arquiteta e Urbanista **SANDRA MAYUMI NAKAMURA**, carteira profissional CAUPR-A28547-1, prestou para o **MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO OESTE – ESTADO DO PARANÁ**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede junto à prefeitura Municipal, na Rua João Ormindo de Resende, 686, inscrito no CNPJ sob nº 76.381.854/0001-27, prestou para este órgão público através da equipe técnica abaixo identificada, os serviços referentes à **Elaboração do Plano Municipal de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos e Plano Municipal de Drenagem Urbana**, tendo demonstrado Capacidade Técnica no fornecimento dos mesmos, nada constando em nossos arquivos que a desabone.

#### CARACTERÍSTICAS DOS SERVIÇOS

Início dos serviços: 26/01/2012  
 Conclusão dos serviços: 05/05/2012  
 Objeto do contrato: ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE GERENCIAMENTO INTEGRADO DE RESÍDUOS SÓLIDOS E PLANO MUNICIPAL DE DRENAGEM URBANA PARA A COMPLEMENTAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE DRENAGEM URBANA PARA COMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE SANEAMENTO BÁSICO EXIGIDO PELA LEI Nº 11.445/2007 E LEI Nº 12.305/ DO MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO OESTE/PR.

#### EQUIPE TÉCNICA

Coordenação Geral	Engenheiro Civil Esp. Nilo Aihara	CREA-PR 8.040/D
Coordenação Geral	Arquiteta e Urbanista Esp. Sandra Mayumi Nakamura	CAUPR-A28547-1
Coordenação Técnica	Arquiteta e Urbanista Esp. Vanessa Boscaro Fernandes	CAUPR-A37721-0
Arquiteta e Urbanista	Letícia Schmidt Cardon de Oliveira	CAUPR – A46913-0
Biólogo	Luiz Gustavo Andreguatto	CRBic-PR 50.593/70
Oceanógrafo	Cássio Kiyonori	AOCEANO 2029
Acadêmico em Engenharia Ambiental		Hironi Umezawa
Acadêmico em Engenharia Ambiental		Renan Utri Andreguatto

#### DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

Dados do município de Cruzeiro do Oeste:  
 População Atual (Censo Demográfico IBGE 2010) 20.416 habitantes  
 População urbana projetada (ano de 2029) 23.855 habitantes  
 Geração atual de resíduo doméstico e comercial 205 ton/mês

#### LEVANTAMENTO DE DADOS E DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO ATUAL

Inicialmente ocorreu uma caracterização geral do município, mediante levantamento de informações bibliográficas (IBGE, IPARDES, AGUASPARANÁ, IAP, Prefeitura e outros), documentais municipais e in loco, acerca dos aspectos físicos ambientais, socioeconômicos, estrutura urbana e infraestrutura.

UP  
 Rua João Ormindo de Resende, 686  
 Cruzeiro do Oeste - Paraná  
 Fone: (41) 3676-8150



**CRUZEIRO DO OESTE**

Governo para todos

Foram levantadas, para posterior análise, as condições atuais de limpeza do município, por meio de visitas técnicas, entrevistas, ensaios de campo e informações da equipe responsável por este tipo de serviço.

Igualmente foi identificado o sistema de coleta de resíduos do município, bem como o transporte, características dos resíduos sólidos coletados, sistema de tratamento utilizado e disposição final, custos, receitas e avaliação dos serviços prestados, detalhando, para cada tipo de resíduo gerado, o manejo existente, e quando possível, conferindo com as regulamentações/normas existentes nas esferas de governo (federal, estadual e municipal). Após esta identificação foram obtidos a produção *per capita* de Resíduo Doméstico (relaciona a quantidade de resíduos urbanos gerada diariamente e o número de habitantes do município) e a estimativa da quantidade de resíduos gerados utilizando taxas de projeção populacional.

Nas questões relativas à Drenagem Urbana foram levantados dados da

Ainda, foram identificados os aspectos legais (leis e normas ambientais necessárias para o processo da gestão de resíduos sólidos e saneamento) e as estruturas municipais: administrativa organizacional; estrutura orçamentária e financeira; e a previsão orçamentária de receitas e despesas municipais.

Complementando o diagnóstico, foram identificados os programas e ações existentes no município no que diz respeito aos resíduos e meio ambiente (educação ambiental), além de identificar os aspectos sociais através da coleta informal (catadores) e identificação da existência de grupos organizados por meio de associações/cooperativas.

#### Caracterização Física dos Resíduos Sólidos Domésticos

As características físicas foram determinadas através de sua composição qualitativa. A partir desta constituição foi possível aferir os valores essenciais para o estudo e a destinação final, da recuperação de resíduos, do dimensionamento de usinas de tratamento, reaproveitamento e entre outros. É para um correto prognóstico de cenários futuros foi indispensável determinar principalmente a composição gravimétrica, o peso específico e a produção diária *per capita* dos resíduos sólidos urbanos gerados no município de Cruzeiro do Oeste. Esta composição gravimétrica permitiu traçar estudos de caracterização do município, de potencial de reciclagem e compostagem, dentre outras análises.

Para tal, utilizou-se de metodologia definida com base em diretrizes da NBR 10007:2004 – Amostragem de Resíduos Sólidos e de outras bibliografias relacionadas.

Por fim, com base nos dados obtidos nos levantamentos foi realizada a análise e identificação do perfil do município que serviu de base para a elaboração do Plano de Gerenciamento Integrado de Resíduos a partir de diretrizes específicas.

#### PLANO DE GERENCIAMENTO INTEGRADO DE RESÍDUOS – PROPOSIÇÕES

O Plano de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos do município de Cruzeiro do Oeste foi elaborado visando à administração/gerenciamento dos resíduos por meio de um conjunto integrado de ações normativas, operacionais, financeiras e de planejamento que levou em consideração os aspectos referentes à sua geração, segregação, acondicionamento, coleta, armazenamento, transporte, tratamento e disposição final, de forma a atender aos requisitos ambientais e de saúde pública.

O PGIRS também foi elaborado de acordo com os critérios estabelecidos pelos órgãos de meio ambiente e sanitários federal, estadual e municipal e com base nas análises dos levantamentos realizados no diagnóstico, elaborando um cenário antecipado que visa a tendência da configuração do sistema de limpeza pública de Cruzeiro do Oeste.

O PGIRS do município de Cruzeiro do Oeste teve como objetivos principais:

- Minimizar a geração de resíduos;
- Manter o município limpo por um sistema de coleta seletiva e transporte adequado, tratando o resíduo sólido com tecnologias compatíveis com a realidade local;
- Interligar todas as ações e operações do gerenciamento, influenciando umas as outras. Assim, uma coleta mal planejada encarece o transporte; um transporte mal dimensionado gera prejuízos e reclamações e prejudica o tratamento e a disposição final do resíduo; tratamento mal dimensionado não atinge os objetivos propostos, e disposições inadequadas causam sérios impactos ambientais;

Rua João Ormindo de Rezende, 686  
Cruzeiro do Oeste - Paraná  
Fone: (44) 3676-8150

12150

Certidão nº 465391/2018 - 19/09/2018, 13:04 - Chave de Impressão: 7CA4753924Z11040D1B9  
O Alastado neste ato registrado foi emitido em 19/09/2018, e contém 7 fo has



Este documento encontra-se registrado no Conselho de Arquitetura e Urbanismo, vinculado a Certidão De Ato Técnico Com Alastado nº 465391, emitida em 19/09/2018

0275



- Garantir o destino ambiental correto e seguro para o resíduo sólido;
- Conceber o modelo de gerenciamento do município, levando em conta que a quantidade e a qualidade do resíduo gerado em uma dada localidade decorrem do tamanho da população e de suas características socioeconômicas e culturais, do grau de urbanização e dos hábitos de consumo vigentes;
- Manter a conscientização da população para separar materiais recicláveis;
- Organizar os catadores de materiais recicláveis em associação/cooperativa adequada a atender à coleta do material oferecido pela população e comercializá-lo junto às fontes de beneficiamento.

Baseado nos objetivos teve-se as seguintes proposições:

**COLETA DOMICILIAR E COMERCIAL**

- Setores e Rotas de Coleta Domiciliar e Comercial: Definição de alguns ajustes em traçados, direções e sentidos nas rotas de coleta domiciliar e comercial, procurando otimizá-las, bem como a sua ampliação em virtude da implantação de novos parcelamentos na sede urbana do município, sendo apresentado através de mapeamento georreferenciado;
- Acondicionamento e Disposição para a Coleta: Medidas e cuidados que devem ser tomados pelo gerador que compreende a coleta interna, acondicionamento e armazenamento adequados com vistas a facilitar, otimizar e propor maior segurança no processo de acondicionamento e coleta dos resíduos;
- Frequência da Coleta: Determinação da frequência e turnos das coletas domiciliar e comercial;
- Frota de Veículos: Determinação da frota de veículos baseado na projeção populacional e projeção da produção de resíduos sólidos no município (quantitativo e modelos de veículos);
- Equipe de Trabalho: Determinação da equipe de trabalho através dos setores de coleta, turnos e frota de veículos;
- Procedimentos de Controle, Monitoramento e Fiscalização: Definição dos procedimentos de Controle, Monitoramento e Fiscalização;
- Destinação Final: Definição de ações para aperfeiçoar, ampliar os mecanismos de disposição final dos resíduos sólidos no município (infraestrutura do aterro sanitário, mecanismos de desenvolvimento limpo – MDL, aproveitamento energético do biogás);
- Usinas de Triagem e Compostagem: Alternativas eficientes para minimizar a geração de resíduos e maximizar a vida útil de aterros sanitários, tais como Usinas de Triagem e Compostagem, contemplando diretrizes de local de implantação, instalações e infraestrutura, bem como estimativas de investimentos;
- Procedimentos que deverão ser adotados pela Prefeitura Municipal e pelos Pequenos e Grandes Geradores;

**COLETA SELETIVA**

- Setores e Rotas da Coleta Seletiva: Da mesma forma, seguem as proposições para a coleta seletiva (setores e rotas de coleta, frequência e turnos, frota de veículos e equipe de trabalho, destinação final, estabelecimentos de triagem e comércio de resíduos recicláveis);
- Campanhas para os coletores informais (catadores) visando a melhoria no modo de produção de sua renda e inclusão social; realização de cadastramento desses coletores informais; e medidas de orientação, capacitação e inclusão;

**LIMPEZA DE LOGRADOUROS PÚBLICOS (VARRIÇÃO, PODA E CAPINA)**

- Varrição: Medidas e ações para melhoria e ampliação no sistema de Limpeza de logradouros públicos (Varrição, Poda e Capina);
- Implantação de lixeiras públicas;
- Lavagem de vias e logradouros; Limpeza de Feitas Livres; Poda, Capina e Roçada; Remoção de animais mortos;

Rua João Ormino de Rezende, 686  
Cruzeiro do Oeste - Paraná  
Fone: (44) 3676-8150

Certidão nº 465391/2018 - 19/09/2018 - 13:04 - Chave de Impressão: 7CA4753924Z:1040D1B9  
O atestado neste ato registrado foi emitido em 19/09/2018, e contém: 7 folhas



Este documento encontra-se registrado no Conselho de Arquitetura e Urbanismo, vinculado a Certidão De Acevvo Técnico Com Atestado nº 465391, emitida em 19/09/2018



## CRUZEIRO DO OESTE

Governo para todos

- Pintura de guias;
- Limpeza de Bocas-de-lobo, Galerias e Córregos;

### RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL

- Legislação Federal, Estadual e Municipal: Aperfeiçoamento e adequações no manejo de resíduos da construção civil;
- Definição de responsabilidades;
- Destinação final: reutilização de entulhos, Usina de Reciclagem de Resíduos da construção Civil; Áreas de bota-fora;

### RESÍDUOS DO SERVIÇO DE SAÚDE

- Legislação referente aos serviços de saúde, serviços funerários, resíduos perigosos, eletroeletrônicos e industriais;
- Responsabilidades das Unidades Públicas, Particulares e Prestadoras de Serviço Terceirizado de Saúde de acordo com as normas legais vigentes;
- Planos de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde – PGRSS;
- Resíduos Funerários;

### RESÍDUOS PERIGOSOS e INDUSTRIAIS

- Legislação Federal, Estadual e Municipal;
- Responsabilidades dos Fabricantes, Gerados e Poder Público;

### EDUCAÇÃO AMBIENTAL

- Determinação de Programas de Educação Ambiental visando a conscientização e, conseqüentemente, a integração da população na gestão dos resíduos sólidos, por meio da sensibilização e da dilusão de conhecimentos;
- Definição de um Plano Social compreendendo questões de Higiene e Segurança do Trabalho na Limpeza Pública;

### CENTRAL DE ATENDIMENTO E INFORMAÇÕES – CANAL DE COMUNICAÇÃO

- Adequação e aperfeiçoamento da estrutura administrativa e legislativa.

### PLANO MUNICIPAL DE DRENAGEM URBANA (PMDU)

O Plano Municipal de Drenagem Urbana (PMDU) tem o intuito de criar um conjunto de diretrizes que determinam de gestão do sistema de drenagem, cujo objetivo é minimizar o impacto ambiental relacionados com o escoamento das águas pluviais, dos rios e córregos em áreas urbanas. Deve priorizar as medidas não estruturais, incluir a participação pública, ser definido por sub-bacias urbanas e ser integrado aos outros planos municipais.

Objetiva ser o instrumento de planejamento orientador do poder executivo não só nas questões pontuais como inundações, mas também nas medidas de macrodrenagem como contenções de encostas e cabeceiras.

Este planejamento visa também evitar perdas econômicas, melhorar as condições de saneamento e qualidade do meio ambiente da cidade, dentro de princípios econômicos, sociais e ambientais definidos em estudos de planejamento urbano como o Plano Diretor de Municipal.

O processo de urbanização traz alterações antrópicas quando, geralmente, ocorrem os seguintes impactos:

- incremento das vazões devido ao aumento da concentração do escoamento através de galerias e canais e impermeabilização das superfícies;

Rua João Ormino de Rezende, 686  
Cruzeiro do Oeste - Paraná  
Fone: (44) 3676-8150

Certidão nº 465391/2018 - 19/09/2018 - 13:04 - Chave de Impressão: 7C0A4753924Z110400189  
O atestado neste ato registrado foi emitido em : 9/09/2018 e contém 7 folhas

Este documento encontra-se registrado no Conselho de Arquitetura e Urbanismo, vinculado a Certidão De Aprove Técnico Com Atestado nº 465391, emitida em 19/09/2018



**CRUZEIRO DO OESTE**  
Governo para todos

- incremento do carreamento de sedimentos devido à desproteção das superfícies e à produção de resíduos sólidos;
- redução da qualidade da água superficial e subterrânea, devido ao transporte de material sólido pelas vias pavimentadas e às ligações indevidas de esgoto sanitário no sistema pluvial;

Além disso, outros impactos ocorrem quando a infra-estrutura urbana é implantada de forma não planejada como:

- obras de arte e aterramento para implantação de estradas sem a implantação de bueiros;
- redução de seção do talvegue por aterros;
- disposição inadequada de resíduos sólidos provocando a obstrução de rios, canais e condutos por sedimentos;
- projetos e obras de drenagem subdimensionados;

**MEDIDAS PARA GESTÃO E CONTROLE DA DRENAGEM URBANA**

- Medidas Estruturais e Não Estruturais;
- Medidas de correção e/ou prevenção;
- Medidas de planejamento e regulação;

**PRODUTOS DO PMDU**

- Proposta de regulamentação;
- Plano de Controle;
- Programas e plano de Ação;
- Avaliação das Ações;
- Ações para emergências e Contingências;
- Manual de Drenagem;
- Programa de Educação Ambiental;

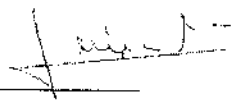
**PROCESSO PARTICIPATIVO - REUNIÕES E OFICINAS TÉCNICAS**

Para definição e aprovação de todas as questões propostas para o Plano de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos e Plano Diretor de Drenagem Urbana foram realizadas reuniões e oficinas técnicas durante todo o processo de sua elaboração.




**FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS**

Este atestado foi emitido por solicitação da empresa ECOTÉCNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA. A emissão desse atestado substitui todos os demais documentos correlatos já emitidos ou fornecidos.

Cruzeiro do Oeste, 24 de março de 2014

  
\_\_\_\_\_  
Valtter Pereira da Rocha  
Prefeitura Municipal de Cruzeiro do Oeste

Rua João Ormino de Rezende, 686  
Cruzeiro do Oeste - Paraná  
Fone: (44) 3676-8150

Certidão nº 465391/2018 - 19/09/2018, 13:04 - Chave de Impressão: 7CA475392421104001B9  
 O atestado neste ato registrado foi emitido em 19/09/2018, e contém 7 folhas



Este documento encontra-se registrado no Conselho de Arquitetura e Urbanismo, vinculado à  
 Certidão De Acervo Técnico Com Atestado nº 465391, emitida em 19/09/2018

**ECOTÉCNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA- EPP  
DÉCIMA-SEGUNDA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL  
CNPJ Nº 02.610.553/0001 - 91**

**SANDRA MAYUMI NAKAMURA**, brasileira, solteira, maior, Arquiteta, natural de Curitiba/PR, nascida em 20.12.1974, portadora da Cédula de Identidade RG nº 1.449.396-4 expedida pelo Instituto de Identificação do Estado do Paraná e do CPF/MF nº 030.228.409-50, residente e domiciliada no Município de Curitiba, Estado do Paraná, à Rua Homero Camargo de Oliveira, nº 330, Bairro de São Braz, CEP nº 82.320-470; **MARCIA VALERIA SANTOS BARBOSA**, brasileira, solteira, maior, Advogada, natural de Jandaia do Sul/PR, nascida em 14.09.1973, portadora da Carteira Nacional de Habilitação-CNH nº 01986434530, expedida pelo DETRAN-PR em 12.03.2013 e do CPF/MF nº 016.935.809-7, 7 domiciliada e residente à Rua Sanito Rocha, nº 135 - apto 1401, Bairro Cristo Rei, no Município de Curitiba, Estado do Paraná, CEP nº 80.050-380; sócias componentes da sociedade mercantil que gira sob a denominação social de **ECOTÉCNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA - EPP**, estabelecida à Rua Maria Rita das Chagas Lima, nº 317, Bairro São Braz, no Município de Curitiba, Estado do Paraná, CEP nº 82.300-330; tendo o seu contrato social arquivado na M.M.Junta Comercial do Estado do Paraná sob o nº 41203925606, por despacho em sessão de 18.06.1998, e alterações de contrato social arquivadas sob o nº 991.979.621, por despacho em sessão de 07.10.1999, nº 992.733.294 por despacho em sessão de 23.12.1999, nº 2001.04894.44 por despacho em sessão de 20/03/2001; nº 2001.09090.36 por despacho em sessão de 15.05.2001; nº 200.207.424.95 por despacho em sessão de 05.04.2002; nº 2004.40323.66 por despacho em sessão de 23.12.2004; nº 2005.18928.12 por despacho em sessão de 02.06.2005; nº 2009.87156.31 por despacho em sessão de 21.12.2009, nº 2014.38623.16 por despacho em sessão de 30.07.2014; 2014.68995.55 por despacho em sessão de 12.17.2014 e nº 2016.07828.99 por despacho em sessão de 22.09.2016; resolvem pelo presente instrumento particular de Alteração de Contrato Social, modificar seu contrato primitivo de acordo com as cláusulas e condições seguintes.

**CLÁUSULA PRIMEIRA:** A Atividade social da Sociedade passa a partir desta data ter o seguinte objeto: *Elaboração de estudos, planos, programas e projetos na área de meio ambiente (ELABORAÇÃO DE ESTUDOS, PLANOS, PROGRAMAS E PROJETOS NA ÁREA DE MEIO AMBIENTE (ELABORAÇÃO DE ESTUDOS, PLANOS, PROGRAMAS E PROJETOS NA ÁREA DE MEIO AMBIENTE) (70.20-4/00-00); Planejamento urbano e regional (70.20-4/00-00); Estudos na área social (trabalhos técnicos sociais, levantamentos sócio-econômicos e de realocação de famílias), (70.20-4/00-00); Estudos demográficos e populacionais (74.90-1/99-00); Elaboração de cenários (74.90-1/99-00); Estudos na área de regularização fundiária, levantamentos de campo, assistência jurídica urbanística e jurídica ambiental (74.90-1/99-00); Elaboração de estudos e projetos jurídicos e de educação ambiental (70.20-4/00-00); Mapeamentos, geoprocessamentos e adequação de bases cartográficas (74.90-1/99-00); Realização de treinamentos e cursos de capacitação (85.99-6/04-00); Realização*

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARANÁ - SEDE

CERTIFICO O REGISTRO EM 26/12/2016 15:33 SOB Nº 20168026953.  
PROTOCOLO: 168026953 DE 21/12/2016. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:  
11603022994, NIRE: 41203925606.  
ECOTÉCNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA - EPP



Libertad Bogus  
SECRETÁRIA-GERAL  
CURITIBA, 26/12/2016  
www.empresafacil.pr.gov.br

**ECOTÉCNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA- EPP**  
**DÉCIMA-SEGUNDA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL**  
**CNPJ Nº 02.610.553/0001 – 91**

e participação de eventos como: audiências públicas seminários, consultas públicas congressos, workshops, entre outros (85.50-3/02-00); Elaboração de projetos arquitetônicos e complementares (71.11-1/00-00); Administração de Obras (43.99-1/01-00); Atividades Paisagísticas (81.30-3/00-00); Elaboração de Projetos de Sistemas de Abastecimento de Água, Sistemas de Coleta e Tratamento de Esgoto Sanitário, Sistemas de Drenagem e Manejo de Águas Pluviais (71.12-0/00-00); Elaboração de Projetos de Aterros Sanitários (71.12-0/00-00); Gerenciamento e manejo de resíduos sólidos, águas pluviais e recursos hídricos (71.12-0/00-00); Recuperação de Áreas Degradadas (74.90-1/99-00); Auditoria Ambiental (70.20-4/00-00); Avaliações Ambientais (contaminação de solo, ar, água e ruídos), (74.20-4/00-00); Avaliações de Imóveis e Áreas (74.90-1/99-00); Elaboração de laudos (70.20-4/00-00); Serviços de topografia ou planialtimetria (74.90-1/99-00); Serviços de batimetria (no mar) (74.90-1/99-00); Serviços de oceanografia e gestão costeira (74.90-1/99-00); Consultoria Técnica Específica (74.90-1/99-00); Teste e análises Técnicas (71.20-1/00-00); Atividades de Consultoria em Gestão empresarial (70.20-4/00-00); Atividades de Recreação e Lazer (85.50-3/02-00).

**CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL**

**ECOTÉCNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA - EPP**  
**CNPJ Nº 02.610.553/0001 – 91**  
**NIRE nº 412.039.256.06**

**SANDRA MAYUMI NAKAMURA**, brasileira, solteira, maior, Arquiteta, natural de Curitiba/PR, nascida em 20.12.1974, portadora da Cédula de Identidade RG nº 1.449.396-4 expedida pelo Instituto de Identificação do Estado do Paraná e do CPF/MF nº 030.228.409-50, residente e domiciliada no Município de Curitiba, Estado do Paraná, à Rua Homero Camargo de Oliveira, nº 350, Bairro de São Braz, CEP nº 82.320-470 e **MARCIA VALERIA SANTOS BARBOSA**, brasileira, solteira, maior, Advogada, natural de Jandaia do Sul/PR, nascida em 14.09.1973, portadora da Carteira Nacional de Habilitação-CNH nº 01086434530, expedida pelo DETRAN-PR em 12.03.2013 e do CPF/MF nº 016.935.809-7, 7 domiciliada e residente à Rua Sanito Rocha, nº 135 apto 1401, Bairro Cristo Rei, no Município de Curitiba, Estado do Paraná, CEP nº 80.050-380; sócias componentes da sociedade empresaria que gira sob a denominação social **ECOTÉCNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA - EPP**, com sua sede a Rua Maria Rita das Chagas Lima, nº 317, Bairro São Braz, no Município de Curitiba, Estado do Paraná, CEP nº 82.300-330; Tendo o seu contrato social arquivado na M.M.Junta Comercial do Estado do Paraná sob o nº 412.039.256.06 por despacho em sessão de 18.06.1998; Resolvem consolidar seu Contrato Social de acordo com as cláusulas abaixo: Resolvem consolidar seu Contrato Social de acordo com as cláusulas abaixo:



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARANÁ - SEDE

CERTIFICO O REGISTRO EM 26/12/2016 15:33 SOB Nº 20168026953.  
 PROTOCOLO: 168026953 DE 21/12/2016. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:  
 11603022994. NIRE: 41203925606.  
 ECOTECNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA - EPP

Libertad Bogus  
 SECRETÁRIA-GERAL  
 CURITIBA, 26/12/2016  
[www.empresafacil.pr.gov.br](http://www.empresafacil.pr.gov.br)

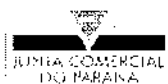
**ECOTÉCNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA - EPP**  
**DÉCIMA-SEGUNDA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL**  
**CNPJ Nº 02.610.553/0001 - 91**

**CLÁUSULA PRIMEIRA:** A sociedade girará sob a denominação social de **ECOTÉCNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA - EPP**, e terá sua sede Rua Maria Rita das Chagas Lima, nº 317, Bairro São Braz, no Município de Curitiba, Estado do Paraná, CEP nº 82.300-330.

**CLÁUSULA SEGUNDA:** A Atividade social da Sociedade é a seguinte objeto: *Elaboração de estudos, planos, programas e projetos na área de meio ambiente (EIA-RIMA, RAP, EIV, PGRS PMSB, PCA, RAS, EVTA, EVTE, entre outros (70.20-4/00-00); Planejamento urbano e regional (70.20-4/00-00); Estudos na área social (trabalhos técnicos sociais, levantamentos sócio-econômicos e de realocação de famílias), (70.20-4/00-00); Estudos demográficos e populacionais (74.90-1/99-00); Elaboração de cenários (74.90-1/99-000); Estudos na área de regularização fundiária, levantamentos de campo, assistência jurídica urbanística e jurídica ambiental (74.90-1/99-00); Elaboração de estudos e projetos turísticos e de educação ambiental (70.20-4/00-00); Mapeamentos, geoprocessamentos e adequação de bases cartográficas (74.90-1/99-00); Realização de treinamentos e cursos de capacitação (85.99-6/04-00); Realização e participação de eventos como: audiências públicas seminários, consultas públicas congressos, workshops, entre outros (85.50-3/02-00); Elaboração de projetos arquitetônicos e complementares (71.11-1/00-00); Administração de Obras (43.99-1/01-00); Atividades Paisagísticas (81.50-3/00-00); Elaboração de Projetos de Sistemas de Abastecimento de Água, Sistemas de Coleta e Tratamento de Esgoto Sanitário, Sistemas de Drenagem e Manejo de Águas Pluviais (71.12-0/00-00); Elaboração de Projetos de Aterros Sanitários (71.12-0/00-00); Gerenciamento e manejo de resíduos sólidos, águas pluviais e recursos hídricos (71.12-0/00-00); Recuperação de Áreas Degradadas (74.90-1/99-000); Auditoria Ambiental (70.20-4/00-00); Avaliações Ambientais (contaminação de solo, ar, água e ruídos), (74.20-4/00-00); Avaliações de Imóveis e Áreas (74.90-1/99-00); Elaboração de laudos (70.20-4/00-00); Serviços de topografia ou planialtimetria (74.90-1/99-00); Serviços de batimetria (no mar) (74.90-1/99-00); Serviços de oceanografia e gestão costeira (74.90-1/99-00); Consultoria Técnica Específica (74.90-1/99-00); Teste e análises Técnicas (71.20-1/00-00); Atividades de Consultoria em Gestão empresarial (70.20-4/00-00); Atividades de Recreação e Lazer (85.50-3/02-00).*

**CLAUSULA TERCEIRA:** O prazo de duração da sociedade é por tempo indeterminado, tendo iniciado suas atividades em data de 16 de Agosto de 1998.

**CLÁUSULA QUARTA:** A sociedade continua podendo abrir e fechar filiais em qualquer localidade do território nacional, atendendo aos seus interesses.



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARANÁ - SEDE

CERTIFICO O REGISTRO EM 26/12/2016 15:33 SOB Nº 20168026953.  
 PROTOCOLO: 168026953 DE 21/12/2016. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:  
 11603022994. NIRE: 41203925606.  
 ECOTECNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA - EPP

Libertad Bogus  
 SECRETÁRIA-GERAL  
 CURITIBA, 26/12/2016  
[www.empresafacil.pr.gov.br](http://www.empresafacil.pr.gov.br)



**ECOTÉCNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA- EPP**  
**DÉCIMA-SEGUNDA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL**  
**CNPJ Nº 02.610.553/0001 - 91**

**CLÁUSULA QUINTA:** O Capital Social totalmente integralizado em moeda corrente do país, neste ato, na importância de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) divididos em 300.000 (trezentas mil) quotas, no valor de R\$ 1,00 (Um real) cada uma, integralizados da seguinte forma pelos sócios: **SANDRA MAYUMI NAKAMURA**, com 291.000 (duzentos e noventa e uma) quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalizando R\$ 291.000,00 (duzentos e noventa e um mil reais), em moeda corrente do país, neste ato e **MARCIA VALERIA SANTOS BARBOSA**, com 9.000 (nove mil) quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalizando R\$ 9.000,00 (nove mil reais), em moeda corrente do país, neste ato; fica assim demonstrado:

<b>SÓCIO</b>	<b>QUOTAS</b>	<b>VALOR UNITÁRIO</b>	<b>CAPITAL/R\$</b>
<b>SANDRA MAYUMI NAKAMURA</b>	291.000	1,00	291.000,00
<b>MARCIA VALERIA SANTOS BARBOSA</b>	9.000	1,00	9.000,00
<b>TOTAL</b>	300.000		300.000,00

**CLÁUSULA SEXTA:** A responsabilidade dos sócios é limitada a importância total do Capital Social, nos termos do artigo 1052 da lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002.

**CLÁUSULA SÉTIMA:** A Sociedade será administrada pela sócia **SANDRA MAYUMI NAKAMURA**, com poderes de Administrador, ao qual competirá, individualmente o uso da firma e a representação Ativa e Passiva, judicial e extrajudicial da sociedade, com toda a amplitude de poderes necessária ao bom cumprimento do mandato, sendo-lhes, entretanto vedado o seu emprego sob quaisquer pretexto ou modalidade em operações estranhas ao objetivo social, especialmente a prestação de avais, endossos, fianças ou cauções de favor, mesmo que em favor de um dos sócios quotistas ou de terceiros. (art. 997; 1013; 1015; 1064, da Lei 10.406/02).

**CLÁUSULA OITAVA:** O administrador está dispensado de prestar caução, bem como, fará jus a uma remuneração mensal, a título de pró-labore, que será fixada de comum acordo entre os sócios que representem a maioria do capital social, dentro dos limites previstos na Legislação; o administrador declaram sob as penas da Lei, que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por Lei especial, que não está praticou crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o Sistema Financeiro Nacional, contra as Normas de defesa de concorrência, contra a relações de consumo, a fé pública ou a propriedade (art. 1011, § 1º, CC2002)

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARANÁ - SEDE

CERTIFICO O REGISTRO EM 26/12/2016 15:33 SOB Nº 20168026953.  
 PROTOCOLO: 168026953 DE 21/12/2016. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:  
 11603022994. NIRE: 41203925606.

ECOTÉCNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA - EPP



Libertad Bogus  
 SECRETÁRIA-GERAL  
 CURITIBA, 26/12/2016  
 www.empresafacil.pr.gov.br

**ECOTÉCNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA- EPP  
DÉCIMA-SEGUNDA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL  
CNPJ Nº 02.610.553/0001 – 91**

**CLÁUSULA NONA:** Atendendo interesse da sociedade fica criada *1(uma)* unidade de negócio dentro da empresa, recebendo a seguinte denominação e responsáveis técnicos: **UNIDADE DE NEGÓCIOS I**, tendo a responsabilidade técnica da sócia e Arquiteta Urbanista **SANDRA MAYUMI NAKAMURA**, que passa a ser chamada de Diretora de Negócios; as Responsáveis técnicas serão responsáveis e diretoras somente dentro de sua Unidade de Negócios, não podendo interferir na Administração geral da sociedade, que fica a cargo da Sócia-Administradora, nem em outras Unidades de negócios

**CLÁUSULA DÉCIMA:** O ano social coincidirá com o ano civil, devendo-se a 31 de dezembro de cada ano proceder-se o Balanço Geral, obedecidas as normas legais e técnicas pertinentes à matéria, podendo o resultado, à critério dos sócios, ser distribuído ou permanecer em Reserva na Sociedade.

**CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA:** O falecimento de qualquer um dos sócios quotistas, não dissolverá necessariamente a sociedade, ficando os herdeiros e sucessores sub-rogados nos direitos e obrigações do "de cujus", podendo nelas se fazer representar, enquanto indiviso o quinhão respectivo, por um dentre eles ou outra pessoa devidamente credenciado pelos demais.

**CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA:** Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administrador(es), quando for o caso.

**CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA:** A assembléu ou reunião de sócios será convocada pelos Administradores, com 10 (dez) dias de antecedência, mediante a expedição de cartas convocatórias, com local, data, hora e a ordem do dia da assembléu, para os endereços dos sócios, para esse fim, depositarem na sede da sociedade.

**CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA:** Fica eleito o Foro da Comarca de Curitiba para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Contrato Social, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

**CLÁUSULA DÉCIMA-QUINTA:** Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições vigentes que não colidirem as disposições do presente instrumento particular de alteração de contrato social.

E assim, por estarem justos e contratados, lavram, datam e assinam juntamente com 02 (duas) testemunhas, o presente instrumento particular de alteração de contrato social, em 01 (uma) única via, obrigando-se fielmente em todos os seus termos.

Curitiba (PR), 19 de dezembro de 2016.



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARANÁ - SEDE

CERTIFICO O REGISTRO EM 26/12/2016 15:33 SOB Nº 20168026953.  
PROTOCOLO: 168026953 DE 21/12/2016. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:  
11603022994. NIRE: 41203925606.  
ECOTÉCNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA - EPP

Libertad Bogus  
SECRETÁRIA-GERAL  
CURITIBA, 26/12/2016  
[www.empresafacil.pr.gov.br](http://www.empresafacil.pr.gov.br)

**ECOTÉCNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA- EPP  
DÉCIMA-SEGUNDA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL  
CNPJ Nº 02.610.553/0001 - 91**

  
**SANDRA MAYUMI NAKAMURA**


  
**MARCIA VALERIA SANTOS BARBOSA**

**DEMONSTRAÇÃO DO USO DA FIRMA**

**ECOTÉCNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA - EPP**

  
**SANDRA MAYUMI NAKAMURA**  
*Sócia-Administradora*

*Testemunhas:*



*Walter José Floriano de Moraes*  
RG nº 3.300.292-0/PR  
CPF/MF nº 429.146.559-91



*Isabel Cristina Suchevicz de Moraes*  
RG nº 4.086.271-4/PR  
CPF/MF nº 544.392.309-97

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARANÁ - SEDE



CERTIFICO O REGISTRO EM 26/12/2016 15:33 SOB Nº 20168026953.  
PROTOCOLO: 168026953 DE 21/12/2016. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:  
11603022994. NIRE: 41203925606.  
ECOTECNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA - EPP

Libertad Bogus  
SECRETÁRIA-GERAL  
CURITIBA, 26/12/2016  
www.empresafacil.pr.gov.br



Ecotécnica - Tecnologia e Consultoria Ltda.  
CNPJ: 02.610.553/0001-91  
Rua Maria Rita da Chagas Lima, 317, Bairro São Braz, CEP: 82.300-330. Curitiba-PR  
Telefone (41) 3026-8639  
E-mail: licitacao@ecotecnica.com.br

**LETÍCIA SCHMITT CARDON DE OLIVEIRA – ARQUITETA E URBANISTA**

- ✓ Diploma de graduação
- ✓ Certidão de Registro Profissional
- ✓ Comprovação de experiência
- ✓ Comprovação de Vínculo com a empresa

	Especificação dos Títulos/Atestados	Total de Pontos por documento	Pontuação Ecotécnica	Trabalhos apresentados
Arquiteto e urbanista - Letícia Schmitt Cardon de Oliveira	Certidão(ões) de Acervo(s) Técnico(s) registrada(s) no respectivo Conselho de Classe e/ou Atestados de Capacidade Técnica expedidos por pessoa jurídica de direito público, que atestem a experiência específica da consultoria relativa à revisão/elaboração de Plano Diretor já concluído.	1	5	PDR e Macro Diretrizes Urbanísticas e de Inovação do Vale do Itapocu e PDMs Guaramirim, Barra Velha e Schoroder PDM Ouro Verde do Oeste PDM Itiquira
	Certidão(ões) de Acervo(s) Técnico(s) registrada(s) no respectivo Conselho de Classe e/ou Atestados de Capacidade Técnica expedidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem a experiência específica de consultoria relacionada a áreas e temáticas compatíveis com o objeto licitado.	0.5	1	PLHIS Itaipurândia PLHIS Rio Negro
	<b>Máximo de pontos</b>	<b>6</b>	<b>6</b>	

*[Handwritten mark]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten mark]*

# Pontifícia Universidade Católica do Paraná

**AUTENTICAÇÃO**  
Certifico que a presente cópia é reprodução fiel do documento existente no Arquivo Histórico do Serviço de Registro e Arquivo.  
Data: 22 MAIO 2006  
SERVIÇO DISTRIAL DO CALURU  
FONE/FAX 3262-3553  
FED38896

O Reitor da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista a conclusão do Curso de ARQUITETURA E URBANISMO, em 10 de fevereiro de 2006, confere o título de ARQUITETO E URBANISTA a

*Leticia Schmitt Cardon de Oliveira*

brasileira, natural do Estado de Santa Catarina, nascida em 14 de janeiro de 1981, portadora da Carteira de Identidade nº 5.855.107 4, expedida pelo Instituto de Identificação do Paraná, outorgando-lhe o presente diploma, a fim de que possa gozar de todos os direitos e prerrogativas legais.

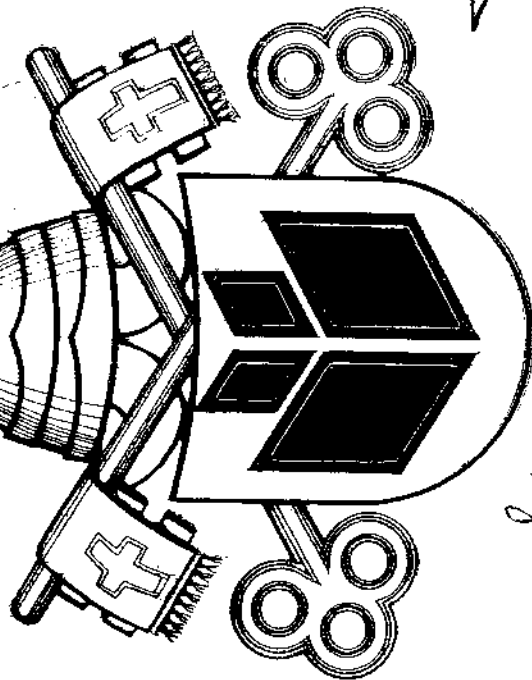
Curitiba, 10 de fevereiro de 2006.



*Leticia Schmitt Cardon de Oliveira*

Diplomada

12260



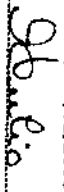
Reitor


Pró-Reitor Acadêmico

0286

Curso de ARQUITETURA E URBANISMO,  
reconhecido pela Portaria Ministerial N.º  
202/1981, Publicada no D.O.U. de 25/02/1981.

REITOR: CLEMENTE IVO JULIATTO  
PRO-REITOR ACADÊMICO:  
ROBERT CARLISLE BURNETT

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ  
Pró-Reitoria Administrativa  
Setor de Registro de Diplomas - SRD  
Diploma registrado sob o n.º 18343 Livro 06,  
Folha 087 nos termos do disposto no parágrafo  
1.º do artigo 48 da Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de  
1996.  
Curitiba, 10/02/2006.  
  
Olinda Inês Tullio  
Chefe do SRD  
Prof. Valdecir Cavalheiro  
Pró-Reitor Administrativo

O PRESENTE DIPLOMA FOI APRESENTADO  
NESTE CONSÉLHO FACULTATIVO DE  
ENGENHARIA ARQUITETURA E URBANISMO  
ESTADO DO PARANÁ PARA  
REGISTRO.  
Curitiba, 27 de março de 2007  
Funcionário:  1344

SERVICO DISTITAL DO CONJURU  
AUTENTICAÇÃO  
FRENTE VERSO


**Conselho de Arquitetura e Urbanismo  
do Brasil**
**CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO**  
 Lei Nº 12378 de 31 de Dezembro de 2010

**CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO**
**Nº 0000000513668**

**CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO PESSOA FÍSICA**

Validade: 27/12/2019

CERTIFICAMOS que o Profissional LETICIA SCHMITT CARDON DE OLIVEIRA encontra-se registrado neste Conselho, nos Termos da Lei 12.378/10, de 31/12/2010, conforme os dados impressos nesta certidão. CERTIFICAMOS, ainda, que o Profissional não se encontra em débito com o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil - CAU/BR

**INFORMAÇÕES DO REGISTRO**
**Nome:** LETICIA SCHMITT CARDON DE OLIVEIRA **CPF:** 036.508.999-06

**Título do Profissional:** Arquiteto e Urbanista

**Registro CAU :** A46913-0

**Data de obtenção de Títulos:** 10/02/2006

**Data de Registro nacional profissional:** 13/02/2006

**Tipo de registro:** DEFINITIVO ( PROFISSIONAL DIPLOMADO NO PAÍS )

**Situação de registro:** ATIVO

**Título(s):**

- Arquiteto e Urbanista

**País de Diplomação:** Brasil

**Cursos anotados no SICCAU:**

- Nenhum curso anotado.

**ATRIBUIÇÕES**

As atividades, atribuições e campos de atuação profissional são especificados no art. 2º da Lei 12.378, de 31 de dezembro de 2010.

**OBSERVAÇÕES**

- A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a) autor(a) à respectiva ação penal.
- CERTIFICAMOS que caso ocorra(m) alteração(ões) no(s) elemento(s) contido(s) neste documento, esta Certidão perderá a sua validade para todos os efeitos.
- Esta certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos.
- Válida em todo o território nacional.

Certidão nº 513668/2019

Expedida em 30/06/2019, Curitiba/PR, CAU/PR

Chave de Impressão: 7C7AB6



Ecotécnica - Tecnologia e Consultoria Ltda.  
CNPJ: 02.610.553/0001-91  
Rua Maria Rita da Chagas Lima, 317, Bairro São Braz, CEP: 82.300-330. Curitiba-PR  
Telefone (41) 3026-8639  
E-mail: licitacao@ecotecnica.com.br

1229

### Notas explicativas de acervos técnicos

1. Acervo páginas 307 a 312, cópia autenticada nas páginas 80 a 85.



Handwritten signatures and initials, including a large signature and the text '28+A' at the bottom right.





**Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil**

**CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO COM ATESTADO**  
Resolução Nº 93 de 07 de Novembro de 2014

**CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO COM ATESTADO**  
**Nº 000000506344**



Validade: Indeterminada

CERTIFICAMOS, para os devidos fins, que consta em nossos arquivos o registro de Acervo referente ao(s) Registro(s) de Responsabilidade Técnica - RRTs abaixo discriminado(s):

**DADOS DO PROFISSIONAL**

Profissional: LETICIA SCHMITT CARDON DE OLIVEIRA  
Título do Profissional: Arquiteto e Urbanista  
Data de obtenção do título: 10/02/2006  
Registro Nacional: 000A469130  
Data de Registro: 13/02/2006

**DADOS DOS REGISTROS DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA-RRT**

Número do RRT: 8300369      Tipo do RRT: SIMPLES      Registrado em: 27/05/2019  
Forma de Registro: RETIFICADOR à 5495875      Participação Técnica: INDIVIDUAL à 5491380  
Descrição: Plano de Desenvolvimento Regional e Macro Diretrizes Urbanísticas e de Inovação do Vale do Itapocu e Planos Diretores Participativos dos municípios de Guaramirim, Barra Velha e Schroeder - SC. Profissional responsável pela Coordenação Técnica.

**DADOS DO CONTRATO**

Contratante: ECOTECNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA  
CPF/CNPJ: 02610553000191  
RUA MARIA RITA DAS CHAGAS LIMA      Nº 317  
Complemento:  
Cidade: CURITIBA      Bairro: SÃO BRAZ      UF: PR      CEP: 82300330  
Contrato: 013/2013  
Celebrado em: 01/10/2013  
Valor do Contrato: R\$ 0,00      Tipo do Contratante: Pessoa jurídica de direito privado  
Data de início: 01/10/2013      Data do término da atividade: 2017-02-15

**ATIVIDADE TÉCNICA REALIZADA**

3.1 - COORDENAÇÃO E COMPATIBILIZAÇÃO DE PROJETOS , 1.00 un - unidade ;

**ENDEREÇO DA OBRA/SERVIÇO**

RUA ARTHUR GUMZ      Nº 88  
Complemento:  
Cidade: JARAGUÁ DO SUL      Bairro: VILA NOVA      UF: SC      CEP: 89259340  
Coordenadas Geográficas: 0 0

**DESCRIÇÃO**

CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO COM ATESTADO

**INFORMAÇÕES IMPORTANTES**

- Esta certidão perderá a validade e será anulada, caso ocorra alterações das informações constantes do Atestado registrado ou do RRT vinculado ou caso sejam constatadas que são inverídicas as informações constantes do RRT, do atestado ou do requerimento da certidão.
- Certificamos que se encontra vinculado à presente CAT o atestado apresentado em cumprimento à Lei nº 8.666/93,



**Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil**

**CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO COM ATESTADO**

Resolução Nº 93 de 07 de Novembro de 2014

**CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO COM ATESTADO**

**Nº 0000000506344**



expedido pela pessoa jurídica contratante, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes. É de responsabilidade deste Conselho a verificação da atividade profissional em conformidade com a Lei nº 12.378/2010 e Resoluções do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR)

- A Certidão de Acervo Técnico (CAT) à qual o atestado está vinculado constituirá prova da capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver ou venha a ser integrado ao seu quadro técnico por meio de declaração entregue no momento da habilitação ou da entrega das propostas

- Certificamos, ainda, que nos termos do artigo 2º da Lei nº 12.378/2010 e artigos 2º e 3º da Resolução nº 21/2012-CAU/BR, esta Certidão é válida somente para os serviços condizentes com as atribuições profissionais acima discriminadas

- Em conformidade com o que determina o Art. 45 da Lei 12.378, toda realização de trabalho de competência privativa ou de atuação compartilhadas com outras profissões regulamentadas será objeto de Registro de Responsabilidade Técnica - RRT

- Válida em todo o território nacional.

Certidão nº 506344/2019

Expedida em 27/05/2019 12:05:00, Curitiba/PR, CAU/PR

Chave de impressão: 228Z5B0259CW2A92Z42A



Ecotécnica - Tecnologia e Consultoria Ltda  
CNPJ: 02.610.553/0001-91  
Rua Maria Rita das Chagas Lima, 317, Bairro São Braz, CEP: 82.300-330 Curitiba-PR  
Telefone (41) 3026-6656

Certidão nº 506344/2019 - 31/05/2019 - 17:04 - Chave de Impressão: 2282580259CWCW2A9Z22A  
O atestado neste ato registrado foi emitido em 31/05/2019, e contém 6 folhas

**ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA**

Atestamos para os devidos fins, que a profissional LETICIA SCHMITT CARDON DE OLIVEIRA, CAU A 46913-0, prestou para a ECOTÉCNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA., inscrita no CNPJ 02.610.553/0001-91, tendo como responsável técnica a Arquiteta e Urbanista SANDRA MAYUMI NAKAMURA, estabelecida na Rua Maria Rita das Chagas Lima, 317, Bairro São Braz, CEP 82.300-330 na cidade de Curitiba-PR, os serviços referentes à **Coordenação técnica do Plano de Desenvolvimento Regional de Macro Diretrizes Urbanísticas e de Inovação do Vale do Itapocu e Plano Diretores Participativos dos Municípios Guarimirim, Barra Velha e Schroeder**, tendo demonstrado Capacidade Técnica na execução dos serviços, nada constando em nossos arquivos que a desabone.

**Características dos Serviços**

Início do serviço:	01/10/2017
Conclusão dos serviços:	15/02/2017
Objeto:	Plano de Desenvolvimento Regional de Macro Diretrizes Urbanísticas e de Inovação do Vale do Itapocu e Plano Diretores Participativos dos Municípios Guarimirim, Barra Velha e Schroeder.
Local da obra	R. Artur Gurnz, 88 - Vila Nova, Jaraguá do Sul - SC, 89259-340

**Produtos Desenvolvidos**

- ✓ Roteiro Metodológico;
- ✓ Diagnóstico e Análise Integrada Preliminar e Final;
- ✓ Proposta de Diretrizes e Macro Zoneamento;
- ✓ Proposta de Plano de Ação e Investimento; e
- ✓ Realização de Oficinas Técnicas e Capacitação de representantes das Prefeituras e respectivos conselhos (formados pela sociedade civil), focando na sustentabilidade e desenvolvimento da região.

**Descrição dos serviços**

**Escopo e metodologia**

A seguir, apresentam-se a metodologia e as técnicas utilizadas na execução das atividades, originando os produtos de cada uma das 03 fases elaboração do Plano Regional da AMVAU, englobando os municípios de Barra Velha, Corupá, Guarimirim, Jaraguá do Sul, Mossaranduba, São João do Itaperiú e Schroeder e Planos Diretores Participativos (Guarimirim, Barra Velha e Schroeder), elencadas a seguir e assim, atingindo os objetivos. Ainda, foram definidas, a partir das informações coletadas, a estruturação e instrumentação administrativa que foi necessária à adaptação da estrutura do Poder Público para a implementação do Plano Regional e Planos Diretores.

**Fase 1 – Diagnóstico e Prognóstico – Produto 1**

O processo de Diagnóstico e Prognóstico se realizou a partir da compilação, discussão e análise da equipe técnica da consultoria, equipe técnica municipal e núcleo gestor de acompanhamento, dos dados disponibilizados pelas Prefeituras Municipais dos municípios envolvidos, FATMA (Fundação do Meio Ambiente), IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), EPAGRI (Empresa de Pesquisa



Este documento encontra-se registrado no Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil, vinculado à Certidão De Aferivo Técnico Com Atestado nº 506344, emitida em 31/05/2019

*[Handwritten signatures and initials]*



Engenharia e Consultoria Ltda.  
 CNPJ: 02.810.553/0001-91  
 Rua Mario Rêde da Chagas Lima, 177, Bairro São Braz, CEP: 82.000-330, Curitiba-PR  
 Telefone: (41) 3026-8638

Certidão nº 506344/2019 - 31/05/2019, 17:04 - Chave de Impressão: 2282580259CW2A92222A  
 O atestado neste ato registrado foi emitido em 31/05/2019, e contém 6 folhas

Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina), e outras instituições pertinentes, com vistas a subsidiar o trabalho dos técnicos de cada uma das especialidades envolvidas, para posterior discussão e elaboração de um quadro síntese contendo as principais **Condicionantes, Deficiências e Potencialidades**, assim como confecção de mapas temáticos pertinentes a cada tema. As informações coletadas nos levantamentos de dados em campo, assim como as informações contidas nos mapas temáticos confeccionados pela consultoria foram entregues em arquivos editáveis à AMVALI.

Foram avaliados os seguintes temas:

#### Contextualização Regional

A contextualização regional sob os aspectos naturais e antrópicos, contemplou a vocação e o potencial estratégico dos municípios integrantes da AMVALI, e focalizou os principais fatores que concorreram para o seu desenvolvimento. Foram imprescindíveis as especializações das informações, configuradas por meio de figuras e mapas temáticos.

#### Caracterização Regional

A caracterização regional foi realizada mediante a abordagem dos seguintes temas principais, subdivididos em:

##### Aspectos Físico-ambientais

###### a) Meio Físico

Foram identificadas as condições do clima, geologia, geomorfologia, solos, recursos hídricos (superficiais e subterrâneos), recursos minerais e direitos minerários, riscos geomorfológicos associados às situações que alterem o meio físico provocando danos, tais como a erosão fluvial, erosão costeira e inundações; sítios geológicos e potencial geoturístico regional.

###### b) Meio Biótico

Foram enfocadas questões referentes à flora e fauna, caracterizando o enquadramento filogeográfico regional, sua cobertura vegetal e o uso do solo do território regional. Com base nos dados levantados, foram caracterizados os espaços para áreas de expansão urbana, conservação e preservação permanente, áreas públicas de lazer e arborização urbana.

###### c) Aspectos Antrópicos

A análise territorial dos municípios da AMVALI foi desenvolvida com base em dados primários coletados através de levantamento *in loco* e de informações repassadas pelos diferentes setores das Prefeituras Municipais envolvidas, além de dados secundários de instituições brasileiras consagradas de pesquisa e estatística. Com a finalidade de se obter um panorama da condição territorial dos municípios da AMVALI, foram abordados aspectos de demografia, uso e ocupação do solo urbano e rural, instrumentos de planejamento utilizados, áreas verdes, habitação, patrimônio, preço da terra e potencial turístico.

##### ✓ Componente Espacial

Primeiramente realizou-se uma análise demográfica dos municípios da AMVALI, permitindo identificar as dinâmicas e tendências populacionais que se apresentam como reflexo dos aspectos territoriais, econômicos e sociais, possibilitando o planejamento de diretrizes às políticas públicas para o atendimento das necessidades básicas da população. Assim, com a finalidade de se estabelecer o quadro populacional de região, foram considerados neste estudo os componentes demográficos de distribuição, crescimento e projeção da população, migração e urbanização.

Foi realizada uma abordagem geral do uso e ocupação do solo urbano e rural mediante a caracterização da evolução da urbanização e do uso do solo, análise do parcelamento do solo e suas



Este documento encontra-se registrado no Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil, vinculado à Certidão De Aproveitamento Técnico Com Atestado nº 506344, emitida em 31/05/2019

Handwritten signatures and initials, including a large '2' and a signature that appears to be 'J. R.'.



Ecotécnica - Tecnologia e Consultoria Ltda  
 CNPJ nº 02.610.853/0001-81  
 Rua Maria Riter da Chagas Lima, 317, Bairro São José, CEP: 82.201-030, Curitiba-PR  
 Telefone (41) 3326-0039

Certidão nº 506344/2019 - 31/05/2019, 17:04 - Chave de Impressão: 226258B259C2A922A4  
 O atestado neste ato registrado foi emitido em 31/05/2019, e contém 6 fo has

tendências de crescimento, questões fundiárias e aspectos atuais dos parcelamentos no município e vazios urbanos, habitação e respectivo déficit habitacional, patrimônio histórico, cultural e paisagístico. E ainda, uma análise dos atrativos turísticos regionais.

Ocorreu igualmente, uma caracterização da infraestrutura e serviços públicos enfocando aspectos relevantes à circulação; sistema viário; saneamento básico (abastecimento de água, esgotamento sanitário, resíduos sólidos e manejo de águas pluviais); energia e comunicações. Além disso, diagnosticaram-se os aspectos socioculturais, abordando os índices de desenvolvimento humano dos municípios da AMVALI, assim como outros aspectos socioculturais como saúde, educação, assistência social, cultura, lazer e esporte e segurança pública. A distribuição dos equipamentos públicos também foi analisada por meio do mapeamento dos raios de abrangência, traçados de acordo com a tipologia das estruturas, como forma de verificar o atendimento da demanda atual.

Assim, foi possível a identificação das áreas com infraestrutura ociosa e as áreas ocupadas com precariedade de infraestrutura, além de uma avaliação da qualidade da paisagem.

Resalta-se que foram tomados por base os dados e estudos existentes nos municípios da AMVALI referentes a este tema.

#### ✓ Componente Socioeconômico

A caracterização econômica do município contemplou os principais aspectos econômicos dos municípios integrantes da AMVALI, dentre eles, o perfil da renda e ocupação da população e dos setores produtivos, subdivididos pelas atividades agrícolas e pecuárias, industriais e de serviços, designados como atividades ligadas ao setor primário, secundário e terciário. Além da análise específica realizada para subsidiar a discussão entorno da viabilidade da implantação do "ecossistema de inovação" para a região.

#### ✓ Aspectos Institucionais

Foram caracterizadas as unidades administrativas que conformam o arranjo institucional regional e o sistema de gestão relacionado ao planejamento e desenvolvimento da AMVALI, que se relacionam com a gestão do Plano Regional. Igualmente, foi identificada a capacidade de investimento do município, situação atual de arrecadação, evolução anual e projeção para os próximos dez anos, considerando também possíveis fontes alternativas de recursos financeiros e possibilidade de realização de operações de crédito (rapacidade do endividamento), além de impostos cobrados, taxas, contribuição de melhoria e demais tributos.

Procedeu-se a uma análise da estrutura organizacional da administração regional e dos agentes intervenientes ao Plano Regional (prefeituras, secretarias, sociedade civil organizada e outros considerados relevantes). Esta análise teve o intuito de detectar a atuação das prefeituras e sua influência na área, de forma a propor ao desenvolvimento deste trabalho as possibilidades de atuação e inter-relação entre estes agentes, bem como, análises no sistema de informações municipais disponíveis para a gestão do desenvolvimento regional.

#### **Condicionantes, Deficiências e Potencialidades**

A análise de cada informação foi realizada individualmente, com suas inter-relações mencionadas e elencadas em um quadro síntese, permitindo uma visão ampla das condicionantes, deficiências e potencialidades locais, correspondentes. Possibilitando, assim, alcançar proposições preliminares de diretrizes para correção, minimização, prevenção ou compensação de deficiências e para valorização das potencialidades.

#### **FASE 2 - Seleção de Temas Prioritários, Propostas e Instrumentos de Gestão – Produto 02A**

A síntese da leitura comunitária somada à leitura técnica resultou na identificação dos temas prioritários para a elaboração das propostas do plano. De acordo com as principais deficiências e potencialidades levantadas nos municípios integrantes da AMVALI foram elencados os principais



Este documento encontra-se registrado no Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil vinculado à Certidão De Ato Técnico Com Atestado nº 506344, emitida em 31/05/2019

3



Educativa - Tecnologia e Consultoria Ltda.  
 CNPJ: 02.610.553/0001-61  
 Rua Maria Rita da Chagas Lima, 317, Bairro São Luiz, CEP: 82.000-500 Curitiba-PR  
 Telefone: (41) 3026-8030

120

Certidão nº 506344/2019 - 31/05/2019, 17:04 - Chave de Impressão: 22825H0259CWZA92ZA2A  
 O atestado neste ato registrado foi emitido em 31/05/2019, e contém 6 folhas

aspectos que se reverteram em eixos de desenvolvimento, ou seja, propostas estratégicas com objetivo de impulsionar o desenvolvimento local. Para cada eixo de desenvolvimento definiram-se as diretrizes e respectivas ações propostas para curto, médio e longo prazo de implementação. Focando a estratégia da implementação do "ecossistema de inovação" para a região.

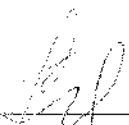
**FASE 3 - Plano de Ações e Investimentos – Produto 03**

O Plano de Ações e Investimentos refere-se à análise sistêmica e à avaliação das estratégias de intervenção anteriormente formuladas, aglutinando as discussões que se desenvolveram no âmbito das reuniões com a Equipe Técnica do Plano Regional, Núcleo Gestor de Acompanhamento e, também, nos eventos (oficinas técnicas e comunitárias e audiências públicas) realizados junto às entidades estaduais e do município para a discussão das referidas estratégias, e dos critérios e diretrizes para o ordenamento territorial, mediante a definição das ações e projetos prioritários, para os próximos 05 (cinco) anos em compatibilidade com a projeção orçamentária. Apresentando a hierarquização de investimentos em infraestrutura, proteção ambiental, equipamentos comunitários e ações institucionais, com a estimativa de custos aproximados.

Fiscalização dos serviços

Este atestado foi emitido por solicitação da profissional Tatiana Schmitt Cardon de Oliveira. A emissão desse atestado substitui todos os demais documentos correlatos já emitidos ou fornecidos.

Curitiba, 15 de fevereiro de 2017.

  
 SANDRA MAYUMI NAKAMURA  
 CAU A 28547-1  
 CEP: 030.228-409-50



Este documento encontra-se registrado no Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil, vinculado à Certidão De Acervo Técnico Com Atestado nº 506344, emitida em 31/05/2019

0293



### ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins, que a empresa ECOTÉCNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA, com sede à Rua Maria Rita das Chagas Lima, 317 - Curitiba-PR, bairro São Braz CEP 82.300-330, com sua equipe técnica multidisciplinar, tendo como responsável técnica a Arquiteta e Urbanista SANDRA MAYUMI NAKAMURA, carteira profissional CAU/PR A28547-1, participou através da PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ - PUC-PR, CNPJ 76.659.820/0003-13, estabelecida na Rua Imaculada Conceição, nº 1155, Prado Velho, CEP 80.215-901, Curitiba - Paraná (mantida pela ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE CULTURA - APC), dos serviços abaixo relacionados referentes à elaboração conjunta entre a Associação dos Municípios de Vale do Itapocu - AMVALI, seus municípios, e coordenado por este Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana, do PLANO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE MACRO DIRETRIZES URBANÍSTICAS E DE INOVAÇÃO DO VALE DO ITAPOCU e PLANO DIRETORES PARTICIPATIVOS DOS MUNICÍPIOS GUARAMIRIM, BARRA VELHA e SCHROEDER. (Termo de Cooperação entre APC/PUCPR e AMVALI), tendo demonstrado Capacidade Técnica na execução dos serviços, nada constando em nossos arquivos que a desabone.

Certidão nº 464385/2018 - 18/10/2018 - 17:11 - Chave de Impressão: 95B390Z775Y0ZZZ02146C  
O atestado nesta ato registrado foi emitido em 18/10/2018, e contém 7 folhas

#### Características dos Serviços

Início do serviço: 30/09/2013  
Conclusão dos serviços: 15/02/2017  
Objeto: PLANO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE MACRO DIRETRIZES URBANÍSTICAS E DE INOVAÇÃO DO VALE DO ITAPOCU e PLANO DIRETORES PARTICIPATIVOS DOS MUNICÍPIOS GUARAMIRIM, BARRA VELHA e SCHROEDER.  
Local da obra: R. Artur Gumz, 88 - Vila Nova, Jaraguá do Sul - SC, 89259-340

#### Produtos Desenvolvidos

- ✓ Roteiro Metodológico;
- ✓ Diagnóstico e Análise Integrada Preliminar e Final;
- ✓ Proposta de Diretrizes e Macro Zoneamento;
- ✓ Proposta de Plano de Ação e Investimento; e
- ✓ Realização de Oficinas Técnicas e Capacitação de representantes das Prefeituras e respectivos conselhos (formados pela sociedade civil), focando na sustentabilidade e desenvolvimento da região.

#### EQUIPE

Coordenação		
Supervisão Geral	Dr. Carlos Hardt	CAU-A 3133-0
Coordenação Geral	Ms. Marlos Hardt	CAU-A 40181-1
Coordenação Ajunta	Dr. Patricia Pellizzaro	CAU-A 28564-1
Coordenação Adjunta	Dr. Letícia Peret Antunes Hardt	CAU-A 3137-2
Coordenação e Inovação	Dr. Luiz Marcio Spinosa	-
Coordenação de Geoprocessamento	Ms Willian Carlos Siqueira Lima	CAU-A 49779-7
Coordenação Técnica Geral	Esp. Arquiteta e Urbanista Sandra Mayumi Nakamura	CAU-A 28547-1

Este documento encontra-se registrado no Conselho de Arquitetura e Urbanismo, vinculado a Certidão De Aproveitamento Técnico Com Atestado nº 464385, emitida em 18/10/2018



Coordenação Técnica (plano de desenvolvimento regional de macro diretrizes urbanísticas e PD de AMAVALI e Guaramirim)	Arquiteta e Urbanista Yoná Lemos Ruthes	CAU-A 30490-5
Coordenação Técnica (PD de Barra Velha)	Esp. Arquiteta e Urbanista Vanessa Boscaro Fernandes	CAU-A 37721-0
Coordenação Técnica (PD de Schroeder)	Arquiteta e Urbanista Letícia S. Cardon de Oliveira	CAU-A 46913-0

#### Equipe Técnica

Aspectos Biológicos	Biólogo Luiz Gustavo Andreguetto	CRBio PR 50593-7/D
	MSc. Oceanógrafo Cássio K. Nakamura	AOCEANO 2.029
	Zootecnista Milton Kentaro Nakamura	CRMV-PR 0568/Z
Aspectos Físicos	Zootecnista Gisele Leopoldino	CRMV-PR 1094/Z
	Geólogo Gilliano Antonio Ribeiro	CREA-PR 69.098/D
	Geólogo Alessandro Carrano Cordova	CREA-PR 52.698/D
Aspectos de Infraestrutura	Eng. Civil / Sanitarista Nilo Alhara	CREA-PR 8.040/D
	Arquiteta e Urbanista Melina Matos Gustavo Domingues Gaspari	CAU A40877-8 CAU-A 118.245-5
Aspectos Econômicos	Arquiteta e Urbanista Mayra Mayumi Alhara	CAU 138.434-1
	Economista Jackson Teixeira Bittencourt	CORECON PR - 5954
Aspectos Ambientais	Eng. Ambiental Lidia Sayoko Tanaka	CREA-PR 87.131/D
Aspectos Jurídicos	Advogada Rosamaria Milléo Costa	OAB- 20.026
Aspectos Institucionais	Esp. Economia Elisabete Tieme Arazaki	CORECON-PR 4.963
Geoprocessamento	Engenheira Cartog. e Agr. Amanda Antunes	CREA-PR 142.852/D
Aspectos de Uso do Solo e Socioeconomia	Arquiteta e Urbanista Letícia S. Cardon de Oliveira	CAU-A 46913-0
	Arquiteta e Urbanista Yoná Lemos Ruthes	CAU-A 30490-5

#### Equipe de Apoio

Acadêmica em Arquitetura e Urbanismo	Amanda Carolina Santos Motta
Acadêmica em Arquitetura e Urbanismo	Ana Julia Madalozo Molinari
Acadêmica em Arquitetura e Urbanismo	Caroline Nayara Rech
Acadêmica em Arquitetura e Urbanismo	Maria Beatriz Maurer Ravaglio

#### Descrição dos serviços

##### Escopo e metodologia

A seguir, apresentam-se a metodologia e as técnicas utilizadas na execução das atividades, originando os produtos de cada uma das 03 fases elaboração do Plano Regional da AMVALI, englobando os municípios de Barra Velha, Corupá, Guaramirim, Jaraguá do Sul, Massaranduba, São João do Itaperiú e Schroeder e Planos Diretores Participativos (Guaramirim, Barra Velha e Schroeder), elencadas a seguir e assim atingindo os objetivos.





Ainda, foram definidas, a partir das informações coletadas, a estruturação e instrumentação administrativa que foi necessária à adaptação da estrutura do Poder Público para a implementação do Plano Regional e Planos Diretores.

### Fase 1 – Diagnóstico e Prognóstico – Produto 1

O processo de Diagnóstico e Prognóstico se realizou a partir da compilação, discussão e análise da equipe técnica da consultoria, equipe técnica municipal e núcleo gestor de acompanhamento, dos dados disponibilizados pelas Prefeituras Municipais dos municípios envolvidos, FATMA (Fundação do Meio Ambiente), IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), EPAGRI (Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina), e outras instituições pertinentes, com vistas a subsidiar o trabalho dos técnicos de cada uma das especialidades envolvidas, para posterior discussão e elaboração de um quadro síntese contendo as principais **Condicionantes, Deficiências e Potencialidades**, assim como confecção de mapas temáticos pertinentes a cada tema. As informações coletadas nos levantamentos de dados em campo, assim como as informações contidas nos mapas temáticos confeccionados pela consultoria foram entregues em arquivos editáveis à AMVALI.

Foram avaliados os seguintes temas:

#### Contextualização Regional

A contextualização regional sob os aspectos naturais e antrópicos, contemplou a vocação e o potencial estratégico dos municípios integrantes da AMVALI, e focalizou os principais fatores que concorreram para o seu desenvolvimento. Foram imprescindíveis as espacializações das informações, configuradas por meio de figuras e mapas temáticos.

#### Caracterização Regional

A caracterização regional foi realizada mediante a abordagem dos seguintes temas principais, subdivididos em:

##### Aspectos Físico-ambientais

###### a) Meio Físico

Foram identificadas as condições do clima, geologia, geomorfologia, solos, recursos hídricos (superficiais e subterrâneos), recursos minerais e direitos minerários, riscos geoambientais associados às situações que alterem o meio físico provocando danos, tais como a erosão fluvial, erosão costeira e inundações; sítios geológicos e potencial geoturístico regional.

###### b) Meio Biótico

Foram enfocadas questões referentes à flora e fauna, caracterizando o enquadramento fitogeográfico regional, sua cobertura vegetal e o uso do solo do território regional. Com base nos dados levantados, foram caracterizados os espaços para áreas de expansão urbana, conservação e preservação permanente, áreas públicas de lazer e arborização urbana.

###### c) Aspectos Antrópicos

A análise territorial dos municípios da AMVALI foi desenvolvida com base em dados primários coletados através de levantamento *in loco* e de informações repassadas pelos diferentes setores das Prefeituras Municipais envolvidas, além de dados secundários de instituições brasileiras consagradas de pesquisa e estatística. Com a finalidade de se obter um panorama da condição territorial dos municípios da AMVALI, foram abordados aspectos de demografia, uso e ocupação do solo urbano e rural, instrumentos de planejamento utilizados, áreas verdes, habitação, patrimônio, preço da terra e potencial turístico.

*[Handwritten signatures and initials]*

Certidão nº 464385/2018 - 18/10/2018, 17:11 - Chave de Impressão: 9853907759DZZ02146C  
O atestado neste ato registrado foi emitido em 18/10/2018, e contém 7 folhas

Este documento encontra-se registrado no Conselho de Arquitetura e Urbanismo, vinculado à  
Certidão De Acervo Técnico Com Atestado nº 464385, emitida em 18/10/2018



✓ Componente Espacial

Primeiramente realizou-se uma análise demográfica dos municípios da AMVALI, permitindo identificar as dinâmicas e tendências populacionais que se apresentam como reflexo dos aspectos territoriais, econômicos e sociais, possibilitando o planejamento de diretrizes às políticas públicas para o atendimento das necessidades básicas da população. Assim, com a finalidade de se estabelecer o quadro populacional de região, foram considerados neste estudo os componentes demográficos de distribuição, crescimento e projeção da população, migração e urbanização.

Foi realizada uma abordagem geral do uso e ocupação do solo urbano e rural mediante a caracterização da evolução da urbanização e do uso do solo, análise do parcelamento do solo e suas tendências de crescimento, questões fundiárias e aspectos atuais dos parcelamentos no município e vazios urbanos, habitação e respectivo déficit habitacional, patrimônio histórico, cultural e paisagístico. E ainda, uma análise dos atrativos turísticos regionais.

Ocorreu igualmente, uma caracterização da infraestrutura e serviços públicos enfocando aspectos relevantes à circulação; sistema viário; saneamento básico (abastecimento de água, esgotamento sanitário, resíduos sólidos e manejo de águas pluviais); energia e comunicações. Além disso, diagnosticaram-se os aspectos socioculturais, abordando os índices de desenvolvimento humano dos municípios da AMVALI, assim como outros aspectos socioculturais como saúde, educação, assistência social, cultura, lazer e esporte e segurança pública. A distribuição dos equipamentos públicos também foi analisada por meio do mapeamento dos raios de abrangência, traçados de acordo com a tipologia das estruturas, como forma de verificar o atendimento da demanda atual.

Assim, foi possível a identificação das áreas com infraestrutura ociosa e as áreas ocupadas com precariedade de infraestrutura, além de uma avaliação da qualidade da paisagem.

Ressalta-se que foram tomados por base os dados e estudos existentes nos municípios da AMVALI referentes a este tema.

✓ Componente Socioeconômico

A caracterização econômica do município contemplou os principais aspectos econômicos dos municípios integrantes da AMVALI, dentre eles, o perfil da renda e ocupação da população e dos setores produtivos, subdivididos pelas atividades agrícolas e pecuárias, industriais e de serviços, designados como atividades ligadas ao setor primário, secundário e terciário. Além da análise específica realizada para subsídio da discussão entorno da viabilidade da implantação do "ecossistema de inovação" para a região.

✓ Aspectos Institucionais

Foram caracterizadas as unidades administrativas que conformam o arranjo institucional regional e o sistema de gestão relacionado ao planejamento e desenvolvimento da AMVALI, que se relacionam com a gestão do Plano Regional. Igualmente, foi identificada a capacidade de investimento do município, situação atual de arrecadação, evolução anual e projeção para os próximos dez anos, considerando também possíveis fontes alternativas de recursos financeiros e possibilidade de realização de operações de crédito (capacidade de endividamento), além de impostos cobrados, taxas, contribuição de melhoria e demais tributos.

Procedeu-se a uma análise da estrutura organizacional da administração regional e dos agentes intervenientes ao Plano Regional (prefeituras, secretarias, sociedade civil organizada e outros considerados relevantes). Esta análise teve o intuito de detectar a atuação das prefeituras e sua influência na área, de forma a propor no desenvolvimento deste trabalho as possibilidades de atuação e inter-relação entre estes agentes, bem como, análises no sistema de informações municipais disponíveis para a gestão do desenvolvimento regional.

**Condicionantes, Deficiências e Potencialidades**

A análise de cada informação foi realizada individualmente, com suas inter-relações mencionadas e elencadas em um quadro síntese, permitindo uma visão ampla das



condicionantes, deficiências e potencialidades locais, correspondentes. Possibilitando, assim, alcançar proposições preliminares de diretrizes para correção, minimização, prevenção ou compensação de deficiências e para valorização das potencialidades.

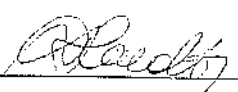
**FASE 2 - Seleção de Temas Prioritários, Propostas e Instrumentos de Gestão - Produto 02A**

A síntese da leitura comunitária somada à leitura técnica resultou na identificação dos temas prioritários para a elaboração das propostas do plano. De acordo com as principais deficiências e potencialidades levantadas nos municípios integrantes da AMVALI foram elencados os principais aspectos que se reverteram em eixos de desenvolvimento, ou seja, propostas estratégicas com objetivo de impulsionar o desenvolvimento local. Para cada eixo de desenvolvimento definiram-se as diretrizes e respectivas ações propostas para curto, médio e longo prazo de implementação, focando a estratégia da implementação do "ecossistema de inovação" para a região.

**FASE 3 - Plano de Ações e Investimentos - Produto 03**

O Plano de Ações e Investimentos refere-se à análise sistêmica e à avaliação das estratégias de intervenção anteriormente formuladas, aglutinando as discussões que se desenvolveram no âmbito das reuniões com a Equipe Técnica do Plano Regional, Núcleo Gestor de Acompanhamento e, também, nos eventos (oficinas técnicas e comunitárias e audiências públicas) realizados junto às entidades estaduais e do município para a discussão das referidas estratégias, e dos critérios e diretrizes para o ordenamento territorial, mediante a definição das ações e projetos prioritários, para os próximos 05 (cinco) anos em compatibilidade com a projeção orçamentária. Apresentando a hierarquização de investimentos em infraestrutura, proteção ambiental, equipamentos comunitários e ações institucionais, com a estimativa de custos aproximados.

Curitiba, 15 de fevereiro de 2017.

  
Arquiteto e Urbanista Dr. Carlos Hardt  
CAU - A 3133-0

Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUCPR  
Coordenador do Programa de Pós - Graduação em Gestão Urbana - PPGTU/PUCPR  
Coordenador Geral do Plano de Desenvolvimento Regional de Macro Diretrizes  
Urbanísticas e de Inovação do Vale do Itapocu



**Conselho de Arquitetura e Urbanismo**  
**CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO COM ATESTADO**  
Lei Nº 12378 de 31 de Dezembro de 2010

**CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO COM ATESTADO**  
**Nº 0000000464385**



Validade: Indeterminada

CERTIFICAMOS, para os devidos fins, que consta em nossos arquivos o registro de Acervo referente ao(s) Registro(s) de Responsabilidade Técnica - RRTs abaixo discriminado(s):

**DADOS DO PROFISSIONAL**

Profissional: SANDRA MAYUMI NAKAMURA  
Título do Profissional: Arquiteto e Urbanista  
Data de obtenção do título: 03/02/1999  
Registro Nacional: 000A285471  
Data de Registro: 04/02/1999

Validade: Indefinida

**DADOS DOS REGISTROS DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA-RRT**

Número do RRT: 5491380      Tipo do RRT: SIMPLES      Registrado em: 14/02/2017  
Forma de Registro: INICIAL      Participação Técnica: EQUIPE  
Descrição: Plano de Desenvolvimento regional e Macro Diretrizes Urbanísticas e de Inovação do vale do Itapocu e Planos Diretores Participativos dos municípios Cuaramirim, Barra Velha e Schrecoor. Profissional responsável pela Coordenação Técnica Geral.  
Empresa contratada: ECOTECNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA  
CNPJ: 02.610.553/0001-91

**DADOS DO CONTRATO**

Contratante: Pontifícia Universidade Católica do Paraná  
CPF/CNPJ: 76659820000313  
RUA IMACULADA CONCEIÇÃO 1155      Nº 1155  
Complemento:  
Cidade: CURITIBA      Bairro: PRADO VELHO      UF: PR      CEP: 80215901  
Contrato:  
Celebrado em: 30/09/2013  
Valor do Contrato: R\$ 0,00      Tipo do Contratante: Pessoa jurídica de direito privado  
Data de Início: 30/09/2013      Data de término da atividade: 15/02/2017

**ATIVIDADE TÉCNICA REALIZADA**

3.1 - COORDENAÇÃO E COMPATIBILIZAÇÃO DE PROJETOS , 3.00 un - unidade ;

**ENDEREÇO DA OBRA/SERVIÇO**

RUA ARTHUR GUMZ      Nº 88  
Complemento:  
Cidade: JARAGUÁ DO SUL      Bairro: VILA NOVA      UF: SC      CEP: 89259340  
Coordenadas Geográficas: 0 0

**DESCRIÇÃO**

CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO COM ATESTADO

**INFORMAÇÕES IMPORTANTES**

- Esta certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos



**Conselho de Arquitetura e Urbanismo**  
**CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO COM ATESTADO**  
Lei nº 12378 de 31 de Dezembro de 2010

**CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO COM ATESTADO**  
**Nº 0000000464385**

- Certificamos que se encontra vinculado à presente CAT o atestado apresentado em cumprimento à Lei nº 8.666/93, expedido pela pessoa jurídica contratante, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes. É de responsabilidade deste Conselho a verificação da atividade profissional em conformidade com a Lei nº 12.378/2010 e Resoluções do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR)

- A Certidão de Acervo Técnico (CAT) à qual o atestado está vinculado constituirá prova da capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver ou venha a ser integrado ao seu quadro técnico por meio de declaração entregue no momento da habilitação ou da entrega das propostas

- Certificamos, ainda, que nos termos do artigo 2º da Lei nº 12.378/2010 e artigos 2º e 3º da Resolução nº 21/2012-CAU/BR, esta Certidão é válida somente para os serviços condizentes com as atribuições profissionais acima discriminadas

- Em conformidade com o que determina o Art. 45 da Lei 12.378, toda realização de trabalho de competência privativa ou de atuação compartilhadas com outras profissões regulamentadas será objeto de Registro de Responsabilidade Técnica - RRT

- Válida em todo o território nacional.

Certidão nº 464385/2018

Expedida em 05/09/2018 12:09:00, Curitiba/PR, CAU/PR

Chave de impressão: 95B3902775YDZZ0Z146C

0300



CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA  
ESTADO DO PARANÁ

### Certidão de Acervo Técnico

**LETICIA SCHMITT CARDON DE OLIVEIRA**

Carteira Profissional: PR-83417/D  
Acervo Técnico Nº.: **2264/2011**

RNP Nº.: 1700301624  
Protocolo Nº.: **2010/00353822**

ART Nº.: 20103395174 0..... Registrada: 10/09/2010.....  
 ART Substituída: 3052289010 0.....  
 ART Co-Respons.: ..... ART Vinculadas: .....  
 Empresa Executora: .....  
 Contratante(s): ECOTÉCNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA - CNPJ/CPF:  
 02.610.553/0001-91.....  
 Tipo de Contrato: SUB-EMPREITADA.....  
 Atividade Técnica: ESTUDO, PLANEJAMENTO, PROJETO, ESPECIFICAÇÕES.....  
 Área de Competência: PLANEJAMENTO URBANO.....  
 Tipo de Obra/Serviço: OUTRAS OBRAS/SERVICOS.....  
 Serviço Contratado: OUTROS.....  
 Dimensão: 1,00 UNID..... Área Existente: 0,00 UNID.....  
 Área Ampliada: 0,00 UNID..... Área de Reforma: 0,00 UNID.....  
 Dados Complementares: 0,00.....  
 Local da Obra: RUA CURITIBA, 657 CENTRO.....  
 Município/Estado: OURO VERDE DO OESTE/PR.....  
 Data de Início: 25/10/2007..... Data de Conclusão: 25/07/2008.....  
 Documento de Conclusão: DECLARAÇÃO PROFISSIONAL.....  
 Descr. Compl. Serv.: TRATA-SE DE ART VINCULADA A ART Nº 3048968137 MOTIVO  
 DA VINCULAÇÃO: PROFISSIONAL DA ÁREA DE ARQUITETURA E  
 URBANISMO PROFISSIONAL INTEGRANTE DA EQUIPE  
 MULTIDISCIPLINAR DE ELABORAÇÃO DO PLANO DIRETOR DO  
 MUNICÍPIO DE OURO VERDE DO OESTE, DE ACORDO COM A  
 LEI FEDERAL Nº 10257/01-ESTATUTO DA CIDADE  
 PARTICIPAÇÃO DA PROFISSIONAL: ESTUDOS DOS ASPECTOS  
 TERRITORIAIS. A PRESENTE ART REFERE-SE A CONTRATO DE  
 SUBEMPREITADA LAVRADO ENTRE A EMPRESA ECOTÉCNICA  
 TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA E O PROFISSIONAL  
 LETÍCIA SCHMITT CARDON DE OLIVEIRA CONFORME ART DE  
 EXECUÇÃO DE OBRA Nº 3048968137 ANOTADA EM 03/12/2007  
 PELA PROFISSIONAL SANDRA MAYUMI NAKAMURA CREA/PR  
 Nº 33072/D.....

Observação: .....

**AUTENTICAÇÃO**  
 Certifico que a presente cópia é reprodução  
 fiel do documento original que me foi apresentado.  
 Dou fé. **CRISTINA RAJURU**  
**28 JUN. 2019**  
 SERVIÇO DISTRIAL DO CAJURU  
 FONE/FAX 3262-3553  
 Rua Pres. Antônio Camargo, 10372  
 Curitiba, PR.

Eduardo Gerônimo Alves de Moraes  
Escriturário

0301



Ecotécnica – Tecnologia e Consultoria Ltda.  
Curitiba – PR  
E-mail: etc@ecotecnica.com.br - Fone/Fax (41) 3026-8639

**AUTENTICAÇÃO**  
Certifico que a presente cópia é reprodução fiel do documento original, que se lhe apresenta.  
Dout. G. CARVALHO  
28 JUN 2008  
Telefone: (41) 3026-8639  
Rua: ... Curitiba - PR  
CEP: ...

### ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

A ECOTÉCNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA, com sede à Maria Rita das Graças, nº 417, Curitiba-PR, Bairro São Braz CEP 82300-330, inscrita no CNPJ 02.610.553/0001-91 tendo como responsável técnica a Arquiteta e Urbanista SANDRA MAYUMI NAKAMURA, atesta para os devidos fins, que a profissional LETÍCIA SCHMITT CARDON DE OLIVEIRA, Arquiteta e Urbanista, carteira profissional CREA – PR 83.417/D, participou da Elaboração do Plano Diretor Municipal (PDM) para o município de OURO VERDE DO OESTE/PR, lendo demonstrado Capacidade Técnica no fornecimento dos mesmos, nada constando em nossos arquivos que a desabone.

### CARACTERÍSTICAS DOS SERVIÇOS

Início dos serviços: 25/10/2007  
Conclusão dos serviços: 25/07/2008  
Objeto do contrato: Elaboração do Plano Diretor Municipal (PDM) para o município de Ouro Verde do Oeste/PR, em conformidade com o Termo de Referência da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano – SEDU/PARANACIDADE.  
Local da Obra: Rua Curitiba, 657 CEP 85.933-000 OURO VERDE DO OESTE - PR

### EQUIPE TÉCNICA ECOTÉCNICA

Arquiteta e Urbanista Esp. -Coordenação Técnica	Vanessa Boscaro Fernandes	CREA – PR 70.332/D
Arquiteta e Urbanista - Coordenação Adjunta	Letícia S. Cardon de Oliveira	CREA-PR 83.417/D
Arquiteto e Urbanista - Coordenação Adjunta	Loris Carlos Guesse	CREA-PR 3640/D
Especialista em Gestão em Engenharia Ambiental	Sandra Mayumi Nakamura	CREA – PR 33.072/D
Contador	Anderson José Amâncio	CRC-PR 036.685/O-4
Economista	Elisabete Tami Arazaki	CORECON-PR 4963-8
Eng. Civil/Sanitarista	Nilo Aihara	CREA-PR 8.040/D
Eng. Florestal Jr	André E.B. de Lacerda	CREA-PR 29.983/D
Eng. Agrônoma Dr.	Juliana V. Bittencourt	CREA-PR 64.253/D
Engenheira Ambiental	Lidia Sayoko Tanaka	CREA-PR 87.131/D
Geólogo	Marcelus V. K. Borges	CREA-PR 32.742/D
Advogada Esp.	Lúcia B. de Camargo Blicharski	OAB-PR 37951
Acadêmica em Arq. e Urbanismo	Nara Yumi Fujii	
Acadêmica em Arq. e Urbanismo	Thalita Sayuri Miura	
Acadêmica em Eng. Ambiental	André Luiz da Silva Melo	

### DESCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS

#### 1. Escopo e metodologia

A seguir, apresenta-se a metodologia e as técnicas utilizadas na execução das atividades, originando os produtos de cada uma das 05 fases do Plano, elencadas abaixo e assim, atingindo os objetivos traçados para o Plano Diretor Municipal – PDM de Ouro Verde do Oeste-PR.

Ainda, foram definidas, a partir das informações coletadas, a estruturação e instrumentação administrativa que foi necessária à adaptação da estrutura do Poder Público Municipal para a implementação do PDM e Leis Complementares.

#### 1.1. FASE 1 - PLANO DE TRABALHO

Corresponde ao documento que descreve o conteúdo e o processo de elaboração do PDM. Enfoca, principalmente, a metodologia estratégica, traçada pela equipe da ECOTÉCNICA Tecnologia e Consultoria Ltda.

#### 1.2. FASE 2 - AVALIAÇÃO TEMÁTICA INTEGRADA

O processo de Avaliação Temática Integrada se realizou a partir da compilação, discussão e análise da equipe técnica multidisciplinar, dos dados disponibilizados pela Prefeitura Municipal de Ouro Verde do Oeste, IAP (Instituto Ambiental do

Eduardo Germino Alves de Moraes  
Fabricante



Ecotécnica - Tecnologia e Consultoria Ltda  
Curitiba - PR  
E-mail: etc@ecotecnica.com.br - Fone/Fax (41) 3026-8638

**AUTENTICAÇÃO**  
Certifico que a presente cópia é reprodução fiel do documento original, ao qual se refere.  
28 de Maio de 2006

JOÃO GILBERTO FERREIRA  
Presidente de  
MUNICÍPIO DE OURO VERDE  
Assinatura do Secretário de  
Planejamento e  
Estatística

Eduardo Gerônimo Alves de Moraes  
Secretário

Paraná), IPARDES (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social), IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), EMATER (Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural) e outras instituições pertinentes, com vistas a subsidiar o trabalho dos técnicos de cada município, para posterior discussão e elaboração de um quadro síntese contendo as principais condições, Deficiências e Potencialidades, assim como confecção de mapas temáticos pertinentes a cada tema. Foram avaliados os seguintes temas:

**1.2.1. CONTEXTUALIZAÇÃO REGIONAL**

A contextualização regional sob os aspectos naturais e antrópicos, contemplou a vocação e o potencial estratégico do município de Ouro Verde do Oeste dentro da região, e focalizou os principais fatores que concorreram para o seu desenvolvimento. Foram imprescindíveis as espacializações das informações, configuradas por meio de mapas temáticos georreferenciados. As informações coletadas nos levantamentos de dados em campo, assim como as informações contidas nos mapas confeccionados foram entregues em formato "dwg" (AUTOCAD 2006).

**1.2.2. CARACTERIZAÇÃO MUNICIPAL**

A caracterização municipal foi mediante a abordagem dos seguintes temas principais, subdivididos em:

**1.2.2.1. ASPECTOS NATURAIS**

**a) Meio Físico**

Foram identificadas as condições do clima, do ar, água, solo e subsolo. Através de análises das informações obtidas na SANEPAR, IAP e SUDERHSA e Prefeitura sobre a rede hídrica de superfícies e das análises existentes das águas dos poços existentes, foi possível avaliar qualitativamente a água, determinando, assim, possíveis problemas no uso do solo que pudessem comprometer a conservação da qualidade da água, além de prever a conservação ambiental, respeitando-se a legislação pertinente.

**b) Meio Biológico**

Foram enfocadas questões referentes a flora e fauna. Com base nos dados levantados, foram caracterizados os espaços para áreas de expansão urbana, conservação e preservação permanente, áreas públicas de lazer e arborização pública.

**1.2.2.2. SISTEMA ANTRÓPICO**

**a) Componente Espacial**

Foi realizada uma abordagem geral do uso e ocupação do solo urbano e rural mediante a caracterização da evolução da urbanização e do uso do solo, análise do parcelamento do solo e suas tendências de crescimento, questões fundiárias e aspectos atuais dos loteamentos do município, bolsões de pobreza e vazios urbanos, bem como determinação de parâmetros para monitoramento do uso e ocupação do solo. A partir de uma visão realista e sustentável, foram identificados e analisados os usos atuais, sua dependência econômica ou cultural e sua demanda (urbana e rural) para os próximos 10 anos, identificando os principais entraves espaciais existentes. Ocorreu igualmente, uma caracterização da infra-estrutura e serviços urbanos e regionais enfocando aspectos relevantes à circulação; sistema viário; saneamento; energia e comunicações. Assim, foi possível a identificação das áreas com infra-estrutura ociosa e as áreas ocupadas com precariedade de infra-estrutura, bem como um prognóstico para os próximos 10 anos. E uma avaliação da qualidade da paisagem. Ressalta-se que foram tomados por base os dados e estudos existentes no município referentes a este tema.

**b) Componente Sócio-econômico**

Para a Caracterização socio-cultural foram analisados os sistemas de saúde, educação, ação social, além da questão populacional e demográfica. A caracterização econômica do município contemplou a análise dos setores produtivos com especial enfoque às atividades rurais e do potencial de turismo rural.

**c) Aspectos Institucionais**

Foram caracterizadas as unidades administrativas da estrutura da Prefeitura Municipal e, o sistema de gestão relacionado ao planejamento e desenvolvimento do município, que se relacionam com a gestão do PDM Municipal. Igualmente, foi identificada a capacidade de investimento do município, situação atual de arrecadação, evolução anual e projeção para os próximos dez anos, considerando também possíveis fontes alternativas de recursos financeiros e possibilidade de realização de operações de crédito (capacidade de endividamento), além de impostos cobrados, taxas, contribuição de melhoria e demais tributos.

Procedeu-se a uma análise da estrutura organizacional da administração municipal e dos agentes intervenientes ao plano diretor (secretarias, sociedade civil organizada e outros considerados relevantes). Esta análise teve o intuito de detectar a atuação das secretarias e sua influência na área, de forma a propor no desenvolvimento deste trabalho as possibilidades de atuação e inter-relação entre estes agentes, bem como, análises no sistema de informações municipais disponíveis para a gestão do desenvolvimento local (dados do Cadastro Técnico Imobiliário e Econômico e demais bancos de dados municipais, identificando-os).





Ecotécnica - Tecnologia e Consultoria Ltda.  
Curitiba - PR  
E-mail: eto@ecotecnica.com.br - Fone/Fax (41) 3026-3639

Da legislação vigente identificou-se a adequação ou inadequação de cada um dos instrumentos, em relação a: (i) questões constitucionais, Lei Orgânica Municipal e demais leis federais, estaduais e municipais; (ii) questões físico-ambientais e (iii) adequação à realidade do uso e ocupação do solo existente. As normas jurídicas (leis, decretos e outros atos administrativos) do Estado e Município pertinentes a este Plano foram coletadas em órgãos do Poder Executivo, Poder Legislativo, e em outros pertinentes.

### 1.2.2.3. CONDICIONANTES DEFICIÊNCIAS E POTENCIALIDADES

A análise de cada informação foi realizada individualmente, com suas inter-relações mencionadas e elencadas em um quadro síntese, permitindo uma visão ampla das condicionantes, deficiências e potencialidades locais, correspondentes. Possibilitando, assim, alcançar proposições preliminares de diretrizes para correção, minimização, prevenção ou compensação de deficiências e para valorização das potencialidades.

### 1.3. FASE 3 - DEFINIÇÃO DAS DIRETRIZES E PROPOSTAS

Inicialmente foram elaborados Eixos de desenvolvimento estratégico com suas respectivas diretrizes.

As diretrizes contemplaram os aspectos físico-espaciais, de infra-estrutura e serviços público, socioeconômicas, ambientais e institucionais, que deram origem a ações, propostas para curto, médio e longo prazos. Incluiu-se também diretrizes para o estabelecimento de:

- a) política de desenvolvimento urbano e municipal;
- b) sistemática permanente de planejamento;
- c) propostas de projetos estruturais dos diversos setores estratégicos considerando a estimativa de custos e projeções orçamentárias municipais;
- d) dinamização e ampliação das atividades econômicas a fim de estruturar o fortalecimento da economia do município (emprego, renda e receitas);
- e) propostas, instrumentos e mecanismos referentes a:
  - i. ocupação do espaço, e expansão urbana;
  - ii. distribuição equitativa dos usos;
  - iii. hierarquização do sistema viário e articulação da mobilidade urbana;
  - iv. controle do meio ambiente, saneamento e proteção aos elementos que caracterizam a identidade do município;
  - v. arborização pública;
  - vi. sistema de informações para o planejamento e gestão municipal;
  - vii. diretrizes para a coleta e disposição final de resíduos sólidos, industriais e saúde;
  - viii. instrumentos a serem adotados nos projetos de parcelamento, edificações, consultas prévias, alvarás, laudo de conclusão de obras e habite-se;
  - ix. processos e recursos para a atualização permanente de instrumentos de política e planejamento territorial;
  - x. parâmetros, ações e instrumentos para a regularização da situação fundiária ou diretrizes de uso das áreas que necessitam de desocupação;
  - xi. diretrizes e proposições decorrentes das recomendações de órgãos e instituições.

### 1.4. FASE 4 - PROPOSIÇÕES PARA A LEGISLAÇÃO BÁSICA E PROCESSO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO MUNICIPAL

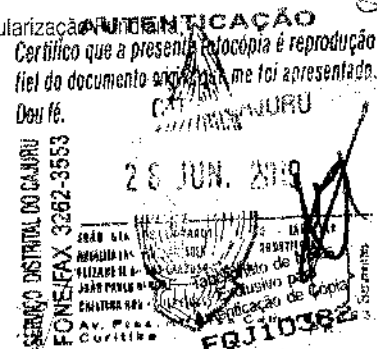
#### 1.5. ANTE PROJETO DE LEI

Minutas de Anteprojeto de Lei acompanhadas de mapas em escala apropriada, destacando-se:

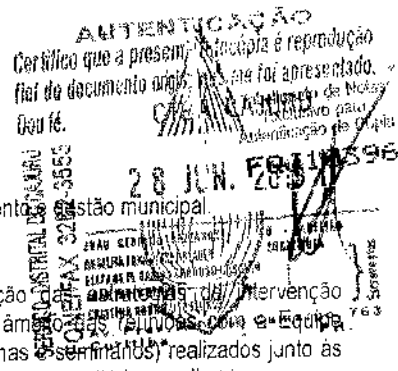
- a) Anteprojeto de Lei do Plano Diretor Municipal;
- b) Anteprojeto de Lei dos Perímetros Urbanos;
- c) Anteprojeto de Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano e Municipal;
- d) Anteprojeto de Lei de Parcelamento e Remembramento do Solo Urbano e Regularização;
- e) Anteprojeto de Lei de Mobilidade e Sistema Viário;
- f) Anteprojeto de Lei do Código de Obras;
- g) Anteprojeto de Lei do Código de Posturas e Meio Ambiente;
- h) Anteprojeto de Lei da Compulsoriedade do Aproveitamento do Solo Urbano;
- i) Anteprojeto de Lei do Consórcio Imobiliário;
- j) Anteprojeto de Lei da Transferência do Direito de Construir.

#### 1.5.1. PROCESSO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO MUNICIPAL

- a) Adequação da estrutura organizacional da Prefeitura;
- b) Organização do sistema de informações;



Guarido Geronimo Alves de Moraes  
Escrevente  
0304/10



Eduardo Gerônimo Alves de Moraes

c) Construção de indicadores para avaliação anual do processo de planejamento municipal

**1.6. FASE 5-PLANO DE AÇÃO E INVESTIMENTOS**

O Plano de Ações e Investimentos refere-se à análise sistêmica e à avaliação anteriormente formuladas, aglutinando as discussões que se desenvolveram no âmbito da Técnica Municipal e Comissão de Acompanhamento e, também, nos eventos (oficinas de intervenção) realizados junto às entidades estaduais e do município para a discussão das referidas estratégias, e dos critérios e diretrizes para o ordenamento territorial, mediante a definição das ações e projetos prioritários, para os próximos 05 (cinco) anos em compatibilidade com a projeção orçamentária. Apresentando a hierarquização de investimentos em infra-estrutura, equipamentos comunitários e ações institucionais, com a estimativa de custos aproximados.

E seguirá de elemento balizador para o município de Ouro Verde do Oeste atender à Lei Estadual nº 15.229 de 25 de julho de 2006, como também, à Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001.

**1.7. AUDIÊNCIAS PÚBLICAS E OFICINAS DE CAPACITAÇÃO TÉCNICA**

O Plano Diretor, que por Intervir diretamente na cidade e na vida dos cidadãos, abre espaço para a participação da população, podendo haver interesses divergentes e até conflitantes, entretanto, com um objetivo comum, a distribuição mais justa dos pontos positivos e negativos existentes na vida da cidade. Assim sendo, foram realizadas audiências com a comunidade, a qual foi inserida no processo participativo de desenvolvimento do Plano Diretor e também oficinas de capacitação técnica com a equipe da Prefeitura e Comissão de Acompanhamento de Elaboração do Plano Diretor. A realização da Audiência e Oficina ficou sob responsabilidade da Prefeitura, com o apoio da equipe da Consultora.

O Município divulgou amplamente e com antecedência e, realizou 03 (três) audiências públicas e 03 (três) oficinas de capacitação, além de outras reuniões e consultas com a equipe da Prefeitura. Para as audiências foram convidados representantes da sociedade organizada, da população em geral, dos segmentos econômicos, além de representantes do governo e técnicos dos setores correlatos ao planejamento da prefeitura. A forma de divulgação das audiências foi feita por meio de ampla divulgação dos meios de comunicação, como rádio, jornal, panfletos, entre outros tipos de mídia. Os volumes correspondentes ao assunto a ser tratado nas audiências foram disponibilizados na Prefeitura Municipal para que a população pudesse se interar sobre o seu conteúdo e se preparar para a Audiência Pública, sendo livre o seu acesso a qualquer interessado.

As Audiências Públicas foram realizadas.

- 1ª Audiência Pública, ocorreu em 10 de dezembro de 2007 na Câmara Municipal de Ouro Verde do Oeste, às 20h30m;
- 2ª Audiência Pública, ocorreu em 11 de abril de 2008 na Câmara Municipal de Ouro Verde do Oeste, às 19h;
- 3ª Audiência Pública, ocorreu em 24 de junho de 2008 na Câmara Municipal de Ouro Verde do Oeste às 18h30m.

**1.8. TREINAMENTO DA EQUIPE TÉCNICA MUNICIPAL E COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO**

Os treinamentos tanto da Equipe Técnica Municipal quanto da Comissão de Acompanhamento de Elaboração do Plano Diretor se deram por meio de oficinas de capacitação. Ao todo foram realizadas 03 oficinas, sempre para discussão dos conteúdos que culminaram nos 05 produtos componentes do PDM.

A Equipe Técnica do Município de Ouro Verde do Oeste (Decreto Municipal nº 053/2007), foi composta por representantes dos setores correlatos na prefeitura. O treinamento foi feito de acordo com os seguintes aspectos: Embasamento Técnico-Administrativo-Legal do Plano Diretor Municipal, Avaliação Temática Integrada, Definição de Diretrizes e Proposições, Legislação Básica, Processo de Planejamento e Gestão Municipal, Plano de Ação e investimentos, Indicadores e Implimentação do Plano Diretor Municipal, de acordo com o Termo de Referência da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano - SEDU/PARANACIDADE.

A Comissão de Acompanhamento da Elaboração do Plano Diretor (Decreto Municipal nº 001/2008), foi composta por representantes da administração municipal e dos segmentos organizados da sociedade civil local. O treinamento da Comissão foi realizado referente aos aspectos de embasamento técnico-administrativo-legal do Plano Diretor; competências, organização e funcionamento da Comissão de Acompanhamento; e criação do Conselho de Desenvolvimento Municipal, assim como de suas atribuições, composição e funcionamento.

**1.9. CONFERÊNCIA DA CIDADE**

Sob a coordenação do Município, e tendo apoio da Empresa Consultora, após a conclusão das fases de Elaboração do PDM e da realização da última audiência pública, foi realizada a Conferência Municipal da Cidade, em conformidade com o disposto na Resolução Normativa nº04 de 06/12/2006, do Conselho das Cidades e de acordo com o Termo de Referência do PARANACIDADE. Esta Conferência teve como principais objetivos:



Ecotécnica - Tecnologia e Consultoria Ltda.  
Curitiba - PR  
E-mail: etc@ecotecnica.com.br - Fone/Fax (41) 3026-8639

- Garantir a implementação de um processo permanente de planejamento visando obter o comprometimento do poder público municipal com a implementação do PDM construído coletivamente e na sua atualização permanente;
- Criar o Conselho de Desenvolvimento Municipal, a partir da experiência da Comissão de Acompanhamento de elaboração do PDM e dos demais conselhos Municipais existentes, definindo assim, a sua composição e suas atribuições. Tem a finalidade de integrar o processo permanente de planejamento e gestão decorrente da implementação do Plano Diretor Municipal;
- Obter o comprometimento da Câmara de Vereadores com a aprovação do PDM construído.

A Primeira Conferência Municipal da Cidade foi realizada no dia 24 de junho de 2008 às 20 h, elegendo os membros do Conselho de Desenvolvimento Municipal de acordo com a Lei do Plano Diretor.

Curitiba, 30 de novembro de 2009.

SANDRA MAYUMI NAKAMURA  
CREA - 33.072/D  
ECOTÉCNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA.

**AUTENTICAÇÃO**  
 Certifico que a presente cópia é reprodução fiel do documento original apresentado.  
 Dou fé.  
 CURITIBA, 30 de NOV. 2009.  
 SANDRA MAYUMI NAKAMURA  
 CREA 33.072/D  
 ECOTÉCNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA.

Atestado registrado mediante vinculação à respectiva CAT.  
CREA - PR  
A. 000.312

Ednardo Ferronino Alves de Moraes  
Escriturário



**ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA**

Atestamos para os devidos fins, que a empresa **ECOTÉCNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA**, com sede à Maria Rita das Chagas Lima, 317 – Curitiba-PR Bairro São Braz CEP 82300-330, inscrita no CNPJ 02.610.553/0001-91 tendo como responsável técnica a Arquiteta e Urbanista **SANDRA MAYUMI NAKAMURA**, carteira profissional CREAPR-33072/D, prestou para a **PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO VERDE DO OESTE**, estabelecida à Rua Curitiba, nº 657 – Centro – Ouro Verde do Oeste/PR, os serviços referentes à **Elaboração do Plano Diretor Municipal (PDM) para o município de OURO VERDE DO OESTE/PR**, tendo demonstrado Capacidade Técnica no fornecimento dos mesmos, nada constando em nossos arquivos que a desabone.

**CARACTERÍSTICAS DOS SERVIÇOS**

Início dos serviços: 25/10/2007  
 Conclusão dos serviços: 25/07/2008  
 Objeto do contrato: Elaboração do Plano Diretor Municipal (PDM) para o município de Ouro Verde do Oeste/PR, em conformidade com o Termo de Referência da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano – SEDU/PARANACIDADE.

Local da Obra: Rua Curitiba 657 Centro CEP 85933-000 Ouro Verde do Oeste

**EQUIPE TÉCNICA ECOTÉCNICA**

Arquiteta e Urbanista Esp. - Coordenação Técnica	Vanessa Boscaro Fernandes	CREA – PR 70.332/D
Arquiteta e Urbanista - Coordenação Adjunta	<del>Isabela S. Cardon de Oliveira</del>	CREA-PR 83.417/D
Arquiteto e Urbanista - Coordenação Adjunta	Loris Carlos Guesse	CREA-PR 3640/D
Especialista em Gestão em Engenharia Ambiental	Sandra Mayumi Nakamura	CREA – PR 33.072/D
Contador	Anderson José Amâncio	CRC-PR 036.685/O-4
Economista	Elisabete Tiemi Arazaki	CORECON-PR 4963-8
Eng. Civil/Sanitarista	Nilo Aihara	CREA-PR 8.040/D
Eng. Florestal Dr.	André E.B. de Lacerda	CREA-PR 29.983/D
Eng. Agrônoma Dr.	Juliana V. Bittencourt	CREA-PR 64.253/D
Engenheira Ambiental	Lídia Sayoko Tanaka	CREA-PR 87.131/D
Geólogo	Marcelus V. K. Borges	CREA-PR 32.742/D
Advogada Esp.	Lúcia B. de Camargo Blicharski	OAB-PR 37951
Acadêmica em Arq. e Urbanismo	Nara Yumi Fujii	
Acadêmica em Arq. e Urbanismo	Thalita Sayuri Miura	
Acadêmica em Eng. Ambiental	André Luiz da Silva Melo	

**AUTENTICAÇÃO**  
 Certifico que a presente cópia é reprodução fiel do documento original, mas foi apresentado.  
 Dou fé.  
**CR/RA MAJURU**

SERVIÇO DISTRIAL DO CAMARU  
 FONE/FAX 3262-3553  
 CURITIBA - PR



**Eduardo Gerontimo Alves de Moraes**  
 Assessor - 2008

**CREA-PR**  
 O SELO DE AUTENTICIDADE FOI AFIXADO NA ÚLTIMA FOLHA

Handwritten signature and date: 25/07/08



**DESCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS**

**1. ESCOPO E METODOLOGIA**

A seguir, apresenta-se a metodologia e as técnicas utilizadas na execução das atividades, originando os produtos de cada uma das 05 fases do Plano, elencadas abaixo e assim, atingindo os objetivos traçados para o Plano Diretor Municipal – PDM de Ouro Verde do Oeste-PR.

Ainda, foram definidas, a partir das informações coletadas, a estruturação e instrumentação administrativa que foi necessária à adaptação da estrutura do Poder Público Municipal para a implementação do PDM e Leis Complementares.

**1.1. FASE 1 - PLANO DE TRABALHO**

Corresponde ao documento que descreve o conteúdo e o processo de elaboração do PDM. Enfoca, principalmente, a metodologia estratégica, traçada pela equipe da ECOTÉCNICA Tecnologia e Consultoria Ltda.

**1.2. FASE 2 - AVALIAÇÃO TEMÁTICA INTEGRADA**

O processo de Avaliação Temática Integrada se realizou a partir da compilação, discussão e análise da equipe técnica multidisciplinar, dos dados disponibilizados pela Prefeitura Municipal de Ouro Verde do Oeste, IAP (Instituto Ambiental do Paraná), IPARDES (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social), IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), EMATER (Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural), PARANACIDADE e outras instituições pertinentes, com vistas a subsidiar o trabalho dos técnicos de cada uma das especialidades envolvidas, para posterior discussão e elaboração de um quadro síntese contendo as principais **Condicionantes, Deficiências e Potencialidades**, assim como confecção de mapas temáticos pertinentes a cada tema. Foram avaliados os seguintes temas:

**1.2.1. CONTEXTUALIZAÇÃO REGIONAL**

A contextualização regional sob os aspectos naturais e antrópicos, contemplou a vocação e o potencial estratégico do município de Ouro Verde do Oeste dentro da região, e focalizou os principais fatores que concorreram para o seu desenvolvimento. Foram imprescindíveis as espacializações das informações, configuradas por meio de mapas temáticos georreferenciados. As informações coletadas nos levantamentos de dados em campo e as informações contidas nos mapas confeccionados foram entregues em formato "dwg" para o município de Ouro Verde do Oeste, PR.

**1.2.2. CONTEXTUALIZAÇÃO MUNICIPAL**

A caracterização municipal foi mediante a abordagem dos seguintes temas principais, subdivididos em:

**1.2.2.1. ASPECTOS NATURAIS**

a) Meio Físico

Foram identificadas as condições do clima, do ar, água, solo e subsolo. Através de análises existentes nas SANEPAR, IAP e SUDERHSA e Prefeitura sobre a rede hídrica de superfícies e das análises existentes das águas dos poços existentes, foi possível avaliar qualitativamente a água, determinando, assim, possíveis problemas no uso do solo que pudessem comprometer a conservação da qualidade da água, além de prever a conservação ambiental, respeitando-se a legislação pertinente.

b) Meio Biológico

Foram enfocadas questões referentes à flora e fauna. Com base nos dados levantados, foram caracterizados os espaços para áreas de expansão urbana, conservação e preservação permanente, áreas públicas de lazer e arborização pública.

**1.2.2.2. SISTEMA ANTRÓPICO**

a) Componente Espacial

Foi realizada uma abordagem geral do uso e ocupação do solo urbano e rural mediante a caracterização da evolução da urbanização e do uso do solo, análise do parcelamento do solo e suas tendências de crescimento, questões fundiárias e aspectos atuais dos loteamentos do município, bolsões de pobreza e vazios urbanos, bem como determinação de parâmetros para monitoramento do uso e ocupação do solo. A partir de uma visão realista e sustentável, foram identificados e analisados os usos atuais, sua dependência econômica ou cultural e sua demanda (urbana e rural) para os próximos 10 anos, identificando os principais entraves espaciais existentes. Ocorreu igualmente, uma caracterização da infra-estrutura e serviços urbanos e regionais enfocando aspectos

CENTRO QUEBRA-CABOS  
 Rua Curitiba, 657 - CEP 85933-000 - OURO VERDE DO OESTE - PR  
 CTBA., CA. 19

JOÃO GERALDO LAMINI  
 ANGELETA ERMILA WOLFF  
 ELIZABETE RAMOS CARVALHO  
 JOÃO PAULO NEGRINI  
 CRISTINA RODRIGUES

JUN. 2018

O selo de autenticidade de atos, f. folha de autenticidade de atos, f. folha de autenticidade de atos, f.

**CREA-PR**  
 O SELO DE AUTENTICIDADE FOI AFIKADO NA ÚLTIMA FOLHA



relevantes à circulação; sistema viário; saneamento; energia e comunicações. Assim, foi possível a identificação das áreas com infra-estrutura ociosa e as áreas ocupadas com precariedade de infra-estrutura, bem como um prognóstico para os próximos 10 anos. E uma avaliação da qualidade da paisagem. Ressalta-se que foram tomados por base os dados e estudos existentes no município referentes a este tema.

b) Componente Sócio-econômico

Para a Caracterização sócio-cultural foram analisados os sistemas de saúde, educação, ação social, além da questão populacional e demográfica. A caracterização econômica do município contemplou a análise dos setores produtivos, com especial enfoque às atividades rurais e do potencial de turismo rural.

c) Aspectos Institucionais

Foram caracterizadas as unidades administrativas da estrutura da Prefeitura Municipal e, o sistema de gestão relacionado ao planejamento e desenvolvimento do município, que se relacionam com a gestão do PDM Municipal. Igualmente, foi identificada a capacidade de investimento do município, situação atual de arrecadação, evolução anual e projeção para os próximos dez anos, considerando também possíveis fontes alternativas de recursos financeiros e possibilidade de realização de operações de crédito (capacidade de endividamento), além de impostos cobrados, taxas, contribuição de melhoria e demais tributos.

Procedeu-se a uma análise da estrutura organizacional da administração municipal e dos agentes intervenientes ao plano diretor (secretarias, sociedade civil organizada e outros considerados relevantes). Esta análise teve o intuito de detectar a atuação das secretarias e sua influência na área, de forma a propor no desenvolvimento deste trabalho as possibilidades de atuação e inter-relação entre estes agentes, bem como, análises no sistema de informações municipais disponíveis para a gestão do desenvolvimento local (dados do Cadastro Técnico Imobiliário e Econômico e demais bancos de dados municipais, identificando-os).

Da legislação vigente identificou-se a adequação ou inadequação de cada um dos instrumentos, em relação a: (i) questões constitucionais, Lei Orgânica Municipal e demais leis federais, estaduais e municipais; (ii) questões físico-ambientais e (iii) adequação à realidade do uso e ocupação do solo existente.

As normas jurídicas (leis, decretos e outros atos administrativos) do Estado e Município pertinentes a este Plano foram coletadas em órgãos do Poder Executivo, Poder Legislativo, e em outros pertinentes.

**1.2.2.3. CONDICIONANTES, DEFICIÊNCIAS E POTENCIALIDADES**

A análise de cada informação foi realizada individualmente, com suas inter-relações mencionadas e elencadas em um quadro síntese, permitindo uma visão ampla das condicionantes, deficiências e potencialidades locais, correspondentes. Possibilitando, assim, alcançar proposições preliminares de diretrizes para o meio ambiente, prevenção ou compensação de deficiências e para valorização das potencialidades.

**1.3. FASE 3 - DEFINIÇÃO DAS DIRETRIZES E PROPOSTAS**

Inicialmente foram elaborados Eixos de desenvolvimento estratégico com suas respectivas diretrizes. As diretrizes contemplaram os aspectos físico-espaciais, de infra-estrutura e ambientais e institucionais, que deram origem a ações, propostas para curto prazo, também diretrizes para o estabelecimento de:

- a) política de desenvolvimento urbano e municipal;
- b) sistemática permanente de planejamento;
- c) propostas de projetos estruturais dos diversos setores estratégicos considerando a estimativa de custos e projeções orçamentárias municipais;
- d) dinamização e ampliação das atividades econômicas a fim de estruturar o fortalecimento da economia do município (emprego, renda e receitas);
- e) propostas, instrumentos e mecanismos referentes a:
  - i. ocupação do espaço, e expansão urbana
  - ii. distribuição equitativa dos usos
  - iii. hierarquização do sistema viário e articulação da mobilidade urbana
  - iv. controle do meio ambiente, saneamento e proteção aos elementos que caracterizam a identidade do município
  - v. arborização pública
  - vi. sistema de informações para o planejamento e gestão municipal
  - vii. diretrizes para a coleta e disposição final de resíduos sólidos, industriais e saúde
  - viii. instrumentos a serem adotados nos projetos de parcelamento, edificações, consultas prévias, alvarás, laudo de conclusão de obras e habite-se
  - ix. processos e recursos para a atualização permanente de instrumentos de política e planejamento territorial

SECRETARIA MUNICIPAL DO CADERNO  
FONE: 3262-3553

28 JUN. 2019

SECRETARIA MUNICIPAL DO CADERNO  
FONE: 3262-3553

AV. PRES. AFFONSO CAMARGO, 763 - CURITIBA - PR

O selo de autenticidade de atos, l. 11.127/06 art. 11º, inciso I, da Lei nº 11.127/06.

CREA-PR  
O SELO DE AUTENTICIDADE FOI AFIXADO NA ÚLTIMA FOLHA

0309



- x. parâmetros, ações e instrumentos para a regularização da situação fundiária ou diretrizes de uso das áreas que necessitam de desocupação
- xi. diretrizes e proposições decorrentes das recomendações de órgãos e instituições

**1.4. FASE 4 - PROPOSIÇÕES PARA A LEGISLAÇÃO BÁSICA E PROCESSO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO MUNICIPAL**

**1.5. ANTEPROJETO DE LEI**

Minutas de Anteprojeto de Lei acompanhadas de mapas em escala apropriada, destacando-se:

- a) Anteprojeto de Lei do Plano Diretor Municipal;
- b) Anteprojeto de Lei dos Perímetros Urbanos;
- c) Anteprojeto de Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano e Municipal;
- d) Anteprojeto de Lei de Parcelamento e Remembramento do Solo Urbano e Regularização Fundiária;
- e) Anteprojeto de Lei de Mobilidade e Sistema Viário;
- f) Anteprojeto de Lei do Código de Obras;
- g) Anteprojeto de Lei do Código de Posturas e Meio Ambiente;
- h) Anteprojeto de Lei da Compulsoriedade do Aproveitamento do Solo Urbano;
- i) Anteprojeto de Lei do Consórcio Imobiliário;
- j) Anteprojeto de Lei da Transferência do Direito de Construir.

**AUTENTICAÇÃO**  
 Certifico que a presente minuta de Anteprojeto de Lei do documento original que me foi apresentado. Dou Fé.  
 OTBA, CA

28 JUN. 2019

SERVIÇO DISTRIAL DO CAJURU  
 FONE/FAX: 3262-3559

JOÃO GERARDO DE MOURA MOURA  
 ANGELITA MARIA DE SOUZA  
 ELIZABETE MARIA DE SOUZA  
 JOÃO FRANCISCO DE SOUZA  
 CRISTINA RODRIGUES FERREIRA  
 AN. PRES. AFDONSO CAMARGO, 763 - CURITIBA - PR

O selo de autenticação da atos, f. 1.ª e última folha deste documento.

**1.5.1. PROCESSO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO MUNICIPAL**

- a) Adequação da estrutura organizacional da Prefeitura;
- b) Organização do sistema de informações;
- c) Construção de indicadores para avaliação anual do processo de planejamento e gestão municipal.

**1.6. FASES PLANEJAMENTO E INVESTIMENTOS**

O Plano de Ações e Investimentos refere-se à análise sistêmica e à avaliação das estratégias de intervenção anteriormente formuladas, aglutinando as discussões que se desenvolveram no âmbito das reuniões com a Equipe Técnica Municipal e Comissão de Acompanhamento e, também, nos eventos (oficinas e seminários) realizados junto às entidades estaduais e do município para a discussão das referidas estratégias, e dos critérios e diretrizes para o ordenamento territorial, mediante a definição das ações e projetos prioritários, para os próximos 05 (cinco) anos em compatibilidade com a projeção orçamentária. Apresentando a hierarquização de investimentos em infraestrutura, equipamentos comunitários e ações institucionais, com a estimativa de custos aproximados.

E seguirá de elemento balizador para o município de Ouro Verde do Oeste atender à Lei Estadual nº 15.229 de 25 de julho de 2006, como também, à Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001.

**1.7. AUDIÊNCIAS PÚBLICAS E OFICINAS DE CAPACITAÇÃO TÉCNICA**

O Plano Diretor, que por intervir diretamente na cidade e na vida dos cidadãos, abre espaço para a participação da população, podendo haver interesses divergentes e até conflitantes, entretanto, com um objetivo comum, a distribuição mais justa dos pontos positivos e negativos existentes na vida da cidade. Assim sendo, foram realizadas audiências com a comunidade, a qual foi inserida no processo participativo de desenvolvimento do Plano Diretor e também oficinas de capacitação técnica com a equipe da Prefeitura e Comissão de Acompanhamento de Elaboração do Plano Diretor. A realização da Audiência e Oficina ficou sob responsabilidade da Prefeitura, com o apoio da equipe da Consultora.

O Município divulgou amplamente e com antecedência e, realizou 03 (três) audiências públicas e 03 (três) oficinas de capacitação, além de outras reuniões e consultas com a equipe da Prefeitura. Para as audiências foram convidados representantes da sociedade organizada, da população em geral, dos segmentos econômicos, além de representantes do governo e técnicos dos setores correlatos ao planejamento da prefeitura. A forma de divulgação das audiências foi feita por meio de ampla divulgação dos meios de comunicação, como rádio, jornal, panfletos, entre outros tipos de mídia. Os volumes correspondentes ao assunto a ser tratado nas audiências foram disponibilizados na Prefeitura Municipal para que a população pudesse se interar sobre o seu conteúdo e se preparar para a Audiência Pública, sendo livre o seu acesso a qualquer interessado.

As Audiências Públicas foram realizadas:

- 1ª Audiência Pública, ocorreu em 10 de dezembro de 2007 na Câmara Municipal de Ouro Verde do Oeste, às 20h30m;
- 2ª Audiência Pública, ocorreu em 11 de abril de 2008 na Câmara Municipal de Ouro Verde do Oeste, às 19h;

**CREA-PR**  
 O SELO DE AUTENTICIDADE FOI AFIKADO NA ÚLTIMA FOLHA



- 3ª Audiência Pública, ocorreu em 24 de junho de 2008 na Câmara Municipal de Ouro Verde do Oeste, às 18h30m.

**1.8. TREINAMENTO DA EQUIPE TÉCNICA MUNICIPAL E COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO**

Os treinamentos tanto da Equipe Técnica Municipal quanto da Comissão de Acompanhamento de Elaboração do Plano Diretor se deram por meio de oficinas de capacitação. Ao todo foram realizadas 03 oficinas, sempre para discussão dos conteúdos que culminaram nos 05 produtos componentes do PDM.

A Equipe Técnica do Município de Ouro Verde do Oeste (Decreto Municipal nº 053/2007), foi composta por representantes dos setores correlatos na prefeitura. O treinamento foi feito de acordo com os seguintes aspectos: Embasamento Técnico-Administrativo-Legal do Plano Diretor Municipal, Avaliação Temática Integrada, Definição de Diretrizes e Proposições, Legislação Básica, Processo de Planejamento e Gestão Municipal, Plano de Ação e Investimentos, Indicadores e Implementação do Plano Diretor Municipal, de acordo com o Termo de Referência da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano – SEDU/PARANACIDADE.

A Comissão de Acompanhamento da Elaboração do Plano Diretor (Decreto Municipal nº 001/2008), foi composta por representantes da administração municipal e dos segmentos organizados da sociedade civil local. O treinamento da Comissão foi realizado referente aos aspectos de embasamento técnico-administrativo-legal do Plano Diretor; competências, organização e funcionamento da Comissão de Acompanhamento; e criação do Conselho de Desenvolvimento Municipal, assim como de suas atribuições, composição e funcionamento.

**1.9. CONFERÊNCIA DA CIDADE**

Sob a coordenação do Município, e tendo apoio da Empresa Consultora, após a conclusão das fases de Elaboração do PDM e da realização da última audiência pública, foi realizada a Conferência Municipal da Cidade, em conformidade com o disposto na Resolução Normativa nº04 de 06/12/2006, do Conselho das Cidades e de acordo com o Termo de Referência do PARANACIDADE. Esta Conferência teve como principais objetivos:

- Garantir a implementação de um processo permanente de planejamento visando obter o comprometimento do poder público municipal com a implementação do PDM construído coletivamente e na sua atualização permanente;
- Criar o Conselho de Desenvolvimento Municipal, a partir da experiência da Comissão de Acompanhamento de elaboração do PDM e dos demais conselhos Municipais existentes, definindo assim, a sua composição e suas atribuições. Tem a finalidade de integrar o processo permanente de planejamento e gestão decorrente da implementação do Plano Diretor Municipal;
- Obter o comprometimento da Câmara de Vereadores com a aprovação do PDM.

A Primeira Conferência Municipal da Cidade foi realizada no dia 24 de junho de 2008 às 20 h, elegendo os membros do Conselho de Desenvolvimento Municipal de acordo com a Lei do Plano Diretor.

OURO VERDE DO OESTE, 29 de agosto de 2008.

*[Handwritten signature]*

**CLEUNICE ALVES CARDOSO**  
 Prefeita Municipal de Ouro Verde do Oeste

**AUTENTICAÇÃO**  
 Certifico que a presente fotocópia reproduz fielmente o documento original que me foi apresentado. Dou Fé.

SERVIÇO DISTRIAL DO CADORNI  
 FONE/FAX: 3262-3555

28 JUN 2008

JOÃO GERALDO LAURINKI  
 ANGELITA ERMA WINSER  
 ELIZABETE RAMOS CARVALHO  
 JOÃO PAULO NETUNO  
 CRISTINA ROQUELIERI  
 AV. PRES. BRUNO CAVATINI, 200 - C. JARDIM

28 JUN 2008

Tabulação de Notas  
 Exclusivo para  
 Autenticação de Cópia  
 Nº 00710446

**Eduardo Geronimo Alves de Moraes**  
 Escrivente

Atestado registrado mediante vinculação a respeito de...

CREA - PR  
 A 000.599

3º TABELIONATO  
 3º TABELIONATO

ALVES CARDOSO  
 Toledo, 29 de agosto de 2008  
 Em Teste

1177  
 PARANÁ





CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA  
ESTADO DO PARANÁ

## Certidão de Acervo Técnico

### SANDRA MAYUMI NAKAMURA

Carteira Profissional: PR-33072/D

Acervo Técnico Nº.: 5097/2011

RNP Nº.: 1703770706

Protocolo Nº.: 2011/00124561

ART Nº.: 3048968137, 0..... Registrada: 06/03/2008.....  
 ART Co-Respons.: ..... ART Vinculada: .....  
 Empresa Executora.: ECOTECNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA.....  
 Contratante(s): PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO VERDE DO OESTE -  
 CNPJ/CPF: 80.880.107/000100.....  
 Tipo de Contrato.: OUTROS.....  
 Atividade Técnica.: SUPERVISÃO, COORDENAÇÃO, ORIENTAÇÃO TÉCNICA.....  
 Área de Competência.: PLANEJAMENTO URBANO.....  
 Tipo de Obra/Serviço: PLANEJAMENTO FISICO DO TERRENO URBANO, RURAL E  
 REGIONAL.....  
 Serviço Contratado.: PROJETO.....  
 OUTROS.....  
 Dimensão.: 1,00 UNID..... Área Existente: .....  
 Área Ampliada: ..... Área de Reforma: .....  
 Local da Obra.: RUA CURITIBA, 657 CENTRO.....  
 Município/Estado.: OURO VERDE DO OESTE/PR.....  
 Data de Início.: 25/10/2007..... Data de Conclusão: 25/07/2008.....  
 Docto de Conclusão.: DECLARAÇÃO PROFISSIONAL.....  
 Descr. Compl. Serv.: ELABORAÇÃO DE PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE OURO  
 VERDE DO OESTE-PR CONFORME CONTRATO Nº171/2007-PM-OVO  
 FIRMADO ENTRE AS PARTES E DE ACORDO COM A LEI FEDERAL  
 Nº10.257/01 - ESTATUTO DA CIDADE PARTICIPAÇÃO DO  
 PROFISSIONAL: COORDENAÇÃO GERAL.....  
 Observação: .....

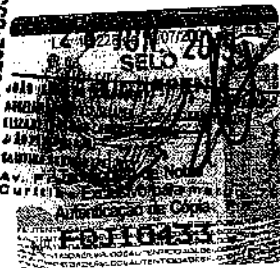
### AUTENTICAÇÃO

Certifico que a presente fotocópia é reprodução  
fiel de documento original que me foi apresentado.

Dou fé.

EDUARDO GERONIMO ALVES DE MORAES

SERVIÇO DISTRIAL DO CALJURU  
FONE/FAX 3262-3553



Eduardo Gerônimo Alves de Moraes  
Escrivão


**Conselho de Arquitetura e Urbanismo  
do Brasil**
**CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO COM ATESTADO**  
 Resolução Nº 93 de 07 de Novembro de 2014

**CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO COM ATESTADO**  
**Nº 0000000506341**


20190000506341

Validade: Indeterminada

CERTIFICAMOS, para os devidos fins, que consta em nossos arquivos o registro do Acervo referente ao(s) Registro(s) de Responsabilidade Técnica - RRTs abaixo discriminado(s):

**DADOS DO PROFISSIONAL**

Profissional: LETICIA SCHMITT CARDON DE OLIVEIRA

Título do Profissional: Arquiteto e Urbanista

Data de obtenção do título: 10/02/2006

Registro Nacional: 000A469130

Data de Registro: 13/02/2006

**DADOS DOS REGISTROS DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA-RRT**

Número do RRT: 8300464

Tipo do RRT: SIMPLES

Registrado em: 27/05/2019

Forma de Registro: RETIFICADOR à 3792783

Participação Técnica: EQUIPE

Descrição: Elaboração do Plano Diretor Municipal de Itiquira - MT. Coordenadora da equipe técnica multidisciplinar.

**DADOS DO CONTRATO**
Contratante: ECOTECNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA  
CPF/CNPJ: 02610553000191

RUA MARIA RITA DAS CHAGAS LIMA

Nº 317

Complemento:

Cidade: CURITIBA

Bairro: SÃO BRAZ

UF: PR

CEP: 82300330

Contrato: cc201408501

Celebrado em: 05/01/2015

Valor do Contrato: R\$ 35.000,00

Tipo do Contratante: Pessoa jurídica de direito privado

Data de Início: 15/12/2014

Data de término da atividade: 2016-04-30

**ATIVIDADE TÉCNICA REALIZADA**

3.1 - COORDENAÇÃO E COMPATIBILIZAÇÃO DE PROJETOS, 1,00 un - unidade ;

**ENDEREÇO DA OBRA/SERVIÇO**

PRACA Frei Liberato

Nº 311

Complemento:

Cidade: ITIQUIRA

Bairro: CENTRO

UF: MT

CEP: 78790000

Coordenadas Geográficas: 0 0

**DESCRIÇÃO**

CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO COM ATESTADO

**INFORMAÇÕES IMPORTANTES**

- Esta certidão perderá a validade e será anulada, caso ocorra alterações das informações constantes do Atestado registrado ou do RRT vinculado ou caso sejam constatadas que são inverídicas as informações constantes do RRT, do atestado ou do requerimento da certidão.

- Certificamos que se encontra vinculado à presente CAT o atestado apresentado em cumprimento à Lei nº 8.666/93, expedido pela pessoa jurídica contratante, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações



**Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil**

**CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO COM ATESTADO**  
Resolução Nº 93 de 07 de Novembro de 2014

**CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO COM ATESTADO**  
**Nº 0000000506341**



nele constantes. É de responsabilidade deste Conselho a verificação da atividade profissional em conformidade com a Lei nº 12.378/2010 e Resoluções do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR)

- A Certidão de Acervo Técnico (CAT) à qual o atestado está vinculado constituirá prova da capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver ou venha a ser integrado ao seu quadro técnico por meio de declaração entregue no momento da habilitação ou da entrega das propostas

- Certificamos, ainda, que nos termos do artigo 2º da Lei nº 12.378/2010 e artigos 2º e 3º da Resolução nº 21/2012-CAU/BR, esta Certidão é válida somente para os serviços condizentes com as atribuições profissionais acima discriminadas

- Em conformidade com o que determina o Art. 45 da Lei 12.378, toda realização de trabalho de competência privativa ou de atuação compartilhadas com outras profissões regulamentadas será objeto de Registro de Responsabilidade Técnica - RRT

- Válida em todo o território nacional.

Certidão nº 506341/2019

Expedida em 27/05/2019 12:05:00, Curitiba/PR, CAU/PR

Chave de Impressão: Z251C592D8C3480GWZC6



Ecotécnica - Tecnologia e Consultoria Ltda  
 CNPJ: 02.610.553/0001-91  
 End.: Rua Padre Germano Mayer 205, Cid. São Rui CEP: 82.060-270 Curitiba - PR  
 Telefone (41) 3023-8639

Certidão nº 506341/2019 - 31/05/2019 - 17:08 - Chave de Impressão: Z251C59208C34806WZ08  
 O atestado neste ato registrado foi emitido em 31/05/2019, e contém 8 folhas

### ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins, que a Arquiteta e urbanista LETICIA SCHMITT CARDON DE OLIVEIRA, CAU A 46913-0, prestou para a ECOTÉCNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA., inscrita no CNPJ 02.610.553/0001-91, tendo como responsável técnica a Arquiteta e Urbanista SANDRA MAYUMI NAKAMURA, estabelecida na Rua Maria Rita das Chagas Lima, 317, Bairro São Braz, CEP 82.300-330 na cidade de Curitiba - PR, os serviços referentes à **Coordenação da Elaboração do Plano Diretor Municipal (PDM) para o município de Itiquira/MT**, tendo demonstrado Capacidade Técnica no fornecimento dos mesmos, nada constando em nossos arquivos que a desabone.

#### Dados do serviço

Contrato:	CC201408501
Objeto do contrato:	Elaboração do Plano Diretor Municipal (PDM) de Itiquira - MT considerando seis etapas de trabalho que relacionam aspectos metodológicos e processuais objetivando resultados apropriados para definição de uma estratégia de desenvolvimento e planejamento municipal.
Endereço completo da obra/serviço:	Praça Frei Liberato, 311, Centro CEP: 78.790-000 Itiquira - MT
Data de início:	15/12/2014
Data de conclusão:	30/04/2016
Valor Contrato/Honorários	R\$ 35.000,00

#### Descrição dos serviços

##### Âmbito e metodologia

A seguir, apresentam-se a metodologia e as técnicas utilizadas na execução das atividades, originando os produtos de cada uma das 06 fases elaboração do Plano Diretor Municipal de Itiquira, sendo que o sexto produto trata-se do Produto Final, abrangendo todas as demais etapas, atingindo-se os objetivos.

Ainda, foram definidas, a partir das informações coletadas, a estruturação e instrumentação administrativa que foi necessária à adaptação da estrutura do Poder Público Municipal para a implementação do PDM e Leis Complementares.

##### Plano de Trabalho - Produto 1

Corresponde ao documento que descreve o conteúdo e processo de elaboração do Plano Diretor Municipal de Itiquira, com enfoque, principalmente, na metodologia estratégica, traçada pela equipe técnica da Assessoria Técnica Ambiental, equipe técnica municipal e núcleo gestor de acompanhamento do PDM.

Este documento encontra-se registrado no Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil, vinculado à Certidão De Aproveitamento Técnico Com Atestado nº 506341, emitida em 31/05/2019.

1258



Estratégia e Tecnologia em Consultoria Ltda.  
CNPJ: 02.610.343/0001-01  
End: Rua Padre Germano Mayer, 325 - Cristo Rês - CEP. 80.050-270 Curitiba - PR  
Telefone (41) 3026-8039

Certidão nº 50634/2019 - 31/05/2019 - 17:06 - Chave de Impressão: Z251C582D8C34808WZC6  
O arquivado neste ato registrado foi emitido em 31/05/2019, o contêm 8 folhas

**Diagnóstico – Produto 2**

O processo de Diagnóstico se realizou a partir da compilação, discussão e análise da equipe técnica da consultoria, equipe técnica municipal e núcleo gestor de acompanhamento, dos dados disponibilizados pela Prefeitura Municipal de Itiquira e outras instituições pertinentes, com vistas a subsidiar o trabalho dos técnicos de cada uma das especialidades envolvidas, para posterior discussão e elaboração de um quadro síntese contendo as principais **Condicionantes, Deficiências e Potencialidades**, assim como confecção de mapas temáticos pertinentes a cada tema. As informações coletadas nos levantamentos de dados em campo, assim como as informações contidas nos mapas temáticos confeccionados pela consultoria foram entregues em arquivos editáveis à Prefeitura Municipal de Itiquira. Foram avaliados os seguintes temas:

Contextualização Regional

A contextualização regional sob os aspectos naturais e antrópicos, contemplou a vocação e o potencial do município de Itiquira na região, e focalizou os principais fatores que concorreram para o seu desenvolvimento. Foram imprescindíveis as espacializações das informações, configuradas por meio de figuras e mapas temáticos.

Caracterização Municipal

A caracterização municipal foi realizada mediante a abordagem dos seguintes temas principais, subdivididos em:

Aspectos Físico-ambientais

a) Meio Físico

Foram identificadas as condições do clima, geologia, geomorfologia, solos, recursos hídricos (superficiais e subterrâneos), recursos minerais e direitos minerários, riscos geoambientais associados às situações que alterem o meio físico provocando danos, tais como a erosão fluvial, sítios geológicos, além do potencial turístico municipal.

b) Meio Biótico

Foram enfocadas questões referentes à flora e fauna, caracterizando o enquadramento fitogeográfico regional do município, sua cobertura vegetal e o uso do solo do território municipal. Com base nos dados levantados, foram caracterizados os espaços para áreas de expansão urbana, conservação e preservação permanente, áreas públicas de lazer e aduização urbana.

Aspectos Antrópicos

A análise territorial de Itiquira foi desenvolvida com base em dados primários coletados através de levantamento *in loco* e de informações repassados pelos diferentes setores da Prefeitura Municipal de Itiquira, além de dados secundários de instituições brasileiras consagradas de pesquisa e estatística. Com a finalidade de se obter um panorama da condição territorial de Itiquira foram abordados aspectos de demografia, uso e ocupação do solo urbano e rural, instrumentos de planejamento utilizados, áreas verdes, habitação, patrimônio, preço da terra e potencial turístico.

a) Componente Espacial

Primeiramente realizou-se uma análise demográfica do município, permitindo identificar as dinâmicas e tendências populacionais que se apresentam como reflexo dos aspectos territoriais, econômicos e sociais, possibilitando o planejamento de diretrizes às políticas públicas para o atendimento das necessidades básicas da população. Assim, com a finalidade de se estabelecer o quadro populacional de Itiquira, foram considerados neste estudo os componentes demográficos de distribuição, crescimento e projeção da população, migração e urbanização.

Foi realizada uma abordagem geral do uso e ocupação do solo urbano e rural mediante a caracterização da evolução da urbanização e do uso do solo, análise do parcelamento do solo e suas tendências de crescimento, questões fundiárias e aspectos atuais dos parcelamentos no município e vazios urbanos,

Este documento encontra-se registrado no Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil vinculado à Certidão De Aprove Técnico Com Atestado nº 506341, emitida em 31/05/2019

0310



Ecológica - Tecnologia e Consultoria Ltda  
 CNPJ: 02.610.662/0001-91  
 End.: Rua Padre Cernaro Mayer, 325, Cristo Rei, CEP: 80.050-270 Curitiba - PR  
 Telefone (41) 3023-8636

habitação e respectivo déficit habitacional, patrimônio histórico, cultural e paisagístico, e áreas verdes. A partir de uma visão sustentável, foram identificados e analisados os usos atuais, sua dependência econômica ou cultural e sua demanda (urbana e rural) para os próximos 10 anos, identificando os principais entraves espaciais existentes.

Ocorreu igualmente, uma caracterização da infraestrutura e serviços públicos enfocando aspectos relevantes à circulação; sistema viário; saneamento básico (abastecimento de água, esgotamento sanitário, resíduos sólidos e manejo de águas pluviais); energia e comunicações. Além disso, diagnosticaram-se os aspectos socioculturais, abordando os índices de desenvolvimento humano do município, assim como outros aspectos socioculturais como saúde, educação, assistência social, cultura, lazer e esporte e segurança pública. A distribuição dos equipamentos públicos também foi analisada por meio do mapeamento, como forma de verificar o atendimento da demanda atual.

Ressalta-se que foram tomados por base os dados e estudos existentes no município referentes a este tema.

#### b) Componente Socioeconômico

A caracterização econômica do município contemplou os principais aspectos econômicos do município de Itiquira, dentre eles, o perfil da renda e ocupação da população e dos setores produtivos, subdivididos pelas atividades agrícolas e pecuárias, industriais e de serviços, designados como atividades ligadas ao setor primário, secundário e terciário, em especial, as atividades ligadas ao primeiro setor.

#### c) Aspectos Institucionais

Foram caracterizadas as unidades administrativas da estrutura da Prefeitura Municipal e, o sistema de gestão relacionado ao planejamento e desenvolvimento do município, que se relacionam com a implementação do Plano Diretor Municipal. Igualmente, foi identificada a capacidade de investimento do município, situação atual de arrecadação, considerando também possíveis fontes alternativas de recursos financeiros e possibilidade de realização de operações de crédito (capacidade de endividamento), além de impostos cobrados, taxas, contribuição de melhoria e demais tributos.

Procedeu-se a uma análise da estrutura organizacional da administração municipal e dos agentes intervenientes ao plano diretor (secretarias, sociedade civil organizada e outros considerados relevantes). Esta análise teve o intuito de detectar a atuação das secretarias e sua influência na área, de forma a propor no desenvolvimento deste trabalho as possibilidades de atuação e inter-relação entre estes agentes, bem como, análises no sistema de informações municipais disponíveis para a gestão do desenvolvimento local. Da legislação vigente identificou-se a adequação ou inadequação de cada um dos instrumentos, em relação a: (i) questões constitucionais, Lei Orgânica Municipal e demais leis federais, estaduais e municipais; (ii) questões físico-ambientais e (iii) adequação à realidade do uso e ocupação do solo existente.

As normas jurídicas (leis, decretos e outros atos administrativos) do Estado e Município pertinentes a este Plano foram coletadas em órgãos do Poder Executivo, Poder Legislativo, e em outros pertinentes.

#### Condicionantes, Deficiências e Potencialidades

A análise de cada informação foi realizada individualmente, com suas inter-relações mencionadas e elencadas em um quadro síntese, permitindo uma visão ampla das condicionantes, deficiências e potencialidades locais, correspondentes. Possibilitando, assim, alcançar proposições preliminares de diretrizes para correção, minimização, prevenção ou compensação de deficiências e para valorização das potencialidades.

#### Seleção de Temas Prioritários, Propostas e Instrumentos de Gestão – Produto 03

A síntese da leitura comunitária somada à leitura técnica resultou na identificação dos temas prioritários para a elaboração das propostas do plano. De acordo com as principais deficiências e potencialidades levantadas no município de Itiquira foram elencados os principais aspectos que se reverteram em eixos





Engenharia - Tecnologia e Consultoria Ltda.  
 CNPJ: 02.810.555/0001-01  
 End. Rua Padre Geminiano Mayer, 325 - Cidades Real - CEP: 20.060-270 - Curitiba - PR  
 Telefone: (41) 3025-8639

de desenvolvimento, ou seja, propostas estratégicas com objetivo de impulsionar o desenvolvimento local. Para cada eixo de desenvolvimento definiram-se as diretrizes e respectivas ações propostas para curto, médio e longo prazo de implementação. Esta etapa englobou também as propostas de ordenação do espaço urbano e municipal, propondo o macrozoneamento municipal e urbano, hierarquia viária municipal e urbana e articulação da mobilidade urbana, adequação dos perímetros urbanos e instrumentos de gestão, de acordo com o Estatuto da Cidade.

#### Proposições para a Legislação Básica – Produto 04

A definição da Legislação Básica foi fundamentalmente balizada pelo conteúdo do Produto 03 – Seleção de Temas Prioritários, Propostas e Instrumentos de Gestão. Ainda, foram tomadas como referência e base de princípios, legislações federais, estaduais e municipais, principalmente a Lei Federal n.º 10.257/01 – Estatuto da Cidade, Lei Federal n.º 6.766/79 e alterações, regulamentações e normativas do Ministério das Cidades, Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) e Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

#### Anteprojetos de Lei:

Foram desenvolvidas as seguintes minutas de anteprojeto de Lei, acompanhadas de mapas em escala apropriada:

- a) Anteprojeto de Lei do Plano Diretor Municipal de Itiquira;
- b) Anteprojeto de Lei dos Perímetros Urbanos;
- c) Anteprojeto de Lei de Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo;
- d) Anteprojeto de Lei de Parcelamento Urbano;
- e) Anteprojeto de Lei de Sistema Viário e Mobilidade;
- f) Anteprojeto de Lei do Código de Obras;
- g) Anteprojeto de Lei do Código de Posturas;
- h) Anteprojeto de Lei do Código de Defesa do Meio Ambiente e Recursos Naturais;
- i) Anteprojeto de Lei do Consórcio Imobiliário;
- j) Anteprojeto de Lei do Direito de Preempção;
- k) Anteprojeto de Lei da Transferência do Direito de Construir;
- l) Anteprojeto de Lei de Compulsoriedade do Solo Urbano.

#### Plano de Ações e Investimentos – Produto 05

O Plano de Ações e Investimentos refere-se à análise sistêmica e à avaliação das estratégias de intervenção anteriormente formuladas, aglutinando as discussões que se desenvolveram no âmbito das reuniões com a Equipe Técnica do PDM, Núcleo Gestor de Acompanhamento e, também, nos eventos (oficinas técnicas e audiências públicas) realizados junto às entidades estaduais (SECID- MT) e do município para a discussão das referidas estratégias, e dos critérios e diretrizes para o ordenamento territorial, mediante a definição das ações e projetos prioritários, para os próximos 05 (cinco) anos em compatibilidade com a projeção orçamentária. Apresentando a hierarquização de investimentos em infraestrutura, proteção ambiental, equipamentos comunitários e ações institucionais, com a estimativa de custos aproximados.

#### Produto Final – Produto 06

Trata-se do fechamento final e consolidação de todas as etapas do Plano Diretor Municipal de Itiquira.



Embrascia - Tecnologia e Comunicação Ltda  
CNPJ: 02.610.533/0001-97  
End. Rua Padre Germano Mayer, 125, Centro, Itaquira, CEP: 40.050-270 - Curitiba - PR  
Telefone (41) 3023-9030

Certidão nº 50634/2019 - 31/05/2019 - 17:06 - Chave de Impressão: Z251C592D3C34506WZC6  
O atestado neste ato registrado foi emitido em 31/05/2019, e contém 8 folhas

**PROCESSO PARTICIPATIVO**

**Audiências Públicas e Oficinas Técnicas**

O Plano Diretor Municipal, que por intervir diretamente na cidade e na vida dos cidadãos, abre espaço para a participação da população, podendo haver interesses divergentes e até conflitantes, entretanto, com um objetivo comum, a distribuição mais justa dos pontos positivos e negativos existentes na vida da cidade. Assim, uma das principais estratégias consideradas na elaboração do Plano Diretor Municipal (PDM) de Itaquira foi a mobilização social e o processo participativo da população. Foram realizadas audiências públicas com a comunidade, a qual foi inserida no processo participativo de desenvolvimento do Plano Diretor Municipal, e de acordo com as orientações do Ministério das Cidades (Estatuto da Cidade). Ademais, foram realizadas oficinas de capacitação técnica com a equipe técnica da Prefeitura e Núcleo Gestor de Acompanhamento da Elaboração do Plano Diretor Municipal de Itaquira. Além disso, foram aplicados questionários com a população acerca dos problemas e potencialidades do município. Os agentes comunitários de saúde aplicaram os questionários e os resultados obtidos também serviram de base para a seleção dos temas prioritários e a elaboração das propostas.

O Município divulgou amplamente e com antecedência os eventos, sendo realizadas 09 oficinas técnicas; 03 audiências públicas, além de outras reuniões e consultas. A divulgação dos eventos foi realizada por: carro de som, site da prefeitura, jornais, rede social e cartazes impressos e distribuídos nos locais de maior circulação da população.

As oficinas técnicas do PDM de Itaquira foram destinadas à Equipe Técnica Municipal e ao Núcleo Gestor de Acompanhamento. O objetivo dessas foi contextualizar e levantar informações sobre aspectos relacionados ao desenvolvimento do PDM, bem como a realizar debates na construção das propostas de planejamento municipal, contribuindo também para a construção do processo participativo.

Para as audiências públicas foram convidados representantes da sociedade civil organizada, da população em geral, dos segmentos econômicos, além de representantes do governo e técnicos dos setores correlatos ao planejamento municipal. A audiência pública é uma forma de consulta pública e teve como objetivo a divulgação para a sociedade do plano ou projeto em questão, assegurando o direito de participação popular.

Os documentos correspondentes ao assunto a ser tratado nas audiências foram disponibilizados na sede da Prefeitura Municipal e site eletrônico para que a população pudesse se inteirar sobre o seu conteúdo e se preparar para a Audiência Pública, sendo livre o seu acesso a qualquer interessado.

**Treinamento da Equipe Técnica Municipal e Núcleo Gestor de Acompanhamento**

Os treinamentos tanto da Equipe Técnica Municipal quanto do Núcleo Gestor de Acompanhamento se deram por meio de oficinas técnicas. Ao todo foram realizadas 09 oficinas, sempre para discussão dos conteúdos que culminaram nos seis produtos componentes do PDM.

A Equipe Técnica do Município de Itaquira foi composta por representantes dos setores correlatos na prefeitura. O treinamento foi feito de acordo com os seguintes aspectos: Embasamento Técnico-Administrativo-Legal do Plano Diretor Municipal; Avaliação Temática Integrada; Seleção dos Temas Prioritários, Propostas e Instrumentos de Gestão; Legislação Básica, Processo de Planejamento e Gestão Municipal, Plano de Ações e Investimentos, de acordo com os critérios para elaboração do Plano Diretor Municipal estabelecido pelo Ministério das Cidades. O Núcleo Gestor de Acompanhamento da Elaboração do Plano Diretor foi composto por representantes da administração municipal e dos segmentos organizados da sociedade civil local. O treinamento foi realizado referente aos aspectos de embasamento técnico-administrativo-legal do Plano Diretor; competências, organização e funcionamento do Núcleo Gestor de Acompanhamento, assim como de suas atribuições, composição e funcionamento.

Ressalta-se, ainda, que propostas deste PDM foram formuladas durante a realização das oficinas técnicas e comunitárias, além das audiências públicas, de forma democrática e participativa.

Este documento encontra-se registrado no Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil, vinculado à Certidão De Acervo Técnico Com Atestado nº 506341, emitida em 31/05/2019





Engenharia - Tecnologia e Consultoria Ltda  
CNPJ: 02.610.653/0001-91  
End. Rua Padre Germano Mayer, 305, Casa: Rai CEP: 30.050-270 Curitiba - PR  
Telefone (41) 3026-8639

12620

Certidão nº 506341/2019 - 31/05/2019, 17:06 - Chave de Impressão: 2251C592D8C34806WZC6  
O atestado neste ato registrado foi emitido em 31/05/2019, e contém 8 folhas

### Fiscalização dos serviços

Este atestado foi emitido por solicitação da profissional Leticia Schmitt Cardon de Oliveira. A emissão desse atestado substitui todos os demais documentos correlatos já emitidos ou fornecidos.

Curitiba, 30 de junho de 2016.

SANDRA MAYUMI NAKAMURA  
CAU A 28547 1  
CPF: 030.228.409-50



Este documento encontra-se registrado no Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil, vinculado à Certidão De Acervo Técnico Com Atestado nº 506341 emitida em 31/05/2019

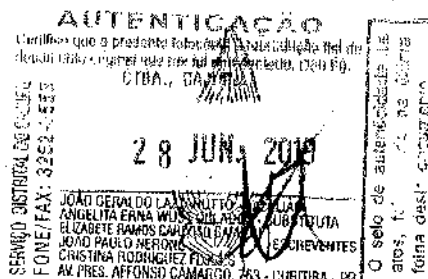
0320

## ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins, que a **ECOTÉCNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA**, com sede a Rua Padre Germano Mayer, 325, Cristo Rei, CEP 80.050-270 - Curitiba - PR, inscrita no CNPJ 02.610.553/0001-91 tendo como responsável técnica a Arquiteta e Urbanista **SANDRA MAYUMI NAKAMURA**, carteira profissional CAU-A28547-1, prestou para a **ASSESSORIA TÉCNICA AMBIENTAL LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF 05.688.216/0001-05, estabelecida na Rua Marechal José Bernardino Bormann, 821, na cidade de Curitiba - PR, os serviços referentes à **Elaboração do Plano Diretor Municipal (PDM) para o município de Itiquira/MT**, tendo demonstrado Capacidade Técnica no fornecimento dos mesmos, nada constando em nossos arquivos que a desabone.

### Dados do serviço

<b>Contrato:</b>	CC201408501
<b>Objeto do contrato:</b>	Elaboração do Plano Diretor Municipal (PDM) de Itiquira - MT considerando seis etapas de trabalho que relacionam aspectos metodológicos e processuais objetivando resultados apropriados para definição de uma estratégia de desenvolvimento e planejamento municipal.
<b>Endereço completo da obra/serviço:</b>	Praça Frei Liberato, 311, Centro CEP: 78.790-000 Itiquira - MT
<b>Data de início:</b>	21/11/2014
<b>Data de conclusão:</b>	30/04/2016
<b>Empresa executora</b>	Ecotécnica Tecnologia e Consultoria Ltda. Nº Registro CAU-A28547-1 CNPJ: 02.610.553/0001-91



### Equipe técnica

#### Supervisão

Supervisão	Pedro L. Fuentes Dias <i>Engenheiro Florestal</i>	CREA/PR 18299/D
Supervisão	Sandra Mayumi Nakamura <i>Arquiteta e Urbanista</i>	CAUA28547-1

#### Coordenação

Coordenação Técnica Geral	Alexandre Martinho Sanches <i>Engenheiro Ambiental</i>	CREA/PR 105238/D
Coordenação Técnica Geral	Letícia Schmitt Cardon de Oliveira <i>Arquiteta e Urbanista</i>	CAU A46913-0
Coordenação Técnica Adjunta	Walter Gustavo Linzmayer <i>Arquiteto e Urbanista</i>	CAU A33852-4
Coordenação Técnica Adjunta	Mayra Mayumi Aihara <i>Arquiteta e Urbanista</i>	CAU 138434-1

#### Equipe de Apoio

Geral	Lucas Mansur Schimaleski <i>Geógrafo</i>	CREA-PR 141646/D
Aspectos físico-ambientais	Cassio Kiyonori Nakamura <i>Oceanógrafo</i>	
Aspectos de saneamento básico	Nilo Aihara <i>Engenheiro Civil</i>	CREA-PR8040/D
Aspectos socioeconômicos e territoriais	Gisele Leopoldino <i>Zootecnista</i>	CRMV/2 - PR 1.094
Aspectos legais	Rosamaria Milléo Costa <i>Advogada</i>	OAB-PR 20.026
Aspectos econômicos e institucionais	Fernanda Tiemi Hagi <i>Economista</i>	
Aspectos territoriais e infraestrutura	Verena Geraldi Costa <i>Arquiteta e Urbanista</i>	CAU A107694-9
Aspectos socioculturais	Ana Maria Lorici Santin <i>Socióloga</i>	

### Descrição dos serviços

#### Escopo e metodologia

A seguir, apresentam-se a metodologia e as técnicas utilizadas na execução das atividades, originando os produtos de cada uma das 06 fases elaboração do Plano Diretor Municipal de Itiquira, sendo que o sexto produto trata-se do Produto Final, abrangendo todas as demais etapas, atingindo-se os objetivos.

Ainda, foram definidas, a partir das informações coletadas, a estruturação e instrumentação administrativa que foi necessária à adaptação da estrutura do Poder Público Municipal para a implementação do PDM e Leis Complementares.

**Rua Mal. José Bernardino Bormann, 821, Batel. CEP 80.730-350**  
**Fone/fax: (41) 3336-0888 e-mail:**  
**ciaambiental@ciaambiental.com.br**



**Cia Ambiental**  
**Plano de Trabalho – Produto 1**

Corresponde ao documento que descreve o conteúdo e processo de elaboração do Plano Diretor Municipal de Itiquira, com enfoque, principalmente, na metodologia estratégica, traçada pela equipe técnica da Assessoria Técnica Ambiental, equipe técnica municipal e núcleo gestor de acompanhamento do PDM.

**Diagnóstico – Produto 2**

O processo de Diagnóstico se realizou a partir da compilação, discussão e análise da equipe técnica da consultoria, equipe técnica municipal e núcleo gestor de acompanhamento, dos dados disponibilizados pela Prefeitura Municipal de Itiquira e outras instituições pertinentes, com vistas a subsidiar o trabalho dos técnicos de cada uma das especialidades envolvidas, para posterior discussão e elaboração de um quadro síntese contendo as principais **Condicionantes, Deficiências e Potencialidades**, assim como confecção de mapas temáticos pertinentes a cada tema. As informações coletadas nos levantamentos de dados em campo, assim como as informações contidas nos mapas temáticos confeccionados pela consultoria foram entregues em arquivos editáveis à Prefeitura Municipal de Itiquira.

Foram avaliados os seguintes temas:

Contextualização Regional

A contextualização regional sob os aspectos naturais e antrópicos, contemplou a vocação e o potencial do município de Itiquira na região, e focalizou os principais fatores que concorreram para o seu desenvolvimento. Foram imprescindíveis as especializações das informações, configuradas por meio de figuras e mapas temáticos.

Caracterização Municipal

A caracterização municipal foi realizada mediante a abordagem dos seguintes temas principais, subdivididos em:

Aspectos Físico-ambientais

a) Meio Físico

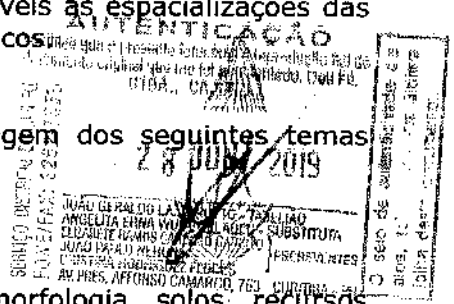
Foram identificadas as condições do clima, geologia, geomorfologia, solos, recursos hídricos (superficiais e subterrâneos), recursos minerais e direitos minerários, riscos geoambientais associados às situações que alterem o meio físico provocando danos, tais como a erosão fluvial, sítios geológicos, além do potencial turístico municipal.

b) Meio Biótico

Foram enfocadas questões referentes à flora e fauna, caracterizando o enquadramento fitogeográfico regional do município, sua cobertura vegetal e o uso do solo do território municipal. Com base nos dados levantados, foram caracterizados os espaços para áreas de expansão urbana, conservação e preservação permanente, áreas públicas de lazer e arborização urbana.

Aspectos Antrópicos

A análise territorial de Itiquira foi desenvolvida com base em dados primários coletados através de levantamento *in loco* e de informações repassadas pelos diferentes setores da Prefeitura Municipal de Itiquira, além de dados secundários de instituições brasileiras consagradas de pesquisa e estatística. Com a finalidade de se obter um panorama da condição territorial de Itiquira foram abordados aspectos de demografia, uso e ocupação do solo urbano e rural, instrumentos de planejamento utilizados, áreas verdes, habitação, patrimônio, preço da terra e potencial turístico.



a) Componente Espacial

Primeiramente realizou-se uma análise demográfica do município, permitindo identificar as dinâmicas e tendências populacionais que se apresentam como reflexo dos aspectos territoriais, econômicos e sociais, possibilitando o planejamento de diretrizes às políticas públicas para o atendimento das necessidades básicas da população. Assim, com a finalidade de se estabelecer o quadro populacional de Itiquira, foram considerados neste estudo os componentes demográficos de distribuição, crescimento e projeção da população, migração e urbanização.

Foi realizada uma abordagem geral do uso e ocupação do solo urbano e rural mediante a caracterização da evolução da urbanização e do uso do solo, análise do parcelamento do solo e suas tendências de crescimento, questões fundiárias e aspectos atuais dos parcelamentos no município e vazios urbanos, habitação e respectivo déficit habitacional, patrimônio histórico, cultural e paisagístico, e áreas verdes. A partir de uma visão sustentável, foram identificados e analisados os usos atuais, sua dependência econômica ou cultural e sua demanda (urbana e rural) para os próximos 10 anos, identificando os principais entraves espaciais existentes.

Ocorreu igualmente, uma caracterização da infraestrutura e serviços públicos enfocando aspectos relevantes à circulação; sistema viário; saneamento básico (abastecimento de água, esgotamento sanitário, resíduos sólidos e manejo de águas pluviais); energia e comunicações. Além disso, diagnosticaram-se os aspectos socioculturais, abordando os índices de desenvolvimento humano do município, assim como outros aspectos socioculturais como saúde, educação, assistência social, cultura, lazer e esporte e segurança pública. A distribuição dos equipamentos públicos também foi analisada por meio do mapeamento, como forma de verificar o atendimento da demanda atual.

Ressalta-se que foram tomados por base os dados e estudos existentes no município referentes a este tema.

b) Componente Socioeconômico

A caracterização econômica do município contemplou os principais aspectos econômicos do município de Itiquira, dentre eles, o perfil da renda e ocupação da população e dos setores produtivos, subdivididos pelas atividades agrícolas e pecuárias, industriais e de serviços, designados como atividades ligadas ao setor primário, secundário e terciário, em especial, as atividades ligadas ao primeiro setor.

c) Aspectos Institucionais

Foram caracterizadas as unidades administrativas da estrutura da Prefeitura Municipal e, o sistema de gestão relacionado ao planejamento e desenvolvimento do município, que se relacionam com a implementação do Plano Diretor Municipal. Igualmente, foi identificada a capacidade de investimento do município, situação atual de arrecadação, considerando também possíveis fontes alternativas de recursos financeiros e possibilidade de realização de operações de crédito (capacidade de endividamento), além de impostos cobrados, taxas, contribuição de melhoria e demais tributos.

Procedeu-se a uma análise da estrutura organizacional da administração municipal e dos agentes intervenientes ao plano diretor (secretarias, sociedade civil organizada e outros considerados relevantes). Esta análise teve o intuito de detectar a atuação das secretarias e sua influência na área, de forma a propor no desenvolvimento deste trabalho as possibilidades de atuação e inter-relação entre estes agentes, bem como, análises no sistema de informações municipais disponíveis para a gestão do desenvolvimento local.

Da legislação vigente identificou-se a adequação ou inadequação de cada um dos instrumentos, em relação a: (i) questões constitucionais, Lei Orgânica Municipal e demais leis federais, estaduais e municipais; (ii) questões físico-ambientais e (iii) adequação à realidade do uso e ocupação do solo existente.



As normas jurídicas (leis, decretos e outros atos administrativos) do Estado e Município pertinentes a este Plano foram coletadas em órgãos do Poder Executivo, Poder Legislativo, e em outros pertinentes.

**Condicionantes, Deficiências e Potencialidades**

A análise de cada informação foi realizada individualmente, com suas inter-relações mencionadas e elencadas em um quadro síntese, permitindo uma visão ampla das condicionantes, deficiências e potencialidades locais, correspondentes. Possibilitando, assim, alcançar proposições preliminares de diretrizes para correção, minimização, prevenção ou compensação de deficiências e para valorização das potencialidades.

**Seleção de Temas Prioritários, Propostas e Instrumentos de Gestão – Produto 03**

A síntese da leitura comunitária somada à leitura técnica resultou na identificação dos temas prioritários para a elaboração das propostas do plano. De acordo com as principais deficiências e potencialidades levantadas no município de Itiquira foram elencados os principais aspectos que se reverteram em eixos de desenvolvimento, ou seja, propostas estratégicas com objetivo de impulsionar o desenvolvimento local. Para cada eixo de desenvolvimento definiram-se as diretrizes e respectivas ações propostas para curto, médio e longo prazo de implementação. Esta etapa englobou também as propostas de ordenação do espaço urbano e municipal, propondo o macrozoneamento municipal e urbano, hierarquia viária municipal e urbana e articulação da mobilidade urbana, adequação dos perímetros urbanos e instrumentos de gestão, de acordo com o Estatuto da Cidade.

**Proposições para a Legislação Básica – Produto 04**

A definição da Legislação Básica foi fundamentalmente balizada pelo conteúdo do Produto 03 – Seleção de Temas Prioritários, Propostas e Instrumentos de Gestão. Ainda, foram tomadas como referência e base de princípios, legislações federais, estaduais e municipais, principalmente a Lei Federal n.º 10.257/01 – Estatuto da Cidade, Lei Federal n.º 6.766/79 e alterações, regulamentações e normativas do Ministério das Cidades, Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) e Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Anteprojetos de lei:

Foram desenvolvidas as seguintes minutas de anteprojeto de Lei, acompanhadas de mapas em escala apropriada:

- a) Anteprojeto de Lei do Plano Diretor Municipal de Itiquira;
- b) Anteprojeto de Lei dos Perímetros Urbanos;
- c) Anteprojeto de Lei de Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo;
- d) Anteprojeto de Lei de Parcelamento Urbano;
- e) Anteprojeto de Lei de Sistema Viário e Mobilidade;
- f) Anteprojeto de Lei do Código de Obras;
- g) Anteprojeto de Lei do Código de Posturas;
- h) Anteprojeto de Lei do Código de Defesa do Meio Ambiente e Recursos Naturais;
- i) Anteprojeto de Lei do Consórcio Imobiliário;
- j) Anteprojeto de Lei do Direito de Preempção;
- k) Anteprojeto de Lei da Transferência do Direito de Construir;
- l) Anteprojeto de Lei de Compulsoriedade do Solo Urbano.

AUTENTICAÇÃO

28 JUN 2019

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

AR. PRES. AFFONSO CAMARGO, 763 - CURITIBA - PR

Celo de autenticação: 1711

anos: 12

data: 28/06/2019

5

0323

### **Plano de Ações e Investimentos – Produto 05**

O Plano de Ações e Investimentos refere-se à análise sistêmica e à avaliação das estratégias de intervenção anteriormente formuladas, aglutinando as discussões que se desenvolveram no âmbito das reuniões com a Equipe Técnica do PDM, Núcleo Gestor de Acompanhamento e, também, nos eventos (oficinas técnicas e audiências públicas) realizados junto às entidades estaduais (SECID- MT) e do município para a discussão das referidas estratégias, e dos critérios e diretrizes para o ordenamento territorial, mediante a definição das ações e projetos prioritários, para os próximos 05 (cinco) anos em compatibilidade com a projeção orçamentária. Apresentando a hierarquização de investimentos em infraestrutura, proteção ambiental, equipamentos comunitários e ações institucionais, com a estimativa de custos aproximados.

### **Produto Final – Produto 06**

Trata-se do fechamento final e consolidação de todas as etapas do Plano Diretor Municipal de Itiquira.

## **PROCESSO PARTICIPATIVO**

### **Audiências Públicas e Oficinas Técnicas**

O Plano Diretor Municipal, que por intervir diretamente na cidade e na vida dos cidadãos, abre espaço para a participação da população, podendo haver interesses divergentes e até conflitantes, entretanto, com um objetivo comum, a distribuição mais justa dos pontos positivos e negativos existentes na vida da cidade. Assim, uma das principais estratégias consideradas na elaboração do Plano Diretor Municipal (PDM) de Itiquira foi a mobilização social e o processo participativo da população. Foram realizadas audiências públicas com a comunidade, a qual foi inserida no processo participativo de desenvolvimento do Plano Diretor Municipal, e de acordo com as orientações do Ministério das Cidades (Estatuto da Cidade). Ademais, foram realizadas oficinas de capacitação técnica com a equipe técnica da Prefeitura e Núcleo Gestor de Acompanhamento da Elaboração do Plano Diretor Municipal de Itiquira. Além disso, foram aplicados questionários com a população acerca dos problemas e potencialidades do município. Os agentes comunitários de saúde aplicaram os questionários e os resultados obtidos também serviram de base para a seleção dos temas prioritários e a elaboração das propostas.

O Município divulgou amplamente e com antecedência os eventos, sendo realizadas 09 oficinas técnicas; 03 audiências públicas, além de outras reuniões e consultas. A divulgação dos eventos foi realizada por: carro de som, site da prefeitura, jornais, rede social e cartazes impressos e distribuídos nos locais de maior circulação da população.

As oficinas técnicas do PDM de Itiquira foram destinadas à Equipe Técnica Municipal e ao Núcleo Gestor de Acompanhamento. O objetivo dessas foi contextualizar e levantar informações sobre aspectos relacionados ao desenvolvimento do PDM, bem como a realizar debates na construção das propostas de planejamento municipal, contribuindo também para a construção do processo participativo.

Para as audiências públicas foram convidados representantes da sociedade civil organizada, da população em geral, dos segmentos econômicos, além de representantes do governo e técnicos dos setores correlatos ao planejamento municipal. A audiência pública é uma forma de consulta pública e teve como objetivo a divulgação para a sociedade do plano ou projeto em questão, assegurando o direito de participação popular.

Os documentos correspondentes ao assunto a ser tratado nas audiências foram disponibilizados na sede da Prefeitura Municipal e site eletrônico para que a população

**Rua Mal. José Bernardino Bormann, 821, Batel. CEP 80.730-350**

**Fone/fax: (41) 3336-0888 e-mail:**

**ciaambiental@ciaambiental.com.br**

SERVICÓ DISTRI TAL DO CAJURI  
AUTENTICAÇÃO  
FRENTE VERDE



1269

pudesse se inteirar sobre o seu conteúdo e se preparar para a Audiência Pública, sendo livre o seu acesso a qualquer interessado.

### Treinamento da Equipe Técnica Municipal e Núcleo Gestor de Acompanhamento

Os treinamentos tanto da Equipe Técnica Municipal quanto do Núcleo Gestor de Acompanhamento se deram por meio de oficinas técnicas. Ao todos foram realizadas 09 oficinas, sempre para discussão dos conteúdos que culminaram nos seis produtos componentes do PDM.

A Equipe Técnica do Município de Itiquira foi composta por representantes dos setores correlatos na prefeitura. O treinamento foi feito de acordo com os seguintes aspectos: Embasamento Técnico-Administrativo-Legal do Plano Diretor Municipal; Avaliação Temática Integrada; Seleção dos Temas Prioritários, Propostas e Instrumentos de Gestão; Legislação Básica, Processo de Planejamento e Gestão Municipal, Plano de Ações e Investimentos, de acordo com os critérios para elaboração do Plano Diretor Municipal estabelecido pelo Ministério das Cidades. O Núcleo Gestor de Acompanhamento da Elaboração do Plano Diretor foi composto por representantes da administração municipal e dos segmentos organizados da sociedade civil local. O treinamento foi realizado referente aos aspectos de embasamento técnico-administrativo-legal do Plano Diretor; competências, organização e funcionamento do Núcleo Gestor de Acompanhamento, assim como de suas atribuições, composição e funcionamento.

Ressalta-se, ainda, que propostas deste PDM foram formuladas durante a realização das oficinas técnicas e comunitárias, além das audiências públicas, de forma democrática e participativa.

### Fiscalização dos serviços

Este atestado foi emitido por solicitação da empresa ECOTÉCNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA. A emissão desse atestado substitui todos os demais documentos correlatos já emitidos ou fornecidos.

Curitiba, 30 de abril de 2016.

**Assessoria Técnica Ambiental Ltda.**  
CNPJ 05.688.216/0001-05

ATTESTADO DE AUTENTICACAO

Centro de Apoio Jurídico e Ambiental - Curitiba

28 JUN. 2016

JURADO PELA DRA. LUCIANA DE SOUZA

AMÉLIA FERREIRA VALLI

RICARDO FERREIRA

JURADO PELA DRA. LUCIANA DE SOUZA

CONSTRUTORA RODRIGUES

AV. PÉRS. AFFONSO CA. 1000, 700 - CURITIBA - PR

Centro de Apoio Jurídico e Ambiental - Curitiba

ROD. BR-101, KM 10, Lote 10 - Curitiba - PR

Tabelionato de Notas  
Exclusivo para  
Autenticação de Cópia  
FQJ10427

*Eduardo Geronimo Alves da Moraes*  
Estrevente

**Rua Mal. José Bernardino Bormann, 821, Batel. CEP 80.730-350**  
**Fone/fax: (41) 3336-0888 e-mail:**  
**ciaambiental@ciaambiental.com.br**

0324





CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA  
ESTADO DO PARANÁ

### Certidão de Acervo Técnico

**LETICIA SCHMITT CARDON DE OLIVEIRA**

Carteira Profissional: PR-83417/D  
Acervo Técnico Nº.: 2264/2011

RNP Nº.: 1700301624  
Protocolo Nº.: 2010/00353822

ART Nº.: 20105287115 0 Registrada: 13-12/2010  
 ART Co-Respons.: ART Vinculada: 20102781054 0  
 Empresa Executora.:  
 Contratante(s): ECOTÉCNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA. CNPJ/CPF:  
 02.610.553/0001-91  
 Tipo de Contrato.: SUB-EMPREITADA  
 Atividade Técnica.: ESTUDO, PLANEJAMENTO, PROJETO, ESPECIFICAÇÕES  
 Área de Competência.: SERVIÇOS AFINS E CORRELATOS EM ARQUITETURA E URBANISMO  
 Tipo de Obra/Serviço.: OUTRAS OBRAS/SERVIÇOS  
 Serviço Contratado.: OUTROS  
 Dimensão.: 1,00 UNID. Área Existente: 0,00 UNID  
 Área Ampliada.: 0,00 UNID Área de Reforma: 0,00 UNID  
 Dados Complementares: 0,00  
 Local da Obra.: RUA SÃO MIGUEL DO IGUAÇU, 1891 CENTRO  
 Município/Estado.: ITAIPULÂNDIA/PR  
 Data de Início.: 17/05/2010 Data de Conclusão: 20/01/2011  
 Tipo de Conclusão.: DECLARAÇÃO PROFISSIONAL  
 Descr. Compl. Serv.: TRATA-SE DE ART VINCULADA À ART Nº 20102781054  
 MOTIVO DA VINCULAÇÃO: PROFISSIONAL, DA ÁREA DE ARQUITETURA E URBANISMO, INTEGRANTE DA EQUIPE MULTIDISCIPLINAR DE ELABORAÇÃO DO PLANO LOCAL DE HABITACÃO DE INTERESSE SOCIAL (PLHIS), DO MUNICÍPIO DE ITAIPULÂNDIA-PR. PARTICIPAÇÃO DA PROFISSIONAL: RESPONSÁVEL PELOS ASPECTOS TERRITORIAIS E DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO. A PRESENTE ART REFERE-SE A CONTRATO DE SUBEMPREITADA LAVRADO ENTRE A EMPRESA ECOTECNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA E A PROFISSIONAL LETICIA SCHMITT CARDON OLIVEIRA, CONFORME ART DE EXECUÇÃO DE OBRA 20102781054 ANOTADA EM 05/07/2010 PELA PROFISSIONAL SANDRA MAYUMI NAKAMURA CARTEIRA PROFISSIONAL CREA-PR 33.072/D.

Observação:

**AUTENTICAÇÃO**

Certifico que a presente cópia é reprodução fiel do documento original que me foi apresentado. Dou fé.

*[Assinatura]*

28 JUN 2019

SERVIÇO CENTRAL DO CADERNO  
FONE/FAX 3262-3653

JOÃO GERA...  
 ANEXO...  
 ESTABELE...  
 JOÃO PAUL...  
 ESTABELE...  
 Autenticar...  
 F0310397

*[Assinatura]*  
 Eduardo Geromino Alves de Moraes  
 Escrivão



Ecotécnica – Tecnologia e Consultoria Ltda  
Curitiba – PR  
E-mail: etec@ecotecnica.com.br - Fone/Fax (41) 3026-8639

1271

**AUTENTICAÇÃO**  
Certifico que a presente cópia é reprodução fiel do documento original apresentado.  
Dout. **GERALDO AJURU**  
28 JUN 2011  
Tabelionato de Notas  
Escritório nº 100  
Autenticação nº 100  
SERVIÇO DISTRIAL DO CALIBRU  
FONE/FAX 3262-3553  
CURITIBA - PR  
Av. Profa. Dra. Maria da Graça Costa Lima, 517  
Bairro São Braz, CEP 82.300-330, Curitiba - PR

*Gerardo Gerônimo Alves de Moraes*  
Escritório

### ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

A ECOTÉCNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA, com sede à Maria Rita das Chagas Lima, 517 - Curitiba-PR Bairro São Braz, CEP 82.300-330, inscrita no CNPJ 02.610.553/0001-91 tendo como responsável técnica a Arquiteta e Urbanista SANDRA MAYUMI NAKAMURA, atesta para os devidos fins, que a profissional LETÍCIA SCHMITT CARDON DE OLIVEIRA, carteira profissional CREAPR-83.714/D, participou do PLANO LOCAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL (PLHIS) do município de Itaipulândia/PR, tendo demonstrado Capacidade Técnica no fornecimento dos mesmos, nada constando em nossos arquivos que a desabone.

### CARACTERÍSTICAS DOS SERVIÇOS

Início dos serviços: 17/05/2010  
Conclusão dos serviços: 20/01/2011  
Objeto do contrato: Elaboração do PLANO LOCAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL (PLHIS) de Itaipulândia/ PR em conformidade com o conforme contrato nº 149/2010 firmado entre a empresa Ecotécnica e a Prefeitura Municipal.  
Local da Obra: Rua São Miguel do Iguape 1891 – centro CEP 85880-000 Itaipulândia/PR

### EQUIPE TÉCNICA

#### Coordenação

Coordenação Geral	Arquiteta e Urbanista Esp. Sandra Mayumi Nakamura	CREA-PR 33.672/D
Coordenação Adjunta	Arquiteta e Urbanista Esp. Vanessa Boscaro Fernandes	CREA-PR 70.332/D
Coordenação Técnica	Arquiteta e Urbanista Nara Yumi Fujii	CREA-PR 103.063/D

#### Equipe complementar

Arquiteta e Urbanista	Thalita Sayuri Miura	CREA-PR 94.278/D
Arquiteta e Urbanista	Letícia Schmitt Cardon de Oliveira	CREA-PR 83.417/D
Engenheiro Civil / Sanitarista	Nilo Ainara	CREA-PR 8.040/D
Engenheira Ambiental	Leana Carolina Ferreira	CREA-PR 109.677/D
Socióloga	Ana Maria Lorci Santin	SSPR 189
Advogada	Lucia B. de Camargo Blicharski	OAB-PR 37951

#### Equipe de Apoio

Arquitetura e Urbanismo	Fernanda Knopik
Arquitetura e Urbanismo	Erika Naomi Fukunishi
Engenharia Ambiental	André Luis Mello
Engenharia Civil	Murilo Santiago Vargas

### DESCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS

#### PROPOSTA METODOLÓGICA

Abordagem sucinta das etapas do Plano Local de Habitação de Interesse Social de Itaipulândia, incluindo o as estratégias participativas, as formas de dar publicidade, o cronograma físico-financeiro e os produtos entregues para conclusão do Plano.



Ecotécnica – Tecnologia e Consultoria Ltda.  
 Curitiba – PR  
 E-mail: etc@ecotecnica.com.br - Fone/Fax (41) 3026-8639

**AUTENTICAÇÃO**  
 Certifico que a presente cópia e reprodução fiel do documento original, em todo o seu conteúdo.  
 Deu fé.  
 C. M. NAKAMURA  
 28 JUN. 2010  
 Serviço Distrital de Cadastro  
 FONE/FAX 3262-3553  
 Tabelado em Notas para a Cópia  
 Nº 10405  
 Livro 769

1272

*Eduardo Gerardo Alves de Moraes*  
 Engenheiro

**DIAGNÓSTICO MUNICIPAL**

Inicialmente foi elaborado o diagnóstico do município de Itaipulândia/ PR, com aspectos físicos, biológicos e antrópicos.

**CONTEXTUALIZAÇÃO DA QUESTÃO HABITACIONAL**

No mesmo diagnóstico citado no item anterior, foi elaborado um capítulo específico sobre o tema habitação, apresentando um panorama geral da questão habitacional no Brasil e confrontada com a realidade do município de Itaipulândia, com ênfase para a habitação de interesse social, isto é, população de baixa renda e com destaque para os seguintes elementos: déficit habitacional quantitativo e qualitativo, domicílios vagos, questão fundiária do município, planejamento territorial, mobilidade, saneamento básico, infraestrutura básica e assentamentos precários.

**ESTRATÉGIAS DE AÇÃO PARA O PLANO LOCAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL (PLHIS)**

Com base na Política Nacional de Habitação foram definidos para o município de Itaipulândia as **Diretrizes Gerais, Diretrizes Específicas e objetivos** do Plano Local de Habitação de Interesse Social.

Foram contemplados também alguns dos Instrumentos da Política Urbana previstos no Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257/01), análise dos Vazios Urbanos municipais e áreas potenciais, como uma das estratégias para redução do déficit habitacional, além da sugestão de áreas de interesse, para criação por legislação específica, das Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS). Ainda foram propostos Programas e Ações com respectivos prazos (metas) e orçamentos, com o intuito de minimizar ou mitigar as questões habitacionais de interesse social no município. Por fim, foram explicitados o Monitoramento e Avaliação (indicadores de desempenho do setor habitacional e indicadores de resultado dos programas habitacionais).

Fazem parte do Plano Local de Habitação de Interesse Social do Município de Itaipulândia os seguintes programas:

- Programa de Urbanização de Assentamentos Precários
- Programa de Produção Social de Moradias
  - Subprograma de Produção Pública de Moradias
  - Subprograma de Produção Privada de Moradias
- Programa de Realocação de Famílias em Áreas de Risco e de Preservação Permanente
- Programa de Melhorias Habitacionais
- Programa de Regularização Fundiária
- Programa de Assistência Técnica
- Programa de Desenvolvimento Institucional.

Todo o conteúdo e propostas do PLHIS foram compatibilizados com o Plano Diretor Participativo de Itaipulândia e demais estudos pertinentes.

**REALIZAÇÃO DE SEMINÁRIOS (AUDIÊNCIA PÚBLICA), REUNIÕES TÉCNICAS E CONFERÊNCIA MUNICIPAL**

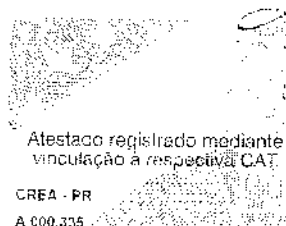
Para definição e aprovação de todas as questões elaboradas para o Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS) de Itaipulândia/ PR foram realizadas reuniões técnicas e oficinas de capacitação com a Equipe de Avaliação da Prefeitura de Itaipulândia, Equipe de Apoio Municipal e do Núcleo de Acompanhamento de elaboração do PLHIS (formado por representantes da sociedade civil organizada, cuja nomeação consta do Decreto Municipal nº 111/2010), audiências pública com a participação da sociedade civil e instituições relacionadas ao assunto.

Todas as reuniões foram registradas em relatórios para comprovação dos eventos realizados, contendo material relativo à divulgação, apresentação ilustrativa de apoio: fotos, lista de presença, ata, impressões e resultados do mesmo, conforma termo de referência do município de Itaipulândia.

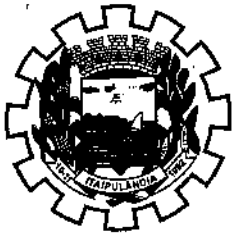
Curitiba, 08 de Dezembro de 2010.

  
 SANDRA MAYUMI NAKAMURA  
 CREA-PR 33.072/D

Responsável Técnica e Sócia-diretora da  
 ECOTÉCNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA.

  
 Atestado registrado mediante vinculação à respectiva CAT  
 CREA - PR  
 A 000.335

0327



# PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAIPULÂNDIA

Estado do Paraná

1273

## ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins, que a **ECOTÉCNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA**, com sede à Maria Rita das Chagas Lima, 317 - Curitiba-PR Bairro São Braz CEP 82.300-330, inscrita no CNPJ 02.610.553/0001-91 tendo como responsável técnica a Arquiteta e Urbanista **SANDRA MAYUMI NAKAMURA**, carteira profissional CREA PR-33.072/D, prestou para a **Prefeitura Municipal de ITAIPULÂNDIA**, inscrita no CNPJ 95.725.057/0001-64, estabelecida na Rua São Miguel do Iguazu 1891- Centro - Itaipulândia, Paraná, os serviços referentes à elaboração do **PLANO LOCAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL (PLHIS)** do município de Itaipulândia-PR, tendo demonstrado Capacidade Técnica no fornecimento dos mesmos, nada constando em nossos arquivos que a desabone.

### CARACTERÍSTICAS DOS SERVIÇOS

Início dos serviços: 17/05/2010  
Conclusão dos serviços: 20/01/2011  
Objeto do contrato: Elaboração do **PLANO LOCAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL (PLHIS)** de Itaipulândia/ PR em conformidade com o conforme contrato nº 149/2010, firmado entre a empresa Ecotécnica e a Prefeitura Municipal.  
Local da Obra: Rua São Miguel do Iguazu 1891 - centro CEP 85880-000 Itaipulândia/PR

### EQUIPE TÉCNICA

#### Coordenação

Coordenação Geral: Arquiteta e Urbanista Esp. Sandra Mayumi Nakamura CREA-PR 33.072/D  
Coordenação Adjunta: Arquiteta e Urbanista Esp. Vanessa Boscaro Fernandes CREA-PR 70.332/D  
Coordenação Técnica: Arquiteta e Urbanista Nara Yumi Fujii CREA-PR 103.063/D

#### Equipe complementar

Arquiteta e Urbanista: Thalita Sayuri Miura CREA-PR 94.276/D  
Arquiteta e Urbanista: Leticia Schmitt Cardon de Oliveira CREA-PR 83.417/D  
Engenheiro Civil / Sanitarista: Nilo Aihara CREA-PR 8.040/D  
Engenheira Ambiental: Leana Carolina Ferreira CREA-PR 108.577/D  
Socióloga: Ana Maria Lorici Santini SSPR 189  
Advogada: Lucia B. de Camargo Bichans OAB-PR 37951

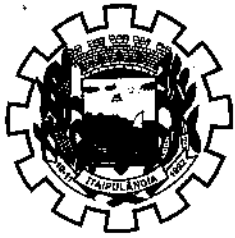
#### Equipe de Apoio

Arquitetura e Urbanismo: Fernanda Knopik  
Arquitetura e Urbanismo: Erika Naomi Fukunishi  
Engenharia Ambiental: André Luis Mello  
Engenharia Civil: Murilo Santiago Vargas

**CREA-PR**

O SELO DE AUTENTICIDADE FOI  
AFIXADO NA ÚLTIMA FOLHA

0328



# PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAIPULÂNDIA

Estado do Paraná

1274

## DESCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS

### PROPOSTA METODOLÓGICA

Abordagem sucinta das etapas do Plano Local de Habitação de Interesse Social de Itaipulândia, incluindo o as estratégias participativas, as formas de dar publicidade, o cronograma físico-financeiro e os produtos entregues para conclusão do Plano.

### DIAGNÓSTICO MUNICIPAL

Inicialmente foi elaborado o diagnóstico do município de Itaipulândia/ PR, contemplando a caracterização dos aspectos físicos, biológicos e antrópicos.

### CONTEXUALIZAÇÃO DA QUESTÃO HABITACIONAL

No mesmo diagnóstico citado no item anterior, foi elaborado um capítulo específico sobre o tema habitação, apresentando um panorama geral da questão habitacional no Brasil e confrontada com a realidade do município de Itaipulândia, com ênfase para a habitação de interesse social, isto é, população de baixa renda e com destaque para os seguintes elementos: déficit habitacional quantitativo e qualitativo, domicílios vagos, questão fundiária do município, planejamento territorial, mobilidade, saneamento básico, infraestrutura básica e assentamentos precários.

### ESTRATÉGIAS DE AÇÃO PARA O PLANO LOCAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL (PLHIS)

Com base na Política Nacional de Habitação foram definidos para o município de Itaipulândia as **Diretrizes Gerais, Diretrizes Específicas e objetivos** do Plano Local de Habitação de Interesse Social.

Foram contemplados também alguns dos Instrumentos da Política Urbana previstos no Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257/01), análise dos Vazios Urbanos municipais e áreas potenciais, como uma das estratégias para redução do déficit habitacional, além da sugestão de áreas de interesse, para criação por legislação específica, das Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS). Ainda foram propostos Programas e Ações com respectivos prazos (metas) e orçamentos, com o intuito de minimizar ou mitigar as questões habitacionais de interesse social do município. Por fim, foram explicitados o Monitoramento e Avaliação (indicadores de desempenho do setor habitacional e indicadores de resultado dos programas habitacionais).

Fazem parte do Plano Local de Habitação de Interesse Social do Município de Itaipulândia os seguintes programas:

- Programa de Urbanização de Assentamentos Precários
- Programa de Produção Social de Morádias
  - Subprograma de Produção Pública de Morádias
  - Subprograma de Produção Privada de Morádias
- Programa de Realocação de Famílias em Áreas de Risco e de Preservação Permanente
- Programa de Melhorias Habitacionais
- Programa de Regularização Fundiária
- Programa de Assistência Técnica
- Programa de Desenvolvimento Institucional.

Todo o conteúdo e propostas do PLHIS foram compatibilizados com o Plano Diretor Participativo de Itaipulândia e demais estudos pertinentes.

### REALIZAÇÃO DE SEMINÁRIOS (AUDIÊNCIA PÚBLICA), REUNIÕES TÉCNICAS E CONFERÊNCIA MUNICIPAL

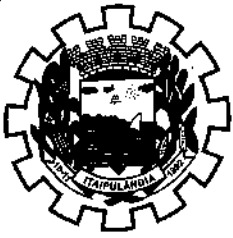
Para definição e aprovação de todas as questões elaboradas para o Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS) de Itaipulândia/ PR foram realizadas reuniões técnicas e oficinas de capacitação com a Equipe de Avaliação da Prefeitura de Itaipulândia, Equipe de Apoio Municipal e do Núcleo de Acompanhamento de elaboração do PLHIS (formado por representantes da sociedade civil organizada, cuja nomeação consta do Decreto Municipal nº 111/2010), audiências pública com a participação da sociedade civil e instituições relacionadas ao assunto.

Todas as reuniões foram registradas em relatórios para comprovação dos eventos realizados, contendo material relativo à divulgação, apresentação ilustrativa de apoio, fotos, lista de presença, ata, impressões e resultados do mesmo, conforme termo de referência do município de Itaipulândia.

**CREA-PR**

O SELO DE AUTENTICIDADE FOI  
AFIXADO NA ÚLTIMA FOLHA

0329



# PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAIPULÂNDIA

Estado do Paraná

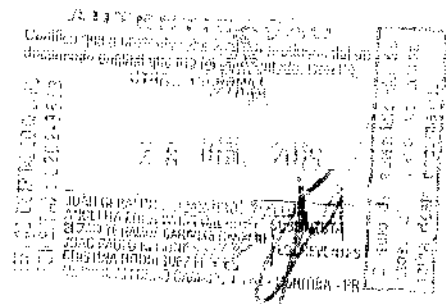
1275

## FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

Este atestado foi emitido por solicitação da empresa ECOTÉCNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA.

Curitiba, 31 Dezembro de 2010.

*[Handwritten signature]*  
\_\_\_\_\_  
NILTON FAZOLO JUNIOR  
CREA/PR 67.497/D  
Prefeitura de Itaipulândia-PR



Atestado nº 001  
Emissão em 31/12/2010  
F0J10426

*[Handwritten signature]*  
Carimbo

*[Handwritten signature]*

0330

1278



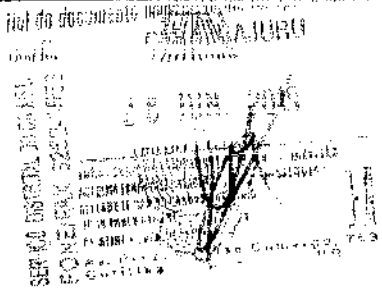
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA  
ESTADO DO PARANÁ

### Certidão de Acervo Técnico

**SANDRA MAYUMI NAKAMURA**  
Carteira Profissional: PR-33072/D  
Acervo Técnico Nº.: **5097/2011**

RNP Nº.: 1703770706  
Protocolo Nº.: **2011/00124561**

ART Nº.: 20102781054 0..... Registrada: 15/07/2010.....  
 ART Co-Respons.: ..... ART Vinculada: .....  
 Empresa Executora.: ECOTECNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA.....  
 Contratante(s).....: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAIPULÂNDIA - CNPJ/CPF:  
 95.725.057/0001-64.....  
 Tipo de Contrato....: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.....  
 Atividade Técnica...: SUPERVISÃO, COORDENAÇÃO, ORIENTAÇÃO TÉCNICA.....  
 Área de Competência.: SERVIÇOS AFINS E CORRELATOS EM ARQUITETURA E  
 URBANISMO.....  
 Tipo de Obra/Serviço: OUTRAS OBRAS/SERVIÇOS.....  
 Serviço Contratado.: OUTROS.....  
 Dimensão.....: 1,00 UNID..... Área Existente: 0,00 UNID.....  
 Área Ampliada.....: 0,00 UNID..... Área de Reforma: 0,00 UNID.....  
 Dados Complementares: 0,00.....  
 Local da Obra.....: RUA SÃO MIGUEL DO IGUAÇU, 1891 CENTRO.....  
 Município/Estado...: ITAIPULÂNDIA/PR.....  
 Data de Início.....: 17/05/2010..... Data de Conclusão: 20/01/2011.....  
 Docto de Conclusão.: DECLARAÇÃO PROFISSIONAL.....  
 Descr. Compl. Serv.: ELABORAÇÃO DO PLANO LOCAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE  
 SOCIAL DO MUNICÍPIO DE ITAIPULÂNDIA - PR.  
 PARTICIPAÇÃO DA PROFISSIONAL: COORDENAÇÃO GERAL.....  
 Observação.....



Exibitório de Notas  
Exclusivo para  
Autenticação de Cópia  
FQJ10425

*Eduardo Gerônimo Alves de Moraes*  
Escriturante



0331



CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA  
ESTADO DO PARANÁ

### Certidão de Acervo Técnico

**LETICIA SCHMITT CARDON DE OLIVEIRA**

Carteira Profissional: PR-83417/D  
Acervo Técnico Nº.: 2264/2011

RNP Nº.: 1700301624  
Protocolo Nº.: 2010/00353822

ART Nº.: 20105108466 0..... Registrada: 02/12/2010.....  
 ART Co-Respons.: ..... ART Vinculada: 20103829433 0.....  
 Empresa Executora: .....  
 Contratante(s): ECOTECNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA - CNPJ/CPF:  
 02.610.553/0001-91.....  
 Tipo de Contrato: SUB-EMPREGADA.....  
 Atividade Técnica: ESTUDO, PLANEJAMENTO, PROJETO, ESPECIFICAÇÕES.....  
 Área de Competência: SERVIÇOS AFINS E CORRELATOS EM ARQUITETURA E  
 URBANISMO.....  
 Tipo de Obra/Serviço: OUTRAS OBRAS/SERVIÇOS.....  
 Serviço Contratado: OUTROS.....  
 Dimensão: 1,00 UNID..... Área Existente: 0,00 UNID.....  
 Área Ampliada: 0,00 UNID..... Área de Reforço: 0,00 UNID.....  
 Bases Complementares: 0,00.....  
 Local da Obra: RUA JUVENAL FERREIRA PINTO, 2070 SEMINÁRIO.....  
 Município/Estado: RIO NEGRO/PR.....  
 Data de Início: 28/07/2010..... Data de Conclusão: 28/12/2010.....  
 Doto de Conclusão: DECLARAÇÃO PROFISSIONAL.....  
 Descr. Compl. Serv.: TRATA-SE DE ART VINCULADA À ART Nº 20103829433  
 ELABORAÇÃO DO PLANO LOCAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE  
 SOCIAL DO MUNICÍPIO DE RIO NEGRO - PR.  
 PARTICIPAÇÃO DA PROFISSIONAL RESPONSÁVEL POR  
 ASPECTOS TERRITORIAIS E DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO. A  
 PRESENTE ART REFERE-SE AO CONTRATO DE SUBEMPREGAÇÃO  
 LAVRADO ENTRE A EMPRESA ECOTECNICA TECNOLOGIA E  
 CONSULTORIA LTDA E A PROFISSIONAL LETICIA S. CARDON  
 DE OLIVEIRA, CONFORME ART DE EXECUÇÃO DE SERVIÇO Nº  
 20103829433, ANOTADA EM 03/09/2010 PELA PROFISSIONAL  
 SANDRA MAYUMI NAKAMURA, CARTEIRA PROFISSIONAL Nº  
 PR-33.072/D.....  
 Observação: .....

**ANTENTICAÇÃO**  
 Certifico que a presente cópia é reprodução  
 fiel do documento original que me foi apresentado.  
 Dou fé.  
 28 JUN 2010  
 JOÃO NEVES  
 ANTONIA LEMOS  
 ELIZABETE BARRA  
 JOÃO PAULO BARRA  
 CRISTINA ROCHA  
 Av. Pres. Antônio Comarço, 753  
 Curitiba PR

*Eduardo Gerônimo Alves de Moraes*  
 Recebemos





Ecotécnica – Tecnologia e Consultoria Ltda.

Curitiba – PR

E-mail: eto@ecotecnica.com.br - Fone/Fax (41) 3026-8639

### ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

A ECOTÉCNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA, com sede à Maria Rita das Chagas Lima, 317 – Curitiba-PR Bairro São Braz, CEP 82.300-330, inscrita no CNPJ 02.610.553/0001-91 tendo como responsável técnica a Arquiteta e Urbanista SANDRA MAYUMI NAKAMURA, adesta para os devidos fins, que a profissional LETÍCIA SCHMITT CARDON DE OLIVEIRA, carteira profissional CREAPR-83.714/D, participou do PLANO LOCAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL (PLHIS) do município de Rio Negro/PR, tendo demonstrado Capacidade Técnica no fornecimento dos mesmos, nada constando em nossos arquivos que a desabone.

### CARACTERÍSTICAS DOS SERVIÇOS

Início dos serviços: 28/07/2010  
 Conclusão dos serviços: 28/12/2010  
 Objeto do contrato: Elaboração do PLANO LOCAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL (PLHIS) de Rio Negro/ PR em conformidade com o conforme contrato nº 054/2010, firmado entre a empresa Ecotécnica e a Prefeitura Municipal.  
 Local da Obra: Rua Juvenal Ferreira Pinto, 2070 – Seminário – Rio Negro, Paraná.

### EQUIPE TÉCNICA

<b>Coordenação Técnica</b>		
Coordenação Geral	Arquiteta e Urbanista Esp. Sandra Mayumi Nakamura	CREA-PR 33.072/D
Coordenação Adjunta	Arquiteto e Urbanista Esp. Vanessa Boscaro Fernandes	CREA-PR 70.332/D
Coordenação Técnica	Arquiteto e Urbanista Esp. Lóris Carlos Guesse	CREA-PR 3.640/D
	Arquiteta e Urbanista Esp. Thalita Sayuri Miura	CREA-PR 94.276/D
<b>Equipe complementar</b>		
Arquiteta e Urbanista	Letícia Schmitt Cardon de Oliveira	CREA-PR 83.417/D
Engenheiro Civil / Sanitarista Esp.	Nilo Aihara	CREA-PR 8.040/D
Assistente Social	Maria Alice Erthal	CRESS-PR 3316 R17
<b>Equipe de Apoio</b>		
Engenharia Ambiental	Leana Carolina Ferreira	
Acadêmico em Engenharia Civil	Murilo Santiago Vargas	
Acadêmica em Arquitetura e Urbanismo	Erika Fukunishi	
Acadêmica em Arquitetura e Urbanismo	Fernanda Knopik	

### DESCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS

#### PROPOSTA METODOLÓGICA

Abordagem sucinta das etapas do Plano Local de Habitação de Interesse Social de Rio Negro, incluindo o as estratégias participativas, as formas de dar publicidade, o cronograma físico-financeiro e os produtos entregues para conclusão do Plano

#### DIAGNÓSTICO MUNICIPAL

Inicialmente foi elaborado o diagnóstico do município de Rio Negro/ PR, contemplando a caracterização dos aspectos físicos, biológicos e antrópicos.

#### CONTEXTUALIZAÇÃO DA QUESTÃO HABITACIONAL

No mesmo diagnóstico citado no item anterior, foi elaborado um capítulo específico sobre o tema habitação, apresentando um panorama geral da questão habitacional no Brasil e confrontada com a realidade do município de

Cartão que a presente declaração é reprodução  
 28 JUN 2010  
 Prefeitura Municipal de Rio Negro  
 Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano  
 Eng.ª Mariana Alves de Moraes  
 Engenheira



Ecotécnica - Tecnologia e Consultoria Ltda  
Curitiba - PR  
E-mail: etc@ecotecnica.com.br - Fone/Fax (41) 3026-8639

Rio Negro, com ênfase para a habitação de interesse social, isto é, população de baixa renda e com destaque para os seguintes elementos: déficit habitacional quantitativo e qualitativo, domicílios vagos, questão fundiária do município, planejamento territorial, mobilidade, saneamento básico, infraestrutura básica e assentamentos precários.

**ESTRATÉGIAS DE AÇÃO PARA O PLANO LOCAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL (PLHS)**

Com base na Política Nacional de Habitação foram definidos para o município de Rio Negro as **Diretrizes Gerais, Diretrizes Específicas e objetivos** do Plano Local de Habitação de Interesse Social.

Foram contemplados também alguns dos instrumentos da Política Urbana previstos no Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257/01), análise dos Vazios Urbanos municipais e áreas potenciais, como uma das estratégias para redução do déficit habitacional, além da sugestão de áreas de interesse, para criação por legislação específica, das Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS). Ainda foram propostos Programas e Ações com respectivos prazos (metas) e orçamentos, com o intuito de minimizar ou mitigar as questões habitacionais de interesse social do município. Por fim, foram explicitados o Monitoramento e Avaliação (indicadores de desempenho do setor habitacional e indicadores de resultado dos programas habitacionais).

Fazem parte do Plano Local de Habitação de Interesse Social do Município de Rio Negro os seguintes programas:

- Programa de Urbanização de Assentamentos Precários
- Programa de Produção Social de Morádias
  - Subprograma de Produção Pública de Morádias
  - Subprograma de Produção Privada de Morádias
- Programa de Realocação de Famílias em Áreas de Risco e de Preservação Permanente
- Programa de Melhorias Habitacionais
- Programa de Regularização Fundiária
- Programa de Assistência Técnica
- Programa de Desenvolvimento Institucional.

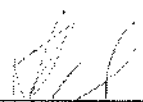
Todo o conteúdo e propostas do PLHS foram compatibilizados com o Plano Diretor Participativo de Rio Negro e demais estudos pertinentes.

**REALIZAÇÃO DE SEMINÁRIOS (AUDIÊNCIA PÚBLICA), REUNIÕES TÉCNICAS E CONFERÊNCIA MUNICIPAL**

Para definição e aprovação de todas as questões elaboradas para o Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHS) de Rio Negro/PR foram realizadas reuniões técnicas e oficinas de capacitação com a Equipe de Avaliação da Prefeitura de Rio Negro, Equipe de Apoio Municipal e do Núcleo de Acompanhamento de elaboração do PLHS (formado por representantes da sociedade civil organizada, cuja nomeação consta do Decreto Municipal nº 77/2010), audiências pública com a participação da sociedade civil e instituições relacionadas ao assunto.

Todas as reuniões foram registradas em relatórios para comprovação dos eventos realizados, contendo material relativo à divulgação, apresentação ilustrativa de apoio, fotos, lista de presença, ata, impressões e resultados do mesmo, conforme termo de referência do município de Rio Negro.

Curitiba, Novembro de 2010.

  
SANDRA MAYUMI NAKAMURA  
CREA-PR 33.072/D  
Responsável Técnica e Sócia-diretora da  
ECOTÉCNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA

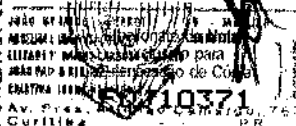
Atestado registrado mediante vinculação a respectiva C...


CREA - PR  
A 006.034

**AUTENTICAÇÃO**  
Certifico que a presente cópia é reprodução fiel do documento original me foi apresentado.  
Deu fé.  
ZILIANAJURU

28 JUN. 2010

SERVIÇO DISTRICTAL DO CARIÓTIPO  
FONE/FAX 3262-3553

  
SERVIÇO DISTRICTAL DO CARIÓTIPO  
FONE/FAX 3262-3553  
CURITIBA

  
Eduardo Gerônimo Alves de Moraes  
Educar/PR

0334



# PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRO

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ N.º 76.002.641/0001-47

1280

## ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins, que a **ECOTÉCNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA**, com sede à Maria Rita das Chagas Lima, 317 – Curitiba-PR Bairro São Braz CEP 82.300-330, inscrita no CNPJ 02.610.553/0001-91 tendo como responsável técnica a Arquiteta e Urbanista **SANDRA MAYUMI NAKAMURA**, carteira profissional CREAPR-33.072/D, prestou para a **Prefeitura Municipal de Rio Negro**, inscrita no CNPJ 76.002.641/0001-47, estabelecida Rua Juvenal Ferreira Pinto, 2070 – Seminário – Rio Negro, Paraná, os serviços referentes à elaboração do **PLANO LOCAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL (PLHIS) do município de Rio Negro/ PR**, tendo demonstrado Capacidade Técnica no fornecimento dos mesmos, nada constando em nossos arquivos que a desabone.

## CARACTERÍSTICAS DOS SERVIÇOS

Início dos serviços:	28/07/2010
Conclusão dos serviços:	28/12/2010
Objeto do contrato:	Elaboração do <b>PLANO LOCAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL (PLHIS) de Rio Negro/ PR</b> em conformidade com o conforme contrato nº 054/2010, firmado entre a empresa Ecotécnica e a Prefeitura Municipal.
Local da Obra:	Rua Juvenal Ferreira Pinto, 2070 – Seminário – Rio Negro, Paraná.

## EQUIPE TÉCNICA

### Coordenação Técnica

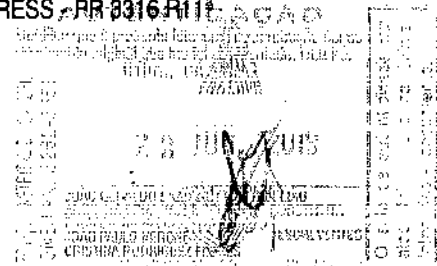
Coordenação Geral	Arquiteta e Urbanista Esp. Sandra Mayumi Nakamura	CREA-PR 33.072/D
Coordenação Adjunta	Arquiteto e Urbanista Esp. Vanessa Boscaro Fernandes	CREA-PR 70.332/D
Coordenação Técnica	Arquiteto e Urbanista Esp. Lóris Carlos Guesse	CREA-PR 3.640/D
	Arquiteta e Urbanista Esp. Thalita Sayuri Miura	CREA-PR 94.276 /D

### Equipe complementar

Arquiteta e Urbanista	Leticia Schmitt Cardon de Oliveira	CREA-PR 83.417/D
Engenheiro Civil / Sanitarista Esp.	Nilo Aihara	CREA-PR 8.040/D
Assistente Social	Maria Alice Erthal	CRESS-PR 8316-R111

### Equipe de Apoio

Engenharia Ambiental	Leana Carolina Ferreira
Acadêmico em Engenharia Civil	Murilo Santiago Vargas
Acadêmica em Arquitetura e Urbanismo	Erika Fukunishi
Acadêmica em Arquitetura e Urbanismo	Fernanda Knopik



## DESCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS

### PROPOSTA METODOLÓGICA

Abordagem sucinta das etapas do Plano Local de Habitação de Interesse Social de Rio Negro, incluindo o as estratégias participativas, as formas de dar publicidade, o cronograma físico-financeiro e os produtos entregues para conclusão do Plano.

### DIAGNÓSTICO MUNICIPAL

Inicialmente foi elaborado o diagnóstico do município de Rio Negro/ PR, contemplando a caracterização dos aspectos físicos, biológicos e antrópicos.

### CONTEXTUALIZAÇÃO DA QUESTÃO HABITACIONAL

No mesmo diagnóstico citado no item anterior, foi elaborado um capítulo específico sobre o tema habitação, apresentando um panorama geral da questão habitacional no Brasil e confrontada com a realidade do município de Rio Negro, com ênfase para a habitação de interesse social, isto é, população de baixa renda e com destaque para os seguintes elementos: déficit habitacional quantitativo e qualitativo, domicílios vagos, questão fundiária do município, planejamento territorial, mobilidade, saneamento básico, infraestrutura básica e assentamentos precários.

**CREA-PR**

O SELO DE AUTENTICIDADE FOI  
AFIXADO NA ÚLTIMA FOLHA



0336



# PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRO

1281

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ N.º 76.002.641/0001-47

### **ESTRATÉGIAS DE AÇÃO PARA O PLANO LOCAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL (PLHIS)**

Com base na Política Nacional de Habitação foram definidos para o município de Rio Negro as **Diretrizes Gerais, Diretrizes Específicas e objetivos** do Plano Local de Habitação de Interesse Social.

Foram contemplados também alguns dos Instrumentos da Política Urbana previstos no Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257/01), análise dos Vazios Urbanos municipais e áreas potenciais, como uma das estratégias para redução do déficit habitacional, além da sugestão de áreas de interesse, para criação por legislação específica, das Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS). Ainda foram propostos Programas e Ações com respectivos prazos (metas) e orçamentos, com o intuito de minimizar ou mitigar as questões habitacionais de interesse social do município. Por fim, foram explicitados o Monitoramento e Avaliação (indicadores de desempenho do setor habitacional e indicadores de resultado dos programas habitacionais).

Fazem parte do Plano Local de Habitação de Interesse Social do Município de Rio Negro os seguintes programas:

- Programa de Urbanização de Assentamentos Precários
- Programa de Produção Social de Moradias
  - Subprograma de Produção Pública de Moradias
  - Subprograma de Produção Privada de Moradias
- Programa de Realocação de Famílias em Áreas de Risco e de Preservação Permanente
- Programa de Melhorias Habitacionais
- Programa de Reordenamento do Solo Urbano
- Programa de Regularização Fundiária
- Programa de Assistência Técnica
- Programa de Desenvolvimento Institucional.

Todo o conteúdo e propostas do PLHIS foram compatibilizados com o Plano Diretor Participativo de Rio Negro e demais estudos pertinentes.

### **REALIZAÇÃO DE SEMINÁRIOS (AUDIÊNCIA PÚBLICA), REUNIÕES TÉCNICAS E CONFERÊNCIA MUNICIPAL**

Para definição e aprovação de todas as questões elaboradas para o Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS) de Rio Negro/ PR foram realizadas reuniões técnicas e oficinas de capacitação com a Equipe de Avaliação da Prefeitura de Rio Negro, Equipe de Apoio Municipal e do Núcleo de Acompanhamento de elaboração do PLHIS (formado por representantes da sociedade civil organizada, cuja nomeação consta do Decreto Municipal nº 77/2010), audiências pública com a participação da sociedade civil e instituições relacionadas ao assunto.

Todas as reuniões foram registradas em relatórios para comprovação dos eventos realizados, contendo material relativo à divulgação, apresentação ilustrativa de apoio, fotos, lista de presença, ata, impressões e resultados do mesmo, conforme termo de referência do município de Rio Negro.

### **FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS**

Este atestado foi emitido por solicitação da empresa ECOTÉCNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA. Rio Negro, dezembro de 2010.

**AUTENTICADO**

Este atestado foi emitido por solicitação da empresa ECOTÉCNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA. Rio Negro, dezembro de 2010.

2010

JOÃO HIRALDO LACERDA  
ZANGELITA  
ELIZABETE RANDES LACERDA  
JOÃO PAULO DEBESGRA  
CRISTINA RUDNIKOWITZ  
ALYSSA AFFONSO LAMARQUE, 753

LAÇO SUBSTITUIVA  
SUCEDENTES  
SILVIA PEREIRA

Atestado registrado mediante vinculação à responsabilidade

CREA - PR  
A 000.597

Eduardo Gerônimo Alves de Moraes  
ESCRIVÃO

Alceu Ricardo Swarowski  
PREFEITO MUNICIPAL

**IG. TABELIÃO - AERLIO PEREIRA**  
Fone: (47) 642-0594 - Rio Negro - Paraná

RECONHEÇO e dou fe a(s) firma(s) del  
[Assinatura] ALCEU RICARDO SWAROWSKI.....  
por SEMELHANÇA.

Em testemunho da verdade  
Rio Negro, 02 de Dezembro de 2010

ROSALBA PEREIRA  
ESCREVENTE

Atestado registrado mediante vinculação à responsabilidade

CREA - PR  
A 000.597

Atestado registrado mediante vinculação à responsabilidade

CREA - PR  
A 000.597

Atestado registrado mediante vinculação à responsabilidade

CREA - PR  
A 000.597

6336



CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA  
ESTADO DO PARANÁ

## Certidão de Acervo Técnico

**SANDRA MAYUMI NAKAMURA**  
Carteira Profissional: PR-33072/D  
Acervo Técnico Nº.: 5097/2011

RNP Nº.: 1703770706  
Protocolo Nº.: 2011/00124561

ART Nº.: 20103829433 0 Registrada: 10/09/2010  
ART Co-Respons.: ART Vinculada:  
Empresa Executora.: ECOTECNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA.  
Contratante(s): PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRO - CNPJ/CPF:  
76.002.641/0001-47  
Tipo de Contrato.: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.  
Atividade Técnica.: SUPERVISÃO, COORDENAÇÃO, ORIENTAÇÃO TÉCNICA.  
Área de Competência.: SERVIÇOS AFINS E CORRELATOS EM ARQUITETURA E  
URBANISMO.  
Tipo de Obra/Serviço.: OUTRAS OBRAS/SERVIÇOS.  
Serviço Contratado.: OUTROS.  
Dimensão.: 1,00 UNID. Área Existente: 0,00 UNID  
Área Ampliada.: 0,00 UNID Área de Reforma: 0,00 UNID  
Dados Complementares: 0,00  
Local da Obra.: RUA JUVENAL FERREIRA PINTO, 2070 SEMINÁRIO.  
Município/Estado.: RIO NEGRO/PR.  
Data de Início.: 28/07/2010. Data de Conclusão: 28/12/2010.  
Docto de Conclusão.: DECLARAÇÃO PROFISSIONAL.  
Descr. Compl. Serv.: ELABORAÇÃO DO PLANO LOCAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE  
SOCIAL DO MUNICÍPIO DE RIO NEGRO - PR. PARTICIPAÇÃO  
DO PROFISSIONAL: COORDENAÇÃO GERAL.  
Observação.

Este documento eletrônico foi autenticado  
em 28/12/2010 às 14:54:10  
por SANDRA MAYUMI NAKAMURA  
CPF: 022.773.910-00  
RNP: 1703770706  
Protocolo: 2011/00124561

SECRETARIA DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA  
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA  
ESTADO DO PARANÁ

Telefônico do Boas  
Estúdio para  
Autenticação de Cópia  
F0J10456

Eduardo Geronimo Alves de Moraes  
Escritor

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA**

**LETICIA SCHMITT CARDON DE OLIVEIRA**, brasileiro (a), maior, Arquiteta e Urbanista, portadora da Cédula de Identidade RG nº 5.855.107-04/ PR expedida pelo Instituto de Identificação do Estado do Paraná e do CPF/MF nº 036.508.999-06, residente e domiciliada na Rua Prof. Dario Veloso, 361, apto 702. CEP: 80.320-005 – Bairro Vila Isabel - Curitiba Estado do Paraná, doravante denominado simplesmente **CONTRATADA**,

**ECOTÉCNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA- EPP**, pessoa jurídica de direito privado, com sua sede e foro no Município de Curitiba, Estado do Paraná, a Rua Maria Rita da Chagas Lima, nº 317, Bairro do São Braz, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.610.553/0001 – 91 e isenta de inscrição estadual, neste ato representado por sua Sócia-Administradora **SANDRA MAYUMI NAKAMURA**, brasileira, maior, Arquiteta e Urbanista, registrado no Conselho de Arquitetura e Urbanismo, do Paraná – CAU/PR sob o nº A28547-1, portadora da Cédula de Identidade RG nº 1.449.396-4, expedida pelo Instituto de Identificação do Estado do Paraná e do CPF/MF nº 030.228.409-50, residente e domiciliada à Rua Homero Camargo de Oliveira, nº 330, Bairro São Braz, no Município de Curitiba, Estado do Paraná, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE**;

Resolvem celebrar o presente contrato segundo as cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

Prestação de serviços referentes a área de Arquitetura e Urbanismo.

**PARÁGRAFO ÚNICO:**

Nenhuma cláusula ou disposição do presente contrato poderá ser interpretada com atributiva de poderes de mando mercantil ou civil ao **CONTRATADO** o qual somente poderá agir como mandatário da **CONTRATANTE**, caso se apresente munido de procuração bastante, feita por instrumento público e com poderes específicos para a prática dos atos contemplados, sob pena de infringir o presente contrato e de tais atos não obrigarem a **CONTRATANTE**.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PERÍODO DE VIGÊNCIA E PRAZOS:**

Este contrato vigorará na data da assinatura, podendo ser prorrogada ou rescindida a critério exclusivo das partes, mediante prévio aviso, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, e manifestado por escrito;

1. O contrato terá o prazo de vigência de 36 (trinta e seis) meses corridos, a contar da data de assinatura do presente instrumento;
2. Os prazos para elaboração e entrega dos serviços e produtos parciais e finais deverá ser acordado com a Coordenação Geral e Executiva dos trabalhos.

**CLÁUSULA TERCEIRA - NÃO EXCLUSIVIDADE**

A contratação ora acordada não tem caráter de exclusividade desde que o **CONTRATADO** e a **CONTRATANTE**, mantenham um bom conceito e uma boa relação comercial.

**PARÁGRAFO ÚNICO:**

Fica a critério do **CONTRATADO** a utilização do espaço físico e/ou equipamentos da **CONTRATANTE** como e quando melhor lhe convier, condicionado ao aviso prévio quanto ao período e frequência de uso pretendida.

**CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO:**

Manter a **CONTRATANTE** permanentemente informada sobre qualquer evento que possa comprometer, no todo ou em parte, a efetivação das entregas dos produtos e serviços;

1. Refazer ou reparar, às suas expensas e nos prazos estipulados pelo **CONTRATANTE**, todo e qualquer serviço considerado inaceitável, por estar fora do previsto das normas técnicas ou outros documentos formalizados como base de trabalho para o cumprimento dos objetivos do presente Contrato;

**AUTENTICAÇÃO**  
Certifico que a presente cópia é verdadeira e fiel ao original.  
28 JUN. 2019  
SERVIÇO DISTRIAL DO CIMIN  
FONE/FAX: 3262-4159  
JULIO GERALDO LAURITTO, 76 - REILAU  
ANGELITA ERNA WUSS, 008 - ROSA SUZANA  
ELZABETE RAMOS CARVALHO, 149 - ARRAIO  
JOAO PAULO NERONI, 150 - ESCARVALDES  
CRISTINA RODRIGUEZ FLEISS  
AV. PRES. AFFONSO CAMARGO, 763 - CURITIBA - PR

*[Handwritten signatures]*  
0338

2. O **CONTRATADO** zelará quanto ao cumprimento e respeito às **NORMAS DE SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO**, conforme legislação vigente;
3. O **CONTRATADO** compromete-se a não ofertar ou conceder a nenhum funcionário público nem a outras pessoas, direta ou indiretamente, nenhuma vantagem inadmissível que tenha relação com o desenvolvimento dos trabalhos orientados por este contrato;
4. O **CONTRATADO** obriga-se a não se envolver de maneira alguma em assuntos de natureza política institucional ou governamental, no âmbito do desenvolvimento dos trabalhos orientados pelo presente Contrato;
5. O **CONTRATADO** responderá por perdas e danos a **CONTRATANTE**, apenas dentro dos limites e obrigações estabelecidas neste contrato;
6. Nenhuma responsabilidade civil, penal ou administrativa será atribuída a **CONTRATANTE** por extensão, sequer por solidariedade, em razão de acidentes de trabalho, dano ambiental ou atos ilícitos que ensejem responsabilidade civil, penal e administrativa causados por dolo ou culpa do **CONTRATADO** por ação resultante da execução deste Contrato.

**CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:**

Fornecer as informações, instruções e localizações que se fizerem necessárias para a execução completa dos serviços.

1. Analisar os produtos entregues pelo **CONTRATADO**, atestando-os quanto ao aceite por parte da Prefeitura Municipal enquanto apto ao cumprimento das obrigações da **CONTRATANTE** ou manifestando sua recusa caso não estejam em conformidade;
2. Notificar, por escrito, ao **CONTRATADO**, sobre as lacunas, defeitos ou irregularidades encontradas na execução dos serviços, fixando prazos hábeis para sua correção;
3. Notificar, por escrito ao **CONTRATADO**, sobre toda e qualquer alteração nos projetos, decisões sobre execução e cronograma, prioridades e demais detalhes que possam influenciar na execução dos serviços previstos no presente Contrato;
4. A **CONTRATANTE** responderá por perdas e danos ao **CONTRATADO**, apenas dentro dos limites e obrigações estabelecidas neste contrato;
5. Nenhuma responsabilidade civil, penal ou administrativa será atribuída ao **CONTRATADO** por extensão, sequer por solidariedade, em razão de acidentes de trabalho, dano ambiental ou atos ilícitos que ensejem responsabilidade civil, penal e administrativa causados por dolo ou culpa da **CONTRATANTE** por ação resultante da execução deste Contrato.

**CLÁUSULA SEXTA - DA SUPERVISÃO:**

A supervisão dos trabalhos será realizada pela Coordenação Geral da **CONTRATANTE**, definidos explicitamente, ou ainda por técnicos devidamente por ela indicados e autorizados.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DAS DESPESAS:**

As despesas de apoio logístico, viagens, diárias de alimentação e outras despesas imprevistas necessárias a consecução dos objetivos do trabalho, deverão ser planejadas e apresentadas pelo **CONTRATADO** e previamente aprovadas pela **CONTRATANTE**. As despesas serão realizadas em conformidade com as normas e limites comunicadas especificamente para cada caso. Tais despesas serão realizadas pelo regime de adiantamento de recursos ao consultor e determinantes de prestação de contas periódica ou por evento considerado.

**CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES:**

O **CONTRATADO** poderá ser penalizada com a redução de valores de sua remuneração, a título de mora, em caso de atraso injustificado na entrega do produto previsto, considerando os prazos estabelecidos neste contrato.

1. A aplicação de quaisquer das penalidades previstas acima, 28 JUN 2019, não afeta os direitos e deveres estabelecidos para cada uma das Partes no presente contrato.

**AUTENTICAÇÃO**  
Certifico que o presente instrumento foi autenticado em 28 JUN 2019, às 14h55min, no Cartório de Registro de Imóveis nº 100, do 1º Ofício, da Prefeitura Municipal de Curitiba, PR.

SERVIÇO DE REGISTRO DE IMÓVEIS  
FONE/FAX: (41) 3272-4455

JUÍZ DE DIREITO: JOÃO GERALDO LAMARCA  
SUBSTITUIÇÃO: ANGELITA ERRAI WUSTENBERG  
ELIZABETE RAMOS BARRALLO  
JURADO PAULO NERONI  
CRISTINA RODRIGUEZ FLORES

AV. PRES. AFFONSO CAMARGO, 763 - CURITIBA - PR

O selo de autenticação do ato, f.º, nº, data e folhas deve permanecer.



**CLÁUSULA NONA – DA AUSÊNCIA DE VÍNCULO:**

Não se estabelece por força desta Contrato, qualquer vínculo empregatício ou de qualquer outra natureza, entre o **CONTRATADO** e a **CONTRATANTE**, cabendo a cada uma das partes a responsabilidade pelo recolhimento dos encargos sociais, do FGTS, INSS e demais taxas e emolumentos trabalhistas eventualmente produzidos como efeito dos pagamentos realizados pela realização dos serviços.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS:**

Os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), que sejam devidos em decorrência direta ou indireta deste instrumento contratual ou de sua execução, são de exclusiva responsabilidade do contribuinte assim definido na norma tributária, sem direito a reembolso;

1. O **CONTRATADO** declara haver levado em conta, na apresentação de sua proposta, os tributos incidentes sobre a execução dos serviços, não cabendo qualquer reivindicação devida a erro nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preço ou reembolso por recolhimentos determinados pela autoridade competente.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA CONFIDENCIALIDADE DAS INFORMAÇÕES:**

Todo conhecimento e informação oferecida pela **CONTRATANTE** e/ou Prefeitura Municipal e instituições ou empresas vinculadas ao processo para a execução do objeto do presente contrato deverão ser tratados como confidenciais pelo **CONTRATADO**, não podendo ser divulgado ou repassado a terceiros sem a autorização expressa por escrito por parte da **CONTRATANTE**;

1. Durante e mesmo após o término da vigência do Contrato, o **CONTRATADO** fica obrigado a manter sigilo sobre todos os fatos e informações que se tornaram de seu conhecimento durante o exercício de suas atividades. Todos os documentos, relatórios, estimativas de custo, dados técnicos e informações terão caráter confidencial e não poderão ser tornados acessíveis a terceiros. Deverão ser observadas todas as normas profissionais fundamentais para a execução dos trabalhos ratificadas no Brasil.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS DIREITOS AUTORAIS:**

Fica estabelecido que os direitos autorais e patrimoniais dos produtos deste Contrato, a serem entregues também em formato digital, pertencem a **CONTRATANTE**. Fica reservado aos participantes o direito de utilizar os resultados obtidos nos trabalhos executados, para fins de publicação, tendo a obrigatoriedade de citar os participantes e as entidades envolvidas.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA COMUNICAÇÃO ENTRE AS PARTES:**

Ficam ambas as Partes cientes de que toda a comunicação formal referente ao conteúdo e especificação das medidas a serem adotadas e dos resultados a serem produzidos deverá ser feita exclusivamente por escrito, podendo-se, para tanto, utilizar correspondência eletrônica.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RESCISÃO:**

Ficam ambas as partes cientes de que o contrato é passível de rescisão por iniciativa da **CONTRATANTE**, devidamente justificada de maneira explícita, apenas nas seguintes circunstâncias:

1. Em caso de comprovada impossibilidade de trabalho relacionada à enfermidade grave ou acidente que impossibilite a atuação do **CONTRATADO**.
2. Em caso de descumprimento por parte do **CONTRATADO** das responsabilidades, obrigações;

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO**

As Partes atribuem ao presente Contrato **plena eficácia e força executiva extrajudicial** e elegem o foro da Comarca de Curitiba para dirimir qualquer questão oriunda deste Contrato, excluído qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

**AUTENTICAÇÃO**  
Documento autenticado em 28 JUN 2019  
O selo de autenticação é válido por 1 ano, 11 meses e 15 dias, contados a partir da data de emissão.

28 JUN. 2019

SERVIÇO DISTRIAL DO CAJURU  
FONE/FAX: 3262-3553

JOÃO GERALDO CAMARGO FERRELLI  
ANGELITA ERMA WUHS DEBROS  
ELEABETE RAMOS CAMARGO FERRELLI  
JOÃO PAULO VERRON  
CHRISTINA RODRIGUES REDES

AV. PRES. AFFONSO CAMARGO, 763 - CURITIBA - PR

*[Handwritten signatures and initials]*



E, por estarem justos e contratados, lavram, datam e assinam, juntamente com 2 (duas) testemunhas, o presente **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA**.

Curitiba (PR), 26 de junho de 2019

*Leticia Schmitt Cardon de Oliveira*  
**Leticia Schmitt Cardon de Oliveira**  
Arquiteta e urbanista

*Sandra Mayumi Nakamura*  
**ECOTECNICA Tecnologia e Consultoria Ltda**  
**Sandra Mayumi Nakamura**  
Contratante

Nome: Letícia Schmitt Cardon de Oliveira

Nome: Ulysses Geronimo Alves de Moraes

CPE: 0281 3149 0521-85

CPE: 150 401 0521-85

7 de JUN. 2019  
FOLHA 10415

*Eduardo Geronimo Alves de Moraes*  
Escrevente



Ecotécnica - Tecnologia e Consultoria Ltda.  
CNPJ: 02.610.553/0001-91  
Rua Maria Rita da Chagas Lima, 317, Bairro São Braz, CEP: 82.300-330. Curitiba-PR  
Telefone (41) 3026-8639  
E-mail: licitacao@ecotecnica.com.br

1287

**NILO AIHARA – ENGENHEIRO CIVIL**

- ✓ Diplomas
- ✓ Certidão de Registro Profissional
- ✓ Comprovação de experiência
- ✓ Comprovação de Vínculo com a empresa

Engenheiro Civil - Nilo Aihara	Especificação dos Títulos/Atestados	Total de Pontos por documento	Pontuação Ecotécnica	Trabalhos apresentados
	Certidão(ões) de Acervo(s) Técnico(s) registrada(s) no respectivo Conselho de Classe e/ou Atestados de Capacidade Técnica expedidos por pessoa jurídica de direito público, que atestem a experiência específica da consultoria relativa à revisão/elaboração de Plano Diretor já concluído.	1	4	PDM Campina Grande do Sul PDM Itaperuçu PDM Borrazópolis PDM Catanduvas
	Certidão(ões) de Acervo(s) Técnico(s) registrada(s) no respectivo Conselho de Classe e/ou Atestados de Capacidade Técnica expedidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem a experiência específica de consultoria relacionada a áreas e temáticas compatíveis com o objeto licitado.	0,5	1,5	PERS Tocantins PMSB Guaramirim PGRS Apucarana
	Títulos de Especialização em área compatível e pertinente com o objeto contratado.	0,5	0,5	Recursos Hídricos
	Máximo de pontos	6	6	

ALTERAÇÃO  
Certifico que a presente certidão é verdadeira e fiel ao documento original que foi apresentado.  
C. R. SILVA RIOS  
2019

2 ABR. 2019

SECRETARIA DE GRÁFICOS  
E ARQUIVOS  
Município de Curitiba  
FPR15493

Juliana da Silva Rios  
Advogada  
OAB/PR 15493

1288

República Federativa do Brasil  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ**

*Diploma de Engenheiro Civil*

O R. Rios da Universidade Federal do Paraná, no uso de suas atribuições, subscritas pela legislação federal e tendo em vista o termo de seleção de grau de Engenheiro Civil, conferido no dia 1.º de agosto de 1977, na Ação Afluente, nacional do Estado do Paraná, nascido em 20 de maio de 1957, filho do Sr. Alcides e do Sr.ª Alciana, expedo o presente diploma para que possa gozar dos direitos e prerrogativas que, pelas leis brasileiras, são inerentes a este título.

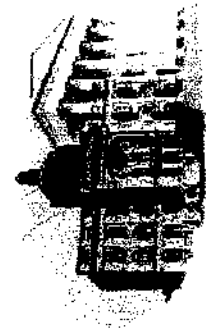
Curitiba, 27 de agosto de 1977

*Juliana da Silva Rios*  
Advogada

*Alcides Alciana*  
F. Rios

0343

*Handwritten marks and signatures*



# Certificado de Especialização

A Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Federal do Paraná, no uso de suas atribuições, tendo em vista a competência que lhe foi delegada pela Portaria n.º 018, de 27 de abril de 2006, confere a

**NILO AIHARA**

nascido em 20 de maio de 1957, em Paranaguá-PR, o Certificado de Conclusão do Curso de **ESPECIALIZAÇÃO EM GERENCIAMENTO MUNICIPAL DE RECURSOS HIDRICOS**, realizado no período de 21 de junho de 2004 a 17 de dezembro de 2004, com uma carga horária de 405 horas, autorizado pelo Parecer n.º 100/06 do CEPE/UFPR, nos termos da Resolução 01/01-CNE/CES, de 03 de abril de 2001.

Este Certificado, registrado na folha n.º 4.965 v, sob o n.º 22.025 do livro XXVI, é válido para o Magistério do Ensino Superior.

Curitiba, 07 de maio de 2007.

**Prof. Dr.ª Maria Benigna Martinelli de Oliveira**  
Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação

Certificado  
N.º de Registro  
Data  
09 ABR 2007  
SECRETARIA DE GRADUAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
Alameda das Ciências, Caixa Postal 750  
Curitiba, Paraná, Brasil - CEP 81531-980

1009

0544

FFR1-4080  
Escavente  
Mariaza Ferreira



CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA  
E AGRONOMIA DO PARANÁ

## Certidão de Registro de Pessoa Física e Negativa de Débitos

O Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná-CREA-PR, certifica que o(a) profissional abaixo encontra-se regularmente registrado(a) nos termos da Lei Federal nº 5.194/66 possibilitando-o(a) a exercer sua profissão no Estado do Paraná, circunscrita à(s) atribuição(ões) constantes de seu registro.

Certidão nº: **38433/2019**

Validade: 25/09/2019

Nome Civil: NILO AIHARA

Carteira - CREA-PR Nº :PR-8040/D

Registro Nacional : 1703254856

Registrado(a) desde : 02/08/1979

Filiação : GORO AIHARA  
TIYONO AIHARA

Data de Nascimento : 20/05/1957

Carteira de Identidade : 1.235.367

Naturalidade : PARANAGUA/PR

CPF : 23361557968

Título: ENGENHEIRO CIVIL

SETOR DE TECNOLOGIA-UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA

Data da Colação de Grau : 01/08/1979

Diplomação : 01/08/1979

Situação : Regular

Atribuições profissionais:

Lei Federal N.º 5.194/1966 - Art. 7º de 24/12/1966

Observações: Possui competência profissional para as atividades do art. 7º da Lei Federal N.º 5.194/1966 nos campos de atuação do art. 28 do Decreto Federal N.º 23.569/1933 e do art. 7º da Resolução do Confea N.º 218/1973.

Decreto Federal N.º 23.569/1933 - Art. 28º de 11/12/1933

Resolução do Confea N.º 218/1973 - Art. 7º de 29/06/1973 do CONFEA.

Responsabilidade Técnica/Quadro Técnico:

15549 - ECOTÉCNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA

Desde: 06/07/2009 Carga Horária: 4 Horas Unidade: HORA/DIA

Encontra-se quite com a anuidade relativa ao exercício de 2019.

Não possui débito(s) referente a processo(s) de fiscalização e/ou dívida ativa até a presente data.

Para fins de: LICITAÇÕES

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do CREA-PR (<http://www.crea-pr.org.br>), através do protocolo n.º 118320/2019.

Emitida via Internet em 29/03/2019 16:25:39

Dispensa-se a assinatura neste documento, conforme Instrução de Serviço Nº 002/2014.  
A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.



*[Handwritten signature]*

1292



Ecotécnica - Tecnologia e Consultoria Ltda.  
CNPJ: 02.610.553/0001-91  
Rua Maria Rita da Chagas Lima, 317, Bairro São Braz, CEP: 82.300-330. Curitiba-PR  
Telefone (41) 3026-8639  
E-mail: licitacao@ecotecnica.com.br

### Notas explicativas de acervos técnicos

1. Acervo páginas 367 a 373, cópia autenticada nas páginas 63 a 69.
2. Acervo páginas 379 a 383, cópia autenticada nas páginas 70 a 74.
- 3.



346A



CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO PARANÁ

## Certidão de Acervo Técnico

### NILO AIHARA

Carteira Profissional: PR-8040/D

RNP Nº.: 1703254856

Acervo Técnico Nº.: 5168/2018

Protocolo Nº.: 2018/00347433

Selos de autenticidade: A 061104, A 061105

ART Nº.: 20134854766 0..... Registrada: 09/12/2013.....  
 Empresa Executora: ECOTÉCNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA.....  
 Contratante(s): PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE DO SUL -  
 CNPJ/CPF: 76.105.600/0001-86.....  
 Tipo de Contrato: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.....  
 Atividade Técnica: ESTUDO, PLANEJAMENTO, PROJETO, ESPECIFICAÇÕES.....  
 Área de Competência: SERVIÇOS AFINS E CORRELATOS EM SANEAMENTO E  
 MEIO-AMBIENTE.....  
 Tipo de Obra/Serviço: OUTRAS OBRAS/SERVIÇOS.....  
 Serviço Contratado: OUTROS.....  
 Dimensão: 1,00 UNID..... Área Existente: 0,00 UNID.....  
 Área Ampliada: 0,00 UNID..... Área de Reforma: 0,00 UNID.....  
 Dados Complementares: 0,00.....  
 Local da Obra: PRAÇA BENTO MUNHOZ DA ROCHA NETO, 30 CENTRO.....  
 Município/Estado: CAMPINA GRANDE DO SUL/PR.....  
 Data de Início: 02/10/2013..... Data de Conclusão: 02/06/2014.....  
 Docto de Conclusão: DECLARAÇÃO PROFISSIONAL.....  
 Descr. Compl. Serv.: ELABORAÇÃO DA REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE  
 CAMPINA GRANDE DO SUL (DIAGNÓSTICO, DIRETRIZES E  
 PROPOSTAS E LEGISLAÇÃO). EMBASAMENTO TÉCNICO PARA  
 REGULAMENTAÇÃO DOS INSTRUMENTOS: DIREITO DE  
 PREEMPÇÃO; ÁREAS ESPECIAIS DE INTERESSE SOCIAL;  
 ESTUDO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA; UNIDADES DE  
 URBANIZAÇÃO ESPECÍFICA E PLANO DA UTP DO CAPIVARI.  
 ELABORAÇÃO DE DIRETRIZES E ESPECIFICAÇÕES PARA O  
 PLANO MUNICIPAL DE ORDENAMENTO DE CEMITÉRIOS; PLANO  
 MUNICIPAL DE TURISMO; PLANO MUNICIPAL INTEGRADO DE  
 TRANSPORTE E ATUALIZAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE  
 HABITAÇÃO.....

Observação.....

**AUTENTICAÇÃO**  
 Certifico que a presente cópia é reprodução  
 fiel do documento original, que me foi apresentado.  
 Dou fé.  
 CAMPINA GRANDE DO SUL  
 28 JUN. 2019  
 SEMANDO INSTRUMENTAL DE CALJURU  
 FONE/FAX 3262-3553  
 Rua da Indústria, 100 - Fone: 3262-3553  
 Caixa Postal 700 - CEP 81.000-000 - Curitiba - PR  
 FQJ10578

Patricia Fornaza Ferreira  
 Escrivente





1294

# Prefeitura Municipal de Campina Grande do Sul

## ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

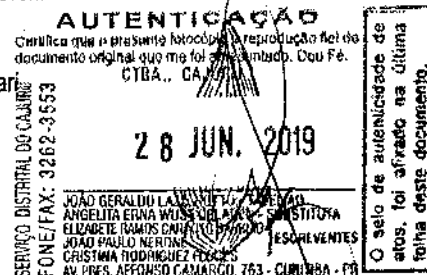
Atestamos para os devidos fins, que a **ECOTÉCNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA**, com sede à Maria Rita das Chagas Lima, 317, Bairro São Braz CEP 82.300-330 - Curitiba - PR, inscrita no CNPJ 02.610.553/0001-91 tendo como responsáveis técnicos a Arquiteta e Urbanista **SANDRA MAYUMI NAKAMURA**, carteira profissional CAU-A28547-1 e o Engenheiro Civil **NILO AIHARA**, carteira profissional CREA-PR 8.040/D, prestaram para a Prefeitura Municipal de Campina Grande do Sul, inscrita no CNPJ 76.105.600/0001-86, estabelecida na Praça Bento Munhoz da Rocha Neto, nº 30 - Centro, Campina Grande do Sul - Paraná, os serviços referentes a elaboração do **PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE DO SUL - PR**, tendo demonstrado Capacidade Técnica no fornecimento dos mesmos, nada constando em nossos arquivos que a desabone.

### CARACTERÍSTICAS DOS SERVIÇOS

Início dos serviços: 02/10/2013  
 Conclusão dos serviços: 02/06/2014  
 Objeto do contrato: Elaboração do Plano Diretor Municipal de Campina Grande do Sul - PR  
 Local da Obra: Praça Bento Munhoz da Rocha Neto, nº 30 CEP: 83.430-000 - Campina Grande do Sul - PR

### EQUIPE TÉCNICA

Coordenação Geral	Arquiteta e Urbanista Esp. Sandra Mayumi Nakamura	CAU- A28547-1
Coordenação Técnica	Arquiteta e Urbanista Yoná Lemos Ruthes	CAU - A30490-5
Coordenação Adjunta	Arquiteta e Urbanista Esp. Vanessa Boscaro Fernandes	CAU- A37721-0
Arquiteta e Urbanista	Leticia Schmitt Cardon de Oliveira	CAU- A46913-0
Biólogo Esp.	Luiz Gustavo Andreguetto	CRBio-PR 50.596/07D
Engenheira Ambiental	Lidia Sayoko Tanaka	CREA-PR 87.131/D
Engenheiro Civil / Sanitarista Esp.	Nilo Aihara	CREA-PR 8.040/D
Engenheira Civil Esp.	Anaíla Lucia Timoteo	CREA-PR 74.457/D
Administradora	Juliana Mitsue Sato	CRA-PR 14856
Turismólogo	Felipe Martins Santos	
Advogada Esp.	Lucia B. de Camargo Blicharski	OAB-PR 37951
Socióloga	Ana Maria Loricí Santin	
Acadêmico de Arquitetura e Urbanismo	Gustavo Domingues Gaspar	
Acadêmico de Engenharia Civil	Naiade Tami Isozaki	
Acadêmico de Engenharia Ambiental	Maycon Nogueira Tavares	



**CREA-PR**

O SELO DE AUTENTICIDADE FOI ANEXADO NA ÚLTIMA FOLHA

0348



# Prefeitura Municipal de **Campina Grande do Sul**

## DESCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS

O município de Campina Grande do Sul é um dos 29 municípios pertencentes à Região Metropolitana de Curitiba(RMC), na porção leste do Estado do Paraná, sob gestão da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba(COMEC). Essa instituição foi criada a partir da Lei Estadual n° 6.517, de 02 de janeiro de 1975, devido aos interesses comuns entre os municípios integrantes.

Campina Grande do Sul tem superfície territorial de 540,60km², sendo 50,30km², referente ao perímetro urbano. Localiza-se na latitude 25°18'20" S e longitude 49°03'19" W e, possui altitude de 918 metros e distancia 32,24km da capital paranaense - Curitiba.

### ESCOPO E METODOLOGIA

A seguir, apresenta-se a metodologia e as técnicas utilizadas na execução das atividades, originando os produtos de cada uma das 05 fases do Plano, elencadas abaixo e assim, atingindo os objetivos traçados para o Plano Diretor Municipal – PDM de Campina Grande do Sul-PR.

Ainda, foram definidas, a partir das informações coletadas, a estruturação e instrumentação administrativa que foi necessária à adaptação da estrutura do Poder Público Municipal para a implementação do PDM e Leis Complementares.

#### Fase 1 - Plano de Trabalho

Corresponde ao documento que descreve o conteúdo e o processo de elaboração do PDM. Enfoca, principalmente, a metodologia estratégica, traçada pela equipe da ECOTÉCNICA Tecnologia e Consultoria Ltda.

#### Fase 2 - Avaliação temática Integrada

O processo de Avaliação Temática Integrada se realizou a partir da compilação, discussão e análise da equipe técnica multidisciplinar, dos dados disponibilizados pela Prefeitura Municipal de Campina Grande do Sul, IAP (Instituto Ambiental do Paraná), IPARDES (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social), COMEC (Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba), IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), SUDERHSA (Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental), EMATER (Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural), PARANACIDADE e outras instituições pertinentes, com vistas a subsidiar o trabalho dos técnicos de cada uma das especialidades envolvidas, para posterior discussão e elaboração de um **quadro síntese contendo** as principais **Condicionantes, Deficiências e Potencialidades**, assim como a confecção de mapas temáticos pertinentes a cada tema. Foram avaliados os seguintes temas:

**AUTENTICAÇÃO**

Carilico que se apresenta autenticado em virtude de ter sido assinado pelo titular do documento.

28 JUN. 2019

SERVIÇO DISTRIAL DO CAJURU  
FONE/FAX: 3262-5553

JOÃO GERALDO LAYANOTTO - TSE LIAO  
ANGELITA ERMA WISENULACIA - SUBSTITUTA  
ELIZABETE HANOS CARVALHO - TSE LIAO  
JOÃO PAULO HERONIA - TSE LIAO  
CRISTINA RODRIGUEZ FIGUEIRAS - TSE LIAO  
AK. PRES. AFFONSO CAMARGO, 763 - CURITIBA - PR

SELO DE AUTENTICAÇÃO  
Este documento foi autenticado em virtude de ter sido assinado pelo titular do documento.

**CREA-PR**

O SELO DE AUTENTICIDADE FOI ANEXADO NA ÚLTIMA FOLHA



# Prefeitura Municipal de Campina Grande do Sul

## Contextualização Regional

A contextualização regional sob os aspectos naturais e antrópicos, contemplou a vocação e o potencial estratégico do município de Campina Grande do Sul dentro da região, e focalizou os principais fatores que concorreram para o seu desenvolvimento. Foram imprescindíveis as espacializações das informações, configuradas por meio de mapas temáticos georreferenciados. As informações coletadas nos levantamentos de dados em campo, assim como as informações contidas nos mapas confeccionados foram entregues em formato "dwg" (AUTOCAD 2007) e "cdr" (COREL DRAW X3).

## Caracterização Municipal

A caracterização municipal foi mediante a abordagem dos seguintes temas principais, subdivididos em:

### Aspectos Naturais

#### a) Meio Físico

Foram identificadas as condições do clima, do ar, água, solo e subsolo. Através de análises das informações obtidas na SANEPAR, IAP, MINEROPAR e SUDERHSA e Prefeitura sobre a rede hídrica de superfícies e das análises existentes das águas dos poços existentes, foi possível avaliar qualitativamente a água, determinando, assim, possíveis problemas no uso do solo que pudessem comprometer a conservação da qualidade da água, além de prever a conservação ambiental, respeitando-se a legislação pertinente.

#### b) Meio Biológico

Foram enfocadas questões referentes à flora e fauna. Com base nos dados levantados, foram caracterizados os espaços para áreas de expansão urbana, conservação e preservação permanente, áreas públicas de lazer e arborização pública.

### Sistema Antrópico

#### a) Componente Espacial

Foi realizada uma abordagem geral do uso e ocupação do solo urbano e rural mediante a caracterização da evolução da urbanização e do uso do solo, análise do parcelamento do solo e suas tendências de crescimento, questões fundiárias e aspectos atuais dos loteamentos do município, bolsões de pobreza e vazios urbanos, bem como determinação de parâmetros para monitoramento do uso e ocupação do solo. A partir de uma visão realista e sustentável, foram identificados e analisados os usos atuais, sua dependência econômica ou cultural e sua demanda (urbana e rural) para os próximos 10 anos, identificando os principais entraves espaciais existentes. Ocorreu igualmente, uma caracterização da infraestrutura e serviços urbanos e regionais enfocando aspectos relevantes à circulação; sistema viário; mobilidade, estudo de traçado, planejamento, energia e comunicações. Assim, foi possível a identificação das áreas com infraestrutura ociosa e as áreas ocupadas com

Certificado que o presente documento foi reproduzido fiel do original e que a reprodução foi autorizada pelo titular do documento original.  
 28 JUN. 2019  
 SERVIDOR DISTRIAL DO MUNICÍPIO  
 FONE/FAX: 3262-5533  
 JOÃO GERALDO L. ALVAREZ  
 ANGELITA ERNA VIEIRA SOBRINHO  
 ELIZABETE RAMOS CARRETO LIMA  
 JOÃO PAULO NERONI  
 CRISTINA RODRIGUEZ PERES  
 AV. PRES. AFFONSO CAMARGO, 30 - CENTRO  
 C. M. P.



# Prefeitura Municipal de Campina Grande do Sul

precariedade de infra-estrutura, bem como um prognóstico para os próximos 10 anos. E uma avaliação da qualidade da paisagem. Ressalta-se que foram tomados por base os dados e estudos existentes no município referentes a este tema.

## b) Componente Sócio-econômico

Para a caracterização sócio-cultural foram analisados os sistemas de saúde, educação, ação social, além da questão populacional e demográfica. A caracterização econômica do município contemplou a análise dos setores produtivos, com especial enfoque às atividades rurais e do potencial de turismo rural.

## c) Aspectos Institucionais

Foram caracterizadas as unidades administrativas da estrutura da Prefeitura Municipal e, o sistema de gestão relacionado ao planejamento e desenvolvimento do município, que se relacionam com a gestão do PDM Municipal. Igualmente, foi identificada a capacidade de investimento do município, situação atual de arrecadação, evolução anual e projeção para os próximos dez anos, considerando também possíveis fontes alternativas de recursos financeiros e possibilidade de realização de operações de crédito (capacidade de endividamento), além de impostos cobrados, taxas, contribuição de melhoria e demais tributos.

Procedeu-se a uma análise da estrutura organizacional da administração municipal e dos agentes intervenientes ao plano diretor (secretarias, sociedade civil organizada e outros considerados relevantes). Esta análise teve o intuito de detectar a atuação das secretarias e sua influência na área, de forma a propor no desenvolvimento deste trabalho as possibilidades de atuação e inter-relação entre estes agentes, bem como, análises no sistema de informações municipais disponíveis para a gestão do desenvolvimento local (dados do Cadastro Técnico Imobiliário e Econômico e demais bancos de dados municipais, identificando-os).

Da legislação vigente identificou-se a adequação ou inadequação de cada um dos instrumentos, em relação a: (i) questões constitucionais, Lei Orgânica Municipal e demais leis federais, estaduais e municipais; (ii) questões físico-ambientais e (iii) adequação à realidade do uso e ocupação do solo existente.

As normas jurídicas (leis, decretos e outros atos administrativos) do Estado e Município pertinentes a este Plano foram coletadas em órgãos do Poder Executivo, Poder Legislativo, e em outros pertinentes.

### Condicionantes Deficiências e Potencialidades

A análise de cada informação foi realizada individualmente, com suas inter-relações mencionadas e elencadas em um quadro síntese, permitindo uma visão ampla das condicionantes, deficiências e potencialidades locais, correspondentes. Possibilitando, assim, alcançar proposições preliminares de diretrizes para correção, minimização, prevenção ou compensação de deficiências e para valorização das potencialidades.

### **FASE 3 - Definição das Diretrizes e Propostas**

Inicialmente foram elaborados **Eixos** de desenvolvimento estratégico com suas respectivas diretrizes.

**AUTENTICAÇÃO**  
 Certifico que o presente documento é reprodução fiel do documento original que me foi apresentado. Pou F.

28 JUN 2010

SERVIÇO DISTRIÇÃO CALIURY  
 FONE/FAX: 32 33-3553

JOÃO GERALDO LAMARCA  
 ANGELITA CRINA WAISE DEL REI  
 ELIZABETE RAMOS CARVALHO  
 JOÃO PAULO HERONIMUS  
 CRISTINA RODRIGUEZ FLORES  
 AV. PRES. AFFONSO CAMARGO, 163 - CURITIBA

SELO DE AUTENTICIDADE  
 O selo de autenticidade de  
 este documento, para  
 ser válido, foi anexado na última  
 folha deste documento.

**CREA-PR**

**SELO DE AUTENTICIDADE FOI ANEXADO NA ÚLTIMA FOLHA**



# Prefeitura Municipal de Campina Grande do Sul

1298

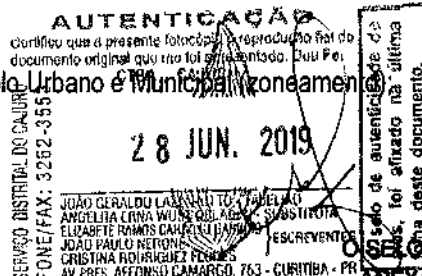
As diretrizes contemplaram os aspectos físico-espaciais, de infra-estrutura e serviços público, socioeconômicas, ambientais e institucionais, que deram origem a ações, propostas para curto, médio e longo prazos. Incluiu-se também diretrizes para o estabelecimento de:

- a) política de desenvolvimento urbano e municipal;
- b) sistemática permanente de planejamento;
- c) propostas de projetos estruturais dos diversos setores estratégicos considerando a estimativa de custos e projeções orçamentárias municipais;
- d) dinamização e ampliação das atividades econômicas a fim de estruturar o fortalecimento da economia do município (emprego, renda e receitas);
- e) propostas, instrumentos e mecanismos referentes a:
  - i. ocupação do espaço, e expansão urbana
  - ii. distribuição equitativa dos usos
  - iii. hierarquização do sistema viário e articulação da mobilidade urbana
  - iv. controle do meio ambiente, saneamento e proteção aos elementos que caracterizam a identidade do município
  - v. arborização pública
  - vi. sistema de informações para o planejamento e gestão municipal
  - vii. diretrizes para a coleta e disposição final de resíduos sólidos, industriais e saúde
  - viii. instrumentos a serem adotados nos projetos de parcelamento, edificações, consultas prévias, alvarás, laudo de conclusão de obras e habite-se
  - ix. processos e recursos para a atualização permanente de instrumentos de política e planejamento territorial
  - x. parâmetros, ações e instrumentos para a regularização da situação fundiária ou diretrizes de uso das áreas que necessitam de desocupação
  - xi. diretrizes e proposições decorrentes das recomendações de órgãos e instituições

## Fase 4 - Proposições para a Legislação Básica e Processo de Planejamento e Gestão Municipal Ante Projeto de lei

Minutas de Anteprojeto de Lei acompanhadas de mapas em escala apropriada, destacando-se:

- a) Anteprojeto de Lei do Plano Diretor Municipal;
- b) Anteprojeto de Lei do Perímetros Urbanos;
- c) Anteprojeto de Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano e Municipal (Zoneamento);
- d) Anteprojeto de Lei de Parcelamento Urbano;



CREA-PR

SELLO DE AUTENTICIDADE FOI ANEXADO NA ÚLTIMA FOLHA

0352



# Prefeitura Municipal de Campina Grande do Sul

- e) Anteprojeto de Lei de Mobilidade e Sistema Viário;
- f) Anteprojeto de Lei do Código de Obras;
- g) Anteprojeto de Lei do Código de Posturas;
- h) Anteprojeto de Lei do Consórcio Imobiliário;
- i) Anteprojeto de Lei do Direito de Preempção.

## Processo de Planejamento e Gestão Municipal

- a) Adequação da estrutura organizacional da Prefeitura;
- b) Organização do sistema de informações;
- c) Construção de indicadores para avaliação anual do processo de planejamento e gestão municipal.

## FASE 5 - Plano de Ação e Investimentos

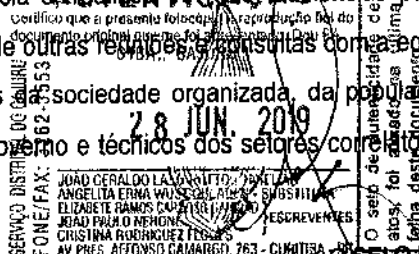
O Plano de Ações e Investimentos refere-se à análise sistêmica e à avaliação das estratégias de intervenção anteriormente formuladas, aglutinando as discussões que se desenvolveram no âmbito das reuniões com a Comissão de Acompanhamento e, também, nos eventos (oficinas e seminários) realizados junto às entidades estaduais e do município para a discussão das referidas estratégias, e dos critérios e diretrizes para o ordenamento territorial, mediante a definição das ações e projetos prioritários, para os próximos 05 (cinco) anos em compatibilidade com a projeção orçamentária. Apresentando a hierarquização de investimentos em infraestrutura, equipamentos comunitários e ações institucionais, com a estimativa de custos aproximados.

E seguirá de elemento batizador para o município de Campina Grande do Sul, atender à Lei Estadual nº 15.229 de 25 de julho de 2006, como também, à Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001.

## Audiências Públicas e Oficinas de Capacitação Técnica

O Plano Diretor, que por intervir diretamente na cidade e na vida dos cidadãos, abre espaço para a participação da população, podendo haver interesses divergentes e até conflitantes, entretanto, com um objetivo comum, a distribuição mais justa dos pontos positivos e negativos existentes na vida da cidade. Assim sendo, foram realizadas audiências com a comunidade, a qual foi inserida no processo participativo de desenvolvimento do Plano Diretor e também oficinas de capacitação técnica com a equipe da Prefeitura e Comissão de Acompanhamento de Elaboração do Plano Diretor. A realização da Audiência e Oficina ficou sob responsabilidade da Prefeitura, com o apoio da equipe da Consultora.

O Município divulgou amplamente e com antecedência e realizou 03 (três) audiências públicas e 06 (seis) oficinas técnicas de capacitação e treinamento, além de outras reuniões e consultas com a equipe da Prefeitura. Para as audiências foram convidados representantes da sociedade organizada, da população em geral, dos segmentos econômicos, além de representantes do governo e técnicos dos setores correlatos ao planejamento

**CREA-PR**

SELO DE AUTENTICIDADE FOI

ANEXADO NA ÚLTIMA FOLHA



1300

## Prefeitura Municipal de Campina Grande do Sul

da prefeitura. A forma de divulgação das audiências foi feita por meio de ampla divulgação dos meios de comunicação, como rádio, jornal, panfletos, entre outros tipos de mídia. Os volumes correspondentes ao assunto a ser tratado nas audiências foram disponibilizados na Prefeitura Municipal para que a população pudesse se interar sobre o seu conteúdo e se preparar para a Audiência Pública, sendo livre o seu acesso a qualquer interessado.

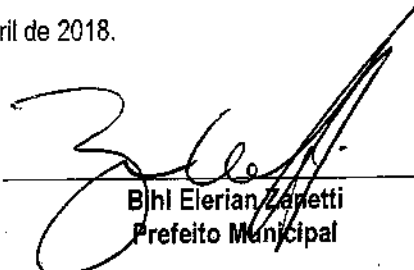
### Treinamento da Equipe Técnica Municipal e Comissão de Acompanhamento

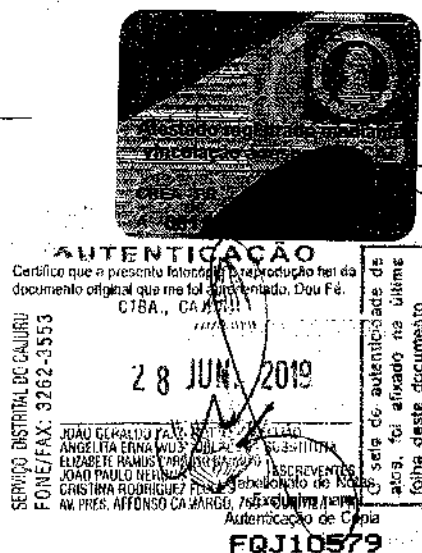
Os treinamentos tanto da Equipe Técnica Municipal quanto da Comissão de Acompanhamento de Elaboração do Plano Diretor se deram por meio de oficinas de capacitação. Ao todos foram realizadas 05 oficinas, sempre para discussão dos conteúdos que culminaram nos 05 produtos componentes do PDM.

A Equipe Técnica do Município de Campina Grande do Sul foi composta por representantes dos setores correlatos na prefeitura. O treinamento foi feito de acordo com os seguintes aspectos: Embasamento Técnico-Administrativo-Legal do Plano Diretor Municipal, Avaliação Temática Integrada, Definição de Diretrizes e Proposições, Legislação Básica, Processo de Planejamento e Gestão Municipal, Plano de Ação, Indicadores e Implementação do Plano Diretor Municipal, de acordo com o Termo de Referência da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano – SEDU/PARANACIDADE.

A Comissão de Acompanhamento da Elaboração do Plano Diretor foi composta por representantes da administração municipal e dos segmentos organizados da sociedade civil local. O treinamento da Comissão foi realizado referente aos aspectos de embasamento técnico-administrativo-legal do Plano Diretor, competências, organização e funcionamento da Comissão de Acompanhamento; e criação do Conselho Municipal de Gestão Territorial e Meio Ambiente, assim como de suas atribuições, composição e funcionamento.

Campina Grande do Sul, 05 de abril de 2018.

  
Bini Elerian Zanetti  
Prefeito Municipal



Patricia Fornaza Ferreira  
Escrevente



CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ

# Certidão de Acervo Técnico

**NILO AIHARA**

Carteira Profissional:PR-8040/D

RNP Nº.:1703254856

Acervo Técnico Nº.:5168/2018

Protocolo Nº.:2018/00347433

Selos de autenticidade:A 061104, A 061105

ART Nº.....:20142582184 0..... Registrada:18/06/2014.....  
 Empresa Executora...:ECOTÉCNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA.....  
 Contratante(s).....:PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPERUÇU - CNPJ/CPF:  
 95.422.846/0001-26.....  
 Tipo de Contrato....:PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.....  
 Atividade Técnica...:EXECUÇÃO DE OBRA OU SERVIÇO TÉCNICO.....  
 Área de Competência.:SERVIÇOS AFINS E CORRELATOS EM SANEAMENTO E  
 MEIO-AMBIENTE.....  
 Tipo de Obra/Serviço:OUTRAS OBRAS/SERVIÇOS.....  
 Serviço Contratado...:EXECUÇÃO.....  
 Dimensão.....:1,00 UNID..... Área Existente:0,00 UNID.....  
 Área Ampliada.....:0,00 UNID..... Área de Reforma:0,00 UNID.....  
 Dados Complementares:0,00.....  
 Local da Obra.....:AVENIDA CRSIPIM FURQUIM DE SIQUEIRA, 1800 CENTRO....  
 Município/Estado....:ITAPERUCU/PR.....  
 Data de Início.....:02/06/2014..... Data de Conclusão:02/12/2015....  
 Docto de Conclusão..:DECLARAÇÃO PROFISSIONAL.....  
 Descr. Compl. Serv.:ELABORAÇÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ITAPERUÇU -  
 PR. PROFISSIONAL DA ÁREA DE ENGENHARIA CIVIL.....  
 Observação.....:

**AUTENTICAÇÃO**  
 Certifico que a presente cópia é reprodução fiel do documento original me foi apresentado Dou fe.  
 CIDA RAJURU  
 28 JUN. 2018  
 SERVIÇO DISTRIÇÃO DO CAHURJ  
 FONE/FAX 3282-3513  
 Av. Mar. ...  
 Exclusivo para Autenticação de Cópia  
 FQJ10583

Patricia Fornaza Ferreira  
Escrevente

*[Handwritten signatures and initials]*





# Prefeitura Municipal de Itaperuçu

1302

ESTADO DO PARANÁ  
CNPJ 95.422846/0001-26

## ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins, que a empresa **ECOTÉCNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA**, com sede à Maria Rita das Chagas Lima, 317 – Curitiba-PR Bairro São Braz CEP 82300-330, inscrita no CNPJ 02.610.553/0001-91 tendo como responsáveis técnicos a Arquiteta e Urbanista **SANDRA MAYUMI NAKAMURA**, carteira profissional CAU-A 28547-1 e o Engenheiro Civil **NILO AIHARA**, carteira profissional CREA-PR 8.040/D, prestaram para a **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPERUÇU**, estabelecida à Rua Crispin Furquim de Siqueira, 1800, Itaperuçu, Paraná, CEP: 83560-000, inscrita no CNPJ: 95.422.846/0001-26, os serviços referentes à **Elaboração do Plano Diretor Municipal (PDM) para o município de ITAPERUÇU /PR**, tendo demonstrado Capacidade Técnica no fornecimento dos mesmos, nada constando em nossos arquivos que a desabone.

## CARACTERÍSTICAS DOS SERVIÇOS

Início dos serviços:	02/06/2014
Conclusão dos serviços:	02/12/2015
Objeto do contrato:	Elaboração do Plano Diretor Municipal (PDM) para o município de Itaperuçu/PR, em conformidade com o Termo de Referência da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano – SEDU/PARANACIDADE.
Local da Obra:	Rua Crispin Furquim de Siqueira, 1800, Itaperuçu, Paraná, CEP: 83560-000

## EQUIPE TÉCNICA ECOTÉCNICA

### Equipe Principal:

Coordenação Geral	Esp. Arquiteta e Urbanista Vanessa B. Fernandes	CAU-A 37721-0
Coordenação Adjunta	Esp. Arquiteta e Urbanista Sandra M. Nakamura	CAU-A 28547-1

Eng. Civil / Sanitarista	Nilo Aihara	CREA-PR 8.040/D
Advogada Esp.	Lúcia B. de Camargo Blicharski	OAB-PR 37.951
Economista	Jackson Teixeira Bittencourt	CORECON-PR 5954
Geólogo	Gilliano Antonio Ribeiro	CREA-PR 69.098/D

### Equipe Complementar:

Arquiteta e Urbanista	Sandra Mayumi Nakamura	CAU-A 28547-1
Arquiteta e Urbanista	Leticia S. Cardon de Oliveira	CAU-A 46913-0
Engenheira Civil	Naiade Tami Isozaki	CREA-PR 139.243/D
Engenheira Ambiental	Lidia Sayoko Tanaka	CREA-PR 87.131/D
Oceanógrafo	Cassio Kyonori Nakamura	-
Zootecnista	Gisele Leopoldino	CRMV/Z-Nº1.094 - PR
Advogada	Marcia Valéria Santos Barbosa	OAB/PR 61291
Administradora	Juliana Mitsue Sato	CRA-PR 14856
Socióloga	Ana Maria Lorici Santin	
Arquiteto e Urbanista	Verena Giraldi Costa	
Arquiteto e Urbanista	Gustavo Domingues Gaspari	
Turismóloga	Giovana Gohr Serenato	

**AUTENTICAÇÃO**  
 O selo de autenticidade de atos, foi afixado na última folha deste documento.

28 JUN. 2019

JOÃO GERALDO LACANTINI, PRESIDENTE  
 ANGELITA ERINA WASTCHULAK, SUBSTITUTA  
 ELIZABETE RAMOS CARVALHO, SECRETÁRIA  
 JOÃO PAULO NEHONI, ESCREVENTES  
 CRISTINA RODRIGUEZ PEREIRA

SERVIÇO DISTRICTAL DO CASABU  
 FONE/FAX: 3262-3553  
 AV. PRES. AFFONSO CAMARGO, 763 - CURITIBA - PR

Av. Crispin Furquim de Siqueira nº 1800 – Butieirinho – CEP 83560-000 – Itaperuçu – Paraná  
Fone/Fax: (41) 3603-1381 – www.itaperucu.pr.gov.br

**CREA-PR**  
O SELO DE AUTENTICIDADE FOI ANEXADO NA ÚLTIMA FOLHA 0356



# Prefeitura Municipal de Itaperuçu

1303

ESTADO DO PARANÁ  
CNPJ 95.422846/0001-26

## DESCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS

O município de Itaperuçu localiza-se na porção leste do Estado do Paraná, integrante da Região Metropolitana de Curitiba (RMC). O município apresenta diversas condicionantes e restrições ambientais decorrentes do aquífero Carste, com especificidades quanto às características geológico-geotécnicas e hidrogeológicas e também por estar inserido em Área de interesse de proteção de mananciais.

### Escopo e metodologia

A seguir, apresenta-se a metodologia e as técnicas utilizadas na execução das atividades, originando os produtos de cada uma das 05 fases do Plano, elencadas abaixo e assim, atingindo os objetivos traçados para o Plano Diretor Municipal – PDM Itaperuçu-PR.

Ainda, foram definidas, a partir das informações coletadas, a estruturação e instrumentação administrativa que foi necessária à adaptação da estrutura do Poder Público Municipal para a implementação do PDM e Leis Complementares.

#### Fase 1 - Plano de Trabalho

Corresponde ao documento que descreve o conteúdo e o processo de elaboração do PDM. Enfoca, principalmente, a metodologia estratégica, traçada pela equipe da ECOTÉCNICA Tecnologia e Consultoria Ltda.

#### Fase 2 - Avaliação temática Integrada

O processo de Avaliação Temática Integrada se realizou a partir da compilação, discussão e análise da equipe técnica multidisciplinar, dos dados disponibilizados pela Prefeitura Municipal de Itaperuçu, IAP (Instituto Ambiental do Paraná), IPARDES (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social), COMEC (Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba), IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), Instituto das Águas, EMATER (Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural), PARANACIDADE e outras instituições pertinentes, com vistas a subsidiar o trabalho dos técnicos de cada uma das especialidades envolvidas, para posterior discussão e elaboração de um quadro síntese contendo as principais **Condicionantes, Deficiências e Potencialidades**, assim como confecção de mapas temáticos pertinentes a cada tema. Foram avaliados os seguintes temas:

#### Contextualização Regional

A contextualização regional sob os aspectos naturais e antrópicos, contemplou a vocação e o potencial estratégico do município de Itaperuçu dentro da região, e focalizou os principais fatores que concorreram para o seu desenvolvimento. Foram imprescindíveis as especializações das informações, configuradas por meio de mapas temáticos georreferenciados. As informações coletadas nos levantamentos de dados em campo, assim como as informações contidas nos mapas confeccionados em Arcgis e AUTOCAD e foram entregues em formato "dwg" (AUTOCAD 2007).

#### Caracterização Municipal

A caracterização municipal foi mediante a abordagem dos seguintes temas principais, subdivididos em:

##### Aspectos Naturais

##### a) Meio Físico

Foram identificadas as condições do clima, do ar, água, solo e subsolo. Através de análises das informações obtidas na SANEPAR, IAP, MINEROPAR e Instituto das Águas e Prefeitura sobre a rede hídrica de superfícies e das análises existentes das águas dos poços existentes, foi possível avaliar qualitativamente a água, determinando, assim, possíveis problemas no uso do solo que pudessem comprometer a conservação da qualidade da água, além de prever a conservação ambiental, respeitando-se a legislação pertinente.

##### b) Meio Biológico

Foram enfocadas questões referentes à flora e fauna. Com base nos dados levantados, foram caracterizados os espaços para áreas de expansão urbana, conservação e preservação permanente, áreas públicas de lazer e arborização pública.

##### Sistema Antrópico

##### a) Componente Espacial

Foi realizada uma abordagem geral do uso e ocupação do solo urbano e rural mediante a caracterização da evolução da urbanização e do uso do solo, análise do parcelamento do solo e suas tendências de crescimento, questões fundiárias e

Av. Crispim Furquim de Siqueira nº 1800 – Butieirinho – CEP 83560-000 – Itaperuçu – Paraná

Fone/Fax: (41) 3603-1381 – www.itaperucu.pr.gov.br

CREA-PR

O SELO DE AUTENTICIDADE FOI ANEXADO NA ÚLTIMA FOLHA

0357

28 JUN 2019

JOÃO DEFRALDI LAURICINI FREZZARDI  
ANGELITA ERMA WOLFF DE MEYER SUBSTITUTA  
ELIZABETE RAMOS OLIVEIRA DE MEYER  
JULIO PAULO BASTOS  
CRISTINA RODRIGUES PERAZZI  
DIRETORIA DE LICENCIAMENTO, REGISTRO E CONTABILIDADE - PR

O selo de autenticidade dos atos, foi anexado na última folha deste documento.



# Prefeitura Municipal de Itaperuçu

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 95.422846/0001-26

aspectos atuais dos loteamentos do município, bolsões de pobreza e vazios urbanos, bem como determinação de parâmetros para monitoramento do uso e ocupação do solo. A partir de uma visão realista e sustentável, foram identificados e analisados os usos atuais, sua dependência econômica ou cultural e sua demanda (urbana e rural) para os próximos 10 anos, identificando os principais entraves espaciais existentes. Ocorreu igualmente, uma caracterização da infraestrutura e serviços urbanos e regionais enfocando aspectos relevantes à circulação; sistema viário; mobilidade, estudo de tráfego, saneamento; energia e comunicações. Assim, foi possível a identificação das áreas com infra-estrutura ociosa e as áreas ocupadas com precariedade de infra-estrutura, bem como um prognóstico para os próximos 10 anos. E uma avaliação da qualidade da paisagem. Ressalta-se que foram tomados por base os dados e estudos existentes no município referentes a este tema.

## b) Componente Sócio-econômico

Para a Caracterização sócio-cultural foram analisados os sistemas de saúde, educação, ação social, além da questão populacional e demográfica. A caracterização econômica do município contemplou a análise dos setores produtivos, com especial enfoque às atividades rurais e do potencial de turismo rural.

## c) Aspectos Institucionais

Foram caracterizadas as unidades administrativas da estrutura da Prefeitura Municipal e, o sistema de gestão relacionado ao planejamento e desenvolvimento do município, que se relacionam com a gestão do PDM Municipal. Igualmente, foi identificada a capacidade de investimento do município, situação atual de arrecadação, evolução anual e projeção para os próximos dez anos, considerando também possíveis fontes alternativas de recursos financeiros e possibilidade de realização de operações de crédito (capacidade de endividamento), além de impostos cobrados, taxas, contribuição de melhoria e demais tributos.

Procedeu-se a uma análise da estrutura organizacional da administração municipal e dos agentes intervenientes ao plano diretor (secretarias, sociedade civil organizada e outros considerados relevantes). Esta análise teve o intuito de detectar a atuação das secretarias e sua influência na área, de forma a propor no desenvolvimento deste trabalho as possibilidades de atuação e inter-relação entre estes agentes, bem como, análises no sistema de informações municipais disponíveis para a gestão do desenvolvimento local (dados do Cadastro Técnico Imobiliário e Econômico e demais bancos de dados municipais, identificando-os).

Da legislação vigente identificou-se a adequação ou inadequação de cada um dos instrumentos, em relação a: (i) questões constitucionais, Lei Orgânica Municipal e demais leis federais, estaduais e municipais; (ii) questões físico-ambientais e (iii) adequação à realidade do uso e ocupação do solo existente.

As normas jurídicas (leis, decretos e outros atos administrativos) do Estado e Município pertinentes a este Plano foram coletadas em órgãos do Poder Executivo, Poder Legislativo, e em outros pertinentes.

## Condicionantes Deficiências e Potencialidades

A análise de cada informação foi realizada individualmente, com suas inter-relações mencionadas e elencadas em um quadro síntese, permitindo uma visão ampla das condicionantes, deficiências e potencialidades locais correspondentes. Possibilitando, assim, alcançar proposições preliminares de diretrizes para correção, minimização, prevenção ou compensação de deficiências e para valorização das potencialidades.

## FASE 3 - Definição das Diretrizes e Propostas

Inicialmente foram elaborados Eixos de desenvolvimento estratégico com suas respectivas diretrizes. As diretrizes contemplaram os aspectos físico-espaciais, de infra-estrutura e serviços públicos, socioeconômicos e ambientais e institucionais, que deram origem a ações, propostas para curto, médio e longo prazos. Incluiu-se também diretrizes para o estabelecimento de:

- a) política de desenvolvimento urbano e municipal;
- b) sistemática permanente de planejamento;
- c) propostas de projetos estruturais dos diversos setores estratégicos considerando a estimativa de custos e projeções orçamentárias municipais;
- d) propostas estruturais para mobilidade urbana;
- e) dinamização e ampliação das atividades econômicas a fim de estruturar o fortalecimento da economia do município (emprego, renda e receitas);
- f) propostas, instrumentos e mecanismos referentes a:
  - i. ocupação do espaço, e expansão urbana
  - ii. distribuição equitativa dos usos
  - iii. hierarquização do sistema viário e articulação da mobilidade urbana
  - iv. controle do meio ambiente, saneamento e proteção aos elementos que caracterizam a identidade do município

Av. Crispim Furquim de Siqueira nº 1800 – Butuírinho – CEP 83560-000 – Itaperuçu – Paraná

Fone/Fax: (41) 3603-1381 – www.itaperucu.pr.gov.br

CREA-PR

O SELO DE AUTENTICIDADE FOI ANEXADO NA ÚLTIMA FOLHA

0358



# Prefeitura Municipal de Itaperuçu

1305

ESTADO DO PARANÁ  
CNPJ 95.422846/0001-26

- v. arborização pública
- vi. sistema de informações para o planejamento e gestão municipal
- vii. diretrizes para a coleta e disposição final de resíduos sólidos, industriais e saúde
- viii. instrumentos a serem adotados nos projetos de parcelamento, edificações, consultas prévias, alvarás, laudo de conclusão de obras e habite-se
- ix. processos e recursos para a atualização permanente de instrumentos de política e planejamento territorial
- x. parâmetros, ações e instrumentos para a regularização da situação fundiária ou diretrizes de uso das áreas que necessitam de desocupação
- xi. diretrizes e proposições decorrentes das recomendações de órgãos e instituições

## Fase 4 - Proposições para a Legislação Básica e Processo de Planejamento e Gestão Municipal

### Ante Projeto de lei

Minutas de Anteprojeto de Lei acompanhadas de mapas em escala apropriada, destacando-se:

- a) Anteprojeto de Lei do Plano Diretor Municipal;
- b) Anteprojeto de Lei do Perímetros Urbanos;
- c) Anteprojeto de Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano e Municipal (zoneamento);
- d) Anteprojeto de Lei de Parcelamento Urbano;
- e) Anteprojeto de Lei de Mobilidade e Sistema Viário;
- f) Anteprojeto de Lei do Código de Obras;
- g) Anteprojeto de Lei do Código de Posturas;
- h) Anteprojeto de Lei do Consórcio Imobiliário;
- i) Anteprojeto de Lei do Direito de Preempção.

### Processo de Planejamento e Gestão Municipal

- a) Adequação da estrutura organizacional da Prefeitura;
- b) Organização do sistema de informações;
- c) Construção de indicadores para avaliação anual do processo de planejamento e gestão municipal.

## FASE 5 - Plano de Ação e Investimentos

O Plano de Ações e Investimentos refere-se à análise sistêmica e à avaliação das estratégias de intervenção anteriormente formuladas, aglutinando as discussões que se desenvolveram no âmbito das reuniões com a Comissão de Acompanhamento e, também, nos eventos (oficinas e seminários) realizados junto às entidades estaduais e do município para a discussão das referidas estratégias, e dos critérios e diretrizes para o ordenamento territorial, mediante a definição das ações e projetos prioritários, para os próximos 05 (cinco) anos em compatibilidade com a projeção orçamentária. Apresentando a hierarquização de investimentos em infra-estrutura, equipamentos comunitários e ações institucionais, com a estimativa de custos aproximados.

E seguirá de elemento balizador para o município de Itaperuçu atender à Lei Estadual nº 15.229 de 25 de julho de 2006 como também, à Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001.

### Audiências Públicas e Oficinas de Capacitação Técnica

O Plano Diretor, que por intervir diretamente na cidade e na vida dos cidadãos, abre espaço para a participação da população, podendo haver interesses divergentes e até conflitantes, entretanto, com um objetivo comum, a distribuição mais justa dos pontos positivos e negativos existentes na vida da cidade. Assim sendo, foram realizadas audiências com a comunidade, a qual foi inserida no processo participativo de desenvolvimento do Plano Diretor e também oficinas de capacitação técnica com a equipe da Prefeitura e Comissão de Acompanhamento de Elaboração do Plano Diretor. A realização da Audiência e Oficina ficou sob responsabilidade da Prefeitura, com o apoio da equipe da Consultora.

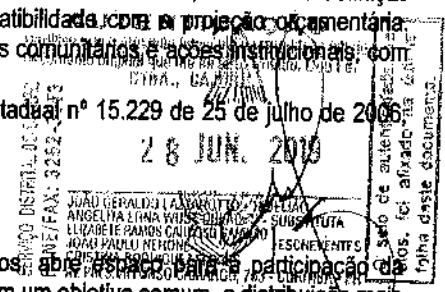
O Município divulgou amplamente e com antecedência e, realizou 04 (quatro) audiências públicas e 08 (oito) oficinas técnicas de capacitação e treinamento, além de outras reuniões e consultas com a equipe da Prefeitura. Para as audiências foram convidados representantes da sociedade organizada, da população em geral, dos segmentos econômicos, além de representantes do governo e técnicos dos setores correlatos ao planejamento da prefeitura. A forma de divulgação das audiências foi feita por meio de ampla divulgação dos meios de comunicação, como rádio, jornal, panfletos, entre outros

Av. Crispim Furquim de Siqueira nº 1800 – Butieirinho – CEP 83560-000 – Itaperuçu – Paraná  
Fone/Fax: (41) 3603-1381 – www.itaperucu.pr.gov.br

CREA-PR

O SELO DE AUTENTICIDADE FOI

00359





# Prefeitura Municipal de Itaperuçu

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 95.422846/0001-26

tipos de mídia. Os volumes correspondentes ao assunto a ser tratado nas audiências foram disponibilizados na Prefeitura Municipal para que a população pudesse se interar sobre o seu conteúdo e se preparar para a Audiência Pública, sendo livre o seu acesso a qualquer interessado. O total de participantes da população, considerando todas as audiências é de aproximadamente 400 pessoas.

## Treinamento da Equipe Técnica Municipal e Comissão de Acompanhamento

Os treinamentos tanto da Equipe Técnica Municipal quanto da Comissão de Acompanhamento de Elaboração do Plano Diretor se deram por meio de oficinas de capacitação. Ao todo foram realizadas 05 oficinas, sempre para discussão dos conteúdos que culminaram nos 05 produtos componentes do PDM.

A Equipe Técnica do Município foi composta por representantes dos setores correlatos na prefeitura. O treinamento foi feito de acordo com os seguintes aspectos: Embasamento Técnico-Administrativo-Legal do Plano Diretor Municipal, Avaliação Temática Integrada, Definição de Diretrizes e Proposições, Legislação Básica, Processo de Planejamento e Gestão Municipal, Plano de Ação, Indicadores e Implementação do Plano Diretor Municipal, de acordo com o Termo de Referência da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano – SEDU/PARANACIDADE.

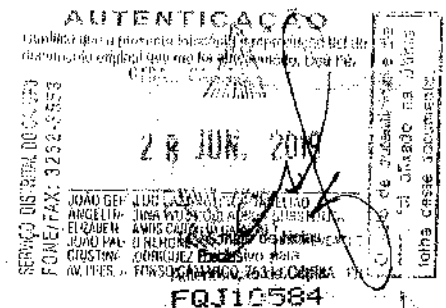
A Comissão de Acompanhamento da Elaboração do Plano Diretor foi composta por representantes da administração municipal e dos segmentos organizados da sociedade civil local. O treinamento da Comissão foi realizado referente aos aspectos de embasamento técnico-administrativo-legal do Plano Diretor; competências, organização e funcionamento da Comissão de Acompanhamento; e criação do Conselho de Desenvolvimento Municipal, assim como de suas atribuições, composição e funcionamento.

Itaperuçu, 16 de fevereiro de 2016.

  
Giovani Rizzi  
Secretário Mun. De Planejamento  
Decreto nº 010/2013  
CPF: 020.491.949-51



Giovani Rizzi  
Secretário Mun. de Planejamento  
Decreto nº 010/2013



Patricia Fornaza Ferreira  
Escrevente



CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA  
ESTADO DO PARANÁ

## Certidão de Acervo Técnico

**NILO AIHARA**

Carteira Profissional: PR-8040/D  
Acervo Técnico Nº.: **2325/2011**

RNP Nº.: 1703254856  
Protocolo Nº.: **2010/00353816**

ART Nº.: 20093330032 0..... Registrada: 19/03/2010.....  
 ART Co-Respons.: ..... ART Vinculada: 20092254251 .....  
 Empresa Executora.: ECOTÉCNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA.....  
 Contratante(s)..... ECOTÉCNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA - CNPJ/CPF:  
 02.610.553/0001-91.....  
 Tipo de Contrato.: SUB-EMPREITADA.....  
 Atividade Técnica.: ESTUDO, PLANEJAMENTO, PROJETO, ESPECIFICAÇÕES.....  
 Área de Competência.: SERVIÇOS TÊC PROFISSIONAIS EM SANEAMENTO E  
 MEIO-AMBIENTE.....  
 Tipo de Obra/Serviço.: OUTRAS OBRAS/SERVIÇOS.....  
 Serviço Contratado.: OUTROS.....  
 Dimensão.: 1,00 UNID..... Área Existente:.....  
 Área Ampliada.: ..... Área de Reforma:.....  
 Local da Obra.: PRAÇA DA REPÚBLICA, 28 CENTRO.....  
 Município/Estado.: BORRAZOPOLIS/PR.....  
 Data de Início.: 19/05/2009..... Data de Conclusão: 20/03/2010.....  
 Docto de Conclusão.: DECLARAÇÃO PROFISSIONAL.....  
 Descr. Compl. Serv.: ELABORAÇÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE  
 BORRAZÓPOLIS-PR. PARTICIPAÇÃO DO PROFISSIONAL:  
 ESTUDOS DOS ASPECTOS DE SANEAMENTO. A PRESENTE ART  
 REFERE-SE AO CONTRATO DE SUBEMPREITADA LAVRADO ENTRE  
 A EMPRESA ECOTÉCNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA E  
 O PROFISSIONAL NILO AIHARA, CONFORME ART DE EXECUÇÃO  
 DE SERVIÇO Nº 20092254251, ANOTADA EM 26/06/2009,  
 PELA PROFISSIONAL SANDRA MAYUMI NAKAMURA, CARTEIRA  
 PROFISSIONAL Nº PR-33072/D.....  
 Observação.: Profissional passou a responder tecnicamente pela  
 empresa a partir de 06/07/2009... *Certifico que a presente fotocópia é reprodução  
 fiel do documento original que me foi apresentado.*

Assinatura: *Patricia Fornaza Ferreira*  
 28 JUN. 2010  
 SERVIÇO CENTRAL DO CALJURU  
 FONE/FAX 3262-3553  
 Av. Pádua Curitibanos, 748  
 Laboratório de Notas  
 Exclusivo para  
 Autenticação de Cópia  
**FQJ10573**

**Patricia Fornaza Ferreira**  
Escrevente

*A J 31*



## ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

A **ECOTÉCNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA**, com sede à Maria Rita das Chagas Lima, 317 – Curitiba-PR Bairro São Braz CEP 82300-330, inscrita no CNPJ 02.610.553/0001-91 tendo como responsável técnica a Arquiteta e Urbanista **SANDRA MAYUMI NAKAMURA**, atesta para os devidos fins, que o profissional **Nilo Aihara**, Engenheiro Civil e Sanitarista, carteira profissional CREA – PR 80.40/D, participou da **Elaboração do Plano Diretor Municipal (PDM) para o município de BORRAZÓPOLIS/PR**, tendo demonstrado Capacidade Técnica no fornecimento dos mesmos, nada constando em nossos arquivos que a desabone.

### CARACTERÍSTICAS DOS SERVIÇOS

Início dos serviços: 19/05/2009  
Conclusão dos serviços: 20/03/2010  
Objeto do contrato: Elaboração do Plano Diretor Municipal (PDM) para o município de Borrazópolis/PR, em conformidade com o Termo de Referência da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano – SEDU/PARANACIDADE.  
Local da Obra: Praça da República, 28. Centro. Borrazópolis-PR.

### EQUIPE TÉCNICA ECOTÉCNICA

Arquiteta e Urbanista Esp.	Sandra Mayumi Nakamura	CREA – PR 33.072/D
Arquiteta e Urbanista Esp.	Vanessa Boscaro Fernandes	CREA – PR 70.332/D
Arquiteta e Urbanista	Débora Rocha Faria Jorge	CREA-PR 89.820/D
Arquiteta e Urbanista	Nara Yumi Fujii	CREA-PR 103.063/D
Economista	Elisabete Tiemi Arazaki	CORECON-PR 4963-8
Engenheiro Civil/Sanitarista	Nilo Aihara	CREA – PR 8.040/D
Engenheiro Civil	Camila Mileke Scucato	CREA-PR 96.342/D
Engenheira Sanitarista Ambiental	Mariana Lago Marques	CREA-SC 87.211-6
Advogada	Lucia Benedita de C. Blicharski	OAB – PR 37.951
Acadêmica em Arq. e Urbanismo	Angelita Feitosa Rodrigues	<p><b>AUTENTICAÇÃO</b> Certifico que a presente fotocópia é reprodução fiel do documento original que me foi apresentado. Nilo Aihara, CREA, CA 80.40/D.</p> <p>28 JUN. 2019</p> <p>JUÃO GERALDO LAURANTO DE SOUZA ANGELINA EUNA WUSENIA DE SOUZA SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO AV. PRES. AFFONSO CAMARGO, 769 - CURITIBA - PR</p>
Acadêmica em Arq. e Urbanismo	Vivian Eliese Hoeflich Brune	
Acadêmico em Eng. Ambiental	André Luiz da Silva Melo	
Acadêmica em Eng. Ambiental	Leana Carolina Ferreira	

DESCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS

### 1. ESCOPO METODOLÓGICO

A seguir, apresenta-se a metodologia e as técnicas utilizadas na execução das atividades, originando os produtos de cada uma das 05 fases do Plano, elencadas abaixo e assim, atingindo os objetivos traçados para o Plano Diretor Municipal – PDM de Borrazópolis-PR.

Ainda, foram definidas, a partir das informações coletadas, a estruturação e instrumentação administrativa que foi necessária à adaptação da estrutura do Poder Público Municipal para a implementação do PDM e Leis Complementares.

### 1.1. FASE 1 - PLANO DE TRABALHO

Corresponde ao documento que descreve o conteúdo e o processo de elaboração do PDM. Enfoca, principalmente, a metodologia estratégica, traçada pela equipe da ECOTÉCNICA Tecnologia e Consultoria Ltda.

## 1.2. FASE 2 - AVALIAÇÃO TEMÁTICA INTEGRADA

O processo de Avaliação Temática Integrada se realizou a partir da compilação, discussão e análise da equipe técnica multidisciplinar, dos dados disponibilizados pela Prefeitura Municipal de Borrazópolis, IAP (Instituto Ambiental do Paraná), IPARDES (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social), IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), SUDERHSA (Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental), EMATER (Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural), PARANACIDADE e outras instituições pertinentes, com vistas a subsidiar o trabalho dos técnicos de cada uma das especialidades envolvidas, para posterior discussão e elaboração de um quadro síntese contendo as principais **Condicionantes, Deficiências e Potencialidades**, assim como confecção de mapas temáticos pertinentes a cada tema. Foram avaliados os seguintes temas:

### 1.2.1. CONTEXTUALIZAÇÃO REGIONAL

A contextualização regional sob os aspectos naturais e antrópicos, contemplou a vocação e o potencial estratégico do município de Borrazópolis dentro da região, e focalizou os principais fatores que concorreram para o seu desenvolvimento. Foram imprescindíveis as espacializações das informações, configuradas por meio de mapas temáticos georreferenciados. As informações coletadas nos levantamentos de dados em campo, assim como as informações contidas nos mapas confeccionados foram entregues em formato "dwg" (AUTOCAD 2007) e "cdr" (COREL DRAW X3).

### 1.2.2. CARACTERIZAÇÃO MUNICIPAL

A caracterização municipal foi mediante a abordagem dos seguintes temas principais, subdivididos em:

#### 1.2.2.1. ASPECTOS NATURAIS

##### a) Meio Físico

Foram identificadas as condições do clima, do ar, água, solo e subsolo. Através de análises das informações obtidas na SANEPAR, IAP e SUDERHSA e Prefeitura sobre a rede hídrica de superfícies e das análises existentes das águas dos poços existentes, foi possível avaliar qualitativamente a água, determinando, assim, possíveis problemas no uso do solo que pudessem comprometer a conservação da qualidade da água, além de prever a conservação ambiental, respeitando-se a legislação pertinente.

##### b) Meio Biológico

Foram enfocadas questões referentes à flora e fauna. Com base nos dados levantados, foram caracterizados os espaços para áreas de expansão urbana, conservação e preservação permanente, áreas públicas de lazer e arborização pública.

#### 1.2.2.2. SISTEMA ANTRÓPICO

##### a) Componente Espacial

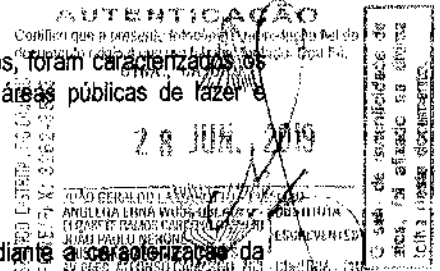
Foi realizada uma abordagem geral do uso e ocupação do solo urbano e rural mediante a caracterização da evolução da urbanização e do uso do solo, análise do parcelamento do solo e suas tendências de crescimento, questões fundiárias e aspectos atuais dos loteamentos do município, bolsões de pobreza e vazios urbanos, bem como determinação de parâmetros para monitoramento do uso e ocupação do solo. A partir de uma visão realista e sustentável, foram identificados e analisados os usos atuais, sua dependência econômica ou cultural e sua demanda (urbana e rural) para os próximos 10 anos, identificando os principais entraves espaciais existentes. Ocorreu igualmente, uma caracterização da infra-estrutura e serviços urbanos e regionais enfocando aspectos relevantes à circulação; sistema viário; saneamento; energia e comunicações. Assim, foi possível a identificação das áreas com infra-estrutura ociosa e as áreas ocupadas com precariedade de infra-estrutura, bem como um prognóstico para os próximos 10 anos. E uma avaliação da qualidade da paisagem. Ressalta-se que foram tomados por base os dados e estudos existentes no município referentes a este tema.

##### b) Componente Sócio-econômico

Para a Caracterização sócio-cultural foram analisados os sistemas de saúde, educação, ação social, além da questão populacional e demográfica. A caracterização econômica do município contemplou a análise dos setores produtivos, com especial enfoque às atividades rurais e do potencial de turismo rural.

##### c) Aspectos Institucionais

Foram caracterizadas as unidades administrativas da estrutura da Prefeitura Municipal e, o sistema de gestão relacionado ao planejamento e desenvolvimento do município, que se relacionam com a gestão do PDM Municipal. Igualmente, foi identificada a capacidade de investimento do município, situação atual de arrecadação, evolução anual e projeção para os próximos dez anos, considerando também possíveis fontes alternativas de recursos





financeiros e possibilidade de realização de operações de crédito (capacidade de endividamento), além de impostos cobrados, taxas, contribuição de melhoria e demais tributos.

Procedeu-se a uma análise da estrutura organizacional da administração municipal e dos agentes intervenientes ao plano diretor (secretarias, sociedade civil organizada e outros considerados relevantes). Esta análise teve o intuito de detectar a atuação das secretarias e sua influência na área, de forma a propor no desenvolvimento deste trabalho as possibilidades de atuação e inter-relação entre estes agentes, bem como, análises no sistema de informações municipais disponíveis para a gestão do desenvolvimento local (dados do Cadastro Técnico Imobiliário e Econômico e demais bancos de dados municipais, identificando-os).

Da legislação vigente identificou-se a adequação ou inadequação de cada um dos instrumentos, em relação a: (i) questões constitucionais, Lei Orgânica Municipal e demais leis federais, estaduais e municipais; (ii) questões físico-ambientais e (iii) adequação à realidade do uso e ocupação do solo existente.

As normas jurídicas (leis, decretos e outros atos administrativos) do Estado e Município pertinentes a este Plano foram coletadas em órgãos do Poder Executivo, Poder Legislativo, e em outros pertinentes.

### 1.2.2.3. CONDICIONANTES DEFICIÊNCIAS E POTENCIALIDADES

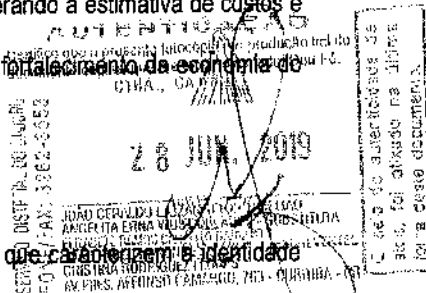
A análise de cada informação foi realizada individualmente, com suas inter-relações mencionadas e elencadas em um quadro síntese, permitindo uma visão ampla das condicionantes, deficiências e potencialidades locais, correspondentes. Possibilitando, assim, alcançar proposições preliminares de diretrizes para correção, minimização, prevenção ou compensação de deficiências e para valorização das potencialidades.

### 1.3. FASE 3 - DEFINIÇÃO DAS DIRETRIZES E PROPOSTAS

Inicialmente foram elaborados Eixos de desenvolvimento estratégico com suas respectivas diretrizes.

As diretrizes contemplaram os aspectos físico-espaciais, de infra-estrutura e serviços público, socioeconômicas, ambientais e institucionais, que deram origem a ações, propostas para curto, médio e longo prazos. Incluiu-se também diretrizes para o estabelecimento de:

- a) política de desenvolvimento urbano e municipal;
- b) sistemática permanente de planejamento;
- c) propostas de projetos estruturais dos diversos setores estratégicos considerando a estimativa de custos e projeções orçamentárias municipais;
- d) dinamização e ampliação das atividades econômicas a fim de estruturar o fortalecimento da economia do município (emprego, renda e receitas);
- e) propostas, instrumentos e mecanismos referentes a:
  - i. ocupação do espaço, e expansão urbana
  - ii. distribuição equitativa dos usos
  - iii. hierarquização do sistema viário e articulação da mobilidade urbana
  - iv. controle do meio ambiente, saneamento e proteção aos elementos que caracterizam a identidade do município
  - v. arborização pública
  - vi. sistema de informações para o planejamento e gestão municipal
  - vii. diretrizes para a coleta e disposição final de resíduos sólidos, industriais e saúde
  - viii. instrumentos a serem adotados nos projetos de parcelamento, edificações, consultas prévias, alvarás, laudo de conclusão de obras e habite-se
  - ix. processos e recursos para a atualização permanente de instrumentos de política e planejamento territorial
  - x. parâmetros, ações e instrumentos para a regularização da situação fundiária ou diretrizes de uso das áreas que necessitam de desocupação
  - xi. diretrizes e proposições decorrentes das recomendações de órgãos e instituições



### 1.4. FASE 4 - PROPOSIÇÕES PARA A LEGISLAÇÃO BÁSICA E PROCESSO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO MUNICIPAL

#### 1.5. ANTE PROJETO DE LEI

Minutas de Anteprojeto de Lei acompanhadas de mapas em escala apropriada, destacando-se:

- a) Anteprojeto de Lei do Plano Diretor Municipal;
- b) Anteprojeto de Lei do Perímetro Urbano;
- c) Anteprojeto de Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano e Municipal (zoneamento);
- d) Anteprojeto de Lei de Parcelamento Urbano e Regularização Fundiária;
- e) Anteprojeto de Lei de Mobilidade;

**CREA-PR**  
O SELLO DE AUTENTICIDADE FOI  
AFIXADO NA ÚLTIMA FOLHA

0354



- f) Anteprojeto de Lei do Código de Obras;
- g) Anteprojeto de Lei do Código de Posturas e Meio Ambiente;
- h) Anteprojeto de Lei da Compulsoriedade do Aproveitamento do Solo Urbano;
- i) Anteprojeto de Lei do Consórcio Imobiliário;
- j) Anteprojeto de Lei do Direito de Preempção.

### 1.5.1. PROCESSO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO MUNICIPAL

- a) Adequação da estrutura organizacional da Prefeitura;
- b) Organização do sistema de informações;
- c) Construção de indicadores para avaliação anual do processo de planejamento e gestão municipal.

### 1.6. FASES-PLANO DE AÇÃO E INVESTIMENTOS

O Plano de Ações e investimentos refere-se à análise sistêmica e à avaliação das estratégias de intervenção anteriormente formuladas, aglutinando as discussões que se desenvolveram no âmbito das reuniões com a Comissão de Acompanhamento e, também, nos eventos (oficinas e seminários) realizados junto às entidades estaduais e do município para a discussão das referidas estratégias, e dos critérios e diretrizes para o ordenamento territorial, mediante a definição das ações e projetos prioritários, para os próximos 05 (cinco) anos em compatibilidade com a projeção orçamentária. Apresentando a hierarquização de investimentos em infraestrutura, equipamentos comunitários e ações institucionais, com a estimativa de custos aproximados. E seguirá de elemento balizador para o município de Borrazópolis atender à Lei Estadual nº 15.229 de 26 de julho de 2006, como também, à Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001.

### 1.7. AUDIÊNCIAS PÚBLICAS E OFICINAS DE CAPACITAÇÃO TÉCNICA

O Plano Diretor, que por intervir diretamente na cidade e na vida dos cidadãos, abre espaço para a participação da população, podendo haver interesses divergentes e até conflitantes, entretanto, com um objetivo comum, a distribuição mais justa dos pontos positivos e negativos existentes na vida da cidade. Assim sendo, foram realizadas audiências com a comunidade, a qual foi inserida no processo participativo de desenvolvimento do Plano Diretor e também oficinas de capacitação técnica com a equipe da Prefeitura e Comissão de Acompanhamento de Elaboração do Plano Diretor. A realização da Audiência e Oficina ficou sob responsabilidade da Prefeitura, com o apoio da equipe da Consultora.

O Município divulgou amplamente e com antecedência e, realizou 03 (três) audiências públicas e 05 (cinco) oficinas técnicas de capacitação e treinamento, além de outras reuniões e consultas com a equipe da Prefeitura. Para as audiências foram convidados representantes da sociedade organizada, da população em geral, dos segmentos econômicos, além de representantes do governo e técnicos dos setores correlatos ao planejamento da prefeitura. A forma de divulgação das audiências foi feita por meio de ampla divulgação dos meios de comunicação, como rádio, jornal, panfletos, entre outros tipos de mídia. Os volumes correspondentes ao assunto a ser tratado nas audiências foram disponibilizados na Prefeitura Municipal para que a população pudesse se interar sobre o seu conteúdo e se preparar para a Audiência Pública, sendo livre o seu acesso a qualquer interessado.

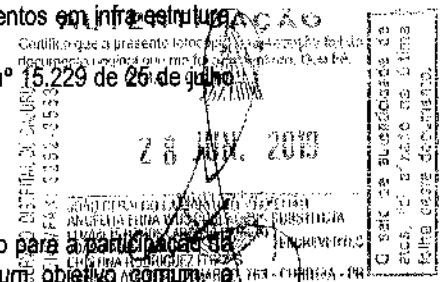
As Audiências Públicas foram realizadas:

- 1ª Audiência Pública, ocorreu em 02 de julho de 2009 no Centro de Experiência da Terceira Idade, às 19h;
- 2ª Audiência Pública, ocorreu em 20 de outubro de 2009 no Centro de Experiência da Terceira Idade, às 19h;
- 3ª Audiência Pública, ocorreu em 28 de maio de 2010 no Centro de Experiência da Terceira Idade, às 19h;
- Conferência da Cidade, ocorreu em 28 de maio de 2010 no Centro de Experiência da Terceira Idade, às 20h30min.

### 1.8. TREINAMENTO DA EQUIPE TÉCNICA MUNICIPAL E COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO

Os treinamentos tanto da Equipe Técnica Municipal quanto da Comissão de Acompanhamento de Elaboração do Plano Diretor se deram por meio de oficinas de capacitação. Ao todos foram realizadas 05 oficinas, sempre para discussão dos conteúdos que culminaram nos 05 produtos componentes do PDM.

A Equipe Técnica do Município de Borrazópolis (Decreto Municipal nº 111/2009), foi composta por representantes dos setores correlatos na prefeitura. O treinamento foi feito de acordo com os seguintes aspectos: Embasamento Técnico-Administrativo-Legal do Plano Diretor Municipal, Avaliação Temática Integrada, Definição de Diretrizes e Proposições, Legislação Básica, Processo de Planejamento e Gestão Municipal, Plano de Ação, Indicadores e Implementação do Plano Diretor Municipal, de acordo com o Termo de Referência da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano – SEDU/PARANACIDADE.





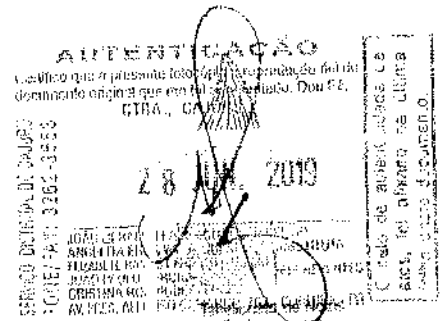
Ecotécnica – Tecnologia e Consultoria Ltda.  
Curitiba – PR – CEP 82.940-050  
Fone/Fax (41) 3026-8639

1312

A Comissão de Acompanhamento da Elaboração do Plano Diretor (Decreto Municipal nº 119/2009), foi composta por representantes da administração municipal e dos segmentos organizados da sociedade civil local. O treinamento da Comissão foi realizado referente aos aspectos de embasamento técnico-administrativo-legal do Plano Diretor; competências, organização e funcionamento da Comissão de Acompanhamento; e criação do Conselho de Desenvolvimento Municipal, assim como de suas atribuições, composição e funcionamento.

Curitiba, 20 de Junho de 2010.

SANDRA MAYUMI NAKAMURA  
CREA - 33.072/D  
ECOTÉCNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA.



Exclusivo da  
Autenticação de Cópia  
**F0J10574**  
**Patricia Fornaza Ferreira**  
Escrevente

0366



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

1313

## ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO CRIADO PELA LEI ESTADUAL Nº790 DE 11-11-1951 - CNPJ 75.740.829/0001-20

### ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins, que a empresa **ECOTÉCNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA**, com sede à Maria Rita das Chagas Lima, 317 - Curitiba-PR Bairro São Braz CEP 82300-330, inscrita no CNPJ 02.610.553/0001-91 tendo como responsável técnica a Arquiteta e Urbanista **SANDRA MAYUMI NAKAMURA**, carteira profissional CREA/PR-33072/D, prestou para a **PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS**, estabelecida à Praça da República, 28 - Borrazópolis/PR - CNPJ: 75.740.829/0001-20, os serviços referentes à **Elaboração do Plano Diretor Municipal (PDM) para o município de BORRAZÓPOLIS/PR**, tendo demonstrado Capacidade Técnica no fornecimento dos mesmos, nada constando em nossos arquivos que a desabone.

### CARACTERÍSTICAS DOS SERVIÇOS

Início dos serviços: 19/05/2009  
Conclusão dos serviços: 20/03/2010  
Objeto do contrato: Elaboração do Plano Diretor Municipal (PDM) para o município de Borrazópolis/PR, em conformidade com o Termo de Referência da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano - SEDU/PARANACIDADE.

### EQUIPE TÉCNICA ECOTÉCNICA

Arquiteta e Urbanista Esp.	Sandra Mayumi Nakamura	CREA - PR 33.072/D
Arquiteta e Urbanista Esp.	Vanessa Boscaro Fernandes	CREA - PR 70.332/D
Arquiteta e Urbanista	Débora Rocha Faria Jorge	CREA-PR 89.820/D
Arquiteta e Urbanista	Nara Yumi Fujii	CREA-PR 103.063/D
Economista	Elisabete Tiemi Arazaki	CORECON-PR 4963-8
Engenheiro Civil/Sanitarista	<del>Nilo Almaraz</del>	CREA - PR 8.040/D
Engenheiro Civil	Camilla Mileke Scucato	CREA-PR 96.342/D
Engenheira Sanitarista	Mariana Lago Marques	CREA-SC 87.211-6
Advogada Ambiental	Lucia Benedita de C. Blicharski	OAB - PR 37.951
Acadêmica em Arq. e Urbanismo	Angelita Feitosa Rodrigues	<p><b>AUTENTICAÇÃO</b> Certifico que a presente fotocópia é reprodução fiel do documento original que me foi apresentado. Dou fé.</p> <p>23</p> <p>SERVIÇO DISTRIAL DO CADURU FONE/FAX 3262-3553</p> <p>JUÍZO DE PÁTRIA AMÉLIA DE ALZABETE JÃO PAULO CARVALHO AV. P. CURITIBA</p> <p>SELO 28 de 18/07/2011</p>
Acadêmica em Arq. e Urbanismo	Vivian Eliese Hoeflich Brune	
Acadêmico em Eng. Ambiental	André Luiz da Silva Melo	
Acadêmica em Eng. Ambiental	Leana Carolina Ferreira	

Prefeitura Municipal de Borrazópolis - Praça da República, 28 - CEP 86925-000 - Fone/fax: (43) 3452-2391 - E-mail: borrazopolis@pre.gov.br

*Eduardo Gerônimo Alves de Moraes*

**CREA-PR**  
O SELO DE AUTENTICIDADE FOI  
AFIXADO NA ÚLTIMA FOLHA

036



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

1314

## ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO CRIADO PELA LEI ESTADUAL Nº790 DE 11-11-1951 - CNPJ 75.740.829/0001-20

### DESCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS

#### Escopo e metodologia

A seguir, apresenta-se a metodologia e as técnicas utilizadas na execução das atividades, originando os produtos de cada uma das 05 fases do Plano, elencadas abaixo e assim, atingindo os objetivos traçados para o Plano Diretor Municipal – PDM de Borrazópolis-PR.

Ainda, foram definidas, a partir das informações coletadas, a estruturação e instrumentação administrativa que foi necessária à adaptação da estrutura do Poder Público Municipal para a implementação do PDM e Leis Complementares.

#### Fase 1 - Plano de Trabalho

Corresponde ao documento que descreve o conteúdo e o processo de elaboração do PDM. Enfoca, principalmente, a metodologia estratégica, traçada pela equipe da ECOTÉCNICA Tecnologia e Consultoria Ltda.

#### Fase 2 - Avaliação temática Integrada

O processo de Avaliação Temática Integrada se realizou a partir da compilação, discussão e análise da equipe técnica multidisciplinar, dos dados disponibilizados pela Prefeitura Municipal de Borrazópolis, IAP (Instituto Ambiental do Paraná), IPARDES (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social), IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), SUDERHSA (Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental), EMATER (Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural), PARANACIDADE e outras instituições pertinentes, com vistas a subsidiar o trabalho dos técnicos de cada uma das especialidades envolvidas, para posterior discussão e elaboração de um quadro síntese contendo as principais **Condicionantes, Deficiências e Potencialidades**, assim como confecção de mapas temáticos pertinentes a cada tema. Foram avaliados os seguintes temas:

#### Contextualização Regional

A contextualização regional sob os aspectos naturais e antrópicos, contemplou a vocação e o potencial estratégico do município de Borrazópolis dentro da região, e focalizou os principais fatores que concorreram para o seu desenvolvimento. Foram imprescindíveis as espacializações das informações, configuradas por meio de mapas temáticos georreferenciados. As informações coletadas nos levantamentos de dados em campo, assim como as informações contidas nos mapas confeccionados foram entregues em formato "dwg" (AUTOCAD 2007) e "cdt" (COREL DRAW).

#### Caracterização Municipal

A caracterização municipal foi mediante a abordagem dos seguintes temas principais, subdivididos em:

#### Aspectos Naturais

##### a) Meio Físico

Foram identificadas as condições do clima, do ar, água, solo e subsolo. Com base nas informações obtidas na SANEPAR, IAP e SUDERHSA e Prefeitura sobre as análises existentes das águas dos poços existentes, foi possível avaliar qualitativamente a água determinando, assim, possíveis problemas no uso do solo que pudessem comprometer a conservação da qualidade da água, além de prever a conservação ambiental, respeitando-se a legislação pertinente.

**ATENTIFICAÇÃO**  
Certifico que a grãpe na fotocópia reproduzida foi do documento original que me foi apresentado. Dou Fé.  
CTDA, CA  
28 JUN. 2019  
JOÃO BERALTO LAMBERTO  
ANGÉLA FERREIRA MULLER  
JOÃO PAULO PEREIRA  
AV. PRES. AFFONSO CAMARGO





**FASE 3 - Definição das Diretrizes e Propostas**

Inicialmente foram elaborados Eixos de desenvolvimento estratégico com suas respectivas diretrizes. As diretrizes contemplaram os aspectos físico-espaciais, de infra-estrutura e serviços público, socioeconômicas, ambientais e institucionais, que deram origem a ações, propostas para curto, médio e longo prazos. Incluiu-se também diretrizes para o estabelecimento de:

- a) política de desenvolvimento urbano e municipal;
- b) sistemática permanente de planejamento;
- c) propostas de projetos estruturais dos diversos setores estratégicos considerando a estimativa de custos e projeções orçamentárias municipais;
- d) dinamização e ampliação das atividades econômicas a fim de estruturar o fortalecimento da economia do município (emprego, renda e receitas);
- e) propostas, instrumentos e mecanismos referentes a:
  - i. ocupação do espaço, e expansão urbana
  - ii. distribuição eqüitativa dos usos
  - iii. hierarquização do sistema viário e articulação da mobilidade urbana
  - iv. controle do meio ambiente, saneamento e proteção aos elementos que caracterizem a identidade do município
  - v. arborização pública
  - vi. sistema de informações para o planejamento e gestão municipal
  - vii. diretrizes para a coleta e disposição final de resíduos sólidos, industriais e saúde
  - viii. instrumentos a serem adotados nos projetos de parcelamento, edificações, consultas prévias, alvarás, laudo de conclusão de obras e habite-se
  - ix. processos e recursos para a atualização permanente de instrumentos de política e planejamento territorial
  - x. parâmetros, ações e instrumentos para a regularização da situação fundiária ou diretrizes de uso das áreas que necessitam de desocupação
  - xi. diretrizes e proposições decorrentes das recomendações de órgãos e instituições

**Fase 4 - Proposições para a Legislação Básica e Processo de Planejamento e Gestão Municipal**

**Ante Projeto de lei**

Minutas de Anteprojeto de Lei acompanhadas de mapas em escala apropriada, destacando-se:

- a) Anteprojeto de Lei do Plano Diretor Municipal;
- b) Anteprojeto de Lei do Perímetro Urbano;
- c) Anteprojeto de Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano e Municipal (zoneamento);
- d) Anteprojeto de Lei de Parcelamento Urbano e Regularização Fundiária;
- e) Anteprojeto de Lei de Mobilidade;
- f) Anteprojeto de Lei do Código de Obras;
- g) Anteprojeto de Lei do Código de Posturas e Meio Ambiente;
- h) Anteprojeto de Lei da Compulsoriedade do Aproveitamento do Solo Urbano;
- i) Anteprojeto de Lei do Consórcio Imobiliário;
- j) Anteprojeto de Lei do Direito de Preempção.

**Processo de Planejamento e Gestão Municipal**

- a) Adequação da estrutura organizacional da Prefeitura;
- b) Organização do sistema de informações;
- c) Construção de indicadores para avaliação anual do processo de planejamento e gestão municipal.

**AUTENTICAÇÃO**  
 Certifico que a presente fotocópia corresponde ao documento original que me foi apresentado. Borrazópolis, 02 de Junho de 2019.

**28 JUN. 2019**

SERVIÇO DISTRIAL DO REGISTRO DE IMÓVEIS  
 FONE/FAX: 3262-9553

JOÃO GERALDO LAURANTINI JUNIOR  
 ANDELITA ERNA WILSON DE LIMA  
 ELIZABETE RAMOS CARVALHO BARBOSA  
 JOÃO PAULO REHNER  
 CRISTINA RODRIGUES FERREZ  
 AV. PRES. AFFONSO CAMARGO, 763 - CURITIBA - PR

O selo de autenticidade de atos, l.º, nº 10.000, de 1999, aplica-se a este documento.





# PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

1317

## ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO CRIADO PELA LEI ESTADUAL Nº790 DE 11-11-1951 - CNPJ 75.740.829/0001-20

### FASE 5 -Plano de Ação e Investimentos

O Plano de Ações e Investimentos refere-se à análise sistêmica e à avaliação das estratégias de intervenção anteriormente formuladas, aglutinando as discussões que se desenvolveram no âmbito das reuniões com a Comissão de Acompanhamento e, também, nos eventos (oficinas e seminários) realizados junto às entidades estaduais e do município para a discussão das referidas estratégias, e dos critérios e diretrizes para o ordenamento territorial, mediante a definição das ações e projetos prioritários, para os próximos 05 (cinco) anos em compatibilidade com a projeção orçamentária. Apresentando a hierarquização de investimentos em infra-estrutura, equipamentos comunitários e ações institucionais, com a estimativa de custos aproximados.

E seguirá de elemento balizador para o município de Borrazópolis atender à Lei Estadual nº 15.229 de 25 de julho de 2006, como também, à Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001.

### Audiências Públicas e Oficinas de Capacitação Técnica

O Plano Diretor, que por intervir diretamente na cidade e na vida dos cidadãos, abre espaço para a participação da população, podendo haver interesses divergentes e até conflitantes, entretanto, com um objetivo comum, a distribuição mais justa dos pontos positivos e negativos existentes na vida da cidade. Assim sendo, foram realizadas audiências com a comunidade, a qual foi inserida no processo participativo de desenvolvimento do Plano Diretor e também oficinas de capacitação técnica com a equipe da Prefeitura e Comissão de Acompanhamento de Elaboração do Plano Diretor. A realização da Audiência e Oficina ficou sob responsabilidade da Prefeitura, com o apoio da equipe da Consultora.

O Município divulgou amplamente e com antecedência e, realizou 03 (três) audiências públicas e 05 (cinco) oficinas técnicas de capacitação e treinamento, além de outras reuniões e consultas com a equipe da Prefeitura. Para as audiências foram convidados representantes da sociedade organizada, da população em geral, dos segmentos econômicos, além de representantes do governo e técnicos dos setores correlatos ao planejamento da prefeitura. A forma de divulgação das audiências foi feita por meio de ampla divulgação dos meios de comunicação, como rádio, jornal, panfletos, entre outros tipos de mídia. Os volumes correspondentes ao assunto a ser tratado nas audiências foram disponibilizados na Prefeitura Municipal para que a população pudesse se interar sobre o seu conteúdo e se preparar para a Audiência Pública, sendo livre o seu acesso a qualquer interessado.

As Audiências Públicas foram realizadas:

- 1ª Audiência Pública, ocorreu em 02 de julho de 2009 no Centro de Experiência da Terceira Idade, às 19h;
- 2ª Audiência Pública, ocorreu em 20 de outubro de 2009 no Centro de Experiência da Terceira Idade, às 19h;
- 3ª Audiência Pública, ocorreu em 28 de maio de 2010 no Centro de Experiência da Terceira Idade, às 19h;
- Conferência da Cidade, ocorreu em 28 de maio de 2010 no Centro de Experiência da Terceira Idade, às 20h30min.

### Treinamento da Equipe Técnica Municipal e Comissão de Acompanhamento

Os treinamentos tanto da Equipe Técnica Municipal quanto da Comissão de Acompanhamento de Elaboração do Plano Diretor se deram por meio de oficinas de capacitação. Ao todos foram realizadas 05 oficinas, sempre para discussão dos conteúdos que culminaram nos 05 produtos componentes do PDM.

A Equipe Técnica do Município de Borrazópolis (Decreto Municipal nº 111/2009), foi composta por representantes dos setores correlatos na prefeitura. O treinamento foi feito de acordo com os seguintes aspectos: Embasamento Técnico-Administrativo-Legal do Plano Diretor Municipal, Avaliação Temática

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 03/2010  
 DOCUMENTO ORIGINAL QUE NÃO PODE SER REPRODUZIDO  
 CUBA, CAIA  
 28 JUN. 2010  
 O selo de autenticidade de  
 este documento é  
 fornecido pela  
 Prefeitura Municipal de Borrazópolis





# PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

1318

## ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO CRIADO PELA LEI ESTADUAL Nº790 DE 11-11-1951 - CNPJ 75.740.829/0001-20

Integrada, Definição de Diretrizes e Proposições, Legislação Básica, Processo de Planejamento e Gestão Municipal, Plano de Ação, Indicadores e Implementação do Plano Diretor Municipal, de acordo com o Termo de Referência da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano - SEDU/PARANACIDADE.

A Comissão de Acompanhamento da Elaboração do Plano Diretor (Decreto Municipal nº 119/2009), foi composta por representantes da administração municipal e dos segmentos organizados da sociedade civil local. O treinamento da Comissão foi realizado referente aos aspectos de embasamento técnico-administrativo-legal do Plano Diretor; competências, organização e funcionamento da Comissão de Acompanhamento; e criação do Conselho de Desenvolvimento Municipal, assim como de suas atribuições, composição e funcionamento.



BORRAZÓPOLIS, 08 de Junho de 2010.

Osvaldo Campos de Almeida  
Prefeito Municipal de Borrazópolis

Reconheço a Semelhança da assinatura de MUNICÍPIO DE BORRAZÓPOLIS representado por OSVALDO CAMPOS DE ALMEIDA. \*0004747984\* Doufe Borrazópolis-Paraná, 18 de Junho de 2010. Em Teste da Verdade. Souza Reis - Escritório de Instrumentação

### AUTENTICAÇÃO

Para a presente cópia foi autenticado pelo original que me foi apresentado. Dou Fé. CTBA, CA

28 JUN 2010

Tabulador de Notas  
Excluído para  
Autenticação de Cópia  
EQJ10482

Eduardo Gerontmo Alves de Moraes  
Escrivente



**CREA-PR**  
Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Paraná

018361

0372



CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA  
ESTADO DO PARANÁ

### Certidão de Acervo Técnico

**SANDRA MAYUMI NAKAMURA**  
Carteira Profissional: PR-33072/D  
Acervo Técnico Nº.: 14913/2010

RNP Nº.: 1703770706  
Protocolo Nº.: 2010/00317203

ART Nº.....	20092254251 0.....	Registrada: 03/07/2009.....
ART Co-Respons.....	.....	ART Vinculada:.....
Empresa Executora.....	ECOTECNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA.....	
Contratante(s).....	PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS - CNPJ/CPF: 75.740.829/0001-20.....	
Tipo de Contrato.....	OUTROS.....	
Atividade Técnica.....	SUPERVISÃO, COORDENAÇÃO, ORIENTAÇÃO TÉCNICA.....	
Área de Competência.....	PLANEJAMENTO REGIONAL.....	
Tipo de Obra/Serviço.....	OUTRAS OBRAS/SERVIÇOS.....	
Serviço Contratado.....	OUTROS.....	
Dimensão.....	1,00 UNID.....	Área Existente:.....
Área Ampliada.....	.....	Área de Reforma:.....
Local da Obra.....	PRAÇA DA REPÚBLICA, 28 CENTRO.....	
Município/Estado.....	BORRAZOPOLIS/PR.....	
Data de Início.....	19/05/2009.....	Data de Conclusão: 20/03/2010.....
Docto de Conclusão.....	DECLARAÇÃO PROFISSIONAL.....	
Descr. Compl. Serv.....	ELABORAÇÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE BORRAZÓPOLIS-PR. PARTICIPAÇÃO DO PROFISSIONAL: COORDENAÇÃO GERAL.....	
Observação.....	.....	

#### AUTENTICAÇÃO

Certifico que a presente fotocópia é reprodução  
fidel do documento original que me foi apresentado.  
Dou fé.

**CITAJURU**

SERVIÇO DISTRIAL DO CARIÓTIPO  
FONE/FAX 3262-3553  
Av. Pres.  
Curitiba

28 J



*Gerônimo Alves de Moraes*  
Escrivão

13200



CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ

Certidão de Acervo Técnico

NILO AIHARA

Carteira Profissional: PR-8040/D

RNP Nº.: 1703254856

Acervo Técnico Nº.: 86/2015

Protocolo Nº.: 2015/00002478

Selos de autenticidade: A 024.394, A 024.395, A 024.396, A 024.397

ART Nº.: 3049465031 0 Registrada: 08/06/2007
ART Correspons.: ART Vinculada: 3040671224 0
Empresa Executora.:
Contratante(s): ECOTÉCNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA - CNPJ/CPF: 02.610.553/0001-91
Tipo de Contrato: SUB-EMPREITADA
Atividade Técnica: OUTRAS ATIVIDADES
Área de Competência: SERVIÇOS AFINS E CORRELATOS NA MODALIDADE CIVIL
Tipo de Obra/Serviço: OUTRAS OBRAS/SERVIÇOS
Serviço Contratado: OUTROS
Dimensão: 1,00 UNID. Área Existente:
Área Ampliada: Área de Reforma:
Local da Obra: AVENIDA DOS PIONEIROS, 500 CENTRO
Município/Estado: CATANDUVAS/PR
Data de Início: 08/11/2006 Data de Conclusão: 08/06/2007
Docto de Conclusão: DECLARAÇÃO PROFISSIONAL
Descr. Compl. Serv.: TRATA-SE DE ART VINCULADA A ART Nº 3040671224 MOTIVO DA VINCULAÇÃO: PROFISSIONAL DA ÁREA DE ENGENHARIA CIVIL PROFISSIONAL INTEGRANTE DA EQUIPE MULTIDISCIPLINAR DE ELABORAÇÃO DO PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE CATANDUVAS-PR NOS TERMOS DA LEI FEDERAL Nº 10527/01 - ESTATUTO DA CIDADE PARTICIPAÇÃO DO PROFISSIONAL: ESTUDOS DOS ASPECTOS DE INFRA-ESTRUTURA. A PRESENTE ART REFERE-SE A CONTRATO DE SUBEMPREITADA ENTRE A EMPRESA ECOTÉCNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA E O PROFISSIONAL NILO AIHARA CONFORME A ART DE EXECUÇÃO DE OBRA Nº 3040671224 ANOTADA EM 08/12/2006 PELA PROFISSIONAL SANDRA MAYUMI NAKAMURA CREAPR N º 33072/D.

Observação:

AUTENTICAÇÃO
Certifico que a presente cópia é reprodução fiel do documento original que me foi apresentado.
Dou fé.
28 JUN. 2019
Patricia Fornaza Ferreira
Escrivente

SERVIÇO DISTRIÍL DO CARIÓTIPO
FONE/FAX 3262-3553
FQJ10575

0374



**ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA**

A ECOTÉCNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA, com sede à Maria Rita das Chagas Lima, 317 - Curitiba-PR Bairro São Braz CEP 82300-330, inscrita no CNPJ 02.610.553/0001-91 tendo como responsável técnica a Arquiteta e Urbanista SANDRA MAYUMI NAKAMURA, atesta para os devidos fins, que o profissional NILO AIHARA, Engenheiro Civil, carteira profissional CREA - PR 8.040/D, participou da **Elaboração do Plano Diretor Municipal (PDM) para o município de Catanduvas/PR**, estabelecido à Avenida dos Pioneiros, nº 900 - Centro - Catanduvas/PR, tendo demonstrado Capacidade Técnica no fornecimento dos mesmos, nada constando em nossos arquivos que o desabone.

**CARACTERÍSTICAS DOS SERVIÇOS**

Início dos serviços: 08/11/2006  
 Conclusão dos serviços: 08/06/2007  
 Objeto do contrato: Elaboração do Plano Diretor Municipal (PDM) para o município de Catanduvas/PR, em conformidade com o Termo de Referência da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano - SEDU/PARANACIDADE.

**EQUIPE TÉCNICA ECOTÉCNICA**

Arquiteta e Urbanista Esp.	Vanessa Boscaro Fernandes	CREA - PR 70.332/D
Arquiteta e Urbanista Msc.	Patrícia Costa Pellizzaro	CREA-PR 33.061-D
Arquiteta e Urbanista Msc.	Letícia Peret Antunes Hardt	CREA-PR 6.193-D
Especialista em Gestão em Engenharia Ambiental	Sandra Mayumi Nakamura	CREA - PR 33.072/D
Arquiteto e Urbanista	Marlos Hardt	CREA-PR 74.601/D
Arquiteta e Urbanista	Ana Valéria B. dos Santos	CREA - PR 33.022/D
Contador	Anderson José Amâncio	CRC - PR 036.685/O-4
Economista	Elisabete Tiemi Arazaki	CORECON-PR 4963-8
Engenheiro Civil	Artur T. Magalhães Neto	CREA - PR 20.511/D
Engenheiro Civil/Sanitarista	Nilo Aihara	CREA - PR 8.040/D
Engenheira Agrônoma	Yumi Kajihara Hirono	CREA - SP 5080576216/D
Engenheira Agrônoma	Juliana V. Bittencourt	CREA - PR 64.253/D
Engenheira Ambiental	Lidia Sayoko Tanaka	CREA-PR 87.131/D
Engenheiro Ambiental	Juliano Zarnauskas Amaral	CREA-PR 87.132/D
Geólogo	Marcelus V.K. Borges	CREA - PR 32.742/D
Advogada	Lucia Benedita de C. Blicharski	OAB - PR 37.951
Acadêmica em Arq. e Urbanismo	Soraya Midori Bansho	
Acadêmica em Eng. Ambiental	Thalita Sayuri Miura	

**DESCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS**

**1. ESCOPO E METODOLOGIA**

A seguir, apresenta-se a metodologia e as técnicas utilizadas na execução das atividades, originando os produtos de cada uma das 05 fases do Plano, elencadas abaixo e assim, atingindo os objetivos traçados para o Plano Diretor Municipal - PDM de Catanduvas-PR.

Ainda, foram definidas, a partir das informações coletadas, a estruturação e instrumentação administrativa que foi necessária à adaptação da estrutura do Poder Público Municipal para a implementação do PDM e Leis Complementares.

**AUTENTICAÇÃO**

**1.1. Fase 1 - Plano de Trabalho**

Corresponde ao documento que descreve o conteúdo e o processo de elaboração do PDM. Enfoca, principalmente, a metodologia estratégica, traçada pela equipe da ECOTÉCNICA Tecnologia e Consultoria Ltda.

30 JUN 2009

Cartório que a presente inscripção e reprodução foi do documento original que me foi apresentado. Duu Pe. CA 101

SERVIÇO REGISTRADO  
 FONE/FAX: 3192-3156

JOÃO GERALDO LAURISSINHO - TOMEIÃO  
 ANGELITA EMMA WUNS GILBERTO - SUBSTITUIA  
 ELIZABETE PARRIS CARREIRO GILBERTO  
 JOÃO PAULO NEGRONI - ESCREVENTES  
 CRISTINA RODRIGUEZ FERRER

AV. PRES. AFFONSO CAMARGO, 763 - CURITIBA - PR

O selo de autenticidade de atos, foi afixado na última folha deste documento.

**CREA-PR**  
 O SELO DE AUTENTICIDADE FOI ANEXADO NA ÚLTIMA FOLHA



## 1.2. FASE 2 - AVALIAÇÃO TEMÁTICA INTEGRADA

O processo de Avaliação Temática Integrada se realizou a partir da compilação, discussão e análise da equipe técnica multidisciplinar, dos dados disponibilizados pela Prefeitura Municipal de Catanduvas, IAP (Instituto Ambiental do Paraná), IPARDES (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social), IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), EMATER (Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural), PARANACIDADE e outras instituições pertinentes, com vistas a subsidiar o trabalho dos técnicos de cada uma das especialidades envolvidas, para posterior discussão e elaboração de um quadro síntese contendo as principais **Condicionantes, Deficiências e Potencialidades**, assim como confecção de mapas temáticos pertinentes a cada tema. Foram avaliados os seguintes temas:

### 1.2.1. CONTEXTUALIZAÇÃO REGIONAL

A contextualização regional sob os aspectos naturais e antrópicos, contemplou a vocação e o potencial estratégico do município de Catanduvas dentro da região, e focalizou os principais fatores que concorreram para o seu desenvolvimento. Foram imprescindíveis as espacializações das informações, configuradas por meio de mapas temáticos georreferenciados. As informações coletadas nos levantamentos de dados em campo, assim como as informações contidas nos mapas confeccionados foram entregues em formato "dwg" (AUTOCAD 2006).

### 1.2.2. CARACTERIZAÇÃO MUNICIPAL

A caracterização municipal foi mediante a abordagem dos seguintes temas principais, subdivididos em:

#### 1.2.2.1. ASPECTOS NATURAIS

##### a) Meio Físico

Foram identificadas as condições do clima, do ar, água, solo e subsolo. Através de análises das informações obtidas na SANEPAR, IAP e SUDERHSA e Prefeitura sobre a rede hídrica de superfícies e das análises existentes das águas dos poços existentes, foi possível avaliar qualitativamente a água, determinando, assim, possíveis problemas no uso do solo que pudessem comprometer a conservação da qualidade da água, além de prever a conservação ambiental, respeitando-se a legislação pertinente.

##### b) Meio Biológico

Foram enfocadas questões referentes à flora e fauna. Com base nos dados levantados, foram caracterizados os espaços para áreas de expansão urbana, conservação e preservação permanente, áreas públicas de lazer e arborização pública.

#### 1.2.2.2. SISTEMA ANTRÓPICO

##### a) Componente Espacial

Foi realizada uma abordagem geral do uso e ocupação do solo urbano e rural mediante a caracterização da evolução da urbanização e do uso do solo, análise do parcelamento do solo e suas tendências de crescimento, questões fundiárias e aspectos atuais dos loteamentos do município, bolsões de pobreza e vazios urbanos, bem como determinação de parâmetros para monitoramento do uso e ocupação do solo. A partir de uma visão realista e sustentável, foram identificados e analisados os usos atuais, sua dependência econômica ou cultural e sua demanda (urbana e rural) para os próximos 10 anos, identificando os principais entraves espaciais existentes. Ocorreu igualmente, uma caracterização da infra-estrutura e serviços urbanos e regionais enfocando aspectos relevantes à circulação; sistema viário; saneamento; energia e comunicações. Assim, foi possível a identificação das áreas com infra-estrutura ociosa e as áreas ocupadas com precariedade de infra-estrutura, bem como um prognóstico para os próximos 10 anos. E uma avaliação da qualidade da paisagem. Ressalta-se que foram tomados por base os dados e estudos existentes no município referentes a este tema.

##### b) Componente Sócio-econômico

Para a Caracterização sócio-cultural foram analisados os sistemas de saúde, educação, ação social, além da questão populacional e demográfica. A caracterização econômica do município contemplou a análise dos setores produtivos, com especial enfoque às atividades rurais e do potencial de turismo rural.

##### c) Aspectos Institucionais

Foram caracterizadas as unidades administrativas da estrutura da Prefeitura Municipal e, o sistema de gestão relacionado ao planejamento e desenvolvimento do município, que se relacionam com a gestão do PDM Municipal. Igualmente, foi identificada a capacidade de investimento do município, situação atual de arrecadação, evolução anual e projeção para os próximos dez anos, considerando também possíveis fontes alternativas de recursos financeiros e possibilidade de realização de operações de crédito (capacidade de endividamento), além de impostos cobrados, taxas, contribuições de melhoria e demais tributos.

Procedeu-se a uma análise da estrutura organizacional da administração municipal e dos agentes intervenientes ao plano diretor (secretarias, sociedade civil organizada e outros considerados relevantes). Esta análise teve o intuito de detectar a atuação das secretarias e sua influência na área, de forma a propor no desenvolvimento deste trabalho as possibilidades de atuação e interação entre estes agentes, bem como, análises no sistema de

SERVIÇO REGISTRAL DO MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - PR  
 FONE/FAX: 3255-1555  
 JUN 2009

JOÃO CERALDO LAURINDO - TITULAR  
 ANGELITA ERINA WILSON DE ALMEIDA - SUBSTITUTA  
 ELIZABETE RAMOS CARVALHO - SUBSTITUTA  
 JOÃO PAULO NERUNHA - TITULAR  
 CNISTRA RODRIGUES - TITULAR  
 AV. PRES. AFRÁSIO CARABEIRO, 763 - CURITIBA - PR

CREA-PR

SELO DE AUTENTICIDADE FOI ANEXADO NA ÚLTIMA FOLHA

0378

informações municipais disponíveis para a gestão do desenvolvimento local (dados do Cadastro Técnico Imobiliário e Econômico e demais bancos de dados municipais, identificando-os).

Da legislação vigente identificou-se a adequação ou inadequação de cada um dos instrumentos, em relação a: (i) questões constitucionais, Lei Orgânica Municipal e demais leis federais, estaduais e municipais; (ii) questões físico-ambientais e (iii) adequação à realidade do uso e ocupação do solo existente.

As normas jurídicas (leis, decretos e outros atos administrativos) do Estado e Município pertinentes a este Plano foram coletadas em órgãos do Poder Executivo, Poder Legislativo, e em outros pertinentes.

### 1.2.2.3. CONDICIONANTES, DEFICIÊNCIAS E POTENCIALIDADES

A análise de cada informação foi realizada individualmente, com suas inter-relações mencionadas e elencadas em um quadro síntese, permitindo uma visão ampla das condicionantes, deficiências e potencialidades locais, correspondentes. Possibilitando, assim, alcançar proposições preliminares de diretrizes para correção, minimização, prevenção ou compensação de deficiências e para valorização das potencialidades.

### 1.3. FASE 3 - DEFINIÇÃO DAS DIRETRIZES E PROPOSTAS

Inicialmente foram elaborados Eixos de desenvolvimento estratégico com suas respectivas diretrizes.

As diretrizes contemplaram os aspectos físico-espaciais, de infra-estrutura e serviços público, socioeconômicas, ambientais e institucionais, que deram origem a ações, propostas para curto, médio e longo prazos. Incluiu-se também diretrizes para o estabelecimento de:

- a) política de desenvolvimento urbano e municipal;
- b) sistemática permanente de planejamento;
- c) propostas de projetos estruturais dos diversos setores estratégicos considerando a estimativa de custos e projeções orçamentárias municipais;
- d) dinamização e ampliação das atividades econômicas a fim de estruturar o fortalecimento da economia do município (emprego, renda e receitas);
- e) propostas, instrumentos e mecanismos referentes a:
  - i. ocupação do espaço, e expansão urbana
  - ii. distribuição equitativa dos usos
  - iii. hierarquização do sistema viário e articulação da mobilidade urbana
  - iv. controle do meio ambiente, saneamento e proteção aos elementos que caracterizam a identidade do município
  - v. arborização pública
  - vi. sistema de informações para o planejamento e gestão municipal
  - vii. diretrizes para a coleta e disposição final de resíduos sólidos, industriais e saúde
  - viii. instrumentos a serem adotados nos projetos de parcelamento, edificações, consultas prévias, alvarás, laudo de conclusão de obras e habite-se
  - ix. processos e recursos para a atualização permanente de instrumentos de política e planejamento territorial
  - x. parâmetros, ações e instrumentos para a regularização da situação fundiária ou diretrizes de uso das áreas que necessitam de desocupação
  - xi. diretrizes e proposições decorrentes das recomendações de órgãos e instituições

### 1.4. FASE 4 - PROPOSIÇÕES PARA A LEGISLAÇÃO BÁSICA E PROCESSO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO MUNICIPAL

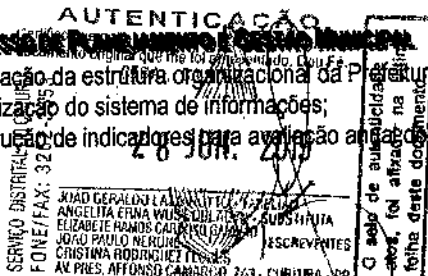
#### 1.5. ANEXO PROJETO DE LEI

Minutas de Anteprojeto de Lei acompanhadas de mapas em escala apropriada, destacando-se:

- a) Anteprojeto de Lei do Plano Diretor Municipal;
- b) Anteprojeto de Lei dos Perímetros Urbanos;
- c) Anteprojeto de Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano e Municipal;
- d) Anteprojeto de Lei de Parcelamento Urbano e Regularização Fundiária;
- e) Anteprojeto de Lei de Mobilidade;
- f) Anteprojeto de Lei do Código de Obras;
- g) Anteprojeto de Lei do Código de Posturas e Meio Ambiente;
- h) Anteprojeto de Lei da Compulsoriedade do Aproveitamento do Solo Urbano;
- i) Anteprojeto de Lei do Consórcio Imobiliário.

#### 1.5.1. PROCESSO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO MUNICIPAL

- a) Adequação da estrutura organizacional da Prefeitura Municipal;
- b) Organização do sistema de informações;
- c) Construção de indicadores para avaliação anual do processo de planejamento e gestão municipal.



**CREA-PR**  
O SELO DE AUTENTICIDADE FOI ANEXADO NA ÚLTIMA FOLHA

0377



**1.6. FASES-PLANO DE AÇÃO E INVESTIMENTOS**

O Plano de Ações e Investimentos refere-se à análise sistêmica e à avaliação das estratégias de intervenção anteriormente formuladas, aglutinando as discussões que se desenvolveram no âmbito das reuniões com a Comissão de Acompanhamento e, também, nos eventos (oficinas e seminários) realizados junto às entidades estaduais e do município para a discussão das referidas estratégias, e dos critérios e diretrizes para o ordenamento territorial, mediante a definição das ações e projetos prioritários, para os próximos 05 (cinco) anos em compatibilidade com a projeção orçamentária. Apresentando a hierarquização de investimentos em infra-estrutura, equipamentos comunitários e ações institucionais, com a estimativa de custos aproximados.

E seguirá de elemento balizador para o município de Catanduvas atender à Lei Estadual nº 15.229 de 25 de julho de 2006, como também, à Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001.

**1.7. AUDIÊNCIAS PÚBLICAS E OFICINAS DE CAPACITAÇÃO TÉCNICA**

O Plano Diretor, que por intervir diretamente na cidade e na vida dos cidadãos, abre espaço para a participação da população, podendo haver interesses divergentes e até conflitantes, entretanto, com um objetivo comum, a distribuição mais justa dos pontos positivos e negativos existentes na vida da cidade. Assim sendo, foram realizadas audiências com a comunidade, a qual foi inserida no processo participativo de desenvolvimento do Plano Diretor e também oficinas de capacitação técnica com a equipe da Prefeitura e Comissão de Acompanhamento de Elaboração do Plano Diretor. A realização da Audiência e Oficina ficou sob responsabilidade da Prefeitura, com o apoio da equipe da Consultora.

O Município divulgou amplamente e com antecedência e, realizou 03 (três) audiências públicas e 04 (quatro) oficinas de capacitação, além de outras reuniões e consultas com a equipe da Prefeitura. Para as audiências foram convidados representantes da sociedade organizada, da população em geral, dos segmentos econômicos, além de representantes do governo e técnicos dos setores correlatos ao planejamento da prefeitura. A forma de divulgação das audiências foi feita por meio de ampla divulgação dos meios de comunicação, como rádio, jornal, panfletos, entre outros tipos de mídia. Os volumes correspondentes ao assunto a ser tratado nas audiências foram disponibilizados na Prefeitura Municipal para que a população pudesse se interar sobre o seu conteúdo e se preparar para a Audiência Pública, sendo livre o seu acesso a qualquer interessado.

As Audiências Públicas foram realizadas:

- 1ª Audiência Pública, ocorreu em 01 de dezembro de 2006 no Centro Cultural, às 19h;
- 2ª Audiência Pública, ocorreu em 23 de março de 2007 no Centro Cultural, às 19h;
- 3ª Audiência Pública, ocorreu em 18 de junho de 2006 no Salão Paroquial de Catanduvas, às 20h.

**1.8. TREINAMENTO DA EQUIPE TÉCNICA MUNICIPAL E COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO**

Os treinamentos tanto da Equipe Técnica Municipal quanto da Comissão de Acompanhamento de Elaboração do Plano Diretor se deram por meio de oficinas de capacitação. Ao todos foram realizadas 03 oficinas, sempre para discussão dos conteúdos que culminaram nos 05 produtos componentes do PDM.

A Equipe Técnica do Município de Catanduvas (Decreto nº 123/2006), foi composta por representantes dos setores correlatos na prefeitura. O treinamento foi feito de acordo com os seguintes aspectos: Embasamento Técnico-Administrativo-Legal do Plano Diretor, Avaliação Temática Integrada, Definição de Diretrizes e Proposições, Legislação Básica, Processo de Planejamento e Gestão Municipal, Plano de Ação, Indicadores e Implementação do Plano Diretor, de acordo com o Termo de Referência da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano - SEDU/PARANACIDADE.

A Comissão de Acompanhamento da Elaboração do Plano Diretor (Decreto nº 028/2007), foi composta por representantes da administração municipal e dos segmentos organizados da sociedade civil local. O treinamento da Comissão foi realizado referente aos aspectos de embasamento técnico-administrativo-legal do Plano Diretor; competências, organização e funcionamento da Comissão de Acompanhamento; e criação do Conselho de Desenvolvimento Municipal, assim como de suas atribuições, composição e funcionamento.

Curitiba, 26 de setembro de 2007.

**AUTENTICAÇÃO**  
Certifico que a presente fotocópia é reprodução fiel do documento original que me foi apresentado. Curitiba, 28 JUN. 2009

SANDRA MAYUMI NAKAMURA  
CREA - 33.072/D  
CO. TÉCNICA TECNOLOGIA  
CONSULTORIA LTDA.

SERVIÇO DISTRIAL DE CAJURU  
FONE/FAX: 3026-3559

AV. PÉREZ ALFONSO GOMARIZ, 719 - CURITIBA - PR

Exclusivo para  
Autenticação de Cópia  
FQJ10576

Atestado registrado mediante vinculação à responsabilidade profissional

CREA - PR  
A 024.394

Patricia Fornaza Ferreira  
Escrevente



# Município de Catanduvas

Gestão 2005/2008

1325

## ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins, que a empresa **ECOTÉCNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA**, com sede à Maria Rita das Chagas Lima, 317 - Curitiba-PR Bairro São Braz CEP 82300-330, inscrita no CNPJ 02.610.553/0001-91 tendo como responsável técnica a Arquiteta e Urbanista **SANDRA MAYUMI NAKAMURA**, carteira profissional CREAPR-33072/D, prestou para a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS**, estabelecida à Avenida dos Pioneiros, nº 900 - Centro - Catanduvas/PR, os serviços referentes à **Elaboração do Plano Diretor Municipal (PDM) para o município de CATANDUVAS/PR**, tendo demonstrado Capacidade Técnica no fornecimento dos mesmos, nada constando em nossos arquivos que a desabone.

### CARACTERÍSTICAS DOS SERVIÇOS

Início dos serviços: 08/11/2006  
 Conclusão dos serviços: 08/06/2007  
 Objeto do contrato: Elaboração do Plano Diretor Municipal (PDM) para o município de Catanduvas/PR, em conformidade com o Termo de Referência da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano - SEDU/PARANACIDADE

### EQUIPE TÉCNICA ECOTÉCNICA

Arquiteta e Urbanista Esp.	Vanessa Boscaro Fernandes	CREA - PR 70.332/D
Arquiteta e Urbanista Msc.	Patricia Costa Pellizzaro	CREA-PR 33.061-D
Arquiteta e Urbanista Msc.	Letícia Peret Antunes Hardt	CREA-PR 193-BNTIGACAO
Especialista em Gestão em Engenharia Ambiental	Sandra Mayumi Nakamura	CREA-PR 33072/D
Arquiteto e Urbanista	Marlos Hardt	CREA-PR 4.601/D
Arquiteta e Urbanista	Ana Valéria B. dos Santos	CREA-PR 33.022/D
Contador	Anderson José Amâncio	CRC - PR 036.685/D
Economista	Elisabete Tiemi Arazaki	CORECON-PR 0000000
Engenheiro Civil	Artur T. Magalhães Neto	CREA - PR 8.040/D
Engenheiro Civil/Sanitarista	<del>Yumi Kajihara Hirono</del>	CREA - PR 8.040/D
Engenheira Agrônoma	Yumi Kajihara Hirono	CREA - SP 5060576216/D
Engenheira Agrônoma	Juliana V. Bittencourt	CREA - PR 64.253/D
Engenheira Ambiental	Lidia Sayoko Tanaka	CREA-PR 87.131/D
Engenheiro Ambiental	Juliano Zamauskas Amaral	CREA-PR 87.132/D
Geólogo	Marcelus V.K. Borges	CREA - PR 32.742/D
Advogada	Lucia Benedita de C. Blicharski	OAB - PR 37.951
Acadêmica em Arq. e Urbanismo	Soraya Midori Bansho	
Acadêmica em Eng. Ambiental	Thalita Sayuri Miura	

O selo de autenticidade de atos, no ato de assinatura, não tem validade sem o selo de autenticidade.

### DESCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS

#### 1. ESCOPO E METODOLOGIA

A seguir, apresenta-se a metodologia e as técnicas utilizadas na execução das atividades, originando os produtos de cada uma das 05 fases do Plano, elencadas abaixo e assim, atingindo os objetivos traçados para o Plano Diretor Municipal - PDM da Catanduvas-PR. Ainda, foram definidas, a partir das informações coletadas, a estruturação e instrumentação administrativa que foi necessária à adaptação da estrutura do Poder Público Municipal para a implementação do PDM e Leis Complementares.

#### 1.1. FASE 1 - PLANO DE TRABALHO

Corresponde ao documento que descreve o conteúdo e o processo de elaboração do PDM. Enfoca, principalmente, a metodologia estratégica, traçada pela equipe da ECOTÉCNICA Tecnologia e Consultoria Ltda.

379





# Município de Catanduvas

## Gestão 2005/2008

1326

### 1.2. FASE 2 - AVALIAÇÃO TEMÁTICA INTEGRADA

O processo de Avaliação Temática Integrada se realizou a partir da compilação, discussão e análise da equipe técnica multidisciplinar, dos dados disponibilizados pela Prefeitura Municipal de Catanduvas, IAP (Instituto Ambiental do Paraná), IPARDES (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social), IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), EMATER (Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural), PARANACIDADE e outras instituições pertinentes, com vistas a subsidiar o trabalho dos técnicos de cada uma das especialidades envolvidas, para posterior discussão e elaboração de um quadro síntese contendo as principais **Condiçõantes, Deficiências e Potencialidades**, assim como confecção de mapas temáticos pertinentes a cada tema. Foram avaliados os seguintes temas:

#### 1.2.1. CONTEXTUALIZAÇÃO REGIONAL

A contextualização regional sob os aspectos naturais e antrópicos, contemplou a vocação e o potencial estratégico do município de Catanduvas dentro da região, e focalizou os principais fatores que concorrem para o seu desenvolvimento. Foram imprescindíveis as especializações das informações, configuradas por meio de mapas temáticos georreferenciados. As informações coletadas nos levantamentos de dados em campo, assim como as informações contidas nos mapas confeccionados foram entregues em formato "dwg" (AUTOCAD 2006).

#### 1.2.2. CARACTERIZAÇÃO MUNICIPAL

A caracterização municipal foi mediante a abordagem dos seguintes temas principais, subdivididos em:

##### 1.2.2.1. ASPECTOS NATURAIS

###### a) Meio Físico

Foram identificadas as condições do clima, do ar, água, solo e subsolo. Através de análises das informações obtidas na SANEPAR, IAP e SUDERHSA e Prefeitura sobre a rede hídrica de superfícies e das análises existentes das águas dos poços existentes, foi possível avaliar qualitativamente a água, determinando, assim, possíveis problemas no uso do solo que pudessem comprometer a conservação da qualidade da água, além de prever a conservação ambiental, respeitando-se a legislação pertinente.

###### b) Meio Biológico

Foram enfocadas questões referentes à flora e fauna. Com base nos dados levantados, foram delimitados os espaços para áreas de expansão urbana, conservação e preservação permanente, áreas públicas de lazer e arborização pública.

##### 1.2.2.2. SISTEMA ANTRÓPICO

###### a) Componente Especial

Foi realizada uma abordagem geral do uso e ocupação do solo urbano e rural, análise do parcelamento do solo e suas tendências atuais dos loteamentos do município, bolsões de pobreza e vazios urbanos, bem como determinação de parâmetros para monitoramento do uso e ocupação do solo. A partir de uma visão realista e sustentável, foram identificados e analisados os usos atuais, sua dependência econômica ou cultural e sua demanda (urbana e rural) para os próximos 10 anos, identificando os principais entraves espaciais existentes. Ocorreu igualmente, uma caracterização da infra-estrutura e serviços urbanos e regionais enfocando aspectos relevantes à circulação; sistema viário; saneamento; energia e comunicações. Assim, foi possível a identificação das áreas com infra-estrutura ociosa e as áreas ocupadas com precariedade de infra-estrutura, bem como um prognóstico para os próximos 10 anos. E uma avaliação da qualidade da paisagem. Ressalta-se que foram tomados por base os dados e estudos existentes no município referentes a este tema.

###### b) Componente Sócio-econômico

Para a Caracterização sócio-cultural foram analisados os sistemas de saúde, educação, ação social, além da questão populacional e demográfica. A caracterização econômica do município contemplou a análise dos setores produtivos, com especial enfoque às atividades rurais e do potencial de turismo rural.

###### c) Aspectos Institucionais

Foram caracterizadas as unidades administrativas da estrutura da Prefeitura Municipal e, o sistema de gestão relacionado ao planejamento e desenvolvimento do município, que se relacionam com a gestão do PDM Municipal. Igualmente, foi identificada a capacidade de investimento do município, situação atual de arrecadação, evolução anual e projeção para os próximos dez anos, considerando também possíveis fontes alternativas de recursos financeiros e possibilidade de realização de operações de crédito (capacidade de endividamento), além de impostos cobrados, taxas, contribuição de melhoria e demais tributos. Procedeu-se a uma análise da estrutura organizacional da administração municipal e dos agentes intervenientes ao plano diretor (secretarias, sociedade civil organizada e outros considerados relevantes). Esta análise teve o intuito de detectar a atuação das secretarias e sua influência na área, de forma a propor no desenvolvimento deste trabalho as possibilidades de atuação e inter-relação entre estes agentes, bem como, análises no sistema de informações municipais disponíveis para a gestão do desenvolvimento local (dados do Cadastro Técnico Imobiliário e Econômico e demais bancos de dados municipais, identificando-os).

INSTRUMENTO DO CADASTRO  
MUNICÍPIO DE CATANDUVAS  
Nº: 3282-335  
28 JUN. 2019  
JOÃO GERALDO LAURITTO DE MELLO  
SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO  
MUNICÍPIO DE CATANDUVAS  
O direito de autenticar este documento pertence ao Sr. João Paulo de Souza, titular deste documento.



# Município de Catanduvas

## Gestão 2005/2008

1327

Da legislação vigente identificou-se a adequação ou inadequação de cada um dos instrumentos, em relação a: (i) questões constitucionais, Lei Orgânica Municipal e demais leis federais, estaduais e municipais; (ii) questões físico-ambientais e (iii) adequação à realidade do uso e ocupação do solo existente.

As normas jurídicas (leis, decretos e outros atos administrativos) do Estado e Município pertinentes a este Plano foram coletadas em órgãos do Poder Executivo, Poder Legislativo, e em outros pertinentes.

### 1.2.2.3. CONDICIONANTES DEFICIÊNCIAS E POTENCIALIDADES

A análise de cada informação foi realizada individualmente, com suas inter-relações mencionadas e elencadas em um quadro síntese, permitindo uma visão ampla das condicionantes, deficiências e potencialidades locais, correspondentes. Possibilitando, assim, alcançar proposições preliminares de diretrizes para correção, minimização, prevenção ou compensação de deficiências e para valorização das potencialidades.

### 1.3. FASE 3 - DEFINIÇÃO DAS DIRETRIZES E PROPOSTAS

Inicialmente foram elaborados Eixos de desenvolvimento estratégico com suas respectivas diretrizes.

As diretrizes contemplaram os aspectos físico-espaciais, de infra-estrutura e serviços público, socioeconômicas, ambientais e Institucionais, que deram origem a ações, propostas para curto, médio e longo prazos. Incluiu-se também diretrizes para o estabelecimento de:

- a) política de desenvolvimento urbano e municipal;
- b) sistemática permanente de planejamento;
- c) propostas de projetos estruturais dos diversos setores estratégicos considerando a estimativa de custos e projeções orçamentárias municipais;
- d) dinamização e ampliação das atividades econômicas a fim de estruturar o fortalecimento da economia do município (emprego, renda e receitas);
- e) propostas, instrumentos e mecanismos referentes a:
  - i. ocupação do espaço, e expansão urbana
  - ii. distribuição equitativa dos usos
  - iii. hierarquização do sistema viário e articulação da mobilidade urbana
  - iv. controle do meio ambiente, saneamento e proteção aos elementos que caracterizam a identidade do município
  - v. arborização pública
  - vi. sistema de informações para o planejamento e gestão municipal
  - vii. diretrizes para a coleta e disposição final de resíduos sólidos, industriais e saúde
  - viii. instrumentos a serem adotados nos projetos de parcelamento, edificações, consultas prévias, alvarás, laudo de conclusão de obras e habite-se
  - ix. processos e recursos para a atualização permanente de instrumentos de política e planejamento territorial
  - x. parâmetros, ações e instrumentos para a regularização da situação fundiária, ou, em áreas que necessitam de desocupação
  - xi. diretrizes e proposições decorrentes das recomendações de órgãos e instituições

### 1.4. FASE 4 - PROPOSIÇÕES PARA A LEGISLAÇÃO BÁSICA E PROCESSO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO MUNICIPAL

#### 1.5. ANTE-PROJETO DE LEI

Minutas de Anteprojeto de Lei acompanhadas de mapas em escala apropriada, destacando:

- a) Anteprojeto de Lei do Plano Diretor Municipal;
- b) Anteprojeto de Lei dos Perímetros Urbanos;
- c) Anteprojeto de Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano e Municipal;
- d) Anteprojeto de Lei de Parcelamento Urbano e Regularização Fundiária;
- e) Anteprojeto de Lei de Mobilidade;
- f) Anteprojeto de Lei do Código de Obras;
- g) Anteprojeto de Lei do Código de Posturas e Meio Ambiente;
- h) Anteprojeto de Lei da Compulsoriedade do Aproveitamento do Solo Urbano;
- i) Anteprojeto de Lei do Consórcio Imobiliário.

#### 1.5.1. PROCESSO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO MUNICIPAL

- a) Adequação da estrutura organizacional da Prefeitura;
- b) Organização do sistema de informações;
- c) Construção de indicadores para avaliação anual do processo de planejamento e gestão municipal.

Reprodução por fotocópia de documento original que me foi entregue. Dou Fé.

28 JUN. 2019

SERVIÇO INDUSTRIAL DE JORNALISMO

FONE/FAX: 3261-1153

JOÃO GERALDO LACERDA  
ANGÉLICA SILVA VIEIRA  
ELIZABETE RAMOS CARVALHO  
JOÃO PAULO HERGENROTHER  
CAUSTINA RODRIGUES FERREIRA  
AV. PRES. AFFONSO CAMARGO, 765 - CURITIBA - PR

O selo de autenticidade dos atos, foi arquivado na pasta anexa deste documento.

B 0381



**1.6. FASE 5- PLANO DE AÇÃO E INVESTIMENTOS**

O Plano de Ações e Investimentos refere-se à análise sistêmica e à avaliação das estratégias de intervenção anteriormente formuladas, aglutinando as discussões que se desenvolveram no âmbito das reuniões com a Comissão de Acompanhamento e, também, nos eventos (oficinas e seminários) realizados junto às entidades estaduais e do município para a discussão das referidas estratégias, e dos critérios e diretrizes para o ordenamento territorial, mediante a definição das ações e projetos prioritários, para os próximos 05 (cinco) anos em compatibilidade com a projeção orçamentária. Apresentando a hierarquização de investimentos em infra-estrutura, equipamentos comunitários e ações institucionais, com a estimativa de custos aproximados. E seguirá de elemento balizador para o município de Catanduvas atender à Lei Estadual nº 15.229 de 25 de julho de 2006, como também, à Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001.

**1.7. AUDIÊNCIAS PÚBLICAS E OFICINAS DE CAPACITAÇÃO TÉCNICA**

O Plano Diretor, que por intervir diretamente na cidade e na vida dos cidadãos, abre espaço para a participação da população, podendo haver interesses divergentes e até conflitantes, entretanto, com um objetivo comum, a distribuição mais justa dos pontos positivos e negativos existentes na vida da cidade. Assim sendo, foram realizadas audiências com a comunidade, a qual foi inserida no processo participativo de desenvolvimento do Plano Diretor e também oficinas de capacitação técnica com a equipe da Prefeitura e Comissão de Acompanhamento de Elaboração do Plano Diretor. A realização da Audiência e Oficina ficou sob responsabilidade da Prefeitura, com o apoio da equipe da Consultora.

O Município divulgou amplamente e com antecedência e, realizou 03 (três) audiências públicas e 04 (quatro) oficinas de capacitação, além de outras reuniões e consultas com a equipe da Prefeitura. Para as audiências foram convidados representantes da sociedade organizada, da população em geral, dos segmentos econômicos, além de representantes do governo e técnicos dos setores correlatos ao planejamento da prefeitura. A forma de divulgação das audiências foi feita por meio de ampla divulgação dos meios de comunicação, como rádio, jornal, panfletos, entre outros tipos de mídia. Os volumes correspondentes ao assunto a ser tratado nas audiências foram disponibilizados na Prefeitura Municipal para que a população pudesse se interessar sobre o seu conteúdo e se preparar para a Audiência Pública, sendo livre o seu acesso a qualquer interessado.

As Audiências Públicas foram realizadas:

- 1ª Audiência Pública, ocorreu em 01 de dezembro de 2006 no Centro Cultural, às 19h;
- 2ª Audiência Pública, ocorreu em 23 de março de 2007 no Centro Cultural, às 19h;
- 3ª Audiência Pública, ocorreu em 18 de junho de 2006 no Salão Paroquial de Catanduvas, às 20h.

**1.8. TREINAMENTO DA EQUIPE TÉCNICA MUNICIPAL E COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO**

Os treinamentos tanto da Equipe Técnica Municipal quanto da Comissão de Acompanhamento de Elaboração do Plano Diretor se deram por meio de oficinas de capacitação. Ao todo foram realizadas 03 oficinas, sempre para discussão dos conteúdos que culminaram nos 05 produtos componentes do PDM.

A Equipe Técnica do Município de Catanduvas (Decreto nº 123/2006), foi composta por representantes dos setores correlatos na prefeitura. O treinamento foi feito de acordo com os seguintes aspectos: Embasamento Técnico-Administrativo-Legal do Plano Diretor Municipal, Avaliação Temática Integrada, Definição de Diretrizes e Proposições, Legislação Básica, Processo de Planejamento e Gestão Municipal, Plano de Ação, Indicadores e Implementação do Plano Diretor Municipal, de acordo com o Termo de Referência da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano – SEDUPARANACIDADE.

A Comissão de Acompanhamento da Elaboração do Plano Diretor (Decreto nº 028/2007), foi composta por representantes da administração municipal e dos segmentos organizados da sociedade civil local. O treinamento da Comissão foi realizado referente aos aspectos de embasamento técnico-administrativo-legal do Plano Diretor, competências, organização e funcionamento da Comissão de Acompanhamento; e criação do Conselho de Desenvolvimento Municipal, sua composição e funcionamento.

CATANDUVAS, 27 de setembro de 2007.

  
**ALDOIR BERNART**  
Prefeito Municipal de Catanduvas

**Eduardo Gerontino Almeida**  
Escritor

Município de Catanduvas  
Serviço de Registro do Cadastro  
Fone/Fax: 3262-3553

28 JUN 2009

0382

SELO  
CATANDUVAS

18/07/2001

Escritório de Notas



CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA  
ESTADO DO PARANÁ

# Certidão de Acervo Técnico

**ARQUITETA E URBANISTA**  
**SANDRA MAYUMI NAKAMURA**  
Carteira Profissional:PR-33072/D

Acervo Técnico Nº.:**340/2008**  
Protocolo Nº.:**2007/00309851**

ART Nº.....:3040671224 0..... Registrada:08/06/2007.....

ART Co-Respons.....:..... ART Vinculada:.....

Empresa Executora...:ECOTECNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA.....

Contratante(s).....:PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS.....

Tipo de Contrato.....:OUTROS.....

Atividade Técnica...:SUPERVISÃO, COORDENAÇÃO, ORIENTAÇÃO TÉCNICA.....

Área de Competência.:PLANEJAMENTO URBANO.....

Tipo de Obra/Serviço:PLANEJAMENTO FÍSICO DO TERRENO URBANO, RURAL E REGIONAL.....

Serviço Contratado...:PROJETO.....

OUTROS.....

Dimensão.....:1,00 UNID..... Área Existente:.....

Área Ampliada.....:..... Área de Reforma:.....

Local da Obra.....:AVENIDA DOS PIONEIROS, 900 CENTRO.....

Município/Estado....:CATANDUVAS/PR.....

Data de Início.....:08/11/2006..... Data de Conclusão:08/06/2007.....

Docto de Conclusão.:DECLARAÇÃO PROFISSIONAL.....

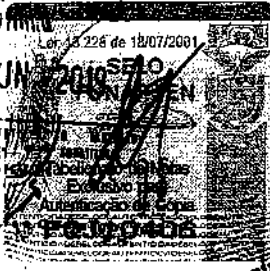
Descr. Compl. Serv.:ELABORAÇÃO DE PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE CATANDUVAS-PR CONFORME CONTRATO Nº004/2006 FIRMADO ENTRE AS PARTES E DE ACORDO COM A LEI FEDERAL Nº10.257/01 - ESTATUTO DA CIDADE PARTICIPAÇÃO DO PROFISSIONAL: COORDENAÇÃO GERAL.....

Observação.....:.....

**AUTENTICAÇÃO**  
Certifico que a presente fotocópia é reprodução fiel do documento original, que me foi apresentado.  
Dou fé.

SERVIÇO DISTRITAL DO CAJURU  
FONE/FAX 3262-3553

28 JUN 2010



Eduardo Geronimo Alves de Moraes  
Escritor



CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ

# Certidão de Acervo Técnico

**NILO AIHARA**

Carteira Profissional: PR-8040/D

Acervo Técnico Nº: **6121/2018**

Selos de autenticidade: **A 061292**

RNP Nº.: 1703254856

Protocolo Nº.: **2018/00414596**

ART Nº.....: 20172737526 0..... Registrada: 28/06/2017.....  
 Empresa Executora...: SCOTÉCNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA.....  
 Contratante(s).....: SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO  
 SUSTENTAVEL - CNEJ/CPF: 05.016.202/0001-45.....  
 Tipo de Contrato....: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.....  
 Atividade Técnica...: COORDENAÇÃO DE OBRA OU SERVIÇO TÉCNICO.....  
 Área de Competência.: SERVIÇOS AFINS E CORRELATOS EM SANEAMENTO E  
 MEIO-AMBIENTE.....  
 Tipo de Obra/Serviço.: SUPERVISÃO / COORDENAÇÃO / ORIENTAÇÃO.....  
 Serviço Contratado...: SUPERVISÃO/COORD/ORIENTAÇÃO.....  
 Dimensão.....: 1,00 UNID..... Área Existente: 0,00 UNID.....  
 Área Ampliada.....: 0,00 UNID..... Área de Reforma: 0,00 UNID.....  
 Dados Complementares: 0,00.....  
 Local da Obra.....: PRAÇA GIRASSOIS, S/N PLANO DIRETOR NORTE.....  
 Município/Estado...: PALMAS/TO.....  
 Data de Início.....: 02/12/2014..... Data de Conclusão: 31/10/2017.....  
 Docto de Conclusão...: DECLARAÇÃO PROFISSIONAL.....  
 Descr. Compl. Serv...: ELABORAÇÃO DO PLANO ANUAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS  
 (PERS) DO TOCANTINS. PROFISSIONAL RESPONSÁVEL PELA  
 COORDENAÇÃO.....  
 Observação.....

**AUTENTICAÇÃO**  
 Certifico que a presente certidão é reprodução  
 fiel do documento original que me foi apresentado.  
 Dou fé. **CARANGA JURU**  
**28 JUN 2019**  
 SERVIÇO DISTRIAL DO CARANGA  
 FONE/FAX 3262-3553  
 Av. Pedro ...  
 Curitiba  
 FQJ10326

**Patricia Fornaza Ferreira**  
Escrevente



**ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA**

Atestamos para os devidos fins, que a empresa ECOTÉCNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA, com sede à Rua Maria Rita das Chagas Lima, 317, bairro São Braz, CEP: 82.300-330, Curitiba-PR, inscrita no CNPJ 20.610.553/0001-91, tendo como responsável técnica a Arquiteta e Urbanista SANDRA MAYUMI NAKAMURA, com registro no Conselho de Arquitetura e Urbanismo sob o nº CAU/PR A 28547-1, prestou para Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMARH, CNPJ 05.016.202/0001-45, estabelecida na Esplanada das Secretarias - Praça dos Girassóis, s/nº, bairro Plano Diretor Norte, CEP: 77.001-002, Palmas-TO, os serviços referentes à **Elaboração do Plano Estadual de Resíduos Sólidos do Tocantins - PERS/TO**, tendo demonstrado capacidade técnica no fornecimento dos mesmos, nada constando em nossos arquivos que a desabone.

**Características dos Serviços**

Contrato	025/2014
Celebrado	10/10/2014
Valor do Contrato	R\$ 1.728.844,77
Início dos serviços	02/12/2014
Conclusão dos Serviços	31/10/2017
Objeto do contrato	Elaboração do Plano Estadual de Resíduos Sólidos do Tocantins - PERS/TO
Local da Obra	Praça dos Girassóis, s/nº, bairro Plano Diretor Norte, CEP: 77.001-002, Palmas-TO

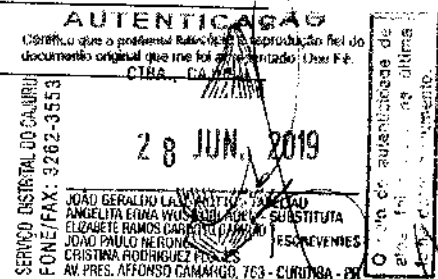
**Equipe Técnica**

**Coordenação**

- Coordenação Geral - Sandra Mayumi Nakamura | CAU A 28.547-1
- Coordenação Adjunta - Maria Alice Simões Cordeiro Soares | CREA-PR 53.016/D
- Coordenação Adjunta - Nilo Aihara | CREA-PR 8.040/D

**Equipe Principal**

- Esp. em Engenharia Sanitária - Nilo Aihara | CREA-PR 8.040/D
- Esp. em Engenharia Ambiental - Maria Alice S. C. Soares | CREA-PR 53.016/D
- Esp. em Ciências Sociais - Ana Maria Lorici Santin
- Esp. em Economia - Elisabete Tieme Arazaki | CORECON-PR 4.963



Eng. Civil Nilo Aihara  
CREA 8040-D / PR  
CPF 233.615.579-68

0385

**CREA-PR**

O SELO DE AUTENTICIDADE FOI  
ANEXADO NA ÚLTIMA FOLHA





Esp. em Aspectos Jurídicos - Lucia Benedita de C. Blicharski | OAB-PR 37.951.

**Equipe Complementar**

Dr. em Hidráulica e Saneamento – Eng. Sanitarista Aurélio Pessoa Picanço | CREA TO 150.406.518-2

Arquiteto e Urbanista - Gustavo Domingues Gaspari | CAU A118.245-5

Arquiteta e Urbanista - Letícia Schmitt Cardon de Oliveira | CAU A46.913-0

Arquiteta e Urbanista - Mayra Mayumi Aihara | CAU 138.434-1

Arquiteta e Urbanista – Vanessa Boscaro Fernandes | CAU A 37.721-0

Arquiteta e Urbanista - Verena Giraldi Costa | CAU A107.694-9

Biólogo - Luiz Gustavo Andreguetto | CRBio-PR 50.593/07-D

Contador - Anderson José Amâncio | CRC-PR 036.685/O-4

Engenheira Ambiental - Carolina H. S. Pedroni | CREA-PR 87.020/D

Engenheira Ambiental - Cristina Solange Hendges | CREA-TO 113.221/D

Engenheira Ambiental - Lidia Sayoko Tanaka | CREA-PR 87.131/D

Engenheira Cartógrafa - Amanda Pereira Antunes | CREA-PR 142.852/D

Engenheiro Florestal - Valmir Detzel | CREA-PR 17.516/D

Geoprocessamento - Sandy Plassmann Lamberti

Jurídico - Rosamaria Milléo Costa | OAB- 20.026

MSc. em Biologia - Cassio Kiyonori Nakamura

Tec. Processos Ambientais - Conrado Folle Weber

Zootecnista - Milton Kentaro Nakamura | CRMV-PR 0568/Z

Zootecnista - Gisele Leopoldino | CRMV-PR 1094/Z

**Equipe de Apoio**

Acadêmica em Arquitetura e Urbanismo - Amanda Carolina Santos Motta

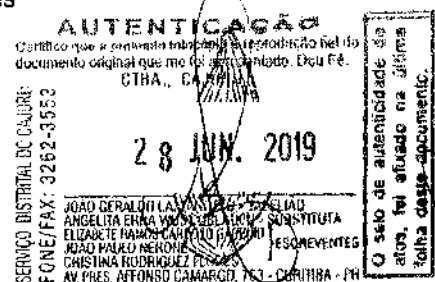
Acadêmica em Arquitetura e Urbanismo - Ana Júlia Madalozo Molinari Gonçalves

Acadêmica em Arquitetura e Urbanismo - Caroline Nayara Rech

Acadêmica em Arquitetura e Urbanismo - Maria Beatriz Maurer Ravaglio

Economista - Ernani Augusto Brescianini Filho | CORECON-PR 6877

Administradora Juliana Mitsue Sato | CRA 14856



**Descrição dos serviços**

**Escopo e metodologia**

0388





A seguir, apresentam-se a metodologia e as técnicas utilizadas na execução das atividades, originando 09 produtos das 05 metas estipuladas, conforme Termo de Referência da elaboração do Plano Estadual de Resíduos Sólidos do estado do Tocantins, elencadas a seguir e assim atingindo os objetivos.

As metas estipuladas pelo Termo de Referência e os seus respectivos produtos, foram:

#### Meta 1 – Projeto de Mobilização Social e Divulgação

Teve como objetivo divulgar e mobilizar a sociedade civil para mostrar a importância da elaboração de Plano Estadual de Resíduos Sólidos Esta meta resultou em 02 produtos, que foram:

- ✓ Produto 1 – Projeto de Mobilização Social e Divulgação do PERS, incluindo o Plano de Trabalho Operacional; e
- ✓ Produto 2 – Relatórios das 18 oficinas regionais.

#### Meta 2 – Panorama dos Resíduos Sólidos no Estado.

Esta meta consistiu na realização do diagnóstico da situação da gestão de resíduos sólidos no estado. Os aspectos avaliados no diagnóstico foram: a caracterização socioeconômica e ambiental da gestão dos resíduos sólidos; Mapeamento das áreas degradadas em razão de disposição inadequada de resíduos sólidos ou rejeitos e áreas órfãs; Sistematização das informações em banco de dados. Esta meta resultou no seguinte produto:

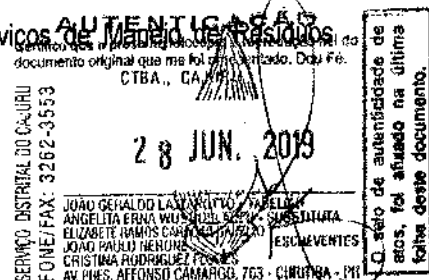
- ✓ Produto 3 – Panorama dos Resíduos Sólidos no Estado.

#### Meta 3 – Estudo de Regionalização da Prestação dos Serviços de Manejo de Resíduos Sólidos no Estado do Tocantins.

Teve como objetivo identificar os arranjos territoriais entre os municípios, a fim de compartilhar serviços ou atividades de interesse comum, maximizando os recursos humanos, infraestruturais e financeiros. Os aspectos considerados nessa meta foram: áreas potencialmente favoráveis para destinação ambientalmente adequada de resíduos sólidos e critérios de agregação de municípios para identificação de arranjos. Resultou o seguinte produto:

- ✓ Produto 4 – Estudo de Regionalização da Prestação dos Serviços de Manejo de Resíduos Sólidos no Estado do Tocantins.

#### Meta 4 – Estudo de prospecção e escolha do Cenário de referência.



0387







O objetivo nesta meta foi promover uma discussão dos cenários futuros, com a descrição das hipóteses de situações possíveis, imagináveis ou desejáveis quanto a gestão dos resíduos sólidos no estado do Tocantins. Estes cenários irão disponibilizar um referencial para a proposição das ações a serem implementadas ao longo do horizonte de planejamento, ou seja, para os próximos 20 anos.

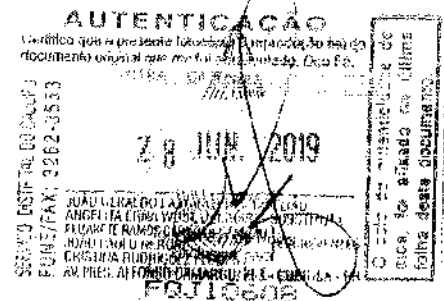
Dentre os aspectos considerados para a construção dos cenários destacou-se: caracterização quanto aos aspectos socioeconômicos, crescimento populacional, indicadores quanto a geração de resíduos, entre outros. Resultou o seguinte produto:

- ✓ Produto 5 – Estudo de prospecção e escolha do cenário de referência.

### Meta 5 – Planejamento para a Implantação do Plano Estadual de Resíduos Sólidos do Tocantins.

Nesta meta apresentou-se as diretrizes e estratégias para o planejamento da gestão dos resíduos sólidos do estado; as metas, programas, projetos e ações para a gestão dos resíduos sólidos do estado, investimentos necessários e fontes de recursos financeiros e indicadores para acompanhamento, controle e avaliação da implementação do PERS. Resultado nos 04 produtos a seguir:

- ✓ Produto 6 – Plano Estadual de Resíduos Sólidos Preliminar;
- ✓ Produto 7 – Relatório das 3 Audiências Públicas;
- ✓ Produto 8 – Plano Estadual de Resíduos Sólidos final; e
- ✓ Produto 9 – Relatório de 1 Seminário Estadual.




Ao longo do trabalho foram realizadas 18 oficinas regionais, 3 audiências públicas regionais e um Seminário Estadual de lançamento do Plano Estadual.

**Patricia Fornaza Ferreira**  
Escrevente

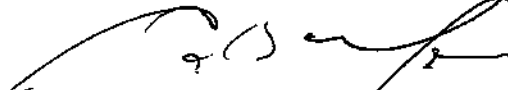
### Fiscalização dos serviços

Este atestado foi emitido por solicitação da empresa Ecotécnica Tecnologia e Consultoria Ltda. A emissão desse atestado substitui todos os demais documentos correlatos já emitidos ou fornecidos.

Palmas, 31 de outubro de 2017.

  
LUZIMEIRE CARREIRA  
Secretária do Meio Ambiente e Recursos Hídricos  
CNPJ: 05.016.202/0001-45

**Luzimeire Carreira**  
Secretária  
Secretaria do Meio Ambiente  
e Recursos Hídricos

  
ADÃO TEODORO MAIA  
Engenheiro Ambiental – CREA-TO 50244/D-TO  
Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos  
CNPJ: 05.016.202/0001-45

**Adão Maia**  
Diretor de Políticas Ambientais  
Nº Funcional 11461098-1 SEMARH



1335



CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ

Certidão de Acervo Técnico

NILO AIHARA

Carteira Profissional: PR-8040/D

RNP Nº.: 1703254856

Acervo Técnico Nº.: 86/2015

Protocolo Nº.: 2015/00002478

Selos de autenticidade: A 024.394, A 024.395, A 024.396, A 024.397

ART Nº.: 20105671420 0 Registrada: 29/12/2010
ART Correspons.: ART Vinculada: 20105208908 0
Empresa Executora:
Contratante(s): FERMA ENGENHARIA LTDA. - CNPJ/CPF: 76.703.404/0001-03
Tipo de Contrato: SUB-EMPREITADA
Atividade Técnica: SUPERVISÃO, COORDENAÇÃO, ORIENTAÇÃO TÉCNICA
Área de Competência: SERVIÇOS AFINS E CORRELATOS EM SANEAMENTO E MEIO-AMBIENTE
Tipo de Obra/Serviço: OUTRAS OBRAS/SERVIÇOS
Serviço Contratado: OUTROS
Dimensão: 1,00 UNID. Área Existente:
Área Ampliada: Área de Reforma:
Local da Obra: RUA 28 DE AGOSTO, 2042 CENTRO
Município/Estado: GUARAMIRIM/SC
Data de Início: 26/07/2010 Data de Conclusão: 24/10/2010
Docto de Conclusão: DECLARAÇÃO PROFISSIONAL
Descr. Compl. Serv.: ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO MUNICÍPIO DE GURARAMIRIM, SC, CONTEMPLANDO OS SISTEMAS E SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO, DE MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS E O MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS, VISANDO A MELHORIA DAS CONDIÇÕES AMBIENTAIS E DA QUALIDADE DE VIDA DA POPULAÇÃO, EM ATENDIMENTO ÀS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NA LEI 11.445/07. PARTICIPAÇÃO DO PROFISSIONAL: COORDENAÇÃO ADJUNTA. A PRESENTE ART REFERE-SE A CONTRATO DE SUBEMPREITADA LAVRADO ENTRE A EMPRESA FERMA ENGENHARIA LTDA. E O PROFISSIONAL NILO AIHARA, CONFORME ART DE EXECUÇÃO DE OBRA 20105208908, ANOTADO PELO PROFISSIONAL IVO HAUER MALSCHITZKY, CARTEIRA PROFISSIONAL CREA-PR 12.514/D.

Observação:

AUTENTICAÇÃO
Certifico que a presente cópia é reprodução fiel do documento original que me foi apresentado.
Dou fé.
CARLA AJURU
28 JUN 2019
SERVIDOR DISTINTIVO DO CREA/PR
FONE/FAX 3262-3553
FQJ10607

Patricia Fornaza Ferreira
Escrevente

0389

## ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

1336

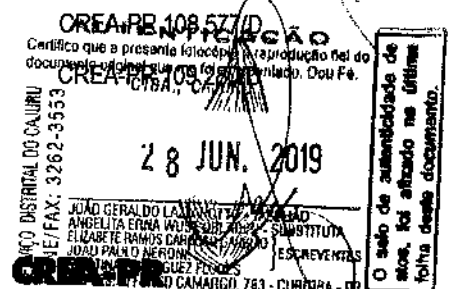
A empresa FERMA ENGENHARIA LTDA., inscrita no CNPJ: 76.703.404/0001-03, estabelecida à Avenida Marechal Floriano Peixoto, 4859 – Hauer – Curitiba, Paraná, tendo como responsável técnico o geólogo Ivo Hauer Malschitzky, atesta para os devidos fins, que o profissional NILO AIHARA, Engenheiro Civil, carteira profissional CREAPR-8.040/D, participou do Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) do município de Guaramirim/PR, tendo demonstrado Capacidade Técnica no fornecimento dos mesmos, nada constando em nossos arquivos que a desabone.

### CARACTERÍSTICAS DOS SERVIÇOS

Início dos serviços:	26/07/2010
Conclusão dos serviços:	24/10/2010
Objeto do contrato:	ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM - SC
LOCAL DA OBRA:	RUA 28 DE AGOSTO, Nº 2042 CEP: 89.270-000 - GUARAMIRIM-SC

### EQUIPE TÉCNICA

Coordenação Geral	Geólogo	Ivo Hauer Malschitzky	CREA-PR 12.514/D
Coordenação Adjunta	Geólogo	Gilliano Antonio Ribeiro	CREA-PR 69.098/D
Coordenação Adjunta	Eng. Civil / Sanitarista	Nilo Aihara	CREA-PR 8.040/D
Arquiteta e Urbanista	Esp.	Vanessa B. Fernandes	CREA-PR 70.332/D
Arquiteta e Urbanista	Esp.	Sandra Mayumi Nakamura	CREA-PR 33.072/D
Biólogo		Luiz Gustavo Andreguetto	CRBio-PR 50.593-7/D
Eng. Ambiental		Leana Carolina Ferreira	CREA-PR 108.577/D
Eng. Ambiental		André Luiz da Silva Melo	
Acadêmico em Engenharia Civil		Murilo Santiago Vargas	
Acadêmica em Arquitetura e Urbanismo		Erika Naomi Fukunishi	
Acadêmica em Arquitetura e Urbanismo		Fernanda Knopik	
Acadêmico em Arquitetura e Urbanismo		Elton Rogério Boge	



**O SELO DE AUTENTICIDADE FOI ANEXADO NA ÚLTIMA FOLHA**

0330

## DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

O Plano Municipal de Saneamento Básico do município de Guaramirim está embasado na Lei Federal nº 11.445/2007. Aborda primordialmente os componentes de **abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem e manejo de águas pluviais urbanas e limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos**, com a finalidade de apontar, dentre outros, ações estratégicas para a administração pública atingir as metas de saúde e melhoria das condições ambientais e de qualidade de vida da população.

### Escopo e Metodologia

Apresenta-se a metodologia e as técnicas utilizadas na execução das atividades, originando os produtos de cada uma das fases do Plano, elencadas abaixo e assim, atingindo os objetivos traçados para o Plano Municipal de Saneamento Básico do município de Guaramirim - SC.

#### ETAPA 1 – Levantamento de Informações

Inicialmente, realizou-se levantamento de informações bibliográficas (IBGE, EPAGRI, SDS, CASAN, entre outros), documentos municipais (estudos, contratos, Plano Diretor Municipal) e acerca dos aspectos físicos, ambientais e antrópicos (socioeconômica, demografia, estrutura urbana e infra-estrutura e saneamento, dentre outros), bem como o levantamento das condições atuais de abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos e drenagem e manejo de águas pluviais urbanas, quer seja por meio de informações da administração pública e empresas responsáveis por esses serviços.

#### ETAPA 2 – Diagnóstico da Situação Atual

A Etapa 2 consistiu na elaboração do diagnóstico da situação atual do município contemplando os meios: físico, biológico e antrópico, com particular ênfase ao Sistema de Abastecimento de Água; Sistema de Esgotamento Sanitário; Drenagem e Manejo de Águas Pluviais e Limpeza e Manejo de Resíduos Sólidos.

Sempre que possível as informações foram mapeadas, a partir de base cartográfica e informações já existentes como o Plano Diretor Municipal e/ou disponibilizadas pela Prefeitura Municipal ou prestadores de serviço.

Os aspectos do meio físico referiram-se a uma caracterização da área quanto aos aspectos geológicos, hidrologicos, hidrogeológicos e hidrográficos, além de uma caracterização climática sucinta da região indicando direção predominante e velocidade dos ventos, temperaturas médias, pluviosidade, dentre outros.

Os aspectos do meio biológico abordaram aspectos da cobertura vegetal, áreas de preservação permanente (APP) e unidades de conservação incidentes no município.

Os aspectos do meio antrópico abordaram a caracterização do uso e ocupação do solo atual, aspectos demográfico e projeção populacional, análise de viabilidade e análise econômica. Além disso, contemplou a caracterização e análise da infraestrutura viária e principalmente de **saneamento (água, esgoto, drenagem e resíduos sólidos)**. Sempre que possível os dados foram mapeados.

#### ETAPA 3 – Prognóstico e Alternativas

Esta etapa consistiu em uma abordagem detalhada e específica da temática objeto de estudo (Sistema de Abastecimento de Água; Sistema de Esgotamento Sanitário; Drenagem e Manejo de Águas Pluviais e Limpeza e Manejo de Resíduos Sólidos).

Objetivou-se a construção de cenários, realizados a partir da caracterização e levantamentos apresentados pelo diagnóstico da situação atual, com a projeção de situações futuras a fim de contribuir com os governantes na

AUTENTICAÇÃO

Este documento original que me foi apresentado, Dou Fé.

28 JUN. 2019

JOÃO GERALDO LAMARCA JUNIOR

ANGELITA FERREIRA WILSON

CLAYTON DE MENDONÇA

JOÃO PAULO PEREIRA

CRISTINA RODRIGUES FERREIRA

SECRETARIA DE ENGENHARIA

PRIMEIRO DISTRITO DO MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM - CURITIBA - PR

3262-5535

3262-5535

3262-5535

3262-5535

3262-5535

3262-5535

3262-5535

3262-5535

3262-5535

3262-5535

3262-5535

O selo de autenticidade de  
esta, foi utilizado na última  
folha deste documento.

tomada de decisões. Para esta etapa foram realizados estudos demográficos visando obter a projeção populacional para o período do estudo servindo de subsídio para elaboração dos cenários. Para cada cenário foi elaborado um estudo estimativo do impacto financeiro decorrente das ações mantidas e/ou implantadas. Ainda, realizou-se um estudo da redução dos resíduos gerados em Guarimirim, a fim de quantificar e demonstrar os benefícios com a implantação de uma Usina de Triagem e Compostagem.

ETAPA 4 – Estudo de Sustentabilidade e Equilíbrio Econômico-Financeiro da Prestação dos Serviços/ Metodologia e Critérios para Acompanhamento e Avaliação da Implantação e Eficiência do PMSB

Esta etapa consistiu no Estudo de Sustentabilidade e Equilíbrio Econômico-Financeiro da Prestação de Serviços para o Sistema de Abastecimento de Água, Sistema de Esgotamento Sanitário, Drenagem e Manejo de Águas Pluviais e Limpeza e Manejo de Resíduos Sólidos, avaliando a sustentabilidade de receitas e modicidade tarifária, modelo de avaliação e sustentabilidade econômica-financeira, eficiência, regulação e condições da prestação dos serviços dos sistemas de abastecimento de água, saneamento, águas pluviais urbanas, manejo e gerenciamento dos resíduos, em uma perspectiva integrada, sustentada na equidade e na universalidade dos serviços.

Apresentou-se também os critérios para o acompanhamento e avaliação da implantação e eficiência do PMSB, identificando indicadores de avaliação permanente.

ETAPA 3 – Estratégias de Ação para implantação do PMSB

Consistiu na elaboração e apresentação das estratégias de Ação para o PMSB, constituído por linhas de ação, que por sua vez, se desdobram em programas específicos a serem desenvolvidos pelas secretarias municipais e seus respectivos departamentos, conforme diretrizes propostas e metas estabelecidas. Estes programas estão constituídos por um conjunto de ações (projetos, atividades, entre outros) que deverão resultar em obras, bens e serviços oferecidos à sociedade.

As linhas de ação são subdivididas em quatro eixos: Gestão municipal do saneamento básico; Inclusão Social; Infraestrutura, meio ambiente e saúde pública e Educação Socioambiental.

Reuniões e Oficinas de Discussão

A mobilização social e o processo participativo dos cidadãos foram fundamentais na construção do PMSB. Foram realizadas reuniões e oficinas para apresentação do diagnóstico do município com relação aos aspectos de saneamento básico apontados anteriormente e discussão de proposições, em conformidade com o Artigo 19, Inciso III, Parágrafo 5º da Lei de Saneamento Básico - Lei Federal nº 11.445/2007, que determina que deverá ser “assegurada ampla divulgação das propostas dos planos de saneamento básico e dos estudos que as fundamentam, inclusive com a realização de audiências ou consultas públicas”.

Curitiba, 23 de Abril de 2012.

FERMA ENGENHARIA LTDA.

  
Ivo Hauer Malschitzky  
Sócio-Diretor



Atestado registrado mediante vinculação a res... AT

CREA - PR

A 024.392

**AUTENTADO**  
Certifico que o presente foi autenticado em documento original que me foi apresentado. De acordo com o CTBA... A AUTENTADO

SERV. DIST. DO CALHURU  
FONE/FAX: 3262-3553

28 JUN. 2012

JOAO GERALDO L...  
ANGELITA LUKA V...  
ELIZABETE NAIMS D...  
JOAO PAULO REINH...  
CRISTINA RODRIGUE...  
AK PRES. AFFONSO DAMASCOS, 765 - CURITIBA

seco de autenticidade do  
seco de autenticidade do documento

13390



CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ

Certidão de Acervo Técnico

NILO AIHARA

Carteira Profissional: PR-8040/D

RNP Nº.: 1703254856

Acervo Técnico Nº.: 131/2014

Protocolo Nº.: 2014/00008431

Selos de autenticidade: A 020.386, A 020.387, A 020.388

ART Nº.: 20122347996 0 Registrada: 19/06/2012
ART Substituída: 20121460853 0
ART Correspons.: ART Vinculada:
Empresa Executora: ECOTÉCNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA
Contratante(s): PREFEITURA MUNICIPAL DE APUCARANA - CNPJ/CPF: 75.771.253/0001-68
Tipo de Contrato: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
Atividade Técnica: SUPERVISÃO, COORDENAÇÃO, ORIENTAÇÃO TÉCNICA
Área de Competência: SERVIÇOS AFINS E CORRELATOS EM SANEAMENTO E MEIO-AMBIENTE
Tipo de Obra/Serviço: OUTRAS OBRAS/SERVIÇOS
Serviço Contratado: OUTROS
Dimensão: 1,00 UNID Área Existente: 0,00 UNID
Área Ampliada: 0,00 UNID Área de Reforma: 0,00 UNID
Dados Complementares: 0,00
Local da Obra: RUA JOSÉ DE OLIVEIRA ROSA, 25 CENTRO
Município/Estado: APUCARANA/PR
Data de Início: 12/03/2012 Data de Conclusão: 16/12/2012
Docto de Conclusão: DECLARAÇÃO PROFISSIONAL
Descr. Compl. Serv.: ELABORAÇÃO DO PLANO DE GERENCIAMENTO INTEGRADO DE RESÍDUOS SÓLIDOS DO MUNICÍPIO DE APUCARANA - PR. PARTICIPAÇÃO DO PROFISSIONAL: COORDENADOR GERAL
Observação:

AUTENTICAÇÃO
Certifico que a presente certidão é reprodução fiel do documento original que me foi apresentado.
Dou fé.
28 JUN 2014
SERVIÇO INSTRUMENTAL DO CALJURU
FONE/FAX 3262-3553
AV. PONT. CURITIBA
Patricia Fornaza Ferreira
Escrevente





# Prefeitura do Município de Apucarana

Centro Cívico José de Oliveira Rosa nº 25 - CEP 86800-235  
Apucarana - PR - www.apucarana.pr.gov.br

1341 P

Foram levantadas, para posterior análise, as condições atuais de limpeza do município, por meio de visitas técnicas, entrevistas, ensaios de campo e informações da equipe responsável por este tipo de serviço.

Igualmente foi identificado o sistema de coleta de resíduos do município, bem como o transporte, características dos resíduos sólidos coletados, sistema de tratamento utilizado e disposição final, custos, receitas e avaliação dos serviços prestados, detalhando, para cada tipo de resíduo gerado, o manejo existente, e quando possível, conferindo com as regulamentações/normas existentes nas esferas de governo (federal, estadual e municipal). Após esta identificação foram obtidos a produção *per capita* de Resíduo Doméstico (relaciona a quantidade de resíduos urbanos gerada diariamente e o número de habitantes do município) e a estimativa da quantidade de resíduos gerados utilizando taxas de projeção populacional.

Ainda, foram identificados os aspectos legais (leis e normas ambientais necessárias para o processo da gestão de resíduos sólidos e saneamento) e as estruturas municipais: administrativa organizacional; estrutura orçamentária e financeira; e a previsão orçamentária de receitas e despesas municipais.

Complementando o diagnóstico, foram identificados os programas e ações existentes no município no que diz respeito aos resíduos e meio ambiente (educação ambiental), além de identificar os aspectos sociais através da coleta informal (catadores) e identificação da existência de grupos organizados por meio de associações/cooperativas.

## Caracterização Física dos Resíduos Sólidos Domésticos

As características físicas foram determinadas através de sua composição qualitativa. A partir desta constituição foi possível aferir os valores essenciais para o estudo e a destinação final, da recuperação de resíduos, do dimensionamento de usinas de tratamento, reaproveitamento e entre outros. E para um correto prognóstico de cenários futuros foi indispensável determinar principalmente a composição gravimétrica, o peso específico e a produção diária *per capita* dos resíduos sólidos urbanos gerados no município de Apucarana. Esta composição gravimétrica permitiu traçar estudos de caracterização do município, de potencial de reciclagem e compostagem, dentre outras análises

Para tal, utilizou-se de metodologia definida pelo corpo técnico da SANEPAR, com base em diretrizes da NBR 10007:2004 – Amostragem de Resíduos Sólidos e de outras bibliografias relacionadas.

Por fim, com base nos dados obtidos nos levantamentos foi realizada a análise e identificação do perfil do município que serviu de base para a elaboração do Plano de Gerenciamento Integrado de Resíduos a partir de diretrizes específicas.

## PLANO DE GERENCIAMENTO INTEGRADO DE RESÍDUOS – PROPOSIÇÕES

O Plano de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos do município de Apucarana foi elaborado visando à administração/gerenciamento dos resíduos por meio de um conjunto integrado de ações normativas, operacionais, financeiras e de planejamento que levou em consideração os aspectos referentes à sua geração, segregação, acondicionamento, coleta, armazenamento, transporte, tratamento e disposição final, de forma a atender aos requisitos ambientais e de saúde pública.

O PGIRS também foi elaborado de acordo com os critérios estabelecidos pelos órgãos de meio ambiente e sanitários federal, estadual e municipal e com base nas análises dos levantamentos realizados no diagnóstico, elaborando um cenário antecipado que visa a tendência da configuração do sistema de limpeza pública de Apucarana.

O PGIRS do município de Apucarana teve como objetivos principais:

- Minimizar a geração de resíduos;
  - Manter o município limpo por um sistema de coleta seletiva e transporte adequado, tratando o resíduo sólido com tecnologias compatíveis com a realidade local;
  - Interligar todas as ações e operações do gerenciamento, influenciando umas as outras. Assim, uma coleta mal planejada encarece o transporte; um transporte mal dimensionado gera prejuízos e reclamações e prejudica o tratamento e a disposição final do resíduo; tratamento mal dimensionado não atinge os objetivos propostos, e disposições inadequadas causam sérios impactos ambientais;
- Garantir o destino ambiental correto e seguro para o resíduo sólido;

### AUTENTICACAO

Certifico que o presente fotocópia é reprodução fiel do documento original que me foi apresentado. Dou Fe.  
CIBA., CA

28 JUN. 2019

SERVIÇO INSTRUMENTAL DO CADURU  
FONE/FAX: 3262-3553

JOÃO GERALDO LAURICINIO, PRESIDENTE  
ANGELITA ERICA WILSON, VICE-PRESIDENTE  
ELIZABETE HANES CARVALHO, SECRETARIA  
JOÃO PAULO HERONIMO, ESCRIVÃO  
CRISTINA RODRIGUEZ FISHER, ESCRIVÃO  
AV. PRES. AFFONSO CAMARGO, 763 - CURITIBA - PR

O selo de autenticidade do texto, foi afixado na última folha deste documento.

**CREA-PR**  
O SELO DE AUTENTICIDADE FOI ANEXADO NA ÚLTIMA FOLHA



0395





# Prefeitura do Município de Apucarana

Centro Cívico José de Oliveira Rosa nº 25 - CEP 86800-235  
Apucarana - PR - www.apucarana.pr.gov.br

13420

- Conceber o modelo de gerenciamento do município, levando em conta que a quantidade e a qualidade do resíduo gerado em uma dada localidade decorrem do tamanho da população e de suas características socioeconômicas e culturais, do grau de urbanização e dos hábitos de consumo vigentes;
- Manter a conscientização da população para separar materiais recicláveis;
- Organizar os catadores de materiais recicláveis em associação/cooperativa adequada a atender à coleta do material oferecido pela população e comercializá-lo junto às fontes de beneficiamento.

Baseado nos objetivos teve-se as seguintes proposições:

- Definição de alguns ajustes em traçados, direções e sentidos nas rotas de coleta domiciliar e comercial, procurando otimizá-las, bem como a sua ampliação em virtude da implantação de novos parcelamentos na sede urbana do município, sendo apresentado através de mapeamento georreferenciado;
- Medidas e cuidados que devem ser tomados pelo gerador que compreende a coleta interna, acondicionamento e armazenamento adequados com vistas a facilitar, otimizar e propor maior segurança no processo de acondicionamento e coleta dos resíduos;
- Determinação da frequência e turnos das coletas domiciliar e comercial;
- Determinação da frota de veículos baseado na projeção populacional e projeção da produção de resíduos sólidos no município (quantitativo e modelos de veículos);
- Determinação da equipe de trabalho através dos setores de coleta, turnos e frota de veículos;
- Definição dos procedimentos de Controle, Monitoramento e Fiscalização;
- Definição de ações para aperfeiçoar, ampliar os mecanismos de disposição final dos resíduos sólidos no município (infraestrutura do aterro sanitário, mecanismos de desenvolvimento limpo - MDL, aproveitamento energético do biogás);
- Alternativas eficientes para minimizar a geração de resíduos e maximizar a vida útil de aterros sanitários, tais como Usinas de Triagem e Compostagem, contemplando diretrizes de local de implantação, instalações e infraestrutura, bem como estimativas de investimentos;
- Procedimentos que deverão ser adotados pela Prefeitura Municipal e pelos Pequenos e Grandes Geradores;
- Da mesma forma, seguem as proposições para a coleta seletiva (setores e rotas de coleta, frequência e turnos, frota de veículos e equipe de trabalho, destinação final, estabelecimentos de triagem e comércio de resíduos recicláveis);
- Campanhas para os coletores informais (catadores) visando a melhoria no modo de produção de sua renda e inclusão social; realização de cadastramento desses coletores informais; e medidas de orientação, capacitação e inclusão;
- Medidas e ações para melhoria e ampliação no sistema de Limpeza de logradouros públicos (Varrição, Poda e Capina);
- Aperfeiçoamento e adequações no manejo de resíduos da construção civil, serviços de saúde, serviços funerários, resíduos perigosos, eletroeletrônicos e industriais, de acordo com as normas legais vigentes;
- Determinação de Programas de Educação Ambiental visando a conscientização e, conseqüentemente, a integração da população na gestão dos resíduos sólidos, por meio da sensibilização e da difusão de conhecimentos;
- Definição de um Plano Social compreendendo questões de Higiene e Segurança do Trabalho na Limpeza Pública;
- Adequação e aperfeiçoamento da estrutura administrativa e legislativa.

## PROCESSO PARTICIPATIVO - REUNIÕES E OFICINAS TÉCNICAS

Para definição e aprovação de todas as questões propostas para o Plano de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos foram realizadas reuniões e oficinas técnicas durante todo o processo de sua elaboração.

**AUTENTICAÇÃO**  
 Certifico que a presente cópia é reprodução fiel do documento original que me foi apresentado. Dou Fé.  
 CTRA., CA

28 JUN. 2019

JUÃO GERALDU LAMARCA, INSC. EST. 100.000.000  
 ANGELITA EIRMA WEISS DELALMEIDA, SUBSTITUTA  
 ELIZABETE RAMOS CARVALHO CAMARGO, ESCHEVENTES  
 JOÃO PAULO MERRONE  
 CRISTINA RODRIGUEZ PERES  
 AV. PRES. AFFONSO CAMARGO, 763 - CURITIBA - PR

O selo de autenticidade de  
 foi colado na última  
 e deste documento.

**ICREA-PR**  
 O SELO DE AUTENTICIDADE FOI  
 ANEXADO NA ÚLTIMA FOLHA



0396



MENSAGEM DO SENHOR MINISTRO

Criada em 1932, a Carteira de Trabalho e Previdência Social resistiu ao passar dos anos, assimilando com muita presteza as profundas modificações que se registraram, nestas décadas, na composição, distribuição e qualificação da nossa força de trabalho.

Sem nenhum exagero, pode-se afirmar que este documento, por muitos ainda hoje conhecido como "carteira profissional", converteu-se num dos mais importantes instrumentos à disposição do trabalhador, fazendo às vezes de cédula de identidade, título de crédito, atestado de antecedentes, de boa conduta e de residência, para citar apenas algumas das suas múltiplas utilidades.

Em sua simplicidade, a CTPS reflete a carreira do trabalhador e sua evolução profissional. Cabe-lhe pois, protegê-la atenta e cuidadosamente, porque enquanto pelos seus aspectos externos essa Carteira revela traços importantes da personalidade e da formação do seu possuidor, os registros internos, habitualmente insubstituíveis, se constituem nas melhores garantias da preservação e da efetivação dos seus direitos trabalhistas e previdenciários.

AUTENTICAÇÃO

Até aqui assinado pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social. Esta é reprodução fiel do documento original. Data: 28 JUN 2019



MINISTÉRIO DO TRABALHO

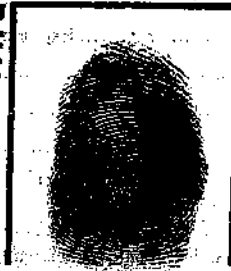
SECRETARIA DE EMPREGO E SALÁRIO

1344

CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL



Polegar Direito.



*Assinatura*  
ASSINATURA DO PORTADOR

Número 89250 Série 328

Continuação

50016001 0V 575

QUALIFICAÇÃO CIVIL

Nome *Osildo Continha*  
 Loc. Nas. *Paranaíba*  
 Est. *PR* Data *20/08/57*  
 Filiação *Gozo C. Hara*  
*Keyomo C. Hara*  
 Est. Civil *Casado* Doc. Nº *4706*  
 Fls. *98* Liv. *113* Reg. Civil *CTBA*  
 Outro doc. ....  
 Situação Militar: Doc. *CDL*  
 Nº *4132278* Órgão *55ª CSM* Est. *PR*  
 Naturalizado Dec. Nº ..... Em .....  
**ESTRANGEIROS**  
 Chegada ao Brasil em .....  
 Doc. Ident. Nº ..... Exp. em .....  
 Estado .....  
 Obs .....  
 Data Emissão *25.09.89* DRT *PR*

*Assinatura*  
Assinatura do Funcionário

ALTERAÇÕES DE IDENTIDADE  
(Com relação nome, est. civil e data nasc.)

Nome .....  
 Doc. ....  
 Nome .....  
 Doc. ....  
 Nome .....  
 Doc. ....  
 Est. Civil .....  
 Doc. ....  
 Est. Civil .....  
 Doc. ....  
 Nascimento .....  
 Doc. ....

03989

ALTERAÇÕES DE SALÁRIO

Aumentado em 01/01/13 Para R\$ 622,00  
Na função de Mesma  
C.B.O. por motivo de Reajuste

ECOTECNICA TECNOLOGIA E  
CONSULTORIA LTDA

Aumentado em 01/01/13 Para R\$ 674,00  
Na função de Mesma  
C.B.O. por motivo de Reajuste

ECOTECNICA TECNOLOGIA E  
CONSULTORIA LTDA

Aumentado em 01/01/14 Para R\$ 724,00  
Na função de Mesma  
C.B.O. por motivo de Reajuste

ECOTECNICA TECNOLOGIA E  
CONSULTORIA LTDA

Aumentado em 01/01/15 Para R\$ 788,00  
Na função de Mesma  
C.B.O. por motivo de Reajuste

ECOTECNICA TECNOLOGIA E  
CONSULTORIA LTDA

Assinatura do empregador  
Assinatura do empregador  
Assinatura do empregador  
Assinatura do empregador

ALTERAÇÕES DE SALÁRIO

Aumentado em 01/01/16 Para R\$ 880,00  
Na função de Mesma  
C.B.O. por motivo de Reajuste

ECOTECNICA TECNOLOGIA E  
CONSULTORIA LTDA

Aumentado em 01/01/17 Para R\$ 934,00  
Na função de Mesma  
C.B.O. por motivo de Reajuste

ECOTECNICA TECNOLOGIA E  
CONSULTORIA LTDA

Aumentado em 01/01/18 Para R\$ 954,00  
Na função de Mesma  
C.B.O. por motivo de REAJUSTE

ECOTECNICA TECNOLOGIA E  
CONSULTORIA LTDA

Aumentado em 01/01/19 Para R\$ 998,00  
Na função de Mesma  
C.B.O. por motivo de REAJUSTE

ECOTECNICA TECNOLOGIA E  
CONSULTORIA LTDA

Assinatura do empregador  
Assinatura do empregador

28 JUN 2019  
SERV. CONTROL. CAR. 0362-3535  
FONE/FAX 0362-3535  
AV. PER. PAZ, 100 CAMARGO, 103 CURITIBA, PR.

Tabulação de Folha  
Exclusivo para  
Automação de Códigos  
F0310409

Eduardo Geronimo Alves de Moraes  
Escritor

↓  
E  
M  
B  
R  
A  
N  
C  
O  
↓



Ecotécnica - Tecnologia e Consultoria Ltda.  
CNPJ: 02.610.553/0001-91  
Rua Maria Rita da Chagas Lima, 317, Bairro São Braz, CEP: 82.300-330. Curitiba-PR  
Telefone (41) 3026-8639  
E-mail: licitacao@ecotecnica.com.br

**LIDIA SAYOKO TANAKA – ENGENHEIRA AMBIENTAL**

- ✓ Diploma de graduação
- ✓ Certidão de Registro Profissional
- ✓ Comprovação de experiência
- ✓ Comprovação de Vínculo com a empresa

Engenheiro Ambiental - Lidia Sayoko Tanaka	Especificação dos Títulos/Atestados	Total de Pontos por documento	Pontuação Ecotécnica	Trabalhos apresentados
	Certidão(ões) de Acervo(s) Técnico(s) registrada(s) no respectivo Conselho de Classe e/ou Atestados de Capacidade Técnica expedidos por pessoa jurídica de direito público, que atestem a experiência específica da consultoria relativa à revisão/elaboração de Plano Diretor já concluído.	1	2	PDM Catanduvas PDM Rio Negro
	Certidão(ões) de Acervo(s) Técnico(s) registrada(s) no respectivo Conselho de Classe e/ou Atestados de Capacidade Técnica expedidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem a experiência específica de consultoria relacionada a áreas e temáticas compatíveis com o objeto licitado.	0,5	4	Mobilidade Palmeira PERS Tocantins PGRS Campo Largo PGRS Almirante Tamandaré PGRS e PMSB de 4 municípios da Região Centro Sul do Paraná;
	Máximo de pontos	6	6	

Handwritten signatures and initials, including a large 'P' and 'S'.





CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA  
E AGRONOMIA DO PARANÁ

## Certidão de Registro de Pessoa Física e Negativa de Débitos

O Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná-CREA-PR, certifica que o(a) profissional abaixo encontra-se regularmente registrado(a) nos termos da Lei Federal nº 5.194/66 possibilitando-o(a) a exercer sua profissão no Estado do Paraná, circunscrita à(s) atribuição(ões) constantes de seu registro.

Certidão nº: **85806/2019**

Validade: 28/12/2019

Nome Civil: LIDIA SAYOKO TANAKA

Carteira - CREA-PR Nº :PR-87131/D

Registro Nacional : 1700658964

Registrado(a) desde : 24/08/2006

Filiação : ITSUO TANAKA  
YASSUE TANAKA

Data de Nascimento : 05/06/1975

Carteira de Identidade : 5.976.212-5

Naturalidade : CAPAO BONITO/SP

CPF : 01533220980

Título: ENGENHEIRA AMBIENTAL

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATOLICA DO PARANA

Data da Colação de Grau : 04/08/2006

Diplomação : 04/08/2006

Situação : Regular

Atribuições profissionais:

Resolução do Confea N.º 447/2000 - Art. 2º de 22/09/2000 do CONFEA.

Lei Federal N.º 5.194/1966 - Art. 7º de 24/12/1966

Encontra-se quite com a anuidade relativa ao exercício de 2019.

Não possui débito(s) referente a processo(s) de fiscalização e/ou dívida ativa até a presente data.

Para fins de: LICITAÇÕES

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do CREA-PR (<http://www.crea-pr.org.br>), através do protocolo n.º 243951/2019.

Emitida via Internet em 01/07/2019 09:30:26

Dispensa-se a assinatura neste documento, conforme Instrução de Serviço Nº 002/2014.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Handwritten signatures and initials, including the number 402.



Ecotécnica - Tecnologia e Consultoria Ltda.  
CNPJ: 02.610.553/0001-91  
Rua Maria Rita da Chagas Lima, 317, Bairro São Braz, CEP: 82.300-330. Curitiba-PR  
Telefone (41) 3026-8639  
E-mail: licitacao@ecotecnica.com.br

1350p

### Notas explicativas de acervos técnicos

1. Acervo páginas 408 a 412, cópia autenticada nas páginas 70 a 74.
2. Acervo páginas 418 a 423, cópia autenticada nas páginas 86 a 91.



*[Handwritten signatures and initials]*

402A





CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ

# Certidão de Acervo Técnico

## LIDIA SAYOKO TANAKA

Carteira Profissional: PR-87131/D

RNP Nº.: 1700658964

Acervo Técnico Nº.: 1068/2018

Protocolo Nº.: 2018/00068893

Selos de autenticidade: A 055377, A 055378, A 055379, A 055380, A 055381, A 055382, A 055383, A 055384, A 055385, A 055386, A 055387, A 055388

ART Nº.: 3048962040 0 Registrada: 08/06/2007

ART Vinculada: 3040671224 0

Empresa Executora: .....

Contratante(s): ECOTÉCNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA - CNPJ/CPF: 02610553/0001-91

Tipo de Contrato: SUBEMPREITADA

Atividade Técnica: OUTRAS ATIVIDADES

Área de Competência: SERVIÇOS AFINS E CORRELATOS EM SANEAMENTO E MEIO-AMBIENTE

Tipo de Obra/Serviço: OUTRAS OBRAS/SERVIÇOS

Serviço Contratado: OUTROS

Dimensão: 1,00 UNID Área Existente: 0,00 UNID

Área Ampliada: 0,00 UNID Área de Reforma: 0,00 UNID

Local da Obra: MARIA RITA DE CHAGAS LIMA, 317 SÃO BRAZ

Município/Estado: CURITIBA/PR

Data de Início: 08/11/2006 Data de Conclusão: 08/06/2007

Docto de Conclusão: VIDE DESCR. COMPLEMENTAR

Descr. Compl. Serv.: TRATA-SE DE ART VINCULADA A ART Nº 3040671224 MOTIVO DA VINCULAÇÃO: PROFISSIONAL DA ÁREA DE ENGENHARIA AMBIENTAL PROFISSIONAL INTEGRANTE DA EQUIPE MULTIDICIPLINAR DE ELABORAÇÃO DO PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE CATANDUVAS-PR NOS TERMOS DA LEI FEDERAL Nº 10527/01- ESTATUTO DA CIDADE PARTICIPAÇÃO DA PROFISSIONAL: ESTUDOS DOS ASPECTOS DE MEIO AMBIENTE (RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS) (VIDE VERSO). A PRESENTE ART REFERE-SE A CONTRATO DE SUBEMPREITADA LAVRADO ENTRE A EMPRESA ECOTÉCNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA E A PROFISSIONAL LÍDIA SAYOKO TANAKA CONFORME ART DE EXECUÇÃO DE OBRA Nº 3040671224 ANOTADA EM 08/12/2006 PELA PROFISSIONAL SANDRA MAYUMI NAKAMURA CREAPR Nº 33072/D.

Observação: .....

**AUTENTICAÇÃO**  
Certifico que a presente cópia é reprodução fiel do documento original que me foi apresentado.

Doite. **CRISTINA CAJURU**

**28 JUN 2019**

SERVIÇO DISTRICTAL DO CAJURU  
FONE/FAX 3262-3553

JOÃO DE ALMEIDA  
ARIELSON DE SOUZA  
REGIÃO DE SANEAMENTO URBANO  
C/AV. S. CARLOS  
CURITIBA - PARANÁ

Exclusivo para Autenticação de Cópia

**FQJ10593**  
**Patricia Fornaza Ferreira**  
**Escrevente**

0403



## ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

A **ECOTÉCNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA**, com sede à Maria Rita das Chagas Lima, 317 – Curitiba-PR Bairro São Braz CEP 82300-330, inscrita no CNPJ 02.610.553/0001-91 tendo como responsável técnica a Arquiteta e Urbanista **SANDRA MAYUMI NAKAMURA**, atesta para os devidos fins, que a profissional **LÍDIA SAYOKO TANAKA**, Engenheira Ambiental, carteira profissional CREA – PR 87.131/D, participou da **Elaboração do Plano Diretor Municipal (PDM) para o município de Catanduvas/PR**, estabelecido à Avenida dos Pioneiros, nº 900 – Centro – Catanduvas/PR, tendo demonstrado Capacidade Técnica no fornecimento dos mesmos, nada constando em nossos arquivos que a desabone.

## CARACTERÍSTICAS DOS SERVIÇOS

Início dos serviços: 08/11/2006  
 Conclusão dos serviços: 08/06/2007  
 Objeto do contrato: Elaboração do Plano Diretor Municipal (PDM) para o município de Catanduvas/PR, em conformidade com o Termo de Referência da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano – SEDU/PARANACIDADE.

## EQUIPE TÉCNICA ECOTÉCNICA

Arquiteta e Urbanista Esp.	Vanessa Boscaro Fernandes	CREA – PR 70.332/D
Arquiteta e Urbanista Msc.	Patrícia Costa Pellizzaro	CREA-PR 33.061-D
Arquiteta e Urbanista Msc.	Leticia Peret Antunes Hardt	CREA-PR 6.193-D
Especialista em Gestão em Engenharia Ambiental	Sandra Mayumi Nakamura	CREA – PR 33.072/D
Arquiteto e Urbanista	Marlos Hardt	CREA-PR 74.601/D
Arquiteta e Urbanista	Ana Valéria B. dos Santos	CREA – PR 33.022/D
Contador	Anderson José Amâncio	CRC – PR 036.685/O-4
Economista	Elisabete Tiemi Arazaki	CORECON-PR 4963-8
Engenheiro Civil	Artur T. Magalhães Neto	CREA – PR 20.511/D
Engenheiro Civil/Sanitarista	Nilo Aihara	CREA – PR 8.040/D
Engenheira Agrônoma	Yumi Kajihara Hirono	CREA – SP 5060576216/D
Engenheira Agrônoma	Juliana V. Bittencourt	CREA – PR 64.253/D
Engenheira Ambiental	Lidia Sayoko Tanaka	CREA-PR 87.131/D
Engenheiro Ambiental	Juliano Zamauskas Amaral	CREA-PR 87.132/D
Geólogo	Marcelus V.K. Borges	CREA – PR 32.520/D
Advogada	Lucia Benedita de C. Blicharski	OAB – PR 37.951/A
Acadêmica em Arq. e Urbanismo	Soraya Midori Bansho	
Acadêmica em Eng. Ambiental	Thalita Sayuri Miura	

**AUTENTICAÇÃO**  
 O selo de autenticidade de alto, foi afixado na última folha deste documento.  
 28 JUN. 2019  
 JOÃO GERALDO LAURICINIO, ANIELIAN ANGELITA ERNA WAISE GILADINI, FIDELIS ANTON CARRETTI CARRETTI, ESCREVENTES  
 AV. PRES. ANTÔNIO CARLOS, 703 - CURITIBA - PR

DESCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS

### 1. ESCOPO E METODOLOGIA

A seguir, apresenta-se a metodologia e as técnicas utilizadas na execução das atividades, originando os produtos de cada uma das 05 fases do Plano, elencadas abaixo e assim, atingindo os objetivos traçados para o Plano Diretor Municipal – PDM de Catanduvas-PR.

Ainda, foram definidas, a partir das informações coletadas, a estruturação e instrumentação administrativa que foi necessária à adaptação da estrutura do Poder Público Municipal para a implementação do PDM e Leis Complementares.

#### 1.1. FASE 1 - PLANO DE TRABALHO

Corresponde ao documento que descreve o conteúdo e o processo de elaboração do PDM. Enfoca, principalmente, a metodologia estratégica, traçada pela equipe da ECOTÉCNICA Tecnologia e Consultoria Ltda.

**CREA-PR**

O SELO DE AUTENTICIDADE FOI ANEXADO NA ÚLTIMA FOLHA

0404

## 1.2. FASE 2 - AVALIAÇÃO TEMÁTICA INTEGRADA

O processo de Avaliação Temática Integrada se realizou a partir da compilação, discussão e análise da equipe técnica multidisciplinar, dos dados disponibilizados pela Prefeitura Municipal de Catanduvas, IAP (Instituto Ambiental do Paraná), IPARDES (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social), IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), EMATER (Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural), PARANACIDADE e outras instituições pertinentes, com vistas a subsidiar o trabalho dos técnicos de cada uma das especialidades envolvidas, para posterior discussão e elaboração de um quadro síntese contendo as principais **Condiçantes, Deficiências e Potencialidades**, assim como confecção de mapas temáticos pertinentes a cada tema. Foram avaliados os seguintes temas:

### 1.2.1. CONTEXTUALIZAÇÃO REGIONAL

A contextualização regional sob os aspectos naturais e antrópicos, contemplou a vocação e o potencial estratégico do município de Catanduvas dentro da região, e focalizou os principais fatores que concorreram para o seu desenvolvimento. Foram imprescindíveis as espacializações das informações, configuradas por meio de mapas temáticos georreferenciados. As informações coletadas nos levantamentos de dados em campo, assim como as informações contidas nos mapas confeccionados foram entregues em formato "dwg" (AUTOCAD 2006).

### 1.2.2. CARACTERIZAÇÃO MUNICIPAL

A caracterização municipal foi mediante a abordagem dos seguintes temas principais, subdivididos em:

#### 1.2.2.1. ASPECTOS NATURAIS

##### a) Meio Físico

Foram identificadas as condições do clima, do ar, água, solo e subsolo. Através de análises das informações obtidas na SANEPAR, IAP e SUDERHSA e Prefeitura sobre a rede hídrica de superfícies e das análises existentes das águas dos poços existentes, foi possível avaliar qualitativamente a água, determinando, assim, possíveis problemas no uso do solo que pudessem comprometer a conservação da qualidade da água, além de prever a conservação ambiental, respeitando-se a legislação pertinente.

##### b) Meio Biológico

Foram enfocadas questões referentes à flora e fauna. Com base nos dados levantados, foram caracterizados os espaços para áreas de expansão urbana, conservação e preservação permanente, áreas públicas de lazer e arborização pública.

#### 1.2.2.2. SISTEMA ANTRÓPICO

##### a) Componente Espacial

Foi realizada uma abordagem geral do uso e ocupação do solo urbano e rural mediante a caracterização da evolução da urbanização e do uso do solo, análise do parcelamento do solo e suas tendências de crescimento, questões fundiárias e aspectos atuais dos loteamentos do município, bolsões de pobreza e vazios urbanos, bem como determinação de parâmetros para monitoramento do uso e ocupação do solo. A partir de uma visão realista e sustentável, foram identificados e analisados os usos atuais, sua dependência econômica ou cultural e sua demanda (urbana e rural) para os próximos 10 anos, identificando os principais entraves espaciais existentes. Ocorreu igualmente, uma caracterização da infra-estrutura e serviços urbanos e regionais enfocando aspectos relevantes à circulação; sistema viário; saneamento; energia e comunicações. Assim, foi possível a identificação das áreas com infra-estrutura ociosa e as áreas ocupadas com precariedade de infra-estrutura, bem como um prognóstico para os próximos 10 anos. E uma avaliação da qualidade da paisagem. Ressalta-se que foram tomados por base os dados e estudos existentes no município referentes a este tema.

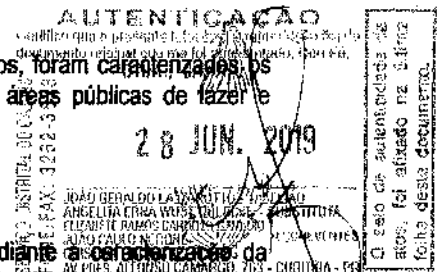
##### b) Componente Sócio-econômico

Para a Caracterização sócio-cultural foram analisados os sistemas de saúde, educação, ação social, além da questão populacional e demográfica. A caracterização econômica do município contemplou a análise dos setores produtivos, com especial enfoque às atividades rurais e do potencial de turismo rural.

##### c) Aspectos Institucionais

Foram caracterizadas as unidades administrativas da estrutura da Prefeitura Municipal e, o sistema de gestão relacionado ao planejamento e desenvolvimento do município, que se relacionam com a gestão do PDM Municipal. Igualmente, foi identificada a capacidade de investimento do município, situação atual de arrecadação, evolução anual e projeção para os próximos dez anos, considerando também possíveis fontes alternativas de recursos financeiros e possibilidade de realização de operações de crédito (capacidade de endividamento), além de impostos cobrados, taxas, contribuição de melhoria e demais tributos.

Procedeu-se a uma análise da estrutura organizacional da administração municipal e dos agentes intervenientes ao plano diretor (secretarias, sociedade civil organizada e outros considerados relevantes). Esta análise teve o intuito de detectar a atuação das secretarias e sua influência na área, de forma a propor no desenvolvimento deste trabalho as possibilidades de atuação e inter-relação entre estes agentes, bem como, análises no sistema de

**CREA-PR**

O SELO DE AUTENTICIDADE FOI ANEXADO NA ÚLTIMA FOLHA

0405

informações municipais disponíveis para a gestão do desenvolvimento local (dados do Cadastro Técnico Imobiliário e Econômico e demais bancos de dados municipais, identificando-os).

Da legislação vigente identificou-se a adequação ou inadequação de cada um dos instrumentos, em relação a: (i) questões constitucionais, Lei Orgânica Municipal e demais leis federais, estaduais e municipais; (ii) questões físico-ambientais e (iii) adequação à realidade do uso e ocupação do solo existente.

As normas jurídicas (leis, decretos e outros atos administrativos) do Estado e Município pertinentes a este Plano foram coletadas em órgãos do Poder Executivo, Poder Legislativo, e em outros pertinentes.

### 1.2.2. CONDIÇÕES DEFIÊNCIAS E POTENCIALIDADES

A análise de cada informação foi realizada individualmente, com suas inter-relações mencionadas e elencadas em um quadro síntese, permitindo uma visão ampla das condicionantes, deficiências e potencialidades locais, correspondentes. Possibilitando, assim, alcançar proposições preliminares de diretrizes para correção, minimização, prevenção ou compensação de deficiências e para valorização das potencialidades.

### 1.3. FASE 3 - DEFINIÇÃO DAS DIRETRIZES E PROPOSTAS

Inicialmente foram elaborados Eixos de desenvolvimento estratégico com suas respectivas diretrizes.

As diretrizes contemplaram os aspectos físico-espaciais, de infra-estrutura e serviços público, socioeconômicas, ambientais e institucionais, que deram origem a ações, propostas para curto, médio e longo prazos. Incluiu-se também diretrizes para o estabelecimento de:

- a) política de desenvolvimento urbano e municipal;
- b) sistemática permanente de planejamento;
- c) propostas de projetos estruturais dos diversos setores estratégicos considerando a estimativa de custos e projeções orçamentárias municipais;
- d) dinamização e ampliação das atividades econômicas a fim de estruturar o fortalecimento da economia do município (emprego, renda e receitas);
- e) propostas, instrumentos e mecanismos referentes a:
  - i. ocupação do espaço, e expansão urbana
  - ii. distribuição eqüitativa dos usos
  - iii. hierarquização do sistema viário e articulação da mobilidade urbana
  - iv. controle do meio ambiente, saneamento e proteção aos elementos que caracterizam a identidade do município
  - v. arborização pública
  - vi. sistema de informações para o planejamento e gestão municipal
  - vii. diretrizes para a coleta e disposição final de resíduos sólidos, industriais e saúde
  - viii. instrumentos a serem adotados nos projetos de parcelamento, edificações, consultas prévias, alvarás, laudo de conclusão de obras e habite-se
  - ix. processos e recursos para a atualização permanente de instrumentos de política e planejamento territorial
  - x. parâmetros, ações e instrumentos para a regularização da situação fundiária ou diretrizes de uso das áreas que necessitam de desocupação
  - xi. diretrizes e proposições decorrentes das recomendações de órgãos e instituições

### 1.4. FASE 4 - PROPOSTAS PARA A LEGISLAÇÃO BÁSICA E PROCESSO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO MUNICIPAL

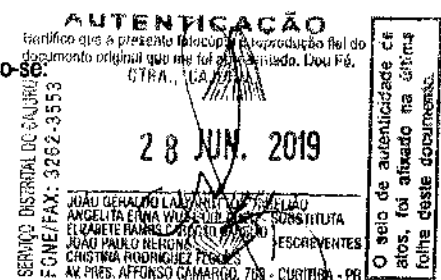
#### 1.5. ANTE-PROJETO DE LEI

Minutas de Anteprojeto de Lei acompanhadas de mapas em escala apropriada, destacando-se:

- a) Anteprojeto de Lei do Plano Diretor Municipal;
- b) Anteprojeto de Lei dos Perímetros Urbanos;
- c) Anteprojeto de Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano e Municipal;
- d) Anteprojeto de Lei de Parcelamento Urbano e Regularização Fundiária;
- e) Anteprojeto de Lei de Mobilidade;
- f) Anteprojeto de Lei do Código de Obras;
- g) Anteprojeto de Lei do Código de Posturas e Meio Ambiente;
- h) Anteprojeto de Lei da Compulsoriedade do Aproveitamento do Solo Urbano;
- i) Anteprojeto de Lei do Consórcio Imobiliário.

#### 1.5.1. PROCESSO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO MUNICIPAL

- a) Adequação da estrutura organizacional da Prefeitura;
- b) Organização do sistema de informações;
- c) Construção de indicadores para avaliação anual do processo de planejamento e gestão municipal.



CREA-PR

O SELO DE AUTENTICIDADE FOI ANEXADO NA ÚLTIMA FOLHA

0406

## 1.6. FASES - PLANO DE AÇÃO E INVESTIMENTOS

O Plano de Ações e Investimentos refere-se à análise sistêmica e à avaliação das estratégias de intervenção anteriormente formuladas, aglutinando as discussões que se desenvolveram no âmbito das reuniões com a Comissão de Acompanhamento e, também, nos eventos (oficinas e seminários) realizados junto às entidades estaduais e do município para a discussão das referidas estratégias, e dos critérios e diretrizes para o ordenamento territorial, mediante a definição das ações e projetos prioritários, para os próximos 05 (cinco) anos em compatibilidade com a projeção orçamentária. Apresentando a hierarquização de investimentos em infra-estrutura, equipamentos comunitários e ações institucionais, com a estimativa de custos aproximados.

E seguirá de elemento balizador para o município de Catanduvas atender à Lei Estadual nº 15.229 de 25 de julho de 2006, como também, à Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001.

## 1.7. AUDIÊNCIAS PÚBLICAS E OFICINAS DE CAPACITAÇÃO TÉCNICA

O Plano Diretor, que por intervir diretamente na cidade e na vida dos cidadãos, abre espaço para a participação da população, podendo haver interesses divergentes e até conflitantes, entretanto, com um objetivo comum, a distribuição mais justa dos pontos positivos e negativos existentes na vida da cidade. Assim sendo, foram realizadas audiências com a comunidade, a qual foi inserida no processo participativo de desenvolvimento do Plano Diretor e também oficinas de capacitação técnica com a equipe da Prefeitura e Comissão de Acompanhamento de Elaboração do Plano Diretor. A realização da Audiência e Oficina ficou sob responsabilidade da Prefeitura, com o apoio da equipe da Consultora.

O Município divulgou amplamente e com antecedência e, realizou 03 (três) audiências públicas e 04 (quatro) oficinas de capacitação, além de outras reuniões e consultas com a equipe da Prefeitura. Para as audiências foram convidados representantes da sociedade organizada, da população em geral, dos segmentos econômicos, além de representantes do governo e técnicos dos setores correlatos ao planejamento da prefeitura. A forma de divulgação das audiências foi feita por meio de ampla divulgação dos meios de comunicação, como rádio, jornal, panfletos, entre outros tipos de mídia. Os volumes correspondentes ao assunto a ser tratado nas audiências foram disponibilizados na Prefeitura Municipal para que a população pudesse se interar sobre o seu conteúdo e se preparar para a Audiência Pública, sendo livre o seu acesso a qualquer interessado.

As Audiências Públicas foram realizadas:

- 1ª Audiência Pública, ocorreu em 01 de dezembro de 2006 no Centro Cultural, às 19h;
- 2ª Audiência Pública, ocorreu em 23 de março de 2007 no Centro Cultural, às 19h;
- 3ª Audiência Pública, ocorreu em 18 de junho de 2006 no Salão Paroquial de Catanduvas, às 20h.

## 1.8. TREINAMENTO DA EQUIPE TÉCNICA MUNICIPAL E COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO

Os treinamentos tanto da Equipe Técnica Municipal quanto da Comissão de Acompanhamento de Elaboração do Plano Diretor se deram por meio de oficinas de capacitação. Ao todos foram realizadas 03 oficinas, sempre para discussão dos conteúdos que culminaram nos 05 produtos componentes do PDM.

A Equipe Técnica do Município de Catanduvas (Decreto nº 123/2006), foi composta por representantes dos setores correlatos na prefeitura. O treinamento foi feito de acordo com os seguintes aspectos: Embasamento Técnico-Administrativo-Legal do Plano Diretor, Avaliação Temática Integrada, Definição de Diretrizes e Proposições, Legislação Básica, Processo de Planejamento e Gestão Municipal, Plano de Ação, Indicadores e Implementação do Plano Diretor, de acordo com o Termo de Referência da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano - SEDU/PARANACIDADE.

A Comissão de Acompanhamento da Elaboração do Plano Diretor (Decreto nº 028/2007), foi composta por representantes da administração municipal e dos segmentos organizados da sociedade civil local. O treinamento da Comissão foi realizado referente aos aspectos de embasamento técnico-administrativo-legal do Plano Diretor; competências, organização e funcionamento da Comissão de Acompanhamento; e criação do Conselho de Desenvolvimento Municipal, assim como de suas atribuições, composição e funcionamento.

Curitiba, 26 de setembro de 2007.

**AUTENTICAÇÃO**  
Certifico que a presente fotocópia é reprodução fiel do documento original que me foi apresentado. Dou Fé.  
CURIBA, CA

28 JUN. 2007

SERVIÇO DISTRICTAL DE CALIURI  
FONE/FAX: 3252-3553

ROD. GENÉRALDO LACERDA, 1111 - JARDIM ANTONIA EMILIA WISSE, CURIBA, PR  
LUIZ CARLOS BASSO CARVALHO JUNIOR  
ADAC PAULO NEHRESE  
DANISTRA RODRIGUES FERREIRA  
EXCLUSIVO PARA  
AUTENTICAÇÃO DE CÓPIA  
FQJ10594

C-sec de autenticidade de atos, foi anexada na última folha deste documento.

SANDRA MAYUM NAKAMURA  
/CREA - 33.072/D  
ECOTÉCNICA TECNOLOGIA  
E CONSULTORIA LTDA.



Patricia Fornaza Ferrelra  
Escrevente

0407



# Município de Catanduvas

## Gestão 2005/2008

1356

### ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins, que a empresa **ECOTÉCNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA**, com sede à Maria Rita das Chagas Lima, 317 - Curitiba-PR Balmo São Braz CEP 82300-330, inscrita no CNPJ 02.610.553/0001-91 tendo como responsável técnica a Arquiteta e Urbanista **SANDRA MAYUMI NAKAMURA**, carteira profissional CREAPR-33072/D, prestou para a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS**, estabelecida à Avenida dos Pioneiros, nº 900 - Centro - Catanduvas/PR, os serviços referentes à **Elaboração do Plano Diretor Municipal (PDM) para o município de CATANDUVAS/PR**, tendo demonstrado Capacidade Técnica no fornecimento dos mesmos, nada constando em nossos arquivos que a desabone.

### CARACTERÍSTICAS DOS SERVIÇOS

Início dos serviços: 08/11/2006  
 Conclusão dos serviços: 08/06/2007  
 Objeto do contrato: Elaboração do Plano Diretor Municipal (PDM) para o município de Catanduvas/PR, em conformidade com o Termo de Referência da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano - SEDU/PARANACIDADE.

### EQUIPE TÉCNICA ECOTÉCNICA

Arquiteta e Urbanista Esp.	Vanessa Boscaro Fernandes	CREA - PR 70.332/D
Arquiteta e Urbanista Msc.	Patricia Costa Pellizzaro	CREA-PR 33.061-D
Arquiteta e Urbanista Msc.	Letícia Peret Antunes Hardt	CREA-PR 6.193-D
Especialista em Gestão em Engenharia Ambiental	Sandra Mayumi Nakamura	CREA - PR 33.072/D
Arquiteto e Urbanista	Marios Hardt	CREA-PR 74.601/D
Arquiteta e Urbanista	Ana Valéria B. dos Santos	CREA - PR 33.022/D
Contador	Anderson José Amâncio	CRC - PR 036.685/O-4
Economista	Elisabete Tiemi Arazaki	CORECON-PR 4963-8
Engenheiro Civil	Artur T. Magalhães Neto	CREA - PR 20.511/D
Engenheiro Civil/Sanitarista	Nilo Aihara	CREA - PR 33.072/D
Engenheira Agrônoma	Yumi Kajihara Hirono	CREA - SP 50.605/621-000 - CA
Engenheira Agrônoma	Juliana V. Bittencourt	CREA - PR 33.025/D
Engenheira Ambiental	Lidia Sayoko Tanaka	CREA-PR 88.431/D
Engenheiro Ambiental	Juliano Zamauskas Amaral	CREA-PR 88.132/D
Geólogo	Marcelus V.K. Borges	CREA - PR 33.072/D
Advogada	Lucia Benedita de C. Blicharski	OAB - PR 37.888
Acadêmica em Arq. e Urbanismo	Soraya Midori Bansho	
Acadêmica em Eng. Ambiental	Thalita Sayuri Miura	

### DESCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS

#### 1. ESCOPO E METODOLOGIA

A seguir, apresenta-se a metodologia e as técnicas utilizadas na execução das atividades, originando os produtos de cada uma das 05 fases do Plano, elencadas abaixo e assim, atingindo os objetivos traçados para o Plano Diretor Municipal - PDM de Catanduvas-PR.

Ainda, foram definidas, a partir das informações coletadas, a estruturação e instrumentação administrativa que foi necessária à adaptação da estrutura do Poder Público Municipal para a implementação do PDM e Leis Complementares.

#### 1.1. FASE 1 - PLANO DE TRABALHO

Corresponde ao documento que descreve o conteúdo e o processo de elaboração do PDM. Enfoca, principalmente, a metodologia estratégica, traçada pela equipe da ECOTÉCNICA Tecnologia e Consultoria Ltda.

AB 0408



# Município de Catanduvas

## Gestão 2005/2008

1357

### 1.2. FASE 2 - AVALIAÇÃO TEMÁTICA INTEGRADA

O processo de Avaliação Temática Integrada se realizou a partir da compilação, discussão e análise da equipe técnica multidisciplinar, dos dados disponibilizados pela Prefeitura Municipal de Catanduvas, IAP (Instituto Ambiental do Paraná), IPARDES (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social), IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), EMATER (Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural), PARANACIDADE e outras instituições pertinentes, com vistas a subsidiar o trabalho dos técnicos de cada uma das especialidades envolvidas, para posterior discussão e elaboração de um quadro síntese contendo as principais **Condiçõantes, Deficiências e Potencialidades**, assim como confecção de mapas temáticos pertinentes a cada tema. Foram avaliados os seguintes temas:

#### 1.2.1. CONTEXTUALIZAÇÃO REGIONAL

A contextualização regional sob os aspectos naturais e antrópicos, contemplou a vocação e o potencial estratégico do município de Catanduvas dentro da região, e focalizou os principais fatores que concorreram para o seu desenvolvimento. Foram imprescindíveis as especializações das informações, configuradas por meio de mapas temáticos georeferenciados. As informações coletadas nos levantamentos de dados em campo, assim como as informações contidas nos mapas confeccionados foram entregues em formato "dwg" (AUTOCAD 2006).

#### 1.2.2. CARACTERIZAÇÃO MUNICIPAL

A caracterização municipal foi mediante a abordagem dos seguintes temas principais, subdivididos em:

##### 1.2.2.1. ASPECTOS NATURAIS

###### a) Meio Físico

Foram identificadas as condições do clima, do ar, água, solo e subsolo. Através de análises de IAP e SUDERHSA e Prefeitura sobre a rede hídrica de superfícies e das análises existentes, foi possível avaliar qualitativamente a água, determinando, assim, possíveis problemas no uso do solo que pudessem comprometer a conservação da qualidade da água, além de prever a conservação ambiental, respeitando-se a legislação pertinente.

###### b) Meio Biológico

Foram enfocadas questões referentes à flora e fauna. Com base nos dados levantados, foram caracterizados os espaços para áreas de expansão urbana, conservação e preservação permanente, áreas públicas de lazer e arborização pública.

##### 1.2.2.2. SISTEMA ANTRÓPICO

###### a) Componente Especial

Foi realizada uma abordagem geral do uso e ocupação do solo urbano e rural mediante a caracterização da evolução da urbanização e do uso do solo, análise do parcelamento do solo e suas tendências de crescimento, questões fundiárias e aspectos atuais dos loteamentos do município, bolsões de pobreza e vazios urbanos, bem como determinação de parâmetros para monitoramento do uso e ocupação do solo. A partir de uma visão realista e sustentável, foram identificados e analisados os usos atuais, sua dependência econômica ou cultural e sua demanda (urbana e rural) para os próximos 10 anos, identificando os principais entraves espaciais existentes. Ocorreu igualmente, uma caracterização da infra-estrutura e serviços urbanos e regionais enfocando aspectos relevantes à circulação, sistema viário, saneamento, energia e comunicações. Assim, foi possível a identificação das áreas com infra-estrutura ociosa e as áreas ocupadas com precariedade de infra-estrutura, bem como um prognóstico para os próximos 10 anos. E uma avaliação da qualidade da paisagem. Ressalta-se que foram tomados por base os dados e estudos existentes no município referentes a este tema.

###### b) Componente Sócio-econômico

Para a Caracterização sócio-cultural foram analisados os sistemas de saúde, educação, ação social, além da questão populacional e demográfica. A caracterização econômica do município contemplou a análise dos setores produtivos, com especial enfoque às atividades rurais e do potencial de turismo rural.

###### c) Aspectos Institucionais

Foram caracterizadas as unidades administrativas da estrutura da Prefeitura Municipal e, o sistema de gestão relacionado ao planejamento e desenvolvimento do município, que se relacionam com a gestão do PDM Municipal. Igualmente, foi identificada a capacidade de investimento do município, situação atual de arrecadação, evolução anual e projeção para os próximos dez anos, considerando também possíveis fontes alternativas de recursos financeiros e possibilidade de realização de operações de crédito (capacidade de endividamento), além de impostos cobrados, taxas, contribuição de melhoria e demais tributos. Procedeu-se a uma análise da estrutura organizacional da administração municipal e dos agentes intervenientes ao plano diretor (secretarias, sociedade civil organizada e outros considerados relevantes). Esta análise teve o intuito de detectar a atuação das secretarias e sua influência na área, de forma a propor no desenvolvimento deste trabalho as possibilidades de atuação e inter-relação entre estes agentes, bem como, análises no sistema de informações municipais disponíveis para a gestão do desenvolvimento local (dados do Cadastro Técnico Imobiliário e Econômico e demais bancos de dados municipais, identificando-os).

**AUTENTICAÇÃO**  
Certifico que a presente fotocópia reproduz fielmente o documento original que me foi apresentado.  
CTBA, CA, 28 JUN 2019.

JOÃO GERALDO LAURINHO ZENNER  
ANSELMO FERREIRA  
JOÃO PAULO  
FAX: 3262-3333

28 JUN 2019

Este documento foi autenticado eletronicamente em 28/06/2019 às 14:09:00. Para mais informações consulte o site: www.ctba.org.br

109



# Município de Catanduvas

## Gestão 2005/2008

1358

Da legislação vigente identificou-se a adequação ou inadequação de cada um dos instrumentos, em relação a: (i) questões constitucionais, Lei Orgânica Municipal e demais leis federais, estaduais e municipais; (ii) questões físico-ambientais e (iii) adequação à realidade do uso e ocupação do solo existente.

As normas jurídicas (leis, decretos e outros atos administrativos) do Estado e Município pertinentes a este Plano foram coletadas em órgãos do Poder Executivo, Poder Legislativo, e em outros pertinentes.

### 1.2.3. CONDICIONANTES DEFICIÊNCIAS E POTENCIALIDADES

A análise de cada informação foi realizada individualmente, com suas inter-relações mencionadas e elencadas em um quadro síntese, permitindo uma visão ampla das condicionantes, deficiências e potencialidades locais, correspondentes. Possibilitando, assim, alcançar proposições preliminares de diretrizes para correção, minimização, prevenção ou compensação de deficiências e para valorização das potencialidades.

### 1.3. FASE 3 - DEFINIÇÃO DAS DIRETRIZES E PROPOSTAS

Inicialmente foram elaborados Eixos de desenvolvimento estratégico com suas respectivas diretrizes.

As diretrizes contemplaram os aspectos físico-especiais, de infra-estrutura e serviços público, socioeconômicas, ambientais e institucionais, que deram origem a ações, propostas para curto, médio e longo prazos. Incluiu-se também diretrizes para o estabelecimento de:

- a) política de desenvolvimento urbano e municipal;
- b) sistemática permanente de planejamento;
- c) propostas de projetos estruturais dos diversos setores estratégicos considerando a estimativa de custos e projeções orçamentárias municipais;
- d) dinamização e ampliação das atividades econômicas a fim de estruturar o fortalecimento da economia do município (emprego, renda e receitas);
- e) propostas, instrumentos e mecanismos referentes a:
  - i. ocupação do espaço, e expansão urbana
  - ii. distribuição equitativa dos usos
  - iii. hierarquização do sistema viário e articulação da mobilidade urbana
  - iv. controle do meio ambiente, saneamento e proteção aos elementos que caracterizam a identidade do município
  - v. arborização pública
  - vi. sistema de informações para o planejamento e gestão municipal
  - vii. diretrizes para a coleta e disposição final de resíduos sólidos, industriais e saúde
  - viii. instrumentos a serem adotados nos projetos de parcelamento, edificações, consultas prévias, alvarás, laudo de conclusão de obras e habite-se
  - ix. processos e recursos para a atualização permanente de instrumentos de política e planejamento territorial
  - x. parâmetros, ações e instrumentos para a regularização da situação fundiária ou diretrizes de uso das áreas que necessitam de desocupação
  - xi. diretrizes e proposições decorrentes das recomendações de órgãos e instituições

### 1.4. FASE 4 - PROPOSIÇÕES PARA A LEGISLAÇÃO BÁSICA E PROCESSO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO MUNICIPAL

#### 1.5. ANTE PROJETO DE LEI

Minutas de Anteprojeto de Lei acompanhadas de mapas em escala apropriada, destacando-se:

- a) Anteprojeto de Lei do Plano Diretor Municipal;
- b) Anteprojeto de Lei dos Perímetros Urbanos;
- c) Anteprojeto de Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano e Municipal;
- d) Anteprojeto de Lei de Parcelamento Urbano e Regularização Fundiária;
- e) Anteprojeto de Lei de Mobilidade;
- f) Anteprojeto de Lei do Código de Obras;
- g) Anteprojeto de Lei do Código de Posturas e Meio Ambiente;
- h) Anteprojeto de Lei da Compulsoriedade do Aproveitamento do Solo Urbano;
- i) Anteprojeto de Lei do Consórcio Imobiliário.

#### 1.5.1. PROCESSO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO MUNICIPAL

- a) Adequação da estrutura organizacional da Prefeitura;
- b) Organização do sistema de informações;
- c) Construção de indicadores para avaliação anual do processo de planejamento e gestão municipal.

**AUTENTICAÇÃO**  
 Este documento foi reproduzido fielmente do original que lhe foi apresentado. Dou Fé.  
 CÍTRIA - RA  
 28 JUN. 2019  
 SERVIDOR MUNICIPAL DO C.A.M. 3262-3  
 FONE/FAX: (41) 3334-3113  
 JOÃO GERALDO LAMARCA JUNIOR  
 ANGELITA ERNA WILSON DE SOUZA  
 ELIZABETE FÁBIO CARVALHO DE SOUZA  
 JOÃO PAULO NERON  
 CRISTINA RODRIGUES FERREZ  
 AV. PRES. AFFONSO CAMARGO, 763 - CURITIBA - PR

Selo de autenticidade de atos, fechos na última folha deste documento.

Handwritten signatures and initials: AB, 0410, and other marks.





# Município de Catanduvas

Gestão 2005/2008

1359

## 1.6. FASE 5- PLANO DE AÇÃO E INVESTIMENTOS

O Plano de Ações e Investimentos refere-se à análise sistêmica e à avaliação das estratégias de intervenção anteriormente formuladas, aglutinando as discussões que se desenvolveram no âmbito das reuniões com a Comissão de Acompanhamento e, também, nos eventos (oficinas e seminários) realizados junto às entidades estaduais e do município para a discussão das referidas estratégias, e dos critérios e diretrizes para o ordenamento territorial, mediante a definição das ações e projetos prioritários, para os próximos 05 (cinco) anos em compatibilidade com a projeção orçamentária. Apresentando a hierarquização de investimentos em infra-estrutura, equipamentos comunitários e ações institucionais, com a estimativa de custos aproximados.

E seguirá de elemento balizador para o município de Catanduvas atender à Lei Estadual nº 15.229 de 25 de julho de 2006, como também, à Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001.

## 1.7. AUDIÊNCIAS PÚBLICAS E OFICINAS DE CAPACITAÇÃO TÉCNICA

O Plano Diretor, que por intervir diretamente na cidade e na vida dos cidadãos, abre espaço para a participação da população, podendo haver interesses divergentes e até conflitantes, entretanto, com um objetivo comum, a distribuição mais justa dos pontos positivos e negativos existentes na vida da cidade. Assim sendo, foram realizadas audiências com a comunidade, a qual foi inserida no processo participativo de desenvolvimento do Plano Diretor e também oficinas de capacitação técnica com a equipe da Prefeitura e Comissão de Acompanhamento de Elaboração do Plano Diretor. A realização da Audiência e Oficina ficou sob responsabilidade da Prefeitura, com o apoio da equipe da Consultora.

O Município divulgou amplamente e com antecedência e, realizou 03 (três) audiências públicas e 04 (quatro) oficinas de capacitação, além de outras reuniões e consultas com a equipe da Prefeitura. Para as audiências foram convidados representantes da sociedade organizada, da população em geral, dos segmentos econômicos, além de representantes do governo e técnicos dos setores correlatos ao planejamento da prefeitura. A forma de divulgação das audiências foi feita por meio de ampla divulgação dos meios de comunicação, como rádio, jornal, panfletos, entre outros tipos de mídia. Os volumes correspondentes ao assunto a ser tratado nas audiências foram disponibilizados na Prefeitura Municipal para que a população pudesse se informar sobre o seu conteúdo e se preparar para a Audiência Pública, sendo livre o seu acesso a qualquer interessado.

As Audiências Públicas foram realizadas:

- 1ª Audiência Pública, ocorreu em 01 de dezembro de 2006 no Centro Cultural, às 19h;
- 2ª Audiência Pública, ocorreu em 23 de março de 2007 no Centro Cultural, às 19h;
- 3ª Audiência Pública, ocorreu em 18 de junho de 2006 no Salão Paroquial de Catanduvas, às 20h.

## 1.8. TREINAMENTO DA EQUIPE TÉCNICA MUNICIPAL E COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO

Os treinamentos tanto da Equipe Técnica Municipal quanto da Comissão de Acompanhamento de Elaboração do Plano Diretor se deram por meio de oficinas de capacitação. Ao todo foram realizadas 03 oficinas, sempre para discussão dos conteúdos que culminaram nos 05 produtos componentes do PDM.

A Equipe Técnica do Município de Catanduvas (Decreto nº 123/2006), foi composta por representantes dos setores correlatos na prefeitura. O treinamento foi feito de acordo com os seguintes aspectos: Embasamento Técnico-Administrativo-Legal do Plano Diretor Municipal, Avaliação Temática Integrada, Definição de Diretrizes e Proposições, Legislação Básica, Processo de Planejamento e Gestão Municipal, Plano de Ação, Indicadores e Implementação do Plano Diretor Municipal, de acordo com o Termo de Referência da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano - SEDU/PARANACIDADE.

A Comissão de Acompanhamento da Elaboração do Plano Diretor (Decreto nº 028/2007), foi composta por representantes da administração municipal e dos segmentos organizados da sociedade civil local. O treinamento da Comissão foi realizado referente aos aspectos de embasamento técnico-administrativo-legal do Plano Diretor, competências, organização e funcionamento da Comissão de Acompanhamento; e criação do Conselho de Desenvolvimento Municipal, assim como de suas atribuições, composição e funcionamento.

CATANDUVAS, 27 de setembro de 2007.

*Aldeir Bernart*

**ALDOIR BERNART**  
Prefeito Municipal de Catanduvas

**AUTENTICAÇÃO**  
Certifica que a presente fotocópia representa fiel e fiel documento original que me foi apresentado, Dou Fé.  
GTBA, B. 0411

**TABELIONATÁRIO**  
ALDOIR BERNART

JOÃO PAULO LAURITTO  
ANGELITA ERANA MULLER DE  
CABETE RAMOS CARRETTI DA  
LÍDIA FRALDO PERON  
CRISTINA ROSAQUE FONSECA  
AN. PREG. AFFONSO CAMARGO, 763

SERVIÇO DISTRI. DO CAJURU  
FONE/FAX: 3432-3553

228

Autenticação de Cópias

Escritório



CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA  
ESTADO DO PARANÁ

# Certidão de Acervo Técnico

**ARQUITETA E URBANISTA**  
**SANDRA MAYUMI NAKAMURA**  
Carteira Profissional:PR-33072/D

Acervo Técnico Nº.:**340/2008**  
Protocolo Nº.:**2007/00309851**

ART Nº.....:3040671224 0..... Registrada:08/06/2007.....

ART Co-Respons.....:..... ART Vinculada:.....

Empresa Executora...:ECOTECNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA.....

Contratante(s).....:PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS.....

Tipo de Contrato.....:OUTROS.....

Atividade Técnica...:SUPERVISÃO, COORDENAÇÃO, ORIENTAÇÃO TÉCNICA.....

Área de Competência:PLANEJAMENTO URBANO.....

Tipo de Obra/Serviço:PLANEJAMENTO FÍSICO DO TERRENO URBANO, RURAL E REGIONAL.....

Serviço Contratado...:PROJETO.....

OUTROS.....

Dimensão.....:1,00 UNID..... Área Existente:.....

Área Ampliada.....:..... Área de Reforma:.....

Local da Obra.....:AVENIDA DOS PIONEIROS, 900 CENTRO.....

Município/Estado....:CATANDUVAS/PR.....

Data de Início.....:08/11/2006..... Data de Conclusão:08/06/2007.....

Docto de Conclusão..:DECLARAÇÃO PROFISSIONAL.....

Descr. Compl. Serv.:ELABORAÇÃO DE PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE CATANDUVAS-PR CONFORME CONTRATO Nº004/2006 FIRMADO ENTRE AS PARTES E DE ACORDO COM A LEI FEDERAL Nº10.257/01 - ESTATUTO DA CIDADE PARTICIPAÇÃO DO PROFISSIONAL: COORDENAÇÃO GERAL.....

Observação.....:.....

**AUTENTICAÇÃO**  
Certifico que a presente cópia é reprodução fiel do documento original, que me foi apresentado.  
Dou fé.  
CITAJURU

SERVIÇO DISTRITAL DO CAJURU  
FONE/FAX 3262-3553

28 JUN 2009



Eduardo Gerônimo Alves de Moraes  
Escritor

Handwritten signature and initials



CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ

Certidão de Acervo Técnico

LIDIA SAYOKO TANAKA

Carteira Profissional: PR-87131/D RNP Nº.: 1700658964
Acervo Técnico Nº.: 1068/2018 Protocolo Nº.: 2018/00068893
Selos de autenticidade: A 055377, A 055378, A 055379, A 055380, A 055381, A 055382, A 055383, A 055384, A 055385, A 055386, A 055387, A 055388

ART Nº.: 3044807007 0 Registrada: 19/12/2006
ART Vinculada: 3040671054 0
Empresa Executora:
Contratante(s): ECOTÉCNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA - CNPJ/CPF: 02610553/0001-91
Tipo de Contrato: SUBEMPREITADA
Atividade Técnica: OUTRAS ATIVIDADES
Área de Competência: SERVIÇOS AFINS E CORRELATOS EM SANEAMENTO E MEIO-AMBIENTE
Tipo de Obra/Serviço: OUTRAS OBRAS/SERVIÇOS
Serviço Contratado: EXECUÇÃO OUTROS
Dimensão: 1,00 UNID. Área Existente: 0,00 UNID
Área Ampliada: 0,00 UNID Área de Reforma: 0,00 UNID
Local da Obra: MARIA RITA DE CHAGAS LIMA, 317 SÃO BRAZ
Município/Estado: CURITIBA/PR
Data de Início: 01/06/2006 Data de Conclusão: 20/12/2006
Docto de Conclusão: VIDE DESCR. COMPLEMENTAR
Descr. Compl. Serv.: TRATA-SE DE ART VINCULADA A ART Nº 3040671054 MOTIVO DA VINCULAÇÃO: PROFISSIONAL DA ÁREA DE ENGENHARIA AMBIENTAL PROFISSIONAL INTEGRANTE DA EQUIPE MULTIDICPLINAR DE ELABORAÇÃO DO PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE RIO NEGRO-PR NOS TERMOS DA LEI FEDERAL Nº 10527/01- ESTATUTO DO PROFISSIONAL: ESTUDOS DOS ASPECTOS DE INFRA ESTRUTURA E MEIO AMBIENTE. (VIDE-VERSO). A PRESENTE ART REFERE-SE A CONTRATO DE SUBEMPREITADA LAVRADO ENTRE A EMPRESA ECOTÉCNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA E A PROFISSIONAL LÍDIA SAYOKO TANAKA CONFORME ART DE EXECUÇÃO DE OBRA Nº 3040671054 ANOTADA EM 21/11/2006 PELA PROFISSIONAL SANDRA MAYUMI NAKAMURA CREAPR Nº 33072/D

Observação:

AUTENTICAÇÃO
Certifico que a presente fotocópia é reprodução fiel do documento original que me foi apresentado.
Dois.
SERVIDOR DISTRIAL DO CAJURU
FONE/FAX 3262-3553
28 JUN 2019
PATRICIA FORMAZA FERREIRA
Av. P... 10591
CURITIBA - PR

Patricia Formaza Ferreira
Escrevente



Ecotécnica – Tecnologia e Consultoria Ltda.  
 Rua Felipe Camarão 303 - Bairro Rebouças  
 Curitiba – PR – CEP 80215-040  
 Fone/Fax (41) 3026-8639

1362

## ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

A ECOTÉCNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA, com sede à Maria Rita das Chagas Lima, 317 – Curitiba-PR Bairro São Braz CEP 82300-330, inscrita no CNPJ 02.610.553/0001-91 tendo como responsável técnica a Arquiteta e Urbanista SANDRA MAYUMI NAKAMURA, atesta para os devidos fins, que o profissional LÍDIA SAYOKO TANAKA, Engenheira Ambiental, carteira profissional CREA – PR 87.131/D, participou da **Elaboração do Plano Diretor Municipal (PDM) para o município de Rio Negro/PR**, estabelecida à Rua Juvenal Ferreira Pinto, nº 2070 – Bairro Seminário – Rio Negro/PR, tendo demonstrado Capacidade Técnica no fornecimento dos mesmos, nada constando em nossos arquivos que a desabone.

## CARACTERÍSTICAS DOS SERVIÇOS

Início dos serviços: 01/06/2006  
 Conclusão dos serviços: 20/12/2006  
 Objeto do contrato: Elaboração do Plano Diretor Municipal (PDM) para o município de Rio Negro/PR, em conformidade com o Termo de Referência da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano – SEDU/PARANACIDADE.

## EQUIPE TÉCNICA ECOTÉCNICA

Especialista em Gestão em Engenharia Ambiental	Sandra Mayumi Nakamura	CREA – PR 33.072/D
Arquiteta e Urbanista	Ana Valéria B. dos Santos	CREA – PR 33.022/D
Arquiteta urbanista Msc.	Vanessa Boscaro Fernandes	CREA – PR 70.332/D
Arquiteto e Urbanista	Lóris Carlos Guesse	CREA – PR 3.640/D
Engenheira Agrônoma	Yumi Kajihara Hirono	CREA – SP 5060576216/D
Economista	Elisabete Tieme Arazaki	CORECON – PR 4963-8
Advogada	Lucia Benedita de C. Blicharski	OAB – PR 37.951
Contador	Anderson José Amâncio	CRC – PR 036.685/O-4
Geólogo	Marcelus V.K. Borges	CREA – PR 32.742/D
Engenheiro Florestal Dr.	André E.B. de Lacerda	CREA – PR 29.983/D
Engenheiro Civil	Artur Teixeira Magalhães Neto	CREA – PR 20.511/D
Engenheira Ambiental	Lidia Sayoko Tanaka	CREA-PR 87.131/D
Engenheiro Civil/Sanitarista	Nilo Aihara	CREA-PR 8.040/D
Turismóloga	Giovana Gorh	
Engenheiro Ambiental	Juliano Zamauskas Amaral	CREA-PR 87.132/D

**DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE**  
 O selo de autenticidade de  
 atos, tal afrete na última  
 folha deste documento.

28 JUN 2009

## DESCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS

### 1. ESCOPO E METODOLOGIA

A seguir, apresenta-se a metodologia e as técnicas utilizadas na execução das atividades, originando os produtos de cada uma das 05 fases do Plano, elencadas abaixo e assim, atingindo os objetivos traçados para o Plano Diretor Municipal – PDM, de acordo com o Termo de Referência do PARANACIDADE.

Ainda, foram definidas, a partir das informações coletadas, a estruturação e instrumentação administrativa que foi necessária à adaptação da estrutura do Poder Público Municipal para a implementação do PDM e Leis Complementares.

#### 1.1. FASE 1 - PLANO DE TRABALHO

Corresponde ao documento que descreve o conteúdo e o processo de elaboração do PDM. Enfoca, principalmente, a metodologia estratégica, traçada pela equipe da Ecotécnica Tecnologia e Consultoria Ltda.

#### 1.2. FASE 2 - AVALIAÇÃO TEMÁTICA INTEGRADA

O processo de Avaliação Temática Integrada se realizou a partir da compilação, discussão e análise da equipe técnica multidisciplinar, dos dados disponibilizados pela Prefeitura Municipal de Rio Negro, IAP (Instituto Ambiental do Paraná), IPARDES (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social), IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), EMATER (Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural), COMEC (Coordenação da Região Metropolitana), PARANACIDADE e outras instituições pertinentes, com vistas a subsidiar

CREA-PR

O SELO DE AUTENTICIDADE FOI ANEXADO NA ÚLTIMA FOLHA

0414



Ecotécnica - Tecnologia e Consultoria Ltda.  
Rua Felipe Camarão 303 - Bairro Rebouças  
Curitiba - PR - CEP 80215-040  
Fone/Fax (41) 3026-8639

o trabalho dos técnicos de cada uma das especialidades envolvidas, para posterior discussão e elaboração de um quadro síntese contendo as principais Condicionantes, Deficiências e Potencialidades. Foram avaliados os seguintes temas:

**1.2.1. Contextualização Regional**

A contextualização regional sob os aspectos naturais e antrópicos, contemplou a vocação e o potencial estratégico do município de Rio Negro dentro da região, e focalizou os principais fatores que concorreram para o seu desenvolvimento. Foram imprescindíveis as espacializações das informações, configuradas por meio de mapas temáticos georreferenciados. As informações coletadas nos levantamentos de dados em campo, assim como as informações contidas nos mapas confeccionados foram entregues em formato "dwg" (AUTOCAD 2002).

**1.2.2. Caracterização Municipal**

A caracterização municipal foi mediante a abordagem dos seguintes temas principais, subdivididos em:

**1.2.2.1. Aspectos Naturais**

**a) Meio Físico**

Foram identificados as condições do clima, do ar, água, solo e subsolo. Através de análises das informações obtidas na SANEPAR, IAP e SUDERHSA e Prefeitura sobre a rede hídrica de superfícies e das análises existentes das águas dos poços existentes, foi possível avaliar qualitativamente a água, determinando, assim, possíveis problemas no uso do solo que possam comprometer a conservação da qualidade da água, além de prever a conservação ambiental, respeitando-se a legislação pertinente.

**b) Meio Biológico**

Foram enfocadas questões referentes à flora e fauna. Com base nos dados levantados, foram caracterizados os espaços para áreas de expansão urbana, conservação e preservação permanente, áreas públicas de lazer e arborização pública.

**1.2.2.2. Sistema Antrópico**

**a) Componente Espacial**

Foi realizada uma abordagem geral do uso e ocupação do solo urbano e rural mediante a caracterização da evolução da urbanização e do uso do solo, análise do parcelamento do solo e suas tendências de crescimento, questões fundiárias e aspectos atuais dos loteamentos do município, bolsões de pobreza e vazios urbanos, bem como determinação de parâmetros para monitoramento do uso e ocupação do solo. A partir de uma visão realista e sustentável, foram identificados e analisados os usos atuais, sua dependência econômica ou cultural e sua demanda (urbana e rural) para os próximos 10 anos, identificando os principais entraves espaciais existentes. Ocorreu igualmente, uma caracterização da infra-estrutura e serviços urbanos e regionais enfocando aspectos relevantes à circulação; sistema viário; saneamento; energia e comunicações. Assim, foi possível a identificação das áreas com infra-estrutura ociosa e as áreas ocupadas com precariedade de infra-estrutura, bem como um prognóstico para os próximos 10 anos. E uma avaliação da qualidade da paisagem. Ressalta-se que foram tomados por base os dados e estudos existentes no município referentes a este tema.

**b) Componente Sócio-econômico**

Para a Caracterização sócio-cultural foram analisados os sistemas de saúde, educação e ação social, além da questão populacional e demográfica. A caracterização econômica do município contemplou a análise das atividades produtivas, com especial enfoque às atividades rurais e do potencial de turismo rural.

**c) Aspectos Institucionais**

Foram caracterizadas as unidades administrativas da estrutura da Prefeitura Municipal e, o sistema de gestão relacionado ao planejamento e desenvolvimento do município, que se relacionam com a gestão do PDM. Igualmente, foi identificada a capacidade de investimento do município, situação atual de arrecadação, evolução anual e projeção para os próximos dez anos, considerando também possíveis fontes alternativas de recursos financeiros e possibilidade de realização de operações de crédito (capacidade de endividamento), além de impostos cobrados, taxas, contribuição de melhoria e demais tributos.

Procederam a uma análise da estrutura organizacional da administração municipal e dos agentes intervenientes ao plano diretor (secretarias, sociedade civil organizada e outros considerados relevantes). Esta análise foi o intuito de detectar a atuação das secretarias e sua influência na área, de forma a propor no desenvolvimento deste trabalho as possibilidades de atuação e inter-relação entre estes agentes, bem como, análises no sistema de informações municipais disponíveis para a gestão do desenvolvimento local (dados do Cadastro Técnico Imobiliário e Econômico e demais bancos de dados municipais, identificando-os).

Stamp: SELO DE AUTENTICIDADE DO DOCUMENTO. Date: 28 JUN. 2019. Includes a list of names: ELIZABETH RAMUS CARVALHO DA SILVA, JOAO PAULO NERONI, CRISTINA ROSAQUEZ FLORES, AV. PIERRE AFFONSO CAMARAO, 793 - CURITIBA - PR.



Da legislação vigente foi a adequação ou inadequação de cada um dos instrumentos, em relação a: (i) questões constitucionais, Lei Orgânica Municipal e demais leis federais, estaduais e municipais; (ii) questões físico-ambientais e (iii) adequação à realidade do uso e ocupação do solo existente.

As normas jurídicas (leis, decretos e outros atos administrativos) do Estado e Município pertinentes a este Plano foram coletadas em órgãos do Poder Executivo, Poder Legislativo, e em outros pertinentes.

### 1.2.2.2. CONDICIONANTES, DEFICIÊNCIAS E POTENCIALIDADES

A análise de cada informação foi realizada individualmente, com suas inter-relações mencionadas e elencadas em um quadro síntese, permitindo uma visão ampla das condicionantes, deficiências e potencialidades locais, correspondentes. Possibilitando, assim, alcançar proposições preliminares de diretrizes para correção, minimização, prevenção ou compensação de deficiências e para valorização das potencialidades.

### 1.3. FASE 3 - DEFINIÇÃO DAS DIRETRIZES E PROPOSTAS

Foram elaboradas diretrizes para as ações institucionais, socioeconômicas e ambientais como também para os aspectos físico-espaciais, de infra-estrutura e serviços públicos, contemplando especificamente propostas para curto, médio e longo prazos, incluindo diretrizes para o estabelecimento de:

- a) política de desenvolvimento urbano e municipal;
- b) sistemática permanente de planejamento;
- c) propostas de projetos estruturais dos diversos setores estratégicos considerando a estimativa de custos e projeções orçamentárias municipais;
- d) dinamização e ampliação das atividades econômicas a fim de estruturar o fortalecimento da economia do município (emprego, renda e receitas);
- e) propostas, instrumentos e mecanismos referentes a:
  - i. ocupação do espaço, e expansão urbana;
  - ii. distribuição equitativa dos usos;
  - iii. hierarquização do sistema viário e articulação da mobilidade urbana;
  - iv. controle do meio ambiente, saneamento e proteção aos elementos que caracterizam a identidade do município;
  - v. arborização pública;
  - vi. sistema de informações para o planejamento e gestão municipal;
  - vii. diretrizes para a coleta e disposição final de resíduos sólidos, industriais e de saúde;
  - viii. instrumentos a serem adotados nos projetos de parcelamento, edificações, consultas prévias, alvarás, laudo de conclusão de obras e habite-se;
  - ix. processos e recursos para a atualização permanente de instrumentos de política e planejamento territorial;
  - x. parâmetros, ações e instrumentos para a regularização da situação fundiária ou diretrizes de uso das áreas que necessitam de desocupação;
  - xi. diretrizes e proposições decorrentes das recomendações de órgãos e instituições.

### 1.4. FASE 4 - PROPOSIÇÕES PARA A LEGISLAÇÃO BÁSICA E PROCESSO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO MUNICIPAL

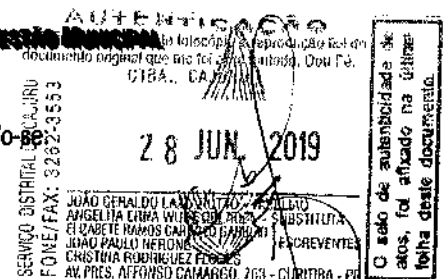
#### 1.5. ANTE PROJETO DE LEI

Minutas de Anteprojeto de Lei acompanhadas de mapas em escala apropriada, destacando-se:

- a) Anteprojeto de Lei do Plano Diretor Municipal;
- b) Anteprojeto de Lei do Perímetro urbano e expansão urbana;
- c) Anteprojeto de Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano e Rural;
- d) Anteprojeto de Lei de Parcelamento do solo;
- e) Anteprojeto de Lei de Mobilidade;
- f) Anteprojeto de Lei do Código de Obras;
- g) Anteprojeto de Lei do Código de Posturas;
- h) Anteprojeto de Lei do Consórcio Imobiliário;
- i) Anteprojeto de Lei do Direito de Preempção.

#### 1.5.1. PROCESSO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO MUNICIPAL

- a) Adequação da estrutura organizacional da Prefeitura;
- b) Organização do sistema de informações;
- c) Construção de indicadores para avaliação anual do processo de planejamento e gestão municipal.



C solo de autenticidade de atos, foi afixado na última folha deste documento.

CREA-PR

O SELO DE AUTENTICIDADE FOI ANEXADO NA ÚLTIMA FOLHA

0416



Ecotécnica – Tecnologia e Consultoria Ltda.  
 Rua Felipe Camarão 305 - Bairro Rebouças  
 Curitiba - PR - CEP 80215-040  
 Fone/Fax (41) 3026-8639

1365)

**1.6. FASES - PLANO DE AÇÃO E INVESTIMENTOS**

Os Planos de Ações referem-se à análise sistêmica e à avaliação das estratégias de intervenção anteriormente formuladas, aglutinando as discussões que se desenvolveram no âmbito das reuniões com a Comissão de Acompanhamento e, também, nos eventos (oficinas e seminários) realizados junto às entidades estaduais e do município para a discussão das referidas estratégias, e dos critérios e diretrizes para o ordenamento territorial, mediante a definição das ações e projetos prioritários, para os próximos 05 (cinco) anos em compatibilidade com a projeção orçamentária. Apresentando a hierarquização de investimentos em infra-estrutura, equipamentos comunitários e ações institucionais, com a estimativa de custos aproximados.  
 E seguirá de elemento balizador para o município de Rio Negro atender ao Decreto Estadual nº. 2581 de 17 de fevereiro de 2004.

**1.7. AUDIÊNCIAS PÚBLICAS**

O Plano Diretor, que por intervir diretamente na cidade e na vida dos cidadãos, abre espaço para a participação da população, podendo haver interesses divergentes e até conflitantes, entretanto, com um objetivo comum, a distribuição mais justa dos pontos positivos e negativos existentes na vida da cidade. Assim sendo, foram realizadas audiências com a comunidade, a qual foi inserida no processo de desenvolvimento do Plano Diretor. A realização da Audiência ficou sob responsabilidade da Prefeitura, com o apoio da equipe da Consultora.  
 O Município divulgou amplamente e com antecedência e realizou 03 (três) audiências públicas. Foram convidados representantes da sociedade organizada, da população em geral, dos segmentos econômicos, além de representantes do governo e técnicos dos setores correlatos ao planejamento da prefeitura. A forma de divulgação desta audiência foi feita por meio de ampla divulgação dos meios de comunicação, como rádio, jornal, panfletos, entre outros tipos de mídia. O documento foi disponibilizado na Prefeitura Municipal para que a população pudesse se interar sobre o seu conteúdo e se preparar para a Audiência Pública, sendo livre o seu acesso a qualquer interessado.

**1.8. TREINAMENTO DA EQUIPE TÉCNICA MUNICIPAL E COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO**

Os treinamentos tanto da Equipe Técnica Municipal quanto da Comissão de Acompanhamento de Elaboração do Plano Diretor se deram por meio de oficinas de capacitação. Ao todos foram realizadas 05 oficinas, sempre para discussão dos conteúdos que culminaram nos 05 produtos componentes do PDM.  
 A Equipe Técnica do Município de Rio Negro, foi composta por representantes dos setores correlatos na prefeitura. O treinamento foi feito de acordo com os seguintes aspectos: Embasamento Técnico-Administrativo-Legal do Plano Diretor, Avaliação Temática Integrada, Definição de Diretrizes e Proposições, Legislação Básica, Processo de Planejamento e Gestão Municipal, Plano de Ação, Indicadores e Implementação do Plano Diretor, de acordo com o Termo de Referência da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano – SEDU/PARANACIDADE.  
 A Comissão de Acompanhamento da Elaboração do Plano Diretor (Decreto nº 012/2006), foi composta por representantes da administração municipal e dos segmentos organizados da sociedade civil local. O treinamento da Comissão foi realizado referentes aos aspectos de embasamento técnico-administrativo-legal do Plano Diretor, competências, organização e funcionamento da Comissão de Acompanhamento; e criação do Conselho de Desenvolvimento Municipal, assim como de suas atribuições, composição e funcionamento.

Curitiba, 28 de Setembro de 2007.

**AUTENTICAÇÃO**  
 Certifica que a presente fotocópia é reprodução fiel do documento original que me foi apresentado. Dou fé.  
 CTBA., CA

28 JUN. 2019

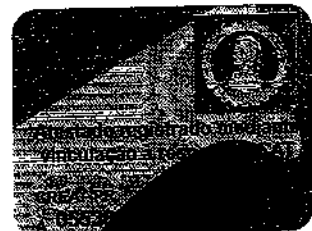
Serviço Registral do Calouro  
 FONE/FAX: 3062-3553

Exclusivo para  
 Autenticação de Cópia  
 FQJ10592

O selo de autenticidade de  
 atos, foi afixado na última  
 folha deste documento.

SANDRA MAYUMI NAKAMURA  
 CREA - 33.072/D

ECOTÉCNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA.



Patricia Fornaza Ferreira  
 Escrevente

0417



# PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRO

ESTADO DO PARANÁ

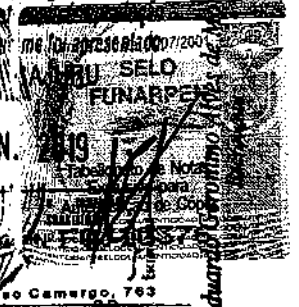
AUTENTICAÇÃO

CNPJ N.º 76.002.6

Certifico que a presente  
fôr do documento original  
Dou fé.

SERVIÇO MUNICIPAL DO CAMRNU  
ONEIX 3262-3553

28 JUN 2007



## ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins, que a empresa **ECOTÉCNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA**, com sede à Maria Rita das Chagas Lima, 317 – Curitiba-PR Bairro São Braz CEP 82300-330, inscrita no CNPJ 02.610.553/0001-91 tendo como responsável técnica a Arquiteta e Urbanista **SANDRA MAYUMI NAKAMURA**, carteira profissional CREA-PR-33072/D, prestou para a **PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRO**, estabelecida à Rua Juvenal Ferreira Pinto, 2070 Rio Negro-PR, os serviços referentes à **Elaboração do Plano Diretor Municipal (PDM) para o município de Rio Negro/PR**, tendo demonstrado Capacidade Técnica no fornecimento dos mesmos, nada constando em nossos arquivos que a desabone.

### CARACTERÍSTICAS DOS SERVIÇOS

Início dos serviços: 01/06/2006  
Conclusão dos serviços: 10/08/2007  
Objeto do contrato: Elaboração do Plano Diretor Municipal (PDM) para o município de Rio Negro /PR, em conformidade com o Termo de Referência da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano – SEDU/PARANACIDADE.

### EQUIPE TÉCNICA ECOTÉCNICA

Arquiteta e Urbanista Msc.	Sandra Mayumi Nakamura	CREA – PR 33.072/D
Arquiteto e Urbanista Msc.	Ana Valéria B. dos Santos	CREA – PR 33.022/D
Arquiteta e Urbanista	Lóris Carlos Guesse	CREA - PR 3.640/D
Arquiteta e Urbanista Esp.	Vanessa Boscaro Fernandes	CREA – PR 70.332/D
Engenheiro Civil/Sanitarista	Nilo Aihara	CREA – PR 8.040/D
Engenheira Ambiental	<del>Lidia Sayoko Tanaka</del>	CREA-PR-87131/D
Engenheiro Ambiental	Juliano Zarnauskas Amaral	CREA-PR-87132/D
Engenheira Agrônoma	Yumi Kajihara Hirono	CREA – SP 5060576216/D
Engenheira Agrônoma Msc.	Juliana V. Bittencourt	CREA – PR 64.253/D
Engenheiro Florestal Dr.	André E.B. de Lacerda	CREA – PR 29.983/D
Geólogo	Marcelus V.K. Borges	CREA – PR 32.742/D
Advogada	Lucia Benedita de C. Blicharski	OAB – PR 37.951
Turismóloga	Giovana Gohr Serenato	Cadastro Min. Turismo n.º 1688208
Economista	Elisabete Tieme Arazaki	CORECON – PR 4963-8
Economista	Vera Lúcia R. Pedroso	CORECON 6.886
Contador	Anderson José Amâncio	CRC – PR 036.685/O-4
Acadêmica em Arq. e Urbanismo	Soraya Midori Bansho	
Acadêmica em Arq. e Urbanismo	Thalita Sayuri Miura	
Acadêmica em Arq. e Urbanismo	Cheila Juliane Miquelasso	

R: Juvenal Ferreira Pinto, n.º 2070, Bairro Seminário - Caixa Postal n.º 63 - Fone / Fax: (047) - 642-3280 - CEP 83.880-000 - Email: [secobras@pmrn.com.br](mailto:secobras@pmrn.com.br)

0418





# PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRO

1367

ESTADO DO PARANÁ

AUTENTICAÇÃO

CNPJ N.º 76.002.661/0001

SELO  
L.º 13.228 de 18/07/2001  
FIEL DO DOCUMENTO ORIGINAL, MEU PRESENTE  
CITIA MAJURO

28 JUN. 2011

SERVIÇO ORÇAMENTAL DO CARIJU  
FONEIXA: 3262-3553

Av. Pires do Góes, 763  
Curitiba, PR.

## DESCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS

### PRODUTO 1: PLANO DE TRABALHO

Documento entregue onde estão descritos o conteúdo e o processo e o cronograma das atividades a serem desenvolvidas.

### PRODUTO 02: ATI - AVALIAÇÃO TEMÁTICA INTEGRADA

Realização do levantamento de informações junto à Prefeitura Municipal de Rio Negro, IAP (Instituto Ambiental do Paraná), IPARDES (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social), IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), EMATER (Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural), PARANACIDADE e outras instituições pertinentes, com vistas a subsidiar o trabalho dos técnicos de cada uma das especialidades envolvidas. Elaboração do diagnóstico através da compilação, discussão e análise da equipe técnica multidisciplinar juntamente com a Equipe técnica da prefeitura e comissão de acompanhamento do PDM. Que culminou na elaboração de um quadro síntese contendo as principais **Condicionantes, Deficiências e Potencialidades** do município e região, assim como confecção de mapas temáticos pertinentes a cada tema. Temas avaliados:

❖ **Contextualização Regional:** A contextualização regional sob os aspectos naturais e antrópicos, contemplou a vocação e o potencial estratégico do município de Rio Negro dentro da região, e os principais fatores que concorreram para o seu desenvolvimento.

❖ **Caracterização Municipal:** A caracterização municipal subdividiu-se em:

#### o Aspectos Naturais

a) **Meio Físico:** Foram identificadas as condições do clima, do ar, água, solo e subsolo através de análises das informações obtidas na SANEPAR, IAP e SUDERHSA determinando, assim, possíveis problemas no uso do solo que pudessem comprometer a conservação da qualidade da água, além de prever a conservação ambiental, respeitando-se a legislação pertinente.

b) **Meio Biológico:** Foram enfocadas questões referentes à flora e fauna. Com base nos dados levantados, foram caracterizados os espaços para áreas de expansão urbana, conservação e preservação permanente, áreas públicas de lazer e arborização pública.

#### o Sistema Antrópico

a) **Componente Espacial:** Foi realizada uma abordagem geral do uso e ocupação do solo urbano e rural mediante a caracterização da evolução da urbanização e do uso do solo, análise do parcelamento do solo e suas tendências de crescimento, questões fundiárias e aspectos atuais dos loteamentos do município, bolsões de pobreza e vazios urbanos e avaliação da qualidade da paisagem. Ocorreu igualmente, uma caracterização da infra-estrutura e serviços urbanos enfocando aspectos relevantes à circulação, sistema viário, saneamento, energia e comunicações. Assim, foi possível a identificação das áreas com infra-estrutura ociosa e as áreas ocupadas com precariedade de infra-estrutura. Ressalta-se que foram tomados por base os dados e estudos existentes no município referentes a este tema.

b) **Componente Sócio-econômico:** Para a Caracterização sócio-cultural foram analisados os sistemas de saúde, educação, ação social, além da questão populacional e demográfica. A caracterização econômica do município contemplou a análise dos setores produtivos, com especial enfoque às atividades rurais e do potencial de turismo rural.

c) **Aspectos Institucionais:** Foram caracterizadas as unidades administrativas da estrutura da Prefeitura Municipal e, o sistema de gestão relacionado ao planejamento e desenvolvimento do município, que se relacionam com a gestão do PDM. Igualmente, foi identificada a capacidade de investimento do município, situação atual de arrecadação, evolução anual e projeção para os próximos dez anos, considerando também possíveis fontes alternativas de recursos financeiros e possibilidade de realização de operações de crédito (capacidade de endividamento), além de impostos cobrados, taxas, contribuição de melhoria e demais tributos. Procedeu-se a uma análise



# PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRO

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ N.º 76.002.641/0001-47

da estrutura organizacional da administração municipal e dos agentes intervenientes ao plano diretor (secretarias, sociedade civil organizada e outros considerados relevantes). Esta análise teve o intuito de detectar a atuação das secretarias e sua influência na área, de forma a propor no desenvolvimento deste trabalho as possibilidades de atuação e inter-relação entre estes agentes, bem como, análises no sistema de informações municipais disponíveis para a gestão do desenvolvimento local (dados do Cadastro Técnico Imobiliário e Econômico e demais bancos de dados municipais, identificando-os). Da legislação vigente identificou-se a adequação ou inadequação de cada um dos instrumentos, em relação a: (i) questões constitucionais, Lei Orgânica Municipal e demais leis federais, estaduais e municipais; (ii) questões físico-ambientais e (iii) adequação à realidade do uso e ocupação do solo existente. As normas jurídicas (leis, decretos e outros atos administrativos) do Estado e Município pertinentes a este Plano foram coletadas em órgãos do Poder Executivo, Poder Legislativo, e em outros pertinentes.

❖ **Condicionantes, Deficiências e Potencialidades:** A análise de cada informação foi realizada individualmente, com suas inter-relações mencionadas e elencadas em um quadro síntese, permitindo uma visão ampla das condicionantes, deficiências e potencialidades locais, possibilitando, assim, alcançar proposições preliminares de diretrizes para correção, minimização, prevenção ou compensação de deficiências e para valorização das potencialidades.

### **PRODUTO 3: DEFINIÇÃO DAS DIRETRIZES E PROPOSTAS**

Inicialmente foram elaborados Eixos de desenvolvimento estratégico com suas respectivas diretrizes. As diretrizes contemplaram os aspectos físico-espaciais, de infra-estrutura e serviços público, socioeconômicas, ambientais e institucionais, que deram origem a ações, propostas com prazo: imediato, curto, médio ou longo. A definição dos eixos, diretrizes e ações buscaram estabelecer:

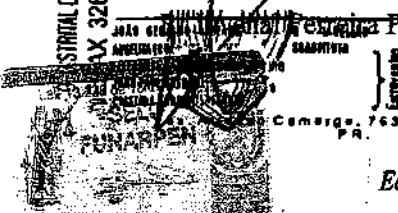
- a) política de desenvolvimento urbano e municipal;
- b) sistemática permanente de planejamento;
- c) propostas de projetos estruturais dos diversos setores estratégicos considerando a estimativa de custos e projeções orçamentárias municipais;
- d) dinamização e ampliação das atividades econômicas a fim de estruturar o fortalecimento da economia do município (emprego, renda e receitas);
- e) propostas, instrumentos e mecanismos referentes a:
  - i. ocupação do espaço, e expansão urbana
  - ii. distribuição equitativa dos usos
  - iii. hierarquização do sistema viário e articulação da mobilidade urbana
  - iv. controle do meio ambiente, saneamento e proteção aos elementos que caracterizem a identidade do município
  - v. arborização pública
  - vi. sistema de informações para o planejamento e gestão municipal
  - vii. diretrizes para a coleta e disposição final de resíduos sólidos, industriais e saúde
  - viii. instrumentos a serem adotados nos projetos de parcelamento, edificações, consultas prévias, alvarás, laudo de conclusão de obras e habite-se
  - ix. processos e recursos para a atualização permanente de instrumentos de política e planejamento territorial

metros, ações e instrumentos para a regularização da situação fundiária ou diretrizes de uso das áreas que necessitam de desocupação e proposições decorrentes das recomendações de órgãos e instituições

**AUTENTICAÇÃO**  
Certifico que a presente cópia é reprodução fiel do documento original que me foi apresentado.  
Dou fé.  
C/RAJURO

28 JUN. 2019

ESTRADA DO CAMARU  
AX 3262-3553



Endereço: Rua Santa Catarina Pinto, n.º 2070, Bairro Seminário - Caixa Postal n.º 63 - Fone / Fax: (047) - 642-3280 - CEP 83.880-000 - Email: [secobras@pmrn.com.br](mailto:secobras@pmrn.com.br)

Eduardo Geronimo Alves de Moraes

0420

*[Handwritten signatures and initials]*



# PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRO

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ N.º 76.002.641/0001-47

## PRODUTO 4A - PROCESSO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO MUNICIPAL

- Adequação da estrutura organizacional da Prefeitura;
- Organização do sistema de informações;
- Construção de indicadores para avaliação anual do processo de planejamento e gestão municipal.

## PRODUTO 4B - PROPOSIÇÕES PARA A LEGISLAÇÃO BÁSICA E PROCESSO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO MUNICIPAL

Minutas de Anteprojeto de Lei acompanhadas de mapas em escala apropriada, destacando-se:

- Anteprojeto de Lei do Plano Diretor Municipal;
- Anteprojeto de Lei do Perímetro Urbano;
- Anteprojeto de Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano e Rural;
- Anteprojeto de Lei de Mobilidade;
- Anteprojeto de Lei de Parcelamento do solo;
- Anteprojeto de Lei de da Política de Regularização Fundiária;
- Anteprojeto de Lei do Código de Obras;
- Anteprojeto de Lei do Código de Posturas;
- Anteprojeto de Lei da Outorga Onerosa;
- Anteprojeto de Lei do Consórcio Imobiliário;
- Anteprojeto de Lei do Direito de Preempção.

## PRODUTO 5 - PLANO DE AÇÕES E INVESTIMENTOS

O Plano de Ações e Investimentos refere-se à análise sistêmica da avaliação das estratégias de intervenção anteriormente formuladas, aglutinando as discussões que se desenvolveram no âmbito das reuniões com a Comissão de Acompanhamento e, também, nos eventos (oficinas e seminários) realizados junto às entidades estaduais e do município para a discussão das referidas estratégias, e dos critérios e diretrizes para o ordenamento territorial, mediante a definição das ações e projetos prioritários, para os próximos 05 (cinco) anos em compatibilidade com a projeção orçamentária. Apresentando a hierarquização de investimentos em infra-estrutura, equipamentos comunitários e ações institucionais, com a estimativa de custos aproximados.

E seguirá de elemento balizador para o município de Rio Negro atender à Lei Estadual n° 15.229 de 25 de julho de 2006, como também, à Lei Federal n° 10.257, de 10 de julho de 2001.

## AUDIÊNCIAS PÚBLICAS, OFICINAS DE CAPACITAÇÃO E REUNIÕES TÉCNICAS

O Plano Diretor, que por intervir diretamente na cidade e na vida dos cidadãos, abre espaço para a participação da população, podendo haver interesses divergentes e até conflitantes, entretanto, com um objetivo comum, a distribuição mais justa dos pontos positivos e negativos existentes na vida da cidade. Assim sendo, foram realizadas audiências com a comunidade, a qual foi inserida no processo participativo de desenvolvimento do Plano Diretor e também oficinas de capacitação técnica com a equipe da Prefeitura e Comissão de Acompanhamento. A realização da Audiência e Oficina ficou sob responsabilidade da Prefeitura, com o apoio da equipe da Consultora.

Foram realizadas 03 (três) audiências públicas, 04 (quatro) oficinas de capacitação e 04 (quatro) reuniões técnicas. Para as audiências foram convidados representantes da sociedade organizada, da população em geral, dos segmentos econômicos, além de representantes do governo e técnicos dos setores correlatos ao planejamento da prefeitura. O material correspondente ao assunto a ser tratado nas audiências foram disponibilizados na Prefeitura Municipal para que a população pudesse se interar sobre o seu conteúdo e se preparar para a Audiência Pública, sendo livre o seu acesso a qualquer interessado.

R: Juvenal Ferreira Pinto, n.º 2070, Bairro Seminário - Caixa Postal n.º 63 - Fone / Fax: (047) - 642-3280 - CEP 83.880-000 - Email: [secobras@pbrn.com.br](mailto:secobras@pbrn.com.br)

0421



# PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRO

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ N.º 76.002.641/0001-47

Os treinamentos tanto da Equipe Técnica Municipal quanto da Comissão de Acompanhamento de Elaboração do Plano Diretor se deram por meio de oficinas de capacitação para discussão dos conteúdos que culminaram nos 05 produtos componentes do PDM.

O treinamento foi feito de acordo com os seguintes aspectos: Embasamento Técnico-Administrativo-Legal do Plano Diretor, Avaliação Temática Integrada, Definição de Diretrizes e Proposições, Legislação Básica, Processo de Planejamento e Gestão Municipal, Plano de Ações, Indicadores e Implementação do Plano Diretor, de acordo com o Termo de Referência da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano – SEDU/PARANACIDADE.

Rio Negro 03 de outubro de 2007.

TABELIAO  
AERCIO PEREIRA

*[Handwritten signature]*  
Alceu Ricardo Swarowski  
Prefeito Municipal

**AUTENTICAÇÃO**  
Certifico que a presente cópia é reprodução fiel do documento original que me foi apresentado.  
Dou fé.

SERVIÇO DISTRITAL DO CAJURU  
FONE/FAX 3262-3553

2007  
SELO  
Ler 13.226 de 18/07/2001

Av. P. ...  
CURITIBA

*[Handwritten signature]*

LO. TABELIAO - AERCIO PEREIRA  
Fone: (47)642-0594 - Rio Negro - Paraná

RECONHECO e dou fé a(s) firma(s) de:  
CNPJ 73611-ALCEU RICARDO SWAROWSKI.....  
por SEMELHANÇA.

Em testemunho da verdade  
Rio Negro, 03 de Outubro de 2007

*[Handwritten signature]*

Tabelaio  
Aercio P.  
R.  
A.  
S.



CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA  
ESTADO DO PARANÁ

# Certidão de Acervo Técnico

**ARQUITETA E URBANISTA**  
**SANDRA MAYUMI NAKAMURA**  
Carteira Profissional: PR-33072/D

Acervo Técnico Nº.: **340/2008**  
Protocolo Nº.: **2007/00309851**

ART Nº.....:3040671054 0..... Registrada:19/12/2006.....

ART Co-Respons.....:..... ART Vinculada:.....

Empresa Executora...:ECOTECNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA.....

Contratante(s).....:PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRO.....

Tipo de Contrato.....:OUTROS.....

Atividade Técnica...:SUPERVISÃO, COORDENAÇÃO, ORIENTAÇÃO TÉCNICA.....

Área de Competência.:PLANEJAMENTO URBANO.....

Tipo de Obra/Serviço:PLANEJAMENTO FISICO DO TERRENO URBANO, RURAL E REGIONAL.....

Serviço Contratado..:PROJETO.....

..... OUTROS.....

Dimensão.....:1,00 UNID..... Área Existente:.....

Área Ampliada.....:..... Área de Reforma:.....

Local da Obra.....:RUA JUVENAL FERREIRA PINTO, 2070 SEMINÁRIO.....

Município/Estado...:RIO NEGRO/PR.....

Data de Início.....:01/06/2006..... Data de Conclusão:20/12/2006.....

Docto de Conclusão.:DECLARAÇÃO PROFISSIONAL.....

Descr. Compl. Serv...:ELABORAÇÃO DE PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE RIO NEGRO-PR CONFORME CONTRATO Nº073/2006 FIRMADO ENTRE AS PARTES E DE ACORDO COM A LEI FEDERAL Nº10.257/01 - ESTATUTO DA CIDADE PARTICIPAÇÃO DO PROFISSIONAL: COORDENAÇÃO GERAL.....

Observação.....:.....

*Gerardo Geronimo Alves de Moraes*  
Escrivente

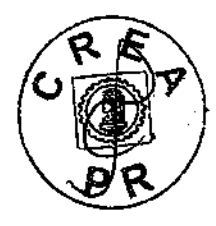
SELO  
AUTENTICADOR  
20 JUN. 2013

Certifico que este documento é fiel do documento original.  
Doutor

SERVIÇO DISTRITAL DO CAJURU  
FONE/FAX 3262-3553

JOÃO REIS  
ARQUITETA SANDRA MAYUMI NAKAMURA  
ESTABELECE DADOS PARA O CADASTRO  
JOSÉ PAULO  
CONTINUA DADOS

Av. Pres. Castelo Branco, 753  
Curitiba PR



*[Handwritten signatures and initials]*



CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO PARANÁ

## Certidão de Acervo Técnico

### LIDIA SAYOKO TANAKA

Carteira Profissional: PR-87131/D

RNP Nº.: 1700658964

Acervo Técnico Nº.: 1068/2018

Protocolo Nº.: 2018/00068893

Selos de autenticidade: A 055377, A 055378, A 055379, A 055380, A 055381, A 055382, A 055383, A 055384, A 055385, A 055386, A 055387, A 055388

ART Nº.: 20172200107 0 ..... Registrada: 24/05/2017.....  
 ART Vinculada.: 20172199761 0 .....  
 Empresa Executora.: .....  
 Contratante(s).....: ECOTÉCNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA - CNPJ/CPF:  
 02.610.553/0001-91.....  
 Tipo de Contrato.....: SUBEMPREGATADA.....  
 Atividade Técnica...: ASSISTÊNCIA, ASSESSORIA E CONSULTORIA.....  
 Área de Competência.: SERVIÇOS AFINS E CORRELATOS EM SANEAMENTO E  
 MEIO-AMBIENTE.....  
 Tipo de Obra/Serviço: ASSISTÊNCIA / ASSESSORIA / CONSULTORIA.....  
 Serviço Contratado...: ASSISTÊNCIA/ASSESSORIA/CONSULTORIA.....  
 Dimensão.....: 1,00 UNID..... Área Existente: 0,00 UNID .....  
 Área Ampliada.....: 0,00 UNID ..... Área de Reforma: 0,00 UNID .....  
 Dados Complementares: 0,00 .....  
 Local da Obra.....: PRAÇA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, 11 CENTRO.....  
 Município/Estado....: PALMEIRA/PR.....  
 Data de Início.....: 20/11/2015..... Data de Conclusão: 26/05/2017.....  
 Docto de Conclusão...: DECLARAÇÃO PROFISSIONAL.....  
 Descr. Compl. Serv...: DESENVOLVIMENTO PLANO DE MOBILIDADE URBANA E DE  
 TRANSPORTE URBANO E RURAL DE PALMEIRA, CONTEMPLANDO  
 AS SEGUINTE ATIVIDADES: - COLETA E  
 SISTEMATIZAÇÃO DE DADOS (PESQUISAS DE DEMANDA, BASE  
 VIÁRIA, LINHAS E SERVIÇOS E CARACTERÍSTICAS DO  
 SISTEMA) - DIAGNÓSTICO DO SISTEMA ATUAL (ANÁLISE DE  
 DEMANDA, DISTRIBUIÇÃO TEMPORAL, ESPACIAL, ANÁLISE DE  
 OFERTA, INDICADORES DE PRODUTIVIDADE) - MARCO  
 REGULATÓRIO (ANÁLISE JURÍDICA E INSTITUCIONAL) -  
 PROGNÓSTICO (MODELAGEM DE SISTEMAS DE TRANSPORTE E  
 TRÁFEGO COM SOFTWARE DE MODELAGEM, MODELOS DE  
 DEMANDA) - PROJETO BÁSICO (ELABORAÇÃO, PREVISÃO DE  
 DEMANDA, CONCEPÇÃO DE SISTEMA, ADEQUAÇÃO DE TRAÇADOS,  
 MODELAGEM DE CONCESSÃO DE SERVIÇOS, VIABILIDADE  
 ECONÔMICA) - PROGRAMA DE MONITORAMENTO  
 PROFISSIONAL RESPONSÁVEL PELOS ASPECTOS AMBIENTAIS

Observação.....: .....

**AUTENTICAÇÃO**  
 Certifico que a presente cópia é reprodução  
 fiel do documento original que me foi apresentado.

Dou fé.

28 JUN. 2019

0424

SERVIÇO DISTRITAL DO CAJURU

FONE/FAX 3262-3553

Av. Pires

Curitiba

Patricia Formaza Ferreira

Escrevente

055389



### ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

A **ECOTÉCNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA**, com sede à Maria Rita das Chagas Lima, 317 – Curitiba-PR Bairro São Braz CEP 82300-330, inscrita no CNPJ 02.610.553/0001-91 tendo como responsável técnica a Arquiteta e Urbanista **SANDRA MAYUMI NAKAMURA**, carteira profissional CAU-PR A28547-1, atesta para os devidos fins, que a profissional **LIDIA SAYOKO TANAKA**, engenheira ambiental, carteira profissional CREA – PR 87.131/D, participou da **Elaboração do Plano de Mobilidade Urbana – PMU e o Plano de Transporte Coletivo Urbano e Rural, com o Desenvolvimento do Projeto Básico para o Novo Sistema de Transporte Coletivo** para o município de Palmeira - PR, tendo demonstrado Capacidade Técnica no fornecimento dos mesmos, nada constando em nossos arquivos que a desabone.

### CARACTERÍSTICAS DOS SERVIÇOS

Início dos serviços: 20/11/2015  
Conclusão dos serviços: 26/05/2017  
Objeto do contrato: Elaboração do Plano de Mobilidade Urbana – PMU e o Plano de Transporte Coletivo Urbano e Rural, com o Desenvolvimento do Projeto Básico para o Novo Sistema de Transporte Coletivo para o município de Palmeira – PR.  
Local da obra: Praça Marechal Floriano Peixoto, 11 Bairro Centro. CEP: 84.130-000. Palmeira - PR

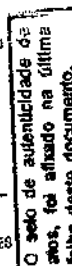
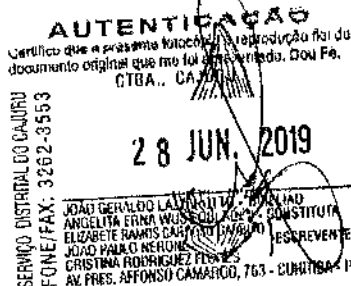
### EQUIPE TÉCNICA

Engenheira Civil Esp.	Vanessa F. Kerecz Godoi	CREA-PR 95.580/D
Engenheiro Civil	Tiago Otto Martins	CREA-PR 89.680-D
Arquiteta e Urbanista Esp	Sandra Mayumi Nakamura	CAU-PR A28547-1
Arquiteto e Urbanista	Gustavo Domingues Gaspari	CAU-PR 159214-9
Engenheiro Civil Esp	Nilo Aihara	CREA-PR 8.040/D
Engenheiro Ambiental	Lidia Sayoko Tanaka	CREA-PR 87.131/D
Engenheira Ambiental	Carolina Hirafuji S. Pedroni	CREA-PR 87.020/D
Tec. Processos Ambientais	Conrado Folle Weber	-
Advogada Esp.	Márcia Valéria Santos Barbosa	OAB-PR 61291

### Equipe de Apoio

Acadêmica em Arquitetura e Urbanismo  
Acadêmica em Arquitetura e Urbanismo  
Acadêmica em Arquitetura e Urbanismo  
Acadêmica em Engenharia Civil

Amanda Carolina Santos Motta  
Ana Julia Madalozo Molinari Gonçalves  
Fernanda Maria Capitão Vigário Marchi  
Luisa Raquel Santos Motta



**CREA-PR**

O SELO DE AUTENTICIDADE FOI ANEXADO NA ÚLTIMA FOLHA

0425



## DESCRIÇÃO DO PROJETO

Elaboração do Plano de Mobilidade Urbana – PMU e o Plano de Transporte Coletivo Urbano e Rural, com o Desenvolvimento do Projeto Básico para o Novo Sistema de Transporte Coletivo para o município de Palmeira – PR., considerando diretrizes preconizadas pela Política Nacional de Mobilidade Urbana (Lei Federal nº 12.587/12), Estatuto da Cidade (Lei no 10.257 de 10 de julho de 2001), Programa 2048 – Mobilidade Urbana e Trânsito e PAC – Programa de Aceleração do Crescimento.  
Em 2010, conforme dados do IBGE, o município de Palmeira possuía um adensamento populacional de 22,04 hab./km<sup>2</sup> (32.123 habitantes/ área territorial de 1.470 km<sup>2</sup> aprox.).

## DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS

Foram realizadas as seguintes etapas:

### ETAPA 01 – MOBILIDADE URBANA

Envolveu as atividades de preparação e organização do Plano de Mobilidade Urbana e Plano de Transporte Coletivo Urbano e Rural. A análise prévia teve como objetivo caracterizar uma expectativa do que poderá vir a ser o plano e organizar previamente as fontes de informação e de consulta, envolvendo os técnicos locais, dirigentes públicos e demais membros da equipe envolvida, obtendo uma apreciação geral da característica e dos problemas de mobilidade do município de Palmeira. Para realizar esta análise, foram solicitados alguns dados de fontes secundárias, obtidos através da coleta, leitura, análise e sistematização de informações colhidas em documentos existentes no Município, como é o caso de Leis, decretos, planos existentes, dados estatísticos, dados e informações do Transporte coletivo, projetos e outros tipos de informação documental.

### ETAPA 02 – DIAGNÓSTICO E PROGNÓSTICO

Esta etapa consistiu no levantamento de dados físicos e operacionais em campo e nas atividades de elaboração, execução e análise crítica dos dados resultantes das pesquisas de campo e simulações computacionais.

#### 1.1 Diagnóstico

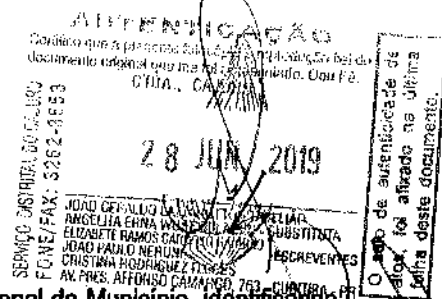
Esta etapa consistiu nas atividades de elaboração, execução e análise crítica dos dados resultantes das pesquisas de campo e simulações computacionais.

- ✓ Análise Das Pesquisas Realizadas
- ✓ Construção Do Modelo Computacional
- ✓ Modelagem da demanda
- ✓ Simulação do Sistema Atual de Transporte Coletivo

#### 2.1 Prognóstico

A etapa de prognóstico consistiu na caracterização da evolução populacional do Município, identificando sua magnitude e espacialização, bem como a interação com os sistemas de transporte propostos para o Município. Esta etapa é requerida para se antever situações que poderão advir do crescimento urbano em relação à mobilidade urbana, por meio de projeções do crescimento espontâneo, isto é, caso não haja nenhuma intervenção sobre eles, das demandas por deslocamentos nos vários modos e seu impacto.

- ✓ Identificação dos Vetores de Crescimento Populacional Urbano
- ✓ Identificação dos Vetores de Crescimento Transporte Coletivo e Privado
- ✓ Projeções dos Indicadores para 15 Anos



CREA-PR

O SELO DE AUTENTICIDADE FOI  
ANEXADO NA ÚLTIMA FOLHA

0426





- ✓ Análise da malha viária
- ✓ Análise da regulamentação do transporte coletivo, táxi, e escolar
- ✓ Análise da organização da gestão pública dos transportes

**ETAPA 03 – DIRETRIZES E PROPOSTAS**

Esta etapa envolveu o desenvolvimento das propostas a partir da identificação dos problemas existentes com base nos levantamentos realizados em campo bem como reuniões de discussão com o corpo técnico do Município, onde a partir da identificação dos conflitos de tráfego, dos problemas apontados no transporte coletivo e de outros modais se formulam medidas para solução ou mitigação destes conflitos.

**ETAPA 04 – CONSOLIDAÇÃO DO PLANO DE MOBILIDADE E PROJETO BÁSICO DO TRANSPORTE COLETIVO**

Nesta etapa foram concebidas soluções, propostas, diretrizes, ações, enfim, um conjunto de medidas partindo da análise da situação atual e do prognóstico realizados anteriormente e debatidos com a sociedade.

No que tange o Projeto de Transporte Coletivo é elabora o Projeto Básico, documento que defini as regras de operação para o sistema após o processo de regularização de concessão do serviço de transporte coletivo.


- ✓ Apresentação e Discussão das Propostas
- ✓ Ajustes e Detalhamento das Propostas
- ✓ Consolidação do Plano
- ✓ Audiências Públicas


**ETAPA 05 – INSTRUMENTAÇÃO DO PLANO DE MOBILIDADE E APOIO PARA A CONCEPÇÃO DO MODELO DE CONCESSÃO DE TRANSPORTE COLETIVO**

Nesta etapa foi elaborada a minuta de projeto de lei dispondo sobre as diretrizes da mobilidade no município e as gestões políticas e legislativas associadas ao trâmite da matéria.

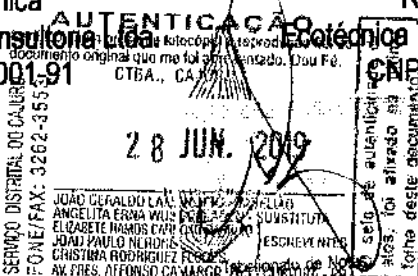
Para tanto, foram realizadas avaliações e triagens no conteúdo do plano, identificando os aspectos que devem ser tratados pelo Legislativo Municipal (normas e diretrizes) e os que são exclusiva iniciativa do Executivo Municipal (desenvolvimento de projetos e investimentos).

Curitiba, 06 de junho de 2017.

  
 Sandra Mayumi Nakamura  
 Sócia – administrativa  
 Responsável Técnica

  
 Nilo Aihara  
 Engenheiro Civil – CREA-PR 8.040/D  
 Responsável Técnico

Ecotécnica Tecnologia e Consultoria Ltda. Ecotécnica Tecnologia e Consultoria Ltda. 0427  
 CNPJ: 02.610.553/0001-91 CNPJ: 02.610.553/0001-91



Patricia Fornaza Ferreira  
 Escrevente  
 F0J10590





PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA  
ESTADO DO PARANÁ  
GABINETE DO PREFEITO

### ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins, que a empresa **ECOTÉCNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA**, com sede à Maria Rita das Chagas Lima, 317 - Curitiba/PR, Bairro: São Braz - CEP 82.300-330, inscrita no CNPJ 02.610.553/0001-91 tendo como responsáveis técnicos a Arquiteta e Urbanista **SANDRA MAYUMI NAKAMURA**, carteira profissional CAU-PR A28547-1 e o Engenheiro **NILO AIHARA**, carteira profissional CREA-PR 8040/D, prestou para a **PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA**, inscrita no CNPJ 76.179.829/0001-65, representada pelo Prefeito Edir Havrechaki, os serviços referentes à **Elaboração do Plano de Mobilidade Urbana - PMU e o Plano de Transporte Coletivo Urbano e Rural, com o Desenvolvimento do Projeto Básico para o Novo Sistema de Transporte Coletivo** para o município de Palmeira - PR, tendo demonstrado Capacidade Técnica no fornecimento dos mesmos, nada constando em nossos arquivos que a desabone.

### CARACTERÍSTICAS DOS SERVIÇOS

Início dos serviços: 20/11/2015  
 Conclusão dos serviços: 26/05/2017  
 Objeto do contrato: Elaboração do Plano de Mobilidade Urbana - PMU e o Plano de Transporte Coletivo Urbano e Rural, com o Desenvolvimento do Projeto Básico para o Novo Sistema de Transporte Coletivo para o município de Palmeira - PR.  
 Local da obra: Praça Marechal Floriano Peixoto, 11 Bairro Centro. CEP: 84.130-000. Palmeira - PR

### EQUIPE TÉCNICA

#### Coordenação

Engenheira Civil Esp.	Vanessa F. Kerecz Godoi	CREA-PR 95.580/D
Engenheiro Civil	Tiago Otto Martins	CREA-PR 89.680-D
Arquiteta e Urbanista Esp	Sandra Mayumi Nakamura	CAU-PR A28547-1

#### Equipe técnica

Arquiteto e Urbanista	Gustavo Domingues Gaspari	CAU-PR 159214-9
Engenheiro Civil Esp	Nilo Aihara	CREA-PR 8.040/D
Engenheiro Ambiental	Lídia Sayoko Tanaka	CREA-PR 87.131/D
Engenheira Ambiental	Carolina Hirafuji S. Pedroni	CREA-PR 87.020/D
Tec. Processos Ambientais	Conrado Folle Weber	-
Advogada Esp.	Márcia Valéria Santos Barbosa	OAB-PR 61291





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA**  
ESTADO DO PARANÁ  
GABINETE DO PREFEITO

**Equipe de Apoio**

Acadêmica em Arquitetura e Urbanismo.  
Acadêmica em Arquitetura e Urbanismo  
Acadêmica em Arquitetura e Urbanismo  
Acadêmica em Engenharia Civil

Amanda Carolina Santos Motta  
Ana Julia Madalozo Molinari Gonçalves  
Fernanda Maria Capitão Vigário Marchi  
Luisa Raquel Santos Motta

**DESCRIÇÃO DO PROJETO**

Elaboração do Plano de Mobilidade Urbana - PMU e o Plano de Transporte Coletivo Urbano e Rural, com o Desenvolvimento do Projeto Básico para o Novo Sistema de Transporte Coletivo para o município de Palmeira - PR., considerando diretrizes preconizadas pela Política Nacional de Mobilidade Urbana (Lei Federal nº 12.587/12), Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257 de 10 de julho de 2001), Programa 2048 - Mobilidade Urbana e Trânsito e PAC - Programa de Aceleração do Crescimento.

Em 2010, conforme dados do IBGE, o município de Palmeira possuía um adensamento populacional de 22,04 hab./km<sup>2</sup> (32.123 habitantes/ área territorial de 1.470 km<sup>2</sup> aprox.).

**DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS**

Foram realizadas as seguintes etapas:

**ETAPA 01 - MOBILIZAÇÃO INICIAL**

Envolveu as atividades de preparação e organização do Plano de Mobilidade Urbana e Plano de Transporte Coletivo Urbano e Rural. A análise prévia teve como objetivo caracterizar uma expectativa do que poderá vir a ser o plano e organizar previamente as fontes de informação e de consulta, envolvendo os técnicos locais, dirigentes públicos e demais membros da equipe envolvida, obtendo uma apreciação geral da característica e dos problemas de mobilidade do município de Palmeira. Para realizar esta análise, foram solicitados alguns dados de fontes secundárias, obtidos através da coleta, leitura, análise e sistematização de informações colhidas em documentos existentes no Município, como é o caso de Leis, decretos, planos existentes, dados estatísticos, dados e informações do Transporte coletivo, projetos e outros tipos de informação documental.

**ETAPA 02 - DIAGNÓSTICO E PROGNÓSTICO**

Esta etapa consistiu no levantamento de dados físicos e operacionais em campo e nas atividades de elaboração, execução e análise crítica dos dados resultantes das pesquisas de campo e simulações computacionais.

**1.1 Diagnóstico**

Esta etapa consistiu nas atividades de elaboração, execução e análise crítica dos dados resultantes das pesquisas de campo e simulações computacionais.

- ✓ Análise Das Pesquisas Realizadas
- ✓ Construção Do Modelo Computacional
- ✓ Modelagem da demanda





PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA  
ESTADO DO PARANÁ  
GABINETE DO PREFEITO

- ✓ Simulação do Sistema Atual de Transporte Coletivo

### 2.1 Prognóstico

A etapa de prognóstico consistiu na caracterização da evolução populacional do Município, identificando sua magnitude e espacialização, bem como a interação com os sistemas de transporte propostos para o Município. Esta etapa é requerida para se antever situações que poderão advir do crescimento urbano em relação à mobilidade urbana, por meio de projeções do crescimento espontâneo, isto é, caso não haja nenhuma intervenção sobre eles, das demandas por deslocamentos nos vários modos e seu impacto.

- ✓ Identificação dos Vetores de Crescimento Populacional Urbano
- ✓ Identificação dos Vetores de Crescimento Transporte Coletivo e Privado
- ✓ Projeções dos Indicadores para 15 Anos
- ✓ Análise da malha viária
- ✓ Análise da regulamentação do transporte coletivo, táxi e escolar
- ✓ Análise da organização da gestão pública dos transportes

### ETAPA 03 - DIRETRIZES E PROPOSTAS

Esta etapa envolveu o desenvolvimento das propostas a partir da identificação dos problemas existentes com base nos levantamentos realizados em campo bem como reuniões de discussão com o corpo técnico do Município, onde a partir da identificação dos conflitos de tráfego, dos problemas apontados no transporte coletivo e de outros modais se formulam medidas para solução ou mitigação destes conflitos.

### ETAPA 04 - CONSOLIDAÇÃO DO PLANO DE MOBILIDADE E PROJETO BÁSICO DO TRANSPORTE COLETIVO

Nesta etapa foram concebidas soluções, propostas, diretrizes, ações, enfim, um conjunto de medidas partindo da análise da situação atual e do prognóstico realizados anteriormente e debatidos com a sociedade.

No que tange o Projeto de Transporte Coletivo é elabora o Projeto Básico, documento que defini as regras de operação para o sistema após o processo de regularização de concessão do serviço de transporte coletivo.

- ✓ Apresentação e Discussão das Propostas
- ✓ Ajustes e Detalhamento das Propostas
- ✓ Consolidação do Plano
- ✓ Audiências Públicas

### ETAPA 05 - INSTITUCIONALIZAÇÃO DO PLANO DE MOBILIDADE E APOIO PARA A CONCEPÇÃO DO MODELO DE CONCESSÃO DE TRANSPORTES COLETIVO

Nesta etapa foi elaborada a minuta de projeto de lei dispondendo sobre as diretrizes da mobilidade no município e as gestões políticas e legislativas associadas ao trâmite da matéria.



Certidão nº 461886/2018 - 14/09/2018, 12:24 - Chave de Impressão: CA9ADZ912B3V54Z02Y0  
O atestado neste ato registrado foi emitido em 14/09/2018, e contém 6 folhas



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA**  
ESTADO DO PARANÁ  
GABINETE DO PREFEITO

Para tanto, foram realizadas avaliações e triagens no conteúdo do plano, identificando os aspectos que devem ser tratados pelo Legislativo Municipal (normas e diretrizes) e os que são exclusiva iniciativa do Executivo Municipal (desenvolvimento de projetos e investimentos).

Curitiba, 04 de setembro de 2018.

**Prefeitura Municipal de Palmeira**  
**Prefeito Edir Havrechaki**  
CPF: 028.032.159-77



Este documento encontra-se registrado no Conselho de Arquitetura e Urbanismo, vinculado à Certidão De Acervo Técnico Com Atestado nº 461886, emitida em 14/09/2018



**Conselho de Arquitetura e Urbanismo**  
**CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO COM ATESTADO**  
 Lei Nº 12378 de 31 de Dezembro de 2010

**CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO COM ATESTADO**  
**Nº 0000000461886**



Validade: Indeterminada

CERTIFICAMOS, para os devidos fins, que consta em nossos arquivos o registro de Acervo referente ao(s) Registro(s) de Responsabilidade Técnica - RRTs abaixo discriminado(s):

**DADOS DO PROFISSIONAL**

Profissional: SANDRA MAYUMI NAKAMURA  
 Título do Profissional: Arquiteto e Urbanista  
 Data de obtenção do título: 03/02/1999  
 Registro Nacional: 000A285471  
 Data de Registro: 04/02/1999

Validade: Indefinida

**DADOS DOS REGISTROS DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA-RRT**

Número do RRT: 7346682 Tipo do RRT: SIMPLES Registrado em: 22/08/2018  
 Forma de Registro: RETIFICADOR à 5799281 Participação Técnica: INDIVIDUAL  
 Descrição: ELABORAÇÃO DO PLANO DE MOBILIDADE URBANA - PMU E O PLANO DE TRANSPORTE COLETIVO URBANO E RURAL, COM O DESENVOLVIMENTO DO PROJETO BÁSICO PARA O NOVO SISTEMA DE TRANSPORTE COLETIVO PARA O MUNICÍPIO DE PALMEIRA - PR. PROFISSIONAL RESPONSÁVEL PELA COORDENAÇÃO GERAL.

Empresa contratada: ECOTECNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA  
 CNPJ: 02.610.553/0001-91

**DADOS DO CONTRATO**

Contratante: Prefeitura Municipal de Palmeira  
 CPF/CNPJ: 76179829000165  
 PRAÇA Marechal Floriano Peixoto Nº 11  
 Complemento:  
 Cidade: PALMEIRA Bairro: CENTRO UF: PR CEP: 84130000  
 Contrato:  
 Celebrado em: 20/11/2015  
 Valor do Contrato: R\$ 0,00 Tipo do Contratante: Pessoa jurídica de direito privado  
 Data de Início: 20/11/2015 Data de término da atividade: 26/05/2017

**ATIVIDADE TÉCNICA REALIZADA**

3.1 - COORDENAÇÃO E COMPATIBILIZAÇÃO DE PROJETOS , 1.00 un - unidade ;

**ENDEREÇO DA OBRA/SERVIÇO**

PRAÇA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO Nº 11  
 Complemento: Bairro: CENTRO  
 Cidade: PALMEIRA UF: PR CEP: 84130000  
 Coordenadas Geográficas: 0 0

**DESCRIÇÃO**

CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO COM ATESTADO

**INFORMAÇÕES IMPORTANTES**

- Esta certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos



**Conselho de Arquitetura e Urbanismo**  
**CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO COM ATESTADO**  
Lei Nº 12378 de 31 de Dezembro de 2010

**CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO COM ATESTADO**  
**Nº 000000461886**

- Certificamos que se encontra vinculado à presente CAT o atestado apresentado em cumprimento à Lei nº 8.666/93, expedido pela pessoa jurídica contratante, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes. É de responsabilidade deste Conselho a verificação da atividade profissional em conformidade com a Lei nº 12.378/2010 e Resoluções do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR)
- A Certidão de Acervo Técnico (CAT) à qual o atestado está vinculado constituirá prova da capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver ou venha a ser integrado ao seu quadro técnico por meio de declaração entregue no momento da habilitação ou da entrega das propostas
- Certificamos, ainda, que nos termos do artigo 2º da Lei nº 12.378/2010 e artigos 2º e 3º da Resolução nº 21/2012-CAU/BR, esta Certidão é válida somente para os serviços condizentes com as atribuições profissionais acima discriminadas
- Em conformidade com o que determina o Art. 45 da Lei 12.378, toda realização de trabalho de competência privativa ou de atuação compartilhadas com outras profissões regulamentadas será objeto de Registro de Responsabilidade Técnica - RRT
- Válida em todo o território nacional.

Certidão nº 461886/2018

Expedida em 14/09/2018, 12:24, Curitiba/PR, CAU/PR

Chave de Impressão: CA9AD7Z912B3Y54Z02Y0

0433



CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ

Certidão de Acervo Técnico

LIDIA SAYOKO TANAKA

Carteira Profissional:PR-87131/D

RNP Nº.:1700658964

Acervo Técnico Nº.:1068/2018

Protocolo Nº.:2018/00068893

Selos de autenticidade:A 055377, A 055378, A 055379, A 055380, A 055381, A 055382, A 055383, A 055384, A 055385, A 055386, A 055387, A 055388

ART Nº.:20174713187 0 Registrada:27/10/2017
ART Vinculada.:20172737526 0
Empresa Executora.:
Contratante(s):ECOTECNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA - CNPJ/CPF: 02.610.553/0001-91
Tipo de Contrato.:SUBEMPREGADA
Atividade Técnica.:ASSISTÊNCIA, ACESSORIA E CONSULTORIA
Área de Competência.:SERVIÇOS AFINS E CORRELATOS EM SANEAMENTO E MEIO-AMBIENTE
Tipo de Obra/Serviço:ASSISTÊNCIA / ACESSORIA / CONSULTORIA
Serviço Contratado.:ASSISTÊNCIA/ASSESSORIA/CONSULTORIA
Dimensão.:1,00 UNID. Área Existente:0,00 UNID
Área Ampliada.:0,00 UNID Área de Reforma:0,00 UNID
Dados Complementares:0,00
Local da Obra.:GIRASSOIS, S/N PLANO DIRETOR NORTE
Município/Estado.:PALMAS/TO
Data de Início.:02/02/2014. Data de Conclusão:31/10/2017
Docto de Conclusão.:DECLARAÇÃO PROFISSIONAL
Descr. Compl. Serv.:ELABORAÇÃO DO PLANO ESTADUAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS (PERS) DO TOCANTINS. PROFISSIONAL RESPONSÁVEL PELOS ASPECTOS AMBIENTAIS
Observação.:

ANTICIPAÇÃO
Certifico que a presente cópia é reprodução fiel do documento original que me foi apresentado.
Dau té.
28 JUN. 2018
SERVIÇO DISTRITAL DO CAJURU
FONE/FAX 3262-3553
Exclusivo para Autenticação de Cópia
FQJ10587

Patricia Fornaza Ferreira
Escrevente

Handwritten signatures and the number 0434





Ecotécnica Tecnologia e Consultoria Ltda.  
CNPJ: 02.610.553/0001-91  
Telefone (41) 3026-8639

1383 p

### ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

A ECOTÉCNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA, com sede à Rua Maria Rita das Chagas Lima, 317, bairro São Braz, CEP: 82.300-330, Curitiba-PR, inscrita no CNPJ 02.610.553/0001-91, tendo como responsável técnica a Arquiteta e Urbanista SANDRA MAYUMI NAKAMURA, com registro no Conselho de Arquitetura e Urbanismo sob o nº CAU/PR A 28547-1, atesta para os devidos fins que a profissional LIDIA SAYOKO TANAKA, Engenheira Ambiental, carteira profissional CREA-PR 87.131/D, prestou os serviços referentes à **Elaboração do Plano Estadual de Resíduos Sólidos (PERS) do Tocantins**, tendo demonstrado capacidade técnica no fornecimento dos mesmos, nada constando em nossos arquivos que a desabone.

#### Características dos Serviços

Início dos serviços	02/02/2014
Conclusão dos Serviços	31/10/2017
Objeto do contrato	Elaboração do Plano Estadual de Resíduos Sólidos (PERS) do Tocantins
Local da Obra	Praça dos Girassóis, s/nº, bairro Plano Diretor Norte, CEP: 77.001-002, Palmas - TO.

#### Equipe Técnica

##### Coordenação

Coordenação Geral - Sandra Mayumi Nakamura | CAU A 28.547-1

Coordenação Adjunta - Maria Alice Simões Cordeiro Soares | CREA-PR 53.016/D

Coordenação Adjunta - Nilo Aihara | CREA-PR 8.040/D

##### Equipe Principal

Esp. em Engenharia Sanitária - Nilo Aihara | CREA-PR 8.040/D

Esp. em Engenharia Ambiental - Maria Alice S. C. Soares | CREA-PR 53.016/D

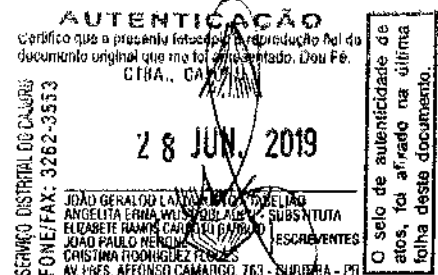
Esp. em Ciências Sociais - Ana Maria Lorici Santin

Esp. em Economia - Elisabete Tierne Arazaki | CORECON-PR 4.963

Esp. em Aspectos Jurídicos - Lucia Benedita de C. Blicharski | OAB-PR 37.951.

##### Equipe Complementar

Dr. em Hidráulica e Saneamento - Eng. Sanitarista Aurélio Pessoa Picanço | CREA TO 150.406.518-2



**CREA-PR**

O SELO DE AUTENTICIDADE FOI ANEXADO NA ÚLTIMA FOLHA

0435



Ecotécnica Tecnologia e Consultoria Ltda.  
CNPJ: 02.610.553/0001-91  
Telefone (41) 3026-8639

13340

Arquiteto e Urbanista - Gustavo Domingues Gaspari | CAU A118.245-5

Arquiteta e Urbanista - Letícia Schmitt Cardon de Oliveira | CAU A46.913-0

Arquiteta e Urbanista - Mayra Mayumi Aihara | CAU 138.434-1

Arquiteta e Urbanista - Vanessa Boscaro Fernandes | CAU A 37.721-0

Arquiteta e Urbanista - Verena Giraldi Costa | CAU A107.694-9

Biólogo - Luiz Gustavo Andreguetto | CRBio-PR 50.593/07-D

Contador - Anderson José Amâncio | CRC-PR 036.685/O-4

Engenheira Ambiental - Carolina H. S. Pedroni | CREA-PR 87.020/D

Engenheira Ambiental - Cristina Solange Hendges | CREA-TO 113.221/D

Engenheira Ambiental - Lidia Sayoko Tanaka | CREA-PR 87.131/D

Engenheira Cartógrafa - Amanda Pereira Antunes | CREA-PR 142.852/D

Engenheiro Florestal - Valmir Detzel | CREA-PR 17.516/D

Geoprocessamento - Sandy Plassmann Lamberti

Jurídico - Rosamaria Milléo Costa | OAB- 20.026

MSc. em Biologia - Cassio Kiyonori Nakamura

Tec. Processos Ambientais - Conrado Folle Weber

Zootecnista - Milton Kentaro Nakamura | CRMV-PR 0568/Z

Zootecnista - Gisele Leopoldino | CRMV-PR 1094/Z

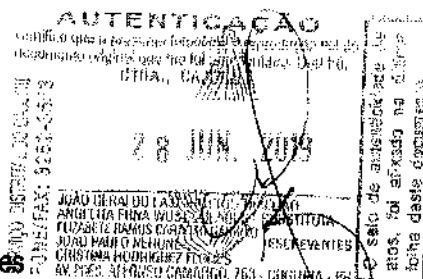
#### Equipe de Apoio

Acadêmica em Arquitetura e Urbanismo - Amanda Carolina Santos Motta

Acadêmica em Arquitetura e Urbanismo - Ana Júlia Madalozo Molinari Gonçalves

Acadêmica em Arquitetura e Urbanismo - Caroline Nayara Rech

Acadêmica em Arquitetura e Urbanismo - Maria Beatriz Maurer Ravaglio



---

#### Descrição dos serviços

#### Escopo e metodologia

**CREA-PR**

O SELO DE AUTENTICIDADE FOI  
ANEXADO NA ÚLTIMA FOLHA

0436



A seguir, apresentam-se a metodologia e as técnicas utilizadas na execução das atividades, originando 09 produtos das 05 metas estipuladas, conforme Termo de Referência da elaboração do Plano Estadual de Resíduos Sólidos do estado do Tocantins, elencadas a seguir e assim atingindo os objetivos.

As metas estipuladas pelo Termo de Referência e os seus respectivos produtos, foram:

#### Meta 1 – Projeto de Mobilização Social e Divulgação

Teve como objetivo divulgar e mobilizar a sociedade civil para mostrar a importância da elaboração de Plano Estadual de Resíduos Sólidos. Esta meta resultou em 02 produtos, que foram:

- ✓ Produto 1 – Projeto de Mobilização Social e Divulgação do PERS, incluindo o Plano de Trabalho Operacional; e
- ✓ Produto 2 – Relatórios das 18 oficinas regionais.

#### Meta 2 – Panorama dos Resíduos Sólidos no Estado.

Esta meta consistiu na realização do diagnóstico da situação da gestão de resíduos sólidos no estado. Os aspectos avaliados no diagnóstico foram: a caracterização socioeconômica e ambiental da gestão dos resíduos sólidos; Mapeamento das áreas degradadas em razão de disposição inadequada de resíduos sólidos ou rejeitos e áreas órfãs; Sistematização das informações em banco de dados. Esta meta resultou no seguinte produto:

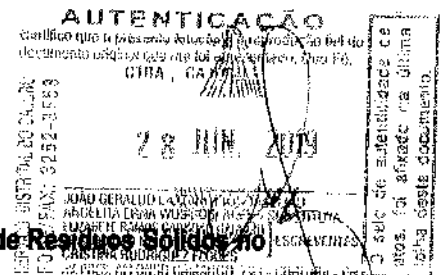
- ✓ Produto 3 – Panorama dos Resíduos Sólidos no Estado.

#### Meta 3 – Estudo de Regionalização da Prestação dos Serviços de Manejo de Resíduos Sólidos no Estado do Tocantins.

Teve como objetivo identificar os arranjos territoriais entre os municípios, a fim de compartilhar serviços ou atividades de interesse comum, maximizando os recursos humanos, infraestruturais e financeiros. Os aspectos considerados nessa meta foram: áreas potencialmente favoráveis para destinação ambientalmente adequada de resíduos sólidos e critérios de agregação de municípios para identificação de arranjos. Resultou o seguinte produto:

- ✓ Produto 4 – Estudo de Regionalização da Prestação dos Serviços de Manejo de Resíduos Sólidos no Estado do Tocantins.

#### Meta 4 – Estudo de prospecção e escolha do Cenário de referência.



**CREA-PR**

O SELO DE AUTENTICIDADE FOI  
ANEXADO NA ÚLTIMA FOLHA

0437



O objetivo nesta meta foi promover uma discussão dos cenários futuros, com a descrição das hipóteses de situações possíveis, imagináveis ou desejáveis quanto a gestão dos resíduos sólidos no estado do Tocantins. Estes cenários irão disponibilizar um referencial para a proposição das ações a serem implementadas ao longo do horizonte de planejamento, ou seja, para os próximos 20 anos.

Dentre os aspectos considerados para a construção dos cenários destacou-se: caracterização quanto aos aspectos socioeconômicos, crescimento populacional, indicadores quanto a geração de resíduos, entre outros. Resultou o seguinte produto:

- ✓ Produto 5 – Estudo de prospecção e escolha do cenário de referência.

**Meta 5 – Planejamento para a Implantação do Plano Estadual de Resíduos Sólidos do Tocantins.**

Nesta meta apresentou-se as diretrizes e estratégias para o planejamento da gestão dos resíduos sólidos do estado; as metas, programas, projetos e ações para a gestão dos resíduos sólidos do estado, investimentos necessários e fontes de recursos financeiros e indicadores para acompanhamento, controle e avaliação da implementação do PERS. Resultado nos 04 produtos a seguir:

- ✓ Produto 6 – Plano Estadual de Resíduos Sólidos Preliminar;
- ✓ Produto 7 – Relatórios das 3 Audiências Públicas;
- ✓ Produto 8 – Plano Estadual de Resíduos Sólidos final; e
- ✓ Produto 9 – Relatório de 1 Seminário Estadual.

Ao longo do trabalho foram realizados 18 oficinas regionais, 3 audiências públicas regionais e um Seminário Estadual de lançamento do Plano Estadual.

**Fiscalização dos serviços**

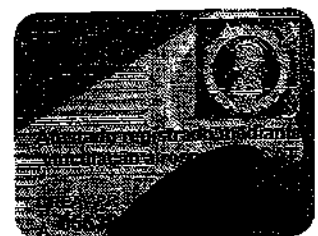
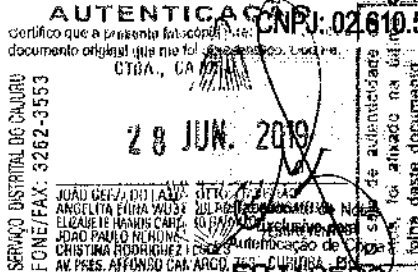
Este atestado foi emitido pela empresa Ecotécnica Tecnologia e Consultoria Ltda. A emissão desse atestado substitui todos os demais documentos correlatos já emitidos ou fornecidos.

Curitiba, 08 de novembro de 2017.

  
 Sandra Mayumi Nakamura  
 Sócia – administrativa  
 Responsável Técnica  
 Ecotécnica Tecnologia e Consultoria Ltda.  
 CNPJ: 02.610.553/0001-91

  
 Nilo Aihara  
 Engenheiro Civil – CREA-PR 8.040/D  
 Responsável Técnico  
 Ecotécnica Tecnologia e Consultoria Ltda.  
 CNPJ: 02.610.553/0001-91

0438





Esp. em Aspectos Jurídicos - Lucia Benedita de C. Blicharski | OAB-PR 37.951.

#### Equipe Complementar

Dr. em Hidráulica e Saneamento – Eng. Sanitarista Aurélio Pessoa Picango | CREA TO 150.406.518-2

Arquiteto e Urbanista - Gustavo Domingues Gaspari | CAU A118.245-5

Arquiteta e Urbanista - Leticia Schmitt Cardon de Oliveira | CAU A46.913-0

Arquiteta e Urbanista - Mayra Mayumi Aihara | CAU 138.434-1

Arquiteta e Urbanista – Vanessa Boscaro Fernandes | CAU A 37.721-0

Arquiteta e Urbanista - Verena Giraldi Costa | CAU A107.694-9

Biólogo - Luiz Gustavo Andreguetto | CRBio-PR 50.593/07-D

Contador - Anderson José Amâncio | CRC-PR 036.665/O-4

Engenheira Ambiental - Carolina H. S. Pedroni | CREA-PR 87.020/D

Engenheira Ambiental - Cristina Solange Hedges | CREA-TO 113.221/D

Engenheira Ambiental - Lidia Sayoko Tanaka | CREA-PR 87.131/D

Engenheira Cartógrafa - Amanda Pereira Antunes | CREA-PR 142.852/D

Engenheiro Florestal - Valmir Detzel | CREA-PR 17.516/D

Geoprocessamento - Sandy Plassmann Lamberti

Jurídico - Rosamaria Milléo Costa | OAB- 20.026

MSc. em Biologia - Cassio Kiyonori Nakamura

Tec. Processos Ambientais - Conrado Folle Weber

Zootecnista - Milton Kentaro Nakamura | CRMV-PR 0568/Z

Zootecnista - Gisele Leopoldino | CRMV-PR 1094/Z

#### Equipe de Apoio

Acadêmica em Arquitetura e Urbanismo - Amanda Carolina Santos Motta

Acadêmica em Arquitetura e Urbanismo - Ana Júlia Madaiozo Molinari Gonçalves

Acadêmica em Arquitetura e Urbanismo - Caroline Nayara Rech

Acadêmica em Arquitetura e Urbanismo - Maria Beatriz Maurer Ravaglio

Economista - Emani Augusto Brescianini Filho | CORECON-PR 6877

Administradora Juliana Mitsue Sato | CRA 14856

#### Descrição dos serviços

#### Escopo e metodologia



Praça dos Girassóis, Palmas - Tocantins - CEP: 77001-007  
Tel: +55 63 3218 2180 - www.semarnh.to.gov.br

Certidão nº 461887/2018 - 29/08/2018 - 13:04 - Chave de Impressão: 381450C982Y24Y96A1D1A  
O alvará neste ato registrado foi emitido em 29/08/2018, e contém 7 folhas



Este documento encontra-se registrado no Conselho de Arquitetura e Urbanismo, vinculado à  
Certidão De Aproveitamento Técnico Com Alvará nº 461887, emitida em 29/08/2018

0439



A seguir, apresentam-se a metodologia e as técnicas utilizadas na execução das atividades, originando 09 produtos das 05 metas estipuladas, conforme Termo de Referência da elaboração do Plano Estadual de Resíduos Sólidos do estado do Tocantins, elencadas a seguir e assim atingindo os objetivos.

As metas estipuladas pelo Termo de Referência e os seus respectivos produtos, foram:

**Meta 1 – Projeto de Mobilização Social e Divulgação**

Teve como objetivo divulgar e mobilizar a sociedade civil para mostrar a importância da elaboração de Plano Estadual de Resíduos Sólidos Esta meta resultou em 02 produtos, que foram:

- ✓ Produto 1 – Projeto de Mobilização Social e Divulgação do PERS, incluindo o Plano de Trabalho Operacional; e
- ✓ Produto 2 – Relatórios das 18 oficinas regionais.

**Meta 2 – Panorama dos Resíduos Sólidos no Estado.**

Esta meta consistiu na realização do diagnóstico da situação da gestão de resíduos sólidos no estado. Os aspectos avaliados no diagnóstico foram: a caracterização socioeconômica e ambiental da gestão dos resíduos sólidos; Mapeamento das áreas degradadas em razão de disposição inadequada de resíduos sólidos ou rejeitos e áreas órfãs; Sistematização das informações em banco de dados. Esta meta resultou no seguinte produto:

- ✓ Produto 3 – Panorama dos Resíduos Sólidos no Estado.

**Meta 3 – Estudo de Regionalização da Prestação dos Serviços de Manejo de Resíduos Sólidos no Estado do Tocantins.**

Teve como objetivo identificar os arranjos territoriais entre os municípios, a fim de compartilhar serviços ou atividades de interesse comum, maximizando os recursos humanos, infraestruturais e financeiros. Os aspectos considerados nessa meta foram: áreas potencialmente favoráveis para destinação ambientalmente adequada de resíduos sólidos e critérios de agregação de municípios para identificação de arranjos. Resultou o seguinte produto:

- ✓ Produto 4 – Estudo de Regionalização da Prestação dos Serviços de Manejo de Resíduos Sólidos no Estado do Tocantins.

**Meta 4 – Estudo de prospecção e escolha do Cenário de referência.**





O objetivo nesta meta foi promover uma discussão dos cenários futuros, com a descrição das hipóteses de situações possíveis, imagináveis ou desejáveis quanto a gestão dos resíduos sólidos no estado do Tocantins. Estes cenários irão disponibilizar um referencial para a proposição das ações a serem implementadas ao longo do horizonte de planejamento, ou seja, para os próximos 20 anos.

Dentre os aspectos considerados para a construção dos cenários destacou-se: caracterização quanto aos aspectos socioeconômicos, crescimento populacional, indicadores quanto a geração de resíduos, entre outros. Resultou o seguinte produto:

- ✓ Produto 5 – Estudo de prospecção e escolha do cenário de referência.

#### Meta 5 – Planejamento para a Implantação do Plano Estadual de Resíduos Sólidos do Tocantins.

Nesta meta apresentou-se as diretrizes e estratégias para o planejamento da gestão dos resíduos sólidos do estado; as metas, programas, projetos e ações para a gestão dos resíduos sólidos do estado, investimentos necessários e fontes de recursos financeiros e indicadores para acompanhamento, controle e avaliação da implementação do PERS. Resultado nos 04 produtos a seguir:

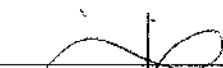
- ✓ Produto 6 – Plano Estadual de Resíduos Sólidos Preliminar;
- ✓ Produto 7 – Relatório das 3 Audiências Públicas;
- ✓ Produto 8 – Plano Estadual de Resíduos Sólidos final; e
- ✓ Produto 9 – Relatório de 1 Seminário Estadual.

Ao longo do trabalho foram realizadas 18 oficinas regionais, 3 audiências públicas regionais e um Seminário Estadual de lançamento do Plano Estadual.

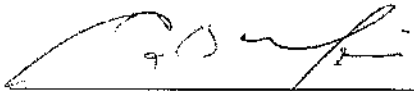
#### Fiscalização dos serviços

Este atestado foi emitido por solicitação da empresa Ecotécnica Tecnologia e Consultoria Ltda. A emissão desse atestado substitui todos os demais documentos correlatos já emitidos ou fornecidos.

Palmas, 31 de outubro de 2017.

  
LUZIMEIRE CARREIRA  
Secretária do Meio Ambiente e Recursos Hídricos  
CNPJ: 05.016.202/0001-45

**Luzimeire Carreira**  
Secretária  
Secretaria do Meio Ambiente  
e Recursos Hídricos

  
ADÃO TEODORO MAIA  
Engenheiro Ambiental – CREA-TO 50244/D-TO  
Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos  
CNPJ: 05.016.202/0001-45

**Adão Maia**  
Diretor de Políticas Ambientais  
Nº Funcional 11461098-1 SEMARH

Prça dos Girassóis, Palmas - Tocantins - CEP: 77001-002  
Tel: +55 63 3218 2180 - www.semarh.to.gov.br



Este documento encontra-se registrado no Conselho de Arquitetura e Urbanismo, vinculado à  
Certidão De Acervo Técnico Com Atestado nº 461887, emitida em 29/08/2018



**CAU/BR**

Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil

Registro de Responsabilidade Técnica - RRT

**RRT SIMPLES**  
**Nº 000005913904**  
**RETIFICADOR à 3090479**  
**EQUIPE - RRT PRINCIPAL**



Certidão nº 461887/2018 - 29/08/2018 - 13:04 - Chave de Impressão: 36145C98224Y96A1D1A  
O atestado nesta ato registrado foi emitido em 29/08/2018, e contém 7 folhas

**1. RESPONSÁVEL TÉCNICO**

Nome: SANDRA MAYUMI NAKAMURA  
Registro Nacional: A28547-1 Título do Profissional: Arquiteto e Urbanista  
Empresa Contratada: ECOTECNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA  
CNPJ: 02.610.553/0001-91 Registro Nacional: 18209-5

**2. DADOS DO CONTRATO**

Contratante: SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL  
CNPJ: 05.016.202/0001-45  
Contrato: 025/2014 Valor Contrato/Honorários: R\$ 1.728.844,77  
Tipo de Contratante: Pessoa jurídica de direito público  
Celebrado em: 10/10/2014 Data de Início: 02/12/2014 Previsão de término: 31/10/2017

Declaro, sob as penas da Lei, que na(s) atividade(s) registrada(s) neste RRT não se exige a observância das regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas de acessibilidade da ABNT, na legislação específica e no Decreto Federal nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004.

**3. DADOS DA OBRA/SERVIÇO**

PRAÇA GIRASSÓIS Nº: S/N  
Complemento: Bairro: PLANO DIRETOR NORTE  
UF: TO CEP: 77001002 Cidade: PALMAS  
Coordenadas Geográficas: Latitude: 0 Longitude: 0

**4. ATIVIDADE TÉCNICA**

Atividade: 3.1 - COORDENAÇÃO E COMPATIBILIZAÇÃO DE PROJETOS  
Quantidade: 1,00 Unidade: un

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa deste RRT

**5. DESCRIÇÃO**

ELABORAÇÃO DO PLANO ESTADUAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS (PERS) DO TOCANTINS.

**6. VALOR**

Este RRT é isento de taxa

Atenção: Este item 6 será preenchido automaticamente pelo SICCAU após a identificação do pagamento pela compensação bancária. Para comprovação deste documento é necessária a apresentação do respectivo comprovante de pagamento

**7. ASSINATURAS**

Declaro serem verdadeiras as informações acima.

\_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_  
Local Dia Mês Ano

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL  
CNPJ: 05.016.202/0001-45

SANDRA MAYUMI NAKAMURA  
CPF: 030.228.409-50

**Luzimeire Carreira**  
Secretária  
Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos

A autenticidade deste RRT pode ser verificada em: <http://siccau.cau.br/app/view/sight/externo?form=Servicos>, com a chave: bA25DW Impresso em: 27/06/2017 às 15:38:57 por: , ip: 189.32.62.129



Este documento encontra-se registrado no Conselho de Arquitetura e Urbanismo, vinculado a Certidão De Aproveitamento Técnico Com Atestado nº 461887, emitida em 29/08/2018







**Conselho de Arquitetura e Urbanismo**  
**CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO COM ATESTADO**  
Lei Nº 12378 de 31 de Dezembro de 2010

**CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO COM ATESTADO**  
**Nº 0000000461887**

- A Certidão de Acervo Técnico (CAT) à qual o atestado está vinculado constituirá prova da capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver ou venha a ser integrado ao seu quadro técnico por meio de declaração entregue no momento da habilitação ou da entrega das propostas

- Certificamos, ainda, que nos termos do artigo 2º da Lei nº 12.378/2010 e artigos 2º e 3º da Resolução nº 21/2012-CAU/BR, esta Certidão é válida somente para os serviços condizentes com as atribuições profissionais acima discriminadas

- Em conformidade com o que determina o Art. 45 da Lei 12.378, toda realização de trabalho de competência privativa ou de atuação compartilhadas com outras profissões regulamentadas será objeto de Registro de Responsabilidade Técnica - RRT

- Válida em todo o território nacional.

Certidão nº PR  
29/08/2018, 13:04  
Chave de Impressão: Curitiba/PR

*[Handwritten signatures and stamps]*  
0444



**ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA**

Atestamos para os devidos fins, que a empresa ECOTÉCNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA, com sede à Rua Maria Rita das Chagas Lima, 317, bairro São Braz, CEP: 82.300-330, Curitiba-PR, inscrita no CNPJ 20.610.553/0001-91, tendo como responsável técnica a Arquiteta e Urbanista **SANDRA MAYUMI NAKAMURA**, com registro no Conselho de Arquitetura e Urbanismo sob o nº CAU/PR A 28547-1, prestou para Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMARH, CNPJ 05.016.202/0001-45, estabelecida na Esplanada das Secretarias - Praça dos Girassóis, s/nº, bairro Plano Diretor Norte, CEP: 77.001-002, Palmas-TO, os serviços referentes à **Elaboração do Plano Estadual de Resíduos Sólidos do Tocantins - PERS/TO**, tendo demonstrado capacidade técnica no fornecimento dos mesmos, nada constando em nossos arquivos que a desabone.

**Características dos Serviços**

Contrato	025/2014
Celebrado	10/10/2014
Valor do Contrato	R\$ 1.728.844,77
Início dos serviços	02/12/2014
Conclusão dos Serviços	31/10/2017
Objeto do contrato	Elaboração do Plano Estadual de Resíduos Sólidos do Tocantins - PERS/TO
Local da Obra	Praça dos Girassóis, s/nº, bairro Plano Diretor Norte, CEP: 77.001-002, Palmas-TO

**Equipe Técnica**

**Coordenação**

Coordenação Geral - Sandra Mayumi Nakamura | CAU A 28.547-1

Coordenação Adjunta - Maria Alice Simões Cordeiro Soares | CREA-PR 53.016/D

Coordenação Adjunta - Nilo Aihara | CREA-PR 8.040/D

**Equipe Principal**

Esp. em Engenharia Sanitária - Nilo Aihara | CREA-PR 8.040/D

Esp. em Engenharia Ambiental - Maria Alice S. C. Soares | CREA-PR 53.016/D

Esp. em Ciências Sociais - Ana Maria Lorigi Santin

Esp. em Economia - Elisabete Tieme Arazaki | CORECON-PR 4.963



Praça dos Girassóis, Palmas - Tocantins - CEP: 77001-002  
Tel: +55 63 3218 2180 - www.semarh.to.gov.br

Certidão nº 461887/2018 - 29/08/2018, 13:04 - Chave de Impressão: 38145C882V24Y96A1D1A  
O atestado neste ato registrado foi emitido em 29/08/2018, e contém 7 folhas



Este documento encontra-se registrado no Conselho de Arquitetura e Urbanismo, vinculado à Certidão De Acervo Técnico Com Atestado nº 461887, emitida em 29/08/2018



CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA  
ESTADO DO PARANÁ

# Certidão de Acervo Técnico

**ENGENHEIRA AMBIENTAL  
LIDIA SAYOKO TANAKA**

Carteira Profissional: PR-87131/D

Acervo Técnico Nº.: **1334/2007**

ART Nº.....: 3044807031 0..... Registrada: 13/03/2007.....  
 ART Co-Respons.....: 3040676064 0..... ART Vinculada:.....  
 Participação.....: CO-RESPONSÁVEL.....  
 Empresa Executora.....:.....  
 Contratante(s).....: ECOTÉCNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA.....  
 Tipo de Contrato.....: SUB-EMPREITADA.....  
 Atividade Técnica.....: SUPERVISÃO, COORDENAÇÃO, ORIENTAÇÃO TÉCNICA.....  
 Área de Competência.....: SERVIÇOS AFINS E CORRELATOS EM SANEAMENTO E MEIO-AMBIENTE.....  
 Tipo de Obra/Serviço.....: OUTRAS OBRAS/SERVIÇOS.....  
 Serviço Contratado.....: OUTROS.....  
 Dimensão.....: 1,00 UNID..... Área Existente: 0,00 UNID.....  
 Área Ampliada.....: 0,00 UNID..... Área de Reforma: 0,00 UNID.....  
 Dados Complementares.....: 0,00.....  
 Local da Obra.....: R MARIA RITA DAS CHAGAS LIMA, 317 SAO BRAZ.....  
 Município/Estado.....: CURITIBA/PR.....  
 Data de Início.....: 24/08/2006..... Data de Conclusão: 13/03/2007.....  
 Docto de Conclusão.....: DECLARAÇÃO PROFISSIONAL.....  
 Descr. Compl. Serv.: TRATA-SE DE ART VINCULADA A ART Nº 3040671313 MOTIVO DA VINCULAÇÃO: PROFISSIONAL DA ÁREA DE ENGENHARIA AMBIENTAL PROFISSIONAL INTEGRANTE DA EQUIPE MULTIDICPLINAR DE ELABORAÇÃO DO PLANO DE GERENCIAMENTO INTEGRADO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DO MUNICÍPIO DE CAMPO LARGO/PR PARTICIPAÇÃO DO PROFISSIONAL: COORDENAÇÃO GERAL TRATA-SE DE ART DE CO-RESPONSABILIDADE A ART Nº 3040676064 (VIDE VERSO). A PRESENTE ART REFERE-SE A CONTRATO DE SUBEMPREITADA LAVRADO ENTRE A EMPRESA ECOTÉCNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA E A PROFISSIONAL LIDIA SAYOKO TANAKA CONFORME ART DE EXECUÇÃO DE OBRA Nº 3040671313 ANOTADA EM 13/03/2007 PELA PROFISSIONAL SANDRA MAYUMI NAKAMURA CREAPR Nº 33072/D.....  
 Observação.....: CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO PARCIAL, CONSIDERANDO QUE A PROFISSIONAL PROCEDEU SEU REGISTRO REGULAMENTAR NESTE CREA-PR EM 24/08/2006.....

**AUTENTICAÇÃO**

Certifico que a presente cópia e reprodução fiel do documento original que me foi apresentado. Dou fé.

CREA - AJURU

SERVIÇO DISTRIÇAL DE CASPURI  
 FONE/FAX 3262-3553  
 28 JUN 2019  
 Tabelionato de Notas  
 Exclusivo para Autenticação de Cópia



Patricia Fornaza Ferreira  
Escrevente

FQJ10585

044



ECOTÉCNICA – Tecnologia e Consultoria Ltda.  
RUA MARIA RITA DAS CHAGAS LIMA, 317 - BAIRRO SÃO BRAZ  
CURITIBA – PR – CEP 82.300-330  
E-MAIL:ETC@ECOTENICA.COM.BR - FONE/FAX (41) 3026-8639

1395/1

## ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

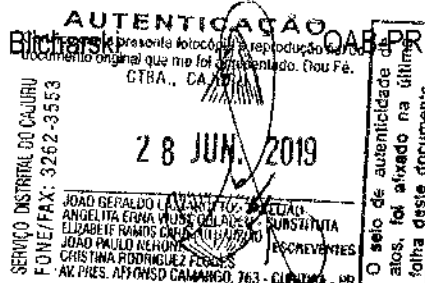
A **ECOTÉCNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA**, com sede à Maria Rita das Chagas Lima, 317 – Curitiba-PR Bairro São Braz CEP 82300-330, inscrita no CNPJ 02.610.553/0001-91 tendo como responsável técnica a Arquiteta e Urbanista **SANDRA MAYUMI NAKAMURA**, atesta para os devidos fins, que o profissional **LIDIA SAYOKO TANAKA**, carteira profissional CREAPR-87.131/D, participou da **Elaboração do Plano de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos do município de Campo Largo/PR**, estabelecida à Avenida Padre Natal Pigatto, 985 – Campo Largo – Paraná, tendo demonstrado Capacidade Técnica no fornecimento dos mesmos, nada constando em nossos arquivos que o desabone.

## CARACTERÍSTICAS DOS SERVIÇOS

Início dos serviços: 21/08/2006  
Conclusão dos serviços: 13/03/2007  
Objeto do contrato: ELABORAÇÃO DO PLANO DE GERENCIAMENTO INTEGRADO DE RESÍDUOS SÓLIDOS DO MUNICÍPIO DE CAMPO LARGO/PR.

## EQUIPE TÉCNICA

Coordenação Geral	Engenheiro Civil e Sanitarista Nilo Aihara	CREA-PR 8.040/D
Coordenação Geral	Engenheira Ambiental Lidia Sayoko Tanaka	CREA-PR 87.131/D
Coordenação Adjunta	Arquiteta e Urbanista Esp. Sandra Mayumi Nakamura	CREA-PR 33.072/D
Geólogo	Marcelus V. K. Borges	CREA-PR 32.742/D
Geógrafo	Jurandir Bueno Júnior	CREA-PR 67.397/D
Engenheiro Ambiental	Juliano Zarnauskas Amaral	CREA-PR 87.132/D
Engenheira Ambiental	Carolina Hirafuji Schneider	CREA-PR 87.020/D
Advogada	Lucia B. de Camargo Blicharski	CREA-PR 37951



U447





### Identificação das estruturas

- administrativa
- operacional e
- financeira do município.

### Identificação das atividades co-relacionadas

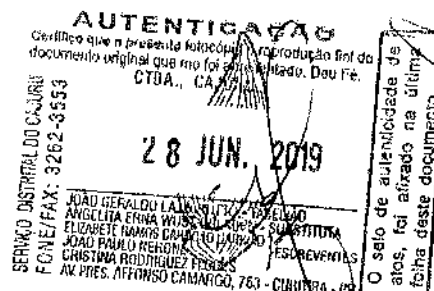
- aspectos sociais - incluindo os catadores e a identificação da existência de grupos organizados
- educação ambiental
- aspectos legais
- propostas existentes

### Caracterização Física dos Resíduos Sólidos Domésticos

As características físicas foram determinadas através de sua composição qualitativa. A partir desta constituição foi possível aferir os valores essenciais para o estudo e a destinação final, da recuperação de resíduos, do dimensionamento de usinas de tratamento, reaproveitamento e entre outros. E para um correto prognóstico de cenários futuros foi indispensável determinar principalmente a composição gravimétrica, o peso específico e a produção diária per capita dos resíduos sólidos urbanos gerados no município de Campo Largo.

### DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO ATUAL

Com base nos dados obtidos nas etapas anteriores foi realizada a análise e identificação do perfil do município que serviu de base para a elaboração do Plano de Gerenciamento Integrado de Resíduos a partir de diretrizes específicas.



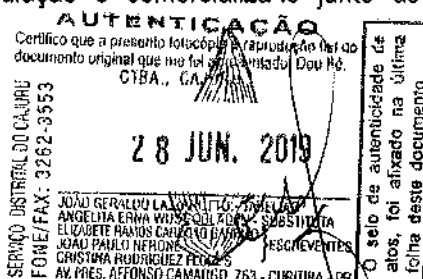
Handwritten signature and the number '0443' at the bottom right of the page.

## PLANO DE GERENCIAMENTO INTEGRADO DE RESÍDUOS - PROPOSIÇÕES

O Plano de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos do município de Campo Largo foi elaborado visando à administração dos resíduos por meio de um conjunto integrado de ações normativas, operacionais, financeiras e de planejamento que levou em consideração os aspectos referentes à sua geração, segregação, acondicionamento, coleta, armazenamento, transporte, tratamento e disposição final, de forma a atender os requisitos ambientais e de saúde pública. O PGIRS também foi elaborado de acordo com os critérios estabelecidos pelos órgãos de meio ambiente e sanitários federais, estaduais e municipais e com base nas análises dos levantamentos realizados no diagnóstico, elaborando um cenário antecipado que visa a tendência da configuração do sistema de limpeza pública de Campo Largo.

O PGIRS do município de Campo Largo teve como objetivos principais:

- Minimizar a geração de resíduos;
- Manter o município limpo por um sistema de coleta seletiva e transporte adequado, tratando o resíduo sólido com tecnologias compatíveis com a realidade local;
- Interligar todas ações e operações do gerenciamento, influenciando umas as outras. Assim, uma coleta mal planejada encarece o transporte; um transporte mal dimensionado gera prejuízos e reclamações e prejudica o tratamento e a disposição final do resíduo; tratamento mal dimensionado não atinge os objetivos propostos, e disposições inadequadas causam sérios impactos ambientais;
- Garantir o destino ambiental correto e seguro para o resíduo sólido;
- Conceber o modelo de gerenciamento do município, levando em conta que a quantidade e a qualidade do resíduo gerada em uma dada localidade decorrem do tamanho da população e de suas características socioeconômicas e culturais, do grau de urbanização e dos hábitos de consumo vigentes;
- Manter a conscientização da população para separar materiais recicláveis;
- Organizar os catadores de materiais recicláveis em associação, adequado a atender à coleta do material oferecido pela população e comercializá-lo junto às fontes de beneficiamento.







ECOTÉCNICA – Tecnologia e Consultoria Ltda.  
 RUA MARIA RITA DAS CHAÇAS LIMA, 317 - BAIRRO SÃO BRAZ  
 Curitiba – PR – CEP 82.300-330  
 E-mail: etc@ecotenica.com.br - FONE/FAX (41) 3026-8639

13999

FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

Este atestado foi emitido por solicitação do profissional. A emissão desse atestado substitui todos os demais documentos correlatos já emitidos ou fornecidos.

Curitiba, 13 de março de 2007.

SANDRA MAYUMI NAKAMURA  
 CREAPR 38072/D  
 Responsável Técnica e Sócia-diretora da  
 ECOTÉCNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA.

Reconheço por semelhante a (s) firma(s) de Sandra Mayumi Nakamura

Lei: 13.228 de 14/07/2001

SELO FUNARREN

TABELA

NO 02591

BWX 40351

Em test. [Signature] de [Signature] da seguinte fe. 13 MAR 2007 na seguinte. [Signature]

Subscritores:  
 CRISTINA DANCINI  
 LINA ERNA WUST GBLADEN  
 BALAN JORGE  
 MARLISE VENANCIO FELIZ  
 JOÃO PAULO NEHME

Escritores

FISCALIZAÇÃO

Certifico que o presente documento foi elaborado em feitura de acordo com o disposto no Regulamento do Conselho de Controle de Atividades Profissionais da CREA, em Curitiba, Paraná, em 13 de março de 2007.

7 8 JUN. 2007

SERVIÇO: DISTRIÇÃO DE...  
 FONE/FAX: 3362-0353

JOÃO GONCALVES  
 ANGELO FERREIRA  
 ELIZABETH NASCIMENTO  
 RUI PAULIN NETO  
 CRISTINA RIBEIRO  
 ANTONIO CARLOS

O ato de autenticação de...  
 este documento foi assinado no dia...  
 nome deste documento...

FQJ10586

Patricia Fornaza Ferreira  
 Escrevente

0451



## ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins, que a empresa **ECOTÉCNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA**, com sede à Maria Rita das Chagas Lima, 317 – Curitiba-PR Bairro São Braz CEP 82300-330, inscrita no CNPJ 02.610.553/0001-91 tendo como responsável técnica a Arquiteta e Urbanista **SANDRA MAYUMI NAKAMURA**, carteira profissional CREAPR-33072/D, prestou para a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO**, estabelecida à Avenida Padre Natal Pigatto, 985 – Campo Largo – Paraná, os serviços referentes à **Elaboração do Plano de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos do município de Campo Largo/PR**, tendo demonstrado Capacidade Técnica no fornecimento dos mesmos, nada constando em nossos arquivos que a desabone.

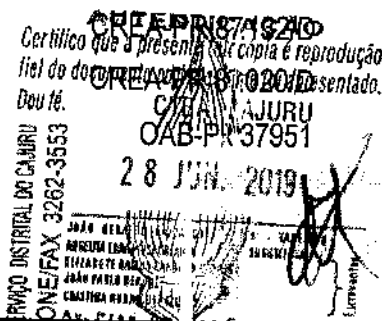
### CARACTERÍSTICAS DOS SERVIÇOS

Início dos serviços: 21/08/2006  
Conclusão dos serviços: 13/03/2007  
Objeto do contrato: ELABORAÇÃO DO PLANO DE GERENCIAMENTO INTEGRADO DE RESÍDUOS SÓLIDOS DO MUNICÍPIO DE CAMPO LARGO/PR.

### EQUIPE TÉCNICA

Coordenação Geral	Engenheiro Civil e Sanitarista Nilo Aihara	CREA-PR 8.040/D
Coordenação Geral	Engenheira Ambiental Lidia Sayoko Tanaka	CREA-PR 87.131/D
Coordenação Adjunta	Arquiteta e Urbanista Esp. Sandra Mayumi Nakamura	CREA-PR 33.072/D
Geólogo	Marcelus V. K. Borges	CREA-PR 32.742/D
Geógrafo	Jurandir Bueno Júnior	CREA-PR 67.397/D
Engenheiro Ambiental	Juliano Zarnauskas Amaral	
Engenheira Ambiental	Carolina Hirafuji Schneider	
Advogada	Lucia B. de Camargo Blicharski	

0452



Germino Alves de Moraes  
Escrevente



Arquiteta e Urbanista	Vanessa Boscaro Fernandes	CREA-PR 70.326
Arquiteta e Urbanista	Ana Valéria B. dos Santos	CREA-PR 33.022/D
Economista	Vera Lúcia R. Pedroso	CORECON 6886
Economista	Elisabete Tieme Arazaki	CORECON 4963-8
Contador	Anderson José Amâncio	CRC-PR 036.685/O-4
Acadêmica em Arquitetura e Urbanismo		Soraya Midori Bansho
Acadêmica em Arquitetura e Urbanismo		Thalita Sayuri Miura

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

LEVANTAMENTO DAS INFORMAÇÕES EXISTENTES

Dados do município de Campo Largo:

População Atual	92.782 habitantes
População projetada (ano de 2026)	136.221 habitantes
Geração atual de resíduo	41.50 t/dia

Inicialmente ocorreu uma caracterização geral do município, mediante levantamento de informações bibliográficas (IBGE, IPARDES, SUDERHSA, COMEC, IAP, Prefeitura e outros), documentais municipais e *in loco*, acerca dos aspectos físicos ambientais, socioeconômicos, estrutura urbana e infra-estrutura.

Foram levantadas, para posterior análise, as condições atuais de limpeza do município, por meio de visitas técnicas, entrevistas, ensaios de campo e informações da empresa responsável pela limpeza pública.

Igualmente foi identificado o sistema de coleta de resíduos do município, bem como o transporte, características dos resíduos sólidos coletados, sistema de tratamento, utilização e disposição final, custos e receitas e avaliação do serviço prestado.

ORIGINAL  
 O original que a presente cópia é reprodução  
 fiel do documento original me foi apresentado  
 Dou-fe. **CAJURU**  
**28 JUN 2019**  
 SERVIÇO DISTRIAL DO CAJURU  
 FONE/FAX 3262-3653  
 Av. Pres. Antônio Carlos, 763  
 Curitiba, PR, Brasil  
 João Ceratim Alves de Moraes  
 Escrevente  
 0453

**Identificação das estruturas**

- administrativa
- operacional e
- financeira do município.

**Identificação das atividades co-relacionadas**

- aspectos sociais – incluindo os catadores e a identificação da existência de grupos organizados
- educação ambiental
- aspectos legais
- propostas existentes

**Caracterização Física dos Resíduos Sólidos Domésticos**

As características físicas foram determinadas através de sua composição qualitativa. A partir desta constituição foi possível aferir os valores essenciais para o estudo e a destinação final, da recuperação de resíduos, do dimensionamento de usinas de tratamento, reaproveitamento e entre outros. E para um correto prognóstico de cenários futuros foi indispensável determinar principalmente a composição gravimétrica, o peso específico e a produção diária per capita dos resíduos sólidos urbanos gerados no município de Campo Largo.

**DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO ATUAL**

Com base nos dados obtidos nas etapas anteriores foi realizada a análise e identificação do perfil do município que serviu de base para a elaboração do Plano de Gerenciamento Integrado de Resíduos a partir de diretrizes específicas.

**AUTENTICAÇÃO**  
Certifico que a presente fotocópia é reprodução fiel do documento original que foi apresentado.  
Dout. **G. HANAJURU**  
28 JUN. 2019  
SERVIÇO DISTRIAL DO CAJURU  
FONE/FAX 3262-3553  
JUAZ DE NAZARET  
ARQUIVO ADMINISTRATIVO  
ELIZIANA DE NAZARET  
JUAZ PAULO VIEIRA  
CRISTINA ROCHA  
Av. Pira... João Cumisso, 703  
Ourilândia do Sul, PR.

*Edmaro Gerônimo Alves de Moraes*  
Escrivão

*JG*  
0454



**PLANO DE GERENCIAMENTO INTEGRADO DE RESÍDUOS – PROPOSIÇÕES**

O Plano de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos do município de Campo Largo foi elaborado visando à administração dos resíduos por meio de um conjunto integrado de ações normativas, operacionais, financeiras e de planejamento que levou em consideração os aspectos referentes à sua geração, segregação, acondicionamento, coleta, armazenamento, transporte, tratamento e disposição final, de forma a atender os requisitos ambientais e de saúde pública. O PGIRS também foi elaborado de acordo com os critérios estabelecidos pelos órgãos de meio ambiente e sanitários federais, estaduais e municipais e com base nas análises dos levantamentos realizados no diagnóstico, elaborando um cenário antecipado que visa a tendência da configuração do sistema de limpeza pública de Campo Largo.

O PGIRS do município de Campo Largo teve como objetivo os seguintes itens:

- ❑ Minimizar a geração de resíduos;
- ❑ Manter o município limpo por um sistema de coleta seletiva e transporte adequado, tratando o resíduo sólido com tecnologias compatíveis com a realidade local;
- ❑ Interligar todas ações e operações do gerenciamento, influenciando umas as outras. Assim, uma coleta mal planejada encarece o transporte; um transporte mal dimensionado gera prejuízos e reclamações e prejudica o tratamento e a disposição final do resíduo; tratamento mal dimensionado não atinge os objetivos propostos, e disposições inadequadas causam sérios impactos ambientais;
- ❑ Garantir o destino ambiental correto e seguro para o resíduo sólido;
- ❑ Conceber o modelo de gerenciamento do município, levando em conta que a quantidade e a qualidade do resíduo gerada em uma dada localidade decorrem do tamanho da população e de suas características socioeconômicas e culturais, do grau de urbanização e dos hábitos de consumo vigentes;
- ❑ Manter a conscientização da população para separar materiais recicláveis;
- ❑ Organizar os catadores de materiais recicláveis em associação, adequado a atender à coleta do material oferecido pela população e comercializá-lo junto às fontes de beneficiamento.



**AUTENTICAÇÃO**  
 Certifico que a presente cópia é reprodução fiel do documento original que me foi apresentado.  
 Dou fé.  
 28 JUN. 2019  
 SERVIÇO DISTRIAL DO CAJURU  
 FONE/FAX 3262-3553  
 Av. Pres. Antônio Carlos  
 Curitiba - PR  
 FQJ10445

*Eduardo Gerônimo Alves de Moraes*  
 Escrevente

FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

Este atestado foi emitido por solicitação da empresa **ECOTÉCNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA**. A emissão desse atestado substitui todos os demais documentos correlatos já emitidos ou fornecidos.

Curitiba, 13 de março de 2007.

**Paulo Carlos Cosmos**  
 Secretário Municipal de Agricultura, Abastecimento e Meio Ambiente

**ANTENTICAÇÃO**  
 Certifico que a presente fotocópia é reprodução fiel do documento original que me foi apresentado.  
 Houfe. **CAROLINA RAJURU**  
 23 JUN 2015  
 FQJ10453

*Marcelo Ceromino Alves de Moraes*  
 Secretário

**TABELIONATO ANDRADE - CAMPO LARGO - PR**  
 Tabela Florestina Andrade Storco  
 Rua Rui Barbosa, 1050-FONE:(41) 392-1641

Reconheço a(s) firma(s) Supra-assinada(s) de:  
 (SV)Fte81)-PAULO CARLOS COSMO.....  
 por SEMELHANÇA; face a impossibilidade do signatário comparecer na Serventia.

Em testemunho da verdade:  
 CAMPO LARGO, 13/03/2007.  
 IONE MARIA FERREIRA DE SOUZA  
 ESCRIVÃO

**SELO**  
**ESCRIVÃO**  
**TABELIONATO**  
**DE**  
**NOTAS**  
**BVZ25039**

*[Handwritten marks]*  
 0453



14031



CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA  
ESTADO DO PARANÁ

# Certidão de Acervo Técnico

**ARQUITETA E URBANISTA**  
**SANDRA MAYUMI NAKAMURA**  
Carteira Profissional:PR-33072/D

Acervo Técnico Nº.:1296/2007

ART N°.....:3040671313 0..... Registrada:13/03/2007.....  
 ART Co-Respons.....:..... ART Vinculada:.....  
 Participação.....:ARQUITETA COORDENADORA.....  
 Empresa Executora...:ECOTECNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA.....  
 Contratante(s).....:PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO.....  
 Tipo de Contrato....:OUTROS.....  
 Atividade Técnica...:SUPERVISÃO, COORDENAÇÃO, ORIENTAÇÃO TÉCNICA.....  
 Área de Competência.:SERVIÇOS AFINS E CORRELATOS EM ARQUITETURA E URBANISMO.....  
 Tipo de Obra/Serviço:OUTRAS OBRAS/SERVIÇOS.....  
 Serviço Contratado...:OUTROS.....  
 Dimensão.....:1,00 UNID..... Área Existente:0,00 UNID.....  
 Área Ampliada.....:0,00 UNID..... Área de Reforma:0,00 UNID.....  
 Local da Obra.....:AVENIDA PADRE NATAL PIGATTO, 985.....  
 Município/Estado...:CAMPO LARGO/PR.....  
 Data de Início.....:21/08/2006..... Data de Conclusão:13/03/2007.....  
 Docto de Conclusão.:DECLARAÇÃO PROFISSIONAL.....  
 Descr. Compl. Serv...:ELABORAÇÃO DO PLANO DE GERENCIAMENTO INTEGRADO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DO MUNICÍPIO DE CAMPO LARGO - PR CONFORME CONTRATO N°211/2006 FIRMADO ENTRE AS PARTES PARTICIPAÇÃO DO PROFISSIONAL: COORDENAÇÃO ADJUNTA....  
 Observação.....:.....

**AUTENTICAÇÃO**  
 Certifico que a presente fotocópia é reprodução fiel do documento original que me foi apresentado.  
 Dou fé.  
 28 JUN. 2007  
 SERVICOS DISTRIAL DO CASERIO  
 FONE/FAX 3262-3553  
 Rua General Carneiro, 100 - Curitiba - PR



Eduardo Geronimo Alves de Moraes  
Escrevente

Handwritten signatures and initials

0457

1406



CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ

# Certidão de Acervo Técnico

## LIDIA SAYOKO TANAKA

Carteira Profissional: PR-87131/D

RNP Nº.: 1700658964

Acervo Técnico Nº.: 3654/2016

Protocolo Nº.: 2016/00249720

Selos de autenticidade: A 030.069, A 030.070, A 030.072, A 030.073, A 030.074, A 030.075, A 030.076, A 030.077, A 030.078, A 031.071

ART Nº.: 20082511183 0 ..... Registrada: 29/08/2008.....  
 ART Correspons.: ..... ART Vinculada: 3048968200 0 .....  
 Empresa Executora.: .....  
 Contratante(s): ECOTÉCNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA - CNPJ/CPF: 02.610.553/0001-91.....  
 Tipo de Contrato: SUBEMPREITADA.....  
 Atividade Técnica: SUPERVISÃO, COORDENAÇÃO, ORIENTAÇÃO TÉCNICA.....  
 Área de Competência: SERVIÇOS AFINS E CORRELATOS EM SANEAMENTO E MEIO-AMBIENTE.....  
 Tipo de Obra/Serviço: OUTRAS OBRAS/SERVIÇOS.....  
 Serviço Contratado: OUTROS.....  
 Dimensão: 1,00 UNID..... Área Existente: 0,00 UNID .....  
 Área Ampliada: 0,00 UNID ..... Área de Reforma: 0,00 UNID .....  
 Dados Complementares: 0,00 .....  
 Local da Obra: AVENIDA EMILIO JOHNSON, 360 CENTRO.....  
 Município/Estado: ALMIRANTE TAMANDARÉ/PR.....  
 Data de Início: 19/06/2007..... Data de Conclusão: 29/02/2008.....  
 Docto de Conclusão: DECLARAÇÃO PROFISSIONAL.....  
 Descr. Compl. Serv.: TRATA-SE DE ART VINCULADA A ART 3048968200 MOTIVO DA VINCULAÇÃO: PROFISSIONAL DA ÁREA DE ENGENHARIA AMBIENTAL PROFISSIONAL INTEGRANTE DA EQUIPE MULTIDISCIPLINAR DA ELABORAÇÃO DO PLANO DE GERENCIAMENTO INTEGRADO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DO MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ - PR PARTICIPAÇÃO DA PROFISSIONAL: COORDENAÇÃO ADJUNTA. A PRESENTE ART REFERE-SE A CONTRATO DE SUBEMPREITADA LAVRADO ENTRE A EMPRESA ECOTÉCNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA E A PROFISSIONAL LIDIA SAYOKO TANAKA, 29/02/2008 PELA PROFISSIONAL SANDRA MAYUMI NAKAMURA, CARTEIRA PROFISSIONAL CREA-PR 33072/D.....

Observação: .....

**AUTENTICACÃO**  
Certifico que a presente fotocópia é reprodução fiel do documento original, não foi apresentado.

Out. de: **CYBIA CAJURU**

28 JUN 2019

SERVIÇO CENTRAL DO CALHARU  
 FONE/FAX 3262-3563

PRÉDIO DO CALHARU  
 AV. PÉREZ GUERIN  
 CURITIBA

MONITÓRIO DE NOTAS  
 EXCLUSIVO PARA  
 AUTENTICACÃO DE NOTAS

FQJ10597

Patricia Fornaza Ferreira  
Escrevente 0453





Ecotécnica - Tecnologia e Consultoria Ltda.  
 Curitiba - PR  
 E-mail: etc@ecotecnica.com.br - Fone/Fax (41) 3026-8639

14070

**ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA**

A ECOTÉCNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA, com sede à Maria Rita das Chagas Lima, 317 - Curitiba-PR Bairro São Braz CEP 82300-330, inscrita no CNPJ 02.610.553/0001-91 tendo como responsável técnica a Arquiteta e Urbanista SANDRA MAYUMI NAKAMURA, atesta para os devidos fins, que o profissional LIDIA SAYOKO TANAKA, carteira profissional CREAPR-87.131/D, prestou para a PREFEITURA MUNICIPAL DE ALMIRANTE TAMANDARÉ, CNPJ 76.105.659/0001-74, estabelecida à Avenida Emilio Johnson, 360, Centro - Almirante Tamandaré - Paraná, os serviços referentes à **Elaboração do Plano de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos do município de Almirante Tamandaré/PR**, tendo demonstrado Capacidade Técnica no fornecimento dos mesmos, nada constando em nossos arquivos que a desabone.

**CARACTERÍSTICAS DOS SERVIÇOS**

Início dos serviços: 19/06/2007  
 Término dos serviços: 29/02/2008  
 Objeto do contrato: Elaboração do Plano de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos do município de Almirante Tamandaré/PR.  
 Local da Obra: Avenida Emilio Johnson, 360, Centro - Almirante Tamandaré - Paraná.

**EQUIPE TÉCNICA**

Coordenação Geral	Engenheiro Civil e Sanitarista Nilo Aihara	CREA-PR 8.040/D
Coordenação Geral	Engenheira Ambiental Lidia Sayoko Tanaka	CREA-PR 87.131/D
Coordenação Geral	Arquiteta e Urbanista Esp. Sandra Mayumi Nakamura	CREA-PR 33.072/D
Engenheira Ambiental	Carolina Hirafuji Schneider	CREA-PR 87.020/D
Engenheiro Ambiental	Ricardo Francisco Pedroni	CREA-PR 89.725/D
Engenheiro Civil	Ramiro Massatoshi Hara	CREA-PR 16.718/D
Engenheiro Químico	Rômulo Viel	CREA-PR 25.216/D
Engenheira Química	Raquel Pompeo	CREA-PR 64.633/D
Geólogo	Marcelus V. K. Borges	CREA-PR 32.742/D
Advogada	Lucia B. de Camargo Blicharski	OAB-PR 37.951
Administrador	Adalberto Coelho Neto	CRA-PR 15.596
Assistente Social	Maria Alice Erthal	CRES 1.907
Química Ambiental	Suzana Lucca	CRQ-PR 092.014.81
Jornalista	Marli Vieira da Silveira	
Processos Administrativos	Andersen Martini Doetzer	
Acadêmico em Engenharia Ambiental		André Luiz da S. Melo
Acadêmica em Arquitetura e Urbanismo		Nara Yumi Fujii

**DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS**

**LEVANTAMENTO DAS INFORMAÇÕES EXISTENTES**

Dados do município de Almirante Tamandaré:

População Atual Estimada: 113.588 habitantes

População urbana projetada (ano de 2027): 217.890 habitantes

Geração atual de resíduo

**ATENTADO**

Certifico que a presente folha foi autenticada em seu documento original que lhe foi apresentado, Dou Fé.

28 JUN. 2019

JOÃO GERALDO LAMARCA JUNIOR, TITULAR  
 ANGELITA ERRA ROSSETTI JUNIOR, SUBSTITUTA  
 JOÃO PAULO RODRIGUES FLORES, ESCRIVENTES  
 CRIS TINA RODRIGUES FLORES  
 CRIS TINA RODRIGUES FLORES  
 CRIS TINA RODRIGUES FLORES

SERVIÇO DISTRIAL DO CAJURU  
 FONE/FAX: 3262-3553

O selo de autenticidade de  
 este, foi afixado na última  
 folha deste documento.

CREA-PR  
 O SELO DE AUTENTICIDADE FOI  
 AFIXADO NA ÚLTIMA FOLHA

0453



Inicialmente ocorreu uma caracterização geral do município, mediante levantamento de informações bibliográficas (IBGE, IPARDES, SUDERHSA, COMEC, IAP, Prefeitura e outros), documentais municipais e *in loco*, acerca dos aspectos físicos ambientais, socioeconômicos, estrutura urbana e infra-estrutura. Foram levantadas, para posterior análise, as condições atuais de limpeza do município, por meio de visitas técnicas, entrevistas, ensaios de campo e informações da empresa responsável pela limpeza pública.

Igualmente foi identificado o sistema de coleta de resíduos do município, bem como o transporte, características dos resíduos sólidos coletados, sistema de tratamento utilizado e disposição final, custos e receitas e avaliação do serviço prestado.

**Identificação das estruturas**

- administrativa
- operacional e
- financeira do município.

**Identificação das atividades co-relacionadas**

- aspectos sociais - incluindo os catadores e a identificação da existência de grupos organizados
- educação ambiental
- aspectos legais
- propostas existentes

**Caracterização Física dos Resíduos Sólidos Domésticos**

As características físicas foram determinadas através de sua composição qualitativa. A partir desta constituição foi possível aferir os valores essenciais para o estudo e a destinação final, da recuperação de resíduos, do dimensionamento de usinas de tratamento, reaproveitamento e entre outros. E para um correto prognóstico de cenários futuros foi indispensável determinar principalmente a composição gravimétrica, o peso específico e a produção diária per capita dos resíduos sólidos urbanos gerados no município de Almirante Tamandaré.

**DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO ATUAL**

Com base nos dados obtidos nas etapas anteriores foi realizada a análise e identificação do perfil do município que serviu de base para a elaboração do Plano de Gerenciamento Integrado de Resíduos a partir de diretrizes específicas.

**PROGNÓSTICO**

Com base nos levantamentos realizados e nas propostas existentes, antecipou-se a tendência de configuração futura do sistema de limpeza urbana no horizonte do Plano.

**PLANO DE GERENCIAMENTO INTEGRADO DE RESÍDUOS - PROPOSIÇÕES**

O Plano de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos do município de Almirante Tamandaré foi elaborado visando à administração dos resíduos por meio de um conjunto integrado de ações normativas, operacionais, financeiras e de planejamento que levou em consideração os aspectos referentes à sua geração, segregação, acondicionamento, coleta, armazenamento, transporte, tratamento e disposição final, de forma a atender os requisitos ambientais e de saúde pública. O PGIRS também foi elaborado de acordo com os critérios estabelecidos pelos órgãos de meio ambiente e sanitários federais, estaduais e municipais e com base nas análises dos levantamentos realizados no diagnóstico, elaborando um cenário antecipado que visa a tendência da configuração do sistema de limpeza pública de Almirante Tamandaré.

O PGIRS do município de Almirante Tamandaré teve como objetivos principais:

- Minimizar a geração de resíduos;
- Manter o município limpo por um sistema de coleta seletiva e transporte adequado, tratando o resíduo sólido com tecnologias compatíveis com a realidade local.

**CREA-PR**  
 O SELO DE AUTENTICIDADE FOI AFIXADO NA ÚLTIMA FOLHA

28 JUN. 2019

SERVIÇO DISTRIÇÃO DO CASING  
FONE/FAX: 3262-3553

JOÃO GERALDO LARA JUNIOR  
ANGÉLICA BURR WUNSCH LARA  
ELIZABETE RAMOS GOMES DE OLIVEIRA  
JOÃO PAULO DA SILVA  
CINTHIA THURIKUEZ FERREZ

SUBSTITUTA  
RESCREVENTES

AV. PRES. AFFONSO CAMARGO, 763 - CURITIBA - PR

O selo de autenticidade é válido apenas se afixado na última folha deste documento.

*[Handwritten signatures and initials]*



Ecotécnica –Tecnologia e Consultoria Ltda.  
Curitiba – PR  
E-mail:etc@ecotecnica.com.br - Fone/Fax (41) 3026-8639

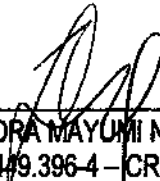
1409

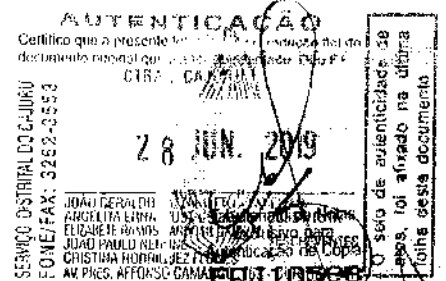
- ❑ Interligar todas as ações e operações do gerenciamento, influenciando umas as outras. Assim, uma coleta mal planejada encarece o transporte; um transporte mal dimensionado gera prejuízos e reclamações e prejudica o tratamento e a disposição final do resíduo; tratamento mal dimensionado não atinge os objetivos propostos, e disposições inadequadas causam sérios impactos ambientais;
- ❑ Garantir o destino ambiental correto e seguro para o resíduo sólido;
- ❑ Conceber o modelo de gerenciamento do município, levando em conta que a quantidade e a qualidade do resíduo gerada em uma dada localidade decorrem do tamanho da população e de suas características socioeconômicas e culturais, do grau de urbanização e dos hábitos de consumo vigentes;
- ❑ Manter a conscientização da população para separar materiais recicláveis;
- ❑ Organizar os catadores de materiais recicláveis em associação, adequado a atender à coleta do material oferecido pela população e comercializá-lo junto às fontes de beneficiamento.

### FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

Este atestado foi emitido por solicitação da empresa **ECOTÉCNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA**. A emissão desse atestado substitui todos os demais documentos correlatos já emitidos ou fornecidos.

Curitiba, 16 de abril de 2008.

  
\_\_\_\_\_  
**SANDRA MAYUMI NAKAMURA**  
RG Nº 1.449.396-4 – CREA-PR 33072/D  
ECOTÉCNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA  
CNPJ 02.610.553/0001-91



**Patricia Fornaza Ferreira**  
Escrevente

0461



# PREFEITURA MUNICIPAL DE ALMIRANTE TAMANDARÉ

CNPJ: 76.105.659/0001-74

1410p

## ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

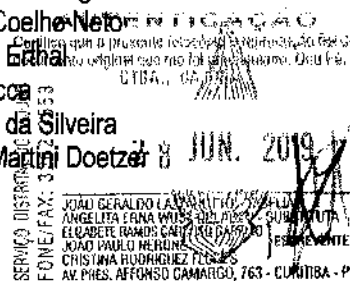
Atestamos para os devidos fins, que a empresa **ECOTÉCNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA**, com sede à Maria Rita das Chagas Lima, 317 – Curitiba-PR Bairro São Braz CEP 82300-330, inscrita no CNPJ 02.610.553/0001-91 tendo como responsável técnica a Arquiteta e Urbanista **SANDRA MAYUMI NAKAMURA**, carteira profissional CREAPR-33072/D, prestou para a **PREFEITURA MUNICIPAL DE ALMIRANTE TAMANDARÉ, CNPJ 76.105.659/0001-74**, estabelecida à Avenida Emilio Johnson, 360, Centro – Almirante Tamandaré – Paraná, os serviços referentes à **Elaboração do Plano de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos do município de Almirante Tamandaré/PR**, tendo demonstrado Capacidade Técnica no fornecimento dos mesmos, nada constando em nossos arquivos que a desabone.

### CARACTERÍSTICAS DOS SERVIÇOS

Início dos serviços: 19/06/2007  
 Término dos serviços: 29/02/2008  
 Objeto do contrato: ELABORAÇÃO DO PLANO DE GERENCIAMENTO INTEGRADO DE RESÍDUOS SÓLIDOS DO MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ/PR.

Local da Obra: Avenida Emilio Johnson 360 Centro  
 CEP 83501-970 Almirante Tamandaré

Local da Obra: Avenida Emilio Johnson 360 Centro CEP 83501-970 Almirante Tamandaré		EQUIPE TÉCNICA
Coordenação Geral	Engenheiro Civil e Sanitarista Nilo Aihara	CREA-PR 8.040/D
Coordenação Geral	Engenheira Ambiental Lidia Sayoko Tanaka	CREA-PR 87.131/D
Coordenação Geral	Arquiteta e Urbanista Esp. Sandra Mayumi Nakamura	CREA-PR 33.072/D
Engenheira Ambiental	Carolina Hirafuji Schneider	CREA-PR 87.020/D
Engenheiro Ambiental	Ricardo Francisco Pedroni	CREA-PR 89.725/D
Engenheiro Civil	Ramiro Massatoshi Hara	CREA-PR 16.718/D
Engenheiro Químico	Rômulo Viel	CREA-PR 25.216/D
Engenheira Química	Raquel Pompeo	CREA-PR 64.633/D
Geólogo	Marcelus V. K. Borges	CREA-PR 32.742/D
Advogada	Lucia B. de Camargo Blicharski	OAB-PR 37.951
Administrador	Adalberto Coelho Neto	CRA-PR 15.596
Assistente Social	Maria Alice Brito	CRES 1.907
Química Ambiental	Suzana Lucena	CRQ-PR 092.014.81
Jornalista	Marli Vieira da Silveira	
Processos Administrativos	Andersen Martin Doetzer	
Acadêmico em Engenharia Ambiental		André Luiz da S. Melo
Acadêmica em Arquitetura e Urbanismo		Nara Yumi Fujii



O selo de autenticidade de atos, folhas e documentos  
 O selo de autenticidade de atos, folhas e documentos  
 André Luiz da S. Melo  
 Nara Yumi Fujii

### DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

#### LEVANTAMENTO DAS INFORMAÇÕES EXISTENTES

Dados do município de Almirante Tamandaré:

População Atual Estimada	113.588 habitantes
População urbana projetada (ano de 2027)	217.890 habitantes
Geração atual de resíduo	35,00 ton/dia

**CREA-PR**  
 O SELO DE AUTENTICIDADE FOI  
 AFIXADO NA ÚLTIMA FOLHA

0462

Inicialmente ocorreu uma caracterização geral do município, mediante levantamento de informações bibliográficas (IBGE, IPARDES, SUDERHSA, COMEC, IAP, Prefeitura e outros), documentais municipais e *in loco*, acerca dos aspectos físicos ambientais, socioeconômicos, estrutura urbana e infra-estrutura. Foram levantadas, para posterior análise, as condições atuais de limpeza do município, por meio de visitas técnicas, entrevistas, ensaios de campo e informações da empresa responsável pela limpeza pública.

Igualmente foi identificado o sistema de coleta de resíduos do município, bem como o transporte, características dos resíduos sólidos coletados, sistema de tratamento utilizado e disposição final, custos e receitas e avaliação do serviço prestado.

**Identificação das estruturas**

- administrativa
- operacional e
- financeira do município.

**Identificação das atividades co-relacionadas**

- aspectos sociais – incluindo os catadores e a identificação da existência de grupos organizados
- educação ambiental
- aspectos legais
- propostas existentes

**Caracterização dos Resíduos: Sólidos Domésticos, de Construção Civil, de Serviço de Saúde, de Varrição, de Poda, Especiais e Industriais**

As características físicas dos resíduos domésticos foram determinadas através de sua composição qualitativa e dos outros resíduos se levantou as quantidades geradas. A partir desta constituição foi possível aferir os valores essenciais para o estudo e a destinação final, da recuperação de resíduos, do dimensionamento de usinas de tratamento, reaproveitamento e entre outros. E para um correto prognóstico de cenários futuros foi indispensável determinar principalmente a composição gravimétrica, o peso específico e a produção diária per capita dos resíduos sólidos urbanos (domésticos) gerados no município de Almirante Tamandaré.

**DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO ATUAL**

Com base nos dados obtidos nas etapas anteriores foi realizada a análise e identificação do perfil do município que serviu de base para a elaboração do Plano de Gerenciamento Integrado de Resíduos a partir de diretrizes específicas.

**PROGNÓSTICO**

Com base nos levantamentos realizados e nas propostas existentes, antecipou-se a tendência de configuração futura do sistema de limpeza urbana no horizonte do Plano.

**PLANO DE GERENCIAMENTO INTEGRADO DE RESÍDUOS – PROPOSIÇÕES**

O Plano de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos do município de Almirante Tamandaré foi elaborado visando à administração dos resíduos por meio de um conjunto integrado de ações normativas, operacionais, financeiras e de planejamento que levou em consideração os aspectos referentes à sua geração, segregação, acondicionamento, coleta, armazenamento, transporte, tratamento e disposição final, de forma a atender os requisitos ambientais e de saúde pública. O PGIRS também foi elaborado de acordo com os critérios estabelecidos pelos órgãos de meio ambiente e sanitários federais, estaduais e municipais e com base nas análises dos levantamentos realizados no diagnóstico, elaborando um cenário antecipado que visa a tendência da configuração do sistema de limpeza pública de Almirante Tamandaré. O PGIRS do município de Almirante Tamandaré teve como objetivos principais:

- Minimizar a geração de resíduos;

**AUTENTICAÇÃO**  
 O selo de autenticidade foi afixado na última folha do documento.  
 O selo de autenticidade foi afixado na última folha do documento.

JOÃO GEPARDO L. ASSUNÇÃO  
 ANGELETA FERRELLI WILSON  
 FÁBIO H. RAMOS CARVALHO  
 ADRIANA M. R. FERRELLI  
 CRISTINA WILKINSON FERRELLI



Handwritten signatures and initials at the bottom of the page.

- ❑ Manter o município limpo por um sistema de coleta seletiva e transporte adequado, tratando o resíduo sólido com tecnologias compatíveis com a realidade local;
- ❑ Interligar todas as ações e operações do gerenciamento, influenciando umas as outras. Assim, uma coleta mal planejada encarece o transporte; um transporte mal dimensionado gera prejuízos e reclamações e prejudica o tratamento e a disposição final do resíduo; tratamento mal dimensionado não atinge os objetivos propostos, e disposições inadequadas causam sérios impactos ambientais;
- ❑ Garantir o destino ambiental correto e seguro para o resíduo sólido;
- ❑ Conceber o modelo de gerenciamento do município, levando em conta que a quantidade e a qualidade do resíduo (doméstico, reciclável, de serviço de saúde, de varrição e poda, de construção civil) considerando erísticas socioeconômicas e culturais, do grau de urbanização e dos hábitos de consumo vigentes;
- ❑ Manter a conscientização da população para separar materiais recicláveis;
- ❑ Organizar os catadores de materiais recicláveis em associação, adequado a atender à coleta do material oferecido pela população e comercializá-lo junto às fontes de beneficiamento.

FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

Este atestado foi emitido por solicitação da empresa ECOTÉCNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA. A emissão desse atestado substitui todos os demais documentos correlatos já emitidos ou fornecidos.



Almirante Tamandaré, 06 de abril de 2010.



Wilson Rogério Goinski  
Prefeito Municipal

Tabellionato de Notas de Almirante Tamandaré  
Comarca da Região Metropolitana de Curitiba - PR  
R. Cel. João Cândido de Oliveira, 282 - CJ. Com. C. N. Pacheco - Lj. 05 - Centro  
Almirante Tamandaré - Pr - Fone: (41) 3489-1400

Reconheço, por **Semelhança** a firma indicada de **VILSON ROGÉRIO GOINSKI**, \*0005\* FCPB232YK-5779-8-22  
Doite Almirante Tamandaré-PR, **10 de Julho de 2010**  
Em fresta da Verdade  
Diego Martins Filho - Escrevente  
Enclumetores: F. 239 (VRC) - 173 - São Francisco, R. 10. 36

Tabellionato de Notas  
F. 239 (VRC) - 173 - São Francisco, R. 10. 36

**ATENTAVACAO**  
Certifico que o presente documento foi produzido a partir do documento original que me foi apresentado. Ocar. Pr. 01184, 06/04/2010

28 JUN. 2010

JOAO GERALDO LARA  
ANGELITA ELINA WILSON  
LIZABETE RAMOS CALVO  
JOAO PAULO NEHROZ  
CRISTINA RODRIGUES ZIL  
AV. PRES. AFFONSO LAMAS

Autenticadas as cópias na forma do documento.

Tabellionato de Notas  
Exclusivo para  
Autenticação de Cópia  
FQJ10448

Eduardo Gerontino Alves de Moraes  
Escrevente

1413



CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA  
ESTADO DO PARANÁ

### Certidão de Acervo Técnico

**SANDRA MAYUMI NAKAMURA**  
Carteira Profissional: PR-33072/D  
Acervo Técnico Nº.: **5097/2011**

RNP Nº.: 1703770706  
Protocolo Nº.: **2011/00124561**

ART Nº.: 3048968200 0. Registrada: 29/02/2008.

ART Co-Respons.: ART Vinculada:

Empresa Executora.: ECOTECNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA.

Contratante(s) : PREFEITURA MUNICIPAL DE ALMIRANTE TAMANDARÉ -  
CNPJ/CPF: 761056590001-74.

Tipo de Contrato.: OUTROS.

Atividade Técnica.: SUPERVISÃO, COORDENAÇÃO, ORIENTAÇÃO TÉCNICA.

Área de Competência.: SERVIÇOS AFINS E CORRELATOS EM ARQUITETURA E URBANISMO.

Tipo de Obra/Serviço.: OUTRAS OBRAS/SERVIÇOS.

Serviço Contratado.: OUTROS.

Dimensão.: 1,00 UNID. Área Existente: 0,00 UNID.

Área Ampliada.: 0,00 UNID. Área de Reforma: 0,00 UNID.

Local da Obra.: AVENIDA EMILIO JOHNSON, 360 CENTRO.

Município/Estado.: ALMIRANTE TAMANDARÉ/PR.

Data de Início.: 19/06/2007. Data de Conclusão: 29/02/2008.

Docto de Conclusão.: DECLARAÇÃO PROFISSIONAL.

Descr. Compl. Serv.: ELABORAÇÃO DO PLANO DE GERENCIAMENTO INTEGRADO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DO MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ - PR PARTICIPAÇÃO DO PROFISSIONAL: COORDENAÇÃO GERAL.

Observação.:

**ATTESTAÇÃO**  
Certifico que a presente cópia é reprodução fiel do documento original que me foi apresentado.  
Deu fé.  
**SANDRA MAYUMI NAKAMURA**  
28 JUN 2015  
SERVIÇO CENTRAL DO CREA/PR  
FONE/FAX 3262-3553  
Av. Pres. Antônio Carlos Camargo, 753  
Guaituba  
Tribunal de Not. e Reg. do Estado do Paraná  
Exclusivo para Autenticação de Cópia  
**FQJ10447**

**Gerardo Geronimo Alves de Moraes**  
Escrivão

0465

14140



CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ

# Certidão de Acervo Técnico

## LIDIA SAYOKO TANAKA

Carteira Profissional: PR-87131/D

RNP Nº.: 1700658964

Acervo Técnico Nº.: 3654/2016

Protocolo Nº.: 2016/00249720

Selos de autenticidade: A 030.069, A 030.070, A 030.072, A 030.073, A 030.074, A 030.075, A 030.076, A 030.077, A 030.078, A 031.071

ART Nº.: 20163047253 0. Registrada: 18/07/2016.

ART Correspon.: ART Vinculada:

Empresa Executora:

Contratante(s): ECOTÉCNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA - CNPJ/CPF: 02.610.553/0001-91.

Tipo de Contrato: SUBEMPREITADA.

Atividade Técnica: ASSISTÊNCIA, ASSESSORIA E CONSULTORIA.

Área de Competência: SERVIÇOS AFINS E CORRELATOS EM SANEAMENTO E MEIO-AMBIENTE.

Tipo de Obra/Serviço: ASSISTÊNCIA / ASSESSORIA / CONSULTORIA.

Serviço Contratado: ASSISTÊNCIA/ASSESSORIA/CONSULTORIA.

Dimensão: 1,00 UNID. Área Existente: 0,00 UNID.

Área Ampliada: 0,00 UNID. Área de Reforma: 0,00 UNID.

Dados Complementares: 0,00

Local da Obra: RUA CONSELHEIRO ZACARIAS, 628 CENTRO.

Município/Estado: IRATI/PR.

Data de Início: 15/10/2015. Data de Conclusão: 19/07/2016.

Docto de Conclusão: DECLARAÇÃO PROFISSIONAL.

Descr. Compl. Serv.: ELABORAÇÃO DOS PLANOS DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS (PGRS) E PLANOS MUNICIPAIS DE SANEAMENTO BÁSICO DOS MUNICÍPIOS DE FERNANDES PINHEIRO, GUAMIRANGA, INÁCIO MARTINS E TEIXEIRA SOARES. PROFISSIONAL INTEGRANTE DE EQUIPE MULTIDISCIPLINAR, RESPONSÁVEL PELOS ASPECTOS RELACIONADOS A ENGENHARIA AMBIENTAL.

Observação:

**AUTENTICAÇÃO**  
 Certifico que a presente cópia é reprodução fiel do documento original que me foi apresentado.  
 Dou fé.  
 C. B. CAJURU  
 28 JUN. 2019

SERVIÇO DISTRIAL DO CAJURU  
 FONE/FAX 3262-3553

1940 C/14 DE 1974 (RPPS) - SANEAMENTO  
 ANEXO 1 - 1974 (RPPS) - SANEAMENTO  
 11/04/01 - 11/04/01 - SANEAMENTO  
 11/04/01 - 11/04/01 - SANEAMENTO  
 11/04/01 - 11/04/01 - SANEAMENTO

Av. Pires do Rio, 768  
 Curitiba

Tabeleiro de Notas  
 Exclusivo para  
 Autenticação de Cópia  
 FQJ10595

Patricia Fornaza Ferreira  
Escrevente

0466





Ecotécnica - Tecnologia e Consultoria Ltda.  
Curitiba - PR  
E-mail: etc@ecotecnica.com.br - Fone/Fax (41) 3026-8639

1415 p

## ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

A ECOTÉCNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA, com sede à Maria Rita das Chagas Lima, 317 - Curitiba-PR Bairro São Braz CEP 82300-330, inscrita no CNPJ 02.610.553/0001-91 tendo como responsável técnica a Arquiteta e Urbanista SANDRA MAYUMI NAKAMURA, atesta para os devidos fins, que o profissional LIDIA SAYOKO TANAKA, carteira profissional CREAPR-87.131/D, participou dos serviços referentes à elaboração dos Planos de Gerenciamento de Resíduos (PGRS) e Planos Municipais de Saneamento Básico dos municípios de Fernandes Pinheiro, Guamiranga, Inácio Martins e Teixeira Soares, tendo demonstrado Capacidade Técnica no fornecimento dos mesmos, nada constando em nossos arquivos que a desabone.

### CARACTERÍSTICAS DOS SERVIÇOS

Início dos serviços:	15/10/2015
Conclusão dos serviços:	19/07/2016
Objeto do contrato:	<b>Elaboração dos Planos de Gerenciamento de Resíduos (PGRS) e Planos Municipais de Saneamento Básico dos municípios de Fernandes Pinheiro, Guamiranga, Inácio Martins e Teixeira Soares.</b>
Local da Obra:	Rua Conselheiro Zacarias, 628, Centro, na cidade de Irati, Estado do Paraná

### EQUIPE TÉCNICA

#### Coordenação Técnica

Coordenação Geral      Arquiteta e Urbanista Esp. Sandra Mayumi Nakamura      CAU-PR A28547-1

Coordenação Adjunta      Engenheiro Civil Esp. Nilo Aihara      CREA-PR 8.040/D

#### Equipe Técnica

Advogada Esp.      Márcia Valéria Santos Barbosa      OAB-PR 61291

Advogado Esp.      Rafael Gustavo Cavichio      OAB-PR 34517

Biólogo Esp.      Luiz Gustavo Andreguetto      CRBio-PR 50.593/07D

Contador      Walter José Floriano de Moraes      CRC - PR 025.751/03

Engenheiro Ambiental      Lídia Sayoko Tanaka      CREA-PR 87.131/D

Arquiteta e Urbanista      Vanessa Boscaro Fernandes      CAU-PR A37721-0

Arquiteta e Urbanista      Grasielle da Silva Pedroso      CAU-PR A59419-9

Zootecnista      Gisele Leopoldino      CRMV/Z - PR 1094

Zootecnista      Milton Kentaro Nakamura      CRMV/Z - PR 0568

#### Equipe de Apoio

Acadêmica em Arquitetura e Urbanismo      Amanda Carolina Santos Motta

Acadêmica em Arquitetura e Urbanismo      Ana Julia Madalozo Molinari Gonçalves

Acadêmica em Arquitetura e Urbanismo      Fernanda Maria Capitão Vigário Marchi

Acadêmica em Engenharia Civil      Luisa Raquel Santos Motta

**CREA-PR**  
O SELO DE AUTENTICIDADE FOI  
AFIXADO NA ÚLTIMA FOLHA

0467



## DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços que foram realizados no desenvolvimento dos Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS) e Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB) dos municípios de **Fernandes Pinheiro, Guamiranga, Inácio Martins e Teixeira Soares**, têm como objetivos:

Dotar os municípios dos instrumentos legais, técnicos e gerenciais necessários à implementação de um sistema adequado de gestão integrada dos resíduos sólidos, abrangendo o planejamento, o licenciamento ambiental, a implantação a operação e o monitoramento do funcionamento das unidades componentes do sistema e que esses instrumentos atendam às necessidades locais, contendo propostas de mecanismos e estratégias necessárias à implementação de uma política de gestão dos resíduos sólidos no âmbito local, levando em consideração as variáveis ambientais, sociais, culturais, abrangendo os aspectos técnicos, legais, organizacionais, de desenvolvimento institucional e mercadológico, considerando a participação da Prefeitura, do Governo Estadual e Federal, da iniciativa privada e das organizações da sociedade civil, com definição de atribuições e responsabilidades.

Implantar a gestão de saneamento básico no município citado, por intermédio da elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico - PMSB, diagnosticar o estado de salubridade ambiental da prestação dos serviços de saneamento básico e estabelecer a programação das ações e dos investimentos necessários para a universalização, com qualidade, destes serviços. Conseqüentemente, promover a saúde, a qualidade de vida e do meio ambiente, assim como organizar a gestão e estabelecer as condições para a prestação dos serviços de saneamento básico, de forma a que cheguem a toda cidadã, integralmente, sem interrupção e com qualidade.

### Escopo e Metodologia

Apresenta-se a metodologia e as técnicas utilizadas na execução das atividades, originando os produtos de cada uma das fases do Plano, em conformidade com o Termo de Referência emitido pelo CONDEP. As fases e respectivos produtos produzidos são:

#### PRODUTO 1 - Plano de Trabalho

**PGRS:** Pesquisa de campo no território do município, com o objetivo de identificar possíveis passivos ambientais georeferenciados, qualificar e quantificar os resíduos gerados, efetuar um levantamento das rotas de coleta, apanhar informações sobre o custeio do sistema de manejo de resíduos e dos grandes geradores eventualmente situados no âmbito local.

**PMSB:** O Plano de Trabalho deverá conter todas as definições, especialmente aquelas providas da reunião inicial a ocorrer entre a Equipe de Fiscalização da Contratante (Grupo de Acompanhamento do PMSB) e a Equipe da Contratada.

Nesta etapa foi realizada primeira Reunião Técnica, com intuito de explanar sobre o trabalho desenvolvido e levantar apontamentos dos técnicos representantes do município.

#### PRODUTO 2 - Plano de Mobilização Social

**PGRS:** Construção do diagnóstico compreendendo os aspectos físicos e bióticos, a geologia, a geografia e geomorfologia, a climatologia (temperatura, pluviometria, umidade do ar), a hidrologia e hidrogeologia, os principais ecossistemas (vegetação e fauna), e aspectos sociais, econômicos e de infraestrutura local.

**PMSB:** Plano de Mobilização Social

a) Definição do processo de mobilização e participação social que definirá a cronologia das etapas subseqüentes e as metodologias de implantação das atividades incluindo a Conferência Municipal de Saneamento;

b) Comunicação social - divulgação do processo, formas e canais de comunicação, formas de estimular a participação da sociedade no processo de planejamento, fiscalização e regulação dos serviços de saneamento básico.

CONDEP  
28 JUN 2019  
O SELO DE AUTENTICIDADE DA  
FOLHA, FOI AFIIXADO NA ÚLTIMA  
FOLHA DESTA DOCUMENTAÇÃO.

CREA-PR  
O SELO DE AUTENTICIDADE FOI  
AFIXADO NA ÚLTIMA FOLHA



**PRODUTO 3 – Diagnóstico da Situação da Prestação de Serviços de Saneamento Básico**

**PGRS:** Apresentação do diagnóstico do município com a versão preliminar do PMGIRS para a equipe técnica responsável em cada município.

**PMSB:** Diagnóstico da situação da prestação dos serviços de saneamento básico e seus impactos nas condições de vida e no ambiente natural, caracterização institucional da prestação dos serviços e capacidade econômico-financeira e de endividamento do Município.

- a) Caracterização geral do município;
- b) Situação Institucional;
- c) Situação econômico-financeira;
- d) Sistema de abastecimento de água;
- e) Sistema de esgotamento sanitário;
- f) Serviços de manejo de águas pluviais e drenagem urbana;
- g) Desenvolvimento urbano e habitação;
- h) Meio ambiente e recursos hídricos;
- i) Saúde.

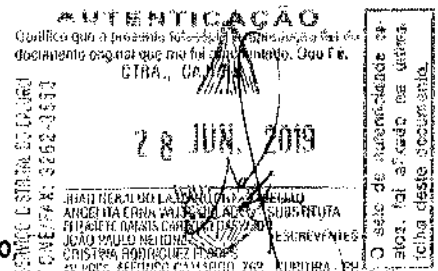
**PRODUTO 4 – Prognóstico e alternativas para a Universalização dos Serviços de saneamento básico**

**PGRS:** Apresentação do PMGIRS em Audiência Pública.

**PMSB:** Prognósticos e alternativas para universalização dos serviços de saneamento básico.

**Objetivos e Metas:**

- a) Modelo de gestão dos serviços de saneamento básico;
- b) Definição de premissas e critérios para os cenários futuros;
- c) Projeções de demanda de serviços públicos de saneamento básico para:
  - 1. Sistema de abastecimento de água;
  - 2. Sistema de esgotamento sanitário;
  - 3. Serviços de manejo de águas pluviais e drenagem urbana.
- d) Modelo de fiscalização e regulação dos serviços locais de saneamento básico;
- e) Estimativa das Demandas por serviços de saneamento básico para todo o período do PMSB;
- f) Definição de responsabilidades dos serviços de saneamento básico tratados no PMSB;
- g) Alternativas para o atendimento das demandas dos 4 (quatro) eixos dos serviços de saneamento básico para atendimento das carências existentes, de acordo com a lei nº 11.445/07;
- h) Objetivos e metas pretendidas com a implantação do PMSB;
- i) Análise da viabilidade técnica e econômico-financeira da prestação dos serviços considerando os cenários dos objetivos, metas, programas, projetos e ações.

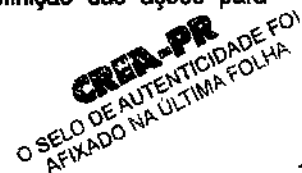


**PRODUTO 5 – Concepção, para os 4 (quatro) eixos dos serviços de saneamento básico, dos programas, projetos e ações necessárias para atingir os objetivos e as metas do PMSB e definição das ações para emergência e contingência**

**PGRS:** Revisão final do plano.

**PMSB:** Concepção, para os 4 (quatro) eixos dos serviços de saneamento básico, dos programas, projetos e ações necessárias para atingir os objetivos e as metas do PMSB e definição das ações para emergência e contingência.

- a) Ações imediatas;
- b) Ações prioritárias;
- c) Programação das ações do PMSB;
- d) Cronograma de implantação das ações estabelecidas para o PMSB;
- e) Mecanismos para a avaliação sistemática da eficácia, eficiência e efetividade das ações programadas;





- f) Atendimento de demandas temporárias;
- g) Atendimento e operação em situações críticas;
- h) Planejamento de planos de riscos para garantia da segurança da água.

**PRODUTO 6 - Estabelecer, para os 4 (quatro) eixos dos serviços de saneamento básico, mecanismos e procedimentos de controle social e dos instrumentos para o monitoramento e avaliação sistemática da eficiência, eficácia e efetividade das ações programadas**

**PGRS:** Consolidação do plano.

**PMSB:** Estabelecer, para os 4 (quatro) eixos dos serviços de saneamento básico, mecanismos e procedimentos de controle social e dos instrumentos para o monitoramento e avaliação sistemática da eficiência, eficácia e efetividade das ações programadas.

- a) Propostas de arranjos institucionais e gerenciais;
- b) Indicadores de interesse para acompanhamento das metas;
- c) Critérios para avaliação dos resultados do PMSB e suas ações;
- d) Estruturação local da fiscalização e da regulação no âmbito da Política de Saneamento Básico, bem como para acompanhamento das ações do PMSB.

**PRODUTO 7 - Relatório do Plano Municipal de Saneamento Básico**

**PGRS:** Compatibilização com o Produto Final da PARTE II, referente ao Saneamento Básico.

**PMSB:** Relatório do Plano Municipal de Saneamento Básico.

- a) Relatório síntese do PMSB para distribuição aos participantes representantes de entidades não pertencentes à administração pública;
- b) Conferência Municipal de saneamento para apreciação do PMSB (deve incluir análise das propostas apresentadas pela sociedade civil para incorporação ou não ao texto do PMSB);
- c) Minuta do PMSB, para a apreciação da contratante;
- d) Relatório final consolidado do Plano Municipal de Saneamento Básico, contemplando todas as etapas e produtos desenvolvidos nos 04 (quatro) componentes do PMSB;
- e) Proposta de anteprojeto de lei ou de minuta de decreto para aprovação do Plano Municipal de Saneamento Básico.

**Reuniões Técnicas, Oficinas Comunitárias e Conferência Municipal**

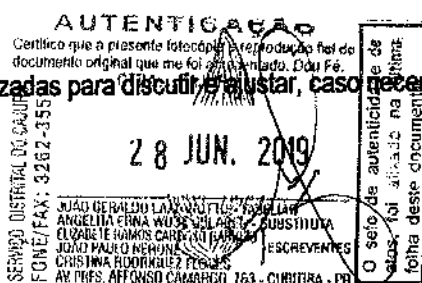
Ao logo de toda a elaboração do plano, a mobilização social e o processo participativo dos cidadãos foram fundamentais na construção dos Planos Setoriais. Foram realizadas audiências públicas, reuniões técnicas, oficinas comunitárias, e a conferência municipal, para formação e apresentação dos produtos que contemplam os Planos. Nestes eventos também se dará a validação e aprovação dos produtos elaborados.

**Audiências Públicas**

Foi realizada uma Audiência Pública para apresentar para a população os Programas, Projetos e Ações desenvolvidos nos Planos.

**Reuniões técnicas**

As reuniões técnicas serão realizadas para discutir e ajustar, caso necessário, os produtos entregues.





Ecotécnica – Tecnologia e Consultoria Ltda.  
 Curitiba – PR  
 E-mail: etc@ecotecnica.com.br - Fone/Fax (41) 3026-8639

1419

**FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS**

Este atestado foi emitido por solicitação da empresa ECOTÉCNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA. A emissão desse atestado substitui todos os demais documentos correlatos já emitidos ou fornecidos.

Curitiba, 20 de julho de 2016.

  
 Ecotécnica Tecnologia e Consultoria Ltda (ETC)  
 Sandia Mayumi Nakamura  
 Sócia Administrativa  
 Arquiteta e Urbanista

  
 Responsável Técnico  
 Nilo Aihara  
 CREA – PR 8040/D  
 Engenheiro Civil



**ATENÇÃO**  
 Certifico que a presente fotocópia é verdadeira e fiel ao documento original.  
 CURITIBA, 20 de JULHO de 2016.  
 20 JUN 2016  
 PAULO GERALDO ALVES DE SOUZA  
 ANDELIA GOMES DE SOUZA  
 ELIZABETE HANSEN  
 JOÃO PAULO DE SOUZA  
 CRISTINA ROCHA RIEZ  
 AZ. DRES. AFFONSO CAMARGO, 171 - JARDIM  
 FONE/FAX: 3252-3353  
 F0310598

Selec. de este atestado e anexos, foi atestado na íntegra desta documento.

Patricia Fomaza Ferreira  
 Escrevente



0471



**ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA**

Atestamos para os devidos fins, que a **ECOTÉCNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA**, com sede à Maria Rita das Chagas Lima, 317, Bairro São Braz CEP 82.300-330 - Curitiba - PR, inscrita no CNPJ 02.610.553/0001-91 tendo como responsável técnica a Arquiteta e Urbanista **SANDRA MAYUMI NAKAMURA**, carteira profissional CAU-A28547-1, esta prestando para o **CONDER - CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO CENTRO SUL/PR**, com sede à Rua Conselheiro Zacarias, 628, Centro, na cidade de Iriti, Estado do Paraná CNPJ 07.051.788/0001-04, os serviços referentes à elaboração do **DIAGNÓSTICO E PROPOSTA DE REGIONALIZAÇÃO** e elaboração de **PLANOS SETORIAIS MUNICIPAIS**, dos municípios de Fernandes Pinheiro, Guamiranga, Inácio Martins, Rebouças, Rio Azul e Teixeira Soares, tendo demonstrado Capacidade Técnica no fornecimento dos mesmos, nada constando em nossos arquivos que a desabone.

**CARACTERÍSTICAS DOS SERVIÇOS**

Início dos serviços: 15 de outubro de 2015  
 Conclusão dos serviços: 20 de janeiro de 2017  
 Objeto do contrato: **DIAGNÓSTICO E PROPOSTA DE REGIONALIZAÇÃO** e elaboração de **PLANOS SETORIAIS MUNICIPAIS**, dos municípios de Fernandes Pinheiro, Guamiranga, Inácio Martins, Rebouças, Rio Azul e Teixeira Soares.  
 Local da Obra: Rua Conselheiro Zacarias, 628, Centro, na cidade de Iriti, Estado do Paraná

**EQUIPE TÉCNICA**

**Coordenação Técnica**

Coordenação Geral	Arquiteta e Urbanista Esp. Sandra Mayumi Nakamura	CAU A28547-1
Coordenação Adjunta	Engenheiro Civil Esp. Nilo Aihara	CREA 8.040/D
<b>Equipe Técnica</b>		
Advogada Esp.	Márcia Valéria Santos Barbosa	OAB-PR 61291
Advogado Esp.	Rafael Gustavo Cavichiolo	OAB-PR 34517
Biólogo Esp.	Luiz Gustavo Andreguette	CRBio-PR 50.593/07D
Contador	Walter José Floriano de Moraes	CRC - PR 025.751/03
Engenheiro Ambiental	Lídia Sayoko Tanaka	CREA 87.131/D
Arquiteta e Urbanista	Vanessa Boscaro Fernandes	CAU A37721-0
Arquiteta e Urbanista	Grasielle da Silva Pedroso	CAU A59419-9
Arquiteta e Urbanista	Mayra Mayumi Aihara	CAU A109164-6
Arquiteto e Urbanista	Gustavo Domingues Gaspari	CAU A118245-5
Zootecnista	Gisele Leopoldino	CRMV/Z - PR 1094
Zootecnista	Milton Kentaro Nakamura	CRMV/Z - PR 0568

Certidão nº 461878/2018 - 29/08/2018, 13:03 - Chave de Impressão: 89YZCB5Y9W6658ZCZ70C  
 O atestado neste ato registrado foi emitido em 29/08/2018, e contém 7 folhas



Este documento encontra-se registrado no Conselho de Arquitetura e Urbanismo, vinculado à Certidão De Aproveitamento Técnico Com Atestado nº 461878, emitida em 29/08/2018

*(Handwritten signatures and initials)*



### Equipe de Apoio

Acadêmica em Arquitetura e Urbanismo	Amanda Carolina Santos Motta
Acadêmica em Arquitetura e Urbanismo	Ana Julia Madalozo Molinari Gonçalves
Acadêmica em Arquitetura e Urbanismo	Fernanda Maria Capitão Vigário Marchi
Acadêmica em Engenharia Civil	Luisa Raquel Santos Motta

### DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

Com base em uma leitura regional a ser realizada a partir do Diagnóstico Regional, será proposto um estudo de regionalização no âmbito da gestão dos resíduos sólidos. O Estudo tem como objetivo dotar os municípios dos instrumentos legais, técnicos e gerenciais necessários à implementação de um sistema de gestão regional e integrada dos resíduos sólidos, contendo propostas de mecanismos e estratégias necessárias à implementação de uma política regional de gestão dos resíduos sólidos, levando em consideração as variáveis ambientais, sociais, culturais, abrangendo os aspectos técnicos, legais, organizacionais, de desenvolvimento institucional e mercadológico, considerando a participação da Prefeitura, do Governo Estadual e Federal, da iniciativa privada e das organizações da sociedade civil, com definição de atribuições e responsabilidades.

A metodologia e as técnicas utilizadas na execução das atividades, originando os produtos de cada uma das fases do Plano, estão em conformidade com o Termo de Referência emitido pelo CONDER.

Os serviços que foram realizados no desenvolvimento dos Planos Setoriais de Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS) e Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) dos municípios Fernandes Pinheiro, Guamiranga, Inácio Martins, Rebouças, Rio Azul e Teixeira Soares, tem como objetivos:

Dotar os municípios dos instrumentos legais, técnicos e gerenciais necessários à implementação de um sistema adequado de gestão integrada dos resíduos sólidos, abrangendo o planejamento, o licenciamento ambiental, a implantação a operação e o monitoramento do funcionamento das unidades componentes do sistema e que esses instrumentos atendam às necessidades locais, contendo propostas de mecanismos e estratégias necessárias à implementação de uma política de gestão dos resíduos sólidos no âmbito local, levando em consideração as variáveis ambientais, sociais, culturais, abrangendo os aspectos técnicos, legais, organizacionais, de desenvolvimento institucional e mercadológico, considerando a participação da Prefeitura, do Governo Estadual e Federal, da iniciativa privada e das organizações da sociedade civil, com definição de atribuições e responsabilidades.

Implantar a gestão de saneamento básico nos municípios citados, por intermédio da elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico – PMSB, diagnosticar o estado de salubridade ambiental da prestação dos serviços de saneamento básico e estabelecer a programação das ações e dos investimentos necessários para a universalização, com qualidade, destes serviços. Consequentemente, promover a saúde, a qualidade de vida e do meio ambiente, assim como organizar a gestão e estabelecer as condições para a prestação dos serviços de saneamento básico, de forma a que cheguem a todo cidadão, integralmente, sem interrupção e com qualidade.

#### 1. Escopo e Metodologia

Apresenta-se o escopo de execução das atividades, originando os produtos de cada uma das fases do Plano, em conformidade com o Termo de Referência emitido pelo CONDER. As fases e respectivos produtos produzidos são:





### **PRODUTO 1 – Plano de Trabalho**

**PGRS:** Pesquisa de campo no território de cada município, com o objetivo de identificar possíveis passivos ambientais georeferenciados, qualificar e quantificar os resíduos gerados, efetuar um levantamento das rotas de coleta, apanhar informações sobre o custeio do sistema de manejo de resíduos e dos grandes geradores eventualmente situados no âmbito local.

**PMSB:** O Plano de Trabalho deverá conter todas as definições, especialmente aquelas providas da reunião inicial a ocorrer entre a Equipe de Fiscalização da Contratante (Grupo de Acompanhamento do PMSB) e a Equipe da Contratada.

Nesta etapa foi realizada primeira Reunião Técnica, com intuito de explanar sobre o trabalho desenvolvido e levantar apontamentos dos técnicos representantes dos municípios envolvidos nos Planos Setoriais.

### **PRODUTO 2 – Plano de Mobilização Social**

**PGRS:** Construção de um diagnóstico compreendendo os aspectos físicos e bióticos, a geologia, a geografia e geomorfologia, a climatologia (temperatura, pluviometria, umidade do ar), a hidrologia e hidrogeologia, os principais ecossistemas (vegetação e fauna), e aspectos sociais, econômicos e de infraestrutura local.

**PMSB:** Plano de Mobilização Social

- a) Definição do processo de mobilização e participação social que definiu a cronologia das etapas subsequentes e as metodologias de implantação das atividades incluindo a Conferência Municipal de Saneamento;
- b) Comunicação social – divulgação do processo, formas e canais de comunicação, formas de estimular a participação da sociedade no processo de planejamento, fiscalização e regulação dos serviços de saneamento básico.

### **PRODUTO 3 – Diagnóstico da Situação da Prestação de Serviços de Saneamento Básico**

**PGRS:** Apresentação do diagnóstico do município com a versão preliminar do PMGIRS para a equipe técnica responsável em cada município.

**PMSB:** Diagnóstico da situação da prestação dos serviços de saneamento básico e seus impactos nas condições de vida e no ambiente natural, caracterização institucional da prestação dos serviços e capacidade econômico-financeira e de endividamento do Município.

- a) Caracterização geral do município;
- b) Situação Institucional;
- c) Situação econômico-financeira;
- d) Sistema de abastecimento de água;
- e) Sistema de esgotamento sanitário;
- f) Serviços de manejo de águas pluviais e drenagem urbana;
- g) Desenvolvimento urbano e habitação;
- h) Meio ambiente e recursos hídricos;
- i) Saúde.

### **PRODUTO 4 – Prognóstico e alternativas para a Universalização dos Serviços de saneamento básico**

**PGRS:** Apresentação do PMGIRS em Audiência Pública.

**PMSB:** Prognósticos e alternativas para universalização dos serviços de saneamento básico.







**Objetivos e Metas:**

- a) Modelo de gestão dos serviços de saneamento básico;
- b) Definição de premissas e critérios para os cenários futuros;
- c) Projeções de demanda de serviços públicos de saneamento básico para:
  1. Sistema de abastecimento de água;
  2. Sistema de esgotamento sanitário;
  3. Serviços de manejo de águas pluviais e drenagem urbana.
- d) Modelo de fiscalização e regulação dos serviços locais de saneamento básico;
- e) Estimativa das Demandas por serviços de saneamento básico para todo o período do PMSB;
- f) Definição de responsabilidades dos serviços de saneamento básico tratados no PMSB;
- g) Alternativas para o atendimento das demandas dos 4 (quatro) eixos dos serviços de saneamento básico para atendimento das carências existentes, de acordo com a lei nº 11.445/07;
- h) Objetivos e metas pretendidas com a implantação do PMSB;
- i) Análise da viabilidade técnica e econômico-financeira da prestação dos serviços considerando os cenários dos objetivos, metas, programas, projetos e ações.

**PRODUTO 5 - Concepção, para os 4 (quatro) eixos dos serviços de saneamento básico, dos programas, projetos e ações necessárias para atingir os objetivos e as metas do PMSB e definição das ações para emergência e contingência**

**PGRS:** Revisão final do plano.

**PMSB:** Concepção, para os 4 (quatro) eixos dos serviços de saneamento básico, dos programas, projetos e ações necessárias para atingir os objetivos e as metas do PMSB e definição das ações para emergência e contingência.

- a) Ações imediatas;
- b) Ações prioritárias;
- c) Programação das ações do PMSB;
- d) Cronograma de implantação das ações estabelecidas para o PMSB;
- e) Mecanismos para a avaliação sistemática da eficácia, eficiência e efetividade das ações programadas;
- f) Atendimento de demandas temporárias;
- g) Atendimento e operação em situações críticas;
- h) Planejamento de planos de riscos para garantia da segurança da água.

**PRODUTO 6 - Estabelecimento, para os 4 (quatro) eixos dos serviços de saneamento básico, mecanismos e procedimentos de controle social e dos instrumentos para o monitoramento e avaliação sistemática da eficiência, eficácia e efetividade das ações programadas**

**PGRS:** Consolidação do plano.

**PMSB:** Estabelecimento, para os 4 (quatro) eixos dos serviços de saneamento básico, mecanismos e procedimentos de controle social e dos instrumentos para o monitoramento e avaliação sistemática da eficiência, eficácia e efetividade das ações programadas.

- a) Propostas de arranjos institucionais e gerenciais;
- b) Indicadores de interesse para acompanhamento das metas;
- c) Critérios para avaliação dos resultados do PMSB e suas ações;
- d) Estruturação local da fiscalização e da regulação no âmbito da Política de Saneamento Básico, bem como para acompanhamento das ações do PMSB.





Certidão nº 461878/2016 - 29/08/2018, 13:03 - Chave de Impressão: 89YZCB5Y9W6658ZCZ70C  
O atestado neste ato registrado foi emitido em 29/08/2018, e contém 7 folhas

**PRODUTO 7 - Relatório do Plano Municipal de Saneamento Básico**

**PGRS:** Compatibilização com o Produto Final da PARTE II, referente ao Saneamento Básico.

**PMSB:** Relatório do Plano Municipal de Saneamento Básico.

- a) Relatório síntese do PMSB para distribuição aos participantes representantes de entidades não pertencentes à administração pública;
- b) Conferência Municipal de saneamento para apreciação do PMSB (deve incluir análise das propostas apresentadas pela sociedade civil para incorporação ou não ao texto do PMSB);
- c) Minuta do PMSB, para a apreciação da contratante;
- d) Relatório final consolidado do Plano Municipal de Saneamento Básico, contemplando todas as etapas e produtos desenvolvidos nos 04 (quatro) componentes do PMSB;
- e) Proposta de anteprojeto de lei ou de minuta de decreto para aprovação do Plano Municipal de Saneamento Básico.

**Reuniões Técnicas, Oficinas Comunitárias e Conferência Municipal**

Ao longo de toda a elaboração do plano, a mobilização social e o processo participativo dos cidadãos foram fundamentais na construção dos Planos Setoriais. Foram realizadas audiências públicas, reuniões técnicas, oficinas comunitárias, e a conferência municipal, para formação e apresentação dos produtos que contemplam os Planos. Nestes eventos também realizou-se a validação e aprovação dos produtos elaborados.

**Audiências Públicas**

Realização de Audiências Públicas para apresentar para a população Diagnóstico da situação atual e os Programas, Projetos e Ações desenvolvidos nos Planos.

**Reuniões técnicas**

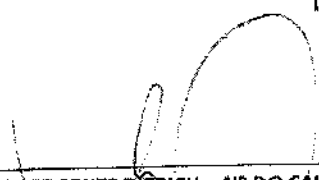
As reuniões técnicas foram realizadas ao longo do processo de elaboração dos Planos.

**FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS**

Este atestado foi emitido por solicitação da empresa ECOTÉCNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA. A emissão desse atestado substitui todos os demais documentos correlatos já emitidos ou fornecidos.

Curitiba, 20 de janeiro de 2017.

TELMA REGINA BILOUS FENKER  
Presidente do CONDER



DIORGENES DITRICH - Nº DO CAU A 86747 - 0  
Responsável Técnico da Interviente Fiscal  
AMCESPAR/CONDER



Luiz Vanderlei Kawa  
Secretário Executivo  
AMCESPAR/CONDER



Este documento encontra-se registrado no Conselho de Arquitetura e Urbanismo, vinculado à Certidão De Aproveitamento Com Atestado nº 461878, emitida em 29/08/2016



**Conselho de Arquitetura e Urbanismo**  
**CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO COM ATESTADO**  
 Lei Nº 12378 de 31 de Dezembro de 2010

**CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO COM ATESTADO**  
**Nº 0000000461878**



CERTIFICAMOS, para os devidos fins, que consta em nossos arquivos o registro de Acervo referente ao(s) Registro(s) de Responsabilidade Técnica - RRTs abaixo discriminado(s):

**DADOS DO PROFISSIONAL**

Título do Profissional: Arquiteto e Urbanista  
 Data de obtenção de Títulos: 03/02/1999  
 Registro Nacional: 000A285471  
 Data de Registro nacional profissional: 04/02/1999

Validade: Indefinida

**DADOS DOS REGISTROS DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA-RRT**

Número do RRT: 5446901 Tipo do RRT: SIMPLES Registrado em: 31/01/2017  
 Forma de Registro: RETIFICADOR à 5435727 Participação Técnica: EQUIPE  
 Descrição: Elaboração do DIAGNÓSTICO DE REGIONALIZAÇÃO e Elaboração de PLANOS SETORIAIS MUNICIPAIS, dos municípios de Fernandes Pinheiro, Guamiranga, Inácio Martins, Rebouças, Rio Azul e Teixeira Soares.  
 Empresa contratada: ECOTECNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA  
 CNPJ: 02.610.553/0001-91

**DADOS DO CONTRATO**

Contratante: CONDER - Consórcio de Desenvolvimento Regional do Centro Sul-PR  
 CPF/CNPJ: 07051788000104  
 RUA CONSELHEIRO ZACARIAS Nº 628  
 Complemento:  
 Cidade: IRATI Bairro: CENTRO UF: PR CEP: 84500000  
 Contrato:  
 Celebrado em: 08/10/2015  
 Valor do Contrato: R\$ 0,00 Tipo do Contratante: Pessoa jurídica de direito privado  
 Data de Início: 15/10/2015 Data de término da atividade:

**ATIVIDADE TÉCNICA REALIZADA**

3.1 - COORDENAÇÃO E COMPATIBILIZAÇÃO DE PROJETOS , 6.00 un - unidade ;

**ENDEREÇO DA OBRA/SERVIÇO**

RUA CONSELHEIRO ZACARIAS Nº 628  
 Complemento: Bairro: CENTRO  
 Cidade: IRATI UF: PR CEP: 84500000  
 Coordenadas Geográficas: 0 0

**DESCRIÇÃO**

CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO COM ATESTADO

**INFORMAÇÕES IMPORTANTES**

- Esta certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos
- Certificamos que se encontra vinculado à presente CAT o atestado apresentado em cumprimento à Lei nº 8.666/93, expedido pela pessoa jurídica contratante, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes. É de responsabilidade deste Conselho a verificação da atividade profissional em conformidade com a Lei nº 12.378/2010 e Resoluções do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR)

14280



**Conselho de Arquitetura e Urbanismo**  
**CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO COM ATESTADO**  
Lei Nº 12378 de 31 de Dezembro de 2010

**CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO COM ATESTADO**  
**Nº 0000000461878**

- A Certidão de Acervo Técnico (CAT) à qual o atestado está vinculado constituirá prova da capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver ou venha a ser integrado ao seu quadro técnico por meio de declaração entregue no momento da habilitação ou da entrega das propostas

- Certificamos, ainda, que nos termos do artigo 2º da Lei nº 12.378/2010 e artigos 2º e 3º da Resolução nº 21/2012-CAU/BR, esta Certidão é válida somente para os serviços condizentes com as atribuições profissionais acima discriminadas

- Em conformidade com o que determina o Art. 45 da Lei 12.378, toda realização de trabalho de competência privativa ou de atuação compartilhadas com outras profissões regulamentadas será objeto de Registro de Responsabilidade Técnica - RRT

- Válida em todo o território nacional.



Certidão nº PR

29/08/2018, 13:03

Chave de Impressão: Curitiba/PR

*[Handwritten signatures and marks]*  
0473

## CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA

**LÍDIA SAYOKO TANAKA**, brasileiro (a), maior, Engenheira Ambiental, portadora da Cédula de Identidade RG nº 5.976.212-5/ PR expedida pelo Instituto de Identificação do Estado do Paraná e do CPF/MF nº 015.332.209-80, residente e domiciliada na Rua Marechal Otávio Saldanha Mazza, nº 7703, apto. 132. CEP: 81.130-220 – Bairro Capão Raso - Curitiba Estado do Paraná, doravante denominado simplesmente **CONTRATADA**,

**ECOTÉCNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA- EPP**, pessoa jurídica de direito privado, com sua sede e foro no Município de Curitiba, Estado do Paraná, a Rua Maria Rita da Chagas Lima, nº 317, Bairro do São Braz, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.610.553/0001 – 91 e isenta de inscrição estadual, neste ato representado por sua Sócia-Administradora **SANDRA MAYUMI NAKAMURA**, brasileira, maior, Arquiteta e Urbanista, registrado no Conselho de Arquitetura e Urbanismo, do Paraná – CAU/PR sob o nº A28547-1, portadora da Cédula de Identidade RG nº 1.449.396-4, expedida pelo Instituto de Identificação do Estado do Paraná e do CPF/MF nº 030.228.409-50, residente e domiciliada à Rua Homero Camargo de Oliveira, nº 330, Bairro São Braz, no Município de Curitiba, Estado do Paraná, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE**;

Resolvem celebrar o presente contrato segundo as cláusulas e condições seguintes:

### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Prestação de serviços referentes a área de Engenharia Ambiental.

### PARÁGRAFO ÚNICO:

Nenhuma cláusula ou disposição do presente contrato poderá ser interpretada com atributiva de poderes de mando mercantil ou civil ao **CONTRATADO** o qual somente poderá agir como mandatário da **CONTRATANTE**, caso se apresente munido de procuração bastante, feita por instrumento público e com poderes específicos para a prática dos atos contemplados, sob pena de infringir o presente contrato e de tais atos não obrigarem a **CONTRATANTE**.

### CLÁUSULA SEGUNDA - DO PERÍODO DE VIGÊNCIA E PRAZOS:

Este contrato vigorará na data da assinatura, podendo ser prorrogada ou rescindida a critério exclusivo das partes, mediante prévio aviso, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, e manifestado por escrito;

1. O contrato terá o prazo de vigência de 36 (trinta e seis) meses corridos, a contar da data de assinatura do presente instrumento;
2. Os prazos para elaboração e entrega dos serviços e produtos parciais e finais deverá ser acordado com a Coordenação Geral e Executiva dos trabalhos.

### CLÁUSULA TERCEIRA - NÃO EXCLUSIVIDADE

A contratação ora acordada não tem caráter de exclusividade desde que o **CONTRATADO** e a **CONTRATANTE**, mantenham um bom conceito e uma boa relação comercial.

### PARÁGRAFO ÚNICO:

Fica a critério do **CONTRATADO** a utilização do espaço físico e/ou equipamentos da **CONTRATANTE** como e quando melhor lhe convier, condicionado ao aviso prévio quanto ao período e frequência de uso pretendida.

### CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO:

Manter a **CONTRATANTE** permanentemente informada sobre qualquer evento que possa comprometer, no todo ou em parte, a efetivação das entregas dos produtos e serviços;

1. Refazer ou reparar, às suas expensas e nos prazos estipulados pela **CONTRATANTE**, todo e qualquer serviço considerado inaceitável, por estar fora do previsto das normas técnicas ou outros documentos formalizados como base de trabalho para o cumprimento dos objetivos do presente Contrato;

2. O **CONTRATADO** zelará quanto ao cumprimento e respeito às **NORMAS DE SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO**, conforme legislação vigente;
3. O **CONTRATADO** compromete-se a não ofertar ou conceder a nenhum funcionário público nem a outras pessoas, direta ou indiretamente, nenhuma vantagem inadmissível que tenha relação com o desenvolvimento dos trabalhos orientados por este contrato;
4. O **CONTRATADO** obriga-se a não se envolver de maneira alguma em assuntos de natureza política institucional ou governamental, no âmbito do desenvolvimento dos trabalhos orientados pelo presente Contrato;
5. O **CONTRATADO** responderá por perdas e danos a **CONTRATANTE**, apenas dentro dos limites e obrigações estabelecidas neste contrato;
6. Nenhuma responsabilidade civil, penal ou administrativa será atribuída a **CONTRATANTE** por extensão, sequer por solidariedade, em razão de acidentes de trabalho, dano ambiental ou atos ilícitos que ensejem responsabilidade civil, penal e administrativa causados por dolo ou culpa do **CONTRATADO** por ação resultante da execução deste Contrato.



#### **CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:**

Fornecer as informações, instruções e localizações que se fizerem necessárias para a execução completa dos serviços;

1. Analisar os produtos entregues pelo **CONTRATADO**, atestando-os quanto ao aceite por parte da Prefeitura Municipal enquanto apto ao cumprimento das obrigações da **CONTRATANTE** ou manifestando sua recusa caso não estejam em conformidade;
2. Notificar, por escrito, ao **CONTRATADO**, sobre as lacunas, defeitos ou irregularidades encontradas na execução dos serviços, fixando prazos hábeis para sua correção;
3. Notificar, por escrito ao **CONTRATADO**, sobre toda e qualquer alteração nos projetos, decisões sobre execução e cronograma, prioridades e demais detalhes que possam influenciar na execução dos serviços previstos no presente Contrato;
4. A **CONTRATANTE** responderá por perdas e danos ao **CONTRATADO**, apenas dentro dos limites e obrigações estabelecidas neste contrato;
5. Nenhuma responsabilidade civil, penal ou administrativa será atribuída ao **CONTRATADO** por extensão, sequer por solidariedade, em razão de acidentes de trabalho, dano ambiental ou atos ilícitos que ensejem responsabilidade civil, penal e administrativa causados por dolo ou culpa da **CONTRATANTE** por ação resultante da execução deste Contrato.

#### **CLÁUSULA SEXTA – DA SUPERVISÃO:**

A supervisão dos trabalhos será realizada pela Coordenação Geral da **CONTRATANTE**, definidos explicitamente, ou ainda por técnicos devidamente por ela indicados e autorizados.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DAS DESPESAS:**

As despesas de apoio logístico, viagens, diárias de alimentação e outras despesas imprevistas necessárias a consecução dos objetivos do trabalho, deverão ser planejadas e apresentadas pelo **CONTRATADO** e previamente aprovadas pela **CONTRATANTE**. As despesas serão realizadas em conformidade com as normas e limites comunicadas especificamente para cada caso. Tais despesas serão realizadas pelo regime de adiantamento de recursos ao consultor e determinantes de prestação de contas periódica ou por evento considerado.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES:**

O **CONTRATADO** poderá ser penalizada com a redução de valores de sua remuneração, a título de mora, em caso de atraso injustificado na entrega do produto previsto, considerando os prazos estabelecidos neste contrato.

1. A aplicação de quaisquer das penalidades previstas acima, não cessa os direitos e deveres estabelecidos para cada uma das Partes no presente contrato.

**CLÁUSULA NONA – DA AUSÊNCIA DE VÍNCULO:**

Não se estabelece por força deste Contrato, qualquer vínculo empregatício ou de qualquer outra natureza, entre o **CONTRATADO** e a **CONTRATANTE**, cabendo a cada uma das partes a responsabilidade pelo recolhimento dos encargos sociais, do FGTS, INSS e demais taxas e emolumentos trabalhistas eventualmente produzidos como efeito dos pagamentos realizados pela realização dos serviços.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS:**

Os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), que sejam devidos em decorrência direta ou indireta deste instrumento contratual ou de sua execução, são de exclusiva responsabilidade do contribuinte assim definido na norma tributária, sem direito a reembolso;

1. O **CONTRATADO** declara haver levado em conta, na apresentação de sua proposta, os tributos incidentes sobre a execução dos serviços, não cabendo qualquer reivindicação devida a erro nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preço ou reembolso por recolhimentos determinados pela autoridade competente.



**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA CONFIDENCIALIDADE DAS INFORMAÇÕES:**

Todo conhecimento e informação oferecida pela **CONTRATANTE** e/ou Prefeitura Municipal e instituições ou empresas vinculadas ao processo para a execução do objeto do presente contrato deverão ser tratados como confidenciais pelo **CONTRATADO**, não podendo ser divulgado ou repassado a terceiros sem a autorização expressa por escrito por parte da **CONTRATANTE**;

1. Durante e mesmo após o término da vigência do Contrato, o **CONTRATADO** fica obrigado a manter sigilo sobre todos os fatos e informações que se tornaram de seu conhecimento durante o exercício de suas atividades. Todos os documentos, relatórios, estimativas de custo, dados técnicos e informações terão caráter confidencial e não poderão ser tornados acessíveis a terceiros. Deverão ser observadas todas as normas profissionais fundamentais para a execução dos trabalhos ratificadas no Brasil.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS DIREITOS AUTORAIS:**

Fica estabelecido que os direitos autorais e patrimoniais dos produtos deste Contrato, a serem entregues também em formato digital, pertencem a **CONTRATANTE**. Fica reservado aos partícipes o direito de utilizar os resultados obtidos nos trabalhos executados, para fins de publicação, tendo a obrigatoriedade de citar os participantes e as entidades envolvidas.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA COMUNICAÇÃO ENTRE AS PARTES:**

Ficam ambas as Partes cientes de que toda a comunicação formal referente ao conteúdo e especificação das medidas a serem adotadas e dos resultados a serem produzidos deverá ser feita exclusivamente por escrito, podendo-se, para tanto, utilizar correspondência eletrônica.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RESCISÃO:**

Ficam ambas as partes cientes de que o contrato é passível de rescisão por iniciativa da **CONTRATANTE**, devidamente justificada de maneira explícita, apenas nas seguintes circunstâncias:

1. Em caso de comprovada impossibilidade de trabalho relacionada à enfermidade grave ou acidente que impossibilite a atuação do **CONTRATADO**.
2. Em caso de descumprimento por parte do **CONTRATADO** das responsabilidades, obrigações;

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO**

As Partes atribuem ao presente Contrato plena eficácia e força executiva extrajudicial e elegem o foro da Comarca de Curitiba para dirimir qualquer questão oriunda deste Contrato, excluído qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

0481

1430p



E, por estarem justos e contratados, lavram, datam e assinam, juntamente com 2 (duas) testemunhas, o presente **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA**.

Curitiba (PR), 26 de junho de 2019

  
**Lidia Sayoko Tanaka**  
**Engenheira Ambiental**



  
**ECOTÉCNICA Tecnologia e Consultoria Ltda**  
**Sandra Mayumi Nakamura**  
**Contratante**

Nome: CARLOS VERGILIANO

Nome: FLA T BREUER

CPF: 004.374.930-40

CPF: 106.401.084-84



  
**0482**





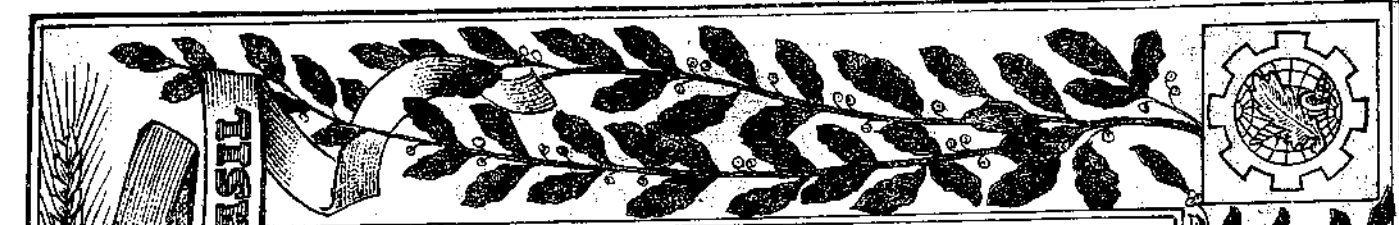
Ecotécnica - Tecnologia e Consultoria Ltda.  
CNPJ: 02.610.553/0001-91  
Rua Maria Rita da Chagas Lima, 317, Bairro São Braz, CEP: 82.300-330. Curitiba-PR  
Telefone (41) 3026-8639  
E-mail: licitacao@ecotecnica.com.br

1431

## JACKSON TEIXEIRA BITTENCOURT – ECONOMISTA

- ✓ Diplomas
- ✓ Certidão de Registro Profissional
- ✓ Comprovação de experiência
- ✓ Comprovação de Vínculo com a empresa

Especificação dos Títulos/Atestados	Total de Pontos por documento	Pontuação Ecotécnica	Trabalhos apresentados	
Economista - Jackson Teixeira Bittencourt	Certidão(ões) de Acervo(s) Técnico(s) registrada(s) no respectivo Conselho de Classe e/ou Atestados de Capacidade Técnica expedidos por pessoa jurídica de direito público, que atestem a experiência específica da consultoria relativa à revisão/elaboração de Plano Diretor já concluído.	1	3	PDM Montenegro PDM Videira PDM Canoinhas PDM Balsa Nova PDM Araucária PDM Guaraqueçaba
	Certidão(ões) de Acervo(s) Técnico(s) registrada(s) no respectivo Conselho de Classe e/ou Atestados de Capacidade Técnica expedidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem a experiência específica de consultoria relacionada a áreas e temáticas compatíveis com o objeto licitado.	0,5		
	Título de Mestrado em área compatível e pertinente com o objeto contratado.	1	1	Geografia
	Título de Doutorado em área compatível e pertinente com o objeto contratado.	2	2	Geografia
	Máximo de pontos	6	6	



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

# FACULDADE CATÓLICA DE ADMINISTRAÇÃO E ECONOMIA

O Diretor da Faculdade Católica de Administração e Economia, no uso de suas atribuições e tendo em vista a conclusão do curso de **Ciências Econômicas** em 16 de dezembro de 1996, confere o título de **BACHAREL EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS** a

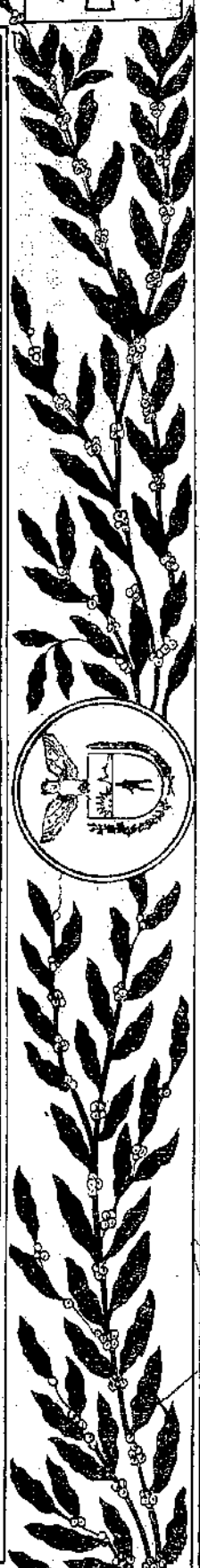
## Jackson Teixeira Bittencourt,

brasileiro, natural do Estado do Paraná, nascido a 04 de maio de 1970, portador da Carteira de Identidade n.º 4.701.601-0, expedida pelo Instituto de Identificação do Paraná, e outorga-lhe o presente Diploma, a fim de que possa gozar de todos os direitos e prerrogativas legais.

Curitiba, 05 de fevereiro de 1997.

*Glover Lopes Kujew*  
GLOWER LOPES KUJEW  
Diretor Técnico

*Sérgio Sebastião Pagan*  
SÉRGIO SEBASTIÃO PAGAN  
Diretor



**AUTENTICAÇÃO**  
Certifico que a descrição do documento e reprodução fiel do documento original me foi apresentada.

16 DE FEVEREIRO DE 1997

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

1432

Talaboratório de Notas  
Exclusivo para  
Autenticação de Cópia  
FPD06123

*Yasmin da Silva Rios*  
Escritora

AUTENTICACAO  
Certifico que a presente cópia é reprodução  
fidel do documento original que foi apresentado.  
Cópia de: 27/04/2016  
Cópia de: 27/04/2016

Tabulacao de Notas  
Exclusivo para  
Autenticacao de Copia  
FPD06113

República Federativa do Brasil  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ**

*Diploma de Mestre*

O Reitor da Universidade Federal do Paraná, no uso de suas atribuições, confere a Jackson Teixeira Bittencourt, brasileiro, natural do Paraná, nascido a 04 de maio de 1970, portador da Carteira de Identidade n.º 4.701.601-0, expedida pelo Instituto de Identificação do Paraná, o grau de Mestre, obtido a 26 de setembro de 2008, no Curso de Pós-Graduação em Geografia, área de concentração em Produção do Espaço Urbano - Regional, com os direitos e prerrogativas concedidos pelas leis brasileiras, inerentes a esse título.

Curitiba, 29 de março de 2004

*Carla*

Prof. Dr. Carlos Augusto Moreira Júnior  
Reitor

Certifico que a presente cópia é reprodução fiel do documento original e foi apressado.

AUTENTICAÇÃO

12 JUL 2015

LABORATÓRIO DO CAURU  
CONE/FAX 3262-3553

SELO FURNARIEN

TABELIONATO DE NOTAS FFG78311

12 JUL 2015

República Federativa do Brasil

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ**

*Diploma de Doutor*

O Reitor da Universidade Federal do Paraná, no uso de suas atribuições, confere a *Jackson Teixeira Bittencourt, brasileiro, natural do Estado do Paraná, nascido a 04 de maio de 1970, portador da Carteira de Identidade n.º 4701601-0 - SSP-PR, o título de Doutor em Geografia, obtido a 19 de agosto de 2011, com os direitos e prerrogativas concedidos pelas leis brasileiras, inerentes a esse título.*

*Zafra*  
Prof. Dr. Zaki Akel Sobrinho  
Reitor

Curitiba, 18 de janeiro de 2013



**CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL**

O CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA DA 6ª REGIÃO - PARANÁ certifica que o(a) Profissional identificado(a) no presente documento encontra-se em situação regular.

**IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO**

NOME.....	Jackson Teixeira Bittencourt
REGISTRO.....	5954
CATEGORIA.....	Economista
CPF.....	708.254.329-87
DATA REGISTRO	05/05/1999

Ressalvado o direito desta Autarquia Federal cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pelo CORECON/PR e a inscrições em Dívida Ativa da União. A presente CERTIDÃO não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que posteriormente, venham a ser apurados pelo CORECONPR contra o referido registro.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do sujeito passivo no âmbito do CORECON/PR e abrange exclusivamente as contribuições profissionais previstas nas alíneas no art. 6º da Lei nº 12.514, de 28 de outubro de 2011.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

A aceitação desta Certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na internet, no endereço: <http://www.coreconpr.gov.br/economista/servicos-online/>

Certidão emitida gratuitamente com base na Resolução nº 013 de 23/06/2017.

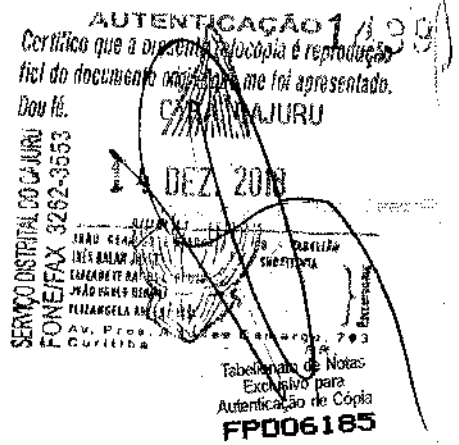
Emissão: CURITIBA, 26 de Junho de 2019 às 11:25:15  
Válido por 30 dias.  
Número de segurança: <2019-15251116020>  
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Conselho Regional de Economia da 6ª Região/Paraná  
Rua Professora Rosa Saporski, 989 - Meruês - CEP 80.810-100 - Curitiba - PR  
Tel/Fax: (41) 3336-0701 E-mail: [coreconpr@coreconpr.gov.br](mailto:coreconpr@coreconpr.gov.br) / [www.coreconpr.gov.br](http://www.coreconpr.gov.br)

**CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO**

**PROC. ADMINISTRATIVO Nº 351/18**



O Conselho Regional de Economia – 6ª Região – Paraná, em conformidade com o artigo 10, da Lei nº 1.411, de 13 de agosto de 1951, e artigos 3º e 6º, do Decreto nº 31.794, de 17 de novembro de 1952, **CERTIFICA** que se encontram registrados no Livro nº 01, página 18 sob o número de ordem 177 de Registros Técnicos, tendo como signatário o Economista **Jackson Teixeira Bittencourt**, regularmente inscrito no Corecon/PR sob nº 5954 o seguinte trabalho:

Yasmim da Silva Rios  
Escrevente

**ART 12/18:**

Integrante da equipe técnica do PDI/PMC na sistematização de informações sobre o desenvolvimento econômico da região metropolitana de Curitiba.

- PDI/Bloco A – Desenvolvimento Econômico – 1.1 (nº 1749);  
caracterização das transformações recentes no processo de desenvolvimento da RMC.

- PDI/Bloco A – Desenvolvimento Econômico – 1.2 (nº 1748);  
Análise e cenários alternativos das condições de competitividade sistêmica da RMC.

**ART 13/18:**

Projetos de Desenvolvimento como arranjos produtivos locais e biodiesel.  
Trabalho realizado no período de agosto de 2004 a setembro de 2006.

**ART 14/18:**

Consultoria técnica econômica dos Planos Diretores dos municípios de Montenegro/RS, Videira/SC, Canoinhas/SC, Balsa Nova/PR, Araucária/PR, e Guaraqueçaba/PR.  
Trabalho realizado entre os anos de 2003 a 2007.

**ART 15/18:**

Consultoria econômica para elaboração do Plano Diretor Municipal de Itaperuçu/PR.  
Trabalho realizado no período de 02/06/2014 a 29/05/2015.

**ART 16/18:**

Viabilidade econômico-financeira na área de parcerias público-privadas (PPPs) e Concessões, sendo um dos principais projetos o metrô de Curitiba.

Desdobramento:

- Elaboração de modelagem econômico-financeira para PPPs selecionadas na atual gestão.
- Análise de modelagens apresentadas por consórcios participantes de procedimentos de manifestação de interesse (PMI) nos processos licitatórios.



**ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA Nº 14/18 - PESSOA FÍSICA**

**1 - Dados do Economista prestador do serviço:**

Nome: Jackson Teixeira Bittencourt  
Endereço: Rua Raquel Corayola Bajerski, 529 casa 2  
Registro nº: 5954  
E-mail: jackson.bittencourt@uol.com.br

CPF: 708.254.329-87  
Bairro: Santa Felicidade  
Telefone: (41) 9 8429-1074

**2 - Caracterização do Contratante:**

Razão social: Vertrag Planejamento Ltda  
CNPJ: 73.213.514/0001-07  
Endereço: Rua Grã Nicco, 113 Bloco 01, Sala 206  
Telefone: (41) 3373-6499  
Ramo de Atividade: Planejamento urbano  
Finalidade do Projeto: Plano Diretor de municípios do sul do país.

Bairro: Mossunguê  
E-mail: planejamento@vertrag.com.br

**3 - Resumo da atividade desenvolvida:**

Consultoria técnica econômica dos Planos Diretores dos municípios de Montenegro/RS, Videira/SC, Canoinhas/SC, Balsa Nova/PR, Araucária/PR, e Guaraqueçaba/PR.  
Trabalho realizado entre os anos de 2003 a 2007.

Curitiba, 4 de junho de 2018.



\_\_\_\_\_  
**Econ. Jackson Teixeira Bittencourt**  
CORECON/PR nº 5954

Certificamos que o economista responsável técnico, por esta prestação de serviço, está em situação regular perante este Conselho Regional de Economia e que esta ART integra seu Acervo Técnico.



\_\_\_\_\_  
**Amarildo de Souza Santos**  
Gerente Executivo

**AUTENTICAÇÃO**  
Certifico que a presente fotocópia é reprodução fiel do documento original que me foi apresentado. Dou fé.  
CURITIBA  
14 DEZ. 2018  
SERVIÇO DISTRITAL DO CAJURU  
FONE/FAX 3282-3553  
JOSÉ CARLOS DE SOUZA JUNIOR - TABELÃO SUBSTITUTO  
AV. Pres. Juscelino Kubitschek, 100 - Curitiba - PR

**Yasmin da Silva Rios**  
Escrivente

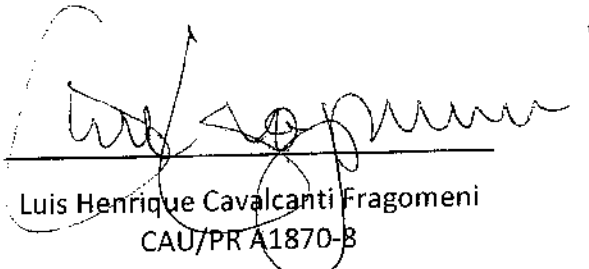
Tabelionato de Notas  
Exclusivo para  
Autenticação de Cópia  
FP006182



## COMPLEMENTAÇÃO DE ATESTADO TÉCNICO

A Vertrag Planejamento Ltda., com sede à Rua Grã Nicco, 113 Bl1 Sala 206 – Curitiba/PR, inscrita no CNPJ nº 73.213.514/001-07, atesta que o economista **JACKSON TEIXEIRA BITTENCOURT**, Corecon nº 5954/PR, CPF nº 708.254.329-87, participou como consultor técnico da área econômica dos Planos Diretores dos Municípios de Montenegro no Estado do Rio Grande do Sul, Videira e Canoinhas no Estado de Santa Catarina e dos Planos Diretores de Balsa Nova, Araucária e Guaraqueçaba no estado do Paraná, no período de: ano 2003 ao ano de 2007.

Curitiba, 27 de fevereiro de 2014.

  
Luis Henrique Cavalcanti Fragomeni  
CAU/PR A1870-B

**AUTENTICAÇÃO**  
Certifico que a presente cópia é reprodução fiel do documento original que me foi apresentado.

14 FEV. 2014  
Yasmin da Silva Rios  
Escritor

Tabelfionato de Notas  
Exclusivo para  
Autenticação de Cópia  
FP006183

73.213.514/0001-07

VERTRAG PLANEJAMENTO LTDA.

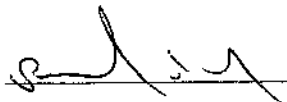
RUA GRÃ NICCO, 113 - SALA 206 - BL. 1  
MOSSUNGUÉ - CEP 81200-200

CURITIBA - PR



A presente certidão não implica em qualquer ato de valoração do documento mencionado e nem certificação de sua autoria, revestindo-se de mero caráter informativo da existência de seu registro e arquivamento.

Fica ressalvado, ainda, que o registro e o arquivamento de documento, ora certificado, restringem seus efeitos à legislação inicialmente citada, não alcançando o preceituado na Lei nº 5.988/73, artigos 17, §§ 1º e 2º, ou na Lei nº 9.610/98, capítulo III, os quais se referem ao registro de obras intelectuais.

O referido é expressão da verdade. Eu,  Amarildo de Souza Santos, Gerente Executiva do CORECON-PR, conferi e certifiquei. Conselho Regional de Economia da 6ª Região/PR. Curitiba, 4 de junho de 2018. Isento de reconhecimento de firma na forma do disposto no Decreto n.º 63.166/68. (Esta certidão tem validade se apresentada em conjunto com a Certidão de Regularidade Anual).

AUTENTICAÇÃO  
Certifico que a presente cópia é reprodução fiel do documento original, ao ser apresentado.  
Dois 16.  
SERV. JUD. DO CARIÓTIPO  
14 DEZ. 2018  
JOÃO SERRA  
JESUS PIA  
SERV. JUD. DO CARIÓTIPO  
SERV. JUD. DO CARIÓTIPO  
SERV. JUD. DO CARIÓTIPO

Inscricao de Notas  
Escritura para  
qualificação de Uqjn  
FP006179

Yasmin da Silva Rios  
Escrevente





## CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA

que entre si fazem, de um lado **JACKSON TEIXEIRA BITTENCOURT**, brasileiro (a), maior, Economista, portador da Cédula de Identidade RG nº 4.701.601-0/ PR expedida pelo Instituto de Identificação do Estado do Paraná e do CPF/MF nº 708.254.329-87, residente e domiciliada na Raquel Corayola Bajerski, 529, casa 02. CEP: 82.410-312 – Bairro Santa Felicidade - Curitiba Estado do Paraná, doravante denominado simplesmente **CONTRATADO**, e de outro lado a empresa **ECOTÉCNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, com sua sede e foro no Município de Curitiba, Estado do Paraná, a Rua Maria Rita da Chagas Lima, nº 317, Bairro do São Braz, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.610.553/0001 – 91 e isenta de inscrição estadual, neste ato representado por sua Sócia-Administradora **SANDRA MAYUMI NAKAMURA**, brasileira, solteira, maior, Arquiteta e Urbanista, registrado no Conselho de Arquitetura e Urbanismo, do Paraná – CAU/PR sob o nº A28547-1, portadora da Cédula de Identidade RG nº 1.449.396-4, expedida pelo Instituto de Identificação do Estado do Paraná e do CPF/MF nº 030.228.409-50, residente e domiciliada à Rua Homero Camargo de Oliveira, nº 330, Bairro São Braz, no Município de Curitiba, Estado do Paraná, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE**, segundo as cláusulas e condições seguintes:

### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Prestação de serviços referentes a área de Economia.

### PARÁGRAFO PRIMEIRO:

Nenhuma cláusula ou disposição do presente contrato poderá ser interpretada com atributiva de poderes de mando mercantil ou civil ao **CONTRATADO** o qual somente poderá agir como mandatário da **CONTRATANTE**, caso se apresente munido de procuração bastante, feita por instrumento público e com poderes específicos para a prática dos atos contemplados, sob pena de infringir o presente contrato e de tais atos não obrigarem a **CONTRATANTE**.

### CLÁUSULA SEGUNDA - DO PERÍODO DE VIGÊNCIA E PRAZOS:

Este contrato vigorará na data da assinatura, podendo ser prorrogada ou rescindida a critério exclusivo das partes, mediante prévio aviso, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, e manifestado por escrito;

1. O contrato terá o prazo de vigência de 36 (trinta e seis) meses corridos, a contar da data de assinatura do presente instrumento;
2. Os prazos para entrega dos serviços e demais produtos parciais e finais deverá ser acordado com a Coordenação Geral e Executiva do trabalho.

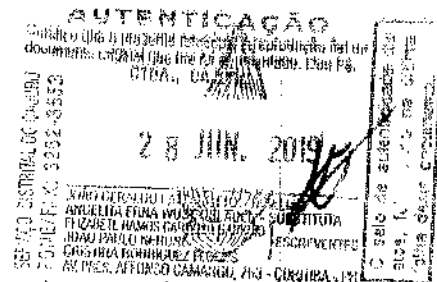
### CLÁUSULA TERCEIRA - NÃO EXCLUSIVIDADE

A contratação ora acordada não tem caráter de exclusividade desde que o **CONTRATADO** e a **CONTRATANTE**, mantenham um bom conceito e uma boa relação comercial.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** Fica a critério do **CONTRATADO** a utilização do espaço físico e/ou equipamentos da **CONTRATANTE** como e quando melhor lhe convier.

### CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO:

Manter a **CONTRATANTE** permanentemente informada sobre qualquer evento que possa comprometer, no todo ou em parte, a efetivação das entregas dos produtos e serviços;







Engenharia - Tecnologia e Consultoria Ltda.  
CNPJ: 02.610.563/0001-91  
Rua Maria Rita da Chagas Lima, 317, Bairro São Braz, CEP: 02.300-330, Curitiba-PR  
Telefone (41) 3026-0639

14450

serão realizadas pelo regime de adiantamento de recursos ao consultor e determinantes de prestação de contas periódica ou por evento considerado.

#### CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES:

O **CONTRATADO** poderá ser penalizada com a redução de valores de sua remuneração, a título de mora, em caso de atraso injustificado na entrega do produto previsto, considerando os prazos estabelecidos neste contrato.

1. A aplicação de quaisquer das penalidades previstas acima, não cessa os direitos e deveres estabelecidos para cada uma das Partes no presente contrato.

#### CLÁUSULA NONA – DA AUSÊNCIA DE VÍNCULO:

Não se estabelece por força deste Contrato, qualquer vínculo empregatício ou de qualquer outra natureza, entre o **CONTRATADO** e a **CONTRATANTE**, cabendo a cada uma das partes a responsabilidade pelo recolhimento dos encargos sociais, do FGTS, INSS e demais taxas e emolumentos trabalhistas eventualmente produzidos como efeito dos pagamentos realizados pela realização dos serviços.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS:

Os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais, que sejam devidos em decorrência direta ou indireta deste instrumento contratual ou de sua execução, são de exclusiva responsabilidade do contribuinte assim definido na norma tributária, sem direito a reembolso;

1. O **CONTRATADO** declara haver levado em conta, na apresentação de sua proposta, os tributos incidentes sobre a execução dos serviços, não cabendo qualquer reivindicação devida a erro nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preço ou reembolso por recolhimentos determinados pela autoridade competente.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA CONFIDENCIALIDADE DAS INFORMAÇÕES:

Todo conhecimento e informação oferecida pela **CONTRATANTE** e/ou Prefeitura Municipal e instituições ou empresas vinculadas ao processo para a execução do objeto do presente contrato deverão ser tratados como confidenciais pelo **CONTRATADO**, não podendo ser divulgado ou repassado a terceiros sem a autorização expressa por escrito por parte da **CONTRATANTE**;

1. Durante e mesmo após o término da vigência do Contrato, o **CONTRATADO** fica obrigado a manter sigilo sobre todos os fatos e informações que se tornaram de seu conhecimento durante o exercício de suas atividades. Todos os documentos, relatórios, estimativas de custo, dados técnicos e informações terão caráter confidencial e não poderão ser tornados acessíveis a terceiros. Deverão ser observadas todas as normas profissionais fundamentais para a execução dos trabalhos ratificadas no Brasil.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS DIREITOS AUTORAIS:

Fica estabelecido que os direitos autorais e patrimoniais dos produtos deste Contrato, a serem entregues também em formato digital, pertencem a **CONTRATANTE**. Fica reservado aos partícipes o direito de utilizar os resultados obtidos nos trabalhos executados, para fins de publicação, tendo a obrigatoriedade de citar os participantes e as entidades envolvidas.

28 JUN. 2019

JOÃO GERALDO CAVALARI JUNIOR  
ANTONIO FILIPE WOLFF  
LUIZ CARLOS FERREIRA  
RECIBO DE PAGAMENTO

0494



Ecotécnica - Tecnologia e Consultoria Ltda.  
 CNPJ: 02.610.563/0001-91  
 Rua Marla Fátima da Chagas Lima, 317, Bairro São Braz, CEP: 82.300-330, Curitiba-PR  
 Telefone (41) 3026-0639

1446

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA COMUNICAÇÃO ENTRE AS PARTES:**

Ficam ambas as Partes cientes de que toda a comunicação formal referente ao conteúdo e especificação das medidas a serem adotadas e dos resultados a serem produzidos deverá ser feita exclusivamente por escrito, podendo-se, para tanto, utilizar correspondência eletrônica.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RESCISÃO:**

Ficam ambas as partes cientes de que o contrato é passível de rescisão por iniciativa da **CONTRATANTE**, devidamente justificada de maneira explícita, apenas nas seguintes circunstâncias:

1. Em caso de comprovada impossibilidade de trabalho relacionada à enfermidade grave ou acidente que impossibilite a atuação do **CONTRATADO**.
2. Em caso de descumprimento por parte do **CONTRATADO** das responsabilidades, obrigações;

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO**

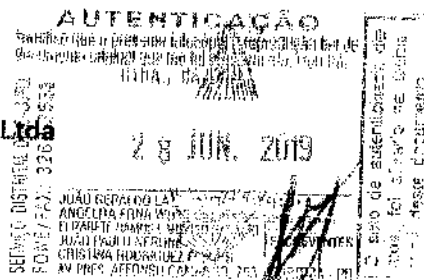
As Partes atribuem ao presente Contrato plena eficácia e força executiva extrajudicial e elegem o foro da Comarca de Curitiba para dirimir qualquer questão oriunda deste Contrato, excluindo qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, lavram, datam e assinam, juntamente com 2 (duas) testemunhas, o presente **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA**.

Curitiba (PR), 25 de junho de 2019

**ECOTECNICA Tecnologia e Consultoria Ltda**  
**Sandra Mayumi Nakamura**  
 Sócia-Administradora

**Jackson Teixeira Bittencourt**  
 Economista



Tribunal de Justiça  
 Curitiba  
 Autenticação de Cópias  
**FQJ10414**

**Eduardo Gerontino Alves de Moraes**  
 Escrevente

Testemunhas:

Nome: Silvia de Lourdes  
 RG: 6.880.084-7  
 CPF: 031.394.983-22

Nome: IDA T. BREMER  
 RG: 5.018.410-3/12  
 CPF: 186.431.089-84

0495



Ecotécnica - Tecnologia e Consultoria Ltda.  
CNPJ: 02.610.553/0001-91  
Rua Maria Rita da Chagas Lima, 317, Bairro São Braz, CEP: 82.300-330. Curitiba-PR  
Telefone (41) 3026-8639  
E-mail: licitacao@ecotecnica.com.br

14470

## JULIANA MITSUE SATO - ADMINISTRADORA

- ✓ Diploma de graduação
- ✓ Certidão de Registro Profissional
- ✓ Comprovação de experiência
- ✓ Comprovação de Vínculo com a empresa

Especificação dos Títulos/Atestados	Total de Pontos por documento	Pontuação Ecotécnica	Trabalhos apresentados
Certidão(ões) de Acervo(s) Técnico(s) registrada(s) no respectivo Conselho de Classe e/ou Atestados de Capacidade Técnica expedidos por pessoa jurídica de direito público, que atestem a experiência específica da consultoria relativa à revisão/elaboração de Plano Diretor já concluído.	1	4	PDM Campina Grande do Sul PDM Itaperuçu PDM Capitão Leônidas Marques PDM Palmeira
Certidão(ões) de Acervo(s) Técnico(s) registrada(s) no respectivo Conselho de Classe e/ou Atestados de Capacidade Técnica expedidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem a experiência específica de consultoria relacionada a áreas e temáticas compatíveis com o objeto licitado.	0,5	1,5	PERS Tocantins Arborização Palmeira Plano de Ocupação Macro áreas Palmeira
Máximo de pontos	6	5,5	

Administração - Juliana Mitsue Sato

# REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DEPARTAMENTO

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CURITIBA

FACULDADES BOM JESUS SUCESSORA DA

## FACULDADE CATÓLICA DE ADMINISTRAÇÃO E ECONOMIA

O Diretor das Faculdades Bom Jesus, no uso de suas atribuições e tendo em vista a conclusão do curso de ADMINISTRAÇÃO em 12 de janeiro de 2000, confere o título de **BACHAREL EM ADMINISTRAÇÃO** a

**Juliana Mitsue Sato,**

brasileira, natural do Estado do Paraná, nascida a 20 de setembro de 1977, portadora da Carteira de Identidade n.º 5.756.778-3, expedida pelo Instituto de Identificação do Paraná, e outorga-lhe o presente Diploma, a fim de que possa gozar de todos os direitos e prerrogativas legais.

Curitiba, 12 de janeiro de 2000.

*Juliana Mitsue Sato*  
Diplomada

*Antônio de Souza*  
Secretário

Diretor Geral

FAE

AUTENTICAÇÃO  
Certifico que a presente cópia é reprodução fiel do documento original, conforme me foi apresentado.  
Dout. *[Assinatura]* CAJURU

06 AGO. 2012

SELA DE FUNDAMENTO  
TABELIONAT DE NOTAS  
EHN15096  
Curitiba, 12 de janeiro de 2000.

2

54



CONSELHO FEDERAL DE ADMINISTRAÇÃO  
CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO PARANÁ

**CERTIDÃO Nº 074/2019**

Certificamos a quem possa interessar, que a Adm. **JULIANA MITSUE SATO**, encontra-se registrada neste CRA-PR sob o nº **14856**, estando em dia com suas obrigações perante o Conselho Regional de Administração do Paraná, podendo portanto, gozar de todas as prerrogativas que a Lei nº 4.769/65, alterada pela Lei nº 8.873/94 e regulamentada pelo Decreto nº 61.934/67 lhes confere.

**Certidão válida até 31/12/2019.**

**AUTENTICAÇÃO**  
Certifico que a presente fotocópia é reprodução fiel do documento original que me foi apresentado.  
Dout. **CRISTIAN AJURU**  
28 JUN 2019  
SERVIDO CENTRAL DE SERVIÇOS  
FONTE: **CRISTIAN AJURU**  
LABORATÓRIO DE NOTAS  
EXCLUSIVO PARA  
AUTENTICAÇÃO DE CÓPIA  
**FQJ10783**  
**Elizabeth Ramos Cardoso Carbuó**  
Escrevente

Curitiba, 26 de junho de 2019.

*Solange Lisboa Miranda*  
Adm. Solange Lisboa Miranda  
Supervisora Geral  
CRA-PR nº 21.300

*[Handwritten signatures]*  
**SISTEMA CFA/CRA-PR**  
PR 007073

/bhf





## Município de Campina Grande do Sul

### ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos, para os devidos fins, que a ECOTÉCNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA, com sede à Maria Rita das Chagas Lima, 317, Bairro São Braz CEP 82.300-330 - Curitiba - PR, inscrita no CNPJ 02.610.553/0001-91 tendo como responsáveis técnicos a Arquiteta e Urbanista SANDRA MAYUMI NAKAMURA, carteira profissional CAU-A28547-1 e o Engenheiro Civil NILO AIHARA, carteira profissional CREA-PR 8.040/D, prestaram para a Prefeitura Municipal de Campina Grande do Sul, inscrita no CNPJ 76.105.600/0001-86, estabelecida na Praça Bento Munhoz da Rocha Neto, nº 30 - Centro, Campina Grande do Sul - Paraná, os serviços referentes à elaboração do **PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE DO SUL - PR**, tendo demonstrado Capacidade Técnica no fornecimento dos mesmos, nada constando em nossos arquivos que o desabone.

### CARACTERÍSTICAS DOS SERVIÇOS

Início dos serviços: 02/10/2013  
 Conclusão dos serviços: 02/06/2014  
 Objeto do contrato: Elaboração do Plano Diretor Municipal de Campina Grande do Sul - PR  
 Local da Obra: Praça Bento Munhoz da Rocha Neto, nº 30 CEP: 83.430-000 - Campina Grande do Sul - PR

### EQUIPE TÉCNICA

Coordenação Geral	Arquiteta e Urbanista Esp. Sandra Mayumi Nakamura	CAU- A28547-1
Coordenação Técnica	Arquiteta e Urbanista Yoko Lenice Rulhos	CAU - A30490-5
Coordenação Adjunta	Arquiteta e Urbanista Esp. Vanessa Bocato Fernandes	CAU- A37721-0
Arquiteta e Urbanista	Edison Schnill Carrion da Oliveira	CAU- A46913-0
Biólogo Esp	Luiz Gustavo Andrequetto	CRBio-PR 59.596/07D
Engenheira Ambiental	Lidia Sayoko Tanaka	CREA-PR 87.131/D
Engenheiro Civil / Sanitarista Esp	Nilo Aihara	CREA-PR 8.040/D
Engenheira Civil Esp	Annalia Lucia Timoteu	CREA-PR 74.457/D
Administradora	Juliana Mitsue Sato	CRA-PR 14856
Tufoleiro	Felipe Martins Santos	-
Advogada Esp.	Lucas B. de Camargo Bickarski	OAB-PR 37951
Socióloga	Ana Maria LonciCarlar	-
Acadêmico de Arquitetura e Urbanismo	Gustavo Domingues Gaspar	-
Acadêmico de Engenharia Civil	Naede Tamisozaki	-
Acadêmico de Engenharia Ambiental	Maycon Nogueira Tavares	-

Praça Bento Munhoz da Rocha Neto, 30 - Centro  
 Fone: (41) 3676-8000 - CEP 83430-000 - Campina Grande do Sul - PR  
[www.campinagrandedesul.pr.gov.br](http://www.campinagrandedesul.pr.gov.br)

Certidão nº 461145/2018 - 29/08/2018, 13:05 - Chave de Impressão: 2139WDCSYZD675B2019Z  
 O atestado neste ato registrado foi emitido em 29/08/2018, e contém 9 folhas



Este documento encontra-se registrado no Conselho de Arquitetura e Urbanismo, vinculado a  
 Certidão De Aprove Técnico Com Atestado nº 461145, emitida em 29/08/2018



DESCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS

O município de Campina Grande do Sul é um dos 29 municípios pertencentes à Região Metropolitana de Curitiba(RMC), na porção leste do Estado do Paraná, sob gestão da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba(COMEC). Essa instituição foi criada a partir da Lei Estadual nº 6.517, de 02 de janeiro de 1975, devido aos interesses comuns entre os municípios integrantes.

Campina Grande do Sul tem superfície territorial de 540,60km², sendo 50,30km², referente ao perímetro urbano. Localiza-se na latitude 26°18'20" S e longitude 49°03'19" W e, possui altitude de 918 metros e distancia 32,24km da capital paranaense - Curitiba.

ESCOPO E METODOLOGIA

A seguir, apresenta-se a metodologia e as técnicas utilizadas na execução das atividades, originando os produtos de cada uma das 05 fases do Plano, elencadas abaixo e assim, atingindo os objetivos traçados para o Plano Diretor Municipal - PDM de Campina Grande do Sul-PR

Ainda, foram definidas, a partir das informações coletadas, a estruturação e instrumentação administrativa que foi necessária à adaptação da estrutura do Poder Público Municipal para a implementação do PDM e Leis Complementares.

Fase 1 - Plano de Trabalho

Corresponde ao documento que descreve o conteúdo e o processo de elaboração do PDM. Enfoca, principalmente, a metodologia estratégica, traçada pela equipe da FOOTÉCNICA Tecnologia e Consultoria Ltda.

Fase 2 - Avaliação temática Integrada

O processo de Avaliação Temática Integrada se realizou a partir da compilação, discussão e análise da equipe técnica multidisciplinar, dos dados disponibilizados pela Prefeitura Municipal de Campina Grande do Sul, IAP (Instituto Ambiental do Paraná), IPARDES (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social), COMEC (Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba), IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), SUDERHSA (Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental), EMATER (Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural), PARANACIDADE e outras instituições pertinentes, com vistas a subsidiar o trabalho dos técnicos de cada uma das especialidades envolvidas, para posterior discussão e elaboração de um quadro síntese contendo as principais **Condicionantes, Deficiências e Potencialidades**, assim como confecção de mapas temáticos pertinentes a cada tema. Foram avaliados os seguintes temas:

Praca Wanda Vainilos da Rocha Neto, 30 - Centro  
Fone: (41) 3676-8000 - CEP 83430-000 - Campina Grande do Sul - PR  
www.campinagrandedosul.pr.gov.br

Handwritten signatures and initials

Certidão nº 461145/2018 - 29/08/2018, 13:05 - Chave de Impressão: 2139W00CYD678B20192  
O atestado neste ato registrado foi emitido em 29/08/2018, e contém 9 folhas



Este documento encontra-se registrado no Conselho de Arquitetura e Urbanismo, vinculado à Certidão De Aproveitamento Técnico Com Atestado nº 461145, emitida em 29/08/2018



**Contextualização Regional**

A contextualização regional sob os aspectos naturais e antrópicos, contemplou a vocação e o potencial estratégico do município de Campina Grande do Sul dentro da região, e localizou os principais fatores que concorreram para o seu desenvolvimento. Foram imprescindíveis as especializações das informações, configuradas por meio de mapas temáticos georreferenciados. As informações coletadas nos levantamentos de dados em campo, assim como as informações contidas nos mapas confeccionados foram entregues em formato "dwg" (AUTOCAD 2007) e "cdr" (COREL DRAW X3).

**Caracterização Municipal**

A caracterização municipal foi mediante a abordagem dos seguintes temas principais, subdivididos em:

Aspectos Naturais

a) Meio Físico

Foram identificadas as condições do clima, do ar, água, solo e subsolo. Através de análises das informações obtidas na SANFPAR, IAP, MINEROPAR e SUDERHSA e Prefeitura sobre a rede hídrica de superfícies e das análises existentes das águas dos poços existentes, foi possível avaliar qualitativamente a água, determinando, assim, possíveis problemas no uso do solo que pudessem comprometer a conservação da qualidade da água, além de prever a conservação ambiental, respeitando-se a legislação pertinente.

b) Meio Biológico

Foram enfocadas questões referentes à flora e fauna. Com base nos dados levantados, foram caracterizados os espaços para áreas de expansão urbana, conservação e preservação permanente, áreas públicas de lazer e arborização pública.

Sistema Antrópico

a) Componente Espacial

Foi realizada uma abordagem geral do uso e ocupação do solo urbano e rural mediante a caracterização da evolução da urbanização e do uso do solo, análise do parcelamento de solo e suas tendências de crescimento, questões fundiárias e aspectos atuais dos loteamentos do município, bolsões de pobreza e vazios urbanos, bem como determinação de parâmetros para monitoramento do uso e ocupação do solo. A partir de uma visão realista e sustentável, foram identificados e analisados os usos atuais, sua dependência econômica ou cultural e sua demanda (urbana e rural) para os próximos 10 anos, identificando os principais eixos espaciais existentes. Ocorreu igualmente, uma caracterização da infraestrutura e serviços urbanos e regionais enfocando aspectos relevantes à circulação; sistema viário; mobilidade, estudo de tráfego, saneamento, energia e comunicações. Assim, foi possível a identificação das áreas com infra-estrutura ociosa e as áreas ocupadas com



*[Handwritten signature]*

*[Handwritten mark]*

*[Handwritten signature]*

Certidão nº 461145/2018 - 29/08/2018, 13:05 - Chave de Impressão: 2139W00C5VZD675BZ019Z  
O atestado neste ato registrado foi emitido em 29/08/2018, e contém 9 folhas



Este documento encontra-se registrado no Conselho de Arquitetura e Urbanismo, vinculado à Certidão De Aprove Técnico Com Atestado nº 461145, emitida em 29/08/2018



precariedade de infra-estrutura, bem como um prognóstico para os próximos 10 anos. E uma avaliação da qualidade da paisagem. Ressalta-se que foram tomados por base os dados e estudos existentes no município referentes a este tema.

b) Componente Sócio-econômico

Para a caracterização socio-cultural foram analisados os sistemas de saúde, educação, ação social, além da questão populacional e demográfica. A caracterização econômica do município contemplou a análise dos setores produtivos, com especial ênfase às atividades rurais e do potencial de turismo rural.

c) Aspectos Institucionais

Foram caracterizadas as unidades administrativas da estrutura da Prefeitura Municipal e, o sistema de gestão relacionado ao planejamento e desenvolvimento do município, que se relacionam com a gestão do PDM Municipal. Igualmente, foi identificada a capacidade de investimento do município, situação atual de arrecadação, evolução anual e projeção para os próximos dez anos, considerando também possíveis fontes alternativas de recursos financeiros e possibilidade de realização de operações de crédito (capacidade de endividamento), além de impostos cobrados, taxas, contribuição de melhoria e demais tributos.

Procedeu-se a uma análise da estrutura organizacional da administração municipal e dos agentes intervenientes ao plano diretor (secretarias, sociedade civil organizada e outros considerados relevantes). Esta análise teve o intuito de detectar a atuação das secretarias e sua influência na área, de forma a propor no desenvolvimento deste trabalho as possibilidades de atuação e inter-relação entre estes agentes, bem como, análise no sistema de informações municipais disponíveis para a gestão do desenvolvimento local (dados do Cadastro Técnico Imobiliário e Econômico e demais bancos de dados municipais, identificando-os)

Da legislação vigente identificou-se a adequação ou inadequação de cada um dos instrumentos, em relação a (i) questões constitucionais, Lei Orgânica Municipal e demais leis federais, estaduais e municipais, (ii) questões físico-ambientais e (iii) adequação à realidade do uso e ocupação do solo existente.

As normas jurídicas (leis, decretos e outros atos administrativos) do Estado e Município pertinentes a este Plano foram coletadas em órgãos do Poder Executivo, Poder Legislativo, e em outros pertinentes

Condições, Deficiências e Potencialidades

A análise de cada informação foi realizada individualmente, com suas inter-relações mencionadas e elencadas em um quadro síntese, permitindo uma visão ampla das condicionantes, deficiências e potencialidades locais, correspondentes. Possibilitando, assim, alcançar proposições preliminares de diretrizes para correção, minimização, prevenção ou compensação de deficiências e para valorização das potencialidades.

**FASE 3 - Definição das Diretrizes e Propostas**

Inicialmente foram elaborados Eixos de desenvolvimento estratégico com suas respectivas diretrizes.





## Plano Diretor Municipal - Campina Grande do Sul

As diretrizes contemplaram os aspectos físico-espaciais, de infra-estrutura e serviços público, socioeconômicas, ambientais e institucionais, que deram origem a ações, propostas para curto, médio e longo prazos. Incluiu-se também diretrizes para o estabelecimento de:

- a) política de desenvolvimento urbano e municipal;
- b) sistemática permanente de planejamento;
- c) propostas de projetos estruturais dos diversos setores estratégicos considerando a estimativa de custos e projeções orçamentárias municipais;
- d) dinamização e ampliação das atividades econômicas a fim de estruturar o fortalecimento da economia do município (emprego, renda e receitas);
- e) propostas, instrumentos e mecanismos referentes a:
  - i. ocupação do espaço, e expansão urbana
  - ii. distribuição equitativa dos usos
  - iii. hierarquização do sistema viário e articulação da mobilidade urbana
  - iv. controle do meio ambiente saneamento e proteção aos elementos que caracterizam a identidade do município
  - v. arborização pública
  - vi. sistema de informações para o planejamento e gestão municipal
  - vii. diretrizes para a coleta e disposição final de resíduos sólidos, industriais e saúde
  - viii. instrumentos a serem adotados nos projetos de parcelamento, edificações, consultas prévias, alvarás, laudo de conclusão de obras e habite-se
  - ix. processos e recursos para a atualização permanente de instrumentos de política e planejamento (territorial)
  - x. parâmetros, ações e instrumentos para a regularização da situação fundiária ou diretrizes de uso das áreas que necessitam de desocupação
  - xi. diretrizes e proposições decorrentes das recomendações de órgãos e instituições

### Fase 4 - Proposições para a Legislação Básica e Processo de Planejamento e Gestão Municipal

#### Ante Projeto de Lei

Minúsculas de Anteprojeto de Lei acompanhadas de mapas em escala apropriada, destacando-se:

- a) Anteprojeto de Lei do Plano Diretor Municipal;
- b) Anteprojeto de Lei do Perímetros Urbanos;
- c) Anteprojeto de Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano e Municipal (zonamento);
- d) Anteprojeto de Lei de Parcelamento Urbano;

Praça Bento Munhoz da Rocha Neto, 30 - Centro  
Fone: (41) 3676-8000 - CEP 85470-000 - Campina Grande do Sul - PR  
www.campinagrandedosul.pr.gov.br

Certidão nº 461145/2018 - 29/08/2018, 13:05 - Chave de Impressão: 2136W0CCY2D675BZ0192  
O atestado neste ato registrado foi emitido em 29/08/2018, e contém 9 folhas



Este documento encontra-se registrado no Conselho de Arquitetura e Urbanismo, vinculado à Certidão De Acervo Técnico Com Atestado nº 461145, emitida em 29/08/2018

0503



- e) Anteprojeto de Lei de Mobilidade e Sistema Viário;
- f) Anteprojeto de Lei do Código de Obras;
- g) Anteprojeto de Lei do Código de Posturas;
- h) Anteprojeto de Lei do Consórcio Imobiliário;
- i) Anteprojeto de Lei do Direito de Preempção.

#### Processo de Planejamento e Gestão Municipal

- a) Adequação da estrutura organizacional da Prefeitura;
- b) Organização do sistema de informações;
- c) Construção de indicadores para avaliação anual do processo de planejamento e gestão municipal.

#### FASE 5 - Plano de Ação e Investimentos

O Plano de Ações e Investimentos refere-se à análise sistêmica e à avaliação das estratégias de intervenção anteriormente formuladas, aglutinando as discussões que se desenvolveram no âmbito das reuniões com a Comissão de Acompanhamento e, também, nos eventos (oficinas e seminários) realizados junto às entidades estaduais e do município para a discussão das referidas estratégias, e dos critérios e diretrizes para o ordenamento territorial, mediante a definição das ações e projetos prioritários, para os próximos 05 (cinco) anos em compatibilidade com a projeção orçamentária. Apresentando a hierarquização de investimentos em infra-estrutura, equipamentos comunitários e ações institucionais, com a estimativa de custos aproximados.

É seguirá de elemento balizador para o município de Campina Grande do Sul, atender à Lei Estadual nº 15.229 de 25 de julho de 2006, como também, a Lei Federal nº 10.257, de 10 de junho de 2001.

#### Audiências Públicas e Oficinas de Capacitação Técnica

O Plano Diretor, que por intervir diretamente na cidade e na vida dos cidadãos, abre espaço para a participação da população, podendo haver interesses divergentes e até conflitantes, entretanto, com um objetivo comum, a distribuição mais justa dos pontos positivos e negativos existentes na vida da cidade. Assim sendo, foram realizadas audiências com a comunidade, a qual foi inserida no processo participativo de desenvolvimento do Plano Diretor e também oficinas de capacitação técnica com a equipe da Prefeitura e Comissão de Acompanhamento de Elaboração do Plano Diretor. A realização da Audiência e Oficina ficou sob responsabilidade da Prefeitura, com o apoio da equipe da Construtora.

O Município divulgou amplamente e com antecedência e, realizou 03 (três) audiências públicas e 06 (seis) oficinas técnicas de capacitação e treinamento, além de outras reuniões e consultas com a equipe da Prefeitura. Para as audiências foram convidados representantes da sociedade organizada, da população em geral, dos segmentos econômicos, além de representantes do governo e técnicos dos setores correlatos ao planejamento.

Praça Bento Munhoz da Rocha Neto, 30 - Centro  
Fone: (41) 3676-8000 - CEP 83430-000 - Campina Grande do Sul - PR  
www.campinagrandedosul.pr.gov.br





da prefeitura. A forma de divulgação das audiências foi feita por meio de ampla divulgação dos meios de comunicação, como rádio, jornal, panfletos, entre outros tipos de mídia. Os volumes correspondentes ao assunto a ser tratado nas audiências foram disponibilizados na Prefeitura Municipal para que a população pudesse se interessar sobre o seu conteúdo e se preparar para a Audiência Pública, sendo livre o seu acesso a qualquer interessado.

#### Treinamento da Equipe Técnica Municipal e Comissão de Acompanhamento

Os treinamentos tanto da Equipe Técnica Municipal quanto da Comissão de Acompanhamento de Elaboração do Plano Diretor se deram por meio de oficinas de capacitação. Ao todo foram realizadas 05 oficinas, sempre para discussão dos conteúdos que culminaram nos 05 produtos componentes do PDM.

A Equipe Técnica do Município de Campina Grande do Sul foi composta por representantes dos setores correlatos na prefeitura. O treinamento foi feito de acordo com os seguintes aspectos: Embasamento Técnico-Administrativo-Legal do Plano Diretor Municipal, Avaliação Temática Integrada, Definição de Diretrizes e Proposições, Legislação Básica, Processo de Planejamento e Gestão Municipal, Plano de Ação, Indicadores e Implementação do Plano Diretor Municipal, de acordo com o Termo de Referência da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano – SEDU/PARANAGUAÍDE.

A Comissão de Acompanhamento da Elaboração do Plano Diretor foi composta por representantes da administração municipal e dos segmentos organizados da sociedade civil local. O treinamento da Comissão foi realizado referente aos aspectos de embasamento técnico-administrativo-legal do Plano Diretor, competências, organização e funcionamento da Comissão de Acompanhamento; e criação do Conselho Municipal de Gestão Territorial e Meio Ambiente, assim como de suas atribuições, composição e funcionamento.

Campina Grande do Sul, 05 de abril de 2018.

  
 Biji Elerian Zepetti  
 Prefeito Municipal





**Conselho de Arquitetura e Urbanismo**  
**CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO COM ATESTADO**  
 Lei Nº 12378 de 31 de Dezembro de 2010

**CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO COM ATESTADO**  
**Nº 000000461145**



CERTIFICAMOS, para os devidos fins, que consta em nossos arquivos o registro de Acervo referente ao(s) Registro(s) de Responsabilidade Técnica - RRTs abaixo discriminado(s):

#### DADOS DO PROFISSIONAL

Título do Profissional: Arquiteto e Urbanista  
 Data de obtenção de Títulos: 03/02/1999  
 Registro Nacional: 000A285471  
 Data de Registro nacional profissional: 04/02/1999

Validade: Indefinida

#### DADOS DOS REGISTROS DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA-RRT

Número do RRT: 6872278      Tipo do RRT: SIMPLES - EXTEMPORÂNEO      Registrado em: 25/04/2018  
 Forma de Registro: INICIAL      Participação Técnica: EQUIPE  
 Descrição: Elaboração do Plano Diretor de Campina Grande do Sul - PR. A profissional participou como coordenadora e integrante da equipe técnica.  
 Empresa contratada: ECOTECNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA  
 CNPJ: 02.610.553/0001-91

#### DADOS DO CONTRATO

Contratante: Prefeitura Municipal de Campina Grande do Sul  
 CPF/CNPJ: 76105600000186      Nº 30  
 PRAÇA Bento Munhoz da Rocha Neto  
 Complemento:  
 Cidade: CAMPINA GRANDE DO SUL      Bairro: CENTRO      UF: PR      CEP: 83430000  
 Contrato:  
 Celebrado em: 02/10/2013      Tipo do Contratante: Pessoa jurídica de direito privado  
 Valor do Contrato: R\$ 0,00      Data de término da atividade: 02/06/2014  
 Data de Início: 02/10/2013

#### ATIVIDADE TÉCNICA REALIZADA

4.4.5 - Planos diretores , 1,00 un - unidade ;

#### ENDEREÇO DA OBRA/SERVIÇO

PRACA BENTO MUNHOZ DA ROCHA NETO      Nº 30  
 Complemento:      Bairro: CENTRO  
 Cidade: CAMPINA GRANDE DO SUL      UF: PR      CEP: 83430000  
 Coordenadas Geográficas: 0 0

#### DESCRIÇÃO

CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO COM ATESTADO

#### INFORMAÇÕES IMPORTANTES

- Esta certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos

- Certificamos que se encontra vinculado à presente CAT o atestado apresentado em cumprimento à Lei nº 8.666/93, expedido pela pessoa jurídica contratante, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes. É de responsabilidade deste Conselho a verificação da atividade profissional em conformidade com a Lei nº 12.378/2010 e Resoluções do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR)





**Conselho de Arquitetura e Urbanismo**  
**CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO COM ATESTADO**  
Lei Nº 12378 de 31 de Dezembro de 2010

**CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO COM ATESTADO**  
**Nº 000000461145**

- A Certidão de Acervo Técnico (CAT) à qual o atestado está vinculado constituirá prova da capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver ou venha a ser integrado ao seu quadro técnico por meio de declaração entregue no momento da habilitação ou da entrega das propostas

- Certificamos, ainda, que nos termos do artigo 2º da Lei nº 12.378/2010 e artigos 2º e 3º da Resolução nº 21/2012-CAU/BR, esta Certidão é válida somente para os serviços condizentes com as atribuições profissionais acima discriminadas

- Em conformidade com o que determina o Art. 45 da Lei 12.378, toda realização de trabalho de competência privativa ou de atuação compartilhadas com outras profissões regulamentadas será objeto de Registro de Responsabilidade Técnica - RRT

- Válida em todo o território nacional.

Certidão nº PR  
29/08/2018, 13:05  
Chave de Impressão: Curitiba/PR



# Prefeitura Municipal de Itaperuçu

ESTADO DO PARANÁ  
CNPJ 95.422846/0001-26

## ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins, que a empresa **ECOTÉCNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA**, com sede à Maria Rita das Chagas Lima, 317 – Curitiba-PR Bairro São Braz CEP 82300-330, inscrita no CNPJ 02.610.553/0001-91 tendo como responsáveis técnicos a Arquiteta e Urbanista **SANDRA MAYUMI NAKAMURA**, carteira profissional CAU-A 28547-1 e o Engenheiro Civil **NILO AIHARA**, carteira profissional CREA-PR 8.040/D, prestaram para a **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPERUÇU**, estabelecida à Rua Crispim Furquim de Siqueira, 1800, Itaperuçu, Paraná, CEP: 83560-000, inscrita no CNPJ: 95.422.846/0001-26, os serviços referentes à **Elaboração do Plano Diretor Municipal (PDM) para o município de ITAPERUÇU /PR**, tendo demonstrado Capacidade Técnica no fornecimento dos mesmos, nada constando em nossos arquivos que a desabone.

## CARACTERÍSTICAS DOS SERVIÇOS

Início dos serviços: 02/06/2014  
 Conclusão dos serviços: 02/12/2015  
 Objeto do contrato: Elaboração do Plano Diretor Municipal (PDM) para o município de Itaperuçu/PR, em conformidade com o Termo de Referência da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano – SEDU/PARANACIDADE.  
 Local da Obra: Rua Crispim Furquim de Siqueira, 1800, Itaperuçu, Paraná, CEP: 83560-000

## EQUIPE TÉCNICA ECOTÉCNICA

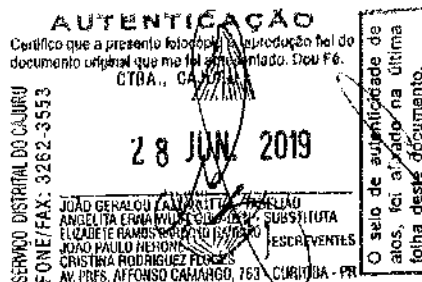
### Equipe Principal:

Coordenação Geral Esp. Arquiteta e Urbanista Vanessa B. Fernandes CAU-A 37721-0  
 Coordenação Adjunta Esp. Arquiteta e Urbanista Sandra M. Nakamura CAU-A 28547-1

Eng. Civil / Sanitarista Nilo Aihara CREA-PR 8.040/D  
 Advogada Esp. Lúcia B. de Camargo Blicharski OAB-PR 37.951  
 Economista Jackson Teixeira Bittencourt CORECON-PR 5954  
 Geólogo Gilliano Antonio Ribeiro CREA-PR 69.098/D

### Equipe Complementar:

Arquiteta e Urbanista Sandra Mayumi Nakamura CAU-A 28547-1  
 Arquiteta e Urbanista Letícia S. Cardon de Oliveira CAU-A 46913-0  
 Engenheira Civil Naiade Tami Isozaki CREA-PR 139.243/D  
 Engenheira Ambiental Lídia Sayoko Tanaka CREA-PR 87.131/D  
 Oceanógrafo Cassio Kyonori Nakamura  
 Zootecnista Gisele Leopoldino CRMVIZ-Nº1.094 - PR  
 Advogada Marcia Valéria Santos Barbosa OAB/PR 61291  
 Administradora Juliana Mitsue Sato CRA-PR 14856  
 Socióloga Ana Maria Lorici Santin  
 Arquiteto e Urbanista Verena Giraldi Costa  
 Arquiteto e Urbanista Gustavo Domingues Gaspari  
 Turismólogo Giovana Gohr Serenato



Av. Crispim Furquim de Siqueira nº 1800 – Buticirinho – CEP 83560-000 – Itaperuçu – Paraná  
 Fone/Fax: (41) 3603-1381 – www.itaperucu.pr.gov.br

CREA-PR

O SELO DE AUTENTICIDADE FOI  
 APLICADO NA ÚLTIMA FOLHA

0508



# Prefeitura Municipal de Itaperuçu

1461

ESTADO DO PARANÁ  
CNPJ 95.422846/0001-26

## DESCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS

O município de Itaperuçu localiza-se na porção leste do Estado do Paraná, integrante da Região Metropolitana de Curitiba (RMC). O município apresenta diversas condicionantes e restrições ambientais decorrentes do aquífero Carste, com especificidades quanto às características geológico-geotécnicas e hidrogeológicas e também por estar inserido em Área de interesse de proteção de mananciais.

### Escopo e metodologia

A seguir, apresenta-se a metodologia e as técnicas utilizadas na execução das atividades, originando os produtos de cada uma das 05 fases do Plano, elencadas abaixo e assim, atingindo os objetivos traçados para o Plano Diretor Municipal – PDM Itaperuçu-PR.

Ainda, foram definidas, a partir das informações coletadas, a estruturação e instrumentação administrativa que foi necessária à adaptação da estrutura do Poder Público Municipal para a implementação do PDM e Leis Complementares.

### Fase 1 - Plano de Trabalho

Corresponde ao documento que descreve o conteúdo e o processo de elaboração do PDM. Enfoca, principalmente, a metodologia estratégica, traçada pela equipe da ECOTÉCNICA Tecnologia e Consultoria Ltda.

### Fase 2 - Avaliação temática Integrada

O processo de Avaliação Temática Integrada se realizou a partir da compilação, discussão e análise da equipe técnica multidisciplinar, dos dados disponibilizados pela Prefeitura Municipal de Itaperuçu, IAP (Instituto Ambiental do Paraná), IPARDES (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social), COMEC (Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba), IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), Instituto das Águas, EMATER (Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural), PARANACIDADE e outras instituições pertinentes, com vistas a subsidiar o trabalho dos técnicos de cada uma das especialidades envolvidas, para posterior discussão e elaboração de um quadro síntese contendo as principais **Condicionantes, Deficiências e Potencialidades**, assim como confecção de mapas temáticos pertinentes a cada tema. Foram avaliados os seguintes temas:

#### Contextualização Regional

A contextualização regional sob os aspectos naturais e antrópicos, contemplou a vocação e o potencial estratégico do município de Itaperuçu dentro da região, e focalizou os principais fatores que concorreram para o seu desenvolvimento. Foram imprescindíveis as espacializações das informações, configuradas por meio de mapas temáticos georreferenciados. As informações coletadas nos levantamentos de dados em campo, assim como as informações contidas nos mapas confeccionados em Arcgis e AUTOCAD e foram entregues em formato "dwg" (AUTOCAD 2007).

#### Caracterização Municipal

A caracterização municipal foi mediante a abordagem dos seguintes temas principais, subdivididos em: 28 JUN, 2010

#### Aspectos Naturais

##### a) Meio Físico

Foram identificadas as condições do clima, do ar, água, solo e subsolo. Através de análises das informações obtidas na SANEPAR, IAP, MINEROPAR e Instituto das Águas e Prefeitura sobre a rede hídrica de superfícies e das análises existentes das águas dos poços existentes, foi possível avaliar qualitativamente a água, determinando, assim, possíveis problemas no uso do solo que pudessem comprometer a conservação da qualidade da água, além de prever a conservação ambiental, respeitando-se a legislação pertinente.

##### b) Meio Biológico

Foram enfocadas questões referentes à flora e fauna. Com base nos dados levantados, foram caracterizados os espaços para áreas de expansão urbana, conservação e preservação permanente, áreas públicas de lazer e arborização pública.

#### Sistema Antrópico

##### a) Componente Espacial

Foi realizada uma abordagem geral do uso e ocupação do solo urbano e rural mediante a caracterização da evolução da urbanização e do uso do solo, análise do parcelamento do solo e suas tendências de crescimento, questões fundiárias e

Av. Crispim Furquim de Siqueira nº 1800 – Butuírinho – CEP 83560-000 – Itaperuçu – Paraná

Fone/Fax: (41) 3603-1381 – www.itaperucu.pr.gov.br

CREA-PR

O SELO DE AUTENTICIDADE FOI  
ANEXADO NA ÚLTIMA FOLHA

9509



# Prefeitura Municipal de Itaperuçu

1462

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 95.422846/0001-26

aspectos atuais dos loteamentos do município, bolsões de pobreza e vazios urbanos, bem como determinação de parâmetros para monitoramento do uso e ocupação do solo. A partir de uma visão realista e sustentável, foram identificados e analisados os usos atuais, sua dependência econômica ou cultural e sua demanda (urbana e rural) para os próximos 10 anos, identificando os principais entraves espaciais existentes. Ocorreu igualmente, uma caracterização da infraestrutura e serviços urbanos e regionais enfocando aspectos relevantes à circulação; sistema viário; mobilidade, estudo de tráfego, saneamento; energia e comunicações. Assim, foi possível a identificação das áreas com infra-estrutura ociosa e as áreas ocupadas com precariedade de infra-estrutura, bem como um prognóstico para os próximos 10 anos. E uma avaliação da qualidade da paisagem. Ressalta-se que foram tomados por base os dados e estudos existentes no município referentes a este tema.

## b) Componente Sócio-econômico

Para a Caracterização sócio-cultural foram analisados os sistemas de saúde, educação, ação social, além da questão populacional e demográfica. A caracterização econômica do município contemplou a análise dos setores produtivos, com especial enfoque às atividades rurais e do potencial de turismo rural.

## c) Aspectos Institucionais

Foram caracterizadas as unidades administrativas da estrutura da Prefeitura Municipal e, o sistema de gestão relacionado ao planejamento e desenvolvimento do município, que se relacionam com a gestão do PDM Municipal. Igualmente, foi identificada a capacidade de investimento do município, situação atual de arrecadação, evolução anual e projeção para os próximos dez anos, considerando também possíveis fontes alternativas de recursos financeiros e possibilidade de realização de operações de crédito (capacidade de endividamento), além de impostos cobrados, taxas, contribuição de melhoria e demais tributos.

Procedeu-se a uma análise da estrutura organizacional da administração municipal e dos agentes intervenientes ao plano diretor (secretarias, sociedade civil organizada e outros considerados relevantes). Esta análise teve o intuito de detectar a atuação das secretarias e sua influência na área, de forma a propor no desenvolvimento deste trabalho as possibilidades de atuação e inter-relação entre estes agentes, bem como, análises no sistema de informações municipais disponíveis para a gestão do desenvolvimento local (dados do Cadastro Técnico Imobiliário e Econômico e demais bancos de dados municipais, identificando-os).

Da legislação vigente identificou-se a adequação ou inadequação de cada um dos instrumentos, em relação a: (i) questões constitucionais, Lei Orgânica Municipal e demais leis federais, estaduais e municipais; (ii) questões físico-ambientais e (iii) adequação à realidade do uso e ocupação do solo existente.

As normas jurídicas (leis, decretos e outros atos administrativos) do Estado e Município pertinentes a este Plano foram coletadas em órgãos do Poder Executivo, Poder Legislativo, e em outros pertinentes.

## Condicionantes Deficiências e Potencialidades

A análise de cada informação foi realizada individualmente, com suas inter-relações mencionadas, e elencadas em um quadro síntese, permitindo uma visão ampla das condicionantes, deficiências e potencialidades locais, correspondentes. Possibilitando, assim, alcançar proposições preliminares de diretrizes para correção, minimização, prevenção ou compensação de deficiências e para valorização das potencialidades.

## FASE 3 - Definição das Diretrizes e Propostas

Inicialmente foram elaborados Eixos de desenvolvimento estratégico com suas respectivas diretrizes. As diretrizes contemplaram os aspectos físico-espaciais, de infra-estrutura e serviços público, socioeconômicas, ambientais e institucionais, que deram origem a ações, propostas para curto, médio e longo prazos. Incluiu-se também diretrizes para o estabelecimento de:

- a) política de desenvolvimento urbano e municipal;
- b) sistemática permanente de planejamento;
- c) propostas de projetos estruturais dos diversos setores estratégicos considerando a estimativa de custos e projeções orçamentárias municipais;
- d) propostas estruturais para mobilidade urbana;
- e) dinamização e ampliação das atividades econômicas a fim de estruturar o fortalecimento da economia do município (emprego, renda e receitas);
- f) propostas, instrumentos e mecanismos referentes a:
  - i. ocupação do espaço, e expansão urbana
  - ii. distribuição equitativa dos usos
  - iii. hierarquização do sistema viário e articulação da mobilidade urbana
  - iv. controle do meio ambiente, saneamento e proteção aos elementos que caracterizem a identidade do município

Av. Crispim Furquim de Siqueira nº 1800 – Butuírinho – CEP 83560-000 – Itaperuçu – Paraná

Fone/Fax: (41) 3603-1381 – [www.itaperucu.pr.gov.br](http://www.itaperucu.pr.gov.br)

CREA-PR

O SELO DE AUTENTICIDADE FOI ANEXADO NA ÚLTIMA FOLHA

00510



# Prefeitura Municipal de Itaperuçu

ESTADO DO PARANÁ  
CNPJ 95.422846/0001-26

- v. arborização pública
- vi. sistema de informações para o planejamento e gestão municipal
- vii. diretrizes para a coleta e disposição final de resíduos sólidos, industriais e saúde
- viii. instrumentos a serem adotados nos projetos de parcelamento, edificações, consultas prévias, alvarás, laudo de conclusão de obras e habite-se
- ix. processos e recursos para a atualização permanente de instrumentos de política e planejamento territorial
- x. parâmetros, ações e instrumentos para a regularização da situação fundiária ou diretrizes de uso das áreas que necessitam de desocupação
- xi. diretrizes e proposições decorrentes das recomendações de órgãos e instituições

## Fase 4 - Proposições para a Legislação Básica e Processo de Planejamento e Gestão Municipal

### Ante Projeto de lei

Minutas de Anteprojeto de Lei acompanhadas de mapas em escala apropriada, destacando-se:

- a) Anteprojeto de Lei do Plano Diretor Municipal;
- b) Anteprojeto de Lei do Perímetros Urbanos;
- c) Anteprojeto de Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano e Municipal (zoneamento);
- d) Anteprojeto de Lei de Parcelamento Urbano;
- e) Anteprojeto de Lei de Mobilidade e Sistema Viário;
- f) Anteprojeto de Lei do Código de Obras;
- g) Anteprojeto de Lei do Código de Posturas;
- h) Anteprojeto de Lei do Consórcio Imobiliário;
- i) Anteprojeto de Lei do Direito de Preempção.

### Processo de Planejamento e Gestão Municipal

- a) Adequação da estrutura organizacional da Prefeitura;
- b) Organização do sistema de informações;
- c) Construção de indicadores para avaliação anual do processo de planejamento e gestão municipal.

## FASE 5 - Plano de Ação e Investimentos

O Plano de Ações e Investimentos refere-se à análise sistêmica e à avaliação das estratégias de intervenção anteriormente formuladas, aglutinando as discussões que se desenvolveram no âmbito das reuniões com a Comissão de Acompanhamento e, também, nos eventos (oficinas e seminários) realizados junto às entidades estaduais e do município para a discussão das referidas estratégias, e dos critérios e diretrizes para o ordenamento territorial, mediante a definição das ações e projetos prioritários, para os próximos 05 (cinco) anos em compatibilidade com a projeção orçamentária. Apresentando a hierarquização de investimentos em infra-estrutura, equipamentos comunitários e ações institucionais, com a estimativa de custos aproximados.

E seguirá de elemento balizador para o município de Itaperuçu atender à Lei Estadual nº 15.229 de 25 de julho de 2006 como também, à Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001.

### Audiências Públicas e Oficinas de Capacitação Técnica

O Plano Diretor, que por intervir diretamente na cidade e na vida dos cidadãos, abre espaço para a participação da população, podendo haver interesses divergentes e até conflitantes, entretanto, com um objetivo comum, a distribuição mais justa dos pontos positivos e negativos existentes na vida da cidade. Assim sendo, foram realizadas audiências com a comunidade, a qual foi inserida no processo participativo de desenvolvimento do Plano Diretor e também oficinas de capacitação técnica com a equipe da Prefeitura e Comissão de Acompanhamento de Elaboração do Plano Diretor. A realização da Audiência e Oficina ficou sob responsabilidade da Prefeitura, com o apoio da equipe da Consultora.

O Município divulgou amplamente e com antecedência e, realizou 04 (quatro) audiências públicas e 08 (oito) oficinas técnicas de capacitação e treinamento, além de outras reuniões e consultas com a equipe da Prefeitura. Para as audiências foram convidados representantes da sociedade organizada, da população em geral, dos segmentos econômicos, além de representantes do governo e técnicos dos setores correlatos ao planejamento da prefeitura. A forma de divulgação das audiências foi feita por meio de ampla divulgação dos meios de comunicação, como rádio, jornal, panfletos, entre outros

Autenticado  
 28 JUN. 2019  
 O documento aqui autenticado é o original, for arquivado em bits na folha deste documento.

0511



# Prefeitura Municipal de Itaperuçu

1464

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 95.422846/0001-26

tipos de mídia. Os volumes correspondentes ao assunto a ser tratado nas audiências foram disponibilizados na Prefeitura Municipal para que a população pudesse se interar sobre o seu conteúdo e se preparar para a Audiência Pública, sendo livre o seu acesso a qualquer interessado. O total de participantes da população, considerando todas as audiências é de aproximadamente 400 pessoas.

## Treinamento da Equipe Técnica Municipal e Comissão de Acompanhamento

Os treinamentos tanto da Equipe Técnica Municipal quanto da Comissão de Acompanhamento de Elaboração do Plano Diretor se deram por meio de oficinas de capacitação. Ao todos foram realizadas 05 oficinas, sempre para discussão dos conteúdos que culminaram nos 05 produtos componentes do PDM.

A Equipe Técnica do Município foi composta por representantes dos setores correlatos na prefeitura. O treinamento foi feito de acordo com os seguintes aspectos: Embasamento Técnico-Administrativo-Legal do Plano Diretor Municipal, Avaliação Temática Integrada, Definição de Diretrizes e Proposições, Legislação Básica, Processo de Planejamento e Gestão Municipal, Plano de Ação, Indicadores e Implementação do Plano Diretor Municipal, de acordo com o Termo de Referência da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano – SEDU/PARANACIDADE.

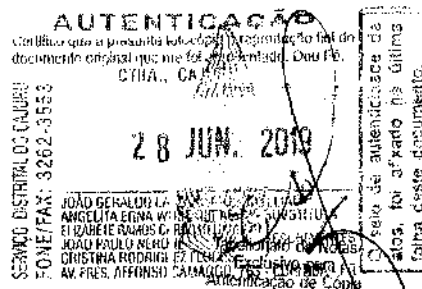
A Comissão de Acompanhamento da Elaboração do Plano Diretor foi composta por representantes da administração municipal e dos segmentos organizados da sociedade civil local. O treinamento da Comissão foi realizado referente aos aspectos de embasamento técnico-administrativo-legal do Plano Diretor; competências, organização e funcionamento da Comissão de Acompanhamento; e criação do Conselho de Desenvolvimento Municipal, assim como de suas atribuições, composição e funcionamento.

Itaperuçu, 16 de fevereiro de 2016.

  
Giovani Rizzi  
Secretário Mun. De Planejamento  
Decreto nº 010/2013  
CPF: 020.491.949-51



Giovani Rizzi  
Secretário Mun. de Planejamento  
Decreto nº 010/2013



Patricia Fornaza Ferreira  
Escrevente



CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ

# Certidão de Acervo Técnico

**NILO AIHARA**

Carteira Profissional: PR-8040/D

RNP Nº.: 1703254856

Acervo Técnico Nº.: 5168/2018

Protocolo Nº.: 2018/00347433

Selos de autenticidade: A 061104, A 061105

ART Nº.....: 20142582184 0..... Registrada: 18/06/2014.....

Empresa Executora...: ECOTÉCNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA.....

Contratante(s).....: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPERUÇU - CNPJ/CPF:  
95.422.846/0001-26.....

Tipo de Contrato....: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.....

Atividade Técnica...: EXECUÇÃO DE OBRA OU SERVIÇO TÉCNICO.....

Área de Competência.: SERVIÇOS AFINS E CORRELATOS EM SANEAMENTO E MEIO-AMBIENTE.....

Tipo de Obra/Serviço: OUTRAS OBRAS/SERVIÇOS.....

Serviço Contratado...: EXECUÇÃO.....

Dimensão.....: 1,00 UNID..... Área Existente: 0,00 UNID.....

Área Ampliada.....: 0,00 UNID..... Área de Reforma: 0,00 UNID.....

Dados Complementares: 0,00.....

Local da Obra.....: AVENIDA CRSIPIM FURQUIM DE SIQUEIRA, 1800 CENTRO....

Município/Estado....: ITAPERUCU/PR.....

Data de Início.....: 02/06/2014..... Data de Conclusão: 02/12/2015.....

Docto de Conclusão...: DECLARAÇÃO PROFISSIONAL.....

Descr. Compl. Serv...: ELABORAÇÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ITAPERUÇU - PR. PROFISSIONAL DA ÁREA DE ENGENHARIA CIVIL.....

Observação.....

**AUTENTICAÇÃO**  
 Certifico que a presente certidão é reprodução fiel do documento original que me foi apresentado.  
 Data: 28 JUN. 2019  
 Assinatura: PATRICIA FORNAZA FERREIRA  
 Serviço Central do CAJURU  
 FONE/FAX 3262-3553  
 Rua: ...  
 Curitiba

Tabellionato de Notas  
 Exclusivo para  
 Autenticação de Cópia  
**FQJ10580**  
**Patricia Fornaza Ferreira**  
 Escrevente



# Município de Capitão Leônidas Marques - PR

Governo Municipal

## ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins, que a **ECOTÉCNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA**, com sede à Maria Rita das Chagas Lima, 317, Bairro São Braz CEP 82.300-330 - Curitiba - PR, inscrita no CNPJ 02.610.553/0001-91 tendo como responsáveis técnicos a Arquiteta e Urbanista **SANDRA MAYUMI NAKAMURA**, carteira profissional CAU-A28547-1 e o Engenheiro Civil **NILO AIHARA**, carteira profissional CREA-PR 8.040/D, prestaram para a **Prefeitura Municipal de Capitão Leônidas Marques**, inscrita no CNPJ 76.208.834/0001-59, estabelecida na Avenida Tancredo Neves, 502, Centro, CEP: 85.790-000, os serviços referentes à elaboração da Revisão do Plano Diretor Municipal de Capitão Leônidas Marques – PR e Elaboração de Projeto de Engenharia e Urbanismo, incluindo a implantação das praias do reservatório da UHE Baixo Iguaçu, tendo demonstrado Capacidade Técnica no fornecimento dos mesmos, nada constando em nossos arquivos que a desabone.

### CARACTERÍSTICAS DOS SERVIÇOS

Início dos serviços: 25/09/2017  
 Conclusão dos serviços: 18/02/2019  
 Objeto do contrato: Elaboração da Revisão do Plano Diretor Municipal de Capitão Leônidas Marques – PR e Elaboração de Projeto de Engenharia e Urbanismo, incluindo a implantação das praias do reservatório da UHE Baixo Iguaçu  
 Local da Obra: Avenida Tancredo Neves, 502, Centro, CEP: 85.790-000, Capitão Leônidas Marques - PR

### EQUIPE TÉCNICA

Coordenação Geral	Arquiteta e Urbanista Esp. Sandra Mayumi Nakamura	CAU- A28547-1
Coordenação Técnica	Arquiteta e Urbanista Karina Witchmichen Iurk	CAU - A62054-8
Coordenação Técnica	Arquiteta e Urbanista Cecile Miers	CAU - A11646-7
Coordenação Técnica	Arquiteta e Urbanista Yoná Lemos Ruthes	CAU - A30490-5
Eng. Civil / Sanitarista	Nilo Aihara	CREA-PR 8.040/D
Engenheira Civil	Ana Sylvia Zeny	CREA-PR 7.627/D
Engenheira Civil	Gilmara Emanuela Leobet Dias	CREA-PR 166452/D
Engenharia Ambiental	Lidia Sayoko Tanaka	CREA-PR 87.131/D
Engenheira Agrônoma	Luciana Maciel Cardon Deboni	CREA-PR 69.522/D
Engenheira Cartógrafa	Rosane Schulka	CREA-PR 28.724/D
Msc. Engenheira Florestal	Giovana Logullo	CREA-PR 139.891/D
Administradora	Juliana Mitsue Sato	CRA-PR 14.856
Economista	Ernani Augusto Brescianini Filho	CORECON-PR 6.877
Esp. Advogada	Márcia Valéria Santos Barbosa	OAB-PR 61.291
Geógrafa	Sonia Burmester do Amaral	CREA-PR 28.698/D

**AUTENTICAÇÃO**  
 Este documento original que me foi entregue, Trouxe Fô.  
 CTBA., DA  
 28 JUN 2019  
 JUAN GENERALI LARANGA / PRESIDENTE  
 ARGELITA ERRA YU / SECRETARIA SUBSTITUTA  
 BRASILE BARROS GOMES / DIRETOR  
 JUAN PABLO ALONSO / PRESIDENTE  
 CARLOS RODRIGUEZ / FISCAL  
 PAULO ANTONIO AFFONSO CAMARAO, 763 - CURITIBA - PR





# Município de Capitão Leônidas Marques - PR

1467

## Governo Municipal

### DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

Capitão Leônidas Marques situa-se na Mesorregião Oeste, no Estado do Paraná, Brasil, subdivisão estabelecida pelo IBGE que agrupa diversos municípios do Estado com semelhanças econômicas e sociais, de uma área geográfica.

A Mesorregião Oeste se caracteriza pelo crescimento populacional e econômico, bem como o crescimento de suas cidades. O sistema de rodovias vem sendo ampliado para atender ao escoamento da produção agropecuária e industrial de Cascavel e Toledo, onde há muitas cooperativas; e também para atender ao turismo nacional e internacional em Foz do Iguaçu, cujos atrativos são as Cataratas do Iguaçu e a Usina Hidrelétrica de Itaipu, predominando a prestação de serviços para atender ao turismo na economia do município. O acesso é feito pela rodovia BR-277 e pelo Aeroporto Internacional de Foz do Iguaçu. Essa mesorregião é formada por 50 municípios agrupados em três microrregiões: Cascavel, Foz do Iguaçu e Toledo. Capitão Leônidas Marques está inserido na Microrregião de Cascavel.

Do ponto de vista geográfico, trata-se de uma região com solo fértil, potencial hidráulico, localizada numa região de fronteiras e que apresenta diversas belezas naturais. Sua ocupação e desenvolvimento econômico baseou-se em 4 fatores: agricultura, comércio, turismo e extração de madeira. Apesar de ter sido ocupada recentemente em relação à outras mesorregiões, apresenta índices socioeconômicos compatíveis ou melhores que a média estadual.

#### ESCOPO E METODOLOGIA

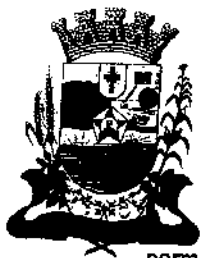
Apresenta-se a metodologia de execução das atividades do processo de elaboração da revisão do PDM, de forma a originar os produtos de cada uma das 04 (quatro) fases do Plano, conforme Termo de Referência para o objeto do trabalho. A seguir serão apresentados dos produtos entregues.

#### ❖ Produto 1 - Mobilização

A Mobilização trata do plano de trabalho e proposta metodológica, descreve o teor e o processo de elaboração da revisão do PDM, no qual apresentou as atividades desenvolvidas, a metodologia de trabalho adotada e o cronograma de trabalhos e produtos, bem como a análise prévia da Gestão Urbana Municipal.

#### ❖ Produto 2 - Avaliação Temática Integrada (ATI)

A Avaliação Temática Integrada se deu a partir da compilação e análise de dados e informações numéricas e quantitativas relevantes, disponibilizados pela Prefeitura Municipal, bem como em estudos diversos existentes sobre o município além das discussões com a Equipe Técnica Municipal e sociedade civil,



# Município de Capitão Leônidas Marques - PR

## Governo Municipal

1468

permitindo identificar as Condicionantes, Deficiências e Potencialidades, originando um diagnóstico proveniente de leitura técnica e leitura comunitária.

### ❖ PRODUTO 03 – Diretrizes e Propostas

Após elaborado o diagnóstico do município, ficaram evidentes as condicionantes, deficiências e potencialidades do mesmo, bem como visão do futuro (vocação) do município sendo a fase 03 a de definição de diretrizes, propostas estratégicas para a resolução dos problemas e conflitos de ordenamento territorial.

As propostas definidas nesta fase constituíram a base da revisão do Plano Diretor Municipal sendo de fundamental importância para a reformulação das legislações e demais regulamentações constantes no Termo de Referência do presente trabalho.

As discussões, com as equipes de trabalho - Equipe Técnica Municipal e Grupo de Acompanhamento da elaboração da revisão do PDM - e com a população por meio das reuniões comunitárias e da Audiência Pública foram a base destas definições, já que as propostas foram discutidas, pactuadas e moldadas em função das demandas municipais atuais e nos anseios e inquietações daqueles que viveram e administraram a cidade.

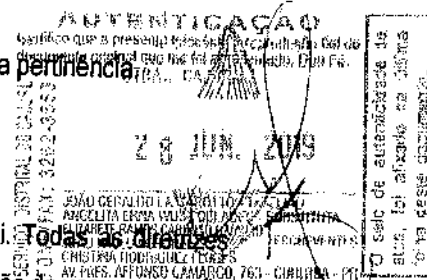
As informações foram espacializadas (mapas e figuras ilustrativas), de acordo com a pertinência.

### ❖ PRODUTO 04 – Legislação Básica

Esta fase é a institucionalização do PDM com a apresentação das minutas de lei. Todas as diretrizes norteadoras da revisão do Plano Diretor Municipal, a instrumentalização para ordenação do uso e ocupação do solo e as estratégias de ações, discutidas no produto anterior, foram apresentadas neste volume sob a forma de Minutas de Anteprojeto de Lei.

### ❖ PRODUTO 05 – Plano de Ação e Investimentos (PAI)

Com a definição das diretrizes, propostas e legislações pertinentes esta fase apresentou o Plano de Ação e Investimentos (PAI), o qual definiu ações e determinou onde os investimentos e grau de prioridade para serem aplicados dentro das ações propostas do PDM. Além disso, apresentaram também os responsáveis, objetivos, localização, metas a serem alcançadas, custo, prazo de execução e demais características próprias de cada ação. A presença dessas informações foi importante, não apenas com o objetivo de informar qual ação é necessária, mas a responsabilidade/credibilidade do órgão responsável por elas e do que é necessário para que elas sejam cumpridas.





# Município de Capitão Leônidas Marques - PR

Governo Municipal

1489

## ❖ PRODUTO 06 – Projetos Complementares das Praias e do Entorno

Para o desenvolvimento dos projetos complementares das praias e do entorno foram elaborados estudos de engenharia e urbanismo das praias do reservatório da UHE Baixo Iguaçu e no seu entorno com o intuito de identificar uma área na zona rural com viabilidade de implantação de loteamentos para delimitar e parametrizar a zona de expansão urbana, a qual estará definida junto à revisão do Plano Diretor Municipal.

As praias artificiais ou lagos naturais constituem um atrativo para o desenvolvimento de atividades humanas em qualquer localidade. Esses sistemas, naturais e artificiais proporcionam diversos serviços como energia, alimentação e recreação, bem como mantenedores dos ciclos hidrológicos e de nutrientes.

Seguindo este pensamento, a utilização do lago da UHE Baixo Iguaçu como espaço de lazer e da prática esportiva é uma forma de compensar a comunidade com o impacto gerado pela instalação da usina e promover o turismo na região. Os projetos contemplaram a delimitação das "praias" dos lagos: estrutura composta por faixa de areia que permita usos múltiplos; ancoradouro para atracar barcos de pequeno porte, utilizados por turistas para passeios ecológicos no reservatório e instalação dos equipamentos: campos de areia para futebol e vôlei, bar, restaurante, lanchonete e sanitários.

A área de expansão urbana está localizada entre a UHE Baixo Iguaçu e a sede urbana. O projeto levou em consideração aspectos locais da topografia, geologia e geomorfologia, recursos hídricos assim como a flora e a fauna para determinar as melhores soluções a serem adotadas desde o projeto até os materiais a serem utilizados e o paisagismo a ser proposto.

As propostas para expansão urbana e das praias, com uma área estimada para o projeto de aproximadamente 80ha, foram desenvolvidas junto com a revisão do PDM, momento ideal para aproveitar as análises retiradas na Fase 2 - Diagnóstico; e dos demais parâmetros estabelecidos em relação a alteração do perímetro urbano, rural e as áreas de expansão urbana, de acordo com a realidade ambiental, delimitando uma área para realização de loteamento, mas que esteja estabelecido dentro das normas urbanas e não rurais, previstas no PDM.

### Itens contemplados:

- Projeto de engenharia e arquitetura – abrangeu as soluções de agenciamento dos espaços internos e externos das edificações para atendimento do programa de necessidades, assim como o tratamento plástico dado em seus elementos externos e internos. Incluiu o layout de todas as edificações, com especificação de materiais e mobiliário;

RECEBIMOS  
Certifico que a presente foi entregue em 28 JUN 2019 às 14h30m ao Sr. [nome] [sobrenome] [nº] [UF].  
C/TRA. DA [UF]

28 JUN 2019

SERVIÇO DISTRIÇÃO DE DOCUMENTOS  
FONE/FAX: 3282-3552

DIÁRIO DE ATIVIDADES  
ANSELMA FINDA KUNZ, SUBSTITUTA  
ELIZABETE DAMAS CARVALHO, ESCREVENTES  
CHRISTINA RODRIGUES TEIXEIRA  
AV. PREG. AFFONSO CAMARGO, 763 - CURITIBA - PR

O selo de autenticidade de atos, foi afixado no 07º mg folha deste documento.



# Município de Capitão Leônidas Marques - PR

## Governo Municipal

- Projeto de urbanização – conjunto de elementos gráficos, como desenhos, memoriais, especificações, levantamento dos quantitativos, os quais visaram definir e disciplinar a execução do projeto;
- Perspectivas – abrangeu maquetes eletrônicas e demais ilustrações das soluções internas e externas da proposta.
- Quantitativos, memoriais, orçamentos e cronogramas executivo de todos os elementos listados no projeto.

### Etapas:

Proposta urbano-paisagística/Diagnóstico e plano de ocupação - foi representado através de planta de situação e desenhos esquemáticos, indicando as características do terreno e do entorno, assim como orientação solar, ventos dominantes, dimensões, relevo e demais observações feitas na visita técnica e por fim os principais acessos e distribuição espacial do terreno.

- Projeto de paisagismo foi desenvolvido em três etapas:
  - Estudo preliminar – estudo dos principais acessos, ligação entre as edificações e planos de massa;
  - Anteprojeto – definição de todas as áreas externas através da planta de situação do terreno, definição de acessos, especificação dos materiais e espécies vegetais utilizados;
  - Projeto Executivo – planta de situação definitiva e demais desenhos que foram necessários, especificação de revestimentos, acabamentos, espécies vegetais, definição e detalhamento de drenagem e aspectos construtivos.

- Projeto de engenharia e arquitetura, foi desenvolvido em três etapas:
  - Estudo Preliminar – constituiu a configuração inicial da proposta, contendo as soluções plásticas, técnicas e de engenharia, atendendo as principais exigências do programa de necessidades. Foi apresentado através de: planta de situação, planta-baixa, cortes e perspectivas com definição de todos os espaços e equipamentos necessários para cada espaço ou edificação;
  - Anteprojeto – abrangeu o desenvolvimento da solução arquitetônica adotada, que orientou as propostas das demais disciplinas, apresentado através de: planta de situação ajustada de

Qualifica que a presente cópia é fiel reprodução do documento original e que não foi alterada, modificada, etc.

28 JUN. 2019

MUNICÍPIO DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES - PR  
 RUA GERALDO LASSERRE, 100 - JARDIM SANTA ANGELITA  
 ANGELITA ERNA VAISSARDI - SUBALTA  
 ELIZABETE RAMOS CARVALHO JABAZAU - RESERVANTES  
 RUA PAULO NERUZE - RESERVANTES  
 AV. PRES. ALFONSO CAMARGO, 763 - CURITIBA - PR

Contorno de soluções

Local de autenticação de atos, foi af'xado na última folha deste documento.



# Município de Capitão Leônidas Marques - PR

## Governo Municipal

14710

acordo com o projeto de paisagismo, planta baixa, cortes, fachadas, planta baixa humanizada, especificação dos materiais e revestimentos de pisos, paredes, tetos, bancadas e outros elementos que se façam necessários;

- Projetos executivos – desenvolvimento e detalhamento do anteprojeto aprovado, forneceu todas as informações arquitetônicas e de infraestrutura necessárias à construção. Compreendeu os elementos do anteprojeto e todos os detalhes necessários para a perfeita execução da obra, tais como plantas, cortes, detalhes, memoriais e orçamentos.

Os produtos de todas as etapas do trabalho foram apresentados à prefeitura sob a forma de relatórios técnicos, em cadernos impressos, coloridos, em formato e escala compatíveis às características do produto e que permita a perfeita compreensão dos projetos.

Todos os produtos impressos nos relatórios técnicos também foram fornecidos à prefeitura em meio digital, através de CDs gravados nos formatos e ferramentas utilizadas para sua elaboração/edição – Word, Excel, Autocad e/ou outras soluções usuais e também em pdf.

Os relatórios técnicos das etapas iniciais referentes a estudos preliminares foram apresentados à prefeitura em apenas 1 (uma) cópia impressa e 1 (um) CD gravado.

Os relatórios técnicos da etapa de anteprojetos de arquitetura e urbanismo e demais instalações serão apresentados à prefeitura em 2 (duas) cópias impressas e 2 (dois) CDs gravados.

Os relatórios técnicos da etapa de projetos executivos foram apresentados à prefeitura em 3 (três) cópias impressas e 3 (três) CDs gravados.

As representações gráficas das soluções adotadas em todos os projetos foram feitas através de desenhos digitalizados, elaborados conforme exigências das normas da ABNT, em escalas, padrões e legendas compatíveis, compreendendo, entre outros tipos de representação necessários ao entendimento da proposta, plantas de situação, plantas baixas, plantas de teto refletido, cobertura, cortes, fachadas, vistas e elevações, detalhes, ilustrações e perspectivas.

Nos desenhos dos estudos preliminares, foram apresentados em escala 1/75 e/ou 1/100, constaram as soluções de organização dos espaços, com layout de lançamento do mobiliário básico, a solução plástica adotada e as principais características construtivas.

Nos desenhos dos anteprojetos, representados nas escalas 1/50 e/ou 1/75, foram indicadas as soluções arquitetônicas e urbanísticas adotadas e as propostas para os sistemas e redes de infraestrutura, devidamente cotadas e com especificação básica de materiais de acabamento.

Av. Tancredo Neves, 502 - CEP 85790-000  
Fone (45) 3286-8400 / Fax (45) 3286-8440

e-mail: pmcalema@certto.com.br - portal: www.capitaoleonidasmarques.pr.gov.br

CNPJ 76.208.834/0001-59

05/19



# Município de Capitão Leônidas Marques - PR

## Governo Municipal

1472

Nos desenhos dos projetos executivos, representados nas escalas 1/50 e/ou 1/75, constaram as soluções definitivas adotadas, com indicação de todos os pormenores que constituem a obra a ser executada, incluindo as especificações dos materiais de acabamento, dos sistemas e dos equipamentos.

Nos desenhos dos detalhamentos as escalas utilizadas foram de 1/20 e/ou 1/25.

### PROCESSO PARTICIPATIVO

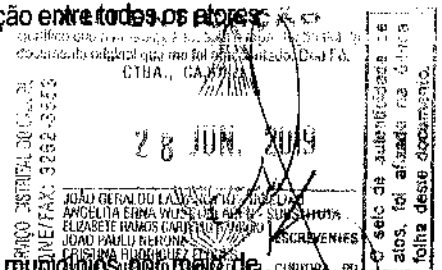
A leitura participativa no município de Capitão Leônidas Marques, em função da revisão do PDM teve a participação dos diversos atores sociais foi realizada uma abordagem "centrada no ser humano" e no meio ambiente, e distribuída no sistema, por meio do diálogo, empatia e cocriação, promover resultados transformadores e que vieram contribuir para o planejamento e a promoção da ocupação para que integrem a malha urbana e gerem economia ao Município. Para isto, os espaços participativos contaram com os representantes dos movimentos sociais da região; órgãos municipais e do Governo do Estado; organizações regionais; empresariado (incluindo microempresas e cooperativas), instituições de ensino e pesquisa e outros relevantes. Dessa forma, foi imprescindível a adoção de mecanismos eficazes para a identificação desses atores sociais, por meio de levantamento em instituições públicas; entidades privadas e não governamentais; entidades que representam os setores econômicos e empresariais, bem como de gestão territorial.

Nesse contexto, durante as oficinas, realizou-se entrevistas semi estruturadas a partir de matrizes que foram analisadas contendo as informações geradas a partir das motivações dos atores sociais, tendo em vista a necessidade de clareza e definição de papéis e de mecanismos de articulação entre todos os atores sociais jurídicos e participativos.

#### ❖ Audiências Públicas

O Estatuto da Cidade reforça a questão da participação popular na gestão dos municípios por meio de debates, plenárias, audiências públicas, conselhos municipais, orçamentos participativos e projetos de lei de iniciativa popular.

A audiência pública tem como fundamento o princípio constitucional da publicidade e os direitos do cidadão à informação e à participação, devendo ser utilizada como garantia processual dos direitos coletivos e difusos, tanto pelo Poder Executivo como pelo Poder Legislativo (ESTATUTO DA CIDADE, 2001).





# Município de Capitão Leônidas Marques - PR

## Governo Municipal

Neste contexto inseriu-se a revisão do Plano Diretor Municipal que, por intervir diretamente no município e na vida dos cidadãos, abriu espaço para a participação da população, democratizando este processo.

Assim, foram realizadas quatro audiências públicas com a comunidade durante o processo de elaboração da revisão do PDM.

O documento referente a cada audiência foi disponibilizado na Prefeitura Municipal para que a população possa se inteirar sobre o seu conteúdo e preparar-se, sendo livre o acesso a qualquer interessado.

### ❖ Oficinas Técnicas, de Capacitações e Reuniões

Além das audiências públicas ocorreram oficinas técnicas com a Equipe Técnica Municipal e Grupo de Acompanhamento da Elaboração da Revisão do Plano Diretor Municipal para debates sobre a análise temática integrada e sobre as diretrizes e propostas.

### ❖ Oficinas Comunitárias

Foram 2 (duas) reuniões comunitárias no processo de revisão do Plano Diretor Municipal para a coleta de dados para a análise temática integrada e para a discussão das diretrizes e propostas junto à comunidade, visando o reconhecimento das demandas urbanísticas e ambientais locais de maneira pontual.

### GESTÃO URBANA MUNICIPAL

Teve como intuito avaliar a capacidade institucional da administração municipal de Capitão Leônidas Marques para desempenho das funções pertinentes às áreas de planejamento e gestão urbana foi elaborado um questionário a respeito dos seguintes aspectos:

- ✓ Objetivos, diretrizes e proposições do Plano Diretor Municipal vigente;
- ✓ Implementação do Plano de Ações e Investimentos - PAI;
- ✓ Regulamentação da legislação urbanística vigente;
- ✓ Desempenho do CMC.

A partir do questionário respondido e oficina técnica realizada com os técnicos municipais obteve-se um pré diagnóstico da situação da gestão urbana no município, para que na sequencia propostas específicas pudessem ser inseridas no trabalho.

**AUTENTICAÇÃO**  
 Certifico que o presente foi autenticado em conformidade com o documento original que me foi apresentado. Flou Pa.  
 CTRAL, CA

28 JAN. 2019

SERVIDOR MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES - PR  
 FONE/FAX: 3286-3653

JOÃO GERALDO LARA...  
 ANGELITA ERMA W...  
 ELIZABETE RANG...  
 JOÃO PAULO NE...  
 CRISTINA RODRIGUEZ...  
 AV. PRES. AFFONSO CAMARGO, 762 - CURITIBA - PR

O selo de autenticação de atas, foi afixado na última folha deste documento.

0521



# Município de Capitão Leônidas Marques - PR

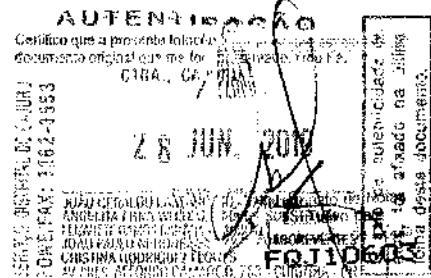
Governo Municipal

## RELATÓRIO DO PROCESSO PARTICIPATIVO

O desenvolvimento do processo participativo, relativo às atividades de elaboração da Revisão do Plano Diretor Municipal de Capitão Leônidas Marques, corresponde às reuniões e oficinas com a equipe técnica municipal, visitas às Secretarias Municipais e da Primeira Audiência Pública, onde foram apresentados os objetivos do Plano Diretor, bem como sua abrangência, formas de participação do poder público e sociedade civil.

Capitão Leônidas Marques, 18 de fevereiro de 2019.

DIRCEU SILVIO TORMEM  
Secretário de Administração  
CPN nº 335.944.069-20

  
JEAN CARLOS GIBBERT  
Engenheiro Civil  
CREA 167.999/D

Patricia Fomaza Ferreira  
Escrevente





**MUNICÍPIO DE PALMEIRA**  
**ESTADO DO PARANÁ**  
**Secretaria Municipal de Finanças**

1475

**ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA**

Atestamos para os devidos fins, que a empresa **ECOTÉCNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA**, com sede à Maria Rita das Chagas Lima, 317 – Curitiba/PR, Bairro: São Braz - CEP 82.300-330, inscrita no CNPJ 02.610.553/0001-91 tendo como responsáveis técnicos a Arquiteta e Urbanista **SANDRA MAYUMI NAKAMURA**, carteira profissional CAU-PR A28547-1, e o Engenheiro Civil **NILO AIHARA**, CARTEIRA profissional CREA-PR 8040/D, prestaram para a **PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA**, inscrita no CNPJ 76.179.829/0001-65, os serviços referentes à **Elaboração do Plano de Desenvolvimento Econômico e Modernização Tributária (PDEMT) do município de Palmeira-PR, englobando o Plano para Cadastro Mobiliário e/ou Imobiliário/Multifinalitário; Plano Diretor de Ocupação para áreas de Intervenção (Macro áreas) e Plano Diretor Municipal**, tendo demonstrado Capacidade Técnica no fornecimento dos mesmos, nada constando em nossos arquivos que a desabone.

**CARACTERÍSTICAS DOS SERVIÇOS**

Início dos serviços: 01/09/2017  
 Conclusão dos serviços: 21/12/2018  
 Objeto do contrato: Elaboração do Plano de Desenvolvimento Econômico e Modernização Tributária (PDEMT) do município de Palmeira-PR, englobando o Plano para Cadastro Mobiliário e/ou Imobiliário/Multifinalitário; Plano Diretor de Ocupação para áreas de Intervenção (Macro áreas) e Plano Diretor Municipal.  
 Local da obra: Praça Marechal Floriano Peixoto, 11 Bairro Centro. CEP: 84.130-000. Palmeira - PR

**EQUIPE TÉCNICA**

FUNÇÃO/FORMAÇÃO	NOME	Nº CONSELHO	ART
<b>COORDENAÇÃO GERAL</b>			
Arquiteta e Urbanista Esp.	Sandra Mayumi Nakamura	CAU-PR A28547-1	
<b>COORDENAÇÃO TÉCNICA – PLANEJAMENTO</b>			
Arquiteta e Urbanista	Yoná Lemos Ruthes	CAU-PR A30490-5	
Arquiteta e Urbanista	Vanessa Boscaro Fernandes	CAU-PR A37721-0	
Arquiteta e Urbanista	Dra. Patricia Costa Pellizzaro	CAU-PR A28564-1	
<b>COORDENAÇÃO TÉCNICA - ENGENHARIA</b>			
Engenheiro Civil	Nilo Aihara	CREA-PR8.040/D	20184443184
<b>EQUIPE</b>			
Arquiteta e Urbanista, Aspectos urbanísticos e socioeconômicos	Verena Giraldi Costa	CAU-PR A107694-9	
Arquiteto e Urbanista, Aspectos urbanísticos, turístico	Gustavo Domingues Gaspari	CAU-PR A118245-5	
Arquiteta e Urbanista, Aspectos urbanísticos e processo participativo	Debora Rocha Faria Jorge	CAU-PR A50457-2	
Arquiteta e Urbanista, Aspectos urbanísticos e patrimônio histórico	Me. Tais Silva Rocha D'Angellis	CAU-PR A87760-3	
Arquiteta e Urbanista, Projetos urbanísticos e arquitetônicos	Andrea Keiko Ando	CAU-PR A94712-2	
Arquiteto e Urbanista, Projetos urbanísticos e arquitetônicos	Domingos Bongestabs	CAU-PR A0368-9	
Arquiteta e Urbanista, Projetos urbanísticos e arquitetônicos	Ana Julia Madalozo M. Gonçalves	CAU-PR A1443-2	
Arquiteto e Urbanista, Projetos urbanísticos e arquitetônicos	Marios Hardt	CAU-PR A10481-1	
Arquiteta e Urbanista, Projetos urbanísticos e arquitetônicos	Leticia Peret Antunes Hardt	CAU-PR A10481-1	
Arquiteta e Urbanista, Projetos urbanísticos e arquitetônicos	Dra. Patricia Costa Pellizzaro	CAU-PR A28564-1	

**AUTENTICAÇÃO**  
 Certifico que a presente fotocópia reproduzida fiel do documento original que me foi apresentado, Dou Fé.  
 CTR., CA 11111  
 28 JUN. 2019  
 JUNIO GERALDO LA WARGITTO TRICARDI  
 ANGELITA ERVA WUENSCHE  
 ELIZABETE RAMOS CARREIRO  
 KIAN PAULO HERONIA  
 SOLENYA RODRIGUEZ PEREIRA  
 AV. PRES. AFFONSO CAMARGO, 763 - CURITIBA - PR

O selo de autenticidade de atos, foi afixado na última folha deste documento.

0523



# MUNICÍPIO DE PALMEIRA

## ESTADO DO PARANÁ

### Secretaria Municipal de Finanças

1476

Arquiteta e Urbanista, Aspectos urbanísticos e processo participativo	Caroline Nayara Rech	CAU-PR 202924-3	
Arquiteta e Urbanista, Aspectos urbanísticos, socioeconômicos, Projetos urbanísticos e arquitetônicos, aspecto cadastral	Sandra Mayumi Nakamura	CAU A28547-1	
Biólogo, Aspectos ambientais – meio biológico	Luiz Gustavo Andreguetto	CRBio-PR 50.593-7/D	07-0956/18
Geólogo Aspectos ambientais – meio físico	Mauricio M. Kruger	CREA-PR 51.023/D	20184443435
Geólogo Aspectos ambientais – meio físico	Gilliano Antonio Ribeiro	CREA-PR 69.098/D	
Engenheira Ambiental, aspecto ambiental	Lidia Sayoko Tanaka	CREA-PR 87.131/D	20184443419
Engenheiro Civil, aspecto de infraestrutura, ambiental, cadastral, projetos de engenharia e orçamentos	Nilo Aihara	CREA-PR 8.040/D	20184443184
Engenheira Civil, aspecto de infraestrutura e ambiental	Maria Alice S. C. Soares	CREA-PR 53.016/D	20184443540
Geógrafa, geoprocessamento	Sônia Burmester Amaral	CREA-PR 28.698/D	
Contador, aspecto institucional e cadastral	Walter José F. de Moraes	CRC PR – 025751/O-3	
Contador, aspectos institucional, financeira e cadastral	Anderson Jose Amâncio	CRC-PR 036.685/O-4	
Economista, aspectos institucional, financeira e cadastral	Jackson Teixeira Bittencourt	CORECON-PR 5.954	
Administradora, aspectos institucional, financeira e cadastral	Juliana Mitsue Sato	CRA-PR 14.856	
Advogado, aspecto legal	Rafael Gustavo Cavichiolo	OAB-PR 34.517	
Advogada, aspecto legal	Marcia Valéria Santos Barbosa	OAB-PR 61.291	
Assistente Social, aspecto socioeconômico e de participação	Rafaela Thais Rosa	CRESS – 9598/PR	
Turismóloga, aspecto turístico	Giovana Gohr Serenato		
Jornalista, processo de comunicação e participação	Mayra Chagas		
Jornalista, processo de comunicação e participação	Viviane Rachinski		
Socióloga, aspecto socioeconômico e de participação	Ana Maria Lorici Santin		

#### DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

O município de Palmeira está localizado na porção sul do Paraná, na macrorregião de Campos Gerais, e microrregião de Ponta Grossa, distante da capital Curitiba 80,90km. Abrange uma área territorial de 1.470,072 Km<sup>2</sup> (IBGE, 2017) e a sede do município encontra-se a uma altitude de 865 metros.

O município de Palmeira faz parte da Associação dos Municípios dos Campos Gerais – AMCG, a qual vem atuando desde a década de 60 visando o desenvolvimento econômico e social dos municípios associados.

Esta associação é composta por 19 municípios da Região dos Campos Gerais: Arapoti, Garambei, Castro, Curiúva, Imbaú, Ipiranga, Ivaí, Jaguariaíva, Ortigueira, Palmeira, Pirai do Sul, Porto Amazonas, Ponta Grossa, Reserva, São João do Triunfo, Sengés, Telêmaco Borba, Tibagi e Ventania.

Palmeira faz divisa com os municípios: ao norte com Ponta Grossa, ao sul com São José do Triunfo, à leste com Porto Amazonas, Balsa Nova e Campo Largo e à oeste com Teixeira Soares e Pinheiro.

Para o desenvolvimento do Plano de Desenvolvimento Econômico e Modernização Tributária (PDEMT) do município de Palmeira a equipe técnica multidisciplinar da ECOTECNICA foi agrupada para o cumprimento das tarefas de cada uma das etapas dos serviços.

**AUTENTICAÇÃO**

2019

JOÃO GERALDO LAMARCA JUNIOR  
ANGÉLICA ERICA VITTI  
LUCAS FERREIRA DE SOUZA  
CRISTINA RODRIGUES PEREIRA

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

C. Sede de administração do município, localizada na Rua da Liberdade, 763 - CURITIBA - PR

C. Sede de administração do município, localizada na Rua da Liberdade, 763 - CURITIBA - PR



# MUNICÍPIO DE PALMEIRA

## ESTADO DO PARANÁ

### Secretaria Municipal de Finanças

1477

O escopo do PDEMT, compreendeu a elaboração de diversos estudos que culminaram em:

- Plano Diretor de Ocupação das Macro Áreas, incluindo a elaboração de projetos e orçamentos destas áreas;
- Atualização do Cadastro Mobiliário e Imobiliário Multifinalitário das áreas indicadas;
- Revisão do Plano Diretor Municipal;

#### ESTRATÉGIAS E METODOLOGIA GERAL

O Plano de Desenvolvimento Econômico e Modernização Tributária (PDEMT) do município de Palmeira foi desenvolvido a partir de duas abordagens para o desenvolvimento dos trabalhos, com características relativamente distintas, porém integradas entre si. A primeira diz respeito ao processo de análises geográficas e organização de informações, compreendendo o uso de ferramentas e processamentos de sensoriamento remoto, análises geoespaciais, mapeamentos e constituição de bancos de dados. A segunda refere-se à elaboração de diagnósticos, análises críticas e prognósticos, com a identificação das potencialidades, fragilidades e condicionantes dos aspectos ambiental, urbano, infraestrutura, institucional, econômico, social e cultural.

A elaboração do Plano teve como lastro fundamental a utilização de dados geoespaciais combinados com informações secundárias e coleta de dados em campo (primárias), que subsidiaram a compartimentação da paisagem para realização de estudos e seus rebatimentos territoriais. Na sequência foram apresentados os cenários prospectivos para um horizonte de 20 anos, considerando as potencialidades e fragilidades identificadas, de modo a embasar a fase de definição das estratégias e o Plano de Desenvolvimento Econômico e Modernização Tributária (PDEMT), propriamente dito.

Para os trabalhos relacionados ao planejamento urbano e regional houve a participação de atores sociais representativos e organizados em discussões e debates por meio de oficinas e fóruns ou seminários, assim como pela adoção de estratégias de comunicação e divulgação, visando a construção coletiva e legitimação dos planos pelos atores sociais, aspectos relevantes para o Plano de Desenvolvimento Econômico e Modernização Tributária (PDEMT) de Palmeira.

Outro aspecto considerado foi a continuidade e implementação do Plano de Desenvolvimento Econômico e Modernização Tributária (PDEMT), para tanto, contou com a participação e envolvimento do Observatório Social, além dos atores sociais citados e integrantes do Conselho da Cidade, Equipe Técnica Municipal (ETM) e Grupo Especial de Trabalho de Modernização da Gestão Pública (GEMAT).

#### I. Plano Diretor de Ocupação das áreas de Intervenção (Macro Áreas), incluindo a elaboração de projetos e orçamentos destas áreas

Elaboração do Plano Diretor de Ocupação/Implantação Geral (MASTER PLAN) das Macro Áreas de Intervenção, teve como objetivo resolver os conflitos e problemas aproveitando as condicionantes e potencialidades de cada uma destas regiões. Considerou-se o conjunto de diretrizes, definidos pelo município, para orientar o desenvolvimento econômico e sustentável do município com valorização da diversidade sociocultural e ecológica e redução das desigualdades. A elaboração do plano envolveu a participação das instituições que atuam na região (IAP, EMATER, SANEPAR COPEL, Instituto das Águas do Paraná, entre outros) e segmentos da sociedade civil, por meio de audiências, oficinas e reuniões.

O Plano Diretor de Ocupação/Implantação Geral (MASTER PLAN) das Macro Áreas de Intervenção engloba o desenvolvimento do Plano Diretor de Ocupação que visou organizar e setorializar a área, proporcionando sua ocupação em fases de forma ordenada e planejada. Elaborou-se um Caderno Econômico para cada uma das áreas, contendo estudos específicos, Projeto Arquitetônico, Perspectivas Diversas, Memorial descritivo e Orçamento e Licenciamento Ambiental.

A seguir, apresenta-se as áreas e temas trabalhados, buscando o desenvolvimento socioeconômico tributário em cada macro área:

#### Macro área A: Eixo Econômico de Serviços e Comercio de Palmeira – Centro Cívico

Esta área está localizada no bairro Centro, entre as ruas Barão do Rio Branco e Padre Américo, até o Rio Monjolo. Antiga CIP-Cidade Industrial de Palmeira. Nesta área, propôs-se a implantação do novo Centro Cívico do município, reunindo no local diversos serviços prestados à cidade e região, de forma que a população encontre as soluções para as questões, espaços para a instalação de atividades comerciais e áreas de lazer.

**AUTENTICAÇÃO**
  
 documento original que me foi apresentado. Duque F.
   
 28 JUN. 2019
   
 O selo de autenticidade de
   
 todos os atos em última
   
 folha deste documento.

JEAN GERALDO LAMARCA
   
 ANJELITA ERNA WALTON
   
 ELIZABETE RAMOS CARVALHO
   
 JOAO PAULO FERREIRA
   
 CRISTINA RODRIGUES

PRIMEIRO DISTRITO DE PALMEIRA
   
 RUA NEI/FAX: 3263-3553

CAMARGO, AV. N.º 500, 763 - CURITIBA - PR

0525



**MUNICÍPIO DE PALMEIRA**  
**ESTADO DO PARANÁ**  
**Secretaria Municipal de Finanças**

1478

Para isso propôs-se a revitalização desta região e a requalificação dos espaços livres, adequando-os aos novos usos propostos. Elaborou-se os projetos arquitetônicos e de paisagismo de implantação da área total de 42.500,00 m<sup>2</sup>, envolvendo a instalação de estares com bancos, canteiros, nova paginação de pisos, novos espaços para estacionamento, play-ground, quadra esportiva, arborização, iluminação das áreas e projetos arquitetônicos, incluindo memorial descritivo e orçamento, das diversas edificações com áreas institucionais, áreas para instalação de comércio e serviço, restaurante e cafés, perfazendo uma área total edificada de 2.500,00 m<sup>2</sup>. Para este projeto de intervenção, realizou-se também o processo de licenciamento ambiental no IAP.

Macro área B: Eixo Econômico de Serviços e Comércio Parque Linear Monjolo

Às margens do Rio Monjolo, englobando ambos os lados, com extensão prevista desde o novo Centro Cívico até ao Museu Histórico Jesuíno Marcondes, perfazendo uma área de aproximadamente 39.000,00 m<sup>2</sup>. O Rio Monjolo localiza-se dentro do Município e atravessa vários bairros em direção sul/norte. A mata ciliar é normalmente constante ao longo das margens e em vários momentos faz fundos com imóveis particulares.

O Parque Linear Municipal como importante elemento de ligação entre as unidades administrativas e cultural, além da função de proteção das margens do Rio Monjolo e da drenagem dos bairros circundantes, oferecerá uma importante contribuição para a contenção dos avanços imobiliários na área. O projeto prevê a implantação de trilhas, pontilhões, estares, caminhos suspensos, sinalização, totens informativos entre outros.

Macro Área C: Eixo Econômico e Cultural de Serviços e Comércio – Parque do Museu

Requalificação no entorno do Museu, com remodelação de praça existente com inserção de equipamentos como lanchonete, deck e mirante e Parque englobando a área até o Centro Cultural de Palmeira.

O Museu é uma construção histórica tombada como patrimônio cultural do Estado do Paraná em 1970 e atualmente é um dos pontos turísticos da cidade e Palmeira. A vegetação que margeia o Rio Monjolo estende-se aos arredores do Museu e abre-se em praças e áreas utilizadas pela população como pontos de encontro nos finais de semana, porém apresenta precária estrutura não consolidada. O local apresenta paisagem cênica, rica topografia e um pequeno lago.

Revitalização e remodelação dos espaços urbanos no entorno do museu, oferecendo infraestrutura de lazer e identidade, tomando partido da paisagem natural existente, oriunda da proximidade com o Rio Monjolo. Incremento das áreas verdes e implementação de equipamentos de lazer de forma pontual, ambientalmente integrada as atividades culturais já existentes nas proximidades. A área total projetada do parque é de aproximadamente 25.000,00 m<sup>2</sup>, com estruturas edificadas totalizando 1.100,00 m<sup>2</sup>, com lanchonete, decks, mirante em estrutura metálica, sanitários, estares, área convivência para a terceira idade, concha acústica, centro de eventos (aberto) com palco ao ar livre e cobertura em estrutura metálica, iluminação em área de 5.000,00m<sup>2</sup>, entre outros.

Macro Área D: Eixo Comercial, Industrial e de Serviços da Região Central

Esta Macro Área abrange a extensão da Rua Conceição, com início na Praça da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição, junto a Praça Marechal Deodoro, até Praça Marechal Castelo Branco. Atualmente a área possui um intenso fluxo de veículos e pedestres que são atraídos pela oferta de serviços, bancos, correios e sendo a principal via de comércio varejista do município. Propõe-se a revitalização em toda a sua extensão e a implantação de calçamento em trecho, com a inserção de mobiliários urbanos como bancos, canteiros, postes de iluminação, nova paginação de piso e arborização. A área total projetada é de 12.600,00 m<sup>2</sup>, divididos em dois projetos, o primeiro denominado Projeto Boulevard, envolvendo a Praça da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição, junto a Praça Marechal Deodoro e a rua denominada "Beco - Travessa Dezenove de Dezembro com aproximadamente 2.600,00 m<sup>2</sup>. Este projeto focou na requalificação deste trecho, valorizando a paisagem histórica/casari e as atividades gastronômicas do entorno, com novos calçamentos, pisos, pergolados e tendas em estrutura metálica, iluminação ambiental, entre outros. Já no segundo trecho foi o projeto de requalificação da Rua Conceição (cerca de 10.000,00 m<sup>2</sup>), envolvendo paisagismo, nova paginação de piso, iluminação, mobiliário urbano e arborização.

**AUTENTICAÇÃO**  
 O documento original que me foi apresentado, pelo Sr.  
 JOÃO PAULO REHNER, em 20/08/2019, foi autenticado.  
 SERVIÇO DISTRIÇÃO DE DOCUMENTOS  
 FONE/FAX: 3261-1111  
 JOÃO GERALDO LAMARTELLO - SECRETÁRIO  
 ANGELITA ERICA WUSS - SUBSECRETÁRIA  
 ELIZABETE FARIAS CARVALHO - SUBSECRETÁRIA  
 CRISTINA RODRIGUES FERRAZ - SUBSECRETÁRIA  
 AV. PRES. AFFONSO CAMARGO, 763 - CURITIBA - PR

O selo de autenticidade de  
 este documento, foi afixado na última  
 folha deste documento.

0526



**MUNICÍPIO DE PALMEIRA**  
**ESTADO DO PARANÁ**  
**Secretaria Municipal de Finanças**

1479

Macro Área E: Eixo Turístico da Colônia de Witmarsum

Situada no município de Palmeira no Estado do Paraná, a Colônia Witmarsum foi formada em julho de 1951 por menonitas que reemigraram da cidade de Witmarsum do Estado de Santa Catarina. Os menonitas da Colônia Witmarsum pertencem ao grupo dos menonitas alemães-russos, que tem sua origem na Frísia, no norte da atual Holanda e Alemanha. Através da Prússia eles imigraram para Rússia no século XVIII, de onde fugiram em 1929, fugindo do regime comunista. Em 1930 vieram ao Brasil onde, após um tempo em Santa Catarina, fundaram em 1951 a Colônia Witmarsum no Paraná. Graças a um financiamento conseguido junto aos menonitas da América do Norte, foi possível comprar em 7 de junho de 1951 a Fazenda Cancela.

Ocupa uma área de aproximadamente 7800 hectares e possui aproximadamente 1500 habitantes. Compreende cinco núcleos de povoamento, denominados aldeias e numerados de 1 a 5 e, dispostos em torno de um centro administrativo comercial e social situado na sede da antiga Fazenda Cancela (atual museu Casa Fazenda Cancela).

Sua base econômica reside na agropecuária, desenvolvida sobretudo no setor da pecuária leiteira. Também há criação de frangos e porcos para o abate e plantações de soja e milho. Atualmente, as atividades turísticas na região vêm se expandindo, com a instalação de diversos empreendimentos na área de turismo como, pousadas, restaurantes, cafés coloniais, entre outros.

Na Colônia de Witmarsum ocorrem as Estrias Glaciais de Witmarsum, um registro marcante da grande glaciação que ocorreu do Carbonífero inferior ao Permiano inferior, entre 360 e 270 milhões de anos atrás, quando toda porção sul do antigo supercontinente Gondwana, então parte da atual América do Sul, ficou coberto por espessas camadas de gelo.

Elaborou-se o plano de setorização da região, considerando a história de formação da colônia, sua estrutura urbano-rural atual e atividades comerciais atuais. Após setorização, elaborou-se o projeto arquitetônico e de paisagismo das principais vias e locais, como frente a cooperativa (painéis), centro turístico, projeto do Portal de Acessos a colônia,

Canteiros viários, ciclovias, iluminação, calçamento, áreas de estares, sinalização entre outros.

Parque Industrial de Palmeira

Como tendência para o desenvolvimento e incremento no uso do solo municipal (novas usinas solares sendo instaladas, atendidas pelos principais eixos rodoviários do Estado, atendida pelo modal rodoviário e ferroviário, implantação de novo aeroporto regional), destaca-se a implantação do Distrito Industrial, na porção leste do município, junto à rodovia federal BR-376. Ainda, nas proximidades do citado distrito há um aeródromo, também em processo de implantação, bastante representativo sob o ponto de vista da infraestrutura aeroviária.

Outra região em processo de expansão e ocupação é Distrito Industrial da Sede, na Avenida das Palmeiras e nas proximidades das rodovias que cortam a cidade, a BR-277 e PR-151. Sua localização estratégica pode ser considerada fator positivo devido ao distanciamento com a área central e à facilidade de acesso, próximo à PR-151, no bairro São José.

Com base no diagnóstico socioambiental e econômico realizado, elaborou-se um Plano Urbanístico de Ocupação, com a indicação de zonas e subzonas, definição de tipologia de usos/atividades, porte dos empreendimentos, parâmetros urbanísticos, além da estruturação do sistema viário destas áreas.

**II. Atualização do Cadastro Mobiliário e Imobiliário Multifinalitário**

A maioria dos municípios brasileiros não dispõem de um cadastro territorial e mapeamentos confiáveis, fato este, mais evidenciado a partir da obrigatoriedade de Planos Diretores dada pela Lei Federal 10.257/2001, denominada Estatuto da Cidade (Diretrizes para a criação, instituição e atualização do cadastro territorial Multifinalitário nos Municípios Brasileiros, Ministério das Cidades, 2010).

A concepção de um Cadastro Técnico Multifinalitário parte da constatação que todas as ações humanas são prestadas em um território acontecem em algum lugar do espaço. Neste sentido pode-se perceber que todo município, atividade econômica ou serviços executados pela Prefeitura estão localizados em um espaço, que via de regra está cadastrado junto às diversas unidades administrativas da Prefeitura. Assim sendo a integração de dados econômicos, sociais, ambientais e físicos, de forma sistematizada e padronizada permite uma gestão plena da cidade.

**AUTENTICAÇÃO**

Certifico que o presente documento é uma reprodução fiel do original, assinado em presença de mim, Dou Fa. UTRA, PAZ E BEM.

28 JUN 2019

SERVIÇO DE REGISTRO DE IMÓVEIS - REGISTRO DE IMÓVEIS

ANGELITA ERINA VULSO DE OLIVEIRA SUBSTITUTA  
 ELIZABETE RAMOS COSTA DE LIMA  
 JOAO PAULO NEHROM  
 CRISTINA RODRIGUES FLORES  
 AV. PRES. AFFONSO CAMARGO, 763 - CURITIBA - PR

O solo de autenticidade de  
 este, foi firmado na última  
 folha deste documento.



# MUNICÍPIO DE PALMEIRA

## ESTADO DO PARANÁ

### Secretaria Municipal de Finanças

1480

A atualização dos bancos de dados cadastrais está sendo entendida como uma das ações propostas pelo GEMAT para um incremento na arrecadação municipal. Entretanto além da questão financeira, esta ação contribuirá para o aprimoramento da administração pública de Palmeira, não só pela regularização da situação cadastral, mas ainda pela possibilidade de otimização das informações, resultando em respostas mais eficientes aos gestores e conseqüentemente para a população.

Geralmente, existem inúmeras ações na administração pública que podem se servir de um cadastro multifinalitário, entretanto, as práticas já estabelecidas ao longo de anos segmentam informações dentro da própria administração pública. Da mesma forma, a ausência de uma visão espacial ou geográfica dos serviços prestados pela administração pública promove muitas vezes um direcionamento de recursos de forma divergente dos objetivos e estratégias previstos nos diversos planos que norteiam o desenvolvimento municipal.

Óbvio é que, ao tratar de cadastro multifinalitário a primeira base a ser trabalhada com atenção é a de cadastro territorial formada pela junção da cartografia com o cadastro imobiliário. Esta base cadastral servirá de apoio a todas as outras bases de dados cadastrados no município visto representar as parcelas do território onde as ações se materializam.

Em consulta às diretrizes e propostas apresentadas no Plano Diretor de Palmeira, se observou a proposta de implantação de Sistema de Informações Geográficas Territoriais, previsto na Política de Gestão Democrática e Desenvolvimento Institucional, no qual para este trabalho se destacam a criação de uma base cartográfica territorial unificada e de sistema de informações municipais de modo a armazenar e disponibilizar informações para o gerenciamento de diferentes políticas setoriais.

No intuito de compreender a estrutura existente no Município para análise e definição da melhor abordagem de atualização de base de dados e adequação dos cadastros mobiliário e imobiliário, tornando-o um cadastro multifinalitário, foram elaborados questionários baseados nas atribuições contidas na Lei Municipal 4327/2017 que dispõe sobre a Estrutura Organizacional do Município de Palmeira e dá Outras Providências. Realizou-se o trabalho para atualização de base de dados para regularizar o cadastro das unidades imobiliárias urbanas, que integram o Plano Diretor para o Cadastro Mobiliário e/ou Imobiliário/Multifinalitário, e que possuíam dados divergentes com seu sistema tributário imobiliário, constatadas *in loco*, e indicadas pela municipalidade.

Cabe salientar que as diretrizes gerais para realização de um Cadastro Territorial Multifinalitário – CTM estão em consonância com as Diretrizes Gerais da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano, na qual se tem como meta fortalecer e modernizar a gestão da arrecadação municipal, com implementação de ações como a revisão e criação de cadastros técnicos multifinalitário.

Em 2008, o governo federal editou o Decreto 6.666, que instituiu a Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais – INDE, com objetivo de promover o adequado ordenamento na geração, no armazenamento, no acesso, no compartilhamento, na disseminação e no uso dos dados geoespaciais de origem federal, estadual, distrital e municipal. Para tanto propõe a utilização de padrões e normas homologados pela Comissão Nacional de Cartografia – CONCAR. O INDE visa evitar a duplicidade de ações e o desperdício de recursos na obtenção de dados geoespaciais pelos órgãos da administração pública em todas as esferas de governo.

Com o compromisso de implantar no território nacional bases cadastrais multifuncionais que atendam minimamente as diretrizes propostas no PNDU, em 2009, editou-se a Portaria Ministerial Nº 511, de caráter orientador e genérico que pode ser aplicado nos diversos contextos municipais.

Tem-se como certo que o CTM é um instrumento que permite ao município garantir um desenvolvimento sustentável por proporcionar uma integração de elementos econômicos, sociais e ambientais, que analisados conjuntamente permitem uma visão global das ocorrências no espaço físico do município. Em decorrência, há uma ampliação das possibilidades de implementar políticas de gestão que realmente atendam a função social da cidade, não apenas com medidas fiscais isonômicas, mas também contribuindo efetivamente para o bem-estar social com a construção de cidades mais justas e acessíveis a todos.

Comumente, os cadastros municipais estão focados para a gestão tributária. Isso se explica a partir das competências tributárias municipais advindas da Constituição Federal, mais especificamente as relativas aos imóveis como o IPTU, ITR, ITBI e COMEL. Neste aspecto, necessário lembrar que a Lei de Responsabilidade Fiscal de 2000 versa sobre a renúncia de receita, requerendo dos gestores maior eficiência na arrecadação, mas de maneira igualitária.

**RECEBEMOS**

28 JUN. 2019

SERVIÇO DISTRIAL DO MUNICÍPIO DE PALMEIRA  
R. DR. JOSÉ CARLOS DE OLIVEIRA, 100 - CENTRO - PALMEIRA - PR  
FONE/FAX: 3262-1111

JOÃO GERALDO LAURICELLI - PRESIDENTE  
ANGELITA ERNA WUSS OLIVEIRA - SUBSTITUTA  
ELIZABETE PÁMOS CARVALHO - SECRETÁRIA  
JOÃO PAULO NEHRONIA - SECRETÁRIO  
CRISTINA RODRIGUES FERREZ - ESCREVENTES

O selo de autenticidade de dados, foi anexado na última folha deste documento.

0523



**MUNICÍPIO DE PALMEIRA**  
**ESTADO DO PARANÁ**  
**Secretaria Municipal de Finanças**

1481

Entretanto, manter ao longo do tempo uma aplicação igualitária de tributos não é tarefa fácil para as administrações. Acompanhar a dinâmica socioespacial dos territórios depende da capacidade técnica e da estrutura organizacional disponível.

Embora o CTM requeira investimentos em tecnologias, materiais e aperfeiçoamento de servidores, o manual de apoio editado pelo Ministério das Cidades, lista alguns dos benefícios que deve proporcionar, quais sejam:

- Aumento na arrecadação municipal e na justiça fiscal;
- Unificação de dados cadastrais por meio da aproximação das entidades competentes, convênios e consórcios entre os municípios, os Registros Imobiliários, etc., nos termos de legislação municipal, o que resultará em segurança jurídica para toda a população local;
- Planejamento e eficiência da gestão municipal (social e ambiental);
- Planejamento físico municipal com a existência de uma base cartográfica única (infraestrutura urbana, sistema viário, seleção de áreas para fins ambientais, de regularização fundiária urbana, etc.);
- Conhecimento da realidade urbana, de expansão urbana e rural dos municípios, cidade real;
- Orientação de atualização periódica, a ser definida em legislação municipal, garantindo a autonomia municipal;
- Aumento da transparência e eficiência da administração municipal, através da disposição de dados corretos e atualizados à população, priorizando o seu atendimento.

Conforme as orientações contidas na Portaria Ministerial Nº 511 o CTM trata de um "inventário territorial oficial e sistemático do município" e, portanto, deve compreender toda extensão do território municipal, podendo assim subsidiar o planejamento e desenvolvimento das políticas de governo.

Para cumprir a função multifinalitária é importante que as parcelas do território estejam representadas geograficamente e cadastradas com um código único que será a chave de acesso para as informações cadastradas e que permitirá a interação com os demais bancos de dados.

É comum os arquivos municipais conterem plantas de parcelamentos cujas dimensões atendem o contido no documento de registro, contudo, em campo as implantações apresentam com dimensões divergentes. Além disso, a construção de uma base territorial confiável depende do georreferenciamento de cada parcela para eliminar sobreposições e demarcações equivocadas decorrentes de levantamentos antigos de períodos diferenciados e metodologias distintas.

Assim, a base cadastral que suportará o CTM será constituída prioritariamente por:

- Cartografia que conterà todos os elementos essenciais do território;
- Dados alfanuméricos de cada elemento georreferenciado;
- Código identificador para chave de acesso.

Com a base cadastral disponível a administração municipal pode investir na organização dos cadastros temáticos, sendo responsabilidade de cada secretaria complementar o CTM com temas específicos da sua competência. Dentre os cadastros temáticos mais relevantes podemos citar o econômico, estruturado com fins tributários; o fundiário, composto por registros de localização, dimensão e benfeitorias dos imóveis; e ainda o ambiental, no qual se disponibiliza informações dos elementos naturais relativos a cada imóvel (hidrografia, relevo, solo, vegetação, ...).

Para que os objetivos e diretrizes propostos se cumpram é imprescindível a contínua atualização dos bancos de dados, pois, o CTM é resultado da soma de esforços das várias unidades administrativas e seus profissionais, tecnologias, materiais e métodos na busca da excelência da gestão pública que só pode ser alcançada a partir da multidisciplinaridade e do comprometimento das equipes envolvidas.

Primeira fase do trabalho, realizou os levantamentos e atualizações: a partir das informações prestadas em questionários específicos direcionados às secretarias municipais e considerando ser o Cadastro Técnico Multifinalitário – CTM a junção entre uma base cartográfica segura e atualizada e os diversos bancos de dados alfanuméricos do Município, dando origem a uma base cadastral única para a espacialização de todos os serviços, foi possível concluir que a Prefeitura de Palmeira dispõe de uma base cadastral adequada nas áreas urbanas, cuja atualização se dá por meio de topografia, sendo ainda complementada pela base IBGE nas áreas rurais, ou seja, apropriada para suportar/consolidar o CTM.

A existência de uma equipe responsável pelo geoprocessamento e a familiarização com o uso de sistemas de informações geográficas e procedimentos de atualização da mesma por topografia são relevantes na construção do CTM, entretanto, não está claro qual o nível de acesso e conhecimento que as demais unidades administrativas têm desta ferramenta.

28 JUN 2009

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

COPIA DE AUTENTICAÇÃO DE  
 Cópia, foi arquivada no sistema  
 Infra Base Documental

0529





**MUNICÍPIO DE PALMEIRA**  
**ESTADO DO PARANÁ**  
**Secretaria Municipal de Finanças**

1482

A manutenção dos cadastros imobiliário, mobiliário e técnico sem a duplicação de banco de dados garante confiabilidade e eficiência na identificação de atributos vinculados a cada imóvel, tornando mais eficaz o controle sobre o uso e a ocupação do solo, assim como o lançamento de tributos.

A produção de cadastros digitais pela maioria das secretarias, bem como a utilização de softwares para cadastramento de dados de suas áreas específicas, facilita a organização e acesso as informações. Porém, no cenário atual, estes bancos de dados se encontram fragmentados e isolados nas secretarias, representando uma baixa integração entre os serviços no relativo aos dados cadastrais.

Observa-se que ocorre uma troca limitada, entre secretarias, de informações, geralmente motivada por ocorrências pontuais, decorrentes de processos específicos, não vinculados a planejamento ou propostas de ações. A ausência de um núcleo para orientar a coleta, recepcionar e distribuir as informações fornecidas e requeridas pelas secretarias e a incipiente presença da tecnologia da informação na estrutura municipal favorece a pouca interação.

Verifica-se que o número de atividades e serviços disponibilizados pela prefeitura para o munícipe é amplo, no entanto, os métodos, práticas e informações utilizadas para os mesmos possuem estágios muito diferenciados em relação ao uso da base cadastral.

De maneira geral, esta diversidade também está relacionada com a complexidade dos serviços prestados e a necessidade de controles e monitoramentos cada vez mais eficientes para aquelas unidades que compartilham dados e informações com outras instâncias.

A segunda fase, trabalhou com as ações de melhoria: para implantar uma solução baseada nos preceitos de um Cadastro Técnico Multifinalitário (CTM) é necessário montar uma paisagem, um "cenário", para melhor compreender e distribuir as atividades e atribuições. Observando desta forma, fica perceptível a distribuição espacial e o posicionamento dos "atores" responsáveis pelo projeto. Em tempo, toma-se necessária uma observação: o Cadastro Técnico Multifinalitário não é um "produto", um pacote de ideias e procedimentos que terminam em um prazo predeterminado. O CTM é um processo, sempre em construção, atualização, análise e transformação. Pensando no termo "multifinalitário" este processo se justifica. Sempre que um novo ator se integra ao cenário, o CTM precisa ser adaptado de maneira a integrar novos dados e elementos, portanto, é infinito no tempo, assim como são infinitas suas possibilidades.

Um sistema de geoprocessamento trabalha com o relacionamento de dados alfanuméricos e vetoriais, com informações rasterizadas, com criação e análises de modelos, geração de algoritmos, processamento de dados de sensoriamento remoto e LIDAR, entre outras coisas. Dentro de um processo de CTM, o geoprocessamento direciona seus esforços ao relacionamento de dados e a criação e manutenção de elementos vetoriais. Para que estes relacionamentos funcionem da maneira mais otimizada possível, é necessária a análise de cada elemento, antes de começar a trabalhar a informação, é a chamada modelagem dos dados. Antes da criação de um elemento vetorial para a representação de um poste, deve-se verificar quais os atributos necessários para que aquele ponto, que representa um poste torne-se uma informação útil, seja para a equipe de manutenção da iluminação pública, seja para a definição de cobranças de IPTU x ITR, de acordo com o código tributário nacional.

A modelagem dos dados deve contemplar os códigos de chaveamento e relacionamento da informação vetorial com os dados complementares, seja em formato de banco de dados, sistemas, tabelas e planilhas. Acima de tudo, estes códigos devem ser analisados e testados na prática, visando observar possíveis futuras inconsistências. Por exemplo, os dados tributários alojam-se perfeitamente bem em cadastros fiscais e cadastros imobiliários, afinal, referem-se basicamente aos lotes e edificações existentes no Município, porém, esses códigos não servem para os cadastros de saúde, educação e assistência social. Para estes serviços, o ideal é a codificação do endereço, que é a amarração dos dados quando se referem aos moradores, aos habitantes do Município, não apenas aos proprietários dos imóveis. Para facilitar o entendimento do relacionamento do banco de dados e do elemento vetorial que irá representar a informação cartograficamente, torna-se necessária a integração da equipe de informática municipal, para codificar os endereços nos bancos de dados nativos da saúde, por exemplo, de acordo com as normas desenvolvidas pela gestão do CTM. Trabalhou-se com a estrutura, o processo de softwares, produção de banco de dados, atualização, análise e transformação, de modo a garantir que não haja perda de informações. O trabalho foi realizado em conjunto com a equipe de informática municipal, visando a integração dos dados e a melhoria dos processos de geoprocessamento, treinamentos e indicação de procedimentos básicos e direcionados.

III. **Revisão do Plano Diretor**

De maneira geral, o Plano de Desenvolvimento Econômico e Modernização Tributária (PDEM) foi estruturado em sete etapas visando o atendimento do escopo mínimo, das entregas dos produtos

**AUTENTICAÇÃO**

28 JUN. 2019

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

AV. PRES. AFFONSO CAMARGO, 763 - CURITIBA - PR

O selo de autenticidade de atos, far afixado na última folha deste documento.

0530





**MUNICÍPIO DE PALMEIRA**  
**ESTADO DO PARANÁ**  
**Secretaria Municipal de Finanças**

1483

nos prazos estabelecidos, tendo em vista a dinamicidade de execução, organização e compreensão do trabalho como um todo.

❖ **ETAPA 1 – PLANO DE TRABALHO**

Esta etapa corresponde o primeiro documento, que detalha todas as atividades necessárias à elaboração do PDEMT, as quais forma respaldadas nas determinações do Termo de Referência. A consolidação do Plano de Trabalho se deu por meio da realização de reuniões com a ETM e GEMAT, bem como definição das agendas, onde foi importante também a participação do Setor de Comunicação da Prefeitura.

❖ **ETAPA 2 – DIAGNÓSTICO ANALÍTICO**

Esta etapa correspondente ao Diagnóstico Analítico, onde foram realizados levantamentos, compilações e análises de todos os dados e estudos, planos e programas referentes ao Município e suas áreas de Abrangência, bem como incursões em campo para validação e complementação das informações.

Ressalta-se que a realização do Diagnóstico envolveu equipes diferentes de trabalho, pois foram realizados levantamentos para subsidiar os estudos específicos – Plano Diretor de Ocupação das Macro Áreas, incluindo a elaboração de projetos; Atualização do Cadastro Mobiliário e Imobiliário Multifinalitário; Revisão do Plano Diretor Municipal. O escopo do trabalho proposto previu a realização do Diagnóstico para todos eles.

Em paralelo foi realizado todo o processamento digital e criado um banco de dados e sistema de informações geográficas, a partir das imagens de satélite já existentes.

Geoprocessamento/Cadastro

Os chamados Sistemas de Informações Geográficas (SIG) são sistemas de informação construídos com auxílio de softwares e procedimentos específicos gerados para armazenar, analisar e manipular dados geográficos associados com informações alfanuméricas. O SIG do PLANO foi estruturado a partir de duas tipologias de informação: espacial e tabular. A informação espacial foi constituída pelos dados cuja representação requer dimensão ou posição. Já os dados tabulares se constituíram de atributos qualitativos ou uma característica associada a um dado espacial. O elemento importante considerado na estruturação do SIG é sua adequação aos demais sistemas de dados já vigentes nas organizações de âmbito municipal e do Estado, como o IAP, AGUASPARANÁ e PARANACIDADE, de maneira que foram garantidas as integrações de sistemas. O SIG considerou a equalização das planilhas de atributos de outros sistemas existentes, ou ainda, considerou a integração de sistemas a partir de indexadores. A estruturação final do SIG considerou o formato geodatabase de arquivos, em plataforma ArcGIS.

❖ **ETAPA 3 – ELABORAÇÃO DE CENÁRIOS**

A elaboração de cenários prospectivos para o PDM e Plano de Desenvolvimento configurou-se em um instrumento de ordenação das percepções acerca dos ambientes futuros e incertos, nos quais decisões (estratégias) foram tomadas. Portanto, a metodologia de **cenários prospectivos** contemplou uma diversidade de **fatores**, dentre eles: o potencial das economias locais, sua contribuição ao desenvolvimento sustentável do território e da região como um todo, incluindo a mitigação e/ou adaptação aos impactos decorrentes dos grandes empreendimentos industriais na região e dos diferentes efeitos climáticos naturais, da conservação da biodiversidade e dos fluxos de recursos, capital e população; alterações da dinâmica social, condições de vida e condições físico-ambientais; reflexo das aptidões agrícolas (evolução de atividades produtivas) e do uso e ocupação do solo urbano e/ou rural, bem como restrições legais e suas implicações sobre a demanda por recursos naturais.

Estes **fatores** compreenderam os temas dos cenários, procurando quando possível, combinar e equalizar as diversas projeções e tendências já desenvolvidas por diferentes estudos, organizações e instituições para o território. Os cenários foram contrastantes, ou seja, exploraram os limites das possibilidades de futuros (horizonte de 20 anos), de forma que as estratégias sejam testadas em uma amplitude de possibilidades desses futuros.

❖ **ETAPA 4 – PROPOSTAS DE ESTRATÉGIAS E DIRETRIZES DO PLANO**

Esta etapa corresponde a configuração das propostas do PDEMT, contendo as Diretrizes de Desenvolvimento e Projetos das Macro Áreas, além da atualização do Cadastro Imobiliário, atualizado com base nos levantamentos realizados no diagnóstico e das etapas anteriores.

0531



# MUNICÍPIO DE PALMEIRA

## ESTADO DO PARANÁ

### Secretaria Municipal de Finanças

1484

À medida que se definem os níveis de potencialidades e fragilidades de um território, possibilitam a criação de cenários e prognósticos sobre comportamentos futuros face às diversas alternativas do uso e do desenvolvimento do território, integrando não só o conhecimento técnico e científico, como também as distintas propostas dos agentes sociais intervenientes.

Desta forma, o PDEMT foi definido com a agregação de conhecimentos multi e interdisciplinares relacionados com as ciências biogeofísicas e socioeconômicas. Cada compartimento da paisagem, foi visto como uma unidade de planejamento, onde estão previstos critérios de sustentabilidade às atividades socioeconômicas e análise de diversas alternativas de uso do território.

Em outras palavras, o PDEMT ao dispor de um instrumento político integrado de diagnósticos analíticos (contendo as vocações e potencialidades regionais, as demandas e necessidades da sociedade civil, as fragilidades e os entraves ao desenvolvimento) e de proposição de diretrizes, estratégias e linhas de ação, contribui para reativação do desenvolvimento econômico, social e ambiental da região como um todo. Sempre expressando as expectativas e prioridades dos diversos atores atuantes na região: poderes públicos federal, estadual e municipal, sociedade civil organizada, entidades de classe (trabalhadores e empresários) e movimentos sociais. Como premissas e diretrizes que foram indicadas no Termo de Referência, importante destacar as seguintes:

- Buscar o desenvolvimento equilibrado do município de Palmeira, aproveitando se ao máximo de suas potencialidades de forma que o torne mais competitivo e seja atrativo do ponto de vista do desenvolvimento sócio econômico local, agregando o máximo valor para o município;
- O Plano em questão deve ter o papel de articulador das ações realizadas entre os diferentes agentes econômicos, instituições públicas e privadas, sociedade civil, movimentos sociais e governo municipal. Deve também ser um indutor do desenvolvimento municipal, buscando assim sua reestruturação espacial, dando condições para que novos projetos se desenvolvam, além de contribuir com a orientação para evolução demográfica sustentável, compatível com a infraestrutura de serviços públicos (abastecimento de água, esgotamento sanitário, gerenciamento de resíduos sólidos e drenagem urbana), equipamentos comunitários (saúde, educação, lazer), infraestrutura de sistema viário, moradia, entre outros. O município deve se articular multidimensionalmente, sendo reordenado através de cada olhar setorial das políticas de desenvolvimento regional.
- O PDEMT pode, além do caráter econômico, propor para todo o território de estudo, eixos transversais e longitudinais de estruturação territorial, lógicas de transporte, revisões do zoneamento municipal, indicação de áreas propícias a projetos habitacionais, desenvolvimento econômico com previsão de ambientes de inovação, estudos das centralidades mais impactadas, indicando ações para sua qualificação de modo a melhor integrar-se ao desenvolvimento do município.

De acordo com o Termo de Referência, em função do diagnóstico realizado e das áreas críticas de intervenção identificadas, as estratégias foram determinar as prioridades de desenvolvimento do município, levando em conta, pelo menos:

- O desenvolvimento econômico;
- Requalificação das Macro Áreas, considerando os projetos, o licenciamento ambiental e a viabilidade COPEL e SANEPAR;
- Cadastro Mobiliário e Imobiliário e multifinalitário atualizado e compatível com a nova proposta de intervenção;
- Projeto de Trabalho Técnico Social da área de Intervenção;
- Ordenamento territorial municipal, considerando a revisão da Lei de Zoneamento e Lei do Plano Diretor para compatibilizar e incluir as novas propostas e Eixos de desenvolvimento;
- A diversidade sociocultural e ambiental;
- Governabilidade sobre processos de ocupação territorial e de usos dos recursos naturais e maior capacidade de orientação dos processos de transformação sócio produtiva;
- A gestão compartilhada de políticas públicas entre as três esferas de governo federal, estadual e municipal;

*[Handwritten signature]*

**ATENTIFICAÇÃO**  
 Certificado que a presente fotocópia é reprodução fiel do original.  
 O selo de autenticação de atos, foi afixado na última folha deste documento.

28 JUN. 2019

SERVIÇO DISTANCIAL DE CALUSU  
 FONE: 3282-3533  
 FAX: 3282-3533

JUÍZO GERAL DO LAZARILHO - PALMEIRA - PR  
 ANGELETA ERMA WILSON ARAÚJO - PRESIDENTE  
 FÁBIO DE LIMA DOS SANTOS - VICE-PRESIDENTE  
 PAULO RICARDO DE OLIVEIRA - PRESIDENTE  
 CRISTINA RODRIGUEZ PERAZA - PRESIDENTE  
 AV. PÉSS. AFFONSO CAMARGO, 763 - CURITIBA - PR

0582



**MUNICÍPIO DE PALMEIRA**  
**ESTADO DO PARANÁ**  
**Secretaria Municipal de Finanças**

1485(1)

- A infraestrutura regional - energia, armazenamento, transformação, transportes e comunicações, e de prestação de serviços essenciais à qualidade de vida de seus habitantes como saneamento básico, destinação de resíduos sólidos, saúde, educação, assistência social e segurança pública;
- A estrutura produtiva;
- A recuperação das áreas degradadas;
- A pesquisa científica e o desenvolvimento tecnológico para o desenvolvimento sustentável da região;
- O consenso entre órgãos governamentais, organizações da sociedade civil e setores empresariais, em contextos democráticos de formulação e gestão de políticas públicas.

A proposta geral e específicas de desenvolvimento visou viabilizar a implementação de uma estratégia de longo prazo que concilie a promoção do desenvolvimento econômico com o uso sustentável dos recursos naturais, viabilizando a inclusão social e distribuição de renda, resultando na melhoria da qualidade de vida da população de Palmeira.

❖ **ETAPA 5 – ASSESSORIA TÉCNICA PARA APROVAÇÃO DO PLANO NO PODER LEGISLATIVO E ÓRGÃO AMBIENTAL**

Para a execução desta etapa, a Prefeitura Municipal em conjunto com a Câmara Municipal e a Sociedade Civil Organizada realizou algumas oficinas, reuniões e audiências públicas que envolveram órgãos estaduais e membros do poder legislativo. O principal intuito foi de sensibilizar e convencer, com argumentos técnicos, os diversos gestores (executivo e legislativo) da necessidade da alteração da política de gestão territorial e econômica.

Foi apresentada também uma versão preliminar do Plano e Projetos das Macro Áreas com modelagens gráficas, inclusive de diferentes áreas da Cidade (entradas de alguns bairros, setor histórico, eixo central, parque linear – barragens, linha férrea- alças rodoviárias de acesso, entradas da cidade e acessos nas divisas do município).

O protocolo do pedido de Licença ou Autorização Ambiental no IAP, protocolo da solicitação da anuência da COPEL e SANEPAR fez parte do relatório para comprovar a execução desta etapa. Além do registro da realização de oficina/reunião na Câmara de Vereadores, onde as Diretrizes de Desenvolvimento e os projetos das Macro áreas foram discutidos e apresentados também.

❖ **ETAPA 6 – REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL**

A maior parte das atividades realizadas nas fases anteriores fazem parte do escopo para elaboração de um Plano Diretor, desta forma, com base nas discussões e contribuições das etapas anteriores, e em conjunto com as secretarias de Meio Ambiente e Urbanismo, de Planejamento e Procuradoria Municipal, foram elaboradas as minutas de lei para a revisão do Plano Diretor Municipal. Importante salientar a participação da Câmara de Vereadores do Município e Conselho da Cidade.

Os principais pontos revisados foram:

- Adequação das diretrizes, objetivos e estratégias da Lei do Plano Diretor – em função da sua aplicabilidade, principalmente no que diz respeito a gestão do solo urbano;
- Reformulação da Lei de Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo de acordo com as discussões e Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável;
- Reformulação da Lei de Parcelamento do Solo Urbano;
- Reformulação do Código de Obras e Reformulação do Código de Posturas;
- Lei do Perímetro Urbano;
- Lei de Regulamentação dos Condomínios Verticais e Horizontais;
- Lei de Delimitação de Bairros;
- Lei de Regularização de Obras;
- Lei de Circulação, Transporte e Mobilidade Urbana;
- Elaboração de Legislação de Incentivo a Preservação do Patrimônio Cultural, Histórico e Arquitetônico;
- Regulamentação dos Instrumentos Urbanísticos do Estatuto da Cidade constantes no Plano Diretor;
- Criação de Modelo de RIV – Relatório de Impacto Viário - para futuras implantações de Polos Geradores de Tráfego.

**AUTENTICAÇÃO**

documento original que está sendo autenticado.  
 CTBA, C.A.

28 JUN. 2019

SERVIÇO REGISTRAL DO MUNICÍPIO DE PALMEIRA  
 FONE/FAX: 3263-3553

JOÃO GERALDO LACONTE  
 ANGELITA EDIARA WOLFF  
 ELIZABETE RAMOS CARVALHO  
 JOÃO PALALI REFFINO  
 CRISTINA FERNANDES TEIXEIRA

AV. PRES. AFFONSO CAMARGO, 783 - CUNHIBA - PR

Caso de autenticidade de atos, foi tirado na última folha deste documento.

0533

B



**MUNICÍPIO DE PALMEIRA**  
**ESTADO DO PARANÁ**  
**Secretaria Municipal de Finanças**

1486

Nesta etapa foram realizadas reuniões e oficinas comunitárias, culminando em uma Audiência Pública. E as leis foram adaptadas conforme as Diretrizes Estratégicas e o Projeto de Requalificação. Cabe salientar também, da importância do uso dos instrumentos urbanísticos previstos na Lei do Plano Diretor onde foram detalhados e trabalhados nesta revisão do PDM de Palmeira.

❖ **ETAPA 7 – ELABORAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO E INVESTIMENTO**

Esta etapa tratou da elaboração do Plano de Ação e Investimento e da Carteira de Projetos, em consonância com a SEDU-PARANACIDADE.

Estes documentos foram compatíveis com o PPA, LDO e LOA do Município. Além do padrão a ser proposta por esta equipe, para facilitar a gestão municipal, será desenvolvida o Quadro de Ações padrão PARANACIDADE.

O Plano de Ação e Investimento, contemplou a descrição dos projetos, a definição dos responsáveis, previsão de custos e estratégias de implantação. Ainda, adotou um modelo integrado de acompanhamento que possibilitou o monitoramento da execução dos diferentes projetos previstos, por parte dos diferentes agentes. Cabe destacar que tal modelo é compatível com os sistemas de informações da SEDU visando permitir interação entre os diferentes agentes e os meios de produção de informação.

**PROCESSO PARTICIPATIVO**

Foram realizados 58 eventos ao longo do processo de construção do Plano, sendo eles oficinas, reuniões públicas, audiência públicas. Além de consultas e enquetes via site. Também foram elaborados textos e artigos para jornais locais e regionais.

Este atestado foi emitido por solicitação da empresa ECOTÉCNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA. A emissão desse atestado substitui todos os demais documentos correlatos já emitidos ou fornecidos.

Palmeira, 21 de dezembro de 2018.

Eloir José Voichicoski  
 Secretário de Finanças - Prefeitura de Palmeira  
 CPF: 925.147.239-49

**AUTENTICAÇÃO**  
 Certifico que o presente fotocópia é reprodução fiel do documento original que me foi apresentado. Data: 28 JUN. 2019  
 CUBA, CA  
 28 JUN. 2019  
 SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL  
 FONE/FAX: 3262-3553  
 JOÃO GERALDO L. DE ASSIS - SECRETÁRIO  
 ANGELITA ERMA V. JESUS - SUBSTITUIÇÃO  
 ELIZABETE RAMOS C. AUGUSTINI - ESCREVENTE  
 JOÃO PAULO REBELLO - ESCREVENTE  
 CRISTINA RODRIGUES FERREIRA - ESCREVENTE  
 AV. PRES. AFFONSO GOMES, 100 - PALMEIRA - PR  
 Autenticação de Cópia  
**FQJ10599**

*Handwritten notes and signatures are present over the stamp.*

**Patricia Fornaza Ferreira**  
**Escrevente**



**ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA**

Atestamos para os devidos fins, que a empresa ECOTÉCNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA, com sede à Rua Maria Rita das Chagas Lima, 317, bairro São Braz, CEP: 82.300-330, Curitiba-PR, inscrita no CNPJ 20.610.553/0001-91, tendo como responsável técnica a Arquiteta e Urbanista SANDRA MAYUMI NAKAMURA, com registro no Conselho de Arquitetura e Urbanismo sob o nº CAU/PR A 28547-1, prestou para Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMARH, CNPJ 05.016.202/0001-45, estabelecida na Esplanada das Secretarias - Praça dos Girassóis, s/nº, bairro Plano Diretor Norte, CEP: 77.001-002, Palmas-TO, os serviços referentes à **Elaboração do Plano Estadual de Resíduos Sólidos do Tocantins - PERS/TO**, tendo demonstrado capacidade técnica no fornecimento dos mesmos, nada constando em nossos arquivos que a desabone.

**Características dos Serviços**

Contrato	025/2014
Celebrado	10/10/2014
Valor do Contrato	R\$ 1.728.844,77
Início dos serviços	02/12/2014
Conclusão dos Serviços	31/10/2017
Objeto do contrato	Elaboração do Plano Estadual de Resíduos Sólidos do Tocantins - PERS/TO
Local da Obra	Praça dos Girassóis, s/nº, bairro Plano Diretor Norte, CEP: 77.001-002, Palmas-TO

**Equipe Técnica**

**Coordenação**

Coordenação Geral - Sandra Mayumi Nakamura | CAU A 28.547-1

Coordenação Adjunta - Maria Alice Simões Cordeiro Soares | CREA-PR 53.016/D

Coordenação Adjunta - Nilo Aihara | CREA-PR 8.040/D

**Equipe Principal**

Esp. em Engenharia Sanitária - Nilo Aihara | CREA-PR 8.040/D

Esp. em Engenharia Ambiental - Maria Alice S. C. Soares | CREA-PR 53.016/D

Esp. em Ciências Sociais - Ana Maria Lorici Santin

Esp. em Economia - Elisabete Tieme Arazaki | CORECON-PR 4.963





Esp. em Aspectos Jurídicos - Lucia Benedita de C. Blicharski | OAB-PR 37.951.

#### Equipe Complementar

Dr. em Hidráulica e Saneamento - Eng. Sanitarista Aurélio Pessoa Picanço | CREA TO 150.406.518-2

Arquiteto e Urbanista - Gustavo Domingues Gaspari | CAU A118.245-5

Arquiteta e Urbanista - Letícia Schmitt Cardon de Oliveira | CAU A46.913-0

Arquiteta e Urbanista - Mayra Mayumi Aihara | CAU 138.434-1

Arquiteta e Urbanista - Vanessa Boscaro Fernandes | CAU A 37.721-0

Arquiteta e Urbanista - Verena Giraldo Costa | CAU A107.694-9

Biólogo - Luiz Gustavo Andreguetto | CRBio-PR 50.593/07-D

Contador - Anderson José Amâncio | CRC-PR 036.685/O-4

Engenheira Ambiental - Carolina H. S. Pedroni | CREA-PR 87.020/D

Engenheira Ambiental - Cristina Solange Hendges | CREA-TO 113.221/D

Engenheira Ambiental - Lidia Sayoko Tanaka | CREA-PR 87.131/D

Engenheira Cartógrafa - Amanda Pereira Antunes | CREA-PR 142.852/D

Engenheiro Florestal - Valmir Detzel | CREA-PR 17.516/D

Geoprocessamento - Sandy Plassmann Lamberti

Jurídico - Rosamaria Milléo Costa | OAB- 20.026

MSc. em Biologia - Cassio Kiyonori Nakamura

Tec. Processos Ambientais - Conrado Follé Weber

Zootecnista - Milton Kentaro Nakamura | CRMV-PR 0568/Z

Zootecnista - Gisele Leopoldino | CRMV-PR 1094/Z

#### Equipe de Apoio

Acadêmica em Arquitetura e Urbanismo - Amanda Carolina Santos Motta

Acadêmica em Arquitetura e Urbanismo - Ana Júlia Madalozo Molinari Gonçalves

Acadêmica em Arquitetura e Urbanismo - Caroline Nayara Rech

Acadêmica em Arquitetura e Urbanismo - Maria Beatriz Maurer Ravaglio

Economista - Emani Augusto Brescianini Filho | CORECON-PR 6877

Administradora Juliana Mitsue Sato | CRA 14856

---

#### Descrição dos serviços

---

#### Escopo e metodologia





Certidão nº 461887/2018 - 29/08/2018, 13:04 - Chave de Impressão: 3B145C882V24Y96A1D1A  
O atestado neste ato registrado foi emitido em 29/08/2018, e contém 7 folhas

A seguir, apresentam-se a metodologia e as técnicas utilizadas na execução das atividades, originando 09 produtos das 05 metas estipuladas, conforme Termo de Referência da elaboração do Plano Estadual de Resíduos Sólidos do estado do Tocantins, elencadas a seguir e assim atingindo os objetivos.

As metas estipuladas pelo Termo de Referência e os seus respectivos produtos, foram:

**Meta 1 – Projeto de Mobilização Social e Divulgação**

Teve como objetivo divulgar e mobilizar a sociedade civil para mostrar a importância da elaboração de Plano Estadual de Resíduos Sólidos Esta meta resultou em 02 produtos, que foram:

- ✓ Produto 1 – Projeto de Mobilização Social e Divulgação do PERS, incluindo o Plano de Trabalho Operacional; e
- ✓ Produto 2 – Relatórios das 18 oficinas regionais.

**Meta 2 – Panorama dos Resíduos Sólidos no Estado.**

Esta meta consistiu na realização do diagnóstico da situação da gestão de resíduos sólidos no estado. Os aspectos avaliados no diagnóstico foram: a caracterização socioeconômica e ambiental da gestão dos resíduos sólidos; Mapeamento das áreas degradadas em razão de disposição inadequada de resíduos sólidos ou rejeitos e áreas órfãs; Sistematização das informações em banco de dados. Esta meta resultou no seguinte produto:

- ✓ Produto 3 – Panorama dos Resíduos Sólidos no Estado.

**Meta 3 – Estudo de Regionalização da Prestação dos Serviços de Manejo de Resíduos Sólidos no Estado do Tocantins.**

Teve como objetivo identificar os arranjos territoriais entre os municípios, a fim de compartilhar serviços ou atividades de interesse comum, maximizando os recursos humanos, infraestruturais e financeiros. Os aspectos considerados nessa meta foram: áreas potencialmente favoráveis para destinação ambientalmente adequada de resíduos sólidos e critérios de agregação de municípios para identificação de arranjos. Resultou o seguinte produto:

- ✓ Produto 4 – Estudo de Regionalização da Prestação dos Serviços de Manejo de Resíduos Sólidos no Estado do Tocantins.

**Meta 4 – Estudo de prospecção e escolha do Cenário de referência.**



Este documento encontra-se registrado no Conselho de Arquitetura e Urbanismo, vinculado à Certidão De Acervo Técnico Com Atestado nº 461887, emitida em 29/08/2018

*[Handwritten signatures and initials]*





O objetivo nesta meta foi promover uma discussão dos cenários futuros, com a descrição das hipóteses de situações possíveis, imagináveis ou desejáveis quanto a gestão dos resíduos sólidos no estado do Tocantins. Estes cenários irão disponibilizar um referencial para a proposição das ações a serem implementadas ao longo do horizonte de planejamento, ou seja, para os próximos 20 anos.

Dentre os aspectos considerados para a construção dos cenários destacou-se: caracterização quanto aos aspectos socioeconômicos, crescimento populacional, indicadores quanto a geração de resíduos, entre outros. Resultou o seguinte produto:

- ✓ Produto 5 – Estudo de prospecção e escolha do cenário de referência.

#### Meta 5 – Planejamento para a Implantação do Plano Estadual de Resíduos Sólidos do Tocantins.

Nesta meta apresentou-se as diretrizes e estratégias para o planejamento da gestão dos resíduos sólidos do estado; as metas, programas, projetos e ações para a gestão dos resíduos sólidos do estado, investimentos necessários e fontes de recursos financeiros e indicadores para acompanhamento, controle e avaliação da implementação do PERS. Resultado nos 04 produtos a seguir:

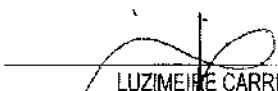
- ✓ Produto 6 – Plano Estadual de Resíduos Sólidos Preliminar;
- ✓ Produto 7 – Relatório das 3 Audiências Públicas;
- ✓ Produto 8 – Plano Estadual de Resíduos Sólidos final; e
- ✓ Produto 9 – Relatório de 1 Seminário Estadual.

Ao longo do trabalho foram realizadas 18 oficinas regionais, 3 audiências públicas regionais e um Seminário Estadual de Lançamento do Plano Estadual.

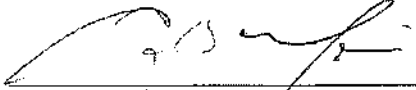
#### Fiscalização dos serviços

Este atestado foi emitido por solicitação da empresa Ecotécnica Tecnologia e Consultoria Ltda. A emissão desse atestado substitui todos os demais documentos correlatos já emitidos ou fornecidos.

Palmas, 31 de outubro de 2017.

  
LUZIMEIRE CARREIRA  
Secretária do Meio Ambiente e Recursos Hídricos  
CNPJ: 05.016.202/0001-45

**Luzimeire Carreira**  
Secretária  
Secretaria do Meio Ambiente  
e Recursos Hídricos

  
ADÃO TEODORO MAIA  
Engenheiro Ambiental – CREA-TO 50244/D-TO  
Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos  
CNPJ: 05.016.202/0001-45

**Adão Maia**  
Diretor de Políticas Ambientais  
Nº Funcional 11461098-1 SEMARH

Praça dos Girassóis, Palmas - Tocantins - CEP: 77001-002  
Tel: +55 63 3218 2180 - www.semarh.to.gov.br





**CAU/BR**Conselho de Arquitetura  
e Urbanismo do Brasil

Registro de Responsabilidade Técnica - RRT

**RRT SIMPLES**  
Nº 0000005913904  
RETIFICADOR à 3090479  
EQUIPE - RRT PRINCIPALCertidão nº 461887/2018 - 29/08/2018 13:04 - Chave de Impressão: 38145C882724Y96A1D1A  
O atestado neste ato registrado foi emitido em 29/08/2018, e contém 7 folhas**1. RESPONSÁVEL TÉCNICO**Nome: SANDRA MAYUMI NAKAMURA  
Registro Nacional: A28547-1 Título do Profissional: Arquiteto e Urbanista  
Empresa Contratada: ECOTECNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA  
CNPJ: 02.610.553/0001-91 Registro Nacional: 18209-5**2. DADOS DO CONTRATO**Contratante: SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL  
CNPJ: 05.016.202/0001-45  
Contrato: 025/2014 Valor Contrato/Honorários: R\$ 1.728.844,77  
Tipo de Contratante: Pessoa jurídica de direito público  
Celebrado em: 10/10/2014 Data de Início: 02/12/2014 Previsão de término: 31/10/2017

Declaro, sob as penas da Lei, que na(s) atividade(s) registrada(s) neste RRT não se exige a observância das regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas de acessibilidade da ABNT, na legislação específica e no Decreto Federal nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004.

**3. DADOS DA OBRA/SERVIÇO**PRAÇA GIRASSÓIS Nº: S/N  
Complemento: Bairro: PLANO DIRETOR NORTE  
UF: TO CEP: 77001002 Cidade: PALMAS  
Coordenadas Geográficas: Latitude: 0 Longitude: 0**4. ATIVIDADE TÉCNICA**Atividade: 3.1 - COORDENAÇÃO E COMPATIBILIZAÇÃO DE PROJETOS  
Quantidade: 1,00 Unidade: un

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder à baixa deste RRT

**5. DESCRIÇÃO**

ELABORAÇÃO DO PLANO ESTADUAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS (PERS) DO TOCANTINS.

**6. VALOR**

Este RRT é isento de taxa

Atenção: Este item 6 será preenchido automaticamente pelo SICCAU após a identificação do pagamento pela compensação bancária. Para comprovação deste documento é necessária a apresentação do respectivo comprovante de pagamento.

**7. ASSINATURAS**

Declaro serem verdadeiras as informações acima.

\_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_  
Local Dia Mês AnoSECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E  
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL  
CNPJ: 05.016.202/0001-45Luzimeire Carreira  
Secretária  
Secretaria do Meio Ambiente  
e Recursos HídricosSANDRA MAYUMI NAKAMURA  
CPF: 030.228.409-50A autenticidade deste RRT pode ser verificada em: <http://siccau.cau.br/app/view/sight/externo?form=Servicos>,  
com a chave: bA25DW Impressão em: 27/06/2017 às 15:38:57 por: ip: 189.32.62.129Este documento encontra-se registrado no Conselho de Arquitetura e Urbanismo, vinculado a  
Certidão De Aterno Técnico Com Atestado nº 461887, emitida em 29/08/2018





**Conselho de Arquitetura e Urbanismo**  
**CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO COM ATESTADO**  
Lei Nº 12378 de 31 de Dezembro de 2010

**CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO COM ATESTADO**  
**Nº 0000000461887**

- A Certidão de Acervo Técnico (CAT) à qual o atestado está vinculado constituirá prova da capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver ou venha a ser integrado ao seu quadro técnico por meio de declaração entregue no momento da habilitação ou da entrega das propostas

- Certificamos, ainda, que nos termos do artigo 2º da Lei nº 12.378/2010 e artigos 2º e 3º da Resolução nº 21/2012-CAU/BR, esta Certidão é válida somente para os serviços condizentes com as atribuições profissionais acima discriminadas

- Em conformidade com o que determina o Art. 45 da Lei 12.378, toda realização de trabalho de competência privativa ou de atuação compartilhadas com outras profissões regulamentadas será objeto de Registro de Responsabilidade Técnica - RRT

- Válida em todo o território nacional.

Certidão nº PR  
29/08/2018, 13:04  
Chave de Impressão: Curitiba/PR



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA  
ESTADO DO PARANÁ

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins, que a ECOTÉCNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA, com sede à Maria Rita das Chagas Lima, 317 - Bairro São Braz CEP 82.300-330 - Curitiba - PR, inscrita no CNPJ 02.010.553/0001-81 tendo como responsável técnica a Arquiteta e Urbanista SANDRA MAYUMI NAKAMURA, carteira profissional CAU-A26547-1, prestou para a PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/MF 76.179.829/0001-85, estabelecida na Praça Marechal Floriano Peixoto, 11, Centro, na cidade de Palmeira - PR, os serviços referentes à **Elaboração do Plano de Arborização de município de Palmeira - PR**, tendo demonstrado Capacidade Técnica no fornecimento dos mesmos, nada constando em nossos arquivos que a desabone.

Características dos serviços

Contrato:	0703013
Celebração:	20/03/2016
Início dos serviços:	22/03/2016
Conclusão dos serviços:	22/03/2016
Objeto do contrato:	Elaboração do Plano de Arborização do município de Palmeira - PR
Local da obra:	Praça Marechal Floriano Peixoto, 11, Centro, CEP: 84.130-000, Palmeira-PR.

Equipe Técnica

Supervisão e Coordenação

Sandra Mayumi Nakamura Arquiteta e Urbanista	CAU/BR A26547-1
Kaínan Kalko Anzo Arquiteto e Urbanista	CAU/BR A44713-7
Hitoshi Nakamura Engenheiro de Arquitetura e Urbanismo	-

Equipe

Aspectos ambientais	Francisco Salvador Vello Biólogo	CRBio-PR 0436707-0
Aspectos legais	Luiz Augusto Tenente Engenheiro Ambiental	CREA-PR 87.13140
Aspectos institucionais	Walcir Valério Santos Borocora Advogado	OAB 6139/PR
Aspectos antrópicos	Juliana Mikusa Seto Administradora	CRA-PR 14856
Levantamento de Campo	Gustavo Domingos Guaperi Arquiteto e Urbanista	CAU/BR A 118245-5
	Eliton Kenzo Nakamura Zurcionista	CRMVZ - 0568/PR
	Roderick Stella Fotógrafo	-

Certidão nº 339300/2016  
17/10/2016, 09:45  
Chave de Impressão: D58CC9046ZA20CY3ZB62  
O atestado neste ato registrado foi emitido em 17/10/2016, e contém 4 folhas

Este documento encontra-se registrado no Conselho de Arquitetura e Urbanismo, vinculado à Certidão de Acervo Técnico Com Atestado nº 339300, emitida em 17/10/2016



14950



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA  
ESTADO DO PARANÁ

Descrição dos serviços

O Plano de Arborização Urbana do município de Palmeira/PR foi elaborado de acordo com a descrição abaixo.

- Benefícios da Arborização Urbana
- Contextualização do Município
- Diagnóstico da Arborização Urbana

Além de caracterização dos indivíduos arbóreos, em relação a espécie, ocorrência, estado atual, altura, copa, DAP, entre outros, foram identificados os principais problemas referentes à arborização urbana existente como: espaços insuficientes para seu desenvolvimento, espécies inadequadas, podas em excesso, entre outros.

• Diretrizes e Recomendações

As diretrizes e recomendações foram fundamentadas a partir do diagnóstico realizado, buscando respostas viáveis aos principais problemas verificados no município.

Abordou os seguintes critérios:

- Critérios para a Escolha de Espécies para Arborização Urbana
- Critérios para Arborização de Vias Públicas
- Critérios para Arborização de Áreas Lúreas Públicas
- Espécies Não Recomendadas e Espécies Recomendadas para Arborização Urbana de Palmeira
- Planejamento da Arborização de Palmeira

O planejamento da arborização baseou-se no planejamento preliminar e na hierarquização das vias desenhada no Plano Diretor de Palmeira. O Mapa Geral de Propostas de Arborização Viária de Palmeira identifica as espécies a serem utilizadas.

• Implantação da Arborização Urbana

Neste item foram abordadas questões fundamentais para o sucesso na fase de implantação: características das medidas, como adquirir ou produzir as mudas, os procedimentos de adoção e conservação ambiental.

• Manutenção da Arborização de Ruas

Foram identificados os tipos de podas e a destinação aos resíduos, renovação e equipe e equipamentos necessários.

• Cronograma

Cronograma das etapas e períodos que deverão ser realizados.

Acompanhamento e Fiscalização dos serviços

Acreditamos que ECOTÉCNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA realizou o trabalho de forma plena para a PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA.

  
EDIR FAVRE CHAKI  
Prefeito Municipal

Palmeira, 30 de setembro de 2016.

0543

Este documento encontra-se registrado no Conselho de Arquitetura e Urbanismo, vinculado à Certidão de Arquivo Técnico Com Atestado nº 339300, emitida em 17/10/2016



Certidão nº 339300/2016  
17/10/2016, 09:45  
Chave de Impressão: D56CC90462A20CY3ZB62  
O atestado neste ato registrado foi emitido em 17/10/2016, e contém 4 folhas



**Conselho de Arquitetura e Urbanismo**  
**CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO COM ATESTADO**  
 Lei Nº 12378 de 31 de Dezembro de 2010

**CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO COM ATESTADO**

**Nº 0000000339300**



20160000339300

CERTIFICAMOS, para os devidos fins, que consta em nossos arquivos o registro de Acervo referente ao(s) Registro(s) de Responsabilidade Técnica - RRTs abaixo discriminado(s):

Profissional: SANDRA MAYUMI NAKAMURA  
 Título do Profissional: Arquiteto e Urbanista  
 Registro Nacional: Registro CAU nº 000A285471

Validade: Indefinida

Número do RRT: 5124021 Tipo do RRT: SIMPLES Registrado em:  
 Forma de Registro: RETIFICADOR à 5091816 Participação Técnica: EQUIPE  
 Descrição: Elaboração do Plano de Arborização do município de Palmeira - PR. Profissional responsável pela Coordenação Geral.  
 Empresa contratada: ECOTECNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA  
 CNPJ: 02.610.553/0001-91

Contratante: Prefeitura Municipal de Palmeira  
 CPF/CNPJ: 76179829000165

PRAÇA Marechal Floriano Peixoto

Nº 11

Complemento:

Bairro: CENTRO

Cidade: PALMEIRA

UF: PR

CEP: 84130000

Contrato:

Celebrado em 20/11/2015

Valor do Contrato: R\$ 0,00

Tipo do Contratante: Pessoa jurídica de direito privado

Data de início: 22/04/2016

Data de Fim: 27/09/2016

**Atividade Técnica**

3.1 - COORDENAÇÃO E COMPATIBILIZAÇÃO DE PROJETOS , 1.00 un - unidade ;

**Endereço da obra/serviço**

PRAÇA Marechal Floriano Peixoto

Nº 11

Complemento:

Bairro: CENTRO

Cidade: PALMEIRA

UF: PR

CEP: 84130000

Coordenadas Geográficas: 0 0

**1. Descrição**

CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO COM ATESTADO

**2. Informações**

- A Certidão de Acervo Técnico (CAT) à qual o atestado está vinculado constituirá prova da capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver ou venha a ser integrado ao seu quadro técnico por meio de declaração entregue no momento da habilitação ou da entrega das propostas

14970

**CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO COM  
ATESTADO  
Nº 0000000339300**



**Conselho de Arquitetura e Urbanismo**  
**CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO COM ATESTADO**  
Lei Nº 12378 de 31 de Dezembro de 2010

- Certificamos, ainda, que nos termos do artigo 2º da Lei nº 12.378/2010 e artigos 2º e 3º da Resolução nº 21/2012-CAU/BR, esta Certidão é válida somente para os serviços condizentes com as atribuições profissionais acima discriminadas

- Certificamos que se encontra vinculado à presente CAT o atestado apresentado em cumprimento à Lei nº 8.666/93, expedido pela pessoa jurídica contratante, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes. É de responsabilidade deste Conselho a verificação da atividade profissional em conformidade com a Lei nº 12.378/2010 e Resoluções do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR)

- Em conformidade com o que determina o Art. 45 da Lei 12.378, toda realização de trabalho de competência privativa ou de atuação compartilhadas com outras profissões regulamentadas será objeto de Registro de Responsabilidade Técnica - RRT

- Esta certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos



Certidão nº 339300/2016  
17/10/2016, 09:45  
Chave de Impressão: D58CC9046ZA20CY3ZB6Z

0545



**MUNICÍPIO DE PALMEIRA**  
**ESTADO DO PARANÁ**  
 Secretaria Municipal de Finanças

**ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA**

Atestamos para os devidos fins, que a **ECOTÉCNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA**, com sede a Maria Rita das Chagas Lima, 317, Bairro São Braz CEP 82.300-330 - Curitiba - PR, inscrita no CNPJ 02.610.553/0001-91 tendo como responsáveis técnicos a Arquiteta e Urbanista **SANDRA MAYUMI NAKAMURA**, carteira profissional CAU-A28547-1 e o Engenheiro Civil **NILO AIHARA**, carteira profissional CREA-PR 8.040/D, prestaram para a **Prefeitura Municipal de Palmeira**, inscrita no CNPJ 76.179.829/0001-65, estabelecida na Praça Marechal Floriano Peixoto, nº 11 - Centro, Palmeira - Paraná, os serviços referentes à elaboração dos **PLANOS DE OCUPAÇÃO E PROJETOS URBANÍSTICOS DAS MACRO ÁREAS (EIXO ECONÔMICO DE SERVIÇOS E COMÉRCIO DE PALMEIRA - CENTRO CÍVICO; EIXO ECONÔMICO DE SERVIÇOS E COMÉRCIO PARQUE LINEAR MONJOLO E EIXO ECONÔMICO E CULTURAL DE SERVIÇOS E COMÉRCIO PARQUE DO MUSEU) E PLANO URBANÍSTICO DOS DISTRITOS INDUSTRIAIS DE PALMEIRA**, tendo demonstrado Capacidade Técnica no fornecimento dos mesmos, nada constando em nossos arquivos que a desabone.

**CARACTERÍSTICAS DOS SERVIÇOS**

Início dos serviços: 01/09/2017  
 Conclusão dos serviços: 24/08/2018  
 Objeto do contrato: Planos de Ocupação e Projetos Urbanísticos das Macro áreas (Eixo Econômico de Serviços e Comércio de Palmeira - Centro Cívico, Eixo Econômico de Serviços e Comércio Parque Linear Monjolo e Eixo Econômico e Cultural de Serviços e Comércio Parque do Museu) e Plano Urbanístico dos Distritos Industriais de Palmeira  
 Local da Obra: Praça Marechal Floriano Peixoto, nº 11 - Centro, Palmeira - PR

**EQUIPE TÉCNICA**

Coordenação Geral	Arquiteta e Urbanista Esp. Sandra Mayumi Nakamura	CAU-A28547-1
Coordenação Adjunta	Arquiteta e Urbanista Drª Patricia Costa Petizzaro	CAU-A28547-1
Coordenação Adjunta	Arquiteta e Urbanista Drª Letícia Peret Antunes Haral	CAU-A3107-2
Arquiteta e Urbanista	Andrea Keiko Ando Cyanaguchi	CAU-A84710-0
Arquiteta e Urbanista	Domingos Henrique Bongestabo	CAU-A0300-0
Arquiteta e Urbanista	Marios Haral	CAU-A4012-1
Arquiteta e Urbanista	Ana Letícia de Mello Marcelo	CAU-A142907-8
Engenheira Ambiental	Lidia Sayoko Tanaka	CREA-PR 87.131/D
Engenheiro Civil / Sanitarista Esp.	Nilo Aihara	CREA-PR 8.040/D
Engenheira Civil Esp.	Maria Alice Simões Cordeiro Soares	CREA-PR 53.016/D
Administradora	Juliana Mitsue Sato	GRA-PR-14856
Advogada Esp.	Marcia Valeria Santos Barbosa	OAB-PR 21291
Socióloga	Ana Maria Lonic Santin	-
Contador	Walter Jose Floriano de Moraes	CRC-PR 0257510-3
Zootecnista	Gisele Leopoldino	-
Acadêmica de Arquitetura e Urbanismo	Amãnda Moleta Chiquetto	-

Certidão nº 462958/2018 - 13/09/2018, 11:47 - Chave de Impressão: C9Z6A80Z08Y68YASVZ1D  
 O atestado neste ato registrado foi emitido em 13/09/2018, e contém 6 folhas



Este documento encontra-se registrado no Conselho de Arquitetura e Urbanismo, vinculado a Certidão De Acervo Técnico Com Atestado nº 462958, emitida em 13/09/2018





**MUNICÍPIO DE PALMEIRA**  
**ESTADO DO PARANÁ**  
 Secretaria Municipal de Finanças

Acadêmica de Arquitetura e Urbanismo	Leticia Mayumi Yamechita
Acadêmica de Arquitetura e Urbanismo	Ana Gabriela Teixeira
Acadêmico de Engenharia Civil	Rafael Mesquita da Silva

**DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS**

O município de Palmeira está localizado na porção sul do Paraná, na macrorregião de Campos Gerais e microrregião de Ponta Grossa, conforme figura abaixo, distante da capital Curitiba 80 90km. Abrange uma área territorial de 1 470 372 km<sup>2</sup> (IBGE, 2017) e a sede do município encontra-se a uma altitude de 865 metros.

O município de Palmeira faz parte da Associação dos Municípios dos Campos Gerais – AMCG, a qual vem atuando desde a década de 60 visando o desenvolvimento econômico e social dos municípios associados. Esta associação é composta por 18 municípios da Região dos Campos Gerais: Arapoti, Caranibé, Castro, Curitiba, Imbaú, Ipiranga, Ivaí, Jaguariaíva, Ortigueira, Palmeira, Pirai do Sul, Porto Amazonas, Ponta Grossa, Reserva, São João do Triunfo, Sinopé, Telemaco Bulhões, Tibagi e Ventania.

**ATIVIDADES DESENVOLVIDAS**

Elaboração da Proposta de Estratégias e Diretrizes do Plano de Desenvolvimento Econômico e Territorial – Elaboração do Plano Diretor de Ocupação/Implantação Geral (MASTER PLAN) das Macro Áreas de Intervenção, resolvendo os conflitos e problemas aproveitando as condicionantes e potencialidades, foi proposta um conjunto de diretrizes para orientar o desenvolvimento econômico e sustentável do município com valorização da diversidade sociocultural e ecológica e redução das desigualdades. A elaboração do plano envolveu a participação das instituições que atuam na região (IAP, EMATER, SANEPAR, COPEL, Instituto das Águas do Paraná, entre outros) e segmentos da sociedade civil, por meio de consultas públicas e fóruns. As estratégias determinaram as grandes linhas de ação necessárias para a consecução dos objetivos propostos durante o período de vigência do Plano.

Em função do diagnóstico realizado e das áreas críticas da intervenção, definidas as estratégias determinaram as prioridades de desenvolvimento do município, levou-se em consideração os seguintes âmbitos de atuação:

- O desenvolvimento econômico;
- O ordenamento territorial municipal;
- A diversidade sociocultural e ambiental;
- A governabilidade sobre processos de ocupação territorial e de usos dos recursos naturais e suas capacidades de orientação dos processos de transformação sócio produtiva;
- A gestão compartilhada de políticas públicas entre as três esferas de governo – federal, estadual e municipal;
- A infraestrutura regional – energia, armazenamento, transformação, transportes e comunicações, e de prestação de serviços essenciais à qualidade de vida de seus habitantes – saneamento básico, destinação de resíduos sólidos, saúde, educação, assistência social e segurança pública;
- A estrutura produtiva;
- A recuperação das áreas degradadas;
- A pesquisa científica e o desenvolvimento tecnológico para o desenvolvimento sustentável da região.





**MUNICÍPIO DE PALMEIRA**  
**ESTADO DO PARANÁ**  
 Secretaria Municipal de Finanças

- O consenso entre órgãos governamentais, organizações da sociedade civil e setores empresariais em contextos democráticos de formulação e gestão de políticas públicas.

O Plano Diretor de Ocupação/Implantação Geral (MASTER PLAN) das Macro Áreas de intervenção engloba o desenvolvimento do Plano Diretor de Ocupação que visou organizar e setORIZAR a área, proporcionando sua ocupação em fases de forma ordenada e planejada. Elaborou-se um Caderno Técnico para cada uma das áreas, contendo estudos específicos. Projeto Arquitetônico, Perspectivas diversas, Memorial descritivo e Orçamento e Licenciamento Ambiental.

A seguir, apresenta-se as áreas e temas trabalhados, buscando o desenvolvimento socioeconômico e tributário em cada macro área:

Macro área A. Eixo Econômico de Serviços e Comércio de Palmeira – Centro Cívico

Esta área está localizada no bairro Centro, entre as ruas Barão do Rio Branco e Padre Camargo, Av. 7 de Abril, até o Rio Monjolo, Antiga CIP-Cidade Industrial de Palmeira. Nesta área foi proposto a implantação do EIXO ECONÔMICO do município, reunindo no local diversos serviços prestados a cidade e região, de forma que a população encontre as soluções para as questões, além da atividade comercial nesta área.

Para isso propôs-se a revitalização desta região e a requalificação dos espaços livres, adequando-os aos novos usos propostos.

Macro área B. Eixo Econômico de Serviços e Comércio Parque Linear Monjolo

As margens do Rio Monjolo, englobando ambos os lados, com extensão prevista desde o Centro Cívico (Macro Área A) até ao Museu Histórico Jesuino Marcondes (Macro Área C).

O Rio Monjolo localiza-se dentro do Município e atravessa vários bairros em direção sul-norte. A mata ciliar é normalmente constante ao longo das margens e em vários momentos faz fundos com níveis particulares.

O Parque Linear Municipal como importante elemento de ligação entre as unidades administrativas e culturais, além da função de proteção das margens do Rio Monjolo e da drenagem dos bairros circundantes, oferecerá uma importante contribuição para a contenção dos avanços imobiliários na área.

Macro Área C. Eixo Econômico e Cultural de Serviços e Comércio – Parque do Museu

Requalificação no entorno do Museu com remodelação de praça existente com inserção de equipamentos como lancharrete, deck e mirante e Parque englobando a área até o Centro Cultural de Palmeira.

O Museu é uma construção histórica tombada como patrimônio cultural do Estado do Paraná em 1970 e atualmente é um dos pontos turísticos da cidade e Palmeira. A vegetação que margeia o Rio Monjolo estende-se aos arredores do Museu e abre-se em praças e áreas utilizadas pela população como pontos de encontro nos finais de semana, porém apresenta precária estrutura não consolidada. O local apresenta paisagem cênica, rica topografia e um pequeno lago.

Revitalização e remodelação dos espaços urbanos no entorno do museu, oferecendo infraestrutura de lazer e identidade tomando partido da paisagem natural existente, oriunda da proximidade com o Rio Monjolo. Incremento das áreas verdes e implementação de equipamentos de lazer de forma pontual, ambientalmente integrada as atividades culturais já existentes nas proximidades. Esta macro área tem 23.000m².





**MUNICÍPIO DE PALMEIRA**  
**ESTADO DO PARANÁ**  
Secretaria Municipal de Finanças

Parque Industrial de Palmeira

Como tendência para o desenvolvimento e incremento no uso do solo municipal (novas usinas solares sendo instaladas, atendidas pelos principais eixos rodoviários do Estado, atendida pelo modal rodoviário e ferroviário, implantação de novo aeroporto regional), destaca-se a implantação do Distrito Industrial, na porção leste do município, junto à rodovia federal BR-376. Ainda, nas proximidades do citado distrito há um aeródromo, também em processo de implantação, bastante representativo sob o ponto de vista da infraestrutura aeroviária.

Outra região em processo de expansão e ocupação é Distrito Industrial da Sede, na Avenida das Palmeiras e nas proximidades das rodovias que cortam a cidade, a BR-277 e PR-151. Sua localização estratégica pode ser considerada fator positivo devido ao distanciamento com a área central e a facilidade de acesso próximo à PR-151, no bairro São José. Com base no diagnóstico socioambiental e econômica realizado, elaborou-se um Plano Urbanístico de Ocupação, com a indicação de zonas e subzonas, definição de tipologia de usos/atividades, porte dos empreendimentos, parâmetros urbanísticos, além da estruturação do sistema viário destas áreas.

**CONCLUSÃO DOS SERVIÇOS**

Esse atestado foi emitido por solicitação da empresa ECOTECNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA, a emissão deste substitui todos os demais documentos correlatos já emitidos ou fornecidos.

Palmeira, 24 de agosto de 2018.

Prefeitura Municipal de Palmeira  
Diretora de Prestação de Contas Municipais e Transparência Fiscal  
Júlia dos Santos Moura  
CPF: 102.654.036-95



Este documento encontra-se registrado no Conselho de Arquitetura e Urbanismo, vinculado à Certidão De Aproveitamento Com Atestado nº 462958, emitida em 13/09/2018

Certidão nº 462958/2018 - 13/09/2018 - 11:47 - Chave de Impressão: C926AB0208Y66YASVZ1D  
O atestado neste ato registrado foi emitido em 13/09/2018, e contém 6 folhas





**Conselho de Arquitetura e Urbanismo**  
**CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO COM ATESTADO**  
Lei Nº 12378 de 31 de Dezembro de 2010

**CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO COM ATESTADO**  
**Nº 0000000462958**

- Certificamos que se encontra vinculado à presente CAT o atestado apresentado em cumprimento à Lei nº 8.666/93, expedido pela pessoa jurídica contratante, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes. É de responsabilidade deste Conselho a verificação da atividade profissional em conformidade com a Lei nº 12.378/2010 e Resoluções do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR)
- A Certidão de Acervo Técnico (CAT) à qual o atestado está vinculado constituirá prova da capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver ou venha a ser integrado ao seu quadro técnico por meio de declaração entregue no momento da habilitação ou da entrega das propostas
- Certificamos, ainda, que nos termos do artigo 2º da Lei nº 12.378/2010 e artigos 2º e 3º da Resolução nº 21/2012-CAU/BR, esta Certidão é válida somente para os serviços condizentes com as atribuições profissionais acima discriminadas
- Em conformidade com o que determina o Art. 45 da Lei 12.378, toda realização de trabalho de competência privativa ou de atuação compartilhadas com outras profissões regulamentadas será objeto de Registro de Responsabilidade Técnica - RRT
- Válida em todo o território nacional.

Certidão nº 462958/2018

Expedida em 13/09/2018, 11:47, Curitiba/PR, CAU/PR

Chave de Impressão: C9Z6AB0Z08Y66YA3YZ1D



Ecotécnica - Tecnologia e Consultoria Ltda.  
CNPJ: 02.610.563/0001-91  
Rua Maria Rita da Chagas Lima, 317, Bairro São Braz, CEP: 82.300-330, Curitiba-PR  
Telefone: (41) 3026-8639

1504P

## CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA

que entre si fazem, de um lado **JULIANA MITSUE SATO**, brasileiro (a), maior, Administradora, portadora da Cédula de Identidade RG nº 5.756.778-3/ PR expedida pelo Instituto de Identificação do Estado do Paraná e do CPF/MF nº 022.565.869-01, residente e domiciliada na Alameda Prudente de Moraes, 1239, sobrado superior, CEP: 80.430-234 – Bairro Centro - Curitiba Estado do Paraná, doravante denominado simplesmente **CONTRATADO**, e de outro lado a empresa **ECOTÉCNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, com sua sede e foro no Município de Curitiba, Estado do Paraná, na Rua Maria Rita da Chagas Lima, nº 317, Bairro do São Braz, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.610.563/0001 – 91 e isenta de inscrição estadual, neste ato representado por sua Sócia-Administradora **SANDRA MAYUMI NAKAMURA**, brasileira, solteira, maior, Arquiteta e Urbanista, registrado no Conselho de Arquitetura e Urbanismo, do Paraná – CAU/PR sob o nº A28547-1, portadora da Cédula de Identidade RG nº 1.449.396-4, expedida pelo Instituto de Identificação do Estado do Paraná e do CPF/MF nº 030.228.409-50, residente e domiciliada à Rua Homero Camargo de Oliveira, nº 330, Bairro São Braz, no Município de Curitiba, Estado do Paraná, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE**, segundo as cláusulas e condições seguintes:

### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Prestação de serviços referentes a área de Administração.

### PARÁGRAFO PRIMEIRO:

Nenhuma cláusula ou disposição do presente contrato poderá ser interpretada com atributiva de poderes de mando mercantil ou civil ao **CONTRATADO** o qual somente poderá agir como mandatário da **CONTRATANTE**, caso se apresente munido de procuração bastante, feita por instrumento público e com poderes específicos para a prática dos atos contemplados, sob pena de infringir o presente contrato e de tais atos não obrigarem a **CONTRATANTE**.

### CLÁUSULA SEGUNDA - DO PERÍODO DE VIGÊNCIA E PRAZOS:

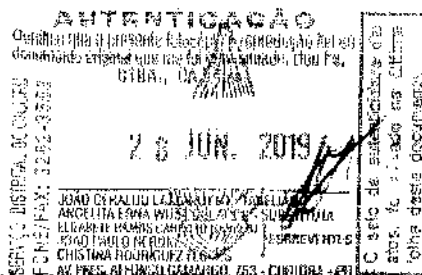
Este contrato vigorará na data da assinatura, podendo ser prorrogada ou rescindida a critério exclusivo das partes, mediante prévio aviso, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, e manifestado por escrito;

1. O contrato terá o prazo de vigência de 36 (trinta e seis) meses corridos, a contar da data de assinatura do presente instrumento;
2. Os prazos para entrega dos serviços e demais produtos parciais e finais deverá ser acordado com a Coordenação Geral e Executiva do trabalho.

### CLÁUSULA TERCEIRA - NÃO EXCLUSIVIDADE

A contratação ora acordada não tem caráter de exclusividade desde que o **CONTRATADO** e a **CONTRATANTE**, mantenham um bom conceito e uma boa relação comercial.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** Fica a critério do **CONTRATADO** a utilização do espaço físico e/ou equipamentos da **CONTRATANTE** como e quando melhor lhe convier.



0552



Ecotécnica - Tecnologia e Consultoria Ltda.  
CNPJ: 02.610.553/0001-91  
Rua Maria Rita da Chagas Lima, 317, Bairro São Braz, CEP: 82.300-330, Curitiba-PR  
Telefone: (41) 3026-8639

15050

#### CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO:

Manter a **CONTRATANTE** permanentemente informada sobre qualquer evento que possa comprometer, no todo ou em parte, a efetivação das entregas dos produtos e serviços;

1. Refazer ou reparar, às suas expensas e nos prazos estipulados pela **CONTRATANTE**, todo e qualquer serviço considerado inaceitável, por estar fora do previsto das normas técnicas ou outros documentos formalizados como base de trabalho para o cumprimento dos objetivos do presente Contrato;
2. O **CONTRATADO** zelará quanto ao cumprimento e respeito às **NORMAS DE SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO**, conforme legislação vigente;
3. O **CONTRATADO** compromete-se a não ofertar ou conceder a nenhum funcionário público nem a outras pessoas, direta ou indiretamente, nenhuma vantagem inadmissível que tenha relação com o desenvolvimento dos trabalhos orientados por este contrato;
4. O **CONTRATADO** obriga-se a não se envolver de maneira alguma em assuntos de natureza política institucional ou governamental, no âmbito do desenvolvimento dos trabalhos orientados pelo presente Contrato;
5. O **CONTRATADO** responderá por perdas e danos a **CONTRATANTE**, apenas dentro dos limites e obrigações estabelecidas neste contrato;
6. Nenhuma responsabilidade civil, penal ou administrativa será atribuída a **CONTRATANTE** por extensão, sequer por solidariedade, em razão de acidentes de trabalho, dano ambiental ou atos ilícitos que ensejem responsabilidade civil, penal e administrativa causados por dolo ou culpa do **CONTRATADO** por ação resultante da execução deste Contrato.

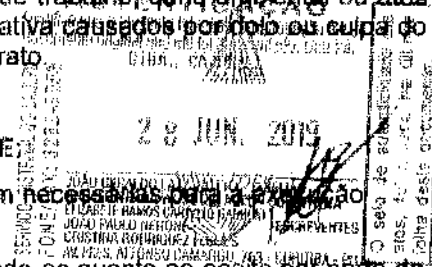
#### CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Fornecer as informações, instruções e localizações que se fizerem necessárias para a execução completa dos serviços;

1. Analisar os produtos entregues pelo **CONTRATADO**, atestando-os quanto ao aceite por parte da Prefeitura Municipal enquanto apto ao cumprimento das obrigações da **CONTRATANTE** ou manifestando sua recusa caso não estejam em conformidade;
2. Notificar, por escrito, ao **CONTRATADO**, sobre as lacunas, defeitos ou irregularidades encontradas na execução dos serviços, fixando prazos hábeis para sua correção;
3. Notificar, por escrito ao **CONTRATADO**, sobre toda e qualquer alteração nos projetos, decisões sobre execução e cronograma, prioridades e demais detalhes que possam influenciar na execução dos serviços previstos no presente Contrato;
4. A **CONTRATANTE** responderá por perdas e danos ao **CONTRATADO**, apenas dentro dos limites e obrigações estabelecidas neste contrato;
5. Nenhuma responsabilidade civil, penal ou administrativa será atribuída ao **CONTRATADO** por extensão, sequer por solidariedade, em razão de acidentes de trabalho, dano ambiental ou atos ilícitos que ensejem responsabilidade civil, penal e administrativa causados por dolo ou culpa da **CONTRATANTE** por ação resultante da execução deste Contrato.

#### CLÁUSULA SEXTA – DA SUPERVISÃO:

A supervisão dos trabalhos será realizada pela Coordenação Geral da **CONTRATANTE** e pelos Coordenadores Executivos Responsáveis por cada uma das empresas fornecedoras, definidos explicitamente, ou ainda por técnicos devidamente por ela indicados e autorizados.



0553



Eletrotécnica - Tecnologia e Consultoria Ltda.  
CNPJ: 02.610.663/0001-91  
Rua Maria Rita da Chagas Lima, 317, Bairro São Braz, CEP: 82.300-330, Curitiba-PR  
Telefone (41) 3026-8039

**CLÁUSULA SETIMA – DAS DESPESAS:**

As despesas de apoio logístico, viagens, diárias de alimentação e outras despesas imprevistas necessárias a consecução dos objetivos do trabalho, deverão ser planejadas e apresentadas pelo consultor e previamente aprovadas pela **CONTRATANTE**. As despesas serão realizadas em conformidade com as normas e limites comunicadas especificamente para cada caso. Tais despesas serão realizadas pelo regime de adiantamento de recursos ao consultor e determinantes de prestação de contas periódica ou por evento considerado.

**CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES:**

O **CONTRATADO** poderá ser penalizada com a redução de valores de sua remuneração, a título de mora, em caso de atraso injustificado na entrega do produto previsto, considerando os prazos estabelecidos neste contrato.

- 1. A aplicação de quaisquer das penalidades previstas acima, não cessa os direitos e deveres estabelecidos para cada uma das Partes no presente contrato.

**CLÁUSULA NONA – DA AUSÊNCIA DE VÍNCULO:**

Não se estabelece por força deste Contrato, qualquer vínculo empregatício ou de qualquer outra natureza, entre o **CONTRATADO** e a **CONTRATANTE**, cabendo a cada uma das partes a responsabilidade pelo recolhimento dos encargos sociais, do FGTS, INSS e demais taxas e emolumentos trabalhistas eventualmente produzidos como efeito dos pagamentos realizados pela realização dos serviços.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS:**

Os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), que sejam devidos em decorrência direta ou indireta deste instrumento contratual ou de sua execução, são de exclusiva responsabilidade do contribuinte assim definido na norma tributária **sem direito a reembolso**.

- 1. O **CONTRATADO** declara haver levado em conta, na apresentação de sua proposta, os tributos incidentes sobre a execução dos serviços, não cabendo qualquer reivindicação devida a erro nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preço ou reembolso por recolhimentos determinados pela autoridade competente.

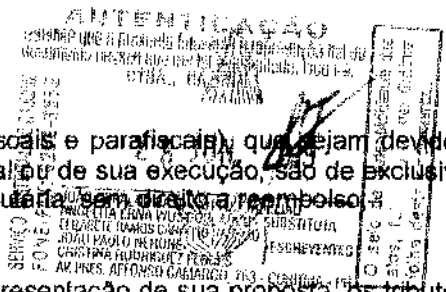
**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA CONFIDENCIALIDADE DAS INFORMAÇÕES:**

Todo conhecimento e informação oferecida pela **CONTRATANTE** e/ou Prefeitura Municipal e instituições ou empresas vinculadas ao processo para a execução do objeto do presente contrato deverão ser tratados como confidenciais pelo **CONTRATADO**, não podendo ser divulgado ou repassado a terceiros sem a autorização expressa por escrito por parte da **CONTRATANTE**;

- 1. Durante e mesmo após o término da vigência do Contrato, o **CONTRATADO** fica obrigado a manter sigilo sobre todos os fatos e informações que se tornaram de seu conhecimento durante o exercício de suas atividades. Todos os documentos, relatórios, estimativas de custo, dados técnicos e informações terão caráter confidencial e não poderão ser tornados acessíveis a terceiros. Deverão ser observadas todas as normas profissionais fundamentais para a execução dos trabalhos ratificadas no Brasil.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS DIREITOS AUTORAIS:**

Fica estabelecido que os direitos autorais e patrimoniais dos produtos deste Contrato, a serem entregues também em formato digital, pertencem a **CONTRATANTE**. Fica reservado aos partícipes o



*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*  
0554







Ecotécnica - Tecnologia e Consultoria Ltda.  
 CNPJ: 02.610.553/0001-91  
 Rua Maria Rita da Chagas Lima, 317, Bairro São Braz, CEP: 82.300-330. Curitiba-PR  
 Telefone (41) 3026-8639  
 E-mail: licitacao@ecotecnica.com.br

**RAFAELA THAIS ROSA – ASSISTENTE SOCIAL**

- ✓ Diploma de graduação
- ✓ Certidão de Registro Profissional
- ✓ Comprovação de experiência
- ✓ Comprovação de Vínculo com a empresa

Especificação dos Títulos/Atestados	Total de Pontos por documento	Pontuação Ecotécnica	Trabalhos apresentados	
Assistente Social – Rafaela Thais Rosa	Certidão(ões) de Acervo(s) Técnico(s) registrada(s) no respectivo Conselho de Classe e/ou Atestados de Capacidade Técnica expedidos por pessoa jurídica de direito público, que atestem a experiência específica da consultoria relativa à revisão/elaboração de Plano Diretor já concluído.	1	1	PDM Palmeira
	Certidão(ões) de Acervo(s) Técnico(s) registrada(s) no respectivo Conselho de Classe e/ou Atestados de Capacidade Técnica expedidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem a experiência específica de consultoria relacionada a áreas e temáticas compatíveis com o objeto licitado.	0,5		
<b>Máximo de pontos</b>	<b>6</b>	<b>1</b>		

FAACULDADES INTEGRADAS DO BRASIL

**AUTENTICACAO**  
 Certificado que a presente cópia é reprodução  
 fiel do documento original que me foi apresentado.  
 Curitiba, 13 de fevereiro de 2013.  
 O Diretor Geral das Faculdades Integradas do Brasil,  
 curso de Serviço Social, em 14 de fevereiro de 2013, confere o título de Bacharela a

FAACULDADES INTEGRADAS DO BRASIL  
 CURITIBA - PARANA  
 Rua ...  
 Curitiba, 13 de fevereiro de 2013.  
 Fone: (41) 3252-3553  
 FAX: (41) 3252-3553  
 E-mail: frib@frib.com.br

SECRETARIA GERAL  
 CURITIBA - PARANA  
 Rua ...  
 Curitiba, 13 de fevereiro de 2013.  
 Fone: (41) 3252-3553  
 FAX: (41) 3252-3553  
 E-mail: frib@frib.com.br

Patricia Fornaza Ferreira  
 Estrevente  
 FPM2-4276

**Rafaela Thais Rosa,**

de nacionalidade Brasileira, natural do Estado do Paraná, nascida em 19 de maio de 1977, portadora do RG nº 6.255.063-5/PR, e outorga-lhe o presente diploma a fim de que possa gozar de todos os direitos e prerrogativas legais.

Curitiba, 13 de dezembro de 2013.

*[Signature]*  
 Secretário-Geral

*[Signature]*  
 Diretor Geral

Rafaela Thais Rosa  
 Diplomado

*[Signature]*



# CRESS PR

Conselho Regional de Serviço Social - 11ª Região

## DECLARAÇÃO

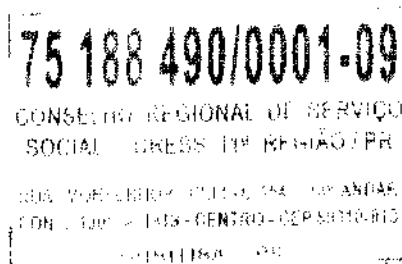
Declaramos para os devidos fins que o(a) Assistente Social **RAFAELA THAIS ROSA** está devidamente inscrito(a) neste Conselho sob o número **9598** desde a data de **22/02/2013**, está habilitada(o) ao exercício da Profissão de Assistente Social, e está em dia com suas anuidades.



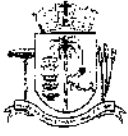
E, por ser a expressão da verdade, firmamos a presente.

Curitiba, 27/06/2019

**JOZIANE FERREIRA DE CIRILO**  
A.S.5204-CRESS 11ª. Região-PR  
Presidente



Declaração válida por 30 dias.



**MUNICÍPIO DE PALMEIRA**  
**ESTADO DO PARANÁ**  
**Secretaria Municipal de Finanças**

1511

**ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA**

Atestamos para os devidos fins, que a empresa **ECOTÉCNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA**, com sede à Maria Rita das Chagas Lima, 317 – Curitiba/PR, Bairro: São Braz - CEP 82.300-330, inscrita no CNPJ 02.610.553/0001-91 tendo como responsáveis técnicos a Arquiteta e Urbanista **SANDRA MAYUMI NAKAMURA**, carteira profissional CAU-PR A28547-1, e o Engenheiro Civil **NILO AIHARA**, CARTEIRA profissional CREA-PR 8040/D, prestaram para a **PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA**, inscrita no CNPJ 76.179.829/0001-65, os serviços referentes à **Elaboração do Plano de Desenvolvimento Econômico e Modernização Tributária (PDEMT) do município de Palmeira-PR**, englobando o **Plano para Cadastro Mobiliário e/ou Imobiliário/Multifinalitário; Plano Diretor de Ocupação para áreas de Intervenção (Macro áreas) e Plano Diretor Municipal**, tendo demonstrado Capacidade Técnica no fornecimento dos mesmos, nada constando em nossos arquivos que a desabone.

**CARACTERÍSTICAS DOS SERVIÇOS**

Início dos serviços: 01/09/2017  
 Conclusão dos serviços: 21/12/2018  
 Objeto do contrato: Elaboração do Plano de Desenvolvimento Econômico e Modernização Tributária (PDEMT) do município de Palmeira-PR, englobando o Plano para Cadastro Mobiliário e/ou Imobiliário/Multifinalitário; Plano Diretor de Ocupação para áreas de Intervenção (Macro áreas) e Plano Diretor Municipal.  
 Local da obra: Praça Marechal Floriano Peixoto, 11 Bairro Centro. CEP: 84.130-000. Palmeira - PR

**EQUIPE TÉCNICA**

FUNÇÃO/FORMAÇÃO	NOME	Nº CONSELHO	ART
<b>COORDENAÇÃO GERAL</b>			
Arquiteta e Urbanista Esp.	Sandra Mayumi Nakamura	CAU-PR A28547-1	
<b>COORDENAÇÃO TÉCNICA – PLANEJAMENTO</b>			
Arquiteta e Urbanista	Yoná Lemos Ruthes	CAU-PR A30490-5	
Arquiteta e Urbanista	Vanessa Boscaro Fernandes	CAU-PR A37721-0	
Arquiteta e Urbanista	Dra. Patricia Costa Pellizzaro	CAU-PR A28564-1	
<b>COORDENAÇÃO TÉCNICA - ENGENHARIA</b>			
Engenheiro Civil	Nilo Aihara	CREA-PR8.040/D	20184443184
<b>EQUIPE</b>			
Arquiteta e Urbanista, Aspectos urbanísticos e socioeconômicos	Verena Giraldi Costa	CAU-PR A107694-9	
Arquiteta e Urbanista, Aspectos urbanísticos, turístico	Gustavo Domingues Gaspari	CAU-PR A118245-5	
Arquiteta e Urbanista, Aspectos urbanísticos e processo participativo	Debora Rocha Faria Jorge	CAU-PR A50457-2	
Arquiteta e Urbanista, Aspectos urbanísticos e patrimônio histórico	Me. Tais Silva Rocha D'Angelis	CAU-PR A87760-3	
Arquiteta e Urbanista, Projetos urbanísticos e arquitetônicos	Andrea Keiko Ando	CAU-PR A9477-7	
Arquiteta e Urbanista, Projetos urbanísticos e arquitetônicos	Domingos Bongestabs	CAU-PR A0368-9	
Arquiteta e Urbanista, Projetos urbanísticos e arquitetônicos	Ana Julia Madalozo M. Gonçalves	CAU-PR A1343-2	
Arquiteta e Urbanista, Projetos urbanísticos e arquitetônicos	Marlos Hardt	CAU-PR A406-8	
Arquiteta e Urbanista, Projetos urbanísticos e arquitetônicos	Leticia Peret Antunes Hardt	CAU-PR A3137-2	
Arquiteta e Urbanista, Projetos urbanísticos e arquitetônicos	Dra. Patricia Costa Pellizzaro	CAU-PR A28564-1	

**AUTENTICAÇÃO**  
 Verifica-se que o presente documento foi autenticado em 28 JUN. 2019  
 O selo de autenticação dos atos, foi afixado na última folha deste documento.

28 JUN. 2019

JOÃO GERALDO LARANJEIRA DE MELLO  
 ANGELITA ERNA WILSON DE MELLO  
 ELIZABETE RAMOS CANOVA DE ABREU  
 JOÃO PAULO HERONIMA  
 CRISTINA RODRIGUEZ FLORES  
 AN. PRES. AFFONSO CAMARGO, 763 - CURITIBA - PR

0553



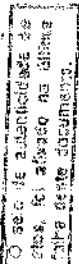
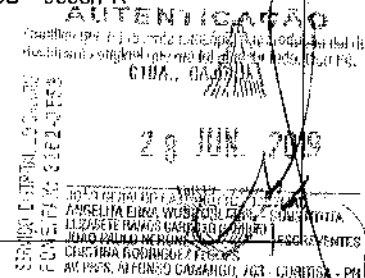
# MUNICÍPIO DE PALMEIRA

## ESTADO DO PARANÁ

### Secretaria Municipal de Finanças

1512 P

Arquiteta e Urbanista, Aspectos urbanísticos e processo participativo	Caroline Nayara Rech	CAU-PR 202924-3
Arquiteta e Urbanista, Aspectos urbanísticos, socioeconômicos, Projetos urbanísticos e arquitetônicos, aspecto cadastral	Sandra Mayumi Nakamura	CAU A28547-1
Biólogo, Aspectos ambientais – meio biológico	Luiz Gustavo Andreguetto	CRBio-PR 50.593-7/D 07-0956/18
Geólogo Aspectos ambientais – meio físico	Mauricio M. Kruger	CREA-PR 51.023/D 20184443435
Geólogo Aspectos ambientais – meio físico	Gilliano Antonio Ribeiro	CREA-PR 69.098/D
Engenheira Ambiental, aspecto ambiental	Lidia Sayoko Tanaka	CREA-PR 87.131/D 20184443419
Engenheiro Civil, aspecto de infraestrutura, ambiental, cadastral, projetos de engenharia e orçamentos	Nilo Alhara	CREA-PR 8.040/D 20184443184
Engenheira Civil, aspecto de infraestrutura e ambiental	Maria Alice S. C. Soares	CREA-PR 53.016/D 20184443540
Geógrafa, geoprocessamento	Sônia Burmester Amaral	CREA-PR 28.698/D
Contador, aspecto institucional e cadastral	Walter José F. de Moraes	CRC PR – 025751/O-3
Contador, aspectos institucional, financeira e cadastral	Anderson Jose Amâncio	CRC-PR 036.685/O-4
Economista, aspectos institucional, financeira e cadastral	Jackson Teixeira Bittencourt	CORECON-PR 5.954
Administradora, aspectos institucional, financeira e cadastral	Juliana Mitsue Sato	CRA-PR 14.856
Advogado, aspecto legal	Rafael Gustavo Cavichiolo	OAB-PR 34.517
Advogada, aspecto legal	Marcia Valéria Santos Barbosa	OAB-PR 61.291
Assistente Social, aspecto socioeconômico e de participação	Rafaela Thais Rosa	CRESS – 9598/PR
Turismóloga, aspecto turístico	Giovana Gohr Serenato	
Jornalista, processo de comunicação e participação	Mayra Chagas	
Jornalista, processo de comunicação e participação	Viviane Rachinski	
Socióloga, aspecto socioeconômico e de participação	Ana Maria Lorici Santin	



#### DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

O município de Palmeira está localizado na porção sul do Paraná, na macrorregião de Campos Gerais, e microrregião de Ponta Grossa, distante da capital Curitiba 80,90km. Abrange uma área territorial de 1.470,072 Km<sup>2</sup> (IBGE, 2017) e a sede do município encontra-se a uma altitude de 865 metros.

O município de Palmeira faz parte da Associação dos Municípios dos Campos Gerais – AMCG, a qual vem atuando desde a década de 60 visando o desenvolvimento econômico e social dos municípios associados. Esta associação é composta por 19 municípios da Região dos Campos Gerais: Arapoti, Carambei, Castro, Curiúva, Imbaú, Ipiranga, Ivaí, Jaguariaíva, Ortigueira, Palmeira, Pirai do Sul, Porto Amazonas, Ponta Grossa, Reserva, São João do Triunfo, Sengés, Telêmaco Borba, Tibagi e Ventania.

Palmeira faz divisa com os municípios: ao norte com Ponta Grossa, ao sul com São José do Triunfo e Lapa, à leste com Porto Amazonas, Balsa Nova e Campo Largo e à oeste com Teixeira Soares e Fernandes Pinheiro.

Para o desenvolvimento do Plano de Desenvolvimento Econômico e Modernização Tributária (PDEMT) do município de Palmeira a equipe técnica multidisciplinar da ECOTECNICA foi agrupada para o cumprimento das tarefas de cada uma das etapas dos serviços.

0560



**MUNICÍPIO DE PALMEIRA**  
**ESTADO DO PARANÁ**  
**Secretaria Municipal de Finanças**

1513 P

O escopo do PDEMT, compreendeu a elaboração de diversos estudos que culminaram em:

- Plano Diretor de Ocupação das Macro Áreas, incluindo a elaboração de projetos e orçamentos destas áreas;
- Atualização do Cadastro Mobiliário e Imobiliário Multifinalitário das áreas indicadas;
- Revisão do Plano Diretor Municipal;

**ESTRATÉGIAS E METODOLOGIA GERAL**

O Plano de Desenvolvimento Econômico e Modernização Tributária (PDEMT) do município de Palmeira foi desenvolvido a partir de duas abordagens para o desenvolvimento dos trabalhos, com características relativamente distintas, porém integradas entre si. A primeira diz respeito ao processo de análises geográficas e organização de informações, compreendendo o uso de ferramentas e processamentos de sensoriamento remoto, análises geoespaciais, mapeamentos e constituição de bancos de dados. A segunda refere-se à elaboração de diagnósticos, análises críticas e prognósticos, com a identificação das potencialidades, fragilidades e condicionantes dos aspectos ambiental, urbano, infraestrutura, institucional, econômico, social e cultural.

A elaboração do Plano teve como lastro fundamental a utilização de dados geoespaciais combinados com informações secundárias e coleta de dados em campo (primárias), que subsidiaram a compartimentação da paisagem para realização de estudos e seus rebatimentos territoriais. Na sequência foram apresentados os cenários prospectivos para um horizonte de 20 anos, considerando as potencialidades e fragilidades identificadas, de modo a embasar a fase de definição das estratégias e o Plano de Desenvolvimento Econômico e Modernização Tributária (PDEMT), propriamente dito.

Para os trabalhos relacionados ao planejamento urbano e regional houve a participação de atores sociais representativos e organizados em discussões e debates por meio de oficinas e fóruns ou seminários, assim como pela adoção de estratégias de comunicação e divulgação, visando a construção coletiva e legitimação dos planos pelos atores sociais, aspectos relevantes para o Plano de Desenvolvimento Econômico e Modernização Tributária (PDEMT) de Palmeira.

Outro aspecto considerado foi a continuidade e implementação do Plano de Desenvolvimento Econômico e Modernização Tributária (PDEMT), para tanto, contou com a participação e envolvimento do Observatório Social, além dos atores sociais citados e integrantes do Conselho da Cidade, Equipe Técnica Municipal (ETM) e Grupo Especial de Trabalho de Modernização da Gestão Pública (GEMAT).

**I. Plano Diretor de Ocupação das áreas de Intervenção (Macro Áreas), incluindo a elaboração de projetos e orçamentos destas áreas**

Elaboração do Plano Diretor de Ocupação/Implantação Geral (MASTER PLAN) das Macro Áreas de Intervenção, teve como objetivo resolver os conflitos e problemas aproveitando as condicionantes e potencialidades de cada uma destas regiões. Considerou-se o conjunto de diretrizes, definidos pelo município, para orientar o desenvolvimento econômico e sustentável do município com valorização da diversidade sociocultural e ecológica e redução das desigualdades. A elaboração do plano envolveu a participação das instituições que atuam na região (IAP, EMATER, SANEPAR COPEL, Instituto das Águas do Paraná, entre outros) e segmentos da sociedade civil, por meio de audiências, oficinas e reuniões.

O Plano Diretor de Ocupação/Implantação Geral (MASTER PLAN) das Macro Áreas de Intervenção engloba o desenvolvimento do Plano Diretor de Ocupação que visou organizar e setorizar a área, proporcionando sua ocupação em fases de forma ordenada e planejada. Elaborou-se um Caderno Técnico para cada uma das áreas, contendo estudos específicos, Projeto Arquitetônico, Perspectivas Diversas, Memorial descritivo e Orçamento e Licenciamento Ambiental.

A seguir, apresenta-se as áreas e temas trabalhados, buscando o desenvolvimento socioeconômico e tributário em cada macro área:

**Macro área A: Eixo Econômico de Serviços e Comercio de Palmeira – Centro Cívico**

Esta área está localizada no bairro Centro, entre as ruas Barão do Rio Branco e Padre Antônio Manoel de Almeida, até o Rio Monjolo. Antiga CIP-Cidade Industrial de Palmeira. Nesta área, propõe-se a implantação do novo Centro Cívico do município, reunindo no local diversos serviços prestados à cidade e região, de forma que a população encontre as soluções para as questões, espaços para a instalação de atividades comerciais e áreas de lazer.

**AUTENTICAÇÃO**  
 Verifico que o presente documento é uma cópia fiel do documento original que me foi apresentado, Dou Fé.  
 CTRIA., SA. PALMEIRA, PR.  
 28 JUN 2019  
 JOÃO GERALDO LAMARCA JUNIOR  
 ANGELITA ETNA VIEIRA DE LIMA  
 JOÃO PAULO MACHADO  
 CRISTINA RODRIGUES DE OLIVEIRA  
 RECEBENTES  
 SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS - CURTIBA - PR

O selo de autenticação de atos, foi afixado na última folha deste documento.



**MUNICÍPIO DE PALMEIRA**  
**ESTADO DO PARANÁ**  
**Secretaria Municipal de Finanças**

1514 P

Para isso propôs-se a revitalização desta região e a requalificação dos espaços livres, adequando-os aos novos usos propostos. Elaborou-se os projetos arquitetônicos e de paisagismo de implantação da área total de 42.500,00 m<sup>2</sup>, envolvendo a instalação de estares com bancos, canteiros, nova paginação de pisos, novos espaços para estacionamento, play-ground, quadra esportiva, arborização, iluminação das áreas e projetos arquitetônicos, incluindo memorial descritivo e orçamento, das diversas edificações com áreas institucionais, áreas para instalação de comércio e serviço, restaurante e cafés, perfazendo uma área total edificada de 2.500,00 m<sup>2</sup>. Para este projeto de intervenção, realizou-se também o processo de licenciamento ambiental no IAP.

Macro área B: Eixo Econômico de Serviços e Comércio Parque Linear Monjolo

Às margens do Rio Monjolo, englobando ambos os lados, com extensão prevista desde o novo Centro Cívico até ao Museu Histórico Jesuíno Marcondes, perfazendo uma área de aproximadamente 39.000,00 m<sup>2</sup>. O Rio Monjolo localiza-se dentro do Município e atravessa vários bairros em direção sul/norte. A mata ciliar é normalmente constante ao longo das margens e em vários momentos faz fundos com imóveis particulares.

O Parque Linear Municipal como importante elemento de ligação entre as unidades administrativas e cultural, além da função de proteção das margens do Rio Monjolo e da drenagem dos bairros circundantes, oferecerá uma importante contribuição para a contenção dos avanços imobiliários na área. O projeto prevê a implantação de trilhas, pontilhões, estares, caminhos suspensos, sinalização, totens informativos entre outros.

Macro Área C: Eixo Econômico e Cultural de Serviços e Comércio – Parque do Museu

Requalificação no entorno do Museu, com remodelação de praça existente com inserção de equipamentos como lanchonete, deck e mirante e Parque englobando a área até o Centro Cultural de Palmeira.

O Museu é uma construção histórica tombada como patrimônio cultural do Estado do Paraná em 1970 e atualmente é um dos pontos turísticos da cidade e Palmeira. A vegetação que margeia o Rio Monjolo estende-se aos arredores do Museu e abre-se em praças e áreas utilizadas pela população como pontos de encontro nos finais de semana, porém apresenta precária estrutura não consolidada. O local apresenta paisagem cênica, rica topografia e um pequeno lago.

Revitalização e remodelação dos espaços urbanos no entorno do museu, oferecendo infraestrutura de lazer e identidade, tomando partido da paisagem natural existente, oriunda da proximidade com o Rio Monjolo. Incremento das áreas verdes e implementação de equipamentos de lazer de forma pontual, ambientalmente integrada as atividades culturais já existentes nas proximidades. A área total projetada do parque é de aproximadamente 25.000,00 m<sup>2</sup>, com estruturas edificadas totalizando 1.100,00 m<sup>2</sup>, com lanchonete, decks, mirante em estrutura metálica, sanitários, estares, área convivência para a terceira idade, concha acústica, centro de eventos (aberto) com palco ao ar livre e cobertura em estrutura metálica, iluminação em área de 5.000,00m<sup>2</sup>, entre outros.

Macro Área D: Eixo Comercial, Industrial e de Serviços da Região Central

Esta Macro Área abrange a extensão da Rua Conceição, com início na Praça da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição, junto a Praça Marechal Deodoro, até Praça Marechal Castelo Branco. Atualmente a área possui um intenso fluxo de veículos e pedestres que são atraídos pela oferta de serviços, bancos, correios e sendo a principal via de comércio varejista do município. Propõe-se a revitalização em toda a sua extensão e a implantação de calçamento em trecho, com a inserção de mobiliários urbanos como bancos, canteiros, postes de iluminação, nova paginação de piso e arborização. A área total projetada é de 12.600,00 m<sup>2</sup>, divididos em dois projetos, o primeiro denominado Projeto Boulevard, envolvendo a Praça da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição, junto a Praça Marechal Deodoro e a rua denominada "Beco - Travessa Dezenove de Dezembro com aproximadamente 2.600,00 m<sup>2</sup>. Este projeto focou na requalificação deste trecho, valorizando a paisagem histórica/casarel e as atividades gastronômicas do entorno, com novos calçamentos, pisos, pergolados e tendas em estrutura metálica, iluminação, portal, entre outros. Já no segundo trecho foi o projeto de requalificação da Rua Conceição (cerca de 10.000,00 m<sup>2</sup>), envolvendo paisagismo, nova paginação de piso, iluminação, mobiliário urbano e arborização.

*[Handwritten signatures and initials]*

**ATENTIFICAÇÃO**

Certifico que o presente documento foi autenticado no dia 28 JUN 2019

28 JUN 2019

JOÃO GERALDO LAMARCA JUNIOR, TITULAR  
ANGELITA ERNA WUSEL, SUBSTITUTA  
ELIZABETE RAMOS CARVALHO, SUBSTITUTA  
JOÃO PAULO NEBONDE, SUBSTITUTA  
CRISTINA RODRIGUES FERREZ, SUBSTITUTA  
AV. PÉRS. AFFRANSO CÂMBARGO, 763 - CURITIBA - PR

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS  
R. COM. F. FAX: 3262-1111

Ciclo de autenticação de atos, foi efetuado na última folha deste documento.

0562





**MUNICÍPIO DE PALMEIRA**  
**ESTADO DO PARANÁ**  
**Secretaria Municipal de Finanças**

1515

Macro Área E: Eixo Turístico da Colônia de Witmarsum

Situada no município de Palmeira no Estado do Paraná, a Colônia Witmarsum foi formada em julho de 1951 por menonitas que reemigraram da cidade de Witmarsum do Estado de Santa Catarina. Os menonitas da Colônia Witmarsum pertencem ao grupo dos menonitas alemães-russos, que tem sua origem na Frísia, no norte da atual Holanda e Alemanha. Através da Prússia eles imigraram para Rússia no século XVIII, de onde fugiram em 1929, fugindo do regime comunista. Em 1930 vieram ao Brasil onde, após um tempo em Santa Catarina, fundaram em 1951 a Colônia Witmarsum no Paraná. Graças a um financiamento conseguido junto aos menonitas da América do Norte, foi possível comprar em 7 de junho de 1951 a Fazenda Cancela.

Ocupa uma área de aproximadamente 7800 hectares e possui aproximadamente 1500 habitantes. Compreende cinco núcleos de povoamento, denominados aldeias e numerados de 1 a 5 e, dispostos em torno de um centro administrativo comercial e social situado na sede da antiga Fazenda Cancela (atual museu Casa Fazenda Cancela).

Sua base econômica reside na agropecuária, desenvolvida sobretudo no setor da pecuária leiteira. Também há criação de frangos e porcos para o abate e plantações de soja e milho. Atualmente, as atividades turísticas na região vêm se expandindo, com a instalação de diversos empreendimentos na área de turismo como, pousadas, restaurantes, cafés coloniais, entre outros.

Na Colônia de Witmarsum ocorrem as Estrias Glaciais de Witmarsum, um registro marcante da grande glaciação que ocorreu do Carbonífero inferior ao Permiano inferior, entre 360 e 270 milhões de anos atrás, quando toda porção sul do antigo supercontinente Gondwana, então parte da atual América do Sul, ficou coberto por espessas camadas de gelo.

Elaborou-se o plano de setorização da região, considerando a história de formação da colônia, sua estrutura urbano-rural atual e atividades comerciais atuais. Após setorização, elaborou-se o projeto arquitetônico e de paisagismo das principais vias e locais, como frente a cooperativa (painéis), centro turístico, projeto do Portal de Acessos a colônia,

Canteiros viários, ciclovias, iluminação, calçamento, áreas de estares, sinalização entre outros.

Parque Industrial de Palmeira

Como tendência para o desenvolvimento e incremento no uso do solo municipal (novas usinas solares sendo instaladas, atendidas pelos principais eixos rodoviários do Estado, atendida pelo modal rodoviário e ferroviário, implantação de novo aeroporto regional), destaca-se a implantação do Distrito Industrial, na porção leste do município, junto à rodovia federal BR-376. Ainda, nas proximidades do citado distrito há um aeródromo, também em processo de implantação, bastante representativo sob o ponto de vista da infraestrutura aeroviária.

Outra região em processo de expansão e ocupação é Distrito Industrial da Sede, na Avenida das Palmeiras e nas proximidades das rodovias que cortam a cidade, a BR-277 e PR-151. Sua localização estratégica pode ser considerada fator positivo devido ao distanciamento com a área central e à facilidade de acesso, próximo à PR-151, no bairro São José.

Com base no diagnóstico socioambiental e econômico realizado, elaborou-se um Plano Urbanístico de Ocupação, com a indicação de zonas e subzonas, definição de tipologia de usos/atividades e pontos das empreendimentos, parâmetros urbanísticos, além da estruturação do sistema viário destas áreas.

**AUTENTICAÇÃO**  
 Documento original que não foi alterado. Duas cópias.  
 28 JUN. 2019  
 JOÃO GERALDO LAMARCA TOLENTINO  
 ANGELITA ETIPIA WOLFF DE ALMEIDA  
 ELIZABETE RAMOS CARREIRO PEREIRA  
 JOÃO PAULO PERONNI  
 CRISTINA RODRIGUEZ FERRAZ  
 REGISTROS PÚBLICOS  
 C/RENTES  
 CURITIBA, PR

O selo de autenticação em atos, foi aplicado na última folha deste documento.

**II. Atualização do Cadastro Mobiliário e Imobiliário Multifinalitário**

A maioria dos municípios brasileiros não dispõem de um cadastro territorial e mapeamentos contábeis, fato este, mais evidenciado a partir da obrigatoriedade de Planos Diretores dada pela Lei Federal 10.257/2001, denominada Estatuto da Cidade (Diretrizes para a criação, instituição e atualização do cadastro territorial Multifinalitário nos Municípios Brasileiros, Ministério das Cidades, 2010).

A concepção de um Cadastro Técnico Multifinalitário parte da constatação que todas as ações e serviços prestados em um território acontecem em algum lugar do espaço. Neste sentido, pode-se perceber que todo município, atividade econômica ou serviços executados pela Prefeitura estão localizados em um espaço, que via de regra está cadastrado junto às diversas unidades administrativas da Prefeitura. Assim sendo a integração de dados econômicos, sociais, ambientais e físicos, de forma sistematizada e padronizada permite uma gestão plena da cidade.

X  
 F  
 0563



# MUNICÍPIO DE PALMEIRA

## ESTADO DO PARANÁ

### Secretaria Municipal de Finanças

1516

A atualização dos bancos de dados cadastrais está sendo entendida como uma das ações propostas pelo GEMAT para um incremento na arrecadação municipal. Entretanto além da questão financeira, esta ação contribuirá para o aprimoramento da administração pública de Palmeira, não só pela regularização da situação cadastral, mas ainda pela possibilidade de otimização das informações, resultando em respostas mais eficientes aos gestores e conseqüentemente para a população.

Geralmente, existem inúmeras ações na administração pública que podem se servir de um cadastro multifinalitário, entretanto, as práticas já estabelecidas ao longo de anos segmentam informações dentro da própria administração pública. Da mesma forma, a ausência de uma visão espacial ou geográfica dos serviços prestados pela administração pública promove muitas vezes um direcionamento de recursos de forma divergente dos objetivos e estratégias previstos nos diversos planos que norteiam o desenvolvimento municipal.

Óbvio é que, ao tratar de cadastro multifinalitário a primeira base a ser trabalhada com atenção é a de cadastro territorial formada pela junção da cartografia com o cadastro imobiliário. Esta base cadastral servirá de apoio a todas as outras bases de dados cadastrados no município visto representar as parcelas do território onde as ações se materializam.

Em consulta às diretrizes e propostas apresentadas no Plano Diretor de Palmeira, se observou a proposta de implantação de Sistema de Informações Geográficas Territoriais, previsto na Política de Gestão Democrática e Desenvolvimento Institucional, no qual para este trabalho se destacam a criação de uma base cartográfica territorial unificada e de sistema de informações municipais de modo a armazenar e disponibilizar informações para o gerenciamento de diferentes políticas setoriais.

No intuito de compreender a estrutura existente no Município para análise e definição da melhor abordagem de atualização de base de dados e adequação dos cadastros mobiliário e imobiliário, tornando-o um cadastro multifinalitário, foram elaborados questionários baseados nas atribuições contidas na Lei Municipal 4327/2017 que dispõe sobre a Estrutura Organizacional do Município de Palmeira e dá Outras Providências. Realizou-se o trabalho para atualização de base de dados para regularizar o cadastro das unidades imobiliárias urbanas, que integram o Plano Diretor para o Cadastro Mobiliário e/ou Imobiliário/Multifinalitário, e que possuíam dados divergentes com seu sistema tributário imobiliário, constatadas *in loco*, e indicadas pela municipalidade.

Cabe salientar que as diretrizes gerais para realização de um Cadastro Territorial Multifinalitário – CTM estão em consonância com as Diretrizes Gerais da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano, na qual se tem como meta fortalecer e modernizar a gestão da arrecadação municipal, com implementação de ações como a revisão e criação de cadastros técnicos multifinalitário.

Em 2008, o governo federal editou o Decreto 6.666, que instituiu a Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais – INDE, com objetivo de promover o adequado ordenamento na geração, no armazenamento, no acesso, no compartilhamento, na disseminação e no uso dos dados geoespaciais de origem federal, estadual, distrital e municipal. Para tanto propõe a utilização de padrões e normas homologados pela Comissão Nacional de Cartografia – CONCAR. O INDE visa evitar a duplicidade de ações e o desperdício de recursos na obtenção de dados geoespaciais pelos órgãos da administração pública em todas as esferas de governo.

Com o compromisso de implantar no território nacional bases cadastrais multifuncionais que atendam minimamente as diretrizes propostas no PNDU, em 2009, editou-se a Portaria Ministerial Nº 511, de caráter orientador e genérico que pode ser aplicado nos diversos contextos municipais.

Tem-se como certo que o CTM é um instrumento que permite ao município garantir um desenvolvimento sustentável por proporcionar uma integração de elementos econômicos, sociais e ambientais, que analisados conjuntamente permitem uma visão global das ocorrências no espaço físico do município. Em decorrência, há uma ampliação das possibilidades de implementar políticas de gestão que realmente atendam a função social da cidade, não apenas com medidas fiscais isonômicas, mas também contribuindo efetivamente para o bem-estar social com a construção de cidades mais justas e acessíveis a todos.

Comumente, os cadastros municipais estão focados para a gestão tributária. Isso se explica a partir das competências tributárias municipais advindas da Constituição Federal, mais especificamente as relativas aos imóveis como o IPTU, ITR, ITBI e COMEL. Neste aspecto, necessário lembrar que a Lei de Responsabilidade Fiscal de 2000 versa sobre a renúncia de receita, requerendo dos gestores maior eficiência na arrecadação, mas de maneira igualitária.

**AUTENTICAÇÃO**

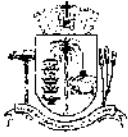
28 JUN. 2019

O selo de autenticação de atos, foi a traço na última folha deste documento.

JOÃO GERALDO LAURINHO, CAVALARI  
 ANGELITA ERINA WILSON DE LIMA, SUBSTITUIR  
 ELIZABETE RAMOS CARVALHO BARRAL, ESCREVENTES  
 JOÃO PAULO NERONI, ESCREVENTES  
 CRISTINA RODRIGUES ESTANISLAU, ESCREVENTES

SERVIÇO DISTRIAL DE CANCELAMENTO DE ATOS  
 FONE/FAX: 3262-3333

0564



# MUNICÍPIO DE PALMEIRA

## ESTADO DO PARANÁ

### Secretaria Municipal de Finanças

1517 P

Entretanto, manter ao longo do tempo uma aplicação igualitária de tributos não é tarefa fácil para as administrações. Acompanhar a dinâmica socioespacial dos territórios depende da capacidade técnica e da estrutura organizacional disponível.

Embora o CTM requeira investimentos em tecnologias, materiais e aperfeiçoamento de servidores, o manual de apoio editado pelo Ministério das Cidades, lista alguns dos benefícios que deve proporcionar, quais sejam:

- Aumento na arrecadação municipal e na justiça fiscal;
- Unificação de dados cadastrais por meio da aproximação das entidades competentes, convênios e consórcios entre os municípios, os Registros Imobiliários, etc., nos termos de legislação municipal, o que resultará em segurança jurídica para toda a população local;
- Planejamento e eficiência da gestão municipal (social e ambiental);
- Planejamento físico municipal com a existência de uma base cartográfica única (infraestrutura urbana, sistema viário, seleção de áreas para fins ambientais, de regularização fundiária urbana, etc.);
- Conhecimento da realidade urbana, de expansão urbana e rural dos municípios, cidade real;
- Orientação de atualização periódica, a ser definida em legislação municipal, garantindo a autonomia municipal;
- Aumento da transparência e eficiência da administração municipal, através da disposição de dados corretos e atualizados à população, priorizando o seu atendimento.

Conforme as orientações contidas na Portaria Ministerial Nº 511 o CTM trata de um "inventário territorial oficial e sistemático do município" e, portanto, deve compreender toda extensão do território municipal, podendo assim subsidiar o planejamento e desenvolvimento das políticas de governo.

Para cumprir a função multifinalitária é importante que as parcelas do território estejam representadas geograficamente e cadastradas com um código único que será a chave de acesso para as informações cadastradas e que permitirá a interação com os demais bancos de dados.

É comum os arquivos municipais conterem plantas de parcelamentos cujas dimensões atendem o contido no documento de registro, contudo, em campo as implantações apresentam com dimensões divergentes. Além disso, a construção de uma base territorial confiável depende do georreferenciamento de cada parcela para eliminar sobreposições e demarcações equivocadas decorrentes de levantamentos antigos de períodos diferenciados e metodologias distintas.

Assim, a base cadastral que suportará o CTM será constituída prioritariamente por:

- Cartografia que conterà todos os elementos essenciais do território;
- Dados alfanuméricos de cada elemento georreferenciado;
- Código identificador para chave de acesso.

Com a base cadastral disponível a administração municipal pode investir na organização dos cadastros temáticos, sendo responsabilidade de cada secretaria complementar o CTM com temas específicos de sua competência. Dentre os cadastros temáticos mais relevantes podemos citar o econômico, estruturado com fins tributários; o fundiário, composto por registros de localização, dimensão e benfeitorias dos imóveis e ainda o ambiental, no qual se disponibiliza informações dos elementos naturais relativos a cada imóvel (hidrografia, relevo, solo, vegetação, ...).

Para que os objetivos e diretrizes propostos se cumpram é imprescindível a continuidade da atualização dos bancos de dados, pois, o CTM é resultado da soma de esforços das várias unidades administrativas e seus profissionais, tecnologias, materiais e métodos na busca da excelência da gestão pública que só pode ser alcançada a partir da multidisciplinaridade e do comprometimento das equipes envolvidas.

Primeira fase do trabalho, realizou os levantamentos e atualizações: a partir das informações prestadas em questionários específicos direcionados às secretarias municipais e considerando ser o Cadastro Técnico Multifinalitário – CTM a junção entre uma base cartográfica segura e atualizada e os diversos bancos de dados alfanuméricos do Município, dando origem a uma base cadastral única para a espacialização de todos os serviços, foi possível concluir que a Prefeitura de Palmeira dispõe de uma base cadastral adequada nas áreas urbanas, cuja atualização se dá por meio de topografia, sendo ainda complementada pela base IBGE nas áreas rurais, ou seja, apropriada para suportar/consolidar o CTM.

A existência de uma equipe responsável pelo geoprocessamento e a familiarização com o uso de sistemas de informações geográficas e procedimentos de atualização da mesma por topografia são relevantes na construção do CTM, entretanto, não está claro qual o nível de acesso e conhecimento que as demais unidades administrativas têm desta ferramenta.

0563



**MUNICÍPIO DE PALMEIRA**  
**ESTADO DO PARANÁ**  
**Secretaria Municipal de Finanças**

1518 P

A manutenção dos cadastros imobiliário, mobiliário e técnico sem a duplicação de banco de dados garante confiabilidade e eficiência na identificação de atributos vinculados a cada imóvel, tomando mais eficaz o controle sobre o uso e a ocupação do solo, assim como o lançamento de tributos.

A produção de cadastros digitais pela maioria das secretarias, bem como a utilização de softwares para cadastramento de dados de suas áreas específicas, facilita a organização e acesso as informações. Porém, no cenário atual, estes bancos de dados se encontram fragmentados e isolados nas secretarias, representando uma baixa integração entre os serviços no relativo aos dados cadastrais.

Observa-se que ocorre uma troca limitada, entre secretarias, de informações, geralmente motivada por ocorrências pontuais, decorrentes de processos específicos, não vinculados a planejamento ou propostas de ações. A ausência de um núcleo para orientar a coleta, recepcionar e distribuir as informações fornecidas e requeridas pelas secretarias e a incipiente presença da tecnologia da informação na estrutura municipal favorece a pouca interação.

Verifica-se que o número de atividades e serviços disponibilizados pela prefeitura para o munícipe é amplo, no entanto, os métodos, práticas e informações utilizadas para os mesmos possuem estágios muito diferenciados em relação ao uso da base cadastral.

De maneira geral, esta diversidade também está relacionada com a complexidade dos serviços prestados e a necessidade de controles e monitoramentos cada vez mais eficientes para aquelas unidades que compartilham dados e informações com outras instâncias.

A segunda fase, trabalhou com as ações de melhoria: para implantar uma solução baseada nos preceitos de um Cadastro Técnico Multifinalitário (CTM) é necessário montar uma paisagem, um "cenário", para melhor compreender e distribuir as atividades e atribuições. Observando desta forma, fica perceptível a distribuição espacial e o posicionamento dos "atores" responsáveis pelo projeto. Em tempo, toma-se necessária uma observação: o Cadastro Técnico Multifinalitário não é um "produto", um pacote de ideias e procedimentos que terminam em um prazo predeterminado. O CTM é um processo, sempre em construção, atualização, análise e transformação. Pensando no termo "multifinalitário" este processo se justifica. Sempre que um novo ator se integra ao cenário, o CTM precisa ser adaptado de maneira a integrar novos dados e elementos, portanto, é infinito no tempo, assim como são infinitas suas possibilidades.

Um sistema de geoprocessamento trabalha com o relacionamento de dados alfanuméricos e vetoriais, com informações rasterizadas, com criação e análises de modelos, geração de algoritmos, processamento de dados de sensoriamento remoto e LIDAR, entre outras coisas. Dentro de um processo de CTM, o geoprocessamento direciona seus esforços ao relacionamento de dados e a criação e manutenção de elementos vetoriais. Para que estes relacionamentos funcionem da maneira mais otimizada possível, é necessária a análise de cada elemento, antes de começar a trabalhar a informação, é a chamada modelagem dos dados. Antes da criação de um elemento vetorial para a representação de um poste, deve-se verificar quais os atributos necessários para que aquele ponto, que representa um poste torne-se uma informação útil, seja para a equipe de manutenção da iluminação pública, seja para a definição de cobranças de IPTU x ITR, de acordo com o código tributário nacional.

A modelagem dos dados deve contemplar os códigos de chaveamento e relacionamento da informação vetorial com os dados complementares, seja em formato de banco de dados, sistemas, tabelas e planilhas. Acima de tudo, estes códigos devem ser analisados e testados na prática, visando observar possíveis futuras inconsistências. Por exemplo, os dados tributários alojam-se perfeitamente bem em cadastros fiscais e cadastros imobiliários, afinal, referem-se basicamente aos lotes e edificações existentes no Município, porém, esses códigos não servem para os cadastros de saúde, educação e assistência social. Para estes serviços, o ideal é a codificação do endereço, que é a amarração dos dados quando se referem aos moradores, aos habitantes do Município, não apenas aos proprietários dos imóveis. Para facilitar o entendimento do relacionamento do banco de dados e do elemento vetorial que irá representar a informação cartograficamente, torna-se necessária a integração da equipe de informática municipal para codificar os endereços nos bancos de dados nativos da saúde, por exemplo, de atividades com as normas desenvolvidas pela gestão do CTM. Trabalhou-se com a estrutura processos, softwares - geoprocessamento, treinamentos e indicação de procedimentos básicos e direcionados.

III. **Revisão do Plano Diretor**

De maneira geral, o Plano de Desenvolvimento Econômico e Modernização Municipal e o Plano Diretor foi estruturado em sete etapas visando o atendimento do escopo mínimo, das entregas dos produtos

28 JUN. 2019

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

AV. PRES. AFFONSO CAMARGO, 763 - CURUMBA - PR

SELO DE AUTENTICIDADE DO DOCUMENTO ORIGINAL

O selo de autenticidade do documento original, foi afixado na última folha deste documento.

0586



# MUNICÍPIO DE PALMEIRA

## ESTADO DO PARANÁ

### Secretaria Municipal de Finanças

1519 P

nos prazos estabelecidos, tendo em vista a dinamicidade de execução, organização e compreensão do trabalho como um todo.

#### ❖ ETAPA 1 – PLANO DE TRABALHO

Esta etapa corresponde o primeiro documento, que detalha todas as atividades necessárias à elaboração do PDEMT, as quais forma respaldadas nas determinações do Termo de Referência. A consolidação do Plano de Trabalho se deu por meio da realização de reuniões com a ETM e GEMAT, bem como definição das agendas, onde foi importante também a participação do Setor de Comunicação da Prefeitura.

#### ❖ ETAPA 2 – DIAGNÓSTICO ANALÍTICO

Esta etapa correspondente ao Diagnóstico Analítico, onde foram realizados levantamentos, compilações e análises de todos os dados e estudos, planos e programas referentes ao Município e suas áreas de Abrangência, bem como incursões em campo para validação e complementação das informações.

Ressalta-se que a realização do Diagnóstico envolveu equipes diferentes de trabalho, pois foram realizados levantamentos para subsidiar os estudos específicos – Plano Diretor de Ocupação das Macro Áreas, incluindo a elaboração de projetos; Atualização do Cadastro Mobiliário e Imobiliário Multifinitário; Revisão do Plano Diretor Municipal. O escopo do trabalho proposto previu a realização do Diagnóstico para todos eles.

Em paralelo foi realizado todo o processamento digital e criado um banco de dados e sistema de informações geográficas, a partir das imagens de satélite já existentes.

#### Geoprocessamento/Cadastro

Os chamados Sistemas de Informações Geográficas (SIG) são sistemas de informação construídos com auxílio de softwares e procedimentos específicos gerados para armazenar, analisar e manipular dados geográficos associados com informações alfanuméricas. O SIG do PLANO foi estruturado a partir de duas tipologias de informação: espacial e tabular. A informação espacial foi constituída pelos dados cuja representação requer dimensão ou posição. Já os dados tabulares se constituíram de atributos qualitativos ou uma característica associada a um dado espacial. O elemento importante considerado na estruturação do SIG é sua adequação aos demais sistemas de dados já vigentes nas organizações de gestão do município e do Estado, como o IAP, AGUASPARANÁ e PARANACIDADE, de maneira que foram garantidas as integrações de sistemas. O SIG considerou a equalização das planilhas de atributos de outros sistemas existentes, ou ainda, considerou a integração de sistemas a partir de indexadores. A estruturação final do SIG considerou o formato geodatabase de arquivos, em plataforma ArcGIS.

#### ❖ ETAPA 3 – ELABORAÇÃO DE CENÁRIOS

A elaboração de cenários prospectivos para o PDM e Plano de Desenvolvimento configurou-se em um instrumento de ordenação das percepções acerca dos ambientes futuros e incertos, nos quais decisões (estratégias) foram tomadas. Portanto, a metodologia de **cenários prospectivos** contemplou uma diversidade de **fatores**, dentre eles: o potencial das economias locais, sua contribuição ao desenvolvimento sustentável do território e da região como um todo, incluindo a mitigação e/ou adaptação aos impactos decorrentes dos grandes empreendimentos industriais na região e dos diferentes efeitos climáticos naturais, da conservação da biodiversidade e dos fluxos de recursos, capital e população; alterações da dinâmica social, condições de vida e condições físico-ambientais; reflexo das aptidões agrícolas (evolução de atividades produtivas) e do uso e ocupação do solo urbano e/ou rural, bem como restrições legais e suas implicações sobre a demanda por recursos naturais.

Estes **fatores** compreenderam os temas dos cenários, procurando quando possível, combinar e equalizar as diversas projeções e tendências já desenvolvidas por diferentes estudos, organizações e instituições para o território. Os cenários foram contrastantes, ou seja, exploraram os limites das possibilidades de futuros (horizonte de 20 anos), de forma que as estratégias sejam testadas em uma amplitude de possibilidades desses futuros.

#### ❖ ETAPA 4 – PROPOSTAS DE ESTRATÉGIAS E DIRETRIZES DO PLANO

Esta etapa corresponde a configuração das propostas do PDEMT, contendo as Diretrizes de Desenvolvimento e Projetos das Macro Áreas, além da atualização do Cadastro Imobiliário, base nos levantamentos realizados no diagnóstico e das etapas anteriores.

**AUTENTICAÇÃO**

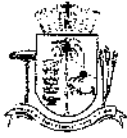
28 JUN. 2019

JOÃO GERALDO LARA...  
ANGELITA ERYA...  
CRISTINA AP...  
ESCRIVENTES

Distrito de Curitiba - 3262-3...  
FAX: 3262-3...

Em caso de autenticação de atos, foi arquivado na última folha deste documento.

0567



**MUNICÍPIO DE PALMEIRA**  
**ESTADO DO PARANÁ**  
**Secretaria Municipal de Finanças**

1520

À medida que se definem os níveis de potencialidades e fragilidades de um território, possibilitam a criação de cenários e prognósticos sobre comportamentos futuros face às diversas alternativas do uso e do desenvolvimento do território, integrando não só o conhecimento técnico e científico, como também as distintas propostas dos agentes sociais intervenientes.

Desta forma, o PDEMT foi definido com a agregação de conhecimentos multi e interdisciplinares relacionados com as ciências biogeofísicas e socioeconômicas. Cada compartimento da paisagem, foi visto como uma unidade de planejamento, onde estão previstos critérios de sustentabilidade às atividades socioeconômicas e análise de diversas alternativas de uso do território.

Em outras palavras, o PDEMT ao dispor de um instrumento político integrado de diagnósticos analíticos (contendo as vocações e potencialidades regionais, as demandas e necessidades da sociedade civil, as fragilidades e os entraves ao desenvolvimento) e de proposição de diretrizes, estratégias e linhas de ação, contribui para reativação do desenvolvimento econômico, social e ambiental da região como um todo. Sempre expressando as expectativas e prioridades dos diversos atores atuantes na região: poderes públicos federal, estadual e municipal, sociedade civil organizada, entidades de classe (trabalhadores e empresários) e movimentos sociais. Como premissas e diretrizes que foram indicadas no Termo de Referência, importante destacar as seguintes:

- Buscar o desenvolvimento equilibrado do município de Palmeira, aproveitando se ao máximo de suas potencialidades de forma que o torne mais competitivo e seja atrativo do ponto de vista do desenvolvimento sócio econômico local, agregando o máximo valor para o município;
- O Plano em questão deve ter o papel de articulador das ações realizadas entre os diferentes agentes econômicos, instituições públicas e privadas, sociedade civil, movimentos sociais e governo municipal. Deve também ser um indutor do desenvolvimento municipal, buscando assim sua reestruturação espacial, dando condições para que novos projetos se desenvolvam, além de contribuir com a orientação para evolução demográfica sustentável, compatível com a infraestrutura de serviços públicos (abastecimento de água, esgotamento sanitário, gerenciamento de resíduos sólidos e drenagem urbana), equipamentos comunitários (saúde, educação, lazer), infraestrutura de sistema viário, moradia, entre outros. O município deve se articular multidimensionalmente, sendo reordenado através de cada olhar setorial das políticas de desenvolvimento regional.
- O PDEMT pode, além do caráter econômico, propor para todo o território de estudo, eixos transversais e longitudinais de estruturação territorial, lógicas de transporte, revisões do zoneamento municipal, indicação de áreas propícias a projetos habitacionais, desenvolvimento econômico com previsão de ambientes de inovação, estudos das centralidades mais impactadas, indicando ações para sua qualificação de modo a melhor integrar-se ao desenvolvimento do município.

De acordo com o Termo de Referência, em função do diagnóstico realizado e das áreas críticas de intervenção identificadas, as estratégias foram determinar as prioridades de desenvolvimento do município, levando em conta, pelo menos:

- O desenvolvimento econômico;
- Requalificação das Macro Áreas, considerando os projetos, o licenciamento ambiental e a viabilidade COPEL e SANEPAR;
- Cadastro Mobiliário e Imobiliário e multifinalitário atualizado e compatível com a nova proposta de intervenção;
- Projeto de Trabalho Técnico Social da área de Intervenção;
- Ordenamento territorial municipal, considerando a revisão da Lei de Zoneamento e Lei do Plano Diretor para compatibilizar e incluir as novas propostas e Eixos de desenvolvimento;
- A diversidade sociocultural e ambiental;
- Governabilidade sobre processos de ocupação territorial e de usos dos recursos naturais e capacidade de orientação dos processos de transformação sócio produtiva;
- A gestão compartilhada de políticas públicas entre as três esferas de governo: federal, estadual e municipal;

**AUTENTICAÇÃO**

Certifico que o presente foi autenticado em reprodução fiel do documento original que lhe dá origem. Curitiba, 08 de Junho de 2019.

SERVIÇO DISTRICTAL DE CALIBRE  
 FONE/FAX: 3216-3555

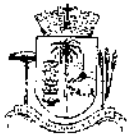
JOÃO GERALDO CAMARGO  
 ANDELTA ERINA KUNZ  
 ELIZABETE NAWA CARVALHO  
 JOÃO PAULO NEPOMUCENO  
 CRISTINA RODRIGUES FERREZ  
 AL. PRES. AFFONSO CAMARGO, 763 - CURITIBA - PR

8 JUN 2019

O selo de autenticação de atos, foi afixado na última folha deste documento.

0563





# MUNICÍPIO DE PALMEIRA

## ESTADO DO PARANÁ

### Secretaria Municipal de Finanças

1521 p

- A infraestrutura regional - energia, armazenamento, transformação, transportes e comunicações, e de prestação de serviços essenciais à qualidade de vida de seus habitantes como saneamento básico, destinação de resíduos sólidos, saúde, educação, assistência social e segurança pública;
- A estrutura produtiva;
- A recuperação das áreas degradadas;
- A pesquisa científica e o desenvolvimento tecnológico para o desenvolvimento sustentável da região;
- O consenso entre órgãos governamentais, organizações da sociedade civil e setores empresariais, em contextos democráticos de formulação e gestão de políticas públicas.

A proposta geral e específicas de desenvolvimento visou viabilizar a implementação de uma estratégia de longo prazo que concilie a promoção do desenvolvimento econômico com o uso sustentável dos recursos naturais, viabilizando a inclusão social e distribuição de renda, resultando na melhoria da qualidade de vida da população de Palmeira.

#### ❖ ETAPA 5 – ASSESSORIA TÉCNICA PARA APROVAÇÃO DO PLANO NO PODER LEGISLATIVO E ÓRGÃO AMBIENTAL

Para a execução desta etapa, a Prefeitura Municipal em conjunto com a Câmara Municipal e a Sociedade Civil Organizada realizou algumas oficinas, reuniões e audiências públicas que envolveram órgãos estaduais e membros do poder legislativo. O principal intuito foi de sensibilizar e convencer, com argumentos técnicos, os diversos gestores (executivo e legislativo) da necessidade da alteração da política de gestão territorial e econômica.

Foi apresentada também uma versão preliminar do Plano e Projetos das Macro Áreas com modelagens gráficas, inclusive de diferentes áreas da Cidade (entradas de alguns bairros, setor histórico, eixo central, parque linear – barragens, linha férrea- alças rodoviárias de acesso, entradas da cidade e acessos nas divisas do município).

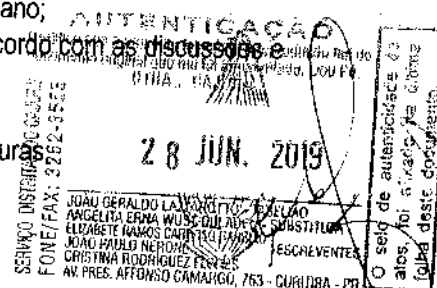
O protocolo do pedido de Licença ou Autorização Ambiental no IAP, protocolo da solicitação da anuência da COPEL e SANEPAR fez parte do relatório para comprovar a execução desta etapa. Além do registro da realização de oficina/reunião na Câmara de Vereadores, onde as Diretrizes de Desenvolvimento e os projetos das Macro áreas foram discutidos e apresentados também.

#### ❖ ETAPA 6 – REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL

A maior parte das atividades realizadas nas fases anteriores fazem parte do escopo para elaboração de um Plano Diretor, desta forma, com base nas discussões e contribuições das etapas anteriores, e em conjunto com as secretarias de Meio Ambiente e Urbanismo, de Planejamento e Procuradoria Municipal, foram elaboradas as minutas de lei para a revisão do Plano Diretor Municipal. Importante salientar a participação da Câmara de Vereadores do Município e Conselho da Cidade.

Os principais pontos revisados foram:

- Adequação das diretrizes, objetivos e estratégias da Lei do Plano Diretor – em função da sua aplicabilidade, principalmente no que diz respeito a gestão do solo urbano;
- Reformulação da Lei de Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo de acordo com as discussões e Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável;
- Reformulação da Lei de Parcelamento do Solo Urbano;
- Reformulação do Código de Obras e Reformulação do Código de Posturas;
- Lei do Perímetro Urbano;
- Lei de Regulamentação dos Condomínios Verticais e Horizontais;
- Lei de Delimitação de Bairros;
- Lei de Regularização de Obras;
- Lei de Circulação, Transporte e Mobilidade Urbana;
- Elaboração de Legislação de Incentivo a Preservação do Patrimônio Cultural, Histórico e Arquitetônico;
- Regulamentação dos Instrumentos Urbanísticos do Estatuto da Cidade constantes no Plano Diretor;
- Criação de Modelo de RIV – Relatório de Impacto Viário - para futuras implantações de Polos Geradores de Tráfego.



0563





## CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA

**RAFAELA THAIS ROSA**, brasileira, maior, Assistente Social, portadora da Cédula de Identidade RG nº 6.255.063-5/ PR expedida pelo Instituto de Identificação do Estado do Paraná e do CPF/MF nº 018.500.719-85, residente e domiciliada na Rua Manoel Santos Barreto, nº 58, apto 102. CEP: 80.530-250 – Bairro Juvevê - Curitiba Estado do Paraná, doravante denominado simplesmente **CONTRATADA**,

**ECOTÉCNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA- EPP**, pessoa jurídica de direito privado, com sua sede e foro no Município de Curitiba, Estado do Paraná, a Rua Maria Rita da Chagas Lima, nº 317, Bairro do São Braz, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.610.553/0001 – 91 e isenta de inscrição estadual, neste ato representado por sua Sócia-Administradora **SANDRA MAYUMI NAKAMURA**, brasileira, maior, Arquiteta e Urbanista, registrado no Conselho de Arquitetura e Urbanismo, do Paraná – CAU/PR sob o nº A28547-1, portadora da Cédula de Identidade RG nº 1.449.396-4, expedida pelo Instituto de Identificação do Estado do Paraná e do CPF/MF nº 030.228.409-50, residente e domiciliada à Rua Homero Camargo de Oliveira, nº 330, Bairro São Braz, no Município de Curitiba, Estado do Paraná, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE**;

Resolvem celebrar o presente contrato segundo as cláusulas e condições seguintes:

### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Prestação de serviços referentes a área de Serviço Social.

### PARÁGRAFO ÚNICO:

Nenhuma cláusula ou disposição do presente contrato poderá ser interpretada com atributiva de poderes de mando mercantil ou civil ao **CONTRATADO** o qual somente poderá agir como mandatário da **CONTRATANTE**, caso se apresente munido de procuração bastante, feita por instrumento público e com poderes específicos para a prática dos atos contemplados, sob pena de infringir o presente contrato e de tais atos não obrigarem a **CONTRATANTE**.

### CLÁUSULA SEGUNDA - DO PERÍODO DE VIGÊNCIA E PRAZOS:

Este contrato vigorará na data da assinatura, podendo ser prorrogada ou rescindida a critério exclusivo das partes, mediante prévio aviso, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, e manifestado por escrito;

1. O contrato terá o prazo de vigência de 18 (dezoito) meses corridos ou 540 (quinhentos e quarenta dias), a contar da data de assinatura do presente instrumento;
2. Os prazos para elaboração e entrega dos serviços e produtos parciais e finais deverá ser acordado com a Coordenação Geral e Executiva dos trabalhos.

### CLÁUSULA TERCEIRA - NÃO EXCLUSIVIDADE

A contratação ora acordada não tem caráter de exclusividade desde que o **CONTRATADO** e a **CONTRATANTE**, mantenham um bom conceito e uma boa relação comercial.

### PARÁGRAFO ÚNICO:

Fica a critério do **CONTRATADO** a utilização do espaço físico e/ou equipamentos da **CONTRATANTE** como e quando melhor lhe convier, condicionado ao aviso prévio quanto ao período e frequência de uso pretendida.

### CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO:

Manter a **CONTRATANTE** permanentemente informada sobre qualquer evento que possa comprometer, no todo ou em parte, a efetivação das entregas dos produtos e serviços;

1. Refazer ou reparar, às suas expensas e nos prazos estipulados pela **CONTRATANTE**, todo e qualquer serviço considerado inaceitável, por estar fora do previsto das normas técnicas ou outros documentos formalizados como base de trabalho para o cumprimento dos objetivos do presente Contrato;
2. O **CONTRATADO** zelarà quanto ao cumprimento e respeito às **NORMAS DE SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO**, conforme legislação vigente;

3. O **CONTRATADO** compromete-se a não ofertar ou conceder a nenhum funcionário público nem a outras pessoas, direta ou indiretamente, nenhuma vantagem inadmissível que tenha relação com o desenvolvimento dos trabalhos orientados por este contrato;
4. O **CONTRATADO** obriga-se a não se envolver de maneira alguma em assuntos de natureza política institucional ou governamental, no âmbito do desenvolvimento dos trabalhos orientados pelo presente Contrato;
5. O **CONTRATADO** responderá por perdas e danos a **CONTRATANTE**, apenas dentro dos limites e obrigações estabelecidas neste contrato;
6. Nenhuma responsabilidade civil, penal ou administrativa será atribuída a **CONTRATANTE** por extensão, sequer por solidariedade, em razão de acidentes de trabalho, dano ambiental ou atos ilícitos que ensejem responsabilidade civil, penal e administrativa causados por dolo ou culpa do **CONTRATADO** por ação resultante da execução deste Contrato.

#### CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

Fornecer as informações, instruções e localizações que se fizerem necessárias para a execução completa dos serviços;

1. Analisar os produtos entregues pelo **CONTRATADO**, atestando-os quanto ao aceite por parte da Prefeitura Municipal enquanto apto ao cumprimento das obrigações da **CONTRATANTE** ou manifestando sua recusa caso não estejam em conformidade;
2. Notificar, por escrito, ao **CONTRATADO**, sobre as lacunas, defeitos ou irregularidades encontradas na execução dos serviços, fixando prazos hábeis para sua correção;
3. Notificar, por escrito ao **CONTRATADO**, sobre toda e qualquer alteração nos projetos, decisões sobre execução e cronograma, prioridades e demais detalhes que possam influenciar na execução dos serviços previstos no presente Contrato;
4. A **CONTRATANTE** responderá por perdas e danos ao **CONTRATADO**, apenas dentro dos limites e obrigações estabelecidas neste contrato;
5. Nenhuma responsabilidade civil, penal ou administrativa será atribuída ao **CONTRATADO** por extensão, sequer por solidariedade, em razão de acidentes de trabalho, dano ambiental ou atos ilícitos que ensejem responsabilidade civil, penal e administrativa causados por dolo ou culpa da **CONTRATANTE** por ação resultante da execução deste Contrato.

#### CLÁUSULA SEXTA – DA SUPERVISÃO:

A supervisão dos trabalhos será realizada pela Coordenação Geral da **CONTRATANTE**, definidos explicitamente, ou ainda por técnicos devidamente por ela indicados e autorizados.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DAS DESPESAS:

As despesas de apoio logístico, viagens, diárias de alimentação e outras despesas imprevistas necessárias a consecução dos objetivos do trabalho, deverão ser planejadas e apresentadas pelo **CONTRATADO** e previamente aprovadas pela **CONTRATANTE**. As despesas serão realizadas em conformidade com as normas e limites comunicadas especificamente para cada caso. Tais despesas serão realizadas pelo regime de adiantamento de recursos ao consultor e determinantes de prestação de contas periódica ou por evento considerado.

#### CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES:

O **CONTRATADO** poderá ser penalizada com a redução de valores de sua remuneração, a título de mora, em caso de atraso injustificado na entrega do produto previsto, considerando os prazos estabelecidos neste contrato.

1. A aplicação de quaisquer das penalidades previstas acima, não cessa os direitos e deveres estabelecidos para cada uma das Partes no presente contrato.

#### CLÁUSULA NONA – DA AUSÊNCIA DE VÍNCULO:

Não se estabelece por força deste Contrato, qualquer vínculo empregatício ou de qualquer outra natureza, entre o **CONTRATADO** e a **CONTRATANTE**, cabendo a cada uma das partes a responsabilidade pelo recolhimento dos encargos sociais, do FGTS, INSS e demais taxas e emolumentos trabalhistas eventualmente produzidos como efeito dos pagamentos realizados pela realização dos serviços.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS:

Os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), que sejam devidos em decorrência direta ou indireta deste instrumento contratual ou de sua execução, são de exclusiva responsabilidade do contribuinte assim definido na norma tributária, sem direito a reembolso;

1. O **CONTRATADO** declara haver levado em conta, na apresentação de sua proposta, os tributos incidentes sobre a execução dos serviços, não cabendo qualquer reivindicação devida a erro nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preço ou reembolso por recolhimentos determinados pela autoridade competente.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA CONFIDENCIALIDADE DAS INFORMAÇÕES:

Todo conhecimento e informação oferecida pela **CONTRATANTE** e/ou Prefeitura Municipal e instituições ou empresas vinculadas ao processo para a execução do objeto do presente contrato deverão ser tratados como confidenciais pelo **CONTRATADO**, não podendo ser divulgado ou repassado a terceiros sem a autorização expressa por escrito por parte da **CONTRATANTE**;

1. Durante e mesmo após o término da vigência do Contrato, o **CONTRATADO** fica obrigado a manter sigilo sobre todos os fatos e informações que se tornaram de seu conhecimento durante o exercício de suas atividades. Todos os documentos, relatórios, estimativas de custo, dados técnicos e informações terão caráter confidencial e não poderão ser tornados acessíveis a terceiros. Deverão ser observadas todas as normas profissionais fundamentais para a execução dos trabalhos ratificadas no Brasil.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS DIREITOS AUTORAIS:

Fica estabelecido que os direitos autorais e patrimoniais dos produtos deste Contrato, a serem entregues também em formato digital, pertencem a **CONTRATANTE**. Fica reservado aos partícipes o direito de utilizar os resultados obtidos nos trabalhos executados, para fins de publicação, tendo a obrigatoriedade de citar os participantes e as entidades envolvidas.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA COMUNICAÇÃO ENTRE AS PARTES:

Ficam ambas as Partes cientes de que toda a comunicação formal referente ao conteúdo e especificação das medidas a serem adotadas e dos resultados a serem produzidos deverá ser feita exclusivamente por escrito, podendo-se, para tanto, utilizar correspondência eletrônica.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RESCISÃO:

Ficam ambas as partes cientes de que o contrato é passível de rescisão por iniciativa da **CONTRATANTE**, devidamente justificada de maneira explícita, apenas nas seguintes circunstâncias:

1. Em caso de comprovada impossibilidade de trabalho relacionada à enfermidade grave ou acidente que impossibilite a atuação do **CONTRATADO**.
2. Em caso de descumprimento por parte do **CONTRATADO** das responsabilidades, obrigações;

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

As Partes atribuem ao presente Contrato plena eficácia e força executiva extrajudicial e elegem o foro da Comarca de Curitiba para dirimir qualquer questão oriunda deste Contrato, excluído qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, lavram, datam e assinam, juntamente com 2 (duas) testemunhas, o presente **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA**.

Curitiba (PR), 18 de junho de 2019

  
**Rafaela Thais Rosa**  
Assistente Social





  
**ECOTECNICA Tecnologia e Consultoria Ltda**  
**Sandra Mayumi Nakamura**  
Contratante

Nome: CAROL LOPES DE OLIVEIRA

Nome: Helene S. Tomazini

CPF: 031.344.859-70

CPF: 018222709-80

**MÁRCIA VALÉRIA SANTOS BARBOSA - ADVOGADA**

- ✓ Diplomas
- ✓ Certidão de Registro Profissional
- ✓ Comprovação de experiência
- ✓ Comprovação de Vínculo com a empresa

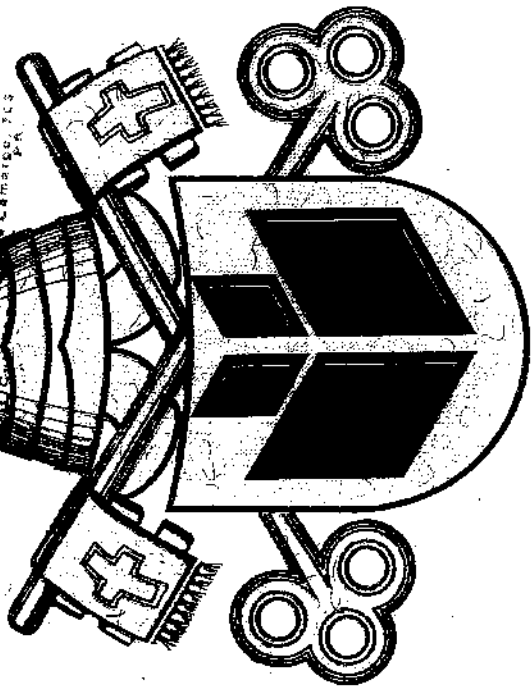
Especificação dos Títulos/Atestados	Total de Pontos por documento	Pontuação Ecotécnica	Trabalhos apresentados
Advogado - Márcia Valéria Santos Barbosa Certidão(ões) de Acervo(s) Técnico(s) registrada(s) no respectivo Conselho de Classe e/ou Atestados de Capacidade Técnica expedidos por pessoa jurídica de direito público, que atestem a experiência específica da consultoria relativa à revisão/elaboração de Plano Diretor já concluído.	1	3	PDM Itaperuçu PDM Capitão Leônidas Marques PDM Palmeira
Certidão(ões) de Acervo(s) Técnico(s) registrada(s) no respectivo Conselho de Classe e/ou Atestados de Capacidade Técnica expedidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem a experiência específica de consultoria relacionada a áreas e temáticas compatíveis com o objeto licitado.	0,5	2,5	PGRS e PMSB de 6 municípios da Região Centro Sul do Paraná
Titulos de Especialização em área compatível e pertinente com o objeto contratado.	0,5	0,5	Direito Contemporâneo com ênfase em direito Público
<b>Máximo de pontos</b>	<b>6</b>	<b>6</b>	

# Pontifícia Universidade Católica do Paraná

**AUTENTICAÇÃO**  
Certifico que a presente escritura é verdadeira e fiel do documento original que foi apresentado.  
Dou fé.  
C. A. AJURU

12.8 JUN 2019

REGISTRO DE INSTRUMENTOS DE TRANSMISSÃO DE BENS  
CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS  
C/ Rua Coronel João Antônio de Camargo, 713  
PR - Curitiba - Paraná - Brasil  
CEP: 81210-000  
FONE: (41) 3262-3553  
FAX: 3262-3553



O Reitor da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista a conclusão do Curso de DIREITO, em 17 de março de 2011, confere o título de BACHAREL EM DIREITO a

*Marcia Valéria Santos Barbosa*

brasileira, natural do Estado do Paraná, nascida em 14 de setembro de 1973, portadora da Carteira de Identidade n.º 5.134.321 2, expedida pelo Instituto de Identificação do Paraná, outorgando-lhe o presente diploma, a fim de que possa gozar de todos os direitos e prerrogativas legais.

Curitiba, 23 de março de 2011.

Reitor  
*Leandro Schubert*  
Pro-Reitor Acadêmico



*[Signature]*  
Diplomada

1528

0573



SABER AUTENTICAÇÃO

Este documento foi autenticado em 28/05/2019

SERVIÇO DISTRITAL DO CARRU  
FONE/FAX 3262-3553  
Av. Pádua  
Curitiba, PR

28/05/2019

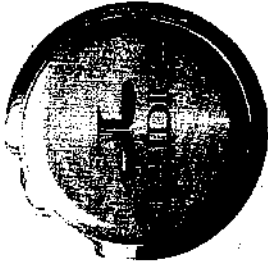
PS 10403



UNIVERSIDADE  
POSITIVO



Ética



Certificado

O Reitor da Universidade Positivo, no uso de suas atribuições e tendo em vista a conclusão do curso de Especialização em **DIREITO CONTEMPORÂNEO COM ÊNFASE EM DIREITO PÚBLICO**, confere o título de **ESPECIALISTA** a

*Marcia Valéria Santos Barbosa*

portadora da Carteira de Identidade nº 5.134.321 2/PR, e expede o presente Certificado com os direitos e prerrogativas que lhe são inerentes.

Trabalho



Curitiba - Paraná - Brasil  
27 de fevereiro de 2013

Prof. José Pio Martins  
Reitor

Marcia Valéria Santos Barbosa  
Especialista

Progresso



1529

0577



*Ordem dos Advogados do Brasil*  
*Seção do Paraná*

**CERTIDÃO No. I-344083/19**

**CERTIFICO** que a Advogada **MÁRCIA VALÉRIA SANTOS BARBOSA** possui inscrição **PRINCIPAL** nesta Seccional, sob nº 61291, desde 29/02/2012, pertencendo a Subseção de CURITIBA (SECCIONAL), estando nesta data habilitada para o exercício da advocacia, sem impedimentos. Certifico, ainda, que até a presente data, não consta contra ela registro de penalidade disciplinar aplicada. Certifico, finalmente, que a Advogada está **QUITE** com a Tesouraria da OAB/PR, ficando ressalvado o direito da Seccional de inscrever e cobrar débitos relativos ao período compreendido nesta certidão, ainda não registrados ou que venham a ser apurados posteriormente.

**RODRIGO SANCHEZ RIOS**  
Secretário-Geral

Emissão: 28/06/2019 16:18:03  
Certidão válida por 30(trinta) dias a contar da data de emissão.  
Emissão gratuita.  
A validade da presente certidão poderá ser verificada no portal da OAB/PR em [www.oabpr.org.br](http://www.oabpr.org.br)  
Código para validação: 2019.2806.344083.61291





# Prefeitura Municipal de Itaperuçu

1531

ESTADO DO PARANÁ  
CNPJ 95.422846/0001-26

## ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins, que a empresa **ECOTÉCNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA**, com sede à Maria Rita das Chagas Lima, 317 – Curitiba-PR Bairro São Braz CEP 82300-330, inscrita no CNPJ 02.610.553/0001-91 tendo como responsáveis técnicos a Arquiteta e Urbanista **SANDRA MAYUMI NAKAMURA**, carteira profissional CAU-A 28547-1 e o Engenheiro Civil **NILO AIHARA**, carteira profissional CREA-PR 8.040/D, prestaram para a **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPERUÇU**, estabelecida à Rua Crispim Furquim de Siqueira, 1800, Itaperuçu, Paraná, CEP: 83560-000, inscrita no CNPJ: 95.422.846/0001-26, os serviços referentes à **Elaboração do Plano Diretor Municipal (PDM) para o município de ITAPERUÇU /PR**, tendo demonstrado Capacidade Técnica no fornecimento dos mesmos, nada constando em nossos arquivos que a desabone.

## CARACTERÍSTICAS DOS SERVIÇOS

Início dos serviços:	02/06/2014
Conclusão dos serviços:	02/12/2015
Objeto do contrato:	Elaboração do Plano Diretor Municipal (PDM) para o município de Itaperuçu/PR, em conformidade com o Termo de Referência da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano – SEDU/PARANACIDADE.
Local da Obra:	Rua Crispim Furquim de Siqueira, 1800, Itaperuçu, Paraná, CEP: 83560-000

## EQUIPE TÉCNICA ECOTÉCNICA

### Equipe Principal:

Coordenação Geral	Esp. Arquiteta e Urbanista Vanessa B. Fernandes	CAU-A 37721-0
Coordenação Adjunta	Esp. Arquiteta e Urbanista Sandra M. Nakamura	CAU-A 28547-1

Eng. Civil / Sanitarista	Nilo Aihara	CREA-PR 8.040/D
Advogada Esp.	Lúcia B. de Camargo Blicharski	OAB-PR 37.951
Economista	Jackson Teixeira Bittencourt	CORECON-PR 5954
Geólogo	Gilliano Antonio Ribeiro	CREA-PR 69.098/D

### Equipe Complementar:

Arquiteta e Urbanista	Sandra Mayumi Nakamura	CAU-A 28547-1
Arquiteta e Urbanista	Leticia S. Cardon de Oliveira	CAU-A 46913-0
Engenheira Civil	Naiade Tami Isozaki	CREA-PR139.243/D
Engenheira Ambiental	Lidia Sayoko Tanaka	CREA-PR 87.131/D
Oceanógrafo	Cassio Kyonori Nakamura	-
Zootecnista	Gisele Leopoldino	CRMV/Z-Nº1.094 - PR
Advogada	Marcia Valéria Santos Barbosa	OAB/PR 61291
Administradora	Juliana Mitsue Sato	CRA-PR 14856
Socióloga	Ana Maria Lorici Santin	
Arquiteto e Urbanista	Verena Giraldi Costa	
Arquiteto e Urbanista	Gustavo Domingues Gaspari	
Turismóloga	Giovana Gohr Serenato	

**AUTENTICAÇÃO**  
Certifico que a presente fotocópia foi produzida fiel do documento original que me foi apresentado. Dou Fé.  
CTBA., Curitiba, 28 JUN. 2019

SERVIÇO DISTRIAL DO CAJURU  
FONE/FAX: 3262-3553

JOÃO GERALDO LAURITTO  
ANGELITA ERNA WIESSER  
ELIZABETE RAMOS CARVALHO  
JOÃO PAULO NERON  
CRISTINA RODRIGUEZ FERREZ  
AV. PRES. AFFONSO CAMARGO, 763 - CURITIBA - PR

O selo de autenticidade de atos, foi afixado na última folha deste documento.

Av. Crispim Furquim de Siqueira nº 1800 – Butieirinho – CEP 83560-000 – Itaperuçu – Paraná  
Fone/Fax: (41) 3603-1381 – www.itaperucu.pr.gov.br

**CREA-PR**

O SELO DE AUTENTICIDADE FOI ANEXADO NA ÚLTIMA FOLHA

90570



# Prefeitura Municipal de Itaperuçu

15320

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 95.422846/0001-26

## DESCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS

O município de Itaperuçu localiza-se na porção leste do Estado do Paraná, integrante da Região Metropolitana de Curitiba (RMC). O município apresenta diversas condicionantes e restrições ambientais decorrentes do aquífero Carstle, com especificidades quanto às características geológico-geotécnicas e hidrogeológicas e também por estar inserido em Área de Interesse de proteção de mananciais.

### Escopo e metodologia

A seguir, apresenta-se a metodologia e as técnicas utilizadas na execução das atividades, originando os produtos de cada uma das 05 fases do Plano, elencadas abaixo e assim, atingindo os objetivos traçados para o Plano Diretor Municipal – PDM Itaperuçu-PR.

Ainda, foram definidas, a partir das informações coletadas, a estruturação e instrumentação administrativa que foi necessária à adaptação da estrutura do Poder Público Municipal para a implementação do PDM e Leis Complementares.

#### Fase 1 - Plano de Trabalho

Corresponde ao documento que descreve o conteúdo e o processo de elaboração do PDM. Enfoca, principalmente, a metodologia estratégica, traçada pela equipe da ECOTÉCNICA Tecnologia e Consultoria Ltda.

#### Fase 2 - Avaliação temática Integrada

O processo de Avaliação Temática Integrada se realizou a partir da compilação, discussão e análise da equipe técnica multidisciplinar, dos dados disponibilizados pela Prefeitura Municipal de Itaperuçu, IAP (Instituto Ambiental do Paraná), IPARDES (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social), COMEC (Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba), IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), Instituto das Águas, EMATER (Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural), PARANACIDADE e outras instituições pertinentes, com vistas a subsidiar o trabalho dos técnicos de cada uma das especialidades envolvidas, para posterior discussão e elaboração de um quadro síntese contendo as principais **Condicionantes, Deficiências e Potencialidades**, assim como confecção de mapas temáticos pertinentes a cada tema. Foram avaliados os seguintes temas:

#### Contextualização Regional

A contextualização regional sob os aspectos naturais e antrópicos, contemplou a vocação e o potencial estratégico do município de Itaperuçu dentro da região, e focalizou os principais fatores que concorreram para o seu desenvolvimento. Foram imprescindíveis as espacializações das informações, configuradas por meio de mapas temáticos georreferenciados. As informações coletadas nos levantamentos de dados em campo, assim como as informações contidas nos mapas confeccionados em Arcgis e AUTOCAD e foram entregues em formato "dwg" (AUTOCAD 2007).

#### Caracterização Municipal

A caracterização municipal foi mediante a abordagem dos seguintes temas principais, subdivididos em:

##### Aspectos Naturais

##### a) Meio Físico

Foram identificadas as condições do clima, do ar, água, solo e subsolo. Através de análises das informações obtidas na SANEPAR, IAP, MINEROPAR e Instituto das Águas e Prefeitura sobre a rede hídrica de superfícies e das análises existentes das águas dos poços existentes, foi possível avaliar qualitativamente a água, determinando, assim, possíveis problemas no uso do solo que pudessem comprometer a conservação da qualidade da água, além de prever a conservação ambiental, respeitando-se a legislação pertinente.

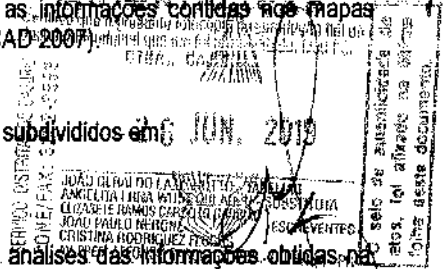
##### b) Meio Biológico

Foram enfocadas questões referentes à flora e fauna. Com base nos dados levantados, foram caracterizados os espaços para áreas de expansão urbana, conservação e preservação permanente, áreas públicas de lazer e arborização pública.

##### Sistema Antrópico

##### a) Componente Espacial

Foi realizada uma abordagem geral do uso e ocupação do solo urbano e rural mediante a caracterização da evolução da urbanização e do uso do solo, análise do parcelamento do solo e suas tendências de crescimento, questões fundiárias e



Av. Crispim Furquim de Siqueira nº 1800 – Butieirinho – CEP 83560-000 – Itaperuçu – Paraná

Fone/Fax: (41) 3603-1381 – www.itaperucu.pr.gov.br

CREA-PR

O SELO DE AUTENTICIDADE FOI ANEXADO NA ÚLTIMA FOLHA

Handwritten number: 00580



# Prefeitura Municipal de Itaperuçu

ESTADO DO PARANÁ  
CNPJ 95.422846/0001-26

aspectos atuais dos loteamentos do município, bolsões de pobreza e vazios urbanos, bem como determinação de parâmetros para monitoramento do uso e ocupação do solo. A partir de uma visão realista e sustentável, foram identificados e analisados os usos atuais, sua dependência econômica ou cultural e sua demanda (urbana e rural) para os próximos 10 anos, identificando os principais entraves espaciais existentes. Ocorreu igualmente, uma caracterização da infraestrutura e serviços urbanos e regionais enfocando aspectos relevantes à circulação; sistema viário; mobilidade, estudo de tráfego, saneamento; energia e comunicações. Assim, foi possível a identificação das áreas com infra-estrutura ociosa e as áreas ocupadas com precariedade de infra-estrutura, bem como um prognóstico para os próximos 10 anos. E uma avaliação da qualidade da paisagem. Ressalta-se que foram tomados por base os dados e estudos existentes no município referentes a este tema.

## b) Componente Sócio-econômico

Para a Caracterização sócio-cultural foram analisados os sistemas de saúde, educação, ação social, além da questão populacional e demográfica. A caracterização econômica do município contemplou a análise dos setores produtivos, com especial enfoque às atividades rurais e do potencial de turismo rural.

## c) Aspectos Institucionais

Foram caracterizadas as unidades administrativas da estrutura da Prefeitura Municipal e, o sistema de gestão relacionado ao planejamento e desenvolvimento do município, que se relacionam com a gestão do PDM Municipal. Igualmente, foi identificada a capacidade de investimento do município, situação atual de arrecadação, evolução anual e projeção para os próximos dez anos, considerando também possíveis fontes alternativas de recursos financeiros e possibilidade de realização de operações de crédito (capacidade de endividamento), além de impostos cobrados, taxas, contribuição de melhoria e demais tributos.

Procedeu-se a uma análise da estrutura organizacional da administração municipal e dos agentes intervenientes ao plano diretor (secretarias, sociedade civil organizada e outros considerados relevantes). Esta análise teve o intuito de detectar a atuação das secretarias e sua influência na área, de forma a propor no desenvolvimento deste trabalho as possibilidades de atuação e inter-relação entre estes agentes, bem como, análises no sistema de informações municipais disponíveis para a gestão do desenvolvimento local (dados do Cadastro Técnico Imobiliário e Econômico e demais bancos de dados municipais, identificando-os).

Da legislação vigente identificou-se a adequação ou inadequação de cada um dos instrumentos, em relação a: (i) questões constitucionais, Lei Orgânica Municipal e demais leis federais, estaduais e municipais; (ii) questões físico-ambientais e (iii) adequação à realidade do uso e ocupação do solo existente.

As normas jurídicas (leis, decretos e outros atos administrativos) do Estado e Município pertinentes a este Plano foram coletadas em órgãos do Poder Executivo, Poder Legislativo, e em outros pertinentes.

## Condicionantes Deficiências e Potencialidades

A análise de cada informação foi realizada individualmente, com suas inter-relações mencionadas e elencadas em um quadro síntese, permitindo uma visão ampla das condicionantes, deficiências e potencialidades locais, correspondentes. Possibilitando, assim, alcançar proposições preliminares de diretrizes para correção, minimização, prevenção ou compensação de deficiências e para valorização das potencialidades.

## FASE 3 - Definição das Diretrizes e Propostas

Inicialmente foram elaborados **Eixos** de desenvolvimento estratégico com suas respectivas diretrizes. As diretrizes contemplaram os aspectos físico-espaciais, de infra-estrutura e serviços público-socioeconômicos, ambientais e institucionais, que deram origem a ações, propostas para curto, médio e longo prazos. Incluiu-se também diretrizes para o estabelecimento de:

- a) política de desenvolvimento urbano e municipal;
- b) sistemática permanente de planejamento;
- c) propostas de projetos estruturais dos diversos setores estratégicos considerando a estimativa de custos e projeções orçamentárias municipais;
- d) propostas estruturais para mobilidade urbana;
- e) dinamização e ampliação das atividades econômicas a fim de estruturar o fortalecimento da economia do município (emprego, renda e receitas);
- f) propostas, instrumentos e mecanismos referentes a:
  - i. ocupação do espaço, e expansão urbana
  - ii. distribuição equitativa dos usos
  - iii. hierarquização do sistema viário e articulação da mobilidade urbana
  - iv. controle do meio ambiente, saneamento e proteção aos elementos que caracterizam a identidade do município

Av. Crispim Furquim de Siqueira nº 1800 – Butieirinho – CEP 83560-000 – Itaperuçu – Paraná  
Fone/Fax: (41) 3603-1381 – [www.itaperucu.pr.gov.br](http://www.itaperucu.pr.gov.br)

CREA-PR

O SELO DE AUTENTICIDADE FOI  
ANEXADO NA 1ª TÍMBA FOI HA

0581



# Prefeitura Municipal de Itaperuçu

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 95.422846/0001-26

- v. arborização pública
- vi. sistema de informações para o planejamento e gestão municipal
- vii. diretrizes para a coleta e disposição final de resíduos sólidos, industriais e saúde
- viii. instrumentos a serem adotados nos projetos de parcelamento, edificações, consultas prévias, alvarás, laudo de conclusão de obras e habite-se
- ix. processos e recursos para a atualização permanente de instrumentos de política e planejamento territorial
- x. parâmetros, ações e instrumentos para a regularização da situação fundiária ou diretrizes de uso das áreas que necessitam de desocupação
- xi. diretrizes e proposições decorrentes das recomendações de órgãos e instituições

## Fase 4 - Proposições para a Legislação Básica e Processo de Planejamento e Gestão Municipal

### Ante Projeto de lei

Minutas de Anteprojeto de Lei acompanhadas de mapas em escala apropriada, destacando-se:

- a) Anteprojeto de Lei do Plano Diretor Municipal;
- b) Anteprojeto de Lei do Perímetros Urbanos;
- c) Anteprojeto de Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano e Municipal (zoneamento);
- d) Anteprojeto de Lei de Parcelamento Urbano;
- e) Anteprojeto de Lei de Mobilidade e Sistema Viário;
- f) Anteprojeto de Lei do Código de Obras;
- g) Anteprojeto de Lei do Código de Posturas;
- h) Anteprojeto de Lei do Consórcio Imobiliário;
- i) Anteprojeto de Lei do Direito de Preempção.

### Processo de Planejamento e Gestão Municipal

- a) Adequação da estrutura organizacional da Prefeitura;
- b) Organização do sistema de informações;
- c) Construção de indicadores para avaliação anual do processo de planejamento e gestão municipal.

## FASE 5 -Plano de Ação e Investimentos

O Plano de Ações e Investimentos refere-se à análise sistêmica e à avaliação das estratégias de intervenção anteriormente formuladas, aglutinando as discussões que se desenvolveram no âmbito das reuniões com a Comissão de Acompanhamento e, também, nos eventos (oficinas e seminários) realizados junto às entidades estaduais e do município para a discussão das referidas estratégias, e dos critérios e diretrizes para o ordenamento territorial, mediante a definição das ações e projetos prioritários, para os próximos 05 (cinco) anos em compatibilidade com o projeto de planejamento. Apresentando a hierarquização de investimentos em infra-estrutura, equipamentos comunitários e ações institucionais, com a estimativa de custos aproximados.

E seguirá de elemento balizador para o município de Itaperuçu atender à Lei Estadual nº 5.229 de 25 de Junho de 2006, como também, à Lei Federal nº 10.257, de 10 de Julho de 2001.

### Audiências Públicas e Oficinas de Capacitação Técnica

O Plano Diretor, que por intervir diretamente na cidade e na vida dos cidadãos, abre espaço para a participação da população, podendo haver interesses divergentes e até conflitantes, entretanto, com um objetivo comum, a distribuição mais justa dos pontos positivos e negativos existentes na vida da cidade. Assim sendo, foram realizadas audiências com a comunidade, a qual foi inserida no processo participativo de desenvolvimento do Plano Diretor e também oficinas de capacitação técnica com a equipe da Prefeitura e Comissão de Acompanhamento de Elaboração do Plano Diretor. A realização da Audiência e Oficina ficou sob responsabilidade da Prefeitura, com o apoio da equipe da Consultora.

O Município divulgou amplamente e com antecedência e, realizou 04 (quatro) audiências públicas e 08 (oito) oficinas técnicas de capacitação e treinamento, além de outras reuniões e consultas com a equipe da Prefeitura. Para as audiências foram convidados representantes da sociedade organizada, da população em geral, dos segmentos econômicos, além de representantes do governo e técnicos dos setores correlatos ao planejamento da prefeitura. A forma de divulgação das audiências foi feita por meio da ampla divulgação dos meios de comunicação, como rádio, jornal, panfletos, entre outros

Av. Crispim Furquim de Siqueira nº 1800 – Buticirinho – CEP 83560-000 – Itaperuçu – Paraná

Fone/Fax: (41) 3603-1381 – www.itaperucu.pr.gov.br

CREA-PR

O SELO DE AUTENTICIDADE FOI ANEXADO NA...

0582

SELO DE AUTENTICIDADE  
 O selo de autenticidade em  
 atos, foi anexado na última  
 folha deste documento.

JOÃO GERALDO LARANJEIRO  
 ANCELITA ERNA WOLFF  
 ELIZABETH RAMOS TAPPEL  
 JOÃO PAULO NEHRON  
 GINEVINA RODRIGUEZ TEIXEIRA  
 AV. PRES. AFFONSO CAMARCO, 763 - CURITIBA - PR

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO  
 FONE/FAX: 32 3335



# Prefeitura Municipal de Itaperuçu <sup>1535</sup>

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 95.422846/0001-26

tipos de mídia. Os volumes correspondentes ao assunto a ser tratado nas audiências foram disponibilizados na Prefeitura Municipal para que a população pudesse se interar sobre o seu conteúdo e se preparar para a Audiência Pública, sendo livre o seu acesso a qualquer interessado. O total de participantes da população, considerando todas as audiências é de aproximadamente 400 pessoas.

## Treinamento da Equipe Técnica Municipal e Comissão de Acompanhamento

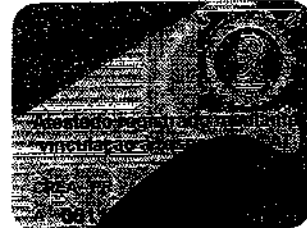
Os treinamentos tanto da Equipe Técnica Municipal quanto da Comissão de Acompanhamento de Elaboração do Plano Diretor se deram por meio de oficinas de capacitação. Ao todos foram realizadas 05 oficinas, sempre para discussão dos conteúdos que culminaram nos 05 produtos componentes do PDM.

A Equipe Técnica do Município foi composta por representantes dos setores correlatos na prefeitura. O treinamento foi feito de acordo com os seguintes aspectos: Embasamento Técnico-Administrativo-Legal do Plano Diretor Municipal, Avaliação Temática Integrada, Definição de Diretrizes e Proposições, Legislação Básica, Processo de Planejamento e Gestão Municipal, Plano de Ação, Indicadores e Implementação do Plano Diretor Municipal, de acordo com o Termo de Referência da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano – SEDU/PARANACIDADE.

A Comissão de Acompanhamento da Elaboração do Plano Diretor foi composta por representantes da administração municipal e dos segmentos organizados da sociedade civil local. O treinamento da Comissão foi realizado referente aos aspectos de embasamento técnico-administrativo-legal do Plano Diretor; competências, organização e funcionamento da Comissão de Acompanhamento; e criação do Conselho de Desenvolvimento Municipal, assim como de suas atribuições, composição e funcionamento.

Itaperuçu, 16 de fevereiro de 2016.

  
Giovani Rizzi  
Secretário Mun. De Planejamento  
Decreto nº 010/2013  
CPF: 020.491.949-51



Giovani Rizzi  
Secretário Mun. de Planejamento  
Decreto nº 010/2013

**AUTENTICAÇÃO**  
Este documento foi autenticado eletronicamente em 28 JUN. 2016  
SERVIÇO INSTRUMENTAL DO PARANÁ  
FONE/FAX: 0202-3503  
JOÃO GERALDO LAM...  
ANGELITA ERANI...  
TELEFONE IGUAÍTES...  
ADRIANO PAUL...  
CRISTINA RODRIG...  
AN. PIES. AFFONSI...  
Executivo para  
Autenticação de Cópia  
FQJ10582

Patricia Fornaza Ferrelira  
Escrevente



CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ

Certidão de Acervo Técnico

NILO AIHARA

Carteira Profissional:PR-8040/D

Acervo Técnico N.º:5168/2018

Selos de autenticidade:A 061104, A 061105

RNP N.º:1703254856

Protocolo N.º:2018/00347433

ART N.º.....:20142582184 0..... Registrada:18/06/2014.....
Empresa Executora....:ECOTÉCNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA.....
Contratante(s).....:PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPERUÇU - CNPJ/CPF:
95.422.846/0001-26.....
Tipo de Contrato....:PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.....
Atividade Técnica....:EXECUÇÃO DE OBRA OU SERVIÇO TÉCNICO.....
Área de Competência.:SERVIÇOS AFINS E CORRELATOS EM SANEAMENTO E
MEIO-AMBIENTE.....
Tipo de Obra/Serviço:OUTRAS OBRAS/SERVIÇOS.....
Serviço Contratado.:EXECUÇÃO.....
Dimensão.....:1,00 UNID..... Área Existente:0,00 UNID .....
Área Ampliada.....:0,00 UNID ..... Área de Reforma:0,00 UNID .....
Dados Complementares:0,00 .....
Local da Obra.....:AVENIDA CRISIPIM FURQUIM DE SIQUEIRA, 1800 CENTRO....
Município/Estado.....:ITAPERUCU/PR.....
Data de Início.....:02/06/2014..... Data de Conclusão:02/12/2015.....
Docto de Conclusão.:DECLARAÇÃO PROFISSIONAL.....
Descr. Compl. Serv.:ELABORAÇÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ITAPERUÇU -
PR. PROFISSIONAL DA ÁREA DE ENGENHARIA CIVIL.....
Observação.....:.....

AUTENTICACÃO
Certifico que a presente cópia é reprodução
fiel do documento original que foi apresentado.
Data: 28 JUN. 2019
CPLA CAJURU
SERVIÇO DISTRITAL DO CQUJEP
FONE/FAX 3262-3553

Tabelionato de Notas
Exclusivo para
Autenticação de Cópia
FQJ10581

Patricia Fornaza Ferreira
Escrevente

Handwritten signatures and initials on the right side of the page.



# Município de Capitão Leônidas Marques - PR

Governo Municipal

15370

## ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins, que a **ECOTÉCNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA**, com sede à Maria Rita das Chagas Lima, 317, Bairro São Braz CEP 82.300-330 - Curitiba - PR, inscrita no CNPJ 02.610.553/0001-91 tendo como responsáveis técnicos a Arquiteta e Urbanista **SANDRA MAYUMI NAKAMURA**, carteira profissional CAU-A28547-1 e o Engenheiro Civil **NILO AIHARA**, carteira profissional CREA-PR 8.040/D, prestaram para a **Prefeitura Municipal de Capitão Leônidas Marques**, inscrita no CNPJ 76.208.834/0001-59, estabelecida na Avenida Tancredo Neves, 502, Centro, CEP: 85.790-000, os serviços referentes à elaboração da Revisão do Plano Diretor Municipal de Capitão Leônidas Marques - PR e Elaboração de Projeto de Engenharia e Urbanismo, incluindo a implantação das praias do reservatório da UHE Baixo Iguaçu, tendo demonstrado Capacidade Técnica no fornecimento dos mesmos, nada constando em nossos arquivos que a desabone.

## CARACTERÍSTICAS DOS SERVIÇOS

Início dos serviços: 25/09/2017  
Conclusão dos serviços: 18/02/2019  
Objeto do contrato: Elaboração da Revisão do Plano Diretor Municipal de Capitão Leônidas Marques - PR e Elaboração de Projeto de Engenharia e Urbanismo, incluindo a implantação das praias do reservatório da UHE Baixo Iguaçu  
Local da Obra: Avenida Tancredo Neves, 502, Centro, CEP: 85.790-000, Capitão Leônidas Marques - PR

## EQUIPE TÉCNICA

Coordenação Geral	Arquiteta e Urbanista Esp. Sandra Mayumi Nakamura	CAU- A28547-1
Coordenação Técnica	Arquiteta e Urbanista Karina Witchmichen Iurk	CAU - A62054-8
Coordenação Técnica	Arquiteta e Urbanista Cecile Miers	CAU - A11646-7
Coordenação Técnica	Arquiteta e Urbanista Yoná Lemos Ruthes	CAU - A30490-5
Eng. Civil / Sanitarista	Nilo Aihara	CREA-PR 8.040/D
Engenheira Civil	Ana Sylvia Zeny	CREA-PR 7.627/D
Engenheira Civil	Gilmara Emanuela Leobet Dias	CREA-PR 66468/D
Engenharia Ambiental	Lidia Sayoko Tanaka	CREA-PR 87.131/D
Engenheira Agrônoma	Luciana Maciel Cardon Deboni	CREA-PR 69.522/D
Engenheira Cartógrafa	Rosane Schulka	CREA-PR 28.724/D
Msc. Engenheira Florestal	Giovana Logullo	CREA-PR 166468/D
Administradora	Juliana Mitsue Sato	CREA-PR 14.856
Economista	Ernani Augusto Brescianini Filho	CORECON-PR 6.877
Esp. Advogada	Márcia Valéria Santos Barbosa	OAB-PR 61.291
Geógrafa	Sonia Burmester do Amaral	CREA-PR 28.698/D

**AUTENTICAÇÃO**  
O documento original que lhe foi apresentado, Dou F. e.  
28 JUN. 2019  
O selo de autenticidade de  
alios, for afixado na talisma  
folha deste documento.

0585



# Município de Capitão Leônidas Marques - PR

Governo Municipal

1538

## DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

Capitão Leônidas Marques situa-se na Mesorregião Oeste, no Estado do Paraná, Brasil, subdivisão estabelecida pelo IBGE que agrupa diversos municípios do Estado com semelhanças econômicas e sociais, de uma área geográfica.

A Mesorregião Oeste se caracteriza pelo crescimento populacional e econômico, bem como o crescimento de suas cidades. O sistema de rodovias vem sendo ampliado para atender ao escoamento da produção agropecuária e industrial de Cascavel e Toledo, onde há muitas cooperativas; e também para atender ao turismo nacional e internacional em Foz do Iguaçu, cujos atrativos são as Cataratas do Iguaçu e a Usina Hidrelétrica de Itaipu, predominando a prestação de serviços para atender ao turismo na economia do município. O acesso é feito pela rodovia BR-277 e pelo Aeroporto Internacional de Foz do Iguaçu. Essa mesorregião é formada por 50 municípios agrupados em três microrregiões: Cascavel, Foz do Iguaçu e Toledo. Capitão Leônidas Marques está inserido na Microrregião de Cascavel.

Do ponto de vista geográfico, trata-se de uma região com solo fértil, potencial hidráulico, localizada numa região de fronteiras e que apresenta diversas belezas naturais. Sua ocupação e desenvolvimento econômico baseou-se em 4 fatores: agricultura, comércio, turismo e extração de madeira. Apesar de ter sido ocupada recentemente em relação à outras mesorregiões, apresenta índices socioeconômicos compatíveis ou melhores que a média estadual.

### ESCOPO E METODOLOGIA

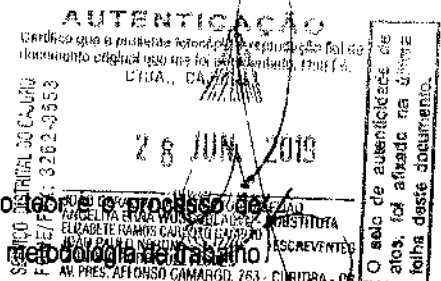
Apresenta-se a metodologia de execução das atividades do processo de elaboração da revisão do PDM, de forma a originar os produtos de cada uma das 04 (quatro) fases do Plano, conforme Termo de Referência para o objeto do trabalho. A seguir serão apresentados dos produtos entregues.

#### ❖ Produto 1 - Mobilização

A Mobilização trata do plano de trabalho e proposta metodológica, descreve o plano e o processo de elaboração da revisão do PDM, no qual apresentou as atividades desenvolvidas, a metodologia adotada e o cronograma de trabalhos e produtos, bem como a análise prévia da Gestão Urbana Municipal.

#### ❖ Produto 2 - Avaliação Temática Integrada (ATI)

A Avaliação Temática Integrada se deu a partir da compilação e análise de dados e informações numéricas e quantitativas relevantes, disponibilizados pela Prefeitura Municipal, bem como em estudos diversos existentes sobre o município além das discussões com a Equipe Técnica Municipal e sociedade civil,









# Município de Capitão Leônidas Marques - PR

Governo Municipal

1540

## ❖ PRODUTO 06 – Projetos Complementares das Praias e do Entorno

Para o desenvolvimento dos projetos complementares das praias e do entorno foram elaborados estudos de engenharia e urbanismo das praias do reservatório da UHE Baixo Iguaçu e no seu entorno com o intuito de identificar uma área na zona rural com viabilidade de implantação de loteamentos para delimitar e parametrizar a zona de expansão urbana, a qual estará definida junto à revisão do Plano Diretor Municipal.

As praias artificiais ou lagos naturais constituem um atrativo para o desenvolvimento de atividades humanas em qualquer localidade. Esses sistemas, naturais e artificiais proporcionam diversos serviços como energia, alimentação e recreação, bem como mantenedores dos ciclos hidrológicos e de nutrientes.

Seguindo este pensamento, a utilização do lago da UHE Baixo Iguaçu como espaço de lazer e da prática esportiva é uma forma de compensar a comunidade com o impacto gerado pela instalação da usina e promover o turismo na região. Os projetos contemplaram a delimitação das "praias" dos lagos: estrutura composta por faixa de areia que permita usos múltiplos; ancoradouro para atracar barcos de pequeno porte, utilizados por turistas para passeios ecológicos no reservatório e instalação dos equipamentos: campos de areia para futebol e vôlei, bar, restaurante, lanchonete e sanitários.

A área de expansão urbana está localizada entre a UHE Baixo Iguaçu e a sede urbana. O projeto levou em consideração aspectos locais da topografia, geologia e geomorfologia, recursos hídricos assim como a flora e a fauna para determinar as melhores soluções a serem adotadas desde o projeto até os materiais a serem utilizados e o paisagismo a ser proposto.

As propostas para expansão urbana e das praias, com uma área estimada para o projeto de aproximadamente 80ha, foram desenvolvidas junto com a revisão do PDM, momento ideal para aproveitar as análises retiradas na Fase 2 - Diagnóstico; e dos demais parâmetros estabelecidos em relação a alteração do perímetro urbano, rural e as áreas de expansão urbana, de acordo com a realidade ambiental, delimitando uma área para realização de loteamento, mas que esteja estabelecido dentro das normas urbanas e não rurais, previstas no PDM.

### Itens contemplados:

- Projeto de engenharia e arquitetura – abrangeu as soluções de agenciamento dos espaços internos e externos das edificações para atendimento do programa de necessidades, assim como o tratamento plástico dado em seus elementos externos e internos. Incluiu o layout de todas as edificações, com especificação de materiais e mobiliário;

28 JUN 2019

JOÃO DE CALDU LAMARCA  
ANGELITA LIMA  
ELIZABETE RAMOS CARVALHO  
SECRETARIA DE URBANISMO E PLANEJAMENTO

AV. PRES. AFFONSO CAMARGO, 763 - CURUMBA - PR

Certifico que o presente documento foi registrado em 28/06/2019, às 14h40min, no Livro nº 1540, da Série 0704, da Prefeitura Municipal de Capitão Leônidas Marques, PR.

O selo de autenticação em 3x3 alvos, foi aplicado na última folha deste documento.



# Município de Capitão Leônidas Marques - PR

## Governo Municipal

1541

- Projeto de urbanização – conjunto de elementos gráficos, como desenhos, memoriais, especificações, levantamento dos quantitativos, os quais visaram definir e disciplinar a execução do projeto;
- Perspectivas – abrangeu maquetes eletrônicas e demais ilustrações das soluções internas e externas da proposta.
- Quantitativos, memoriais, orçamentos e cronogramas executivo de todos os elementos listados no projeto.

### Etapas:

Proposta urbano-paisagística/Diagnóstico e plano de ocupação - foi representado através de planta de situação e desenhos esquemáticos, indicando as características do terreno e do entorno, assim como orientação solar, ventos dominantes, dimensões, relevo e demais observações feitas na visita técnica e por fim os principais acessos e distribuição espacial do terreno.

- Projeto de paisagismo foi desenvolvido em três etapas:
  - Estudo preliminar – estudo dos principais acessos, ligação entre as edificações e planos de massa;
  - Anteprojeto – definição de todas as áreas externas através da planta de situação do terreno, definição de acessos, especificação dos materiais e espécies vegetais utilizados;
  - Projeto Executivo – planta de situação definitiva e demais desenhos que foram necessários, especificação de revestimentos, acabamentos, espécies vegetais, definição e detalhamento de drenagem e aspectos construtivos.
- Projeto de engenharia e arquitetura, foi desenvolvido em três etapas:
  - Estudo Preliminar – constituiu a configuração inicial da proposta, contendo e soluções plásticas, técnicas e de engenharia, atendendo as principais exigências do programa de necessidades. Foi apresentado através de: planta de situação, planta-baixa, cortes e perspectivas com definição de todos os espaços e equipamentos necessários para cada espaço ou edificação;
  - Anteprojeto – abrangeu o desenvolvimento da solução arquitetônica adotada, que orientou as propostas das demais disciplinas, apresentado através de: planta de situação ajustada de

CAO  
28 JUN. 2019  
JUNIO GERSON DO LAMARCAO  
ANGELITA EDMA WOLFF  
ELIZABETE RAMOS CAMARGO  
JOAO PAULO PEREIRA  
CRISTINA RODRIGUES DE SAES  
REGREVENTES  
703 - CURITIBA - PR  
O SAC de atendimento ao cidadão, foi atendido em 08/07/2019, feita deste documento.



# Município de Capitão Leônidas Marques - PR

## Governo Municipal

1542

acordo com o projeto de paisagismo, planta baixa, cortes, fachadas, planta baixa humanizada, especificação dos materiais e revestimentos de pisos, paredes, tetos, bancadas e outros elementos que se façam necessários;

- Projetos executivos – desenvolvimento e detalhamento do anteprojeto aprovado, forneceu todas as informações arquitetônicas e de infraestrutura necessárias à construção. Compreendeu os elementos do anteprojeto e todos os detalhes necessários para a perfeita execução da obra, tais como plantas, cortes, detalhes, memoriais e orçamentos.

Os produtos de todas as etapas do trabalho foram apresentados à prefeitura sob a forma de relatórios técnicos, em cadernos impressos, coloridos, em formato e escala compatíveis às características do produto e que permita a perfeita compreensão dos projetos.

Todos os produtos impressos nos relatórios técnicos também foram fornecidos à prefeitura em meio digital, através de CDs gravados nos formatos e ferramentas utilizadas para sua elaboração/edição – Word, Excel, Autocad e/ou outras soluções usuais e também em pdf.

Os relatórios técnicos das etapas iniciais referentes a estudos preliminares foram apresentados à prefeitura em apenas 1 (uma) cópia impressa e 1 (um) CD gravado.

Os relatórios técnicos da etapa de anteprojetos de arquitetura e urbanismo e demais instalações serão apresentados à prefeitura em 2 (duas) cópias impressas e 2 (dois) CDs gravados.

Os relatórios técnicos da etapa de projetos executivos foram apresentados à prefeitura em 3 (três) cópias impressas e 3 (três) CDs gravados.

As representações gráficas das soluções adotadas em todos os projetos foram feitas através de desenhos digitalizados, elaborados conforme exigências das normas da ABNT em escalas, padrões e legendas compatíveis, compreendendo, entre outros tipos de representação necessários ao entendimento da proposta, plantas de situação, plantas baixas, plantas de teto refletido, cobertura, cortes, fachadas, vistas e elevações, detalhes, ilustrações e perspectivas.

Nos desenhos dos estudos preliminares, foram apresentados em escala 1/75 e/ou 1/100, constaram as soluções de organização dos espaços, com layout de lançamento do mobiliário básico, a solução plástica adotada e as principais características construtivas.

Nos desenhos dos anteprojetos, representados nas escalas 1/50 e/ou 1/75, foram indicadas as soluções arquitetônicas e urbanísticas adotadas e as propostas para os sistemas e redes de infraestrutura, devidamente cotadas e com especificação básica de materiais de acabamento.

ATENTIFICAÇÃO  
Este documento original está sob a guarda do D. U. P. S.  
28 JUN 2019  
ANGELITA ERINA WISSEKULLA - SECRETARIA  
EQUIPE DE ARQUIVAMENTO DO D. U. P. S.  
AV. PRES. AFFONSO CAMARGO, 703 - CURITIBA - PR

Arquivo de documentos  
28 JUN 2019 10:00:00  
Arquivo de documentos



# Município de Capitão Leônidas Marques - PR

1543

## Governo Municipal

Nos desenhos dos projetos executivos, representados nas escalas 1/50 e/ou 1/75, constaram as soluções definitivas adotadas, com indicação de todos os pormenores que constituem a obra a ser executada, incluindo as especificações dos materiais de acabamento, dos sistemas e dos equipamentos.

Nos desenhos dos detalhamentos as escalas utilizadas foram de 1/20 e/ou 1/25.

### PROCESSO PARTICIPATIVO

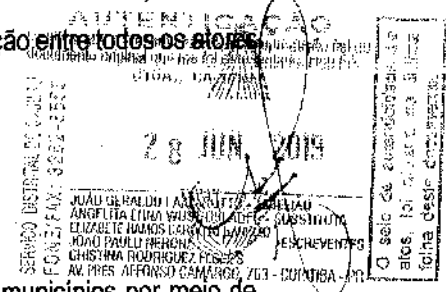
A leitura participativa no município de Capitão Leônidas Marques, em função da revisão do PDM teve a participação dos diversos atores sociais foi realizada uma abordagem "centrada no ser humano" e no meio ambiente, e distribuída no sistema, por meio do diálogo, empatia e cocriação, promover resultados transformadores e que vieram contribuir para o planejamento e a promoção da ocupação para que integrem a malha urbana e gerem economia ao Município. Para isto, os espaços participativos contaram com os representantes dos movimentos sociais da região; órgãos municipais e do Governo do Estado; organizações regionais; empresariado (incluindo microempresas e cooperativas), instituições de ensino e pesquisa e outros relevantes. Dessa forma, foi imprescindível a adoção de mecanismos eficazes para a identificação desses atores sociais, por meio de levantamento em instituições públicas; entidades privadas e não governamentais; entidades que representam os setores econômicos e empresariais, bem como de gestão territorial.

Nesse contexto, durante as oficinas, realizou-se entrevistas semi estruturadas a partir de matrizes que foram analisadas contendo as informações geradas a partir das motivações dos atores sociais, tendo em vista a necessidade de clareza e definição de papéis e de mecanismos de articulação entre todos os atores sociais jurídicos e participativos.

#### ❖ Audiências Públicas

O Estatuto da Cidade reforça a questão da participação popular na gestão dos municípios por meio de debates, plenárias, audiências públicas, conselhos municipais, orçamentos participativos e projetos de lei de iniciativa popular.

A audiência pública tem como fundamento o princípio constitucional da publicidade e os direitos do cidadão à informação e à participação, devendo ser utilizada como garantia processual dos direitos coletivos e difusos, tanto pelo Poder Executivo como pelo Poder Legislativo (ESTATUTO DA CIDADE, 2001).





# Município de Capitão Leônidas Marques - PR

## Governo Municipal

1544

Neste contexto inseriu-se a revisão do Plano Diretor Municipal que, por intervir diretamente no município e na vida dos cidadãos, abriu espaço para a participação da população, democratizando este processo.

Assim, foram realizadas quatro audiências públicas com a comunidade durante o processo de elaboração da revisão do PDM.

O documento referente a cada audiência foi disponibilizado na Prefeitura Municipal para que a população possa se inteirar sobre o seu conteúdo e preparar-se, sendo livre o acesso a qualquer interessado.

### ❖ Oficinas Técnicas, de Capacitações e Reuniões

Além das audiências públicas ocorreram oficinas técnicas com a Equipe Técnica Municipal e Grupo de Acompanhamento da Elaboração da Revisão do Plano Diretor Municipal para debates sobre a análise temática integrada e sobre as diretrizes e propostas.

### ❖ Oficinas Comunitárias

Foram 2 (duas) reuniões comunitárias no processo de revisão do Plano Diretor Municipal para a coleta de dados para a análise temática integrada e para a discussão das diretrizes e propostas junto à comunidade, visando o reconhecimento das demandas urbanísticas e ambientais locais de maneira pontual.

## GESTÃO URBANA MUNICIPAL

Teve como intuito avaliar a capacidade institucional da administração municipal de Capitão Leônidas Marques para desempenho das funções pertinentes às áreas de planejamento e gestão urbana foi elaborado um questionário a respeito dos seguintes aspectos:

- ✓ Objetivos, diretrizes e proposições do Plano Diretor Municipal vigente;
- ✓ Implementação do Plano de Ações e Investimentos - PAI;
- ✓ Regulação da legislação urbanística vigente;
- ✓ Desempenho do CMC.

A partir do questionário respondido e oficina técnica realizada com os técnicos municipais obteve-se um pré diagnóstico da situação da gestão urbana no município, para que na sequência propostas específicas pudessem ser inseridas no trabalho.

Qualificação e processo administrativo do documento original que não pode ser substituído por cópia.

28 JUN 2019

SERVIÇO MUNICIPAL DE REGISTRO

FONE/FAX: 3262-8400

JOÃO GERALDO LAY, SARGENTO DE ARMA  
ANGELITA FERREIRA MOURA, SUBSTITUTA  
ELIZABETE RAMOS LAY, SUBSTITUTA  
JULIO PAULO WEHNER, SUBSTITUTO  
CRISTINA RODRIGUES FERREIRA, SUBSTITUTA

AV. PRES. ANTONIO CABRANGO, 763 - CURITIBA - PR

O selo de autenticidade do documento original deve ser colado na folha deste documento.



# Município de Capitão Leônidas Marques - PR

Governo Municipal

## RELATÓRIO DO PROCESSO PARTICIPATIVO

O desenvolvimento do processo participativo, relativo às atividades de elaboração da Revisão do Plano Diretor Municipal de Capitão Leônidas Marques, corresponde às reuniões e oficinas com a equipe técnica municipal, visitas às Secretarias Municipais e da Primeira Audiência Pública, onde foram apresentados os objetivos do Plano Diretor, bem como sua abrangência, formas de participação do poder público e sociedade civil.

Capitão Leônidas Marques, 18 de fevereiro de 2019.

**DIRCEU SILVIO TORMEM**  
Secretário de Administração  
CPN nº 335.944.069-20

**JEAN CARLOS GIBBERT**  
Engenheiro Civil  
CREA 167.999/D

**AUTENTICAÇÃO**  
Certifico que a presente fotocópia é fiel e verdadeira em relação ao documento original que se encontra arquivado, Livro nº. 01/2019, CA...

28 JUN. 2019

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
R. TANCREDO NEVES, 502 - CEP 85790-000  
FONE/FAX: 3286-8400

JOÃO GERMÃO LAMARCA  
ANGELHA LERDA VILELA  
ELIZABETH TAVARES CARVALHO  
JOÃO PAULO REIS JUNIOR  
LINDYANE ROCHA DE F. OLIVEIRA  
AV. FRES. AFRONSO CAM. PA. G. 263 - CURUMBA - PR

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
R. TANCREDO NEVES, 502 - CEP 85790-000  
FONE/FAX: 3286-8400

FQJ10602

**Patricia Fornaza Ferreira**  
Escrevente



**MUNICÍPIO DE PALMEIRA**  
**ESTADO DO PARANÁ**  
**Secretaria Municipal de Finanças**

1546

**ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA**

Atestamos para os devidos fins, que a empresa ECOTÉCNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA, com sede à Maria Rita das Chagas Lima, 317 – Curitiba/PR, Bairro: São Braz - CEP 82.300-330, inscrita no CNPJ 02.610.553/0001-91 tendo como responsáveis técnicos a Arquiteta e Urbanista SANDRA MAYUMI NAKAMURA, carteira profissional CAU-PR A28547-1, e o Engenheiro Civil NILO AIHARA, CARTEIRA profissional CREA-PR 8040/D, prestaram para a PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA, inscrita no CNPJ 76.179.829/0001-65, os serviços referentes à **Elaboração do Plano de Desenvolvimento Econômico e Modernização Tributária (PDEMT) do município de Palmeira-PR, englobando o Plano para Cadastro Mobiliário e/ou Imobiliário/Multifinalitário; Plano Diretor de Ocupação para áreas de Intervenção (Macro áreas) e Plano Diretor Municipal, tendo demonstrado Capacidade Técnica no fornecimento dos mesmos, nada constando em nossos arquivos que a desabone.**

**CARACTERÍSTICAS DOS SERVIÇOS**

Início dos serviços: 01/09/2017  
 Conclusão dos serviços: 21/12/2018  
 Objeto do contrato: Elaboração do Plano de Desenvolvimento Econômico e Modernização Tributária (PDEMT) do município de Palmeira-PR, englobando o Plano para Cadastro Mobiliário e/ou Imobiliário/Multifinalitário; Plano Diretor de Ocupação para áreas de Intervenção (Macro áreas) e Plano Diretor Municipal.  
 Local da obra: Praça Marechal Floriano Peixoto, 11 Bairro Centro. CEP: 84.130-000. Palmeira - PR

**EQUIPE TÉCNICA**

FUNÇÃO/FORMAÇÃO	NOME	Nº CONSELHO	ART
<b>COORDENAÇÃO GERAL</b>			
Arquiteta e Urbanista Esp.	Sandra Mayumi Nakamura	CAU-PR A28547-1	
<b>COORDENAÇÃO TÉCNICA - PLANEJAMENTO</b>			
Arquiteta e Urbanista	Yoná Lemos Ruthes	CAU-PR A30490-5	
Arquiteta e Urbanista	Vanessa Boscaro Fernandes	CAU-PR A37721-0	
Arquiteta e Urbanista	Dra. Patricia Costa Pellizzaro	CAU-PR A28564-1	
<b>COORDENAÇÃO TÉCNICA - ENGENHARIA</b>			
Engenheiro Civil	Nilo Aihara	CREA-PR8.040/D	20184443184
<b>EQUIPE</b>			
Arquiteta e Urbanista, Aspectos urbanísticos e socioeconômicos	Verena Giraldi Costa	CAU-PR A107694-9	
Arquiteto e Urbanista, Aspectos urbanísticos, turístico	Gustavo Domingues Gaspari	CAU-PR A118245-5	
Arquiteta e Urbanista, Aspectos urbanísticos e processo participativo	Debora Rocha Faria Jorge	CAU-PR A50457-2	
Arquiteta e Urbanista, Aspectos urbanísticos e patrimônio histórico	Me. Tais Silva Rocha D'Angelis	CAU-PR A87760-3	
Arquiteta e Urbanista, Projetos urbanísticos e arquitetônicos	Andrea Keiko Ando	CAU-PR A94717-0	
Arquiteto e Urbanista, Projetos urbanísticos e arquitetônicos	Domingos Bongestabs	CAU-PR A0368-9	
Arquiteta e Urbanista, Projetos urbanísticos e arquitetônicos	Ana Julia Madalozo M. Gonçalves	CAU-PR A101443-2	
Arquiteto e Urbanista, Projetos urbanísticos e arquitetônicos	Marios Hardt	CAU-PR A00481-1	
Arquiteta e Urbanista, Projetos urbanísticos e arquitetônicos	Leticia Peret Antunes Hardt	CAU-PR A33333-3	
Arquiteta e Urbanista, Projetos urbanísticos e arquitetônicos	Dra. Patricia Costa Pellizzaro	CAU-PR A28564-1	

**ATENTIFICAÇÃO**  
 Certifica que a presente fotocópia reproduzida fiel e integralmente o documento original que lhe foi apresentado. Curitiba, 28 JUN 2019.  
 ANGELETA ERICA WOSSE JUNIOR, SUBSTITUTA  
 ELIZABETE RAMOS CARREIRO JUNIOR  
 JOÃO PAULO NERONYS  
 JESSICA ROSA RODRIGUES FERRAZ  
 AX. PRES. AFFONSO CAMARGO, 763 - CURITIBA - PR

O selo de autenticidade de atos, foi aplicado na última folha deste documento.

0594





# MUNICÍPIO DE PALMEIRA

## ESTADO DO PARANÁ

### Secretaria Municipal de Finanças

1547 P

Arquiteta e Urbanista, Aspectos urbanísticos e processo participativo	Caroline Nayara Rech	CAU-PR 202924-3	
Arquiteta e Urbanista, Aspectos urbanísticos, socioeconômicos, Projetos urbanísticos e arquitetônicos, aspecto cadastral	Sandra Mayumi Nakamura	CAU A28547-1	
Biólogo, Aspectos ambientais – meio biológico	Luiz Gustavo Andreguetto	CRBio-PR 50.593-7/D	07-0956/18
Geólogo Aspectos ambientais – meio físico	Mauricio M. Kruger	CREA-PR 51.023/D	20184443435
Geólogo Aspectos ambientais – meio físico	Gilliano Antonio Ribeiro	CREA-PR 69.098/D	
Engenheira Ambiental, aspecto ambiental	Lidia Sayoko Tanaka	CREA-PR 87.131/D	20184443419
Engenheiro Civil, aspecto de infraestrutura, ambiental, cadastral, projetos de engenharia e orçamentos	Nilo Aihara	CREA-PR 8.040/D	20184443184
Engenheira Civil, aspecto de infraestrutura e ambiental	Maria Alice S. C. Soares	CREA-PR 53.016/D	20184443540
Geógrafa, geoprocessamento	Sônia Burmester Amaral	CREA-PR 28.698/D	
Contador, aspecto institucional e cadastral	Walter José F. de Moraes	CRC PR – 025751/O-3	
Contador, aspectos institucional, financeira e cadastral	Anderson Jose Amâncio	CRC-PR 036.685/O-4	
Economista, aspectos institucional, financeira e cadastral	Jackson Teixeira Bittencourt	CORECON-PR 5.954	
Administradora, aspectos institucional, financeira e cadastral	Juliana Mitsue Sato	CRA-PR 14.856	
Advogado, aspecto legal	Rafael Gustavo Cavichiolo	OAB-PR 34.517	
Advogada, aspecto legal	Marcia Valéria Santos Barbosa	OAB-PR 61.291	
Assistente Social, aspecto socioeconômico e de participação	Rafaelia Thais Rosa	CRESS – 9598/PR	
Turismóloga, aspecto turístico	Giovana Gohr Serenato		
Jornalista, processo de comunicação e participação	Mayra Chagas		
Jornalista, processo de comunicação e participação	Viviane Rachinski		
Socióloga, aspecto socioeconômico e de participação	Ana Maria Lorici Santin		

**AUTENTICADO**

28 JUN 2018

JUÍZ GERALDO CARVALHO JUNIOR  
 ANELTON LINS DE CARVALHO  
 JOÃO PAULO WERNECK DE SOUZA  
 GILBERTO ROCHA  
 ALFONSO CAMARGO ZUCCHETTI - PR

O selo de autenticação do  
 abra, foi aplicado na última  
 folha deste documento.

**DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS**

O município de Palmeira está localizado na porção sul do Paraná, na macrorregião de Campos Gerais, e microrregião de Ponta Grossa, distante da capital Curitiba 80,90km. Abrange uma área territorial de 1.470,072 Km<sup>2</sup> (IBGE, 2017) e a sede do município encontra-se a uma altitude de 865 metros.

O município de Palmeira faz parte da Associação dos Municípios dos Campos Gerais – AMCG, a qual vem atuando desde a década de 60 visando o desenvolvimento econômico e social dos municípios associados. Esta associação é composta por 19 municípios da Região dos Campos Gerais: Arapoti, Carambei, Castro, Curiúva, Imbaú, Ipiranga, Ivaí, Jaguariaíva, Ortigueira, Palmeira, Pirai do Sul, Porto Amazonas, Ponta Grossa, Reserva, São João do Triunfo, Sengés, Telêmaco Borba, Tibagi e Ventania.

Palmeira faz divisa com os municípios: ao norte com Ponta Grossa, ao sul com São José do Triunfo e Lapa, à leste com Porto Amazonas, Balsa Nova e Campo Largo e à oeste com Teixeira Soares e Fernandes Pinheiro.

Para o desenvolvimento do Plano de Desenvolvimento Econômico e Modernização Tributária (PDEMT) do município de Palmeira a equipe técnica multidisciplinar da ECOTECNICA foi agrupada para o cumprimento das tarefas de cada uma das etapas dos serviços.

0595



# MUNICÍPIO DE PALMEIRA

## ESTADO DO PARANÁ

### Secretaria Municipal de Finanças

1548

O escopo do PDEMT, compreendeu a elaboração de diversos estudos que culminaram em:

- Plano Diretor de Ocupação das Macro Áreas, incluindo a elaboração de projetos e orçamentos destas áreas;
- Atualização do Cadastro Mobiliário e Imobiliário Multifinalitário das áreas indicadas;
- Revisão do Plano Diretor Municipal;

#### ESTRATÉGIAS E METODOLOGIA GERAL

O Plano de Desenvolvimento Econômico e Modernização Tributária (PDEMT) do município de Palmeira foi desenvolvido a partir de duas abordagens para o desenvolvimento dos trabalhos, com características relativamente distintas, porém integradas entre si. A primeira diz respeito ao processo de análises geográficas e organização de informações, compreendendo o uso de ferramentas e processamentos de sensoriamento remoto, análises geoespaciais, mapeamentos e constituição de bancos de dados. A segunda refere-se à elaboração de diagnósticos, análises críticas e prognósticos, com a identificação das potencialidades, fragilidades e condicionantes dos aspectos ambiental, urbano, infraestrutura, institucional, econômico, social e cultural.

A elaboração do Plano teve como lastro fundamental a utilização de dados geoespaciais combinados com informações secundárias e coleta de dados em campo (primárias), que subsidiaram a compartimentação da paisagem para realização de estudos e seus rebatimentos territoriais. Na sequência foram apresentados os cenários prospectivos para um horizonte de 20 anos, considerando as potencialidades e fragilidades identificadas, de modo a embasar a fase de definição das estratégias e o Plano de Desenvolvimento Econômico e Modernização Tributária (PDEMT), propriamente dito.

Para os trabalhos relacionados ao planejamento urbano e regional houve a participação de atores sociais representativos e organizados em discussões e debates por meio de oficinas e fóruns ou seminários, assim como pela adoção de estratégias de comunicação e divulgação, visando a construção coletiva e legitimação dos planos pelos atores sociais, aspectos relevantes para o Plano de Desenvolvimento Econômico e Modernização Tributária (PDEMT) de Palmeira.

Outro aspecto considerado foi a continuidade e implementação do Plano de Desenvolvimento Econômico e Modernização Tributária (PDEMT), para tanto, contou com a participação e envolvimento do Observatório Social, além dos atores sociais citados e integrantes do Conselho da Cidade, Equipe Técnica Municipal (ETM) e Grupo Especial de Trabalho de Modernização da Gestão Pública (GEMAT).

#### I. Plano Diretor de Ocupação das áreas de Intervenção (Macro Áreas), incluindo a elaboração de projetos e orçamentos destas áreas

Elaboração do Plano Diretor de Ocupação/Implantação Geral (MASTER PLAN) das Macro Áreas de Intervenção, teve como objetivo resolver os conflitos e problemas aproveitando as condicionantes e potencialidades de cada uma destas regiões. Considerou-se o conjunto de diretrizes, definidos pelo município, para orientar o desenvolvimento econômico e sustentável do município com valorização da diversidade sociocultural e ecológica e redução das desigualdades. A elaboração do plano envolveu a participação das instituições que atuam na região (IAP, EMATER, SANEPAR COPEL, Instituto das Águas do Paraná, entre outros) e segmentos da sociedade civil, por meio de audiências, oficinas e reuniões.

O Plano Diretor de Ocupação/Implantação Geral (MASTER PLAN) das Macro Áreas de Intervenção engloba o desenvolvimento do Plano Diretor de Ocupação que visou organizar e setorizar a área, proporcionando sua ocupação em fases de forma ordenada e planejada. Elaborou-se um Caderno Técnico para cada uma das áreas, contendo estudos específicos, Projeto Arquitetônico, Perspectivas Diversas, Memorial descritivo e Orçamento e Licenciamento Ambiental.

A seguir, apresenta-se as áreas e temas trabalhados, buscando o desenvolvimento socioeconômico e tributário em cada macro área:

#### Macro área A: Eixo Econômico de Serviços e Comercio de Palmeira – Centro Cívico

Esta área está localizada no bairro Centro, entre as ruas Barão do Rio Branco e Padre Antônio Manoel de Azevedo, até o Rio Monjolo. Antiga CIP-Cidade Industrial de Palmeira. Nesta área, propôs-se a implantação do novo Centro Cívico do município, reunindo no local diversos serviços prestados à cidade e região, de forma que a população encontre as soluções para as questões, espaços para a instalação de atividades comerciais e áreas de lazer.

**AUTENTICAÇÃO**

28 JUN 2019

JOÃO GERALDO LAURINDO DE SOUZA  
ANGELITA ERNA WOLFF SOUZA  
ELIZABETE MARIA AUGUSTO DE SOUZA  
CRISTINA RODRIGUES FARIAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS  
Cidade: Palmeira, PR

O, fato de autenticação eletrônica, foi atestado na última folha deste documento.



# MUNICÍPIO DE PALMEIRA

## ESTADO DO PARANÁ

### Secretaria Municipal de Finanças

15489

Para isso propôs-se a revitalização desta região e a requalificação dos espaços livres, adequando-os aos novos usos propostos. Elaborou-se os projetos arquitetônicos e de paisagismo de implantação da área total de 42.500,00 m<sup>2</sup>, envolvendo a instalação de estares com bancos, canteiros, nova paginação de pisos, novos espaços para estacionamento, play-ground, quadra esportiva, arborização, iluminação das áreas e projetos arquitetônicos, incluindo memorial descritivo e orçamento, das diversas edificações com áreas institucionais, áreas para instalação de comércio e serviço, restaurante e cafés, perfazendo uma área total edificada de 2.500,00 m<sup>2</sup>. Para este projeto de intervenção, realizou-se também o processo de licenciamento ambiental no IAP.

#### Macro área B: Eixo Econômico de Serviços e Comércio Parque Linear Monjolo

Às margens do Rio Monjolo, englobando ambos os lados, com extensão prevista desde o novo Centro Cívico até ao Museu Histórico Jesuíno Marcondes, perfazendo uma área de aproximadamente 39.000,00 m<sup>2</sup>. O Rio Monjolo localiza-se dentro do Município e atravessa vários bairros em direção sul/norte. A mata ciliar é normalmente constante ao longo das margens e em vários momentos faz fundos com imóveis particulares.

O Parque Linear Municipal como importante elemento de ligação entre as unidades administrativas e cultural, além da função de proteção das margens do Rio Monjolo e da drenagem dos bairros circundantes, oferecerá uma importante contribuição para a contenção dos avanços imobiliários na área. O projeto prevê a implantação de trilhas, pontilhões, estares, caminhos suspensos, sinalização, totens informativos entre outros.

#### Macro Área C: Eixo Econômico e Cultural de Serviços e Comércio – Parque do Museu

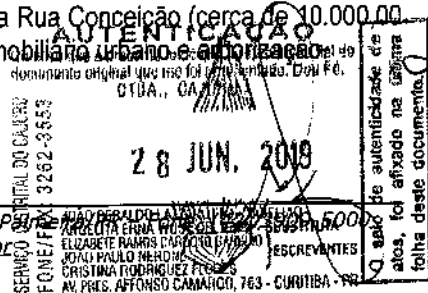
Requalificação no entorno do Museu, com remodelação de praça existente com inserção de equipamentos como lanchonete, deck e mirante e Parque englobando a área até o Centro Cultural de Palmeira.

O Museu é uma construção histórica tombada como patrimônio cultural do Estado do Paraná em 1970 e atualmente é um dos pontos turísticos da cidade e Palmeira. A vegetação que margeia o Rio Monjolo estende-se aos arredores do Museu e abre-se em praças e áreas utilizadas pela população como pontos de encontro nos finais de semana, porém apresenta precária estrutura não consolidada. O local apresenta paisagem cênica, rica topografia e um pequeno lago.

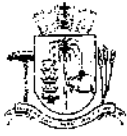
Revitalização e remodelação dos espaços urbanos no entorno do museu, oferecendo infraestrutura de lazer e identidade, tomando partido da paisagem natural existente, oriunda da proximidade com o Rio Monjolo. Incremento das áreas verdes e implementação de equipamentos de lazer de forma pontual, ambientalmente integrada as atividades culturais já existentes nas proximidades. A área total projetada do parque é de aproximadamente 25.000,00 m<sup>2</sup>, com estruturas edificadas totalizando 1.100,00 m<sup>2</sup>, com lanchonete, decks, mirante em estrutura metálica, sanitários, estares, área convivência para a terceira idade, concha acústica, centro de eventos (aberto) com palco ao ar livre e cobertura em estrutura metálica, iluminação em área de 5.000,00m<sup>2</sup>, entre outros.

#### Macro Área D: Eixo Comercial, Industrial e de Serviços da Região Central

Esta Macro Área abrange a extensão da Rua Conceição, com início na Praça da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição, junto a Praça Marechal Deodoro, até Praça Marechal Castelo Branco. Atualmente a área possui um intenso fluxo de veículos e pedestres que são atraídos pela oferta de serviços, bancos, correios e sendo a principal via de comércio varejista do município. Propõe-se a revitalização em toda a sua extensão e a implantação de calçamento em trecho, com a inserção de mobiliários urbanos como bancos, canteiros, postes de iluminação, nova paginação de piso e arborização. A área total projetada é de 12.600,00 m<sup>2</sup>, divididos em dois projetos, o primeiro denominado Projeto Boulevard, envolvendo a Praça da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição, junto a Praça Marechal Deodoro e a rua denominada "Beco - Travessa Dezenove de Dezembro com aproximadamente 2.600,00 m<sup>2</sup>. Este projeto focou na requalificação deste trecho, valorizando a paisagem histórica/casariel e as atividades gastronômicas do entorno, com novos calçamentos, pisos, pergolados e tendas em estrutura metálica, iluminação, portal, entre outros. Já no segundo trecho foi o projeto de requalificação da Rua Conceição (cerca de 10.000,00 m<sup>2</sup>), envolvendo paisagismo, nova paginação de piso, iluminação, mobiliário urbano e arborização.



0597



**MUNICÍPIO DE PALMEIRA**  
**ESTADO DO PARANÁ**  
**Secretaria Municipal de Finanças**

1550

Macro Área E: Eixo Turístico da Colônia de Witmarsum

Situada no município de Palmeira no Estado do Paraná, a Colônia Witmarsum foi formada em julho de 1951 por menonitas que reemigraram da cidade de Witmarsum do Estado de Santa Catarina. Os menonitas da Colônia Witmarsum pertencem ao grupo dos menonitas alemães-russos, que tem sua origem na Frísia, no norte da atual Holanda e Alemanha. Através da Prússia eles imigraram para Rússia no século XVIII, de onde fugiram em 1929, fugindo do regime comunista. Em 1930 vieram ao Brasil onde, após um tempo em Santa Catarina, fundaram em 1951 a Colônia Witmarsum no Paraná. Graças a um financiamento conseguido junto aos menonitas da América do Norte, foi possível comprar em 7 de junho de 1951 a Fazenda Cancela.

Ocupa uma área de aproximadamente 7800 hectares e possui aproximadamente 1500 habitantes. Compreende cinco núcleos de povoamento, denominados aldeias e numerados de 1 a 5 e, dispostos em torno de um centro administrativo comercial e social situado na sede da antiga Fazenda Cancela (atual museu Casa Fazenda Cancela).

Sua base econômica reside na agropecuária, desenvolvida sobretudo no setor da pecuária leiteira. Também há criação de frangos e porcos para o abate e plantações de soja e milho. Atualmente, as atividades turísticas na região vêm se expandindo, com a instalação de diversos empreendimentos na área de turismo como, pousadas, restaurantes, cafés coloniais, entre outros.

Na Colônia de Witmarsum ocorrem as Estrias Glaciais de Witmarsum, um registro marcante da grande glaciação que ocorreu do Carbonífero inferior ao Permiano inferior, entre 360 e 270 milhões de anos atrás, quando toda porção sul do antigo supercontinente Gondwana, então parte da atual América do Sul, ficou coberto por espessas camadas de gelo.

Elaborou-se o plano de setorização da região, considerando a história de formação da colônia, sua estrutura urbano-rural atual e atividades comerciais atuais. Após setorização, elaborou-se o projeto arquitetônico e de paisagismo das principais vias e locais, como frente a cooperativa (painéis), centro turístico, projeto do Portal de Acessos a colônia,

Canteiros viários, ciclovias, iluminação, calçamento, áreas de estares, sinalização entre outros.

Parque Industrial de Palmeira

Como tendência para o desenvolvimento e incremento no uso do solo municipal (novas usinas solares sendo instaladas, atendidas pelos principais eixos rodoviários do Estado, atendida pelo modal rodoviário e ferroviário, implantação de novo aeroporto regional), destaca-se a implantação do Distrito Industrial, na porção leste do município, junto à rodovia federal BR-376. Ainda, nas proximidades do citado distrito há um aeródromo, também em processo de implantação, bastante representativo sob o ponto de vista da infraestrutura aeroviária.

Outra região em processo de expansão e ocupação é Distrito Industrial da Sede, na Avenida das Palmeiras e nas proximidades das rodovias que cortam a cidade, a BR-277 e PR-151. Sua localização estratégica pode ser considerada fator positivo devido ao distanciamento com a área central e à facilidade de acesso, próximo à PR-151, no bairro São José.

Com base no diagnóstico socioambiental e econômico realizado, elaborou-se um Plano Urbanístico de Ocupação, com a indicação de zonas e subzonas, definição de tipologia de usos e atividades, pontos de empreendimentos, parâmetros urbanísticos, além da estruturação do sistema viário destas áreas.

**II. Atualização do Cadastro Mobiliário e Imobiliário Multifinalitário**

A maioria dos municípios brasileiros não dispõem de um cadastro territorial e mapeamentos com nível de detalhamento este, mais evidenciado a partir da obrigatoriedade de Planos Diretores dada pela Lei Federal 10.257/2001, denominada Estatuto da Cidade (Diretrizes para a criação, instituição e atualização do cadastro territorial Multifinalitário nos Municípios Brasileiros, Ministério das Cidades, 2010).

A concepção de um Cadastro Técnico Multifinalitário parte da constatação que todas as ações e serviços prestados em um território acontecem em algum lugar do espaço. Neste sentido, pode-se perceber que todo município, atividade econômica ou serviços executados pela Prefeitura estão localizados em um espaço, que via de regra está cadastrado junto às diversas unidades administrativas da Prefeitura. Assim sendo a integração de dados econômicos, sociais, ambientais e físicos, de forma sistematizada e padronizada permite uma gestão plena da cidade.

28 JUN 2019

JULIO CESAR DE LIMA  
 ANGELETA ERICA VIEIRA CALILAS  
 ELIZABETE MARCOS CARVALHO  
 AV. PRES. AFFONSO CAMARGO, 763 - CURITIBA - PR

O selo de autenticação de atos, foi afixado na última folha deste documento.

0598



**MUNICÍPIO DE PALMEIRA**  
**ESTADO DO PARANÁ**  
**Secretaria Municipal de Finanças**

15510

A atualização dos bancos de dados cadastrais está sendo entendida como uma das ações propostas pelo GEMAT para um incremento na arrecadação municipal. Entretanto além da questão financeira, esta ação contribuirá para o aprimoramento da administração pública de Palmeira, não só pela regularização da situação cadastral, mas ainda pela possibilidade de otimização das informações, resultando em respostas mais eficientes aos gestores e conseqüentemente para a população.

Geralmente, existem inúmeras ações na administração pública que podem se servir de um cadastro multifinalitário, entretanto, as práticas já estabelecidas ao longo de anos segmentam informações dentro da própria administração pública. Da mesma forma, a ausência de uma visão espacial ou geográfica dos serviços prestados pela administração pública promove muitas vezes um direcionamento de recursos de forma divergente dos objetivos e estratégias previstos nos diversos planos que norteiam o desenvolvimento municipal.

Óbvio é que, ao tratar de cadastro multifinalitário a primeira base a ser trabalhada com atenção é a de cadastro territorial formada pela junção da cartografia com o cadastro imobiliário. Esta base cadastral servirá de apoio a todas as outras bases de dados cadastrados no município visto representar as parcelas do território onde as ações se materializam.

Em consulta às diretrizes e propostas apresentadas no Plano Diretor de Palmeira, se observou a proposta de implantação de Sistema de Informações Geográficas Territoriais, previsto na Política de Gestão Democrática e Desenvolvimento Institucional, no qual para este trabalho se destacam a criação de uma base cartográfica territorial unificada e de sistema de informações municipais de modo a armazenar e disponibilizar informações para o gerenciamento de diferentes políticas setoriais.

No intuito de compreender a estrutura existente no Município para análise e definição da melhor abordagem de atualização de base de dados e adequação dos cadastros mobiliário e imobiliário, tornando-o um cadastro multifinalitário, foram elaborados questionários baseados nas atribuições contidas na Lei Municipal 4327/2017 que dispõe sobre a Estrutura Organizacional do Município de Palmeira e dá Outras Providências. Realizou-se o trabalho para atualização de base de dados para regularizar o cadastro das unidades imobiliárias urbanas, que integram o Plano Diretor para o Cadastro Mobiliário e/ou Imobiliário/Multifinalitário, e que possuíam dados divergentes com seu sistema tributário imobiliário, constatadas *in loco*, e indicadas pela municipalidade.

Cabe salientar que as diretrizes gerais para realização de um Cadastro Territorial Multifinalitário – CTM estão em consonância com as Diretrizes Gerais da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano, na qual se tem como meta fortalecer e modernizar a gestão da arrecadação municipal, com implementação de ações como a revisão e criação de cadastros técnicos multifinalitário.

Em 2008, o governo federal editou o Decreto 6.666, que instituiu a Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais – INDE, com objetivo de promover o adequado ordenamento na geração, no armazenamento, no acesso, no compartilhamento, na disseminação e no uso dos dados geoespaciais de origem federal, estadual, distrital e municipal. Para tanto propõe a utilização de padrões e normas homologados pela Comissão Nacional de Cartografia – CONCAR. O INDE visa evitar a duplicidade de ações e o desperdício de recursos na obtenção de dados geoespaciais pelos órgãos da administração pública em todas as esferas de governo.

Com o compromisso de implantar no território nacional bases cadastrais multifuncionais que atendam minimamente as diretrizes propostas no PNDU, em 2009, editou-se a Portaria Ministerial Nº 511, de caráter orientador e genérico que pode ser aplicado nos diversos contextos municipais.

Tem-se como certo que o CTM é um instrumento que permite ao município garantir um desenvolvimento sustentável por proporcionar uma integração de elementos econômicos, sociais e ambientais, que analisados conjuntamente permitem uma visão global das ocorrências no espaço físico do município. Em decorrência, há uma ampliação das possibilidades de implementar políticas de gestão que realmente atendam a função social da cidade, não apenas com medidas fiscais isonômicas, mas também contribuindo efetivamente para o bem-estar social com a construção de cidades mais justas e acessíveis a todos.

Comumente, os cadastros municipais estão focados para a gestão tributária. Isso se explica a partir das competências tributárias municipais advindas da Constituição Federal, mais especificamente as relativas aos imóveis como o IPTU, ITR, ITBI e COMEL. Neste aspecto, necessando lembrar que a Lei de Responsabilidade Fiscal de 2000 versa sobre a renúncia de receita, requerendo dos gestores maior eficiência na arrecadação, mas de maneira igualitária.

**ATENTIFICADO**

28 JUN. 2019

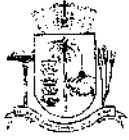
JOÃO GERALDO LARA JUNIOR  
 SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS  
 PALMEIRA - PARANÁ

FONTE: 3262-3353

AV. PRES. ARYDINGO CAMARGO, 763 - CURUTIA - PR

O selo de autenticação de atos, foi afixado na última folha deste documento.

0599



# MUNICÍPIO DE PALMEIRA

## ESTADO DO PARANÁ

### Secretaria Municipal de Finanças

1552

Entretanto, manter ao longo do tempo uma aplicação igualitária de tributos não é tarefa fácil para as administrações. Acompanhar a dinâmica socioespacial dos territórios depende da capacidade técnica e da estrutura organizacional disponível.

Embora o CTM requeira investimentos em tecnologias, materiais e aperfeiçoamento de servidores, o manual de apoio editado pelo Ministério das Cidades, lista alguns dos benefícios que deve proporcionar, quais sejam:

- Aumento na arrecadação municipal e na justiça fiscal;
- Unificação de dados cadastrais por meio da aproximação das entidades competentes, convênios e consórcios entre os municípios, os Registros Imobiliários, etc., nos termos de legislação municipal, o que resultará em segurança jurídica para toda a população local;
- Planejamento e eficiência da gestão municipal (social e ambiental);
- Planejamento físico municipal com a existência de uma base cartográfica única (infraestrutura urbana, sistema viário, seleção de áreas para fins ambientais, de regularização fundiária urbana, etc.);
- Conhecimento da realidade urbana, de expansão urbana e rural dos municípios, cidade real;
- Orientação de atualização periódica, a ser definida em legislação municipal, garantindo a autonomia municipal;
- Aumento da transparência e eficiência da administração municipal, através da disposição de dados corretos e atualizados à população, priorizando o seu atendimento.

Conforme as orientações contidas na Portaria Ministerial Nº 511 o CTM trata de um "inventário territorial oficial e sistemático do município" e, portanto, deve compreender toda extensão do território municipal, podendo assim subsidiar o planejamento e desenvolvimento das políticas de governo.

Para cumprir a função multifinalitária é importante que as parcelas do território estejam representadas geograficamente e cadastradas com um código único que será a chave de acesso para as informações cadastradas e que permitirá a interação com os demais bancos de dados.

É comum os arquivos municipais conterem plantas de parcelamentos cujas dimensões atendem o contido no documento de registro, contudo, em campo as implantações apresentam com dimensões divergentes. Além disto, a construção de uma base territorial confiável depende do georreferenciamento de cada parcela para eliminar sobreposições e demarcações equivocadas decorrentes de levantamentos antigos de períodos diferenciados e metodologias distintas.

Assim, a base cadastral que suportará o CTM será constituída prioritariamente por:

- Cartografia que contera todos os elementos essenciais do território;
- Dados alfanuméricos de cada elemento georreferenciado;
- Código identificador para chave de acesso.

Com a base cadastral disponível a administração municipal pode investir na organização dos cadastros temáticos, sendo responsabilidade de cada secretaria suplementar o CTM com temas específicos de sua competência. Dentre os cadastros temáticos mais relevantes podemos citar o econômico, estruturado com fins tributários; o fundiário, composto por registros de localização, dimensão e benfeitorias dos imóveis; e ainda o ambiental, no qual se disponibiliza informações dos elementos naturais relativos a cada imóvel (hidrografia, relevo, solo, vegetação, ...).

Para que os objetivos e diretrizes propostos se cumpram é imprescindível a continua atualização dos bancos de dados, pois, o CTM é resultado da soma de esforços das várias unidades administrativas e seus profissionais, tecnologias, materiais e métodos na busca da excelência da gestão pública que só pode ser alcançada a partir da multidisciplinaridade e do comprometimento das equipes envolvidas.

Primeira fase do trabalho, realizou os levantamentos e atualizações: a partir das informações prestadas em questionários específicos direcionados às secretarias municipais e considerando ser o Cadastro Técnico Multifinalitário – CTM a conjunção entre uma base cartográfica segura e atualizada e os diversos bancos de dados alfanuméricos do Município, dando origem a uma base cadastral única para a espacialização de todos os serviços, foi possível concluir que a Prefeitura de Palmeira dispõe de uma base cadastral adequada nas áreas urbanas, cuja atualização se dá por meio de topografia, sendo ainda complementada pela base IBGE nas áreas rurais, ou seja, apropriada para suportar/consolidar o CTM.

A existência de uma equipe responsável pelo geoprocessamento e a familiarização com os sistemas de informações geográficas e procedimentos de atualização da mesma por topografia são relevantes na construção do CTM, entretanto, não está claro qual o nível de acesso e conhecimento que as demais unidades administrativas têm desta ferramenta.

SERVIÇO DE REGISTRO DE IMÓVEIS E TRANSMISSÃO DE BENS  
 FONE/FAX 3262-3558  
 28 JUN. 2019  
 ANGELO ERNANI WUBESCHNEIDER SUBSTITUTO  
 ELIZABETE IRANOS CAMPOS LACERDA  
 JOAO PAULO NERONI  
 CRISTINA RODRIGUEZ PROENÇA  
 AV. PRES. AFFONSO CAMARGO, 763 - GURITIBA - PR

O ato de autenticação de atos, foi afixado na última folha deste documento.

0600



# MUNICÍPIO DE PALMEIRA

## ESTADO DO PARANÁ

### Secretaria Municipal de Finanças

15530

A manutenção dos cadastros imobiliário, mobiliário e técnico sem a duplicação de banco de dados garante confiabilidade e eficiência na identificação de atributos vinculados a cada imóvel, tornando mais eficaz o controle sobre o uso e a ocupação do solo, assim como o lançamento de tributos.

A produção de cadastros digitais pela maioria das secretarias, bem como a utilização de softwares para cadastramento de dados de suas áreas específicas, facilita a organização e acesso as informações. Porém, no cenário atual, estes bancos de dados se encontram fragmentados e isolados nas secretarias, representando uma baixa integração entre os serviços no relativo aos dados cadastrais.

Observa-se que ocorre uma troca limitada, entre secretarias, de informações, geralmente motivada por ocorrências pontuais, decorrentes de processos específicos, não vinculados a planejamento ou propostas de ações. A ausência de um núcleo para orientar a coleta, recepcionar e distribuir as informações fornecidas e requeridas pelas secretarias e a incipiente presença da tecnologia da informação na estrutura municipal favorece a pouca interação.

Verifica-se que o número de atividades e serviços disponibilizados pela prefeitura para o munícipe é amplo, no entanto, os métodos, práticas e informações utilizadas para os mesmos possuem estágios muito diferenciados em relação ao uso da base cadastral.

De maneira geral, esta diversidade também está relacionada com a complexidade dos serviços prestados e a necessidade de controles e monitoramentos cada vez mais eficientes para aquelas unidades que compartilham dados e informações com outras instâncias.

A segunda fase, trabalhou com as ações de melhoria: para implantar uma solução baseada nos preceitos de um Cadastro Técnico Multifinalitário (CTM) é necessário montar uma paisagem, um "cenário", para melhor compreender e distribuir as atividades e atribuições. Observando desta forma, fica perceptível a distribuição espacial e o posicionamento dos "atores" responsáveis pelo projeto. Em tempo, torna-se necessária uma observação: o Cadastro Técnico Multifinalitário não é um "produto", um pacote de ideias e procedimentos que terminam em um prazo predeterminado. O CTM é um processo, sempre em construção, atualização, análise e transformação. Pensando no termo "multifinalitário" este processo se justifica. Sempre que um novo ator se integra ao cenário, o CTM precisa ser adaptado de maneira a integrar novos dados e elementos, portanto, é infinito no tempo, assim como são infinitas suas possibilidades.

Um sistema de geoprocessamento trabalha com o relacionamento de dados alfanuméricos e vetoriais, com informações rasterizadas, com criação e análises de modelos, geração de algoritmos, processamento de dados de sensoriamento remoto e LIDAR, entre outras coisas. Dentro de um processo de CTM, o geoprocessamento direciona seus esforços ao relacionamento de dados e a criação e manutenção de elementos vetoriais. Para que estes relacionamentos funcionem da maneira mais otimizada possível, é necessária a análise de cada elemento, antes de começar a trabalhar a informação, é a chamada modelagem dos dados. Antes da criação de um elemento vetorial para a representação de um poste, deve-se verificar quais os atributos necessários para que aquele ponto, que representa um poste torne-se uma informação útil, seja para a equipe de manutenção da iluminação pública, seja para a definição de cobranças de IPTU x ITR, de acordo com o código tributário nacional.

A modelagem dos dados deve contemplar os códigos de chaveamento e relacionamento da informação vetorial com os dados complementares, seja em formato de banco de dados, sistemas, tabelas e planilhas. Acima de tudo, estes códigos devem ser analisados e testados na prática, visando observar possíveis futuras inconsistências. Por exemplo, os dados tributários alojam-se perfeitamente bem em cadastros fiscais e cadastros imobiliários, afinal, referem-se basicamente aos lotes e edificações existentes no Município, porém, esses códigos não servem para os cadastros de saúde, educação e assistência social. Para estes serviços, o ideal é a codificação do endereço, que é a amarração dos dados quando se referem aos moradores, aos habitantes do Município, não apenas aos proprietários dos imóveis. Para facilitar o entendimento do relacionamento do banco de dados e do elemento vetorial que irá representar a informação cartograficamente, torna-se necessária a integração da equipe de informática municipal, para codificar os endereços nos bancos de dados nativos da saúde, por exemplo, de acordo com as normas desenvolvidas pela gestão do CTM. Trabalhou-se com a estrutura dos processos, softwares, geoprocessamento, treinamentos e indicação de procedimentos básicos e direcionados.

### III. Revisão do Plano Diretor

De maneira geral, o Plano de Desenvolvimento Econômico e Modernização do Município foi estruturado em sete etapas visando o atendimento do escopo mínimo dos produtos.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS  
 F.O. 02 - FONE: 3262-3553  
 AV. PRES. AFFONSO CAMARGO, 763 - CUNHIBA - PR

**28 JUN. 2019**

**CRISTINA RODRIGUEZ FERREZ**

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS  
 F.O. 02 - FONE: 3262-3553  
 AV. PRES. AFFONSO CAMARGO, 763 - CUNHIBA - PR

O selo de autenticidade de atos, foi afixado na última folha deste documento.

0601





**MUNICÍPIO DE PALMEIRA**  
**ESTADO DO PARANÁ**  
**Secretaria Municipal de Finanças**

1554

nos prazos estabelecidos, tendo em vista a dinamicidade de execução, organização e compreensão do trabalho como um todo.

❖ **ETAPA 1 – PLANO DE TRABALHO**

Esta etapa corresponde o primeiro documento, que detalha todas as atividades necessárias à elaboração do PDEMT, as quais forma respaldadas nas determinações do Termo de Referência. A consolidação do Plano de Trabalho se deu por meio da realização de reuniões com a ETM e GEMAT, bem como definição das agendas, onde foi importante também a participação do Setor de Comunicação da Prefeitura.

❖ **ETAPA 2 – DIAGNÓSTICO ANALÍTICO**

Esta etapa correspondente ao Diagnóstico Analítico, onde foram realizados levantamentos, compilações e análises de todos os dados e estudos, planos e programas referentes ao Município e suas áreas de Abrangência, bem como incursões em campo para validação e complementação das informações.

Ressalta-se que a realização do Diagnóstico envolveu equipes diferentes de trabalho, pois foram realizados levantamentos para subsidiar os estudos específicos – Plano Diretor de Ocupação das Macro Áreas, incluindo a elaboração de projetos; Atualização do Cadastro Mobiliário e Imobiliário Multifinalitário; Revisão do Plano Diretor Municipal. O escopo do trabalho proposto previu a realização do Diagnóstico para todos eles.

Em paralelo foi realizado todo o processamento digital e criado um banco de dados e sistema de informações geográficas, a partir das imagens de satélite já existentes.

Geoprocessamento/Cadastro

Os chamados Sistemas de Informações Geográficas (SIG) são sistemas de informação construídos com auxílio de softwares e procedimentos específicos gerados para armazenar, analisar e manipular dados geográficos associados com informações alfanuméricas. O SIG do PLANO foi estruturado a partir de duas tipologias de informação: espacial e tabular. A informação espacial foi constituída pelos dados cuja representação requer dimensão ou posição. Já os dados tabulares se constituíram de atributos qualitativos ou uma característica associada a um dado espacial. O elemento importante considerado na estruturação do SIG é sua adequação aos demais sistemas de dados já vigentes nas organizações de gestão do município e do Estado, como o IAP, AGUASPARANÁ e PARANACIDADE, de maneira que foram garantidas as integrações de sistemas. O SIG considerou a equalização das planilhas de atributos de outros sistemas existentes, ou ainda, considerou a integração de sistemas a partir de indexadores. A estruturação final do SIG considerou o formato geodatabase de arquivos, em plataforma ArcGIS.

❖ **ETAPA 3 – ELABORAÇÃO DE CENÁRIOS**

A elaboração de cenários prospectivos para o PDM e Plano de Desenvolvimento configurou-se em um instrumento de ordenação das percepções acerca dos ambientes futuros e incertos, nos quais decisões (estratégias) foram tomadas. Portanto, a metodologia de **cenários prospectivos** contemplou uma diversidade de **fatores**, dentre eles: o potencial das economias locais, sua contribuição ao desenvolvimento sustentável do território e da região como um todo, incluindo a mitigação e/ou adaptação aos impactos decorrentes dos grandes empreendimentos industriais na região e dos diferentes efeitos climáticos naturais, da conservação da biodiversidade e dos fluxos de recursos, capital e população; alterações da dinâmica social, condições de vida e condições físico-ambientais; reflexo das aptidões agrícolas (evolução de atividades produtivas) e do uso e ocupação do solo urbano e/ou rural, bem como restrições legais e suas implicações sobre a demanda por recursos naturais.

Estes **fatores** compreenderam os temas dos cenários, procurando quando possível, combinar e equalizar as diversas projeções e tendências já desenvolvidas por diferentes estudos, organizados em situações para o território. Os cenários foram contrastantes, ou seja, exploraram os limites das possibilidades de futuros (horizonte de 20 anos), de forma que as estratégias sejam testadas em uma amplitude de possibilidades desses futuros.

❖ **ETAPA 4 – PROPOSTAS DE ESTRATÉGIAS E DIRETRIZES DO PLANO**

Esta etapa corresponde a configuração das propostas do PDEMT, incluindo as Diretrizes de Desenvolvimento e Projetos das Macro Áreas, além da atualização do Cadastro Mobiliário, atualizado com base nos levantamentos realizados no diagnóstico e das etapas anteriores.

**AUTENTICAÇÃO**

28 JUN. 2019

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

ANGÉLICA ERANA WISNIEWSKI GUARINIUTA

CRISTINA ROBERTO FERREIRA

CNPJ Nº: 3252.838/0001-00

O selo de autenticação dos atos, foi afixado na última folha deste documento.

0602





# MUNICÍPIO DE PALMEIRA

## ESTADO DO PARANÁ

### Secretaria Municipal de Finanças

1555

À medida que se definem os níveis de potencialidades e fragilidades de um território, possibilitam a criação de cenários e prognósticos sobre comportamentos futuros face às diversas alternativas do uso e do desenvolvimento do território, integrando não só o conhecimento técnico e científico, como também as distintas propostas dos agentes sociais intervenientes.

Desta forma, o PDEMT foi definido com a agregação de conhecimentos multi e interdisciplinares relacionados com as ciências biogeofísicas e socioeconômicas. Cada compartimento da paisagem, foi visto como uma unidade de planejamento, onde estão previstos critérios de sustentabilidade às atividades socioeconômicas e análise de diversas alternativas de uso do território.

Em outras palavras, o PDEMT ao dispor de um instrumento político integrado de diagnósticos analíticos (contendo as vocações e potencialidades regionais, as demandas e necessidades da sociedade civil, as fragilidades e os entraves ao desenvolvimento) e de proposição de diretrizes, estratégias e linhas de ação, contribui para reativação do desenvolvimento econômico, social e ambiental da região como um todo. Sempre expressando as expectativas e prioridades dos diversos atores atuantes na região: poderes públicos federal, estadual e municipal, sociedade civil organizada, entidades de classe (trabalhadores e empresários) e movimentos sociais. Como premissas e diretrizes que foram indicadas no Termo de Referência, importante destacar as seguintes:

- Buscar o desenvolvimento equilibrado do município de Palmeira, aproveitando se ao máximo de suas potencialidades de forma que o torne mais competitivo e seja atrativo do ponto de vista do desenvolvimento sócio econômico local, agregando o máximo valor para o município;
- O Plano em questão deve ter o papel de articulador das ações realizadas entre os diferentes agentes econômicos, instituições públicas e privadas, sociedade civil, movimentos sociais e governo municipal. Deve também ser um indutor do desenvolvimento municipal, buscando assim sua reestruturação espacial, dando condições para que novos projetos se desenvolvam, além de contribuir com a orientação para evolução demográfica sustentável, compatível com a infraestrutura de serviços públicos (abastecimento de água, esgotamento sanitário, gerenciamento de resíduos sólidos e drenagem urbana), equipamentos comunitários (saúde, educação, lazer), infraestrutura de sistema viário, moradia, entre outros. O município deve se articular multidimensionalmente, sendo reordenado através de cada olhar setorial das políticas de desenvolvimento regional.
- O PDEMT pode, além do caráter econômico, propor para todo o território de estudo, eixos transversais e longitudinais de estruturação territorial, lógicas de transporte, revisões do zoneamento municipal, indicação de áreas propícias a projetos habitacionais, desenvolvimento econômico com previsão de ambientes de inovação, estudos das centralidades mais impactadas, indicando ações para sua qualificação de modo a melhor integrar-se ao desenvolvimento do município.

De acordo com o Termo de Referência, em função do diagnóstico realizado e das áreas críticas de intervenção identificadas, as estratégias foram determinar as prioridades de desenvolvimento do município, levando em conta, pelo menos:

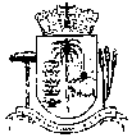
- O desenvolvimento econômico;
- Requalificação das Macro Áreas, considerando os projetos, o licenciamento ambiental e a viabilidade COPEL e SANEPAR;
- Cadastro Mobiliário e Imobiliário e multifinalitário atualizado e compatível com a nova proposta de intervenção;
- Projeto de Trabalho Técnico Social da área de Intervenção;
- Ordenamento territorial municipal, considerando a revisão da Lei de Zoneamento e Lei do Plano Diretor para compatibilizar e incluir as novas propostas e Eixos de desenvolvimento;
- A diversidade sociocultural e ambiental;
- Governabilidade sobre processos de ocupação territorial e de usos dos recursos naturais e maior capacidade de orientação dos processos de transformação sócio produtiva, CTBA, CA, etc;
- A gestão compartilhada de políticas públicas entre as três esferas de governo - federal, estadual e municipal;

**AUTENTICAÇÃO**  
 O original que me foi apresentado, Des. Fé.  
 JOÃO GERALDO LAMARCA DE MENEZES  
 ANGELITA ERMA WASSERLAGE - SUBSTITUTA  
 ELIZABETE RAMUS CARVALHO LAMARCA  
 JOÃO PAULO HERONIMA - ESREPREVENTIS  
 CRISTINA RODRIGUEZ FLORES  
 AN. PRES. ATILSONO CAMARGO, 763 - CURITIBA - PR

28 JUN 2019

O selo de autenticação de atos, foi afixado na última folha deste documento.

0603



# MUNICÍPIO DE PALMEIRA

## ESTADO DO PARANÁ

### Secretaria Municipal de Finanças

1556 P

- A infraestrutura regional - energia, armazenamento, transformação, transportes e comunicações, e de prestação de serviços essenciais à qualidade de vida de seus habitantes como saneamento básico, destinação de resíduos sólidos, saúde, educação, assistência social e segurança pública;
- A estrutura produtiva;
- A recuperação das áreas degradadas;
- A pesquisa científica e o desenvolvimento tecnológico para o desenvolvimento sustentável da região;
- O consenso entre órgãos governamentais, organizações da sociedade civil e setores empresariais, em contextos democráticos de formulação e gestão de políticas públicas.

A proposta geral e específicas de desenvolvimento visou viabilizar a implementação de uma estratégia de longo prazo que concilie a promoção do desenvolvimento econômico com o uso sustentável dos recursos naturais, viabilizando a inclusão social e distribuição de renda, resultando na melhoria da qualidade de vida da população de Palmeira.

#### ❖ ETAPA 5 – ASSESSORIA TÉCNICA PARA APROVAÇÃO DO PLANO NO PODER LEGISLATIVO E ÓRGÃO AMBIENTAL

Para a execução desta etapa, a Prefeitura Municipal em conjunto com a Câmara Municipal e a Sociedade Civil Organizada realizou algumas oficinas, reuniões e audiências públicas que envolveram órgãos estaduais e membros do poder legislativo. O principal intuito foi de sensibilizar e convencer, com argumentos técnicos, os diversos gestores (executivo e legislativo) da necessidade da alteração da política de gestão territorial e econômica.

Foi apresentada também uma versão preliminar do Plano e Projetos das Macro Áreas com modelagens gráficas, inclusive de diferentes áreas da Cidade (entradas de alguns bairros, setor histórico, eixo central, parque linear – barragens, linha férrea- alças rodoviárias de acesso, entradas da cidade e acessos nas divisas do município).

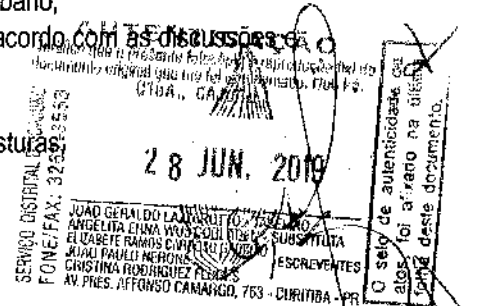
O protocolo do pedido de Licença ou Autorização Ambiental no IAP, protocolo da solicitação da anuência da COPEL e SANEPAR fez parte do relatório para comprovar a execução desta etapa. Além do registro da realização de oficina/reunião na Câmara de Vereadores, onde as Diretrizes de Desenvolvimento e os projetos das Macro áreas foram discutidos e apresentados também.

#### ❖ ETAPA 6 – REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL

A maior parte das atividades realizadas nas fases anteriores fazem parte do escopo para elaboração de um Plano Diretor, desta forma, com base nas discussões e contribuições das etapas anteriores, e em conjunto com as secretarias de Meio Ambiente e Urbanismo, de Planejamento e Procuradoria Municipal, foram elaboradas as minutas de lei para a revisão do Plano Diretor Municipal. Importante salientar a participação da Câmara de Vereadores do Município e Conselho da Cidade.

Os principais pontos revisados foram:

- Adequação das diretrizes, objetivos e estratégias da Lei do Plano Diretor – em função da sua aplicabilidade, principalmente no que diz respeito a gestão do solo urbano;
- Reformulação da Lei de Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo de acordo com as discussões do Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável;
- Reformulação da Lei de Parcelamento do Solo Urbano;
- Reformulação do Código de Obras e Reformulação do Código de Posturas;
- Lei do Perímetro Urbano;
- Lei de Regulamentação dos Condomínios Verticais e Horizontais;
- Lei de Delimitação de Bairros;
- Lei de Regularização de Obras;
- Lei de Circulação, Transporte e Mobilidade Urbana;
- Elaboração de Legislação de Incentivo a Preservação do Patrimônio Cultural, Histórico e Arquitetônico;
- Regulamentação dos Instrumentos Urbanísticos do Estatuto da Cidade constantes no Plano Diretor;
- Criação de Modelo de RIV – Relatório de Impacto Viário - para futuras implantações de Polos Geradores de Tráfego.



0604



**MUNICÍPIO DE PALMEIRA**  
**ESTADO DO PARANÁ**  
**Secretaria Municipal de Finanças**

1557

Nesta etapa foram realizadas reuniões e oficinas comunitárias, culminando em uma Audiência Pública. E as leis foram adaptadas conforme as Diretrizes Estratégicas e o Projeto de Requalificação. Cabe salientar também, da importância do uso dos instrumentos urbanísticos previstos na Lei do Plano Diretor onde foram detalhados e trabalhados nesta revisão do PDM de Palmeira.

❖ **ETAPA 7 – ELABORAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO E INVESTIMENTO**

Esta etapa tratou da elaboração do Plano de Ação e Investimento e da Carteira de Projetos, em consonância com a SEDU-PARANACIDADE.

Estes documentos foram compatíveis com o PPA, LDO e LOA do Município. Além do padrão a ser proposta por esta equipe, para facilitar a gestão municipal, será desenvolvida o Quadro de Ações padrão PARANACIDADE.

O Plano de Ação e Investimento, contemplou a descrição dos projetos, a definição dos responsáveis, previsão de custos e estratégias de implantação. Ainda, adotou um modelo integrado de acompanhamento que possibilitou o monitoramento da execução dos diferentes projetos previstos, por parte dos diferentes agentes. Cabe destacar que tal modelo é compatível com os sistemas de informações da SEDU visando permitir interação entre os diferentes agentes e os meios de produção de informação.

**PROCESSO PARTICIPATIVO**

Foram realizados 58 eventos ao longo do processo de construção do Plano, sendo eles oficinas, reuniões públicas, audiência públicas. Além de consultas e enquetes via site. Também foram elaborados textos e artigos para jornais locais e regionais.

Este atestado foi emitido por solicitação da empresa ECOTÉCNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA. A emissão desse atestado substitui todos os demais documentos correlatos já emitidos ou fornecidos.

Palmeira, 21 de dezembro de 2018.

Eloir José Voichicoski  
 Secretário de Finanças - Prefeitura de Palmeira  
 CPF: 925.147.239-49

**AUTENTICAÇÃO**

Gratuito para o usuário. Para obter o documento autenticado, basta acessar o site: [www.palmeira.pr.gov.br](http://www.palmeira.pr.gov.br)

28 JUN 2019

SERVIDOR MUNICIPAL DE PALMEIRA  
 FONE/FAX: 3252-5555

JOÃO GERALDO LAMAS  
 ANGELITA FRANK WILSON  
 ELIZABETE RANDES GAIFFER  
 JOÃO PAULO NEMUN  
 CRISTINA RODRIGUES Z...

AV. PRES. AFFONSO CAMARGO, 743 - CORUMBÁ - PR

COPIA DESTA DOCUMENTAÇÃO

X

Handwritten initials and marks



### ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins, que a **ECOTÉCNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA**, com sede à Maria Rita das Chagas Lima, 317, Bairro São Braz CEP 82.300-330 - Curitiba - PR, inscrita no CNPJ 02.610.553/0001-91 tendo como responsável técnica a Arquiteta e Urbanista **SANDRA MAYUMI NAKAMURA**, carteira profissional CAU-A28547-1, esta prestando para o **CONDER - CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO CENTRO SUL/PR**, com sede à Rua Conselheiro Zacarias, 628, Centro, na cidade de Irati, Estado do Paraná CNPJ 07.051.788/0001-04, os serviços referentes à elaboração do **DIAGNÓSTICO E PROPOSTA DE REGIONALIZAÇÃO** e elaboração de **PLANOS SETORIAIS MUNICIPAIS**, dos municípios de Fernandes Pinheiro, Guamiranga, Inácio Martins, Rebouças, Rio Azul e Teixeira Soares, tendo demonstrado Capacidade Técnica no fornecimento dos mesmos, nada constando em nossos arquivos que a desabone.

### CARACTERÍSTICAS DOS SERVIÇOS

Início dos serviços: 15 de outubro de 2015  
 Conclusão dos serviços: 20 de janeiro de 2017  
 Objeto do contrato: **DIAGNÓSTICO E PROPOSTA DE REGIONALIZAÇÃO** e elaboração de **PLANOS SETORIAIS MUNICIPAIS**, dos municípios de Fernandes Pinheiro, Guamiranga, Inácio Martins, Rebouças, Rio Azul e Teixeira Soares.  
 Local da Obra: Rua Conselheiro Zacarias, 628, Centro, na cidade de Irati, Estado do Paraná

### EQUIPE TÉCNICA

#### Coordenação Técnica

Coordenação Geral	Arquiteta e Urbanista Esp. Sandra Mayumi Nakamura	CAU A28547-1
Coordenação Adjunta	Engenheiro Civil Esp. Nilo Aihara	CREA 8.040/D
<b>Equipe Técnica</b>		
Advogada Esp.	Márcia Valéria Santos Barbosa	OAB-PR 61291
Advogado Esp.	Rafael Gustavo Cavichiolo	OAB-PR 34517
Biólogo Esp.	Luiz Gustavo Andreguetto	CRBio-PR 50.593/07D
Contador	Walter José Floriano de Moraes	CRC - PR 025.751/03
Engenheiro Ambiental	Lidia Sayoko Tanaka	CREA 87.131/D
Arquiteta e Urbanista	Vanessa Boscaro Fernandes	CAU A37721-0
Arquiteta e Urbanista	Grasielle da Silva Pedroso	CAU A59419-9
Arquiteta e Urbanista	Mayra Mayumi Aihara	CAU A109164-6
Arquiteto e Urbanista	Gustavo Domingues Gaspari	CAU A118245-5
Zootecnista	Gisele Leopoldino	CRMV/Z - PR 1094
Zootecnista	Milton Kentaro Nakamura	CRMV/Z - PR 0568



Este documento encontra-se registrado no Conselho de Arquitetura e Urbanismo vinculado a Certidão De Aprovechamento Técnico Com Atestado nº 461878, emitida em 29/08/2018.

Certidão nº 461878/2018 - 29/08/2018, 13:03 - Chave de Impressão: 89YZCB5Y9W6658ZC270C  
 O atestado neste ato registrado foi emitido em 29/08/2018, e contém 7 folhas

Handwritten signatures and the number 0605.



### Equipe de Apoio

Acadêmica em Arquitetura e Urbanismo  
 Acadêmica em Arquitetura e Urbanismo  
 Acadêmica em Arquitetura e Urbanismo  
 Acadêmica em Engenharia Civil

Amanda Carolina Santos Motta  
 Ana Julia Madalozo Molinari Gonçalves  
 Fernanda Maria Capitão Vigário Marchi  
 Luisa Raquel Santos Motta

### DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

Com base em uma leitura regional a ser realizada a partir do Diagnóstico Regional, será proposto um estudo de regionalização no âmbito da gestão dos resíduos sólidos. O Estudo tem como objetivo dotar os municípios dos instrumentos legais, técnicos e gerenciais necessários à implementação de um sistema de gestão regional e integrada dos resíduos sólidos, contendo propostas de mecanismos e estratégias necessárias à implementação de uma política regional de gestão dos resíduos sólidos, levando em consideração as variáveis ambientais, sociais, culturais, abrangendo os aspectos técnicos, legais, organizacionais, de desenvolvimento institucional e mercadológico, considerando a participação da Prefeitura, do Governo Estadual e Federal, da iniciativa privada e das organizações da sociedade civil, com definição de atribuições e responsabilidades.

A metodologia e as técnicas utilizadas na execução das atividades, originando os produtos de cada uma das fases do Plano, estão em conformidade com o Termo de Referência emitido pelo CONDER.

Os serviços que foram realizados no desenvolvimento dos Planos Setoriais de Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS) e Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) dos municípios Fernandes Pinheiro, Guaniranga, Inácio Martins, Rebouças, Rio Azul e Teixeira Soares, tem como objetivos:

Dotar os municípios dos instrumentos legais, técnicos e gerenciais necessários à implementação de um sistema adequado de gestão integrada dos resíduos sólidos, abrangendo o planejamento, o licenciamento ambiental, a implantação a operação e o monitoramento do funcionamento das unidades componentes do sistema e que esses instrumentos atendam às necessidades locais, contendo propostas de mecanismos e estratégias necessárias à implementação de uma política de gestão dos resíduos sólidos no âmbito local, levando em consideração as variáveis ambientais, sociais, culturais, abrangendo os aspectos técnicos, legais, organizacionais, de desenvolvimento institucional e mercadológico, considerando a participação da Prefeitura, do Governo Estadual e Federal, da iniciativa privada e das organizações da sociedade civil, com definição de atribuições e responsabilidades.

Implantar a gestão de saneamento básico nos municípios citados, por intermédio da elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico – PMSB, diagnosticar o estado de salubridade ambiental da prestação dos serviços de saneamento básico e estabelecer a programação das ações e dos investimentos necessários para a universalização, com qualidade, destes serviços. Conseqüentemente, promover a saúde, a qualidade de vida e do meio ambiente, assim como organizar a gestão e estabelecer as condições para a prestação dos serviços de saneamento básico, de forma a que cheguem a todo cidadão, integralmente, sem interrupção e com qualidade.

#### 1. Escopo e Metodologia

Apresenta-se o escopo de execução das atividades, originando os produtos de cada uma das fases do Plano, em conformidade com o Termo de Referência emitido pelo CONDER. As fases e respectivos produtos produzidos são:





#### **PRODUTO 1 – Plano de Trabalho**

**PGRS:** Pesquisa de campo no território de cada município, com o objetivo de identificar possíveis passivos ambientais georeferenciados, qualificar e quantificar os resíduos gerados, efetuar um levantamento das rotas de coleta, apanhar informações sobre o custeio do sistema de manejo de resíduos e dos grandes geradores eventualmente situados no âmbito local.

**PMSB:** O Plano de Trabalho deverá conter todas as definições, especialmente aquelas providas da reunião inicial a ocorrer entre a Equipe de Fiscalização da Contratante (Grupo de Acompanhamento do PMSB) e a Equipe da Contratada.

Nesta etapa foi realizada primeira Reunião Técnica, com intuito de explanar sobre o trabalho desenvolvido e levantar apontamentos dos técnicos representantes dos municípios envolvidos nos Planos Setoriais.

#### **PRODUTO 2 – Plano de Mobilização Social**

**PGRS:** Construção de um diagnóstico compreendendo os aspectos físicos e bióticos, a geologia, a geografia e geomorfologia, a climatologia (temperatura, pluviometria, umidade do ar), a hidrologia e hidrogeologia, os principais ecossistemas (vegetação e fauna), e aspectos sociais, econômicos e de infraestrutura local.

**PMSB:** Plano de Mobilização Social

- a) Definição do processo de mobilização e participação social que definiu a cronologia das etapas subsequentes e as metodologias de implantação das atividades incluindo a Conferência Municipal de Saneamento;
- b) Comunicação social – divulgação do processo, formas e canais de comunicação, formas de estimular a participação da sociedade no processo de planejamento, fiscalização e regulação dos serviços de saneamento básico.

#### **PRODUTO 3 – Diagnóstico da Situação da Prestação de Serviços de Saneamento Básico**

**PGRS:** Apresentação do diagnóstico do município com a versão preliminar do PMGIRS para a equipe técnica responsável em cada município.

**PMSB:** Diagnóstico da situação da prestação dos serviços de saneamento básico e seus impactos nas condições de vida e no ambiente natural, caracterização institucional da prestação dos serviços e capacidade econômico-financeira e de endividamento do Município.

- a) Caracterização geral do município;
- b) Situação Institucional;
- c) Situação econômico-financeira;
- d) Sistema de abastecimento de água;
- e) Sistema de esgotamento sanitário;
- f) Serviços de manejo de águas pluviais e drenagem urbana;
- g) Desenvolvimento urbano e habitação;
- h) Meio ambiente e recursos hídricos;
- i) Saúde.

#### **PRODUTO 4 – Prognóstico e alternativas para a Universalização dos Serviços de saneamento básico**

**PGRS:** Apresentação do PMGIRS em Audiência Pública.

**PMSB:** Prognósticos e alternativas para universalização dos serviços de saneamento básico.





**Objetivos e Metas:**

- a) Modelo de gestão dos serviços de saneamento básico;
- b) Definição de premissas e critérios para os cenários futuros;
- c) Projeções de demanda de serviços públicos de saneamento básico para:
  1. Sistema de abastecimento de água;
  2. Sistema de esgotamento sanitário;
  3. Serviços de manejo de águas pluviais e drenagem urbana.
- d) Modelo de fiscalização e regulação dos serviços locais de saneamento básico;
- e) Estimativa das Demandas por serviços de saneamento básico para todo o período do PMSB;
- f) Definição de responsabilidades dos serviços de saneamento básico tratados no PMSB;
- g) Alternativas para o atendimento das demandas dos 4 (quatro) eixos dos serviços de saneamento básico para atendimento das carências existentes, de acordo com a lei nº 11.445/07;
- h) Objetivos e metas pretendidas com a implantação do PMSB;
- i) Análise da viabilidade técnica e econômico-financeira da prestação dos serviços considerando os cenários dos objetivos, metas, programas, projetos e ações.

**PRODUTO 5 – Concepção, para os 4 (quatro) eixos dos serviços de saneamento básico, dos programas, projetos e ações necessárias para atingir os objetivos e as metas do PMSB e definição das ações para emergência e contingência**

**PGRS:** Revisão final do plano.

**PMSB:** Concepção, para os 4 (quatro) eixos dos serviços de saneamento básico, dos programas, projetos e ações necessárias para atingir os objetivos e as metas do PMSB e definição das ações para emergência e contingência.

- a) Ações imediatas;
- b) Ações prioritárias;
- c) Programação das ações do PMSB;
- d) Cronograma de implantação das ações estabelecidas para o PMSB;
- e) Mecanismos para a avaliação sistemática da eficácia, eficiência e efetividade das ações programadas;
- f) Atendimento de demandas temporárias;
- g) Atendimento e operação em situações críticas;
- h) Planejamento de planos de riscos para garantia da segurança da água.

**PRODUTO 6 – Estabelecimento, para os 4 (quatro) eixos dos serviços de saneamento básico, mecanismos e procedimentos de controle social e dos instrumentos para o monitoramento e avaliação sistemática da eficiência, eficácia e efetividade das ações programadas**

**PGRS:** Consolidação do plano.

**PMSB:** Estabelecimento, para os 4 (quatro) eixos dos serviços de saneamento básico, mecanismos e procedimentos de controle social e dos instrumentos para o monitoramento e avaliação sistemática da eficiência, eficácia e efetividade das ações programadas.

- a) Propostas de arranjos institucionais e gerenciais;
- b) Indicadores de interesse para acompanhamento das metas;
- c) Critérios para avaliação dos resultados do PMSB e suas ações;
- d) Estruturação local da fiscalização e da regulação no âmbito da Política de Saneamento Básico, bem como para acompanhamento das ações do PMSB.





Certidão nº 461878/2018 - 29/08/2018 - 13:03 - Chave de Impressão: 89VZCB5Y9W6E68ZC270C  
O atestado neste ato registrado foi emitido em 29/08/2018, e contém 7 folhas

**PRODUTO 7 - Relatório do Plano Municipal de Saneamento Básico**

**PGRS:** Compatibilização com o Produto Final da PARTE II, referente ao Saneamento Básico.

**PMSB:** Relatório do Plano Municipal de Saneamento Básico.

- a) Relatório síntese do PMSB para distribuição aos participantes representantes de entidades não pertencentes à administração pública;
- b) Conferência Municipal de saneamento para apreciação do PMSB (deve incluir análise das propostas apresentadas pela sociedade civil para incorporação ou não ao texto do PMSB);
- c) Minuta do PMSB, para a apreciação da contratante;
- d) Relatório final consolidado do Plano Municipal de Saneamento Básico, contemplando todas as etapas e produtos desenvolvidos nos 04 (quatro) componentes do PMSB;
- e) Proposta de anteprojeto de lei ou de minuta de decreto para aprovação do Plano Municipal de Saneamento Básico.

**Reuniões Técnicas, Oficinas Comunitárias e Conferência Municipal**

Ao longo de toda a elaboração do plano, a mobilização social e o processo participativo dos cidadãos foram fundamentais na construção dos Planos Setoriais. Foram realizadas audiências públicas, reuniões técnicas, oficinas comunitárias, e a conferência municipal, para formação e apresentação dos produtos que contemplam os Planos. Nestes eventos também realizou-se a validação e aprovação dos produtos elaborados.

**Audiências Públicas**

Realização de Audiências Públicas para apresentar para a população Diagnóstico da situação atual e os Programas, Projetos e Ações desenvolvidos nos Planos.

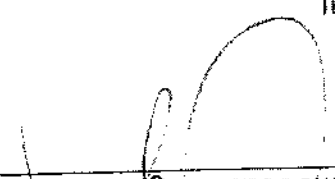
**Reuniões técnicas**

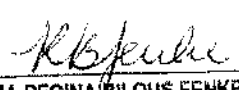
As reuniões técnicas foram realizadas ao longo do processo de elaboração dos Planos.


**FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS**

Este atestado foi emitido por solicitação da empresa ECOTÉCNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA. A emissão desse atestado substitui todos os demais documentos correlatos já emitidos ou fornecidos.

Curitiba, 20 de janeiro de 2017.

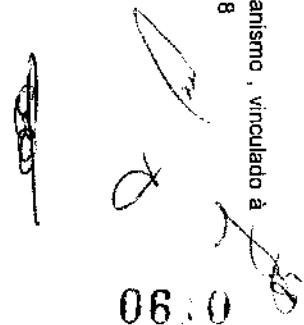
  
 \_\_\_\_\_  
**DIORGENES DITRICH - Nº DO CAU A 85747 - 0**  
 Responsável Técnico da Interveniente Fiscal  
 AMCESPAR/CONDER

  
 \_\_\_\_\_  
**TELMA REGINA BILOUS FENKER**  
 Presidente do CONDER

  
 \_\_\_\_\_  
**Luiz Vanderlei Kawa**  
 Secretário Executivo  
 AMCESPAR/CONDER



Este documento encontra-se registrado no Conselho de Arquitetura e Urbanismo, vinculado à Certidão De Acevvo Técnico Com Atestado nº 461878, emitida em 29/08/2018

  
 06.10



1569



Conselho de Arquitetura e Urbanismo  
CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO COM ATESTADO  
Lei Nº 12378 de 31 de Dezembro de 2010

CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO COM ATESTADO  
Nº 0000000461878



2 0 1 8 0 0 0 0 4 6 1 8 7 8

CERTIFICAMOS, para os devidos fins, que consta em nossos arquivos o registro de Acervo referente ao(s) Registro(s) de Responsabilidade Técnica - RRTs abaixo discriminado(s):

**DADOS DO PROFISSIONAL**

Título do Profissional: Arquiteto e Urbanista  
Data de obtenção de Títulos: 03/02/1999  
Registro Nacional: 000A285471  
Data de Registro nacional profissional: 04/02/1999

Validade: Indefinida

**DADOS DOS REGISTROS DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA-RRT**

Número do RRT: 5446901                      Tipo do RRT: SIMPLES                      Registrado em: 31/01/2017  
Forma de Registro: RETIFICADOR à 5435727                      Participação Técnica: EQUIPE  
Descrição: Elaboração do DIAGNÓSTICO DE REGIONALIZAÇÃO e Elaboração de PLANOS SETORIAIS MUNICIPAIS, dos municípios de Fernandes Pinheiro, Guamiranga, Inácio Martins, Rebouças, Rio Azul e Teixeira Soares.  
Empresa contratada: ECOTECNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA  
CNPJ: 02.810.553/0001-91

**DADOS DO CONTRATO**

Contratante: CONDER - Consórcio de Desenvolvimento Regional do Centro Sul-PR  
CPF/CNPJ: 07051788000104  
RUA CONSELHEIRO ZACARIAS                      Nº 628  
Complemento:  
Cidade: IRATI                      Bairro: CENTRO                      UF: PR                      CEP: 84500000  
Contrato:  
Celebrado em: 08/10/2015  
Valor do Contrato: R\$ 0,00                      Tipo do Contratante: Pessoa Jurídica de direito privado  
Data de Início: 15/10/2015                      Data de término da atividade:

**ATIVIDADE TÉCNICA REALIZADA**

3.1 - COORDENAÇÃO E COMPATIBILIZAÇÃO DE PROJETOS , 6.00 un - unidade ;

**ENDEREÇO DA OBRA/SERVIÇO**

RUA CONSELHEIRO ZACARIAS                      Nº 628  
Complemento:                      Bairro: CENTRO  
Cidade: IRATI                      UF: PR                      CEP: 84500000  
Coordenadas Geográficas: 0 0

**DESCRIÇÃO**

CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO COM ATESTADO

**INFORMAÇÕES IMPORTANTES**

- Esta certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos
- Certificamos que se encontra vinculado à presente CAT o atestado apresentado em cumprimento à Lei nº 8.666/93, expedido pela pessoa jurídica contratante, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes. É de responsabilidade deste Conselho a verificação da atividade profissional em conformidade com a Lei nº 12.378/2010 e Resoluções do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR)

0611



**Conselho de Arquitetura e Urbanismo**  
**CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO COM ATESTADO**  
Lei Nº 12378 de 31 de Dezembro de 2010

**CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO COM ATESTADO**  
**Nº 000000461878**

- A Certidão de Acervo Técnico (CAT) à qual o atestado está vinculado constituirá prova da capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver ou venha a ser integrado ao seu quadro técnico por meio de declaração entregue no momento da habilitação ou da entrega das propostas

- Certificamos, ainda, que nos termos do artigo 2º da Lei nº 12.378/2010 e artigos 2º e 3º da Resolução nº 21/2012-CAU/BR, esta Certidão é válida somente para os serviços condizentes com as atribuições profissionais acima discriminadas

- Em conformidade com o que determina o Art. 45 da Lei 12.378, toda realização de trabalho de competência privativa ou de atuação compartilhadas com outras profissões regulamentadas será objeto de Registro de Responsabilidade Técnica - RRT

- Válida em todo o território nacional.

Certidão nº PR  
29/08/2018, 13:03  
Chave de Impressão: Curitiba/PR

0612



Ecotécnica - Tecnologia e Consultoria Ltda.  
CNPJ: 02.610.553/0001-91  
Rua Maria Rita da Chagas Lima, 317, Bairro São Braz, CEP: 82.300-330. Curitiba-PR  
Telefone (41) 3026-8639  
E-mail: licitacao@ecotecnica.com.br

1585

## TERMO DE ENCERRAMENTO

Este volume faz parte do envelope C – PROPOSTA TÉCNICA, referente ao certame da Tomada de Preço nº 003/2019, contém 618 páginas, numeradas de 001 a 613, constando páginas 01A, 170A, 287A, 346A e 402A.



TOMADA DE PREÇO Nº 003/2019

Contratação de Empresa de Consultoria para Revisão do Plano Diretor Municipal de Marmeleiro

*[Handwritten signatures and initials]*  
613

1566 p

